

UNESCO - ANHEMBI

# RELAÇÕES RACIAIS ENTRE NEGROS E BRANCOS EM SÃO PAULO

Ensaio sociológico sobre as origens,  
as manifestações e os efeitos do  
preconceito de cor no município  
de São Paulo.

Sob a direção dos professôres  
ROGER BASTIDE E  
FLORESTAN FERNANDES

OFERTA

Ministério da Educação e Cultura

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

EDITORA **ANHEMBI** LIMITADA

SÃO PAULO

1955

304/16.11  
6326

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
BIBLIOTECA CENTRAL	
N.º 5768	Data 23/3/76

*Reg. em C. Ho.*

~~FILOS. C. LEITEIRO  
 10-10-68  
 BIBLIOTECA  
 D. 3  
 ex. 2~~

*4/10/76*



## ÍNDICE

<b>Prefácio (Paulo Duarte) .....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução (Roger Bastide) .....</b>	<b>11</b>
<b>Do Escravo ao Cidadão (Florestan Fernandes) .....</b>	<b>15</b>
<b>Côr e Estrutura Social em Mudança (Florestan Fernandes) ..</b>	<b>67</b>
<b>Manifestações do Preconceito de Côr (Roger Bastide) .....</b>	<b>123</b>
<b>Efeito do Preconceito de Côr (Roger Bastide) .....</b>	<b>159</b>
<b>A Luta contra o Preconceito de Côr (Florestan Fernandes) ..</b>	<b>193</b>
<b>Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Côr dos seus Colegas (Virgínia Leone Bicudo) .....</b>	<b>227</b>
<b>Pesquisas sôbre as Atitudes de um Grupo de Escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr (Aniela Meyer Ginsberg) .....</b>	<b>311</b>
<b>Relações Raciais no Município de Itapetininga (Oracy Nogueira) .....</b>	<b>362</b>
<b>Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpre- tação do Material sôbre Relações Raciais no Brasil. Oracy Nogueira) .....</b>	<b>554</b>



Há muito tempo ANHEMBI tomara a decisão de patrocinar um inquérito em profundidade sobre o problema do negro em S. Paulo. A reação provocada por um artigo saído em "O Estado de S. Paulo", em 1947, <sup>(1)</sup> trabalho de que se originaram numerosas manifestações pró e contra o seu autor, nos fizera já pensar na necessidade de tal inquérito não apenas para uma simples satisfação intelectual mas porque os dados de uma investigação dessa ordem, fatalmente haviam de constituir um serviço prestado ao meio social brasileiro e aos próprios administradores públicos, quando aqui houvesse administradores capazes de compreender os nossos grandes problemas. ANHEMBI permitiria essa realização. Órgão destinado principalmente a estudos dessa espécie, logo após o seu aparecimento, mobilizou-se para esse inquérito solicitando o auxílio do elemento mais indicado para orientá-lo e dirigi-lo: Roger Bastide, professor de sociologia da Faculdade de Filosofia, da Universidade de S. Paulo, o qual há longos anos se vinha dedicando aos nossos estudos sociais, principalmente os atinentes ao negro no Brasil. Roger Bastide procurou logo a colaboração de um dos seus antigos alunos, Florestan Fernandes, que é uma das mais belas revelações da nossa Universidade, sendo o seu nome hoje alinhado já, sem favor nenhum, entre os mais ilustres no meio intelectual brasileiro.

Achavam-se as coisas em início, quando chegou a S. Paulo, o antropólogo Alfred Métraux, nome muito conhecido no Brasil, pelos excelentes estudos etnológicos sobre os tupinambás e outras tribus americanas, alguns realizados com observações aqui feitas, hoje chefe do Departamento de Relações Raciais, da Unesco, o qual vinha com a missão de realizar exatamente uma pesquisa semelhante. Foi assim que Unesco e ANHEMBI se encontraram unidas na realização de um mesmo trabalho de alta significação universal como seja uma análise objetiva mas feita em profundidade sobre a vida da população negra do Brasil, país universalmente considerado como aquele que melhor solução estava dando ao problema, entre todos os países brancos possuidores de importante parcela de população de cor.

Mais de um ano de trabalho representam as conclusões que publicaremos a seguir. Trabalho realizado através de todos os meios aconselháveis em pesquisas tais, com a mais absoluta objetividade e isenção e com o auxílio não apenas dos excelentes pesqui-

---

(1) *Negros do Brasil*, Paulo Duarte, "O Estado de S. Paulo", 16-17 de abril de 1947.



sadores formados pela nossa Universidade, mas também de numeroso núcleo de negros esclarecidos os quais deram a êsse estudo um complemento sem o qual êle deixaria de adquirir os caracteres de profundidade e exatidão com que se apresenta.

O inquérito UNESCO-ANHEMBI indica numerosos aspectos novos para os estudos brasileiros. Cada um dos pontos abordados por nosso inquérito é uma janela aberta a novas pesquisas, a novas indagações e novos estudos que futuramente atrairão por certo os bons estudantes da Faculdade de Filosofia, para a realização de trabalhos que, reunidos, serão afinal o verdadeiro retrato do Brasil, retrato fiel, ao contrário de tantos que lhe foram tirados, sem os retoques exagerados de um favoritismo sentimental nem as deformações de um pessimismo literário sem base científica.

Antes de dar início a êsse trabalho, ANHEMBI quer exprimir o seu agradecimento a Roger Bastide e a Florestan Fernandes o serviço que prestaram com esta pesquisa, talvez a mais importante até hoje no gênero que se realizou no Brasil, bem como aos seus excelentes colaboradores, brancos e negros, sem distinção. Agradece igualmente à UNESCO o ter-se associado à sua idéia; sem essa colaboração não poderíamos evidentemente levá-la a cabo de maneira tão relativamente completa. Da mesma forma, agradece ao ex-Governador de S. Paulo, dr. Lucas Garcez, o apoio que, diretamente e através da Universidade de S. Paulo, facilitou para isso, bem como ao então reitor da Universidade, professor Ernesto Leme, e ao Diretor da Faculdade de Filosofia, prof. Eurípides Simões de Paula, pelas facilidades complementares sem o que também não se teria podido ir tão longe nos esforços exigidos por esta investigação sociológica, a primeira de uma série que pretendemos realizar em nosso país.

O estudo é longo. Foi publicado em números sucessivos de ANHEMBI, pois não seria possível fazê-lo de uma vez sem prejuízo dos assuntos que esta revista tem de tratar mensalmente. O inquérito propriamente dito, ou melhor, "Relações raciais entre negros e brancos de S. Paulo", ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos sociais do preconceito de côr no município de S. Paulo, está dividido numa introdução e os capítulos seguintes: I — Do Escravo ao Cidadão; II — Côr e estrutura social em mudança; III — Manifestações do preconceito de côr; IV — Efeitos do preconceito de côr e V — A luta contra o preconceito de côr. Seguem-se algumas pesquisas padrão de outros investigadores que colaboraram no inquérito UNESCO-ANHEMBI, as quais serão um complemento indispensável à primeira parte.

Como dissemos, constitui o presente trabalho o que no assunto mais importante se fez até agora em nosso país. A investigação sociológica no Brasil cientificamente orientada, não esquecendo das



tentativas individuais de Oliveira Viana e Gilberto Freire, nasceram com o Departamento de Cultura de S. Paulo, na sua primeira fase de vida encerrada com o advento do estado novo (1935-1937). A seguir vieram os grupos da Escola de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, do Museu Paulista e do Instituto de Administração. No Departamento de Cultura, destacam-se os nomes de M. Davis, Bruno Rudolfer, Samuel Lowrie, Sérgio Milliet e Oscar Egidio de Araújo. O grupo da Faculdade de Filosofia, recém-fundada ainda, apresentou-se com Fernando de Azevedo, Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emílio Willems, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Antonio Cândido. A Escola de Sociologia e Política teve também como seus colaboradores os mesmos M. Davis, Samuel Lowrie, Bruno Rudolfer e ainda Donald Pierson e Herbert Baldus, este último, com Sérgio Buarque de Holanda, formando a primeira linha da equipe do Museu Paulista. Finalmente, no Instituto de Administração há a lembrar os nomes principalmente de Mário Wagner Vieira da Cunha e Alice Canabrava, da Faculdade de Ciências Econômicas. A estes pioneiros, juntam-se agora os que colaboraram conosco na pesquisa UNESCO-ANHEMBI, a qual seguiu as mesmas pegadas e os mesmos exemplos que deram desde a sensacional primeira investigação do Departamento de Cultura sobre a população da Capital, quarteirão por quarteirão, e os estudos de Emílio Willems sobre a aculturação dos alemães e sobre a cidade de Cunha, que marcam o início, em nosso país, da pesquisa de campo rigorosamente orientada do ponto de vista científico, no plano da Sociologia.

Abrimos espaço a seguir, para a introdução e os vários capítulos do interessantíssimo estudo.

PAULO DUARTE



## INTRODUÇÃO (1)

A cidade de São Paulo apresenta, para o estudo do preconceito de cor, um significado especial, pois transformou-se, em menos de meio século, de uma cidade tradicional numa metrópole tentacular, o maior centro industrial da América Latina. O processo realizou-se com tal rapidez que ainda coexistem, lado a lado, sobrevivências da sociedade escravagista e inovações da sociedade capitalista. O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas de finalidade. Entretanto, um novo tipo de preto afirma-se cada vez mais, com a transformação do escravo em cidadão, e o branco não sabe mais que atitude tomar para com ele, pois os estereótipos tradicionais já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social. São fenômenos de gestação, essas metamorfoses e ambivalências que pretendemos estudar neste relatório para a Unesco e ANHEMBI.

Antes mesmo de iniciar o nosso estudo e conforme o sistema preferido por certos sociólogos norte-americanos, que recomendam o preparo de pesquisas pessoais por uma reunião coletiva, a fim de que todos possam compreender o interesse e as razões das perguntas feitas, reuniram-se numa mesa redonda os representantes mais qualificados dos paulistas de cor. O êxito dessa primeira reunião foi tal que pediram para trabalhar no inquérito. Tratou-se então de organizar sucessivamente: 1.º) uma comissão para o estudo das relações raciais entre brancos e pretos em São Paulo, composta dos pesquisadores escolhidos e dos representantes negros, com reuniões quinzenais no salão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, graciosamente pôsto à disposição pelo seu diretor, Prof. Eurípides Simões de Paula, que a todos muito animou e ajudou durante todo o trabalho. 2.º) uma comissão especial de alguns intelectuais de cor para preparar as reuniões da sociedade precedente e examinar de modo mais profundo certos problemas particular-

---

(1) Ficou de lado a discussão de problemas teóricos fundamentais e sobre a natureza da combinação empreendida entre as diversas técnicas, processos e métodos de investigação, porque tais problemas foram analisados em um trabalho prévio dos autores (Cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes: "O Preconceito Racial em São Paulo" [Projeto de Estudo] publicação n. 118 do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de S. Paulo, 1951). Esta introdução foi redigida por Roger Bastide.



mente delicados. 3.º) uma comissão feminina encarregada de examinar os característicos do preconceito de cor relativamente à mulher e à criança, e que se reunia quinzenalmente no gabinete da I Cadeira de Sociologia. Essas diversas sociedades, criando um clima de camaradagem, contribuíram particularmente para o êxito da investigação. Mostraram como o preto vê a sociedade, como considera as relações entre brancos e pretos em São Paulo e quais as ideologias que elabora.

Mas tais reuniões não podiam compreender senão líderes, intelectuais ou pessoas da classe média. Deixavam de lado a classe baixa, que constitui o grosso da população de cor. Para suprir essa falta, aplicaram-se, com o auxílio gracioso dos nossos estudantes, os métodos seguintes: 1.º) o método ecológico, pelo estudo sistemático de certos bairros, da zona dos cortiços, como de certos arrabaldes em que uma classe média tende a se destacar lentamente da classe baixa. 2.º) a aplicação de questionários especiais cujos resultados foram aproveitados apenas parcialmente no presente trabalho, mas que permitiram compreender-se melhor a evolução da mentalidade do negro; 3.º) a técnica das entrevistas ocasionais com negros e brancos, durante os passeios, as corridas de taxi, as viagens de ônibus, como se fôssem instantâneos das relações raciais em plena vida cotidiana; 4.º) a técnica das entrevistas formais, dirigidas conforme plano previamente estabelecido e cuidadosamente estudado, com diversas personalidades de cor, e brancas, englobando perguntas sobre os diversos aspectos da situação econômica, profissional ou social dos negros e de suas relações com os brancos; 5.º) a técnica das biografias ou histórias de vida.

Enquanto os questionários e as entrevistas eram padronizados, a fim de permitir que se chegasse a um certo número de generalizações, a técnica da biografia obedeceu ao critério da mais absoluta liberdade, deixando-se o narrador evocar o seu passado e relatar as suas lembranças à vontade, sem nenhuma interferência.

Paralelamente à pesquisa entre os negros, também uma se faz entre os brancos, naturalmente. Mas é claro que, numa população de 90% de brancos, era preciso limitar a atividade dos pesquisadores a alguns setores bem escolhidos. O método ecológico, atrás referido, já permitira compreender as relações entre as cores em certas zonas de concentração da população de cor. Além de aplicar esse método, distinguiram-se dois tipos de famílias, as velhas famílias tradicionais que conheceram a escravatura e dela viveram outrora e as que provêm da imigração. Foram solicitados aos alunos ou amigos pertencentes a famílias tradicionais, relatos de sua própria experiência nas relações com os pretos. Quanto aos imigrantes, pro-



curou-se entrevistá-los através de pesquisadores pertencentes ao seu grupo étnico, a fim de receber respostas mais sinceras.

Era preciso sobretudo examinar o setor industrial e o comercial, particularmente importantes, sem esquecer o bancário. A fim de julgar da existência de barreiras profissionais, dos estereótipos da classe patronal, das ideologias dos brancos em suas relações com gente de côr, empreendeu-se uma pesquisa sistemática nesse setor, não em tôdas as fábricas de S. Paulo, evidentemente, mas numas tantas consideradas estratégicas e fazendo-se, além disso, uma série de sondagens: fábricas grandes e pequenas — nacionais e estrangeiras — de mão de obra feminina e de mão de obra masculina — e os diversos tipos de negócio ou de banco. Finalmente, durante todo o trabalho, cada um dos pesquisadores escreveu uma espécie de “diário” em que consignou tudo o que interessava às relações sociais entre brancos e pretos em S. Paulo, e que lhe fôra dado surpreender nos seus encontros casuais de rua, nas conversas de família, no ônibus e bondes, etc.

Graças a essas diversas pesquisas, foi possível colher centenas de fichas.

Até o momento, só se falou do trabalho sociológico realizado em S. Paulo. Mas êsse trabalho foi complementado por outro, psicológico, feito em grupos infantis pelas doutoras Aniela Ginsberg e Virgínia Bicudo, cujos resultados, como se poderá ver, vêm corroborar os primeiros. A seguir, publicar-se-ão os belos trabalhos de psicometria e de aplicação de testes projetivos dessas duas psicólogas.

Quanto ao relatório, as diversas partes foram feitas em colaboração amistosa de todos os instantes, porém, de um modo geral, Florestan Fernandes encarregou-se de redigir os capítulos I, II e V, respectivamente: “Do Escravo ao Cidadão”, “Côr e Estrutura Social em Mudança” e “A Luta contra o Preconceito de Côr”; e Roger Bastide dos capítulos III e IV, a saber: “Manifestações do Preconceito de Côr” e “Efeitos do Preconceito de Côr”. As conclusões foram apresentadas parcialmente em cada capítulo, em virtude da própria natureza da obra. Os autores esperam voltar aos problemas práticos e ao estudo comparativo do preconceito no Brasil e nos Estados Unidos.

Resta ainda agradecer ao sr. Governador do Estado de S. Paulo, professor Lucas Nogueira Garcez, pela ajuda financeira e pelo interesse testemunhado pela nossa iniciativa. E, pelo mesmo interesse, ao reitor da Universidade de S. Paulo, professor Ernesto Leme. Já mencionamos a colaboração do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, professor Eurípides Simões de Paula, e os agradecimentos dos orientadores da pesquisa estendem-se aos assistentes,



Dra. Lucila Hermann e professor Renato Jardim Moreira, bem como ao secretário da Comissão para o Estudo das Relações Raciais entre Negros e Brancos em S. Paulo, Jorge Prado Teixeira, que foi também colaborador nas pesquisas ecológicas, e D. Ermelinda de Castro, que estenografou, com a ajuda de alguns colegas, as diversas reuniões. Da mesma forma, o reconhecimento dos orientadores do inquérito vai às diversas associações de negros em S. Paulo: Associação José do Patrocínio de S. Paulo (2), Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, a Legião Negra de S. Paulo; aos informantes de côr, drs. Raul Joviano Amaral (3), Edgard Santana (4), Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio (5), Geraldo de Paula e Ângelo Abataiguara, e aos srs. José Correia Leite (6), Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Morais, Luís Lobato, professor Afonso Dias, José Pelegrini, Vicente de Paula Custódio, Paulo Luz, Vitalino B. Silva, Mário Vaz Costa, Carlos Assunção, Romeu Oliveira Pinho, Joaquim Valentim, Nestor Borges, Cirineu Góis, José Assis Barbosa, Adélio Silveira, Anibal de Oliveira, Luís Aguiar, Benedito Custódio de Almeida, Gil de Carvalho, José Inácio do Rosário, Sofia de Campos (7) Aparecida Camargo, Nair Pinheiro, e sras. Benedita Vaz Costa, Maria de Lourdes Rosário, Maria Helena Barbosa, Ruth de Souza e Nilza de Vasconcelos. Além dessas pessoas, colaborou diretamente, de forma esporádica, um grupo de mais de cem personalidades, o que explica a impossibilidade de agradecer públicamente a preciosa ajuda oferecida. Da mesma forma que os informantes de côr, os estudantes ajudaram com tôda a boa vontade e eficiência, sobressaindo-se, pelo valor das contribuições especiais, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso, Lólio Lourenço de Oliveira, Marialice Mencarini, Ruth Correia Leite, Maria Sílvia Carvalho Franco, Maria Neusa Avênia, Helena Maria Paniza, Luís Carlos de Mesquita e

(2) A Associação José do Patrocínio colocou à disposição dos pesquisadores, todos os sábados, uma de suas salas para debates da comissão.

(3) O dr. Raul Joviano Amaral deu, além das intervenções informativas e criadoras nas reuniões da Comissão para o Estudo das Relações Raciais entre Negros e Brancos em S. Paulo, uma colaboração especial: um estudo sobre o Negro na População de S. Paulo, trabalho de análise estatística e histórica que infelizmente não se pôde aproveitar por estar já redigido o trabalho. Em linhas gerais, êsse estudo comprova os resultados da investigação e a completa, com novos dados estatísticos, não expostos aqui por limitação de espaço.

(4) O dr. Edgard T. Santana elaborou um ensaio sobre Relações entre Pretos e Brancos em S. Paulo, "Preconceitos de côr", S. Paulo, 1951, que ofereceu como contribuição pessoal à investigação empreendida.

(5) O dr. Francisco Lucrécio fez uma comunicação especial, de muita importância, sobre a situação dos imaturos de côr em face das manifestações do preconceito de côr.

(6) O sr. José Correia Leite, além de outras colaborações muito importantes, dispôs-se a cooperar com o pesquisador Renato Jardim Moreira na elaboração de um estudo sobre "os movimentos sociais no meio negro".

(7) D. Sofia Campos prestou uma valiosa cooperação, tanto nas reuniões dos "Seminários sobre as Relações Raciais em S. Paulo", realizados na Associação José do Patrocínio, quanto nos trabalhos da "Comissão do Estudo da Situação da Mulher Negra em S. Paulo", que se reunia no Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.



Yukio Kitahara. Por fim, resta agradecer ainda ao dr. Benedito J. Duarte e ao Departamento de Cultura da Prefeitura de S. Paulo, que puseram à disposição uma série de fotografias para ilustrar as pesquisas.

Mais uma palavra, para terminar. Este estudo trata do problema da côr em S. Paulo. É, pois, natural, que focalize exclusivamente tal problema. Mas arriscar-se-ia a dar uma idéia falsa ao leitor que supusesse girar tudo em tórno do fator côr. Um dos resultados mais interessantes das histórias colhidas em que o narrador se deixava levar sem restrições pelas suas lembranças, foi justamente verificar que as fricções ou os problemas produzidos pela côr constituem apenas momentos, e que, no seu conjunto, a vida dos pretos nada oferece de uma perpétua tragédia. É preciso ter em mente êsse fato, no momento de começar a leitura dêste trabalho sôbre a situação racial em S. Paulo.

## DO ESCRAVO AO CIDADÃO (\*)

A história do negro em São Paulo se confunde, durante um largo período de tempo, com a própria história da economia paulista. Os africanos, transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem, em que não contavam senão como e enquanto instrumento de trabalho e capital. Em São Paulo, essa regra não sofreu exceção. Os movimentos característicos da "população de côr" e as tendências à especialização profissional, que se processaram dentro dela, refletem de forma considerável as flutuações das "fases" ou "ciclos" de evolução da economia paulista.

É impossível precisar a época em que se iniciou a importação do braço negro em São Paulo. Presume-se que os primeiros africanos vieram para o Brasil entre 1516 e 1526. No entanto, só a partir dos meados do século XVI principiou o afluxo regular e constante de africanos para a Colônia (1). Com referência a São Paulo, supõem alguns autores que o tráfico começara com a vinda do donatário Martim Afonso de Souza, em 1530; por essa época, os negros não chegariam diretamente da África, mas do Reino, como parte da "bagagem" dos povoadores (2). Todavia, a documentação disponível nada permite estabelecer de positivo, senão que até os fins do século XVI apenas alguns moradores possuíam um ou outro escravo negro, ocupados especialmente nos trabalhos da lavoura (3).

Pelos fins do século XVI, o tráfico estabelecera-se diretamente com Angola. Ainda assim, a proporção do elemento negro na população escrava era muito pequena, havendo quem afirme, com base na interpretação de dados contidos em inventários, que, até setecentos, para 34 índios escravos existia um escravo africano (4). Quer

(\*) Este capítulo foi redigido por Florestan Fernandes.

(1) Maurício Goulart, *Escravidão Africana no Brasil (Das Origens à Extinção do Tráfico)*, Liv. Martins Editôra, S. Paulo, 1950 (2ª edição), págs. 56-57 e 95-96.

(2) Cf. Maurício Goulart, op. cit., pág. 96; Ciro Tassaraz de Pádua, *O Negro no Planalto (Do Século XVI ao Século XIX)*, separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Imprensa Oficial do Estado, S. Paulo, 1943, pág. 149.

(3) Cf. especialmente Theodoro Sampaio, *São Paulo de Piratininga no fim do Século XVI*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", vol. IV, págs. 257-279; Florestan Fernandes, *Aspectos do Povoamento de São Paulo no Século XVI*, publicação do "Instituto de Administração da Universidade de São Paulo", 1948, pág. 17; Dácio Aranha de A. Campos, *Tipos de Povoamento de São Paulo*, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano V, Número LIV, S. Paulo, 1939, pág. 19 e sets..

(4) O tráfico com Angola fora organizado por Afonso Sardinha, um poderoso e rico morador; nada indica, porém, que esse tráfico tenha assumido alguma importância. Cf.



se aceitem, quer não, os resultados desta interpretação, a verdade é que várias razões podem ser aventadas para explicar o baixo número de africanos em S. Paulo, na transição do século XVI para o século XVII. A população da Vila de São Paulo era de fato acanhada: Anchieta e Cardim apontam 120 fogos, ou habitações, em 1585; documentos oficiais indicam mais de 100 fogos em 23-5-1583 e em 26-4-1585, e mais de 150 fogos em 1-5-1589 (5). A população assim descrita foi calculada conjecturalmente pelos historiadores como comportando entre 1.500 a 2.000 indivíduos ao todo, incluindo-se brancos, índios, negros e mestiços, tanto livres quanto escravos (6). É provável que quase três quintos dessa população fôsse constituída por indígenas, capturados em diversas regiões pelos brancos. Ou seja, a própria composição da população sugere que as necessidades de mão de obra tendiam a ser supridas, predominantemente, por meio do braço indígena, o que é confirmado por abundante documentação, que infelizmente não pode ser examinada aqui.

Outras razões não menos importantes têm sido postas em relevo. A mais lembrada consiste na pobreza dos moradores, que não possuíam recursos para competir com os senhores de engenho do norte da Colônia na compra de escravos; sem comércio e sem exportação, os moradores gozavam de relativa fartura, mas não possuíam meios para troca e para a aquisição de africanos em quantidade apreciável. Além disso, a obtenção de escravos indígenas era fácil e a própria venda (ou escambo) dos índios capturados nas chamadas "guerras justas" representava uma das principais fontes de renda dos paulistas. É provável que na economia do planalto houvesse lugar para o emprêgo mais amplo do escravo africano; cultivava-se o trigo, o milho, o algodão, a mandioca, a cana de açúcar, a vinha, o marmelo e diversas frutas, nativas ou transplantadas, e existem notícias de que, a partir de 1560, se extraía algum ouro de lavagem nas regiões circunvizinhas. A supremacia da mão de obra africana sobre a mão de obra indígena nessas atividades é muito conhecida. No entanto, parece que o mesmo não acontecia com as atividades de criação (de gado bovino, equinos, e suínos), nas quais os escravos

Afonso d'E. Taunay, *S. Paulo nos Primeiros Anos (1554-1601)*, E. Arrault & Cie., Tours, 1920, págs. 158-159, e *São Paulo no Século XVI. História da Vila Piratiningana*, E. Arrault & Cia., 1921, págs. 185-186; Alfredo Ellis Jr., *Resumo da História de São Paulo*, "Boletim XXXVII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo", 1944, pág. 217 (a proporção estabelecida é extraída dos seguintes dados brutos, concernentes à população escrava: em 196 inventários, foram apurados 8.000 índios para 265 africanos, ou seja, 3,3 % de elemento negro, aproximadamente, na população escrava).

(5) Joseph de Anchieta, S. J., *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre...*, Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1933, pág. 423 (informação escrita em dezembro de 1585); Padre Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1939, págs. 314 e 315 (cumpre notar que o cronista assinala simplesmente que os brancos tinham "muita escravaria da terra", não mencionando a existência de escravos africanos); *Actas da Camara da Vila de São Paulo*, pub. oficial do Arquivo Municipal, S. Paulo, 1914, vol. I, págs. 237, 370 e ainda 410 (para 1591).

(6) Cf. Theodoro Sampaio, loc. cit.; Afonso d'E. Taunay, *São Paulo no Século XVI*, pág. 188.



nativos superavam os africanos, e está fora de dúvida que as bandeiras de apresamento não poderiam constituir-se e operar regularmente senão com o aproveitamento em larga escala do elemento indígena. Ora, o apresamento e a criação foram, por muito tempo, os dois eixos da economia planaltina. Daí o padrão de composição racial da população escrava, com acentuadíssima predominância dos escravos índios. Na organização da economia paulista da época, as possibilidades de utilização do trabalho do escravo indígena reduziam à lavoura e à obtenção de ouro por lavagem as esferas de exploração regular do trabalho do escravo africano. E sabe-se por documentos históricos fidedignos que mesmo nesses setores somente os moradores mais ricos estavam em condições de beneficiar-se com o trabalho do escravo africano, mais produtivo e estimado<sup>(7)</sup>.

O fato da proporção do elemento negro na população escrava ser muito pequena, nos fins do século XVI e começos do século XVII, não exclui a participação dos negros, nas bandeiras organizadas para a captura de índios. Taunay, autoridade no estudo das bandeiras paulistas, assevera que "a constituição das entradas paulistas nos mostra a coexistência freqüente, nas mesmas mesnadas, de índios e de tapanhunos (negros) recém-vindos do além Atlântico. Sobretudo depois de passadas as primeiras décadas da colonização" <sup>(8)</sup>. Todavia, o negro não alcançara ainda uma posição definida na estrutura da bandeira. A sua incorporação a ela pode ser considerada como ocasional, até a descoberta das minas de ouro, em que o apresamento de índios começa a ser substituído pela mineração. Verifica-se que mesmo no período de pesquisas estimuladas pela Coroa, em que as bandeiras dos paulistas logravam decidido apoio oficial, em virtude da ganância pelo ouro, nas instruções e regimentos reais não se ordena o aproveitamento de escravos africanos, mas sim o de escravos índios <sup>(9)</sup>. Ao contrário do que aconteceria

(7) Sobre a economia planaltina no século XVI, cf. especialmente Roberto C. Simonsen, *Os Fundamentos Econômicos da Expansão Paulista*, in *História Econômica do Brasil*, (1500-1820), Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1937, vol. I, págs. 311-345; Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, nova edição da Liv. Martins Editora, São Paulo, 1943, esp. págs. 25-57 e 168-171. Quanto aos demais aspectos do problema analisado, cf. Alfredo Ellis Júnior, *A Evolução da Economia Paulista e Suas Causas*, Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1937, págs. 55, 89 e 105; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, Comp. Ed. Nac., 2ª ed., S. Paulo, 1934, págs. 42-43; *Resumo da História de São Paulo*, op. cit., págs. 203-208; *O Ouro e a Paulistânia*, Boletim XCVI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1948, págs. 52-55; Samuel H. Lowrie, *O Elemento Negro na População de São Paulo*, in "Revista do Arquivo Municipal, Ano IV, Vol. XLVIII, págs. 9-10; Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1945, pág. 13.

(8) Afonso d'E. Taunay, *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*, publicação do Instituto Histórico, "Imprensa Nacional", Rio de Janeiro, pág. 553. Veja-se ainda: Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste (A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil)*, Liv. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942, vol. 2.ª págs. 5-47; Ciro T. Pádua, op. cit., pág. 149.

(9) Cf. especialmente Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Informação Sobre as Minas de São Paulo*, Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s. d., passim (em particular, confrontem-se as págs. 141 e 142). Um documento que trata da ida de Afonso Sardinha, o moço, para o sertão, com outros mancebos e "mais de cem índios cristãos", com o fito



mais tarde, a escassez de braços não dá origem, neste período, a pedidos de intensificação da importação de africanos, mas a altivas exigências de permissão da "guerra justa" contra os índios (10). Por outro lado, alguns documentos indicam que os índios eram empregados regularmente pelos moradores seja "para fazer seus alimentos para comer", seja para "irem às minas para tirar ouro" (11).

No decorrer do século XVII, o panorama das relações raciais se modifica lentamente, graças às transformações introduzidas no sistema econômico de São Paulo pelas descobertas de minas de ouro. Até a última década desse século, a fisionomia da população não se altera profundamente, apesar do aumento progressivo da população escrava negra e do relativo estacionamento da população branca. Os recursos proporcionados pela exploração do ouro aluvial e, talvez, pela venda de índios permitiam intensificar um pouco a importação de africanos. Sabe-se que um opulento comerciante deixou, num espólio avaliado em quatro contos de réis, um conto de réis de escravos de procedência africana, sendo que cada "peça" custava em média, nessa época (1681), cinquenta mil réis (12). Todavia, a porcentagem dos negros na população escrava mantém-se reduzida. Os agricultores e sertanistas são ainda "potentados de arco e flecha", baseando-se sua opulência, prestígio e poder na escravaria indígena que possuísem (13). É pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelos paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para estas regiões. Então, o negro deixa de ser um membro ocasional das bandeiras, para tornar-se uma de suas molas essenciais e o principal agente nos trabalhos de mineração. Em consequência, o valor do escravo africano, que sempre fôra maior que o do escravo indígena, quintuplica-se em menos de duas décadas: cada "peça" passa a custar 250 mil réis (14). Os recursos para a compra de escravos africanos a preços tão altos provinham da mineração ou da permutação de gêneros e outras utilidades nas minas. Um documento de 13 de março de 1713, relativo aos desvios de ouro em pó, informa:

de "ir tirar ouro", não menciona nenhum escravo africano como membro do grupo (cf. *Atas da Vila de São Paulo*, vol. II, pág. 47).

(10) Na reunião dos oficiais das câmaras, em 26-4-1585, v. g., foi requerido ao governo que consentisse na guerra contra os Carijós, como um meio para remediar a falta de braços (cf. *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, vol. I, págs. 275-277; outros exemplos ocorrem na mesma fonte).

(11) Cf. especialmente *Actas da Camara da Villa de São Paulo (1596-1622)*, vol. II, págs. 294 e 314 (outros exemplos ocorrem na mesma fonte).

(12) Cf. Alfredo Ellis Jr., *A Evolução da Economia Paulista e Suas Causas*, pág. 55; Roberto C. Simonsen, op. cit., pág. 333; e, especialmente, Afonso de E. Taunay, *História Setecentista da Vila de São Paulo*, Tip. Ideal de Heitor L. Canton, S. Paulo, 1929, vol. IV, págs. 209-211 (quanto à população branca, este autor consigna a informação de que em 1637 ela passava de 600 vizinhos; cf. pág. 334); Alcântara Machado, op. cit., págs. 169-171 (este autor informa que nos inventários do século XVII são enumerados pouco mais de cem escravos negros).

(13) Cf. Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 207-210.

(14) Cf. Afonso de E. Taunay, *História Setecentista da Vila de S. Paulo*, vol. IV, pág. 211. O escravo africano, para atlogir esse preço, precisava possuir um ofício.



dêste "delito ficaram culpados quase todos os moradores desta cidade, seu termo e comarca" (15). O mercado que abastecia os paulistas de escravos africanos era o Rio de Janeiro e não estava em condições de suportar o desordenado aumento da procura; daí a brusca elevação do preço das "peças", notada já por volta de 1700 (16).

A notícia do primeiro ouro descoberto dos paulistas surge na última década do século XVII. A partir de 1693, êles descobrem sucessivamente várias jazidas auríferas em Minas Gerais; pouco depois, fazem novas descobertas em Mato Grosso (de 1719 em diante) e em Goiás (de 1725 em diante). A exploração das jazidas diamantíferas inicia-se, por sua vez, em Minas Gerais, por volta de 1726 (17). Assim que os descobertos dos paulistas foram divulgados, apossou-se da Capitania e de tôda a Colônia, bem como da Metrópole, uma verdadeira "febre de ouro". Antonil foi testemunha dessa corrida para o ouro, e afirma que ninguém poupava sacrifícios para chegar à zona de mineração; "das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem" (18). Aventureiros de tôda espécie chegaram de Portugal para tentar fortuna fácil no Brasil. De modo que bem depressa a "fome do ouro" transformou-se, pela contingência do trabalho servil, em "fome do negro". Os engenhos de açúcar do norte do Brasil sofreram uma terrível sucção de braços (19); e os preços dos escravos africanos ou crioulos alcançaram nas zonas das minas níveis exorbitantes. Em 1703, êles custavam, em oitavas de ouro em pó: uma negra ladina cozinheira, 350 oitavas; uma mulata, 600 oitavas; um moleque, 120 oitavas; um molecão, 250 oitavas; um negro ladino, 300 oitavas; um crioulo oficial, um trombeteiro ou um mulato oficial, 500 oitavas (20). A necessidade de braços africanos tornou-se um grave problema para os paulistas; as novas atividades

(15) *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, vol. IV, pág. 54.

(16) Cf. Maurício Goulart, op. cit., págs. 125-127; de 40 ou 50 mil réis, o escravo africano passara a custar 200 mil réis no Rio de Janeiro (dados relativos a 1738; cf. J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História*, Liv. Acadêmica Editôra, Lisboa, 2ª ed., 1947, pág. 326). Os elevados direitos de entrada a que estavam sujeitos os escravos africanos elevavam ainda mais o seu preço (cf. Alcântara Machado, loc. cit.).

(17) Vários autores tentaram reunir os dados relativos ao ciclo de mineração e sua importância econômica; cf. especialmente: Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, tomo II, caps. I e II; J. Lúcio de Azevedo, op. cit., cap. VI. Sobre as relações entre a mineração e o desenvolvimento econômico de S. Paulo, cf. esp. Mafalda Zemella, *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, "Boletim 118 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo", 1951, passim; Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, passim; Alfredo Ellis Jr., *O Ouro e a Paulistania*, "Boletim XCVI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo", 1948, passim.

(18) André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, Liv. Progresso Editôra, Salvador, 1950, terceira parte, cap. V; citação extraída da pág. 225.

(19) Antonil, op. cit., pág. 286. Cf. também John Mawe, que se refere à ida dos primeiros aventureiros às regiões das minas, "trazendo consigo todos os negros que puderam comprar" (*Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*, trad. de S. B. Vianna; Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1944, pág. 172).

(20) Cf. Antonil, op. cit., pág. 234. É preciso notar que a mesma fonte consigna dados concernentes ao valor de troca de outras utilidades.



distraíam-nos do apresamento de indígenas, como relata um documento da época: em Guarapiranga o ouro era "em tanta cópia que lhes teve mais conta comprar com o que tiravam negros que divertirem-se a cativar índios" (21). No entanto, o mercado em que se abasteciam não tinha capacidade para supri-los e os entraves coloniais impediam o estabelecimento do tráfico direto com a África. Em Janeiro de 1701 obtiveram a permissão de comprar 200 africanos por ano no Rio de Janeiro e em agosto de 1706 essa quantidade foi elevada para 230, sendo que 200 se destinariam aos trabalhos das minas e 30 aos da lavoura (22). Mas parece fora de dúvida que os escravos comprados no Rio de Janeiro (e provavelmente nas próprias minas, procedentes do norte da Colônia) não preenchiam as necessidades de braços dos paulistas. No documento em que é solicitado o estabelecimento de tráfico direto com Angola e Cabo Verde, por exemplo, afirmava-se que "os moradores desta cidade e dos povos de serra acima são muito mal providos deles", tanto para os trabalhos agrícolas, quanto para os de descoberta e de mineração (23).

Este é um momento decisivo na história do negro em São Paulo. Graças aos descobertos, e às suas repercussões na economia paulista, os escravos negros começam a deslocar os escravos índios da posição que eles ocupavam na organização do trabalho servil. No comêço do século XVIII, o índio ainda era o principal agente do trabalho escravo; as atividades das bandeiras e os trabalhos de mineração se desenrolavam sem perturbar a coexistência de ambos. Em certas regiões, mesmo, como aconteceu em Mato Grosso e Goiás, o aproveitamento conjunto do trabalho índio e do trabalho africano pelos paulistas foi além dos primeiros ensaios de exploração das minas, ao contrário do que sucedera em Minas Gerais, onde a competição mais intensa entre brancos de várias procedências forçou com maior rapidez a substituição do índio pelo negro. Porém, vários fatores iriam determinar essa transformação substancial no sistema econômico de São Paulo, a qual redundou na eliminação progressiva do índio como fonte de trabalho servil. Aqui teremos que nos limitar à exposição de alguns deles, os que intervieram de modo mais direto no curso de importação dos escravos negros e na forma de exploração de suas energias.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a mineração deu origem a uma intensa competição dos brancos entre si. Os paulistas não possuíam nem capitais, nem recursos técnicos ou humanos, nem uma mentalidade econômica, que lhes garantisse uma supremacia decisiva na exploração das riquezas por eles descobertas. Os regu-

(21) Provisão régia de 1716, apud *Ciro T. de Pádua, op. cit., pág. 225; cf. também Alfredo Elis Jr., Resumo da História de S. Paulo, pág. 367.*

(22) *M. Goulart, op. cit., págs. 126-127 e nota de rodapé.*

(23) *Idem, págs. 137-138. O documento citado é de 1713.*



lamentos régios, elaborados entre 1607 e 1702, poderiam conceder-lhes amplas vantagens sobre os demais competidores, que afluíam rapidamente do Reino e de outros pontos da Colônia, se por acaso reunissem condições para transformar-se com relativa presteza e eficiência de agentes das descobertas em agentes da exploração organizada das minas (24). Logo se evidenciou, porém, que os paulistas não possuíam meios proporcionais à grandeza do empreendimento: os homens vindos da Bahia ou do norte da capitania e de Portugal, alguns dos quais eram ricos e traziam consigo numerosos agregados e muitos escravos negros (25), desalojaram-nos de importantes posições auríferas e empurraram-nos para outros descobertos, menos produtivos. O desfecho da competição com os emboabas fez que somente os paulistas "mais abastados" pudessem dedicar-se regularmente à mineração (26) e provocou o aparecimento de novos centros de interesses econômicos, ligados à permutação nas minas: o comércio, a exploração dos produtos agrícolas e da criação (27).

É preciso que se atente para o significado econômico desse processo. Ele marca a primeira etapa da integração da economia paulista, com um papel ativo e construtivo, no sistema econômico da Colônia. Graças a uma série de condições geográficas favoráveis, que não vem em conta examinar agora, São Paulo passou a competir com outras capitanias no abastecimento de uma pequena área de Minas Gerais e tornou-se o próprio eixo comercial de Mato Grosso e Goiás. Os reflexos dessas transformações na organização do trabalho escravo se fizeram sentir de forma imediata. O trabalho escravo indígena descansava em tais bases, que não podia alimentar uma economia de troca, ainda que limitada. Mesmo nos quadros de exploração do apresamento em escala "industrial", ele se mos-

(24) Esses regulamentos são condensados por Simonsen (cf. op. cit., vol. II, págs. 67-69). Convém assinalar que foram elaborados antes da eclosão dos conflitos com os emboabas e em uma época em que convinha à Coroa estimular os paulistas e suas bandeiras de pesquisas.

(25) Cf. esp. J. Lúcio de Azevedo, op. cit., pág. 312 e sets.; o leitor interessado no assunto poderá encontrar alguns dados sobre o financiamento das empresas mineradoras dos paulistas em Afonso de E. Taunay, *Na Era das Bandeiras*, Editora Companhia de Melhoramentos, S. Paulo, 1922, págs. 126-137. Apesar das limitações desses dados, eles deixam patente que os paulistas não estavam em condições de competir economicamente com os emboabas.

(26) Cf. *Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1735-1742)*, vol. V, pág. 270.

(27) Não é possível analisar aqui todos os aspectos da economia paulista da época; vários obstáculos impediram o desenvolvimento da produção agrícola nas zonas de mineração além dos limites do consumo local (Cf. *Roteiro da Viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá, e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790*, Tip. da Costa Silveira, S. Paulo, 1841, pág. 64; Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, pág. 76 e sets.). Em consequência, os gêneros deviam ser importados de outras regiões, em parte ou na totalidade, e permutados nas minas; a mesma coisa acontecia com o gado bovino, com os muares, com o ferro e o sal, etc. Sobre esses fatos, em conexão com a economia paulista, utilizamo-nos aqui das seguintes obras: Sérgio Buarque de Holanda, loc. cit.; Mafalda Zemella, op. cit., pág. 49 e sets.; Alfredo Ellis Jr., *A Economia Paulista no Século XVIII. O Ciclo do Muar. O Ciclo do Açúcar*, in "Boletim 115 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo", 1950, passim; idem, *O Ouro e a Paulistânia*, passim.



trara economicamente ruinoso (28). Tanto nas zonas de mineração, quanto nas fazendas agrícolas (e em menor proporção em outras atividades), a substituição do escravo indígena pelo escravo negro, africano ou crioulo, adquirira o caráter de um imperativo econômico. Em suma, o desenvolvimento de uma produção para escambo ou venda e a intensificação das explorações auríferas produziram efeitos paralelos, no que concerne à organização do trabalho escravo. O trabalho economicamente mais vantajoso expeliu lentamente, mas de forma fatal, o trabalho mais oneroso e menos produtivo. Essa era uma condição para o êxito dos moradores de São Paulo seja na competição com os comerciantes e os produtores do Rio de Janeiro e da Bahia, que desempenhavam um papel mais importante no abastecimento das minas, seja na competição com os demais mineradores.

Em segundo lugar, o deslocamento do núcleo das atividades econômicas, inicialmente para a mineração e depois para a lavoura, a criação e o abastecimento das minas, provocou o declínio das bandeiras de apresamento. O paulista continuava a usufruir o trabalho indígena e mesmo nos fins do século XVIII não faltavam ficções para justificar a exploração do trabalho dos nativos e sua redução a um cativo disfarçado. Os incentivos para o apresamento de índios desaparecem gradativamente, graças às novas condições de organização do trabalho escravo, às transformações por que passara a propriedade agrícola, e, principalmente, à atração exercida por atividades mais compensadoras e menos perigosas. Em consequência, o trabalho escravo indígena entra em crise, pois a sua própria fonte de renovação deixara de funcionar regularmente. Foi nessas circunstâncias, quando o trabalho escravo indígena estava condenado ao desaparecimento, que se promulgou o decreto de liberdade definitiva dos índios (1758), o qual ainda arruinou algumas famílias, cujos bens se reduziam à escravaria indígena que possuíam (29). Daí em diante, todavia, a regularidade do trabalho escravo passou a depender estritamente da importação de negros.

Por fim, é preciso considerar que a decadência das minas foi rápida. Em certas regiões, como em Cuiabá, o declínio fizera-se sentir logo: já em 1727 alguns mineiros começam a abandonar a região, em busca de outros centros de mineração (30). Em outras, como em Minas Gerais, a produção aurífera resiste maior lapso de tempo; mas, por volta de 1756, o declínio começa a manifestar-se

(28) Cf. Alcântara Machado, op. cit., pág. 170.

(29) Cf. J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo para o uso das Escolas de Instrução Pública, oferecido à Assembléa Provincial por...*, 1864, (Ms. pertencente à biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo), págs. 219-220.

(30) Cf. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., págs. 84-85.



também nessas regiões e se acentua progressivamente <sup>(31)</sup>. Contudo, a mineração produziu os seus efeitos. Uma incipiente economia de troca desenvolvera-se em São Paulo, com base na produção agrícola e na criação; várias regiões foram povoadas pelos índios, pelos negros, pelos brancos e por seus descendentes mestiços; todo um sistema de comunicações se criara ou se solidificara. E quando as esperanças do enriquecimento pelo ouro fácil desaparecem, alguns capitais refluem da mineração ou das atividades econômicas que lhe estavam subordinadas, para a agricultura. Alguns "sertanistas" e "mineiros" passam a dedicar-se, então, à criação, à lavoura de cana e à produção de açúcar <sup>(32)</sup>. Esse deslocamento de capitais e, particularmente, a fixação dos interesses econômicos na lavoura <sup>(33)</sup>, é que iria garantir a continuidade na procura e importação do braço negro. No trajeto percorrido entre os fins do século XVII e o terceiro quartel do século XVIII o negro não só adquirira uma posição no sistema econômico de São Paulo. Ele se tornara a própria fonte regular e exclusiva do trabalho escravo e da produção agrícola.

Os fatores que explicam a eliminação progressiva do índio pelo negro na organização do trabalho escravo também esclarecem porque o aumento de importação de escravos africanos ou crioulos não se traduziu por um aumento desproporcional do elemento negro na população de São Paulo. Como vimos, desde 1706 os negros importados se destinavam, na proporção de 20 para 3, aos trabalhos das minas; eles apenas transitavam por São Paulo, em sua maioria, ou eram negociados por intermediários nas zonas de mineração. Os trabalhos nas minas eram muito rudes, exigindo não só trabalhadores robustos, mas ainda contínua renovação de quadros humanos <sup>(34)</sup>. Segundo documentos da época, os escravos mais debilitados eram escolhidos para a lavoura, enquanto os mais fortes eram remetidos para os serviços de mineração <sup>(35)</sup>. De modo que a atração exercida pelo ouro atuou como um fator de restrição na fixação de escravos negros em São Paulo. Além disso, a decadência das minas abalou transitòriamente a economia paulista, provocando um

(31) Cf. Mafalda Zemella, op. cit., pág. 258 e sets.

(32) Cf., por exemplo, Manoel Eufrázio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguido da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*, Tip. Universal de Eduard & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1879 (2 vols.); vol. I, págs. 16 e 17-18. Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, Arthur Bertrand, Libr. Édit., Paris, 1851 (2 vols.); vol. I, págs. 158-159, 173, 175, 178, 186, 190-191 e 199.

(33) Cf. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., págs. 222-224 (este autor se refere à formação da nova mentalidade econômica, que começa a tomar corpo pelos meados do século XVIII, como uma espécie de linha divisória entre a nova geração e os "antigos").

(34) Cf. Afonso de E. Taunay, *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*, págs. 624-626. Este autor cita um exemplo: em Goiás acontecia morrerem 100 escravos no período de um ano, "coisa nunca acontecida aos agricultores". Além das próprias condições de trabalho, terríveis e deshumanas no comêço, alguns autores mencionam a malignidade do clima (cf. F. J. de Lacerda e Almeida, op. cit., pág. 64) e os ataques de tribos indígenas hostis (cf. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., pág. 194).

(35) Cf. Ciro T. de Pádua, op. cit., págs. 219-221.



interregno de reintegração das atividades de produção e de troca, que se caracterizou pela estagnação de toda a vida econômica. Contínuas sucções de elementos da população masculina para a formação de tropas agravaram ainda mais os efeitos críticos da decadência da mineração (36). Em consequência, o afluxo de escravos negros para a lavoura perde a intensidade que adquirira no período de apogeu das explorações auríferas, pois os possíveis mercados consumidores da produção agrícola de São Paulo ou perderam a capacidade aquisitiva anterior ou já contavam com fontes próprias de abastecimento como acontecera em diversas regiões de Minas Gerais (37).

Os poucos dados sobre a população no século XVIII, que possuímos, não só comprovam os principais resultados da análise desenvolvida, como ainda deixam patente que se processou um verdadeiro refluxo da população livre e escrava das zonas das minas para a Capitania de São Paulo. Em 1766, por exemplo, toda a capitania contaria com 39.034 habitantes, pouco mais ou menos (38). Vilhena aceita como exatas certas indicações, concernentes ao mesmo quartel desse século, segundo as quais viveriam na capitania 52.611 indivíduos, dos quais 11.098 brancos, 32.526 índios e 8.987 negros (39). Já em 1797 a população da capitania se distribuiria, segundo o sexo e a cor, da seguinte maneira (40):

	Brancos	Negros	Pardos	Total
Homens .....	42.270	20.669	14.236	77.175
Mulheres .....	47.053	17.971	16.251	81.275
	<u>89.323</u>	<u>38.640</u>	<u>30.487</u>	<u>158.450</u>

(36) Cf. esp. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., pág. 267 e sets. Vários autores da época se referem à decadência econômica de São Paulo, nos fins do século XVII; tendo em vista o objeto do presente trabalho, seria supérfluo citá-los aqui. Veja-se Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)*, Departamento de Cultura de São Paulo, 1949, Vol. I, 2ª parte, caps. IX e X; e Roberto C. Simonsen, op. cit., vol. I, pág. 364.

(37) Samuel H. Lowrie aponta a importância dos dois fatores (emprego preferencial do negro na mineração e estagnação econômica de S. Paulo nos fins do século XVIII) na limitação da fixação de negros em S. Paulo (cf. op. cit., págs. 9-10).

(38) José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista ou Relação Histórica dos Factos mais importantes ocorridos em S. Paulo desde a chegada de Martim Afonso de Souza a S. Vicente até 1898*, editada pelo Governo de S. Paulo, Imprensa nas Oficinas do Diário Oficial, São Paulo, 1901, 3 vols.; vol. III, pág. 617. Os dados foram extraídos de um documento de 10-XII-1766; nele não constam indicações relativas à população masculina de seis localidades.

(39) Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de Notícias da Capitania de São Paulo dividida em duas partes e acompanhada de duas plantas geográficas interessantes e pouco vulgares para servir na parte que convier de elementos para a História Brasileira (Lisboa, MDCCCII)*, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1953, pág. 39. Vilhena não indica de que autor extraiu a informação, mas é provável que seja do Pe. G. T. Raynal (*História Filosófica e Política, etc.*, cuja primeira edição é de 1770). Fornece ainda outras informações, pelas quais se infere que a capitania contaria, na época em que redigiu sua *Recopilação*, aproximadamente 140.460 habitantes.

(40) *Mapa geral dos habitantes da Capitania de São Paulo no ano de 1797*, in *Documentos interessantes*, Arquivo do Estado de S. Paulo, vol. XXXVI, São Paulo, 1901, pág. 157.



Ora, êsses dados indicam, quanto aos aspectos aqui considerados, que o elemento indígena prevalecia, ainda no terceiro quartel do século XVIII, sobre o elemento negro, na proporção aproximada de 3,6 para 1. O que significa, sem dúvida, que a desproporção existente nos séculos anteriores entre ambos os elementos ia desaparecendo em conexão com o deslocamento do índio pelo negro no sistema de trabalho. Parece ainda que a abolição definitiva da escravidão indígena acentuou a eliminação do braço indígena, em vez de poupá-lo, o que é facilmente compreensível tendo em vista a dinâmica das relações de produção sob o regime de trabalho servil.

Quanto à vila de São Paulo, que nos interessa particularmente por ser o próprio campo dos nossos estudos, a documentação revela que se desenvolvera relativamente, beneficiando-se particularmente com o comércio das minas de Goiás e Mato Grosso e com a exploração em escala econômica da produção agrícola e da criação. Em 1766, contaria 833 fogos e possuiria 3.820 habitantes (41). Os dados relativos a 1777 revelam que a população aumentara, abrangendo 4.409 habitantes, dos quais 2.423 livres (brancos, índios, mestiços e libertos) e 1.986 escravos (africanos e negros crioulos) (42). Em média, cada proprietário possuía de 1 a 5 escravos; mas, alguns possuíam mais do que isso: havia os que tinham de 10 a 30 escravos e notam-se dois que contavam com 51 e com 104 escravos (43). Os escravos deveriam ser aplicados, na quase totalidade, nos serviços da lavoura. É conhecida a estrutura profissional e artesanal de São Paulo nessa época. Pela distribuição das ocupações, verifica-se que os artesãos, profissionais liberais e comerciantes se recrutavam na população branca. Os dados concernentes a 1767 patenteiam que somente um negro escravo seria pedreiro; entre os mulatos e pardos, são enumerados um alfaiate, um barbeiro, um sapateiro, um ourives, um pescador, 18 sem profissão definida e um fôrro, que seria sapateiro (44). Essas indicações são deveras importantes. Sabe-se que durante o regime de exploração do trabalho indígena, os brancos forneceram os quadros de que saíam os artesãos, os homens que se ocupavam com as "profissões mecânicas". Os dados transcritos evidenciam que as tendências de incorporação do negro ao sistema de trabalho servil não abrangiam, de forma apreciável (considerando-se também os mulatos escravos e forros), as ocupações artesanais tra-

(41) Cf. J. Ribeiro, *op. cit.*, pág. 617. Sobre a população da vila de S. Paulo em 1767. Cf. *Documentos interessantes*, vol. LXII (Arquivo do Estado de S. Paulo, São Paulo, 1937).

(42) *Lista geral de todo povo desta cidade, e seus subúrbios, pertencentes a Comandância do Capm. da Ordenança da mesma, Antônio Francisco de Sá. São Paulo, 31 de dezembro de 1777. Arquivo do Estado. Mapas de População da Capital (1765-1782), maço I.*

(43) Sérgio Milliet, *Recenseamentos antigos*, in "Roteiro do Café e outros ensaios", 3ª ed. revista e aumentada, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1941, pág. 137.

(44) Cf. *Documentos Interessantes*, vol. LXII, já citado.



dicionalmente exercidas pelos brancos (45). Em outras palavras, as tendências de especialização do braço escravo negro se dirigiam, de fato, para a lavoura e atividades subsidiárias.

Alguns autores afirmam que a expansão mineradora criara em São Paulo um novo sistema econômico, baseado na produção agrícola e na criação em escala de uma economia de troca. Embora a mineração tenha, de fato, alargado os quadros da economia de subsistência, com a intensificação em pequenas proporções da produção agrícola e da criação, e operado a transformação do escambo puro e simples em atividades mercantis propriamente ditas (46), essa afirmação está aquém da verdade histórica. É possível, mesmo, que o surto econômico provocado pela mineração não passasse de um episódio efêmero e sem continuidade, se não se processasse uma ampla redistribuição de populações e de capitais (47), em conexão com o declínio progressivo da produção aurífera. O que se precisa considerar em primeiro plano é que a mineração não deu origem a um mercado capaz de absorver em quantidades apreciáveis os produtos que alimentavam a "grande lavoura", que se construía no Brasil colonial em torno da exploração do açúcar, do algodão e do tabaco; ela somente estimulou a produção nos setores da "agricultura de subsistência" e de criação (48). Donde se conclui que não se poderia explicar o desenvolvimento da "grande lavoura" em São Paulo pelos efeitos imediatos do ciclo de mineração. Aliás, o que se entende por "grande lavoura" surge tardiamente em São Paulo, como uma reação à decadência econômica produzida pelo declínio da mineração. Em outras regiões, como a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, as reações foram diferentes, mas produziram de maneira uniforme uma intensificação da produção agrícola (49). Por isso não temos dúvidas em afirmar que o desenvolvimento agrícola de São Paulo, a partir do terceiro quartel do século XVIII, não apresenta outras peculiaridades além daquelas que resultaram das condições locais em que se operou tão importante transformação

(45) Sobre a estrutura artesanal da Vila de São Paulo no século XVIII, conforme Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, vol. citado, cap. XXIV. Graças às facilidades encontradas no novo ambiente, alguns artifices compravam escravos, instruíam-nos em suas ocupações e passavam a recolher os seus jornais (cf. op. cit., pág. 104; e vol. II, 1ª parte, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1951, pág. 20). Isso deve ter facilitado o acesso de negros e mulatos, tanto cativos quanto forros, a um limitado número de *profissões mecânicas*.

(46) Cf. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., págs. 200-201, em que analisa a nova mentalidade dos comerciantes que iam de São Paulo negociar nas minas.

(47) As duas coisas são inseparáveis. Não só porque as pessoas transportavam consigo o ouro ou as riquezas, mas principalmente porque os escravos constituíam a principal inversão de capital dos senhores.

(48) Os termos "grande lavoura" e "agricultura de subsistência" contrastam os dois tipos básicos de produção na economia colonial: a primeira, fornecia os gêneros para o comércio exterior e a segunda, os gêneros destinados ao consumo interno, o que não excluía, naturalmente, a exportação de gêneros de consumo nem o consumo de gêneros de exportação, de uma forma peculiar (cf. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*, Liv. Martins Ed., S. Paulo, 1942, pág. 137; sobre essa importante distinção para a compreensão da economia colonial brasileira, cf. págs. 113-163).

(49) Cf. Caio Prado Jr., loc. cit., *passim*.



econômica. No mais esta se explica pelos mecanismos de substituição periódica de uns produtos por outros na economia colonial brasileira.

É necessário dispensar bastante atenção a esta fase da vida econômica de São Paulo. Na história deste Estado, o negro não é tão importante pelo papel que desempenhou no período de mineração, quanto pelo que representou para a constituição e o desenvolvimento da "grande lavoura". Todos reconhecem que o progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX, e que ela mesma seria inconcebível sem o negro escravo. No entanto, supõe-se que isso é verdadeiro no sentido mais simples: de que aos negros coubera a parte do agente passivo, do rude e mudo instrumento de trabalho, inexpressivo como fator histórico. Raciocinando-se desta maneira, perde-se de vista que a escravidão, como instituição social, se articulava dinamicamente com o sistema econômico de que fazia parte; se era por ele determinada, reagia sobre ele por sua vez, e o determinava. Talvez em bem poucas situações histórico-sociais se poderá apreciar a escravidão operando como um "fator social construtivo", como na fase do desenvolvimento da economia paulista que ora nos preocupa.

Graças às transformações operadas nas relações de trabalho, o negro tornara-se, no decorrer do século XVIII, como vimos, o principal instrumento da produção agrícola. Todavia, esta tendia inevitavelmente para o padrão da "agricultura de subsistência", um pouco alargada pelo comércio de gêneros nas minas, ao longo de alguns caminhos e nos poucos mercados consumidores com que contavam os paulistas. (50). Essas condições correspondiam favoravelmente ao intercâmbio com as minas, pois assim as lavouras não atraíam muitos braços escravos, limitando-se a absorver os elementos residuais ou os excessos de mão de obra. À medida que a produção aurífera declina, porém, observa-se, a partir do terceiro quartel desse século, um progressivo aumento da população livre e escrava, ligado com os deslocamentos demográficos produzidos pela crise da mineração. Ocorre então um fenômeno curioso. O número de escravos se eleva constantemente, em flagrante desproporção com as exigências limitadas de uma "agricultura de subsistência", cujas sobras já não poderiam contar com grandes possibilidades de escoamento. Assim, os escravos tornaram-se onerosos para os senhores, sem que se oferecesse, nos quadros da economia de subsistência vigente, um corretivo natural para o desequilíbrio, ao contrário do que sucedera nos fins do século XVI e começos do século XVII com referência ao escravo indígena. Os escravos negros representavam uma imobilização de

(50) Sobre a situação da economia paulista nos fins do século XVIII, cf. Manuel Cardoso de Abreu, *Divertimento admirável* (documento relativo a 1780, transcrito por Simonsen, op. cit., vol. I, págs. 351-354).



capital, apreciável em face da estagnação econômica, e davam origem a despesas, consideráveis para as circunstâncias, invertidas em sua alimentação e conservação (51).

Esse desequilíbrio, que resultava da incompatibilidade existente entre as proporções assumidas pela escravidão e a "agricultura de subsistência", só se corrigiria pela evolução no sentido da "grande lavoura". A escravidão agia, portanto, como um fator histórico, operando dentro da sociedade como um agente de desagregação do antigo sistema econômico e como uma condição favorável à formação de um tipo mais complexo de exploração econômica. Contudo, vários obstáculos se opunham a esta transformação; entre eles, cumpre enumerar os mais importantes: 1) a agricultura não era encarada pelos brancos, tanto os descendentes dos antigos paulistas quanto os imigrantes portugueses, como uma atividade social nobilitante e facilmente rendosa (52); 2) mantinham-se as técnicas agrícolas antiquadas e o seu ritmo de aplicação resultante da produção para subsistência (53); 3) as vias de comunicação, constituídas por estradas que seriam antes "escavações de trabalhoso trânsito", não comportavam senão o pequeno movimento do acanhado comércio de gêneros (54); 4) e, por fim, o círculo vicioso que surge quando se pretende, no terceiro quartel do século XVIII, iniciar uma economia de troca: ou não existem excessos de produtos para exportação ou, quando eles aparecem, não existem compradores e os entraves coloniais prejudicam o comércio dos artigos (55). Tais obstáculos nasciam das próprias condições da "agricultura de subsistência" e estavam destinados a desaparecer aos poucos, à medida que aquelas condições se transformassem e se ajustassem ao regime econômico da "grande lavoura". Entretanto, quando surgiram as

(51) Segundo um documento relativo a 1768, só para vestir o escravo o senhor devia gastar 3\$480 por ano (apud Roberto C. Simonsen, op. cit., vol. I, pág. 368). O trabalho agrícola do escravo não ocasionava nenhuma compensação econômica atrativa e o tornava, nas condições da economia de subsistência de então, uma fonte de prejuízo (cf. especialmente Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de S. Paulo*, vol. I, 2ª parte, pág. 147).

(52) Cf. esp. F. J. de Lacerda e Almeida, op. cit., págs. 86-87; J. J. Machado de Oliveira, op. cit., pág. 246; Afonso de E. Taunay, op. cit., vol. I, 2ª parte, pág. 88 (dados relativos a 1766 e 1767, no governo do Morgado de Mateus). J. Mawe afirma que se considerava a lavoura, em S. Paulo, como uma "ocupação vil e degradante" (op. cit., pág. 82). Era uma consequência da valorização das atividades dos *bandeirantes* e do fascínio exercido pela mineração.

(53) Cf. esp. A. de E. Taunay, op. cit., vol. II, 1ª parte, págs. 15-17 (cf. nota anterior). Sobre as técnicas de produção e conservação dos produtos agrícolas, conhecidas em S. Paulo nessa época e princípios do século XIX, conforme Marechal Daniel Pedro Müller, *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de S. Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*, reedição literal, "O Estado de S. Paulo", São Paulo, 1923, págs. 24-30. Os viajantes também deixaram descrições dos processos agrícolas; cf. especialmente J. Mawe, op. cit., págs. 82-83 e 91.

(54) Sobre os aspectos da vida econômica de S. Paulo aqui considerados, inclusive a situação das vias de comunicação, cf. Antônio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *Memória sobre melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte a todas as outras províncias do Brasil*, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1822 (oferecida a D. João VI em 1810), Parte II cap. III. A citação no texto foi extraída de D. P. Müller, op. cit., pág. 103. Cf. ainda R. C. Simonsen, op. cit., págs. 356-361.

(55) Cf. esp. A. de Taunay, op. cit., vol. I, 2ª parte, págs. 140-146, e vol. II, 1ª parte, págs. 17-18 e 23; J. J. Machado de Oliveira, op. cit., págs. 283-284 e 299-303.



primeiras tendências para a organização da produção agrícola para exportação, êsses obstáculos se erigiram em poderosas barreiras à evolução do sistema econômico. A pressão modificadora exercida pela escravidão produziu resultados positivos porque ela se associava a um conjunto de fatores que operavam no mesmo sentido. De um lado, deve-se considerar que a procura de certos artigos tropicais produzidos no Brasil, como o açúcar, o algodão e o café, aumentara no exterior. De outro, que processos não menos importantes ocorreram concomitantemente na economia paulista: 1) duas produções foram selecionadas, graças às próprias condições favoráveis de adaptabilidade ao meio físico ambiente e de exploração econômica — a da cana de açúcar e a do café (56); 2) a aceitação da lavoura como fonte de renda e de equilíbrio econômico se impunha irresistivelmente, já que a gente de prol pretendia manter a todo custo o abastado padrão de vida ao qual se acostumara no período próspero da mineração, o que não poderia ser conseguido, indefinidamente, mediante as ficções proporcionadas pela consagração e abuso do crédito (57).

É impossível dispensar maior atenção às condições econômicas da transição da "agricultura de subsistência" para a "grande lavoura" em São Paulo. O fato relevante é que essa tendência, incipiente nas duas últimas décadas do século XVIII, torna-se progressivamente avassaladora. Como consequência, modifica-se a correlação dos fatores sociais e a "grande lavoura", produto das condições econômicas anteriores, reage sobre elas e as transforma. Elabora-se então a estrutura do novo mundo social, em que o negro e os seus descendentes mestiços viriam a ser, durante quase um século, os únicos agentes do trabalho escravo e os principais artífices da produção agrícola. A fase de prosperidade econômica que se inicia, a

(56) A cana de açúcar desenvolveu-se melhor e mais rapidamente na zona do Oeste paulista, onde já daria margem a algum comércio por volta de 1760, enquanto que o café, no início, se expandiu com maior intensidade no litoral paulista e no Vale do Paraíba. Sobre as condições de seleção dos dois produtos nas lavouras paulistas, cf. especialmente: a) quanto ao açúcar, Afonso de E. Taunay, op. cit., vol. I, 1ª parte, págs. 142 e 146 e vol. II, 2ª parte, pág. 17. As perspectivas de exportação do açúcar para o Reino já começam a ser examinadas sob o governo do Morgado de Mateus (em 1768); o aumento da produção se fez paulatinamente, mas na última década do século XVIII os entraves opostos pela legislação colonial começam a ser combatidos. Só em 1808, graças ao ato da *abertura dos portos*, é que a situação se modificou definitivamente, proporcionando melhores condições de exportação para a produção açucareira de S. Paulo (cf. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., págs. 283-303); b) quanto ao café, cf. Afonso de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, edição do Departamento do Café, Rio de Janeiro, 1939, tomo II, passim. A produção e a exportação deste produto tinham pequena importância na última década do século XVIII, mas se desenvolveram com tal rapidez, que antes do meado do século seguinte já deslocara o açúcar da situação de produto principal da economia paulista (cf. esp.: A. de E. Taunay, op. cit., tomo III, pág. 31 e sts.; Alfredo Ellis Jr., *O Café e a Paulistânia*, Boletim 141 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, 1951, parte II, cap. III).

(57) Cf. os dados relativos à conduta dos "paulistas abastados", contidos em documentos de 1766-1768, expostos por Taunay (*História da Cidade de S. Paulo*, vol. I, 2ª parte, págs. 105-106 e vol. II, 1ª parte, págs. 21-23; êste autor salienta o contraste entre o luxo da "gente branca" e os demais componentes da população, que viviam em condições de notável miséria).



primeira de efeitos realmente duradouros, descansa de maneira literal na exploração das energias físicas e morais do escravo negro. O panorama econômico nacional se modifica de tal modo, que o eixo da economia agrícola se desloca do norte para o sul do país (para as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), as quais acabariam conhecidas como as províncias negreiras da Nação (58).

O desenvolvimento da “grande lavoura”, porém, foi relativamente lento. A situação em que se encontrava a economia paulista, no início do século XIX, nada tinha de brilhante, de acordo com o testemunho dos contemporâneos, os viajantes principalmente. Houve, mesmo, quem se preocupasse com as razões do mau estado da lavoura e com os meios para melhorá-la (59); e Saint-Hilaire pôde observar, ainda no primeiro quartel do século, quando o açúcar já contava de forma decisiva, que os senhores de engenho viviam em “um estado de apuros quase contínuo” (60). Mas, em 1836, na província de São Paulo existiam 576 engenhos de açúcar, 425 destilarias de aguardente e 887 fazendas de café (61), desprezando-se as explorações agrícolas de pequena monta e as engenhocas de rapadura. O açúcar e a aguardente forneciam, em conjunto, o valor mais elevado na produção e na exportação, em que representavam mais do que o dôbro do valor alcançado pelo café (62).

Esse desenvolvimento se refletiu, naturalmente, na composição da população. Os dados estatísticos que possuímos, embora mereçam pequena confiança, revelam que a tendência ao aumento da população, iniciada nos fins do século XVIII, tomara maior ímpeto. O açúcar, a aguardente e o café (êste em menores proporções no comêço), atraíam para São Paulo tanto a “mão de obra escrava”, quanto a “gente branca”. A procura e a importação de negros (crioulos ou africanos), aumentara sensivelmente — nem poderia acontecer outra coisa (63). Nessa época, cada fazenda absorvia de

(58) Isso, no último quartel do século XIX (cf. Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Livraria Editôra Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1924, pág. 60.

(59) Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, op. cit., passim.

(60) Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, tomo I, pág. 260. Observação concernente ao ano de 1819 (cf. pág. 324).

(61) Daniel P. Müller, op. cit., tabela n. 4, págs. 130-132.

(62) Daniel P. Müller, op. cit., tabelas 2 e 3, págs. 122-129. Sobre a produção e a exportação do açúcar, em comparação com o café, além de Taunay (cf. nota 53), vejamos os dados fornecidos por Paulo R. Pestana, *A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num Século (1822-1922)*, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, São Paulo, 1923, pág. 11 e segs. Hércules Florence informa que, por volta de 1825, desciam nas mulas para Santos uma média de 500 a 550 mil arrobas de açúcar por ano, o que é consistente com dados estatísticos que possuímos sobre a exportação do produto (cf. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, trad. do Visc. de Taunay, 2ª ed., Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1948, pág. 37).

(63) Em 1825, por exemplo, o maior valor na importação de S. Paulo consistia em escravos, que atingiam o montante de 2.491 indivíduos (cf. Paulo R. Pestana, op. cit.,



20 a 30 escravos, em média, havendo contudo plantações em que se empregavam escravarias superiores a 100 ou a 150 indivíduos (64). Algumas indicações são suficientes para ilustrar as flutuações demográficas apontadas:

ANO	CÔR	CONDIÇÃO		TOTAL
		LIVRE	ES CRAVA	
1811 (65)	Branca	112.965	—	112.965
	Parda	44.053	10.548	54.601
	Negra	3.951	37.602	41.553
	Total	160.969	48.150	209.119
1815 (66)	Branca	115.203	—	115.203
	Parda	44.289	11.043	55.332
	Negra	4.966	40.229	45.195
	Total	164.458	51.272	215.730
1836 (67)	Branca	172.879	—	172.879
	Parda	59.454	14.722	74.176
	Negra	6.811	72.211	79.022
	Total	239.144	86.933	326.077

pág. 39). Sobre o período de 1813-1817, cf. John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, trad. de Milton da Silva Rodrigues, Liv. Martins, Rio de Janeiro, 1942, pág. 403.

(64) Para maiores especificações, por zona e tipo de produção agrícola, cf. A. de Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. III, pág. 67 e segs.

(65) Cf. dados obtidos do conde da Barca por Eschwege (*Journal von Brasilien*, II, pág. 160), apud A. Saint-Hilaire, op. cit., vol. I, págs. 108 e 124-125; *Relatório apresentado à Assembléia Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Paulino José Soares de Souza*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1870 (anexo D, págs. 106-112); A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. II, págs. 334-340. No *Relatório* constam também dados relativos a 1814 e 1819, que não foram utilizados no texto.

(66) *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820 gemacht und beschrieben von Dr. Joh. Bapt. von Spix und Dr. Carl Friedr. Phil. von Martius*, 1º vol., gedruckt bei M. Lindauer, München, 1823, págs. 238-239. É preciso notar que foram feitas algumas correções em certas somas. Neste trabalho não foram expostos os dados relativos a 1816, contidos em Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *A Igreja do Brasil* (in "Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil", tomo XXIX, parte 1ª. Rio de Janeiro, 1866, págs. 159-199; cf. mapa n. 3), por ser dispensável; nem os do recenseamento de 1822, no qual se cometeram muitas confusões (cf. Paulo R. Pestana, op. cit., págs. 3-4).

(67) Daniel P. Müller, op. cit., págs. 154-169. Nos totais expostos foram excluídos 825 índios, o que elevaria a população total da capitania para 326.902 indivíduos. A. Saint-Hilaire (op. cit., pág. 125) apresenta tais dados como referentes a 1838, e Daniel P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de S. Paulo)*, *Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e de Diversas Províncias*, trad. de M. N. Vasconcelos, Liv. Martins, S. Paulo, 1940, pág. 295), como relativos a 1839!



Saint-Hilaire tentou explicar o desenvolvimento da população paulista compreendido entre 1811 e 1836 (ou 1813 e 1838, como delimitou, por lapso); interessa-nos, em particular, a relação que êsse cientista-viajante descobriu entre o aumento da população escrava e a lavoura do açúcar na zona central do Estado: o desenvolvimento da produção açucareira fez-se acompanhar de um aumento da população de côr negra e escrava, o qual foi mais acentuado nas regiões em que os moradores ou povoadores brancos possuíam maiores recursos (68). As estatísticas de Daniel P. Muller deixam patente que o mesmo fenômeno se repetia, em proporções menores, na zona norte do Estado, graças à incipiente produção cafeeira. Em suma, a expansão da "grande lavoura" refletiu-se diretamente na composição da população escrava, provocando, de modo bem nítido a partir do primeiro decênio do século, uma elevação progressiva na importação de escravos negros (crioulos e africanos) (69). Os dados aqui expostos, considerando-se também os relativos a 1797 (cf. pg. 449), permitem registrar que a média de aumento anual da população escrava, com referência ao elemento negro, cresce continuamente, tornando-se êsse crescimento verdadeiramente apreciável depois de 1815.

O processo econômico, que foi tão sumariamente exposto nas páginas precedentes, repercutiu de duas maneiras distintas na constituição do agrupamento social, que é objeto de nossa análise — a cidade de São Paulo. Primeiro, porque as tendências agrícolas se fizeram sentir também no seio de sua população; muitos dos seus moradores, inclusive os que não residiam nas freguesias mais afastadas (como as dos Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cutia, Juqueri, etc.), dedicavam-se a atividades agrícolas, mesmo à plantação da cana de açúcar e do café, como testemunham os viajantes e é documentado pelas estatísticas (70). Segundo, porque a expansão

(68) Cf. A. Saint-Hilaire, op. cit., págs. 126-131, quanto à população considerada como um todo, e 337-341, 363-364, 412-413, quanto a centros de produção agrícola na zona referida (Itu, Pôrto Feliz e Itapetininga).

(69) Seria conveniente observar: a) as estatísticas, a partir de 1836, permitem separar os negros crioulos dos negros africanos; b) Parece que a principal fonte de aumento da população escrava consistia, nessa época, na importação de escravos, diretamente do Rio de Janeiro ou através do pôrto de Santos; c) O leitor interessado encontrará em Samuel H. Lowrie (op. cit., pág. 10 e segs.), uma análise estatística do desenvolvimento da população negra em S. Paulo, inclusive no período em questão.

(70) Entre os viajantes, a principal fonte é o livro de Mawe (op. cit., págs. 83-85 e 88-89), seguindo-se-lhe Saint-Hilaire, (op. cit., vol. I, págs. 247, 291-297 e 322-327). Outras indicações, com referência ao período considerado, se encontram nas seguintes obras: Gustavo Beyer, *Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sôbre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada*, trad. de A. Löfgren, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico", vol. XII, tomo de 1907, S. Paulo, 1908, págs. 291-292; Daniel P. Kidder, op. cit., págs. 197-204; D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo)*, trad. de E. Dolianiti, revisão e notas de E. S. de Mendonça, Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1941, vol. II, págs. 131-132; J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, trad. de D. F. Lahmeyer e revisão de B. F. Ramiz Galvão e B. de Magalhães, Imprensa Nacional, Rio de



agrícola da zona central do estado criou novas condições para o desenvolvimento do comércio na cidade de São Paulo. A produção daquela zona (ao contrário da do vale do Paraíba, subsidiária do mercado do Rio de Janeiro), escoava-se pelo pôrto de Santos, o que contribuiu poderosamente para transformar a cidade de São Paulo em ponto de trânsito dos produtos de exportação ou importação e em centro comercial das populações de uma parte importante do Interior (71). Essa complicação do sistema econômico da cidade foi o ponto de partida da diferenciação ocupacional mais profunda, que iria operar-se posteriormente, pois então começam a surgir as necessidades de produção e de troca peculiares a zonas urbanas (72). E serviu como um foco de polarização da mão de obra, tanto escrava quanto livre. Pelo que parece, os "ofícios" eram desempenhados por homens livres mas entre estes não só contavam os libertos (de preferência os mais claros), como se abriam várias perspectivas de aproveitamento do trabalho escravo em tarefas ocasionais, no artesanato urbano e principalmente nos serviços domésticos da residência dos senhores (73).

Todavia, a nova fase de prosperidade se inaugurava sob a égide da "grande lavoura". As regiões ocupadas pela cidade e seu termo não ofereciam condições favoráveis ao desenvolvimento acentuado das duas produções agrícolas em que ela se alicerçava em terras paulistas: a cana de açúcar e o café. Verifica-se isso, indiretamente, pelo valor da produção em 1836, por exemplo, que atingira a 100:006\$345, no distrito e seu termo, apesar da variedade dos produtos explorados (café, aguardente, chá, algodão, gêneros de subsistência, criação, etc.); essa soma não chegava à metade ou a um terço da produção dos centros agrícolas principais (como Bananal, Lorena, Pindamonhangaba e Jacareí ou São Carlos, Mogi-Mirim e Itu), embora igualasse ou superasse a de outros, que com o tempo

---

Janeiro, 1938, vol. I, págs. 210-212. Segundo as estatísticas de 1836, existiam na cidade de S. Paulo e seu termo alguns engenhos de destilação de aguardente, 24 fazendas de criação e 3 fazendas de café (cf. Daniel P. Müller, op. cit., pág. 310).

(71) A principal fonte para o estudo do comércio em S. Paulo dos princípios do século XIX é, sem dúvida, A. Saint-Hilaire (cf. op. cit., vol. I, págs. 247, 259, 262, 275-276). Veja-se também J. Mawe, op. cit., pág. 79.

(72) Saint-Hilaire deixa evidente, em suas explanações, que o nível de vida das populações da cidade e seu termo, e a mentalidade que regulava a produção econômica (típicamente precapitalista), se opunham ao desenvolvimento da economia urbana (cf. esp. vol. I, págs. 263-264 e 288-291).

(73) Sobre a estrutura profissional da cidade, cf. Daniel P. Müller, op. cit., págs. 242 e 244. Veja-se ainda: A. Saint-Hilaire, op. cit., vol. I, pág. 247; 264, 268-269, 271-272, 283-284, e 288-291; J. Mawe, op. cit., págs. 79 e 91; J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, op. cit., vol. I, págs. 209-212; G. Beyer, op. cit., pág. 292. Muitos senhores viviam do aluguel dos seus negros e as negras se ocupavam também como quitandeiras. Entre os *tamaradas*, que trabalhavam como *tropeiros*, encontravam-se vários negros (cf. H. Florence, op. cit., pág. 37). Nem todos os fazendeiros dispunham de *tropas* para o transporte dos produtos para Santos e precisavam lançar mão do serviço alugado dos *tropeiros* profissionais (cf. D. P. Kidder, op. cit., pág. 168). Entre os *tropeiros* profissionais contavam também os negros libertos. Saint-Hilaire chega a afirmar que eles gostavam dessas atividades.



viriam a tornar-se grandes produtores agrícolas. (74) Por sua vez, as margens deixadas pela exportação do açúcar e de alguns outros gêneros das regiões subsidiárias do mercado da cidade de São Paulo não eram suficientemente altas para fomentar um comércio consistente e intenso (75). Os fazendeiros viam-se ainda, em sua maioria, às voltas com os créditos utilizados para a compra dos escravos (76), não estando portanto em condições de empatar os seus recursos com artigos supérfluos. Isso explica porque o ritmo demográfico da cidade de São Paulo, em rápido crescimento nos fins do século XVIII, estaciona repentinamente e chega a declinar nos quatro primeiros decênios do século XIX. Aparentemente, o fenômeno seria o resultado das sucessivas convocações para a tropa. O engajamento de 1808, em particular, teria sido verdadeiramente desastroso, além de dramático; a êle sucederam-se outros, como em 1814 e 1817 (77). Sem dúvida, o recrutamento contribuía para perturbar a evolução demográfica da cidade: aos indivíduos incorporados às tropas é preciso acrescentar-se os que se evadiam, visando evitar males maiores. Mas as razões do desequilíbrio parecem ser mais profundas. As perspectivas econômicas abertas para os lavradores na cidade de São Paulo não se comparavam com as que se ofereciam nas zonas prósperas do Oeste paulista e do vale do Paraíba. Daí, possivelmente, o abandono da região por fazendeiros que estavam nela instalados e, o que possui maior importância, o pequeno interesse que ela despertava nos que se dispunham a empreender a exploração agrícola segundo o novo estilo (78).

Os dados sobre a população da cidade e seu termo de que dispomos não merecem senão uma confiança relativa. Saint-Hilaire chega a afirmar, a respeito deles, que criavam dificuldades quase inextricáveis, no que tinha razão. O cômputo da população se

(74) Cf. Daniel P. Müller, op. cit., pág. 125; comparem-se os dados que fornece nesta página com os demais (124-129).

(75) Cf. acima, referências contidas nas notas 71 e 72. Spix e Martius notaram que o luxo entre os moradores de São Paulo não era tão desenvolvido quanto o que era ostentado pelos moradores da Bahia, Pernambuco e Maranhão, assinalando ainda que a influência civilizadora da Europa era então pequena no acanhado meio social da cidade (cf. op. cit., vol. I, pág. 209). Além disso, as estatísticas financeiras relativas ao exercício 1835-1836 acusam um déficit de quasi 545 contos no comércio pelo porto de Santos (cf. Daniel P. Müller, op. cit., tabela 12).

(76) Cf. A. de Saint-Hilaire, op. cit., vol. I, págs. 260-261; e Daniel P. Müller, págs. 28-29.

(77) Cf. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., págs. 308-310, 336 e 345.

(78) "O distrito de São Paulo passa por um dos menos férteis", escreveu Saint-Hilaire (op. cit., pág. 293). Spix e Martius confirmam-no indiretamente, pois asseveraram que o algodão e o café não se adaptavam bem na latitude da cidade e seu termo (op. cit., vol. I, pág. 211). Aliás, o próprio governo colonial modificou a sua política agrícola com relação a São Paulo (cidade e termo rural). No terceiro quartel do século XVIII, sob o governo do Morgado de Mateus, procurara estimular a plantação do algodão pelos lavradores da região (cf. A. de E. Taunay, *História da cidade de S. Paulo*, op. cit., vol. II, 1ª parte, pág. 18). Pois bem, as famílias açorianas chegadas por volta de 1815 foram encaminhadas para a zona central, onde a agricultura prosperava a olhos vistos (cf. J. J. Machado de Oliveira, op. cit., pág. 337). Em 1827, entre os 336 colonos germânicos destinados à lavoura da capital, muitos abandonaram a região, indo para Sorocaba, Itu, Santos, Tatuí, etc. (idem, págs. 478-479).



fazia por freguesias e o número destas flutua constantemente, ora aumentando, ora diminuindo. O quadro seguinte retém as informações de algumas fontes mais completas (senão as mais fidedignas, o que é impossível determinar com precisão), na forma em que ocorrem nos documentos utilizados:

ANO	COR	CONDIÇÃO		TOTAL
		LIVRE	ES CRAVA	
1804 (79)	Branca	15.212	—	15.212
	Parda	7.596	—	7.596
	Negra	1.135	—	1.135
	S./d.	—	8.904	8.904
	<b>Total</b>	<b>23.943</b>	<b>8.904</b>	<b>32.847</b>
1815 (80)	Branca	12.274	—	12.274
	Parda	6.239	1.582	7.821
	Negra	845	4.373	5.218
	<b>Total</b>	<b>19.358</b>	<b>5.955</b>	<b>25.313</b>
1818 (81)	Branca	11.782	—	11.782
	Parda	5.940	1.340	7.280
	Negra	879	4.173	5.052
	<b>Total</b>	<b>18.601</b>	<b>5.513</b>	<b>24.114</b>
1836 (82)	Branca	9.948	—	9.948
	Parda	5.446	901	6.347
	Negra	599	4.594	5.193
	<b>Total</b>	<b>15.993</b>	<b>5.495</b>	<b>21.488</b>

Como se vê, o setor mais constante da população é constituído pelos elementos negros da população escrava. Isso se explica em parte pelo recrutamento militar, que atingia somente os indivíduos livres, de preferência os "brancos" e os pardos "mais claros" (no fim, a exigência se atenuou no sentido de recrutar-se os pardos

(79) Cf. *População do Município da Capital em 1804* (Recenseamento de 28-XII-1804), in J. Ribeiro, op. cit., vol. III, pág. 748. Por lapso, este autor somou de novo, ao total da população da cidade e seu termo, os totais das freguesias de Santo Amaro, São Bernardo, Cutia, Juqueri e Penha.

(80) Cf. J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Reise in Brasilien*, loc. cit., É preciso notar que existem várias indicações sobre a população da cidade nessa época, de 1804 em diante, algumas oficiais, outras fornecidas por viajantes (Eschwege, Saint-Hilaire, Florence, Beyer, Kidder); mas julgamos dispensável expor aqui toda a documentação existente.

(81) Cf. *População do Município da Capital em 1818* (Recenseamento de 31-XII-1818), in J. Ribeiro, op. cit., vol. III, pág. 779.

(82) Cf. Daniel P. Müller, op. cit., págs. 158-159 e 169-173.



“menos escuros”). E, em parte, por causa das próprias exigências da organização do trabalho escravo. Segundo as estatísticas de 1804, concentrar-se-iam na zona “urbana” do distrito 6.358 escravos, enquanto que na “rural” viveriam 2.546. Em 1836, pelo que conseguimos apurar somando os dados referentes às freguesias (83), a proporção seria de 2.843 escravos na zona “urbana” para 2.477 escravos na zona “rural”. A freguesia da Sé, com 1.895 escravos, e a de Santa Efigênia, com 826 escravos, compreenderiam as áreas habitadas pelos moradores mais ricos da cidade propriamente dita. Essas indicações fornecem a base para a inferência segundo a qual o número de escravos negros se mantivera mais ou menos constante, depois de uma redução inicial que parece ter afetado antes a escravatura mestiça, por causa das exigências regulares do trabalho agrícola e dos serviços domésticos. Sobre os ombros dos negros repousava o próprio funcionamento das engrenagens que moviam o sistema econômico. Por isso, eles não podiam ser afastados além de certos limites, sem afetar as condições de segurança econômica e de equilíbrio social.

O desenvolvimento posterior da “grande lavoura” durante o século XIX se processou em tal sentido, que o café se transformou no produto tropical por excelência da economia paulista. A planta encontrara nas terras paulistas condições climáticas e ecológicas bastante adequadas à sua exploração em larga escala. Na zona norte da província, o aumento da produção do café assegurou àquela região uma fase sem precedentes de prosperidade econômica, a qual já fazia sentir os seus efeitos nos meados do século XIX. Assim, graças ao café o vale do Paraíba tornara-se um “centro condensador de lavouras e de população” (84); um viajante, que o percorreu em 1860, observa como o latifúndio se produz em conexão com a lavoura do café e nota que as moradas dos fazendeiros ostentavam muitas vezes um luxo e uma riqueza comparável “à magnificência dos palácios da capital” (Rio de Janeiro) (85). Todavia, o café se propagou com rapidez. As margens de lucro deixadas pelo produto e a conhecida voracidade dessa planta pelas terras virgens levaram-no para as terras do Oeste Paulista, a zona central da província, onde os engenhos de cana de açúcar e a exploração de aguardente constituíam a principal atividade econômica. As estatísticas mostram que até 1854 o açúcar ainda se mantinha ali como o produto básico da economia agrícola. Mas, é logo suplantado pelo café. Assim que

(83) Daniel Pedro Müller, cf. 148-152. A soma revela pequena discrepância com relação ao total por condição social.

(84) Cf. Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense Limitada, 2ª edição, S. Paulo, 1949, págs. 171-172.

(85) Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1862, pág. 55 (consultar: até pág. 182).



as experiências inovadoras de alguns pioneiros se coroaram de êxito. evidenciou-se que o café podia ser explorado em condições mais vantajosas que a cana. O entusiasmo pela exploração do produto se apoderou da maioria dos agricultores e a produção do café cresceu instantaneamente (86). A fertilidade do solo, as condições climatológicas e o tipo de relevo favoreceram, muito mais que na região do vale do Paraíba, a cultura extensiva do café. As plantações de cana foram sucessivamente substituídas pelas de café, porém em um estilo novo: surgiu o "mar de café", as plantações ininterruptas, que cobriam extensas áreas de terra de maneira uniforme (87). Em seguida, ainda no século XIX, o café se espraia por outras regiões da província, invadindo as zonas que seriam posteriormente chamadas de Paulista e Mogiana. A produção de café nessas duas zonas fôra insignificante até meados do século XIX, como o demonstram as estatísticas de 1836 e 1854. Já em 1886 ela era considerável, abrangendo, respectivamente, 23,69 e 21,81 da produção total de café da Província (88). Em suma, em alguns decênios o café eliminou o açúcar e os subprodutos da cana da posição que ocupavam na economia paulista. Nas estatísticas de 1854, 2.618 fazendas de café produziram 4.338.756 arrôbas, no valor de 10.461:173\$000; enquanto que 667 engenhos de açúcar produziram 866.140 arrobas de açúcar e 332 pipas de aguardente, no valor de 1.630:050\$000. A lavoura da cana apenas subsiste em regiões mais propícias, como Tietê e Piracicaba (89). O açúcar vai desaparecendo lentamente da exportação e passa a ser produzido como "agricultura de subsistência" (90). Por fim, já se importa o produto, para o consumo local, por volta de 1867 em diante (91).

Esse período de expansão econômica, caracterizado pelo florescimento e rápido declínio da lavoura canavieira e pela surpreendente vitalidade da lavoura do café, foi ao mesmo tempo e como

(86) Cf. A. E. Zaluar, op. cit., págs. 218-220. Sobre o desenvolvimento do café na região, cf. ainda págs. 246, 293, 306; e M. E. de Azevedo Marques, op. cit., vol. I, pág. 82 e vol. II, pág. 54.

(87) Cf. Caio Prado Jr., op. cit., esp. págs. 174-175.

(88) Sobre o desenvolvimento do café em São Paulo, sob o ponto-de-vista aqui considerado, cf. o excelente estudo de Sérgio Milliet, *Roteiro do Café*, in op. cit., págs. 5-70 (passim). Nele se encontram dados comparativos sobre a produção do café e de outros produtos e sobre o aumento da população em conexão com o desenvolvimento da produção do café. Para completar estas indicações, seria conveniente analisar os dados fornecidos por Taunay, sobre o aumento da produção do café de 1839 a 1899 (cf. *História do Café no Brasil*, tomo III, págs. 57, 60 e 63; tomo VII, pág. 463).

(89) Cf. P. R. Pestana, op. cit., pág. 14. O leitor que se interessar pelo processo de substituição dos produtos principais, característico da economia brasileira, e neste capítulo já ilustrado com vários produtos ou atividades, encontrará em J. F. Normano uma extensa exposição (cf. *Evolução Econômica do Brasil*, trad. de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e D. Brandão Teixeira, Comp. Ed. Nacional, S. Paulo, 2ª edição, 1945, págs. 23-75).

(90) Cf. P. R. Pestana, op. cit., pág. 15. Em Limeira, por exemplo, que foi um centro de produção açucareira, a cana de açúcar só é cultivada no início do último quartel do século XIX, para o consumo local (cf. M. E. Azevedo Marques, op. cit., vol. II, pág. 54).

(91) Cf. A. Ellis Jr., *O Café e a Paulistânia*, págs. 301-302.



consequência, um período de escassez de mão de obra. A população escrava, cuja renovação precisava ser constante — um escravo daria, em média, somente dez anos de trabalho, devendo então ser substituído por outro (92) — não poderia corresponder a êsse aumento da produção senão através do aumento proporcional dos elementos que a constituíam. Estabeleceu-se assim uma série de correntes demográficas, que drenavam para as fazendas e para as povoações “urbanas” da província de São Paulo contingentes elevados de negros africanos e de negros crioulos, êstes procedentes do norte. A ampliação contínua da procura e outros fatores (como a abolição do tráfico, a repressão dos navios negreiros pelos ingleses, a desvalorização do papel moeda, etc.) refletiam-se no custo do escravo, cujo valor subiu rapidamente. Nos meados do século, o preço de um escravo oscilava entre um e dois contos de réis (93). Entretanto, Debret afirma que os paulistas e os mineiros compravam os negros no mercado do Valongo “com dinheiro na mão” e “ao câmbio do dia” (94). Em oito anos, foram remetidos do norte para o sul do Império 27.441 escravos, sem contar os que não foram marcados, por terem viajado em companhia dos senhores:

1852	.....	4.409
1853	.....	2.909
1854	.....	4.418
1855	.....	3.532
1856	.....	5.006
1857	.....	4.211
1858	.....	1.993
1859	.....	963 (95).

A decadência agrícola das províncias do norte dava origem a migrações internas da população escrava, ou comboios (96), que alimentavam, com os africanos importados “ilegalmente” pelos traficantes e negociados no mercado do Valongo (97), as necessidades

(92) Cf. Conde Auguste von der Straten-Ponthoz, *Le Budget du Brésil, ou Recherches sur les Ressources de cet Empire dans leurs Rapports avec les intérêts Européens du Commerce et de l'Emigration*, Libr. d'Amyot, Éditeur, Paris, 1854, 3 vols.; vol. III, pág. 116.

(93) Cf. A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. IV, pág. 153.

(94) Cf. Jean Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, tradução e notas de Sérgio Milliet, S. Paulo, 1940, 2 vols.; vol. I, pág. 189. Suas informações valem até os meados do segundo quartel do século XIX.

(95) A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. IV, págs. 152-153.

(96) Sobre os “comboios” de escravos enviados do norte para o sul, cf. o depoimento de Eloy de Andrade, in A. de Taunay, op. cit., vol. V, págs. 166-167. Há quem afirme que a crise econômica chegou a compelir os senhores do norte a terem que enxotar seus escravos dos engenhos (cf. Jovelino M. de Camargo Jr., *Abolição e suas causas*, in *Estudos Afro-Brasileiros*, Ariel Editôra, Rio de Janeiro, 1935, pág. 162).

(97) Sobre o mercado da rua do Valongo, no Rio de Janeiro, onde se praticava a venda dos negros africanos, cf. esp. João Maurício Rugendas, *Viagem pitoresca através do*



de braços das fazendas paulistas. Contudo, é importante assinalar que o Governo brasileiro proibiu definitivamente o tráfico em 1850 (98), extinguindo a fonte de abastecimento regular de mão de obra escrava de que dispunham os brancos, e que os escravos transferidos do norte não eram suficientemente numerosos para atingir os limites de saturação do sistema de trabalho escravo. Ao contrário, a partir dessa época, torna-se cada vez mais notória a insuficiência das reservas de escravos, existentes em disponibilidade em outras províncias do país, para fazer face à expansão da agricultura de São Paulo (99).

Os dados demográficos indicam que o elemento escravo na população de São Paulo continua a aumentar progressivamente até os fins do terceiro quartel do século XIX, sem determinar, no entanto, nenhuma modificação considerável na proporção de negros e mulatos em relação aos brancos, passando a declinar daí em diante (100). É a seguinte a trajetória seguida pelo desenvolvimento da população de toda a Província durante a segunda metade do referido século (101):

	1854	1872	1886
população livre .....	294.612	680.742	1.114.065
população escrava .....	117.238	156.612	107.329
total .....	411.850	837.354	1.221.394

Esses dados traduzem uma realidade que merece consideração. A evolução da escravidão em São Paulo apresenta algumas peculiaridades, porque a expansão da "grande lavoura" nesta Província coin-

*Brasil*, trad. de Sérgio Milliet, Livraria Martins Editôra, S. Paulo, 1940, pág. 175-176; J. B. Debret, op. cit., vol. I, págs. 189-190; Rev. R. Walsh, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, Frederick Westley and A. H. Davis, Londres, vol. II, pág. 323 e segs.; Matia Graham, *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Londres, 1824, pág. 227 e segs. Naturalmente, havia em S. Paulo pessoas que se dedicavam profissionalmente ao tráfico dos negros e os próprios mercadores do Rio tinham aqui alguns agentes.

(98) A chamada *lei de extinção do tráfico* foi promulgada em 7 de novembro de 1831, como efeito de pressões diplomáticas da Inglaterra (cf. J. Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 4ª ed., 1945, cap. X; Evaristo de Moraes, op. cit., págs. 177-178; e Osório Duque-Estrada, *A Abolição. Esboço Histórico, 1831-1888*, Liv. Ed. Leite Ribeiro e Maurilo, Rio de Janeiro, 1918, págs. 19-33). A lei não foi cumprida em nenhuma de suas disposições, o que levou a Inglaterra a intervir de uma maneira drástica, sem considerações pela soberania brasileira, de 1845 em diante. O resultado foi que o tráfico aumentou rapidamente, refletindo-se ainda em outros setores: elevação do custo do escravo, ampliação desmedida da margem de lucro dos traficantes, morticínio em massa de africanos (em casos de perigo a "carga" era lançada ao mar), irritação dos ânimos populares, o que tornava o tráfico uma *questão de honra* para os brasileiros, etc. A literatura sobre esse importante episódio é demasiado extensa para ser apontada aqui.

(99) Veja-se particularmente Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, págs. 184-185; e cf. adiante, a sucinta análise da competição do negro com o imigrante europeu.

(100) Cf. S. H. Lowrie, op. cit., págs. 11-13.

(101) Cf., respectivamente: *População da província de São Paulo — 1854*, Estatística Organizada por Machado de Oliveira, in *Discurso com que o ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto d'Almeida, Vice-Presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembléa*



cide com o período em que se inicia e se processa o colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil. A renovação ilimitada do "braço negro" tornara-se praticamente impossível desde a cessação do tráfico. As correntes de população escrava que se estabeleceram do norte para o sul e, posteriormente, provocaram deslocamentos da população escrava dentro da própria província de São Paulo <sup>(102)</sup>, puderam manter transitòriamente o equilíbrio na organização do sistema de trabalho servil. Mas, o trabalho escravo se revelava cada vez mais dispendioso e de aquisição mais difícil. O café oferecia margens para cobrir as inversões de capitais feitas na custosa mão de obra, que se tornara o escravo negro. Contudo, a disponibilidade de mão de obra escrava no mercado interno não podia corresponder ao ritmo de intensificação da procura, resultante da expansão da "grande lavoura", principalmente no decorrer do último quartel do século XIX. Daí a necessidade de procurar um sucedâneo para o trabalho servil. Admitia-se que o escravo se transformaria em trabalhador livre e que o problema da mão de obra encontraria na libertação dos escravos um corretivo natural <sup>(103)</sup>. Os fazendeiros mais empreendedores de São Paulo, porém, tentaram corrigir as limitações do mercado interno de trabalho através da importação imediata de trabalhadores brancos. O trabalho escravo encontrara finalmente um sucedâneo no trabalho livre, mas no trabalho livre proporcionado pelos imigrantes europeus. Os imperativos de ordem econômica passam a refletir-se na composição da população de outra forma: os fatores que antes determinavam o incremento da população negra irão ocasionar o aumento da população branca, graças à permanente "fome de braços", que drenará sem cessar milhares de indivíduos de diversas regiões da Europa para as lavouras paulistas.

Os progressos da agricultura se refletiram diretamente na vida econômica da capital. A propagação do café para o Oeste paulista teve uma importância considerável para a economia da cidade, pois deslocou do Rio de Janeiro para o pôrto de Santos o movimento comercial provocado pela exportação do produto. A capital de São Paulo transformou-se, em conseqüência, em eixo comercial da

*Legislativa Municipal no dia 18 de fevereiro de 1856, S. Paulo, 1856 (documento anexo); Recenseamento, 1872 — Quadros Gerais. Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872; Recenseamento Geral de 1886 — Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística Composta dos senhores Drs. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolpho Augusto Pinto, Abílio Aurélio da Silva Marques, Leroy King Book-Walter, Tipografia King, S. Paulo, 1888, págs. 12 e 56.*

(102) Sobre a circulação de escravos dentro da própria Província, das zonas mais pobres para as mais prósperas, cf. esp. S. H. Lowrie, op. cit., esp. quadro II e pág. 13.

(103) Infelizmente, nem todos os pontos da análise podem ser devidamente desenvolvidos aqui. Em trabalhos futuros, pretendemos esclarecê-los melhor.



economia paulista (104), e principia a desenvolver-se em um sentido urbano. Os transportes, que se fizeram até 1860 por meio das tropas de burro, passam a ser realizados por estradas de ferro, cuja extensão e quilometragem aumentam rapidamente (105). O crédito agrícola, embora deficiente, organiza-se em bases mais amplas, graças ao aparecimento de um incipiente sistema bancário, às operações dos intermediários nos negócios do café e ao crescimento paralelo do comércio (106). Esses desenvolvimentos se operam de forma acentuada no último quartel do século XIX, sem modificar de modo profundo, contudo, a posição do negro no sistema de trabalho. À medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato herdado do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus. É preciso notar que o meio social só começou a comportar a multiplicação de atividades sociais, que garantissem relativa segurança e prosperidade econômica com apoio na aplicação exclusiva de energias pessoais combinadas a reduzidos capitais, num momento em que a escravidão entra em crise e em que a imigração se intensifica. Por isso, as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos. Sob este aspecto, a situação de São Paulo é claramente distinta da do Rio de Janeiro, por exemplo, onde os negros chegaram a monopolizar, em pleno regime servil, um grupo apreciável de atividades econômicas ligadas com a vida social urbana.

Os dados demográficos atestam que a população da cidade também aumentara, embora seja quase impraticável uma comparação entre as estatísticas de 1854 e 1872 (107). Em 1854, a cidade com seu termo rural compreenderia 31.824 habitantes, dos quais 23.834 seriam livres, 7.068 escravos e 922 estrangeiros (108). Os dados relativos a 1872 (nos quais não foram computadas as fre-

(104) Cf. esp. Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, págs. 174-175.

(105) Cf. P. R. Pestana, op. cit., págs. 7-9; João Pedro da Veiga Filho, *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1896, págs. 89-115; F. T. Souza Reis, *Desenvolvimento Comercial do Brasil*, in "Jornal de Economia Política", vol. I, n. 2, 1913, pág. 230 e segs., em que examina as origens dos capitais que tornaram possível a criação da rede ferroviária brasileira.

(106) Cf. esp. Richard M. Morse, *São Paulo in the Nineteenth Century: Economic Roots of the Metropolis*, in *Inter-American Economic Affairs*, vol. V, n. 3, 1951, pág. 21 e segs. O artigo, em conjunto, constitui uma concentrada análise da expansão da economia paulista em um sentido urbano durante o século XIX.

(107) As estatísticas de 1854 incluem na zona rural da comarca de S. Paulo duas freguesias, que não constam nas computações concernentes às estatísticas de 1872.

(108) Cf. *População da Província de S. Paulo — 1854*, loc. cit. Convém esclarecer que não foram incluídos os totais referentes às Vilas da "periferia" da Comarca (Santo Amaro, Parnaíba e Jundiá).



guesias de Cutia e Itapecerica, como em 1854), contêm maiores discriminações, como se poderá verificar pelo quadro abaixo (109):

Côr	Condição		Total
	Livre	Escravo	
Branca	18.834	—	18.834
Parda	5.761	950	6.711
Negra	2.090	2.878	4.968
Cabocla	872	—	872
<b>Total</b>	<b>27.557</b>	<b>3.828</b>	<b>31.385</b>

Quanto a 1886, sabe-se que a população da capital, com seu termo rural, abrangeria 47.697 habitantes, dos quais somente 593 seriam escravos. Nessa ocasião, os imigrantes italianos, portugueses, alemães, austríacos, espanhóis, franceses e ingleses, radicados na cidade, já totalizavam 11.731 indivíduos. A mesma fonte indica que a composição da população da cidade de S. Paulo, pela côr, seria a seguinte (110):

Branços	36.334
Pardos	6.450
Negros	3.825
Caboclos	1.088
<b>Total</b>	<b>47.697</b>

Apesar das transformações acarretadas pela expansão da cidade em um sentido urbano, São Paulo foi, até o fim do século, uma sociedade rural que desempenhava, por circunstâncias peculiares, a função de centro comercial, bancário, intelectual e burocrático de uma Província estritamente agrícola. Em sua própria constituição era notável a importância das atividades agrícolas. Seu centro “urbano” se circunscrevia a algumas ruas da freguesia da Sé, que era, ao mesmo tempo, a área em que moravam as famílias mais abastadas (em 1872, por exemplo, a metade da escravaria da comarca estava nas mãos dos seus moradores e nada menos de 1.061 escravos eram ocupados em “serviços domésticos”), e em que vivia o maior contingente de pessoas livres da comarca (7.344 indivíduos, sobre 20.213, que residiam nas oito freguesias restantes). A lavoura, praticada na região, ainda representava a principal fonte de renda dos

(109) Cf. *Recenseamento* — 1872, loc. cit.

(110) Cf. *Recenseamento Geral de 1886*, op. cit., págs. 9, 13 e 53-56. Dos 593 escravos, que ainda existiam na capital e seu termo em 1886, 225 eram homens e 268, mulheres.



moradores livres dessas freguesias e continuava a absorver o trabalho de boa parte dos seus escravos. De qualquer forma, parece que as repercussões da complicação da estrutura social na organização do trabalho escravo não foram muito profundas. Tôdas as ocupações de alguma representação social permaneciam como privilégios das pessoas livres e brancas, pois só excepcionalmente, graças a certos mecanismos de atribuição de status que serão examinados no segundo capítulo, é que os "homens de côr" livres ("pardos" ou "negros") conseguiam acesso a tais ocupações. Os dados contidos nas estatísticas de 1872 deixam patente que a incipiente economia urbana de S. Paulo não chegara a determinar a elaboração de novas formas de aplicação do trabalho escravo, tendo apenas contribuído para intensificar um pouco mais certas formas tradicionais de exploração do trabalhador escravo (ampliação das oportunidades de alugar os escravos, por exemplo, para serviços domésticos ou manuais). O quadro seguinte reúne os dados relativos às atividades econômicas em que os escravos eram empregados nessa ocasião, em sete freguesias da comarca <sup>(111)</sup>:

## FREGUESIAS

Profissões	Sé	Sta. Efi- gênia	Consol. e S. J. B.	Brás	Guaru- lhos	N. S. do Ó	Penha	Total
Costureiras .....	36	19	6	2	—	2	2	67
Cant. Calc. e mineiros ..	—	—	—	—	1	—	—	1
Trab. em metais .....	12	2	—	2	1	—	2	19
Trab. em madeiras .....	20	6	4	3	—	—	—	33
Trab. em tecidos .....	116	—	—	—	8	—	—	124
Trab. em edificações .....	7	1	9	8	—	—	—	25
Trab. em vestuários .....	—	—	—	1	1	—	—	2
Trab. em couros e peles .	29	—	1	—	—	—	—	30
Trab. em calçados .....	2	1	—	1	1	—	—	5
Trab. agrícolas .....	—	333	205	105	83	53	47	826
Criados e jornaleiros .....	402	—	22	35	—	48	—	507
Serviços domésticos .....	1.061	56	49	37	56	38	7	1.304
Sem profissão .....	224	53	46	84	75	174	21	677
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.909</b>	<b>471</b>	<b>342</b>	<b>278</b>	<b>226</b>	<b>315</b>	<b>79</b>	<b>3.620</b>

De modo que presenciemos um interessante fenômeno: a agricultura da zona rural da cidade não favorecia o incremento da procura de escravos, evoluindo constantemente, ao contrário, para o trabalho livre, quase sempre do próprio empreendedor, com a colaboração de membros de sua família (o que acontecia com frequência no caso dos imigrantes europeus); por sua vez, as novas atividades econômicas, nascidas do crescimento do comércio e da produção urbana, não se orientavam no sentido do trabalho escravo, mas do trabalho livre. Nas esferas das "profissões manuais ou mecânicas"

(111) Cf. *Recenseamento* — 1872, loc. cit.



e das outras profissões em que se processava o aproveitamento regular do trabalhador escravo, este sofria uma forte competição do trabalhador livre e estava sendo substituído por ele. Assim, tendo-se em vista essas profissões, verifica-se que o escravo compartilhava com o trabalhador livre as funções de agente de trabalho no sistema de serviços e de produção da cidade, de uma maneira que insinua, já em 1872, a eliminação progressiva do primeiro pelo segundo. É o que inferimos da interpretação dos dados que constam do quadro abaixo (112), o qual se limita às profissões assinaladas no quadro anterior (outras foram omitidas, porque eram exercidas exclusivamente por indivíduos livres):

Condição Social	Escravos	Trabalhadores livres	Total
Costureiras .....	67	583	650
Cant., Calc. e mineiros .....	1	41	42
Trab. em metais .....	19	218	237
Trab. em madeiras .....	33	260	293
Trab. em tecidos .....	124	856	980
Trab. em edificações .....	25	130	155
Trab. em vestuários .....	2	102	104
Trab. em cour. e pel. ....	30	189	219
Trab. em calçados .....	5	58	63
Trabalhos agrícolas .....	826	3.747	4.563
Criados e jornaleiros .....	507	2.535	3.042
Serviços domést. ....	1.304	3.506	4.810
Sem profissão .....	677	8.244	8.921

Isso não explica, porém, a enorme redução da população escrava, observada no período aqui considerado, com referência aos anos de 1854, 1872 e 1886. Sem dúvida, tanto a supressão definitiva do tráfico africano, com suas conseqüências diretas ou indiretas sobre as condições de renovação da mão de obra, quanto a tendência ao desenvolvimento do trabalho livre, favorecida pelo afluxo de imigrantes europeus, contribuem para esclarecer esse fenômeno no espírito do leitor. Mas o fenômeno em aprêço representa o produto de um conjunto de causas muito mais complexas, que determinaram, ao longo da segunda metade do século XIX, um dos processos mais dramáticos que já abalaram a sociedade brasileira: o da desagregação do regime servil. Assim, não é a proporção do elemento negro na população de São Paulo que se altera, como se poderá verificar comparando entre si as indicações relativas às distribuições pela cor (113). É o status do escravo que se modifica, a própria escravidão que desaparece, condenada pelas novas condições de existência social.

(112) Idem.

(113) Aliás, Lowrie conclui, em sua investigação, que "dos fins do século dezoito até o começo da imigração européia em grande escala, a proporção de mulatos e negros no estado de São Paulo foi surpreendentemente constante, perfazendo mais de dois quintos de sua população total" (op. cit., pág. 54). O mesmo autor assinala que o aumento da população branca, provocado pela imigração, reduziu apenas de 1/6 a porcentagem do elemento de cor na população total do estado (idem).



Se tomássemos os anos de 1850, em que o tráfico africano foi suprimido efetivamente, e de 1888, em que foi promulgada a abolição do cativeiro no Brasil, como pontos de referência históricos, seríamos levados a convir que a desagregação do regime servil se consumara em menos de quatro décadas. Pois, segundo Nabuco, o movimento abolicionista passara nesse período por suas três fases de evolução: "em 1850 queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer; hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da Lei de 28 de setembro" (114). Foi na década de 80, quando o movimento abolicionista ganhou sua feição revolucionária, que se fez ouvir o "protesto negro", o "não quero" dos escravos. A agitação abolicionista havia atingido as camadas populares e as próprias senzalas, conferindo aos escravos, nos derradeiros anos da existência do regime, uma ação decisiva no solapamento da ordem vigente. Por meio das fugas em massa, ao mesmo tempo que desorganizavam o trabalho nas fazendas, confundiam e dificultavam a repressão legal (115). Por isso, como muito bem observou um escritor francês, "a lei da abolição não fez senão sancionar a desorganização já avançada do trabalho servil" (116).

Apesar dos ideais humanitários que inspiravam as ações dos agitadores abolicionistas, a lei que promulgou a abolição do cativeiro

(114) Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Tip. de A. Kingdon & Cia., Londres, 1883, pág. 4.

(115) Conforme, especialmente, dados fornecidos por Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista*, op. cit., págs. 289 e segs., em particular 300-312; José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, Livraria Martins, S. Paulo, 1942, págs. 177-183 e 264 e segs.; Dr. Antonio Manuel Bueno de Andrade, *A Abolição em São Paulo*. Depoimento de uma Testemunha, in "O Estado de S. Paulo", 13-V-1918 (documento transcrito em grande parte, em certos pontos com algumas modificações, na obra de Evaristo de Moraes); *Exposição com que o Exmo. Sr. Visconde do Parnaíba passou a administração da Província de S. Paulo ao Exmo. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves*, São Paulo, 1888; págs. 3-4; *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*, S. Paulo, 1888, págs. 21-22; *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, 1º Vice-presidente, no dia 27 de abril de 1888*, São Paulo, 1888, págs. 18 e 23-24; *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística composta dos senhores Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolfo Augusto Pinto, Abílio Amélio da Silva Marques*, op. cit., págs. 244-245; Osório Duque Estrada, *A Abolição*, op. cit., págs. 225-226; cf. ainda João Pedro da Veiga Filho, *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de S. Paulo*, Tip. do Diário Oficial, págs. 60-69; e Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, págs. 190-191. Ao tratar de episódios ligados com a desagregação do regime servil, em pleno processo, Antonio Prado salienta no senado que os meios de repressão estavam "já gastos" e que não surtiam efeitos sobre a conduta dos escravos (cf. seus discursos e atos coligados e apresentados por sua filha Nazaré Prado, F. Briguiet & Cia. Editores, Rio de Janeiro, 1929, págs. 228 e 243-244).

(116) Pierre Denis, *Le Brésil au XX<sup>e</sup> Siècle*, 7<sup>e</sup> tirage, A. Colin, Paris, 1928, pág. 120. Um dos presidentes da Província refere-se à Abolição quasi nos mesmos termos: "Pode-se, pois, dizer sem exagero que ela apenas selou um fato consumado" (*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889*, S. Paulo, 1889, pág. 144).



consagrou uma autêntica expolição dos escravos pelos senhores. Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, à medida em que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista. No passado, definiu-se no Brasil toda uma orientação que estabelecia nitidamente a responsabilidade do senhor e do Governo na transformação do escravo em trabalhador livre (117). E mesmo até 1887, já no período agudo das agitações abolicionistas, vários fazendeiros paulistas e os seus intérpretes mais abalizados (118) defendiam a necessidade de educar o liberto e transformá-lo em trabalhador livre. Não escapara à aguda percepção de alguns dos seus líderes intelectuais que o trabalhador negro, recém-egresso da escravidão e por ela deformado,

(117) Em São Paulo, Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira defendia em 1810 a emancipação dos escravos. Os filhos destes deveriam receber uma educação especial, que permitisse a sua transformação em trabalhadores livres (cf. *Memória sobre o Melhoramento da Província de São Paulo*, op. cit., págs. 91-93); e José Bonifácio de Andrada e Silva propôs, poucos anos depois, que se amparasse, após a manumissão, os que não possuísem nenhum ofício: "Todos os homens de côr fôrros, que não tiverem ofício, ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão outrossim dele os socorros para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo" (cf. *Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil sobre a Escravatura*, Tip. de Firmin Didot, Paris, 1825; arr. X, págs. 29-30). No *Projeto sobre a extinção da escravidão no Brasil* (datado de 1866), o Visconde de São Vicente salientava o propósito de não passar os escravos "de improviso, e no todo ignorantes do estado de escravidão ao da liberdade" e de "dar-lhes alguma aprendizagem de viver sobre si, da necessidade do jornal, de amor ao trabalho por seu próprio interesse" (cf. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1868, pág. 18). E, mesmo, nas leis do ventre livre e de manumissão dos sexagenários se estabeleciam algumas garantias que redundavam, apesar dos propósitos que as animavam, em benefício dos ingênuos e dos ex-escravos, pelo menos quanto à sua alimentação, vestimento, alojamento e tratamento nas doenças (cf. Luís Maria Vidal, *Repertório da legislação servil*, nova edição, anotada por M. G. de Alencastro Autran, Laemmert & Cia., Rio de Janeiro, 1886 (3 vols.), vol. II, págs. 5-13 e vol. III, págs. 60 e segs.)

(118) Um dos fins a que se propunha a *Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho na Província de S. Paulo* consistia em "promover a modificação do regime de trabalho agrícola nas fazendas, para assegurar a permanência do liberto, pelo menos durante o período de transição, evitando-se a desorganização do trabalho" (Cf. *1º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado*, "Revista dos Tribunais Ltda.", S. Paulo, 1946, pág. 21). Por isso, era uma preocupação essencial dos mentores dessa associação: "aconselhar e promover a constituição de um regime de trabalho apropriado para manter os libertos nas fazendas, evitando a desorganização do trabalho" (idem, págs. 21-22). Aconselhava-se a libertação com a cláusula de prestação temporária de serviços, como um meio capaz de assegurar (combinado a outros: como melhora da alimentação, pagamento de salário, etc.), a continuidade de mão de obra e a retenção dos libertos nas lavouras dos ex-senhores. Aliás, Antonio Prado afirmava, no discurso de 19-IX-1887: "é este o único meio de manter o regime do trabalho escravo nas fazendas, até a extinção completa da escravidão" (cf. *Antonio Prado no Império e na República*, op. cit., pág. 244). No fundo, atrás dessas noções, tão correntes na época dentro do meio senhorial, se ocultava uma velha convicção: a de que os trabalhos agrícolas dependiam da mão de obra negra. Esta convicção alimentava desde há algum tempo a orientação prática dos que pretendiam transformar os escravos em homens livres. Em 1866, por exemplo, A. da Silva Neto defendia esse ponto-de-vista com clareza: "Em um país como o nosso aonde a imigração para os trabalhos agrícolas não tem sido bastante, não podemos deixar de olhar com atenção para a população que existe dentro dele. Assim, devemos preparar os braços cativos hoje para quando emancipados amanhã os aproveitarmos na lavoura, pois serão eles que oferecerão mais garantias para o trabalho de parceria" (cf. *Estudos sobre a emancipação dos escravos no Brasil*, Tip. Perseverança, Rio de Janeiro, 1866, pág. 45).



não estava em condições de resistir à livre competição com o imigrante europeu (119). Contudo, os fundamentos dessas idéias se ligavam aos interesses sociais dos senhores, nada tendo a ver com os ideais humanitários dos abolicionistas. Admitia-se, entre os fazendeiros paulistas, principalmente: 1.º) que sem o concurso dos escravos seria insuficiente a mão de obra européia proporcionada pelos imigrantes; 2.º) que o escravo, depois de libertado (pela iniciativa privada ou por medida legal), continuaria a prestar serviços ao seu antigo senhor. A descoberta da inconsistência dessas idéias produziu uma reviravolta nas atitudes dos senhores e, em consequência, foram abandonadas as antigas preocupações de recuperação humana do escravo como homem livre. Passara para primeiro plano a política imigratória; tôda a influência dos fazendeiros paulistas, do Govêrno da Província de São Paulo e dos seus representantes no Govêrno imperial orientou-se no sentido de intensificar a transferência de trabalhadores europeus para as lavouras paulistas, com a maior rapidez possível (120). Ninguém mais se preocupava, oficialmente, com "o mandato da raça negra".

Em conexão com a desorganização do trabalho escravo e com a desintegração da ordem social escravocrata, processou-se a eliminação parcial do negro do sistema de trabalho. As oportunidades surgidas com a instituição do trabalho livre foram aproveitadas pelos imigrantes e pelos então chamados "trabalhadores nacionais", geralmente "brancos" ou "mestiços" (na maioria de descendência cabocla), que constituíam sob o regime servil uma camada social "livre", mas dependente e sem profissão definida (121). Em resumo, com o desa-

(119) Antonio Prado, por exemplo, acreditava que o trabalho livre "expulsaria" o trabalho escravo e que, depois de sua instituição, se prevalecessem as orientações dominantes de evitação do trabalho agrícola pelos libertos, não haveria outro recurso senão o apêlo organizado à mão-de-obra européia (cf. *Antonio Prado no Império e na República*, op. cit., esp. págs. 33 e 282-283, 286, 289-290, 306-308).

(120) A medida que se acentuaram duas tendências: 1º) que os libertos não se transformariam, em massa e de motu próprio, em trabalhadores agrícolas; 2º) que existiam possibilidades de intensificar amplamente a imigração, o eixo da política provincial se deslocou no sentido de defender a intensificação da colonização e imigração. Tanto o govêrno provincial, quanto o imperial, tomaram medidas para favorecer ou atender os interesses dos lavradores paulistas, então muito poderosos, econômica e politicamente. Parece-nos desnecessário citar documentos sobre semelhante desenvolvimento da economia e da política de São Paulo. Os dados estatísticos, por sua vez, dão uma representação nítida do que aconteceu nessa época: 1) de 1827 a 1879, entraram na Província 21.620 imigrantes; 2) de 1880 a 1890 (fase que nos interessa no momento), entraram 222.370 imigrantes; 3) desses 222.370 imigrantes: a) 22.352 entraram entre 1880-1885; b) 199.918 entraram entre 1886-1890 (cf. *Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo*, Departamento Estadual do Trabalho, Tipografia Rotschild & Cia., S. Paulo, 1916, págs. 11-13; *A imigração e as condições do trabalho em São Paulo*, Tipografia Brasil, de Rotschild & Cia., São Paulo, 1915, págs. 8-9).

(121) Em um documento oficial, o "nacional" é apontado como um dos "ótimos" agentes de substituição do escravo (cf. *Relatório apresentado à assembléa legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*, op. cit., pág. 65). O conselheiro Paula Souza escrevia, por sua vez: "Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente temos os próprios escravos, que não se derretem e nem desaparecem e que precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, coisa que eles compreendem em breve prazo". "Depois temos um corpo enorme de trabalhadores, com que não contávamos. Não aludo



parecimento da escravidão o elemento negro perdera sua posição no sistema econômico de São Paulo. A lei da abolição do cativo não fez senão acelerar a decomposição do trabalho escravo, que em diversas fazendas e cidades da Província de S. Paulo já havia chegado a um extremo de desorganização. As fugas em massa, que se intensificaram em 1887, deixaram muitos fazendeiros em situação aflitiva. Para remediar a situação, os senhores desenvolveram uma tática nova: primeiro, começaram a conceder alforria com cláusula de prestação de serviços por tempo determinado (122); depois, para salvar a safra de café pendente, acabaram desistindo da prestação de serviços, libertando incondicionalmente os escravos e tomando-os como assalariados nas suas fazendas (123). A orientação dos abolicionistas foi ao encontro da necessidade de mão de obra dos fazendeiros, pois eles tiveram que procurar uma nova solução para o alojamento dos ex-escravos. Promoveram combinações com os fazendeiros, que se dispunham a aceitar os escravos foragidos como trabalhadores a sôldo (124). Por fim, a desorganização do trabalho servil atingira tais proporções, que os próprios foragidos se ofereciam

---

ao imigrante que felizmente hoje nos procura com abundância, aludo ao brasileiro, preguiçoso ontem e vivendo de aparas do serviço escravo, e da benevolência do proprietário rural ao qual fazia a côrte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Este brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aquêles recursos anteriores. É o que estamos vendo" (*Carta ao Dr. César Zama, deputado pela Bahia, in "A Província de São Paulo", 8-IV-1888*).

(122) A cláusula de prestação de serviços geralmente obrigava o escravo a prestar um trabalho de compensação aos senhores, que podia estender-se por dois ou três anos. Cf. Evaristo de Moraes, *A Campanha abolicionista*, págs. 163-165 e 315-317; entre as fontes primárias: especialmente 1º *Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado*, pág. 21 e segs.; e *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística*, etc., op. cit., págs. 244-245. Convém esclarecer que os escravos distinguidos com essa concessão também lançavam mão da fuga, o que a tornou inútil, como meio de vinculação do liberto à casa do senhor rural. Cf. especialmente: *Relatório apresentado à Assemblêia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Francisco da Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*, op. cit., pág. 22; cons. Paula Sousa, loc. cit. ("A libertação condicional, mesmo com prazo limitadíssimo não produz efeito algum naquelas almas ulceradas por tão longo cativo. Suspeitam e com razão a respeito de alguns, uma tal liberdade é apenas um lôgro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham, mas com indolência e má vontade: funciona o corpo, mas não o espírito").

(123) Algumas vezes os senhores também introduziam uma cláusula de prestação de serviços por um ano, vencendo porém os libertos salários pelos serviços realizados e usufruindo as vantagens do trabalhador livre. Cf. Evaristo de Moraes, *A campanha abolicionista*, loc. cit.; *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística*, etc., loc. cit. Sabe-se que os fazendeiros faziam essas concessões porque pretendiam garantir a colheita da safra de café pendente (cf. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração de S. Paulo ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues*, etc., op. cit., págs. 23 e 24). A modificação da mentalidade dos senhores é patente, aos que lerem o seguinte trecho de um discurso de Antonio Prado: "O que aconselha, portanto, a razão? Que o fazendeiro proporcione-lhe desde logo o gozo dessas regalias, retribuindo-lhe o trabalho pelo salário e modificando o regime, e diminuindo-lhe as horas de trabalho, abolindo completamente os castigos, dando-lhe melhor alimentação e melhor vestuário, deixando-o enfim de considerar como uma simples máquina de trabalho" (1º *Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado*, pág. 22; no texto referia-se aos libertos; o documento é de 15-XII-1887).

(124) Cf. Dr. Antonio Manuel Bueno de Andrade, loc. cit. (este autor serviu como intermediário em contratos dessa natureza); José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a abolição*, págs. 239-240.



por iniciativa pessoal nas fazendas das redondezas e obtinham com freqüência trabalho remunerado (125). A maioria, porém, abandonava os trabalhos agrícolas e procurava as cidades. Para eles, a liberdade significava em grande parte o abandono das antigas ocupações, sua substituição, quando possível, por outras atividades menos degradadas pela escravidão, e o direito de dispor do tempo ou da pessoa de acôrdo com a própria vontade (126). A lei de 13 de Maio generalizou esse impulso no seio da população escrava, levando-o às zonas em que a desorganização do trabalho escravo não se processara tão intensamente e provocando novos movimentos de evasão coletiva para as cidades (127). Em conseqüência, o regime de trabalho que se construía através da escravidão ruía completamente, destruindo-se com êle todos os ajustamentos sociais criados anteriormente entre brancos e negros, senhores e escravos. Passados os momentos de "loucura da liberdade", muitos dos libertos pretenderam retornar às antigas fazendas. Onde os senhores não dispunham de outra mão de obra, êles foram readmitidos, na condição de assalariados. Nas regiões em que viviam muitos imigrantes, porém, os senhores replicaram altivamente, chocados com a "negra ingratidão" dos ex-escravos: repeliram-nos, acabando de substituí-los por trabalhadores brancos (128). Pequeno foi o número dos fazendeiros que souberam

(125) Cf. Evaristo de Moraes, *A campanha abolicionista*, págs. 307-309.

(126) Como já indicamos, os núcleos de atração eram S. Paulo e Santos; depois da formação do quilombo do Jabaquá, Santos passou a ser o principal centro de fixação dos escravos e libertos condicionais foragidos: cf. dr. Antonio Manuel Bueno de Andrade, loc. cit.; Evaristo de Moraes, op. cit., págs. 264-265; José Maria dos Santos, op. cit., págs. 179-183; Afonso Schmidt, *A marcha. Romance da abolição*, S. Paulo, 1941, caps. VIII e IX. Sobre as expectativas de abandono das atividades agrícolas pelos libertos (de direito ou de fato): cf. especialmente *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*, op. cit., págs. 21-22; carta publicada em 23-III-1888 em *A Província de S. Paulo*, na secção livre; carta do conselheiro Paula Souza, já citada (inclusive o seguinte trecho, que atesta as proporções dos movimentos de fuga coletiva dos escravos: "Todo o corpo de trabalhadores desertou das fazendas que ficaram quasi tôdas abandonadas. Não exagero dizendo que sobre 100, 80 ficaram desertas, procurando os negros as cidades, ou aliciadores malévolos. Que será de todos nós? Pensávamos tristemente").

(127) Cf. especialmente: Pierre Denis, op. cit., págs. 119-121; Afonso de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, op. cit., vol. VII, pág. 463; João Pedro da Veiga Filho, *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de S. Paulo*, op. cit., págs. 67-72; Everardo Vallim Pereira de Souza, *Reminiscências (em torno de Antonio Prado)*, in *1º Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado*, op. cit., pág. 208; Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, trad., prefácio e notas de Sérgio Milliet, Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1942, pág. 82.

(128) Segundo as indicações de Rodrigues Alves, os motivos que levaram os fazendeiros a aceitar de novo os escravos que haviam fugido, no período intenso de desorganização do trabalho, nada tinham que ver com preocupações humanitárias, pois nasciam da própria situação econômica do fazendeiro, que não tinha outra fonte de mão-de-obra ou não possuía recursos para atrair imigrantes ou que não encontrava no solo já gasto condições para a aquisição de mão-de-obra mais cara (cf. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*, op. cit., págs. 22 e 64-65). Por isso, enquanto no vale do Paraíba os fazendeiros tornavam a aceitar os antigos escravos, em outras zonas, principalmente no Oeste paulista, a preferência pela mão-de-obra estrangeira revelou-se incontinenti.

A expressão "negra ingratidão" é de Antonio Prado (cf. *1º Centenário*, etc., op. cit., pág. 23). Ela traduz a convicção dos fazendeiros brancos de que os escravos não estariam procedendo corretamente com os senhores, ao abandonar o trabalho como faziam. Doutro lado, mesmo os fazendeiros que aderiram humanitariamente ao abolicionismo admitiam que



relegar os ressentimentos pessoais para segundo plano e que se esforçaram para orientar as transformações do regime de trabalho de modo a garantir aos seus ex-escravos uma situação de relativa segurança e estabilidade econômica (129).

Os anos posteriores à Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorrido mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações, os efeitos das comoções que destruíram a ordem social escravocrata e projetaram os ex-escravos na arena de competição aberta com os brancos. De fato, a lei 13 de Maio nada concedeu ao elemento negro, além do status de homem livre. O processo de transformação real dos antigos escravos, e dos seus descendentes, em cidadãos, iria começar então, descrevendo uma trajetória que não foi, nem poderia ser, modelada por medidas de caráter legal. No plano econômico, que nos interessa aqui, êsse processo se caracteriza pela lenta reabsorção do elemento negro no sistema de trabalho, a partir das ocupações mais humildes e mal remuneradas. Isso se explica por várias razões, que não se ligam à constituição biopsíquica dos negros, mas à herança negativa deixada pela escravidão. Em primeiro lugar, como muito bem salientou Caio Prado Jr., no Brasil "o trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado" (130). O ex-escravo, abandonado a si mesmo, não estava em condições de competir com os imigrantes europeus sequer na lavoura (131). Em segundo lugar, os dados da matrícula de 1886 revelam que, aproximadamente, 95% da população escrava da província de São Paulo

---

os escravos cometiam um "êrro", ao deixar as fazendas (Paula Souza, por exemplo, escrevia na carta citada: "Os próprios libertos devem tomar a responsabilidade do êrro da retirada da casa, de que foram cativos").

(129) Nos depoimentos que reunimos, por meio de entrevistas, colhemos dados que mostram duas coisas: 1.º) em certas regiões, os libertos foram repelidos pelos senhores, ao procurar trabalho nas fazendas, depois da Abolição e da normalização do trabalho agrícola; 2.º) os manumitidos ficaram chocados com as atitudes dos fazendeiros, chegando alguns a pensar que êles *preferiam* os imigrantes. Há todavia exemplos contrários, de fazendeiros que souberam coordenar os seus interesses com os dos ex-escravos. Paula Souza, por exemplo, descreve como resolveu os seus problemas na ocasião: "Dei-lhes liberdade completa, incondicional, e no pequeno discurso que lhes fiz ao distribuir as cartas, falei-lhes dos graves deveres, que a liberdade lhes impunha, e disse-lhes algumas palavras inspiradas pelo coração, muito diversas aliás daquelas que com antecedência havia preparado". "Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que melhor lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem" etc.; in loc. cit.

(130) Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, op. cit., págs. 341-342. O grifo é nosso.

(131) Cf. acima, nota 119; e, especialmente, as considerações e interpretações de Louis Couty relativas a S. Paulo (*L'Esclavage au Brésil*, Librairie Guillaumin et Cie., Editeurs, Paris, 1881, págs. 47-50 e 56); as explanações desse autor sobre os obstáculos culturais e sociais que se opunham à transformação rápida do *escravo* em *homem livre* merecem consideração especial (cf. op. cit., págs. 72-84). No que concerne à competição no plano das atividades agrícolas, veja-se também Louis Couty, *Le Brésil en 1884*, Faro & Lino, Editeurs, Rio de Janeiro, 1884, págs. 141-154 (dados referentes à produção agrícola em São Paulo e às perspectivas de competição entre a mão-de-obra escrava e a mão-de-obra estrangeira).



se fixavam em zonas rurais, dedicando-se quase exclusivamente a atividades agrícolas; os 5% restantes, domiciliados em zonas urbanas, consagravam-se predominantemente aos serviços domésticos (132). A concentração nas cidades representava, naturalmente, uma fonte de desajustamentos sociais e econômicos. O acesso às oportunidades de trabalho, doutro lado, obedecia em regra aos limites estabelecidos por tais condições: somente as atividades mais simples, que exigiam aptidões elementares, ou as atividades confinadas aos serviços domésticos, tôdas elas em conjunto pèssimamente retribuídas, é que podiam ser disputadas aos brancos pelos egressos do regime servil (133). Em terceiro lugar, é preciso que se atente para a circunstância peculiar de que a população negra e mulata era constituída por indivíduos que não possuíam, na sua maioria, nenhum pecúlio. Os poucos que dispunham de alguns bens (em geral, pequenos lotes de terras), muito raramente cogitavam de explorá-los em um sentido capitalista, ao contrário do que acontecia com os imigrantes e seus descendentes. De modo que se pode afirmar, em poucas palavras, que os males enfrentados pelo elemento negro nas cidades resultavam, em grande parte, da herança por êles recebida do regime econômico anterior. A escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que tornara a sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada.

Esses fatos esclarecem suficientemente porque a importância da mão de obra negra decaiu nos anos posteriores à Abolição, permanecendo mais ou menos à margem do grande surto comercial e industrial, que iria transformar a cidade de São Paulo em uma metrópole, no decorrer da primeira metade do século XX. Mas, a esses se devem acrescentar outros fatos, associados ao repentino crescimento do chamado braço negro. O mais significativo dêles consiste na própria natureza dos serviços que passaram a absorver as reservas de mão de obra na cidade. Eram serviços ligados com o funcionamento do comércio, dos bancos, das indústrias e da burocracia, que

(132) Cf. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística*, etc., op. cit., pág. 156.

(133) Os dados que recolhemos diretamente demonstram que a situação não era a mesma para todos os indivíduos de cor, embora todos tivessem, uniformemente, poucas possibilidades de obter ocupações dignificantes e bem remuneradas. Assim, os que se libertaram antes de 1885-1887 enfrentaram menores dificuldades de ajustamento. Entre estes, os que permaneceram em S. Paulo (na zona urbana da cidade), fizeram-no porque possuíam ofícios de que viver. Doutro lado, os "escravos do sobrado" possuíam relações com os membros das famílias senhoriais e, em geral, haviam adquirido melhor educação de maneiros. Obtinham a proteção de pessoas brancas importantes, herdavam o seu "guarda-roupa" (o que era importante, na competição por certos cargos) e não poucos sabiam o suficiente para obter colocações modestas no funcionalismo, em escritórios ou casas comerciais. Os que vinham do "eito" não desfrutavam essas vantagens dos antigos libertos e dos ex-escravos domésticos. Em regra, não estavam aptos para competir senão na esfera das ocupações brutas e pèssimamente retribuídas. Na verdade, êles passaram a constituir uma porcentagem importante na população de cor da cidade. A preocupação de se verem tratados como *homens livres* (referida por várias fontes que compulsamos) não favoreceu de maneira alguma o seu ajustamento ao sistema de trabalho urbano.



faziam parte da esfera da vida econômica de que o regime servil expelira o escravo e todo o homem de côr livre que não possuísse a proteção de uma parentela poderosa, de um "padrinho" influente ou um extraordinário talento (134). Doutro lado, também os nativos brancos nem sempre estavam capacitados para o exercício de tais serviços. A mão de obra especializada e boa parte da massa de trabalhadores assalariados precisaram ser obtidas, inicialmente, através da imigração européia (135). Por fim, parece que prevaleceu entre os manumitidos a tendência a aceitar as ocupações acessíveis, que podiam disputar aos trabalhadores brancos, apesar de serem mal remuneradas e de corresponderem às tarefas degradadas pelo regime servil (136). Ainda assim, a transição foi relativamente mais fácil para a mulher negra, do que para o homem. É que no mundo

(134) A grande expansão comercial e industrial de São Paulo se processou em conexão com o desenvolvimento do sistema ferroviário do Estado, o qual só toma impulso depois de 1870 (Cf. Paulo R. Pestana, *A Expansão Econômica do Estado de S. Paulo num século*, op. cit., esp. pág. 27). Nessa época, a eliminação da mão-de-obra negra já estava em processo, principalmente no artesanato. No que concerne às aptidões dos negros e dos mulatos, egressos do regime servil, para as novas espécies de trabalho, é preciso lembrar o que escrevera Couty sobre os obstáculos culturais que se opunham naturalmente à integração desses elementos ao sistema de produção capitalista (cf. acima, nota 131). Isso não significa, é claro, que a mão-de-obra negra fôsse "inferior" à mão-de-obra estrangeira. Mas, especificamente, que não estava adestrada para competir com ela; a escravidão não legou aos antigos agentes de trabalho experiências ou habilitações que permitissem a sua recuperação automática, sob o regime de trabalho livre. Sabe-se, a êsse respeito, que êles eram capazes de um aproveitamento melhor e mais amplo, quando treinados e bem orientados. Assim, a indústria textil não encontrou possibilidades de desenvolvimento, em Sorocaba, por falta de mão-de-obra especializada. Os escravos não realizavam adequadamente suas tarefas e estragavam as máquinas, com que deviam operar (cf. A. P. Canabrava, *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, S. Paulo, 1951, págs. 278-280). Contudo, em Ipanema, onde os operários suecos se encarregaram de adestrar os seus auxiliares negros, êstes trabalharam eficientemente, a ponto daqueles ficarem muito satisfeitos com a aptidão prática dos mesmos". Os motivos de queixa residiam na "indolência" e na "irregularidade no serviço", reflexos da deformação produzida pelo sistema de trabalho escravo (cf. J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, op. cit., vol. I, pág. 237). Além disso, cumpre acentuar que a expansão da indústria não podia processar-se sob o regime de trabalho servil. Como lembra muito bem Alice Canabrava, em sua excelente monografia, o preço avultado de mão-de-obra escrava exigiria a inversão de amplos capitais (cf. op. cit., pág. 278). Em consequência, não surgiram condições que estimulassem o aproveitamento da mão-de-obra escrava, em escala apreciável, fora do plano agrícola e do acanhado sistema artesanal, que existiu na cidade durante a escravidão.

(135) Dos imigrantes entrados pelo pôrto de Santos, no período de 1908 a 1936, por exemplo, aproximadamente 2/5 eram profissionais, habilitados para competir no sistema de trabalho urbano (Cf. *Movimento migratório no Estado de S. Paulo [Comentários sobre os dados estatísticos referentes ao período 1827-1936]*, in D. T. C., "Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração", ano I, n. 1, S. Paulo, outubro de 1937, págs. 39-40). Aliás, Roberto C. Simonsen indica que a existência de mão-de-obra especializada entre os imigrantes constituiu uma das condições favoráveis ao desenvolvimento industrial de São Paulo (cf. *Brazil's Industrial Evolution*, Escola Livre de Sociologia e Política, S. Paulo, 1939, pág. 36).

(136) Parece que prevaleceu, entre os ex-escravos, uma tendência comparável à que se formara entre os antigos libertos, no que concerne à evitação de trabalhos degradados pela escravidão e à exigência de um tratamento compatível com a condição de *homem livre*. Em uma carta publicada em *A Província de São Paulo* (de 23-III-1888), por exemplo, afirma o missivista o seguinte: "Triste verdade: Os escravos, como a maioria dos caipiras, fogem ao trabalho". "Se vão para uma fazenda como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar; nas horas de refeição demoram-se indefinidamente, bem poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. Qualquer observação que se lhes faça recebem como ofensa, e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e lá se vão". Todavia, como escrevera Paula Souza (in loc. cit.): êles "precisavam de viver e de alimentar-se". Depois de algumas "cabeçadas" e de um interregno de "vagabundagem", viam-se obrigados a "se arrumarem" onde aceitassem os seus serviços. Na capital, a acomodação era mais fácil,



escravo o aviltamento dos serviços domésticos não chegara a ser tão acentuado quanto o de outras atividades manuais ou braçais, realizadas pelos cativos. Daí talvez a maior resistência oferecida pelo homem negro à proletarização, a qual iria alimentar várias apreciações malévolas a respeito das suas aparentes inclinações à vagabundagem e à exploração das companheiras.

As novas condições econômicas se refletiram naturalmente na composição da população. A proporção do elemento negro passou a diminuir continuamente. Primeiro, em consequência do abandono do Estado de São Paulo por numerosos manumitidos que retornavam para o Norte, para as regiões de que foram arrancados em virtude do tráfico interno (137). Depois, por causa do apregoado "déficit negro": desenvolveu-se no seio da população negra um processo de seleção letal, cujos efeitos foram sem dúvida exagerados nas primeiras interpretações. Chegou-se a supor, a princípio, que esse processo resultava inclusive da incapacidade biológica do negro de adaptar-se ao planalto paulista e que êle seria suficientemente devastador para produzir a extinção do elemento negro e de seus descendentes mestiços em um período de quarenta ou cinquenta anos (138). Análises estatísticas mais meticulosas demonstraram, porém, que o referido processo seletivo não alcançara extensões alarmantes e que êle, por si mesmo, não bastaria para determinar uma alteração brusca na composição da população quanto à cor (139). Por sua vez, os resultados das investigações sociológicas, feitas por Roger Bastide, levaram-no a concluir que o "déficit negro" não provinha nem da incapacidade adaptativa do negro, nem de fatores de ordem fisiológica, mas das deploráveis condições de vida enfrentadas nos "cortiços" da cidade (140). Assim, a falta de vitalidade

como evidenciam os depoimentos que recolhemos, para os que possuísem uma profissão manual ou se dispuzessem a ocupar-se com serviços brutos e mal remunerados. O baixo nível de vida engendrava uma terceira alternativa, a que recorriam os que não se conformassem com semelhantes perspectivas: consistia em *viver de expediente*, isto é, dos frutos provenientes de pequenos "biscates" e da cooperação das companheiras. Estas quasi sempre proporcionavam aos seus companheiros: alojamento (em quartos de aluguel, dos porões ou dos cortiços); alimentação (geralmente "trazida do emprêgo", em uma pequena marmitta); roupas velhas (obtidas dos patrões); e algum dinheiro (extraído do próprio ganho). Essa espécie de simbiose entre o homem e a mulher durou até pouco tempo, no meio negro, e nunca foi aprovada pelos brancos, que a ridicularizaram de várias maneiras. Ela teve uma função importante, porém, pois permitiu que os desajustamentos produzidos pelas transformações operadas em consequência da desagregação do regime servil não se manifestassem sob formas mais violentas. Doutro lado, a oposição mais eficiente contra esses comportamentos surgiu no próprio meio negro, através dos movimentos sociais, que serão analisados no último capítulo deste trabalho.

(137) Essas migrações teriam assumido proporções relativamente consideráveis. Pelo menos, é o que se fica sabendo pelo conteúdo de uma nota de Antonio Bento, sem assinatura, estampada na fôlha abolicionista que dirigia (cf. *Os pretos desaparecem do Estado*, in "A Redenção", 27-VI-1897). Vejam-se, ainda, as referências bibliográficas contidas na nota 127.

(138) Cf. Alfredo Ellis Jr., *Populações paulistas*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934, esp. págs. 107 e segs.

(139) Cf. esp. S. H. Lowrie, *O elemento negro na população de S. Paulo*, op. cit., págs. 22-27.

(140) Cf. Roger Bastide, *O negro em São Paulo*, trabalho em Ms., págs. 5-6.



da população negra seria fruto da miséria, do pauperismo e da promiscuidade, que atingiram tão duramente um largo setor dessa população.

De qualquer modo, os negros e pardos, que perfaziam 23,9% da população do Estado de São Paulo em 1886, pelo censo de 1940 constituiriam 12,01 da população total (141). Uma redução paralela se operou na população do município da capital, pois em 1886 os negros e pardos representavam, aproximadamente, 21% da população total, enquanto que em 1940 êles corresponderiam apenas a 8,19% (142). Seria conveniente assinalar que, não obstante os dois fatores mencionados acima (migrações de elementos da população negra para outras regiões do país e seleção letal no seio da população negra), a alteração do padrão de composição demográfica das populações do Estado e da Capital se deve, em grande parte, ao aumento da população branca produzido pela imigração européia e por migrações internas, nas quais se verifica a predominância do elemento branco (143). O quadro seguinte apresenta os dados relativos à composição da população do Estado e do Município de São Paulo pela côr, segundo as apurações do censo de 1940 (144):

GRUPOS DE CÔR	CAPITAL (Dados absolutos)	ESTADO (Dados absolutos)
Branços .....	1.203.111	6.104.968
Pretos .....	63.546	525.423
Pardos .....	45.136	291.665
Amarelos .....	14.074	215.389
De côr não declarada .....	394	52.048
<b>Total .....</b>	<b>1.326.261</b>	<b>7.189.493</b>

Praticamente, os negros e seus descendentes mestiços mantêm posições em quase todos os setores do atual sistema de serviços e profissões da cidade. Os resultados do censo de 1940 mostram que

(141) Cf. respectivamente: *Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da Província pela comissão central de estatística, etc.*, op. cit., pág. 14; e *A composição da população segundo a côr, no Brasil, nas regiões fisiográficas e nas Unidades da Federação*, publicação n. 306-A, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, s.d., pág. 10.

(142) Cf. respectivamente: *Relatório apresentado, etc.*, loc. cit.; e *A população do Município de São Paulo segundo a côr*, publicação n. 15, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, s. d., pág. 2.

(143) Cf. *Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo*, op. cit., passim; *Movimento migratório no Estado de São Paulo (Comentários sobre os dados estatísticos referentes ao período 1827-1936)*, op. cit., passim; Vicente Unzer de Almeida e Octavio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração rural-urbana*, Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, 1951, esp. pág. 29 e quadro VI, na pág. 75; Humberto Dantas, *Movimentos de migrações internas em direção do Planalto Paulista*, in "Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, n. 3, passim; T. Lynn Smith, *Brazil: People and Institutions*, Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1946, pág. 334 (com cuja interpretação estamos em desacôrdo, como evidencia o texto acima).

(144) Cf. *A população do município de S. Paulo segundo a côr*, op. cit., pág. 8.



os trabalhadores de cor de ambos os sexos exercem suas atividades em emprêsas ou estabelecimentos que abrangem tôdas as esferas da vida econômica. Todavia, os serviços que absorvem maior mão de obra de cor ainda são, predominantemente, os ligados com as atividades domésticas e com as tarefas manuais ou braçais. Os mesmos resultados revelam que o número de empreendedores e de capitalistas de cor é muito reduzido. Além disso, êles não conseguiram penetrar nos setores que exigem grandes capitais. Os índices de distribuição proporcional põem em evidência, por sua vez, que as ocupações, tanto as de empreendedor quanto as de assalariado, se concentram nas mãos dos brancos e dos seus descendentes tidos como tal. Na verdade, as coisas não se poderiam passar de outra maneira. O elemento de cor está para o elemento branco, na constituição da população economicamente ativa da cidade (indivíduos de dez anos e mais), na proporção de 8 para 91%, aproximadamente, conforme os resultados do aludido censo. Mas, o que é significativo e nos cumpre pôr em relêvo aqui, é a flagrante desigualdade que separa o negro do branco na estrutura profissional de São Paulo. As pessoas de cor não participam, em regra, nem das garantias proporcionadas pelos serviços bem remunerados ou de alguma representação social, nem dos benefícios colhidos pela livre iniciativa em uma economia urbana. Semelhante distribuição das ocupações traduz a persistência das barreiras econômicas, que sempre distinguiram socialmente os representantes das duas raças no Brasil, e de antigos critérios de seleção ocupacional associados à cor. O leitor interessado encontrará os dados que fundamentam a presente análise nos quadros estatísticos postos no apêndice dêste capítulo.

Do exposto, não se deve inferir que os efeitos da industrialização e da urbanização de São Paulo não repercutiram na situação econômica dos indivíduos de cor. Porém, que as mudanças operadas na organização econômica da cidade possuem um alcance limitado, quanto à redistribuição dos serviços, das ocupações e das rendas entre as pessoas consideradas "pardas" ou "negras". É evidente que a transição para o trabalho livre e a competição com o branco produziram resultados favoráveis à ascensão econômica e profissional dos negros e dos seus descendentes mestiços. Contudo, até o presente êsses resultados se restringem consideravelmente: 1.º) ao laborioso e lento acesso a determinadas ocupações manuais, desejadas não obstante por causa do significado nobilitante que elas adquiriram entre os indivíduos de cor e da remuneração que elas asseguram; 2.º) à formação de um reduzidíssimo grupo de empreendedores, capazes de explorar de certa forma a própria iniciativa econômica, mas sem nenhuma possibilidade (em regra) de oferecer atualmente alguma



concorrência apreciável aos empreendedores brancos. Isso quer dizer que as mudanças econômicas observadas nos últimos anos não alteraram substancialmente a situação do elemento de côr na organização econômica da cidade, processando-se presumivelmente de modo a mantê-lo nos status ocupacionais financeira e socialmente menos compensadores.

O rápido crescimento da cidade e a vigorosa expansão das indústrias criaram, no entanto, novas perspectivas de ascensão dos indivíduos de côr na vida econômica geral. As duas tendências mais significativas, nesse sentido, dizem respeito às pressões da economia urbana no aproveitamento e valorização da mão de obra nacional e à modificação da mentalidade econômica dos indivíduos de côr. Depois de 1930, e em particular durante a II Grande Guerra, São Paulo conheceu uma fase de desenvolvimento sem paralelo na história econômica moderna dos países latino-americanos. As oportunidades criadas por essa fase de prosperidade econômica estimularam o deslocamento de mão de obra nacional para São Paulo (145), onde aumentara a procura da mesma além dos limites de disponibilidade interna. Em consequência deste fato, as empresas tiveram que apelar, em grau maior ou menor, para o trabalho de pessoas cuja qualificação profissional era má ou péssima, e precisaram elevar consideravelmente os níveis dos salários (para o que concorreram também outros fatores). Os indivíduos de côr partilharam, naturalmente, das oportunidades de colocação e de profissionalização abertas à mão de obra nacional. Por meio de entrevistas e da observação direta, verificamos que essas circunstâncias foram responsáveis, em grande parte, pela aceitação do elemento de côr em diversas atividades econômicas (desde as braçais e manuais até as administrativas e burocráticas), e que elas continuarão a operar na mesma direção, pelo menos enquanto se fizer sentir a presente escassez de mão de obra, especializada e não-especializada.

Ao mesmo tempo, está se processando a transformação da mentalidade econômica dos indivíduos de côr. Esboça-se no seio da população negra uma reação ao antigo retraimento, que facilitou a substituição do negro pelo imigrante europeu ou pelo trabalhador branco nativo, e que contribuiu para consumir a eliminação parcial dos manumitidos do sistema de trabalho. As polarizações básicas da nova mentalidade em formação (simétrica, nos pontos essenciais, à dos brancos da cidade), acentuam a importância da alfabetização e da aprendizagem sistemática das profissões; reconhecem as van-

(145) Cf. esp. V. Unzer de Almeida e O. T. Mendes Sobrinho, *Migração rural-urbana*, op. cit., passim; e *Migrações internas no Brasil. Estudo preliminar*, publicação do Instituto de Economia da Fundação Mauá, Rio de Janeiro, 1952 (o último ensaio, relativo às *Migrações intra-rurais. Migrações para São Paulo*).



tagens da especialização profissional na competição por colocações; traduzem a predominância de uma perspectiva realista na escolha das ocupações; e, por fim, o que é deveras importante, orientam a conduta dos indivíduos de cor em um sentido competitivo, animando-os a disputar com os brancos as ocupações em que só eram admitidos, no passado, por exceção. As respostas a questionários que distribuimos dão uma idéia do conteúdo positivo dessas polarizações.

À pergunta — “Acha que se deve ter uma profissão?” 125 mulheres responderam sim e 1 não (o total de questionários preenchidos por mulheres é de 130), e 252 homens responderam sim e 1 não (o total de questionários preenchidos por homens é de 261). À pergunta — “Acha que se deve freqüentar escola para conhecer melhor a própria especialidade?” 101 mulheres responderam sim, 5 não, 16 é melhor e 8 nem sempre. À mesma pergunta, 216 homens responderam sim, 9 não, 16 é melhor e 16 nem sempre. À pergunta — “Acha que um bom especialista sempre encontra serviço no seu ramo?”, 105 mulheres responderam sim, 3 não, 22 às vezes; 206 homens, sim, 11 não, e 39 às vezes. A verificação de que os indivíduos de cor se estão orientando no sentido de escolher de modo realista as ocupações que pretendem conquistar ou a que aspiram idealmente, baseia-se nas respostas dadas à pergunta — “A que profissão gostaria de dedicar-se?”. Apenas 18 mulheres e 78 homens declararam que à mesma; 101 mulheres e 184 homens indicaram que gostariam de dedicar-se a outras profissões. Isso evidencia, sem dúvida, a existência de um profundo desajustamento profissional. Mas a análise das respostas referentes às profissões ideais indicadas demonstra que as preferências tendem para ocupações acessíveis, tendo em vista as possibilidades de aprendizagem, a natureza das profissões escolhidas (por exemplo: entre as mulheres prevaleceram os “serviços de escritório” e “costureira”; entre homens, “motorista” e “mecânico”), e as oportunidades de colocação em um meio urbano em crescimento <sup>(146)</sup>. As tendências à competição aberta com os brancos, por cargos e posições, são patentes nas respostas às perguntas: “Acha que existem cargos em nossa sociedade que só são concedidos aos brancos?” e “Acha que os pretos devem pretender os referidos cargos?”. À primeira questão, 74 mulheres e 164 homens responderam sim, e 49 mulheres e 74 homens responderam não. A segunda pergunta foi reelaborada mentalmente pelos pesquisados, sendo entendida na seguinte acepção: “Acha que os pretos devem pretender os cargos que habitualmente são ocupados pelos brancos

(146) Este aspecto da situação social do negro em S. Paulo será retomado adiante, no cap. V.



em nossa sociedade?" (147). 103 mulheres e 225 homens responderam sim, enquanto que apenas 7 mulheres e 12 homens responderam não! Dados colhidos através da observação participante e de depoimentos pessoais corroboram êsses resultados.

A disposição de competir com o branco é relativamente recente e nasce da incorporação dos ideais de vida urbanos à personalidade do negro. Sua importância prática é evidente, pois de uma impulsão psicosocial dêsse gênero é que está dependendo, em parte, a exploração das novas oportunidades econômicas, de assalariamento ou de empreendimento, pelos indivíduos de côr. Em conjunto, as polarizações básicas da mentalidade em formação correspondem às pressões da economia urbana no que se refere à utilização e à valorização da mão de obra nacional. Elas próprias são produtos culturais da participação do negro na vida econômica urbana. A garantia de colocação, a vigência do "salário mínimo", o aumento natural dos níveis de rendas, as facilidades concedidas pela expansão do sistema de vendas a crédito (de utilidades, de terrenos e de casas), se refletiram também no padrão de vida do negro da cidade e em seus ideais de segurança econômica. O abandono dos "cortiços", o cuidado na apresentação pessoal (em particular, com o vestuário), o conforto na vida doméstica, a educação dos filhos, a posse de bens econômicos (inclusive imóveis), são preocupações que já se fazem sentir com muito vigor em diversas camadas da população de côr de São Paulo. Tais preocupações alimentam e dão corpo à aspiração de "melhorar economicamente", de "subir de posição", e redundaram na disposição de competir com o branco, de usufruir com êle, em condições de igualdade, as garantias sociais proporcionadas pelo trabalho livre.

Os resultados de nossas investigações, apresentados de modo tão sumário, patenteiam que a transição do regime escravocrata para o regime de classes não se operou com a mesma rapidez que a transformação do status político do negro. A medida legal abolicionista, promulgada sob o govêrno monarquista e consagrada pelo govêrno republicano que o substituiu em 1889 (148), concedeu aos manumitidos direitos formais, o que levaria um dos paladinos do movimento abolicionista a afirmar que a Abolição se revelara uma ironia atroz (149). É que a transição precisava se operar como um processo histórico-social: o negro deveria antes ser assimilado à

(147) A enumeração dos cargos em questão abrangeria muito espaço, por isso não foi tentada aqui.

(148) Cf. *O Brasil e seus regimes constitucionais*, A. Coelho Branco (editor), Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1947; Constituição de 1891, art. 72, § 2º, o qual será transcrito adiante, no cap. V.

(149) Cf. *Obras completas de Ruy Barbosa*, vol. XI, 1884, tomo I. *Discursos parlamentares. Emancipação dos escravos*, Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1945; no prefácio de Astrojildo Pereira, págs. 37-38.



sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo status econômico-político que adquirira na sociedade brasileira.

Essa transição parece ter entrado em sua fase inicial em nossos dias. A proletarização dos indivíduos de côr e a integração concomitante de uma porção deles às classes médias marcam o fim de um período e o comêço de uma nova era na história do negro na vida econômica de São Paulo. Estamos diante de um processo de recuperação econômica dêsse elemento, de sua reabsorção pelas condições materiais e morais de existência social vigentes contemporaneamente na cidade. Restaria saber se a desproporção entre o ritmo do processo político (a transformação do escravo em cidadão foi súbita) e o do processo econômico (a transformação do manumitido em trabalhador ou em empreendedor livres foi muito lenta) favoreceu ou prejudicou o ajustamento do negro ao regime de produção capitalista e à sociedade de classes. Uma interpretação *ex post facto*, que focalizasse o assunto do ângulo das relações raciais, conduziria a três evidências fundamentais, tôdas tendentes a mostrar que atrás dessa desproporção se oculta a emergência de condições favoráveis ao ajustamento interracial. Primeiro, a transição lenta para o regime de trabalho livre constituiu um fator de acomodação social interracial: os ressentimentos contra os manumitidos se localizaram socialmente, circunscrevendo-se à camada social cujos membros se julgavam "prejudicados" pela Abolição (a dos senhores), e o afluxo da mão de obra negra no mercado de trabalho livre não deu origem a novos conflitos sociais, pois os trabalhadores brancos em geral não se sentiram ameaçados pela concorrência que ela poderia provocar. Segundo, a transição lenta assegurou as condições para a "transformação orgânica" dos manumitidos e dos seus descendentes em trabalhadores assalariados e, em menor escala, em empreendedores capitalistas. É possível que os problemas sociais, enfrentados pelo elemento negro no período que vai de 1888 a 1930, fôssem agravados se os manumitidos tivessem sido expostos a uma competição imediata mais dura e intensa com os trabalhadores brancos (em consequência de uma "política de mão de obra" oficial, por exemplo). Terceiro, a transição lenta permitiu a formação de novas representações sociais sôbre o negro como agente de trabalho ou como empreendedor, tanto no seio da população branca, quanto no da população negra. Isto é deveras relevante. A aceitação do negro em seus novos papéis econômicos se subordinou, e continua a depender estreitamente, da concepção que os brancos e os próprios negros elaboraram a respeito do status do elemento de côr na nova ordem social.



# A P Ê N D I C E

## MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE PRINCIPAL COM DISCRIMINAÇÃO DO SEXO E DA CÔR

(Cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL	H O M E N S				TOTAL
	BRAN-COS	PAR-DOS *	PRETOS	AMA-RELOS	
Agricultura, pecuária, etc. ....	11.342	535	736	1.434	14.047
Indústrias extrativas .....	1.755	154	192	63	2.164
Indústrias de transformação .....	162.750	5.087	7.697	704	176.238
Comércio de mercadorias .....	73.758	1.119	1.462	1.030	77.369
Comércio de valores, etc. ....	9.983	114	107	65	10.269
Transportes e comunicações .....	26.444	1.285	1.821	64	29.614
Administração pública, justiça e ensino público .....	20.908	1.272	1.639	41	23.860
Defesa nacional e segurança pública .....	10.894	1.265	924	11	13.094
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc. ....	12.051	235	148	211	12.645
Serviços e atividades sociais .....	37.554	1.367	1.882	703	41.506
Atividades domésticas e escolares .....	71.134	1.972	2.558	1.114	76.778
Inativos, etc. ....	39.288	1.631	2.231	404	43.554
<b>TOTAL</b> .....	<b>477.861</b>	<b>16.036</b>	<b>21.397</b>	<b>5.844</b>	<b>521.138</b>

M U L H E R E S					
Agricultura, pecuária, etc. ....	530	23	41	168	762
Indústrias extrativas .....	69	11	9	1	90
Indústrias de transformação .....	48.946	1.488	1.620	73	52.127
Comércio de mercadorias .....	7.457	103	96	97	7.753
Comércio de valores, etc. ....	743	5	2	8	758
Transportes e comunicações .....	1.380	24	12	2	1.418
Administração pública, justiça e ensino público .....	7.396	146	93	4	7.639
Defesa nacional e segurança pública .....	170	27	11	—	208
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc. ....	4.695	67	49	40	4.851
Serviços e atividades sociais .....	23.286	1.356	1.770	182	26.602
Atividades domésticas e escolares .....	376.020	15.648	24.655	3.833	420.156
Inativos, etc. ....	14.865	855	1.263	184	17.167
<b>TOTAL</b> .....	<b>485.557</b>	<b>19.753</b>	<b>29.629</b>	<b>4.592</b>	<b>539.531</b>

\* Inclusive os habitantes de côr não declarada.



**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS DE 10 ANOS E MAIS OCUPADOS EM ALGUNS**  
**RAMOS DE ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA**  
**OCUPAÇÃO, COM DISCRIMINAÇÃO DA COR**  
 (Cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRANCOS	PARDOS *	PRETOS	AMARELOS
<b>Agricultura, pecuária, etc.</b> .....	11.342	535	736	1.434
Empregador .....	817	5	1	99
Empregado .....	5.083	391	597	290
Autônomo .....	4.624	123	115	724
Membro da família .....	767	10	19	317
Posição ignorada .....	51	6	4	4
<b>Indústrias extrativas</b> .....	1.755	154	192	63
Empregador .....	55	—	—	—
Empregado .....	1.359	138	172	32
Autônomo .....	283	12	17	19
Membro da família .....	42	4	3	12
Posição ignorada .....	16	—	—	—
<b>Indústrias de transformação</b> .....	162.750	5.087	7.697	704
Empregador .....	5.798	19	10	56
Empregado .....	147.085	4.877	7.371	533
Autônomo .....	8.935	170	298	101
Membro da família .....	716	12	7	10
Posição ignorada .....	216	9	11	4
<b>Comércio de mercadorias</b> .....	75.758	1.119	1.462	1.030
Empregador .....	5.551	22	15	90
Empregado .....	43.645	898	1.212	563
Autônomo .....	23.077	185	212	346
Membro da família .....	1.299	8	16	28
Posição ignorada .....	186	6	7	3
<b>Comércio de valores, etc.</b> .....	9.983	114	107	65
Empregador .....	232	—	—	1
Empregado .....	7.298	95	93	47
Autônomo .....	2.418	19	14	17
Membro da família .....	21	—	—	—
Posição ignorada .....	14	—	—	—
<b>Transportes e comunicações</b> .....	26.444	1.285	1.821	64
Empregador .....	190	1	3	1
Empregado .....	21.554	1.207	1.709	39
Autônomo .....	4.584	71	98	24
Membro da família .....	69	3	1	—
Posição ignorada .....	47	3	10	—
<b>Serviços e atividades sociais</b> .....	37.554	1.367	1.882	703
Empregador .....	1.775	11	11	78
Empregado .....	22.807	919	1.272	369
Autônomo .....	11.778	266	390	198
Membro da família .....	416	3	2	49
Posição ignorada .....	778	168	207	9
<b>Profissões liberais, ensino particular, cul- to, etc.</b> .....	12.051	235	148	211
Empregador .....	264	3	2	6
Empregado .....	5.945	163	109	162
Autônomo .....	5.373	49	25	38
Membro da família .....	26	—	—	—
Posição ignorada .....	443	20	12	5

\* Inclusive os habitantes de cor não declarada.



## MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 10 ANOS E MAIS, OCUPADAS EM ALGUNS  
RAMOS DE ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA  
OCUPAÇÃO, COM DISCRIMINAÇÃO DA CÔR  
(Cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRANCAS	PARDAS *	PRETAS	AMARELAS
<b>Agricultura, pecuária, etc. ....</b>	530	23	41	168
Empregador .....	43	2	—	1
Empregado .....	211	18	27	21
Autônomo .....	125	—	5	27
Membro da família .....	131	1	7	114
Posição ignorada .....	20	2	2	5
<b>Indústrias extrativas .....</b>	69	11	9	1
Empregador .....	4	—	—	—
Empregado .....	54	11	9	—
Autônomo .....	1	—	—	—
Membro da família .....	6	—	—	—
Posição ignorada .....	4	—	—	1
<b>Indústrias de transformação .....</b>	48.946	1.488	1.620	73
Empregador .....	114	1	2	1
Empregado .....	47.957	1.452	1.579	66
Autônomo .....	377	6	18	2
Membro da família .....	132	1	5	3
Posição ignorada .....	366	28	16	1
<b>Comércio de mercadorias .....</b>	7.457	103	96	97
Empregador .....	144	2	—	4
Empregado .....	5.692	81	75	61
Autônomo .....	950	14	15	15
Membro da família .....	506	5	6	15
Posição ignorada .....	165	1	—	2
<b>Comércio de valores, etc. ....</b>	743	5	2	8
Empregador .....	6	—	—	—
Empregado .....	692	5	2	8
Autônomo .....	42	—	—	—
Membro da família .....	2	—	—	—
Posição ignorada .....	1	—	—	—
<b>Transportes e comunicações .....</b>	1.380	24	12	2
Empregador .....	—	—	—	—
Empregado .....	1.334	21	9	1
Autônomo .....	28	1	2	1
Membro da família .....	2	—	—	—
Posição ignorada .....	16	2	1	—
<b>Serviços e atividades sociais .....</b>	23.286	1.356	1.778	182
Empregador .....	230	6	7	5
Empregado .....	10.736	602	840	94
Autônomo .....	10.887	666	837	59
Membro da família .....	461	8	14	17
Posição ignorada .....	972	74	80	7
<b>Profissões liberais, ensino particular, cul- to, etc. ....</b>	4.695	67	49	40
Empregador .....	38	—	—	—
Empregado .....	2.545	47	38	31
Autônomo .....	966	13	5	6
Membro da família .....	48	1	—	—
Posição ignorada .....	1.098	6	6	3

\* Inclusive as mulheres de côr não declarada.



# MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, SEGUNDO A CÔR DOS HOMENS DE 10 ANOS  
E MAIS, EM CADA RAMO DE ATIVIDADE E CLASSE DE POSIÇÃO  
NA OCUPAÇÃO

(Cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRANCOS	PARDOS *	PRETOS	AMARELOS
<b>Agricultura, pecuária, etc.</b> .....	8.074	381	524	1.021
Empregador .....	8.861	54	11	1.074
Empregado .....	7.991	615	938	456
Autônomo .....	8.278	220	206	1.296
Membro da família .....	6.891	90	171	2.848
Posição ignorada .....	7.846	923	616	615
<b>Indústrias extrativas</b> .....	8.110	712	887	291
Empregador .....	10.000	—	—	—
Empregado .....	7.990	811	1.011	188
Autônomo .....	8.550	362	514	574
Membro da família .....	6.885	656	492	1.967
Posição ignorada .....	10.000	—	—	—
<b>Indústrias de transformação</b> .....	9.235	288	437	40
Empregador .....	9.856	32	17	95
Empregado .....	9.201	305	461	33
Autônomo .....	9.401	179	314	106
Membro da família .....	9.611	161	94	134
Posição ignorada .....	9.000	375	458	167
<b>Comércio de mercadorias</b> .....	9.533	145	189	133
Empregador .....	9.776	39	26	159
Empregado .....	9.423	194	262	121
Autônomo .....	9.688	78	89	145
Membro da família .....	9.615	59	119	207
Posição ignorada .....	9.208	297	346	149
<b>Comércio de valores, etc.</b> .....	9.722	111	104	63
Empregador .....	9.957	—	—	43
Empregado .....	9.688	126	124	62
Autônomo .....	9.797	77	57	69
Membro da família .....	10.000	—	—	—
Posição ignorada .....	10.000	—	—	—
<b>Transportes e comunicações</b> .....	8.929	434	615	22
Empregador .....	9.744	51	154	51
Empregado .....	8.794	493	697	16
Autônomo .....	9.596	149	205	50
Membro da família .....	9.452	411	137	—
Posição ignorada .....	7.833	500	1.667	—
<b>Serviços e atividades sociais</b> .....	9.048	329	454	169
Empregador .....	9.467	59	58	416
Empregado .....	8.991	362	501	146
Autônomo .....	9.324	210	309	157
Membro da família .....	8.851	64	43	1.042
Posição ignorada .....	6.695	1.446	1.781	78
<b>Profissões liberais, ensino particular, cul- to, etc.</b> .....	9.530	186	117	167
Empregador .....	9.600	109	73	218
Empregado .....	9.320	255	171	254
Autônomo .....	9.796	89	46	69
Membro da família .....	10.000	—	—	—
Posição ignorada .....	9.229	417	250	104

\* Inclusive os homens de côr não declarada.



# MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, SEGUNDO A CÔR DAS MULHERES DE 10 ANOS  
E MAIS, EM CADA RAMO DE ATIVIDADE E CLASSE DE POSIÇÃO  
NA OCUPAÇÃO

(Cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRANCAS	PARDAS *	PRETAS	AMARELAS
<b>Agricultura, pecuária, etc.</b> .....	6.955	302	538	2.205
Empregador .....	9.348	435	—	217
Empregado .....	7.617	650	975	758
Autônomo .....	7.962	—	318	1.720
Membro da família .....	5.178	39	277	4.506
Posição ignorada .....	6.896	690	690	1.724
<b>Indústrias extrativas</b> .....	7.667	1.222	1.000	111
Empregador .....	10.000	—	—	—
Empregado .....	7.297	1.487	1.216	—
Autônomo .....	10.000	—	—	—
Membro da família .....	10.000	—	—	—
Posição ignorada .....	8.000	—	—	2.000
<b>Indústrias de transformação</b> .....	9.390	285	311	14
Empregador .....	9.661	85	169	85
Empregado .....	9.393	285	309	13
Autônomo .....	9.355	148	447	50
Membro da família .....	9.362	71	354	213
Posição ignorada .....	8.905	681	389	25
<b>Comércio de mercadorias</b> .....	9.618	133	124	125
Empregador .....	9.600	133	—	267
Empregado .....	9.633	137	127	103
Autônomo .....	9.557	141	151	151
Membro da família .....	9.511	94	113	282
Posição ignorada .....	9.821	60	—	119
<b>Comércio de valores, etc.</b> .....	9.802	66	26	106
Empregador .....	10.000	—	—	—
Empregado .....	9.788	71	28	113
Autônomo .....	10.000	—	—	—
Membro da família .....	10.000	—	—	—
Posição ignorada .....	10.000	—	—	—
<b>Transportes e comunicações</b> .....	9.732	169	85	14
Empregador .....	—	—	—	—
Empregado .....	9.773	154	66	7
Autônomo .....	8.750	313	625	312
Membro da família .....	10.000	—	—	—
Posição ignorada .....	8.421	1.053	526	—
<b>Serviços e atividades sociais</b> .....	8.754	510	668	68
Empregador .....	9.274	242	282	202
Empregado .....	8.748	491	684	77
Autônomo .....	8.745	535	672	48
Membro da família .....	9.220	160	280	340
Posição ignorada .....	8.579	653	706	62
<b>Profissões liberais, ensino particular, cul- to, etc.</b> .....	9.678	138	101	83
Empregador .....	10.000	—	—	—
Empregado .....	9.564	177	143	116
Autônomo .....	9.758	131	50	61
Membro da família .....	9.796	204	—	—
Posição ignorada .....	9.865	54	54	27

\* Inclusive as mulheres de côr não declarada.



# MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

EMPREGADOS DOMÉSTICOS SEGUNDO O SEXO E A OCUPAÇÃO.  
POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS

(Cf. Recenseamento de 1940)

## HOMENS

GRUPO DE CÔR	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS		EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem total	Proporção por 100 habitantes em cada grupo de côr
Branços .....	477.861	91,69	4.011	80,53	0,84
Pardos * .....	16.036	3,08	327	6,56	2,04
Pretos .....	21.397	4,11	552	11,08	2,58
Amarelos ...	5.844	1,12	91	1,83	1,56
<b>TOTAL ..</b>	<b>521.138</b>	<b>100,00</b>	<b>4.981</b>	<b>100,00</b>	<b>0,96</b>

## MULHERES

Branços .....	485.557	90,00	22.010	58,92	4,53
Pardos * .....	19.753	3,66	4.663	12,48	23,61
Pretos .....	29.629	5,49	10.501	28,11	35,44
Amarelos ...	4.592	0,85	183	0,49	3,99
<b>TOTAL ..</b>	<b>539.531</b>	<b>100,00</b>	<b>37.357</b>	<b>100,00</b>	<b>6,92</b>

\* Inclusive as mulheres de côr não declarada.



## **CÔO E ESTRUTURA SOCIAL EM MUDANÇA (\*)**

Ficou visto atrás, que a situação econômica do elemento negro manteve-o, constantemente, no nível social mais baixo da sociedade paulistana, e que só em época muito recente se manifestaram algumas tendências de alteração de semelhante ordem de ajustamento inter-racial. As implicações sociológicas da análise desenvolvida para chegar a êsse conhecimento merecem ser postas em relêvo aqui, já que foi por causa delas que fomos levados a dedicar tanta atenção ao estudo da posição do negro na história econômica de São Paulo.

Tais implicações podem ser reduzidas a três: 1.º) na seleção da mão de obra sempre prevaleceram motivos que nada têm a ver com a raça ou com a côr dos trabalhadores; 2.º) a raça ou a côr não exerceram por si mesmas, aparentemente, nenhuma influência como fatores sociais construtivos na constituição ou na transformação da ordem de ajustamento inter-racial; 3.º) as condições sociais de exploração econômica da mão de obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em tôrno da raça ou da côr, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação da dinâmica dos ajustamentos entre negros e brancos em São Paulo.

Quanto à primeira implicação, ficou bastante claro, segundo nos parece, que os moradores brancos de São Paulo nunca atribuíram muita importância nem à raça, nem à côr dos agentes do trabalho escravo ou do trabalho livre. O recurso à escravidão se impôs como um imperativo de adaptação dos colonizadores à economia colonial, na forma que ela deveria assumir nas regiões tropicais (1). Se o escravo era indígena, africano, negro crioulo, mulato escuro ou mulato claro, pouco se lhes dava. E quando a mão de obra escrava começou a periclitar, não tiveram dúvidas em substituí-la pela mão de obra do branco europeu e de transferir-lhe as tarefas comumente realizadas pelo escravo. Isso produziu efeitos que não foram mencionados aci-

---

(\*) Capítulo redigido por Florestan Fernandes.

(1) Caio Prado Jor., *Formação do Brasil Contemporâneo*, cf. esp. pgs. 21-26 e 113 e sets..



ma: como a degradação inicial do trabalho livre, a atribuição do antigo status do escravo, durante algum tempo, ao trabalhador branco, e uma série de conflitos entre os imigrantes e os fazendeiros, cuja mentalidade não se transformou tão depressa quanto o sistema de trabalho de suas fazendas<sup>(2)</sup>. O fato é que foram econômicas as razões que impuseram as sucessivas substituições da mão de obra, quer sob o regime de trabalho escravo, quer sob o regime de trabalho livre. A segunda implicação é óbvia, por sua própria natureza. De tudo que expusemos, infer-se naturalmente que a estratificação social de São Paulo nunca representou o produto de diferenças de raça ou de côr. Ao contrário, ela sempre se calçou na posição que os componentes de cada uma das raças em contacto ocupavam no sistema de relações materiais, constituindo portanto um produto dos processos sociais que operam no plano econômico da vida social. Daí a tendência que se fez notar dentro dela, desde os primórdios do século XVI, de exprimir concomitantemente as diferenças de situação econômica, de posição social, de raça ou de côr. Quem pretender evitar certas confusões correntes nesta matéria, deverá então admitir que estamos diante de um caso típico de estratificação social, em que as diferenças de situação econômica e de posição social, fundamentais e determinantes, são igualmente significativas quando consideradas em termos de raça e de côr. Ou, em outras palavras, que à estratificação social de São Paulo corresponde ou se superpõe uma estratificação interétnica e racial. Essa observação é comprovada pelos resultados das investigações de outros autores. No que tange ao passado, Oliveira Viana, por exemplo, escrevera que, ao encerrar-se o

(2) Podem-se encontrar dados sobre esses fenômenos, com referência aos imigrantes que vieram para São Paulo, nas seguintes obras: sobre os alemães, austríacos, belgas e suíços — Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*, op. cit., pgs. 37, 72, 74, 114, 122-123, 125, 130-131, 147, 201, 211-212, 218-219 e 223; Dr. Luís Correia de Azevedo, *Da Cultura do café*, in Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão do Paty do Alferes (cf. nota 34. adiante), pgs. 230-317 (refere-se ao tratamento dispensado aos imigrantes nas pgs. 276-278); Louis Couty, *Le Brésil en 1884*, op. cit., pgs. 15 e sets. e 112, 125-126; Idem, *L'Esclavage au Brésil*, op. cit., pg. 50; sobre os italianos — *L'Immigrazione italiana dal 1886 ad Oggi. Il Lavoro nelle "Fazendas" e la formazione della piccola Proprietá*, in *Cinquant'anni di Lavoro degli Italiani in Brasile*, Società Editrice italiana, São Paulo, 1936, vol. I, pgs. 174-175 (conforme, na mesma obra, também pg. 229); Dott. Antonio Piccariolo, *L'Emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo*, Livraria Magalhães, S. Paulo, 1911, pgs. 32 e 35-48; Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, op. cit., pg. 86; Dunshee de Abranches, *O Cativo (Memórias)*, Rio de Janeiro, 1941, pgs. 227-228; sobre os portugueses (e aco-rianos): Augusto de Carvalho, *Estudo sobre a Colonização e Emigração para o Brasil*, tip. do Comércio, Porto, pgs. 188-189 e 296; Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil. 1865-1867*, trad. 607. Referências de caráter geral, inclusive contrastes entre as expectativas dos imigrantes e as condições reais de trabalho, cf. também: A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. oitavo, cap. XV, Pierre Denis, *Le Brésil au XX Siècle, et sur la Colonisation au Brésil*, Librairie Guillaumin & Cie., Paris, 1876, pgs. 50-54. Conde A. von der Straten Ponthoz, *Le Budget du Brésil*, op. cit. vol. III, pgs. 55 e segs. Sergio Buarque de Holanda procurou explicar a conduta dos fazendeiros paulistas diante dos imigrantes em termos da hipótese sociológica da demora cultural (cf. introdução ao livro de Davatz, pg. 17). A mesma coisa ocorreu em outras regiões do país, onde a imigração se desenvolveu: cf. esp. Emílio Willems, *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1946, pgs. 119 e sets. e 171; Gilberto Freyre, *Interpretação do Brasil*, introdução e tradução de Olívio Montenegro, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1947, pgs. 203-204 e 209-210.



século XVIII, "O branco, o mestiço e o negro se mostram estratificados em camadas perfeitamente distintas. Das três classes rurais — a dos "escravos", a dos "foreiros", a dos "senhores" — cada uma se faz o centro de polarização de um tipo étnico específico. Entre os "escravos" — o negro. Entre os "foreiros" — o mestiço. Entre os "senhores" — o branco" (3). No que se refere ao presente, Lowrie fornece os seguintes dados, obtidos por meio de pesquisa estatística em três grupos da população da cidade: o "grupo superior, sondado através dos alunos da Universidade, comportava somente 1% de pardos ou negros; a "classe trabalhadora", estudada através das crianças matriculadas nos parques infantis e entre as quais prevalecia a ascendência estrangeira, compreendia apenas 3% de pardos ou negros; a "classe semi-dependente", analisada através dos recém-nascidos em seções gratuitas da maternidade, contaria com 27% de pardos ou negros. Apoiado nessas indicações, Lowrie salienta que as "linhas de côr" interferem na diferenciação das classes sociais em São Paulo (4).

Quanto à última implicação, embora a análise desenvolvida seja insuficiente para esclarecer todo o assunto, ela permite entrever que diversos tipos de associações se polarizavam em torno da côr. A forma de organização do trabalho sob a escravidão estabeleceu uma relação tal entre o branco, o negro e o mestiço, que êstes estavam para aquêle assim como o escravo está para o senhor. As gradações da côr da pele não chegaram a ser, por si próprias, bastante impositivas a ponto de atenuar as determinações sociais contidas nessa relação de subordinação e de dominação inter-racial. O princípio que regulava a transmissão do status aos filhos de escrava estipulava que *partus sequitur ventrem* (5). Os descendentes das escravas nasciam escravos, independentemente da condição social dos pais. Daí o número enorme de mestiços sujeitos à escravidão, entre os quais se contavam indivíduos muitas vêzes descritos como "mulatos claros" e "quase-brancos"; e o espanto dos estrangeiros, que percorreram o Brasil. Saint-Hilaire, por exemplo, escreve o seguinte a respeito dos senhores paulistas: "assim, ainda existem

(3) Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil, História, Organização, Psicologia*. Primeiro Volume. *Populações Rurais do Centro-Sul Paulistas, Fluminenses-Mineiros*, 4.ª edição, Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1938, pg. 140; cf. também a obra do mesmo autor *Evolução do Povo Brasileiro*, 2.ª edição, Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1933, pg. 150 e sets.. Sôbre a relação entre estrutura social e composição racial da população no mundo colonial cf. ainda: sôbre São Paulo, especificamente, A. de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, op. cit., vol. II - 1.ª Parte, pg. 20; sôbre a sociedade brasileira em geral: Caio Prado Jor., *Formação do Brasil Contemporâneo*, pg. 340 e sets., e 105-106.

(4) S. H. Lowrie, *Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais*, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV-Vol. XLIII, 1938, pgs. 195-212; cf. também, do mesmo autor: *O Elemento Negro na População de São Paulo*, op. cit., pg. 27 e sets..

(5) Agostinho Marques Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social*, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1866, vol. I, pgs. 41-42.



homens livres de nossa raça que têm bem pouca alma para deixar seus filhos na escravidão" (6). A alforria, em tais casos, dependia da iniciativa do pai, e era com frequência relativa concedida aos filhos bastardos (7). De qualquer modo, porém, o matiz da pele servia como uma espécie de índice da condição social das pessoas. Quem não fôsse branco, corria o risco de ver-se considerado e tratado como escravo. Isso é pôsto em relêvo por diversas fontes. No período colonial: "O distintivo da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as idéias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra. Mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de ser branco é o mesmo que ser nobre" (8). É que no passado, de acôrdo com a opinião do grande líder abolicionista negro, José do Patrocínio, "o homem de côr precisa de provar que é livre" (9). Ainda agora, os termos negra e negro ocorrem em um dicionário brasileiro como sinônimos de escravo (10). Provavelmente por causa dessa associação, êsses termos e a palavra "prêto" adquiriram um sentido pejorativo (11) e até ofensivo.

A côr foi, portanto, selecionada como a marca racial que serviria para identificar socialmente os negros e os mestiços. Ela passou a ser um símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir a situação de indivíduos isolados, como socius e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma "raça". Neste sentido, pode-se afirmar que a côr não só transparecia na "anatomia" da sociedade escravocrata de São Paulo, mas ainda intervinha dinamicamente em

(6) *Voyage dans Les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, op. cit., vol. I, pg. 128. Perdigão Malheiros escrevia: "Dessas uniões entre as diversas raças resultou que fôssem escravos indivíduos de tôdas as côres, desde o negro até o quase branco, como foi reconhecido formalmente no alvará de 16 de Janeiro de 1773; o que ainda hoje se observa" (op. cit., vol. III, pg. 14).

(7) Os documentos oficiais relativos a São Paulo mostram que as alforrias tanto podiam ser concedidas em vida, quanto por testamento. Isso explica porque o número de pardos escravos é menor que o número de negros escravos, enquanto que acontecia o inverso com relação aos pardos e negros livres (conforme as estatísticas do capítulo anterior).

(8) Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, pág. 127; sôbre as atitudes quanto aos mestiços com índios, cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Raças do Brasil*, op. cit., pgs. 58-60.

(9) Conferência pública do jornalista José do Patrocínio feita no Teatro Politeama em Sessão da Confederação Abolicionista de 17 de Maio de 1885, Folheto n.º 8, Rio de Janeiro, 1882 (sic), pág. 30.

(10) Cf. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, e revisto na parte geral por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz, 6.ª Edição revista e aumentada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, S. Paulo e Bahia, 1946, pgs. 863 e 864, respectivamente.

(11) Cf. Caio Prado Jor., op. cit., pág. 272.



sua "fisiologia". De um lado, ela permitia distinguir os indivíduos, por meio de caracteres exteriores, de acordo com sua posição na estrutura social. De outro, funcionava como um núcleo de condensação e de ativação de uma série de forças sociais, que mantinham a unidade e a estabilidade da ordem vigente. Pensamos, assim, que não foi por acaso que a cor foi selecionada cultural e socialmente como marca racial. Se as condições de convivência entre os "senhores" e os "escravos" favoreciam a retenção de um caráter físico que poderia, por sua natureza, exprimir simbolicamente a distância que existia entre as duas camadas sociais, não é menos verdade que a própria dinâmica da sociedade de castas, que eles constituíam, dependia estreitamente de um elemento que servisse como fonte de justificação e de legitimação da conduta expoliativa e exclusivista dos "senhores". Esse elemento foi a cor, que passou a indicar mais do que uma diferença física ou uma desigualdade social: a supremacia das raças brancas, a inferioridade das raças negras e o direito natural dos membros daquelas de violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos. O fundamento pecuniário quer da escravização, quer da exploração do escravo, compeliu os "brancos" a procurar as razões emocionais, racionais e morais da escravidão fora da relação senhor-escravo. O contraste da cor da pele, sublinhado por incompatibilidades culturais (as mais notadas foram as de ordem religiosa), facilitou esse processo que, sob a inspiração de ideais cristãos, degradou uma parcela da humanidade ao estado de "coisa", de utilidades mercantis.

Por aqui se verifica que a ligação entre a escravidão e a seleção da cor como marca racial, para denotar culturalmente as prevenções, os sentimentos e as idéias das raças dominantes sobre as raças dominadas, não é fortuita nem circunstancial. A alienação social da pessoa do negro se processou inicialmente como alienação social da pessoa do escravo. Mas, presumimos, ela não se institucionalizaria se o elemento cor permitisse ou obrigasse a incluir os prejudicados no círculo do nosso grupo ou da gente igual a nós. Alguns acidentes nas relações dos brancos entre si no período colonial mostram que o respeito pela pessoa humana e a lealdade dele resultante para com o conforto ou a segurança de terceiros não era muito grande<sup>(12)</sup>. Todavia, não chegavam ao extremo de desrespeitar generalizadamente, com o apoio explícito e estimulante das institui-

---

(12) Veja-se, por exemplo, o que escrevem, respectivamente, Knivet e Staden de suas relações com os portugueses e com um francês (cf. *Vária Fortuna e Estranhos Fados* de A. Knivet, Ed. Brasiliense Ltda., São Paulo, 1947, passim; Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil*, transcrito em alemão moderno por Carlos Fauquet e traduzido por G. de Carvalho Franco. Notas de F. de Assis Carvalho Franco. São Paulo, 1942, Livro primeiro, cap. 26). Aliás, a situação inicial dos colonos brancos sem recursos era tal, que já se chegou a ver na dependência do trabalhador português branco, para com os senhores rurais da mesma etnia, uma espécie de "escravidão temporária" (cf. Caio Prado Jor., op. cit., pgs. 23-24).



ções reguladoras (como a Coroa e a Igreja), os mores estabelecidos solidamente na própria cultura.

Parece-nos que a função do preconceito de cor e da discriminação racial na antiga sociedade de castas de São Paulo corrobora inteiramente a interpretação desenvolvida. A relação entre o preconceito de cor e a preservação da ordem senhoreal se manifesta, desde os primeiros tempos, na tendência nítida e forte de recrutar os cônjuges dos filhos entre pessoas de raças brancas, isentas de "impureza de sangue" e de "comprovado sangue limpo". Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, os pais, na escolha dos maridos para as filhas, "mais atendiam aos seus genros: ordinariamente as desposavam com seus patrícios, e parentes, ou com estranhos de nobreza conhecida; em chegando da Europa, ou de outras capitâneas brasílicas, algum sujeito desta qualidade, certo tinha um bom casamento, ainda que fôsse muito pobre" (13). Os princípios através dos quais se estabeleciam formalmente o grau de nobreza do indivíduo em questão pressupunham um duplo reconhecimento: a) de que ele se achava livre da suspeita de "condição mecânica" (princípio estabelecido); b) de que ele possuía "limpo sangue", estando por conseguinte isento de "tôda a raça de mácula de Judeu, ou outra qualquer mácula" (princípio de integridade social da camada dominante (14). De acôrdo com ocorrências notórias, o casamento de um indivíduo de "nobre sangue" com uma mulata podia ser encarado por seus parentes como uma "injúria", que lhes causava "um geral luto de sentimento", e o marido se julgava com o direito de romper os laços matrimoniais com a mulher legítima, desde que suspeitasse, com fundamentos positivos, de sua "pureza de sangue". Essas atitudes perduraram com certa tenacidade. No período de crises econômicas, iniciado com o abandono das minas e com a libertação dos índios (pelos meados do século XVIII), as exigências se atenuaram, levando os pais a aceitar ricos naturais da região (portanto, mestiços), como noivos de suas filhas (15). Mas um interessante depoimento demonstra que, ainda no fim do Império, a escolha dos futuros genros cabia ao pai e se processava tendo em vista a cor da pele dos candidatos: "... Mas o papai era escrupuloso: atendia a tôdas as recomendações, procurava obter informes. Com que cuidado intentava saber se na família (do pretendente) havia mescla de sangue de cor! O prin-

(13) *Membrias para a História da Capitania de São Vicente Hoje Chamada de São Paulo por Frei Gaspar da Madre de Deus*, 3.ª edição, com um estudo biográfico e notas de A. de E. de Taunay, Weiszflog Irmãos, São Paulo e Rio, 1920, pág. 168.

(14) Cf. Frei Gaspar, *op. cit.*, pgs. 154-156; Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, Duprat & Cia., São Paulo, 1903-1905 (volumes 1 a 9), passim; introdução de A. de E. Taunay à *Informação sobre as Minas de São Paulo*, de Pedro Taques (*op. cit.*), item IV, em que examina os preconceitos genealógicos do autor da *Nobiliarquia Paulistana*.

(15) Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 168.



cipal era que fôsse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque, dizia êle, — “impedir em certos casos um casamento é meu dever — obrigar, nunca” (16). Os especialistas que investigaram êsses problemas são unânimes em ressaltar que o intercasamento estava estreitamente subordinado e limitado pelas determinações do preconceito de côr (17). Ao padrão de que a escolha do cônjuge era demasiado importante para ficar ao arbítrio dos jovens, associava-se o de que “só raça boa com raça boa produz boa raça” (18).

Os fatos expostos dão margem a que se considerem três questões básicas: 1.º) por que o preconceito de côr se concentrou em tôrno das proibições de casamento? 2.º) por que razão as proibições apontadas não se estenderam às uniões sexuais extraconjugais e não exerceram nenhuma reação limitativa na miscegenação de “brancos” com “negros”? 3.º) qual seria, então, a relação específica entre o preconceito de côr e a preservação da ordem senhoreal existente? A primeira questão encontra uma resposta óbvia no significado do parentesco no sistema social (19); o parentesco representava o princípio fundamental de atribuição de status social. A incorporação do elemento de côr no núcleo legal da família grande acarretaria o reconhecimento formal da igualdade social entre o branco e o negro ou o mulato. Para evitar que isso acontecesse, formaram-se as representações contrárias ao intercasamento, as quais subordinavam as relações matrimoniais a padrões endogâmicos. Nesse sentido, os dois grupos raciais se integravam, originariamente, em um sistema de castas, e as proibições de casamento inter-racial asseguravam pela base a integridade social do grupo racial dominante. Daí a concentração do preconceito de côr em tôrno das proibições de casamento e a tenacidade à mudança revelada pelos padrões de comportamento desenvolvidos culturalmente. Essas considerações permitem responder de modo parcial à segunda questão. As proibições não incidiam sobre as relações sexuais, porém, sobre as relações matrimoniais. Não só as parceiras sexuais escravas não se elevavam à situação social dos senhores, como os filhos nascidos dessas uniões se conservavam na mesma condição que as mães (princípio do *partus sequitur ven-*

(16) Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, prefácio de Monteiro Lobato, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1946, pág. 114.

(17) Cf. Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, op. cit., pág. 145 e sets.; Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, op. cit., pgs. 73, 120, 127-128, 133 e sets.; Antônio Cândido de Melo e Souza, *A Família Brasileira*, original em português em Ms., pág. 3 e segs. (êsse trabalho já foi publicado em inglês: *Brazil: Portrait of Half a Continent*, T. Lynn Smith e Alexander Marchant, eds. The Dryden Press, New York, 1951, cap. 13, e trata particularmente da família patriarcal no sul do país).

(18) Antônio Cândido de Melo e Souza, op. cit., pg. 6.

(19) Conforme os autores e obras citados na nota 17, em particular o estudo de Antônio Cândido de Melo e Souza.



trem). Reconhecera-se juridicamente, inclusive, que os filhos de pais naturais nobres não podiam sequer herdar ab intestato<sup>(20)</sup>. Acresce que duas impulsões favoreciam a procura do "prazer sexual" fora dos quadros legais da família grande. De um lado, havia escassez de mulheres brancas. De outro, a própria organização da família patriarcal impelia os homens a procurar satisfação sexual na constelação periférica da família grande, constituída por criados, crias, escravos e agregados<sup>(21)</sup>. Seria uma "função" regular da escrava proporcionar aos senhores a satisfação de suas necessidades sexuais<sup>(22)</sup>. Em consequência, o padrão endogâmico resultante da ordem matrimonial existente era contrabalançado por uma vida sexual livre e ativa, através da qual se processava a miscegenação entre negros e brancos. Quanto à terceira questão, parece-nos que resulta do que vimos até agora que o preconceito de cor contribuía para perpetuar a ordem senhoreal vigente à medida em que ele operava como um fator de segregação social. Ele não visava evitar nem mesmo restringir a miscegenação. Mas, ao contrário, fazer que esta se processasse sem afetar substancialmente as posições recíprocas dos dois grupos de raças no sistema social.

Inerente à própria organização da sociedade escravocrata, a discriminação racial manifestava-se sob tôdas as suas formas típicas. Praticamente, o escravo não conhecia outro direito senão o que estipulava a vontade ou o arbítrio do senhor, não gozava de nenhuma capacidade civil e suportava todos os deveres que a mesma vontade ou arbítrio julgasse conveniente imputar-lhe. Como escreveu Perdigão Malheiros, o grande estudioso da escravidão no Brasil, "desde que o homem é reduzido à condição de coisa, sujeito ao poder e ao domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma..."; transforma-se, em virtude da própria condição, em "um inimigo doméstico" e em "um inimigo público", no "vulcão que ameaça constantemente a sociedade..."<sup>(23)</sup>. Por isso, apesar de todos os contactos, intercomunicações e intimidades que sempre existiram entre negros e brancos, as duas camadas raciais constituíam dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irreductíveis um ao outro. As diferentes modalidades através das quais se processou a discriminação racial, tinham por função manter as distâncias sociais intrans-

(20) Cf. Frei Gaspar, op. cit., pág. 155.

(21) Sobre este aspecto, cf. especialmente A. C. de Melo e Souza, pgs. 11 e sets.

(22) Segundo Caio Prado Jor., op. cit., pág. 342. Sobre esse assunto, consulte-se a obra clássica de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Schmid, Editor, 3.ª edição, Rio de Janeiro, 1938, especialmente os dois capítulos sobre "O Escravo Negro na Vida Sexual e de Família do Brasileiro", pág. 197 e sets.

(23) A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., I, pgs. 2 e 32-33, respectivamente: grifos no texto original.



poníveis, que dividiam os dois mundos coexistentes e superpostos, e garantir a partilha desigual de direitos e deveres, assegurada pelo regime servil.

A discriminação econômica operava-se de diversas maneiras. Quanto às condições de vida material, os escravos eram alimentados, vestidos e alojados de forma diferente dos demais membros da coletividade<sup>(24)</sup>. A senzala, onde eram fechados ao anoitecer e da qual soltavam-nos ao amanhecer, não se confundia com um estábulo porque era mais propriamente uma prisão, habitualmente sem iluminação nem ventilação convenientes. Localizada no porão da casa grande ou dela separada alguns metros, sua característica permanente consistia em nunca proporcionar o menor conforto aos seus moradores, amontoados em pequenos espaços, em um estado de promiscuidade e abandono extremos<sup>(25)</sup>. Quanto às ocupações, tôdas as tarefas árduas ou degradantes eram relegadas ao escravo, como já vimos. Mesmo os mestres de ofícios e os fâmulos, em chegando do Reino, procuravam desde logo tornar-se senhores, transferindo para os escravos as suas obrigações, ou se “desprezavam de seus amos”<sup>(26)</sup>. A ociosidade podia não ser um ideal, mas era um apatúgio das pessoas de “dom” e da “gente de prol”. Daí a chocante disparidade entre a vida laboriosa do escravo e a tranqüila existência dos senhores, a qual ainda se fazia notar fortemente nos fins do século XIX: “Todo êsse aspecto de uma serena vida familiar constituía flagrante contraste com a rude e trabalhosa existência dos escravos. Êstes desde a madrugada, ao toque do sino, até o anoitecer, com a enxada na mão iam executando, quase sem descanso, sob o chicote do feitor, os mais árduos trabalhos — vida essa que somente o espírito obtuso e submisso do africano podia suportar sem revolta”<sup>(27)</sup>. Sob êste aspecto, os escravos que viviam nas zonas urbanas ou que se ocupavam nos afazeres da casa grande gozavam de algumas regalias com relação aos escravos do eito, cujo regime

---

(24) O padrão de construção que prevaleceu em São Paulo vem descrito em *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado (cf. pgs. 52-54), que teve o cuidado de pôr em relêvo as diferenças existentes entre a *casa da povoação* e a *casa da roça*. Em ambas, porém, o escravo se via segregado espacialmente dos demais componentes do grupo doméstico.

(25) As melhores descrições da *Senzala* são fornecidas por viajantes que percorreram a zona fluminense; o leitor encontrará interessantes ilustrações, em que são reproduzidas *sedes e senzalas*, em *Lavoura Cafeeira Paulista. Velhas Fazendas do Município de Campinas*, texto de J. E. Teixeira Mendes e aquarelas de José de Castro Mendes, Departamento Estadual de Informações, São Paulo, 1947. Recomendamos a descrição feita por Charles Ribeyrolles (*Brasil Pitoresco. História-Descrições-Colonização-Instituições*, ilustrado com gravuras de Victor Frond, tradução e notas de Gastão Penalva, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1941, vol. II, pgs. 32-33).

(26) Cf. A. de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, op. cit., Vol. II - 1.ª parte, pgs. 20-21.

(27) M. Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, op. cit., pág. 99. A documentação relativa ao extenuante regime de trabalho do escravo é relativamente rica, mas dispensamos de enumerá-la aqui.



de trabalho chegava a ser deshumano<sup>(28)</sup>. De qualquer maneira, ambos estavam confinados às ocupações socialmente degradadas e não auferiam nenhum benefício do próprio trabalho, pois a lei assegurava ao senhor "o direito de auferir do escravo todo o proveito possível" e de "exigir os seus serviços gratuitamente pelo modo e maneira que mais lhe convenha". Quanto à apropriação dos proventos do trabalho excedente e à formação de pecúlio pelos escravos, até 1871 nenhuma lei lhes garantiu "o pecúlio; e menos a livre disposição sobretudo por ato de última vontade, nem a sucessão ainda quando seja escravo da Nação"<sup>(29)</sup>. Contudo, tanto nas fazendas, quanto nas cidades, conseguiam alguns proventos, resultantes seja do cultivo de pequenas hortas que os senhores lhes concediam (nas quais trabalhavam nos domingos e feriados), seja do excesso de jornal pelos serviços prestados a terceiros<sup>(30)</sup>. A lei de 28 de setembro de 1871 regulou juridicamente a matéria, estabelecendo: "É permitida ao escravo a formação de um pecúlio do que lhe provier de doações, legados e heranças e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias"<sup>(31)</sup>. Todavia, a aplicação da lei dependia estreitamente da vontade dos senhores, que a fraudaram de vários modos<sup>(32)</sup>. O seu interesse, no caso, estava em impedir que os escravos constituíssem pecúlios suficientes para o próprio resgate; se isto era difícil para os escravos da roça, era bem mais fácil para os das cidades. A escassez de braços, porém, impeliu os fazendeiros paulistas, fluminenses e mineiros a adotar certos estímulos que contribuiriam para simplificar a formação de pecúlios: o pagamento de jornais pelo trabalho prestado aos sábados e domingos ou pelos excedentes da colheita média estipulada<sup>(33)</sup>. Parece que alguns fazendeiros não punham obstáculos a que seus escravos negociassem os produtos de suas hortas nas vilas próximas e lá adquirissem as mercadorias que desejassem (em geral, roupas,

(28) Os viajantes, principalmente os que estiveram na zona fluminense, notaram continuamente esse fato. O cultivo do café era menos duro que o da cana; o trabalho na época da colheita era, por sua vez, muito mais intenso. Em regra, os escravos da roça trabalhavam no período da manhã, da tarde e da noite (serão). Rugendas informa que o esforço constante e com pequeno descanso chegava a esgotar os escravos a ponto de "êles adormecerem onde quer que se encontrem, donde o ditado: dorminhoco como negro de engenho" (João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, op. cit., pág. 179). Louis Couty, cuja experiência sobre a organização do trabalho escravo abrangia igualmente o Rio de Janeiro e São Paulo, afirmava que os campeiros, os artesãos das zonas urbanas e os escravos domésticos teriam "mais liberdade, mais prazeres, e menos trabalho que os nossos assalariados da Europa" (cf. *L'Esclavage au Brésil*, op. cit. pgs. 24-25).

(29) A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pág. 55.

(30) Idem; cf. também Rev. R. Walsh, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, Frederick Westley and A. H. Davis, London, vol. II, pág. 241; J. M. Rugendas, op. cit. pág. 188; Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 38; com referência a São Paulo, cf. A. de Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. sétimo, pgs. 436-437.

(31) Cf. Luiz Maria Vidal, *Repertório da Legislação Servil*, op. cit., vol. II, pág. 9 (Lei 2.040, art. 4.º).

(32) Cf. Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, op. cit., pág. 127.

(33) Cf. A. de E. Taunay, loc. cit.; L. Agassiz e E. C. Agassiz, op. cit., pgs. 154-158.



fumo e a chamada "comida de regalo")<sup>(34)</sup>. Outros achavam que eles mesmos deviam comprar os produtos, pagando por eles "um preço razoável"<sup>(35)</sup>. O depoimento de um senhor da zona fluminense demonstra que tôdas essas pequenas concessões no tocante à propriedade eram feitas tendo em vista a fixação do escravo e o prazer pessoal do seu dono: "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes adquirir certo amor ao país, distrair um pouco da escravidão, e entreter-se com êsse seu pequeno direito de propriedade. Sem dúvida o fazendeiro enche-se de certa satisfação quando vê chegar o escravo de sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana, etc".<sup>(36)</sup> Essa atitude também era partilhada pelos fazendeiros paulistas<sup>(37)</sup>. O escravo não chegou a gozar, portanto, de um direito de propriedade, mas de uma ficção, criada para alimentar certas conveniências sociais dos senhores.

As discriminações legal e política se processavam concomitantemente, como decorrência da própria condição do escravo. "O nosso Pacto Fundamental, nem lei alguma contempla o escravo no número dos cidadãos, ainda quando nascido no Império, para qualquer efeito em relação à vida social, política ou pública"<sup>(38)</sup>. As leis relativas ao escravo não se incorporavam à Constituição, nem à Consolidação das Leis Civis; elas faziam parte do chamado Código Negro<sup>(39)</sup>. De modo que o escravo estava sujeito a uma plena incapacidade civil. Assim, não era admitido a dar queixa, por si, devendo fazê-lo por intermédio do senhor, ou então do promotor público ou de algum cidadão que se dispusesse a isso; não podia dar denúncia contra o seu senhor; não era aceito como testemunha jurada, mas apenas como informante, quando de interêsse público; acusado ou réu, seu senhor constituía o curador nato; se o senhor se recusasse a desempenhar os papéis de curador nato, seria substituído por outro cidadão, indicado pelo juiz do processo; proibia-se ao escravo, sob penas severas, atentar contra a vida ou segurança do senhor, de seus parentes e dependentes, e no caso de ser condenado à pena capital não se lhe reconhecia nenhum direito a recurso<sup>(40)</sup>. Em suma, "o escravo, subordinado ao poder (potestas) do senhor, e além disso equiparado às coisas por uma ficção da lei enquanto sujeito ao domínio de outrem, não tem personalidade, estado. É pois privado

(34) Cf. M. Paes de Barros, op. cit., pág. 100; e também Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão do Paty do Alferes), *Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, anotada por Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, 3.<sup>a</sup> edição, Eduardo & Enrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1878, pág. 25.

(35) Cf. F. P. de Lacerda Werneck, op. cit., pgs. 24-25.

(36) Idem, pág. 25.

(37) Conforme o que escreve dona Maria Paes de Barros, op. cit., pág. 104.

(38) A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pág. 2; veja-se também J. Nabuco, op. cit., pgs. 124-126.

(39) Conforme J. Nabuco, loc. cit..

(40) A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pgs. 22, 24 e 62.



de toda capacidade civil" (41). Com exceção de atos criminosos, ilícitos e imorais, o senhor tudo podia exigir do escravo com o beneplácito da lei, obrigando-se em troca, exclusivamente, a vesti-lo, alimentá-lo e proporcionar-lhe assistência em suas doenças (42). A legislação vigente só não concedia aos senhores o direito de vida e de morte sobre seus escravos, bem como a faculdade de infligir-lhes sevícias e castigos corporais (açoitamento doméstico) além de certos limites (43). Sob o ponto de vista legal e político, portanto, o contraste entre as duas camadas sociais era completo: todas as garantias sociais desfrutadas pela camada dominante não tinham aplicação, de nenhuma forma, à camada servil. A lei consagrava a escravidão e sancionava, sem restrições, a expoliação de um grupo racial por outros.

A discriminação social abrangia naturalmente todas as esferas ou situações da vida social. As fronteiras que separavam o senhor e o escravo só permitiam que eles se encontrassem nessa qualidade, em todas as circunstâncias, ainda que existissem laços afetivos entre ambos. Na verdade, senhores e escravos formavam duas "sociedades" distintas, que coexistiam no seio de uma ordem social inclusiva. Aqui não nos interessa esse aspecto, já que o objeto do nosso estudo é outro, e nos obriga a considerar apenas certas conseqüências da relação senhor-escravo, que excluía os cativos das probabilidades de atuação social e das compensações ou garantias sociais asseguradas pela ordem senhoreal. Porém, uma coisa precisa ficar clara: é que no meio de tanta heterogeneidade racial, cultural e social, o código ético dos senhores sobressaía por sua unidade e pela vigência dos valores e das normas que o constituía. As menores concessões não se faziam sequer aos estranhos à localidade, que ignoravam os costumes dos paulistas e os hábitos de uma sociedade em que a escravidão deturpara o antigo sentido europeu das noções de trabalho, de honra, de dignidade e de moral. Uma pequena anedota poderá ilustrar esta afirmação. Durante sua permanência em São Paulo, um viajante foi recebido por uma importante família do lugar. À sobre-mesa, lembrou-se de elogiar a dona da casa, atribuindo-lhe a confecção dos doces que comera; esta melindrou-se, pois aquela era uma ocupação das escravas, e não ocultou o seu desagrado. O pobre viajante

(41) *Idem*, vol. I, pgs. 44-45.

(42) *Idem*, vol. I, pág. 67. Esse aspecto da legislação não deve ser tomado ao pé da letra. Havia senhores que compeliavam as escravas ao meretrício e recolhiam os proventos de suas atividades. Nem por isso os tribunais viram no fato razão suficiente para libertar as escravas exploradas dessa maneira (cf. Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista*, op. cit., pgs. 174-176).

(43) Cf. A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pgs. 7-13; E. de Moraes, op. cit., pgs. 207-210 e 301. Aliás, as limitações sobre o direito de castigar os escravos sempre foram inócuas; e a instituição pôde durar quase tanto quanto o próprio regime servil, pois só foi abolida em novembro de 1886.



ficou deveras embaraçado... (44). A suscetibilidade às conveniências exteriores ia tão longe, que o menor deslize no trato de uma pessoa da mesma condição social chegava a acarretar animosidades e até a brusca ruptura de relações de amizade (45). Assim, é compreensível que não se abrissem brechas no que concerne ao tratamento do escravo, e que os círculos de convivência dos brancos fôsem realmente fechados. Os senhores, pelo que sabemos, aceitavam três exceções à regra de exclusão do escravo de sua vida social. Primeiro, davam liberdade aos filhos menores para se associarem com os filhos dos escravos em seus folguedos, visando estimular a lealdade destes para com aquêles. Foi o que observou Mawe, quando de sua passagem por São Paulo: "Seria desejável instituir-se algumas reformas no seu sistema de educação; os filhos dos escravos são criados com os dos senhores; tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre êles uma familiaridade que, forçosamente, terá de ser abolida na idade em que um deve dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer. Diz-se que unindo assim, na infância, o escravo ao dono, asseguram a sua fidelidade, mas o costume parece encerrar grandes inconvenientes e deve, ao menos, ser modificado de forma a tornar o jugo da escravidão menos penoso pela revogação da liberdade primitiva" (46). O costume perdurou mas, ao contrário do que supunha Mawe, os escravos aceitavam como natural as transformações que se operavam no ânimo do antigo companheiro, quando êste empolgava a direção da casa (47). Segundo, as relações das crianças com as mucamas não estavam sujeitas a restrições e chegavam a assumir uma tonalidade afetiva acentuada. O seguinte depoimento parece-nos, a respeito, muito significativo: "Como era boa a Joaquina! Nela estava personificada a devotada afeição que os africanos sentem em geral pelas crianças. Quando estavam doentes, levava-lhes alimento e o remédio que a mamãe mandava; quando adormeciam, sentava-se no chão, ao pé da cama, vigiando-lhes o sono; quando sãos, contava-lhes histórias... Era um prazer ouvir as lendas africanas sôbre meninas roubadas que, metidas em sacos, cantavam pelas ruas. Ou então, sôbre cavaleiros perseguidos,

---

(44) É claro que a imputação de ocupações servis às pessoas da camada senhorial implicava em desconsideração social e podia ser interpretada como uma ameaça ao prestígio das pessoas afetadas.

(45) O cumprimento ou saudação cerimoniosa entre amigos (e mesmo entre desconhecidos), nos encontros fortuitos é muito conhecido. Saint-Hilaire se refere a êle, como sendo um hábito incômodo, destinado "menos à pessoa, do que à posição" (in op. cit., vol. I, pág. 271). Um de nossos informantes, pertencente a uma das famílias tradicionais, relatou-nos como o seu avô, no começo do século, disse um desaforo e rompeu relações com um amigo, da mesma posição social, só porque êste ao cumprimentá-lo limitou-se a acenar com a mão, em vez de tirar o chapéu.

(46) John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil, Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes*, op. cit., pág. 91.

(47) Dados obtidos diretamente de um informante de côr, com experiência a respeito dos comportamentos descritos.



que fugiam a todo o galope do inimigo e atiravam para trás um alfinete que se transformava em bosque de espinhos" (48). Terceiro, admitia-se um certo paternalismo na conduta do senhor para com seus escravos, principalmente os do serviço doméstico, e mesmo um franco favoritismo para com os chamados "crias da casa". Esperava-se que ele libertasse (em vida ou por testamento) os filhos naturais com as escravas e que fizesse alguns legados em benefício de escravos fiéis ou dos filhos naturais manumitidos.

A discriminação social se evidencia com grande nitidez, quando se considera o regime de vida sexual dos escravos, a rejeição formal de determinadas ocupações, a frustração de direitos estabelecidos, o tratamento recíproco nas relações sociais, e os meios de persuasão, incentivação ou acomodação dos escravos à ordem social vigente. A vida sexual dos escravos não encontrava uma expressão normal e reguladora no matrimônio. Parece que reinou, durante muito tempo, um regime de *pater incertus, mater certa* no interior das senzalas, o qual seria incentivado pelos próprios donos das escravas. Debret, por exemplo, afirma isto explicitamente: "Como um proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de freqüentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade" (49). De fato, a escassez de mulheres criava uma fonte de insatisfação para os escravos, obrigando-os a desenvolver técnicas especiais de frustração da fiscalização exercida sobre eles e a envolver-se em conflitos com os companheiros, por disputas amorosas. As escapadas noturnas para entrevistas de amor eram freqüentes (50); e Florence relata o assassinio de um escravo da sua comitiva, em consequência da luta por uma negra (51). Além disso, as mulheres mais bonitas e novas eram requestadas pelos senhores, por seus filhos ou por outros homens da família, e não se levava a sério as uniões feitas pelos próprios escravos. Separava-se o homem da mulher tão facilmente quanto os filhos das mães, sem nenhuma consideração para com os sentimentos dos prejudicados.

Com o tempo, principalmente depois da cessação do tráfico, manifestaram-se algumas tendências humanitárias, nascidas antes dos in-

(48) M. Paes de Barros, op. cit., pgs. 81-82.

(49) Jean Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, op. cit., vol. I, pgs. 196.

(50) Cf. Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 32; F. P. de Lacerda Werneck, op. cit., pág. 21.

(51) Cf. Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op. cit., pág. 49.



terêsses dos senhores, que da sua compreensão ou humanidade. Preocupados com a escassez de braços, procuravam ligar emocionalmente os escravos às suas fazendas e se esforçavam por não perder "peças" em virtude de doenças, brigas, evasões ou falta de assistência as gestantes, parturientes e recém-nascidos. O "casamento" do escravo com uma companheira representava um bom recurso para prendê-lo ao senhor e sua família. Conta-se que em São Paulo, quando um escravo começa a mostrar-se irrequieto e rebelde, o senhor dizia: "É preciso casar êsse negro e dar-lhe um pedaço de terra, para assentar a vida e criar juízo" (52). Quanto ao tratamento da parturiente e do recém-nascido, as palavras do Barão do Paty do Alferes reproduzem exatamente as preocupações dos senhores da época: "Não mandeis à roça, por espaço de um ano, a preta que estiver criando; ocupai-a no serviço de casa, como em lavar roupa, escolher café, e outros objetos. Quando ela tiver seu filho criado, irá, então, deixando o pequeno entregue a uma outra, que deve ser a ama sêca de tôdas as mais crias para lavá-las, mudar-lhes roupa, e dar-lhes comida, que deve ser apropriada a sua idade e fôrças" (53).

Entretanto, ainda no terceiro quartel do século XIX, escrevia Perdigão Malheiros que tanto no meio urbano, quanto no meio rural, prevaleciam as uniões ilícitas entre os escravos; reconhece que alguns senhores (na maioria fazendeiros), procuravam casar os escravos, mas embora a Igreja sancionasse aquêles matrimônios, o "Direito Civil quase nenhuns efeitos, em regra, lhes dá" (54). Sòmente em 1869 se proibiu a separação dos cônjuges escravos e se estipulou que os filhos escravos de menos de quinze anos não podiam ser separados dos pais. A mesma lei estabeleceu que o casamento do escravo dependia do consentimento do senhor (55). Quanto aos filhos das relações extra-matrimoniais com os senhores, um acórdão de 1875 proibiu a venda dos filhos naturais com concubinas escravas e obrigou aquêles a continuar com ambos, mães e filhos, em sua escravaria (56). Em suma, legalmente não existia uma família escrava e socialmente tanto a estabilidade quanto a harmonia dos matrimônios feitos for-

(52) M. Paes de Barros, op. cit., pág. 104. J. M. Rugendas observa que o casamento constituía "a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta" (op. cit., pág. 180). Quando Saint-Hilaire esteve em São Paulo, os senhores "começavam" a casar os seus escravos (cf. op. cit., vol. I, pgs. 119 e 126).

(53) F. P. de Lacerda Werneck, op. cit., pgs. 26-27.

(54) A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pág. 49. Isso fez com que se valorizasse, na poesia negra, como reação às avaliações depreciativas do branco, o casamento "diante da natureza", a união por amor:

*Quem vive na boa fé  
Aqui, ou onde estiver,  
Amando sua mulher  
Muito bem casado é!*

(poesia selecionada de *Vigília de Pai João*, de Lino Guedes; São Paulo, 1938).

(55) Cf. J. Nabuco, op. cit., pgs. 127-128.

(56) Cf. Evaristo de Moraes, op. cit., pág. 174.



malmente dependiam de modo direto dos senhores. Os escravos, excluídos do núcleo legal da família patriarcal, viam seu próprio casamento continuamente ameaçado pela concupiscência ou pela devassidão dos senhores. Corre em São Paulo que não eram poucos os senhores que “enchiam as negras” e depois obrigavam seus escravos a casarem-se com elas ou que “desrespeitavam” sem rodeios as escravas casadas. Esses fatos repercutiam no ânimo dos escravos, como o demonstra a seguinte descrição de uma cerimônia de noivado: “O avô de uma das moças presentes se encarregava do casamento dos escravos. Tendo o pagem Joaquim chegado à idade própria o senhor lhe disse que fôsse à sala onde estavam costurando as escravas, lançasse uma vista d’olhos e viesse dizer qual a escolhida. Havia então na fazenda uma escrava de notável formosura; o pagem Joaquim andara a lhe deitar olhadelas doces e o senhor, ao vê-lo regressar, não se conteve e exclamou: “Já sei, maganão, já sei, é Fulana a escolhida”. A resposta foi imediata: “Quá o quê! P’ra depois, quarqué dia dêste, mecê ficá meu rivá? Muié p’ra mim é p’ra mim só, não é p’ra dividi c’os outro”. A escolhida foi uma preta forte, mas feia...” (57).

A rejeição do escravo nas ocupações nobilitantes, praticada correntemente na vida social, era sancionada pela lei. Em virtude de sua incapacidade civil, os escravos não tinham acesso a cargos públicos e eclesiásticos, não podendo sequer ser admitidos como praças, no exército e na marinha (58). A carreira eclesiástica, em particular, era encarada como uma espécie de comprovação de ascendência pura e sem máculas raciais. Por isso, as famílias mais importantes faziam empenho “em ter entre seus membros padres ou religiosos” (59). E em São Paulo, a simples nomeação de um padre como familiar do Santo Ofício teria sido suficiente para pulverizar a maldicência dos que lhe atribuíam impureza de sangue (60). As “tropas de linha”, por sua vez, compunham-se de homens brancos. O seguinte documento atesta as perplexidades criadas pelo recrutamento, nos princípios do século XIX em São Paulo, quando o govêrno se empenhava na formação urgente de fôrças militares: “tendo-me presente, q. as recrutas q. lhe enviou o Cap. mor da Villa da Concom. (sic), são quazi negros, q. vmce. por isso se acha perplexo sobre assentar-lhes praça ou não. Sou a dizer-lhe, q. se forem taes q. não devão servir em hum regimto. de homês brancos, Vmce. os torne a remetter ao Cap. Mor., fazendo-lhe ver da minha parte q.’Eu mando recrutar pa. tropa de linha, q. se compõem de homês brancos, e qdo. mto. de alguns pardos vistas as actuaes percizoens, e q. assim mande recrutas

(57) Conforme dados recolhidos pela pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz.

(58) Cf. esp. A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., Vol. I, pgs. 3-4.

(59) J. Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, op. cit., pág. 36.

(60) Cf. A. de E. Taunay, introdução à *Informação sobre as Minas de São Paulo*, de Pedro Taques, pgs. 42-43.



de homens brancos (...) bem entendido, q. deixo a sua ponderação, q. havendo percizão de soldos. deve Vmce. recuzar os homens pardos com a maior parcimonia possível" (61). A discriminação nesse terreno encontrou, porém, uma curiosa sublimação, quando as circunstâncias o exigiram (no caso da guerra do Paraguai, por exemplo, em 1865): os senhores manumitiam os escravos e depois os incorporavam, na qualidade de "voluntários" (62)! Tamanho era o poder dos costumes, que em São Paulo houve quem julgasse o escravo indigno do arranjo: "Os fazendeiros que não queriam ou não podiam mandar seus filhos, libertavam um bom número de escravos, logo enviados para as fileiras do exército". "Mas o Comendador, fiel aos seus princípios idealistas, não quis mandar negros para defenderem a Pátria: ajustou e equipou homens brancos, que fôssem combater em lugar dos seus filhos" (63).

No Brasil, as leis relativas aos escravos sempre foram frustradas pelos senhores. Os escravos tinham o direito de trabalhar para si próprios aos domingos e feriados; de comprar sua alforria, ou a de outrem, se conseguissem reunir o preço do resgate; se dessem dez filhos ao senhor, as escravas deviam ser libertadas. Walsh observa que essas e outras disposições legais, destinadas a limitar os castigos, não passavam de letra morta (64). Em parte ou no todo, elas seriam simplesmente ignoradas pela maioria dos senhores e, com razões especiais, pelos escravos (65). Apesar de tudo, as disposições legais tendiam a ser observadas; mais nas cidades, que no campo, onde o poder público penetrava com maiores dificuldades (66). Nas fazendas afastadas e isoladas, os caprichos e as crueldades dos senhores só encontravam freios "no mêdo de perder o escravo, pela morte ou pela fuga, ou no respeito à opinião pública" (67). Acontece que a opinião pública, em um meio escravocrata e escravagista, revelava pouca sensibilidade às extravagâncias ou arbitrariedades dos senhores, enquanto se mostrava exigente para com as faltas cometidas pelos escravos. Ela se manifestava positivamente através das relações dos próprios senhores, quando um se dispunha a pedir a outro, em favor de algum escravo: "se encontra um vizinho que o proteja, basta uma carta, uma palavra, e o senhor o perdoa e os feitores se desarmam. Os próprios desertores tornam ao trabalho ou às senzalas sem passar pelas prisões" (68).

(61) *Documentos Interessantes*, vol. LVIII, pgs. 43-44.

(62) É preciso notar que essa era a via legal. Escravos recrutados ou incorporados como "voluntários" tiveram que ser restituídos aos donos anteriormente, por força das disposições contidas no alvará de 28-1-1811, que excluía os escravos das forças armadas (cf. A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pág. 3, nota 6).

(63) M. Paes de Barros, op. cit., pág. 126.

(64) Cf. Rev. R. Walsh, op. cit., vol. II, pgs. 242-243 e 359-360; e também J. M. Rugendas, op. cit., pgs. 181 e 185.

(65) Cf. J. M. Rugendas, op. cit., pág. 185.

(66) Cf. Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 35; J. M. Rugendas, loc. cit..

(67) Cf. M. Rugendas, loc. cit..

(68) Cf. Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 36.



Ora, por causa das condições peculiares do desenvolvimento econômico de São Paulo, somente no terceiro quartel do século XIX é que começa a formar-se uma opinião pública "independente", isto é, capaz de julgar as ações dos senhores fora da perspectiva fornecida pelo código moral dos proprietários de escravos. Aí, a frustração dos direitos dos escravos passou a encontrar uma verdadeira oposição, que ia além do mero compromisso, da troca de gentilezas entre iguais. A princípio, os inconformistas não eram muitos. Alguns advogados, tabeliães, engenheiros, serventuários da justiça, estudantes de direito; alguns burgueses (pequenos comerciantes, na maioria); alguns oficiais, que haviam lutado na guerra do Paraguai; pessoas, enfim, mais ou menos vinculadas a interesses sociais ou a ideais de vida urbanos, dispostas a combater moderadamente os todo-poderosos senhores rurais. Com eles, sob a liderança de Luís Gama, iniciou-se o período das chamadas "lutas judiciárias" e de "ação abolicionista dentro do Foro", em São Paulo<sup>(69)</sup>. Depois, tornaram-se numerosos, contando-se entre eles pessoas de tôdas as camadas sociais, embora predominassem os elementos populares. Então, os inconformistas transformaram-se em revolucionários, evoluindo na esfera da ação (como o seu líder Antônio Bento, a partir de 1880), da defesa dos direitos individuais menosprezados para a da "redenção" coletiva dos escravos. Definiram-se intelectualmente pelo desmascaramento do escravagismo e decidiram-se praticamente pela ação direta no meio escravo e no ambiente senhoreal<sup>(70)</sup>. A importância do fato descrito consiste na correlação que se estabeleceu, graças a êle, entre o progresso da legislação emancipacionista no Brasil e o aparecimento, em São Paulo, de meios efetivos de vigilância na sua aplicação e aproveitamento. Com exceção das leis de 25 de maio e de 7 de novembro de 1831, que declaravam livres os africanos importados daí em diante, as leis que concederam aos escravos alguns direitos concretos foram: a de 28 de setembro de 1871, que declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data, dispunha sobre a formação do pecúlio dos escravos e concedia liberdade aos escravos da Nação; e a de 28 de setembro de 1885, que declarava libertos os escravos septuagenários e estipulava as condições em que a transferência

(69) Cf. esp. Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade, *A Abolição em São Paulo. Depoimentos de uma Testemunha*, in *O Estado de São Paulo* (13-5-1918), op. cit., e Evaristo de Moraes, op. cit., pgs. 250-270.

(70) O movimento chefiado pelo Dr. Antônio Bento possuía ampla base popular e tinha meios de atingir as *senzalas*, dentro do seu raio de agitação, como o conseguiu fazer. Possuía uma fôlha abolicionista, *A Redenção*, e contava com o apoio da *Irmandade Nossa Senhora dos Remédios*, de que se tornara um dos mentores. Depois da Abolição, muitos membros das camadas dominantes se inculcaram como antigos colaboradores de Antônio Bento; êste afirma, porém, que não recebera auxílio de *ricos*. As contribuições eram obtidas dos abolicionistas mais ativos, quase todos pobres. "A abolição foi feita pela pobreza, com o maior sacrifício que é possível imaginar-se" (cf. *A Redenção*, 29-9-1897). Sobre êsse movimento, além das obras citadas na nota anterior, cf. José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, op. cit., pgs. 177-184 e 310-311.



de domicílio dos escravos não implicava em manumissão automática (71). Como era de esperar, os senhores ludibriaram à vontade os escravos, desrespeitando de modo quase completo os seus novos direitos (72). Os adeptos de Luís Gama, de Antônio Bento e da Confederação Abolicionista, cada qual a seu modo, muito fizeram em São Paulo, conquistando alforrias e impedindo a consumação de graves injustiças (73). Mas eles não podiam fazer tudo e ainda menos eliminar a malícia que existia no texto das leis, as quais obrigavam os menores libertos e os septuagenários manumitidos à prestação com serviços gratuitos aos antigos senhores. Os donos de escravos paulistas elaboravam as leis. Por isso, seria natural que defendessem as escravopropriedades e não fizessem nenhuma concessão legal, que vivamente tasse um direito líquido e pleno. Deveriam

Nas relações sociais, o escravo estava para o senhor ; para cobrir liares e dependentes brancos dêle, na mesma posição que os brancos estão para o seu "dono". Como salienta Calógeras, na "Condição Social dos Negros" (81). No entanto, os negros ocupavam a camada social mais baixa. Tão desconsolados quanto os brancos discutiam a qualidade humana. Foi preciso que a Constituição de 1888 os declarasse homens, para serem reconhecidos como tais" (74). A moção de 1888, como "homens", não eram porém pessoas, mas homem-escravo, mulher-escrava, como transparece na linguagem empregada nos textos legais. Ainda nos meados do século XIX, alguns capelães efetivos das fazendas continuariam a pregar noções abolidas pela Igreja, nos sermões destinados aos escravos: "Que pregam aos escravos êsses pastores de almas? A obediência absoluta, a humildade, o trabalho, a resignação. Alguns vão ao ponto de dizer que os negros são filhos de Cam — filhos do maldito — e que para a sua raça condenada não há reabilitação possível. Dupla excomunhão: a de Adão e a do filho de Noé, a da alma e a da pele" (75). A uma desigualdade tão fundamental, tinha que corresponder, forçosamente, um tratamento assimétrico. De um lado, estavam os que podiam "mandar" e "conceder"; de outro, os que deviam "obedecer" e "consentir". Portanto, o código ético do senhor não podia confundir-se, em nenhum ponto, com o dos escravos. Na convivência de ambos, quando um julgava desfrutar um "direito", o outro se sentia cumprindo um "dever". Essa conexão de reciprocidade se refletia tanto na etiquêta das relações sociais, quanto na formação ou no respeito às expectativas de comportamento.

(71) Cf. L. M. Vidal, *Repertório da Legislação Servil*, op. cit., vol. II, pgs. 5-13, e vol. III, pgs. 60-97.

(72) Cf. esp. E. de Moraes, op. cit., pgs. 1-9.

(73) Além das obras citadas nas notas 69 e 70, que tratam predominantemente do grupo de Luiz Gama e do movimento dos *caifazes*, conviria mencionar a de Osório Duque-Estrada, *A Abolição* (op. cit.), em que o autor descreve as técnicas usadas pelos abolicionistas filiados à *Confederação Abolicionista* (veja-se especialmente pgs. 96-97).

(74) J. Pandiá Calógeras, op. cit., pág. 35.

(75) Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 35.



Quanto à etiquêta das relações sociais, o que mais chamou a atenção dos viajantes foi o cumprimento que o escravo devia ao senhor e aos brancos em geral. O cumprimento era feito em diversas circunstâncias (pela manhã, ao saírem para o trabalho; à noite, ao se recolherem; nos encontros fortuitos; etc.), e consistia no seguinte: o escravo cruzava as mãos sôbre o peito e dizia "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo", ao que respondia o senhor: "Para sempre seja Louvado" (76). Ele não se applicava exclusivamente à relação senhor-escravo, porém; Florence nos esclarece a êsse respeito: "É o bons dias algum escravo para o amo, do filho para o pai, do afilhado para o padri- ciais, q<sup>o</sup> aprendiz para o mestre" (77). Portanto, o peculiar seria a ou menor do escravo de "dar louvado", indiscriminadamente, a tôdas dispostas que estivessem para êle na mesma relação que o senhor. rurais. Com os escravos também deviam exteriorizar sua gratidão e das chamadas os "Viva sinhô! Viva sinhá! Viva sinhô moço" (78). Foro", em Sãantes eram as normas de boas maneiras, que evidenciam se entr<sup>o</sup> o caráter assimétrico das relações. Os dados que conseguimos nassem, através de informantes pertencentes ou ligados à antiga camara<sup>o</sup> senhoreal paulistana, compreendem normas que regulavam seu<sup>a</sup> exteriorização de certas atitudes, seja a exclusão do uso de cer- vis palavras ou artefatos. Chamado diante do senhor (ou de outra pessoa que estivesse na mesma relação para com êle), o escravo devia: mostrar respeito e humildade nas palavras, nos gestos, no tom da voz e na fisionomia; manter uma postura aproximadamente erecta, sem o relaxamento dos membros ou o bamboleio do corpo; só falar quando recebesse ordem para isso; calar-se, quando fôsse mandado; falar sem alterar a voz, quase mansa e cerimoniosamente; receber a ordem, que fôsse dada, com satisfação aparente; não replicar de forma alguma nem discutir, tendo em vista o conteúdo da ordem recebida; sair sem voltar as costas (parece que o escravo "não devia dar as costas para o senhor" em outras situações). Além disso, devia receber os castigos, aplicados repentinamente pelo próprio senhor, para punir faltas reais ou imaginárias, com serenidade e submissão; não devia usar as palavras "senhor", "senhora", "dona", etc., no tratamento de pessoas da mesma condição social que êle; proibia-se-lhe conversar com os companheiros, animada ou discretamente, nos ambientes em que estivessem os senhores; devia andar no meio da rua, ainda que chapinhasse na lama (conta-se que os brancos os "enxo-

(76) Essa cerimônia foi descrita por D. Kidder (cf. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, op. cit., pág. 203), que a presenciou em São Paulo. Todavia, a melhor descrição se encontra em Hércules Florence (op. cit., pág. 193) e diz respeito ao que este autor viu em Cuiabá. Sobre essa cerimônia: cf. ainda Maria Graham, *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823*, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Paternoster-Row, Londres, 1824, pág. 197; Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 33; Rev. R. Walsh, op. cit., vol. II, pág. 341.

(77) H. Florence, op. cit., pág. 193. Cf. também A. C. de Mello e Souza, loc. cit.

(78) Cf. M. Paes de Barros, op. cit., pág. 100.



tariam" da calçada, em caso contrário); não devia usar, sem ordem ou consentimento do senhor, calçado, chapéu, e roupas ou adornos iguais aos dos amos.

No que concerne ao vestuário e aos adornos, Kidder assevera que "as senhoras capricham em bem vestir suas escravas. Às vezes o ouro e a pedraria adquiridos para refulgir nos salões, são vistos cintilando pelas ruas, em curioso contraste com a pele negra das domésticas, efêmeras e humildes representantes da abastança da família" (79). Parece duvidoso que isso acontecesse, pelo menos com escravas. Desde o período colonial, tornou-se comum em São Paulo a proibição do uso de roupas finas e o porte de armas pelos escravos (80); e um documento relativo a 1720 proibia-lhes taxativamente o uso de roupas de "seda e outros vestidos como brancos". Deveriam vestir-se com "pano da terra" e "só aquilo que fôr bastante para cobrir e livrar da inclemência do tempo, porque assim perderiam os brios e entenderiam que nasceram para escravos dos brancos" (81). No período imperial, segundo um depoimento fidedigno, os escravos transitavam pelas ruas paulistanas "de calça, e camisa de algodão, pés nus, cabeça descoberta"; em dias de festa, apenas, certos escravos (como o pagem, que acompanhava a família à Igreja), vestiam-se de modo diferente (no caso: "se apresentava calçado e todo fardado") (82).

Quanto às expectativas de comportamento, teremos que nos limitar a três tópicos. Primeiro, o senhor esperava do escravo a mais completa lealdade à sua pessoa e aos liames que prendiam um ao outro. Dados que não podemos examinar agora, mostram que os senhores ficaram surpreendidos com as atitudes dos escravos em São Paulo, depois de 1885; particularmente, chocaram-se com as fugas em massa das senzalas, na fase de agitação abolicionista, e com o abandono das fazendas, depois da Abolição. Acoimaram os escravos de "ingratos" e de "gente sem reconhecimento". Acostumados a pensar que a escravidão constituía um regime "natural", pretendiam que os escravos partilhassem dos mesmos sentimentos que eles a êsse respeito. Segundo, algumas expectativas se polarizavam em torno da conduta do senhor para com o escravo ou da fidelidade para com o

(79) D. P. Kidder, op. cit., pág. 193.

(80) Nos fins do século XVII, proibiu-se às escravas de "usar de vestido algum de seda, nem se sirvam cambraias ou holandesas, com rendas ou sem elas, para nenhum uso, nem também de guarnições de ouro e prata nos vestidos" (cf. Dario Aranha de A. Campos, *Tipos de Povoamento de São Paulo*, op. cit., pág. 15; o documento citado, cujo trecho transcrevemos, é de 20-11-1696). Durante todo o século XVIII proibiu-se não só o porte de armas, mas o uso de roupas que permitissem ocultar as armas, por parte de todas as pessoas que não "lograssem" nobreza, tanto de dia, quanto de noite. As proibições não se aplicavam, apenas, aos senhores "nobres, e repúblicos", atingindo também os mamelucos (cf. *Registro Geral da Câmara Municipal*, vol. IV, op. cit., pgs. 12-14, 116, 177-178 e 263-264; veja-se também: A. de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, op. cit., vol. I, 1.ª parte, pgs. 108-110).

(81) Documento transcrito in *Ciro T. de Pádua, O Negro no Planalto*, op. cit., pág. 216.

(82) M. Paes de Barros, op. cit., pgs. 12 e 40, respectivamente.



regime servil. Assim, era bastante consistente a idéia de que o senhor precisava ser ao mesmo tempo "moderado" e "duro" no tratamento dos escravos. No Oeste paulista dizia-se, quando ocorriam rebeliões: "ou castigo excessivo ou camaradagem demasiada" (83). Essa idéia é definida com precisão, tendo em vista os valores da ordem senhoreal, na seguinte explanação: "O extremo aperreamento disseca-lhes o coração, endurece-os, e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano". "Nem se diga que o escravo é sempre inimigo do senhor; isto sucede com os dois extremos, ou demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao mais pequeno excesso do senhor frouxo, e aquela leva-os à desesperação" (84). E não era menos consistente a expectativa de solidariedade entre os senhores no julgamento das ações dos próprios pares e na defesa da escravidão. Ainda aqui, os dados mais significativos dizem respeito à fase de desagregação do regime servil: os fazendeiros paulistas reprovavam a conduta dos colegas que se associavam aos ideais abolicionistas e tomavam medidas concretas para libertar seus escravos. Incriminavam-nos como traidores e exemplos perigosos. (Cf. esp. as referências de J. Maria dos Santos, op. cit., págs. 110-111). Terceiro, os senhores não se sentiam obrigados moralmente a corresponderem às expectativas de comportamento dos escravos, dirigidas para as suas pessoas. Tendo em vista a natureza da relação senhor-escravo que analisamos, isso é compreensível. Para o escravo, porém, aí estava uma fonte de decepções, insegurança, insatisfação e amarguras. Walsh testemunha, com referência ao Rio de Janeiro (o que, sem dúvida, ocorria em outras regiões do Brasil), que o desapontamento de alguns escravos, em assuntos concernentes à manumissão, chegava a conduzi-los ao desespero e ao suicídio (85).

Os meios de persuasão, incentivação ou acomodação dos escravos à ordem vigente não poderiam ser, naturalmente, os mesmos que se aplicavam aos membros das demais camadas sociais. A coerção, a repressão e mesmo a violência constituíam as principais formas de controle social do comportamento dos escravos. A ordem social, que se elaborou no Brasil com a escravidão, não chegou a conhecer, até a sua desagregação final, técnicas sociais de distensão de emoções ou sentimentos e de solução de divergências ou conflitos, que se baseassem no respeito à pessoa dos seres submetidos à dominação da casta senhoreal. É que a escravidão com fundamento pecuniário reduzia o escravo à condição de coisa, conferindo aos senhores a possibilidade de racionalizar a própria conduta expropriativa através de argumentos que, no fundo, equiparavam a energia humana de tra-

(83) Cf. A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. sétimo, pág. 436.

(84) F. P. de Lacerda Werneck, op. cit., pgs. 25 e 26.

(85) No caso, por exemplo, de verificarem, depois da morte do senhor, que este não lhes legara a liberdade ou o fizera de tal modo que ainda deveriam continuar no cativeiro por mais algum tempo (cf. Rev. R. Walsh, op. cit., vol. II, pgs. 350-351).



balho à força bruta animal. E, doutro lado, eliminava ou restringia irremediavelmente nos escravos (é claro que no plano da relação com o senhor), os incentivos ao trabalho e à ação nascidos da compreensão do dever, do espírito de competição com os companheiros e da consciência de retribuição pelo esforço dispendido. Assim, impunha-se o apêlo generalizado à disciplina exterior e o cerceamento das possibilidades de autorealização do escravo pela compulsão à mais completa heteronomia social.

A insatisfação que isso provocava nos escravos manifestava-se socialmente de várias maneiras. O desmazêlo, o descuido e o afrouxamento no trabalho; a tentativa de suicídio, de abôrto ou de fuga; a rebelião e o ataque ao senhor ou aos seus prepostos. A documentação demonstra que tais eclosões de desajustamentos e conflitos sociais, inerentes ao próprio regime servil brasileiro<sup>(86)</sup>, ocorreram abundantemente em São Paulo. Em consequência, o recurso aos castigos corporais, às torturas, ao tronco, aos capitães do mato e à repressão policial<sup>(87)</sup>, não foi aqui menos intenso que em outras regiões do país. Todavia, graças ao aparecimento de uma opinião pública que revelava crescente sensibilidade contra ações desse gênero, as práticas repressivas e punitivas se suavizaram ou foram abolidas completamente, muito antes que em outras zonas do mesmo estado. Por iniciativa de um líder abolicionista, chegou a ser elaborada uma técnica de combate às práticas violentas de tortura e repressão. Essa técnica abrangia a coleta de instrumentos de tortura e sua exposição pública (na forma das "coleções de museu e nas procissões da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios); o registro dos casos mais violentos ou deprimentes de punição e sua denúncia, por meio de discursos ou da imprensa; e, como aconteceu pelo menos uma vez (pelo que se sabe), a exibição da própria vítima, para pôr em evidência o alcance dos estropiamentos, que podiam ser produzidos pelas torturas

(86) Cf. acima, referência contida na nota 23; e, em particular, Astrojildo Pereira, *Sociologia ou Apologética?*, in *Interpretações*, Rio de Janeiro, 1944, págs. 161-178.

(87) Cf. esp. *Registro Geral da Câmara Municipal*, vol. IV, loc. cit.; A. de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, vol. I - 1.ª parte, cap. XII; M. Paes de Barros, op. cit., pgs. 103-104; em diversos documentos já citados, como a carta de Paula Souza e os relatórios dos presidentes da Província, vem mencionado o fato de que muitos senhores se viram sem ter quem cuidasse das fazendas, depois de 1887, por causa dos maus tratos infligidos anteriormente aos escravos. Castigos cruéis deveriam ser pouco frequentes no município da capital, como o demonstra a repulsa da população ao seviciamento do negro Serafim, ocorrido em Campinas e tornado público pela exibição da vítima através de uma procissão organizada por Antônio Bento e seus *caifazes*.

A participação da polícia paulista na captura dos escravos fugidos foi regulada definitivamente pela lei de 21-3-1860 e pela de 7-7-1869 (cf. João Carlos da Silva Telles, *Repertório das Leis Promulgadas pela Assembléia Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1875*, Tipografia do Comércio São Paulo, 1877, pgs. 359-360). Os apreensores dos fugitivos ganhavam gratificações dos senhores, estipuladas pelas leis, em dôbro no caso de prendê-los em quilombos. Doutro lado, a polícia local sempre esteve pronta para intervir na repressão de sedições ou de levantamento de escravos, assim que sua colaboração fôsse solicitada pelos senhores (cf. J. P. da Veiga Filho, op. cit., pág. 59). A intervenção regular da polícia nessas atividades só foi suprimida com a lei de 28-2-1888 (cf. Alberto Souza e José Jacintho Ribeiro, *Repertório das Leis Promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial desde 1876 a 1889 em continuação do ordenado pelo Dr. João Carlos da Silva Telles (1835-1875)*, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1898, pág. 102).



e sevícias<sup>(88)</sup>. Parece que persistiram apenas os "pequenos castigos" (ligados com o hábito de bater no escravo por qualquer razão), mas a ponto de continuarem a ser aplicados mesmo depois da Abolição, principalmente contra as empregadas domésticas. Ainda por volta de 1917, corria na tradição oral paulistana uma quadrinha, provavelmente do tempo da escravidão, em que eram invocadas cenas dessa espécie<sup>(89)</sup>:

A mulata do "senhô coroné"  
 "Bóta" a "chicra" e não "bóta" o café;  
 "Botô mesa, "cuié" não "botô",  
 "Apanhô de chicote e "chorô".

Os fatos expostos nas páginas precedentes, relativos às condições de ajustamento social entre senhores e escravos, põem em evidência duas coisas. Primeiro, que não se praticava a discriminação racial por causa de "prevenções" ou "ogerizas" inevitavelmente ou voluntariamente associadas a diferenças raciais, por meio de determinações desencadeadas através de processos culturais. Como umas raças exerciam a dominação senhoreal, e outras a suportavam, a estratificação em casta produziu uma desigualdade de direitos e de deveres que se traduzia socialmente, sem a intervenção de "ódios" ou de "antagonismos" raciais, em medidas de discriminação racial. Segundo, as medidas discriminatórias assim produzidas, primariamente vinculadas à própria dinâmica da ordem social escravocrata, acabavam por desempenhar uma função social específica. É que elas contribuíam poderosamente para conservar e alimentar as condições sociais em que se engendrava a submissão de umas raças a outras, sob a forma de apropriação mercantil dos indivíduos pertencentes às raças dominadas, e nas quais a legitimidade da dominação senhoreal encontrava justificações ético-jurídicas e um fundamento econômico-racional. Em outras palavras, as formas de discriminação racial apontadas se vinculavam à perpetuação da ordem social escravocrata como e enquanto processos sociais, que operavam no sentido de manter a posição e a relação recíprocas existentes entre as "raças" a que pertenciam os senhores e as "raças" em que se recrutavam os escravos.

Isso significa que, vistos em termos da função social que preenchiam, o preconceito de cor e a discriminação racial se completavam, como processos de preservação da ordem social escravocrata. Se um produzia efeitos que implicavam na defesa da integridade social das

(88) Cf. referências bibliográficas das notas 69 e 70.

(89) In Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistas*, Edição da Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., Editores, São Paulo, 1921, pág. 37. Cópia integral, como ocorre no texto.



“raças” dominantes, outro produzia efeitos que asseguravam a continuidade da dominação senhoreal sobre as “raças” reduzidas à escravidão. De modo que a cor e as diferenças raciais acabaram, de fato (cf. acima, pags. 59-62), interferindo na dinâmica da antiga sociedade de castas de São Paulo. É que ambas constituíam, dentro dela, ingredientes essenciais à integração e ao funcionamento do próprio regime servil.

De acordo com o espírito e com os resultados da análise desenvolvida, a cor e as diferenças raciais tornaram-se elementos funcionalmente significativos e operantes por causa da elaboração social que sofreram. Negro e escravo, como objetivações culturais correlatas, adquiriram um sentido mais profundo do que se tem pensado. Na linguagem cotidiana, principalmente na das pessoas que pertenciam à camada senhoreal, elas eram noções sinônimas e intercambiáveis. Mas, é evidente que nessas noções se projetavam associações culturais muito mais complexas. De um lado, deve-se notar que o essencial, para os membros das “raças” dominantes, não era a idéia de que faltava ao negro “qualidades humanas” ou que eles “nasceram para escravos dos brancos”. Esta idéia tinha muita importância, circulando amplamente, como meio de autojustificação e como forma de racionalização de todo um complexo de comportamentos, incongruente com os mores cristãos da cultura. O que definia socialmente a noção de “raça”, no entanto, era o sentimento de comunhão dentro de um sistema de graduação social, de prestígio e de valores culturais. Daí a preocupação dos brancos: evitar o acesso dos negros e dos mestiços, tanto quanto possível, ao núcleo legal da família patriarcal; impedir toda espécie de equiparação com o negro, em qualquer esfera da vida social. Os atributos propriamente raciais contavam como decorrência. Por isso, para eles as “raças” negras se compunham de indivíduos que se caracterizavam duplamente: pela condição de escravo e pela cor da pele. De outro lado, é preciso considerar que estes dois elementos se confundiam completamente na representação social da personalidade-status do negro e do mulato. Negro equivalia a “indivíduo privado de autonomia e liberdade”; escravo correspondia (em particular do século XVIII em diante), a “indivíduo de cor”. Daí a dupla proibição, que pesava sobre o negro e o mulato: o acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos lhes era simultaneamente vedado pela “condição social” e pela “cor”. Em situações concretas, uma pessoa de cor tanto podia ser tratada como escravo por ser notória a sua posição real, quanto por causa de passar por “negro”, sendo irrelevante para os brancos que assim procedessem que ela fôsse um liberto ou um homem livre. A representação social da personalidade-status do negro e do mulato e a autoconcepção que estes possuíam de seus papéis sociais tendiam, em geral, a orientar



univocamente as expectativas de comportamento nessa direção (90). Burton revela um aspecto dêsse drama, ao afirmar que "todos os brancos, e não todos os livres, são iguais, tanto social quanto politicamente" na sociedade brasileira (91).

Agora, coloca-se, naturalmente, outra questão. Como os padrões de ajustamento inter-racial, elaborados através do significado que a côr e as diferenças raciais adquiriram socialmente sob o regime servil, reagiram às transformações da ordem social escravocrata? Se a interação que desenvolvemos é correta, as transformações da estrutura social, significativas do ponto de vista do ajustamento inter-racial, exercerão forçosamente influências modificadoras sôbre as expectativas e os padrões de comportamento polarizado em tôrno da raça e da côr. Os limites de espaço nos obrigam a considerar sômente as duas grandes transformações que alteraram, em proporções e em sentidos diversos, a posição do negro e do mestiço na sociedade paulistana. Uma, diz respeito a inconsistências da ordem social escravocrata que possuía, em sua própria constituição, fatores de solapamento dos critérios de atribuição ou de aquisição de status pelos membros da camada submetida à escravidão. Outra, refere-se aos efeitos da Abolição, que marca a ascensão coletiva dos negros e dos mestiços ao status jurídico-político de cidadão.

A miscegenação e o fundamento pecuniário da escravidão constituíam dois fatores de perturbação e de instabilidade nos liames que determinavam a relação senhor-escravo. Como indicamos acima, o senhor-pai concedia, com freqüência, a alforria dos filhos naturais com as escravas. Desde o período colonial, transparece nos inventários e testamentos a dupla preocupação dos pais-senhores: a de deixar os filhos bastardos forros e sem obrigação a ninguém; e a de compelir os herdeiros a dispensar-lhes pelo menos um mínimo de assistência material e moral (92). O fundamento pecuniário da escravidão permitia a formação e a vigência do princípio segundo o qual a restituição da liberdade era negociável. A indenização pelo valor do escravo tanto podia proceder de recursos fornecidos por pessoas da camada dominante (em geral, alforria de recém-nascidos e menores por seus pais naturais ou por seus padrinhos brancos), quanto de recursos amealhados para êsse fim, pelos próprios interessados (93). A lei sancionava êsse tipo de transação, que facultava

(90) Adiante veremos como isso se refletia na conduta dos mulatos e como se quebrou a univocidade de expectativa de comportamento, a que nos referimos.

(91) Cap. Richard F. Burton, *Viagens aos Planaltos do Brasil* (1868), 1.º tomo, tradução de A. Jacobina Lacombe, Edição Ilustrada, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941, pág. 417.

(92) Cf. Alcântara Machado, op. cit., esp. 141 e seqs..

(93) Cf. esp. J. M. Rugendas, op. cit., pgs. 188 e 190-191; Ch. Ribeyrolles, op. cit., Vol. II, pág. 38. Esse aspecto da escravidão é ressaltado na poesia negra; Lino Guedes, por exemplo, escreveu sôbre o tema o poema *Ouro Ingrato*, em que descreve como Mestre Domingos juntou a quantia necessária para libertar do cativo a mulher com quem queria casar-se (in *Mestre Domingos* (Poema), São Paulo, 1937).



ao escravo a compra de sua liberdade ou a de outrem, desde que possuísse a quantia necessária e esta tivesse sido obtida sob autorização do senhor<sup>(94)</sup>. E, em 1871, acabou prescrevendo taxativamente: "o escravo que, por meio do seu pecúlio, obtiver meios para indenização do seu valor, tem direito à alforria", permitindo ainda "ao escravo, em favor de sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos"<sup>(95)</sup>. Além disso, é preciso lembrar duas condições peculiares à formação do município de São Paulo. No termo rural, quase sempre prevaleceu a pequena lavoura, de produtos de subsistência. No núcleo urbano, concentravam-se as moradias de fazendeiros que deixavam as suas fazendas entregues à administração de outrem<sup>(96)</sup>. Eram essas, presumivelmente, duas condições favoráveis ao aumento de alforrias. Nas pequenas fazendas, as relações entre o escravo e o senhor tornavam-se mais estreitas e mais íntimas<sup>(97)</sup>; as circunstâncias faziam que os senhores se compenetrassem da lealdade dos escravos e da gratidão que lhes deviam, por causa da dedicação demonstrada. Existia, pelo que se sabe, o costume de conceder, por testamento, a alforria a todos os escravos (ou parte deles, apenas)<sup>(98)</sup>. E o testemunho de Saint-Hilaire nos sugere que êsse costume estava associado ao desejo de recompensar os negros pelos serviços prestados<sup>(99)</sup>. No núcleo urbano, por sua vez, as facilidades de obter alforria eram maiores. Quer porque os escravos domésticos se insinuavam mais na boa vontade e simpatia dos senhores<sup>(100)</sup>. Quer porque o meio urbano, apesar de pouco diferenciado, oferecia algumas oportunidades de ganho tendentes a favorecer a formação do pecúlio, quer porque nêle os contactos sociais redundavam no aparecimento de protetores, capazes de orientar os escravos na aquisição da alforria ou de obtê-la para êles de outras formas<sup>(101)</sup>.

(94) Cf. Rev. R. Walsh, op. cit., pgs. 242-243.

(95) Cf. L. M. Vidal, op. cit., vol. II, pgs. 15-17.

(96) Cf. esp. Alcântara Machado, caps. *O Povoado e O Sítio da Roça*, in op. cit., pág. 37 e sets.; D. P. Kidder, op. cit., pág. 191; e os dados fornecidos por Saint-Hilaire e Maria Paes de Barros. Como se verá, comparando-se estas fontes com Alcântara Machado, dos séculos XVI e XVII, para o século XIX, alterara-se completamente a relação *campocidade*. Antes, a casa da freguesia era apenas um pouso para as pequenas estadias da família no núcleo urbano; depois, tornou-se o lugar de residência fixa de muitos fazendeiros, que só iam às fazendas em determinadas épocas do ano.

(97) Cf. Henry Koster, *Travels in Brazil*, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster Row, London, 1816, pgs. 439-440; J. M. Rugendas, op. cit., pág. 164.

(98) Cf., por exemplo, M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos*, etc., op. cit., vol. I, pgs. 27-28.

(99) A. de Saint-Hilaire, op. cit., vol. I, pág. 128.

(100) Cf. Ch. Ribeyrolles, op. cit., vol. II, pág. 38 (êste autor salienta: "tais graças são mais raras nas fazendas que na cidade, e quase sempre recaem nos operários, nas mucamas e nos pagens").

(101) Por meios jurídicos, por exemplo, como se passou a fazer freqüentemente na cidade, depois de 1870, sob a influência de Luiz Gama e dos abolicionistas que cooperavam com êle na libertação "pelo fóro" (cf. principalmente o depoimento já citado de Antônio Manuel Bueno de Andrade). Parece que os negros, por sua vez, depois de conseguirem



Em suma, são diversas as razões que explicam porque a população de São Paulo abrangia, entre os indivíduos de condição livre, um número relativamente alto de pardos e de negros. As mesmas causas introduziam uma desproporção acentuada entre os pardos e os negros livres, fazendo com que aquêles predominassem sobre estes numa razão que oscilou constantemente, mas de uma maneira tal que as flutuações nos três primeiros quartéis do século XIX ficaram contidas nas proporções extremas: aproximadamente, 6:1 e 2,5:1 (conforme os dados demográficos expostos na primeira parte). É que os mulatos se beneficiaram mais que os outros componentes da população de côr, no aproveitamento das possibilidades de manumissão asseguradas pela ordem social escravocrata. Todavia, as garantias sociais conferidas aos homens de côr que herdavam, ganhavam ou compravam sua liberdade equiparavam-nos aos demais cidadãos? Elas aboliam, por acaso, a desigualdade de direitos e deveres, introduzida nas relações raciais pela escravidão?

A resposta a essas perguntas depende de algumas distinções. Primeiro, quanto às expectativas das pessoas de côr que fôsem livres, dos mulatos em particular. Elas esperavam e exigiam um tratamento conforme ao seu status formal na sociedade. Evitavam as ocupações degradadas pela escravidão e reagiam, às vezes com violência, aos que teimassem em tratá-las do mesmo modo que aos escravos. Assim, preferiam a vida errante dos camaradas ao labor regular nas fazendas<sup>(102)</sup>; e dificilmente se dispunham a realizar tarefas consideradas como indignas para as pessoas de sua condição social. Saint-Hilaire refere que um de seus camaradas, um negro crioulo, "orgulhoso de sua dignidade de homem livre, dedicava o mais profundo desprêzo pelos trabalhos que se consideram como apnágio do escravo, e era o botocudo Firmiano, estranho a todos os preconceitos de casta, que ia procurar a água e a lenha de que tínhamos necessidade"<sup>(103)</sup>. Outro exemplo é ainda mais esclarecedor. Um mulato, que servia como trombeteiro da legião dos voluntários reais, revidou à arma branca a uma bofetada que lhe desferira seu capitão<sup>(104)</sup>. Essa, e outras ocorrências da mesma espécie, mostram que o mulato e o negro livres não se submetiam, voluntariamente pelo menos, à tendência dos brancos a tratar os indivíduos de côr

o necessário pecúlio, dependiam da orientação de pessoas capazes de dar os necessários passos para a sua libertação; alguns senhores não tinham dúvidas em ludibriar os seus escravos e, doutro lado, o processo de manumissão continha as suas complicações. No poema acima citado, de Lino Guedes (*Ouro Ingrato*, in *Mestre Domingos*), há uma ligeira referência à necessidade do intermediário (no caso: Luiz Gama).

(102) Cf. A. de Saint-Hilaire, op. cit., vol. I, pág. 128; veja-se ainda Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, op. cit., pgs. 80-81.

(103) Idem, vol. I, pág. 298. O texto original é digno de ser consultado.

(104) Cf. M. E. de Azevedo Marques, op. cit., vol. I, pgs. 78-80; Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, etc., op. cit., pgs. 260-265. O mulato em questão chamava-se Caetaninho e foi condenado à força por causa do revide.



como se todos fôsem escravos. Reunindo suas observações sobre a sociedade carioca, Rugendas desenvolve uma explanação sobre as relações entre as pessoas de cor livres e os brancos, que parece aplicar-se inteiramente a São Paulo: "... e são tanto mais susceptíveis e desconfiadas quanto não ignoram que sua cor é a cor dos escravos. Fazem muita questão, nas menores coisas da vida, de não ser tratados como escravos e de que ninguém se esqueça de sua qualidade de homens livres. Quando um branco se mostra franco para com eles, e delicado, quando não faz diferença de cor, eles não perdem nenhuma oportunidade de prestar serviços e demonstrar a sua consideração; ao contrário, qualquer alusão desdenhosa à sua cor, fere-lhes o orgulho e provoca-lhes a cólera, coisas que não deixam de ter importância, pois, para obter satisfação, não carecem de audácia. Nessas ocasiões, os crioulos têm por costume responder aos sarcasmos com a seguinte frase: "negro sim, porém, direito" (105). Doutro lado, existem referências segundo as quais os mulatos e os negros livres não só desprezariam as pessoas da mesma cor sujeitas à escravidão, como se prestavam aos odiosos papéis de "capitão do mato" na perseguição dos escravos (106).

Segundo, o que significava, econômica e socialmente, a aquisição do status de liberto pelo mulato ou pelo negro? A massa dos forros e libertos ficava gravitando, econômica e socialmente, em torno da família patriarcal, pertencendo ao núcleo de seus dependentes. Quando isso não acontecia, deixavam de ser agregados, para tornar-se camaradas, dedicando-se a trabalhos incertos como "tropeiros", "guias" e "jornaleiros". Está claro que, num e noutro caso, a segurança econômica diminuía com a liberdade. Davatz, comparando a situação deles com a dos escravos, assevera que "êstes vivem por assim dizer melhor do que muitos pretos livres, forçados a cuidar eles próprios de arranjar trabalho e sustento" (107). Paralelamente, as compensações morais resultantes eram antes subjetivas do que práticas. Inclusive perante a lei, seus direitos não se equiparavam aos dos demais membros da população livre. O liberto podia ser considerado cidadão tanto por nascimento, quanto por naturalização (108). "Mas a lei, atendendo a preconceitos de nossa sociedade, originados já não tanto do vil e miserável anterior estado do liberto, como da ignorância, maus costumes, e degradação, de

(105) Cf. J. M. Rugendas, op. cit., pág. 193.

(106) Cf. esp. H. Koster, op. cit., pág. 424; Oliveira Viana, op. cit., pág. 80. Essas idéias são correntes até hoje no Brasil. No entanto, Rugendas informa o contrário: os escravos feitores tornavam-se mais severos, porém, o feitor mais duro seriam os europeus empregados nesse mister. Afirma que o "mulato livre" era o melhor feitor para os escravos, pois seria mais suave que os outros (cf. op. cit., pgs. 182-183).

(107) Cf. Th. Davatz, op. cit., pgs. 61-62. Sobre os aspectos em questão, concernentes à posição dos negros e dos mestiços livres na estrutura social, cf. Oliveira Viana, op. cit., pág. 80 e sets. e 127-129.

(108) Cf. A. M. Perdigão Malheiros, op. cit., vol. I, pág. 206.



que esse estado lhe deve, em regra, ter viciado o ânimo e a moral, e bem assim ao preconceito mais geral contra a raça africana, da qual descendem os escravos que existem no Brasil, tolhe aos libertos alguns direitos em relação à vida política e pública. É assim que o liberto cidadão brasileiro só pode votar nas eleições primárias, contanto que reúna as condições legais comuns aos demais cidadãos para tal fim. Não pode, porém, ser eleitor; e conseguintemente exercer qualquer outro cargo, quer de eleição popular, quer não, para o qual só pode ser escolhido aquêle que pode ser eleitor ou que tem as qualidades para sê-lo, tais como: deputado geral ou provincial, senador, jurado, juiz de paz, sub-delegado de polícia, promotor público, conselheiro de estado, ministro, magistrado, membro do corpo diplomático, bispo, e outros semelhantes" (109). No entanto, podia ser vereador (no caso de ser cidadão brasileiro), servir na marinha, no exército e na guarda-nacional (sem ter acesso aos postos de oficial, para os quais se exigia a qualidade de eleitor) (110).

Terceiro, conviria indagar porque as restrições de direitos dos libertos não se aplicavam a tôdas as pessoas de côr de condição livre, em particular e concretamente, a certos mulatos claros (111). É sabido que as limitações jurídico-políticas apontadas não impediram (é verdade que em São Paulo em muito menor escala que em outras regiões do Brasil), que "homens de côr" ascendessem a cargos da administração pública, da carreira militar e eclesiásticos, em especial a partir dos meados do século XIX. A principal razão, pelo que parece, consiste em que, entre os mulatos, nem todos eram camaradas e agregados. Pelo casamento, associado à posse de riquezas e da terra (nos fins do século XVIII) ou ao prestígio conquirido por títulos acadêmicos e as atividades sociais correspondentes (nos fins do século XIX), alguns mulatos mais claros conseguiram incorporar-se ao núcleo legal das famílias senhoreais (112). Nessas circunstâncias, o grau de riqueza e o prestígio social da família a que pertencessem, êles e os seus descendentes, relegavam para segundo plano tôdas as determinações concernentes à tonalidade da pele (113). Apesar das leves referências irônicas à sua côr (na con-

(109) Idem, pgs. 207-208.

(110) Idem, pgs. 209-210.

(111) "Os que não são de um negro muito pronunciado, e não revelam de uma maneira incontestável os caracteres da raça africana, não são, necessariamente, homens de côr; podem, de acôrdo, com as circunstâncias, ser considerados brancos". "De há muito, no Brasil, caíram em desuso as leis que excluíaam os mulatos de todos os cargos civis e eclesiásticos. Encontram-se homens de côr em todos os ramos da administração, no sacerdócio, no exército, e muitos há de excelente família" (J. M. Rugendas, op. cit., pág. 94). As "circunstâncias", a que se refere Rugendas, são explicadas condicionalmente: *Quando os interesses de família o implicassem* (cf. pgs. 94-95).

(112) Cf. Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., pág. 168; e Oliveira Viana, op. cit., pgs. 131-133. Convém notar que as razões alegadas por Oliveira Viana, para explicar a ascensão social do mulato "superior", são cientificamente infundadas.

(113) Cf. acima, nota 111. Rugendas deixa claro que as atitudes nasciam de conveniências sociais, pois se aplicavam a mulatos que pertenciam a famílias ricas e consideradas (cf. esp. pág. 95).



versa dos componentes da camada senhoreal: "olha que fulano coça a orelha com o pé", por exemplo, era um dito empregado para significar bode ou o cabrito, um sinônimo de mulato) e da resistência mais ou menos aberta ou declarada de algumas pessoas mais intolerantes, êles se incorporavam à camada dos senhores. Identificavam-se com os ideais senhoreais de comportamento e de personalidade, partilhando igualmente dos interesses e dos valores sociais da camada dominante. Segundo Oliveira Viana, isso só ocorreria com os mulatos claros, cuja aceitação seria mais fácil<sup>(114)</sup>, mas de qualquer maneira, o resultado do processo de ascensão social transparecia no desaparecimento do mestiço, assimilado cultural e psicologicamente aos brancos<sup>(115)</sup>. É natural que a êles não se aplicassem nem os padrões de tratamento social dos libertos, negros ou mulatos pertencentes à camada social dos agregados e camaradas; nem as restrições legais aos direitos dos cidadãos. Como dispunham de meios econômicos e sociais para se qualificarem como eleitores, podiam desfrutar plenamente todos os direitos assegurados pela lei.

As distinções examinadas mostram que a miscegenação e o fundamento pecuniário da escravidão produziram, de fato, efeitos que acarretavam a alteração da posição recíproca das personalidades polarizadas nos dois extremos da relação senhor-escravo. Todavia, tais efeitos solapavam os critérios de atribuição ou de aquisição de status e de papéis pelo escravo (e por seus descendentes), sem refletir-se, de forma alguma, em outras determinações sociais da relação senhoreal. Isso significa, segundo pensamos, que o tipo de dominação racial nascido da relação senhoreal não sofria, em consequência, nenhuma alteração. A manumissão, sob qualquer das modalidades em que era praticada na ordem social escravocrata, em geral não fazia senão transformar o escravo em dependente social do senhor e de sua família (ou do "branco" da camada dominante), seja diretamente como agregado, seja indiretamente como camarada. É visível que ela se realizava como um processo de peneiramento social, cuja função consistia em selecionar, na população escrava, personalidades aptas para o exercício de papéis sociais que não poderiam ser preenchidos de outra maneira. A escassez de braços para certas espécies de trabalho livre, nas quais a exploração do escravo dependeria de uma fiscalização ou de uma assistência muito dispendiosas, e a premência de completar os quadros humanos das fazendas com agentes que não pertencessem (e, mesmo, que se distinguissem subjetivamente) à escravaria, criavam as condições sociais necessárias ao funcionamento regular do referido processo. Do ponto de vista das relações raciais, o statu quo permanecia inalterável. A mobi-

(114) Cf. *Populações Meridionais do Brasil*, pág. 133.

(115) *Idem*; cf. também adiante, pág. 142.



lidade que afetava a constituição social da população de côr não repercutia na posição recíproca das "raças brancas" e das "raças negras" na estrutura social. Daí a plena vigência da noção que associava a côr da pele dos representantes das "raças negras" a uma condição social infimamente baixa e a uma absoluta incapacidade de autodeterminação sócio-econômica. Mas a posição de homem livre contribuiu para modificar ligeiramente a representação social da personalidade-status do negro, pois provocou uma restrição da esfera em que se operavam as medidas discriminatórias.

A elevação à condição de homem livre produziu, porém, profundas repercussões na conduta e na mentalidade dos negros e mestiços. Nela encontramos a explicação de dois processos muito importantes para a compreensão da dinâmica das relações raciais na antiga sociedade paulista: 1) a elaboração de uma nova autoconcepção de status e papéis sociais, por parte dos negros e mestiços; 2) a formação, entre os mestiços principalmente, de ideais de personalidade e de vida que enalteciam e valorizavam a côr, a pessoa e a cultura dos brancos.

A nova autoconcepção de status e papéis, por parte dos libertos, evidencia-se na preocupação de não serem equiparados aos escravos, em particular nas relações com os brancos, e na pretensão a exercer, de preferência, ocupações e tarefas que não se incluíssem na órbita do trabalho servil. Essa nova concepção de status e papéis animava, pelo que parece, duas tendências contraditórias de comportamento. De um lado, alimentava ela uma atitude de reação latente à associação entre a côr da pele e uma situação social degradante. Mas, de outro, sublinhava a excelência dos valores da camada racial dominante, à medida que os transformava em símbolos de dignidade e de independência, e desencadeava sentimentos de inferioridade, que compelia as pessoas de côr livres a evitar o convívio com os brancos<sup>(116)</sup> e a submeter-se às suas expectativas de comportamento. Daí resultava o peculiar drama moral do negro e do mestiço, classificados socialmente como agregados e como camaradas, e a inércia do seu inconformismo contra as manifestações do preconceito de côr. O respeito às expectativas de comportamento dos brancos fazia que eles se mantivessem, em regra, "no seu lugar". Por sua vez, a excessiva sensibilidade à consideração exteriormente dispensada aos papéis sociais contribuía fortemente: a) seja para impedir a constituição de laços de solidariedade racial, que ligassem acima das diferenças de status as pessoas marcadas pela mesma côr, isto é, que unissem moralmente libertos e escravos; b) seja para tolher a elevação das condições expoliativas de existência, a que eram sub-

(116) Esse aspecto é documentado com referência à sociedade carioca. Rugendas, por exemplo, observou que os homens de côr preferiam conviver entre si (cf. pág. 193).



metidos igualmente escravos e libertos, à esfera de consciência social dos negros e mestiços livres. Assim, a insatisfação que êstes sentiam contra a ordem social vigente não encontrou meios para exprimir-se como um "fermento social", embora fôsem o elemento predominante na composição da população de côr da cidade, desde o início do século XIX (conforme os dados expostos na primeira parte, relativos a 1804, 1815, 1818, 1836 e 1872). Ela eclodia através de desajustamentos sociais (comumente sob a forma de vagabundagem, prostituição e delinqüência), sendo raramente canalizada como fôrça de rebelião social na luta do escravo contra o senhor<sup>(117)</sup>. Por isso, não produziu outro efeito senão o de separar socialmente os negros e os mestiços libertos dos negros e mestiços escravos, facilitando a dominação senhoreal exercida pelos brancos.

Nas condições de ajustamento inter-racial, criadas pela ordem social escravocrata-senhoreal, a formação do sentimento e da vontade de passar por branco constituía um processo espontâneo. Isso menos por causa do poder coativo da "mística da branquidade"<sup>(118)</sup>, que da ausência quase completa de laços morais, que integrassem os indivíduos de côr em unidades existenciais e solidárias de vida. Ser aceito como branco, ou igualar-se aos brancos representava, sem dúvida, um incentivo fundamental. Mas êsse incentivo poderia sofrer uma neutralização (e mesmo uma repulsão), se existisse entre os indivíduos de côr algum sentimento de lealdade de fundo racial ou alguma identificação racional de interêses sociais. Como êsses sentimentos não existiam, ou se manifestavam em casos singulares, todo indivíduo de côr, que conseguisse livrar-se da condição heteronômica de agregado ou de camarada, passava a sofrer a influência de um complexo conjunto de impulsões sócio-psíquicas. De um lado, via-se automaticamente poupado de diversas limitações associadas à côr. Estas operavam através de controles sociais imanentes

(117) Os viajantes que estiveram em São Paulo, inclusive Saint-Hilaire, tão arguto na percepção de outras coisas, não conseguiram estabelecer uma relação entre a conduta dos mulatos e negros livres e as insatisfações procedentes de sua situação na sociedade. Os brancos nativos, por sua vez, apenas descobriram que os *negros crioulos* (em geral os vindos do norte do país, mas também os nascidos no próprio estado), eram menos dóceis que os negros africanos e se insubordinavam com maior facilidade, criando sérios problemas à sua fiscalização (cf. esp. A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. V, pág. 166-167; M. Paes de Barros, op. cit., pág. 99).

(118) A expressão "mística da branquidade", utilizada literariamente por diversos autores brasileiros, compreende um duplo significado: o que traduz a atitude dos que se orgulham com o "sangue limpo" dos ancestrais; e o que exprime a tendência corriqueira, principalmente nos mulatos mais claros, de ignorar o mestiçamento e as distinções associadas com as gradações da côr da pele (o que, freqüentemente, os expõem à ironia dos mulatos escuros e dos negros, tanto quanto à maledicência maliciosa dos brancos). No fundo, essas atitudes são responsáveis pela valorização das relações sexuais ou do casamento com branco (ou com pessoas mais claras, apenas), coisa a que se referem os indivíduos de côr, atualmente, com a expressão "*melhorar a raça*". Por isso, merecem ser ponderadas as seguintes interpretações de Caio Prado Jor. (*A Formação do Brasil Contemporâneo*, pgs. 105-106): "O paralelismo das escalas cromática e social faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas mais acima, êle tem um grande papel na orientação dos cruzamentos, reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco. Dirige assim a seleção sexual no sentido do branqueamento".



à posição social. Quando as circunstâncias introduziam uma modificação tal na situação do sujeito, que a "côr" e o "status" deixavam de coincidir, aquêles controles perdiam seu ponto de apoio estrutural e funcional. Em conseqüência, atenuavam-se as restrições e as discriminações ligadas com a côr, flutuando as expectativas de comportamento ao sabor de peculiaridades pessoais, como: a habilidade do sujeito em estabelecer "boas relações" e em captar as simpatias dos brancos (119); o grau de tolerância revelado por êstes a semelhantes tentativas de aproximação social. De outro, sentia-se solicitado, sem nenhuma fonte apreciável de refreação interior, pelos poderosos estímulos do desejo de passar por branco. Pelo que parece, os reflexos dêsses estímulos na conduta do sujeito só esbarravam com inibições internas quando o sentimento de direitos, conferido pela posição social, não fornecesse um amparo subjetivo suficientemente sólido. Em conseqüência, os malogros e os dissabores prováveis nas tentativas de aproximação social não chegavam a adquirir o significado de experiências frustradoras ou de sentido exemplar.

Acreditamos que as interpretações apresentadas facilitam a compreensão dos estímulos sócio-psíquicos, que provavelmente orientavam a conduta dos mestiços que "subiam" socialmente. Todavia, restaria saber se as impulsões indicadas encontravam canais regulares de expressão na ordem escravocrata-senhoreal. Supomos que é nítido o processo social subjacente àquelas impulsões: a tendência a quebrar os laços de solidariedade, que poderiam desenvolver-se na população de côr com base na identidade de interesses diante da dominação senhoreal, revela-se claramente nas atitudes de aceitação assumidas pelos brancos. No exame dos fatos desta natureza, é preciso não esquecer o padrão de configuração demográfica da cidade de São Paulo durante quase todo o século XIX: os mestiços livres constituíam a maior massa da população livre de côr; a população livre de côr sempre representou, a partir do primeiro decênio do século, a maior massa da população negra e mestiça total; apenas nos meados do século é que começa a ser alterado o desequilíbrio demográfico, que concedia ao elemento negro e mestiço uma pequena superioridade numérica na composição global da população. Ora, a ordem social escravocrata-senhoreal não se mantinha através de sanções sobrenaturais. Mas, graças à forma senhoreal aqui desenvolvida de apropriação de pessoas, de riquezas e do poder. Daí a convergência dos freios sociais no sentido de impedir o acesso dos indivíduos de côr às prerrogativas e aos direitos sociais dos

(119) Gilberto Freyre já procurou interpretar sociologicamente uma parte dessas técnicas de ajustamento social, exploradas pelos mulatos nas relações com os brancos (cf. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural no Brasil*, Companhia Editora São Paulo, 1936, pág. 355 e seqs.).



senhores. Se um indivíduo de cor conseguisse êxito econômico, por esta ou aquela razão, e tivesse probabilidade de compartilhar de um certo número de comportamentos senhoriais, transformava-se naturalmente em uma fonte de insegurança para a ordem social. Tanto no que concerne à “desmoralização” dos comportamentos senhoriais, quanto no que diz respeito ao incitamento e à organização de rebeliões, ali estava um líder potencial. Nenhuma outra garantia de socialização de personalidades desse tipo poderia ser mais satisfatória, que a incorporação à camada dominante, por meio do casamento ou da atribuição de uma posição nobilitante na estrutura senhoreal. Esse mecanismo de acomodação esbarrava com condições desfavoráveis, como as resultantes do arraigamento do preconceito de cor e das medidas discriminatórias. Porém, era favorecido por outras condições, em particular por aquelas que se criavam graças aos critérios de atribuição de status e papéis sociais através da integração ao núcleo legal ou ao círculo de protegidos e apaniguados da família patriarcal. Se aceitássemos as interpretações de Oliveira Viana (naquilo em que elas são positivas), veríamos que mesmo o preconceito de cor não levantava obstáculos muito sérios ao referido processo. É que, graças ao preconceito de cor, os mulatos cujos caracteres físicos se chocassem menos com os padrões estéticos dos brancos podiam ser selecionados positivamente<sup>(120)</sup>.

Isso mostra que a miscegenação não foi, por si mesma, nem a causa principal nem a condição determinante da ascensão social dos mestiços e da agregação deles ao grupo racial dominante. Em segundo lugar, chama a nossa atenção para um problema que tem sido encarado inadequadamente: o do significado da miscegenação. A tendência a defini-la como índice da ausência de preconceitos, por parte dos colonizadores portugueses e de seus descendentes considerados brancos, não encontra uma comprovação analítica consistente. Seja porque a miscegenação se desenrolou em um plano meramente material e sexual, como foi apontado acima; seja porque só excepcionalmente ela se associou a efeitos que implicavam na aceitação de alguns mestiços de brancos e negros como brancos. Isto ocorria apenas nos casos em que a mistura racial era acompanhada, seguida ou reforçada por duas condições, a primeira das quais determinante: a aquisição de status na camada senhoreal; e a herança atenuada de caracteres físicos das “raças negras”. A primeira condição, principalmente, dificultou deveras a modificação do padrão de composição racial da camada social dominante, limitando a ascensão social dos mulatos antes do advento da Abolição e restringindo, em São Paulo, a sua participação das regalias sociais desfrutadas pelos que exerciam

(120) Cf., a esse respeito, Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, op. cit., pgs. 80-87, 127-129, 131-133.



a dominação senhoreal<sup>(121)</sup>. Por sua vez, os processos que determinavam a aceitação de certos mestiços como brancos beneficiavam, exclusivamente, os indivíduos peneirados e os seus descendentes que se mantivessem na mesma posição social. Eles não repercutiram, pelo que se pode perceber, nas atitudes e avaliações sobre o negro e o mulato, incorporadas à cultura da camada senhoreal e partilhadas, com maior ou menor intensidade, pelos "brancos" em geral. Aliás, os efeitos produzidos pela incorporação de mestiços à camada senhoreal faziam que sua aceitação como brancos contribuísse: a) para perpetuar e reforçar praticamente a representação de personalidade-status do negro e do mulato, eliminando ou circunscrevendo a concessão de novos papéis sociais aos que não combinassem em certo grau prestígio social e herança atenuada de caracteres raciais do negro; b) para manter os estereótipos correntes sobre a incapacidade intelectual e moral de negros e mestiços mais escuros, pois deu origem a mecanismos de avaliação que submetiam as ações das personalidades de cor bem sucedidas a uma apreciação restrita; c) para conservar o sistema de relações raciais criado pela ordem social escravocrata-senhoreal, mediante a assimilação dos elementos mestiços capazes de competir econômica, social e politicamente com os brancos.

Até agora, lidamos com processos sociais cujos efeitos podiam ser regulados pelas forças que mantinham a estabilidade da ordem social escravocrata-senhoreal. A Abolição dirige nossa atenção para processos sociais que desempenharam a função oposta: a de desagregar e destruir aquela ordem social. Por isso, a Abolição representa um marco na história social do negro em São Paulo. Ela localiza no tempo o fim de um processo histórico-social, o da desagregação do regime servil, e o início de outro, o da equiparação coletiva dos negros e seus descendentes mestiços, sob o ponto de vista jurídico-político, aos demais cidadãos brasileiros. Através da análise sociológica verifica-se, porém, que ela não provocou diretamente nenhuma alteração substancial na posição recíproca de negros, mestiços e brancos na estrutura social da cidade. A transformação dos ajustamentos inter-raciais se processará lenta mas ininterruptamente graças à influência dos fatores sociais que intervieram nos processos do movimento abolicionista ou que se vinculam à emergência da nova configuração social de vida, industrial e urbana.

A desagregação do regime servil vincula-se causalmente a transformações que se operaram na estrutura da sociedade paulistana. É preciso notar que o equilíbrio da ordem social escravocrata-senhoreal dependia da preservação de um certo padrão de composição da

(121) Os resultados desta interpretação trazem uma comprovação indireta à teoria de Lowrie sobre a composição étnica das camadas constituídas pelos descendentes da antiga estirpe brasileira, exposta nos dois trabalhos desse autor citados acima (cf. nota 4).



população e de integração do sistema de trabalho. A reserva de mão de obra escrava devia ser suficiente para compensar os efeitos dos processos de seleção letal, que dizimavam a população escrava, para atender às possíveis flutuações da produção, e para manter a própria população escrava em uma densidade que permitisse o recrutamento contínuo, dentro dela, de indivíduos aptos para o exercício de ocupações regulares ou instáveis, que não podiam ser preenchidas por escravos. O sistema de trabalho não comportava uma diferenciação muito grande da esfera de ocupações braçais e mecânicas nem a expansão do trabalho livre, além dos limites restritos em que este suplementava o trabalho escravo ou se aplicava a atividades senhoriais. Ora, depois dos meados do século XIX, nenhum desses pre-requisitos, de que dependia o padrão de composição da população e de integração do sistema de trabalho, pôde ser efetivamente satisfeito. Fatores diversos, como a supressão do tráfico africano, o esgotamento das disponibilidades de mão de obra escrava existente no Brasil, a complicação do sistema de trabalho em conexão com o crescimento comercial e urbano da cidade, com o afluxo de imigrantes europeus e com o rápido desenvolvimento em um sentido autônomo da esfera de trabalho livre (examinados no capítulo anterior), fizeram que a decomposição do regime servil se iniciasse antes mesmo da eclosão dos movimentos abolicionistas. Enfim, uma nova ordem social se elaborava no seio mesmo da ordem social escravocrata-senhoreal.

X Todavia, os interesses sociais e os ideais de vida emergentes não coincidem em tudo com os ideais de vida dos fazendeiros-senhores. No plano dos interesses sociais imediatos, o contraste não provocava conseqüências sensíveis. A economia da cidade não tinha existência própria; gravitava em torno das riquezas produzidas no campo. O espírito de conciliação diante das exigências e das expectativas dos fazendeiros-senhores se impunha até dentro de organizações revolucionárias, como o partido republicano paulista<sup>(122)</sup>. Porém, no plano dos ideais de vida os conflitos se expandiram com intensidade. Na nova ideologia em formação, a escravidão deixa de ser aceita como uma instituição natural e um mal necessário. É representada como uma deshumanidade, uma ignomínia e uma fonte de dupla degradação — a do branco e a do negro — sendo responsável pela triste reputação do Brasil e dos brasileiros entre as pessoas e os países civilizados<sup>(123)</sup>. Na verdade, a ordem social escravocrata-senhoreal

(122) Os mentores do Partido Republicano transigiram, quase todos, diante das expectativas e dos interesses sociais dos fazendeiros paulistas, tergiversando na elaboração do programa concernente à abolição da escravidão (cf. J. Maria dos Santos, op. cit., pgs. 106-113, 118, 189, 195-198, 211-212 e 219-222. Por fim, a orientação do Partido Republicano se modifica, mas sob a pressão dos fatos: cf. 225, 249 e 261 e seqs.).

(123) Talvez não seja demais assinalar que essas atitudes representavam menos o produto de um provincianismo acentuado, do que conseqüências da crítica dos mores de



constrangia a expansão econômica, social e política da cidade. A acomodação estabelecida no plano dos interesses sociais imediatos não podia ocultar essa realidade.

Sob este aspecto, os movimentos abolicionistas que se formaram na capital, estendendo dali o seu raio de ação organizada até as fazendas mais longínquas da Província (124), serviam ao mesmo tempo a dois fins, o último dos quais oculto à consciência social dos seus agentes: 1.º) a emancipação dos escravos; 2.º) a destruição das barreiras opostas ao "progresso" pela ordem social escravocrata-senhoreal. O primeiro motivo forneceu o móvel aberto dos movimentos sociais contra o regime. Mas o segundo é que constituiu o ingrediente propriamente revolucionário, que impulsionou a conduta dos brancos, embora disfarçando-se sob a forma de ideais humanitários (125). Esse disfarce era necessário, pois nas condições de vida social e política, criadas pela dominação patrimonialista, a oposição à ordem vigente não podia processar-se abertamente. As insatisfações polarizaram-se espontaneamente em torno de argumentos inconformistas cujo debate público podia ser aceito, apesar de ofenderem alguns mores da cultura da camada senhoreal. Na prática, os efeitos se equivaliam aos de uma oposição aberta à dominação senhoreal e às suas consequências, já que a desagregação do regime servil acarretaria, inevitavelmente, uma decomposição da ordem social correspondente. Alguns fazendeiros paulistas compreenderam o alcance desse processo e tomaram várias medidas seja para impedi-lo, seja para evitar que a emancipação legal dos escravos acarretasse modificações da posição da camada a que eles pertenciam na estrutura econômica e de poder da Nação (126).

uma perspectiva cosmopolita, que se desenvolve em conexão com a transformação do Brasil em nação independente e com a intensificação dos contactos com os países europeus, como a França e a Inglaterra. Dispensamo-nos, de outro lado, de apresentar referências bibliográficas em que se evidenciam aquelas atitudes, por serem elas muito numerosas e conhecidas.

(124) Os estudos em que esses movimentos são analisados já foram apontados acima: cf. notas 69 e 70.

(125) Esta interpretação colide com o que parecia pensar a respeito desses fenômenos o esclarecido líder abolicionista, Joaquim Nabuco, que afirma o seguinte: "os que lutavam somente contra a escravidão, eram como os liberais de 1789, cegos de boa vontade", enquanto aponta o líder negro Patrocínio como "a própria revolução" (cf. *Minha Formação*, in *Obras Completas*, vol. I, pág. 178). Isso implicaria em aceitar que o abolicionismo constituía uma teoria política revolucionária, elaborada em coerência com os interesses sociais das camadas sujeitas à escravidão e à exploração senhorial, coisa que o próprio Nabuco repelia, ao afirmar que os abolicionistas obedeciam ao mandato inconsciente da raça negra. Sem dúvida, os abolicionistas desempenharam o papel histórico de cegos de boa vontade e através deles se revelou o espírito revolucionário "que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces..." (cf. op. cit., pág. 179). Mas por outras razões, segundo pensamos as que apontamos no texto acima.

(126) Nesse processo, os conservadores tiveram uma importante atuação e conseguiram "remar contra a corrente", graças à sagacidade dos seus líderes, de Antônio Prado especialmente. Eles souberam compreender o sentido econômico das transformações que se estavam processando e procuraram elaborar uma política que permitisse duas coisas: 1) reter o trabalhador negro pelo maior tempo possível nas atividades agrícolas, de modo a favorecer a sua substituição; 2) intensificar a substituição da mão de obra sem fazer oposição (a partir do momento agudo da crise em diante) às correntes abolicionistas. Poucos abolicionistas chegaram a ter uma noção clara do que os líderes conservadores (secundados em São Paulo também por fazendeiros amigos, pertencentes ao Partido Liberal) estavam fazendo,



Através desta interpretação, não pretendemos pôr em dúvida a lealdade dos abolicionistas aos ideais humanitários que defendiam, nem insinuar que êles dissimulavam convictamente os propósitos da agitação emancipacionista. O que temos em mira é procurar um ponto de referência, na estrutura social, que nos permita compreender porque a ideologia abolicionista se confinou à libertação do escravo, em vez de evoluir no sentido da recuperação econômica, social e moral das vítimas diretas ou indiretas do cativo, os negros e seus descendentes mestiços excluídos do grupo branco. E, em segundo lugar, porque homens tão esclarecidos chegaram a supor, generalizadamente, que a medida legal de 13 de Maio de 1888 punha fim ao movimento abolicionista, consagrando os seus princípios e os seus objetivos (127). Não se procurou impor aos senhores outro "prejuízo" senão aquêle que era irremediável: a manumissão dos cativos. Tão pouco se pensou em assegurar qualquer espécie de retribuição aos manumitidos, recentes e antigos, o que equivalia a um tácito reconhecimento da legalidade e da moralidade da expolição anterior. Em contraposição, aguardava-se utòpicamente que os negros e os mestiços, egressos do regime servil, desfrutariam imediatamente e sem limitações as vantagens asseguradas pela reconstrução do Brasil "sôbre o trabalho livre e a união das raças na liberdade" (128). Tudo isso indica que a intervenção dos brancos em favor dos negros e mestiços escravos correspondia a móveis limitados, que podiam ser satisfeitos sem identificar-se e independentemente de confundir-se com os verdadeiros interesses sociais dos expoliados pròpriamente ditos.

Em consequência, a campanha abolicionista contribuiu de modo muito parcial para modificar as atitudes e as expectativas de comportamento dos brancos com relação aos negros e aos seus descendentes mestiços tratados como "negros". De um lado, os abolicionistas ativos, que participaram de tarefas de agitação com companheiros de côr, puderam ser reeducados, alguns a ponto de aprenderem a grandeza moral de certas personalidades negras ou mesti-

---

em defesa dos próprios interesses e prejudicando frontalmente os resultados da campanha abolicionista, pelo menos quanto à recuperação econômica e social dos manumitidos. Entre os abolicionistas em questão se encontra Dunshee de Abranches, que não poupa os fazendeiros paulistas nos depoimentos que acolheu em sua obra (cf. *O Cativo*, op. cit., pgs. 226-227). Quanto à preservação da posição da camada senhorial na estrutura de poder, cf. também J. Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, pág. 338; e Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, pág. 253 e sets., que apanhou com muita felicidade as consequências renovadoras da revolução social a que nos referimos.

(127) Na cidade, pelo que parece sòmente Antônio Bento, entre os antigos abolicionistas, permaneceu leal aos ideais humanitários que havia defendido, e que insensivelmente acabaram estendendo-se do escravo para o negro, como se poderá verificar pela análise dos números de *A Redenção*, publicados depois da Abolição. Todavia, êle representa um caso isolado e suas decepções são patentes, inclusive no que diz respeito à falta de entusiasmo nas comemorações do 13 de maio, que êle se encarregou de exprobrar.

(128) Cf. a exposição dos fins do abolicionismo, feita por Joaquim Nabuco (in *O Abolicionismo*, op. cit., pág. 19 e sets.; veja-se também: *Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuziguer & Filhos, s. d., passim; José do Patrocínio, *Conferência Pública*, etc., op. cit., passim.



ças (129). De outro, a campanha despertou, no momento agudo das fugas em massa, sentimentos e ações de solidariedade para com os escravos rebeldes (130). A outros respeito, porém, a chamada emancipação dos cativos nada mais foi do que uma alforria coletiva dos escravos, imposta pelas circunstâncias e sancionada pela lei. As condições de ajustamento inter-racial não foram transtornadas por ela, que se processou sem alterar senão formalmente a posição recíproca dos grupos de "raças", no sistema econômico e na vida social.

A população de cor não possuía, por sua vez, meios para obter qualquer espécie de compensação. Durante todo o regime servil, tanto os escravos quanto os libertos foram reduzidos a um permanente estado de anomia. Não dispunham nem de autonomia econômica e política, nem de um sistema de solidariedade grupal, que compor-tassem a formação de anseios comuns na luta pela liberdade. Por isso, no momento em que se intensifica a desagregação da ordem social escravocrata e senhoreal, a direção dos movimentos emancipacionistas e abolicionistas cai naturalmente nas mãos dos brancos. A morte civil não proporcionava aos maiores interessados, os escravos, meios adequados de ação independente; como afirma Nabuco, ao escrever sobre "o mandato da raça negra": "O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas em ambos os casos interpretada pelos que a aceitam como um mandato que se não pode renunciar. Nesse sentido deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais, que de outra forma não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos" (131). A projeção dos brancos na condução desses movimentos (a qual foi notória em São Paulo, como o atesta a influência de Antônio Bento e de seus caifazes), além de acentuar a antiga representação do branco como personalidade dominante, reduzia o alcance revolucionário da agitação antiesclavagista. Para eles, o esclarecimento cabal dos escravos, por exemplo, encontrava um limite no próprio receio que sentiam de agitar sentimentos cujo domínio lhes poderia escapar posteriormente. Assim, a pretexto de que não deviam instilar "ódios raciais" ou despertar nos escravos "paixões" que não seriam satisfeitas sem o recurso à violência (132), evitaram tomar posição diante da delicada

(129) Tome-se como exemplo o testemunho do Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade, e as avaliações nele contidas sobre a personalidade de Luiz Gama ou sobre os agitadores negros ligados às atividades abolicionistas de Antônio Bento.

(130) A documentação disponível mostra que a cooperação dos brancos nas fugas dos escravos criava situações que variavam do autêntico companheirismo (participação contínua, em condições de igualdade, de tarefas que pressupunham sempre algum risco iminente) até as manifestações ativas de simpatia (acolher em casa, assistir os fugitivos, enganar ou combater a repressão legal, etc.).

(131) J. Nabuco, op. cit., pág. 17. A expressão *O Mandato da Raça Negra* constitui o título do capítulo III, traduzindo, simbolicamente, o estado de "morte civil" (cf. pág. 20) a que estava sujeito o escravo.

(132) Cf. J. Nabuco, op. cit., pág. 17; *Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, op. cit., pág. 12.



questão das reparações aos manumitidos, antigos e recentes, questão essa que nem Antônio Bento teve coragem de discutir e de levar à agitação nas senzalas. Em consequência, os líderes abolicionistas de côr ficaram presos a uma ideologia que presumivelmente não os satisfazia em todos os pontos, mas que precisava ser aceita, respeitada e prestigiada. Mesmo Patrocínio, que a todos ultrapassou em espírito revolucionário, viu-se na contingência de justificar-se em público, declarando o seguinte: "Por minha parte, desde o primeiro dia da propaganda abolicionista abri a minha estrada, dando-lhe por margens o direito e a lei"; "Quando foi que desta tribuna se pregaram idéias subversivas? Quando foi que proclamamos o direito do punhal do escravo contra a vida do senhor, ainda que tivéssemos para apoiá-los a indignação de Raynal?" (133). Em suma, faltou aos escravos quem lhes comunicasse reivindicações que fôsem além do eixo de gravitação da ideologia abolicionista e que lhes assegurassem uma soma de direitos tangíveis. E não surgiu, no seio da população de côr, nenhum movimento social que exercesse pressão no sentido de modificar as condições vigentes de ajustamento inter-racial, herdadas com a Abolição do passado escravocrata.

É claro que a Abolição criou uma situação nova. A condição civil perdera sua importância, como fonte de reconhecimento formal da desigualdade introduzida nas relações raciais pela escravidão. A equiparação entre brancos e negros perante a lei se impunha, pois mesmo a restrição de direitos, que pesava sobre os libertos, deixava de ter sentido. Um dos fermentos dos movimentos emancipacionistas e abolicionistas fôra a idéia de "união nacional", de integração política acima das diferenças de raça ou de côr; na ideologia abolicionista, esboçou-se com clareza o ideal de unidade nacional baseado na harmonia das raças, sendo os negros desejados como "elemento permanente" da população brasileira e "parte homogênea da sociedade" (134). A dissolução da ordem escravocrata-senhoreal permitia atingir êste alvo, como sucedeu, mediante a extensão do princípio de igualdade jurídico-política dos cidadãos, contido na carta constitucional do Império e mantido na da República, a todos os indivíduos que estivessem em gozo dos seus direitos civis (135). Todavia, cabe-nos indagar, depois do que acabamos de ver, se podia existir algum sincronismo entre uma revolução social, cujas forças ativas nasciam de interêsses sociais (136) e de aspirações econômico-políticas

(133) Extraído de José do Patrocínio, *Conferência Pública*, etc., pgs. 4-5.

(134) Cf. J. Nabuco, *op. cit.*, pgs. 19-20.

(135) Sob a Constituição republicana, a condição de saber ler e escrever restringiu, durante certo tempo, o exercício dos direitos eleitorais de um número extenso de cidadãos, entre os quais se contavam naturalmente muitos negros e mestiços.

(136) Infelizmente, não podemos dar atenção, aqui, a todos os tópicos que merecem uma análise especial, inclusive o que diz respeito ao conflito que se estabeleceu entre os fazendeiros paulistas na questão da emancipação dos cativos e da substituição da mão de obra escrava, pela mão de obra estrangeira.



propugnados por um setor das "raças" dominantes contra outro, e a destruição das condições de existência social que restringiam, com base na côr, a participação das garantias sociais. Em outras palavras, isto equivale à pergunta: o abolicionismo alimentava de fato ideais de "emancipação das raças negras" ou era um simples episódio da desagregação da ordem escravocrata-senhoreal e da emergência, no seio dela, da ordem social capitalista?

A análise histórica revela que a desagregação final do regime servil e a equiparação conseqüente dos negros e mestiços manumitidos aos demais cidadãos brasileiros não destruíram a equivalência que se estabelecera na ordem social escravocrata-senhoreal entre a estrutura da sociedade paulistana e o padrão de estratificação racial que dela derivava. Grosso modo, a população de côr da cidade não colheu nenhum proveito imediato com aquelas transformações, exceção feita à reduzida parcela de manumitidos por efeito da lei de abolição da escravidão<sup>(137)</sup>. Ela permaneceu na mesma situação de dependência econômica, sem poder beneficiar-se coletivamente com as novas oportunidades oferecidas pela renovação do sistema de trabalho e pela livre-iniciativa (cf. capítulo anterior). A alteração do status formal do negro não impôs, por sua vez, uma substituição rápida das atitudes e representações sociais, que regulavam os ajustamentos inter-raciais. Entre os brancos, a antiga representação da personalidade-status do negro continua a ter plena vigência; entre os indivíduos de côr a antiga autoconcepção de status e papéis não se modifica sensivelmente, apesar do sentimento de dignidade provocado pela convicção de que já não poderiam ser confundidos com "escravos". Em conseqüência, mantem-se o velho padrão de relação assimétrica no comércio social dos negros com os brancos e perpetuam-se, com o sistema de controles sociais correspondente, as manifestações de preconceito e de discriminação que antes se aplicavam ao escravo e ao liberto. Segundo pensamos, esta é uma comprovação empírica à interpretação do significado histórico e do alcance revolucionário do abolicionismo, apresentada acima. Pelo menos, positivase ex post facto que as fôrças sociais que solaparam e destruíram a ordem senhoreal atuaram em um sentido bem diverso que o da subversão do sistema de acomodações raciais herdado do passado escravocrata. No plano dos ajustamentos raciais, só foram visadas e eliminadas diretamente certas normas que representavam um obstáculo à expansão da ordem social capitalista, como parece ser o caso da própria relação senhor-escravo.

(137) A Abolição, de fato, já estava consumada; na cidade, segundo notícia impressa em *A Província de São Paulo* (21-2-1888), faltavam somente 30 alforrias para a completa extinção da escravidão. Segundo Evaristo de Moraes (cf. op. cit., pág. 317), em 25 de fevereiro já não existiria nenhum escravo, do que se pode duvidar, dado o contraste com a notícia citada.



Os resultados da interpretação desenvolvida nos animam a admitir que a transição da ordem social senhoreal para a ordem social capitalista se processou em São Paulo sem que se fizesse necessário introduzir inovações na esfera de ajustamentos sociais entre brancos, negros e seus descendentes mestiços. Diversas condições estruturais contribuíram para isso. As mais significativas, do ponto de vista que nos poderia interessar aqui, são as seguintes: a) ao contrário do que acontecera no passado rural, a mão de obra negra deixara de ter uma importância relevante na vida econômica da cidade e perdera a possibilidade de uma exploração regular, adequada aos quadros de uma economia em urbanização; b) as atividades e as ocupações em que a mão de obra negra encontrava aplicação corrente, em parte devido à concorrência com os imigrantes europeus, não proporcionavam bons salários, melhora do padrão de vida, ou aumento da consideração social; c) essas condições, associadas à dissolução do antigo sistema de trabalho e com os processos patológicos que afetaram a população negra da cidade, contribuíram para dificultar a "classificação" dos negros e dos mulatos na nova estrutura social em emergência; d) na sociedade de classes em formação, diminuí inicialmente o número de situações de convivência entre brancos e negros — de um lado, por causa da composição étnica das camadas sociais (os estrangeiros nem sempre aceitam as atitudes receptivas dos brancos nativos, em particular dos que ocupavam na ordem senhoreal uma posição simétrica à dos libertos: os camaradas e agregados brancos); de outro, porque os padrões de decôro da incipiente classe média e da recente burguesia urbana restringiam o contacto com indivíduos de nível social "baixo", em especial com as "pessoas de côr" (o que não ocorria com os membros da antiga camada senhoreal, que podiam exibir atitudes paternalistas e mesmo afetivas para com os negros e mestiços escuros, sem correr o risco de perder prestígio social) (138). Em resumo, nas condições em que se operou estruturalmente a transição para o regime de classes, o trabalho livre não serviu como um meio de revalorização social do negro. Em vez de contribuir para a reintegração desse elemento às situações emergentes de existência social, provocou ou o seu desajustamento ou a sua fixação em atividades sociais tão pouco consideradas quanto as que se atribuíam anteriormente aos "escravos".

Em semelhantes condições estruturais, a transferência de representações sociais ou de expectativas e padrões de comportamento aplicáveis às relações entre brancos e negros haveria de sofrer uma orientação adversa a êstes últimos. É verdade que na nova ordem

(138) Nas explanações do texto acima, a), b), e c) fundamentam-se nos dados e interpretações expostos no capítulo anterior; d) baseia-se em dados obtidos diretamente pelos autores, através de entrevistas com indivíduos de côr e brancos, tanto nativos quanto imigrantes ou descendentes de imigrantes. Daqui em diante, serão aproveitados, predominantemente, dados recolhidos pelos autores.



social em emergência, a cor deixara automaticamente de ter a antiga significação. Os patrões, os empregados e os operários não se distinguiriam como os senhores, os escravos e os libertos, mediante a combinação de posição social à cor da pele ou à ascendência racial; ao inverso do que sucedia no passado, em que "nenhum branco poderia ser escravo", agora "qualquer branco pode ser empregado, operário ou patrão". Assim, na ordem social capitalista, quebra-se a tendência ao desenvolvimento paralelo da estrutura social e da estratificação racial. A incapacidade de ajustamento econômico dos negros impediu que eles se localizassem coletivamente nas posições sociais conspícuas, o que acarretou uma situação muito parecida à que existia na ordem senhoreal, nas relações entre os negros e mestiços libertos com os brancos. Daí a seleção e a perpetuação de representações sociais e de expectativas ou padrões de comportamento cuja sobrevivência parece incompatível com a nova condição civil dos indivíduos de cor e com a organização da sociedade de classes em emergência.

Subsistiram representações e estereótipos associados à cor e às diferenças raciais; uma parte considerável do velho sistema de etiqueta das relações raciais; o antigo padrão básico através do qual o preconceito de cor sempre se manifestou em São Paulo; e certas medidas discriminatórias, principalmente as que atingiam os negros e os mestiços libertos na ordem senhoreal. Entre as representações e estereótipos, salienta-se a noção de que o negro é "inferior" ao branco. Em depoimentos que colhemos, verificamos que principalmente nas famílias tradicionais pensava-se que "o negro não é gente" e que sua "inferioridade" com relação ao branco seria ao mesmo tempo moral, mental e social. Mas também nas camadas populares se admitia isso, como demonstram certos dados que serão expostos no próximo capítulo.

Aliás, essa noção revelou-se tão consistente, que se perpetuou até nossos dias. Um jovem branco nos declarou que se nega, por "hipocrisia" somente, que o negro seja inferior ao branco; outro escreveu textualmente que "a essa raça se conferiram sentimentos, dotes morais e idéias que ela nunca possuiu", explicando que se "alguns negros são capazes de exercer qualquer atividade profissional", "a maioria da raça é, como mostram os fatos cotidianos, totalmente incapaz". Os resultados de uma pesquisa recente ainda evidenciam que as rejeições de negros e mulatos por parte de universitários que estudam em São Paulo se justificam através da "pecha" de que eles são "inferiores" (139).

(139) Cf. Carolina Martuscelli, *Uma Pesquisa sobre a Aceitação de Grupos Nacionais, Grupos "Raciais" e Grupos Regionais em São Paulo*, in Boletim CXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950, pgs. 65-66, (confrontar com as tabelas contidas nas pgs. 61 e 71). Os jovens de sexo feminino revelam-se mais intolerantes que os de sexo masculino.



As representações coletivas sôbre o negro, incorporadas ao folclore paulistano, também se perpetuaram. Nessas representações, o negro é apresentado como sendo: a) etiologicamente inferior ao branco; b) biologicamente superior ao branco; c) socialmente inferior ao branco. As representações sôbre a origem inferior do negro se encontram principalmente no ciclo de lendas relativas à formação das raças: a côr da pele se explicaria pelo fato de ter sido o negro criado pelo Diabo (e não por Deus, como o branco), ou por causa da maldição de Caim, ou ainda por ser menos diligente que o branco no cumprimento das instruções divinas<sup>(140)</sup>. As representações sôbre a superioridade biológica do negro estão formuladas em alguns "ditos", como os seguintes: "Negro é como gato, tem sete fôlegos"; "Negro é vaso ruim, não quebra"; "Negro quando pinta, tem sessenta mais trinta" ou "Negro quando pinta, três vêzes trinta"; "Negro não tem dó da pele"; "Trabalhar é p'ra Negro". Outras composições, que não podemos transcrever aqui, ressaltam igualmente a grande resistência física do negro, sua longevidade e sua capacidade para os trabalhos pesados. As representações sôbre a inferioridade social do negro transparecem em várias objetivações folclóricas como, por exemplo; "Negro quando não suja na entrada, suja na saída"; "Negro não nasce, aparece"; "Negro não casa, se ajunta"; "Negro não morre, desaparece"; "Negro não acompanha procissão, persegue"; "Negro não almoça, come"; "Negro não come, engole"; "Negro não canta, negro grita; "Negro não dorme, negro cochila"; "Negro não fuma, negro pita"; "Negro não faz feitiço, negro faz é mandinga"; "Negro não vive, negro vegeta"; "Negro não fala, negro resmungo"; "Negro não bebe água, negro engole pinga"<sup>(141)</sup>. Além dêsses, alguns "ditos", como "Fazer papel de negro" ou "Porco como um negro" se aplicavam a brancos que "não procedessem direito"; e "Logo se vê que é negro", usado como réplica verbal às ações desagradáveis das pessoas de côr. Em quase tôdas as composições transcritas se evidencia a tendência do branco a representar o negro de uma forma intencionalmente deprimente e desabonadora. Embora seja provável que elas não determinassem condutas e avaliações concretas, é evidente que elas ajudavam a manter todo um clima de sentimentos e de idéias desfavorável ao negro. As pessoas que se tornavam objeto de semelhantes "ditos", pelo que se pode inferir de suas ações manifestas, não lhe davam muita importância, encarando-os como brincadeiras de mau gôsto; mas, muitas se agastam com êles ou se mostram magoadas e irritadas com outros costumes da mesma natureza, como seja o das mães assustarem crian-

(140) Cf. Florestan Fernandes, *O Negro na Tradição Oral. Representações Coletivas do Negro — O Ciclo de Formação das Raças*, in *O Estado de São Paulo*, 15-7-1943.

(141) Cf. Florestan Fernandes, *O Negro na Tradição Oral. A Superioridade Biológica e a Posição Social do Negro. Conseqüências*, in *O Estado de São Paulo*, 22-7-1943.



ças quando vêem um negro: "Olhe, fulana, que eu chamo aquele negro pr'a te pegar" ou "Entra depressa, senão aquele negro te pega", etc. (142). Deve-se considerar, doutro lado, que as representações indicadas constituem reflexos das atitudes dos brancos para com os negros e que, como tais, se incorporavam a um complexo mais amplo e ativo de objetivações culturais, dotadas de idêntico sentido. Os mesmos estereótipos surgem em outras esferas da cultura, identificando o negro através de caracteres físicos grosseiros, ou de um estado de ignorância extremo, ou de uma situação social subalterna, como criado do branco, o objeto de sua "piedade" e da sua "proteção". Na música popularesca, nos contos, nos romances, nas peças teatrais e até nos livros didáticos destinados aos imaturos: o negro tende a ser representado de maneira similar, em face do branco, embora o seja com maior sutileza (143). Enfim, trata-se menos de projeções pitorescas, sem nenhuma consequência, que de um verdadeiro sistema de pressões culturais, direta ou indiretamente ligadas à valorização das qualidades, das maneiras, dos ideais de vida e das "pessoas" dos brancos. Elas se perpetuavam em conexão com a preservação da distância social, que separava e distinguia os dois setores da população.

Na etiquêta das relações raciais conserva-se o antigo padrão de tratamento recíproco assimétrico. Vários documentos demonstram que as expectativas de comportamento se mantiveram intactas em ambos os lados. O branco esperando do negro um tratamento respeitoso e atitudes de submissão e acatamento; o negro submetendo-se a essas expectativas, às vezes por coação, mas quase sempre espontaneamente. Os dados recolhidos revelam que, nessa esfera, a resistência à mudança de atitudes tem sido muito intensa. Os brancos descendentes de famílias tradicionais, principalmente, não toleram ou toleram muito mal as inovações no tratamento recíproco, impostas pelos indivíduos de côr. Acham que elas sublinham um "atrevimento" da parte dos negros. Estes, por sua vez, sentem-se inseguros e mostram-se indecisos em semelhantes ocasiões, em particular aqueles que experimentaram a dominação senhoreal no passado ou foram educados no regime de "respeito aos brancos". O seguinte depoimento contém indicações realmente esclarecedoras: "Minha avó está com 83 anos. No seu entender, a transformação das relações entre brancos e pretos — a "insolência" dos pretos — é

(142) Dados extraídos de depoimentos pessoais de pessoas de côr. Esse costume é antigo e parece que se liga ao medo que os escravos fugidos despertavam nas crianças, por causa do açulamento dos brancos (cf. M. Paes de Barros, op. cit., pgs. 103-104).

(143) Conforme dados obtidos por nossos pesquisadores, que não puderam ser expostos aqui. Sobre as representações que ocorrem nos livros didáticos, cf. Dante Moreira Leite. *Preconceito Racial e Patriotismo em seis Livros Didáticos Primários Brasileiros*, in Boletim CXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, op. cit., passim.



coisa recente, de 10 anos para cá. Nem mesmo depois do 13 de Maio os pretos ficaram como estão agora (...). De volta, retomaram os negros o padrão antigo de comportamento, o respeito aos ex-senhores, a consulta, os pedidos de licença até para casamento (...). Dêse comportamento respeitoso, que hoje, segundo ela, é muito raro, dá minha avó dois exemplos: 1) Encontrando uma negra velhíssima que não via há tempo, deu-lhe minha tia tratamento de dona; ao que a velha replicou imediatamente: "Que é isso, sinhá? Dona não. Dêste estôfo (e batia no peito) não sai dona, não!" 2) Mãe e filha que trabalharam algum tempo em casa de minha avó, vão lá visitar de vez em quando; a mãe não foi cria da família e sim da de um dos primos longe, mas serviu como cozinheira em casa algum tempo. A filha, sem a menor cerimônia, entra, senta-se, conversa; a mãe não se senta, "não acha geito de se sentar na frente do patrão"; só à fôrça de muita insistência da parte de minha avó e da filha (esta um pouco impaciente. "Sente, minha mãe!) é que por fim ela senta, na beirinha da cadeira" (144). Da mesma forma, a "mística da branquidade" e o tabu da côr continuam a pesar na sociedade. As referências à côr da pele precisavam ser feitas ocultamente ou sob ficções aceitas socialmente. De acôrdo com os materiais recolhidos, a preocupação de ostentar antepassados ou ancestrais "puros de mestiçagem" e a disposição dos mulatos claros de passar por brancos, especialmente os que faziam parte de famílias brancas, não diminuíram de intensidade. Em alguns círculos, onde a mistura com o negro ou com o mulato não se processara, ou permanecia ignorada, mantinha-se a velha norma: "Quem escapa de branco, é negro", devendo ser tratado como tal. E nas conversações, em todos os níveis sociais, evitava-se o termo negro, como ainda hoje se pratica correntemente. Com referência aos mulatos claros, o receio das susceptibilidades conduzia à evitação de qualquer "indireta" à côr; quando se tratava de mulatos escuros ou pretos, as alusões à côr precisavam ser encobertas por meio de palavras como "moreno", "morena", "um brasileiro assim", etc.. Prevalencia a antiga noção de que o termo seria injurioso e que ofenderia, por conseguinte, a pessoa a quem se aplicasse. Alguns "ditos" davam expressão a êsse sentimento: "Coitado, êle não tem culpa de ser negro"; "Êle é negro, mas tem alma de branco"; "É negro, mas é melhor do que muito branco"; ou "Sou negro, mas não é da sua conta"; "Sou negro, mas não devo nada a ninguém"; "A alma não tem côr"; "Sou negro, mas direito", etc.. Nas camadas populares, a côr retinha o significado de uma desgraça contagiante, como certas doenças cujos nomes não devem ser mencionados.

As condições culturais e estruturais em que ocorriam no passado escravocrata as manifestações do preconceito de côr não foram, por-

(144) Parte do material recolhido pela pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz.



tanto, alteradas profundamente. É verdade que a simples integração a uma parentela tradicional ou a um círculo social exclusivista já não garantiria, como anteriormente, elevação de posição social e de prestígio. A família patriarcal entrara em desintegração, concomitantemente com a ordem senhoreal, perdendo a sua função classificadora e a sua importância política. Talvez por isso mesmo, o problema da cor se tornou mais grave para os componentes das famílias tradicionais paulistanas. Uma orientação demasiado democrática na aceitação de indivíduos de cor, quer através do casamento, quer como habitués das reuniões sociais familiares, poderia ser interpretada como sinal de decadência. Daí a firmeza com que se mantiveram, nos momentos de crise econômica, política e social, atitudes de rejeição que não possuíam mais, com a desagregação simultânea da ordem senhoreal e da família patriarcal, nem o significado nem a função sociais anteriores. No plano das relações raciais, porém, os efeitos eram os mesmos; elas impediam ou restringiam o acesso do negro e do mulato, este em menor escala, às posições e às prerrogativas sociais desfrutadas pelos brancos dos grupos dominantes. Reduziam ao mínimo as possibilidades de intercasamento e neutralizavam ao máximo a atuação dos novos canais de ascensão social dos mestiços e dos negros. Tomamos conhecimento de vários casos dramáticos, cujos desfechos poderiam ter sido diferentes, se o preconceito de cor se manifestasse de forma mais atenuada. Assim, a proscricção da filha que casasse com pessoa de cor contra a vontade dos pais, chegava às vezes a tornar-se definitiva. Relataram-nos, por exemplo, que uma senhora não alcançou o "perdão" e a "bênção" de sua mãe no próprio leito de morte desta. Ao pranto e ao desespero da filha, a anciã correspondeu voltando-lhe o rosto, suprema manifestação de desprezo que lhe estava ao alcance. Sabe-se também que as consequências de preconceito de cor não eram menos funestas para os membros da população de cor. Em 1898, por exemplo, um operário negro suicidou-se porque a polícia se recusara a tomar providências, visando a compelir um sedutor a casar-se com a filha daquele, "só porque ela era negra e ele branco!" Acrescenta a notícia: "Benedito Fumaça, desgostoso de morar nesta terra, onde os pretos não têm garantia, apesar de serem homens honrados, não podendo suportar esta vida, vendo sua filha prostituída por não achar justiça nesta terra, resolveu suicidar-se" (145). A oposição ao intercasamento não se confinava, como se poderia pensar, à camada social dominante. Com maior ou menor intensidade, ela era posta em prática em todas as camadas sociais. Por sua vez, os graus de aceitação do negro e do mulato do convívio social variavam sensivelmente, de acordo com a tonalidade da pele daqueles e com a posição social dos brancos com

(145) *A Redempção*, 13-5-1898, pág. 2.



que entrassem em relações. Os mulatos mais claros encontravam menor resistência, principalmente se estivessem em boa situação econômica ou pertencessem a uma família importante, inclusive nas camadas mais altas; os mulatos mais escuros e os negros sofriam, ao contrário, mais intensamente as restrições associadas à cor, inclusive nas relações com pessoas de classes médias ou da camada trabalhadora (146). Veremos, no próximo capítulo, os comportamentos que persistiram até nossos dias.

As mesmas condições culturais e estruturais favoreceram a perpetuação de medidas discriminatórias, principalmente de natureza econômica, política e social. Com isso, não pretendemos insinuar que os brancos desenvolveram um esforço deliberado e obstinado para afastar os negros e os mestiços das probabilidades de atuação social que desfrutavam com uma quase exclusividade. Mas queremos chamar a atenção do leitor para o fato essencial: a igualdade jurídica não garantia aos negros e mestiços uma participação integral de todos os direitos sociais, em particular não podia ter nenhum efeito com referência àqueles que eram assegurados aos brancos acima do próprio sistema jurídico, através da situação econômica e da posição social. Subsistia, portanto, uma desigualdade fundamental e irreduzível, que facilitava e solicitava a preservação da antiga representação da personalidade-status do negro, elaborada pelos brancos, e da autoconcepção de status e papéis, desenvolvida anteriormente pelos negros e mestiços. Em consequência, os ajustamentos que tendiam a eliminar o negro e o mestiço das oportunidades econômicas, das regalias políticas e das garantias sociais usufruídas pelos brancos (e freqüentemente também pelos mulatos claros), se processavam espontaneamente. Os resultados de nossas entrevistas com personalidades de cor, que viveram nesse período de transição, mostram que "a falta de preparo", "a timidez" e "o medo" fizeram que os negros e os mestiços "não ambicionassem" ocupar cargos e posições encarados como apanágio da gente branca e com que desistissem de pretender participar ativamente de sua influência política ou de sua vida social. Enfim, aceitavam as circunstâncias, "ficando em seu lugar". Os incon-

---

(146) A exposição acima baseia-se em dados recolhidos pelos autores. Foram também tomados em consideração os dados fornecidos pelas seguintes fontes: Roger Bastide, *Introdução ao Estudo de Alguns Complexos Afro-Brasileiros*, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano VIII - Vol. XC, São Paulo, 1943, pgs. 7-54; Samuel H. Lowrie, *O Elemento Negro na População de São Paulo*, op. cit., pgs. 28-32; E. Willems, *Races. Attitudes in Brazil*, in *The American Journal of Sociology* - Vol. LIV, n.º 5, 1949, pgs. 402-408. Haddock Lobo e Irene Aloisi, *O Negro na Vida Social Brasileira*, S. E. Panorama Ltda., São Paulo, 1941, esp. pág. 80 e sets.; Oracy Nogueira, *Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Cor*, in *Sociologia*, Vol. IV, N.º 4, São Paulo, 1942, pgs. 328-358; Fernando Goes, *Variações Sobre o Negro*, in *Seiva*, I, 4, 1939; Coriolano Roberto Alves, *O Reajustamento Etnico-Social do Negro e do Mestiço no Após-Guerra*, separata dos Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo, vol. IX, N.º 3-4, 1944, pgs. 237-246.



formistas, que rompiam esse padrão dominante de ajustamento inter-racial, sofriam decepções e em geral "falhavam", pois dificilmente veriam correspondidas as suas expectativas. É que os brancos não os "aceitavam" e entendiam que alimentavam "pretensões" descabidas. As aspirações à melhoria de situação econômica ou de posição social só eram reconhecidas por eles excepcionalmente ou quando a iniciativa partisse deles próprios. Muitos pensavam que os negros e os mestiços seriam "incapazes" de desempenhar papéis sociais não compreendidos na representação social da personalidade-status do negro e alguns achavam incrível que se "pagasse" o negro para fazer qualquer espécie de serviço. As exceções se faziam, entretanto, em dois sentidos: para os chamados "crias da família", isto é, negros e mestiços ligados a pessoas brancas por liames criados na extinta ordem senhoreal, os quais obtinham, por intermédio da proteção daquelas pessoas, empregos no funcionalismo (quase sempre cargos subalternos e mal remunerados) ou facilidades na concretização de suas ambições<sup>(147)</sup>, e para os "negros de fibra", os "negros de caráter", aqueles que podiam ser apontados como "diabo de negro inteligente, êsse!" ou como "negro de confiança", todos eles, em geral, personalidades que demonstrassem excepcional capacidade de trabalho, de dedicação aos interesses do patrão e de autorealização. Isto significa, naturalmente, que as possibilidades de ascensão social do negro e do mestiço, como no passado, estavam sujeitas à habilidade de identificação com o branco, revelada de forma concreta e contínua. Contudo, não só deviam ser capazes de corresponder às expectativas de que agiriam "como branco", pelo menos com referência a determinados papéis sociais; fazia-se também mister que essa capacidade fôsse aceita, reconhecida e legitimada pelos brancos (ou, de fato: por alguns brancos). Daí surgirem "graves injustiças"<sup>(148)</sup>, que muito contribuíram para desenvolver nos negros e nos mestiços um forte sentimento de inferioridade e o medo da competição com os brancos. Aliás, essas "injustiças" persistem, embora se tenham atenuado, como veremos no

(147) Os informantes esclareceram que a situação dos negros vindos do "eito" não era a mesma que a dos negros do "sobrado". A carreira daqueles era mais difícil ou espinhosa que a destes (cf. acima, capítulo I, nota 133).

(148) Na imprensa, são registradas as ocorrências de algumas delas; sob o tópico: "matar preto, não é crime", *A Redenção* (29-8-1897), acusa a polícia de não prender o assassino de Pedro Clemente, por se pensar "não ser crime matar-se os pretos..." No mesmo jornal, acusa-se a não aceitação de alunos negros nas escolas-modelo e a rejeição de orfãos negros em um seminário da capital (cf. *A Redenção*, 13-5-1897). Em outros números, faz uma campanha contra os que continuavam a explorar o trabalho dos ingênuos e contra os que desrespeitavam os negros, como um delegado de Itu, que se divertia "em prender pobres negras, unicamente por andarem bem vestidas e penteadas, para na cadeia rasparem a cabeça dessas infelizes que ainda apanhavam bolos". Personalidades entrevistadas relataram-nos diversos casos de rejeição, que tiveram sérias repercussões na vida psíquica das vítimas, conduzindo-as ao isolamento, ao desequilíbrio ou ao desespero. Segundo Roger Bastide, a tendência ao suicídio, entre os negros e os mestiços no período considerado, se explica pelos desajustamentos sociais e pelo drama interior; cf. *Os Suicídios em São Paulo, Segundo a Cbr*, in *Boletim CXXI*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, s. d., pgs. 1-49.



próximo capítulo, e não faltou quem as incriminasse entre os brancos, no momento mesmo em que se esperava que elas desapareceria prontamente: "Depois da lei de 13 de Maio, julgávamos que os pobres pretos podiam sossegar, constituir família, adquirir bens, e colaborar para a riqueza da nossa pátria. Enganávamo-nos redondamente" (149).

Depois de uma discussão tão extensa, podemos voltar ao nosso tema central (cf. acima, pág. 84). Os padrões de ajustamento inter-racial, elaborados através do significado que a cor e as diferenças raciais adquiriram sob o regime servil, conseguiram resistir: 1.º) sincronicamente, às transformações internas que se operaram no seio da ordem social escravocrata e senhoreal; 2.º) diacrônicamente, à desintegração e à dissolução final dessa ordem social. De fato, como supúnhamos, as transformações ocorridas na estrutura social da sociedade paulistana, significativas do ponto de vista das relações raciais, exerceram influências modificadoras sobre as expectativas e os padrões de comportamento polarizados em torno da raça e da cor da pele. Todavia, aquelas transformações não foram suficientemente profundas para desorganizar o sistema de relações raciais, que se elaborara como conexão social da escravidão e da dominação senhoreal. Elas só produziram alterações consistentes com o significado e com a função sociais que a cor acabou possuindo na ordem social escravocrata e senhoreal. Não determinaram, pelo menos em algum sentido reconhecível interpretativamente, qualquer espécie de modificação que envolvesse a eliminação da cor como símbolo de posição social e como ponto de referência exterior na emergência de expectativas de comportamento ou nas presunções de direitos e deveres recíprocos em relações sociais. Nota-se que, por causa disso, enquanto se restringiu relativamente a esfera de situações em que se aplicavam contra o negro medidas discriminatórias, permaneceu inalterável o padrão básico através do qual o preconceito de cor se tem manifestado na sociedade paulistana.

De acordo com a teoria sociológica segundo a qual os fatores sociais podem modificar-se concomitantemente, sob a influência dos mesmos processos sociais, com intensidade variável, deveríamos admitir que, em São Paulo, o sistema de relações raciais não se transformou tão rapidamente quanto o sistema total e inclusivo de relações sociais. Depois do esfacelamento da ordem social escravocrata e senhoreal, continuaram a ter plena vigência normas sociais e tipos de controle das relações sociais, aplicáveis a situações de contacto entre brancos, negros e mestiços, que só tinham sentido naquela ordem social. É que, como vimos, as condições estruturais que suportavam a correspondência ou o paralelismo entre o "nível social" e a "cor"

---

(149) Tópico de Antônio Bento, in *A Redenção*, 13-5-1897.



não foram destruídas, com a transição para a nova ordem social capitalista. Em outras palavras, as mudanças que se operaram não produziram a assimilação dos negros e dos mestiços, coletivamente, ao novo regime de classes sociais em emergência. As diferenças de posição social e de padrão de vida não perderam, por conseguinte, a função de servir como fundamento material e como fonte de justificação ou de disfarce às manifestações do preconceito de côr.

Essas inferências são da maior importância para a compreensão e para a explicação da presente situação de contacto inter-racial em São Paulo. O leitor verá, nos capítulos seguintes<sup>(150)</sup>, que algumas descrições, relativas ao passado, são igualmente significativas na atualidade. Várias restrições associadas à côr se perpetuaram, criando zonas de fricção ou motivos de desapontamento nas relações dos negros e dos mulatos com os brancos. Certas tendências de modificação do sistema de relações raciais se esboçam ou já começam a fazer sentir os seus efeitos. Cumpre ao sociólogo interpretar êsses fenômenos, procurando esclarecê-los à luz das situações histórico-sociais herdadas e dos processos sociais que se formaram no seio delas, mas operam como fatores de mudança social.

Quanto à herança do passado, os resultados de nossas pesquisas indicam que a representação social da personalidade-status do negro, elaborada pelos brancos, não encontrou até o presente condições que determinassem a sua transformação em sentido radical. Compreende-se que ela só poderá transformar-se radicalmente sob a pressão dos fatos. Sem que a posição social dos negros e dos mulatos se modifique radicalmente, em escala coletiva, é pouco provável que o êxito alcançado na competição com os brancos por algumas personalidades de côr produza repercussões tão profundas em atitudes arraigadas em expectativas de comportamento tradicionais. Daí resulta uma espécie de antinomia social, que prejudica os interesses e as aspirações das pessoas de côr e reduz inevitavelmente o intercâmbio dos negros e dos mulatos entre si e com os brancos. É que a vigência da antiga representação da personalidade-status do negro dificulta (e às vezes impede) o acesso daquelas pessoas a status e papéis sociais que poderiam acelerar a ascensão econômica e social dos negros e dos mestiços. Assim, cria-se um círculo vicioso: a modificação das atitudes dos brancos sobre os negros e os mestiços depende da alteração da posição social destes; de outro lado, porém, a perpetuação de atitudes desfavoráveis aos negros e aos mestiços tende a limitar o acesso deles,

---

(150) Isso nos dispensa, naturalmente, de expor aqui os dados recolhidos, de cujo exame surgiram as inferências apresentadas. O leitor encontrará nos dois capítulos seguintes os elementos que permitirão fundamentar empíricamente a análise desenvolvida nesta e nas páginas que encerram o presente capítulo. Em algumas passagens, vimo-nos forçados a lançar mão de dados significativos, que não obstante são expostos e interpretados adiante, nos capítulos III e IV.



pelo menos em condições de igualdade com os brancos, às probabilidades de atuação social asseguradas pelo regime de classes em cada um de seus níveis sociais.

Em suma, quanto a esse aspecto, deveríamos convir que na herança do passado estão compreendidas tendências que atuam como forças de conservantismo cultural e social. Todavia, seria o caso de perguntar se não se transmitiram também tendências que podem operar, nas circunstâncias presentes, como fatores de desagregação do atual sistema de relações raciais. Presumimos que a análise desenvolvida acima, a respeito da constituição e da dissolução da ordem social escravocrata e senhoreal, deixou patente uma coisa: a tendência típica de configuração morfológica da sociedade paulistana sempre se orientou no sentido de fazer prevalecer os princípios de integração estrutural sobre as diferenças raciais, étnicas e culturais. Por isso, a escravidão e a dominação senhoreal deram origem a um regime misto de castas e estamentos, em que os níveis sociais prevaleceram sobre as linhas de cor. Estas existiram, mas como consequência daqueles, ou seja, como produto natural da posição ocupada pelos representantes das "raças" em contacto no sistema de relações econômicas. Embora o branco não fôsse redutível à condição de escravo, as castas e os estamentos possuíam certa permeabilidade, o que permitia a elevação de escravos à condição de homens livres e o acesso de mestiços à camada senhoreal. Ora, se essa tendência de integração estrutural se perpetuasse, nas condições de existência social proporcionadas pelo regime de trabalho livre e de dominação capitalista em uma sociedade de classes, é óbvio que a antiga correlação entre a cor e a posição social perderia ao mesmo tempo o seu significado e o seu ponto de apoio estrutural. Em outras palavras, ela passaria a atuar como um processo de integração dos negros e dos mulatos às classes sociais (função correspondente à que preencheria no passado, incorporando-os às castas e estamentos sociais), produzindo efeitos que repercutiriam diretamente na própria constituição do sistema de relações raciais.

Parece fora de dúvida que a referida tendência de integração estrutural continua a manifestar-se como uma força social construtiva. Os resultados de um inquérito sociológico, levado a efeito em São Paulo, comprovam que "a classe social aparece como um fator de integração mais forte do que a influência segregadora das diferenças raciais" (151). Doutro lado, é patente que a identificação que se estabeleceu no passado entre a dominação senhoreal e a dominação de um grupo de "raças" sobre outro tende a desaparecer na nova ordem social, que se elabora em conexão com o desenvolvi-

(151) E. Willems, *Race, Attitudes in Brazil*, op. cit. pág. 407.



mento de São Paulo como uma sociedade de classes. Em consequência, estão ocorrendo três fenômenos paralelos na esfera das acomodações raciais: 1.º) os padrões de comportamento e as ações sociais deixam de objetivar-se, progressivamente, como valores característicos do nível de vida e da capacidade de poder de um setor da população, dos brancos; 2.º) os controles sociais que se aplicavam discriminadamente nas relações entre negros e brancos tendem a desaparecer ou a ser substituídos por controles sociais conformados aos padrões de comportamento vigentes no seio de cada classe social e às normas de relação categórica e impessoal, criadas pelo desenvolvimento da economia urbana; 3.º) a assimilação dos negros e dos mulatos às classes sociais está favorecendo a emergência de atitudes e de movimentos de inconformismo contra as manifestações do preconceito de cor e da discriminação econômica ou social com base na cor, os quais sublinham a tendência dos indivíduos de cor a modificarem a representação que mantinham da personalidade-status do branco e da própria autoconcepção de status e papéis, em um sentido nivelador e igualitário.

Todavia, convém salientar que não se pode inferir, tendo em vista a tendência de integração estrutural apontada, que o preconceito de cor e as medidas de discriminação baseadas na cor sejam completamente eliminados no futuro. O que se evidencia é que se está constituindo uma nova constelação das relações raciais, na qual a integração social não sofrerá, provavelmente, uma influência tão intensa de determinações sócio-culturais ligadas com as diferenças raciais e com as gradações da cor da pele, como ocorreu no passado. E não se deve excluir a hipótese sugerida pela própria dinâmica das relações sociais em uma sociedade de classes: a desigualdade econômica e de nível de vida entre as camadas sociais poderá oferecer novos pontos de referência para a reelaboração do significado da cor e das diferenças raciais como símbolos sociais. As "tendências emergentes", como gostaríamos de chamá-las, já apresentam algumas facetas relativamente nítidas. Assim, nota-se que a esfera mais afetada pelas transformações recentes é antes a da discriminação econômica e social, com base na cor, que a do preconceito de cor propriamente dito. As condições de existência social em uma sociedade em secularização e em urbanização, como a cidade de São Paulo, favorecem sensivelmente esse processo, que confere aos "brancos" o direito de aceitar os "negros" e os "mulatos" como colegas, no serviço ou nas escolas; como clientes, nas lojas, escritórios ou consultórios; como companheiros, nos partidos ou nos movimentos políticos; como convivas, em reuniões formais ou em banquetes, sem modificar suas avaliações etnocêntricas sobre os negros e, sobretudo, sem levá-los assiduamente



à sua intimidade. Em outras palavras, é preciso distinguir a aceitação que se dá no plano das relações categóricas e formais, que dependem em grau maior ou menor da convergência de interesses sociais, das relações com fundamento na correspondência afetiva e na simpatia. Forma-se entre os brancos a opinião de que as questões desta natureza são de "fôro íntimo" e de que qualquer pessoa tem plena liberdade de proceder como julgar melhor no "recesso do lar". Numa entrevista com um motorista branco, colhemos declarações que permitem esclarecer o contraste que se estabelece, em determinadas situações, entre as atitudes exteriorizadas e os sentimentos reais dos que aparentam aceitar os "pretos" sem restrições: "Eu não gosto deles. A gente precisa aceitá-los. Se não dizem que a gente é orgulhoso. Mas não gosto deles. O que se vai fazer? A gente precisa viver de acôrdo com os costumes do país. Aqui o nosso costume é êsse. Eu não posso destoar dos outros. Acham que a gente deve aceitar os pretos; eu aceito. Mas sei que êles não valem nada". Semelhantes orientações são reforçadas por outros fatôres. Um diz respeito ao padrão de composição das classes sociais; outro, à heterogeneidade étnica de São Paulo. É sabido que os negros e os mulatos não contam senão com escassos representantes nas camadas "ricas" da população da cidade, e que os brancos descendentes das famílias tradicionais, em sua maioria distribuídos pelas classes médias e superiores, são os que mantêm com maior zêlo atitudes e avaliações desfavoráveis aos negros. Os imigrantes e os seus descendentes (êstes com menor intensidade), fazem com freqüência restrições que atingem mesmo os brasileiros considerados como "brancos". Embora não exista consenso neste assunto, prevalece entre êles a disposição de evitar, na medida do possível, intimidades com as pessoas de côr.

Em segundo lugar, é notável a permeabilidade dos indivíduos de côr, que conseguem "subir", aos valores e às conveniências sociais das camadas às quais passem a pertencer. É comum encontrar-se entre êles pessoas que "têm vergonha de ser negro", por causa dos costumes dos negros e mulatos pobres. Alguns chegam a extremos, na evitação social de "conhecidos" e "amigos" da mesma côr e inclusive na sua avaliação. Uma senhora mulata, que pertence à classe média de côr, disse-nos sem reбуços: "A polícia devia fazer uma limpeza na sociedade negra. Devia livrá-la dos maus elementos. Prender todos êles e mandá-los para trabalhar no interior". Por maus elementos, entendia tanto os criminosos, quanto os que se vêem compelidos a viver sob um baixo padrão de vida. Um senhor negro informou-nos porque evita relações com antigos amigos de côr: é que formam rodas em botequins ou são "mal vistos". Para demonstrar que é "pessoa de educação e bem colocada", afasta-se deles; não pretende,



porém, "magoá-los". Cumprimenta-os, troca rapidamente algumas palavras com eles, e trata de "dar o fora". Alguns criticam, dizendo que "eu sou cheio de história. Mas nunca fui de muita conversa". Atitudes como essas, e nós descreveremos outras semelhantes no próximo capítulo, não são singulares na classe média de côr. Ao contrário, repetem-se com certa frequência. E o interessante é que são partilhadas por pessoas vivamente empenhadas na luta contra o preconceito de côr e solidárias com os movimentos pela "elevação moral e social" do "negro". Em conjunto, portanto, podemos admitir, com referência às "tendências emergentes" em questão: a) é possível que o preconceito de côr encontre na sociedade de classes condições estruturais favoráveis à sua perpetuação; b) é provável que se desenvolvam, na população negra e mestiça, preconceitos de classe, aplicáveis nas relações dos indivíduos de côr entre si.



# MANIFESTAÇÕES DO PRECONCEITO DE CÔR (\*)

## MANIFESTAÇÕES LARVAIS

A industrialização, a urbanização da cidade de São Paulo, o afluxo de imigrantes, o aparecimento de classes sociais bem estratificadas, deixando, porém, subsistir subterraneamente, como num edifício em consêrto, partes inteiras da antiga sociedade tradicional, não podem deixar de ter consequências nas manifestações externas, evidentes ou larvais, do preconceito de côr. Mas a heterogeneidade é tal que já não se sabe como nem onde discerni-las, sob seus múltiplos disfarces. Isso explica as respostas contraditórias a que chegou o nosso inquérito entre brancos e negros: uns negam, outros afirmam a existência do preconceito. Se os brancos fossem os únicos a negá-lo, poder-se-ia pensar numa auto-justificação: "o preconceito de côr, diz o jornal "A Voz da Raça", sòmente nós, negros, podemos senti-lo". Entretanto, muitos negros, sobretudo das classes baixas, dão respostas exatamente iguais às dos brancos nesse capítulo. A situação complica-se quando se analisam as respostas tanto dos que afirmam como dos que negam. O negro que nega o preconceito reconhece a existência de certas barreiras a suas atividades; sobretudo, como dizia um chefe de côr: "O negro que não vê o preconceito é o que ainda não conhece o valor da sua personalidade; não pode sentir-se ferido uma vez que ainda não chegou ao senso da dignidade humana". Por sua vez, os que tentam apresentar exemplos de preconceitos em geral dão apenas ilustrações do preconceito de classe, não de côr. É que não há no Brasil, como nos Estados Unidos, uma pressão maciça de um grupo sôbre outro; os estereótipos variam conforme os setores da sociedade; as relações humanas atomizam-se numa poeira de relações inter-individuais; as atitudes raciais variam conforme as famílias ou as pessoas. Entretanto, por trás desse caos aparente, é possível descobrir certas leis.

"Nós, brasileiros, dizia-nos um branco, temos o preconceito de não ter preconceito. E êsse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social". Muitas respostas nega-

---

(\*) Este capítulo foi redigido por Roger Bastide.



tivas explicam-se por êsse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. Contudo, uma vez posto de lado êsse tipo de resposta, que não passa de uma ideologia, a mascarar os fatos, é possível descobrir a direção em que age o preconceito.

É verdade que êsse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentarmos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de viver com os negros, e mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreenderemos melhor que o preconceito não se exprima abertamente, mas de um modo mais subtil ou encoberto. Os estereótipos recalcados agem nas fronteiras indecisas do inconsciente, menos por construções sociais, um ritual institucionalizado, do que por repulsões instintivas, tabus pessoais. O negro, aliás, é eleitor, e os partidos políticos disputam os seus votos como os dos brancos. A opinião pública é sensível ao bom nome do Brasil, a tudo o que poderia prejudicar a sua tradição de democracia racial. As reações da imprensa de São Paulo contra anúncios de jornais tais como: "Procura-se uma cozinheira branca. Inútil apresentar-se se fôr preta" — ou contra a queixa dos comerciantes da rua Direita a propósito da afluência dos pretos naquela artéria — ou ainda contra a recusa, pelo Hotel Esplanada, de receber Katherine Dunham, são testemunhos disso. De modo que o crime de que mais amargamente se queixam os pretos é o que se poderia chamar de "pecado de omissão", a falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de côr na sociedade, por um auxílio econômico e medidas educativas apropriadas, quando ha tantas leis a favor dos imigrantes. O branco cumprimenta o negro, abraça-o, manifesta-lhe amizade, mas deixa-o mergulhar nas camadas mais baixas da sociedade, sem estender-lhe, no seu orgulho étnico, uma mão caridosa para favorecer-lhe a ascensão.

É sempre mais fácil descrever manifestações aparentes. Ora, o Brasil, nas suas constituições, leis, imprensa, proclama altamente a sua repulsão a todo e qualquer ataque à dignidade do homem negro. É mais difícil descobrir o que pode estar oculto sob a indiferença, as omissões ou as faltas. Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamentos, mas à da ausência de comportamentos.

## A FAMÍLIA TRADICIONAL

Se S. Paulo é uma cidade heterogênea, em plena transformação, e se o preconceito varia conforme os grupos sociais, devemos começar por estudar as velhas famílias tradicionais, as que conheceram



a escravatura e dela viveram, algumas arruinadas pela abolição do trabalho servil, outras ainda ricas, porque souberam encontrar na industrialização novas oportunidades, mas tendo conservado, todas elas, o orgulho das suas origens, e sustentando ciosamente, na medida do possível, contra os descendentes de imigrantes, os seus antigos valores. Elas mantêm, sôbre o negro, as antigas ideologias do tempo da escravatura, de uma época em que os escravos trabalhavam duro nos campos, mas em que as criadas de côr eram integradas à vida da família, de certo modo como parentes pobres, e em que finalmente o branco distinguia, na massa cativa, certos elementos mais inteligentes, e ajudava-os, com sua poderosa influência, a subir na escala social, aos postos de funcionários, à carreira de advogado, jornalista, espécie de clientela de côr a gravitar em tórno do patrão branco.

Essas famílias tradicionais não aceitam "o novo negro", que se veste "à americana", ousado e empreendedor, que, numa palavra, "não sabe ficar no seu lugar". Que, filho de empregada, senta-se numa poltrona em vez de ficar respeitosa em pé. Que recusa um convite para almoçar se fôr servido na copa em vez de na sala de jantar. E como essas famílias não compreendem que a urbanização é responsável por êsse novo tipo de negro, acusa a demagogia do partido trabalhista ou a ditadura de Getúlio Vargas:

! "Os negros de hoje não conhecem mais o seu lugar. São mal educados, atrevidos, e até grosseiros. A minha antiga cozinheira, Anisia, saiu fazendo uma porção de sujeiras, dizendo que o negro é melhor que o branco, que o negro sabe criar os filhos, que o negro não é vadio... Quanto a Alvina, era uma mulata educada, parecia fina, mas tinha um certo "azedume" devido à sua côr. Quando entrou aqui, disse-me que tinha saído da casa de outra patroa porque era muito orgulhosa, não considerava os negros como gente, não queria que o filho da empregada entrasse na casa para ver a mãe. Tinha de ficar na porta de entrada. Eu lhe disse então que ela podia receber o filho no quarto, dar-lhe café e mesmo almôço de vez em quando. Sabe o que aconteceu? Um dia eu descí para verificar uma trouxa de roupa e vi o mulatinho de Alvina refestelado na poltrona da sala de jantar, lendo revistas, com os pés na mesa... Quando eu disse a Alvina que podia receber o filho no quarto mas não na sala de visitas, ela ficou furiosa: os brancos são todos iguais, para êles os negros não são gente! No entanto, um professor ocupa sua cadeira, uma enfermeira cuida do gabinete do seu médico. Cada macaco no seu galho. Mas os negros, quando são bem tratados, pensam que são iguais a nós, que podem fazer o que querem. Também tive uma negra com uma voz de homem... completamente impossí-



vel. Ela não trabalha mal, mas passava o tempo em namoricos e dizia sempre: o meu negro vale mais que qualquer branco!" (2)

Entretanto, se o negro quiser respeitar a antiga etiqueta da polidez e conservar uma posição subordinada, é considerado membro da família, é tratado com bondade. Os seus filhos assistem às festas de aniversário dos meninos brancos e brincam com eles. Se forem inteligentes, os patrões lhes pagam os estudos, ensinam-lhes um ofício. O branco tudo faz para não os ferir; quando as senhoras se visitam se a conversa girar em torno de negros, tôdas baixam a voz, fecham as portas. Em geral, aliás, evita-se o assunto. Há uma espécie de "tabu da côr" que se aprende desde a infância; desenvolve-se na criança um duplo mecanismo de comportamento, paternalista com relação aos negros, igualitário com relação aos brancos, pelo menos aos brancos da mesma classe.

O preconceito de côr apresenta-se, pois, diluído nesse sentimentalismo. Aparece na ausência de um sistema de reciprocidade nas relações entre brancos e negros. O negro é tratado afetuosamente, mas basta que um estranho chegue na casa para que logo surja outro tom entre o patrão e o visitante. Se um homem de côr acompanhar um branco a um bar e o assunto girar em torno do negro, atacar-se-ão os seus defeitos, "bêbados, mal educados, grosseiros", mas para abrir uma exceção ao que está com os brancos: "O senhor é um preto de alma branca". "O senhor não é como os outros". Os velhos empregados aceitam passivamente essa posição subordinada, estão fielmente ligados aos patrões, que os ajudam na necessidade e cuidam dos seus filhos. Porém os jovens se ressentem dessa falta de reciprocidade. A amizade de que são objeto sublinha para eles a distância social, em vez de fazê-la desaparecer. Conhecemos alguns que fugiram, que preferiram a miséria a êsse paternalismo condescendente.

"Fui criado por uma família de brancos, que pertencia a um tronco tradicional de 300 anos. Sempre fui muito bem tratado quando não havia estranhos. Mas quando os havia, todas as atitudes mudavam. Os contactos eram simpáticos na casa. Fora da casa tornavam-se categóricos. Aqui está um exemplo que ainda me doi: convidei para ser madrinha da minha formatura do colégio uma das meninas da casa, a que me considerava como um meio-irmão. Ela aceitou o convite. Foi à festa e tudo correu bem até o baile. Mas chegado o momento em que os diplomados deviam dançar a valsa com suas madrinhas, ela me mandou um bilhete desculpando-se por estar doente... No dia seguinte eu soube que ela havia passado a noite jogando pife-pafe.

(2) Entrevista com uma velha família tradicional, originária de Minas, domiciliada em São Paulo.



... Nessas festas, em que a eleição era rigorosa, os meus colegas haviam-me nomeado diretor dos festejos e das caravanas do grupo, porque assim, nos bailes, sessões literárias, teatro, pique-niques, eu estava sempre ocupado em organizar, e não em me divertir; e, nas caravanas, de alojar os colegas... Entretanto acontecia às vezes que o meu trabalho terminava antes do fim da festa. Então os colegas me enviavam algumas meninas, entre as que eu conhecia melhor, em comissão, para que eu escolhesse uma para dançar. Eu achava aquilo deprimente e ridículo. Eu era o cavalheiro, tinha o direito de escolher. Desculpava-me dizendo que não sabia dançar. Então seis dos meus melhores colegas, compreendendo a situação dolorosa em que me encontrava, isolado no meio da alegria que eu havia organizado, deixavam o baile e vinham fazer-me companhia. Sentávamo-nos a uma mesa e bebíamos até mais não poder".<sup>(3)</sup>

Assim, a família tradicional conservou seus antigos valores, essa mistura de bondade e de superioridade racial, que já não se pode adaptar à situação nova, criada pela metrópole industrial. A jovem geração afirmará a existência do preconceito. Somente a velha o negará. Contudo não podíamos contentar-nos com essas afirmações negativas das domésticas integradas nas famílias dos patrões. Tentamos, com o auxílio de técnicas psicanalíticas, mostrar, até nesses conformados, a presença de um ressentimento recalcado que só se revela na filigrana das imagens noturnas. Um exemplo bastará para mostrar o aparecimento, no sonho, da oposição da doméstica de cor ao meio branco:

"Uma colega de grupo escolar tomou um tonel de salmoura e despejou-o sobre Gisela (uma branca) porque ela era "puro sangue". A filha da patroa perguntou: mas onde está Gisela? A minha colega respondeu-lhe: veja, é um monte de sangue".

## O GRUPO DOS IMIGRANTES

No outro extremo da escala, temos o recém-chegado, estrangeiro ou filho de estrangeiros. Há quem atribua o nascimento ou a exasperação das idéias racistas, na sociedade paulista, sobretudo os brancos nacionais e os mulatos claros, ao estrangeiro. Mas o preto retinto em geral repele essa insinuação; para êle, o imigrante chega ao Brasil sem preconceito; é aqui que o aprende, através das velhas famílias tradicionais. Assimilar o preconceito é, para êle, um meio de se elevar na sociedade. A questão, contudo, não é tão simples. Pode muito bem ser que se trate de um processo de auto-justificação

(3) Biografia de J.



do negro. Este afirma que o preconceito é de origem econômica, que provém da escravatura, não da cor, e a prova, diz ele, é que o estrangeiro recém-chegado, que não conheceu o servilismo, nos considera seu igual. Devemos pois estudar o problema por nossa conta, baseando-nos em provas.

Em primeiro lugar, o grupo estrangeiro é dos mais heterogêneos. Latinos, eslavos germânicos, anglo-saxões, sirio-libaneses, japoneses, cruzam-se pelas ruas de S. Paulo. É preciso examinar o comportamento desses diversos grupos, tão diferentes pela origem e pelas tradições. Mas não devemos fazer o inquérito entre os homens de cor; as suas opiniões são contraditórias; por exemplo, alguns afirmam que os italianos são os que têm mais forte preconceito contra os negros enquanto outros afirmam o contrário: tudo depende com efeito das experiências pessoais.

Foi, portanto, dentro dos grupos de imigrantes, que fizemos o nosso inquérito. E como carecíamos de tempo para examiná-los todos com vagar, escolhemos os grupos português e italiano, considerados em geral como os mais favoráveis ao negro, e o grupo sírio, considerado um dos mais desfavoráveis.

## O GRUPO SÍRIO

Antes de 1914 havia poucos negros africanos na Síria e no Líbano. Apenas alguns funcionários que tinham vivido no Egito ou no Sudão tinham alguns pretos como criados. Foi somente com a ocupação francesa (1918-1944) e a presença dos soldados senegaleses que os sírios e libaneses se familiarizaram com os homens de cor. Mas justamente por se tratar de tropas de ocupação, os nacionais julgavam-se humilhados pela presença desses negros, e detestavam-nos.

Os árabes designam os negros pelo termo de "Abd", no plural "Abid", escravo, servo, trabalhador — raramente pelo termo de "Asuad", negro. E o uso do primeiro termo já é pejorativo. É preciso porém notar o costume, que continua ainda hoje, da adoção, pelas grandes famílias, de negrinhos que passarão a fazer parte integrante da casa. Os sírios e os libaneses transplantarão esse costume para as plagas americanas.

Os primeiros árabes chegaram ao Brasil em 1880, mas foi apenas em 1895 que se iniciou um movimento imigratório organizado. Essas famílias tomaram negras e mulatas como domésticas e estas integraram-se tão bem que algumas chegaram a falar árabe. Os filhos eram criados pelos patrões. O termo "Abd" conserva-se ainda no Brasil, mas perdeu-se a consciência da sua etimologia, e aqui significa, simplesmente, preto.



Tratava-se porém de velhas famílias de antes da urbanização de S. Paulo. O sírio de hoje é refratário ao negro. O jornalista árabe, José Elydd, diretor da revista "Union Arabica" de Buenos Aires, escreveu, após uma viagem ao Brasil em 1948: Há no Brasil nove milhões de negros e de mulatos. A raça está dominada pelos mulatos, orgulhosos e vaidosos. A maioria dos crimes deve-se a êsses mulatos na Amazônia. Eles são malvados e invejam a riqueza alheia.

As famílias sírias atuais de S. Paulo não apreciam empregadas de côr. Não as aceitam senão na falta de brancas. Dizem que as negras bebem e fumam, que cheiram mal, que são muito nervosas e que não têm constância. Ainda preferem as mulatas às negras.

Em geral, dão às negras o trabalho mais pesado. A cozinha é uma responsabilidade séria demais para confiá-la a uma negra. Aliás os sírios têm pratos especiais e é a dona da casa que cuida do seu preparo. Aceitam-se lavadeiras negras, porque ficam somente algumas horas e depois voltam para casa, mas mesmo assim, preferem-se as brancas" (4).

É inútil acrescentar que tanto o sírio como o libanês são endógamos: se não se casam com gente de côr, tão pouco se unem facilmente com brasileiros brancos. Entretanto citaram-nos o caso de um sírio de S. Paulo casado com uma mulata, repellido pela família e vivendo penosamente como eletricitista. Em suma, encontramos no sírio algo de análogo ao que se vê nas velhas famílias tradicionais de S. Paulo, o que se explica pela estrutura patriarcal do regime doméstico — a integração, outrora, da doméstica de côr à casa, mas numa posição subalterna — a recusa, hoje, do "novo negro".

## O GRUPO PORTUGUÊS

O português tem fama de correr atrás das negras e das mulatas. E, com efeito, os casos de uniões mistas duradouras não são raros nesse grupo. Mas dir-se-ia que hoje o português se desculpa e lamenta o fato: "Dizem aqui que os portugueses não têm preconceitos, afirma um descendente de lusitanos; é que, no início, não havia mulheres brancas. Todos foram obrigados a casar com o que havia, sem cuidar da côr. Deixavam suas esposas e filhos em Portugal. Mas agora, tudo mudou. Há portuguesas no Brasil, filhas de imigrantes. Já se pode encontrar casamento melhor. E também não é difícil mandar buscar a mulher na Europa ou fazer uma viagem até lá. Com um pouco de dinheiro tudo se arranja". O português tem mesmo um certo orgulho em opor o seu país ao Brasil do

(4) Resumo do inquérito feito, a nosso pedido, por Jamil Selim Safady, num grupo sírio-libanês.



ponto de vista da composição étnica do povo. "Lá não temos esses mouros, disse um deles, ao passo que o Brasil está cheio deles e por isso não progride. Não há flagelo maior". Outro explicou-nos como um técnico que a derrota do S. Paulo numa competição de futebol era devida à presença de Leónidas, o célebre "diamante negro": "O negro nada pode dar de bom. Não pode comandar, muito menos a brancos. Leónidas, como todos os negros, é desorganizado e insubordinado. Sobretudo considerando que o clube compreende brancos de boa família, até advogados. Como é possível que eles aceitem ordens de um negro?" Em suma, há uma revolta do português de hoje contra o estereótipo acerca dos seus antepassados, amantes da Venus negra. "Ele sempre tem algum parente de côr, disse-nos um velho paulista; por isso não gosta que lhe falem em negros, pois tem contra eles o mais violento preconceito". Mas tal prejuízo, ao examinarmos os casos particulares, atinge sobretudo a classe média e os filhos de imigrantes mais que os próprios imigrantes, os que querem subir ou que já começaram a ascensão. No meio das espeluncas, dos apartamentos baratos nos bairros miseráveis, com uma única exceção, não encontramos essa repulsa, do português com relação aos homens de côr, e muitos vizinhos escuros acentuaram, ao contrário, o seu espírito de camaradagem, e mesmo de amizade. Dir-se-ia que o preconceito se aprende, que é menos uma tendência étnica natural do que uma luta contra uma tendência que o impele, atualmente como dantes, a ligar-se afetivamente aos negros, sem levar em conta a côr da pele. É uma forma primária de um nacionalismo nascente.

## O GRUPO ITALIANO

Se os portugueses amam os pretos, o caso é diverso com os italianos. A situação típica das regiões rurais é a seguinte: o italiano que chega pobre, que quer enriquecer no novo país, obriga a mulher e os filhos a trabalhar duro, sob o sol tórrido, nas plantações de café ou de algodão. A mocinha encontra, ao casar-se com um negro, a possibilidade de fugir a essa tirania paternal, a essa labuta extenuante. O negro tem apenas carinho e ternura para com a sua branca, não a deixa trabalhar fora de casa. Mas na cidade de S. Paulo a situação é diferente. E se ainda existem, sobretudo nas classes baixas, casos de casamentos mistos, ou amizades entre membros dos dois grupos, não é essa a regra geral. Acontece mesmo que esse imigrante, que nunca viu negros na sua terra, sente-se a princípio assustado à vista deles, e os da primeira geração nem sempre conseguem dominar esse espanto.



“Um filho de italianos disse-nos que o pai não gosta de negros. Chegou ao Brasil aos oito anos. Gosta de contar ainda hoje que, ao desembarcar em Santos, os italianos tinham muito medo dos pretos, pensavam que êles não fôsem seres humanos. Quanto a êle, ainda garoto, cada vez que encontrava um preto, fugia para longe. Outro nos disse que a mãe tinha tido muito medo dos negros ao chegar, e nunca saía sòzinha de noite. Não aceita lavadeira de côr, não quer que uma negra pegue na sua roupa. É costureira, mas não trabalha para clientes de côr. Quando alguma aparece, ela sempre acha uma desculpa: não tem tempo etc.”.

O hábito da convivência, um conhecimento mútuo melhor, nem sempre melhoraram essas primeiras relações. Encontrámos, nos filhos de italianos, como nos de portugueses, os estereótipos mais desfavoráveis para o negro: macacos — gente falsa — sem moral — todos os negros são tarados — as mulheres de côr entregam-se a qualquer um, contanto que lhes paguem — são mais bichos do que gente. No Brás, bairro dos italianos, há um “footing” nas noites de verão; pois bem, o italiano não se mistura com os negros, cada qual tem o seu passeio separado. Compreendemos assim melhor a observação do português que acentuava a diferença entre o Rio, onde o preconceito não existe, e S. Paulo, onde é nítido, e que atribuía a diferença ao fato de quase não existir uma colônia italiana carioca, ao passo que em S. Paulo é a italiana a mais importante de todas as colônias estrangeiras.

Não se pode pois negar que, mesmo na classe baixa, exista um certo preconceito italiano contra o negro. Mas êsse preconceito vai-se intensificando à medida que se sobe na escala social.

“Os italianos da alta burguesia, notou uma das nossas informantes de origem italiana, consideram o negro como um elemento estranho ao seu mundo e que não pode de modo algum, mesmo quando instruído e rico, participar de sua vida. Na minha família, acrescentou ela, até êstes últimos anos, nunca tivemos criadas de côr, e se hoje minha mãe as aceita, é porque já não se encontram brancas. Meu pai, na sua fábrica, não aceita operários negros, salvo para os trabalhos pesados, que os brancos não querem fazer. E essa informante, comparando as famílias da burguesia estrangeira com as de aristocracia tradicional paulista, observa que elas têm duas concepções da vida bem diversas, que se manifestam justamente nos seus comportamentos para com o negro. A família tradicional, habituada ao contacto íntimo com o negro na escravatura, aceita-o sempre como doméstico e trata-o com bondade, contanto que êle fique no seu lugar, enquanto a burguesia saída da imigração se recusa a pactuar com o negro, mesmo quando êste último tem uma posição subordinada. Repele-o pura e simplesmente”.



Naturalmente tudo isso precisa ser matizado. O Brasil é o tipo do país das meias tintas. As atitudes variam de um indivíduo para outro, formando uma gama que vai do máximo de preconceito à sua ausência total. Se insistimos entretanto nessas manifestações por parte de grupos considerados geralmente como favoráveis à gente de côr, é porque são reveladoras de sentimentos muitas vezes ocultos. O imigrante que quer ser bem visto, que quer evitar complicações que mais tarde poderiam prejudicá-lo na sua ascensão, não demonstrará exteriormente atitudes que o oporiam a um meio no qual está destinado a viver, não exprimirá senão os sentimentos que lhe parecem corresponder à opinião pública; mas bastará naturalizar-se para sentir-se autorizado a dizer o que pensa; se não o fizer, seu filho o fará:

“Claro, é preciso aceitar os pretos; se não acusam a gente de orgulhoso. Eu não os aprecio, mas temos de aceitar os costumes da terra. Os brasileiros acham que é preciso admitir os pretos; pois bem, eu os admito. Mas sei que não valem nada”. Essa espécie de mimetismo gregário que constitui, diga-se de passagem, o maior elogio para o Brasil, corre o risco de induzir em erro o observador superficial, que só vê o comportamento aparente sem lhe perscrutar os motivos íntimos. De fato, o imigrante toma, em geral, com relação ao negro, a atitude do grupo em que entrou. Se fôr a classe baixa, não se recusará à camaradagem. Se fôr um grupo burguês, tomará atitudes altaneiras.

Nota-se um fato curioso entre os franceses, os suíços e os belgas. Teòricamente eles não têm nenhum sentimento de discriminação racial. Mas chegados a São Paulo, no seu desejo de viver em a alta sociedade brasileira, imediatamente imitam-lhe a elegância e a discriminação racial. Conheço bem êsses povos porque visitei os seus países e porque os frequento aqui. Quando chegam, são europeus, não têm preconceitos. Mas quando começam a frequentar a boa sociedade então adotam as mesmas idéias”. (5)

Mais particularmente, o empreiteiro ou o industrial estrangeiro reserva, na proporção permitida pelas leis trabalhistas, os melhores lugares para os seus compatriotas ou descendentes deles. Muitos negros queixam-se da recusa polida mas inflexível que êsses patrões opõem aos seus pedidos de emprêgo. O Hospital Alemão recusou-se a tratar de operários de côr feridos por um desmoronamento, mas recebeu os operários brancos. Um inquérito recente, feito numa cidade vizinha de S. Paulo, para verificar se os estrangeiros aceitariam para os filhos um cônjuge de côr, concluiu pela rejeição dos

---

(5) Extrato do Dr. Edgard Santana, “Relações entre pretos e brancos em S. Paulo” (estudo de cooperação à Unesco).



casamentos mistos, e as razões invocadas são reveladoras: 75% por inferioridade racial contra 25% por condição social inferior.

## PRECONCEITO DE CLASSE OU DE CÔR

Encontramos, nos dois grupos constitutivos da população paulista branca, opiniões desfavoráveis contra o negro. Essas opiniões dizem respeito ao negro como tal ou ao negro como fazendo parte da camada mais miserável da população? Um certo número de fatos já nos permitem discernir um preconceito de côr independente do de classe; outros fatos permanecem duvidosos. Ora, é êsse o ponto essencial do nosso inquérito. Se o negro é repellido como classe, uma melhora da sua situação econômica fará automaticamente desaparecer o problema. Se é repellido como negro, a questão torna-se mais grave. É preciso, pois, agora, esquecendo as origens étnicas, considerar a população paulista sob outro ângulo, como uma pirâmide de ocupações, de "estatutos" e de "papeis", e examinar sucessivamente as relações dos brancos com os negros das duas classes superpostas e dentro de cada classe.

Não existe, legalmente, segregação racial no Brasil. O branco e o negro encontram-se por toda a parte, na rua, no bar, nos jardins públicos, no teatro e no cinema. A lei inflige uma pena de multa ou prisão aos que se recusarem a aceitar um homem de côr. Todavia quando um negro sobe no ônibus, o branco senta-se raramente ao seu lado; prefere ficar de pé durante todo o trajeto; quando se entra num cinema super-lotado depois de iniciada a projeção, e se acaba por encontrar um lugar vazio, percebe-se muitas vezes, uma vez acesas as luzes, que o vizinho é um preto. Mas tais fatos não demonstram necessariamente um preconceito de côr, pois o negro é muitas vezes pobre, mal vestido ou sujo, e a gente também não se senta perto de um branco esfarrapado. Os hotéis elegantes, os cassinos, recusam também a entrada em seus estabelecimentos a negros, mas é que o negro é considerado "a priori", pela boa sociedade, um homem sem educação, bêbado ou vagabundo.

"Num bar, entra um casal de côr; imediatamente um branco resmungo: este bar era antigamente um lugar bem frequentado. Basta isso. O garçon aproxima-se do casal, murmura algumas palavras no ouvido do marido. Os dois deixam o salão. Num outro bar, um negro aparece, o garçon imediatamente tira a garrafa de pinga; o cliente protesta: quero uma coca-cola; o sr. não pode ver um negro sem imaginar logo que se trata de um bêbado".

O segundo fato esclarece o primeiro. O estereótipo de côr é no fundo um preconceito de classe. O brasileiro gosta de passear



depois do jantar. Nas cidadezinhas do interior faz-se imediatamente uma separação, nesses passeios, de casta e de classe: a elite no centro do jardim, a classe branca baixa na calçada externa, e, os negros, na calçada da rua. Em S. Paulo fatos análogos se encontram: há o "footing" dos brancos, como o da Avenida Ipiranga, e o dos negros, como o da rua Direita. Podem-se até observar os efeitos da invasão, pelo negro, de uma dessas áreas ecológicas: outrora a rua Direita era a mais elegante da cidade, o centro dos estudantes de Direito, filhos das famílias tradicionais. Os negros passeavam no Largo do Arouche. Mas como um dia estudantes caçoaram de uma preta grávida que tinha tomado a liberdade de passar pelo bairro deles, os negros do Arouche, amotinados, decidiram descer em massa a rua Direita. O resultado foi que os brancos abandonaram aos poucos o seu antigo passeio. Mas essa segregação no passeio não é bastante significativa, pois entre a rua Direita, abandonada aos negros, e a Avenida Ipiranga, domínio dos brancos, há a rua São Bento, em que as côres, pelo menos por enquanto, ainda se misturam. Sobre tudo os líderes dos grupos de côr reconhecem que os negros que frequentam a rua Direita são os menos recomendáveis possível, que fizeram daquela rua um "centro de perdição", ou de prostituição barata. Esses chefes procuraram, quando os comerciantes se queixaram à polícia, solicitando a expulsão dos negros, encontrar uma solução que não ferisse a dignidade do homem de côr, nem a sua liberdade de movimentos. Há ainda o caso das "boites", dos auditórios de rádio, das piscinas e dos clubes, cujos estatutos excluem os negros; mas é preciso notar que estão igualmente fechados aos brancos da classe baixa, que não aceitariam um operário mal vestido; e que a maioria dos clubes de S. Paulo cobram dos seus membros enormes joias para melhor barrar a entrada a todos os que não pertencem ao seu meio.

Não se deve confundir preconceito com seleção. A seleção faz-se aparentemente conforme a linha das côres, mas porque a côr é, em todos êsses casos, sinônimo de baixa condição social.

"Um negro de boa posição social quer entrar numa "boite" O porteiro aborda-o: Por favor, entre pela porta de serviço. — Uma preta está à janela. Um vendedor ambulante passa: Vá dizer à patroa que tenho frutas bonitas. — Mas eu sou a patroa. — Não brinque, não tenho tempo a perder. Vá avisar a patroa".

Na idéia do porteiro como na do comerciante, um negro só pode ser um entregador ou uma criada. De modo que o preconceito de côr identifica-se com o de classe. Ninguém abre o seu salão, a sua amizade, o seu clube a qualquer um; a burguesia não quer misturar-se, e isso acontece em qualquer parte do mundo. A côr desempenha um papel, evidentemente, mas o papel de um sím-



bolo, é o critério bem visível que situa um indivíduo num certo degrau da escala social; e as exceções são ainda demasiado raras para solapar a fôrça desse símbolo. São tão raras que o negro que subiu é sempre considerado com espanto admirativo, sobretudo pela velha geração: é respeitado, mas o respeito é o segundo momento de uma dialética afetiva, que começa por rebaixar o negro e que corrige em seguida êsse primeiro ponto de vista adotado.

Isso é tão verdade que encontramos fenômenos análogos no próprio grupo de côr. Criou-se uma elite, composta de médicos, advogados, professores, e uma classe média, composta de pequenos funcionários, de proprietários de casas ou terrenos, puritana, respeitável, ciosa de bem criar os filhos. Essa classe sem dúvida se compõe sobretudo de mulatos, mas compreende também alguns pretos. Ora os negros censuram-lhe o seu "esquecimento da raça", a fuga à solidariedade de côr, com o fito de participar somente da vida dos brancos. O dinheiro ou o talento diminuem efetivamente o preconceito: um médico está em bons têrmos com os colegas, lê trabalhos científicos nos congressos, cuida dos doentes pobres, brancos e pretos, e o mesmo se pode dizer das outras profissões liberais. Os da classe média organizam os seus próprios clubes recreativos, como o dos Evoluidos, particularmente severos na seleção dos seus membros; ou arranjam festas de família, reuniões dançantes em suas casas, a fim de dar aos filhos oportunidade para casar dentro da classe, e evitar que se percam nos bailes da baixa classe de côr, as "gafieiras". Preocupam-se sobretudo em encontrar ou criar um "meio decente".

Os negros sentem essa cristalização, em vias de se formar em seu grupo, entre duas classes de níveis e de valores diferentes. E como o fenômeno é recente, reagem com paixão. Essa paixão fervilha aliás dos dois lados da barreira ascendente. Os negros da elite ou da classe média queixam-se do ciúme dos negros das classes inferiores que preferem, segundo afirmam, consultar um médico ou um advogado branco; e que não votam pelos negros nas eleições. É verdade que a classe baixa de côr tem no seu linguajar uma série de têrmos depreciativos para zombar dos negros que sobem: dir-se-ia que ela deseja rebaixar até o seu nível os descendentes de africanos que triunfaram. Por seu lado, êstes últimos queixam-se de que a imoralidade, a vadiação ou a preguiça dos negros das classes inferiores lhes acarretam um prejuízo enorme, fortificando nos brancos os estereótipos tradicionais contra os negros, que recaem sobre êles também. Seria fácil provar que essa classe alta ou média de côr aceitou e adotou os preconceitos do branco contra os negros.

Mas se o preconceito de côr se confunde com o de classe, num grande número de casos será possível generalizar o fenômeno? De-



vemos agora passar das relações verticais às horizontais, isto é, dentro da mesma classe social, para ver em que momento a cor começa a ser um estigma racial e não apenas um símbolo de estatuto social. Em primeiro lugar, na classe proletária, a consciência de classe dominará ou não os conflitos étnicos? Essa primeira pergunta apresenta de antemão o problema de saber se existe uma consciência classista no proletariado de S. Paulo. O problema ultrapassa o quadro deste relatório. Digamos apenas que: 1.º) o proletariado paulista é formado de tantos elementos heterogêneos, brancos e negros nacionais e imigrantes europeus (estes últimos com uma mentalidade muitas vezes pequeno-burguesa, a de gente vinda para "fazer a América", para enriquecer no Brasil), que a solidariedade entre eles não pode ser tão forte como na Europa; 2.º) o sindicalismo brasileiro é diferente do europeu, foi criado pelo Estado em vez de surgir da camada inferior, das reivindicações operárias, e os seus chefes são uma espécie de funcionários. Tudo isso faz-nos entrever que a cor pode prevalecer sobre a classe. Deve-se acrescentar a isso o fato de tender a classe proletária a situar-se, numa cidade enriquecida pela indústria, não no nível mais baixo da sociedade, mas num nível intermediário, acima da "plebe"; essa plebe, que servirá de tela de fundo sobre a qual o operário se destacará como um elemento progressista e adiantado, será constituída justamente pelos homens de cor, vagabundos, mulheres semi-prostituídas, e por gente que só trabalha intermitentemente, para ganhar alguma coisa e descansar até que se acabe o dinheiro. Um dono de gafieira disse: "Uma branca, mesmo prostituída, não vai dançar com todos êsses negros vagabundos" e, quando um branco se aventura num desses bailes, sempre terá receio de receber uma facada. Porém, outros elementos intervêm, capazes de exasperar o conflito das cores. A concorrência do imigrante eliminou o negro e o mulato desse artesanato que era seu monopólio durante a era colonial, atirando-os à plebe. Por outro lado: 1.º a industrialização abriu ao negro a possibilidade de ascensão social; o seu realismo permitiu-lhe ver que tinha interesse, do ponto de vista econômico e da segurança familiar, em não visar demasiado alto, em não desdenhar os ofícios, embora duros ou sujos, uma vez que fossem bem remunerados, de modo que êle se integrou à estrutura profissional da cidade industrial. Tornou-se operário especializado; 2.º) com a última guerra, a imigração européia interrompeu-se justamente na ocasião em que o desaparecimento do comércio marítimo favorecia a criação de novas fábricas em São Paulo. O negro aproveitou a oportunidade para manter e aumentar os seus primeiros ganhos profissionais. Sem dúvida, o negro plebeu, que vive à custa de mulheres, ainda existe. Mas o negro tornou-se gradualmente proletário como o proletário branco. Já não pode servir



de contraste para melhor salientar o operário de origem européia, com sua mentalidade de trabalhador incansável. Assim, duas forças contraditórias agem, uma separando, outra unindo.

Nos bairros pobres, em que os brancos vivem em promiscuidade com os negros, a mistura é tal que qualquer preconceito seria ridículo. Em nossas visitas aos cortiços tivemos ocasião de verificá-lo: as crianças brincam juntas; as disputas de adultos são inexistentes.

Um grau acima, nos apartamentos baratos de um ou dois cômodos, já existe uma linha de separação nas relações entre vizinhos, mas não coincide com a linha de cor: baseia-se na limpeza da casa, e na moralidade. A escolha de amigos faz-se entre pessoas que se parecem, que têm um certo capricho no arranjo do apartamento, que se interessam pela educação dos filhos, qualquer que seja a cor da pele. Contudo, certos brancos se julgam superiores, não frequentam os pretos, embora os tratem com polidez.

No trabalho, as relações entre brancos e pretos são boas e, sempre que se esboça uma consciência de classe, seja para uma reivindicação de salário, seja para uma greve, a união é estreita. Entretanto, à saída da fábrica, formam-se grupos, e pode-se então notar que em geral os brancos vão para um lado, os pretos para outro. O que não impede que nas ruas, nos bares, nas conversas entre homens, as cores se misturem. Porém o lar é um terreno sagrado, em que se recebem os amigos. Ora, aqui, com todas as reservas que o clima democrático do Brasil favorece, seja por etnocentrismo, seja por timidez, o preto não frequenta em geral senão outros pretos, e o branco, outros brancos. O que é mais grave é que, nas fábricas, quando se criam clubes recreativos para os operários, o negro é barrado dos bailes. Como nos disse um dos nossos informantes de cor: "No trabalho, só a classe conta; mas depois do trabalho, a cor reaparece". E aparece na vida social da classe baixa mais que na vida profissional, justamente porque o que caracteriza por definição a vida social é a importância que assume a aparência, e a cor faz parte das aparências. Todavia, mesmo no trabalho, o preconceito intervém por vezes e sob três formas diferentes: 1.º) nas brincadeiras de mau gosto que trocam os camaradas e em que tôdas as representações coletivas do folclore se manifestam; 2.º) no esforço dos brancos para que as relações não se tornem demasiado estreitas, para que permaneçam no terreno do serviço, não tomem um caráter demasiado afetivo; 3.º) nas palestras dos brancos entre si, as que se fazem por trás do negro, quando êle não pode ouvir: "Bem se vê que é um negro". Quantos comentários tivemos ocasião de ouvir nas corridas de taxi, toda a vez que um motorista branco se viu obrigado a parar devido a um carro ou caminhão dirigido



por um preto: "Logo vi que era um negro!" — "Raça danada. Negro não é gente. Deus é branco. A Virgem é branca. Raça que não vale nada". Assim a cor não se confunde completamente com a classe, dentro da própria classe desempenha um papel discriminador. Compreende-se, nessas condições, a história da criadinha tão ligada aos patrões e que os acompanhara ao Rio: quando resolveram voltar a São Paulo, encontraram-na em prantos, ela não queria voltar, lamentava muito deixar a família, mas preferia ficar no Rio: "O sr. compreende, aqui os pretos são gente".

O que acabamos de dizer sobre a classe baixa aplica-se ainda melhor à classe média e à alta. Aqui a discriminação surge sob a forma de restrições mais ou menos severas à atividade social ou mesmo à atividade profissional. O caso de dois professores de direito que foram barrados ou dificultados nas suas promoções dentro da Faculdade é célebre. Um dentista de cor queixa-se de que os dentistas brancos do seu bairro lhe fazem uma concorrência desleal, alegando, não a sua incompetência profissional, mas a sua cor, para afastar a clientela. Um médico escreve: (6)

"Na medicina socializada, apesar de vencedor, fui eliminado pela cor, não como nas regiões do sul dos Estados Unidos, em que se diz claramente que a razão é a cor, mas de modo velado, o que é pior, com o auxílio de artifícios que mascaram a linha de cor, e com os quais se espezinha a honra das vítimas... O setor da enfermagem é um dos que revela mais nitidamente a discriminação racial; os pretos são afastados, e quantas vezes ouvi as histórias das enfermeiras de cor, vindas de outros estados, que não conseguiram colocar-se em S. Paulo".

Mas é sobretudo a oposição velada dos salões que atinge o homem de cor. As famílias tradicionais, como as da burguesia de origem estrangeira, recusam-se a tratar o preto como um igual, mesmo superior. As primeiras só podem aceitar aquele que se elevou graças ao seu favor, com a condição que o reconheça, por uma atitude de respeito que destrói a igualdade na reciprocidade das relações. As segundas, que chegaram a uma boa posição, temem perdê-la recebendo gente considerada de classe inferior. Talvez apenas o mundo intelectual, dos artistas, escritores, jornalistas — excluindo os "snobs" — esteja aberto ao homem de cor, pois nele, o que importa é o talento, o diálogo dos espíritos. Outro médico de cor explicou-nos a sua estratégia para não sentir o preconceito: com os colegas brancos ele se limitava às relações profissionais ou científicas e evitava a vida mundana, dedicando os seus lazeres à família. Sem dúvida, um observador desprevenido poderia ser induzido em erro:

---

(6) Dr. Edgard Santana, obra citada.



as barreiras estão geralmente dissimuladas por um verdadeiro ritual de polidez amável. O operário não conhece essa cortesia; não recusa, nas conversas, nos palavrões, aludir à cor do companheiro; já com o burguês, não se dá o mesmo. A sua casa oculta-se por trás de um complicado ritual de etiqueta. Mas por vezes aparece, apesar de tudo, com mais brutalidade, principalmente nos bailes. Um professor de cor queria levar as suas duas filhas a um baile do professorado paulista; não recebe convite, e, como êle insiste, são obrigados a dar-lhe a razão da recusa. Uma assistente social, organizando umas férias, e dispondo apenas de quartos com duas camas, quebra a cabeça para descobrir um companheiro para um empregado de cor. Por fim, quando um preto distinto é admitido a uma recepção, admitem-no como "pessoa de cor", isto é, manifestam para com êle marcas especiais de cortesia. Mas essa cortesia voluntária é demasiado visível e acentua, em vez de fazer desaparecer, a distância social.

## ESPORTES E COR

A distinção entre a vida profissional e a vida social manifestar-se-á ainda mais claramente no terreno do esporte, em que o negro ocupa um lugar de honra. Escreveu-se muito no Brasil sobre a ascensão do negro através do atletismo e do futebol. Os clubes brancos disputam os negros, o público tem seus favoritos de cor, os jornais estão cheios de suas biografias e de suas proezas. E, apesar de tudo, apesar da auréola das vitórias, do dinheiro e das honras, ainda existem clubes como o Palmeiras, que não aceitam negros em seus quadros; outros, como o São Paulo e o Tietê, que durante muito tempo mantiveram bailes separados e ainda os mantêm, para brancos e para pretos. Outros ainda, como o Corinthians, não aceitam negros em suas piscinas, sendo uma das barreiras mais difíceis de transpor.

"Um professor universitário, disse-nos o presidente de um clube, é alguém. Mas como não traz letreiro na testa, não pode frequentar a piscina". Outro forneceu-nos a racionalização seguinte: a transpiração do negro cheira mal, por mais que tome banho com sabonete perfumado e use água de Colônia. Basta que se mexa um pouco para que o cheiro volte. É uma moléstia contagiosa. É bastante nadar na mesma água. Houve um caso no Corinthians. Embora haja alguns jogadores pretos, não têm o direito de entrar na piscina".

Enquanto o esporte foi um divertimento e uma forma de lazer, o negro foi barrado. O tênis, considerado esporte elegante, ainda lhe é vedado. O Clube Atlético Paulistano e o Clube de Regatas Tietê não tiveram sócios pretos até 1930, data em que o Paulistano



aceitou um mulato, filho de um preto e de uma alemã. Foi a passagem do clube de recreação ao clube comercializado, foi a entrada nas competições internacionais, que permitiu a ascensão do homem de côr. Mas o que lhe dão de um lado recusam-lhe do outro, pela distinção entre duas espécies de membros, os esportistas e os associados. Os primeiros jogam, os segundos dançam. Se esta última discriminação ainda se pode justificar por uma diferença de classe, sendo o esportista preto originário das classes inferiores da sociedade, a côr desempenha sem dúvida o papel principal no caso da natação e da proibição das piscinas.

## O PROBLEMA DO MULATO

A côr age, pois, de duas maneiras, seja como estigma racial, seja como símbolo de um estatuto social inferior. Se assim é, quanto mais o negro se aproximar do branco, pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas probabilidades de ser aceito. Se nos Estados Unidos há uma definição do negro (aquêle que tiver uma gôta de sangue negro é um negro), não existe uma definição sociológica do "negro" ou do "mulato" no Brasil. Tentámos, através de um questionário, colher as representações coletivas que permitem distinguir o mulato do negro. Mas os resultados são tão variáveis que não permitem delimitar conceitos. Os dois provérbios, igualmente tradicionais:

"Quem escapou de negro é branco" e "Quem escapou de branco é negro", mostram bem a ambivalência do mulato. Há quem se recuse a fazer a distinção: o mulato é um negro. Outros distinguem um do outro por caracteres exteriores às vêzes divertidos: "Ele tem a pele mais clara e veste-se melhor". Mas, os que fazem a distinção, muitas vêzes, condenam ainda mais o mestiço: o preto conhece o seu lugar, é mais fiel, mais ligado aos patrões, tem bom coração — o mulato é vaidoso, pernóstico, pretensioso, desagradável nas suas relações, impõe-se atrevidamente, julga ter todos os direitos. Outros ainda consideram-no quase como um branco e aceitam-no sem dificuldade no círculo dos amigos. De um modo geral, é inegável que o mulato é mais aceito que o preto retinto, e as biografias que colhemos provam que os obstáculos diminuem à medida que a côr da pele clareia. Aqui também a côr age duplamente, aproximando o mulato do branco pela côr, e, como símbolo social, permitindo-lhe ocupar, em geral, uma posição superior à do negro. Compreende-se nessas condições, que o mulato "passável" procure fazer esquecer as suas origens. E o melhor modo ainda é atacar os pretos. Todos os nossos informantes estão de acôrdo em sublinhar que as famílias mais ferozmente prevenidas contra os pretos são as que têm algumas



gotas de sangue africano nas veias. E isso verifica-se melhor na cidade grande que na zona rural. No campo, todo o mundo se conhece, não se pode adular a própria genealogia. O anonimato da vida em S. Paulo permite dissimular os antepassados. O preconceito de cor torna-se então a melhor fórmula para que os vizinhos não desconfiem da parcela de sangue negro que corre nas veias da família, para eliminar aos olhos de todos a hipótese de alguma mestiçagem longínqua, para demonstrar a pureza racial de suas origens.

### AS BARREIRAS RACIAIS NA ASCENSÃO DO HOMEM DE CÔR

Num dos seus artigos, o sociólogo norte-americano Donald Pierson escreveu: "O branco nunca achou que o negro ou o mulato representasse uma ameaça para o seu próprio estatuto", e assim explica a ausência de um preconceito de cor como o que prevalece nos Estados Unidos. O negro que subia, e às vezes subia bem alto, só o fazia quando ajudado, protegido pelo branco, que fiscalizava assim a seleção durante o processo todo, e por conseguinte não podia ver um perigo nisso. Mas se a frase de Pierson ainda se aplica a muitas regiões do Brasil, já não se aplica a São Paulo, onde a facilidade da instrução, as oportunidades da industrialização, o enfraquecimento do controle dos brancos devido à dispersão das famílias tradicionais numa imensa cidade, permitiram uma ascensão dos negros já não como indivíduos, isolados, mas como grupo social. A partir desse momento, o branco começou a sentir-se ameaçado nos seus postos de direção e de mando. Vai reagir, e essa reação, destinada a manter o negro no fundo da escala social, vai intensificar o preconceito de cor, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala, desde a escola, que revela as capacidades, até as promoções aos graus superiores. Uma espécie de solidariedade racial vai estabelecer-se entre as diversas etnias brancas numa mesma política de auto-defesa, englobando o brasileiro de 400 anos, o descendente de imigrante e o capitalista estrangeiro.

Mas não se deve esquecer que a lei e a tradição criaram um clima afetivo e cordial que se mantém: as barreiras nunca tomarão uma forma cínica ou brutal. A cor permanece um assunto tabu. Predominam as formas polidas: "falta de lugar", "o lugar acaba de ser preenchido", "no momento não há nenhuma possibilidade", "queiram deixar-nos o seu enderêço, assim que aparecer alguma coisa, escreveremos". Mas ninguém se ilude, e mal o negro se afasta, o lugar "já preenchido" é dado ao primeiro branco, ainda que menos



capaz. Até no inquérito que fizemos entre os industriais e comerciantes, os brancos mascaram a sua recusa por tras de estereótipos antigos, "imoralidade", "perigo do ponto de vista sexual para as operárias menores", "falta de tenacidade do negro no trabalho", "o negro não se preocupa com o acabamento nem com o trabalho limpo", etc. Mas é suficiente levar a conversa um pouco além para ouvir o motivo profundo: "Não gosto dessa raça". O regime capitalista desenvolveu o espírito de concorrência no mercado do trabalho, o branco defende o seu irmão de côr". O branco só gosta dos negros de longe para dedicar-lhes belos versos. Mas não os aceita senão como domésticos ou concubinas.

Todos se esforçam por salientar as exceções, glorificar os negros que se tornaram célebres, para melhor fazer esquecer a situação da massa. Esse elogio de raça não passa de um subterfúgio em que o branco se gaba da sua bondade, de seu espírito aberto, e que desvia o pensamento de tôdas as barreiras que êle opõe à ascensão do grupo de côr. O preconceito de côr torna-se um instrumento na luta econômica, a fim de permitir a dominação mais eficaz de um grupo sôbre o outro.

## A LINHA DE CÔR NA ESCOLA

A maioria da população negra não possui uma cultura escolar satisfatória, e o número de pretos que responderam aos nossos questionários e que tinham aprendido seus ofícios nas escolas técnicas ou profissionais é relativamente pequeno. Entretanto o negro percebe cada vez melhor o valor dos diplomas e já descobriu a importância das escolas técnicas como meio de ascensão social. Não somente descobriu-o mas começou a utilizá-lo. A escola constitui pois a base de tôda elevação. Haverá barreira nela?

Não há barreiras ostensivas na escola primária, que é obrigatória por lei. Mas as barreiras aparecem nas escolas secundárias religiosas, ou em certos colégios particulares reservados à elite. Voltaremos um pouco mais tarde ao caso das escolas religiosas. No momento, estamos tratando apenas do futuro operário; somente a escola primária nos interessa. Ora, se ela está teòricamente aberta a todos, muitos pais se queixam de que, sob formas diversas, há uma tendência para repelir o negro.

"Uma mãe vai queixar-se ao diretor, o filho já é grande, tem 9 anos, todo o ano êle se apresenta e nunca existe vaga para êle, enquanto alunos brancos, vindos depois dêle, foram aceitos. Um inquérito feito nos arquivos da escola mostra o fundamento da queixa. A dificuldade que tem o preto em encontrar lugar na escola é tal que muitas vêzes os pais desaminam e acabam por desinte-



ressar-se da inscrição... Os professores brancos, pela falta mais insignificante, punem severamente o negro. Se há uma desordem qualquer na classe, é sempre êle o responsável. O resultado é que a criança entra todos os dias chorando em casa e a mãe acaba por tirá-la da escola”.

Não se deve exagerar. A má vontade dos educadores, quando existe, apoia-se na indiferença dos pais. A descoberta do valor da educação, é, no negro, relativamente recente. As barreiras na escola são mais de classe que de raça. Vão aumentando ao passar do ensino primário para o secundário e o superior. As humanidades são consideradas um privilégio da burguesia branca. Um professor de direito fazia sempre as perguntas mais difíceis aos candidatos de côr dizendo: “Negro não precisa ser doutor”. Mas êsse preconceito é duplamente combatido pelo desenvolvimento do Ideal democrático nos educadores e pela necessidade de operários especializados e de técnicos para a industrialização baseada nas máquinas. Uma mão de obra preparada, egressa das escolas de artes e ofícios, é recebida de braços abertos pelos patrões, mesmo que se componha de gente de côr. Com a criação dos cursos noturnos, vemos aumentar o número de pretos nas universidades. Mas é evidente que um certo número de brancos toleram com irritação êsse transtôrno da sociedade tradicional.

Essa irritação talvez se traduza, dos pais através dos filhos, nos grupos de jogos. No fundo, as dificuldades maiores que o pretinho encontra na escola vêm menos da preferência dos mestres brancos pelos alunos brancos do que das brigas de colegas e feridas de amor-próprio. O preconceito não existe nos pequenos até uma certa idade, são os pais que o inculcam aos filhos. O fato é muito conhecido em São Paulo e alhures. Uma mãe de côr nos disse:

“Até os dez anos os nossos filhos vivem todos juntos, os brancos com os pretos, mas depois vemos a nossa filhinha quieta e preocupada, sem companhia. Não está preparada para a traição das suas melhores amigas. Interrogada, ela se recusa a responder. À medida que crescem, as relações da infância se desfazem; iam juntas à escola, convidavam-se mutuamente em suas casas; agora as crianças brancas procuram as brancas, preferem o filho do mau vizinho aos seus antigos amigos de côr”. Quando um pretinho se aproxima do grupo das crianças brancas que brincam, as mães gritam: Volte depressa senão o negro pega você!”

São essas disputas, e em certos casos sòmente as injustiças dos educadores, essas brigas nas quais os meninos brancos fazem sentir ao preto a diferença de pele, que explicam o horror da criança de côr pela escola e levam os pais a afastar os filhos. É a primeira barreira informal. É preciso energia para transpô-la. Sobretudo



da parte dos pais de côr, uma vontade firme e terna: "Para educar uma criança, é necessária tôda uma ciência, notava um dêles; mas para educar uma criança de côr, uma ciência e meia... Vejo o meu filho chegar da escola sempre cheio de raiva. Tenho de acalmá-lo, dizer-lhe que aceite".

Claro que o diploma não confere automaticamente um meio de ascensão social, como vamos ver, se o preto não tiver um padrinho branco influente para protegê-lo. Mas um título universitário qualquer confere ao seu portador, perante os brancos, certas vantagens honoríficas; "é um preto formado", que rompeu assim com certas pretensas características da sua raça, que se aproximou do branco, de quem o branco espera, nesta ou naquela situação, um comportamento idêntico ao seu próprio. Eis porque os pais compreensivos tratam de incitar os filhos para que não parem no meio do caminho mas prossigam até os exames finais. Trata-se de criar, na alma dos brancos, uma nova visão do preto, a do preto instruído e educado.

## A BARREIRA NA ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO

A industrialização de São Paulo permitiu ao preto melhorar muito a sua situação econômica, e em quase tôdas as profissões encontram-se homens de côr. Mas a curva de distribuição mostra que o preto é uma exceção em certos setores, ao passo que, em outros, domina, nos trabalhos duros ou sujos, como no trabalho manual não especializado. A questão é saber até que ponto essa situação depende da falta de preparo do preto e em que medida é fruto da vontade do branco. Os empreiteiros dizem que, ao selecionar ajudantes, não se importam com a côr mas com a capacidade; e um grande número de pretos concordam com o critério e consideram que não estão em condições de subir, e que um branco do mesmo nível profissional, tão pouco iria mais longe. Porém outros estereótipos ainda funcionam, além da falta da capacidade, e que se referem à moralidade ou ao comportamento do preto.

"Exemplo: Por que não aceita pretos? Por causa da clientela? — Não, na nossa casa (acessórios de automóveis) o público não tem muita importância. É por causa do próprio serviço. Precisamos de pessoas honestas, com quem se possa contar. Ora, a maioria dos pretos não tem senso de responsabilidade. Além disso, precisamos de operários cuidadosos, as peças não podem ser retiradas e depois largadas em qualquer lugar. Ora, os negros não têm ordem. Outro fator importante aqui é a limpeza, e os pretos não têm nenhuma higiene".

Tôdas essas razões fazem que o negro seja barrado. Seria fácil estabelecer uma lista das emprêsas industriais ou comerciais que



não aceitam negros exceto para o serviço pesado que o branco se recusa a fazer. As técnicas de seleção variam aliás conforme as profissões. Nos lugares preenchidos por concurso é impossível impedir que um preto se apresente, mas resta sempre o recurso do exame médico que permite eliminar os elementos cuja côr dê muito na vista.

Quando o exame é feito por testes ainda é mais fácil recusá-los, pois os pretos não conhecem em geral as técnicas da psicologia. Faz-se preencher uma ficha de candidatura ao emprêgo, obrigatoriamente acompanhada de uma fotografia, ou então põe-se um sinal disfarçado para designar as pessoas de côr. Não que êsse sinal seja em si uma razão de recusa, mas o candidato será orientado para as firmas ou para os trabalhos que aceitam pretos. Por vêzes certas casas põem anuncios nos jornais e pedem referências. Fica fácil, assim, convocar apenas as pessoas cujas referências parecem recomendáveis; é então que o estigma da côr aparece na sua forma mais brutal, pois, quando o empregador percebe que está tratando com um preto, é obrigado a inventar uma desculpa para repelir aquêle que convocou: o empregado que ia partir resolveu ficar; ou então: acaba de dar o emprêgo a outro...

Trata-se de saber se é o homem ou a mulher que mais sofre com a discriminação. Pretendem alguns que é o homem, porque a mulher pode ficar em casa, enquanto o homem é forçado a procurar emprêgo. Mas outros sustentam, com igual razão, que é a mulher, porque o homem instruído acaba sempre por encontrar alguma coisa, enquanto a mulher instruída é sempre repelida. Chegamos assim a uma forma do preconceito particularmente marcante, o preconceito estético. Uma população branca na sua maioria desenvolve com efeito uma série de normas de beleza relacionadas com a sua própria côr, e, na medida em que um indivíduo se afasta dessas normas, é considerado feio. A preta é particularmente vítima desse estado de coisas. As pessoas de côr são relegadas para longe da vista do público, nas oficinas internas; não são aceitas nos escritórios a que o público tem acesso, como secretárias ou datilógrafas. Encontram-se algumas mulatas claras, em geral nas lojas de bairros populares ou nos escritórios de pequenas firmas que pagam mal os empregados. O chefe do pessoal de uma loja, freqüentada sobretudo pela classe média, não pôde disfarçar a sua pena: "Sinto muito ser obrigado a recusar moças diplomadas e inteligentes".

Uma exceção deve ser feita para os empregos públicos, em que não há remédio senão respeitar a lei, como a repartição dos Correios. Está claro que, se o preconceito estético atinge sobretudo a mulher, não isenta o homem de pagar o seu tributo, sempre que



a profissão exige contacto com o público. Porém essa prevenção não se baseia na cor da pele, mas na apresentação exterior, a cortesia, a afabilidade: "é preciso antes de tudo evitar dificuldades com o público". Um mulato, que passava por branco, não conseguiu o emprêgo de porteiro por ser considerado ainda um pouco escuro de mais.

Mas mesmo nos escritórios fechados, o homem de cor penetra mais dificilmente que os brancos. Para recusá-lo, afirma-se que êle criaria problemas com os colegas. Há assim uma vontade manifesta de desanimar o preto na sua busca de empregos importantes, de "deixá-lo no seu lugar", de fixá-lo nos trabalhos pesados, sujos, nos cargos que o branco de bom grado lhe deixa. E isso qualquer que seja o seu valor pessoal, as suas capacidades ou os seus diplomas. Dois fragmentos de biografias ilustrarão êsse esforço do branco para não deixar que lhe escapem os postos de mando:

Um preto com diploma de ginásio vem procurar emprêgo em São Paulo. Um amigo dá-lhe uma carta de recomendação para que possa entrar como jornalista num grande jornal da tarde. Mas o chefe do pessoal declara-lhe que não há outro cargo vago senão o de varredor da sala de redação, e o preto é obrigado, apesar de ter instrução secundária, a aceitar êsse posto humilde. Outro preto apresenta-se à Escola Técnica de Aviação, mas não aceitam a sua matrícula. Entretanto dizem-lhe que se êle quiser há um emprêgo mas com a vassoura. Êle teve de aceitar para viver e trabalhou algum tempo como doméstico. Como um dia um comandante norte-americano lhe pedisse uma informação e êle lhe respondesse em inglês, aquêle interessou-se por êle e falou com o chefe da Escola a fim de permitir a sua inscrição no concurso.

Sem dúvida em São Paulo tudo depende dos indivíduos, e nós poderíamos, para contrabalançar essas histórias de recusa, contar outras em que brancos impuseram amigos pretos, defenderam-nos e mantiveram-nos em excelentes empregos. O preconceito, uma vez mais, pulveriza-se, atomiza-se numa multiplicidade de relações possíveis entre brancos e pretos. Mas o etnocentrismo parece despertar cada vez que surge uma possível concorrência entre brancos e pretos; quer dizer que diminui nas carreiras em que a procura de mão de obra é maior que a oferta, como na construção (São Paulo constroi uma casa de quinze em quinze minutos e considera uma casa de mais de vinte anos própria para ser demolida); e aumenta nos empregos considerados bons, decentes, remuneradores.

O estudo estatístico do questionário que aplicamos aos negros e que se referia às barreiras profissionais demonstra que êles se dão conta de tôdas essas diferenças. Fazem uma distinção entre os empregos de onde são repelidos por causa da cor, como certos em-



pregos domésticos para a mulher (ama sêca, arrumadeira), os cargos de vendedores para homens — e os ofícios considerados exclusivos do branco. Os postos que pressupõem o exercício da direção, como os de mais prestígio e de remuneração alta, e os empregos em que não são aceitos porque os brancos querem manter a sua posição de domínio: o fator estético de um lado e o econômico-social do outro. É certo que nos últimos dez anos o negro adquiriu vantagens consideráveis do ponto de vista profissional, devido à interrupção do movimento imigratório. Mas isso não impede que o branco defenda tenazmente os seus privilégios. Se a imigração recomeçar amanhã, intensificando a concorrência para os empregos, terá o negro tido tempo de consolidar definitivamente as suas posições?

### A BARREIRA NAS PROMOÇÕES

Se o preto pôde, apesar dos estereótipos desfavoráveis, insinuar-se em todos os setores profissionais, nem por isso deixa êle de ocupar, em geral, em cada um deles, postos subalternos. Como no parágrafo precedente, é difícil aqui também separar o preconceito de côr de todos os outros fatores que agem contra o preto: falta de instrução, lacunas da educação, etc. Entretanto é certo que “quanto mais o preto sobe, mais encontra barreiras”. É a conclusão que se depreende de quase todas as nossas biografias (e se não dizemos todas é por causa dos mulatos que podem não encontrar obstáculos).

Essa resistência cada vez maior, à medida que subimos na escala social, é o sinal de que o branco não se deixa facilmente destituir dos postos de mando e direção. “O mundo pertence aos brancos” conforme a justa expressão de um preto nosso amigo. E êsses brancos defendem asperamente o seu estatuto sempre que o consideram ameaçado. Contra o negro que sobe, outros estereótipos vão agir, além dos que mencionamos, falta de moralidade ou de capacidade: por exemplo, diz-se que o preto que se eleva e não tem prática de mandar, é autoritário, tirânico, desagradável para com os colegas e subordinados, pretensioso e arrogante, que se vingará, por meio de mesquinhas ou de sadismo, de todas as humilhações que possa ter sofrido para subir.

Note-se que aproximadamente os mesmos estereótipos agem contra os mulatos, os quais ocupam em geral postos superiores aos dos pretos retintos. O branco que é mandado por um superior de côr tem a sensação de uma degradação, não individual, mas coletiva, como membro da coletividade branca. “Consinto que os pretos trabalhem aqui, disse-nos um diretor de serviço, mas não que ocupem bons lugares que se poderiam dar aos brancos. No inqué-



rito que fizemos entre os brancos e que continha a pergunta: "Aceitaria ter um chefe preto?" apurámos que 60% não viam inconveniente nisso, mas êsses mesmos fizeram várias reservas. Pergunta-se: até que ponto eram sinceros? O que vale são os fatos e não as opiniões.

"Um funcionário dos Correios, sub-chefe de secção, é nomeado substituto do seu chefe, em gòzo de licença por doença. Mas é um preto. Os seus colegas brancos não estão satisfeitos. Intrigam contra êle. O preto fica firme, o diretor confiou-lhe o emprego. Saberá fazer-se obedecer". Outro caso: "Numa repartição pública discute-se o envio de uma delegação ao Prefeito. Há um preto na repartição, mas ninguém cogita de mandá-lo. Mandar um preto representar-nos junto ao Prefeito, que idéia estapafúrdia!"

O preto é bem aceito como porteiro, moço de recados, guarda-livros, caixa, mas não pode pretender elevar-se acima do posto de sub-chefe de secção; contam-se nos dedos os que se tornaram chefes de departamento. "Nos bancos, os negros recebem a missão dolorosa, disse um deles, auxiliar de escritório, de ensinar aos jovens brancos a arte de passar na sua frente". Certos brancos se dão conta da dificuldade, num país democrático, de impedir as promoções, uma vez que o preto entrou na emprêsa; toda oposição demasiado evidente poderia ferir a opinião pública. E é por isso que preferem pôr a barreira na entrada; um preto aceito num banco e muito protegido fôra enviado como gerente a uma sucursal do interior; mas o gerente de um banco é uma personagem, é convidado a todas as reuniões oficiais, às recepções da boa sociedade local, e um preto destoa. Foi devido às queixas recebidas que o chefe do pessoal desse banco decidira não aceitar mais negros na casa, salvo para a limpeza. Portanto, se encontramos nos altos postos algumas pessoas de côr, são casos excepcionais. Um contador, depois de ter lutado muito tempo para se manter no seu posto, vendo todos os colegas brancos passarem-lhe à frente, acabou por chamar o patrão perante os tribunais. Porém, arquivado o processo, decidiu instalar-se por conta própria. Outro empregado, cansado de marcar passo, tirou aposentadoria antes do tempo: azêdo, permanece o dia todo sentado, sem falar, lendo. Por vezes a solução é mais dramática: cita-se o caso de um jovem engenheiro, formado pelo Mackenzie, que, aceito por carta para um cargo importante e recusado quando se apresentou pessoalmente, não resistiu ao choque e se matou.

Entretanto, a ascensão social pode produzir-se em certas circunstâncias favoráveis. Por exemplo, na construção, onde a procura de mão de obra é grande, devido ao movimento de urbanização. Aqui, mau grado o preconceito e todos os estereótipos desfavoráveis, o patrão é obrigado a recorrer a homens de côr. Às vezes mesmo, a homens de côr, ou brancos, que conhecem mal o ofício. O preto



em geral ocupa somente o posto de ajudante de pedreiro, mas chega facilmente a pedreiro.

“Chico, um preto, arranhou um lugar de ajudante de pedreiro. Trabalhava muito e por isso agradou ao empreiteiro. Este facilitou-lhe a aprendizagem. Em 4 ou 5 meses, aprendeu a levantar um muro e alguns rudimentos do ofício. Ele nunca sonhara tornar-se pedreiro com uma bagagem tão reduzida. Mas apesar disso, pediu um aumento. O patrão recusou, dizendo que ainda lhe restava muito que aprender. Ele procurou outro emprego numa companhia que aceita pedreiros de pouca experiência dando-lhes um salário um pouco inferior, e é hoje pedreiro”.

Em outros ofícios em que a concorrência é maior, é a proteção de um branco influente que desempenha ainda, como no velho São Paulo, o papel principal. Sem dúvida, os concursos e exames tendem cada vez mais a substituir o “padrinho” ou o “clã familiar” que cedeu o lugar, sob a república, ao partido político. Mas resta ainda muito dos antigos costumes. Muitos pretos tornam-se lavadores de automóvel, para travar conhecimento com brancos importantes e arranjar assim um lugar de porteiro ou de moço de recados, ponto de partida para uma pequena carreira de funcionário público. Mas a solidariedade étnica limita a ação do “apadrinhamento”, e a ascensão é controlada pelas grandes famílias.

Parece-nos que alguns fragmentos de histórias reais permitem compreender melhor as possibilidades de subir numa sociedade em que a segregação institucional não existe, mas em que o branco defende a sua posição dominante por meios indiretos, porém eficazes.

“X. ex-sargento do exército, foi reformado e passou para a reserva sem que lhe dissessem os motivos dessa reforma brusca. Aprendeu então marcenaria no Liceu de Artes e Ofícios, mas verificou que não tinha futuro nesse setor: os alemães ou os italianos eram sempre preferidos. De modo que aceitou um lugar de bedel na Escola Politécnica. Para a sua cultura e possibilidades, o posto não era grande coisa. Mas ele dedicou-se ao trabalho. Trabalhava na cadeira de Química Biológica e fazia todos os esforços para aprender a prática do laboratório. No começo o chefe desse laboratório, agradavelmente surpreendido, ajudou-o a familiarizar-se com os instrumentos, mas quando viu que ele poderia subir, fez intrigas ao catedrático para despedi-lo. Apesar de tudo, continuou a observar para aprender e, a despeito das intrigas do chefe, foi nomeado auxiliar de laboratório da cadeira de Química tecnológica. Entretanto, oficialmente, e para todos os efeitos, não passa de bedel. Espera, todavia, subir a primeiro prático de laboratório. A sua luta dura há sete anos.



"A. B., órfão de pai muito cedo, mulato escuro, estudou num colégio religioso em Campinas. Em 1940, preparou-se para um concurso de oficiais da polícia. Para isso, inscreveu-se no curso preparatório. Mas chocou-se contra o desdém dos colegas brancos e a hostilidade dos superiores. Trabalha e estuda como um mouro para ser o melhor aluno. No exame médico, não foi possível eliminá-lo pois é um héracles. Também não pôde ser reprovado nos exames escritos e orais graças ao seu esforço. Em 1941 entra na escola mas é mal visto por todos. Continua a estudar muitíssimo pois, "se um branco pode passar sem saber nada o mesmo não se dá com um preto". Consegue entretanto modificar opinião a seu respeito, tornando-se o melhor atleta da escola. Sai aspirante a oficial, porém esgectado pelo trabalho, e mais ainda pelo isolamento em que o mantém os colegas. Não podia repousar na conversação cordial de amigos. Teve uma crise de alienação, deram-lhe uma licença por moléstia, sarou, e foi nomeado tenente numa cidadezinha do interior, onde se casou com a filha de um médico".

Este último caso apresenta o problema do oficial de côr. Deixá-lo-emos de lado pois interessa o Brasil todo, e não especialmente a cidade de S. Paulo. Segundo certas testemunhas, (porém outras o contestam), existiria uma circular secreta interditando a promoção de pretos nas escolas de preparação para os diversos graus de oficiais das fôrças de terra, mar e ar. A divulgação dessa circular pelo Dr. Cavalcanti no Rio foi objeto de denegações e polêmicas da imprensa. Não se pode pois tomá-la como ponto de partida. De fato, existem muitos oficiais de côr no exército, mas êles se rarefazem na marinha, considerada tradicionalmente um corpo mais aristocrático, e na aviação, considerada um corpo mais nitidamente técnico e científico.

Se compararmos a solução brasileira do problema racial à dos Estados Unidos, veremos que a "linha de côr" facilita a subida do preto mais que a ausência de segregação institucional, pois o preto é obrigado a criar os seus próprios bancos de crédito, as suas universidades e suas escolas profissionais, os seus médicos e advogados, engenheiros e técnicos, uma vez que o branco o repele. Porém, em compensação, os Estados Unidos, proibindo em certos estados os casamentos entre brancos e pretos, reprovando-os por toda a parte, deixam subsistir estados de tensão entre as côres, que o Brasil, graças a uma miscegenação intensa, desconhece. A mistura incessante dos sangues faz desaparecer progressivamente as oposições de côr, fundindo-os numa "raça morena", e tende assim a abolir o problema racial da melhor maneira possível, suprimindo simplesmente as raças. Não nos compete, neste relatório, cujo âmbito não ultrapassa



os limites de São Paulo, estudar longamente esse fenômeno geral de miscigenação. Devemos somente ver de que modo ela se opera em São Paulo e as suas relações locais com o desaparecimento — ou o desenvolvimento — do preconceito de cor. Devemos também observar cuidadosamente o advento das ideologias racistas que podem interromper, ou pelo menos refrear, esse movimento de supressão das raças negras, da sua fusão progressiva nas raças brancas. Esse racismo, porém, é um fato recente. E desde 1875 vemos acentuar-se em São Paulo o branqueamento da população. Se abstrairmos a imigração européia para considerar apenas o bloco branco nativo e a população de cor, verificaremos que a fecundidade das pretas e das mulatas não é muito inferior à das brancas (310,8 e 328,3 contra 331,3). Sem dúvida a mortalidade é mais forte no grupo de cor. Isso não quer dizer que o “deficit” constante da porcentagem negra se possa explicar inteiramente pela comparação entre a natalidade e a mortalidade desse grupo de cor. Há uma única resposta aceitável, segundo as pesquisas feitas por G. Mortari, é que todos os anos, um certo número de pretos transpõem definitivamente a linha e são incorporados ao grupo branco. São Paulo não faz exceção à regra geral do Brasil.

## A VENUS NEGRA E O CONFLITO SEXUAL DAS CÔRES

Contudo, a miscigenação, tomada em si mesma, e embora tenha como resultado remoto o desaparecimento do preconceito de cor, não prova que, no curso do processo, o preconceito não exista. Por vezes chega mesmo a torná-lo mais visível.

O único fato que fica demonstrado é que a repugnância física entre as raças nada tem de instintivo, que é um produto da cultura. Mas o preconceito aparece por trás da miscigenação, quando se considera a mulher de cor, não como uma futura companheira mas como um simples objeto de prazer, uma presa mais fácil para o desejo do homem branco, ou ainda, quando, entre a preta e a mulata, é esta última a escolhida, é porque ela está mais próxima, pelo seu tipo de beleza, do tipo da mulher branca, com o acréscimo dessa pontinha de fogo, dessa lascívia atraente que lhe dá o sangue negro, segundo consta. Onde esse preconceito se revela mais nítido é em certas superstições populares, como a que diz que o fato de dormir com uma negrinha virgem cura as doenças venéreas e elimina “a urucubaca”.

A abolição da escravatura, que tornava a negra uma vítima passiva da lubricidade do patrão, as oportunidades oferecidas pela industrialização, que fazem que a mulher de cor prefira ser operária a doméstica, a elevação do nível de instrução (que passou de 25%



a quase 40% com referência à preta no curso dos últimos anos) permitem à menina de cor de hoje resistir melhor aos desejos dos brancos. Entretanto, o estereótipo da preta sensual e pronta a prostituir-se continua: "O preto não se casa, junta-se" diz um provérbio.

Uma família do bairro da Glória adotou, por ocasião do nascimento de um filhinho, uma criança preta da mesma idade e de sexo feminino, a fim de criá-los juntos. Os pais disseram que faziam isso para que, mais tarde, o filho não adquirisse moléstias venéreas com as mulheres da rua. Ele teria tudo em casa. Mas o menino morreu antes de poder aproveitar-se da menina.

Não sabemos se essa história é verdadeira, não pudemos verificá-la. Parece-se extraordinariamente com o tema de um romance de Mario de Andrade, "Amar, verbo intransitivo", apenas, a mulher escolhida pelos pais para o filho da casa já púbere, era uma governante alemã. Porém, autêntica ou não, a história é significativa e reveladora de certas representações coletivas, de certas atitudes dos brancos para com os pretos.

De fato, e embora a mulher de cor tenha agora a liberdade de se recusar aos amores passageiros dos brancos, as uniões ilegítimas entre as cores continuam. Devemos atribuir-lhes as causas em primeiro lugar à promiscuidade dos cortiços, em que os adultos não fazem cerimônia em praticar o coito diante dos filhos, em que as crianças ficam soltas o dia todo, para vagabundear, e podem assim iniciar-se mais precocemente nos jogos eróticos. Citam-se mesmo casos de incesto entre irmãos, padrinhos e afilhadas (incesto de tipo religioso). É evidente que uma menina criada num meio desses não considera a virgindade como um "valor", e que se entregará mais facilmente que outra. Acresce que uma moça deflorada será aceita por um patrão branco tão bem como outra, tudo o que se lhe pede é que o serviço seja bem feito. Mas é preciso também fazer intervir outro fator, que vai influir para que a preta se entregue mais facilmente a um branco do que a um homem de cor. O branco é de uma condição superior. O fato de dormir com ele constitui pois uma espécie de promoção social; logo, ela aceitará de boa mente as propostas deshonestas do patrão ou do filho do patrão. Parece-lhe que assim, pelo menos provisoriamente, escapa à atmosfera sufocante do seu meio, vive numa espécie de sonho. Mas o sonho termina muitas vezes em pesadelo. O branco começou por fazer algumas gentilezas, a negrinha está satisfeita em ser objeto da atenção de um branco "fino", "distinto"; conversam, marcam encontro, a preta julgou fazer uma conquista, mas ela é que foi conquistada. O branco abandona-a muitas vezes depois do primeiro contacto, outras vezes a ligação continua por algum tempo, mas a mulher é sempre abandonada, mais cedo ou mais tarde. Se os pais recorrem



à polícia, não são atendidos, sobretudo se esse branco responsável é uma pessoa influente ou de posição.

Um moço branco deflorou uma menina de côr de 14 a 15 anos. Ela ficou grávida. A mãe soube-o, veio a S. Paulo ver a patroa da filha, mas não pôde arrumar a questão; então levou-a à polícia. Mas o delegado perguntou-lhe: O que é que a senhora acha que posso fazer? Que o obrigue a casar-se com a sua filha!? Ela devia ter tido cuidado.

Poderíamos citar outros casos análogos. Todavia, às vezes a justiça força o branco a dar uma pensão à criança. Assim o erotismo manifesta, sob uma aparência de aproximação das côres, o mais doloroso de todos os preconceitos: o estereótipo da preta como fonte unicamente de prazer, como um animal feito para a volúpia, que se repele desdenhosamente, uma vez satisfeito o desejo. A prostituição está de atalaia. Mas até nesse setor a segregação se faz sentir. A preta não é admitida como "moça da casa", deve contentar-se com a rua, e a sua tarefa é sempre inferior à da branca. Até na lama há graus de decadência.

O preto não pode admitir que o branco o vença nessa concorrência sexual. A batalha das côres é aqui mais aparente talvez do que no domínio econômico e profissional. Um preto bem falante ou um mulato bonitão tem todas as aventuras que quiser com as pretas. Alguns tornam-se sedutores profissionais, "colecionam virgindades", o que "tirou" o maior número é reputado macho.

Pois existe entre os pretos contra os brancos uma ideologia do "macho". O branco não tem órgãos tão possantes como o do preto, não é tão persistente, pratica o coito "como o gado"... Se a preta o prefere apesar de tudo é apenas por um cálculo vão de vaidade, mas, de fato, ela deseja o preto. Uma pesquisa feita nas gafieiras permitiu verificar, entre outras coisas, essa ideologia do "macho". O negro recusa-se a pagar a sua parceira de amor; o branco é que deve pagar.

"Antigamente eu gostava só de pretos, mas hoje vejo como me enganava; êles só querem se aproveitar da gente. Durmo com um preto, êle não me dá sossego a noite toda; de manhã quer o seu café com pão e manteiga... e, ainda por cima, preciso dar a êle um bilhete de ônibus. Mas o que eu quero é dinheiro". — Outra preta, falando dos clientes de côr: "Êles são meus bons amigos, mas só para dançar". E mostra as negrinhas, sentadas na mesa dos brancos, que pagam a conta: elas dançam a noite toda com pretos, mas acabam saindo com os brancos". (7)

---

(7) Documentos colhidos por Renato Jardim Moreira.



Essa concorrência sexual não se traduz somente pela luta em torno das mulheres de côr, e por essa ideologia do Macho, mas ainda pela importância que o preto dá ao "tabu da virgindade". "Lá se foi o tempo em que o senhor deflorava as suas escravas, e depois as passava a pretos estimados como esposas legítimas. O preto de hoje tem o senso da sua honra de macho". É a sua resposta às negrinhas e mulatas que se entregam aos filhos dos patrões; elas sabem antecipadamente que não poderão encontrar, depois, um marido no seu grupo de côr. Mas sobretudo vamos ver explodir essa rivalidade, agora, em torno da branca.

A etiqueta branca proíbe severamente, e ainda mais severamente nos povos latinos do que em outros, toda relação sexual fora e antes do casamento. Permite apenas, e isso mesmo só recentemente, o namoro. O preto vai reagir e opor a uma situação de fato que o coloca em condições de inferioridade — a preferência da preta pelo branco — uma ideologia: a preferência secreta da branca pelo preto. Se entretanto a branca não se entrega, apesar do grande desejo que tem do preto, seria unicamente devido à pressão da sociedade, à força da moral do grupo. Contaram-nos, entre outras provas desse desejo da branca, a história de uma mulher que tinha um motorista de côr; ela provocava-o, roçava por êle, mandava-o segurar uma escada quando ela subia para arrumar as cortinas de uma janela... Porém encontramos exatamente a mesma história e com os mesmos pormenores num romance das Antilhas, de Zabel, de modo que o caso pertence seguramente ao folclore negro das relações raciais; o seu interesse está pois em revelar um complexo de ciúme, uma ideologia de revide.

Resta, é verdade, o namoro. É evidente que a branca é a grande tentação do preto que prefere, mesmo, a loira à morena. "O preto, disse-nos uma preta, queixando-se, não dá valor à mulher preta; corre atrás das brancas". Entretanto, o namoro entre brancos e pretos encontra a mesma oposição do meio social que o casamento misto; a maioria dos pretos que responderam ao nosso inquérito nunca tinham cortejado brancas; alguns acrescentaram que não era por falta de vontade, mas que temiam uma recusa, um riso, uma caçoada, ou um desdém ofendido.

Em resumo, há na classe preta uma espécie de nostalgia da côr branca, a preta tendendo a aceitar como uma honra as carícias do branco, e o preto tendendo a procurar, a fim de mostrá-las ostensivamente aos amigos, amigas brancas, quando não amantes. A miscegenação, quando se produz sob formas ilegítimas, revela-nos, pois, menos a fraternidade das côres que a concorrência sexual.



## O CASAMENTO MISTO

Se o preconceito é patente nos amores ilegítimos, desaparece com a união legal. Ou, pelo menos, tende a desaparecer, pois pode despertar se o casal não chegar a entender-se e começar a brigar. Ou ainda pode existir numa forma larval, quando o casamento não é de amor, quando a mulher, de classe inferior, porém branca, aceita um marido de cor de uma condição superior, para melhorar as suas condições de vida ou a sua posição. Enquanto no caso de uniões efêmeras é o branco que corre atrás da preta, no casamento, o caso mais freqüente é o do preto que se casa com uma branca. Os papéis invertem-se. Um dos nossos informantes confessava: "O preto, no seu desejo de desposar uma branca, agarra a primeira que aparece", uma aventureira, uma garçonete de bar, uma filha de criada... O casamento misto apresenta, para o nosso tema de pesquisa, uma grande importância. É um dos reativos por meio dos quais se pode julgar da força ou da persistência do preconceito de cor no meio paulista. A pesquisa que fizemos entre os brancos comportava entre outras perguntas as seguintes: "Concordaria em que sua irmã ou sua filha se casasse com um homem de cor? — Concordaria em casar com uma pessoa de cor?" e pudemos verificar que era esse o bastião do etnocentrismo, mesmo na classe baixa, em que as relações de cor pareciam mais fraternais: "Deus me livre... Que horror". E apesar de 1/3 dos brancos aceitarem o casamento misto, essa aceitação era mais teórica do que prática, visto que alguns confessavam ter namorado moças de cor e ter desistido do casamento devido à oposição da família. Naturalmente, quando se passa da classe baixa para a média ou a alta, a repulsa é ainda mais forte, o preconceito de classe reforça então o de cor tornando-o mais virulento. Alguns dos nossos informantes não conseguiam explicar por que tais casamentos mistos existem nas zonas rurais, e atribuíam a sua existência à ação dos macumbeiros pretos, que agiam a favor dos pretos pela onipotência da sua feitiçaria africana! Em todo o caso, o fato aí está, os casamentos mistos são mais freqüentes no interior do que na capital, e um exemplo ilustrará bem, acompanhando a vida de um casal do interior para a metrópole, a ação destruidora desta última no casamento das cores:

Um preto casara-se no interior com uma filha de italianos, companheira de escola e vizinha de casa. Marido e mulher viviam muito bem e vários filhos mulatos haviam nascido da união. As crianças tinham ouvido contar que S. Paulo era uma cidade "formidável", e convenceram os pais a vender a pequena propriedade para mudar-se para a capital. Mas em S. Paulo a mulher tinha ver-



gonha do marido, fazia o impossível para sair sempre só. O pai deleixado voltou sozinho para o interior mas já sem propriedade <sup>(8)</sup>.

Sob outro ponto de vista o casamento misto é também revelador do grau de intensidade do preconceito de cor. Permite medir as resistências do meio social aos caprichos de uma paixão que zomba das diferenças de raças. Há em primeiro lugar a oposição da família do branco ou da branca. Chegam por vezes a batê-la, a trançá-la, a mandá-la para alguma cidade distante, se "o raciocínio não basta". Se apesar de tudo o casal se une, os pais recusam-se a receber a filha. Acontece todavia que, o casal sendo feliz, o genro conseguindo triunfar na vida, mostrando-se amável, os pais reconsideram a situação, acabam por aceitá-la. Mas isso nem sempre se dá. A porta fica definitivamente fechada ao genro, e até à filha. "Ela morreu para nós". À oposição da família junta-se a oposição do meio social, os "diz-que-diz-que" dos vizinhos.

Toda a sociedade branca é solidária contra essa traição à cor. No caso da de uma branca esposa de um preto, é uma "criatura que não vale nada"; no caso de um branco casado com uma preta, deve ser "um bêbado" ou então "fizeram-lhe mandinga", "êle não sabe o que faz", "vai ver de que jeito isso vai acabar".

A concorrência sexual também desempenha o seu papel aqui, e o grupo preto junta os seus protestos aos do grupo branco. Mas essa oposição não se limita ao domínio do "falatório" e da maledicência; família e vizinhos juntam-se para tentar destruir a união dos esposos: "Você não tem vergonha, bonita como é, de ter casado com um preto. No começo êles são bonzinhos mas são todos uns brutos. Você vai ver mais tarde". Não é raro ver que essas conversas, repetidas incessantemente, acabam por provocar a separação dos cônjuges. Ou então o casal retira-se para a solidão, sem frequentar nem o grupo preto nem o branco; e se a afeição mútua pode ajudar a suportar êsse isolamento, nem por isso a situação deixa de ser trágica. Quando as diferenças de nível, educação ou mentalidade são demasiado grandes, o casamento termina mal.

Um professor preto casou-se com uma branca de situação econômica inferior. O casal não é feliz. A mulher tem vergonha de sair com o marido. Vivem como se estivessem separados. Cada qual leva a vida para o seu lado. Outro exemplo: Uma moça casou-se com um vizinho, um belo mulato de olhos verdes. No dia do casamento, o pai do noivo disse a quem quis ouvi-lo, à saída da missa: o meu filho nasceu de uma negra, mas ninguém lhe dará ordens por causa disso; e, os que julgarem que podem tapear o meu filho enganam-se. O casal vivia com a mãe da moça, porque o ma-

(8) Ariando dos Santos tirou daí um romance. Mas o ponto de partida é real.



rido, ainda estudante, não podia ganhar a vida para os dois. Quarenta dias depois do casamento, o marido começou a bater na mulher, foi preciso chamar a polícia.

Mas o drama essencial não está aí. Vem da criança. Tanto que o casal decide em geral evitar filhos. Mas se aparecer um, já antes do nascimento, todos fazem votos para que seja branco. Se não fôr, se tiver puxado pelo progenitor mais escuro, então começa a tragédia, a família briga. Se fôr claro, é bem recebido.

Como dizia uma mulher de classe inferior, bem brasileiramente: o melhor meio de pôr fim às tensões raciais, é o casamento e não a luta. "Veja os meus filhos, já são brancos, pois lutar, formar associações de defesa, não adianta nada". Entretanto, no caso do filho claro, outros problemas aparecem. Os avós podem intervir para influenciar o neto contra o pai escuro e ligá-lo mais à mãe. Duas jovens mulatas claras, cuja mãe é preta, recusam-se a sair com ela, e, se forem obrigadas, ficam sempre um pouco na frente ou atrás, para que os passantes não pensem que é mãe delas.

Duas moças, uma alemã e outra mulata, trabalham na mesma fábrica. Para libertar-se do trabalho, casam-se, a alemã com um preto, a mulata com um homem mais escuro que ela. A alemã foi bem tratada pela família do marido, ela vinha "branquear a raça". Mas o marido da mulata foi mal recebido, porque vinha "pretejar", "escurecer" a descendência. O segundo casal teve um filho, infelizmente mais escuro que a mãe, os pais estão aborrecidos. O marido diz que o filho se parece com a mãe, mas ela responde que a cor é do pai. A criança cresce assim numa atmosfera de discussão, que se envenena cada vez mais.

Quando há vários filhos de cor diferente, o tom mais claro torna-se um fator de diferenciação afetiva por parte dos pais, e o ciúme levanta os irmãos uns contra os outros. Os mais claros têm vergonha dos outros e chamam-nos "negros". Os mais escuros respondem: "Você também não é branco, você é um descascado". Se saem juntos, os mais claros evitam levar os irmãos em certos lugares bem frequentados e preferem sair sòzinhos quando podem. Têm medo de ser rebaixados pela presença de seus irmãos e de receber também o tratamento de "negros".

Compreende-se nessas condições que o casamento misto seja repellido tanto pelo preto como pelo branco. Três quartos dos pretos interrogados mostraram-se refratários a êle. Tem-se dado a essa atitude o nome de racismo negro.

Todavia, essa recusa não significa que o preto esteja se enquistando na comunidade paulista. É que a miscegenação segue vias mais complicadas e mais subtis. O casamento entre um branco e



uma preta é relativamente raro. Mas faz-se, aproveitando-se das diferenças de nível econômico e das fissuras dos grupos, entre um preto e uma mulata escura, entre um mulato escuro e uma mulata ligeiramente mais clara, e assim por diante, até à mulata "passável" que se casa com um branco. Acabamos de dizer que três quartos dos pretos interrogados não aprovam o casamento fora da cor, mas é preciso acrescentar que o ideal, para todo rapaz, permanece "uma moça de pele mais clara que a minha". Até os racistas mais convictos foram de tal forma influenciados pelas concepções estéticas do meio branco que consideram a branca como o seu ideal de beleza e se casam com moças que, pelos seus cabelos lisos, pelo seu nariz afilado, ou o seu tom de pele, se aproximam desse ideal "ariano".

Compreende-se melhor por que é o mulato que, na opinião de todos, manifesta o preconceito mais tenaz contra o preto. É que ele não quer recuar, do mesmo modo que, entre os brancos, o operário que chegou a uma boa situação tem mais ambição para os filhos, em matéria de casamento, e é o que mais se opõe a qualquer "decadência". Notámos no decurso do nosso inquérito vários casos de mulatos que se opuseram formalmente ao casamento dos filhos com pretos. "Você não tem vergonha de querer casar com um negro?" Não há nenhum paradoxo nisso, como o julgam os brasileiros brancos. É a consequência lógica de toda a política nacional, a do embranquecimento progressivo da população e também da ascensão do grupo preto na escala social, o mulato sendo sempre preferido ao preto na obtenção dos empregos.



## EFEITO DO CONCEITO DE CÔR (\*)

Acabamos de ver que, em certos setores e sob certas formas, faz-se sentir o preconceito de côr — um preconceito que nem sempre ousa dizer o seu nome. Mas em face dos transtornos que a urbanização e a industrialização introduziram na vida, tanto os pretos como os brancos sentem-se hesitantes e inquietos: os antigos valores tradicionais estão desmoronando; alguns indivíduos agarram-se ainda a êles, em vão porém; e as novas ideologias ainda não se cristalizaram e nem se generalizaram. O prêto permanece indeciso entre a miscegenação e o racismo. Ao passo que o branco se encontra desorientado diante do “novo negro” e já não sabe que atitude tomar com relação ao homem de côr que se aproveita de todas as fissuras do antigo edifício social para melhorar o seu nível de vida. Naturalmente os valores mudam sempre quando as estruturas sociais se modificam, mas evoluem mais devagar e sempre com certo atraso com referência aos fatos morfológicos. Arrastam após si uma vaga nostalgia do passado abolido. Por isso, temos de levar em conta, neste capítulo, o fato de ser São Paulo uma “cidade em transição”, e não separar os efeitos do preconceito dos efeitos das perturbações sociais sôbre as ideologias e os sistemas das relações entre as côres. As coisas estão demasiado entrosadas, visto que as ideologias são, por um lado, racionalizações, justificações tardias do preconceito e que, por outro, refletem estruturas sociais, exprimem tipos de relações entre os homens e as côres. Devemos pois estudar essa dupla série de efeitos paralelamente.

### EFEITOS DO PRECONCEITO SÔBRE A PERSONALIDADE DO NEGRO

De que modo reage o negro às atitudes do branco a seu respeito? Às barreiras que encontra no caminho, seja na vida profissional seja na vida social? Pelo conformismo ou pela resistência? Pela revolta ou pela fuga? É evidente que aqui o temperamento individual desempenha um papel importante. Mas não se poderão

---

(\*) Este capítulo foi redigido por Roger Bastide.



encontrar, para além dessa multiplicidade incoerente, que depende da diversidade dos caracteres, certas atitudes coletivas? Há uma classe baixa, como dissemos, e uma classe média de côr, há negros mais ou menos puros e há os mulatos, há por fim os chefes que pretendem sustentar as reivindicações gerais do grupo de côr. Não será possível distinguir diferenças de reações conforme esses grupos? E como um indivíduo se forma sempre num certo meio, e dele recebe seus quadros e seu sistema de referências, é provável que as reações pessoais se moldem mais ou menos pelas do grupo.

O prêto de baixa classe está habituado à sua situação inferior com relação ao branco. Percebe tudo o que lhe falta, tanto sob o ponto de vista da instrução como dos recursos econômicos, para poder entrar em competição com este último. Se é recusado em certos lugares, bares, salões de beleza, clubes, sabe que o branco de igual condição também não é recebido ou só dificilmente. Por conseguinte, o problema da côr não se apresenta para êle com a mesma intensidade, e o ressentimento contra o branco, quando se revela, permanece cuidadosamente localizado. Para a mulher, por exemplo, contra os patrões que preferem empregar brancas como domésticas para os serviços "finos". Para o homem, na concorrência sexual, ou contra o imigrante, recém-chegado, que pode prejudicá-lo no mercado do trabalho. De modo que muitos pretos dessa classe consideram, nas respostas ao nosso inquérito, que o Brasil não tem preconceito de côr. Ou, mais exatamente, que tem um, mas que não se manifesta contra o negro.

Isto posto, duas atitudes são possíveis. A primeira é a da capitulação passiva, é a aceitação de "ficar no seu lugar". Esse conformismo é aliás inculcado à criança de côr muito cedo. Quando o menino quer continuar a frequentar a escola ou a menina uma oficina especializada, os pais dizem: "Para quê? Prêto foi feito para os trabalhos brutos, isso não adianta nada". Consideram êles que o esforço de ascensão, numa sociedade dominada pelo branco, não é recompensado, e que o melhor é ainda encostar-se a um branco que pode ser útil, a menina empregando-se como doméstica em casa de gente boa, o rapaz lavando automóveis. Uma ideologia, aliás, justifica por vezes esse conformismo, herança do cristianismo ou da antiga escravatura, a do Destino: aceitação da própria sorte, porque está escrito, por toda a eternidade, nas leis divinas: "Se Deus quiser..." O hábito da docilidade, de fazer exatamente o que o branco espera do negro, impede que se veja o lado moral do problema, para deixar transparecer apenas o lado concreto: "O prêto não tem cabeça" diz-nos um dêles. Como é que pode igualar ao branco?" E se êle refletir, será, não para se levantar contra o branco, mas contra os outros negros. Está acostumado a ser dirigido pelo bran-



co, nunca viu o negro ocupar posições de autoridade. De modo que desconfia d'ele, não irá consultar um médico nem um advogado preto, recearia ser mal aconselhado. Não falemos de ciúme. O ciúme não funciona neste nível. O que domina, pensamos, é a idéia do preto da classe baixa de que nada tem a esperar do da classe média ou alta, sobretudo quando se sente cortejado por êste último, com fins eleitorais ou para participar em grupos de defesa dos interesses negros. É uma reflexão que se ouve com frequência nas zonas dos cortiços: "O preto que funda sociedades só pensa em se aproveitar de nós, para ter dinheiro ou para fazer nome, entrar na política e, depois, conseguir um bom lugar. Mas assim que obtem o que quer êle nos abandona. Um sujeito que vivia atrás de nós agora nem nos cumprimenta. Quando nos vê, vira a cabeça e anda mais depressa. Tem vergonha de nós". Não se pode deixar de notar, nesse conformismo, um certo realismo; o preto teme perder o pouco que tem, as possibilidades novas que se abrem a êle, tomando uma atitude de resistência brutal contra o grupo branco. Prefere, num mundo dirigido pelo branco, o apoio dêste último ao do preto, que ainda não está bastante seguro nem consolidado.

Esse realismo, vamos encontrá-lo ainda mais nítido na segunda atitude possível da baixa classe. Trata-se ainda de aceitação, mas desta vez não mais passiva, ao contrário, ativa. No primeiro caso o que se aceitava era a sociedade antiga, tradicional, que o preto julga existir ainda. No segundo caso, o preto se dá conta da novidade introduzida pela industrialização, e o que aceita é a nova sociedade, a sociedade de classe. O operário branco tem direitos, um certo estatuto, escolas técnicas, possibilidades de promoção no emprego, e de melhora de salário. O preto reconhece que não pode entrar em competição com êle para os postos de direção, mas o proletariado lhe fornece, em todo o caso, possibilidades interessantes de ascensão dentro da classe baixa. A pesquisa que fizemos entre os pretos compreendia entre outras as questões seguintes: Que posições imagina poder preencher? Que profissão teria desejado seguir? — Ora, contrariamente ao que se afirma em S. Paulo, de modo geral, o preto não procura subir para ter mais "aparência" mas para ter maior segurança econômica; não procura parecer, mas ser. As profissões liberais que em geral passam por ser o ideal do preto, que desejaria ser "o que o branco é", vêm de fato em segundo lugar; o preto aceita a sociedade de classes para fazer dela o ponto de partida da sua ascensão. Por exemplo, para as mulheres a posição mais cobiçada é a de costureira, em primeiro lugar porque existem em S. Paulo diversas escolas de costura (é portanto um ofício possível), depois porque o trabalho é bem remunerado e pode ser feito em casa, ao mesmo tempo em que os trabalhos domésticos, e talvez também por



ser um ofício respeitável. E é preciso notar que as modistas recebem frequentemente o tratamento de "Madame". De modo que as domésticas, ou arrumadeiras, ou lavadeiras desejariam ser costureiras — e mesmo operárias — de preferência a professoras ou datilógrafas. Se agora passarmos aos homens, verificaremos que bem poucos querem ser funcionários, é uma posição que não rende bastante, mas a grande maioria desejaria ser mecânico ou motorista. Entretanto o ofício de mecânico é "sujo", mas, além de haver em S. Paulo escolas técnicas, é um ofício bem remunerado e que dá independência. Também se deve levar em conta que êsse trabalho não foi degradado pela escravatura, pois os escravos não faziam serviços que exigiam o uso de máquinas, as quais eram confiadas a técnicos estrangeiros. Quanto ao ofício de motorista de taxi ou de caminhão não exige um aprendizado longo e custoso, nem um nível de estudos elevado; mas constitui um trabalho decente e seguro do ponto de vista econômico, além disso, um motorista é sempre bem tratado. Como se vê, a aceitação é ativa, aqui; trata-se de tirar proveito da sociedade de classes, com a mobilidade vertical que ela torna possível, sem querer forçar as etapas. Trata-se de tirar proveito da industrialização para sair da plebe, da massa dos trabalhadores não especializados, atirados de um lado para outro, e chegar ao nível do que os norte-americanos chamam trabalho "semi-independente", chegar a uma profissão manual, porém honrada.

Mas êste segundo grupo da classe baixa percebe os limites da competição também. Encerra-se no terreno em que pode vencer, não procura forçar aquêle em que não é aceito. Sabe que poderá ter com os brancos boas relações no trabalho e como vizinho (pequenos favores mútuos, em caso de necessidade, de doença, cumprimentos respeitosos na rua, uma palestrinha) mas que lhe será mais difícil forçar a porta de casa, a intimidade da vida social, entrar nos bailes dos brancos. Êle vive pois bastante isolado, recebendo sobretudo amigos de côr; tem seus clubes de futebol nos subúrbios da cidade, e os rapazes frequentam os bailes de negros, para exhibir a sua "virilidade".

Encontramos atitudes análogas na pequena classe média. Ela preocupa-se antes de tudo de evitar choques, por conseguinte aceita a ordem existente. Aceita-a tanto melhor quanto essa ordem lhe permitiu uma elevação do nível econômico e uma certa posição social. Essa classe evitará os choques com tanto maior cuidado porquanto já sabe o que êles significam por experiência própria, seja na escola seja na profissão. Em geral, conforme os resultados do nosso inquérito, os seus membros jamais cortejaram mulheres brancas a fim de evitar "contras". E contentam-se, na profissão, em obedecer aos chefes, manter relações puramente formais com os colegas



brancos, de cortesia, não de camaradagem. Têm prazer em receber brancos em suas casas, se os brancos lá forem espontaneamente, mas não os procuram, e o círculo dos seus amigos verdadeiros se restringe ao das pessoas da mesma cor: "Para conservar a amizade, cada qual deve guardar as distâncias". "Há lugares em que não me apresento, sei que certos brancos me tratariam bem. Mas não me sinto bem no meio deles." "Quando saio com minha mulher, evito lugares onde sei que o preto não é recebido. Pois se eu não fôsse servido reclamaria e o garçom me diria: Bem se vê que é um negro. E é isso que eu quero evitar". O homem de baixa classe não ignora as zombarias a respeito da sua cor, sabe que o tratam de "urubu" ou de "saco de carvão", ou de tição, mas o homem da classe média tem uma sensibilidade mais fina e melindrosa e sofre muito mais com qualquer vexame. A instrução e a educação desenvolveram nêle o senso da dignidade humana. Prefere afastar-se, caso pressinta que lhe querem impor uma segregação humilhante. Ele sabe que poderia vestir-se bem e penetrar num salão de barbeiro frequentado por brancos, mas sabe também que terá de esperar horas, e que no fim sairá dali mal barbeado ou com o rosto lanhado, para que não se lembre de voltar. Ou poderia também impor-se, valendo-se da lei Afonso Arinos, que pune todo hoteleiro que recusar um preto num hotel elegante; mas dar-lhe-iam o pior quarto e o serviço seria mal feito.

A classe média aceita, pois, a ordem existente. Encontrou outras armas contra as barreiras: em vez da força, a paciência e a ironia. É preciso procurar sempre o lado bom das coisas, divertir-se com a vaidade dos brancos, responder a uma zombaria com outra. Ao filho que se queixava de ter sido chamado de negrinho na escola, o pai recomendou que chamasse o companheiro de "branca-de-neve", pois é sabido que os meninos não gostam que os tratem de meninas. Há pois um princípio de humorismo nessa classe, mas é um humorismo crispado que tem às vezes um gosto de lágrimas engulidas.

O ajustamento do negro à sociedade dos brancos manifesta-se ainda de outro modo, pela aceitação dos estereótipos do branco sobre os negros, mas dando-lhes um novo sentido, isto é, aplicando-os a uma só classe, a plebe negra, e não ao conjunto de cor. A classe média de cor preocupar-se-á antes de tudo com a respeitabilidade e a honorabilidade. Será, como a dos Estados Unidos, puritana. Justificará a sua ascensão aos olhos dos brancos separando-se o mais possível da baixa classe, recusando-se a qualquer contacto que possa comprometê-la e fazer-lhe perder a dignidade, essa dignidade tão duramente conquistada. Isto é muito claro quando se fala com os pretos proprietários de casas, que vivem nos arrabaldes da cidade, onde os terrenos são menos caros, e que evitam toda relação com



os pretos de categoria inferior ou de moralidade duvidosa. No entanto, não procuram entrar em contacto com seus vizinhos brancos, pois a menor alusão à sua cor, que poderia surgir no decurso da conversação, ser-lhes-ia intolerável. Uma mulher desse grupo social disse-nos, referindo-se a uma italiana, sua vizinha, que não podia frequentá-la porque ela costumava gritar a todo o instante, quando executava um trabalho duro, "um trabalho de negro!". Esses pretos vivem assim inteiramente isolados, recebendo apenas os membros da família, dispondo de pouco dinheiro (devido à prestação mensal da casa) para ir ao cinema, e contentando-se com o rádio, porém tratando de criar cuidadosamente os filhos, de dar-lhes instrução, não os deixando brincar na rua, procurando mandá-los a boas escolas pagas do bairro, evitando qualquer ato que os possa "desclassificar" na opinião pública. De modo que eles são considerados esquisitos nos bairros, pelo isolamento em que vivem e pelo puritanismo. "São pessoas que nunca se divertem, sempre fechados entre quatro paredes, sem nunca ver ninguém. São certamente meio loucos". Alguns deles entretanto têm prazer em exhibir a própria elevação, aceitam fazer parte de associações culturais de pretos ou de clubes de futebol; se são católicos, da Irmandade do Rosario dos Pretos. Mas a maioria receia ter mais a perder do que a ganhar dando a sua adesão a movimentos de cor; de perder, por um título de presidente de clube, os resultados já obtidos perante a opinião pública, de homem "decente". A vida familiar basta-lhes.

Isso não quer dizer que não haja, na classe baixa e na média, momentos de revolta, quando, apesar de todos os esforços de ajustamento, sofrem a ferida do preconceito. Mas, na classe baixa, essas revoltas estalam como tempestades de verão que se acalmam após o primeiro clarão. Não existe "complexo de revolta".

Na classe média trata-se antes de uma cicatriz secreta. Pode-se trazê-la à luz do dia seja por processos psicanalíticos, por exemplo, o estudo dos sonhos (verificamos muitas vezes a importância do sonho do assassinio coletivo nos mulatos dessa classe) ou por meio do que se poderia chamar "o teste da bebida". Um jovem preto alegre, simpático, muito amigo dos seus colegas brancos, assim que começa a beber não pode mais dominar as suas palavras e dá livre curso ao seu ressentimento contra os brancos.

A revolta nota-se mais claramente na classe dos intelectuais, dos líderes de cor que se preocupam com a organização da classe preta para fazê-la progredir mais depressa na sociedade. Mas o que nos chama a atenção quando abordamos essa classe, é a ausência de uma ideologia coerente, a multiplicidade dos pontos de vista, multiplicidade que manifesta a não-existência de um sentimento racial comum, mas ao contrário a importância das diferenças de persona-



lidades. Certos intelectuais que tiveram de lutar para triunfar, não querem perder o terreno conquistado, por uma política de violência; ao contrário, tudo farão para ganhar a confiança de seus colegas brancos, para captar a sua simpatia e impor-se em seu meio pelo valor moral e pela capacidade. Há outros, porém, que têm a obsessão do tratamento diferencial, verificam-no em certos casos e generalizam-no, levando sempre à conta da cor o que às vezes se deve atribuir à classe, ou à conta das barreiras raciais, malogros que podem às vezes provir de uma falta de preparo escolar ou de capacidade técnica. Sentem-se antes de tudo "negros" embora alguns dos líderes sejam às vezes mulatos. Mas mesmo os escuros frequentaram escolas superiores, foram criados segundo as normas dos brancos, "mulatizaram-se", conforme a expressão de um deles. É justamente a razão pela qual, aliás, sentindo tão bem a sua homogeneidade de sentimentos e de idéias com os brancos, eles percebem que a única diferença que os separa é a pele. Tomaram consciência da sua "negrura". E sobre ela vão edificar toda uma filosofia.

## A PROCURA DE UMA IDEOLOGIA DA RAÇA NEGRA

Foi somente após a guerra de 1914-1918 que o negro tomou consciência da sua condição. Primeiro, contra o imigrante que, tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social, enquanto ele permaneceu em baixo. E também sob a influência dos partidos socialista e comunista que fazia uma propaganda ativa entre o proletariado de cor, em particular por ocasião do caso de Scotbar. Ao mesmo tempo, o movimento modernista descobriu a estética africana e contribuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens; não se deve esquecer, com efeito, que o movimento modernista nasceu em S. Paulo.

Mas foi na velha cidade tradicional de Campinas que se imprimiu o primeiro jornal negro, em 1924, "O Getulino", jornal de reivindicação e de combate. E será somente quando os fundadores do jornal se mudarem para São Paulo que a idéia de uma organização de gente de cor tomará forma. O jornal negro da capital, O CLARIM DA ALVORADA, de pretensões puramente literárias, começou a tornar-se mais combativo. Entretanto, a maioria dos grupos de pretos, como Kosmos, não passavam ainda de sociedades de beneficência ou recreativas. A Federação dos Homens de Cor, organizada pela Irmandade do Rosário, teve uma duração efêmera, e a Sociedade dos Amigos da Pátria perdeu-se na política local. O negro tomava apenas muito lentamente consciência da sua "negrura".



Foi então que o major Antonio Carlos teve a idéia de fundar uma Biblioteca para Negros, o Centro Cívico Palmares. Mas foi logo obrigado a mudar de orientação. O chefe de polícia da época, o dr. Bastos Cruz, baixara uma circular proibindo a entrada na Guarda Civil aos homens de côr. O Centro Cívico transforma-se então num centro de luta contra os preconceitos de raça. Esse movimento de reivindicação foi ativado pela chegada a S. Paulo de um prêto semi-analfabeto, porém orador de grande classe, Vicente Ferreira. O espírito de luta substitui pouco a pouco o de submissão passiva e, quando o jornal italiano "Fanfulla" publicou o seu célebre artigo contra os negros, bandos de homens de côr tentaram penetrar nas oficinas do jornal para empastelá-lo.

Entretanto, tratava-se ainda de uma pequena minoria, apenas, sem grande apoio numérico, uma elite racial. Mas a crise de 29, agravando as condições de vida da classe baixa, e aumentando a desocupação, criou um clima mais favorável aos protestos até então isolados dessa elite. Os pretos entusiasmaram-se pela revolução de 30, dirigida contra o Partido Republicano, apoiado na velha aristocracia local. Convém notar que todos os movimentos reivindicadores nasceram no bairro do Bexiga, habitado também por italianos, e não na Barra Funda, que no entanto é a zona de maior densidade da população de côr. É que o negro do Bexiga via o imigrante elevar-se pouco a pouco na sociedade e descobria assim um horizonte mais amplo para as suas próprias ambições. Foi então que se fundou a Frente Negra em 1931, dirigida pelos dois irmãos Veiga dos Santos. Mas um dos dois inspirou-se nos movimentos nacionalistas europeus, como o Fascismo ou o Hitlerismo, para melhor desenvolver o espírito racista e anti-branco dos seus compatriotas de côr. Razão por que certos pretos, como os do "Clarim", se recusaram a entrar no movimento. Apesar de tudo, a Frente Negra obteve um enorme êxito, não somente na capital e no interior do estado de S. Paulo, mas em quase todos os recantos do Brasil. Pode-se dizer que foi o principal responsável pelo despertar de uma consciência racial no negro.

A Frente Negra acabou por registrar-se como partido político, mas não teve tempo de agir sob essa forma, pois Getúlio Vargas suprimiu em 1937 todos os partidos políticos existentes. E o movimento de organização e de protesto não recomeçou senão muito depois, em 1945, por ocasião da queda do governo pessoal de Vargas.

Podemos pois parar aqui e examinar, através dos jornais e artigos desses líderes de côr, entre 1925 e 1937, o nascimento de uma ideologia de combate ou em todo o caso de defesa do prêto. Em particular através do jornal da associação "A Frente Negra", "A Voz da Raça". Ora, o que nos chama a atenção em primeiro lugar é



a negação de certos traços africanos, por exemplo, a abundância de publicidade para os cremes alisadores de carapinhas, ou ainda a recusa das tradições africanas, como as congadas e os batuques, para substituí-las por manifestações copiadas dos brancos, como o coroamento das rainhas de beleza, os pique-niques no campo etc. Enquanto isso, êsses jornais tentaram glorificar "a raça" transcrevendo páginas de antropólogos anti-racistas ou dedicando artigos aos escritores, heróis, santos de côr. Sente-se pois a vontade manifesta de substituir pela imagem do antigo prêto, mais africano que ocidental, mais exótico que nacional, a imagem do "novo negro". Racismo talvez, porém racismo penetrado dos valores e das normas dos brancos. A mesma hesitação encontra-se entre o enquistamento e a miscegenação. De um lado, defende-se o "mulatismo", considera-se, contra o descendente de imigrantes, que só o brasileiro que tem um pouco de sangue negro nas veias merece o título de brasileiro, exprime-se satisfação e orgulho pela solução dada pelo país ao problema racial. Por outro lado, manifesta-se receio diante do embranquecimento progressivo da população que elimina, pela mestiçagem, os melhores elementos da raça negra. Por fim, um último traço digno de nota, é a aceitação da verdade dos estereótipos dos brancos sôbre os pretos, de onde uma intensa campanha de educação que vai até os conselhos práticos: como comportar-se num salão, como assoar o nariz..., insistindo na necessidade de deixar a bebida, de não vadiar, e, mais ainda, de instruir-se. Sempre a imagem do "novo negro" que é preciso substituir à antiga. Mas, ao mesmo tempo, êsses jornais estão cheios de artigos violentos contra as manifestações do preconceito e contra a má fé dos brancos.

Há pois uma ambivalência nessas ideologias, uma flutuação entre o racismo puro, o orgulho da côr, e um sentimento de inferioridade, que leva à imitação do branco, à adoção dos seus pontos de vista, e à tentativa de apresentar a imagem de um negro branco. O inquérito que fizemos no meio negro conduziu-nos, sôbre diferentes pontos, a resultados análogos. Fizemos a seguinte pergunta: Que pensa da situação do negro nos Estados Unidos?

Os que conheciam o assunto, sentiam uma certa atração por êle, orgulhavam-se de saber que negros podiam ser capitalistas, possuir automóveis e residências particulares, tornar-se banqueiros ou homens de negócios, mas compreendiam o preço que era preciso pagar por tudo isso. Ninguém queria perder nem uma parcela do clima tão mais livre e afetivo do Brasil. A miscegenação era aceita pelos mais racistas de todos os informantes, mas considerava-se uma solução demasiado longa; enquanto se espera, é preciso viver, e viver é lutar para subir. Um racismo provisório e mitigado é pois necessário. Um racismo que seja uma técnica para ultrapassar



o racismo. Despertar a consciência dos pretos a fim de incitá-los a entrar numa sociedade de competição econômica, para que possam, em igualdade de condições, bater o branco no seu próprio terreno. A cada qual a recompensa que merece conforme as suas capacidades.

Mas essa tomada de consciência da raça como tal vai, por sua vez, assustar o branco, levantar um ressentimento contra o outro. A política de embranquecimento, diz o negro, termina por deixar o homem de côr sem ajuda, pela preferência dada ao estrangeiro, sem nada fazer para diminuir a espantosa mortalidade do homem negro, sobretudo a infantil, nem para suprimir os cortiços em que as moléstias infecciosas se desenvolvem com uma rapidez desconcertante, em que a tuberculose reina. Quanto mais depressa morrerem os negros mais depressa o país se tornará branco. E o branco responde: tínhamos uma solução suave e bem dentro da nossa tradição democrática, pouco a pouco os sangues se mesclavam e o negro diluía-se na massa branca, e eis que certos líderes fazem, de seus complexos de inferioridade, doutrinas ideológicas, separam o que se estava unindo, introduzem um fermento de discriminação, de segregação, com todas as suas sociedades e jornais de combate. Excitam a classe baixa contra a ordem existente e introduzem por toda parte a desordem, a reivindicação, a arrogância. Alguns artigos de jornalistas brancos ilustrarão êsse recuo do branco: "Não sou nem contra o judeu nem contra o asiático nem contra o africano. Não tenho preconceito racial... Mas a negra moderna, arrumadeira, ou cozinheira, é o desespero de tôdas as donas de casa... Elas perderam hoje todo senso de hierarquia. Pintam as unhas, usam "baton" nos seus lábios roxos, passam pó de arroz nas suas faces pretas, lustram os cabelos com brilhantina e fazem tranças feito cordas de navios. No Brasil dá-se o contrário dos Estados Unidos. Aqui é o negro que quer separar-se do branco. Já na revolução de 30 êles fizeram questão de formar um batalhão independente. Nas sociedades negras um branco só pode entrar excepcionalmente, e é comum a formação de organizações artificiais como frentes negras, legiões negras, etc... Existe hoje uma repulsa do negro contra o branco. Nos Estados Unidos são os brancos que lincham os negros; aqui o que se começa a ver é o negro atacando o branco sem o menor motivo, impelido apenas pelo ódio de um preconceito que começa a se arraigar entre os de côr. Uma coisa é perfeitamente nítida: o Brasil quer ser um país branco... É o branco que vai absorver o negro e não o negro que, no futuro, vai prevalecer sôbre o branco. Ora, o lirismo sociológico de Gilberto Freyre, aliado à perda de toda disciplina, permitiu a confusão que hoje se nota e que levou o negro analfabeto à convicção de que o brasileiro legítimo é êle".



É aqui que notamos todos os malefícios do preconceito, mesmo sob as suas formas mais anódinas e mais veladas. A escravatura deixou uma surda irritação no coração do negro, e essa irritação manifesta-se ao menor gesto de diferenciação.

Há uma desproporção aparente entre a causa, que é o preconceito, e os seus efeitos, porque a causa passa através de uma personalidade humana, libertando todos os ressentimentos ocultos, despertando todos os traumatismos antigos. Mas essa irritação do negro perante o branco, sobretudo do branco de boas intenções, que se julga sem preconceitos, determina neste último uma violenta cólera; êle diz que nada tem a esperar dos negros, e o seu preconceito se fortifica ou se acentua. É mais um exemplo do fenómeno da "bola de neve" que se vai avolumando à medida que rola. É o que se está passando em São Paulo, um preconceito que se desenvolve por ação e reação recíproca, o preconceito restrito do início suscitando, no negro organizado e consciente, um ressentimento, e o ressentimento do negro suscitando, por sua vez, atitudes de hostilidade mais nítidas no branco. As quais vão ainda retezar mais o negro contra o branco e assim por diante, sem que se saiba onde e como será possível pôr um termo ao fenómeno.

## O DOMÍNIO DO AJUSTAMENTO INTER-RACIAL E DA CONSERVAÇÃO DA ORDEM SOCIAL EXISTENTE

Vimos no capítulo anterior que o preconceito se apresenta como uma auto-defesa do branco, quando se sente ameaçado pela ascensão do homem de côr. Trata-se de manter a pirâmide atual das ocupações, com o branco nos postos de comando e o negro nos postos subalternos. De que modo o preconceito consegue esse resultado? E quais são os seus efeitos na ordem existente? Por que mecanismos agirá êle contra todas as agitações que ameaçam perturbar as estruturas sociais tradicionais? Como no parágrafo anterior fomos levados a estudar as ideologias dos negros como sinal de tomada de consciência da "raça", devemos agora estudar as ideologias dos brancos como sinais de auto-defesa e como instrumentos de controle social.

Os brancos já não condenam o negro como um ser congenitalmente inferior. Se ainda se encontra essa idéia em alguns imigrantes da classe baixa, ela já não existe entre os brancos educados. Mas o branco afirma que o negro tem um duplo "handicap", a África e a escravatura. Alega que os negros que vieram ao Brasil procediam às vêzes de regiões relativamente civilizadas, como a Nigéria ou o Dahomey, mas na generalidade pertenciam a um continente



de "selvagens" ou de "bárbaros" e ainda não se livraram até hoje, salvo raras exceções, de sua mentalidade "primitiva". A escravatura, por sua vez, reduzindo êsses homens a "pés e mãos" a serviço dos senhores da terra, embrutecendo-os na dura labuta dos campos, extinguindo o sentimento da dignidade humana sob os golpes dos açoites dos feitores e, por fim, a abolição, feita sem uma educação prévia das massas de côr, impediram o negro de se integrar na civilização ocidental. Ele continua a viver à margem. Pois não busca instruir-se, nem melhorar a sua situação. Não tem constância nem energia no trabalho. Prefere vagabundear pelas ruas e beber pinga, assim que arranja um pouco de dinheiro, em vez de economizar. Ou então vive à custa da criada de côr que lhe dá o dinheiro que ganha, e à noite o recebe em seu quarto, enquanto os patrões dormem. O branco sustenta que não tem preconceito de côr, e a prova é que ajuda alguns pretos, os melhores, a conquistar bons empregos, mas como ajudar uma compacta massa amorfa e sem vontade? São afirmações que ouvimos da boca de todos os empreiteiros, industriais ou comerciantes. Alguns dão exemplos ilustrativos, experiências que fizeram e que foram tão desfavoráveis para o negro que o branco desistiu de prosseguí-las, de empregadas que se arrogavam todos os direitos e passavam o tempo discutindo com o gerente, de operários que, depois do primeiro salário, não voltavam mais ao trabalho sem nem sequer avisar o patrão, ou que se entregavam a brincadeiras de mau gôsto como por exemplo fazer suas necessidades na água potável, etc. O negro, dizem êles, não é capaz de trabalho organizado, não tem o senso de responsabilidade profissional, não sabe servir-se de máquinas, não gosta de submeter-se a um horário fixo e regular, é capaz apenas de trabalho bruto e não-especializado, como transportar pesos, carregar e descarregar caminhões, limpeza grosseira. Numa palavra, os brancos não querem ver o esforço dos homens de côr para se integrar na sociedade de classes, como proletários: mantêm a imagem do "antigo negro", a fim de isolá-lo em certos setores da sociedade e deixar a outros brancos os empregos mais bem remunerados ou mais "decentes".

Mas essa ideologia não serviria ao branco senão para se justificar aos seus próprios olhos se, por uma técnica subtil, não passasse ao negro e não se tornasse uma ideologia deste último. Aí começa a sua função de controle social. A escola vai iniciar o processo. No fundo, as punições mais severas do mestre, as zombarias dos companheiros de brinquedos não têm outra finalidade senão dar ao prêto um espírito de submissão, ensinar-lhe bem cedo a se conformar, a aceitar a sua situação inferior. Os livros de leitura, em uso nas classes, apoiam êsse servilismo. Apresentam sempre o negro numa situação inferior de doméstico, como se quisessem dar



ao branco a impressão da sua superioridade e justificar a sua dominação econômica. A propósito de um negrinho, um deles escreveu: "Ele não tem culpa de ter nascido assim", como se a cor fosse um objeto de piedade e não de respeito. Outro escreve a propósito da raça branca: "é a mais bela e inteligente de todas". Na família tradicional ajudam de fato certos pretos a subir, mas ao preço de separá-lo do resto do grupo, isolando-o, cortando-lhe as raízes sociais, inculcando-lhe uma etiqueta e um ritual nas suas relações com os brancos, que distinguem as diferenças de cor e de nível social, que o mantêm numa posição subordinada de respeito e de reconhecimento. O preto é assim pouco a pouco embebido não só da mentalidade mas ainda dos valores do branco. Para empregar uma expressão psicanalítica, dão-lhe um "narcisismo" branco, ele admira-se na medida em que pensa e sente como um branco, em que se sente "latino", "ocidental" e não mais africano. "Nós, latinos...", disse um orador preto no início de uma conferência ou discurso. E é por isso que ouvimos os líderes negros repisar os mesmos temas que os brancos, afirmar que o negro é responsável pela situação, que esta é fruto dos seus vícios e da sua ignorância, e é por isso que as suas associações improvisam cursos de alfabetização ou de costura, e os seus jornais dão conselhos sobre a conduta e insistem tanto na necessidade da educação. Os que estão subindo sentem-se chocados pela grosseria dos seus irmãos de cor, sentem neles uma ameaça ao seu prestígio, e, então, tentam encarnar em suas pessoas, "a moral do branco", gostam de se mostrar bem vestidos, agindo como "gentlemen" e, para isso, separam-se dos outros negros, procuram a companhia de brancos, querem que se diga deles: "O senhor não é um preto como os outros. É um preto de alma branca". Ouvimos mesmo um deles proclamar: "O que seria preciso fazer é uma limpeza a fundo da sociedade preta", prender todos os criminosos, os vadios, as prostitutas, os malandros, para ficarmos livres deles de uma vez, e impedi-los assim de prejudicar os elementos respeitáveis da raça". Ao preconceito do branco corresponde por conseguinte um preconceito do negro contra o negro, do mulato ou do negro bem sucedido contra a plebe de cor.

E é dessa maneira que as ideologias do branco se transformam numa técnica de controle. Dividir para reinar. Atiçar o preto contra o preto. A ascensão de alguns elementos escolhidos não é pois o sinal de uma ausência de preconceito contra o grupo de cor, mas ao contrário um meio de impedir a formação de uma consciência racial. "É preciso animar os pretos a subir, disse-nos um branco, para consolá-los de ser pretos".

É a continuação e a forma moderna da velha política colonial. Então, tratava-se de impedir, numa população em que o branco constituía uma pequena minoria, a formação de um bloco de todos



os escravos contra os Senhores. Os Governadores portugueses e a Igreja esforçaram-se para isso, mantendo cuidadosamente todas as diferenças étnicas, a existência de "nações" separadas e antagônicas, "Nagôs", "Dahomeanos", "Minas", "Angolas", "Moçambiques". Foi essa política que impediu a generalização das revoltas e fez que todo movimento fôsse conhecido com antecedência pelos brancos através dos escravos de outras nações. Trata-se, agora, sob uma forma semelhante, de afogar a consciência de raça entre os homens de côr. A distinção do negro rico e do negro de classe baixa favorece essa política. Mas há ainda outros tipos de ação. Muitos negros desejam a constituição de um partido negro independente, com a sua massa de eleitores de côr, reunidos em tórno de um programa de reivindicações comuns, e seus próprios deputados. A Frente Negra obedecera a essa tendência. A luta dos partidos políticos pelo poder vai, ao contrário, colocar os negros uns contra os outros. As últimas eleições de 1951 são um testemunho disso. Borghi teria feito, num discurso, a apologia dos imigrantes contra os negros. Os seus adversários políticos imediatamente organizam desfiles de protesto pelas ruas de S. Paulo. Porém Borghi nega ter pronunciado tal discurso. Há no seu partido candidatos de côr. O resultado da manobra foi a dispersão dos votos dos pretos e a derrota de todos os candidatos de côr. O negro não pode defender-se nas câmaras e nas assembléias. É obrigado a aceitar a proteção do branco. O domínio da classe dominante se exerce até no terreno de suas reivindicações.

Essa fiscalização não pára aí. Não basta impedir a união dos negros. É preciso também, visto que alguns de côr sobem, vigiar essa ascensão, para que não seja demasiado rápida ou em número muito grande. A ascensão deve ser individual e não coletiva. É por isso que a vigilância se exerce a um tempo sôbre a massa e sôbre as pessoas. O negro que sobe sentirá sempre que deve a sua ascensão apenas à amizade ou à proteção do branco, e não aos seus próprios esforços. Será bem tratado, mas dar-lhe-ão a entender que não passa de um subordinado, e que, se não corresponder às expectativas de comportamento que o branco espera dele, poderá cair de novo. É o que explica, pelo menos em parte, por que o paternalismo continuou numa sociedade capitalista fundada, por conseguinte, na livre concorrência. Esse paternalismo subsiste, apesar de tudo, na nova estrutura social, porque é um meio de controle. Uma das histórias biográficas que colhemos mostra essa vigilância sôbre a ascensão do prêto:

"Trata-se de um prêto que estudou no Liceu Coração de Jesus. Prêto retinto. Aluno extraordinariamente bem dotado e muito aplicado. Apesar do preconceito reinante na escola, os professores nunca puderam apanhá-lo em falta, e não tinham remédio senão dar-lhe



as melhores notas. Embora fôsse muito amável e procurasse fazer amizades com todos, os seus colegas brancos não gostavam dele. Manifestavam-lhe ostensivamente o seu desprêzo. Mas êle continuava a trabalhar e conseguiu passar no concurso para o Correio. Foi enviado como chefe de uma agência postal a uma cidadezinha do interior. Os brancos não podiam aceitar a situação, de modo que combinaram para arrancar dele um recibo por um pacote que não fôra entregue na agência, a fim de mover-lhe um processo. Foi despedido do correio. Voltou a S. Paulo para tentar viver como contador. Mas todas as portas fechavam-se à sua chegada, e teve de se empregar como operário de fábrica”.

O nosso informante declarou: “O negro não poderá subir sozinho. É preciso que o compreenda”. No entanto, ainda prevalece a fórmula usada por um dos nossos entrevistados de côr: “Cada qual por si e Deus por todos”. Criou-se no negro uma mentalidade oportunista. É preciso estar sempre com o governo, seja qual fôr, para ter empregos e apoio. É preciso aproveitar o suborno dos partidos políticos que disputam a clientela de côr, para infiltrar-se por toda a parte. O prêto continua a procurar, quando pode, padrinhos brancos para os filhos, que os defendam e protejam mais tarde.

Com relação à massa, a política do branco é a do “laissez-faire”. Não há barreiras legais: a escola, a aprendizagem, a usina, estão, de direito, abertas a todos. Não é pois culpa do branco se o prêto não aproveita as suas oportunidades. Não se pode obrigá-lo a procurar uma “felicidade” que não corresponde à sua própria concepção da vida, ao seu ideal. O controle, aqui, é uma ausência de controle. Consiste em deixar ao prêto a maior liberdade possível, a de levar a vida a seu bel prazer, em vez de ensinar-lhe a passar da mentalidade pre-capitalista à mentalidade capitalista, de luta. As próprias barreiras que examinamos num capítulo anterior, e que tornam a vida profissional do homem de côr uma espécie de corrida de obstáculos, desanimam as vontades mais firmes. A massa de côr é assim abandonada à sua própria sorte, que se defenda como puder. Os líderes negros imaginaram, pois, em vez de mudar a mentalidade antiga, e de dar a essa massa uma mentalidade proletária, substituir, simplesmente, pelo antigo paternalismo das famílias tradicionais, um paternalismo novo, do Estado. Reclamam leis de proteção econômica (contra o imigrante) e de ajuda financeira (bolsas de estudo especiais, bancos de crédito, para formar uma classe de pequenos proprietários de terra, de pequenos negociantes etc.). Houve mesmo quem preconizasse a criação de um “Serviço de Proteção do Negro Brasileiro” análogo ao “Serviço de Proteção ao Índio” já existente.

O branco não parece, por enquanto, ter-se deixado tocar por esses pedidos. Continua a sua dupla política, uma tirada do passa-



do, a do paternalismo — outra tirada do mundo novo, a do “laissez-faire”: o paternalismo para o negro que sobe, a fim de fiscalizar a sua ascensão nos vários degraus; o “laissez-faire” para deixar que a massa afunde o mais possível e impedir-lhe que faça efetivamente concorrência ao branco. De um lado o controle afetivo, do outro a ausência total de controle.

Entretanto, um espírito novo tende a formar-se. O branco começa a perceber que o etnocentrismo custa mais do que rende. Uma grande massa negra, não utilizada pela industrialização, vivendo mais ou menos como parasita e obrigando o branco a grandes despesas de assistência nos hospitais, constitui um fardo e não um proveito para o Estado. Muitos patrões disseram-nos que desejariam empregar negros munidos de uma cultura técnica suficiente, e queixaram-se da falta de mão de obra especializada. Na penúria em que se encontram, não fariam questão da cor da pele. Por outro lado, vimos o realismo de certos negros, que se dão conta das oportunidades novas oferecidas pelo momento atual e que se esforçam por integrar-se numa sociedade de classe, com a condição de serem aceitos pelo proletariado com todas as vantagens que a classe tem, e em primeiro lugar a da mobilidade vertical. Porém tal mobilidade tem um efeito sobre a personalidade. Desenvolve a um tempo o sentimento do decoro, da liberdade moral, mas também uma suscetibilidade maior a qualquer discriminação ou simples alusão à cor. De onde as crises de agressividade numa sociedade ainda não cristalizada de tipo puramente capitalista ou de classes, e em que se chocam os valores do tempo da escravatura com os novos valores. É preciso estudar agora esse estado de tensão racial.

## O DOMÍNIO DAS TENSÕES RACIAIS

Tais crises de agressividade ocorrem sobretudo no extrato mais baixo da população de cor. Alhures, a agressividade, quando existe, está recalcada, já não forma senão uma onda de ressentimento. Após a abolição da escravatura, os negros fugiram das fazendas, foram para as cidades, mas a industrialização mal começava, de modo que não encontraram emprego. Aliás o trabalho rural não os preparara para o trabalho da cidade. Se alguns deles voltaram depois para as fazendas abandonadas e aí se fixaram como lavradores, outros continuaram a vegetar nos bairros mais miseráveis de S. Paulo. Formaram essa plebe de que falamos e da qual se destaca aos poucos um proletariado operário. Essa plebe foi atingida pelo movimento de reivindicação dos líderes negros, mesmo quando não os segue; e, como não tem nada a perder, pode dar livre curso à sua agressividade. Perdida no anonimato da grande cidade, basta um nada,



um encontro casual, uma discussão num bar, a saída de um baile, para que a violência apareça. Este mata a irmã que se tornou amante de um branco, traindo, assim, a raça". Aquêle injuria o estrangeiro que vem roubar o pão do "nacional". As coleções de jornais revelam êsses dramas. O branco fala então do "novo negro". Mas não quer ver o verdadeiro "novo negro", o que aceita a sociedade de classes e tenta acomodar-se nela. "O novo negro" para êle é êsse rapaz atrevido e malandro que se veste à americana, com camisas de côres vivas, calças avelã apertadas no tornozelo, e que vira a cabeça das mulheres da vida.

Todavia, parece-nos evidente que não se devem imputar todos êsses atos unicamente à sua agressividade. Tal agressividade sente-se sobretudo nos bailes negros. A maioria deles estão fechados aos brancos não-acompanhados por amigos de côr. Pois, como vimos, a concorrência sexual é forte. Alguns brancos tencionavam passar o fim do ano no baile da Gloria Mocidade Brasileira. Mas os pretos, em número maior, repeliram-nos. Furiosos, voltaram armados de navalhas, revólveres e punhais, decididos a provocar uma briga. Esperaram, escondidos na noite, o fim do baile e, à saída, um negro que acompanhava uma moça, levou uma facada. Outro clube de baile, situado na rua Batista de Andrade, era mal visto pelos vizinhos brancos, que pediram o seu fechamento à polícia. Esta visitou o local mas nada encontrou de anormal. Então alguns jovens brancos resolveram formar ou pagar um bando de malandros para invadir o salão durante o baile e provocar desordens. Desse modo, poderiam conseguir o fechamento do clube. Como se vê, trata-se de dramas do "meio" entre a rapaziada baixa. As tensões se restringem à um círculo pequeno e pouco interessante.

Outros estados de tensão se produzem no outro extremo da escala social. Mas a propósito de negros estrangeiros, e não nacionais. Ora, aconteceu que a bailarina afro-americana Katherine Dunham não conseguiu alojar-se no Hotel Esplanada apesar de ter reservado um apartamento com dois meses de antecedência. Já havia acontecido o mesmo a Carol Brice. A cantora Marian Anderson, sabendo do ocorrido, cancelara antecipadamente o quarto que havia reservado. Mas nem Carol Brice nem Marian Anderson criaram um caso. Katherine Dunham, ao contrário, queixou-se amargamente da discriminação de que era objeto. Chegou mesmo a processar o hotel, provocando o protesto dos jornalistas contra o preconceito de que era vítima. O caso foi levado à Assembléia e deu origem à lei Afonso Arinos, que pune severamente todos os estabelecimentos que recusarem a entrada a uma pessoa de côr sob pretexto de raça. Mas a lei Afonso Arinos, longe de fazer desaparecer os estados de tensão manifestos, revela-os mais claramente à luz do dia. Mal foi votada pela Assembléia, um chofer de cami-



nhão processou um patrão que lhe recusara um emprego na linha São Paulo-Santos. Um fato análogo, alguns dias depois, ocorreu no Rio: a queixa de um prêto contra uma sociedade recreativa portuguesa que lhe recusara a entrada, afirmando o porteiro que a recusa fôra motivada pelo fato de se ter o prêto apresentado com o convite de outra pessoa, e respondendo o prêto que o fato era comum e que a única e verdadeira razão estava na sua côr.

Em geral as tensões apresentam-se sob uma forma menos espetacular. O "tabu da côr", que se inculca aos pequenos brasileiros bem educados de um lado, a timidez do negro do outro, tornam difícil êsses conflitos abertos fora da plebe, com exceção dos pretos norte-americanos. O controle é, pois, duplo: do branco sôbre si próprio e do prêto sôbre si próprio. Era o que dava às relações inter-raciais no Brasil o clima de doçura que tende a desaparecer hoje, o branco não sabendo muito bem que atitude tomar para com o negro que sobe, e o negro, por sua vez, hesitando entre a atitude da capitulação passiva e a sua recente altivez, mais suscetível. Todavia, o preconceito toma formas demasiado dissimuladas e larvais, por trás de uma porção de razões aparentemente válidas, "falta de vaga", "não há trabalho no momento" — para que possa haver resistências demasiado brutais.

Mas, um dia, sob a influência dos chefes negros, quem nos diz que não haverá outras formas de resistência? Associações de côr formam-se e não se limitam a uma função educativa. São instrumentos de defesa de um grupo e de sua tomada de consciência. O negro está na encruzilhada de dois caminhos: ou aceita a sociedade de classes para subir progressivamente, aproveitando todas as possibilidades que se lhe oferecem, procura de mão de obra, escolas técnicas — ou então, para acelerar a sua ascensão e quebrar a resistência do branco, que defende os seus postos de comando, entra num movimento de ampla reivindicação, mais ou menos inspirado no das sociedades negras norte-americanas. O branco vê nisso o ponto de partida de um enquistamento não mais imposto por êle, resultante de barreiras por êle erguidas, mas voluntário e dirigido contra êle. Reage pois com uma violência igual à do negro na formação dos seus próprios grupos:

"O certo é que ninguém pode dizer, honestamente, que, no Brasil, ao lado da comunidade branca, há uma comunidade negra, como sucede, por exemplo, nos Estados Unidos ou nas próprias colônias portuguesas da África. Se bem que, ultimamente, tenha surgido uma corrente "africanista", neste país, procurando explicar tudo o que se passou em quatro séculos de história pela influência do africano... É certo também que alguns "líderes negros" estão aparecendo agora, criando supostos "quilombos", "frentes negras" e



“associações de homens de côr”. Ora, isso só serve para incentivar o odioso preconceito, ao invés de atenuá-lo.

Imaginemos que amanhã se criassem associações de homens brancos para se defenderem contra as de homens de côr... Seria o corolário desse desassinado esforço desagregador levado a cabo pelos tais “líderes negros”.

Felizmente os próprios negros e mulatos, que circulam e trabalham livremente por aí, jamais levaram a sério êsses pândegos. Pândegos ou espertalhões?” (1)

Um clima de insegurança está pois começando a insinuar-se em São Paulo como em outras grandes cidades do Brasil. E, como frequentemente o preconceito de côr tem por base o mêdo, só pode encontrar alimento favorável nesse clima de desconfiança.

## OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO SOCIAL. I — A IGREJA

A Igreja Católica não pode, naturalmente, pelo seu ecumenismo, aceitar uma distinção de côr. Todos os homens são irmãos, visto que têm um Pai comum. Mas essa igualdade é uma igualdade perante Deus; e a Igreja, como instituição social, é obrigada a levar em conta a desigualdade das civilizações ou das classes sociais, a diferença de níveis culturais ou econômicos entre os homens. Deve adaptar-se à hierarquia dos Seres para pôr o bem comum, o Evangelho, ao alcance de todos.

É o que explica a razão por que, na era colonial, a Igreja multiplicou os catolicismos, se nos fôr permitida essa expressão à primeira vista contraditória. Houve um catolicismo para os índios, com danças e cantos, que tentou aprofundar as suas raízes até o próprio humus das civilizações autóctones. Houve depois um catolicismo africano, para os escravos, com irmandades especializadas, como as de São Benedito e a do Rosário dos Pretos, que tentou conservar certos traços das culturas africanas a fim de pô-los a serviço da evangelização: as realezas bantus, o gosto dos discursos, as guerras inter-tribais que continuaram sob a forma de danças dos Congos ou dos Moçambiques, patrocinadas e fiscalizadas pela Igreja. Pode-se mesmo ir além. Adaptando-se à variedade dos níveis culturais entre africanos, alguns recém-chegados e batizados, outros já nascidos na terra e assimilados, outros ainda filhos de uniões entre pretos e brancos, a Igreja fundou irmandades especiais de “negros selvagens”, de “creoulos” e de mulatos. Às vezes chegou mesmo a aceitar as divisões étnicas, tanto que, nas cidades da Bahia e de

(1) Danton Jobim, “Pândegos ou Espertalhões?”, Diário Carioca. 6-7-951.



Minas, certas confrarias estavam abertas apenas aos Nagôs, outras aos Bantus ocidentais, outras aos Bantus da "contra-costa". Assim impedia ela, mantendo as "nações" antagonistas à sombra da Cruz do Cristo, a formação de uma consciência de classe entre os escravos explorados. Mais ainda, acentuava a diferença de cor entre negros e mulatos. Sobretudo fazia penetrar na alma dos descendentes de africanos a noção da sua separação e da sua subordinação aos brancos numa sociedade comum, porém fortemente hierarquizada em castas. De sua separação, visto que as confrarias dos negros tinham suas igrejas e que, nas capelas dos engenhos a missa não se celebrava na mesma hora para os escravos e os patrões, ou então estes últimos ficavam dentro do recinto, enquanto os escravos ficavam fora, no adro, contentando-se em seguir o ritual através da porta aberta. De sua subordinação em seguida, visto que, se as irmandades de cor tinham seus reis e rainhas, o tesoureiro era obrigatoriamente um branco. As procissões festivas uniam as cores, é verdade, mas separando-as e hierarquizando-as, as confrarias, de pretos abrindo a marcha, os "homens bons" — a aristocracia branca — no fim, e, entre os dois grupos, como um traço de união entre os dois catolicismos, o clero. Compreende-se, nessas condições, que o primeiro movimento de protesto dos pretos, o de 1789, na revolta chamada "dos Alfaiates" ou "dos Franceses", se fez contra essa distinção entre um catolicismo preto e um branco, a favor da supressão das confrarias especializadas, do culto dos santos de cor e mesmo contra o catolicismo romano, demasiado hierarquizado, por um catolicismo brasileiro, modelado sobre o "galicanismo" ou quem sabe mesmo sobre o "anglicanismo", mais respeitoso da fusão das cores e das civilizações, característica da sociedade mista do Brasil.

A Igreja hoje abandonou todos os elementos que, no duplo cristianismo dos tempos coloniais, podiam ter sido úteis na obra de evangelização, mas que hoje se arriscariam a dificultar a assimilação do cristianismo dos negros ao dos brancos, mantendo o sincretismo de outrora, o empréstimo de certos traços das civilizações africanas, como o coroamento dos reis do Congo, as danças dos Moçambiques no adro das igrejas ou a permissão aos negros de praticar seus "batusques" nos dias de festas religiosas.

Esses elementos folclóricos persistiram sem dúvida no interior, porém desligados do domínio da Igreja, ou em todo caso em vias de se desligar, para viver de uma vida independente. O padre, do alto do púlpito, condena os batusques como imorais. O catolicismo do negro não deve ser de outra natureza. Mas a separação continua a ser aceita, reconhecendo-se que o preto prefere a companhia de outros pretos e que o branco não gosta de se encontrar na companhia dos pretos. Existe ainda em S. Paulo uma confraria dos Pretos do Rosário, com sua capela especial, com seu regulamento, suas



festas e sua procissão. Mas as barreiras são apenas preferenciais e não mais obrigatórias. Há alguns brancos, nessa irmandade, que tomam parte nas missas ou nas procissões. As paredes estanques desapareceram.

A Igreja sente perfeitamente as mudanças que a urbanização e a industrialização estão introduzindo em São Paulo, como também percebe a manutenção de grandes segmentos da antiga estrutura social. Respeita tanto melhor esse período de "transição" quanto é adversa a qualquer transformação brusca, ou revolução. Conhece os perigos que os movimentos violentos, perturbando os homens, podem fazer correr às almas. Não aceita senão as mudanças progressivas e lentas. Por isso mantém ainda o velho costume da Irmandade do Rosário. Mas ao mesmo tempo tem obrigações de ignorar o preconceito de côr, e se pôs a serviço da nova sociedade nascente, que é de classes. O tipo de controle vai, pois, mudar. A Igreja vai agora apoiar a incorporação do negro ao proletariado operário, embora mantendo a separação entre a classe baixa e a burguesia. O que lhe importa é a situação social, não a racial, o fator econômico mais que a côr da pele. Ou antes, o tom da pele, para ela, como para as antigas famílias, jogará apenas como símbolo de um certo estatuto de inferioridade social. É o que explica que ela siga as idéias dessas velhas famílias ou mesmo da burguesia dos imigrantes enriquecidos ou de seus descendentes. Os colégios religiosos, como o "des Oiseaux", ou de "l'Assomption", que são "elegantes", destinados à educação das meninas da elite, barram a entrada dos seus externatos e, com mais forte razão, dos internatos, a todos os elementos de côr, mesmo aos mulatos. Não aceitam senão famílias da "alta", as que se jactam, com ou sem razão, da pureza do seu sangue. Em compensação, nas escolas primárias e profissionais, o prêto será admitido em igualdade de condições com o branco. O caso do Liceu Coração de Jesus é particularmente significativo. Compreende duas séries, uma de cultura humanista e outra de artes e ofícios. Ora, quando um prêto se apresenta, informam-no de que só há vaga no curso técnico. Para entrar no de humanidades será indispensável que o prêto seja muito protegido por um branco, que seja, por exemplo, portador de uma carta de um bispo ou de um padre influente. Sem isso, a política consiste em fazer do prêto um bom operário, ajudar a sua mobilidade vertical pela aprendizagem de um ofício, transformando-o, de operário, em mão-de-obra especializada. Mas é preciso que fique no "seu lugar" no grupo proletário, subir apenas dentro do grupo, e não aprender latim, que é a porta aberta às profissões liberais, isto é, à burguesia. Assim explica-se a opinião dos nossos informantes de côr, que fazem distinções entre as diversas ordens religiosas do ponto de vista do preconceito de côr, que sustentam por exemplo que os Salesianos têm mais sim-



patia por eles que os Beneditinos, ou que os padres italianos são mais benevolentes que os brasileiros.

Julgamos necessario ligar êsses fatos, na medida em que são exatos, aos graus do ensino, à natureza das escolas ou ainda à diversidade das paróquias, proletárias ou aristocráticas. É ainda a necessidade de respeitar a ordem existente, o temor das agitações violentas, o sentido das evoluções lentas que explica porque a Igreja não aceita, em certas paróquias, "filhas de Maria" ou "irmãos marianos" de côr. E porque, em outras, aceitam-nos, mas com tantas restrições que desanimam os candidatos. Por outro lado, nos centros da J.O.C. (Juventude Operária Católica), por se tratar de gente do mesmo nível social, da mesma classe, o negro é admitido num pé de igualdade com o branco. Trata-se ainda de não fomentar a mistura de classes, (o negro sendo considerado mal educado para entrar nas irmandades marianas), de ajudar a integração do negro ao proletariado e de lhe fornecer uma educação religiosa de classe. Também não há discriminação nos grupos das velhas beatas que trabalham para a igreja do bairro, costurando ou bordando toalhas de altar e limpando e enfeitando com flores artificiais as capelas. Pois essas velhas beatas são em geral pessoas de condição humilde e reunidas pelo mesmo fervor religioso. A classe, ajudada pela Fé, prevalece sôbre as raças.

Mas está claro que a Igreja, quando lhe acontece fazer distinções, inspira-se, segundo a sua própria expressão, no "bem das almas" e não no preconceito. Por exemplo, os Beneditinos aceitaram para um dos seus cursos noturnos um professor que lhes fôra recomendado por carta; quando êste se apresentou, viram que se tratava de um prêto. Os frades tentaram ganhar tempo, pediram-lhe que voltasse daí a três dias, depois daí a uma semana, finalmente pediram outro professor. Explicaram que os alunos não aceitavam um mestre negro, que aquilo poderia acarretar dificuldades de disciplina, que êle sofreria com a situação e que, desse modo, "para o bem de uns como do outro", era melhor não tentar a experiência. Cita-se também o caso de um Beneditino, pregador de grande talento, amigo dos pretos. Mandou vir um negro para pregar e depois beijou-o na testa à guisa de felicitação. Os seus superiores fizeram-no comparecer perante eles e censuraram-no, depois transferiram-no. Consideraram tais manifestações ostensivas de afeto deslocadas e susceptíveis de desagradar aos fieis brancos, de chocá-los e de diminuir a sua fé. Mandar um prêto pregar, vá lá, isso lisonjeia o senso democrático do brasileiro, mas beijá-lo já é diferente, é manifestar uma espécie de crítica dos brancos, é passar da relação categórica, que é a que prevalece na sociedade, à relação afetiva de intimidade. Citaremos ainda um último caso, entre os Salesianos, desta vez; um jovem branco fizera-se amigo íntimo de um prêto; os



padres chamaram-no para fazer-lhe compreender que devia escolher seus amigos entre os de sua côr, que os seus pais ficariam descontentes com as suas preferências, que a educação moral dos negros é ainda frágil e que, por conseguinte, a sua amizade era perigosa para a moralidade e a fé.

Assim o catolicismo se põe do lado da ordem, e a ordem é a sociedade existente, em que o negro tem seu lugar marcado, porém subordinado e inferior. Põe-se do lado dos valores tradicionais, que consideram o prêto, mesmo educado, com certa desconfiança, ainda muito próximo da África, ainda portador da herança da escravidão, e perigoso como companheiro, sobretudo do ponto de vista sexual. Entretanto essa sociedade permite a ascensão progressiva do negro, como indivíduo isolado, e não como coletividade. A Igreja encarrega-se, em defesa da ordem, de fiscalizar essas ascensões individuais. Em primeiro lugar, pelas escolas, fazendo a seleção dos melhores elementos, orientando-os, porém, para o ensino técnico, e fiscalizando as relações de camaradagem. Em seguida, disciplinando os jovens que lhe são confiados, fazendo dêles bons cristãos e bons operários, que hão de preencher uma função útil na sociedade.

Dir-se-á que a Igreja impede inteiramente a formação de uma burguesia de côr? Não; mas exerce a sua fiscalização. Na Universidade Católica existem alunos e mesmo professores de côr. Todavia êsse paternalismo religioso continua e apoia o paternalismo familiar das antigas famílias tradicionais. Em primeiro lugar, o mulato é mais facilmente aceito que o prêto. Em seguida, os elementos escolhidos são os que se recomendaram pela sua ligação com os membros do clero, pela sua união estreita com a Igreja. É ainda a política da defesa da ordem existente: os postos de comando nas mãos dos brancos, mas evitando estados de tensão, por um fenômeno de capilaridade, fiscalizado em todas as fases do processo. Trata-se de preparar talvez uma sociedade sem distinção de côr, mas que não se pode realizar num dia, e que exige precauções.

## PARENTESE SOBRE A RELIGIÃO DOS PRETOS NA SUA RELAÇÃO COM O PRECONCEITO DE CÔR

O prêto aceita, até certo ponto, essa fiscalização. O culto dos santos favorece a accitação. Cada qual tem seu santo preferido, a quem dedica um pequeno altar em casa, cuja imagem guarda preciosamente, e que é objeto de rezas especiais. Para êste é São Francisco, para aquêle São Jorge. Por que não teria o prêto também os seus santos prediletos como S. Benedito ou Santa Ifigênia? Visto serem da sua côr, hão de compreender certamente melhor que os santos brancos as suas necessidades e sofrimentos cotidianos. Não



só compreendem melhor mas têm também o sentimento de solidariedade racial, uma preferência pelo compatriota da mesma origem, portanto protegê-lo-ão e defendê-lo-ão perante a Virgem ou o Cristo. Assim o culto dos santos justifica uma certa separação, na unidade do catolicismo, a criação de famílias espirituais, aparentadas mas distintas, e veremos pretos manterem o duplo catolicismo de que falamos há pouco. Já não lhes é imposto pelo branco. É coisa sua, assim como o preto norte-americano, que faz ainda mais questão que o branco de ter suas igrejas pretas, separadas das dos brancos, os líderes pretos de S. Paulo encontram mesmo nesse catolicismo negro a possibilidade de conseguir postos de honra, cargos de confiança, de subir no seio do grupo, de adquirir respeitabilidade maior, e essa possibilidade fortifica ainda mais a manutenção da tradição colonial. Aludimos a uma certa tendência do negro paulista ao enquistamento. Esse catolicismo de côr combina com essa tendência e não é raro que seus chefes sejam ao mesmo tempo os organizadores das associações de defesa dos pretos ou mesmo, por uma curiosa união, das escolas de samba, isto é, dos desfiles carnavalescos, numa época em que a Igreja condena o Carnaval como festa pagã, e institui, durante esse período, três dias de retiro espiritual para os fieis. Aceitaria a Igreja, como a sociedade leiga, a idéia de que o negro é diferente do branco, de que tem direito a uma certa licença, proibida aos outros, e de que o seu catolicismo é ainda um catolicismo de crianças grandes, que precisam de divertimentos?

Seja como fôr, não somente o negro aceitou a fiscalização do catolicismo, mas ainda criou uma ideologia católica. Vê, no catolicismo ecumênico, o melhor meio de lutar contra os preconceitos dos brancos, e de realizar a sociedade fraternal de amanhã.

O preconceito vem do orgulho e do dinheiro, dizem eles, mostrando que percebem bem a inextricável união entre a côr e a classe. À medida em que a humanidade se cristianizar, a caridade matará o orgulho e abolirá os privilégios. Esses pretos insistem nas raízes africanas do cristianismo, para mostrar o lugar eminente que ocupam no amor do Cristo, e também que o cristianismo não é uma religião de brancos imposta ou aceita por outras raças de homens; é também uma coisa dêles. Em "O Novo Horizonte", jornal da imprensa negra, depara-se a seguinte afirmação: "Jesus, em cujas veias, como homem, corria também sangue negro, pelo menos segundo o Evangelista que diz, da sua Santa Mãe, "Nigra est, sed formosa". Se o vocábulo latino "nigra" traduzido em nosso idioma significa negra, preta, escura, imaginemos quanto deve sofrer Nossa Senhora, a Santa Virgem, em ver, do alto do seu trono, em que está sentada ao lado do seu filho glorioso, tudo o que sofreu a raça negra".

"Verti esta gota de sangue por ti" — é a palavra de Cristo a Pascal ajoelhado no seu desespero. Poder-se-ia transpor a frase cé-



lebre para o negro e fazer dizer ao Cristo: "Verti esta gota de meu sangue negro por ti, ó meu irmão obscuro, côr das doces noites do meu país".

O negro que aceita o ajustamento pacífico das côres, e tenta tirar proveito dele, se não para esta vida, pelo menos para a outra, encontrará nesse cristianismo paternal uma segurança e uma doçura que o encantam. Mas há também resistências. Alguns denunciavam a ligação entre a Igreja e a sociedade, afirmam que o catolicismo constitui um dos núcleos de mais forte resistência ao prêto, um dos centros cristalizadores do preconceito de côr. Um deles chegou mesmo a dizer-nos que era o catolicismo o responsável pela miséria do negro, inculcando-lhe uma moral de submissão. Retomando de certo modo a opinião de Marx, mas transpondo-a da classe para a raça, êle via na religião "o ópio do povo" mas do povo de côr, ensinando-lhe que o Reino de Deus é dos que sofreram na terra e que as penas do mundo constituem méritos no outro. Ao passo que o branco se considera um instrumento da Divina Providência fazendo o negro sofrer visto que assim lhe garante depois da morte a salvação eterna. São êsses, pelo menos, os têrmos do seu discurso.

Mas essas duas ideologias opostas, a do valor supremo do catolicismo como solução do problema racial, e a da resistência à Igreja como instrumento de exploração e de domínio dos brancos, não se encontram senão em pequenas minorias. Uma das perguntas do nosso questionário tratava da religião, ou melhor, da prática religiosa. É notável o fato de não serem, êsses pretos, praticantes, embora sejam, em sua maioria, católicos romanos. São batizados, frequentaram catecismo, fizeram a primeira comunhão, quando podem casam-se na igreja, mas não vão regularmente à missa, só "de vez em quando", nem comungam pela Páscoa. Catolicismo social mais que místico, espécie de símbolo de incorporação à tradição brasileira, mais que fé pessoal e vivida. A existência do negro se desenrola fora dos quadros eclesiásticos ou confissionais. Mais no terreno de futebol do que nas sacristias, mais nas ruas do que à sombra perfumada das capelas. E isso tanto na classe média como na baixa.

Um certo número de negros paulistas deram sua adesão à igreja protestante. Os que se converteram e que pudemos interrogar alegaram como uma das razões da sua conversão a inexistência de uma linha de côr ou de um preconceito qualquer no protestantismo. Um médico de Santos, casado com uma branca, e que perdera a mulher, procurara pôr a filha em São Paulo num bom colégio de religiosas, mas encontrara por toda parte a porta fechada. Finalmente conseguiu matriculá-la num colégio batista. E, passando a frequentar essa igreja, convertera-se. É curioso notar que aqui se passa justa-



mente o contrário do que ocorre nos Estados Unidos, e pelas mesmas razões. Nos Estados Unidos, o catolicismo atrai cada vez mais os negros devido à inexistência de segregação na missa ou na comunhão pascal. A razão está no fato de serem o catolicismo na América do Norte e o protestantismo na do Sul religiões minoritárias, de modo que só podem seduzir minorias. Para bem compreender a inexistência de preconceitos de cor no protestantismo brasileiro e mais particularmente no de S. Paulo, o único que nos interessa no momento, é preciso evocar o clima de "seita". Uma minoria cerra fileiras, defende a sua solidariedade, a vida religiosa é mais intensa que na Igreja majoritária, e a participação à mesma fé é mais importante que as diferenças de classe ou de raça, cria uma família. Isso se vê mais nitidamente nas seitas recém-criadas como a de Pentecostes da Glória, cujos fiéis devem abster-se de qualquer contacto com os descrentes, visitam apenas os correligionários, e se casam entre si. Quando o negro se incorpora ao grupo é considerado um "irmão" e tratado como tal.

Mas em geral as diversas igrejas protestantes não se recrutam no mesmo meio. Há igrejas mais burguesas, como a metodista, e igrejas mais proletárias, como a de Pentecostes, constituindo a Batista uma transição. Por conseguinte o protestantismo pode também ajudar a "classificar" o homem de cor, incorporá-lo na classe média, dar-lhe um estatuto social de honorabilidade. O puritanismo protestante une-se então ao puritanismo negro e se funde com êle.

Mas todo o protestante convicto é um missionário, sente-se responsável pelo irmão que está fora do júbilo cristão. O negro protestante não pode querer gozar egoisticamente de sua situação relativa de conforto em face da miséria material e moral da classe de cor. Nada de surpreendente, pois, no aparecimento de chefes negros protestantes. Eles conhecem melhor as realizações culturais dos negros norte-americanos e sabem que tais realizações são muitas vezes obra das igrejas protestantes. Desejariam fazer o mesmo no Brasil. Mas herdaram do protestantismo o que se costuma chamar "o dialeto de Chanaan", essa gíria bíblica desconhecida dos outros negros, de tradição católica, de modo que as suas atividades, que conservam um ar de prédica, não agradam, ao que parece, à massa.

Acabamos de mencionar a influência norte-americana. Talvez convenha dizer aqui uma palavra sobre uma tentativa de um prêto do Rio que quis fundar em S. Paulo uma igreja protestante negra, com uma hierarquia de anjos pretos, bem caracteristicamente afro-norte-americana. Não nos parece, entretanto, necessário insistir no caso, pois o pastor da seita foi prêso, dizem, por sedução de uma menor, e morreu na cadeia. Os fiéis disseram que os seus inimigos o mandaram prender e depois o envenenaram. Mas o caso é que essa igreja nunca teve um grande número de adeptos, e que alguns deles



eram brancos. Hoje está agonizante com uma dúzia de fiéis no máximo, num subúrbio da capital, Poá.

As conversões de negros ao espiritismo são muito mais numerosas que ao protestantismo. Mas uma das razões invocadas com mais frequência permanece a mesma numa religião como na outra, a ausência de qualquer preconceito de côr. O espiritismo com efeito é em S. Paulo uma religião de gente pobre que vem pedir aos espíritos, por intermédio dos mediuns, conselhos para a vida prática, remédios para os males do corpo e da alma, um consolo e uma ajuda. Ora já vimos que na classe baixa o preconceito é mínimo, e deve-se acrescentar que a comunhão num mesmo credo elimina o pouco que lhe resta.

É verdade que o espiritismo também está estratificado e que se distingue um baixo espiritismo, em que os espíritos invocados são os de velhos africanos mortos e de índios, e o espiritismo de Allan Kardec, que constitui uma espécie de aristocracia. A linha de côr reforma-se aqui, não no plano da igreja visível, nas relações entre os crentes, mas no plano da igreja invisível, no mundo dos Mortos. Os kardecistas de fato dizem que, quando se manifestam os espíritos africanos é sempre para fazer palhaçadas, dizer palavrões, indecências, e não para consolar e ajudar. Retomam, pois, mas desta vez contra os espíritos, os estereótipos do branco contra o negro, apenas os transpõem deste para o outro mundo. O negro é sem dúvida admitido num pé de igualdade com o branco da seita, mas o seu espírito é considerado pouco evoluído, ainda muito prêso à matéria, para poder merecer as honras do apêlo num "aparelho" que o encarne. É evidente que o negro respondeu a essa crítica fazendo a apologia desses espíritos africanos ou índios contra os espíritos brancos. O conflito das côres transportou-se do terreno da estrutura social para o terreno da hierarquia mística das almas dos mortos. De onde a criação, no Rio, do espiritismo de Umbanda. Mas essa luta interessa mais o Rio que S. Paulo. O espiritismo de Umbanda correspondia a uma necessidade da massa negra, e a prova está na sua expansão do Rio para Minas e o Sul do Brasil. Assistimos hoje a um fenômeno análogo ao da Frente Negra, mas desta vez de reivindicação mística do negro e não política. O espiritismo de Umbanda tentou implantar-se também em S. Paulo, mas conta apenas um ou dois templos que, afinal, segundo o nosso inquérito, são ainda mais frequentados por brancos da classe baixa que por negros.

A reivindicação racial em S. Paulo faz-se, pois, menos que no Rio ou em outras regiões do Brasil, no terreno religioso. Aqui, o movimento permanece sempre mais político. O negro espírita frequenta os centros kardecistas, onde é bem recebido, ou os do baixo espiritismo, onde, por sua vez, recebe bem os brancos. Nesta última



variedade religiosa pode mesmo encontrar formas de compensação, contra a sua sorte de humilhado, ou uma fuga para os seus ressentimentos. Encontramos na zona dos apartamentos baratos uma mulata medium chamada "de Sá" e que recebia o espírito de Mem de Sá, primeiro governador geral do Brasil. Era evidente que ela se ligava assim por intermédio desse morto a uma das famílias mais ilustres do Brasil. O prêto medium kardecista, de um modo geral, pode receber no seu corpo espíritos de brancos, e assim "embranquecer" espiritualmente. A biografia seguinte mostrará, na ascensão de um homem de côr, através do espiritismo, a ação subtil de uma série de complexos recalcados ante a denominação do branco: "Pai branco, português, e mãe de côr. Profissões humildes e vivendo em cortiços. Aos 12 anos C. perde o pai, e a mãe aos 16. Trabalha desde a idade de 8 anos como entregador de marmitas e aos 12 anos torna-se ajudante de cozinheiro. Em 1932, deixa o Rio para instalar-se em S. Paulo onde trabalha num restaurante sírio. Casa-se aos 20 anos. Mas a mulher é doente. É tratada por um amigo espírita e é então que se descobre que C. tem dons de medium. Entretanto, em vez de se fixar num centro estabelecido e trabalhar, prefere montar o seu próprio centro e angaria os primeiros clientes entre os fregueses do seu restaurante, em particular algumas famílias sírias e armênias" (1).

C. deixou a escola cedo demais para pensar em realizar a sua ascensão por meio dos diplomas. Procura primeiro subir na profissão de cozinheiro, mas não tem satisfações de amor-próprio. A doença da mulher e, através dela, a descoberta do espiritismo revela-lhe um mundo novo, que lhe oferece oportunidades. Já não terá de servir estrangeiros, "turcos" (nome dado no Brasil a todos os originários do próximo-Oriente), já agora os "turcos" serão obrigados a recorrer ao "poder" e às "virtudes" milagrosas do prêto. Estranha inversão de papéis da sociedade paulista, em que o negro consegue enfim tornar-se superior ao imigrante.

Porém, uma vez mais, são fatos demasiado raros para que se insista neles. Se os citamos é porque êles descobrem, como as nossas análises dos sonhos ou o nosso "teste da bebida", mais que a leitura dos jornais, as atitudes disfarçadas do ressentimento do negro e o elemento subjetivo por trás do objetivo, do preconceito ou da seleção.

## OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO SOCIAL. II — A POLÍCIA

Se a religião é em geral um elemento de adaptação e de integração pelo menos para os crentes, o Estado deve defender a ordem

(1) Biografia colhida por Oswaldo Xidieh.



existente, reformando-a se fôr necessário, contra qualquer ataque capaz de pôr em perigo a segurança pública. A polícia é o instrumento dessa defesa. Não do branco contra o negro, mas da sociedade, tal como existe, contra tudo o que a ameaça. Contra todos os que, seja qual fôr a côr da pele, não respeitem a lei. Mas a lei é feita pelo branco e a ordem que a polícia deve defender, a ordem existente, é a que entregou aos brancos os postos de comando. Nessas circunstâncias, é o caso de indagar se a polícia não será um instrumento de repressão a serviço do branco.

Em primeiro lugar, porém, existe ou não um preconceito de côr no seio da polícia? Pois é evidente que, se a polícia estivesse toda nas mãos dos brancos, tenderia, mesmo sem querer e sem o perceber, a participar da dominação de uma côr sôbre a outra. Ora tal não se dá: a polícia é certamente uma das instituições em que o negro se encontra em grande número. Mas é preciso atentar numa coisa: pois se os negros ocupassem apenas postos subalternos, seriam obrigados pela disciplina militar a cumprir as ordens dos chefes brancos. Apesar da côr, estariam a serviço de uma polícia de opressão. Não há dúvida que os negros ocupam os postos inferiores, mas há um certo número de delegados. É difícil atingir o posto de oficial. Citamos acima a história de um aluno dos Cadetes da Polícia, que de tal forma tivera de se esforçar para vencer a concorrência dos colegas brancos, que chegara a enlouquecer. Mas afinal as barreiras não são intransponíveis, como há uns vinte anos, e encontram-se pretos entre os chefes também. O preconceito de côr mais aparente, hoje, na polícia, é o que chamámos "estético". Fizeram-nos notar muitas vezes que não se encontram de plantão nas salas de cinema ou em frente aos teatros guardas de côr, que se costuma dar de preferência êsse emprego mais representativo aos brancos, ainda que "franzinos e doentios", em vez de empregar belos negros bem feitos, atletas de ébano. Assim como tivemos ocasião de observar numa cerimônia diante do monumento do Ipiranga, com a presença de um embaixador estrangeiro que lá fôra depositar uma coroa de flores, haviam cuidadosamente dissimulado por trás do monumento dois dragões da Independência pretos, para pôr em evidência apenas os dragões brancos.

Em todo o caso, pergunta-se: se o negro participa da polícia quase que em todos os degraus, aproveitar-se-á da situação para defender o irmão de côr, quando atacado, ou para fechar os olhos, quando é êle quem ataca? Aproveitar-se-á do poder para tomar um revide contra o branco? Conforme as circunstâncias, a polícia toma o partido do negro ou do branco. Um prêto que não fôra atendido por um barbeiro apelou para um guarda, que o acompanhou e ficou com êle até o fim da operação.



Por ocasião do caso da rua Direita e da queixa dos comerciantes contra o "footing" dos negros, a polícia se pôs, ao contrário, do lado dos brancos, tentando, porém, medidas suaves. Por exemplo, baseando-se no amor dos pretos à musica, fez passar pela rua uma banda que se dirigiu depois para outro bairro, na esperança de que os negros a seguissem. Depois, vendo o malogro da tentativa, mandou fechar os bailes de negros das vizinhanças. No caso das brigas das Gafieiras, finalmente, a polícia não toma partido nem por uns nem por outros, apenas mantém a ordem.

A censura mais corrente que os nossos informantes de côr fizeram à polícia dirige-se, paradoxalmente, contra o guarda negro. Dêle viria a discriminação, mais que do guarda branco, e essa discriminação agiria contra o irmão de côr. O guarda negro não pôde livrar-se de três séculos ou mais de obediência passiva ao branco, e conserva uma certa timidez de comportamento para com êle, o branco tem sempre algo do prestígio do patrão e a superioridade do seu estatuto social. Claro que é às vêzes obrigado a prender brancos, mas fá-lo com certo respeito, e como que lutando contra certas inibições. Sabe muito bem que tais prisões lhe podem valer graves feridas de amor próprio. Um guarda de côr, prendendo uma mulher da rua da Liberdade que espancava ferozmente os filhos, recebeu a resposta: "Desde quando se viu um negro prender um branco?" Essa inibição êle não a sente para com outro negro. O seu ressentimento, não podendo voltar-se contra o branco, protegido pelo prestígio da côr, e não podendo ter outro escapamento, voltar-se-ia contra o criminoso prêto, que êle atacaria como uma fúria. Se o fato fôr verdadeiro, encontraremos em S. Paulo um fenômeno análogo ao que Dollard estudou nos Estados Unidos: a agressividade, impossível contra o branco, descarregar-se-ia contra o negro desprotegido. Mas, o que é compreensível num país em que existe uma linha de côr igual, já o é bem menos num país em que ela não existe. Pode ser que alguns guardas pretos façam questão de mostrar a outros companheiros de côr que êles são "autoridade", e tentem assim, perante si próprios e perante os outros, uma espécie de reabilitação através da farda e da posição que ocupam. Seria um modo de auto-afirmação, o hábito emprestando prestígio e permitindo uma válvula de escapamento, um meio de se libertar dos seus complexos, da sua agressividade recalcada. Mas julgamos que, se tais casos podem produzir-se, é a disciplina que explica certos fatos chocantes aos olhos dos negros que estão fora da corporação, isto é, a brutalidade do guarda prêto contra o seu irmão na côr. É que o negro é muitas vezes mais combativo e rebelde que o branco, não quer ser preso, defende-se ferozmente, tenta tirar a faca; o guarda, em defesa própria, é pois obrigado a lançar mão de toda a sua fôrça.



Ao lado dessa crítica ao guarda negro, que é mais frequente, porque um negro que prende outro ou o brutaliza tem aos seus olhos algo de revoltante, encontram-se também algumas críticas à polícia em geral. Os policiais divertiram-se em prender negrinhas na rua e levá-las ao posto como instrumento de prazer, metendo-lhes medo, ameaçando-as de prendê-las, se contarem alguma coisa. Os policiais faziam assim uma distinção entre as pretas e as brancas que saem tarde à rua. Por exemplo, dançarinas que saem dos empregos pelas duas da madrugada: se forem pretas são consideradas prostitutas e obrigadas a passar a noite no posto de polícia; se forem brancas, ninguém as importuna. Se um negro briga com um branco são ambos levados à delegacia mas, uma vez dadas as explicações, o branco é solto, pode voltar para casa, ao passo que o negro fica preso até o dia seguinte de castigo. Sustenta-se igualmente que, quando se quer fazer um negro confessar um crime qualquer, usa-se para com êle de maior brutalidade do que com um branco. Vimos por fim que, nos casos de queixas à polícia por sedução de menor preta, o delegado dava um jeito de não lhes dar seguimento. Citaremos alguns casos transcritos da imprensa negra de S. Paulo:

a) "S. A. foi preso em Sorocaba por ter dado uma facada no sírio A. M. C. A imprensa local não contou direito o caso. S. A., depois de ter prestado um serviço a Moisés, não foi remunerado e recebeu mesmo, do sírio, o insulto de ladrão. Em defesa própria, S. feriu-o e depois constituiu-se prisioneiro. No decurso do processo, todas as testemunhas depuseram contra o prêto... O juri condenou-o a 11 anos de cadeia... O promotor insultou o elemento negro, em vez de analisar as peças do processo, e pôs nas nuvens a colônia síria.

b) Um agente de polícia secreta prendeu quatro negros que voltavam do cemitério, sem nenhuma razão, e êles continuam presos.

c) Um negro apelidado Pretinho, um turco, um oficial da justiça e um padeiro, discutiam num bar a situação do prêto nos Estados Unidos. No decorrer da discussão, Pretinho exaltou-se e tratou o turco de burro. Êste dá-lhe traiçoeiramente dois tiros nas costas, depois segue tranquilamente para o hotel, janta e embarca no último trem para a capital, pois não o prenderam em flagrante. — "Perguntamos aos poderes competentes atacados de insônia: e a polícia? E o oficial de polícia que tomara parte na festa? Não se tomou nenhuma providência porque a vítima era um pobre negro". (1)

Citamos todos os fatos de discriminação que nos foram relatados e que encontramos na imprensa. Mas a censura mais frequente não

---

(1) Extraído de "A Voz da Raça", I, 25 — I, 30 — "Bandeirante", II, 4 — "A Voz da Raça, II, 44.



é a de um excesso de injustiça na repressão, é, ao contrário, a da ausência de repressão. Encontramos aí um ataque que já havíamos encontrado contra o branco em geral. A polícia observa de longe, como uma coisa natural, que não merece a sua intervenção, a degradação moral do negro, incapaz de resistir às tentações da cidade grande. Enquanto menores brancas que passeiam sòzinhas são res-tituídas aos pais ou ao Juiz de Menores para uma possível regeneração, a Polícia fecha os olhos voluntariamente sôbre a prostituição das pretinhas, provavelmente porque não haveria lugar suficiente para elas nos asilos. Dir-se-ia que ela quer fazer afundar o negro o mais possível, vê-lo chafurdar na lama e afogar-se para sempre, perder-se materialmente pela tuberculose, pela sífilis, e moralmente, pela sua própria decadência. Ou se prendem essas prostitutas, é simplesmente para tocá-las de S. Paulo, colocá-las num trem destinado ao interior, em vez de tentar regenerá-las. Até que ponto será justificada essa queixa? Consultamos as estatísticas da criminalidade juvenil e do Asilo de Menores e encontramos uma porcentagem apreciável de pretas internadas, superior mesmo à porcentagem dos elementos de côr no conjunto da população paulista. Mas, como já o dissemos, a prostituição da preta sendo uma prostituição de rua, a educação do cortiço desenvolvendo a precocidade sexual, e o Asilo não podendo bastar a todas as necessidades, é evidente que a polícia é obrigada a fechar muitas vezes os olhos. Não acreditamos numa discriminação deliberada. Se todavia citamos o fato foi por ser o seu interêsse subjetivo maior que o objetivo. A racionalização que êle produz, a de uma política sistemática do Estado para degradar o mais possível o prêto, revela a profundidade do sofrimento dos homens de côr em S. Paulo e a fôrça do seu ressentimento contra o branco.

Em resumo, a polícia está a serviço da lei. E a sua ação é o reflexo dessa lei. Na medida em que a ordem existente aproveita sobretudo ao branco, a polícia pode ser considerada como um instrumento a serviço do branco também. Na medida, porém, em que a Constituição do Brasil é democrática, oposta a toda diferenciação étnica ou racial, ela está a serviço da defesa do negro.

## A INFILTRAÇÃO COMO PROCESSO DA ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO

Resta-nos examinar um último efeito do preconceito. Mostrá-mos no capítulo anterior que êle toma sobretudo a forma de barreiras de costumes que, desde a escola até a promoção no emprego, limita a ascensão do negro no conjunto da comunidade.



Limita-a apenas, sem impedi-la, note-se bem. Pois se o branco tende a defender sua posição de mando e direção, ninguém deseja o enquistamento do negro. Assim como o seu antepassado temia a formação de uma consciência do escravo como classe explorada, êle teme hoje a formação de um "Lumpenproletariat", de uma grande massa de revoltados. É preciso pois dar ao preto a esperança de uma eventual melhora da sorte, é preciso entreabrir-lhe o acesso a posições melhores. Assim agindo, o branco aliás continuará uma política tradicional, a do apadrinhamento. Esse apadrinhamento tem sua fonte nos nascimentos ilegítimos dos filhos dos patrões com as escravas de côr, no instinto paternal que levava o pai a cuidar dos mulatinhos nascidos desses encontros, como nas relações íntimas entre os meninos brancos e os negrinhos. Mas hoje, o apadrinhamento prossegue sob outras formas. Assim tudo leva o branco, a tradição paternalista e o seu próprio interêsse bem compreendido, a ajudar um certo número de elementos da classe negra.

Há com efeito duas atitudes possíveis para o branco que quer manter a sua posição de superioridade. Ou a segregação, a atitude norte-americana — com a formação de castas separadas, e nesse caso haverá oportunidade de ascensão social dentro da casta, que permanecerá, no seu conjunto, subordinada à dos brancos, isto é, o grupo inteiro, com seus capitalistas e seus operários, será inferiorizado — ou então a solução brasileira, uma só sociedade, com classes e não mais castas, com o branco em número cada vez maior à medida que se passar de uma classe inferior a uma superior, ocupando os postos de maior prestígio, de maior remuneração e responsabilidade. Mas visto tratar-se de uma sociedade unificada, encontrar-se-ão fatalmente, embora a título excepcional, pretos em todos os degraus da escala social, inclusive no ápice. Negros empregadores e empregados, embora pequenos empregadores. Negros artesãos ou semi-independentes, alguns comerciantes nos subúrbios.

Apenas nessas condições, a ascensão não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração. Uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos do branco. Não se trata de recuperar a massa, mas de selecionar elementos de escol. O nosso inquérito permitiu-nos ver, na mobilidade profissional do negro, muitas vezes um desejo de subir. Mas a subida é fácil só até um certo degrau. Meninos que começaram como engraxates ou portamarmidas aprendem um ofício, tornam-se aprendizes de marceneiro, de alfaiate ou de eletricista. Acabam profissionais. Depois disso, a infiltração torna-se mais difícil, é preciso ter uma certa instrução, diploma. O SENAC, organização de iniciativa dos comerciantes, com a função de elevar o nível cultural dos empregados no comércio, durante algum tempo usou uma ficha de registro de menores, candi-



dados a emprêgo, na qual havia a indicação da côr do interessado. Em virtude das dificuldades surgidas com referência a essa indicação foi ela posteriormente suprimida das fichas. O nosso inquérito revelou também as variações dos ideais dos pretos, as flutuações da sua busca profissional. É assim que, se dantes o seu sonho era tornar-se funcionário público, sendo que os mais instruídos tiravam diploma de contador, hoje perceberam que o funcionário é mal pago e, quando é de côr, tem problemas particulares, e viram que um contador dificilmente arranja emprêgo, que é barrado em muitas organizações e que lhe é difícil encaixar-se na sociedade branca.

Assim a infiltração nem sempre se faz pelas mesmas vias, mas segue as da menor resistêcia, taceia para abrir caminho por onde sente uma certa fragilidade. Como a água, que ataca a matéria tenra e deixa substituir a parte dura da pedra, o negro procura as partes moles para atacar por aí de preferência. E foi assim que vimos formar-se sucessivamente, acima da plebe, um proletariado de côr composto de operários semi-especializados; acima dêles, uma pequena classe média e, finalmente, uma elite negra.

Numa grande proporção, a ausência de tensões raciais demasiado brutais provém dessa infiltração, pois o negro que subiu um pouco está, como o provam as respostas que recebemos, satisfeito com sua sorte. Pode mesmo esperar um destino melhor para os filhos, se ganhar o suficiente para dar-lhes instrução. Quanto ao branco, entre-abre ou fecha as comportas segundo os seus interesses de camada dominante, de modo a fiscalizar sempre o movimento, a impedir crises, sem, todavia, sentir-se ameaçado.



## A LUTA CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR (\*)

O preconceito de côr representa uma espécie de "dimensão incômoda" do sistema sócio-cultural brasileiro. Na verdade, se todos não o desaprovam abertamente, pelo menos são poucos os que têm coragem de confessar que o praticam ou que o consideram "justo" e "necessário". É patente que nem os brancos, nem os indivíduos de côr se sentem à vontade quando se discutem as diversas modalidades de manifestação do preconceito e da discriminação com base na côr. E é claro que todos prefeririam ignorar a natureza, o alcance e os efeitos reais das restrições que afetam os negros e os mulatos.

Apesar disso, as relações contra a exteriorização do "preconceito de côr" chegaram a alcançar alguma consistência, particularmente no "meio negro". Neste capítulo, limitamos a nossa atenção ao estudo das reações espontâneas que parecem repercutir na dinâmica das relações raciais e da reação legal, que se somou àquelas e tinha por fim o domínio formal de determinadas manifestações "do preconceito de raça ou de côr".

### 1) REAÇÕES ESPONTÂNEAS CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR:

As reações espontâneas contra o preconceito de côr têm-se desenvolvido tanto entre os "brancos", quanto no "meio negro". Mas elas só assumiram a forma de movimentos sociais neste último, pois nele é que se encontram as pessoas prejudicadas direta ou indiretamente por suas manifestações. Em conjunto, ambas as reações têm produzido efeitos sociais construtivos. Uma, por conterem as orientações de conduta dos "brancos" dentro de certos limites; as outras, porque estimulam as atitudes inconformistas dos negros e dos mulatos, contribuindo seja para combater o sentimento de inferioridade dos indivíduos de côr (1), seja para uni-los através da consciência social de interesses comuns.

(\*) Capítulo redigido por Florestan Fernandes.

(1) Sobre o sentimento de inferioridade dos negros e dos mulatos e sua ligação com o preconceito de côr, cf. especialmente os estudos de Virgínia L. Bicudo, *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, in *Sociologia*, Vol. IX n. 3, págs. 195-219 (esp. págs. 216-217); Roger Bastide, *Introdução ao Estudo de Alguns Complexos Afro-Brasileiros*, op. cit., esp. pág. 44 e seqs.



A pressão exercida pelos ideais de integração nacional acima das diferenças raciais, muito importante em um país de formação étnica tão heterogênea, como o Brasil, e de igualdade fundamental entre todos os brasileiros, está na base mesma do estado de opinião, que prevalece entre os brancos, contrário às medidas ostensivas de discriminação econômica ou social com base na cor e à exteriorização do preconceito de cor. Essa pressão é suficientemente forte para criar e suportar o sentimento generalizado pelo qual a exteriorização de atitudes desfavoráveis aos "indivíduos de cor", em particular diante deles, constitui "falta de educação" e representa um comportamento "pouco digno". Graças a esse sentimento, os brancos nativos se impõem certos valores morais, que os ligam indubitavelmente aos seus "irmãos de cor", como se diz vulgarmente. Um deles consiste na expectativa dos "estrangeiros" se conformarem com os padrões tradicionais de tolerância racial. Várias pessoas entrevistadas, pertencentes a diversas categorias sociais, revelaram a sua indignação diante de fatos conhecidos de rejeição acintosa de negros e mulatos em organizações "estrangeiras" ou em círculos sociais constituídos por imigrantes e por seus descendentes. Parece-lhes que, nesse ponto, tais atitudes equivalem a ostentações de atitudes de desprezo para com os brasileiros. A reação mais corrente se exprime através da idéia seguinte: "se os estrangeiros não estão satisfeitos, que se mudem". Outro, diz respeito a uma espécie de obrigação tática que os brancos se impõem, a qual traduz a influência do antigo padrão de sua relação assimétrica com os negros: julgam-se no dever de "dar a mão" aos indivíduos de cor, de dispensar-lhes "proteção" ou "apoio", quando procurados para esse fim. As pessoas de cor começam a insurgir-se contra semelhante manifestação de "piedade" dos brancos. Mas, é evidente que corresponde ela a um sucedâneo das atitudes de solidariedade interracial, que não encontraram condições para desenvolver-se organicamente, por causa das consequências sociais da escravidão e da dominação senhoreal.

Por fim, embora parem dúvidas no espírito dos brancos — alguns não sabem se não seria melhor para os negros a existência de uma situação comparável à que enfrentam os negros norte-americanos — é decidida a oposição contra os que agitem a animosidade nas relações entre os dois grupos raciais ou propugnem por sua completa separação. É certo que esta atitude tem prejudicado a compreensão dos movimentos sociais dos negros. Assim, não faltou quem encarasse o Congresso da Mocidade Negra Brasileira como uma manifestação politicamente alarmante e perigosa (2). A idéia

(2) Cf. comentário de réplica, escrito por Vicente Ferreira, em *O Clarim d'Alvorada*, órgão da imprensa negra paulista, São Paulo, 9/VI/1929, n. 17, pág. 2.



de que “os negros não têm nenhuma reivindicação a fazer” surgiu na ocasião e continua a ser aplicada aos movimentos ou reuniões posteriores. Contudo, a atitude em questão assume polarizações que redundam em maior aproximação racial. De um lado, agita entre os brancos sentimentos de lealdade para com a ordem social vigente, colocando a opinião pública “ao lado dos oponentes de qualquer forma de discriminação racial” (3) e obrigando os homens públicos a tomar conhecimento da conveniência de regular formalmente as garantias de igualdade jurídica e política perante a lei. Isto explica o progresso nítido que se evidencia nas estipulações contidas na Carta Magna do país, no que concerne ao combate do preconceito de côr. A Constituição de 1891 dispunha apenas: “Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece os foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho” (art. 72, § 2.º). A Constituição de 1934 é bem mais clara, a respeito dos tópicos que nos interessam: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas” (art. 113, alínea 1). A última Constituição (de 1946), proíbe finalmente de maneira expressa o preconceito de raça: “Todos são iguais perante a lei (...). Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe” (art. 141, §§ 1.º e 5.º) (4). De outro lado, como as mesmas atitudes são partilhadas de maneira uniforme por “brancos” e “negros” nativos, elas se refletem nos movimentos de protesto dos indivíduos de côr, confinando a esfera de antagonismo às restrições impostas pelas gradações da côr da pele. Daí resulta que esses movimentos procuram defender abertamente uma integração mais homogênea do negro na vida social do país, em vez de assumir tendências de segregação racial. No Manifesto do Congresso da Mocidade Negra Brasileira estabelecia-se claramente: “O problema do negro brasileiro é o da integralização absoluta, completa, do negro, em “toda” a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, etc.); deve ter tãda formação e tãda aceitação em tudo e em tãda parte, dadas as condições competentes, físicas, técnicas, intelectuais e morais, exigidas para a “igualdade perante a lei” (5). Afirmações

(3) Emilio Willems, *Race Attitudes in Brazil*, art. cit., pág. 406; cf. também pág. 408. A análise refere-se a São Paulo.

(4) A. Coelho Branco Filho (ed.), *O Brasil e seus Regimes Constitucionais*, op. cit., respectivamente págs. 174, 143 e 33-34.

(5) Cf. *Mensagem aos Negros Brasileiros*, assinada pela Comissão Intelectual do Congresso da Mocidade Negra Brasileira, e escrita por Arlindo Veiga dos Santos; in *Clarim d'Alvorada*, 9/VI/1929; grifada no texto. A mesma afirmação consta do *Manifesto à Gente Negra Brasileira*, feito em nome da *Frente Negra Brasileira*, por seu presidente geral, Arlindo Veiga dos Santos, São Paulo, 2/XII/1931 (pág. 3).



paralelas ocorrem nos escritos dos principais mentores desses movimentos. José Correia Leite, por exemplo, assevera em Alvorada: "Estamos lutando para um levantamento integral do negro brasileiro; pela sua estabilidade econômica, cultural e social. Lutamos para que esses princípios sejam plantados e arraigados no fortalecimento de nossa compreensão espiritual" (6); no mesmo periódico, Raul Joviano Amaral defendia idênticos pontos de vista: "Então, antes de falarmos nos clubes ou escrevermos nos jornais, mais construtivo nos parece combater o preconceito por meio mais hábil: a ação. A ação no sentido de mostrar a cada Negro que deve melhor aproveitar o seu dinheiro; que deve procurar instruir-se, fazer-se hábil trabalhador, respeitar as individualidades dos seus próprios irmãos; que deve interessar-se pelo destino dos filhos; que deve educá-los e instruí-los; que deve ter e dar aos seus uma profissão digna e lícita; que deve velar pela segurança da família, fazendo compreender a enorme responsabilidade que cabe à mulher; que esta deve ser respeitada e protegida no que tem de mais sagrado; que deve formar instituições úteis ao seu desenvolvimento social; de amparo, de proteção, de assistência, de recreações, etc.". "Parece-nos, pois, que formando uma coletividade altamente moralizada, progressista e respeitada, uma colmeia digna, útil e trabalhadora, o preconceito por si só se atenuará. É prevenindo as novas gerações, é educando-as para uma vida nobre e mais sadia, mais independente e mais moralizada, mais esclarecidos os seus componentes em seus direitos e deveres de cidadãos e patriotas, que estaremos trabalhando pela integração do Negro na sociedade e contribuindo para redimir-nos das culpas que nos cabem pela nossa ociosidade no terreno social". (7). Em outro artigo, afirma Luís Lobato: "Sim, é preciso que os negros se organizem, sem, contudo, cair no isolacionismo que geraria o racismo" (8). No Manifesto à Gente Negra Brasileira, falando em nome da Frente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos condena a transferência do modelo norte-americano para o Brasil: "Repelimos todos os patricios que, errados, queiram transportar para o Brasil o problema negro ianque de luta de ódio contra o branco. Não é esse feitio o nosso. Repilamos a concepção norte-americana, fruto da mentalidade, no fundo anticristã, daquele povo. Não queremos uma segregação da vida nacional, senão uma afirmação nacional do Negro, uma integração real e leal" (9).

Todavia, os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e da igualdade fundamental entre todos os brasileiros se

(6) José C. Leite, *Porque Lutamos*, in *Alvorada*, São Paulo, 28/IX/1946, pág. 7.

(7) Raul J. Amaral, *Rumos e Diretrizes*, in *Alvorada*, São Paulo, janeiro de 1947 (Ano II n. 16), pág. 3.

(8) Luís Lobato, *Os Negros Devem Organizar-se*, *Alvorada*, São Paulo, junho de 1947, Ano II n. 24, pág. 6.

(9) Arlindo Veiga dos Santos, loc. cit., págs. 7-8.



refletem nas orientações de conduta dos brancos como formas de controle das relações raciais desenvolvidas e regulamentadas socialmente. Por isso, as atitudes que se polarizam em torno desses ideais, por mais favoráveis que sejam aos "indivíduos de côr", tendem fatalmente a assumir a defesa do sistema de acomodações raciais existente. Elas não penetram nos aspectos negativos ou insatisfatórios das relações entre negros e brancos; por conseguinte, não abrem perspectivas críticas na autoconsciência dos motivos e dos efeitos sociais das ações dêstes em face daqueles. A concepção de que "o negro não tem nenhuma reivindicação a fazer", em São Paulo, possui assim um complexo fundamento sócio-cultural e constitui uma manifestação sincera por parte dos brancos, que não encontram em sua cultura explicação que permita tomar consciência da discriminação e do preconceito com base na côr como um problema social.

A situação que se desenha no "meio negro" é completamente diversa. Enquanto se mantiveram as condições de existência social, criadas no antigo mundo rural, pela escravidão e pela dominação senhoreal, não se formaram canais de "protesto social". Os desapontamentos e as insatisfações dos negros e mulatos não encontravam formas de expressão coletiva. Ao contrário, de acôrdo com os padrões vigentes de tratamento interracial, os desapontamentos e as insatisfações precisavam ser dissimulados ou resolver-se através de soluções de caráter estritamente pessoal (abandono do Estado, alcoolismo, evitação de certas pessoas brancas, isolamento, suicídio, etc.), variáveis portanto de um indivíduo para outro. Mas, com a progressiva assimilação dos negros e dos mulatos à ordem social produzida pelo regime de trabalho livre e pelo sistema de classes, começaram a surgir na população negra e mestiça da cidade tendências para a elaboração social e a expressão coletiva dos sentimentos provocados pela desigualdade econômica e social das duas "raças" e pelas manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr. Além disso, o que é mais importante, as orientações de conduta polarizadas em torno dessas tendências adquiriram desde logo uma alta potencialidade inconformista, aplicando-se ao mesmo tempo contra a dissimulação, por parte dos brancos, e contra a capitulação passiva, por parte dos negros e dos mulatos. Os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e de igualdade fundamental entre todos os brasileiros sofreram no "meio negro" uma reelaboração cultural, que se caracteriza pela eliminação das inconsistências ocultas atrás de ambas as noções, nas atitudes dos brancos, e pelo desdobramento da perspectiva crítica, pois alimenta avaliações em que não são poupados nem os "brancos" nem a "raça negra" (como exemplificam, aliás, as transcrições feitas acima). Embora seja inegável a preocupação de supervalorizar o



papel histórico da "raça negra", a verdade é que os elementos dinâmicos da nova ideologia nascem da crítica dos aspectos negativos e insatisfatórios das relações dos negros com os brancos e da definição do "preconceito" como um problema social. Por isso, as reações espontâneas contra o preconceito de cor não se confundem, no "meio negro", com a defesa do sistema de acomodações raciais existente. Têm elas um sentido radical e, por sua própria natureza, operam como força de solapamento e de desmoralização dos padrões de comportamento e dos valores sociais, que interferem na integração dos negros e dos mulatos às classes sociais e que contribuem para perpetuar o sistema de acomodações raciais herdado do passado.

A emergência e a canalização social do "protesto negro" contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor constituem um fenômeno recente, cuja explicação se encontra nas transformações operadas na situação dos negros e dos mulatos na sociedade paulistana. A análise desenvolvida no capítulo II demonstra que, no passado, não existiram condições sociais que permitissem a formação de movimentos ou de associações de negros; a constituição de laços de solidariedade moral, o peneiramento e a atuação de líderes negros ou mulatos, a luta coletiva por interesses sociais imediatos ou futuros, eram igualmente prejudicados, de forma irremediável, pelo estado de anomia em que sempre viveu uma parte considerável da população de cor ou pela posição heteronômica a que se viam reduzidos os indivíduos de cor, que usufruíam as vantagens da vida social organizada. Durante o período de transição, que se inicia com a Abolição e vai, aproximadamente, até 1930, não se criaram condições que neutralizassem completamente as forças e as pressões sociais que impediam a integração dos indivíduos de cor em movimentos coletivos independentes. Todavia, surgiram, particularmente a partir do segundo quartel deste século, algumas condições favoráveis à formação de pequenos grupos e de associações capazes de agitar a necessidade de união para atingir "a elevação moral, intelectual e social da raça negra". Entre essas condições, cumpre ressaltar o relaxamento da coerção exterior, exercida sobre as pessoas de cor quase indiscriminadamente; as possibilidades de peneiramento de líderes mais ou menos leais aos interesses sociais e aos ideais de "elevação moral, intelectual e social da raça negra"; e o aparecimento de canais de protesto, que serviram ao mesmo tempo como meios de atuação dos líderes e de arregimentação das massas.

No passado, o escravo representava, como já foi indicado em outra parte deste trabalho, um inimigo natural da ordem pública. A repressão às atividades sediciosas dos escravos e, principalmente, às ações rebeldes dos escravos fugidos e reunidos em quilombos,



sempre foi uma preocupação dos senhores, bem como da polícia colonial e imperial. As condições em que ocorreu a desagregação do regime servil não deram origem, senão esporadicamente (10), a conflitos entre negros e brancos de consequências fatais. Porém, o pauperismo e os fenômenos patológicos, que afetaram a população de côr da cidade, contribuíram para perpetuar certas representações antigas, desfavoráveis às pessoas de côr ("o negro é vagabundo", "negro é cachaceiro", "negro é ladrão", "negra é mulher atoa", etc.), e para manter velhas desconfianças dos brancos. Daí a orientação da polícia, de reprimir a "vadiagem" ou a "prostituição" através da prisão dos indivíduos de côr encontrados perambulando pelas ruas ou agrupados nas esquinas ou botequins. Pouco a pouco, as violências resultantes dessa orientação foram-se atenuando, até que se passou a prender apenas os indivíduos de côr com precedentes criminosos, como se procede com relação aos brancos (11). Segundo o testemunho das pessoas entrevistadas para esse fim, a transformação das formas de repressão às atividades dos indivíduos de côr acarretou uma mudança considerável nas perspectivas de agrupamento deles entre si, permitindo que se unissem publicamente, onde quisessem, para discutir seus problemas. Observa-se, ainda, que não foram poucas as pessoas que procuraram, deliberadamente, "quebrar o mêdo" dos companheiros e reeducar os brancos, na apreciação da "conduta" dos negros e dos mulatos. Organizavam clubes recreativos e promoviam reuniões sociais "distintas", que evidenciavam o decôro e a educação das pessoas de côr. Não há dúvida em que a possibilidade de agrupamento e os estímulos que conduziam à intensificação da vida social dos negros entre si representam um passo muito importante na formação das condições que iriam determinar a eclosão dos movimentos sociais no "meio negro".

(10) Os depoimentos históricos mostram que a Abolição se processou pacificamente em São Paulo, embora tivessem ocorrido alguns conflitos nas fazendas, localizadas no interior, quase sempre por causa da incompreensão ou de violências dos senhores (cf. Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, op. cit., págs. 130-134; José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, cap. XII; Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade, *A Abolição em São Paulo. Depoimento de uma Testemunha*, in *O Estado de São Paulo*, 13/V/1918; cf. também as notícias estampadas: in *A Província de São Paulo*, de 17 a 25 e 31 de maio de 1888 e em 5 de junho do mesmo ano; in *Correio Paulistano*, de 18 a 26 e 30 e 31 de maio de 1888; *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889*, op. cit., pág. 144). Informações obtidas diretamente, revelam que, em certos lugares (no interior do Estado), os ex-escravos aplicaram correções aos seus antigos senhores que se mostraram maus no tempo do cativeiro; reuniam-se em pequenos grupos e tocavam, à noite, até conseguirem dar uma surra nos seus ex-algozes. Os dados em questão foram fornecidos por pessoas brancas.

(11) Segundo informantes fidedignos do meio negro, a transformação dos meios de repressão policial só se fez notar acentuadamente depois de 1930, com a cessação das arbitrariedades mais graves. Aliás, no interior do Estado o rigor parece ter sido maior, em determinadas zonas. Além dos abusos, relatados em outra parte deste trabalho, praticados nas pessoas dos manumitidos, pelos agentes da ordem pública, sabe-se que em algumas localidades, como na Vila de São Pedro, em Piracicaba, por exemplo, as autoridades deram ordem às praças de polícia de não consentirem pretos à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fôssem consentidos na vila até ao meio-dia. (In *A Província de São Paulo*, 2/VI/1888).



Esses fatos marcam o início de uma nova era na congregação das pessoas de côr. Embora subsistissem as rixas, as prevenções e os sentimentos de desconfiança nas relações dessas pessoas (o que se nota ainda hoje, e o que se explica facilmente através do passado do negro em São Paulo), a verdade é que a transformação apontada ofereceu a própria base material para a constituição das associações, que iriam dedicar-se ao combate do "preconceito de côr" e à defesa dos direitos sociais da "gente negra".

O peneiramento de líderes identificados com os interesses do grupo a que pertenciam processou-se em conexão com as flutuações da integração dos negros e dos mestiços às classes sociais. De um lado, o incentivo de "passar por branco" perdera uma parte do seu poder coativo. Mesmo mulatos claros, alguns bachareis, preferiram integrar-se aos movimentos sociais que se esboçavam no "meio negro", em vez de definirem a sua lealdade para com os valores e os interesses sociais dos brancos. De outro lado, surgiram pessoas aptas para o exercício intelectual da liderança. Entre elas tanto havia os que eram formados por escolas superiores ou profissionais (principalmente advogados, contadores e dentistas), quanto autodidatas, "sem escola", mas inteligentes e de notável integridade moral. Por fim, parece que as circunstâncias favoreceram o peneiramento de determinadas personalidades, qualificadas para influenciar os companheiros, conquistando-os para a causa da união dos negros em tôrno de ideais de luta e de autoafirmação da "raça negra". Pelo menos, um dos documentos de que dispomos esclarece o seguinte: "Os movimentos de negros adquirem, na década de 30, um conteúdo novo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do Clarim d'Alvorada, no Palmares, na tentativa de realização de um Congresso da Mocidade Negra, intenções de reivindicação de um grupo que até então vivera à margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar a sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais expressas nos fatos apontados na parte anterior, "a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30". "As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se com a crise de 29, que fez grassar entre eles o desemprego. Este fato criou uma situação favorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contacto entre elite e massa, elementos que, por sua vez, encontraram campo favorável para a ação, num meio descontente com o desemprego". Nesse sentido, a descrição que o depoente faz dos cabos, isto é, "daqueles que tinham o encargo de sair pelos bairros à procura de partidários", é bastante sugestiva: "eram desempregados em virtude de uma situação de paralização



do trabalho, viviam com dificuldades, e abraçaram com entusiasmo esse encargo; tinham também interesse nessa atividade, pois os inscritos pagavam 1\$000 por mês e nem todos os cabos eram fiéis — no fim de um dia de trabalho sempre davam uns 5\$000 ou 6\$000” (12).

A formação de clubes e associações no “meio negro” data de 1915, tendo-se intensificado por volta do período de 1918-1924. As organizações aparecidas não visavam, porém, a “arregimentação da raça”, propondo-se somente fins “culturais e beneficentes” (13). A evolução naquele sentido se operou naturalmente, depois de 1927, em algumas dessas associações, sob a pressão da própria situação econômica e social do negro em São Paulo. Tomemos por exemplo o Centro Cívico Palmares: “A finalidade nitidamente cultural com que surgiu — organização de uma biblioteca — foi superada por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos” (14). Outras organizações, nascidas no ambiente criado pela incipiente afirmação coletiva do elemento negro, aparecem com propósitos mais definidos e combativos. A Frente Negra Brasileira, por exemplo, que se constituiu em 1931, propunha-se a “congregar, educar e orientar” os negros do Estado de São Paulo. Em um documento intitulado Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas, distribuído mais de cinco anos depois de sua fundação, afirma-se sobre cada um desses tópicos, respectivamente: “A Frente Negra está congregando todos os homens da raça, qualquer que seja a sua condição, e tem desfeito essa visão errônea do panorama da vida, que dominava as várias correntes até então existentes” [no “meio negro”]; “o escopo de nossa organização é cuidar da educação coletiva, quer entre adultos, em vários graus e aspectos, como, e principalmente, entre as crianças, desde o curso primário até as noções necessárias ao alto padrão de conhecimentos para as lutas cotidianas do trabalho”; “... o nosso escopo é orientar para [o negro] reconquistar um lugar que é seu, mas não lhe deram. Orientar para que, como outros elementos raciais, ele possa ter uma vida mais produtiva e compensada, mais ritmada com os benefícios que o trabalho produz. Orientar para que ele possa gozar da mais ampla regalia que a lei concede”. Ao mesmo tempo, essa organização desenvolvia um trabalho pertinaz de propaganda contra o preconceito de cor e de amparo moral aos associados. Eis como vem descrita, numa novela, a ação propagandista de agitadores frentenegrinos: “Um orador negro, feroso, sentenciava: — É urgente o trabalho de redenção do

(12) *Movimentos Sociais no Meio Negro*, monografia organizada pelo nosso pesquisador Renato Jardim Moreira, com dados, indicações e depoimentos do sr. José Correia Leite; em *Ms.*, págs. 13-14.

(13) *Idem*, pág. 4.

(14) *Idem*, pág. 7.



negro brasileiro! Completar o 13 de Maio! Precisamos salvar a nossa Gente das mil desgraças em que vive. Salvação espiritual, salvação moral, salvação mental, salvação econômica, salvação física. Contra todo preconceito: do branco contra o negro e também (ouvi, meus senhores!) DO NEGRO CONTRA O BRANCO! Porque (ouvi, minhas senhoras e senhores, também êste, o preconceito do negro contra o branco, embora mais raro, pode existir e frequentemente existe" (15). As intervenções da Frente Negra Brasileira na cobrança dos ordenados de associados demitidos injustamente do serviço ou na correção de locatários que se recusavam a receber inquilinos de cor ou os despejavam abruptamente, bem como em outras complicações com que o negro se defronta cotidianamente, criou o sentimento de que "os negros já tinham quem os protegesse" (16), o qual determinou um crescimento numérico extraordinário do número de associados e deu alento aos incentivos de congregação racial. De acôrdo com um testemunho fidedigno, "diziam, mesmo: agora sim nós temos quem nos defenda, ou dirigindo-se aos italianos: agora não são só vocês que têm os cônsules, nós também, os negros, já temos um consulado para defender nossos interesses" (17).

Evolução paralela se verificou com a imprensa negra da cidade. Os primeiros jornais negros, publicados entre 1915 e 1922, assumem uma orientação literária (18). Mas, logo, se tornam "um órgão de educação" e um "órgão de protesto", por causa dos problemas sociais que afligiam as pessoas de cor, que formavam o seu público (19). O Clarim d'Alvorada, por exemplo, aparece "em janeiro de 1924 com pretensões puramente literárias"; transformou-se, entretanto, "um ano depois, num jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia" (20). Os jornais que saíram a lume depois dessa data submetiam-se à influência direta dos novos ideais de "levantamento moral, intelectual e social da raça negra", dedicando-se por isso com insistência ao combate do preconceito de cor e à defesa

(15) Arlindo Veiga dos Santos, *O Esperador de Bondes* (Novela), Estabelecimento Gráfico Atlântico, São Paulo, 1944, pág. 51. O trecho foi reproduzido como está no original.

(16) Conforme dados e informações prestadas diretamente, em diversas ocasiões, pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos, que desempenhou durante algum tempo o cargo de presidente da Frente Negra Brasileira.

(17) Conforme depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 15. Esse depoimento é corroborado pelas informações obtidas do sr. Arlindo Veiga dos Santos. Na exposição acima, usamos dados fornecidos pelos pesquisadores Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Ruth Villaça Correia Leite, sobre as associações negras de São Paulo e os movimentos que elas desencadearam ou os seus objetivos.

(18) Cf. Roger Bastide, *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo*, in Boletim CXXI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, passim; José Correia Leite, *História da Imprensa Negra em São Paulo — 1916 a 1926* in *Alvorada*, 13/V/1947, Ano II n. 20, págs. 5 e 6.

(19) Cf. Roger Bastide, op. cit., págs. 51 e 55.

(20) Cf. Depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., págs. 3-4.



dos direitos sociais dos negros. Alguns deles, mesmo, como *A Voz da Raça e Alvorada*, desempenhavam a função de órgãos de movimentos consagrados a êsses objetivos. Daí o caráter de imprensa adicional, que a imprensa negra tomou e o seu tríptico desdobramento, como instrumento intelectual de reivindicação, de solidariedade e de educação: "de reivindicação, contra tudo o que seja em detrimento da elevação do brasileiro de côr; de solidariedade, porque somente a união poderá quebrar o preconceito de côr; de educação, porque o prêto só subirá com mais instrução e mais moralidade, e com mais confiança no seu próprio valor" (21).

No capítulo anterior, vimos como o ressentimento criado pelas manifestações abertas ou dissimuladas da discriminação e do preconceito com base na côr se ligam à motivação dos movimentos sociais, que se desenvolveram no "meio negro". Agora, chegou a ocasião de apontarmos não as origens psico-sociais mas a função social desses movimentos. Parece-nos que eles preenchem necessidades sociais bem determinadas: as que resultam da integração do elemento negro ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais. É evidente que os móveis e os valores sociais, incorporados à ideologia que se elaborou em tórno do combate ao preconceito de côr e da luta pela "elevação moral, intelectual e social da raça negra", não correspondem a um estímulo fundamental de "imitar os brancos". As orientações básicas que caracterizam essa ideologia se associam a impulsões sociais que, ao contrário, traduzem a formação de ideais independentes de existência social, que não teriam razão de ser (na forma em que se atualizam), no setor branco da população. Êsses ideais sublinham a dignidade do trabalho e sua importância como fonte de independência ou de segurança econômicas; esclarecem que os homens têm obrigações morais para com as mulheres, devendo respeitar e enobrecer a "mãe negra", e que os pais devem cuidar do futuro dos filhos; insistem na necessidade da acumulação de bens, como condição para a ascensão social; apontam os meios de ascensão social que os negros devem utilizar, através do "esfôrço pessoal", dando grande relêvo à escolaridade nos diversos graus e níveis do ensino; defendem a constituição regular dos laços matrimoniais e um padrão altamente decoroso de vida social, independentemente do nível de renda de cada um; valorizam a importância histórica da "raça negra" e a formação de laços de solidariedade racial, tendo em vista o alargamento das oportunidades dos negros na competição com os brancos e não a segregação racial; por fim, consagram o princípio de que "o negro não é inferior ao branco", já que pode desempenhar as mesmas ocupações que êle com idêntico êxito, tendo antes que vencer obstáculos muito

---

(21) Cf. Roger Bastide, *op. cit.*, pág. 78.



maiores. Em suma, êsses são ideais que refletem concomitantemente o passado e o presente dos negros. Eles desvendam o sentido dos movimentos sociais que se operaram ou que estão em pleno processo no "meio negro". São movimentos que procuram libertar os negros de uma herança social incômoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais, substituindo-a por valores sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida social urbana.

Por isso, os movimentos sociais dos negros não podem ser confundidos, quanto aos seus efeitos, com as reações espontâneas dos brancos contra o preconceito de côr. Eles correspondem a necessidades sociais que não poderão ser preenchidas nas condições de ajustamento proporcionadas pelo atual sistema de acomodações raciais. E se eles não puderam provocar uma transformação radical dêsse sistema, é inegável que já produziram, no "meio negro", mudanças apreciáveis no que concerne à consideração das atitudes dos brancos para com os negros e à objetivação de novos ideais de vida. Assim, eles contribuíram poderosamente para quebrar o "tabu da côr", o mêdo que os negros e os mulatos tinham de não serem considerados como "brancos", de não serem tratados como "brancos" ou de serem chamados "negros". Enfim, ajudaram a criar uma atitude mais natural diante dos assuntos relacionados com a côr. É preciso não esquecer que esta atitude está na raiz mesma de qualquer reação construtiva dos negros contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr. Sòmente ela é que permitiu que os verdadeiros prejudicados tomassem uma consciência mais clara da situação do negro em São Paulo e dos meios para transformá-la. Embora a difusão da referida atitude tenha sido lenta, nota-se que as personalidades influenciadas pelos movimentos sociais já realizados, como o da Frente Negra ou o da Associação dos Negros Brasileiros, dão exemplos contagiosos no seu meio, de discussão franca e corajosa das restrições associadas à côr e do modo de combatê-las. O importante é que essa atitude constitui um índice de autonomia mental dos negros, pois implica em uma dupla rebelião nas suas relações tradicionais com os brancos. Primeiro, ela se associa, na conduta dos líderes na agitação de semelhantes problemas, ao combate aberto à subordinação irrefletida ou sem limites à influência dos brancos. Eles perceberam depressa, como atesta o seguinte depoimento, que os brancos faziam pressão contra a congregação dos negros e os valores que lhe davam sentido: "muitas famílias negras permaneceram ligadas aos seus ex-senhores, procurando-os comumente para pedir conselhos quando precisavam tomar decisões. As tentativas de organizar-se em movimentos eram infrutíferas porque os senhores diziam que isso era bobagem, que



nesta terra todos são iguais" (22). Por isso, trataram de destruir a dependência em que os companheiros se colocavam em face dos brancos e procuraram desmoralizar, por todos os meios acessíveis, os "negros capangas de políticos" ou "bajuladores de brancos". Segundo, ela traz consigo maior segurança e equilíbrio nas auto-avaliações. Não porque leve os negros que a aceitam a reagir de maneira mais realista às manifestações do preconceito de cor; mas porque destroi a dupla perspectiva, sob a qual o negro se via forçado a avaliar as próprias ações e os seus efeitos. Nos casos das experiências negativas, as avaliações dos negros nem sempre coincidem com as dos brancos; entretanto, aqueles se conformavam com as razões que estes formulavam ou deixavam simplesmente subentendidas. A agitação produzida pelos movimentos sociais no "meio negro" deu origem à questão: "Quem está com a razão?" (23). É claro que as dúvidas deixaram de existir para os que passaram a compartilhar das explicações fornecidas pelos líderes dos movimentos. Em seu lugar, surgiu a convicção de que as causas dos malogros, dos imprevistos desagradáveis ou das rejeições estavam fora de si, emanando dos preconceitos dos brancos.

Os resultados da presente exposição nos permitem assinalar, também, as duas funções desempenhadas pelos movimentos em questão no meio imediato em que operavam. De um lado, eles introduziram sentimentos de autonomia em face dos brancos e de lealdade para com as pessoas da mesma cor. Na escala em que isso se produziu, não há dúvida em que foi uma grande inovação na vida social dos negros. Se o fluxo daqueles movimentos continuasse com o mesmo ímpeto, ali estavam os germes para o rápido desenvolvimento de um sistema de solidariedade moral com base na cor. Acontece, porém, que a implantação da Ditadura no Brasil (em 1937), acabou refletindo-se na estagnação dos movimentos sociais dos negros. A discontinuidade produzida na ação da propaganda dos líderes e, principalmente, o esfriamento súbito do ambiente de efervescência criado no "meio negro" durante os primeiros anos de atuação da Frente Negra Brasileira, reduziram as proporções e o alcance do processo, restringindo a formação de laços de solidariedade a certos círculos sociais, constituídos por indivíduos

(22) Cf. depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 1. No mesmo documento ocorrem outras informações sobre essa espécie de resistência oferecida pelas atitudes dos brancos, as quais serão utilizadas adiante.

(23) Essa foi uma questão que nos propôs um contador negro, vivamente atormentado pela dúvida criada em seu espírito quanto à natureza e o sentido das atitudes dos brancos, em face das pessoas de cor. O que há de real atrás da conduta dos brancos: "É o preconceito de cor ou outra coisa?" No primeiro caso, a interpretação corrente no "meio negro" estaria certa; no segundo, ou as explicações dos brancos seriam corretas ou haveria qualquer coisa pior, que os leva a rejeitar ou a evitar contactos com os negros. Via-se que o seu temor se orientava para essa "coisa pior, e que, subjectivamente, preferiria que os motivos da evitação nascessem do "preconceito de cor".



de cor que se mantiveram fiéis aos ideais difundidos no "meio negro" pelos movimentos sociais apontados, embora eles próprios se mostrassem divididos em pequenos grupos antagônicos. De outro lado, aqueles movimentos elaboraram certas atitudes diante das manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor, que acabaram engendrando uma espécie de mecanismo de segurança e de defesa nos indivíduos de cor. Como isso ocorreu no momento em que a competição com os brancos entrou numa fase favorável ao elemento negro, por causa da expansão da cidade e da escassez crescente de mão de obra, o referido mecanismo de defesa produziu efeitos que não devem ser desprezados, pois facilitou a recuperação econômica da mão de obra negra. As oportunidades que surgiram no mercado de trabalho eram de natureza a comportar a intensificação do aproveitamento de trabalhadores sem grande treinamento, entre os quais se colocavam, por força das circunstâncias, muitos trabalhadores de cor. Os líderes daquele movimento incitavam os seus seguidores a candidatar-se a toda sorte de empregos e de ocupações, para os quais se julgavam aptos (24). A falta de preparo anterior ou de tirocínio profissional se fez sentir nessa emergência. Por nossas observações, pudemos verificar que nem todas as demissões ou rejeições são devidas estritamente à cor. Todavia, a presunção de que os malogros teriam causas exteriores, ligadas com restrições feitas à cor, contribuiu para fazer que os indivíduos afetados conservassem a confiança em si próprios e persistissem nas profissões experimentadas, "indo tentar em outro lugar", acabando assim por adquirir suficiente experiência profissional. O mesmo mecanismo se aplicava em outras ações, o que significa ter sido frutífera, sob este aspecto, a estratégia de esclarecimento e de agitação adotada pelas associações negras.

A análise exposta sugere que os movimentos sociais, desenvolvidos no "meio negro" de São Paulo, foram produzidos por causas sociais e correspondiam a necessidades sociais bem definidas. Os líderes desses movimentos, portanto, não fizeram mais do que dar expressão a sentimentos e a anseios gerais, existentes de forma obscura pelo menos em parte da população de cor da cidade. Isso quer dizer que eles não "criaram" artificialmente os objetivos daqueles movimentos, como se asseverou em alguns círculos da população branca. Tiveram, talvez, maior sensibilidade que os companheiros no reconhecimento dos problemas sociais com que se defrontavam os negros e os mulatos aglomerados em São Paulo. E foram, certamente, mais responsáveis que os outros na escolha das técnicas de organização e de agitação, empregadas na "arregimentação da gente negra" e no combate ao preconceito de cor. De fato, os brancos não possuíam, em sua perspectiva histórico-social, elementos que

(24) De acordo com informações concedidas pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos.



lhes permitissem compreender o sentido e os fins dos movimentos sociais dos negros. Se acreditavam que "o negro em São Paulo não tem problemas", que "entre nós todos são iguais" e que "os negros estão criando sarna para se coçar", é óbvio que deviam desaprovar as atitudes radicais e corajosas assumidas pelos líderes mulatos e negros. Alguns exemplos demonstram que inclusive os intelectuais brancos se mostraram incapazes de fazer um exame objetivo da situação e do que se estava passando, em função dela, no "meio negro". Um intelectual rico, verbi gratia, se dispôs a auxiliar Vicente Ferreira, um dos líderes dos movimentos sociais dos negros, seduzido por sua inteligência e talento oratório. Este disse-lhe que nada pretendia para si, mas que pedia, como um favor, o empréstimo de certa quantia, para financiar a publicação do Clarim d'Alvorada. O ofertante "solicitou uma coleção do jornal em questão, a fim de estudar o assunto; mais tarde, devolveu-a, dizendo que não poderia ajudar os negros a ter um jornal como aquele. Propôs a transformação do Clarim numa revista de ilustração, comprometendo-se a conseguir que a revista fôsse feita por um preço razoável" (25). Outro depoimento, da mesma fonte, é ainda mais esclarecedor: "A dependência econômica dos negros em relação aos brancos diluía o espírito de revolta. É sugestivo, nesse sentido, o seguinte fato: um dos responsáveis pela Frente (Isaltino Veiga dos Santos) quis dar uma entrevista violenta contra os brancos, em um dos jornais da capital, mas o redator objetou, argumentando que ele ia atacar os brancos em um jornal de brancos. Há também a considerar o medo das conseqüências de incentivar os negros à revolta, o qual, pela boca de um deles, assim se expressa: "Se você assanhar todos êsses negros, como é que isso vai ficar?". Ainda, havia negros que depois de assistir às reuniões da Frente, comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo deles que entre nós não eram necessários tais movimentos, nos abandonavam" (26). A conduta de alguns frentenegrinos exacerbava os referidos receios, exteriorizados pelos brancos. Soubemos que, em alguns casos, as relações entre as domésticas de côr e as patroas se tornaram tensas. Aquelas diziam que não precisavam mais "aturar desaforos"; e as segundas enfrentaram dissabores com a Frente Negra Brasileira, pois se viram compelidas a reparar certas "injustiças" que antes praticavam sem medo de represálias. O resultado foi que muitas patroas, ao contratar empregadas de côr, indagavam primeiro se elas eram da Frente Negra Brasileira (27). Como se vê, as

(25) Cf. depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 11. O nome do ofertante vem declinado no documento de que dispomos, mas não o reproduzimos por ser desnecessário.

(26) Idem, págs. 15-16.

(27) As indicações a respeito foram fornecidas pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos, que nos esclareceu, também, que existiam patroas que preferiam contratar empregadas pertencentes à Frente Negra Brasileira, por suporem que seriam "negras corretas e de confiança".



diferenças de perspectiva na reação e na desaprovação do "preconceito de côr" opuseram, de certa maneira, os brancos aos negros, dando origem a um incipiente conflito de ideologias e a uma obliteração do horizonte intelectual dos brancos.

Todavia, através da interpretação sociológica, comprova-se que existem tensões sociais no "meio negro", provocadas pelos sentimentos de que os negros não merecem a "consideração" que deviam, por parte do Governo e dos "brasileiros" em geral, pela consciência de que a côr os exclui ou lhes dificulta a ascensão econômica e social, pela convicção, informe nalguns e nítida em outros, de que os brancos fazem "diferenças" no convívio social com as pessoas de côr. Em uma sondagem que realizamos, com o fito de esclarecer êsses aspectos da situação do negro em São Paulo, verificamos que essas tensões se refletem generalizadamente nas atitudes dos negros e dos mulatos, produzindo reações muito parecidas com as que se podem encontrar nos discursos ou nos escritos dos antigos líderes dos movimentos sociais pela "elevação moral, intelectual e social da raça negra" e contra o preconceito de côr.

Assim, os resultados obtidos através de entrevistas ocasionais, com negros e mulatos encontrados fortuitamente, demonstram que as duas orientações básicas dos movimentos sociais se reproduzem com freqüência nas idéias centrais das pessoas de côr: 1) a aspiração de "subir", pelo trabalho, pelo estudo, pela aquisição de um padrão de vida honorável; 2) a preocupação com as restrições associadas à côr: alguns têm dúvidas quanto à natureza do "preconceito", por causa do contraste entre a situação do negro norte-americano em face do negro brasileiro, mas quase todos conhecem exemplos de rejeição "por causa da côr" (alguns por experiência pessoal) e se inclinam espontaneamente pela oposição direta ou indireta às "atitudes preconceituosas". Os resultados obtidos através de questionários dão margem a três tipos de verificações. Primeiro, é provável que exista uma relação íntima entre a situação econômica atual do negro e a consciência das restrições ligadas com a côr. Como vimos no primeiro capítulo, há um profundo desajustamento no seio da população negra de São Paulo. Acontece, porém, que as profissões a que gostariam de dedicar-se são, em sua maioria, escolhidas de forma realista, tendo-se em vista as profissões exercidas, as possibilidades de aprendizagem no serviço ou em escolas, e a coincidência entre a rápida expansão da economia paulista e a escassez de mão de obra realmente especializada. Como não conseguem ter acesso fácil àquelas profissões, os indivíduos de côr acabam admitindo que a sua origem racial constitui um obstáculo à carreira profissional e que os brancos dão preferência decidida pela



mão de obra branca (28). Segundo, a uma pergunta provocativa, a maioria dos inquiridos respondeu afirmando que a cor restringe as oportunidades dos negros, como se poderá ver pelos seguintes dados:

“Pensa que a cor” (29):

	Mulheres	Homens	Total
a) “limita as oportunidades dos pretos?” ....	77	149	226
b) “não limita as oportunidades dos pretos?” ..	40	86	126
c) “às vezes limita as oportunidades dos pretos?”	8	8	16
d) “limita em parte as oportunidades dos pretos?”	3	10	13

De acôrdo com as respostas analíticas, apostas aos questionários, ocorrem idéias típicas como as que seguem: a) entre as mulheres — “Não limita, depende da inteligência”; “Depende da sorte, não da cor”; “Sim, quanto mais claro arranja melhor emprêgo”; “conforme o serviço”; “Sim, [a cor] pode atrapalhar”; b) entre os homens: “Não limita, desde que a pessoa tenha capacidade”; “Não limita, apesar de existir o preconceito”; “Às vezes; isso depende do ofício”; “Depende do patrão”; “Não limita, mas dificulta os homens de cor, os quais, por causa disso, têm que se esforçar mais do que os brancos”; “Limita, há sempre preferência para pessoas brancas”. Terceiro, como já foi indicado no primeiro capítulo, esboça-se uma tendência, no “meio negro”, de competição com os brancos, mesmo nas ocupações habitualmente encaradas pelos negros como “apanágio da raça branca”. Nas respostas aos questionários, os que pensam existir em São Paulo cargos que só são concedidos aos brancos e que os negros devem tentar disputar êsses cargos com eles, deram respostas que evidenciam a falta de uniformidade na escolha dos canais de ascensão social, mas que sublinham a valorização imputada a certos meios, definidos em função da nova concepção de vida, e a decadência de antigas expectativas de “subir com apoio nos brancos”. No grupo masculino, a dispersão é maior que no feminino, pois naquele se apontam 34 meios de ascensão, enquanto que neste se discriminam apenas 22. Os meios escolhidos com maior frequência foram: “estudar”, no grupo feminino e masculino; “ter competência”, no grupo masculino; “unir-se entre si”, no grupo masculino; “proceder corretamente”, no grupo masculino; “combater o preconceito de raça” ou “contra o negro”, em ambos os grupos (30). Em

(28) No apêndice, o leitor encontrará, nas tabelas transcritas nas págs. 225 e 226, a especificação das profissões ideais apontadas pelos inquiridos, com especificação do sexo e da idade.

(29) As gradações fornecidas pelas alternativas c e d foram introduzidas pelos próprios pesquisados. Elas se subordinam à alternativa a, mas restritivamente; por isso, preferimos respeitar as opiniões emitidas.

(30) O leitor encontrará no apêndice uma enumeração completa dos meios apontados, tal como foram definidos pelos pesquisados, nas tabelas transcritas nas págs. 223 e 224. Não poderíamos transcrevê-los, por sua extensão, no texto do trabalho.



conjunto, as respostas apresentam grande consistência, inclusive na disparidade que se evidencia entre elas, com os ideais difundidos pelos movimentos sociais que agitaram o "meio negro". Pode-se supor, não há dúvida, que elas traduzem influências anteriores. Mas, o exame dos questionários permitiu identificar as pessoas que sofreram diretamente essa influência, nas associações negras, revelando que constituem um grupo pouco numeroso, em comparação com o número total de depoentes.

Segundo pensamos, êsses dados deixam patente duas coisas. De um lado, que os movimentos sociais que se desenvolveram, ou estão em processo, no "meio negro", nasceram de influxos sociais e não de idiosincrasias de alguns líderes de côr contra os brancos. O fundo cultural e social que os engendrou não sofreu alterações até o presente, e continua a gerar os mesmos sentimentos de insatisfação e de inconformismo no ânimo dos negros e mulatos. De outro lado, que os movimentos sociais do tipo da Frente Negra Brasileira ou da Associação dos Negros Brasileiros, não puderam transformar-se, talvez por causa de sua pequena duração ou da discontinuidade de sua atuação, em instrumentos de integração racional das reivindicações dos negros. Por isso, apesar da importância que alcançaram, em virtude da função social que desempenharam e dos efeitos sociais que produziram no "meio negro", não trouxeram uma contribuição efetiva ao tratamento prático dos problemas sociais que afetam a população de côr da cidade. Não tiveram, sequer, duração suficiente, nem chegaram a dispor de meios culturais adequados à uniformização das reações dos negros e mulatos contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr.

## 2) A REAÇÃO LEGAL CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR E SUAS REPERCUSSÕES NO MEIO NEGRO:

A extensão da legislação penal às manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr foi exigida formalmente, segundo nos esclareceu o sr. Geraldo Campos de Oliveira <sup>(31)</sup>, em um dos congressos negros realizados em São Paulo. Argumentava-se que era necessário um meio jurídico regular, capaz de conduzir a fins práticos o preceito constitucional que proíbe semelhantes manifestações no Brasil. A pressão dos "grupos de côr" não possuía, porém, fôrça suficiente para impelir o Congresso ou o Executivo a tomar medidas dêsse alcance. Seja porque a população negra e mulata não se concentra, em nenhuma região do país, em uma

(31) Na Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em São Paulo, no ano de 1945.



organização político-partidária: os seus componentes se distribuem, ao contrário, por todos os partidos e participam de tôdas as ideologias políticas, da direita à extrema-esquerda. Seja porque a especulação eleitoral, sob a forma de competição partidária por eleitores ou por votos, não chegou a desenvolver-se a ponto de criar nos partidos existentes um interesse especial pelo "eleitorado de côr". Parece que outros fatores mais profundos agiram nesse sentido, somando-se à pressão exercida pelos movimentos sociais dos negros e aumentando o seu poder persuasivo, pois o Congresso Nacional acabou por tomar a iniciativa de incluir as manifestações do preconceito de côr entre as contravenções penais. É provável que a intensificação do preconceito de côr em alguns Estados sulinos, a inocuidade da proibição contida na Constituição vigente e, em particular, a preocupação de manter os ajustamentos interracialis nos limites da "tradição brasileira", que sempre fez deles, apesar da "mística da branquidade", um assunto de ordem particularista, se coloquem entre os motivos que determinaram a composição da chamada lei contra o preconceito de raça ou de côr.

A referida lei foi sancionada em 1951, tendo entrado em vigor nos começos do segundo semestre. Ela resultou do projeto de lei apresentado por um deputado conservador, o sr. Afonso Arinos de Mello Franco, representante da União Democrática Nacional por Minas Gerais. Na história da República, o texto dessa lei constitui o documento mais importante, até o momento, com referência ao propósito de submeter as relações raciais a uma sanção legal. Por isso, parece conveniente não só transcrevê-lo na íntegra, mas ainda apresentar os argumentos específicos contidos quer na fundamentação do projeto da lei, quer no parecer do deputado incumbido de examiná-lo (sr. Plínio Barreto, representante da União Democrática Nacional por São Paulo). Os argumentos em questão ajudam a compreender as razões que animaram os legisladores a tomar a iniciativa indicada e contribuem para dar um conhecimento mais completo da consciência alcançada pelos brancos cultos a respeito do tratamento dispensado comumente aos negros e aos mulatos escuros.

Na fundamentação da lei, são os seguintes os pontos que merecem ser postos em evidência: a) a proibição das discriminações raciais, contida na Constituição de 1946, em vigor, tem se revelado inócua, do ponto de vista prático; b) a conduta burocrática estimula os particulares, fornecendo exemplos que precisam ser evitados: "é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos oficiais e que outras restrições existem em vários setores da administração"; "quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de discriminação



vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros em seu recinto"; c) a nova lei deverá ter uma função educativa e prática, ao mesmo tempo, prevenindo possíveis ameaças à paz social: "Nestes termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura" (32). No parecer são postos em relêvo dois aspectos importantes, um referente às fontes da discriminação racial, outro relativo ao alcance previsto da medida legal proposta: a) "Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar na sociedade a consideração de seus semelhantes". "Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, por falta de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo"; b) o projeto de lei merece parecer favorável, entretanto, porque "algumas manifestações (do preconceito de côr) serão evitadas" (33).

A lei contém, em seu texto, uma enumeração das discriminações que passam a ser formalmente proibidas. As punições estabelecidas sugerem, por sua vez, o grau de gravidade imputado a cada uma delas em particular. A necessidade de transcrevê-lo na íntegra não provém, todavia, somente desses dois fatos. É que a "lei contra o preconceito de raça ou de côr" foi aprovada em um Congresso em que não havia nenhum representante negro, nascendo, além disso, de um projeto apresentado por um dos membros de uma bancada minoritária e de oposição. Isso significa, pelo que se pode presumir, que ela constitui uma formulação adequada dos sentimentos e das idéias dos brancos cultos, pertencentes às camadas dominantes, a respeito da possibilidade, da conveniência e da maneira prática de submeter a controle legal as manifestações do "preconceito de côr". Eis aqui o texto da lei:

Art. 1.º — Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

§ único — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

(32) *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 18/VII/1950, pág. 5.513.

(33) *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8/VIII/1950.



Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr. \$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias ou lugares semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público, de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º — Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º — Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

A tentativa de resolver um problema tão complicado por um meio tão simples não deve causar surpresa nem admiração. Nos países latino-americanos, inclusive e especialmente no Brasil, o direito desempenhou no passado e continua a desempenhar no presente uma função muito importante tanto na criação quanto na manutenção da ordem social legítima. Alguns autores pretendem ver nisso uma consequência natural do bacharelismo brasileiro e da expectativa popular de que os problemas sociais devem ser resolvidos e regulados pelo Governo. Embora não nos caiba analisar essa questão aqui, a verdade é que o direito possui uma função social criadora nos países novos, como no Brasil; êle se lança adiante das tradições e com freqüência até as contraria, alargando as fron-



teiras da ordem legítima no sentido da legalidade e regulamentando ações sociais emergentes ou em transformação. Em suma, a compulsão jurídica é capaz de opor barreiras e de estabelecer limites às tendências diversificadoras, às vezes mesmo desagregadoras, nascidas da extrema diferenciação geográfica, econômica e social do país e da heterogeneidade racial e cultural que a sublinha. Ela contribui de maneira ponderável como fonte e fundamento de garantias de uniformização da conduta e de conformação das expectativas de comportamento. Com êstes argumentos não procuramos insinuar, porém, que a "lei contra o preconceito de raça ou de côr" produzirá os resultados práticos que a justificaram. Apenas sugerimos que, tendo-se em vista as condições de existência em um país novo, como o Brasil, a intervenção do Govêrno em vários setores da vida social se explica por fatôres histórico-sociais.

Quanto à questão da eficácia da lei, nada se pode dizer de positivo por enquanto. A experiência acumulada pelos sociólogos no estudo e no tratamento de problemas sociais, não permite enxergar nela senão uma medida que pretende submeter a um freio formal (jurídico), atitudes e ações sociais cujas manifestações não podem ser reguladas por meios exclusivamente legais. Uma questão tão complexa, como é a das relações entre os negros e os brancos, exigia uma estratégia prática diferente, a qual, presume-se, não pode ser estabelecida com base na simples manipulação de disposições jurídicas ao velho estilo liberal. O aproveitamento dos recursos das ciências humanas e dos especialistas no tratamento dos problemas sociais deveria ter constituído o ponto de partida da ação governamental. O Govêrno dispõe, de fato, de recursos e de meios para iniciar uma política de controle das relações raciais. O que se poderia discutir é a pretensão evidenciada de esperar de uma lei, a qual possui em virtude de sua própria natureza o caráter de experimento, a modificação de uma mentalidade que foi reconhecida, pelo autor do parecer do projeto, como se inspirando em "sentimentos profundos". Enfim, é duvidoso que o próprio aparato coativo do sistema jurídico brasileiro esteja em condições de impedir a burla da lei, ou que possa funcionar com pleno rendimento para os prejudicados pelas manifestações do preconceito de côr.

A lei contra o preconceito de raça ou de côr agitou o "meio negro" de São Paulo. Os jornais deram certa evidência ao assunto, procurando obter depoimentos de personalidades negras. Uma pequena seleção poderá dar uma idéia concreta quanto à diversidade de opiniões emitidas: 1) "Certa ocasião procurei um salão de barbeiro da cidade. Não fui servido, embora vários profissionais se encontrassem desocupados. As desculpas foram as mais diversas. Estava na hora do almoço, fregueses com hora marcada, etc. Compreendi que não ia ser atendido porque sou negro. Hoje, com essa



lei, aquele fato seria crime. Os negros do Brasil estão exultantes. Esta lei é um passo democrático e vem assegurar um lugar ao sol para os de minha raça" (34). 2) "Cada vez que nos aprofundamos mais no estudo da constatação do preconceito de cor em São Paulo, temos a certeza absoluta de que esse fenômeno está bem enraizado em nossa sociedade. Não será com leis coibitórias que se poderá dar solução ao problema. Essa lei virá beneficiar apenas a minoria da população negra do Brasil, que, no caso, é a visada, isto é, a lei visa beneficiar os componentes do grupo que estão em situação cultural e econômica privilegiada mas, a maioria, absoluta quase, ficará sofrendo tôdas as manifestações hostis que lhe são dirigidas" (35). 3) "Nossa situação continua e continuará a mesma. Isto é, continuaremos assistindo e sofrendo, ao mesmo tempo, as conseqüências da discriminação de cor (a racial não existe) que nos impõe parte da sociedade. Não poderemos reagir, não poderemos gritar, ameaçar ou depredar. Se o fizermos, seremos punidos e taxados como comunistas. Nesta terra, infelizmente, os pequenos não têm direitos, e nós, como tal, precisamos sofrer e calar. É sabido e reconhecido que temos nossos direitos, mas êstes direitos estão empenhados nas mãos dos algozes do dinheiro. E quem se atreverá a reivindicar êstes direitos, se nem as autoridades se atrevem a tanto?" "De agora em diante, mais uma lei dormirá o sono tranqüilo das gavetas. "A lei, ora a lei". Existem tantas outras que não se cumprem. Os senhores acham que esta será cumprida à risca? Nós não acreditamos. Quer experimentar?" "Vá a um grande hotel de S. Paulo, peça um aposento. A recusa não demorará. Grite, esperneie, faça escândalos, reclame um direito que lhe cabe (pelo menos pelos papéis), depredel Bem... não nos responsabilizamos pelo resto!..." (36).

Como se vê, a lei encontrou acolhida favorável no meio negro, mas suscitou algumas reservas ou restrições deveras importantes. A idéia de que ela concede ao negro "um lugar ao sol" se repete em diversas manifestações. Em vários lugares, mesmo, a lei contra o preconceito de raça ou de cor foi recebida pelos negros como um "novo 13 de Maio", sendo comemorada através de reuniões festivas, tanto em certos bairros da capital quanto em localidades do Interior. Contudo, os depoimentos estão pontilhados de atitudes de pessimismo, de desconfiança e de decepção. Parece que a lei não satisfaz os anseios de igualdade de tratamento a que aspiram os negros nas suas relações com os brancos.

(34) "Bem recebida, a Lei contra os Preconceitos. LUGAR AO SOL PARA OS NEGROS DO BRASIL", reportagem publicada pelo *Diário da Noite*, 5/VII/1951; os trechos transcritos correspondem às declarações do sr. Antônio Batista dos Santos. Na mesma reportagem ocorrem outras entrevistas.

(35) "Reerguimento do Negro: Um Problema Econômico", entrevista do sr. Jorge Prado Teixeira, ao *Jornal de Notícias*, 7/VII/1951.

(36) "Sancionada a Lei considerando Contravenção Penal todo e qualquer ato de discriminação racial e de cor no Brasil", editorial de *O Novo Horizonte*, Ano 9 n. 54, julho-agosto de 1951, pág. 3. Este jornal é órgão da imprensa negra paulistana.



Grosso modo, é possível distinguir cinco tipos de críticas à lei, por parte das personalidades negras, que se manifestaram sobre o assunto e cujas manifestações nos foi possível ler: a) o Governo devia complementar a sua ação por meios diretos, especialmente de assistência econômica aos negros (esta idéia ocorre em grande número de depoimentos, embora não tenha sido transcrito nenhum deles); b) a lei poderá agravar a situação do negro, atirando sobre ele a atenção ou a desaprovação dos brancos; c) a lei produzirá resultados, mas em escala reduzida, pois poderá ser burlada de várias maneiras; d) a lei não será aplicada, pura e simplesmente, já que não se pode esperar que o branco proceda policialmente contra o branco; e) a lei produzirá certos benefícios, todavia eles só serão usufruídos pelos negros que "subiram" socialmente, que exercem profissões liberais e pertencem às classes médias. Sem dúvida, essas atitudes são incongruentes entre si, o que infelizmente não poderemos analisar aqui. Convém frizar, no entanto, que o tópico b diz respeito à atitude de negros que permanecem identificados com os brancos, os quais temem as conseqüências da lei, em particular no que concerne à continuidade da aceitação dos negros em determinados círculos sociais. As personalidades negras em questão acham que a ascensão econômica e social dos negros, lentamente, os porá em condições de manter um intercâmbio social mais estreito com os brancos. A lei representa, segundo o ponto de vista que sustentam, uma interferência artificial nesse processo, com um grave risco em perspectiva: o de intensificar a hostilidade do branco contra o negro ou, pelo menos, de agitar fatos que deveriam ser mantidos discretamente no olvido.

A sondagem das repercussões da lei não seria completa, todavia, se ficasse confinada àquilo que foi pôsto em relêvo pelos jornais. Por isso, procuramos colher dados que pudessem esclarecer melhor como a "lei contra o preconceito de raça ou de côr" foi recebida no "meio negro" de São Paulo. Através de entrevistas com personalidades negras ou mulatas (tanto os mulatos que se identificam com os brancos, quanto os que se identificam com os negros) e por meio da coleta de depoimentos prestados por personalidades de côr, públicamente, na Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo que organizamos para realizar as nossas pesquisas, com a colaboração direta e ativa dos elementos negros, conseguimos reunir indicações que permitem estabelecer uma espécie de quadro geral das reações provocadas pela referida lei. Naturalmente, as opiniões emitidas pelos informantes não poderão ser transcritas, pois isso exigiria muito espaço. Contudo, a exposição analítica das atitudes que se repetem com relativa frequência e congruência dá ensejo a que o leitor seja informado de uma maneira completa, ainda que menos satisfatória.



Diversos argumentos foram utilizados pelas pessoas entrevistadas na apreciação da lei. Uns sentem que a lei é boa, porque extingue o preconceito para sempre, proibindo-o e punindo-o taxativamente. Outros acham que ela é boa, não porque ponha um paradeiro à atual situação, mas porque desvenda a realidade, mostrando que o preconceito de cor não é uma criação fictícia dos negros. Nesse sentido, qualificaram-na como "um reconhecimento oficial" da existência do preconceito contra o negro, no Brasil. Ao lado dessas atitudes extremas, verificamos que a explicação da conveniência ou da oportunidade da lei compreende argumentos muito mais complicados, como sugerem as seguintes explanações: 1) A lei é boa, porque favorece os negros, obrigando os brancos a comportar-se de certa maneira para com eles, e porque lhes dá a possibilidade de processar as pessoas que os desrespeitem, em seus direitos ou em sua dignidade, o que era absolutamente impossível antes. O informante salientou, entretanto, que não está absolutamente de acordo com os companheiros que enxergam nela um "novo 13 de Maio". 2) A lei "será" boa, se for aplicada. A proibição do preconceito já existia na Constituição, como "letra morta". Daí, a lei "será" boa, se não degenerar, logo no começo, "em letra morta". Entre os entrevistados que defenderam essa idéia, dois ajuntaram o seguinte: a) os negros devem aproveitar a lei, ainda que ela seja uma simples "sombra" do que o Governo deveria fazer; b) os negros que "podem" terão, de agora em diante, o acesso garantido aos lugares que lhes eram vedados pelos brancos. 3) a lei é boa, porque "impede" a situação existente em São Paulo: os estrangeiros que chegaram aqui na miséria conseguiram enriquecer e não deixam mais ninguém se beneficiar com as oportunidades nascidas do desenvolvimento econômico de São Paulo, exceptuando-se os seus parentes e compatriotas. Com isso, eles criam a segregação do negro. A lei "evita" que isso venha a consumir-se no futuro. 4) a lei é boa, porque possui o caráter de intervenção do Governo nos problemas do negro brasileiro. Ela constitui a primeira providência tomada até o presente, como medida destinada a favorecer os negros e os mulatos contra os brancos. Os que pensam que "ela não presta" e "precisa ser jogada fora" estão errados. Nas circunstâncias atuais, a lei protege os negros e poderá desempenhar profundas influências educativas. Antes o negro deixava de ir a uma porção de lugares e de fazer uma porção de coisas, de medo de ser desfeito. O branco se acostumou com a ausência do negro e perdeu a possibilidade de conhecê-lo concretamente. A lei dá tais garantias jurídicas aos negros, que quebra o seu "medo" do branco. Surgem assim as condições necessárias a um contacto mais íntimo entre os brancos e os negros, o qual poderá facilitar o conhecimento



das qualidades humanas dos segundos pelos primeiros e, por conseguinte, melhorar a sua aceitação social.

As mesmas pessoas fazem restrições à lei, sendo que algumas pensam pura e simplesmente que a lei "não adianta nada", porque não será aplicada. As apreciações refletidas variam consideravelmente, como se verificará pela seguinte enumeração de opiniões:

- 1) A lei devia ser precedida por uma campanha educativa e de preparação psicológica dos negros, em geral, e dos comerciantes brancos, em particular. O Governo podia fazer isso pelos jornais, pelo rádio, pelas escolas, etc. Da forma por que agiu, é culpado de não ter levado aos negros os ensinamentos necessários para que pudessem eles aproveitar a lei e utilizá-la em benefício próprio.
- 2) A lei servirá aos interesses de alguns negros, sem contudo favorecer a coletividade negra como um todo. Os negros gráfinos, que desejavam freqüentar hotéis de luxo, ficaram exultantes. Em contraste, os negros humildes "estão na mesma". Continuam econômica e moralmente largados a si mesmos, sem recursos para libertar-se do nível extremamente baixo de vida que levam ou para conjurar os seus dramas cotidianos, como o da "mãe solteira", o "abandono dos filhos", etc. O Governo devia fazer algo concreto, que beneficiasse a massa dos negros, iniciando uma política de "aproveitamento da prata da casa", intervindo seriamente na melhoria de sua situação econômica e na sua educação.
- 3) A lei não presta, porque é vaga e incompleta. Ela não obriga os industriais, os comerciantes e os banqueiros a dar emprêgo aos candidatos negros, desde que sejam qualificados.
- 4) A lei possui um defeito capital: ela põe o preconceito de cor em evidência. Este era como "cinza no borralho". Ninguém tinha consciência nítida de sua existência e de suas conseqüências, os brancos particularmente. A lei chamou a atenção para o fato; e de tal maneira, que muitos brancos não vão gostar de ver-se compelidos a aceitar o negro. Doutro lado, o "aspecto moral" da lei não é satisfatório. Seria bem agradável que o negro fôsse tratado como ser humano pelo branco, desde que este fôsse movido por sentimentos reais de respeito e de afeição pelo negro. A presença da lei inverte esta ordem: o branco passará a agir como o indivíduo que deixa de pecar porque tem medo do inferno, e não porque acredita em Deus.
- 5) O Governo não devia promulgar uma lei como esta. Em vez de proteger o negro indiscriminadamente, devia era prender os negros que "envergonham a gente" e que "desmoralizam a raça". Além dessas atitudes, alguns temores foram expressos, notadamente: a) como a lei foi promulgada de improviso, sem nenhuma preparação prévia dos negros e dos mulatos, eles poderão comportar-se de modo inconveniente, aumentando o preconceito ou provocando-o onde não existia antes; b) a lei não pode ignorar as diferenças sociais das pessoas. Há lugares em que o negro não



pode ser admitido, mesmo quando tem dinheiro para "pagar". O entrevistado salientou: "cada um deve ser aceito de acôrdo com o lugar que ocupa". O mal da lei estaria em criar uma falsa sensação de igualdade, levando ao negro a idéia de que poderá, daqui por diante, introduzir-se onde bem entender.

Os depoimentos colhidos na Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo contêm argumentos a favor e contra a lei, que podem ser agrupados de maneira consistente em termos do grau de aceitação ou de rejeição da ordem social vigente na sociedade brasileira, demonstrado pelos depoentes. Três atitudes se evidenciaram com nitidez: 1) atitude moderada, segundo a qual o preconceito de côr constitui um problema social cuja solução na ordem social contemporânea é possível e deve ser esperada; 2) atitude radical, segundo a qual o preconceito de côr só desaparecerá com a supressão da ordem social existente; 3) atitude pessimista, segundo a qual a ordem social vigente é ruim, do ponto de vista das relações raciais, mas não adianta esperar modificações para melhor, venham elas de iniciativas do negro ou do branco.

Os argumentos apresentados pelos que defenderam o primeiro ponto de vista podem ser sintetizados da seguinte maneira: o negro luta desde 1928 para obter um instrumento legal, que lhe permita enfrentar com êxito as manifestações do preconceito de côr. Essa lei representa a conquista desse instrumento, o qual chega precisamente em um momento oportuno, pois o negro brasileiro não está mais na mesma situação que em 1888 (data da Abolição). Econômica e intelectualmente, se encontra em diversas regiões em condições compatíveis com o aproveitamento da lei, o que deve fazer de acôrdo com a própria capacidade e posição social. A lei deve ser respeitada e acatada, portanto, como algo capaz de favorecer os negros nas relações com os brancos. Por sua vez, ela é obrigatória e geral, não se devendo duvidar de que será posta em vigor pela Justiça do país. O que o negro precisa é aprender a usar a lei: a) para utilizá-la dentro dos limites estabelecidos; b) para não criar embaraços ou conflitos nas relações com os brancos, em virtude de uma interpretação inadequada dos direitos por ela conferidos. Os conhecimentos relativos ao modo de usar a lei podem ser transmitidos por meio das entidades negras, que assim contribuiriam construtivamente para a elevação social do negro. Doutro lado, o negro brasileiro não está na mesma situação que o negro norte-americano. Aqui êle tem direito a tudo, como o branco, compartilhando com êste, em termos de igualdade, das garantias concedidas aos cidadãos. Todavia, o negro depende do branco, não pode separar-se dele ou lutar contra êle. Essa lei terá um grande alcance moral e educativo, porque é um passo na direção da associação das raças.



Forçando os brancos a aceitar os negros coercitivamente, a lei cria condições para um conhecimento recíproco e uma colaboração mais íntima entre as duas raças.

Os argumentos formulados pelos que defendem o segundo ponto de vista podem ser resumidos da seguinte forma: a lei não é uma manifestação de boa vontade dos brancos ou dos partidos liberais, mas um "produto lógico" das reivindicações e dos movimentos organizados por entidades negras. Fôram estas que exigiram a transformação da proibição contida na Constituição vigente em lei ordinária. Todavia, a lei surge em condições que a tornam viciada e perigosa. Primeiro, ela poderá não ser aplicada aos transgressores que pertencem às classes dominantes. Há várias maneiras de solapar os dispositivos da lei impunemente. Segundo, ela foi feita com fins eleitorais, para beneficiar determinado partido em eleições futuras. Terceiro, ela visa esmorecer o negro em suas lutas contra o preconceito de côr e arrefecer suas reivindicações sociais. A lei traz consigo, não obstante, algumas vantagens. Por isso, deve ser aproveitada pelos negros, com a necessária cautela. Feita no terreno democrático, oferece oportunidades que o negro brasileiro deve explorar, sem contudo fazer concessões na luta contra o preconceito de côr, que se identifica para êle com a própria luta por melhor nível de vida e por mais amplos direitos políticos e sociais. No fundo, porém, a função da lei não consiste apenas em punir, mas em educar. Sòmente com a transformação da atual estrutura da sociedade brasileira, no sentido da democracia social, é que os direitos humanos serão distribuídos igualmente, produzindo o desaparecimento do preconceito de côr e a modificação concomitante da mentalidade dos brancos.

Os argumentos defendidos pelos que se identificam com o terceiro ponto de vista podem ser reduzidos ao seguinte: "Quem faz a lei, faz a malícia", de tal modo que a lei enreda os fracos e fortalece os poderosos. Ora, essa lei é pouco sincera. Vem de um partido reacionário, cujos líderes têm ostentado atitudes desfavoráveis aos negros. Na verdade, ela não foi feita para resolver os problemas do negro brasileiro. Nota-se que ela surgiu depois de um escândalo que envolveu uma bailarina negra norte-americana, de grande renome. Ela pretende, portanto, salvar as aparências, de maneira a evitar possíveis repercussões de fatos dessa ordem no estrangeiro. Enquanto o negro turista encontra nela uma garantia, o negro aborígene não se vê protegido em nenhum dos seus direitos fundamentais. Primeiro, porque "o brasileiro é mole no cumprimento da lei" e porque "lei para negro é para nunca ser cumprida". Segundo, porque os brancos podem alegar outras razões para recusar ou rejeitar os negros. Não precisam dizer que a côr está envolvida em suas ações ou deliberações. Em todo caso, seria conveniente, já que a



lei foi promulgada, que ela fôsse regulamentada, para que desse os diminutos frutos que dela se podem esperar.

A essas atitudes, seria possível acrescentar duas outras: uma de caráter técnico, outra com fundamento estrito na consciência racial da situação do negro em São Paulo. Quanto à primeira, foi salientado por um dos participantes de uma das reuniões da Comissão, que a formação jurídica da prova consiste algo extremamente difícil em processos dêsse gênero. Daí a quase inocuidade da lei. Quanto à segunda, convém mencionar o fato de algumas personalidades de côr possuírem uma consciência predominantemente racial do problema. Para elas, a lei é insatisfatória, pois se apresenta como uma medida unilateral e sem nenhum conteúdo prático. Ainda assim, é uma proteção ou apoio a mais na luta do negro contra a discriminação racial e o preconceito de côr, devendo ser explorada concretamente até onde for possível. Ela poderá ajudar o negro a "forçar a situação", obrigando os brancos a conceder-lhes o tratamento dispensado a seus iguais em diversas circunstâncias e a distingui-los com o lugar que devem ocupar na sociedade brasileira. Além de constituir um reconhecimento explícito da existência do preconceito de côr no Brasil e do caráter pernicioso de suas conseqüências sociais para os negros, a lei representa no plano imediato um ponto de partida para novas reivindicações.

Pondo de lado outras questões, que poderiam ser examinadas sociològicamente com base no material recolhido, verifica-se pelos dados expostos que as reações à promulgação da lei, no "meio negro" de São Paulo, não foram uniformes. Os informantes ouvidos diretamente, seja através de entrevistas ou da participação dos debates que se abriram na Comissão de Estudo das Relações Raciais, não só emitiram opiniões que se distinguem entre si, mas ainda demonstram que reagiram à lei contra o preconceito de raça ou de côr de forma ambivalente. Mesmo as pessoas que defendem a lei e que acham que ela será de grande utilidade para os negros admitem ou que as providências legais são insuficientes, ou que elas podem ser burladas de várias maneiras, não representando por isso uma garantia suficiente nas relações com os brancos que têm preconceito. Ambas as coisas se explicam, porém, quando vistas em termos da situação de contacto.

A variação de opiniões ou, em outras palavras, a flutuação de atitudes, nasce da própria heterogeneidade da população negra e mestiça. Os negros que subiram na escala social e os mulatos (principalmente os mulatos claros) tendem a enxergar na lei uma ameaça à própria situação social. Por isso, temem que ela conduza a



excessos, que desmoralizem os negros perante os brancos, criticam o Governo por não ter cuidado da preparação psicológica do branco e do negro ou por conferir direitos de maneira tão imprecisa, e insistem na necessidade da educação do negro para o aproveitamento "conveniente" das garantias proporcionadas pela nova lei. Em síntese, o preconceito de côr não atinge de maneira uniforme tôdas as pessoas negras e mulatas. Não existem, portanto, condições para que todos sintam de forma semelhante os efeitos das manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr. A ambivalência de atitudes tem uma raiz mais complexa, o que não impede que se indique aqui um de seus fatores imediatos: o ressentimento criado pelo preconceito de côr. Ninguém gosta de falar do preconceito de côr livremente, nem os brancos nem os negros, como já vimos. É presumível que a alegria causada nas pessoas de côr pela inovação (introdução de legislação antidiscriminatória no país) provocou sentimentos contrários, de temor, insatisfação e talvez mesmo de vergonha ou de humilhação, por terem que admitir uma situação de inferioridade. Além disso, no que concerne às expectativas polarizadas em tôrno da futura aplicação da lei e a seus efeitos, parece que as decepções se originaram da orientação tomada pelo Governo, que se limitou a proibir manifestações do preconceito de côr que não atingem de forma considerável senão os negros e os mulatos da classe média, em vez de atacar os problemas cruciais das populações negras concentradas nas zonas urbanas.



## A P Ê N D I C E

### O QUE OS NEGROS DEVEM TER OU FAZER PARA OCUPAR OS CARGOS QUE SÔMENTE SÃO CONCEDIDOS AOS BRANCOS E PARA CONSEGUIR MAIORES OPORTUNIDADES DE ACESSO SOCIAL E ECONÔMICO

(CONFORME OPINIÃO DAS MULHERES)

<i>Meios apontados</i>	I D A D E S										Total
	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	
1 — Estudar .....	9	8	12	4	6	2	4	2	—	1	48
2 — Combater o preconceito de raça ...	2	6	4	—	1	—	—	—	1	—	14
3 — Lutar .....	—	2	1	2	4	—	—	—	—	—	9
4 — Fôrça de vontade .....	2	1	2	—	2	—	—	—	—	—	8
5 — Ser direito e distinto .....	2	3	—	—	—	—	—	—	1	—	6
6a — Boa aparência .....	1	2	—	—	—	—	1	—	—	—	5
6b — Mostrar valor .....	1	—	2	—	1	—	1	—	—	—	5
6c — Procurar apoio ou proteção junto a pessoas influentes .....	—	—	1	—	1	2	1	—	—	—	5
6d — Trabalhar .....	2	—	1	—	1	1	—	—	—	—	5
7a — Persistir .....	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	4
7b — Unir-se .....	—	—	4	—	—	—	—	—	1	—	4
8a — Campanha pela imprensa .....	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	3
8b — Progredir .....	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	3
9a — Agir igual aos brancos .....	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
9b — Assistência social aos negros .....	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
9c — Forçar a aceitação do negro pelo branco .....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	2
9d — Igualar o branco em capacidade ...	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	2
9e — Igualar o padrão de vida dos brancos	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2
9f — Recorrer à autoridade .....	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	2
10a — Falar bem .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
10b — Melhor comportamento por parte dos negros .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
10c — Não perder as esperanças .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
<b>TOTAL</b> .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	134

N. B.: As tabelas seguintes foram elaboradas, com dados recolhidos pelos autores, através da aplicação de questionários.



**O QUE OS NEGROS DEVEM TER OU FAZER PARA OCUPAR OS  
CARGOS QUE SÔMENTE SÃO CONCEDIDOS AOS BRANCOS E  
PARA CONSEGUIR MAIORES OPORTUNIDADES  
DE ACESSO ECONÔMICO**

(CONFORME OPINIÃO DOS HOMENS)

<i>Meios apontados</i>	I D A D E S												Total
	15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	66-70	
Assistência Social do Governo ...	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—	4
Boa aparência .....	—	—	2	1	1	—	1	—	—	—	—	—	5
Captar a simpatia dos brancos ..	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Combater o preconceito contra o negro .....	—	2	3	6	2	1	—	1	—	—	—	—	15
Combater o preconceito no meio negro .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Conseguir a consideração dos brancos .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Cumprir as obrigações .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Disponer dos "documentos" .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Esforçar-se .....	—	1	2	3	3	—	—	1	1	2	—	—	13
Eleger-se pelo voto .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Elevar o nível de vida .....	—	—	1	1	—	—	—	1	—	—	—	—	3
Especializar-se .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Estudar .....	—	9	22	19	15	7	8	9	1	1	1	—	92
Fazer amizades sinceras .....	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Fazer relações .....	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Frequenter boas sociedades .....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Ganhar mais .....	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Igualar o branco em capacidade .....	—	1	3	1	1	1	—	—	—	—	—	—	7
Impor-se .....	—	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	3
Lutar .....	—	1	1	1	—	1	1	—	—	—	—	—	5
Lutar por justiça .....	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2
Mostrar valor .....	—	2	3	2	1	—	1	—	1	—	—	—	10
"Nada" .....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2
Não beber .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Obter a cooperação de todos ..	—	—	2	—	—	1	—	1	—	—	—	—	4
Obter proteção .....	—	—	1	4	4	1	2	1	—	1	—	—	14
Persistir .....	—	1	3	3	1	—	1	1	—	1	—	—	11
Proceder corretamente .....	1	2	3	1	6	2	1	—	—	1	—	1	18
Propaganda pela imprensa, revistas e rádio .....	—	—	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	4
Recorrer à autoridade .....	—	—	3	2	1	1	—	1	—	—	—	—	8
Revelar senso de responsabilidade .....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Ter competência .....	—	3	13	5	10	4	8	5	—	3	—	—	51
Trabalhar .....	—	—	1	—	1	2	—	1	—	—	—	—	6
Unir-se entre si .....	—	2	5	3	3	2	3	2	1	2	—	—	23
<b>TOTAL .....</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>73</b>	<b>60</b>	<b>58</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>318</b>



**PROFISSÕES IDEAIS: INDICADAS PELAS MULHERES**

Profissões	I D A D E S										
	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	TOTAL
Advogada .....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Arrumadeira .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Artista (Inclusive de rádio) .....	1	1	1	2	—	—	1	—	—	—	5
Bordadeira .....	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	3
Cantora .....	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Chauffeuse .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Comerciante .....	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	2
Comerciária .....	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	2
Contadora .....	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Costureira .....	7	9	10	2	6	2	—	—	—	—	22
Cozinheira .....	—	—	1	—	1	1	—	—	1	—	3
Datilógrafa .....	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	5
Doceira .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Empregada doméstica .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	2
Enfermeira .....	3	1	1	—	1	2	—	1	—	—	9
Funcionária pública (Servente) ...	1	—	1	—	—	—	1	—	—	—	4
Guarda-livros .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4
Lavadeira .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Operária .....	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	3
Parteira .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Pianista .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Pintora .....	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Professora .....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Profissões liberais (sic) .....	—	1	1	—	5	—	—	—	—	—	7
Serviços domésticos por dia .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Serviços de Escritório .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Tricoteira .....	9	9	10	2	6	2	—	—	1	—	39
Violinista .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
<b>TOTAL .....</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>10</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>139</b>



## QUADRO DAS PROFISSÕES IDEAIS: INDICADAS PELOS HOMENS

Profissões indicadas	I D A D E S											TOTAL
	15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	
Administrador de fazenda ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Advogado .....	—	1	2	2	—	—	—	1	—	—	—	—
Alfaiate .....	—	—	1	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Auxiliar de escritório .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviador .....	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Boxeur .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Cantor .....	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Carpinteiro .....	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Comerciante .....	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—
Comerciário .....	—	1	2	1	2	—	—	2	—	—	—	—
Compositor .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Contador .....	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corretor .....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Datilógrafo .....	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Datiloscopia .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Dentista .....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Desenhista .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Eletricista .....	—	3	1	2	2	—	—	1	—	—	—	—
Encanador .....	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—
Enfermeiro .....	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Engenheiro .....	—	1	1	2	1	—	—	—	—	—	—	—
Engenheiro-mecânico .....	—	—	1	1	—	2	—	—	—	—	—	—
Entalhador de madeira .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Escritor .....	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
"Estudar" .....	—	2	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Farmacêutico .....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Ferreiro .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Foguista .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Fotógrafo .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Funcionário público .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Horticultor .....	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Inspetor de polícia .....	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Jogador de futebol .....	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lustrador de móveis .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Maestro .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marceneiro .....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marinheiro .....	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mecânico .....	1	1	11	5	1	1	2	2	—	—	—	—
Médico .....	—	2	2	2	—	1	2	—	—	—	—	—
Motorista .....	—	3	10	7	4	3	1	—	—	—	—	—
Músico .....	—	—	—	1	1	1	—	1	—	—	—	—
Pastor protestante .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Pedreiro .....	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Pintor .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Político .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pracista .....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Professor .....	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Químico .....	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—
Sacerdote .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sapateiro .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Seleiro .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serviços de escritório .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Soldador .....	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Técnico de rádio .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Tipógrafo .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Torneiro .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Vigia .....	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL .....</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>189</b>



# ATITUDES DOS ALUNOS DOS GRUPOS ESCOLARES EM RELAÇÃO COM A CÔR DOS SEUS COLEGAS <sup>(1)</sup>

## 1 — INTRODUÇÃO

Como contribuição ao estudo sôbre relações raciais, realizamos uma pesquisa em tórno das atitudes dos escolares primários das escolas públicas, no intuito de evidenciar: 1) — os sentimentos e os mecanismos psíquicos de defesa manifestos nas atitudes relacionadas com a côr dos colegas; 2) — a influência das relações intra-familiares no desenvolvimento daquelas atitudes.

O material escolhido para o estudo foi constituído por uma amostra estratificada dos alunos que frequentam o 3.º grau dos grupos escolares do Município de São Paulo, e pelo estudo de 29 famílias dêsses alunos. Desta forma foram observadas as crianças que, em sua maioria, procedem de famílias operárias, encontrando-se entre elas também crianças das classes intermediárias.

O método estatístico e o estudo de caso foram os métodos empregados no presente trabalho.

Incumbiram-se da organização da amostra e do tratamento estatístico do material colhido, o dr. José Severo de Camargo Pereira e o dr. Lindo Fava, Assistentes da II Cadeira de Estatística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A amostra estratificada, proporcional ao número de classes de cada grupo escolar, foi constituída de 130 classes de 3.º grau, de 108 escolas públicas, sendo 62 classes masculinas, 55 femininas e

---

(1) Concluiu-se no capítulo anterior a publicação do relatório do inquérito UNESCO-ANHEMBI sôbre as relações raciais entre negros e brancos de S. Paulo. Para dar idéa da maneira por que se realizou êsse inquérito sob a direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes, ambos professores da Universidade de S. Paulo, iniciou-se agora a publicação de alguns documentos ou se o quiserem, protocolos de pesquisa, que serviram de base a essa importantíssima investigação social. A série dêstes trabalhos foi seleccionada dentre os numerosos relatórios parciais, sendo escolhidos os mais importantes de cada face das pesquisas realizadas. O presente foi feito por d. Virgínia Leone Bicudo, professora de Psicanálise e Higiene Mental da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, a quem aquêles ilustres professores confiaram o estudo das atitudes dos alunos dos grupos escolares da Capital em relação com a côr dos seus colegas. A sua leitura demonstra bem o rigor e a seriedade com que se realizou o inquérito patrocinado pela UNESCO e pela revista ANHEMBI.



13 mistas. O número de escolares componentes da amostra foi de 4.520, variando a idade entre 9 e 15 anos, escolares êstes que já eram capazes de responder a um questionário através da linguagem escrita.

Os escolares das classes estudadas foram classificados em brancos, mulatos, negros e japoneses, segundo a aparência dos traços físicos, sendo considerados brancos também os que passavam por brancos, mulatos os mais escuros do que o branco e com traços negroides como o cabelo encarapinhado e negros os de pele mais escura. Embora não estivéssemos estudando as atitudes referentes aos japoneses, êstes foram destacados devido aos seus característicos raciais aparentes.

A composição da amostra, segundo a cor dos escolares, foi a seguinte: brancos — 86,32%; negros — 6,86%; japoneses — 3,93%; mulatos — 2,89%.

Por meio de um questionário aplicado aos 4.520 escolares e através de entrevistas com os pais de 29 escolares obtivemos os dados referentes aos sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de cor.

Ao organizar o questionário, as perguntas foram formuladas de modo que as respostas nos dessem indicações sobre as atitudes de aproximação e de afastamento entre os escolares na base da cor. O questionário formulado e aplicado aos escolares foi o que se segue:

- 1 — “Perto de quem você gostaria de sentar-se?”
- 2 — “Por que você gostaria de sentar-se perto desse (ou dessa) colega?”
- 3 — “Dê o nome de outro (ou outra) colega perto de quem você gostaria de sentar-se”.
- 4 — “Por que você gostaria de sentar-se perto desse outro (ou dessa outra) colega?”.
- 5 — “Perto de quem você não gostaria de sentar-se?”
- 6 — “Por que você não gostaria de sentar-se perto desse (ou dessa) colega?”
- 7 — “Dê o nome de outro (ou outra) colega perto de quem não gostaria de sentar-se”.
- 8 — “Por que você não gostaria de sentar-se perto desse outro (ou dessa outra) colega?”.

A aplicação do questionário foi feita por Ligia Amaral Souza, técnica da Seção de Higiene Mental Escolar, tendo ela observado



que os alunos demonstravam interesse em escolher os colegas preferidos e relutância para escolher o colega rejeitado.

A análise estatística das respostas ao questionário, pelo cálculo de  $\chi^2$ , revelou uma relação de dependência entre a cor dos escolares que escolheram os colegas preferidos e a cor dos preferidos, assim como entre a cor dos que rejeitaram e a cor dos rejeitados. Todavia a análise dos motivos de preferência e de rejeição revelou que a justificação das escolhas por motivos raciais explícitos apareceu somente em 0,22% das respostas de rejeição.

A distribuição das porcentagens das escolhas de preferência e de rejeição, bem como a representação gráfica dessas distribuições acham-se incorporadas ao trabalho no capítulo Anexos.

A fim de obtermos esclarecimentos de natureza psico-social sobre as relações de dependência indicadas pela análise estatística e sobre as racionalizações apresentadas nos motivos de preferência e de rejeição, selecionamos 28 escolares entre os mais preferidos e os mais rejeitados e 1 escolar entre aqueles que rejeitaram explicitamente por um motivo racial. Os 29 escolares e seus pais foram estudados por meio de entrevista, procurando conhecer-lhes os traços da personalidade, o ajustamento entre os membros de sua família e as atitudes referentes às pessoas de cor. Os dados colhidos por meio de entrevistas foram resumidos, e analisadas as atitudes referentes à cor das pessoas.

Na coleta de dados através de entrevistas tivemos a colaboração de Olinda Sampaio, técnica da Seção de Higiene Mental da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar de São Paulo.

A todos que contribuíram para a realização da pesquisa deixamos consignado o nosso agradecimento.

## 2 – ATITUDES DE PREFERÊNCIA E DE REJEIÇÃO ENTRE OS ESCOLARES

O conhecimento das atitudes dos escolares com referência à cor dos colegas constitui um dos objetivos da pesquisa, o qual procuramos alcançar por via indireta, isto é, através das atitudes de preferência e de rejeição para a escolha de companheiros de banco escolar.

Pelas respostas dos escolares às perguntas: "perto de quem você gostaria de sentar-se" e "perto de quem você não gostaria de sentar-se", obtivemos as suas atitudes de preferência e de rejeição. Estas duas perguntas foram repetidas, dando aos escolares uma segunda oportunidade de escolher outro colega preferido e outro rejeitado.

Procurando verificar a relação entre a cor do que preferiu e do que rejeitou com a cor do preferido e do rejeitado submetemos o



material coligido à análise estatística. Tendo o cálculo de  $\chi^2$  revelado que houve relação de dependência entre a cor do que escolheu e a cor do escolhido, tanto nas primeiras escolhas do colega preferido e do rejeitado, como nas segundas escolhas, passaremos a fazer considerações somente sobre as primeiras escolhas.

- a) Atitudes de preferência entre os escolares, segundo a cor do que prefere e cor do preferido (2).

O cálculo de  $\chi^2$  referente às atitudes de preferência expressas na primeira escolha revelou um  $\chi^2$  de 108,18906 significativo para 9 graus de liberdade e aos níveis comumente aceitos, o que significa que houve relação de dependência entre a cor do que prefere e a cor do preferido.

Desprezando os questionários com respostas falhas, 4.506 escolares escolheram os colegas preferidos para companheiro de banco. Estes escolares foram distribuídos segundo a cor nas seguintes proporções: escolares brancos: 86,32%; escolares negros: 6,86%; escolares japoneses: 3,93% e escolares mulatos: 2,89%.

Das escolhas de preferência desses escolares 90,32% recaíram sobre brancos, 4,49% sobre negros, 3,51% sobre japoneses e 1,68% sobre mulatos, evidenciando-se uma preferência incontestável pelo branco.

O escolar branco foi o que mais escolheu colega branco, pois escolheu branco 91,72% dos brancos, 89,23% dos mulatos, 81,55% dos negros e 75,71% dos japoneses. Por essas porcentagens verificamos que também a grande maioria de cada grupo de cor preferiu o branco.

De 8,27% dos escolares brancos que escolheram colega não branco, 3,86% preferiram o negro, 2,75% o japonês e 1,67% o mulato.

A porcentagem de 10,77% refere-se às escolhas de escolares não brancos feitas pelo mulato, distribuindo-se da seguinte forma: 5,38% dos mulatos preferiram o colega negro, 3,08% preferiram o próprio mulato e 2,31% preferiram o colega japonês.

A preferência do escolar negro por colega não branco foi de 18,44%, com a seguinte distribuição: 12,95% dos negros preferiram o próprio negro, 3,56% preferiram o japonês e 1,94% escolheu o mulato.

O escolar japonês apresentou a porcentagem mais alta na preferência de colega não branco (24,29%) porém 20,90% das escolhas referiram-se à preferência do japonês pelo japonês. Apenas 2,83% das suas escolhas recaíram sobre o negro e 0,56% sobre o mulato.

As considerações sugeridas pela distribuição das porcentagens das atitudes de preferência por um companheiro de banco escolar, segundo a cor do que prefere e a cor do preferido, são as seguintes:

(2) Ver em anexo os Quadros 1 e 2 referentes à distribuição de porcentagens.



Houve preferência acentuada e geral pelo branco, o qual determinou o padrão das escolhas dos grupos de minoria, seguindo-se com porcentagens muito mais baixas, as preferências pelo negro, pelo japonês e pelo mulato.

A ordem decrescente das porcentagens em que o branco foi escolhido pelos diferentes grupos, revela que a preferência pelo branco foi maior entre os brancos, decrescendo sucessivamente no mulato, no negro e no japonês.

O fato de nem todos os escolares brancos escolherem colega branco demonstra a existência de um número de brancos (8,47%) que não apresenta as atitudes de preferência do grupo dominante, sugerindo que além da qualidade de branco outros fatores atuaram nas escolhas.

As porcentagens mais altas que cada grupo alcançou foram obtidas pelas escolhas feitas pelos escolares de cor correspondente ao do grupo escolhido, isto é, branco foi mais escolhido por branco (91,72%), mulato por mulato (3,08%), negro por negro (12,95%) e japonês por japonês (20,90%) indicando que em proporções diferentes os escolares também se identificaram com seu grupo de cor.

O mulato parece ter tido as mesmas atitudes de preferência do branco, escolhendo mais o branco, depois o negro e o mulato, o que sugere uma maior identificação do mulato com o branco do que a observada entre os negros e entre os japoneses. Desta forma, o mulato colocou-se e foi colocado numa posição particular, escolhendo mais o negro do que a si próprio, enquanto as escolhas mais altas dos grupos não brancos recaíram sobre o próprio grupo, sendo, por outro lado, o grupo que mais preferiu o branco e o negro, e o menos preferido por estes dois grupos.

Possivelmente o mulato foi o grupo menos escolhido por incorporar-se e ter sido incorporado aos grupos branco ou negro, ou, então, a menor porcentagem de escolha por ele obtida indica que ele foi o mais rejeitado.

b) — Atitudes de preferência dos meninos e das meninas segundo a cor do que prefere e cor do preferido (3).

Interessados em pesquisar a possível relação de dependência entre a cor do que prefere e a cor do preferido dentro de cada sexo, calculamos os  $\chi^2$ , encontrando para o sexo masculino um  $\chi^2$  de 104,26224 e para o sexo feminino um  $\chi^2$  de 141,54264 significantes para 9 graus de liberdade aos níveis aceitos comumente, eviden-

(3) Ver em anexo os Quadros 3, 4, 5 e 6 referentes à distribuição de porcentagens.



ciando-se assim uma relação de dependência tanto entre as meninas como entre os meninos.

O número de escolares que respondeu à pergunta: "perto de quem você gostaria de sentar-se" foi de 2.319 do sexo masculino e 2.187 do sexo feminino, os quais representaram as seguintes proporções, segundo a cor:

sexo masculino: brancos 86,20%; negros 6,43%; japoneses 4,40%; mulatos 2,97%;

sexo feminino: brancos 86,47%; negros 7,31%; japoneses 3,43%; mulatos 2,79%.

As porcentagens de escolhas segundo a cor e o sexo foram as que se seguem: das escolhas dos meninos 89,04% recaíram sobre brancos, 5,00% sobre negros, 4,58% sobre japoneses e 1,38% sobre mulatos; das escolhas das meninas 91,67% recaíram sobre brancos, 3,93% sobre negros, 2,38% sobre japoneses e 2,02% sobre mulatos.

À maior porcentagem de escolas de menina branca (91,67%) corresponderam as escolhas da menina branca, a qual escolheu mais colega branca (93,50%) do que o menino branco escolheu colega branco (90,05%). Os meninos brancos, portanto, escolheram mais colegas de cor (9,90%) do que as meninas (6,50%).

A observação das porcentagens de escolhas entre os meninos e entre as meninas em relação com a cor do que escolhe e cor do escolhido sugere as seguintes diferenças de atitudes entre os sexos:

Havendo entre as meninas brancas maior preferência pelo colega branco do que entre os meninos brancos, as meninas brancas apresentaram-se mais exclusivistas do que os meninos.

O menino branco aproximou-se mais do negro e do japonês do que a menina branca da colega negra e japonesa, fato que complementa a observação anterior.

Entre os meninos, o mulato foi o que demonstrou maior desejo de aproximar-se do branco e entre as meninas foi a menina branca que mais escolheu a branca, estes dois subgrupos manifestando-se como os mais exclusivistas.

c — Atitudes de preferência entre os escolares segundo a nacionalidade do que prefere e cor do preferido (4)

Achamos de interesse complementar a presente pesquisa sobre as preferências dos escolares na escolha de um companheiro de banco, estudando as suas atitudes segundo a nacionalidade do que escolhe e cor do escolhido.

(4) Ver em anexo os Quadros 7 e 8 referentes à distribuição de porcentagens.



Definimos a nacionalidade dos escolares de acôrdo com a nacionalidade dos pais, segundo a qual os alunos foram distribuídos em 3 categorias: brasileiros, estrangeiros e "mistos". Foram considerados brasileiros os escolares possuindo ambos os pais brasileiros, estrangeiros aquêles com ambos os pais estrangeiros e mistos os escolares possuindo um dos genitores brasileiro e o outro estrangeiro.

O cálculo de  $\chi^2$  revelou que há relação de dependência entre a nacionalidade dos escolares que escolhem e a côr dos escolhidos, tendo encontrado um  $\chi^2$  de 43,39 significante aos níveis comumente aceitos.

Responderam à pergunta "perto de quem você gostaria de sentar-se" 4.366 escolares, dos quais 63,44% possuíam pai e mãe brasileiros, 18,00% possuíam um dos progenitores brasileiro e o outro estrangeiro e 17,56% possuíam ambos os pais estrangeiros.

Das escolhas referentes aos escolares brancos, foram as escolhas dos escolares brasileiros que mais recaíram sôbre os brancos com a porcentagem de 57,35% comparada com as escolhas dos escolares estrangeiros que foi de 17,48% e com as escolhas dos escolares mistos correspondente a 15,71%.

As porcentagens das escolhas feitas pelos escolares brasileiros determinaram a seqüência das porcentagens sôbre o total de escolhas em que os diferentes grupos foram escolhidos. Os outros dois grupos de escolares apresentaram a mesma distribuição de escolhas observadas entre os escolares brasileiros, diferindo, porém, os escolares estrangeiros nas escolhas dos japoneses. Êstes foram mais escolhidos pelos escolares estrangeiros do que pelos outros dois grupos.

A observação das porcentagens de escolhas de cada grupo segundo a nacionalidade evidencia que todos os grupos tiveram preferência incontestável pelo escolar branco, sendo mais acentuada entre os escolares com um dos progenitores brasileiro e o outro estrangeiro. A situação de marginalidade do escolar possuindo um dos pais brasileiro e o outro estrangeiro parece resultar na acentuação de sua preferência pelo colega branco, possivelmente como defesa contra um sentimento de insegurança, diante do grupo dominante de brancos brasileiros.

d — Resumo das observações e hipóteses referentes às atitudes de preferência.

A relação de dependência verificada entre a côr do que escolhe e côr do escolhido foi conseqüente às atitudes do escolar branco, manifestando preferência acentuada pelo branco, e, em proporções muito mais baixas, preferindo sucessivamente o negro, o japonês e o mulato. Uma pequena proporção de brancos preferindo co-



legas não brancos sugere que além da cor outros fatores atuaram nas escolhas.

O mulato foi o grupo de minoria que se mostrou mais identificado com o branco, pois, seguindo o padrão de escolhas do branco resultou que ele preferiu mais o negro do que a si próprio, quando os negros e os japoneses preferiram mais os escolares de cor correspondente à própria cor aos escolares de outros grupos de minoria.

A comparação das atitudes de preferência dos meninos com as atitudes das meninas evidencia que ambos os sexos apresentaram o mesmo padrão de escolhas, sendo porém mais acentuada a preferência pelo branco entre as meninas. Esta preferência mais acentuada ocorreu em consequência das escolhas das meninas brancas preferindo colegas brancas, as quais, portanto, se mostraram mais exclusivistas do que os meninos brancos.

As atitudes de preferência dos escolares segundo a nacionalidade evidenciaram que os escolares com um dos progenitores brasileiro e outro estrangeiro foi o grupo de maior preferência pelo branco, sugerindo que a sua atitude corresponde à expressão de uma defesa psíquica pelo sentimento de insegurança ligado à sua situação de marginalidade.

e – Atitudes de rejeição entre os escolares segundo a cor do que rejeita e a cor do rejeitado (5).

Pelo estudo das atitudes de preferência entre os escolares, concluímos que na escolha de um companheiro de banco, os escolares foram influenciados pela cor e pela nacionalidade do que escolhia em relação com a cor do escolhido, evidenciando-se uma preferência geral e acentuada pelo branco. Neste tópico passamos ao estudo das atitudes de rejeição entre os escolares relacionados com a cor do que rejeita e a cor do rejeitado, por meio da análise estatística das respostas dadas à pergunta: "perto de quem você não gostaria de sentar-se".

Foi de 4.451 o número de escolares que responderam à pergunta. O cálculo de  $\chi^2$ , cujo valor encontrado foi de 30,04425, valor este significativo para 9 graus de liberdade e aos níveis comumente aceitos, revelou uma relação de dependência entre a cor do que rejeita e a cor do rejeitado.

A distribuição dos escolares segundo a cor do que rejeita foi a seguinte: escolares brancos 86,43%, negros 6,92%, japoneses 3,82% e mulatos 2,83%. As porcentagens de rejeição segundo a cor do que rejeita e a cor do rejeitado foram as seguintes: das rejei-

(5) Ver em anexo os Quadros 9, 10, 11 e 12 referentes à distribuição de porcentagens.



ções totais, 87,46% foram contra o branco, 8,70% contra o negro, 2,83% contra o mulato e 1,01% contra o japonês.

Observando-se as rejeições feitas pelo branco, verificamos que ele contribuiu decisivamente nas porcentagens de rejeição do grupo geral, pois das rejeições totais foram rejeições dos brancos: 76,25% contra os brancos, 6,99% contra os negros, 2,34% contra os mulatos e 0,85% contra os japoneses.

Das rejeições totais feitas pelos grupos não brancos, 11,21% foram contra o branco, 1,71% contra o negro, 0,49% contra o mulato e 0,16% contra o japonês. Os escolares não brancos, portanto, seguiram o padrão de rejeição dos brancos, rejeitando mais o branco e em seguida, com porcentagens bem mais baixas, o negro, o mulato e o japonês.

O branco recebeu as porcentagens mais altas de rejeição entre todos os escolares e entre os escolares não brancos as porcentagens mais altas de rejeição recaíram sobre o negro.

O escolar branco rejeitou-se em elevada porcentagem, enquanto foi baixa a porcentagem com que cada grupo de minoria se rejeitou.

Como o branco, os grupos de minoria apresentaram elevada porcentagem de rejeição contra o branco e baixa contra os grupos não brancos.

O japonês foi o menos rejeitado, no sentido que um número baixo de rejeição foi contra ele.

Tais observações sobre a distribuição das porcentagens de rejeição sugerem que a relação de dependência entre a cor do que rejeita e cor do rejeitado parece decorrer das atitudes de rejeição do escolar branco, as quais foram muito acentuadas contra o próprio branco, seguindo-se em ordem decrescente a rejeição contra o negro, o mulato e o japonês. As atitudes de rejeição do grupo dominante parecem constituir um padrão e estímulo para as atitudes de rejeição dos grupos de minoria.

Na proporção que os grupos de minoria seguiram o padrão das atitudes de rejeição do branco, poderíamos considerar o fato como um sinal de identificação desses grupos com os ideais do grupo dominante.

f — Atitudes de rejeição entre os escolares do sexo masculino e entre os escolares do sexo feminino (6).

Calculando os  $\chi^2$  para cada grupo segundo o sexo, encontramos para o sexo masculino um  $\chi^2$  de 9,55136, que não é significante

(6) Ver em anexo os Quadros 13 e 14 referentes à distribuição de porcentagens.



para 9 graus de liberdade e aos níveis comumente aceitos, o que indica que não podemos afirmar que a relação encontrada entre a cor do que rejeita e a cor do rejeitado não possa ser explicada por fatores acidentais. Outro fato se passou com o sexo feminino, encontrando um  $\chi^2$  de 27,058180, que é significativa ao nível de 1 por 100, para 9 graus de liberdade. Nessas condições podemos afirmar que, entre as meninas, há relação de dependência entre a cor da que rejeita e a cor da rejeitada.

Responderam à pergunta "perto de quem você não gostaria de sentar-se", 2.296 meninos e 2.155 meninas.

A composição da amostra segundo a cor dos que rejeitaram é a seguinte: meninos: brancos 86,33%, negros 6,49%, japoneses 4,27%, mulatos 2,91%;

meninas: brancas 86,54%, negras 7,37%, japonesas 3,34%, mulatas, 2,74%.

A distribuição dos escolares segundo a cor dos rejeitados é a que se segue: das rejeições entre os escolares do sexo masculino, 87,33% recaíram sobre brancos, 7,88% sobre negros, 3,14% sobre mulatos e 1,65% sobre japoneses; das rejeições entre os escolares do sexo feminino, 87,61% recaíram sobre meninas brancas, 9,55% sobre negras, 2,50% sobre mulatas e 0,33% sobre japonesas.

A comparação das porcentagens de rejeição dos meninos com as porcentagens das meninas demonstra que uns e outros rejeitaram acentuadamente o branco.

As diferenças observadas entre as rejeições dos meninos e das meninas referem-se aos grupos dos negros e dos japoneses. Sobre os meninos japoneses recaiu uma porcentagem mais alta de rejeição do que sobre as meninas japonesas, ocorrendo o contrário com os escolares negros, pois as meninas negras tiveram porcentagem mais alta de rejeição do que os meninos negros. A maior porcentagem de rejeição alcançada pelo escolar japonês, entre os meninos, ocorreu em consequência da maior rejeição dos meninos brancos contra o colega japonês, enquanto entre as meninas a escolar negra foi mais rejeitada devido às rejeições das próprias meninas negras, as quais foram mais acentuadas do que entre os meninos negros.

Em resumo, as observações referentes às atitudes de rejeição, segundo o sexo, sugerem que tanto os meninos como as meninas possuem maior rejeição contra o branco. De modo geral, ambos os sexos possuem o mesmo padrão nas atitudes de rejeição. Entretanto, os meninos brancos apresentando maior rejeição contra o colega japonês mostraram maior intolerância do que a menina branca em relação à colega japonesa. A menina negra, rejeitando-se mais que os meninos negros se rejeitaram, demonstrou uma identi-



ficção mais acentuada com os ideais do grupo dominante e menor consciência de grupo do que os meninos negros. O fato de os escolares negros terem sido mais rejeitados do que os mulatos, tanto entre os meninos como entre as meninas, dá apoio à hipótese de que a cor mais carregada do negro seria fator de rejeição, enquanto o "branqueamento" gradativo da pele constituiria um fator atenuante da rejeição.

g — Atitudes dos escolares segundo a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado (7).

Conforme estabelecemos para o estudo das atitudes de preferência, a nacionalidade dos escolares foi definida através da nacionalidade dos pais, sendo considerados brasileiros os escolares com ambos os pais brasileiros, estrangeiros os que possuíam os pais estrangeiros e "mistos" os escolares com um dos progenitores brasileiro e o outro estrangeiro.

Distribuídos os escolares segundo a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado, calculamos o  $\chi^2$ , encontrando um valor de 30,04425 que é significativo para 9 graus de liberdade e aos níveis comumente aceitos, assim evidenciando-se uma relação de dependência.

À pergunta "perto de quem você não gostaria de sentar-se" responderam 4.312 escolares, dos quais 63,36% eram brasileiros, 19,02% possuíam um dos progenitores estrangeiro e outro brasileiro e 17,60% eram estrangeiros.

As porcentagens de rejeição foram as seguintes: das rejeições feitas 87,45% recaíram sobre brancos, 8,71% sobre negros, 2,78% sobre mulatos e 1,04% sobre japoneses.

Essas porcentagens mostram que a porcentagem mais alta de rejeição foi contra o branco seguindo-se, com porcentagens muito mais baixas, as rejeições contra o negro, o mulato e o japonês. Tal distribuição das porcentagens de rejeição foram principalmente devidas às atitudes de rejeição do escolar brasileiro.

A observação das porcentagens de rejeição sobre o total de cada grupo evidencia que os escolares "mistos" e os escolares estrangeiros, seguindo o padrão do grupo de escolares brasileiros, demonstraram-se identificados com este grupo. O grupo "misto", porém, rejeitou mais o branco e rejeitou menos o mulato do que os outros grupos o rejeitaram, possivelmente em consequência de sua situação marginal quanto à nacionalidade.

(7) Ver em anexo os Quadros 15 e 16 referentes à distribuição de porcentagens.



- h) – Resumo das observações e hipóteses sobre as atitudes de rejeição.

A relação de dependência entre a cor do que rejeita e a cor do rejeitado, entre a cor do que rejeita e a cor do rejeitado dentro de cada sexo e entre a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado foi determinada por uma atitude comum e acentuada contra o branco, conseqüente às próprias atitudes do escolar branco e à identificação dos grupos de minoria com os ideais do grupo dominante. Pela observação das porcentagens de rejeição verificamos que o escolar branco foi sempre o mais rejeitado seguindo-se as rejeições contra o negro, o mulato e o japonês.

A seqüência constante na intensidade com que os diferentes grupos rejeitaram os colegas, segundo a cor, demonstra que houve um padrão nas atitudes de rejeição.

O fato de o maior número das rejeições dirigir-se contra o branco mostra que os grupos de minoria não atraíram contra si próprios a maior carga de hostilidade.

- i) – Considerações sobre as porcentagens das atitudes de preferência comparadas com as atitudes de rejeição.

Comparando-se as porcentagens das preferências feitas segundo a cor do escolhido (90,32% de brancos, 4,49% de negros, 3,51% de japoneses, 1,68% de mulatos) com as porcentagens das rejeições feitas (87,46% contra o branco, 8,70% contra o negro, 2,83% contra o mulato, 1,01% contra o japonês) verificamos que os brancos e os japoneses obtiveram porcentagens de preferência mais altas do que as porcentagens de rejeição, enquanto o negro e o mulato tiveram porcentagens de rejeição mais altas do que de preferência.

As porcentagens de atitudes de preferência mais altas obtidas pelo branco e pelo japonês foram à custa das atitudes dos componentes desses respectivos grupos, os quais mais se preferiram do que se rejeitaram, demonstrando uma atitude de maior solidariedade e maior consciência grupal do que a observada entre os negros e os mulatos. O negro obteve porcentagem de rejeição mais alta do que de preferência devido às atitudes de rejeição do branco e do próprio negro contra o negro, o que pode indicar uma intensa assimilação das atitudes do branco por parte do negro; a situação do mulato foi conseqüente às atitudes do branco rejeitando-o em proporções mais altas do que preferindo-o e às atitudes do próprio mulato pre-



ferindo mais o branco ou o negro do que a si próprio. O mulato, portanto, apresentou-se mais identificado com o branco ou com o negro, demonstrando consciência de grupo mais baixa do que os outros escolares.

O fato de o escolar branco ter recebido as porcentagens mais altas das atitudes de preferência e de rejeição sugere a existência de uma atitude ambivalente em relação ao branco. Considerando que essas porcentagens altas também correspondem às atitudes do próprio branco, concluímos que, de modo geral, os escolares brancos se restringiram a fazer as suas escolhas de preferência e de rejeição dentro do grupo de brancos, demonstrando-se identificados com os elementos do próprio grupo e recalcados em relação aos de cor.

Os grupos de minoria seguindo o padrão de atitudes do branco também derivaram para o colega branco a maior parte de seus sentimentos manifestos nas atitudes de preferência e de rejeição.

A comparação das atitudes de preferência com as de rejeição entre os meninos e entre as meninas revela que estas mais acentuadamente do que aquêles preferiram a colega branca do que a rejeitaram. Esta observação sugere que as meninas procuraram aproximar-se mais da colega branca do que os meninos, demonstrando-se mais identificados com as atitudes do branco e portanto mais exclusivistas.

### 3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOTIVOS DE PREFERÊNCIA E DE REJEIÇÃO APRESENTADOS PELOS ESCOLARES

Revelada pelo cálculo de  $x^2$  a relação de dependência entre a cor do que escolheu e do preferido, achamos de interesse esclarecer esta relação através do estudo dos motivos de preferência apresentados pelos escolares.

Por meio das perguntas "porque você gostaria de sentar-se perto dêsse (ou dessa) colega" e "porque você gostaria de sentar-se perto dêsse outro (ou dessa outra) colega", procuramos conhecer os motivos explícitos dados pelos escolares para a preferência de dois companheiros de banco.

Obtivemos, portanto, de cada aluno duas respostas referentes aos motivos de preferência para a primeira e a segunda escolhas, motivos êstes que foram classificados, tabulados e organizados no quadro 17, constante em Anexo.

Responderam ao questionário 4.380 alunos, sendo 2.251 do sexo masculino e 2.129 do sexo feminino, não tendo sido computadas as respostas de 428 alunos por apresentarem motivos múltiplos.



Os motivos de preferência para a escolha de dois companheiros de banco, ordenados segundo as porcentagens alcançadas mostraram que a razão mais forte para a preferência ou a qualidade mais apreciada no colégio foi "bom" ou "boa", no sentido de bondade, com a porcentagem de 37,40% sobre o total geral de respostas.

Em seguida, apareceu a escolha de companheiros justificada pelo sentimento de amizade ("porque gosto d'ele ou dela", "porque ele ou ela gosta de mim", "porque somos amigos"), com a porcentagem de 26,56%.

Em terceiro lugar, surgiu a escolha justificada pelas qualidades apreciadas num "bom aluno" tais como quieto, comportado, aplicado, alcançando a porcentagem de 20,88%.

O quarto grupo de respostas reuniu aqueles cujo motivo de preferência se referiu às qualidades de criança "bem educada" (obediente, prestativa, agradável, alegre, carinhosa), com a porcentagem de 11,29%.

O número de outros motivos mencionados, (como por exemplo: "bonito, meu vizinho, meu primo", etc.) perfaz a porcentagem de 3,82%.

Em nenhum dos motivos revelados pelos escolares a preferência foi justificada por razões diretamente ligadas à cor ou à nacionalidade do colega.

Tendo o cálculo de  $\chi^2$  revelado uma relação de dependência entre a cor do que escolheu e a cor do escolhido, a ausência de motivos explícitos com respeito à cor fundamenta as seguintes hipóteses:

- a) os escolares não tinham consciência de sua discriminação baseada na cor ou os escolares eram conscientes da discriminação, porém, censuraram-na;
- b) as qualidades de "bom", "bom aluno", "bem educado" estariam associadas ao branco, como qualidades a ele peculiares.

O fato de o escolar ter preferido o colega, implícita e não explicitamente na base da cor, revelou que as suas atitudes para com a cor foram associadas a uma atitude de censura consciente ou inconsciente, a qual o levou a ocultar a cor, como motivo de sua preferência.

As respostas mais votadas, por outro lado, estariam indicando que, a "bondade, a amizade, o bom comportamento, a aplicação e a boa educação", constituíram as qualidades ideais dos escolares para a escolha do companheiro de banco.

A justificação da escolha do colega em tais termos — "porque ele é bondoso, amigo, comportado, aplicado, amável, prestativo, etc." — corresponderia às expectativas dos pais e dos professores, as quais os escolares incorporaram, revelando-as como ideal do próprio



ego e como ideal para o estabelecimento de relações positivas com os colegas.

Observamos que esse ideal do ego, apresentado pelos escolares, como motivo explícito da escolha dos colegas preferidos, se caracterizou pela ausência de hostilidade, de narcisismo e de egoísmo, pois foram considerados "bondosos" os escolares sem manifestações hostis; "amigos" os escolares reciprocamente queridos; "bons alunos" e "bem educados" os escolares produtivos e prestativos. Podemos, portanto, supor que ao escolher o colega preferido o escolar teve de defender-se inconscientemente da manifestação de seus próprios sentimentos hostis, egoístas e narcísicos dirigidos contra os colegas, na base da côr. Assim os escolares demonstraram uma censura contra aquêles sentimentos, que motivam as distâncias, os antagonismos e os conflitos nas relações humanas.

A prevalência do item "bom" sôbre os demais parece-nos mais diretamente influenciada pelo lar do que pela escola, enquanto a qualidade de "bom aluno" mais diretamente influenciada pelo "status" no ambiente escolar, teria possivelmente influenciado o número obtido de respostas dêsse tipo.

Analisando-se os motivos de preferência distribuídos segundo o sexo, o cálculo de  $x^2$  revelou que há diferença entre os dois sexos na apreciação das qualidades para a escolha do companheiro preferido.

A bondade teve muito mais significação ou valorização entre as meninas, com a porcentagem de 47,32%, do que entre os meninos apresentando a porcentagem de 27,62%.

Os meninos obtiveram porcentagens mais altas do que as meninas nos itens referentes à "amizade" (30,83% entre os meninos e 22,30% entre as meninas) e ao item "bom aluno" (respectivamente 26,21% e 15,44%).

Convém notar que o item "amizade" não se refere a uma qualidade, mas a um dos sentimentos, em cuja base se estabelecem as relações humanas. A maior porcentagem dêste tipo de resposta, entre os meninos do que entre as meninas, sugere a hipótese de os meninos, mostrando-se mais aptos para transferir ao companheiro a sua afetividade, possuírem um grau maior de maturidade afetiva do que a menina do mesmo grupo de idade.

Diversos fatores conjugados contribuiriam para essa condição afetiva do menino. Por condições intrínsecas e extrínsecas, em geral, o menino é mais solicitado para a ação sôbre o mundo exterior, enquanto que a menina é mais estimulada para conservar certos traços infantis e desenvolver mais atitudes passivas e subjetivas. Assim, por exemplo, para o grupo de idade que estamos estudando, via de regra, o menino tem a permissão de brincar com companheiros fora do lar, enquanto a menina tem de ficar restringida ao lar.



Esta situação dando ao menino oportunidade para um número maior de contactos sociais com pessoas fora do âmbito familiar provavelmente influirá no desenvolvimento da sua capacidade de estabelecer laços afetivos com os companheiros, enquanto as restrições dos contactos sociais da menina resultariam na permanência, em maior grau, de suas ligações afetivas com o grupo primário em bases infantis.

Na valorização acentuadamente atribuída à bondade para a preferência de colegas entre as meninas, podemos ver que elas demonstraram estabelecer uma ligação mais direta com o ideal do que com o objeto de seus afetos, o que, nessa idade, pode significar maior dependência dos pais, explicando-se assim o fato de as meninas terem manifestado maior preferência pelo branco do que o menino.

Tanto o menino como a menina defenderam-se inconscientemente de seus sentimentos de hostilidade, porém, com meios diferentes: o menino apoiando-se na amizade pelo colega e a menina utilizando-se de valores morais.

Na base das diferenças de porcentagens entre os sexos não poderíamos concluir que as meninas fossem mais bondosas e os meninos mais companheiros e estudiosos, senão que a "bondade" constituiu um ideal mais alto entre as meninas, e "amigo" e "bom aluno" os ideais mais altos entre os meninos.

Os motivos referentes a "bonito, vizinhança, prestígio da família, relações de parentesco, limpo", etc., reunidos alcançam a porcentagem de 4,09% entre os meninos e 3,38% entre as meninas.

"Bem educado" foi um motivo que praticamente alcançou as mesmas porcentagens nos dois sexos como se fôsse a afirmação que tanto para o menino como para a menina o grupo social estabelece a mesma pressão no sentido que sejam "bem educados".

A observação dessas porcentagens parece indicar que na escolha do colega preferido os escolares apontaram como motivos mais fortes os traços de personalidade manifestos pela bondade, pelo bom comportamento, pela aplicação ao estudo e pelo companheirismo. Do nosso ponto de vista a prevalência desses motivos parece corresponder a um dos meios com que o escolar lidou com os sentimentos de amor e de agressividade. Valorizando os sentimentos de "bondade" e de "amizade", o "bom comportamento e a aplicação aos estudos", o escolar não somente se opunha aos seus sentimentos de "maldade e de hostilidade", como se protegia da agressão de fora, aceitando as atitudes e as atividades construtivas deles esperadas.

Entretanto, dada a relação de dependência entre a côr do que escolheu e a côr do preferido e não tendo sido mencionado nem um motivo de preferência explicitamente referente à côr, levantamos a hipótese de que a expressão das atitudes ligadas à côr foi censurada e encoberta por uma identidade do branco, com as boas qualidades



e do negro com as más qualidades. Podemos portanto interpretar a preferência pelo branco mais acentuada entre as meninas do que entre os meninos como uma maior valorização das qualidades boas conseqüente a uma dependência afetiva dos pais mais acentuada na menina. Embora a preferência geral tenha sido pelo colega branco, os escolares não justificaram as suas atitudes por motivos raciais.

Para o estudo dos motivos de rejeição, pedimos aos escolares que respondessem às seguintes perguntas: "porque você não gostaria de sentar-se perto desse (ou dessa colega)" e "porque você não gostaria de sentar-se perto desse outro (ou dessa outra) colega".

Responderam ao questionário 4.036 escolares, 2.042 pertencendo ao sexo masculino e 1.994 ao sexo feminino tendo sido excluídos os alunos que apresentaram respostas múltiplas.

Os motivos de rejeição, ordenados segundo as porcentagens de frequência, sobre o total geral, foram os seguintes: "mau aluno" 40,20%, "mau" 36,89%, "mal educado" 10,72%, "inimizade" 7,95% e outros motivos 4,19%.

Os escolares consideraram mau aluno o colega conversador, vadio, copiador, cabulador, etc. O fato de êsse ter sido o motivo mais forte de rejeição parece indicar que a situação escolar teve influência nas atitudes expressas, visto que na escola as qualidades referentes ao bom comportamento e à boa aplicação são fatores para "status" alto. De sorte que, rejeitando o mau aluno, o escolar rejeitava as atitudes que no meio escolar são estímulo para a rejeição da parte dos professôres.

Segue-se a rejeição de colegas justificada pelo motivo de serem "maus", isto é, "ruim, briguento, provocador, importuno, mentiroso", etc. Todos êsses motivos correspondem a diferentes formas de manifestações hostis da agressividade, indicando que os traços de personalidade baseados na hostilidade estimulam a rejeição entre os escolares.

Com porcentagem muito mais baixa, os escolares rejeitaram o colega "mal educado", compreendendo o "malcriado, o desobediente, com mau caráter, sem vergonha, chorão, o que chupa dedo, esquisito, relaxado, etc.". Como podemos observar, as qualidades atribuídas ao "mal educado" não chegam a constituir uma forma de hostilidade aberta e direta contra o mundo exterior e talvez por isso os alunos vistos como "mal educados" tenham recebido uma carga de rejeição menos intensa.

A rejeição de colegas por motivos de inimizade, explicada nos termos "porque não gosto dele (ou dela)", "porque êle (ou ela) não gosta de mim"; "porque êle é mau amigo", alcançou porcentagem bem mais baixa do que a porcentagem obtida por motivo de amizade na preferência de colegas. Êste resultado parece conseqüente à resistência inicial para apontar os colegas rejeitados, pois, quan-



do lhes foi feita a pergunta nêsse sentido os escolares manifestaram-se agitados. Nas classes femininas a reação de oposição à pergunta foi mais forte pelas expressões: "essa pergunta eu não sei responder" ou "isso eu não digo" ou "eu gosto de todos".

Os escolares, que demonstraram grande interêsse na escolha dos colegas preferidos, sentiram-se embaraçados em apontar os rejeitados. Tal observação vem reafirmar o nosso ponto de vista de que através das atitudes de preferência e de rejeição os escolares lidaram com os sentimentos de amor e de ódio, mascarando-os por uma censura consciente e inconsciente. No caso da rejeição, parte dos sentimentos hostis foram conscientemente censurados dada a resistência inicialmente manifestada contra a designação de um colega rejeitado.

Outros motivos de rejeição como "sujo, porco, gordo, magro, pequeno, pobre, negro, de outra raça, mariquinha" etc., alcançaram baixa porcentagem. Entre êstes, a porcentagem de respostas rejeitadoras justificadas por um "motivo racial" foi apenas de 0,22%.

Todavia, tendo o cálculo de  $x^2$  revelado que houve relação de dependência segundo a côr do que rejeitou, levantamos a hipótese de, entre os escolares, a rejeição explícita por motivo de côr, ter sido fortemente censurada, estando as atitudes mascaradas por uma identidade entre o branco e as qualidades apreciadas, e entre o não branco e as qualidades não apreciadas.

A hipótese sôbre as associações do branco com as qualidades positivas e do não branco com as qualidades negativas pode ser pôsta à prova estatística, porém, somos forçados a deixar o estudo dêste aspecto para um trabalho subsequente. Entretanto, os dados coligidos nas entrevistas contribuirão com algum esclarecimento sôbre a hipótese em apreço.

Distribuidos os motivos de rejeição segundo o sexo, o cálculo de  $x^2$  revelou que houve diferença entre os dois sexos na rejeição de colegas segundo as qualidades não apreciadas.

O quadro 18, colocado em Anexo, apresenta as porcentagens dos motivos de rejeição sôbre o total de cada sexo. Os meninos rejeitaram o "mau aluno" na porcentagem de 42,04% e as meninas na proporção de 38,31%. Mais do que as meninas, os meninos se prenderam à situação escolar na rejeição do colega.

O motivo de "mau ou má" foi mais forte entre os meninos (37,46%) do que entre as meninas (35,45%). É interessante observar que as meninas que mais valorizaram a bondade rejeitaram a colega má, o inverso ocorrendo com os meninos, que deram menos valor à bondade, e rejeitaram mais o maldoso. Parece, portanto, que os meninos lidaram de modo mais direto com a hostilidade, dirigindo-a contra o "mau colega".



A rejeição do "mal educado" foi maior entre os meninos (12,15%) do que entre as meninas (9,28%) o que pode corresponder ao fato que as atitudes de "desobediência", "sem vergonha" e "relaxamento" ocorrem mais entre os meninos do que entre as meninas.

A inimizade foi um motivo mais forte de rejeição entre as meninas (10,97%) do que entre os meninos (4,99%), aqui também observando-se o inverso do que ocorreu nas escolhas do colega preferido, onde o menino deu valor maior à amizade do que a menina. Esta observação reforça o nosso ponto de vista no sentido de a menina haver demonstrado menos tolerância pela hostilidade aberta, talvez por medo mais acentuado. Se é certo que, neste grupo de idade, a menina tem menos experiência do que o menino para o estabelecimento de laços afetivos fora do lar, conseqüentemente ela será mais dependente e portanto mais sensível às manifestações de inimizade.

Em resumo, as observações referentes aos motivos de rejeição entre os escolares, evidenciam que a rejeição por motivos explicitamente raciais foi mínima. Levantamos, então, a hipótese de os sentimentos hostis relacionados com a cor terem sido censurados e portanto mascarados pelos motivos de "mau aluno, maldoso, mal educado e mau amigo". A forma de lidar com o ódio manifestou-se diferentemente entre os sexos, os meninos apresentando uma atitude mais direta contra a hostilidade de fora.

Considerando a relação de dependência entre a cor do que rejeita e a cor do rejeitado, verificada pelo cálculo de  $\chi^2$ , supomos que o mascaramento das atitudes em relação à cor se tenha dado em função de uma identidade do branco com as qualidades apreciadas e do não branco com as qualidades não apreciadas.

#### 4 - A INFLUÊNCIA DO LAR NAS ATITUDES DE PREFERÊNCIA E DE REJEIÇÃO DOS ESCOLARES

- a. Estudo de escolares brancos mais preferidos pelos colegas.
- b. Estudo de escolares brancos mais rejeitados pelos colegas.
- c. Estudo de escolares negros mais rejeitados pelos colegas.
- d. Estudo de um escolar branco rejeitando um colega negro.
- e. Considerações sobre as atitudes de preferência e de rejeição relacionadas com as condições do ambiente familiar.

Entrevistando os escolares, seus pais e professores, procuramos obter elementos para confirmar ou infirmar as hipóteses formuladas segundo a relação de dependência entre a cor do que prefere e



do que rejeita e a côr do preferido e do rejeitado, dependência esta verificada pela análise estatística.

O objetivo das entrevistas consistiu em estudar os sentimentos, as atitudes, as racionalizações e os estereótipos relacionados com a côr dos indivíduos e a interação social resultante entre brancos, mulatos e negros. Por meio da entrevista, visamos, portanto, obter maiores esclarecimentos sôbre as seguintes hipóteses sugeridas pela análise estatística:

- o padrão das atitudes de preferência e de rejeição foi determinado pelo grupo dominante, possivelmente em consequência da introjeção dos ideais do branco por parte dos grupos de minoria;
- o mascaramento das atitudes de preferência e de rejeição na base da côr processou-se por meio da identidade do branco com “boas qualidades” e do negro com “más qualidades”;
- foi acentuada a consciência de grupo no branco e pouco evidente nos grupos de minoria, possivelmente devido à identificação destes grupos com o ideal do grupo dominante;
- os escolares brancos ao mesmo tempo preferiram e rejeitaram com porcentagens mais altas aos colegas brancos por se acharem identificados com o branco e pelo recalçamento dos sentimentos ligados à discriminação na base da côr;
- o mulato integrou-se no grupo de brancos ou no grupo de negros, evidenciando que pode ser êle identificado com um ou outro grupo segundo a proporção do “branqueamento” de sua personalidade.
- o negro rejeitou-se mais do que os outros grupos de minoria se rejeitaram, provàvelmente em consequência de uma maior introjeção dos ideais do grupo dominante.

Selecionamos 30 escolares para serem estudados pela entrevista, escolhendo-os entre os de maior número de votos de preferência e os de maior número de votos de rejeição, assim estudando os casos mais típicos de escolares preferidos e de escolares rejeitados. Tomamos como base para a seleção dos casos mais típicos, escolher aqueles escolares que tivessem alcançado acima de 20% dos votos dos colegas de classe.

Nessa base, foram votados como os mais preferidos 52 escolares brancos, 1 negro e 1 japonês e votados como os mais rejeitados 79 brancos, 10 negros e 1 mulato. Dentre êsses escolares, 29 foram estudados, através da entrevista, assim distribuídos: 13 escolares brancos preferidos, 9 escolares brancos rejeitados, 5 escolares negros rejeitados, 1 escolar mulato rejeitado e 1 escolar branco, o qual especificou o motivo de sua rejeição no fato de o colega ser “muito preto”. Deixamos de estudar o único caso de escolar negro preferido por não termos conseguido encontrar a sua residência.



a — Estudo de escolares brancos mais preferidos pelos colegas

Os motivos de preferência salientados pelos escolares na escolha dos companheiros de banco, referiram-se às qualidades definidas pelos adjetivos bom, obediente, atencioso, bom aluno, indicando que o motivo explícito da preferência foi a ausência de hostilidade e o prestígio do bom aluno, correspondendo às expectativas do professor.

As informações dos pais e dos professores foram concordes na afirmação de que os alunos preferidos eram bons filhos e bons alunos, sendo amigos de todos e queridos por todos.

O ambiente familiar dos alunos preferidos caracterizou-se, em geral, pela harmonia reinante entre os membros da família, onde os escolares recebiam, no amor e nas atitudes compreensivas dos pais, apoio e estímulo para o desenvolvimento de qualidades positivas ou em outras palavras, nas atitudes de compreensão afetiva dos pais os escolares encontraram apoio para a sublimação dos impulsos não aceitos pelo grupo social.

Dos 13 casos de escolares mais preferidos estudados (apresentados em Anexos sob a numeração de 1 a 13), em 3 deles observamos condições familiares desfavoráveis ao desenvolvimento sadio da personalidade.

No caso 2, a situação desfavorável consistiu em um desajustamento afetivo entre os pais. Verificamos que, sob a influência desfavorável da situação, o escolar desenvolveu um super-ego excessivamente severo levando-o a suprimir mesmo conscientemente tôdas as atitudes que pudessem estimular a agressividade dos colegas e conduzindo-o a desenvolver a necessidade obsessiva da limpeza e da perfeição. No caso 8, a escolar reagiu com sintomas histéricos de conversão sob a influência desfavorável do lar pela presença do pai psicopático e da mãe ansiosa, compensando a sua hostilidade recalcada com dedicação e aplicação aos estudos, assim conquistando a simpatia da professora e das colegas. Finalmente, no caso 5, o escolar parece ter superado satisfatoriamente os insultos do ambiente. Apesar de uma infância atribulada, tendo ficado orfão de pai aos 6 anos e internado em um asilo, onde permaneceu 7 anos. O escolar sempre apresentou "bom comportamento" e foi "bom aluno", assim fazendo-se querido por todos.

Apenas um escolar negro obteve a preferência dos colegas na proporção de 20% dos votos. Apesar de nosso interesse em estudar este caso, o estudo não foi possível, porque não conseguimos encontrar a residência do escolar. Temos apenas a informação de que foi preferido por 11 colegas brancos de sua classe por ser bondoso, amigo e bom aluno e foi preferido por 2 colegas negros pelos



mesmos motivos, tendo êle preferido 2 colegas brancos, um por ser bom e outro por ser adiantado, enquanto rejeitou 2 colegas brancos por serem mal comportados. Por informação da professora êsse escolar negro é um dos alunos mais adiantados da classe.

O estudo dos casos de escolares preferidos mostra que o motivo prevalente na determinação da preferência foi a ausência de hostilidade nas atitudes do preferido e a sua posição de destaque como aluno adiantado.

Considerando que os escolares em estudo se encontravam no período de latência do seu desenvolvimento psico-sexual, poderíamos compreender a ênfase que êles deram na valorização do aluno com bom aproveitamento escolar e na condenação das manifestações hostis. Nesta fase do desenvolvimento o pré-adolescente tem as suas energias psíquicas intensamente empenhadas na sublimação de impulsos sociais, principalmente pela aquisição de novos conhecimentos. Preferindo o colega "bondoso" e o "bom aluno", os escolares projetaram nos colegas o próprio ideal, assim reforçando as suas defesas contra os próprios impulsos sociais. Por sua vez, o escolar preferido, sendo "bondoso e "bom aluno", isto é, correspondendo aos ideais do grupo, inconscientemente obtinha apoio para levar adiante o seu processo de socialização.

O fato de todos os escolares mais preferidos serem brancos, com exceção de 1 que era negro, reforça a hipótese de os escolares haverem identificado o branco com as boas qualidades. A escolha de um negro preferido indica que essa identidade pode ser superada, quando o negro apresenta "qualidades de branco", fato que apareceu na proporção de 1 para 59.

Observando as atitudes dos pais dos escolares preferidos com respeito às pessoas os brancos são todos humanos", "há bons e maus em toda a gente", "há bons e maus entre brancos e pretos", "há bons e maus entre pretos e brancos", "há bons e maus entre brancos e pretos", "há bons e maus entre brancos e pretos", "há bons e maus entre brancos e pretos", "há bons e maus entre brancos e pretos".

Parece que a segurança afetiva dentro da família foi o fator atenuante dos sentimentos de discriminação racial, pois os pais que se expressaram desfavoravelmente eram pessoas com dificuldades de segurança afetiva dentro da família.

Os pais que se expressaram desfavoravelmente eram pessoas com atitudes contra as pessoas de cor nos seguintes termos: "são pessoas inferiores; não prestam; são vagabundos, macumbeiros, bêbados, jo-



gadores, relaxados, briguentos, que desejam o mal dos outros e não gostam de trabalhar; não são dignos de confiança, fingem e por melhor que pareçam sempre mostram o que são”.

As mães seguiram as opiniões dos maridos, porém, em termos mais atenuados, uma delas afirmando que se envergonhava de andar na rua ao lado de pessoas de côr, evitando-as.

Um destes pais com atitudes desfavoráveis (caso 3) relatou experiências desagradáveis com inquilinos negros, os quais não somente não lhe pagavam o aluguel como exigiam que lhes desse pinga de graça e o chamavam de italiano ladrão, que viera para o Brasil para roubar e enriquecer à custa dos brasileiros, enquanto estes morrem de fome.

Em outro caso de pai com atitude desfavorável (caso 8) tratava-se de uma pessoa com personalidade psicopática e de uma mãe ansiosa e insegura. O terceiro caso de pais com atitudes desfavoráveis (caso 11) referiu-se a uma família que se considerava de nível social e econômico superior ao dos vizinhos, proibindo aos filhos manterem relações com pessoas de côr, notando-se que a filha preferiu 1 mulata e rejeitou 1 outra mulata, talvez assim projetando a sua ambivalência afetiva para com os pais. No caso 4, família de nível social e econômico evidentemente superior ao dos vizinhos, a mãe negou-se a dar informações, deixando, porém, transparecer que considerava os vizinhos pessoas inferiores, brancos e pretos.

Os 13 escolares entrevistados afirmaram gostar tanto dos colegas e companheiros brancos como dos pretos, brincando na vizinhança com brancos e pretos, com exceção de 4 casos: 2 casos em que os meninos não tinham permissão de brincar fora de casa; 1 caso em que na vizinhança não havia crianças de côr; e 1 caso em que a menina estava proibida de brincar com crianças de côr. Apenas um dos casos de escolares mais preferidos preferiu uma colega de côr, o que indicaria que os alunos preferidos se identificaram com os colegas brancos.

Os pais que demonstraram atitudes desfavoráveis (por ter tido experiência negativa com pretos, por serem desajustados, por serem de nível social mais elevado do que as pessoas da vizinhança) sempre racionalizaram os seus sentimentos de hostilidade contra os pretos utilizando-se de estereótipos, mostrando assim uma necessidade de justificar-se e de aliviar-se dos sentimentos de culpa, que acompanham os sentimentos hostis ligados à discriminação.



## 5 - MATERIAL COLHIDO ATRAVÉS DE ENTREVISTAS REFERENTE ÀS RELAÇÕES INTER-FAMILIAIS

### a) Escolares brancos mais preferidos pelos colegas

**Caso 1** — O escolar é branco, contando 10 anos de idade e filho de pai e mãe italianos, tendo sido preferido pelos colegas por ser bom amigo e bom aluno. Ele preferiu colegas brancos por serem bons amigos e também rejeitou colegas brancos, um por ser "intrometido" e outro por ser "atrasado". No lar, os pais informam que o menino é bom filho e por ser bom sempre obtém a satisfação de seus desejos. Gosta de todos os companheiros brancos e pretos e é querido por todos. Na escola, é um dos melhores alunos. Os pais são amorosos e compreensivos com os filhos. Sentem-se felizes dentro da própria família por isso mantendo poucas relações de amizade com pessoas de fora. A família materna é numerosa, vivendo todos em harmonia, porque se querem bem. Na vizinhança há apenas duas famílias de côr, constituídas por muito boas e honestas pessoas. Os pretos são os mais honestos no pagamento de suas dívidas no empório, afirmam os entrevistados. Dão-se bem com as pessoas de côr, pois, são de opinião que há pretos e brancos desonestos, tudo dependendo da educação.

Os dados colhidos apresentam um escolar bem ajustado, vindo de um lar harmonioso, tendo sido apontado como bom pelos pais, professores e colegas. Embora ele afirme gostar de todos, ele somente preferiu e rejeitou colegas brancos, o que pode indicar uma identificação com o branco excluindo os companheiros de côr de suas cogitações afetivas.

**Caso 2** — Trata-se de um escolar branco, com 9 anos de idade, filho de pai e mãe brasileiros, que foi preferido pelos colegas por ser bom e educado. Ele preferiu os colegas brancos por serem bons e fazerem tudo por si sós e rejeitou colegas brancos por serem turbulentos. A mãe acha-o um menino diferente, que não gosta de sobressair-se diante dos colegas, por exemplo, não querendo ir à escola de automóvel. Tem tôdas as vontades satisfeitas e não é exigente. É cuidadoso com os brinquedos e sempre se mostrou exigente quanto à limpeza. É econômico e tímido não reagindo quando o agridem. Brinca dentro de casa, sozinho. Com a mãe, ele não mostra seus sentimentos. É muito apegado a ela de quem sente ciúme. Na escola é bom aluno, sendo elogiado pela professora. A mãe sente-se reprimida pela família do marido, com a qual reside, compensando suas frustrações da vida conjugal num apego



ao filho. Ela e sua família nunca fizeram diferença para tratar empregadas brancas ou de côr, as quais se sentavam à mesa com os patrões. Seu irmão namora uma moça mulata, instruída e educada, que gosta muito dêle. Ela tem aconselhado o irmão a casar-se com essa moça, e êle não se decide por causa da côr, porém, êle é mesmo inconstante. A família de seu marido considera os pretos como pessoas inferiores.

Conforme os dados colhidos, pela repressão da agressividade e pela severidade consigo próprio, o escolar alcançou o conceito de "bom" e "bem educado" entre os colegas, motivo pelo qual foi preferido. Embora percebamos que o escolar esconde sua hostilidade por medo, êle porém o faz numa forma que agrada aos colegas. Em suas atitudes de preferência e de rejeição não cogitou de colegas de côr, o que parece indicar uma exclusão dêstes colegas por identificar-se com o branco. Êle é muito mais ligado e influenciado pela mãe, a qual afirma não ter preconceito de côr, do que pela família paterna.

Caso 3 — Menino branco, de 11 anos de idade, filho de pai e mãe italianos, preferido entre os colegas. No lar é atencioso, obediente e educado e na escola é bom aluno. Em seu lar reina harmonia. O pai é enérgico, porém, carinhoso, e conta ter tido aborrecimento com seus inquilinos, quando não lhe pagavam. Com os brancos só teve aborrecimentos dessa ordem, mas com os pretos tem tido muita dor de cabeça. Um dêles chegou a ameaçá-lo com um facão. Era um preto vagabundo, que bebia muito e não pagava o aluguel e nem a conta do empório. Vivia fazendo feitiçaria, lidando com espiritismo e brigando. Não quis mais ter inquilinos pretos, porém, últimamente dois cômodos do porão foram alugados para pretos, contra a sua vontade; até agora não lhe deram aborrecimento, mas está prevenido. Não gosta de pretos. Acha que há alguns bons, mas a maioria não presta; são vagabundos, bêbados, jogadores, macumbeiros, não gostam de trabalhar e implicam com os que trabalham. Os pretos queriam que êle lhes desse pinga de graça e como não os atendia chamavam-no de italiano ladrão, que viera ao Brasil para roubar e enriquecer à custa dos brasileiros, enquanto êstes morrem de fome. Por tudo isto acha que não se deve ter amizade com pretos. A mãe é da mesma opinião, porém, não tão rígida, não proibindo que o filho brinque com colegas de côr desde que sejam bons. Assim o menino brinca com brancos e pretos, contanto que sejam bons.

O escolar foi preferido por ser educado e bom aluno, portanto, por não ser agressivo. Preferiu êle dois colegas brancos e rejeitou outros dois colegas brancos. Embora o pai não goste de pretos, considerando-os macumbeiros, vagabundos e jogadores, o me-



nino brinca com pretos desde que sejam bons, com o consentimento de sua mãe.

Caso 4 — Menino de 9 anos, filho de pai e mãe brasileiros, tendo sido preferido pelos colegas, por ser bom aluno e bom amigo. Por sua vez, preferiu êle a dois colegas brancos um por ser bom e outro por não ser "chato", enquanto rejeitou outros dois colegas brancos um por pedir cousas emprestadas e outro por ser "chato". Segundo informações obtidas no lar, êle não possui amigos e nunca brincou na rua, porque os pais não consentem. É filho único e sempre viveu só no meio de adultos. Dá-se bem com as empregadas da casa e não faz diferença entre brancos e pretos. Na escola é um dos melhores alunos, sendo amigo de todos os colegas. O escolar é de nível social superior ao dos colegas, cujos pais se mostraram reservados durante a entrevista, apenas deixando entrever que consideram os pretos como pessoas inferiores. Respondendo à pergunta sobre as amizades do menino afirmaram que é êle colega de todos mas não é amigo de ninguém, pois os meninos da rua e da escola não são bons companheiros.

A preferência dos colegas por êste escolar parece ligada ao fato de êle ser bom aluno e de ter melhor posição social. Devido à sua posição social, está êle proibido, pelos pais, de fazer amizade com os colegas. Na atitude de reserva das pessoas da família no que se refere às opiniões sobre as pessoas de côr, vemos uma autocensura em relação à discriminação.

Caso 5 — Trata-se de um menino branco de 15 anos, filho de pai e mãe brasileiros, tendo ficado orfão de pai aos 6 anos, época em que foi internado num orfanato. Nêste orfanato permaneceu durante 7 anos e teve bom comportamento de onde fugiu porque queria viver em companhia da mãe. Na escola foi bom aluno e saiu por não gostar de estudar e preferiu trabalhar. É amigo de todos os colegas brancos ou pretos, seguindo a opinião da mãe que considera todos humanos, havendo bons e maus entre todos. Preferiu dois colegas brancos estudiosos e educados e rejeitou dois colegas brancos por serem vadios. Foi escolhido por colegas brancos e pretos por ser comportado.

O motivo da preferência por êsse escolar parece ter sido o seu bom comportamento, o que significa ausência de hostilidade. Apesar dos traumas que sofreu durante a infância, como o falecimento do pai e separação da mãe, o menino parece ter superado tais acontecimentos sem desenvolver hostilidade contra o ambiente.

Caso 6 — O escolar é branco, com 10 anos de idade, filho de pai brasileiro e mãe portuguesa. É obediente no lar, amigo do irmão e dos meninos vizinhos. Não gosta de alguns provocadores e



entre estes há um preto. Na escola é um dos mais adiantados. Os pais são enérgicos e atenciosos com os filhos. Eles não fazem diferença entre brancos e pretos, mantendo amizade com todos. O escolar assume com os colegas as mesmas atitudes dos pais sendo amigo de todos, desde que sejam bons. Preferiu um colega japonês por ser obediente e um branco por ser estudioso. Foi escolhido pelo colega japonês, o qual é seu vizinho, e pelos colegas brancos por ser bom.

O motivo da preferência pelo escolar consistiu na ausência de manifestações hostis, o que reflete o ajustamento harmonioso do lar. A preferência pelo colega japonês parece comprovar a atitude da família estabelecendo amizade com todos sem discriminação de raça, assim como a influência de um contato maior entre os meninos, pois, além de colegas são seus vizinhos.

Caso 7 — Trata-se de uma menina branca, com 14 anos de idade, filha de pai e mãe brasileiros, preferida pelas colegas por ser boa e educada. Ela preferiu uma colega branca, que é a primeira aluna da classe, por ser bondosa e rejeitou uma branca por ser “copiadeira” e uma preta por ser briguenta. No lar, é ela obediente, dando-se bem com os irmãos e vizinhos. Na escola é boa aluna, mas se sente envergonhada de ter 14 anos e ainda estar no curso primário. Tem apenas duas amigas que a visitam, enquanto ela não retribui as visitas porque a mãe não permite que saia só. Se alguma colega a provoca não dá “confiança”, em cuja atitude a mãe insiste para evitar que ela brigue com alguém. O pai é paciente e carinhoso, sendo amigo de todos sem distinção de cor. A mãe orgulha-se dos filhos e os trata com atenção e carinho. Acha que os pretos e os brancos são iguais. A escolar tem amizade com todos, tendo uma amiga preta; rejeitou uma colega preta, como briguenta.

A escolar foi preferida como boa, o que indica que não é agressiva. A influência do lar parece-nos benéfica no apoio afetivo que os pais proporcionam aos filhos; por outro lado a mãe restringe os contactos da filha e insiste para que ela não brigue com ninguém. A rejeição contra a colega preta como briguenta parece, pois, corresponder às exigências da mãe.

Caso 8 — Menina de 10 anos, branca, filha de pai e mãe brasileiros, a qual foi preferida pelas colegas brancas e de cor por ser boa e estudiosa. Ela preferiu duas colegas brancas. Uma por ser boa e outra por amizade, e rejeitou uma japonesa por ser suja e uma branca por “copiar”. No lar é dedicada e atenciosa. Apresenta sintomas de conversão histérica. Queixa-se do pai, achando-o implicante. Na escola é uma das melhores alunas, sentindo-se querida pela professora e pelas colegas. Possui amigas brancas e de cor.



O pai tem personalidade psicopática quase não falando. Não tem amigos, não sai de casa e não é amoroso. Ele não gosta de pretos; acha-os relaxados e briguentos. Só convive com eles por necessidade. A mãe é expansiva e ansiosa, superprotegendo a filha por medo que ela adoça e morra. Não gosta de pretos, porém, os trata bem porque em seu serviço não pode fazer distinção. Não sai com pretas à rua, evitando-as por achá-las sem educação, briguentas e sujas. Em qualquer trabalho os pretos são sempre os piores. Não impede, porém, que a filha mantenha amizade com eles.

A escolar é uma das melhores alunas da classe. Tendo sido preferida por ser boa e estudiosa, podemos considerar a ausência de hostilidade e o prestígio da boa aluna como os motivos da preferência das colegas. Os seus sintomas de conversão histórica revelam que à custa do recalçamento de sua hostilidade consegue conquistar o ambiente, mantendo relações amistosas com companheiras brancas e pretas, apesar das atitudes dos pais contra os pretos. É provável que sua atitude favorável aos pretos corresponda a uma reação contra as frustrações impostas pelo pai.

Caso 9 — Menina de 12 anos, branca, filha de pai e mãe brasileiros, tendo sido preferida por colegas brancas, preta e japonesa, por ser bondosa. É a aluna mais adiantada da classe, preferindo duas colegas brancas, uma por não conversar em aula e outra por ser boa, e, rejeitando duas colegas brancas, uma por conversar e outra por ser ruim. No lar, é obediente e delicada. Tem muitas amigas e sente-se querida por tôdas. Os pais são pacientes e atenciosos com os filhos. Ambos afirmam que não fazem diferença entre brancos e pretos. A escolar diz que na vizinhança não há meninas pretas e por isso não possui amigas de côr, mas que em sua classe há quatro pretas e gosta delas.

Novamente o motivo da preferência foi dado pela bondade, embora a escolar seja a aluna mais adiantada. Tanto na preferência como na rejeição escolheu colegas brancas, o que pode indicar sua identificação com a branca e implicitamente uma exclusão dos pretos.

Caso 10 — Menina de 9 anos, branca, filha de pai e mãe brasileiros. Foi preferida pelas colegas por ser a mais adiantada da classe. Ela preferiu duas colegas brancas por serem boas e rejeitou outras duas por serem "conversadeiras". No lar é obediente, amável e atenciosa com todos. É amiga de tôdas as meninas vizinhas que são brancas. Na escola é querida pela professora e pelas colegas. Possui colegas pretas, com as quais é atenciosa. Teve uma amiga preta e não ia à casa dela não por causa da côr, mas porque o pai era alcoólatra. Na escola tem uma colega preta que é bri-



guenta e malcriada, mas nada tem contra ela. A professora confirma a informação da escolar, dizendo que possui uma aluna preta, que é briguenta, faltosa e "novidadeira". A professora acrescenta que não faz questão de cor; já teve alunas ótimas e eram de cor, pois, não é a cor que importa e sim a educação. Afirma que nada tem contra os pretos, tendo amizade com eles, desde que sejam educados. Uma das professoras do grupo é de cor e é boa e distinta. Acha brancos e pretos iguais; porém, não gostaria de ver uma preta casada com um dos seus parentes, por melhor que ela fôsse. Nesse caso preferia um índio, do qual descendemos. Continuando a dar suas opiniões, diz a professora que o índio é superior, não se deixou escravizar como o preto. Vê-se que este é de raça inferior, que nasceu para ser escravo. Entretanto, diz ela, há pretos bons, esforçados e inteligentes, aqueles que procuram melhorar sua posição social, mas esses são poucos.

O pai é calmo e carinhoso com a família. Orgulha-se dos filhos e superprotege a escolar. Escolhe os companheiros dos filhos, não fazendo questão de raça ou de nacionalidade e sim de educação. Teve vários amigos pretos, educados e honestos. Se a pessoa é briguenta, afasta-se dela seja branca ou preta. A mãe esforça-se para dar boa instrução aos filhos e assim evitar que eles tenham a mesma sorte que ela e o marido, os quais não puderam estudar. Ela avalia as pessoas pelos diplomas que possuem e acha que a cor não influi na escolha da amizade. A família vive em harmonia.

A escolar foi preferida por ser a mais adiantada da classe. Destacando-se como boa aluna, a escolar parece corresponder ao ideal dos pais que avaliam as pessoas pela instrução e educação que possuem. Segundo informação da professora a escolar rejeitou uma colega preta que realmente possui traços de personalidade muito desagradáveis. A professora evidenciou-se ambivalente em suas atitudes para com pessoas de cor, afirmando que nada tem contra o preto, desde que seja educado e em seguida negando essa afirmação com a opinião de que não gostaria de ter uma parente preta, porque "o preto é de raça inferior". A opinião da professora segundo a qual o índio se demonstrou superior não se deixando escravizar ao passo que o negro nasceu para ser escravo, é comumente externada por professores primários em aulas sobre História do Brasil. Quanto aos pais da escolar, mostraram-se eles bem ajustados e sem hostilidade contra as pessoas de cor.

Caso II — Menina branca, de 11 anos, filha de pai e mãe brasileiros, tendo sido preferida pelas colegas, branca, mulata, preta e japonesa, por ser boa. É a aluna mais adiantada da classe e preferiu uma colega branca e uma mulata por serem boas, enquanto rejeitou uma mulata por ser mal educada. No lar, é meiga e deli-



cada com todos. Acha a mãe boa e o pai severo. Gosta dos irmãos e sabe que todos gostam dela. Na escola, a professora informa que é ela ótima aluna, educada e estudiosa. Aparenta ser de nível econômico e social mais elevado do que o das colegas. Trata bem as colegas, inclusive as de cor. O pai é enérgico e autoritário com os filhos. Informa que sempre teve empregados de cor, mas não gosta deles, por serem vingativos, rancorosos, desejando o mal dos outros e não sendo dignos de confiança. Diz êle, que é necessário ter cautela para trabalhar com os pretos, por isso, evita discussões com êles para não ter aborrecimentos sérios. Acha que os pretos fingem muito e por melhor que pareçam, no fim sempre mostram o que são. Logo que um empregado começa a discutir despede-o, não aceita pretos briguentos e que gostam de beber. Sua família e filhos sempre pensaram assim; já é uma tradição de sua família.

A mãe foi educada com severidade e deseja dar à filha a mesma educação, querendo que ela aprenda costura e não saia de casa, porém, o pai e os irmãos apoiam o desejo da menina no sentido de estudar canto e piano. A família vive em harmonia e não mantém relações de amizade com os vizinhos por serem êstes de nível social inferior. A mãe acha que não se deve ter amizade com pessoas de cor, ainda que entre estas possa haver algumas pessoas boas, mas a maioria não presta. É gente briguenta, rancorosa, só fazendo mal aos outros. Afirma que nunca houve nada de desagradável entre sua família e os pretos por não lhes dar confiança e acha que cada um deve ficar em seu lugar. Não permite que os filhos mantenham amizade com pretos nem com mulatos. Assim, a filha não tem amizade com colegas pretas embora as trate bem; não frequenta a casa da vizinha nem recebe a companheira porque a menina é mulata, assim agindo em obediência à mãe.

A professora afirma que não faz diferença entre alunas brancas e pretas desde que sejam estudiosas e comportadas. Em sua classe há duas alunas pretas e elas são ótimas. A professora diz ainda que entre suas melhores amigas há uma de cor.

Segundo os dados colhidos, a escolar é querida pelas pessoas de sua família, pela professora e pelas colegas por ser bondosa, o que implica em não ser agressiva. No lar ela é submetida a uma educação severa que parece compensada com carinho. Embora seus pais lhe proibam manter amizade com pessoas de cor por serem vingativas, rancorosas, maldosas, a escolar preferiu uma colega mulata por ser boa e rejeitou outra colega mulata por ser mal educada. Pelas atitudes de preferência e de rejeição da escolar observamos que ela não aceitou e nem rejeitou completamente as opiniões dos pais sobre as pessoas de cor, possivelmente sendo influenciada pela



atitude da professora que considera suas alunas pretas como ótimos elementos da classe.

Caso 12 — Menina branca, de 12 anos, filha de pai e mãe brasileiros, a qual foi preferida por colegas branca e mulata por ser bondosa e estudiosa. Ela preferiu duas colegas brancas, uma por morar perto de sua casa e outra por ser boa, e rejeitou uma colega branca por conversar em aula. É uma das mais adiantadas alunas da classe. Gosta da professora e das colegas e sente-se querida por ser boa para todos. No ano anterior foi péssima aluna, tendo frequentado um colégio do qual não gostava.

O pai é atencioso e carinhoso com a família. Ele dá-se bem com os companheiros de trabalho brancos e pretos, considerando todos iguais.

A mãe é exigente, angustiada e severa com os filhos. Sempre teve amizade com pretos. Moraram em um cortiço, onde havia muitos pretos e gostava deles, sendo amiga de todos. Onde residem agora não há pretos.

A escolar afirma que em sua classe só há uma colega preta, da qual é amiga. Considera brancos e pretos iguais e sempre teve amigas de côr.

O caso referido apresenta uma escolar branca que tanto tem animosidade com meninas brancas como de côr, no que segue as atitudes dos pais. Conforme a observação da própria escolar ela passou a ser querida pela professora e pelas colegas depois que se tornou boa para todos. Esta observação da escolar equivale ao reconhecimento de que, não sendo hostil, se tornou aceita e conseqüentemente pôde aplicar-se nas tarefas escolares, classificando-se entre as alunas mais adiantadas da classe.

Caso 13 — Menina branca de 12 anos, filha de pai e mãe brasileiros, a qual foi preferida pelas colegas brancas, preta e japonesa por ser boa, tendo ela preferido uma colega japonesa por ser adiantada e uma branca por ser boa e tendo rejeitado duas brancas, uma como atrasada e outra como desobediente. No lar é teimosa e ciumenta da sobrinha. Na escola é a primeira aluna da classe, sendo estudiosa e educada.

O pai faleceu há 5 anos e era autoritário e temido pelos filhos. O irmão mais velho substituiu o pai na direção da casa desempenhando-se com muita compreensividade. É casado e possui uma filha. Ele possui amigos de côr; não faz distinção de côr desde que sejam boas pessoas.

A mãe superprotege a filha com ansiedade. Ela informa que gosta tanto de brancos como de pretos, porém, recebeu a in-



gratidão de um preto que fez feitiçaria contra ela e seu pai, os quais acabaram adoecendo.

A escolar afirmou-nos não gostar de pretos por serem briguentos, malcriados e sem vergonha e que sua colega preta é má aluna, briguenta e fala nomes feios. Entretanto segundo informação da professora a aluna preta é aplicada e comportada. Diz a professora que não faz diferença entre aluna branca e preta, contanto que sejam educadas, achando que entre pretos e brancos há bons e maus.

Tanto no lar como na escola, a escolar encontra atitudes explicitamente favoráveis à aceitação de pessoas de côr, desde que sejam boas pessoas. A escolar parece ter-se valido da restrição "desde que sejam boas pessoas" para rejeitar a colega preta, achando-a briguenta, malcriada e sem vergonha, em oposição à informação da professora que afirma ser a aluna preta aplicada e comportada. Possivelmente a escolar projeta a agressividade decorrente do ciúme que nutre pela sobrinha, filha do irmão, o qual lhe faz as vezes de pai.

Apesar de nosso interêsse em estudar o único caso de escolar negro mais preferido na base de 20% dos votos dos colegas, o estudo não foi possível, porque não conseguimos encontrar a sua residência. Temos apenas a informação de que foi êle preferido por 11 colegas brancos de sua classe por ser bondoso, companheiro e bom aluno e por 2 colegas negros por ser bondoso e amigo, tendo êle preferido 2 colegas brancos, um por ser bom e outro por ser adiantado, e rejeitado 2 colegas brancos por serem mal comportados. Realmente êsse escolar negro é um dos alunos mais adiantados da classe.

#### b) Estudo de escolares brancos mais rejeitados pelos colegas

Os motivos de rejeição contra os escolares brancos mais rejeitados apresentados pelos escolares foram os seguintes: "ruim, briguento, mal comportado, vadio, mal educado, sujo, covarde, parecido com mulher". Tais motivos mostram que as expressões da agressividade na forma de hostilidade e de malôgro em corresponder aos ideais dos pais e dos professôres constituíram os estímulos aparentes da rejeição entre os colegas.

As informações colhidas no lar sôbre a personalidade dêsses escolares brancos mais rejeitados revelaram tratar-se de crianças que também no lar apresentavam sintomas de desajustamento psíquico e problemas da conduta. Umas reagindo com agressividade direta contra o ambiente através da desobediência, da teimosia, da hostili-



dade e da fuga do lar; outras reagindo agressivamente contra o ambiente, porém, na forma de retirada, isto é, tornando-se tímidas, hipersensíveis, com medos exagerados, desleixadas e sujas.

Pelo estudo das condições dos lares pudemos averiguar que êsses escolares viveram, desde a mais tenra idade, frustrações intensas ocasionando sérios conflitos emocionais, os quais se expressavam nos sintomas de hostilidade exagerada contra o ambiente ou de retirada na timidez e na ineficiência para cumprir os deveres escolares e os cuidados com o asseio pessoal. Os escolares rejeitados encontravam-se dentro de um círculo vicioso, pois, as suas atitudes contendo um sentido de protesto contra o sentimento de não ser querido dentro da família, atraíam cada vez mais a rejeição de um ambiente maior, estimulando a rejeição dos colegas e professôres.

Situações de conflitos emocionais e de desorganização da família foram encontradas em quase todos os lares dos escolares brancos rejeitados. Assim, êsses escolares vinham enfrentando as mais diversas dificuldades do ambiente como as que se seguem.

Um dos escolares, orfão de pai desde os 2 anos de idade e adotado pelos tios paternos (caso 14), vivia um conflito afetivo entre seus tios tutores e sua mãe neurótica, a qual o envolvia em suas dificuldades, procurando fazê-lo odiar aos tios que êle amava.

No caso 15, a mãe informou-nos que a hipersensibilidade e a hostilidade da filha decorriam da infância que a criança tivera, pois, precisando trabalhar para ajudar o marido, levava a filha consigo. Para que a criança não incomodasse as patroas e permanecesse sentada espancava-a.

A família de outra escolar, que foi rejeitada por ser suja e ruim (caso 16), vive em promiscuidade, devido à personalidade neurótica do pai que não gosta de trabalhar e é alcoólatra.

As informações sôbre os antecedentes familiares do caso 18 esclarecem que até os 6 anos de idade o menino viveu o conflito dos pais que não se entendiam, até chegarem à separação. Após a separação dos pais, as irmãs foram internadas e o menino, que é objeto de nossa atenção, ficou em companhia do pai o qual bebia e o surrava, acabando por dá-lo a uma família de mulatos para que o criasse.

O caso 21 é o de um escolar rejeitado, cujos pais se acham separados há 5 anos, a criança vivendo em companhia da mãe, a qual é angustiada. A mãe precisando trabalhar fora de casa foi obrigada a deixar o filho em casa de amigos; o menino se ressentia da situação de separação dos pais, pedindo freqüentemente à mãe para voltar a viver em companhia do pai.

No caso 19, escolar rejeitado como sujo, verificamos que êle sofria a influência de uma mãe ansiosa e insegura, suja e desleixada, sendo muito agressiva com o filho.



As informações obtidas no lar, sobre o caso 17, escolar rejeitada por ser má aluna, esclarecem que a menina demonstrava sentir forte ciúme do irmão menor, sentimento este que podia acarretar a falta de aplicação aos estudos.

Finalmente, em outros dois casos de escolares rejeitados (casos 20 e 22) a situação desfavorável no lar foi a insegurança, a ansiedade e a severidade das mães nas suas atitudes com os filhos.

De posse dos elementos referentes às influências desfavoráveis do lar estimulando exageradamente a agressividade e o medo das crianças, podemos interpretar as atitudes negativas dos escolares como expressão de seus conflitos psíquicos, como um protesto contra o ambiente e um meio inadequado de obter compensação às suas frustrações.

O estudo de 9 casos de escolares brancos rejeitados mostra que a agressividade na forma de hostilidade, de vadiação, de desleixo e o medo exagerado foram os motivos da rejeição dos colegas. Tais atitudes por sua vez parecem o resultado do malôgro do lar, incentivando o desenvolvimento da agressividade e do medo da criança em detrimento do amor.

A quebra da organização do lar por morte ou por separação dos pais, o alcoolismo e a hostilidade de mães ansiosas deram aos escolares uma situação de insegurança afetiva, os quais inadequadamente procuraram superá-la descarregando-se sintomaticamente através da hostilidade, do medo e do não cumprimento dos deveres escolares.

Quanto às atitudes dos pais para com as pessoas de cor, os pais dos casos 17, 19 e 22 manifestaram atitudes favoráveis aos negros afirmando que não fazem diferença entre os brancos e as pessoas de cor e que mantêm relações de amizade com eles. Enquanto estes pais demonstravam possuir um ajustamento adequado da personalidade, as mães eram ansiosas, inseguras e agressivas, porém, seguiam os maridos na opinião favorável às pessoas de cor e descarregavam a ansiedade e a agressividade sobre os filhos.

Duas das mães dos escolares mostraram atitudes ambivalentes para as pessoas de cor, caso 14 e 15. Estas mães eram pessoas ansiosas e inseguras, sentimentos estes que se refletiam nas atitudes de ambivalência para com as pessoas de cor, não podendo ser francamente próximas e nem segregadas delas, conforme verificamos através das opiniões por elas emitidas. No caso 14 a mãe diz: "o que faz as pessoas diferentes é a educação, havendo bons e maus entre brancos e pretos; é assim que ensino aos meus filhos, porque nós precisamos de todos, tanto de brancos como de pretos, de modo que devemos evitar ódios. Sou amiga de uma família de cor, mas são mulatos claros e instruídos". As expressões de ambivalência da mãe do caso 15 foram nos seguintes termos: "morei no interior e lá as



peças de cor foram as melhores, que me socorriam quando minhas filhas ficavam doentes. Lembro-me que o filho de uma família de pretos, amiga de minha família, quis matar meu pai por ciúme das irmãs. Aqui em São Paulo também sempre encontrei mais auxílio da parte dos pretos. Gosto tanto de pretos como de brancos, porém, não gostaria que minhas filhas se casassem com pretos, mas se elas desejassem eu consentiria. Eu não gostaria de ter-me casado com um preto porque os outros falam”.

No primeiro caso verificamos que por dependência e medo do ódio ela procura estar bem com os pretos e ao afirmar que é amiga de uma família de cor fez a ressalva de que se tratava de “mulatos instruídos”, evidenciando que ela faz distinção entre o preto e o mulato. No segundo caso a atitude de aproximação foi restringida pelo medo de que os “outros falam” no que vemos projetada a sua própria atitude.

Em quatro casos (16, 18, 20 e 21) as atitudes das mães e as atitudes de um dos pais foram abertamente contra as pessoas de cor.

No caso 16, o pai expressou-se contra os pretos nos seguintes termos: “sòmente 15% dos pretos são bons, os outros se relaxam; os pretos têm o cérebro mais fraco do que os brancos; eles deviam fazer força para o branco não falar; se Deus os fez assim é para serem aceitos, mas eu evitaria que uma filha se casasse com uma pessoa de cor”. Este homem ao manifestar as suas atitudes para com as pessoas de cor projetou o seu próprio super-ego, pois, é ele mesmo que é “falado” na vizinhança, sendo considerado como um homem malgrado, com o cérebro fraco, alcoólatra, que não trabalha e vive pedindo cigarros aos que passam por sua casa. Sua filha mais velha, casada com um rapaz loiro, manifestou-se contra as opiniões do pai, afirmando que se teria casado com um preto se o amasse, atitude que possivelmente revelava seus sentimentos de repulsa pelo alcoolismo do pai branco.

No caso 20, a mãe, que é angustiada e agressiva com os filhos, acha que os pretos do cortiço vizinho são briguentos, por isso que não mantém amizade com eles e que nunca brigou com eles por não lhes dar confiança. Por meio de uma racionalização ela consegue aplacar a própria censura contra o fato de hostilmente segregar-se dos vizinhos pretos. O seu filho adotou a sua atitude, afirmando que “não gosta dos colegas pretos porque eles o provocam e que gosta de um vizinho branco, porque este não é briguento”. Na informação do professor sobre as atitudes do escolar tivemos uma confirmação de que o menino se identifica com a mãe, pois segundo a observação do professor, o escolar foi rejeitado pelos colegas porque ele não lhes dá confiança, não falando com ninguém. O menino explicou-nos o seu retraimento como reação ao fato de sentir que não gostam dele.



O caso 21 refere-se a uma mãe ansiosa, de nacionalidade alemã, que tendo emigrado para o Brasil os seus medos se objetivaram no horror aos negros, conforme as suas palavras: "na Alemanha raramente apareceu um negro e lá a opinião é de que os negros são sífilíticos e perversos, devendo-se fugir deles. Quando um preto se sentava num bonde a seu lado, sentia tanto medo que chegava a descer da condução. Depois que se transferiu para a casa onde está, onde há famílias negras, mudou de opinião e sente-se feliz por ter aprendido muito. Viu que nem todos os pretos são maus e que nem todos são doentes. Conhece todos os vizinhos, mas ainda não mantém amizade com os pretos, porque ainda não conseguiu abolir inteiramente os seus preconceitos raciais, a ponto de ter uma negra como amiga. Trabalha fora e quando está em casa se fecha, dificilmente abrindo a porta para alguém. Procura evitar que o filho desenvolva preconceito racial para evitar que ele sofra os medos que ela passou. O filho, embora apresente sintomas de desajustamento da personalidade como timidez e hipersensibilidade, brinca indiferentemente com brancos e pretos.

O caso 18 refere-se a pais adotivos de cor parda, cujos filhos legítimos já são adultos. Criam o escolar branco desde os 6 anos de idade, o qual no momento conta 12. A mãe e seus filhos legítimos apresentaram atitudes diferentes das atitudes do pai e do filho adotivo com respeito às pessoas de cor e aos brancos. As opiniões da mãe adotiva foram as seguintes: "Nunca fiz questão de cor, sempre me dei bem com brancos e pretos; porém vindo do interior de outro Estado (há 19 anos) estranhei aqui a separação entre brancos e pretos. Na minha terra os pretos freqüentam a mesma sociedade que os brancos e aqui só são empregados domésticos, o que é um erro. Todos têm o mesmo direito e os pretos deviam esforçar-se para se instruir e conseguir trabalho nas repartições entre os brancos. Ajudei meu marido costurando, para dar instrução aos meus filhos e para não vê-los em trabalho inferior. Tenho orgulho de meus filhos, eles vivem entre os brancos e a filha casou-se com um branco instruído; sinto-me estimada por todos na vizinhança. Se um dia eu ficasse viúva não me casaria mais com um preto e sim com um branco porque devemos sempre procurar melhorar a raça e não piorar. Os brancos são superiores aos negros, têm melhor educação, porque os negros se consideram inferiores e não querem trabalhar".

As opiniões dessa senhora evidenciam que ela, sentindo-se inferior por causa de sua cor, procurou compensar o sentimento, que feria sua auto-estima, esforçando-se por integrar-se no grupo dos brancos o que parece ter conseguido parcialmente, casando uma filha com "rapaz branco e instruído". As defesas que adotou diante da agressividade dirigida contra sua própria pessoa e as pessoas



da família foram a de desenvolver "qualidades de brancos" através da educação, instrução, ocupação e casamento da filha com branco. Não superou, porém, completamente o seu sentimento de inferioridade pela fantasia de que se enviuvasse se casaria com um branco, o que revela necessidade de ainda precisar fugir do negro odiado. A sua observação de que os pretos se consideram inferiores continua a atuar no âmago de sua personalidade, num sentido ambivalente, rejeitando o negro e o branco, e desta forma não podendo tornar-se íntima do genro branco. Acha o genro pernóstico, embora orgulhosa do casamento da filha. O que ela não conseguiu resolver foram os conflitos íntimos de amor e ódio para com o marido, filhos e seus pais de côr.

Enquanto a filha do casal se demonstrou identificada com os ideais da mãe, o filho não pôde conseguir a mesma solução, conforme as suas palavras: "Namoro tanto moças brancas como pretas. Estava namorando uma moça branca, mas desisti, pensando que o pai dela não consentiria que a filha se casasse com um preto. Não sei o que fazer, porque as moças brancas não querem casar-se comigo e com preta eu não quero casar-me".

Esse rapaz se sente perante um problema para êle insolúvel devido aos seus sentimentos de desprezo pela mulher preta e idealização da mulher branca como uma conseqüência de seus conflitos emocionais, os quais o levaram a antecipadamente desistir da moça branca pela expectativa de uma rejeição do pai dela, dado o mau conceito em que êle próprio se tem, decorrente de sua ligação afetiva com seu pai. O pai mantém as seguintes opiniões: "acha que sua mulher agiu mal fazendo as filhas estudarem, porque elas não deviam ser mais do que costureiras; o emprêgo que elas têm não é para elas, pois o negro sendo inferior ao branco deve continuar em seu lugar". Este homem é mais escuro do que a mulher, sentindo-se inferior pela côr da pele, porém, reagindo de forma diferente do que a mulher, possivelmente na base de uma hostilidade por sentir-se atingido pelo desprezo da esposa.

As atitudes do escolar branco, o qual está sendo criado por essa família de mulatos, reafirmam as nossas hipóteses no sentido de a definição das atitudes com respeito à côr em última análise dependerem das soluções alcançadas pelos indivíduos nas relações afetivas com os objetos de contato primário. Pelas palavras do escolar podemos verificar que êste colocou suas atitudes em relação à côr na base de seu amor pelos pais adotivos e ódio pelos pais legítimos que o maltratavam e abandonaram: "Não me envergonho de ser branco e ter pais adotivos de côr, prefiro êstes pais ao meu pai branco que me maltratava e à minha mãe branca que me abandonou". Estas afirmações do escolar revelam que êle possuía atitu-



des desfavoráveis para a côr, as quais superava com o amor aos pais adotivos. Êste menino, portanto, re-elaborava suas atitudes em respeito às pessoas de côr sob a influência de seus conflitos emocionais, entre o amor e o ódio pelos pais legítimos e pais adotivos. Por outro lado, sofria a influência do novo ambiente onde a mãe e irmãs adotivas eram de côr, porém com atitudes contra as pessoas de côr e lutando por aproximar-se dos brancos pela instrução; o pai adotivo, que era contra os de côr, resignava-se achando que os negros deviam manter-se na posição de inferioridade, enquanto o filho do casal, prêso de suas atitudes de ambivalência, não podia aceitar o negro e nem repeli-lo.

O material apresentado parece evidenciar que os mulatos têm um desejo de integrar-se no grupo branco, maior do que o desejo dos negros, conseqüente a uma identificação mais intensa com os ideais do branco. Esta maior identificação do mulato com o branco corresponderia a uma atitude mais tolerante ou de maior aceitação do branco em relação ao mulato.

c) Estudo de escolares negros mais rejeitados pelos colegas.

Os motivos de rejeição dos escolares contra os colegas negros mais rejeitados foram os seguintes: ruim, briguento, malcriado, mal comportado, mal educado, copiador. Por sua vez êstes escolares negros preferiram 7 colegas brancos por serem bons, um mulato por ser mais claro e outro por ser amigo, tendo rejeitado 4 brancos, por mau comportamento e vadiação, 3 mulatos por serem agressivos e 1 japonesa por xingar de negro.

Segundo as informações da família, os escolares negros mais rejeitados, no lar também eram agressivos, briguentos, desobedientes, teimosos e vagabundos, com exceção de uma menina que foi considerada boa filha, ajudando a mãe nos trabalhos da casa.

As informações da família, portanto, confirmam que aquêles escolares negros apresentavam problemas da personalidade e da conduta na forma de hostilidade contra o ambiente e falta de aplicação aos deveres escolares.

Os dados referentes à organização do lar e ao ajustamento da personalidade dos pais evidenciam situações traumatizantes e desfavoráveis para o desenvolvimento psíquico da criança. A ilegitimidade, a promiscuidade, a orfandade, o alcoolismo, a separação dos pais e a hostilidade entre os pais e dêstes para os filhos foram as situações encontradas.

As condições do lar, do caso 23, são de promiscuidade, constando do lar a mãe, seus 3 filhos ilegítimos e o seu companheiro,



o qual tem variado com intervalos de 4 anos. Cada filho tem paternidade diferente, sendo explicado aos filhos que o pai legítimo vem sendo substituído pelos companheiros dele, por ele encontrar-se na guerra. A mãe envergonha-se de não ser casada e se arrepende de quando mocinha não se ter casado.

O caso 24 é o de uma escolar orfã de pai e de mãe que tem a responsabilidade de cuidar da casa da irmã casada, que trabalha fora, e da sobrinha de 3 anos. O caso 25 também se refere a uma escolar orfã de pai que sofreu o traumatismo de ser deslocada de seu lar. Sua mãe precisando trabalhar e não podendo cuidar dos filhos, entregou-a à tia.

O pai alcoólatra, promovendo brigas e desordens até ser expulso de casa pela esposa foram as condições sob as quais o escolar do caso 26 viveu durante toda a sua infância. No caso 27, os distúrbios mais sérios do lar foram ocasionados pela mãe alcoólatra, espancando os filhos e insultando os vizinhos, ultimamente tendo-se afastado do lar. O ambiente do caso 28 também se caracteriza pelos conflitos promovidos pelo pai alcoólatra.

Encontramos, portanto, todos os escolares de cor sob condições que constituíam estímulos intensos e freqüentes para o desenvolvimento do ódio e do medo dadas as personalidades neuróticas dos pais, ou a situação de abandono, motivado pela orfandade ou pela ilegitimidade. O estudo das condições da infância dos pais destes escolares nos levaria à mesma conclusão de que eles possuem personalidade neurótica devido às condições desfavoráveis da infância que tiveram, evidenciando-se assim a transmissão da neurose dos pais para os filhos pela via social.

Comparando-se as condições do lar dos escolares brancos mais rejeitados com as condições dos lares dos escolares negros mais rejeitados verificamos que nos lares dos últimos os insultos do ambiente foram muito mais fortes devido a piores condições de ajustamento de personalidade, e a piores condições econômicas sociais e culturais. O escolar negro estava, pois, enfrentando maiores obstáculos para desenvolver uma personalidade sadia, que lhe possibilitasse boas relações com os objetos exteriores e eficiência nos estudos.

As atitudes dos pais negros com referência à cor demonstram que eles têm hostilidade contra as pessoas de cor e contra si próprios, tendo introjetado os ideais do branco. O resultado de tal introjeção é que tratam os negros e, portanto, a si próprios, como se vêem tratados pelos brancos. Tendo reprimido a hostilidade contra o branco, deslocam a agressividade para o próprio negro, vendo o branco como ideal respeitado e amado, porém, também temido e odiado.



No caso 23, a mãe mostra medo e ressentimento do branco nos seguintes termos: "Das negras embriagadas e caídas na rua todos falam que elas bebem porque são pretas. Todos pensam que só a negra rouba a patroa. Nos jornais saem os retratos de cinco negras ladras e só o de uma branca. A branca também bebe e cai na rua, mas só xingam a negra".

Se ser negro corresponde a ser "bêbado e ladrão", podemos compreender porque para o negro a pior ofensa é ser chamado de negro, bem como o seu desejo de não ser negro e a tentativa de negar sua cor, utilizando meios de defesa como afastar-se do próprio negro, e "parecer branco", assumindo as atitudes do branco, procurando mudar os característicos físicos pelo alisamento dos cabelos, ou ao contrário afastando-se do branco e unindo-se ao negro pelo ódio. Estas foram as defesas encontradas no caso 23, conforme as palavras da mãe entrevistada: "eu sempre escolhi companheiro de minha cor, porque senão, em briga, eles xingam de negrinha e humilham a gente. Sei de uma mulata clara que se casou com um branco e um mês depois ela era maltratada por ele, que a xingou de negra e a abandonou. Não me incomodo de ser negra, só tenho o desgosto de ter o cabelo ruim, mas quando está ruim a gente alisa". Conforme suas palavras, tem-se ela unido a homens de sua cor para não ser desprezada e abandonada, embora venha sendo abandonada por vários companheiros negros, assim demonstrando que é mais capaz de suportar o desprezo do negro, por ser mais sensível ao desprezo do branco.

A filha, um pouco menos escura do que a mãe, envergonha-se de sua cor e de morar no porão, por cujos motivos se vê rejeitada pelas colegas. A escolar joga com a sua situação emocional, desejando ser mais clara, razão por que preferiu a colega mais clara e rejeitou a colega japonesa que a xinga de negra. Provavelmente na rejeição contra a japonesa a escolar descarregou inconscientemente a sua agressividade contra o branco, invejado e temido, e contra a mãe, amada e odiada. Parece que a escolar reagiu às colegas identificada com sua mãe, a qual se ressentiu do julgamento geral contra o negro taxado de bêbado e se envergonha de suas ligações sexuais ilícitas "de porão". Mãe e filha carregam consigo o peso da cor, o que significa ter de receber a rejeição do mundo exterior e dominar o ódio assim estimulado.

A escolar do caso 24 é orfã de pai e de mãe e afirma que como seus pais prefere os pretos, porque os brancos desprezam os negros. A sua aproximação dos pretos corresponde a uma fuga do desprezo dos brancos e não a uma atitude positiva para os de cor. Aliás, a escolar apresentou atitudes contraditórias pois, respondendo ao questionário, preferiu duas colegas brancas e rejeitou uma negra e outra branca, enquanto durante a entrevista afirmou que



prefere os pretos. Segundo informações da professora, a escolar mostrou dificuldade para aprender por ser agressiva e delatora. Sabendo que a aluna era orfã, passou a dar-lhe carinho e apoio, obtendo melhoras na conduta da aluna. Em outras palavras, a professora afirmava que a escolar sentindo-se aceita perdia o motivo da agressividade.

Como temos observado nos casos referidos, a atitude para com a cor influi não somente nas relações com os grupos extra-familiares mas também nas ligações afetivas entre os membros da família. O caso 25 é o de uma escolar mulata, que com as irmãs foi recolhida pela tia, a qual é mais escura do que elas. A escolar por sua vez, sendo mais escura do que os irmãos, zangava-se quando os pais a chamavam de negrinha; ela considera-se "morena", assim negando a sua cor, mostra-se porém tímida em consequência do sentimento de inferioridade que não lhe dá o direito de expandir-se. Rejeitou ela uma colega negra como ruim. Sua irmã, um pouco mais nova e mais clara, reage de forma completamente diferente, afirmando que gosta mais dos pretos do que dos brancos e que desejaria ser preta. Gosta mais da tia do que da mãe, e embora a tia seja preta, acha-a "mais branca" do que a mãe, que é mulata, porque "a mãe a abandonou". As diferenças de atitudes para a cor entre as duas irmãs foram relacionadas com as diferenças nos sentimentos referentes à mãe: enquanto a mais escura se identificou com a mãe ideal mais clara, porém frustradora, a menina mais clara se identificou com a tia mais escura e mais carinhosa, tendo entretanto negado a cor da tia. Gostando mais da tia do que da mãe, aos olhos da menina a cor da tia se tornava mais clara, enquanto a mãe escurecia.

A observação desse caso constitui um apoio à hipótese de que subjetivamente são atribuídas as qualidades boas ao branco e as qualidades más aos negros. Frequentemente a amizade de brancos com negros é justificada nos seguintes termos: "Fulano nem parece preto, ele é um negro de alma branca".

No caso 26, os conflitos emocionais entre os membros da família também se objetivaram na cor. O pai do escolar é negro. Bebe muito, não gosta de trabalhar, briga com todos e surrava a mulher e os filhos. A mulher e os filhos envergonham-se dele, e separaram-se dele há 3 anos. Sendo ele menos escuro do que o filho xingava-o de "negro tuberculoso", na ocasião em que o filho estivera doente. A mãe e a irmã menor são pardas. A avó materna, em cuja casa o escolar passa tempos, é preta e aconselha os netos a terem amizade com pessoas melhores, isto é, com os brancos, e não com os piores. O tio materno é mulato claro e envergonha-se das desordens do cunhado negro. A tia materna é mulata clara. É moça quieta e retraída que diz já ter tido namorados pretos e



que não gosta de namorar brancos o que contraria a sua mãe. O escolar prefere a casa da avó, onde possui muitos amigos na vizinhança, sendo todos brancos. Segundo informações da avó ele é desobediente, teimoso, vadio e agressivo. Ela sente pena do neto; acha que ele foi judiado pelo pai e foi doentio e por isso não "tem cabeça boa". O escolar foi o único aluno negro da classe rejeitado pelos colegas por ser ruim e mal educado.

Os dados colhidos sobre o caso mostram que desde a infância o escolar sofreu situações traumatizantes, promovidas pelo pai alcoólatra, que o surrava e o xingava de negro. Pela vadiagem e pela hostilidade, o escolar parece identificar-se com seu pai, adotando-lhe os traços negativos da personalidade. Por outro lado, assumiu também uma atitude contra o negro e portanto contra si próprio, atitude esta que corresponde à atitude dos membros de sua família (com exceção da tia materna) os quais ambicionam melhorar, aproximando-se do branco da seguinte forma: adquirindo "qualidades" de branco, estabelecendo contato com o branco e segregando-se do negro. Num nível psíquico mais superficial os problemas da personalidade e da conduta do escolar parecem traduzir o seu conflito com o exterior devido à rejeição pela cor escura da pele. Num nível mais profundo, porém, os seus problemas traduzem um conflito entre o ódio por um pai rejeitador e desmoralizado, o qual ele desejaria amar e respeitar, conflito este que se expressa em termos dos estereótipos referentes à cor.

Se o estudo dos casos referidos constitui uma verificação da existência de estereótipos contra as pessoas de cor, o caso 27 mostra que as atitudes abertamente hostis contra o negro prontamente se manifestam, quando ele apresenta más qualidades. Segundo informação do pai, a família viveu bem na vizinhança durante alguns anos. Há 6 anos, porém, a mãe adoeceu com "crises nervosas", tornando-se alcoólatra e agressiva com os filhos, com o marido e com os vizinhos. Foi a partir do alcoolismo e da agressividade da mulher que os vizinhos passaram a hostilizá-los dizendo que "negro não presta mesmo, pois são todos uns bêbados." O escolar que em casa sofria maus tratos da mãe, foi bom aluno no 1.º e no 2.º graus, enquanto teve apoio das professoras. No 3.º grau tornou-se aluno indisciplinado e com mau aproveitamento escolar, "porque a professora não gostava dele, punha-o de castigo e só gritava com ele", segundo a explicação do próprio escolar. Não se sentindo aceito pela última professora, o escolar não pôde manter-se como bom aluno, mudança esta de status escolar que lhe acarretou também a rejeição dos colegas.

O caso 28 evidencia o mau conceito em que o negro se tem, em consequência da introjeção dos ideais do branco. O pai é negro e não gosta de negros. Acha-os maus, vagabundos e bêbados



ainda que alguns sejam bons. Por questões de serviço brigou com um companheiro branco, mas "mesmo tendo apanhado do branco", diz êle que acha os brancos muito melhores, embora alguns sejam maus. Em sua atitude contra o negro parece projetar o ódio contra os pais, dos quais se queixa por ter sido judiado e abandonado, e o ódio contra a sua própria pessoa visto ser êle alcoólatra e excessivamente agressivo com os filhos. A mãe da escolar é mulata e também afirmou odiar os negros, achando-os perversos, tarados e bêbados, apesar de ter-se casado com um negro. Tem medo dêles e quando passa por uma rua onde há "muito negro", desvia dêles e se possível, vai por outra rua. Queixa-se dos maus tratos de sua infância, tendo sido criada pelos tios que eram "ricos". A escolar que é negra, também, afirma não gostar de negros parecendo identificar-se com a mãe quando diz que em sua classe há uma colega preta que é rica e por isso gostam dela; acha os brancos melhores e tem medo dos negros, fugindo dêles. Nesta escolar, a agressividade voltada contra ela própria é bastante acentuada, pois, quando fica com raiva morde-se, chegando a ficar com os braços feridos.

Em resumo, o estudo dos escolares negros mais rejeitados mostra que êles apresentavam sintomas de desajustamento da personalidade na forma de hostilidade, brigas, desobediência, teimosia, vagabundagem, timidez ou falta de aproveitamento escolar. Nas condições desfavoráveis do lar (ilegitimidade, promiscuidade, alcoolismo, abandono, pobreza, pais separados, pais em conflito e agressivos) os escolares negros encontraram obstáculos para a socialização, tendo no ambiente excessivos estímulos para desenvolver a agressividade e o medo.

O ódio e o medo objetivaram-se nos estereótipos referentes à cor e foram transmitidos à criança pelos próprios pais. Considerados pelos brancos como inferiores, maus, bêbados, ladrões, macumbeiros, vagabundos e briguentos, e tendo introjetados êstes conceitos, as pessoas de cor passam a tratar o negro e, portanto, a si próprios com desprezo e ódio, sentimentos êstes que vão influir no desajustamento da personalidade, nos conflitos intrafamiliares e na desorganização da família negra.

Os escolares negros foram encontrados de um lado na situação de ser considerados ruins, vagabundos, ladrões, briguentos e de outro sob a exigência de "tornarem-se brancos", isto é, bons e eficientes cumpridores dos deveres sociais. Vivendo o conflito de ser negro e de não querer ser negro, equivalente ao conflito entre ser bom e ser mau, pela introjeção dos conceitos do branco, frequentemente as pessoas de cor sucumbem ao conflito, autopunitivamente exibindo traços de personalidade que se tomam como confirmação dos estereótipos que lhe são atribuídos.



d) Estudo de um escolar branco rejeitando um colega negro.

De 8.072 respostas sôbre os motivos pelos quais os escolares rejeitavam os colegas, apenas em 18 respostas apareceu explicitamente um motivo racial, nos seguintes termos: 11 escolares não gostariam de sentar-se com o colega "porque êle é preto" ou "porque êle é de côr" ou "porque êle é um negrinho mal educado" ou "porque êle é moreno"; 5 escolares rejeitaram o colega "porque êle é japonês", 1 "porque êle é sírio" e 1 "porque êle é cabeça chata". Dêstes escolares, 15 eram brancos, 2 japoneses e 1 mulato.

Observando os termos em que os escolares negros foram rejeitados, verificamos que a expressão negro não foi usada, tendo apenas 1 escolar empregado o termo negrinho. Preto, de côr, e moreno foram as expressões empregadas, demonstrando que os escolares censuraram a palavra negro que é muito mais agressiva e já corresponde a um xingamento. Esta mesma atitude de evitar usar o termo negro geralmente foi observada nas entrevistas com os adultos.

Achando de interêsse o estudo dos escolares que explicitamente rejeitaram o colega por não ser branco, escolhemos ao acaso um dêstes escolares, tendo o estudo recaído sôbre um escolar branco que rejeitou um colega negro "porque é muito preto", e preferiu a outro colega negro "porque é meu amigo", segundo as respostas escritas pelo aluno.

O caso 29 refere-se a um escolar de 11 anos, filho único, que em companhia dos pais se mudou do norte para São Paulo, há 3 anos. O pai é autoritário, enérgico e atencioso com o filho procurando ajudá-lo nos estudos, pois acha o filho inteligente e deseja que êle estude. É excessivamente rigoroso na educação do filho, não permitindo que o menino tenha amigos e nem que brinque na rua para não aprender coisas feias. O pai informa que no norte foi administrador de um sítio com muitos empregados brancos e pretos. Êle era amigo de todos, porém, não deixava o filho brincar com ninguém por serem pessoas sem educação. Vindo para São Paulo morou em uma casa onde quase todos os vizinhos eram pretos, por cujo motivo se mudou dessa casa. Para não desgostar os vizinhos, deixou o filho ter amizade com êles, mas ao mudar-se advertiu o filho: "agora, acabou-se a amizade, não são pessoas para você". Êle deseja que o filho tenha amizade com pessoas iguais a êle ou melhores e nunca inferiores. Acha os pretos inferiores aos brancos, opinião que durante a entrevista procurou esconder.

A mãe aconselha o filho a ser delicado e atencioso. Ela é de temperamento aflito e por isso não deixa o filho sair só, temendo



que lhe aconteça alguma coisa. Informa que trabalha fora de casa e gosta dos companheiros brancos e pretos.

Segundo informação dos pais o menino é quieto e obediente e tem sido aluno regular. Respondendo por escrito ao questionário, o escolar preferiu um colega branco "por ser bom" e um colega negro "por ser seu amigo", e rejeitou um colega negro "por ser muito preto" e um colega branco "por ser intrometido". O colega negro por êle preferido também o preferiu como seu amigo, reciprocidade esta que confirma a existência de amizade entre os dois escolares. Quanto ao escolar branco por êle rejeitado, trata-se do melhor aluno da classe e o mais preferido entre os colegas. Durante a entrevista o escolar manifestou atitudes diferentes dizendo: "só não gosto de um dos colegas que é o "Tarzan" da classe, o maior, o mais forte e o provocador, que quer bater em todos". Referindo-se ao colega negro, o qual rejeitou no questionário, afirmou-nos que gosta dêle porque êle é bonzinho, assim negando a afirmação por escrito de que não gostava por ser êle muito preto.

Segundo os dados colhidos verificamos que o escolar assumiu atitudes contraditórias: preferindo um colega negro como amigo e rejeitando um outro colega negro por ser negro; preferindo um colega branco por ser bom e rejeitando um colega branco por ser intrometido; rejeitando oralmente um colega branco por ser forte e provocador e negando ter rejeitado o colega negro. Considerando a severidade do pai na educação do filho, a exigência de ter êxito escolar, a proibição de manter amizade e brincar com crianças negras, interpretamos as atitudes contraditórias do escolar como uma projeção dos seus conflitos emocionais na relação com o pai. Rejeitando oralmente o colega maior, mais forte e provocador por temê-lo, provavelmente o escolar transferia para êsse colega o seu medo e sua hostilidade dirigida para o pai, porém, recalcada; rejeitando o colega branco, visto como o melhor aluno e preferido dos companheiros, o escolar projetou a sua hostilidade por inveja do colega que correspondia aos ideais de seu pai; rejeitando um colega negro por ser negro e preferindo um colega negro por amizade, o escolar projetava os seus sentimentos de amor e ódio contra o pai, mostrando aceitar as imposições do pai com a rejeição de um colega negro, e opondo-se ao pai ao estabelecer relações de amizade com outro colega negro.

O caso em estudo sugere que a criança é influenciada pelos conceitos dos pais, porém, re-elabora aquêles conceitos mantendo-os com maior ou menor tenacidade segundo os afetos operantes nas suas relações com os pais.



e) Escolares brancos mais rejeitados pelos colegas.

Caso 14 — Trata-se de um escolar de 10 anos de cor branca, o qual é agressivo e provocador com o irmão menor (do qual tem ciúme) e com os colegas na escola. A família ameaçava-o de interná-lo, contra o que se revoltava dizendo que havia de hostilizar tanto os padres que acabaria expulso do colégio. Entretanto começando a freqüentar a igreja os padres lhe deram a tarefa de bater os sinos, tarefa que muito o agradou e o tornou amigo dos padres. Hoje deseja ser padre e de boa vontade foi internado no colégio. Afirma que gosta dos colegas independentemente da cor que tenham, pois são todos iguais. Preferiu dois colegas brancos, um por ser quieto e outro por ser educado, rejeitando dois colegas brancos, um por ser conversador e outro briguento. Foi rejeitado por colegas brancos, negro, mulato e japonês, por ser briguento, ruim, falar muito, desobediente.

O escolar é orfão de pai desde 2 anos de idade tendo sido criado pelos tios. Conforme informações destes e observação de nossa parte, a mãe do escolar é autoritária, agressiva, arrogante, angustiada e de convívio difícil, razão por que mora separada da família, em pensão. Ela coloca o filho em conflito com o tio, dizendo-lhe que ele é perverso. Com referência às suas atitudes para com pessoas, diz não fazer distinção ao tratar com brancos ou pretos, por serem todos iguais. Expressou-se nos seguintes termos: "O que faz as pessoas diferentes é a educação, havendo bons e maus entre brancos e pretos. É assim que ensino aos meus filhos. Precisamos de todos, tanto de brancos como de pretos, de modo que devemos evitar ódios. É amiga de uma família de cor, mas são mulatos claros e instruídos. Teve outros vizinhos mulatos escuros, bem educados e gente boa". Os tios que criam o sobrinho procuram suprir o afeto que lhe falta por ser orfão de pai e a mãe ser ríspida e descuidada. A opinião do tio quanto às pessoas de cor foi a seguinte: "Sou filho de fazendeiro e fui criado na fazenda onde vi que os pretos são pessoas sem ambição, não trabalham e vivem miseravelmente. Não sei se por causa da cor, mas eles são pessoas maldosas, que matam as outras. Também não confio nos pretos da cidade: os homens são vagabundos e exploram a mulher, vivendo à custa delas e elas também não prestam. Não gosto dos pretos porque não são pessoas de confiança".

Pelos dados apresentados observamos que o escolar branco foi rejeitado pelos colegas devido à sua hostilidade, a qual é também reconhecida no lar. Parece-nos que ele rejeitou os colegas possuidores de traços pelos quais ele próprio é censurado, e preferiu aqueles com as qualidades que ele não possui. Vive um conflito entre amor e ódio estimulado pela figura materna contra pessoas que ele ama: os tios.

Tendo sido aceito pelo padre mudou o ódio contra os padres em amor, constituindo no momento o seu ideal. Nas atitudes para com os colegas parece agressivo com todos, afirmando que não faz distinção de cor, no que parece identificado com a mãe que é agressiva; afirma porém que brancos e pretos são iguais. Percebemos que a mãe se sente insegura em face da necessidade de ter de ganhar a vida assumindo a atitude de tratar bem aos brancos e aos pretos por medo, dada a circunstância de precisar de todos. Entretanto mantém relações com uma família de mulatos claros e instruídos. O tio tem atitude definida contra o negro baseando-se na opinião de os negros serem sem ambição, vagabundos, não merecerem confiança, e serem pessoas maldosas que matam.



**Caso 15** — Refere-se a uma escolar branca de 13 anos, filha de brasileiros, rejeitada pela maioria das colegas de classe por ser prosa, ruim e briguenta. Ela preferiu colegas brancas e boas e rejeitou colegas brancas e ruins. Em casa, cuida de uma criança preta de 2 anos. Na escola é agressiva, emburra e não obedece; furta pequenos objetos das colegas, dos quais não se apropria, mas os esconde. Com carinho, a professora conseguiu que ela melhorasse de conduta. No lar, a mãe informa que a filha se dá bem com as meninas vizinhas, tornando-se agressiva somente quando a xingam de moleque, pelo hábito de pular e subir em tudo. A menina tem bom coração, gosta de cuidar de crianças e de animais, porém não tem “boa” cabeça, para estudar, o que é de família pois o pai e a mãe também não foram bem, na escola”. A família passou privações e a escolar sofreu durante toda a infância com a situação dos pais. Sua mãe tendo de trabalhar como empregada doméstica levava-a consigo, surrando-a muito para não incomodar as patroas com o choro e com a sua presença. Diz a mãe: “bati muito nela, hoje ela é sentida”. Pai e mãe consideram-se nervosos. Afirmam que hoje não podem queixar-se de dificuldades econômicas.

A mãe conta que nasceu no interior onde as pessoas de cor eram as melhores tendo sido socorrida por elas quando as filhas ficavam doentes. Lembra-se de que no interior o filho da família de pretos amiga da sua família quis matar o seu pai por ciúmes das irmãs dele. Vindo para São Paulo, aqui também sempre encontrou mais auxílio da parte dos pretos. Gosta tanto de pretos como de brancos, porém, não gostaria que suas filhas se casassem com pretos, mas se elas desejassem consentiria. Não gostaria de ter-se casado com um preto porque os outros falam. A avó paterna é italiana, e acha que brancos e pretos são filhos de Deus e que o espiritismo explica que se uma pessoa nasce preta é para pagar culpas; não se casaria com preto nem consentiria que suas netas se casassem. “Quero preto longe de mim, disse ela, tenho horror aos pretos, porque são de outra cor”.

Conforme os dados colhidos, os motivos de rejeição da escolar pelos colegas parecem conseqüentes do fato de tratar-se de uma menina agressiva, hiper-sensível e com “retardamento mental”, que teve sérias frustrações na infância. Sua agressividade dirige-se às colegas que a hostilizam, não demonstrando atitudes especificamente contra as pessoas de cor”. Sua mãe enquanto revela gostar dos pretos demonstra fazer-lhes restrições “porque os outros falam”.

**Caso 16** — O caso presente é o de uma escolar branca de 11 anos de idade, tendo mãe brasileira e pai italiano. Ela foi rejeitada por quase todas as colegas, brancas, mulata e preta por ser suja, ruim, faladeira, tendo ela preferido duas colegas brancas e rejeitado outras duas brancas. A família informa que a menina vai da escola para casa chorando porque a xingam de suja, piolhenta e boba. Diz a menina que todas as colegas brancas a xingam e que as pretas são boas. A mãe considera-se calma, tem 10 filhos e vive dentro de sua casa, nem conhecendo os vizinhos. O pai é um homem neurótico, alcoólatra que não gosta de trabalhar. A família vive em promiscuidade. O pai está sempre pedindo cigarros e auxílio ao Diretor do Grupo, sendo na opinião deste pessoa malograda. Informa a irmã mais velha que se casou com um rapaz loiro mas se tivesse gostado de um preto se teria casado com ele, e que quando trabalhava na fábrica tinha muitas amigas de cor. Conta que, no interior, uma tia materna se casou com um preto e foi muito feliz; tem uma prima paterna casada com um mulato os quais vivem bem pois ele é trabalhador. Agora outra prima vai casar-se com um mulato. A mãe manifestou opinião diferente, afirmando que não deseja que seus filhos se casem com pretos. Na opinião do pai, somente 15% dos pretos são bons, “os outros se relaxam; os pretos têm o cérebro mais fraco do que os brancos; deviam esforçar-se para o branco deles não falar; se Deus os fez assim deveriam ser aceitos, mas eu evitaria que uma filha se casasse com uma pessoa de cor”.



O caso apresentado mostra que a falta de asseio da escolar, percebida pela pediculose e pelo mau cheiro consequente à enurese noturna, estimulou uma forte rejeição da parte das colegas, como uma formação de reação ligada aos hábitos de asseio. A observação da escolar de as colegas pretas serem boas, porque não xingam, pode indicar que estas se manifestaram menos agressivas do que as brancas embora também a tivessem rejeitado. As atitudes dos pais foram contra o negro achando-o relaxado e com o cérebro mais fraco do que o branco. Entretanto a irmã mais velha mostrou uma atitude favorável ao negro, tendo tido amigas de cor e sentindo que poderia ter casado com um preto no caso de amá-lo.

Caso 17 — O caso refere-se a uma escolar branca, de 12 anos de idade, filha de brasileiros, tendo sido rejeitada por ser má aluna. Ela preferiu duas colegas brancas por serem boas e rejeitou duas brancas, uma ruim e outra mal comportada.

A mãe informa que no lar a menina é obediente e amiga das crianças da vizinhança entre as quais há uma preta de quem gosta muito. Nota que ela tem ciúme do irmão menor. Na escola é aluna briguenta e vadia, pois não gosta de estudar, estes tendo sido os motivos da sua rejeição. Tanto o pai quanto a mãe são amigos de brancos e pretos, achando que todos são iguais. A escolar informa que em sua classe só havia uma colega de cor, da qual gostava.

O caso presente é o de uma família que mostra atitudes de aceitação em relação ao preto. Com respeito à rejeição da escolar branca, a qualidade de má aluna parece ter atraído hostilidade das colegas, identificadas com a professora que repreendia frequentemente a escolar.

Caso 18 — Menino branco de 12 anos de idade, filho de pai e mãe brasileiros, tendo sido rejeitado pelos colegas por ser ruim, briguento, mal educado, vadio. Ele rejeitou dois colegas brancos por conversarem em aula e preferiu dois brancos por serem bons.

Está sendo criado por pais adotivos, os quais são mulatos, e informam que o menino é bonzinho e quieto. O escolar diz que não se envergonha de ser branco e ter pais adotivos de cor, pois prefere estes pais ao legítimo e branco que o maltratava, e à mãe branca que o abandonou. Deseja crescer para trabalhar e retirar as irmãs do asilo, porém, não quer deixar a casa onde está. Na escola sente dificuldade em aprender e gosta mais de trabalhar do que de estudar. Os pais adotivos informaram que estão criando o menino há 6 anos, cujos pais viviam sempre em conflito até se separarem. O pai ficou com o filho, mas bebia e o surrava muito. Os pais adotivos possuem filhos, os quais já são adultos, tendo uma filha casada com um jovem branco e formado em curso secundário.

Com respeito às atitudes em relação à cor, o escolar afirma que gosta dos pretos por causa dos pais adotivos, que são muito bons. A mãe adotiva diz que nunca fez questão de cor, dando-se bem com brancos e pretos. Vindo, porém, do interior de outro Estado aqui estranhou a separação entre brancos e pretos. Diz que, em sua terra, os pretos freqüentam a mesma sociedade que os brancos, e aqui os pretos só são empregados domésticos, o que considera um erro. Acha que todos têm o mesmo direito e que os pretos deviam esforçar-se para se instruir e conseguir trabalho nas repartições, entre os brancos. Costurando, ajudou o marido, para dar instrução aos filhos pois não queria vê-los em trabalho inferior. Os pretos deviam esforçar-se para elevar-se, e se um dia ficasse viúva não se casaria mais com um preto e sim com um branco,



porque, diz ela, "devemos sempre melhorar e não piorar". Segundo suas palavras, o governo devia ajudar os negros a alcançar um nível social mais elevado e não permitir a separação entre brancos e pretos. Acha que os brancos são superiores ao preto em educação e instrução, e que os pretos não se esforçam por melhorar, considerando-se inferiores e não querendo trabalhar. Na vizinhança sente-se estimada por todos, sem distinção de côr. Sente-se orgulhosa das filhas, por estarem entre brancos o que ela sempre desejou.

O pai adotivo é mais escuro do que a mãe adotiva e tem opiniões diferentes. Ele acha que sua mulher agiu mal fazendo as filhas estudarem, porque não deviam ser mais do que costureiras. Pensa que o emprêgo que têm (funcionárias públicas) não é para elas, pois o negro sendo inferior ao branco deve continuar em seu lugar.

O filho do casal diz que tanto namora moças brancas como pretas. Estava namorando uma moça branca, mas desistiu pensando que o pai dela não consentiria em que a filha se casasse com um preto. Colocou a situação pessoal diante do casamento nos seguintes termos: "as moças brancas não querem casar-se comigo e com preta eu não quero casar".

O caso apresentado é o de um escolar branco, rejeitado pelos colegas por ser "mau". Está sendo criado por pais adotivos os quais são pessoas de côr. O menino colocou sua atitude em relação à côr na base de seu amor pelos pais adotivos e de seus ressentimentos pelos maus tratos e abandono que recebeu dos pais legítimos e brancos. Pela expressão "não me envergonho de ser branco e ter pais adotivos de côr", o escolar afirmava que possuía atitudes negativas em relação às pessoas de côr, atitudes que superava por gostar dos novos pais, mais amorosos do que os legítimos. Este menino que já assimilou do grupo social as atitudes negativas para com pessoas de côr procura re-elaborá-las com base em seus conflitos emocionais com os pais legítimos, e na ligação afetiva que estabelece com os pais adotivos.

Por outro lado, observamos que o escolar encontrou no novo ambiente atitudes contra as pessoas de côr: mãe e filhos mulatos desprezam e se afastam do negro procurando casamento com brancos; o pai, mais escuro, acha que deveriam reunir-se aos pretos, e, considerando-se inferiores, desistir do desejo de ascensão social pela instrução e pela ocupação; o filho vê-se prêso de uma situação insolúvel achando que a moça branca não deseja casar-se com êle e com preta êle não quer casar-se.

Tais atitudes parecem demonstrar que os mulatos têm um maior desejo de integrar-se no grupo branco do que os negros, possivelmente em consequência de uma identificação mais intensa com os ideais do branco. No caso em aprêço, as filhas mostram-se identificadas com a mãe e o filho apresentou-se ambivalente, não tendo conseguido identificar-se completamente com os ideais do pai e nem com os da mãe, por conseguinte não podendo decidir-se a casar com uma negra ou com uma branca.



**Caso 19** — Refere-se a um escolar branco, filho de pai português e mãe brasileira, tendo sido rejeitado pelos colegas branco, mulato, negro e japonês, por ser ruim, briguento e sujo. Ele preferiu dois colegas brancos e os mais adiantados, e rejeitou dois brancos por não gostar deles. Queixa-se de que a professora não gosta dele e é boa para os alunos adiantados.

No lar é desobediente, teimoso e agressivo. Brinca na rua e é querido pelos vizinhos, sendo amável e atencioso. Muito sujo, causa impressão desagradável. Na escola, é mau aluno, preguiçoso, faltoso, sujo e relaxado. Procura agradar os colegas fazendo-se de palhaço; todos riem mas não o estimam.

O pai é calmo e carinhoso. Afirma ser amigo de todos não fazendo distinção de cor, pois tanto entre brancos como entre pretos há bons e maus. Possui amigos pretos e brancos, desde que sejam honestos. A mãe é ansiosa, suja, relaxada e com o filho é agressiva. Diz que tem amizade com pessoas brancas e pretas. Acha os pretos tão bons quanto os brancos; embora muitos sejam maus, os negros também são gente, nada tendo contra eles.

A professora é muito agressiva. Acha que os alunos pretos da classe são todos indisciplinados, briguentos e teimosos. Em sua opinião, há brancos maus, mas o preto dificilmente presta, pois são todos agressivos.

As qualidades de sujo, relaxado e mau aluno parecem ter motivado a rejeição dos colegas. É de interesse assinalar que embora a professora rejeitasse os alunos negros estes não foram os mais rejeitados pelos alunos. Ressente-se ele de não ser querido pela professora. Escolheu como colegas preferidos os alunos brancos, mais adiantados da classe e queridos pela professora, segundo o auto-ideal.

**Caso 20** — Menino branco, contando 11 anos de idade, filho de pai e mãe brasileiros, o qual foi rejeitado pelos colegas por ser ruim, briguento e vadio. Preferiu ele dois colegas brancos, um por ser bom e outro por ter-lhe amizade e rejeitou dois colegas brancos, um por ser ruim e outro por ser convencido. O escolar é tímido e pouco fala; é desobediente e só briga quando provocado. Foge de casa para não ir à escola, passando uma semana sem voltar para casa. Voltou a frequentar a escola depois que soube que o professor o achava quieto e bonzinho. Diz que na escola não tem amigos e que os colegas brigam com ele por não lhes dar confiança. Não fala com ninguém porque não gostam dele. O pai é atencioso e paciente com os filhos e informa que mantém amizade tanto com pretos quanto com brancos. A mãe é expansiva, angustiada e agressiva com os filhos. Ela acha que os pretos do cortiço vizinho são briguentos. Nunca brigou com eles por não lhes dar confiança. Evita amizade com eles para não brigar.

Na observação do professor o escolar é rejeitado pelos colegas porque não lhes dá confiança, não falando com ninguém e, segundo os colegas, ele é agressivo. Entretanto, o menino explicou o seu retraimento como reação ao fato de sentir que não gostam dele. Parece ter adotado as mesmas atitudes da mãe, projetando a sua agressividade, quando o escolar afirmou que não gosta dos colegas pretos porque estes o provocam e que gosta de um vizinho branco, porque não é briguento.



Caso 21 — Menino branco, com 10 anos de idade, filho de pais alemães, tendo sido rejeitado pelos colegas por ser mal comportado e parecido com mulher. Ele preferiu dois meninos brancos, um por ser seu vizinho e outro por ensiná-lo e rejeitou dois colegas brancos por serem vadios.

É tímido, chora e zanga-se quando contrariado por motivos pequenos. Tendo os pais se separado e a mãe trabalhando fora, desde os 5 anos fica em casa de amigos. Brinca na rua com todos, com permissão da mãe que não quer que ele tenha preconceitos raciais, como sempre ela teve. A mãe manifesta a impressão de que os vizinhos gostam dele por ser atencioso e delicado. Não é estudioso mas tem bom comportamento; gosta da escola e dos colegas. A mãe deseja que o filho faça o ginásio para obter um bom emprego.

O pai visita o filho aos domingos e não se conforma com o fato de o menino e a mãe morarem no meio de tantos pretos. Tem horror aos pretos e insiste em que a mulher volte para a sua companhia. A mãe e o pai vieram para o Brasil, fugindo da guerra. Ela levou 3 anos para acostumar-se aqui. O que mais a impressionou foram os pretos. Tinha horror a eles, porque na Alemanha raramente aparece um, e lá a opinião é de que os pretos são doentes; são todos perversos e sífilíticos, devendo-se fugir deles. Quando um preto se sentava a seu lado num bonde, sentia tanto medo que chegava a descer da condução. Tinha receio de apanhar doença ou de ser maltratada. Depois que se transferiu para a casa onde mora atualmente mudou de opinião e sente-se feliz por ter aprendido muito. Viu que nem todos os pretos são maus ou doentes. Conhece todos os vizinhos, mas ainda não fez amizade com os pretos, porque não conseguiu abolir inteiramente os seus preconceitos raciais. Trabalha fora e quando em casa se fecha, dificilmente abrindo a porta a alguém. Dentro da casa há escuridão e desordem. Trata-se de uma pessoa ansiosa e insegura, demasiadamente preocupada com o filho. É estimada pelos vizinhos, por não se intrometer na vida dos outros, segundo a opinião de uma vizinha preta.

A timidez, a hiperemotividade, e a instabilidade foram os traços de personalidade que devem ter desenvolvido a rejeição dos colegas, tendo sido considerado mal comportado e parecido com mulher. A atitude materna no sentido de evitar que o menino desenvolva preconceito de raça parece ter influido para que ele brinque indiferentemente com brancos e pretos. Segundo as expressões da mãe, a sua atitude educacional é resultado do sofrimento que passou por nutrir forte preconceito contra o negro. Chegou ao Brasil com a idéia de que devia fugir de todo contato com o negro por ele ser perverso e doente. Através da proximidade da vizinhança com negros, aos poucos, corrigiu as suas opiniões sobre as pessoas de cor concluindo com alívio que nem todos os negros são maus ou sífilíticos. Em contato com a realidade as suas fantasias, carregadas de medo, em torno do negro estranho e desconhecido, foram sendo corrigidas.

Caso 22 — Trata-se de um menino branco, com 10 anos de idade, filho de pai italiano e mãe brasileira, rejeitado pelos colegas como mau aluno e mal educado, tendo ele preferido um colega branco por ser bom e rejeitado um colega branco por ser mau aluno.

É hiper-emotivo, chorando por qualquer coisa. Teme o isolamento e a escuridão. Se um companheiro promete bater-lhe, entra em casa chorando. Brinca com todos os vizinhos. A maioria de seus companheiros é de cor. Prefere os companheiros brancos, acha-os melhores do que os pretos; estes nunca lhe fizeram nada, e não sabe por-



que prefere os brancos. Pensa que seja por êle também ser branco. Briga muito com uma vizinha, menina de 10 anos. É o filho preferido pela mãe, enquanto a irmã é preferida pelo pai. Na escola é aluno regular tanto em aplicação como em comportamento. Há colegas que o provocam muito por êle não atender quando o chamam; êsses não gostam d'êle. O pai é atencioso e carinhoso com a família. No trabalho fez-se amigo de todos, sem distinção de côr, pois acha brancos e pretos iguais e que não se deve fazer diferença entre êles. A mãe foi educada com muita severidade, por isso reprova o marido muito benevolente com os filhos. Não deseja educá-los pelo mesmo sistema de severidade, porém é rigorosa. Não proíbe os filhos de terem amizade com pretos, porque acha que são êles iguais aos brancos. Não frequênta a casa de vizinhos.

Os dados colhidos mostram que o escolar branco foi rejeitado pelos colegas devido aos seus traços neuróticos, como o mêdo exagerado que o leva a fugir quando ameaçado por colegas, atitude esta oposta aos ideais dos meninos, para os quais o "homem não deve chorar nem temer". O escolar mostrou-se consciente de sua preferência pelo branco, mas não soube explicar por que, supondo que a explicação estaria no fato de êle ser branco. Nas atitudes dos pais êle não encontrou apoio para verbalizar os motivos de suas restrições aos companheiros de côr, e por outro lado, sujeito a um mêdo neurótico não pode perceber que a sua hostilidade se desloca contra o preto.

### c) Escolares negros mais rejeitados pelos colegas.

**Caso 23** — Refere-se a uma escolar de 11 anos, de côr escura, porém não completamente negra. Segundo informações da mãe é uma boa filha, ajudando-a nos serviços da casa e trabalhando como empregada doméstica. Na escola é aluna medíocre, tendo sido a mais rejeitada de sua classe, como ruim, malcriada, vadia e briguenta. A escolar queixou-se, durante a entrevista, das colegas que a xingam de negrinha moradora de porão. Envergonha-se de sua côr e de morar no porão. Gostaria de ser mais clara porque a côr preta é feia. Mente para as colegas dizendo que não mora no porão e sim nos cômodos de cima. A sua colega preferida foi uma colega mulata, portanto um pouco mais clara do que ela, e a rejeitada foi uma japonesa.

**Condições do lar** — A escolar é filha ilegítima, possuindo 3 irmãos apenas por parte de mãe, pois cada um d'êles tem um pai diferente. Mora em promiscuidade num porão sem ar e luz, em companhia dos irmãos, da mãe, e do companheiro desta, o qual tem variado com intervalos de 4 anos. A mãe explica aos filhos que o pai legítimo está na guerra e por isso foi substituído pelo companheiro atual. Trabalha ela como lavadeira e arrumadeira para criar os filhos. Tem passado dificuldades e fome, arrependendo-se de não se ter casado, razão por que se sente desprezada. Seu filho mais velho, desobediente, valioso e só se interessa por divertimentos, está com 14 anos e pensa em abandoná-la.

A mãe é negra e diz que sempre escolheu companheiro de sua côr, "porque senão em briga êles xingam de negrinha e humilham a gente; sei de uma mulata clara que se casou com um branco e 1 mês depois por êle era maltratada; que a xingou de negra e a abandonou. Das negras bêbadas e caídas na rua todos sabem que elas se embriagam porque são negras. Todos pensam que só negra rouba a patroa; nos jornais saem os retratos de 3 negras ladras e só de 1 branca. A branca também bebe e cai na rua, mas só xingam a negra. Não me incomodo de ser negra, só tenho desgosto de ter o cabelo ruim, mas quando está ruim a gente alisa".



No caso referido, vemos que a escolar se envergonha de sua côr e de morar no porão, por cujos motivos se vê hostilizada pelas colegas e se torna agressiva. Deseja ser mais clara, elegendo uma colega mulata mais clara como a preferida e rejeitando uma japonesa por xingá-la. Provavelmente na hostilidade contra a japonesa, descarregou-se de sua agressividade contra a branca desejada e invejada e contra sua mãe odiada e amada. Por outro lado a escolar parece identificada com a mãe, a qual se envergonha de suas ligações ilícitas de "porão", de ter cabelo de negro e se ressentido do julgamento geral contra o negro, como bêbado ou ladrão. Carrega consigo o peso da côr que significa ter de receber rejeição e manter-se com ódio.

As defesas encontradas em face da situação foram as seguintes: na escola, aproximar-se da colega mais clara e reagir contra a japonesa, e não contra a branca. A defesa da mãe consistiu em ligar-se unicamente a homens de sua côr, para não tornar-se desprezada e abandonada, embora venha sendo abandonada por vários companheiros negros, demonstrando assim que é mais capaz de suportar o desprezo de um negro do que o de um branco.

Caso 24 — Trata-se de uma escolar negra, orfã de pai e mãe, de nacionalidade brasileira, tendo sido rejeitada por colegas brancas, mulata e negra por ser mal comportada na escola. Ela preferiu colegas brancas, as quais considera suas amigas e rejeitou uma preta e uma branca por mau comportamento. A escolar informou que se dá bem com tôdas as vizinhas, porém prefere os pretos por estar acostumada a viver no meio dêles e porque os brancos desprezam os pretos. Brigou com uma colega branca por ela ter insultado a sua melhor amiga que é de côr. Diz que na escola só mantém amizade com as colegas pretas. Afirma que seus pais falecidos eram amigos de brancos e pretos, mas também preferiam os pretos. Acha os pretos bons, embora haja alguns maus, mas sabe que entre os brancos também há bons e maus. Segundo informação da professora, a escolar teve dificuldade para aprender e mau comportamento escolar por ser agressiva e delatora. Sabendo que a aluna era orfã e passava o dia sozinha com a responsabilidade da casa, a professora passou a dar-lhe carinho e apoio com o que obteve melhoras na conduta da aluna. A professora informou, ainda, não fazer diferença entre alunas brancas e pretas, havendo boas alunas de côr em sua classe.

Os dados colhidos revelam que a escolar apresentou atitudes contraditórias: respondendo ao questionário, preferiu duas colegas brancas e rejeitou uma negra e uma branca, enquanto durante a entrevista afirmou que prefere os pretos porque está habituada a conviver com êles e porque os brancos os desprezam; na escola só mantém amizade com pretos. Em apoio à sua opinião lembra que os pais também preferiam os pretos. Parece que as suas atitudes contraditórias revelam sentimentos de ambivalência, por ter introjetado as atitudes dos brancos no que se refere à côr.

Caso 25 — Menina mulata, contando 12 anos de idade, brasileira, orfã de pai, tendo sido rejeitada pelas colegas por ser ruim. Ela preferiu duas colegas brancas por



serem boas e gostar dela e rejeitou uma preta por ser ruim e uma branca por conviver com aula. É tímida e franzina.

Mora com a tia que informou ser a menina muito quieta e falar pouco. Quando o pai faleceu não queria ir morar com a tia e hoje não deseja voltar para a companhia da mãe, muito agressiva. É filha de mulatos, sendo a mais escura entre os seus irmãos, zangava-se quando os pais a chamavam de "negrinha". Ela prefere as amigas brancas. A irmã menor de 10 anos, bem mais clara, diz que gosta mais de pretos do que de brancos e que gostaria de ser preta; gosta mais da tia do que de sua mãe, e embora a tia seja preta, acha-a "mais branca" do que a mãe, queixando-se de ter sido abandonada por esta.

A tia recolheu as três sobrinhas por vê-las abandonadas pela mãe. Diz que não faz diferença entre brancos e pretos. Segundo informação da professora, a escolar é retardada porque lhe falta alimento. Tem bom comportamento. Notou que as colegas não querem ficar perto dela por ser pobre, tímida e humilde. A menina considera-se "morena".

Segundo a opinião da professora, a pobreza e a humildade foram os motivos da rejeição. Os dados colhidos revelam que a menina se rejeita apresentando-se tímida e negando a sua cor, ao se considerar morena e ao rejeitar a colega preta como ruim. Sua irmã, que é mais clara, reage de forma diferente, desejando ser preta. As diferenças de atitudes entre as duas meninas parecem relacionadas com sentimentos referentes à mãe: enquanto uma se identifica com a mãe mais clara, a outra se identifica com a tia mais escura, porém negando a cor da tia. Esta atitude de considerar "branco" o preto ao qual um branco se liga afetivamente encontra-se com relativa frequência mesmo entre adultos, que costumam dizer: "Fulano é preto e meu amigo, mas ele nem parece preto, é um negro que tem a alma branca". Este fato sugere que a cor escura da pele é obstáculo para o estabelecimento de laços afetivos do branco com o negro.

Caso 26 — O caso refere-se a um menino negro de 14 anos de idade, filho de brasileiros, foi rejeitado pelos colegas por ser mal educado e ruim. Preferiu um colega branco pelo bom comportamento e um mulato por ser seu amigo, rejeitando um branco mal comportado e um mulato agressivo. No lar é desobediente, teimoso, vadio, agressivo e alvo de críticas por ser o mais escuro. Vive ora em casa da avó ora com a mãe. Prefere a casa da avó, onde possui muitos amigos da vizinhança sendo todos brancos, ao passo que em casa de sua mãe tem de ajudar nos serviços domésticos. Em sua classe é amigo de todos, sendo o único aluno de cor. A avó informa que ele é o pior entre os amigos e os colegas, sendo vagabundo e desobediente; insiste com ele para se esforçar e melhorar, por ser o único preto da classe e então mostrar que não só os brancos são bons. Diz o escolar que prefere os brancos e não gostar de estar com os de cor. O pai é preto e não tem profissão. Bebe muito brigando com todos e surrando a mulher e os filhos. A mulher e os filhos envergonham-se dele, tendo a família separado há 3 anos. O pai, sendo menos escuro do que o filho, xingava-o de "negro tuberculoso", numa ocasião em que o menino estivera doente. A mãe, mulata, trabalha como empregada doméstica e é também atenciosa com os filhos. A irmã menor, mulata e aplicada, faz o curso primário, estuda piano e aprende costura. A avó materna é preta e muito energética. Aconselha os filhos e netos a manter amizade com pessoas melhores, com os brancos, e não com os piores. Tem pena do neto; acha que foi judiado pelo pai, doente e por isso não tem boa cabeça. O tio, mulato claro, envergonha-se do local onde mora por causa dos escândalos do cunhado bêbado. Pro-



cura amizade com pessoas mais claras do que ele mas não despreza os pretos. Sente não ter podido estudar, reconhece porém que sua mãe não tinha recursos. A tia, mulata clara, analfabeta e operária. É moça quieta e retraída; não possui amigas. Já teve namorados pretos, não namora brancos porque não gosta, o que contraria a mãe.

O caso referido é o de um escolar negro, sendo briguento e vadio e o único aluno negro na classe, reunindo, portanto, várias circunstâncias para atrair a rejeição dos colegas. No lar também é alvo de críticas por ser o mais escuro, briguento, desobediente e teimoso. Sofreu desde a infância situações traumatizantes promovidas pelo pai alcoólatra, com o qual parece identificar-se adotando-lhe os traços negativos, e assumindo uma atitude contra o negro e portanto contra si mesmo, atitude que corresponde a de todos os membros da família. Os dados colhidos mostram que todos, com exceção da tia, ambicionam tornar-se melhores, aproximando-se do branco e se afastando do negro. Num nível psíquico mais superficial os problemas da personalidade e da conduta do escolar parecem traduzir o conflito com o exterior ligado à rejeição pela cor escura da pele. Num plano mais profundo, porém, a sua rejeição contra os pretos provavelmente traduz um conflito entre o ódio por um pai rejeitador e desmoralizado, que ele desejaria ao mesmo tempo amar e respeitar.

**Caso 27** — Menino de 11 anos, de cor, filho de pais brasileiros. Foi rejeitado pelos colegas brancos e de cor por falar muito, ser copiador e mau aluno, tendo ele preferido dois colegas brancos por serem bons e rejeitando dois colegas mulatos por serem ruins.

Segundo informações colhidas no lar, o menino é "levado", só pensa em brincar, passando o dia todo na rua. Desobediente e briga com os irmãos. Diz que, na vizinhança, tem somente 4 amigos dos quais 1 branco, 1 mulato e 2 pretos, porque os outros não querem amizade com ele, provocando e insultando-o razão por que briga com eles. Afirma que não faz diferença entre os amigos de cor e o branco.

Foi bom aluno durante o curso do 1.º e 2.º graus tornando-se indisciplinado e vadio no 3.º grau. Conforme explicação própria a mudança se deu porque a atual professora não gostava dele, punha-o de castigo e o repreendia.

A família consta de pai, mãe e 3 filhos, e é de nível social e econômico baixo. O pai, preto e brasileiro, nasceu em cidade do interior, tendo frequentado a escola primária durante 2 anos. Marcineiro, mudou-se para S. Paulo por falta de trabalho em sua cidade natal. É enérgico com os filhos porém somente os castiga fisicamente por motivos fortes. Dá-se bem com os vizinhos, brancos ou pretos, mas ultimamente tem-se visto em dificuldades devido a conflitos causados por sua mulher, preta, brasileira e analfabeta. Foi prostituta, é alegre, expansiva e estimada pelos vizinhos. Há 6 anos, porém, depois do nascimento da última filha adoeceu, começou a sentir-se mal com "acessos nervosos" precisando tomar álcool para melhorar (sic). De então para cá tornou-se alcoólatra. Espanca os filhos, provoca e insulta os vizinhos com os quais acaba brigando. Agora os vizinhos dizem que preto não presta mesmo, são todos uns bêbados. No momento acha-se no interior, em casa de parentes, estando a casa entregue aos cuidados da filha de 10 anos de idade.

Conforme os dados colhidos o aluno vive uma situação de rejeição no lar, na escola e na vizinhança, condições desfavoráveis no



seu ajustamento de personalidade como sejam: a severidade do pai, o alcoolismo da mãe, que espanca os filhos, promove conflitos no lar e na vizinhança tendo abandonado a casa; a rejeição da professora e a rejeição da vizinhança considerando que todos os pretos são bêbados.

Caso 28 — Menina de 10 anos de idade, de cor preta, filha de brasileiros, tendo sido rejeitada por colegas brancas e preta por ser briguenta, copiadora e mal educada. Ela, por sua vez, preferiu 2 colegas brancas por serem boas e rejeitou outras 2 colegas brancas como alunas más.

Conforme dados colhidos no lar, a menina foi criança calma até os 5 anos de idade, época em que adoeceu e se tornou nervosa, muito emotiva, chorando por qualquer coisa. Quando com raiva, morde-se toda chegando a ficar com os braços feridos. Se provocada investe com mordidas, sejam irmãos maiores, menores ou amigas. Não ama a escola e tem dificuldade para aprender. Gosta de dançar e cantar. Só possui uma amiga branca, filha de alemães, com a qual brinca o dia todo. Na vizinhança não há outras crianças. Na escola não tem amigas, porque as colegas a chamam de negrinha. Não gosta de pretos e não quer que a chamem assim. Afirma que tem uma colega preta da qual as outras gostam inclusive a professora por ser menina que tem muito dinheiro. Acha os brancos melhores do que os pretos e por isso gosta mais daqueles. Conta que um dia um homem branco agarrou-a na rua. Ficou com medo dos homens brancos e foge deles, mas tem medo de todos os pretos porque são todos perversos. Teme o isolamento e a escuridão.

A família compõe-se de pai, mãe e 8 filhos, de nível econômico, social e mental baixos. O pai preto, não muito escuro, brasileiro, alfabetizado, exerce a profissão de motorista. É alcoólatra e foi muito judiado e abandonado pelos progenitores. Como sofreu muito, acha que deve criar os filhos do mesmo jeito. Quando alcoolizado briga com todos. Os filhos fogem dele. Bate neles por qualquer coisa e diz que a mulher não devia falar-lhes e gritar tanto, mas devia bater e matá-los de uma vez. Não gosta de pretos, acha-os maus, vagabundos e bêbados. Há alguns bons, mas a maioria não presta. Tentou surrar um companheiro branco por causa de trabalho; apanhou dele, mas mesmo assim acha os brancos muito melhores, embora alguns sejam maus. A mãe é mulata escura, brasileira, analfabeta, lavadeira; o pai era branco, português e a mãe bem preta. Perdeu-a quando muito pequena, tendo sido criada pelos tios, ela preta e ele branco. O tio era boa pessoa, mas a tia e os primos eram piores do que o demônio. Por qualquer motivo a espancavam. Seus tios eram ricos, porém ela trabalhava como empregada, sem diversões e nem descanso. Odeia os pretos, acha-os perversos, tarados e bêbados. Tem medo deles e quando passa por uma rua onde há muito preto, desvia-se e se possível muda de direção. Casou-se com preto, mas não gosta deles. Rigorosa com os filhos, tem surrado muito a filha para que deixe o costume de morder e brigar, mas já viu que não adianta. Mostra preferência pela caçula. Mantém amizade com os vizinhos, todos brancos.



d) Escolar branco rejeitando explicitamente devido a cor

**Caso 29** — Menino branco de 11 anos, filho de pai e mãe brasileiros, tendo sido selecionado para o estudo através da entrevista por ser um caso entre os poucos escolares, que rejeitaram o colega por motivo explícito da cor.

No lar o menino foi sempre quieto e obediente, e no norte, onde nasceu, não brincava com ninguém porque o pai não consentia. Atualmente tem um companheiro de brinquedo, menor do que ele. Aluno regular.

A família mudou do norte para São Paulo há 3 anos. O pai, autoritário, enérgico e carinhoso com o filho, procura ajudá-lo nos estudos. Não permite que o filho tenha amigos e brinque na rua, para não aprender coisas feias. No norte, o pai dirigiu um sítio com muitos empregados brancos e pretos. Era amigo de todos, porém, não deixava o filho brincar com ninguém por serem pessoas sem educação. Em São Paulo mudou-se da casa porque os vizinhos eram quase todos pretos. Enquanto morou nessa casa, para não desgostar os vizinhos, deixou o filho manter amizade com eles e quando mudaram, avisou o filho: "agora acabou-se a amizade, não são pessoas para você". Deseja que o filho tenha amizade com pessoas iguais ou melhores, mas não inferiores. Acha os pretos inferiores ao branco, opinião que procura encobrir. Deseja fazer o filho estudar, acha-o inteligente.

A mãe procura educar o filho aconselhando-o a ser delicado e atencioso. É ansiosa, não deixando o filho sair só, por temer que lhe aconteça alguma coisa. Trabalha fora e gosta das companheiras brancas e pretas.

Na escola, o menino tem sido aluno regular. Na entrevista, informou ele que só não gosta de um dos colegas que é o "Tarzan" da classe, o maior e o mais forte e provocador e que quer bater em todos. Este menino é branco e muito briguento. Entretanto respondendo ao questionário, preferiu um colega preto por ser seu amigo e um branco por ser bom e rejeitou um preto por ser muito preto, e um branco por ser intrometido. É interessante observar que as suas respostas pelo questionário diferem das informações que nos deu oralmente. O escolar branco, por ele rejeitado, foi o aluno preferido da classe e o mais adiantado; o escolar preto por ele preferido, também o preferiu como amigo. Durante a entrevista, portanto, negou ter rejeitado o colega preto afirmando que gosta dele por ele ser bonzinho.

Segundo os dados colhidos, o escolar assumiu atitudes contraditórias tendo por escrito rejeitado um colega por ele ser muito preto e oralmente afirmado que gosta muito desse colega por ser ele muito bom. Preferiu um colega preto por ser seu amigo; tendo sido preferido por esse mesmo colega pelo mesmo motivo da amizade, temos assim uma confirmação de que ambos são amigos. A amizade do escolar em questão por um colega preto apresenta interesse particular, visto o menino, desde muito criança, ter sido proibido pelo pai de brincar e manter amizade com pretos, por considerá-los inferiores. Nas atitudes do escolar preferindo um preto e rejeitando outro reflete-se possivelmente o seu conflito emocional diante do pai excessivamente rigoroso com o filho. Rejeitando oralmente o colega mais forte e o maior da classe por temê-lo transferia provavelmente para esse colega os sentimentos dirigidos contra o pai, porém, recalçados. Escondendo a rejeição por escrito do colega preto, mostrou censurar o motivo pelo qual o rejeitou: "porque o colega era muito preto", atitude que lhe é exi-



gida pelo pai. Por outro lado, rejeitando o aluno preferido e mais adiantado da classe, rejeitava o ideal do pai, que deseja não só que o filho seja um bom aluno mas ainda que se aproxime dos "brancos e melhores".

## 6 - CONCLUSÕES GERAIS E SUGESTÕES SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE BRANCOS, MULATOS E NEGROS

### INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

O estudo das atitudes raciais entre brancos, mulatos e negros foi realizado através da análise estatística das respostas de 4.520 escolares a um questionário sobre a escolha de colegas preferidos e rejeitados e pelo estudo de 29 famílias de escolares mais preferidos e mais rejeitados por meio da entrevista.

As relações de dependência, verificadas pelo cálculo de  $x^2$ , entre a cor, o sexo e a nacionalidade do que escolhe e a cor do escolhido foram devidas às atitudes do branco, determinando as atitudes de preferência e de rejeição de todos os escolares.

O escolar branco teve a preferência geral e acentuada de todos os escolares, seguindo-se com porcentagens muito mais baixas a preferência pelo negro, pelo japonês e finalmente pelo mulato. O fato de os escolares de cor também terem sido preferidos, mesmo pelo branco, prova que além da cor outros fatores atuaram na escolha do colega preferido.

Os escolares de cor indicaram uma ligeira preferência pelo colega de sua própria cor, tendo obtido as porcentagens de escolhas mais altas à custa dos votos dos escolares de cor correspondente à cor do escolhido. Esta observação coincide com uma das conclusões apresentadas por Aniela Meyer Ginsberg num estudo semelhante que procedeu entre os escolares da Bahia.

O mulato foi o grupo mais identificado com o branco, pois, seguindo o padrão de escolhas do branco, preferiu mais o negro ao próprio mulato.

A consciência de grupo baseada na intensidade com que cada grupo se escolheu foi acentuada entre os brancos, seguindo-se o japonês, o negro e finalmente o mulato. A análise do material mostrou que, de modo geral, a consciência de grupo foi mais acentuada entre os meninos do que entre as meninas e que a preferência pela colega branca foi maior entre as meninas. Esta diferença de atitudes entre os sexos parece permanecer através da idade, conforme uma das conclusões da pesquisa sobre Aceitação de Grupos



Nacionais, "Raciais" e Regionais realizada entre os estudantes universitários de São Paulo por Carolina Martuscelli. Segundo essa pesquisa, os estudantes do sexo masculino revelaram-se mais exclusivistas nas atitudes de exclusão de negros e mulatos do país, enquanto os estudantes do sexo feminino se mostraram com mais preconceito para a aceitação de pessoas de cor como cônjuge.

A observação das porcentagens das atitudes de preferência segundo a nacionalidade dos escolares que escolhem e a cor do escolhido evidencia que todos os escolares tiveram preferência pelo escolar branco, sendo mais acentuada a preferência entre os escolares com um dos progenitores brasileiro e outro estrangeiro. A situação marginal destes escolares segundo a nacionalidade dos pais, parece ter acentuado a sua preferência pelo branco como defesa de sentimentos de insegurança diante do grupo dominante de brancos brasileiros.

A relação de dependência, encontrada no cálculo de  $x^2$ , entre a cor do que rejeita e cor do rejeitado sobre o total geral, entre a cor do que rejeita e cor do rejeitado dentro de cada sexo e entre a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado, foi determinada por uma atitude comum e acentuada do branco contra o branco e pela identificação dos grupos de minoria com os ideais do grupo dominante.

As atitudes de rejeição do escolar branco constituíram um padrão e um estímulo para as atitudes de rejeição dos grupos de minoria, todos os grupos de cor rejeitando os diferentes colegas com a mesma intensidade das rejeições feitas pelo branco, as quais foram acentuadamente contra o branco, seguindo-se em ordem decrescente as rejeições contra o negro, o mulato e o japonês.

O fato de o maior número das rejeições dirigir-se contra o branco mostra que os grupos de minoria não atraíram contra si a maior carga de hostilidade.

Os escolares negros tendo sido mais rejeitados do que os mulatos, tanto entre os meninos como entre as meninas, dão apoio à hipótese de que a cor mais carregada do negro seria fator de rejeição, ao passo que o "branqueamento" gradativo da pele constituiria um fator atenuante da rejeição. Por outro lado, tendo sido o negro o que mais se rejeitou entre os escolares de cor, com sua própria rejeição estaria ele reafirmando as atitudes do branco como meio de defender-se de uma rejeição de fora maior, a qual uma rebelião aberta poderia acarretar. A repressão do ódio e de ressentimentos contra os brancos, por medo da contra-agressão destes, constituiu uma das conclusões a que chegamos em trabalho anterior sobre "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos", no qual estudamos uma Associação de negros, cujos líderes decidiram abandonar a tentativa de desenvolver a animosidade do negro contra o branco, quando



perceberam que estavam aumentando a reação do grupo dominante contra o negro.

Tendo o escolar branco recebido as porcentagens mais altas das atitudes de preferência e de rejeição, temos a impressão de que há uma atitude de ambivalência para o branco. Tanto o grupo dominante, como os de minoria, seguindo o padrão de escolhas dos brancos, derivaram para êstes a maior carga de seus sentimentos manifestos nas atitudes de preferência e de rejeição. Entretanto, esta atitude ambivalente para o branco traduz diferentes condições emocionais segundo a cor dos que preferiram e dos que rejeitaram. Assim, as atitudes de ambivalência do branco para o branco são, a nosso ver, aparentes, pois preferindo e rejeitando mais os próprios brancos, êstes escolares devem ter reagido com base numa atitude conseqüente a uma identificação com o branco e a um recalçamento de sentimentos em relação a pessoas de cor, visto que suas escolhas se fizeram dentro do grupo de escolares brancos, automaticamente pensando em colegas brancos e excluindo os de cor de suas cogitações afetivas.

Identificados com o branco, os escolares de cor também preferiram e rejeitaram mais o branco, porém, entre êles a duplicidade de atitudes para o branco parece corresponder a uma ambivalência real de seus sentimentos, dirigindo ao mesmo tempo amor e ódio ao branco, ideal desejado, porém, frustrador. Por outro lado, a identificação dos indivíduos de cor com o branco implica sentimentos hostis para com êles próprios, o que obrigatoriamente não aconteceria com o branco.

Comparando-se as porcentagens de preferência observadas (90,32% de brancos, 4,49% de negros, 3,51% de japoneses, 1,68% de mulatos) segundo a cor do escolhido, com as porcentagens da rejeição (87,46% contra o branco, 8,70% contra o negro, 2,84% contra o mulato, 1,01% contra o japonês) verificamos que os brancos e os japoneses obtiveram porcentagens de preferência mais altas do que as de rejeição, enquanto o negro e o mulato tiveram porcentagens de rejeição mais altas do que as de preferência.

As porcentagens das atitudes de preferência mais altas obtidas pelo branco e pelo japonês ocorreram à custa das atitudes dos componentes dos respectivos grupos, os quais, preferindo-se mais do que se rejeitando, demonstraram uma atitude de maior solidariedade e maior consciência grupal do que a observada entre os negros e os mulatos. O negro obteve porcentagem de rejeição mais alta do que de preferência devido às atitudes de rejeição do branco e do próprio negro. A situação do mulato foi conseqüente às atitudes do branco rejeitando-o em proporções mais altas do que o preferiu.



e às atitudes do próprio mulato preferindo mais o branco ou o negro a si próprio. O mulato, portanto, identificou-se com o branco ou com o negro.

Os motivos mais freqüentes da preferência dos escolares foram os traços de personalidade manifestos pela bondade, pelo bom comportamento, pela aplicação ao estudo e pelo companheirismo. Do nosso ponto de vista, a prevalência destes motivos parece corresponder a um dos meios com que o escolar lidou com os sentimentos de amor e ódio. Valorizando os sentimentos de "bondade" e de "amizade", o "bom comportamento" e a "aplicação aos estudos", o escolar não somente se opôs aos seus sentimentos de "maldade" e "hostilidade", mas também se protegeu da agressão de fora, aceitando as atitudes e as atividades deles esperadas. Entretanto, dada a relação de dependência entre a cor do que escolhe e cor do preferido e não tendo sido explicitamente mencionado nem um motivo referente à cor, levantamos a hipótese de a expressão das atitudes ligadas à cor ter sido censurada e encoberta por uma identificação do branco com "boas qualidades" e do negro com "más qualidades".

As observações referentes aos motivos de rejeição entre os escolares evidenciam que a rejeição por motivos explicitamente raciais foi mínima, correspondendo a 0,22% das respostas. Com base nesta observação e considerando a relação de dependência entre a cor do que rejeita e cor do rejeitado, conforme o  $\chi^2$  encontrado, parece-nos que os sentimentos hostis relacionados com a cor foram censurados, racionalizados e apresentados sob os termos mais freqüentes de "mau aluno, maldoso, mal educado".

Radke, Sutherland e Rosenberg procedendo a um estudo sobre as atitudes raciais entre os escolares de uma escola de Pittsburgh, onde as crianças negras constituíam 75 a 85% da população escolar, chegaram à mesma conclusão sobre a preferência e a rejeição, apresentando-a nos seguintes termos: "as atrações e repulsões expressas por crianças negras e brancas em questões de amizade estão relacionadas com as suas percepções dos característicos da personalidade de cada raça. Estas percepções em que os característicos indesejáveis são atribuídos às crianças negras e os desejáveis às crianças brancas são consistentes com os desejos das crianças negras e brancas de terem crianças brancas como amigas".

## INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLHIDOS ATRAVÉS DA ENTREVISTA

Entrevistando os escolares, seus pais e professores, procuramos obter elementos para confirmar ou infirmar as hipóteses sugeridas



pela análise estatística sobre a relação de dependência entre a cor do que escolhe e cor do escolhido. O objetivo das entrevistas foi estudar os sentimentos, as atitudes, as racionalizações e os estereótipos relacionados com a cor dos indivíduos e a interação resultante entre brancos, mulatos e negros.

Foram entrevistados 29 casos escolhidos entre os mais típicos de preferência e de rejeição, escolhendo aqueles escolares que tivessem alcançado acima de 20% dos votos dos colegas de classe. Nesta base, foram votados como os mais preferidos 52 escolares brancos, 1 negro e 1 japonês, e como os mais rejeitados 79 brancos, 10 negros e 1 mulato. Dêstes escolares estudamos: 13 brancos preferidos, 9 brancos rejeitados, 5 negros rejeitados, 1 mulato rejeitado e 1 branco rejeitando colega branco.

As informações dos pais e dos professores sobre os 13 escolares brancos mais preferidos foram concordes na afirmação de que êstes escolares eram bons filhos e bons alunos, sendo amigos de todos e queridos por todos. O ambiente familiar dêstes alunos caracterizou-se, em geral, pela harmonia reinante entre os membros da família, onde os escolares recebiam, no amor e nas atitudes compreensivas dos pais, apoio e estímulo para o desenvolvimento de qualidades positivas. Em outras palavras, podemos dizer que, nas atitudes de compreensão afetiva dos pais, os escolares encontravam apoio para a sublimação de impulsos não aceitos pelo grupo social.

O estudo dos casos de escolares brancos preferidos mostra que os motivos prevalentes na determinação da preferência foram a ausência de hostilidade nas atitudes do preferido e sua posição de destaque como aluno adiantado. Considerando que os escolares em estudo se encontravam no período de latência do desenvolvimento psico-sexual, podemos compreender a ênfase que êles puseram na valorização do aluno com bom aproveitamento escolar e na condenação das manifestações hostis. Nesta fase do desenvolvimento, o pré-adolescente tem as suas energias psíquicas intensamente empenhadas na sublimação de impulsos associativos. Preferindo o colega "bondoso" e o "bom aluno" os escolares projetaram nos colegas o próprio ideal, assim reforçando as suas defesas contra os próprios impulsos associativos. Por sua vez, o escolar preferido sendo "bondoso" e "bom aluno", isto é, correspondendo aos ideais do grupo, inconscientemente obtinha apoio para levar adiante o seu processo de socialização.

O fato de todos os escolares mais preferidos serem brancos, com exceção de um negro, reforça a hipótese de que êles identificaram o branco com as boas qualidades. A escolha de um negro preferido indica que esta identidade pode ser superada, quando o negro apresenta "qualidades de branco".



Observando as atitudes dos pais dos escolares mais preferidos em relação às pessoas de côr, verificamos que a maioria dêles manifestou atitude favorável às pessoas de côr, nos seguintes termos: "os pretos são pessoas honestas"; "mantemos amizade com os pretos"; "não fazemos restrições aos pretos desde que sejam bons"; "o mérito das pessoas está na instrução e não na côr"; "há bons e maus entre os brancos e os pretos".

Os 3 pais de escolares mais preferidos que demonstraram atitudes desfavoráveis para o negro, sempre racionalizaram os seus sentimentos de hostilidade contra o negro mostrando assim uma necessidade de justificar-se para aliviar-se dos sentimentos de culpa que acompanham os sentimentos hostis ligados à discriminação, nos seguintes termos: "são pessoas inferiores; não prestam; são vagabundos, macumbeiros, bêbados, jogadores, relaxados, briguentos, maldosos".

Parece que a segurança afetiva dentro da família foi fator atenuante dos sentimentos de discriminação racial, pois, os pais que se expressaram desfavoravelmente eram pessoas com dificuldades neuróticas nas relações intra-familiares.

Os motivos de rejeição contra os escolares brancos mais rejeitados ("ruim, briguento, mal comportado, vadio, mal educado, sujo, covarde, parecido com mulher") mostram que as expressões da agressividade na forma de hostilidade e de malôgro em corresponder aos ideais dos pais e professores constituíram os estímulos evidentes da rejeição. As informações colhidas no lar sôbre a personalidade dêsses escolares revelaram tratar-se de crianças que também no lar apresentavam sintomas de desajustamento psíquico e problemas de conduta. Uns reagindo com agressividade direta contra o ambiente através da desobediência, da teimosia, da hostilidade e da fuga do lar; outros reagindo agressivamente contra o ambiente, porém, na forma de retirada, isto é, tornando-se tímidos, hipersensíveis, com mêdos exagerados, sujos e vadios.

Pelo estudo das condições dêsses lares pudemos averiguar que êsses escolares viveram, desde a mais tenra idade, frustrações intensas, ocasionando-lhes sérios conflitos emocionais, que se expressavam nos sintomas de hostilidade exagerada contra o ambiente ou de retirada. Os escolares brancos rejeitados encontravam-se dentro de um círculo vicioso, pois, suas atitudes contendo um sentido de protesto contra o sentimento de não ser querido dentro da família atraíam, cada vez mais, a rejeição de um ambiente maior, estimulando a rejeição dos colegas e dos professores.

Situações de conflitos emocionais e de desorganização da família foram encontradas em quase todos os lares dos escolares brancos mais



rejeitados. A quebra da organização do lar, o alcoolismo e a hostilidade de mães ansiosas deram aos escolares uma situação de insegurança afetiva, as quais inadequadamente os escolares procuravam superar através dos sintomas.

Quanto às atitudes dos pais dos escolares brancos mais rejeitados em relação às pessoas de cor, somente 3 deles mostraram-se favoráveis aos negros, os quais eram pessoas com ajustamento adequado da personalidade, enquanto as mães eram ansiosas e inseguras, porém, seguiam os maridos na opinião favorável às pessoas de cor, e descarregavam a sua hostilidade contra os filhos. Em outros casos, as atitudes das mães e de um dos pais foram abertamente contra os negros nos seguintes termos: "somente 15% dos negros são bons, os outros se relaxam"; "os pretos têm o cérebro mais fraco do que os brancos"; "evitariam que a filha se casasse com pessoa de cor"; "os negros são sífilíticos e perversos".

Os motivos de rejeição dos escolares contra os colegas negros mais rejeitados foram os seguintes: ruim, briguento, malcriado, mal comportado, mal educado, copiador. Segundo informações da família, estes escolares negros no lar também eram agressivos, briguentos, desobedientes, teimosos e vagabundos com exceção de uma menina que foi considerada boa filha. As informações da família, portanto, confirmaram que esses escolares apresentavam problemas da personalidade e da conduta na forma de hostilidade contra o ambiente e falta de aplicação aos deveres escolares.

Os dados referentes à organização do lar e ao ajustamento da personalidade dos pais evidenciam situações traumatizantes e desfavoráveis ao desenvolvimento psíquico da criança. A ilegitimidade, a promiscuidade, a orfandade, o alcoolismo, a separação dos pais, a hostilidade entre os pais e destes para os filhos foram as situações encontradas. Todos os escolares de cor viviam sob condições que constituíam estímulos intensos e freqüentes para o desenvolvimento do ódio e do medo, dadas as personalidades neuróticas dos pais e a situação de abandono afetivo dos filhos. O estudo das condições da infância dos pais destes escolares conduz à mesma conclusão de que eles possuíam personalidades neuróticas devido às condições desfavoráveis sofridas na infância, evidenciando-se assim a transmissão da neurose dos pais para os filhos por via social.

Comparando-se as condições dos lares dos escolares brancos mais rejeitados com as condições dos lares dos escolares negros mais rejeitados, verificamos que nos lares dos últimos os insultos do ambiente foram muito mais fortes devido a piores condições de ajustamento das personalidades dos pais e a piores condições econômicas, sociais e culturais. O escolar negro estava, pois, enfrentan-



do maiores obstáculos para desenvolver uma personalidade sadia, que lhes possibilitasse boas relações com os objetos exteriores e eficiência nos estudos.

Donald Pierson em uma de suas conclusões no seu estudo "Negroes in Brazil" refere-se ao "status" desvantajoso do negro nos seguintes termos: "...considering the original slave status of the Negro, his relatively disadvantaged position upon receiving his liberty, and the comparatively brief time he has enjoyed a freely competitive status, the darker portion of the population is still concentrated in the low-pay, low-status employments".

As atitudes dos pais negros com referência à côr demonstram que êles mantêm hostilidade contra as pessoas de côr e, portanto, contra si próprios, tendo introjetado os ideais do branco. O resultado de tal introjeção é que êles se encontram tratando os negros e a si próprios como são tratados pelo branco. Tendo reprimido a hostilidade contra o branco como defesa, deslocaram a agressividade para o negro, conservando o branco como o ideal desejado e amado, porém, também odiado e temido.

O ódio e o mêdo objetivados nos estereótipos referentes à côr foram transmitidos à criança principalmente pelos próprios pais negros. Considerados pelos brancos como inferiores, maus, bêbados, ladrões, macumbeiros, vagabundos e briguentos e tendo introjetado êstes conceitos, em geral, as pessoas de côr passam a tratar o negro e a si próprios com desprezo e ódio, sentimentos êstes que vão influir nos desajustamentos da personalidade, nos conflitos entre os membros da família e na desorganização do grupo familiar.

Os negros estudados encontram-se assim de um lado na situação de serem considerados maus e de outro sob a exigência de "tornarem-se brancos", isto é, "bons" e eficientes cumpridores dos deveres sociais.

Vivendo o conflito entre ser "negro" e "não querer ser negro", equivalente ao conflito entre "ser mau" e "ser bom", as pessoas de côr sucumbem freqüentemente ao conflito, autopunitivamente exibindo traços de personalidade que são tomados como confirmação dos estereótipos que lhes são dirigidos. Outros derivam o conflito na luta pela aquisição de característicos de branco procurando remover "o cabelo ruim" pelo alisamento, procurando instruir-se, elevar seu "status" ocupacional, segregar-se do negro e ligar-se ao branco. Entre os mulatos a fuga do negro por meio dêstes recursos é mais acentuada, conseguindo integrar-se no grupo dominante, também pelo casamento com brancos.

O fato de o mulato com "característico de branco" conseguir integrar-se no grupo de brancos milita a favor da tese pela qual a dis-



criminação do branco contra o negro corresponde a um preconceito de cor e não de raça.

De 8.072 respostas sobre os motivos pelos quais os escolares rejeitavam os colegas, apenas em 18 respostas apareceu explicitamente um motivo racial, nos seguintes termos: 11 escolares responderam que não gostariam de sentar-se com o colega porque "ê ele é muito preto", "é de cor", "é um negrinho mal educado", "é moreno"; 5 escolares rejeitaram o colega porque "ê ele é japonês", 1 porque "ê ele é sírio", e 1 porque "ê ele é cabeça chata". Dêstes escolares 15 eram brancos, 2 japoneses e 1 mulato.

Observando os termos em que os escolares negros foram rejeitados verificamos que a expressão "negro" não foi usada, tendo apenas um escolar empregado o termo negrinho. Preto, de cor e moreno foram as expressões empregadas demonstrando-se assim que os escolares censuraram a palavra "negro", que é geralmente usada como xingamento. Esta mesma atitude de evitar o termo "negro" foi observada nas entrevistas com os adultos.

Escolhendo ao acaso um dos 18 escolares que rejeitou o colega explicitamente por causa da cor, o estudo recaiu sobre um escolar branco que rejeitou um colega negro "por ser muito preto" e preferiu outro colega negro "por ser seu amigo". O estudo do caso revelou que êste escolar era filho único e vinha sendo submetido a uma educação excessivamente severa por parte do pai. Uma das inúmeras exigências do pai era proibir o filho de brincar com crianças negras. Pudemos interpretar as atitudes de ambivalência do escolar, preferindo a um colega negro como seu amigo e rejeitando outro colega negro por ser "muito preto", como projeção dos seus conflitos emocionais na relação com o pai.

O estudo dêste caso como o de outros, evidencia que a criança é influenciada pelas atitudes dos pais com respeito às pessoas de cor, porém, que ela as re-elabora, mantendo-as com maior ou menor tenacidade, segundo os afetos operantes nas relações com os pais.

### MECANISMOS PSIQUICOS EVIDENCIADOS

O estudo das atitudes de preferência e de rejeição e o estudo de casos de escolares mais preferidos e mais rejeitados evidenciam que a interação entre o grupo dominante e os grupos de minoria, no que se refere à cor, se deu através dos seguintes mecanismos psíquicos: a) atitudes recalçadas do branco em relação às pessoas de cor; b) atitude de ambivalência do mulato e do negro para com o branco; c) introjeção dos ideais do branco; d) censura e racionalização das atitudes de discriminação.



a) Conseqüente ao recalçamento do branco, no que se refere aos sentimentos e às atitudes de discriminação em relação às pessoas de côr, o branco tem a sua atenção e os seus sentimentos interessados e voltados para o próprio branco. Por conseguinte, menor carga dos sentimentos de amor e de hostilidade manifestos são dirigidos para os grupos de minoria, o que permite o estabelecimento de relações aparentemente pacíficas entre brancos, mulatos e negros.

b) Atitude de ambivalência das pessoas de côr, consistindo em o branco ser ao mesmo tempo o objeto de amor e de ódio contribui para a inibição da consciência grupal e para a idealização do branco como um meio de anular o ódio dirigido ao branco.

c) Brancos, mulatos e negros, dando os mesmos motivos de preferência e de rejeição de colegas, evidenciam que todos tinham introjetado os mesmos ideais quanto aos tipos aceitos e não aceitos de personalidade. A ausência de agressividade destrutiva constituiu o motivo unânime da preferência dos escolares na escolha dos companheiros de banco, assim como a hostilidade e o malôgro no cumprimento dos deveres pessoais e sociais foram os motivos da rejeição. Acresce, porém, que o material colhido através das entrevistas com os pais demonstrou que, em geral, os negros foram categoricamente vistos como pessoas com más qualidades. Este pré-julgamento introjetado por brancos, mulatos e negros influencia o estabelecimento do "status" social entre êles.

Na base do recalçamento dos sentimentos e de um pré-julgamento desfavorável em relação às pessoas de côr, estas foram automaticamente excluídas de serem alvo da atenção dos escolares brancos, explicando-se assim que o maior número das escolhas de preferência e de rejeição do branco tivesse recaído sôbre os escolares brancos, e em pequena proporção sôbre os grupos de côr.

A introjeção dos ideais do branco por parte dos mulatos e negros resultou que os escolares de côr se comportassem com as mesmas atitudes dos brancos, manifestando a sua preferência e a sua rejeição principalmente em relação ao branco. Introjetando também as atitudes negativas dos brancos para com os de côr, êstes se encontram emocionalmente sobrecarregados mantendo dentro de si um conceito negativo e dirigido para a própria pessoa, o que dá origem a conflitos psíquicos e distúrbios da personalidade.

Estudando a dinâmica da personalidade do negro, Kardiner e Ovesey concluíram que os conflitos do negro são devidos ao fato de sua adaptação ser primariamente qualificada pela côr da pele, com que a sua auto-estima sofre porque êle está continuamente recebendo uma imagem desagradável de si próprio através do comportamento dos outros para com êle.



De acôrdo com os dados colhidos nas entrevistas, dada a introjeção dos ideais do branco, o negro desenvolve o ódio contra si próprio e contra o branco, de cujo ódio recalcado resultam a baixa auto-estima, as más qualidades que lhe são atribuídas como intrínsecas, a idealização do branco e o esforço de ser branco.

d) Embora o fator côr tivesse determinado o padrão das atitudes de preferência e de rejeição entre os escolares, a côr dos preferidos não foi mencionada, tendo sido citada a côr dos rejeitados apenas por 18 escolares dos 4.520 escolares inqueridos. Tal fato evidencia que a discriminação na base da côr foi encoberta, devido à censura dos escolares referente ao preconceito de côr.

As entrevistas com os adultos demonstraram, com poucas exceções, que os brancos procuram esconder a sua atitude desfavorável para com os mulatos e negros de diferentes formas: uns utilizando-se de expressões como "há bons e maus entre brancos e pretos", "são todos humanos", "o que faz as pessoas diferentes é a educação e a instrução", porém revelando resistência para aceitar as pessoas de côr em alguns aspectos da vida mais íntima, como por exemplo para cônjuge; outros pronunciando-se abertamente contra os negros, mas, justificando-se pela afirmação de que são perversos, maus, bêbados, deshonestos, vagabundos, ladrões e macumbeiros. Tendo os escolares brancos revelado uma identificação com o branco, todos êles afirmaram durante a entrevista que gostavam tanto de brancos como de pretos, que tanto brincavam com uns como com outros e que não faziam diferença de côr. Nenhum dêles explicou que havia rejeitado o colega negro nos têrmos em que os pais se dirigiram contra os negros, porém apesar desta censura contra os têrmos pejorativos referentes aos negros, os escolares reagiram firmados na discriminação. Se os escolares não se expressaram por meio de estereótipos como os adultos, suas atitudes de preferência e de rejeição foram influenciadas por êles. Esta observação corresponde à verificação de Otto Kleineberg de que "os estereótipos se tornam uma realidade psicológica de importância primordial, a qual exerce uma influência determinada sôbre as relações entre grupos e sôbre o comportamento de cada grupo".

Da necessidade psicológica de o branco justificar a sua discriminação com base na côr resultou a identidade do branco com as boas qualidades e do negro com as más qualidades, dêste modo ocultando-se e racionalizando-se as atitudes de preconceito. A generalização dos conceitos obtidos em experiências individuais foi também utilizada para justificar a discriminação.

Helen Lean considera a necessidade interminável de racionalizações referentes ao preconceito racial como indicação de que ne-



nhum grupo ou indivíduo se sente inteiramente confortável com os seus preconceitos, por causa da vergonha e da culpa produzidas pelo ódio. Em apoio a esta afirmativa temos a observação de que os pais neuróticos, sujeitos a sentimento de culpa, foram os que manifestaram as atitudes mais acentuadas e mais declaradas de discriminação.

Nos lares onde havia harmonia entre pais e filhos e segurança emocional, os pais demonstravam aceitar as pessoas de côr, enquanto nos lares em conflito, os pais apresentavam atitudes hostis contra os negros. Entre as pessoas estudadas, a acentuação ou a atenuação das atitudes de discriminação racial variou com o grau maior ou menor de comprometimento da personalidade por distúrbios neuróticos. Valemo-nos das palavras de Helen Lean para interpretar esta observação: "as atitudes pessoais acêrca de inferioridade ou superioridade racial, de ódio ou desprêzo por um ou mais grupos, são uma manifestação de conflito neurótico deslocado".

Verificando que em suas atitudes referentes à côr os escolares refletiam as atitudes dos pais ou reagiram contra elas conforme o seu ajustamento emocional com os pais, concluímos que um dos meios mais indicados para o melhor estabelecimento de relações raciais consiste em ajudar a criança a estabelecer os laços afetivos com pais e irmãos com base no amor, ou, em outras palavras, ajudar a criança a desenvolver a capacidade de amar e de usar a sua agressividade em sentido construtivo.

### QUADRO 1

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a côr do que escolhe e côr do escolhido, calculadas sôbre o total geral de questionários aproveitados.

Côr do que escolhe	CÔR DO ESCOLHIDO				
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	79,18	1,44	3,33	2,37	86,32
Mulato .....	2,57	0,09	0,16	0,07	2,89
Negro .....	5,59	0,13	0,89	0,25	6,86
Japonês .....	2,98	0,02	0,11	0,82	3,93
TOTAIS .....	90,32	1,68	4,49	3,51	4506



## QUADRO 2

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que escolhe e cor do escolhido, calculadas em relação aos totais dos grupos de cor.

Cor do que escolhe	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	91,72	1,67	8,86	2,76	2890
Mulato .....	89,23	8,08	5,38	2,81	180
Negro .....	81,55	1,94	12,95	3,56	309
Japonês .....	75,71	0,50	2,88	20,90	177

## QUADRO 3

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos do sexo masculino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que escolhe e cor do escolhido, calculadas sobre o total das escolhas dos meninos.

Cor do que escolhe	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	77,62	1,30	4,10	3,18	86,20
Mulato .....	2,80	0,04	0,04	0,09	2,97
Negro .....	5,26	0,04	0,82	0,81	6,48
Japonês .....	3,36	0	0,04	1,00	4,40
TOTALS .....	89,04	1,38	5,00	4,58	2819

## QUADRO 4

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos do sexo feminino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que escolhe e cor do escolhido calculadas sobre o total das escolhas das meninas.

Cor do que escolhe	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	80,84	1,60	2,52	1,51	86,47
Mulato .....	2,33	0,14	0,27	0,05	2,79
Negro .....	5,94	0,23	0,96	0,18	7,31
Japonês .....	2,56	0,05	0,18	0,64	3,43
TOTALS .....	91,67	2,02	3,93	2,38	2187



**QUADRO 5**

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos do sexo masculino, dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que escolhe e cor do escolhido, calculadas sobre o total de cada grupo de cor.

Cor do que escolhe	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	90,05	1,50	4,75	8,70	1999
Mulato .....	94,20	1,45	1,45	2,90	69
Negro .....	81,88	0,87	12,75	4,70	149
Japonês .....	76,47	0	0,98	22,55	102

**QUADRO 6**

Distribuição das porcentagens de escolhas dos alunos do sexo feminino, dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que escolhe e cor do escolhido, calculadas sobre o total de cada grupo de cor.

Cor do que escolhe	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	92,50	1,85	2,91	1,74	
Mulato .....	88,61	4,92	9,84	1,63	
Negro .....	81,25	3,12	13,18	2,50	
Japonês .....	74,67	1,38	5,33	18,67	
TOTALS .....	91,68	2,01	3,93	2,38	

**QUADRO 7**

Distribuição das porcentagens das escolhas dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a nacionalidade do que escolhe e cor do escolhido, calculadas sobre o total geral de questionários aproveitados.

Nacionalidade dos pais	COR DO ESCOLHIDO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Ambos brasileiros ...	57,35	1,15	3,11	1,83	63,44
Ambos estrangeiros .	15,71	0,25	0,48	1,12	17,56
Um brasileiro e outro estrangeiro .....	17,48	0,22	0,73	0,50	19,00
TOTALS .....	90,54	1,62	4,32	3,50	4366



## QUADRO 8

Distribuição das porcentagens das escolhas dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a nacionalidade do que escolhe e côr do escolhido, calculadas sôbre o total de cada grupo de nacionalidade.

Nacionalidade dos pais	CÔR DO ESCOLHIDO				TOTAIS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Ambos brasileiros ...	90,40	1,80	4,91	2,89	2770
Ambos estrangeiros .	89,44	1,43	2,74	6,89	767
Um brasileiro e outro estrangeiro .....	92,04	1,21	3,86	2,89	829

## QUADRO 9

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a côr do que rejeita e côr do rejeitado, calculados sôbre o total geral de questionários aproveitáveis.

Côr do que rejeita	CÔR DO REJEITADO				TOTAIS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	76,25	2,34	6,69	0,85	86,43
Mulato .....	2,49	0,09	0,23	0,02	2,83
Negro .....	5,48	0,27	1,12	0,05	6,92
Japonês .....	3,24	0,13	0,36	0,09	3,82
TOTAIS .....	87,46	2,83	8,40	1,01	4451

## QUADRO 10

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a côr do que rejeita e côr do rejeitado, calculados sôbre o total de cada grupo de côr.

Côr do que rejeita	CÔR DO REJEITADO				TOTAIS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	88,23	2,70	8,08	0,99	8847
Mulato .....	88,10	3,17	7,94	0,79	126
Negro .....	79,22	3,90	16,23	0,65	308
Japonês .....	84,71	3,53	9,41	2,35	170



**QUADRO 11**

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos do sexo masculino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de votos dos meninos.

Cor do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	75,83	2,85	6,53	1,44	86,65
Mulato .....	2,61	0,09	0,17	0,04	2,91
Negro .....	5,86	0,80	0,79	0,04	6,49
Japonês .....	3,53	0,22	0,39	0,13	4,27
TOTALS .....	87,83	3,14	7,88	1,65	2296

**QUADRO 12**

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos do sexo feminino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de votos das meninas.

Cor do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	76,70	2,13	7,47	0,23	86,53
Mulato .....	2,37	0,09	0,28	0	2,74
Negro .....	5,61	0,23	1,48	0,05	7,37
Japonês .....	2,92	0,05	0,32	0,05	3,34
TOTALS .....	87,61	2,50	9,55	0,33	2155

**QUADRO 13**

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos do sexo masculino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de votos de cada grupo de cor.

Cor do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	87,84	2,93	7,57	1,66	1082
Mulato .....	89,55	2,99	5,97	0,49	67
Negro .....	82,56	4,69	12,08	0,67	149
Japonês .....	82,65	5,10	9,19	3,06	98



## QUADRO 14

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos do sexo feminino dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a cor do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de votos de cada grupo de cor.

Cor do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Branco .....	88,68	2,47	8,68	0,27	1865
Mulato .....	86,44	8,39	10,17	0	69
Negro .....	76,10	3,14	20,18	0,68	159
Japonês .....	87,50	1,89	9,72	1,89	72

## QUADRO 15

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de questionários aproveitáveis.

Nacionalidade do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Brasileiros .....	54,57	2,08	6,16	0,55	68,36
Estrangeiros .....	15,51	0,42	1,44	0,28	17,60
Mistos .....	17,37	0,28	1,11	0,26	19,02
TOTALS .....	87,45	2,78	8,71	1,04	4812

## QUADRO 16

Distribuição das porcentagens de votos dos alunos dos grupos escolares do Município de São Paulo, segundo a nacionalidade do que rejeita e cor do rejeitado, calculadas sobre o total de cada grupo de nacionalidade.

Nacionalidade do que rejeita	COR DO REJEITADO				TOTALS
	Branco	Mulato	Negro	Japonês	
Brasileiros .....	86,10	8,29	9,78	0,88	2788
Estrangeiros .....	88,14	2,87	8,17	1,82	759
Mistos .....	91,37	1,47	5,88	1,34	820



**QUADRO 17**

**DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS SEGUNDO OS MOTIVOS DE PREFERÊNCIA**

QUALIDADES APRECIADAS	RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO			
	Mas.	% sobre total masc.	Fem.	% sobre total fem.
1 — Bom (bondoso)	1101	27,62	1854	47,32
2 — Amizade (amigo, companheiro, gosta dele ou dela, gosta de mim)	1229	30,83	874	22,51
3 — Bom aluno (comportado, aplicado, quieto, não conversa)	1045	26,22	605	15,44
4 — Bem educado (obediente, agradável, prestativo, carinhoso)	447	11,24	445	11,35
5 — Outros motivos (bonito, prestígio, limpo, vizinhança)	164	4,09	140	3,58
<b>TOTAIS</b>	<b>3986</b>	<b>100,00</b>	<b>3918</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO 18**

**DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS SEGUNDO OS MOTIVOS DE REJEIÇÃO**

QUALIDADES NÃO APRECIADAS	RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO			
	Masc.	% sobre total masc.	Fem.	% sobre total fem.
1 — Mau aluno (conversador, vadio, copiador, cabulador)	1717	42,04	1528	38,31
2 — Mau (ruim, briguento, provocador, mentiroso)	1530	37,46	1448	36,51
3 — Mal educado (malcriado, desobediente, mau caráter, faz coisa feia, sem vergonha, burro, chorão, chupa o dedo, esquisito, desmazelado)	496	12,15	370	9,28
4 — Inimizade (não gosta dele, não gosta de mim, mau amigo)	204	4,49	438	10,97
5 — Outros motivos (sujo, feio, pobre, preconceito racial, "mariquinha")	137	3,36	204	5,13
<b>TOTAIS</b>	<b>4084</b>	<b>100,00</b>	<b>3988</b>	<b>100,00</b>



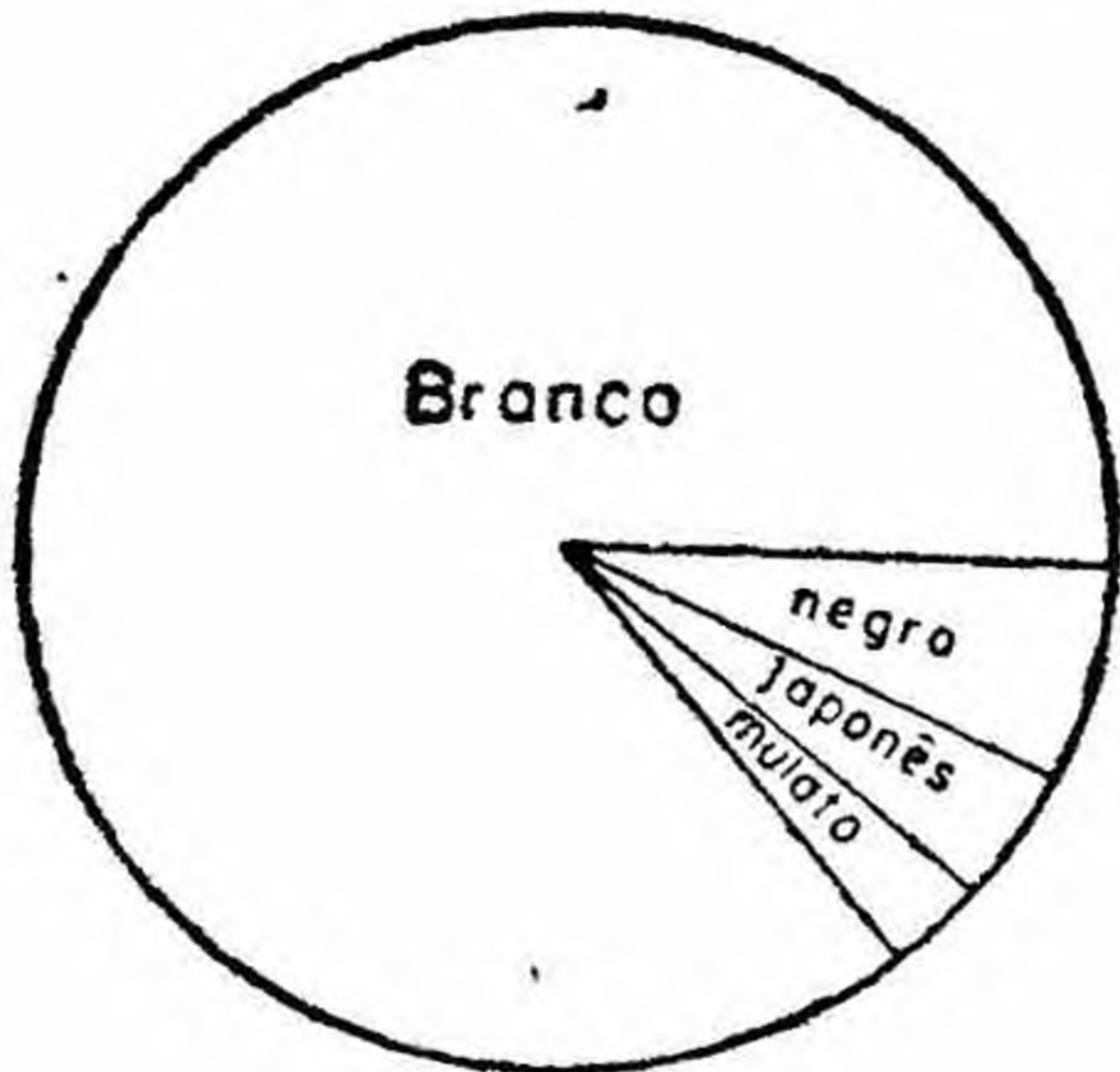


GRÁFICO I (Quadro 1)  
Distribuição dos escolares segundo a cor.

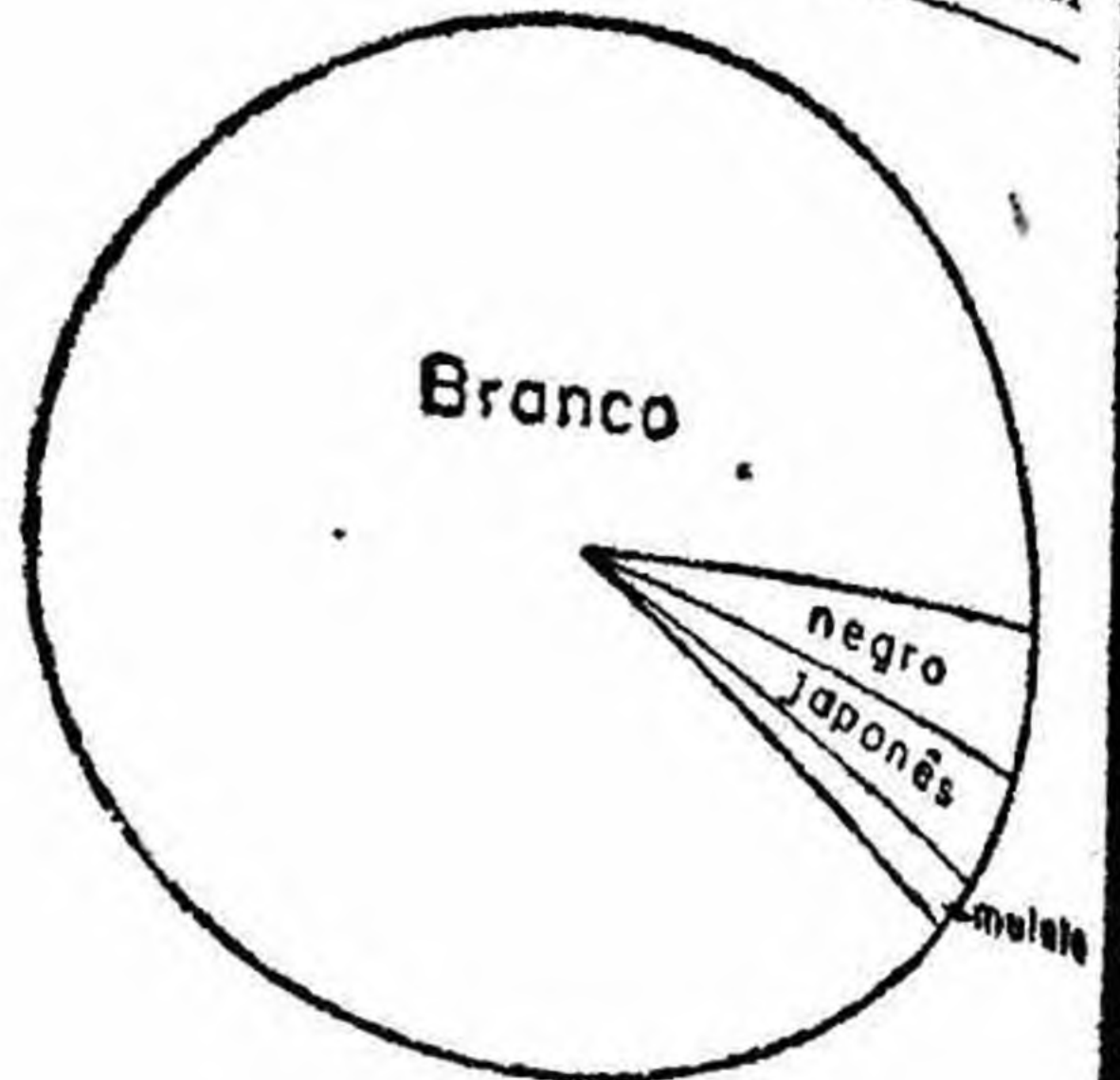


GRÁFICO II (Quadro 1)  
Distribuição das escolhas segundo a cor dos escolhidos.

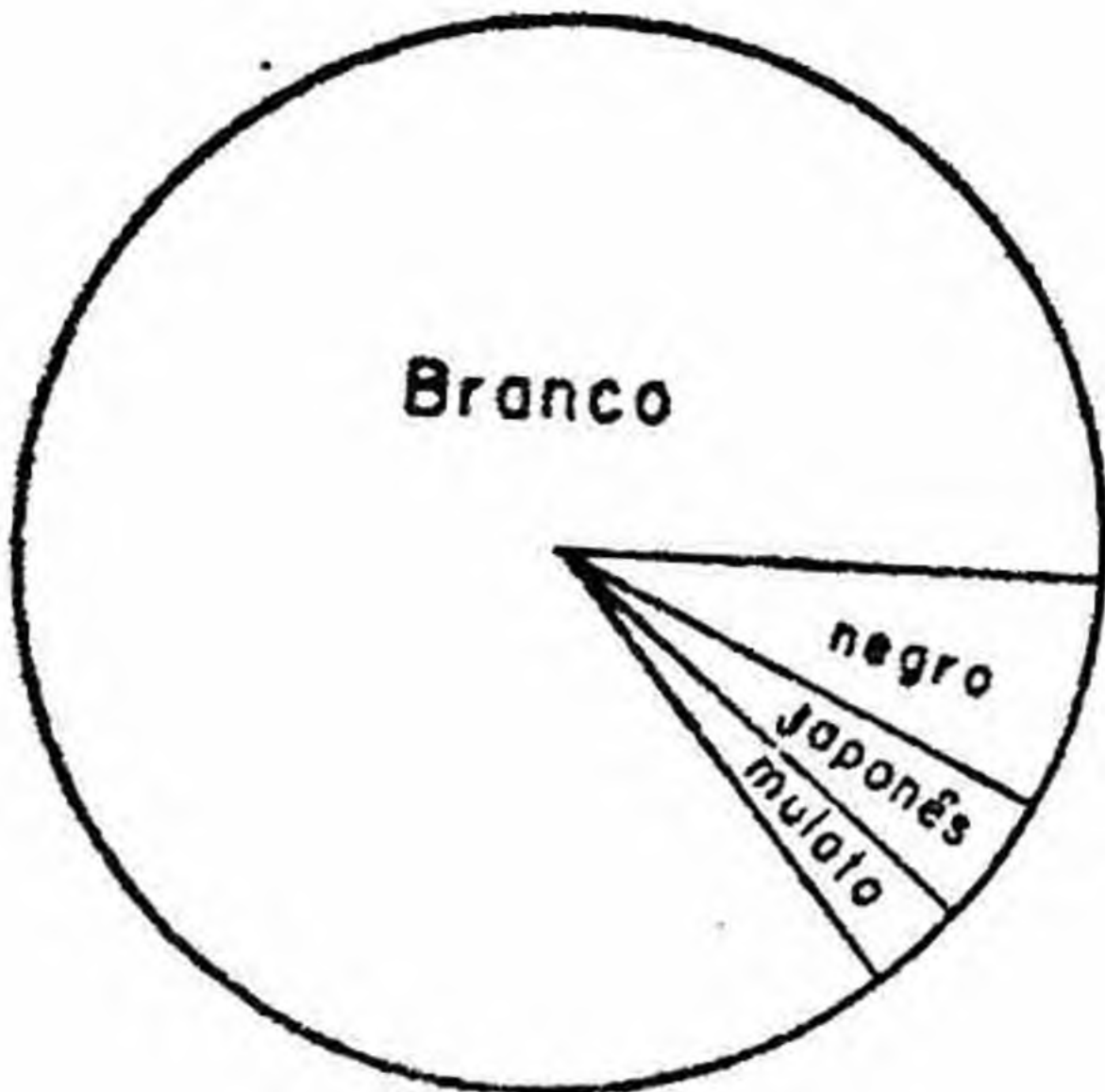


GRÁFICO III (Quadro 2)  
Distribuição das escolhas feitas por brancos.

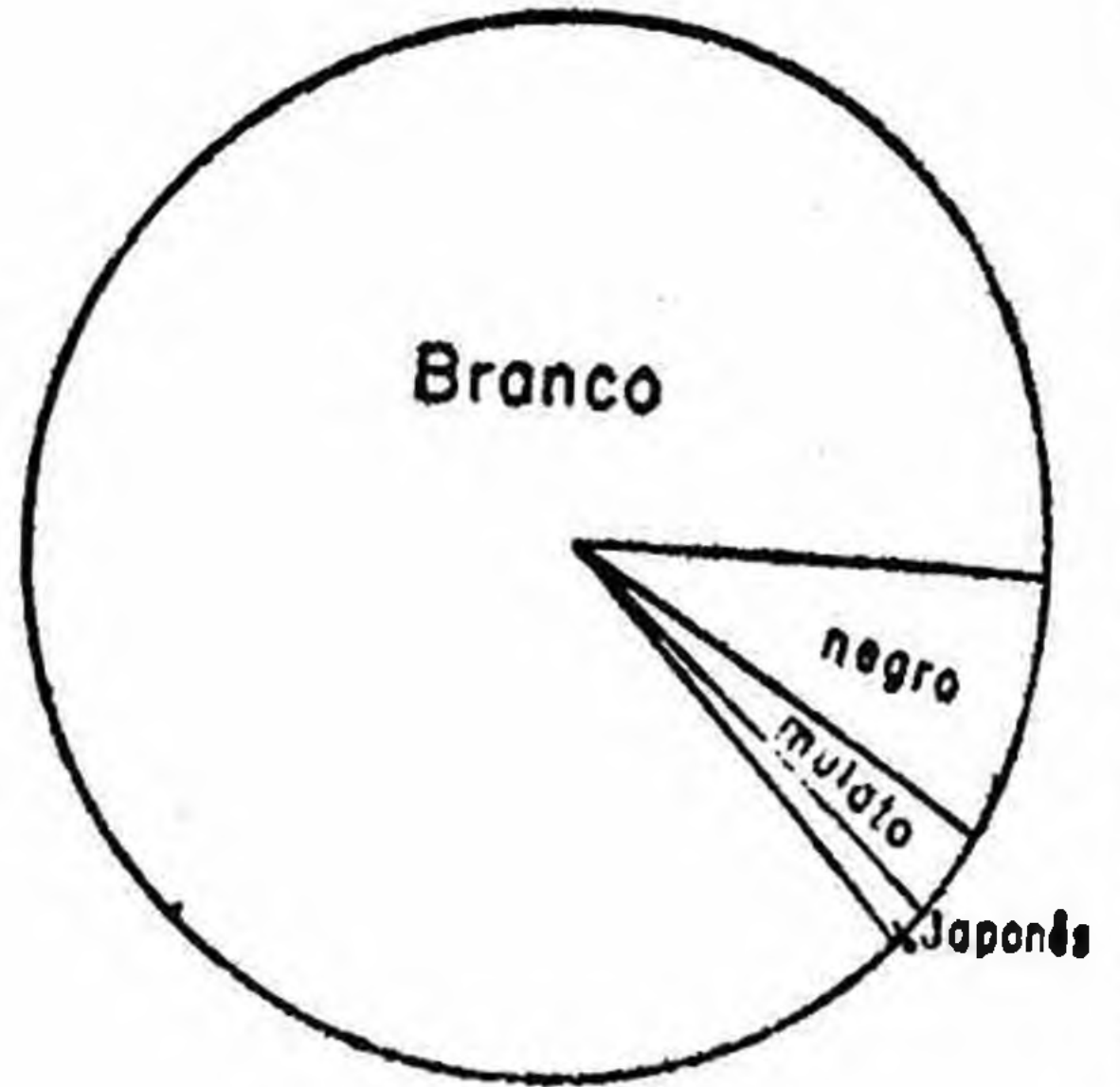


GRÁFICO IV (Quadro 2)  
Distribuição das escolhas feitas por mulatos.

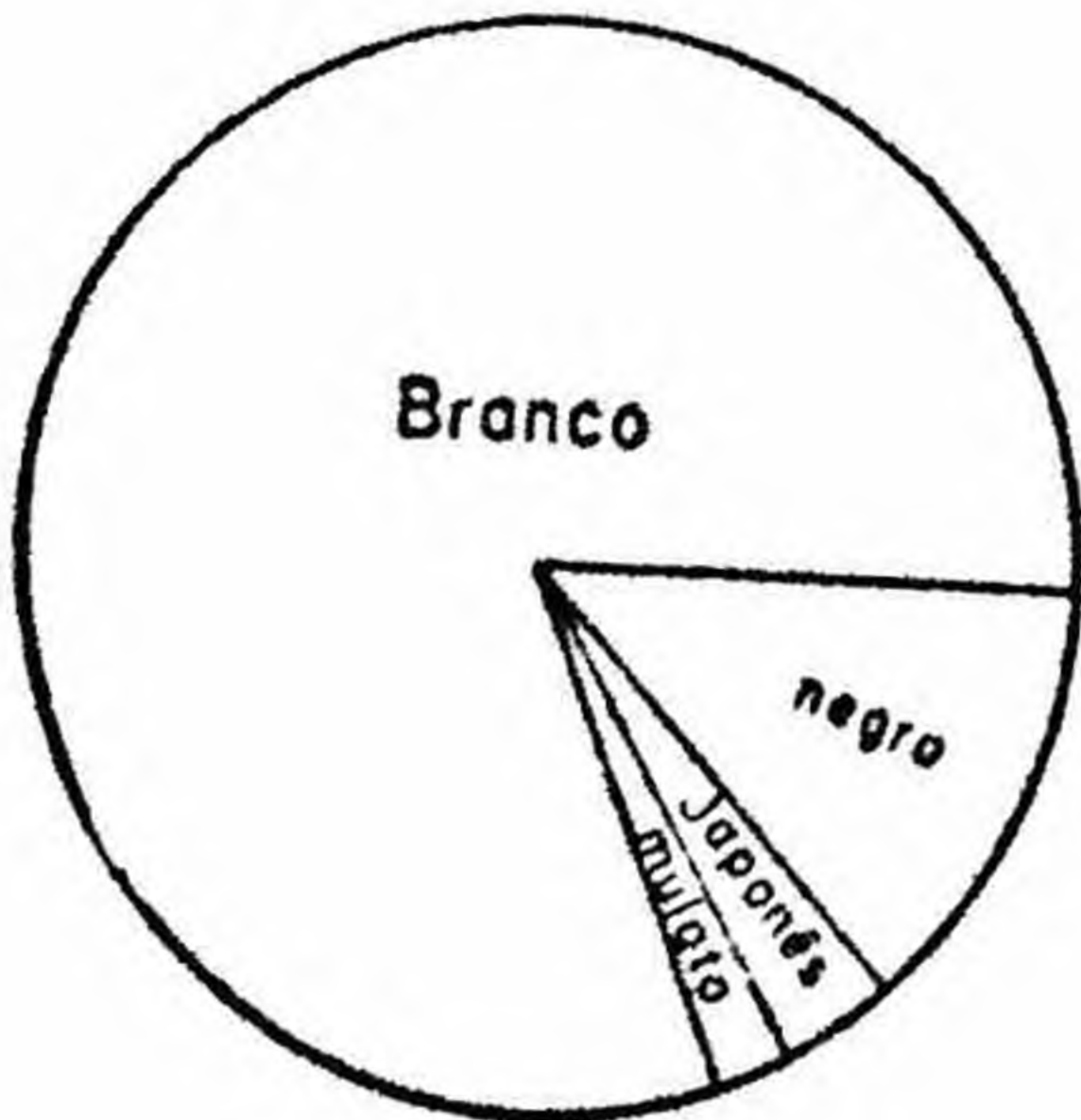


GRÁFICO V (Quadro 2)  
Distribuição das escolhas feitas por negros.

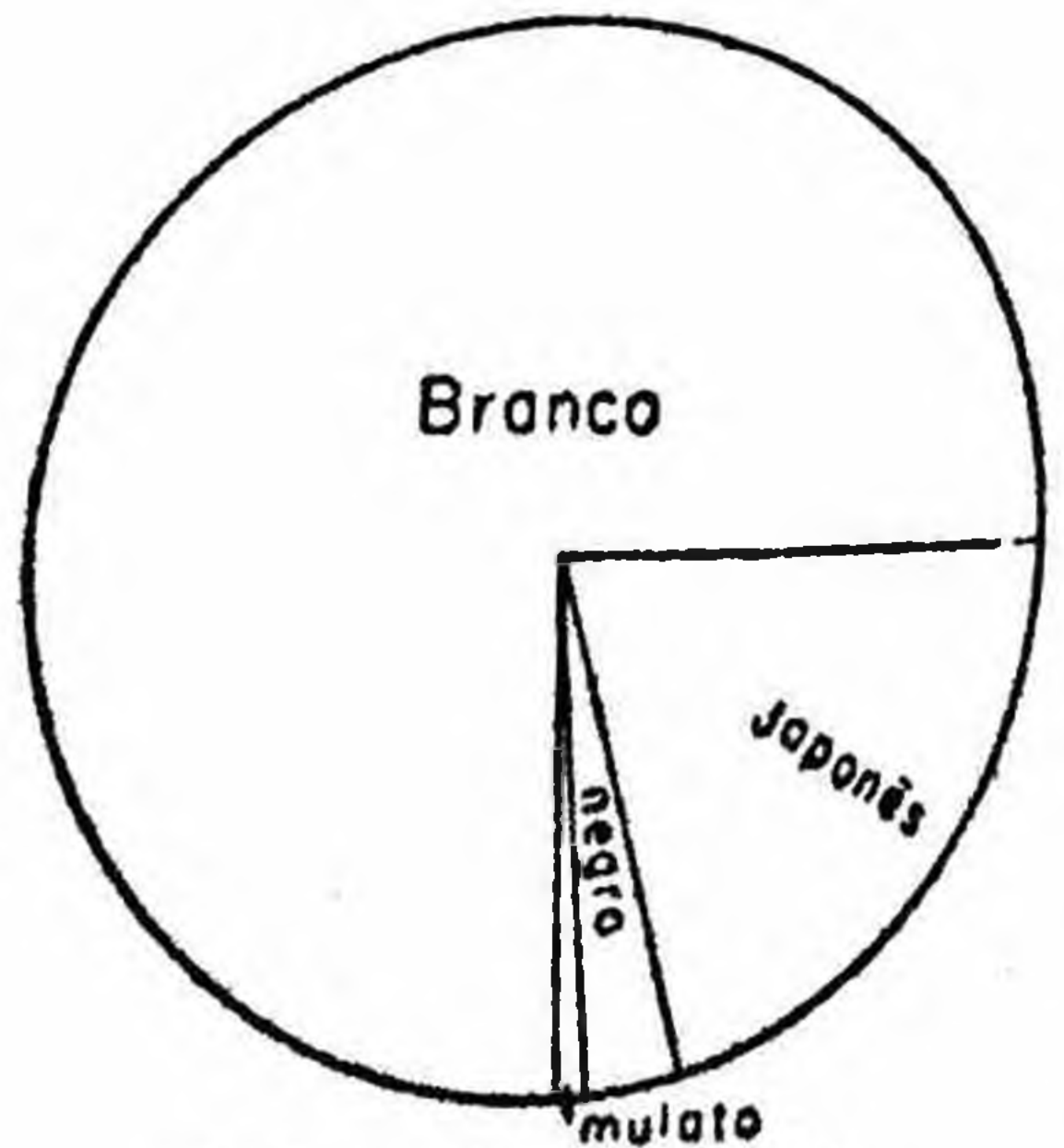


GRÁFICO VI (Quadro 2)  
Distribuição das escolhas feitas por japoneses.



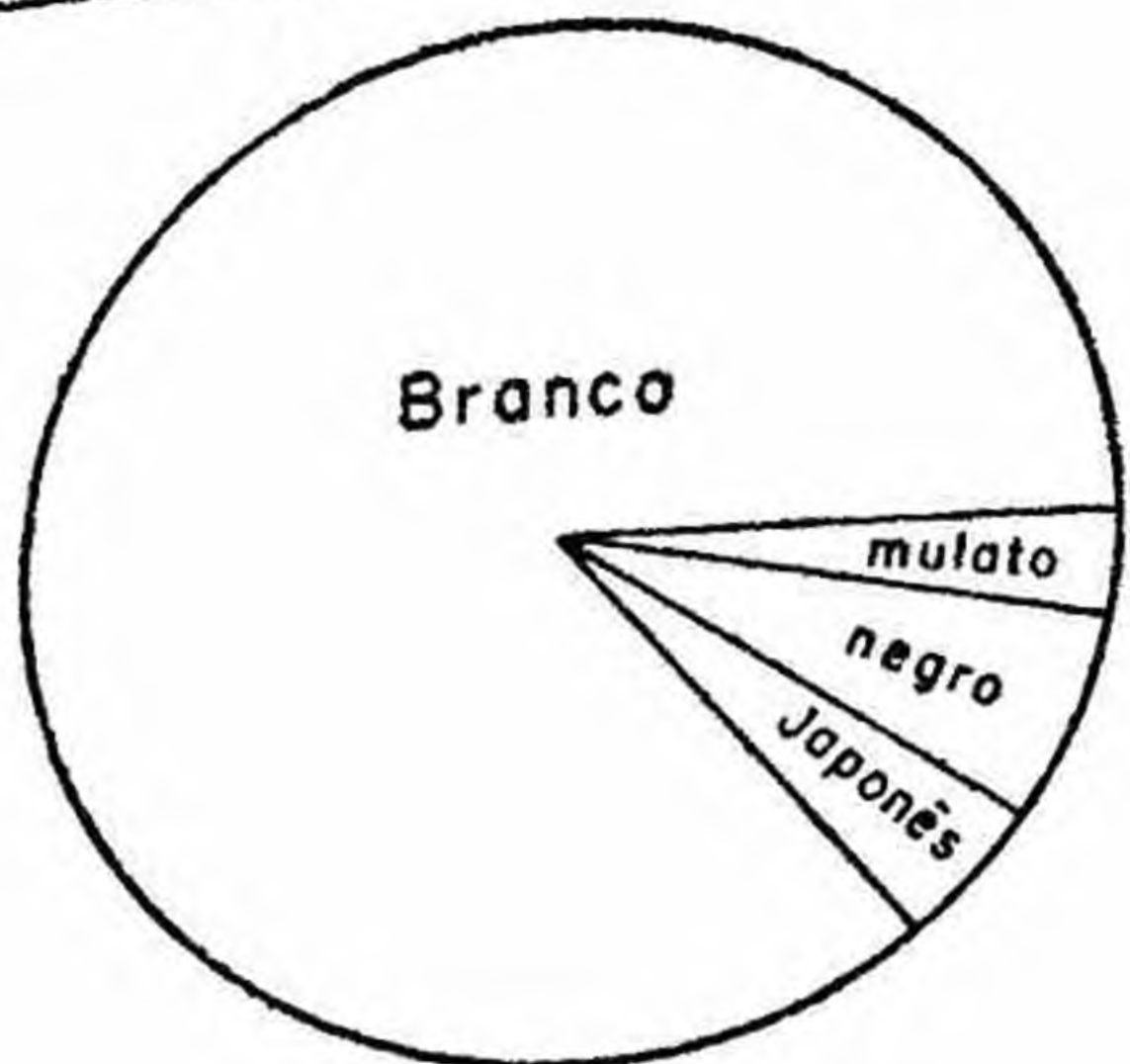


GRÁFICO VII (Quadro 3)  
Composição da amostra segundo a cor dos meninos.

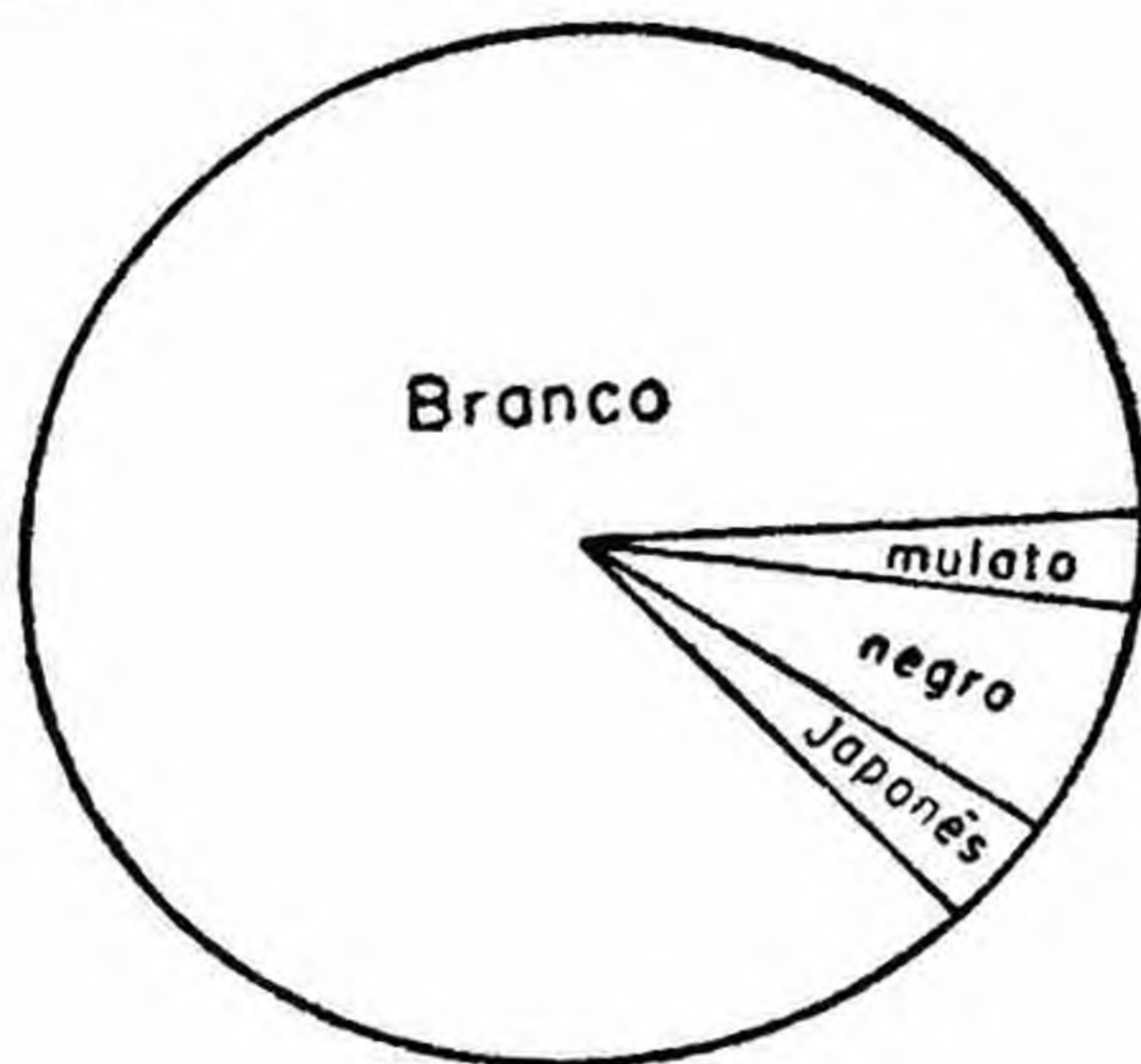


GRÁFICO VIII (Quadro 4)  
Composição da amostra segundo a cor das meninas.

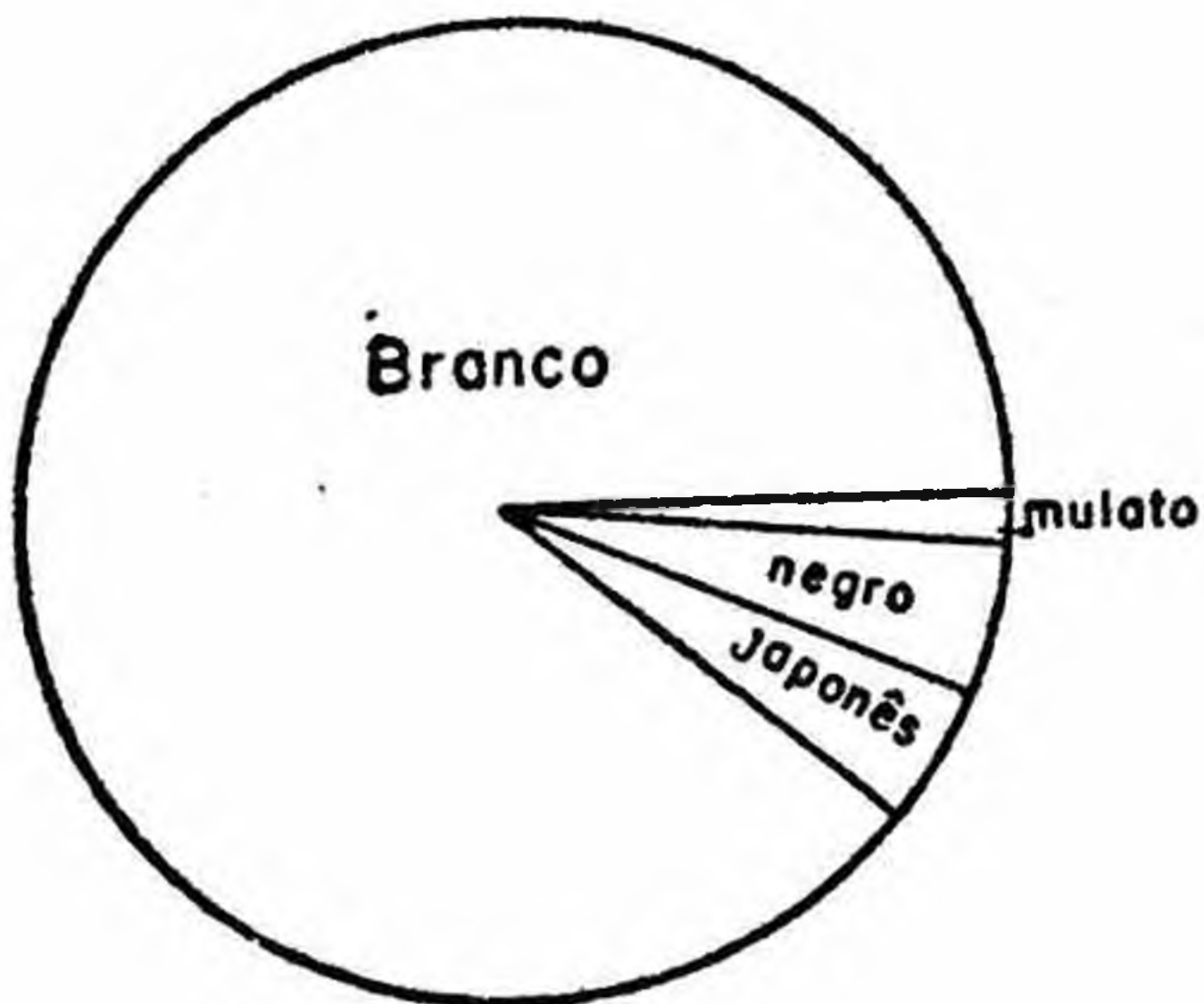


GRÁFICO IX (Quadro 3)  
Distribuição das escolhas feitas pelos meninos.

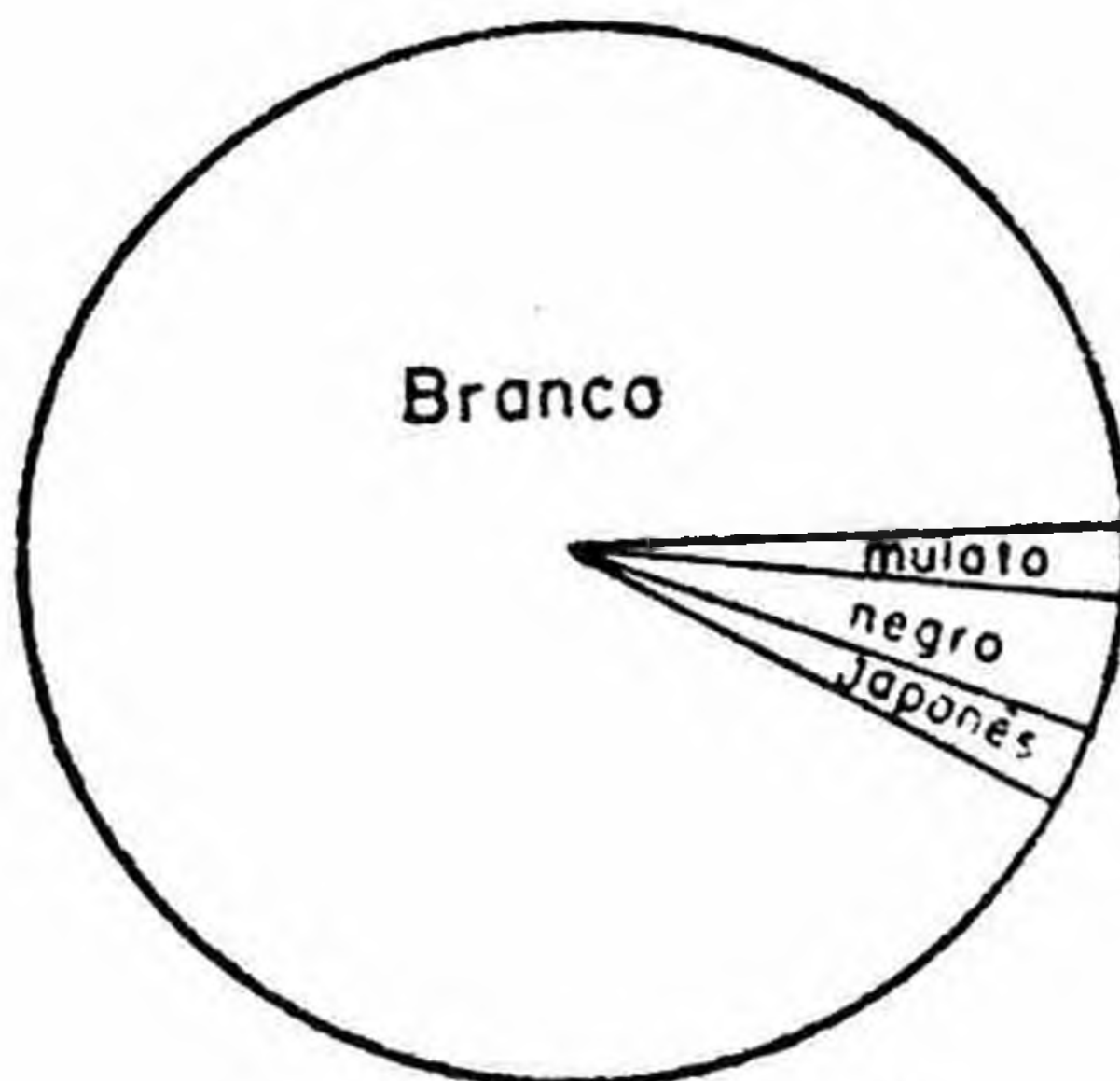


GRÁFICO X (Quadro 4)  
Distribuição das escolhas feitas pelas meninas.

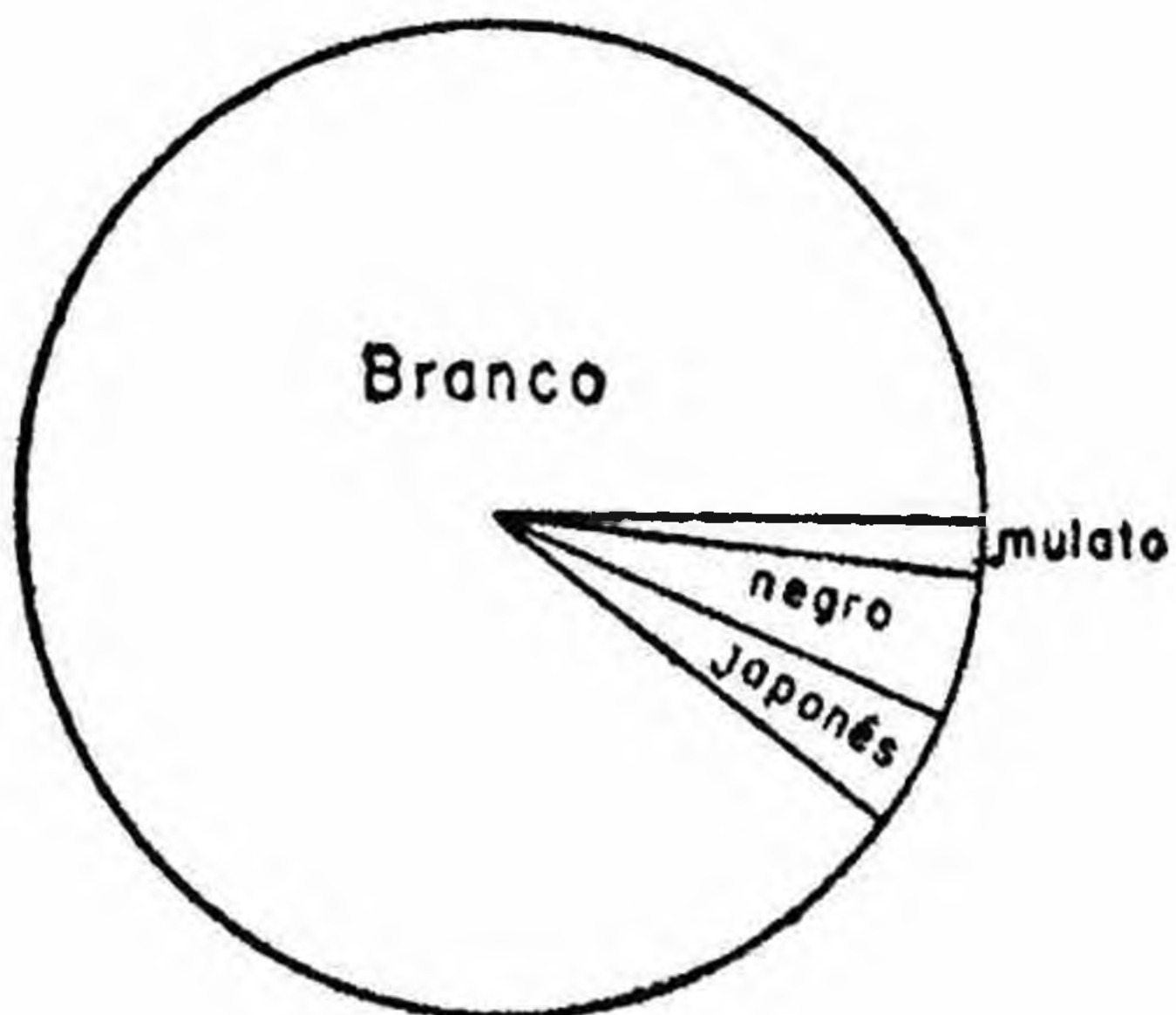


GRÁFICO XI (Quadro 5)  
Distribuição das escolhas feitas por meninos brancos.

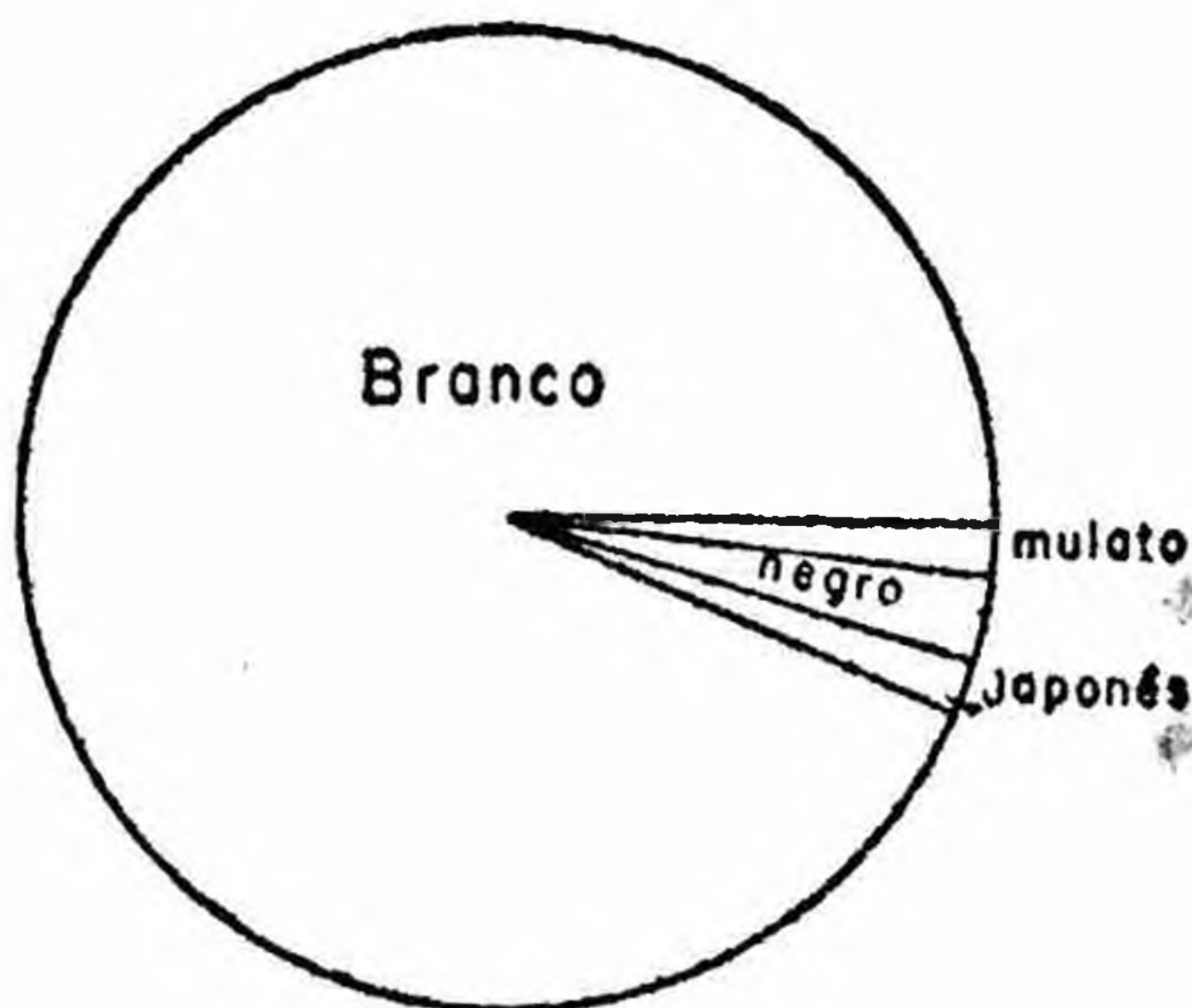


GRÁFICO XII (Quadro 6)  
Distribuição das escolhas feitas por meninas brancas.



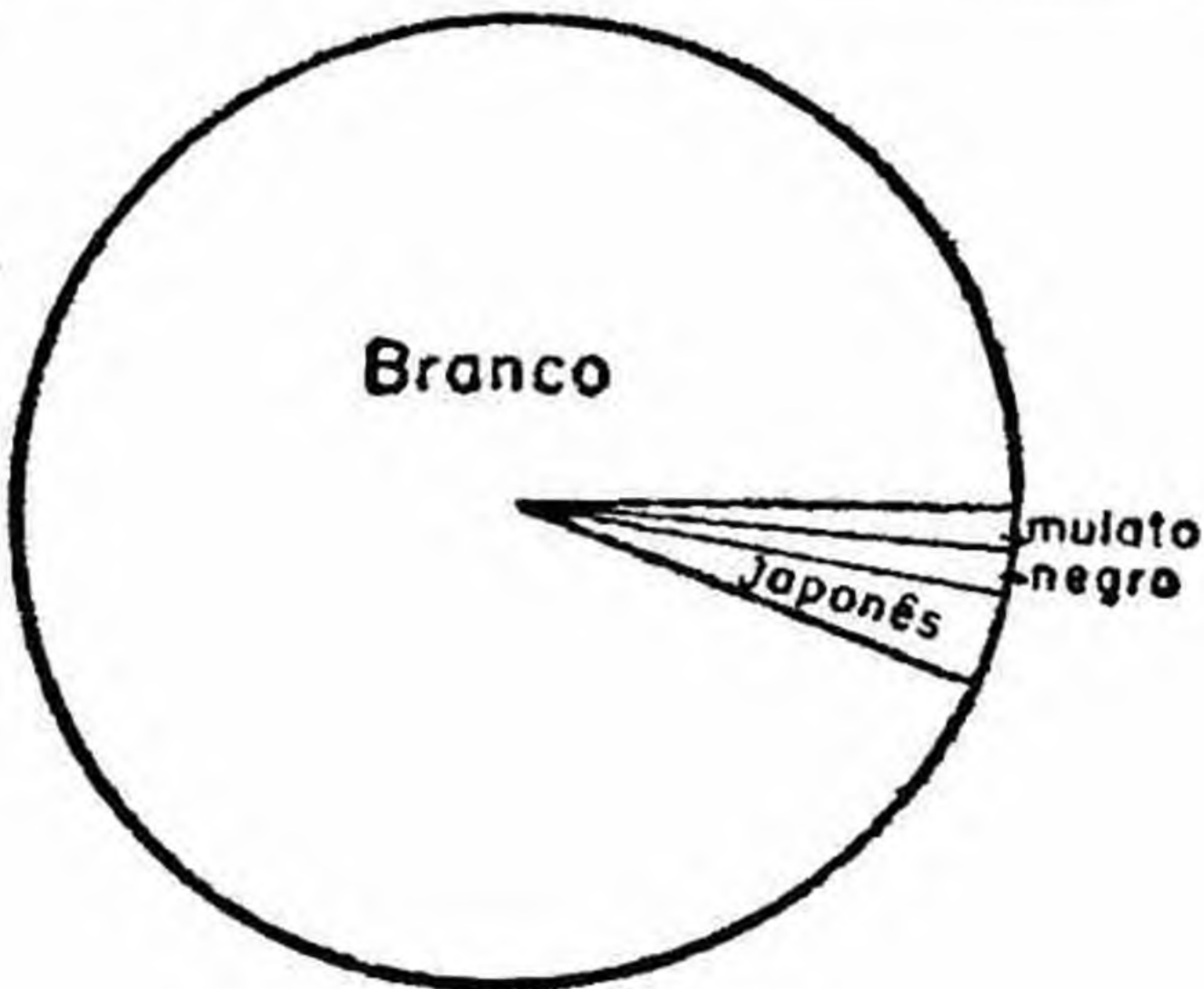


GRÁFICO XIII (Quadro 5)  
Distribuição das escolhas feitas  
por meninos mulatos.

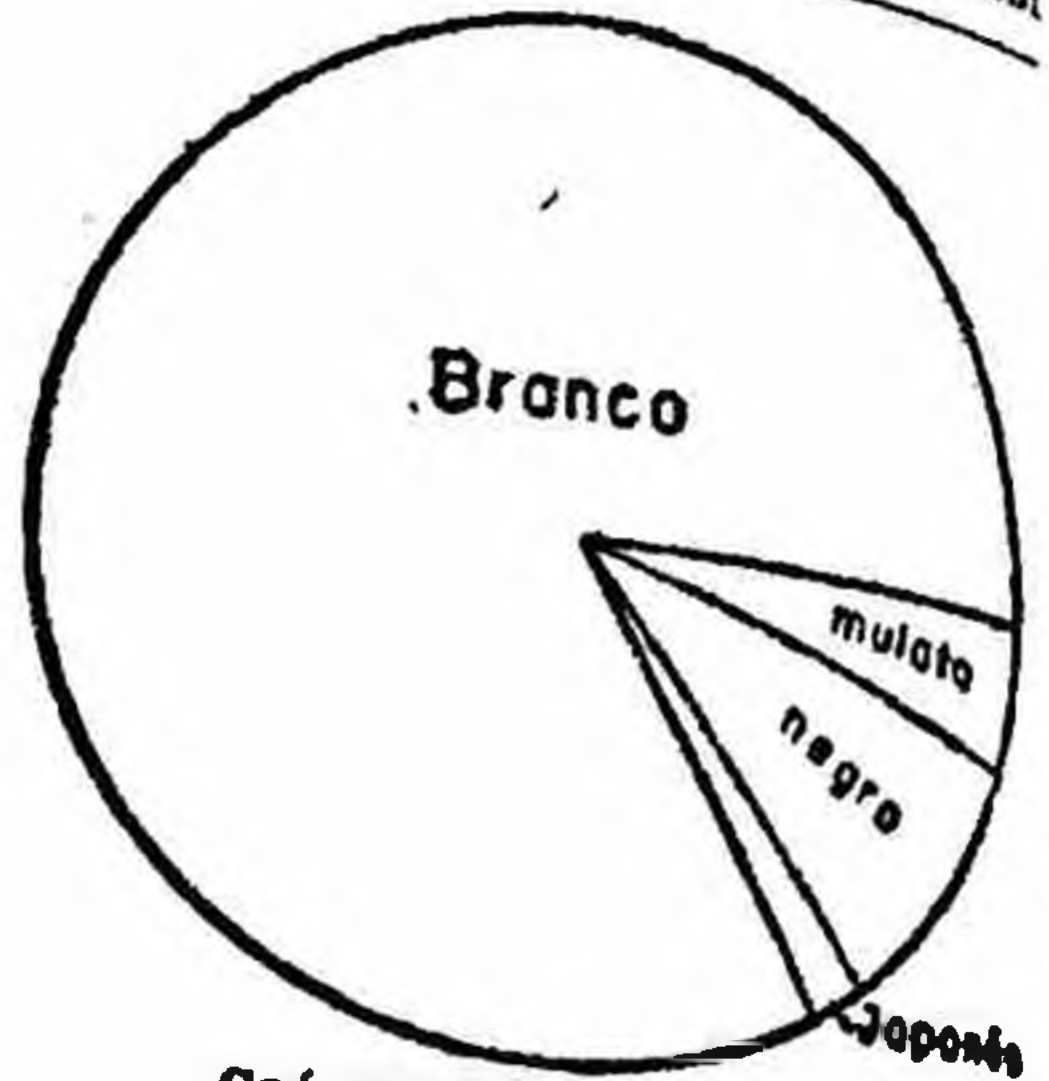


GRÁFICO XIV (Quadro 6)  
Distribuição das escolhas feitas  
por meninas mulatas.

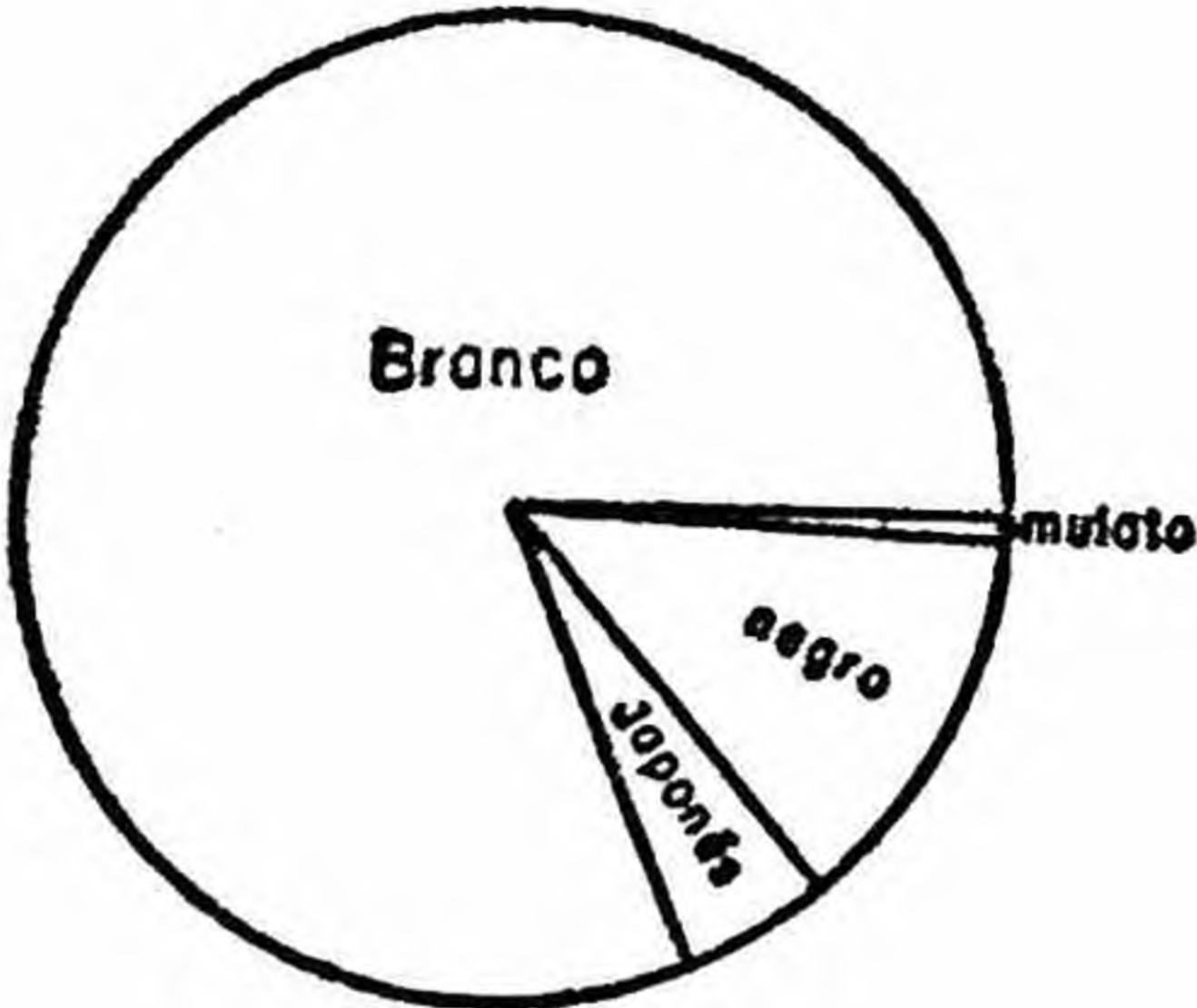


GRÁFICO XV (Quadro 5)  
Distribuição das escolhas feitas  
por meninos negros.

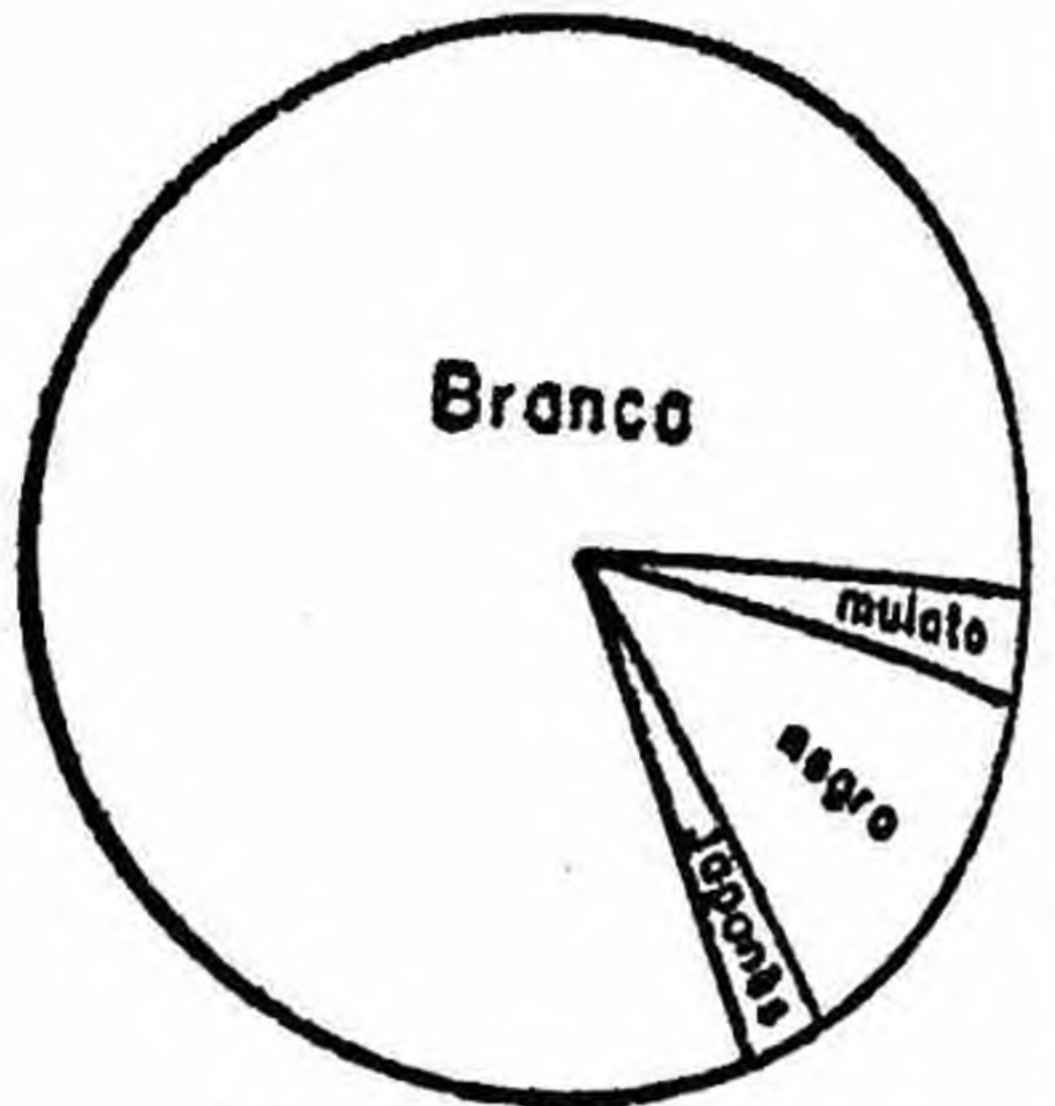


GRÁFICO XVI (Quadro 6)  
Distribuição das escolhas feitas  
por meninas negras.

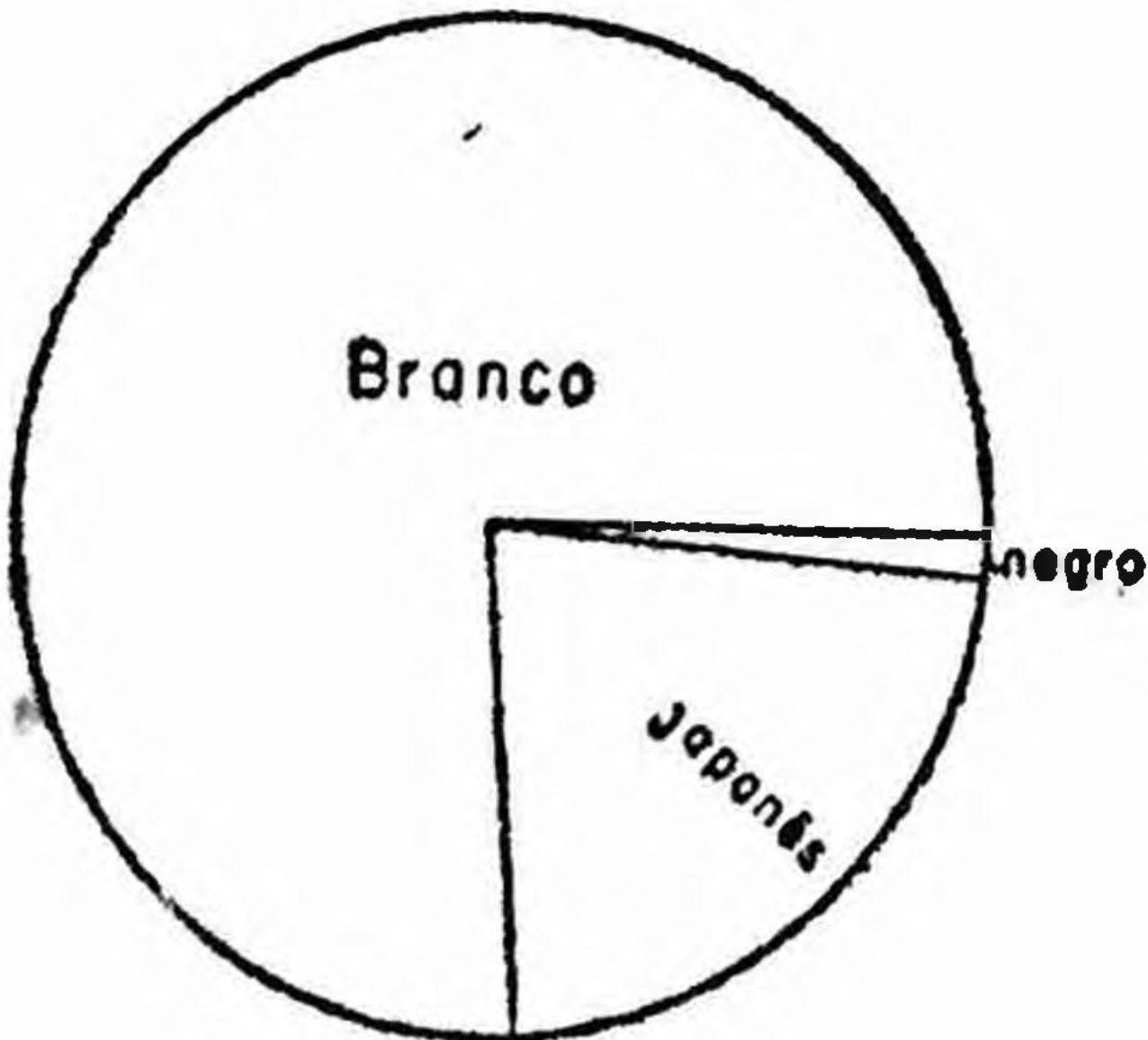


GRÁFICO XVII (Quadro 5)  
Distribuição das escolhas feitas  
pelos meninos japoneses.

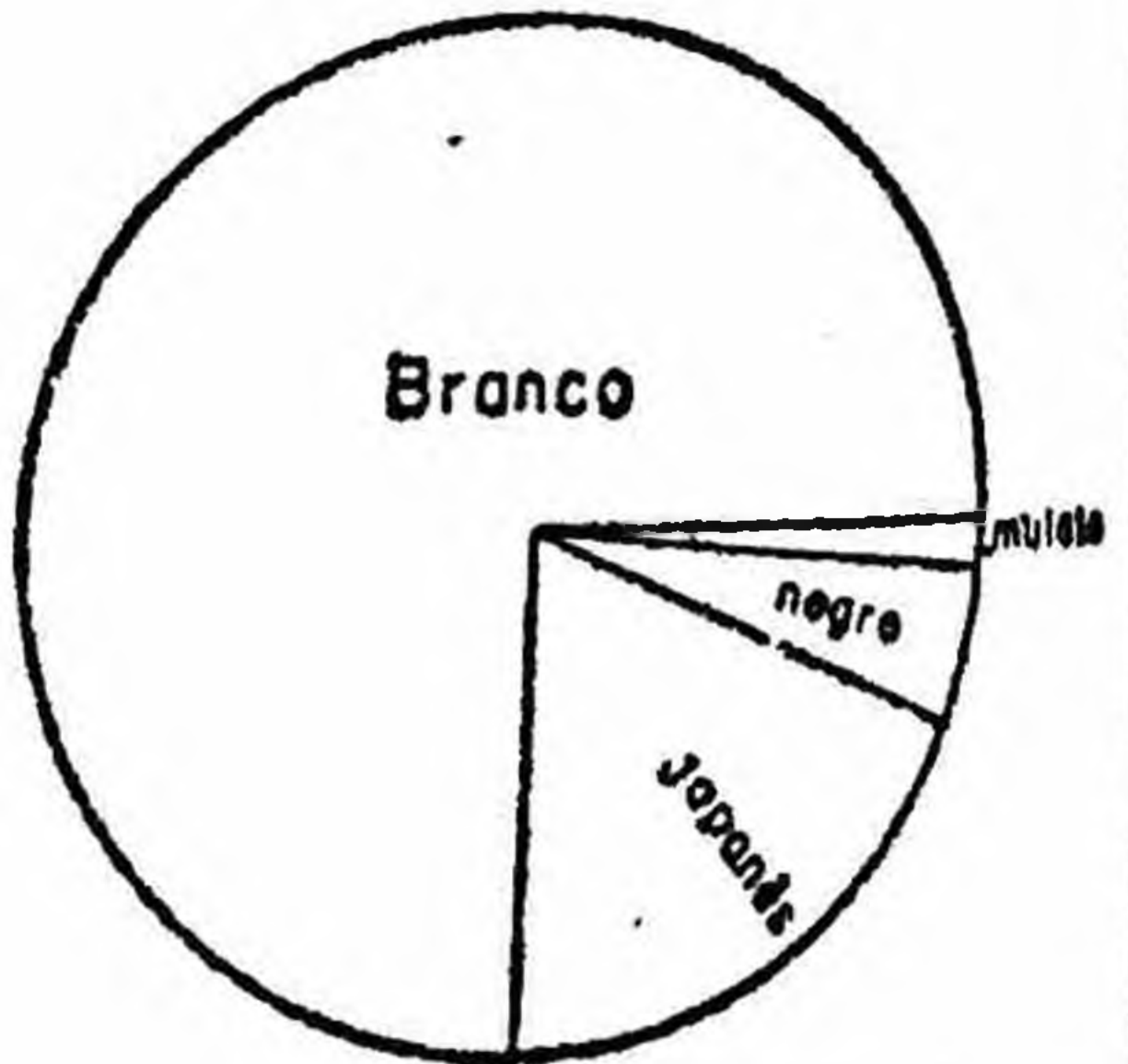


GRÁFICO XVIII (Quadro 6)  
Distribuição das escolhas feitas  
por meninas japonesas.





GRÁFICO XIX (Quadro 7)  
Composição da amostra segundo a nacionalidade dos escolares.

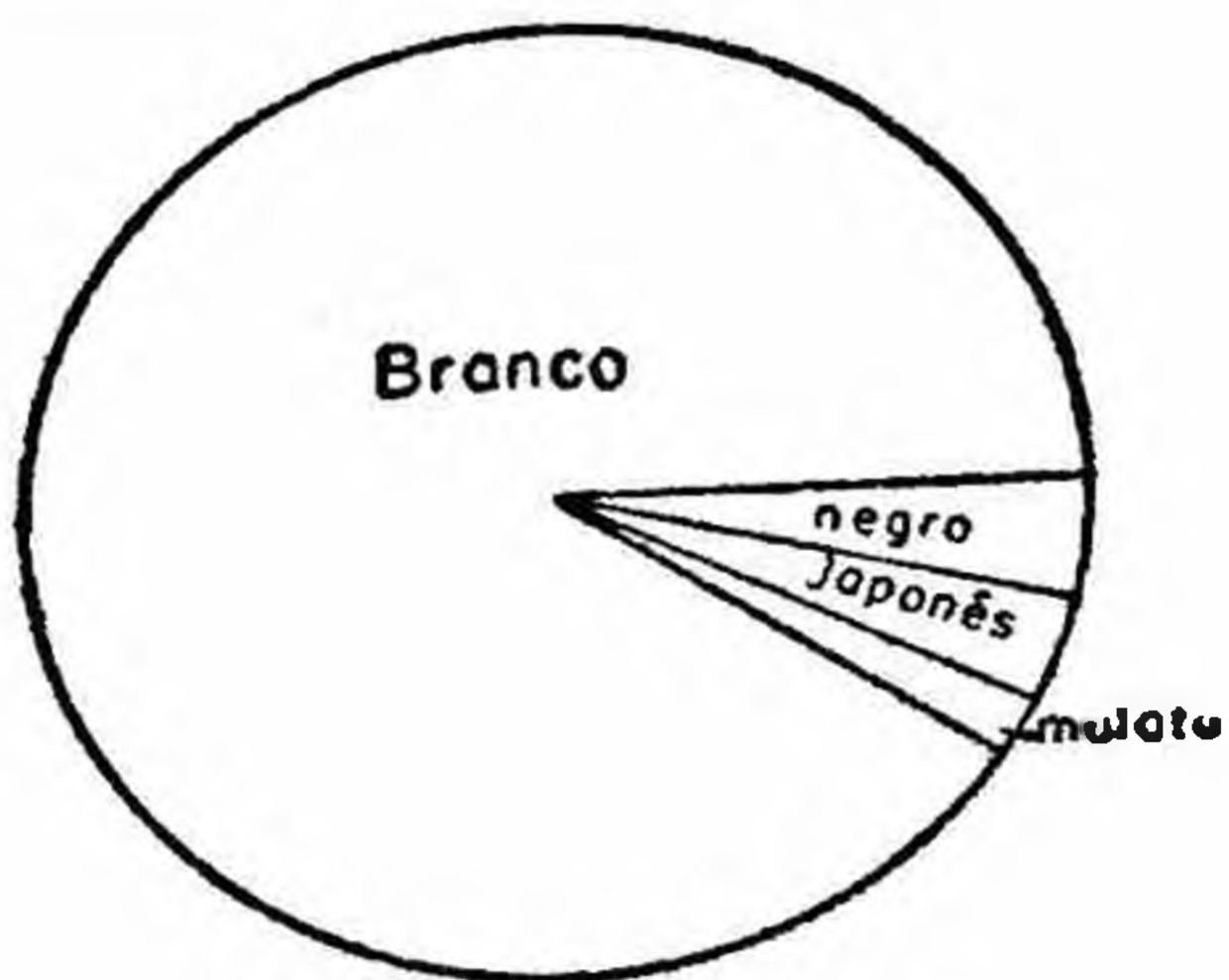


GRÁFICO XX (Quadro 7)  
Distribuição das escolhas segundo a nacionalidade.

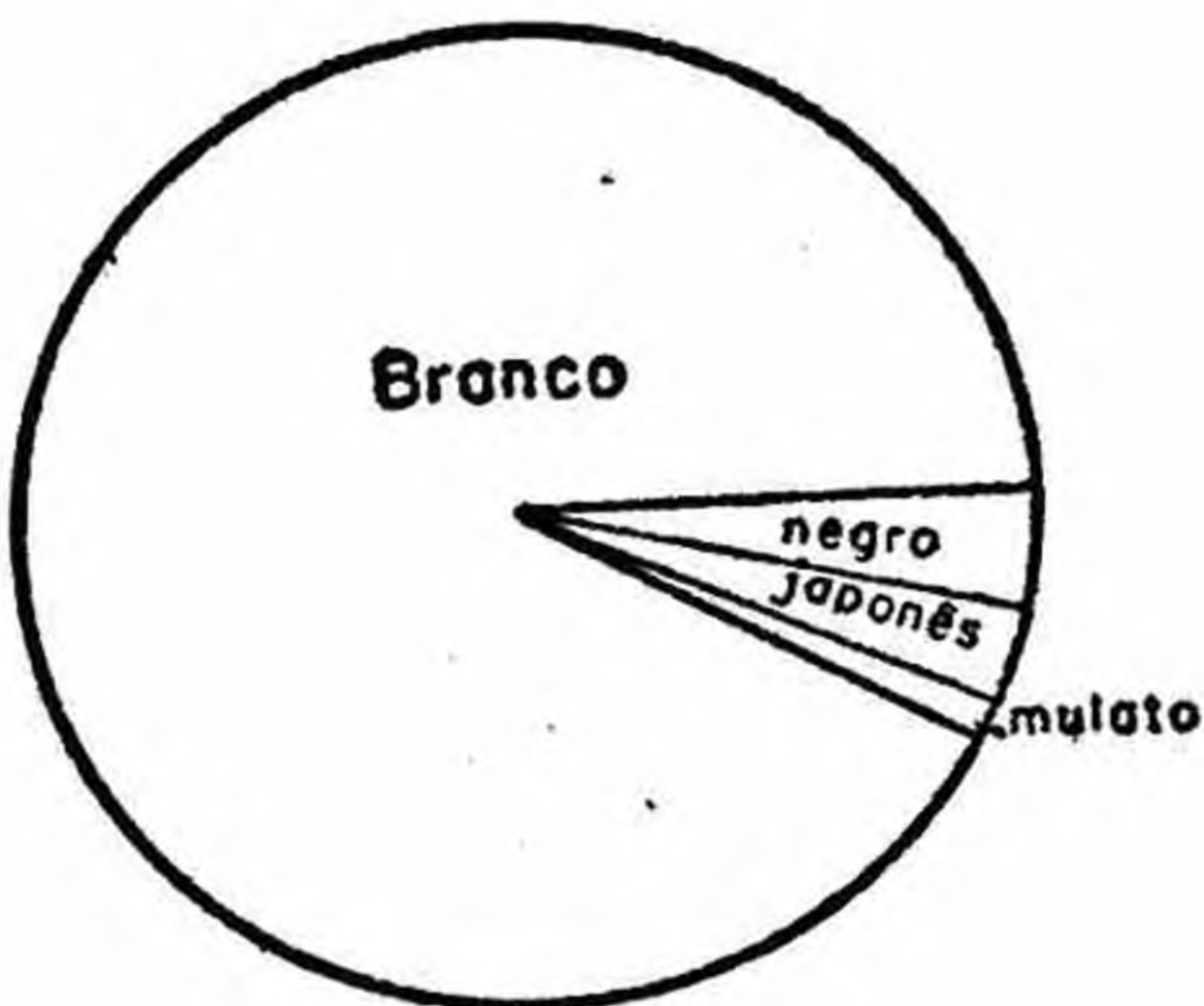


GRÁFICO XXI (Quadro 8)  
Distribuição das escolhas feitas pelos escolares com ambos os pais brasileiros.

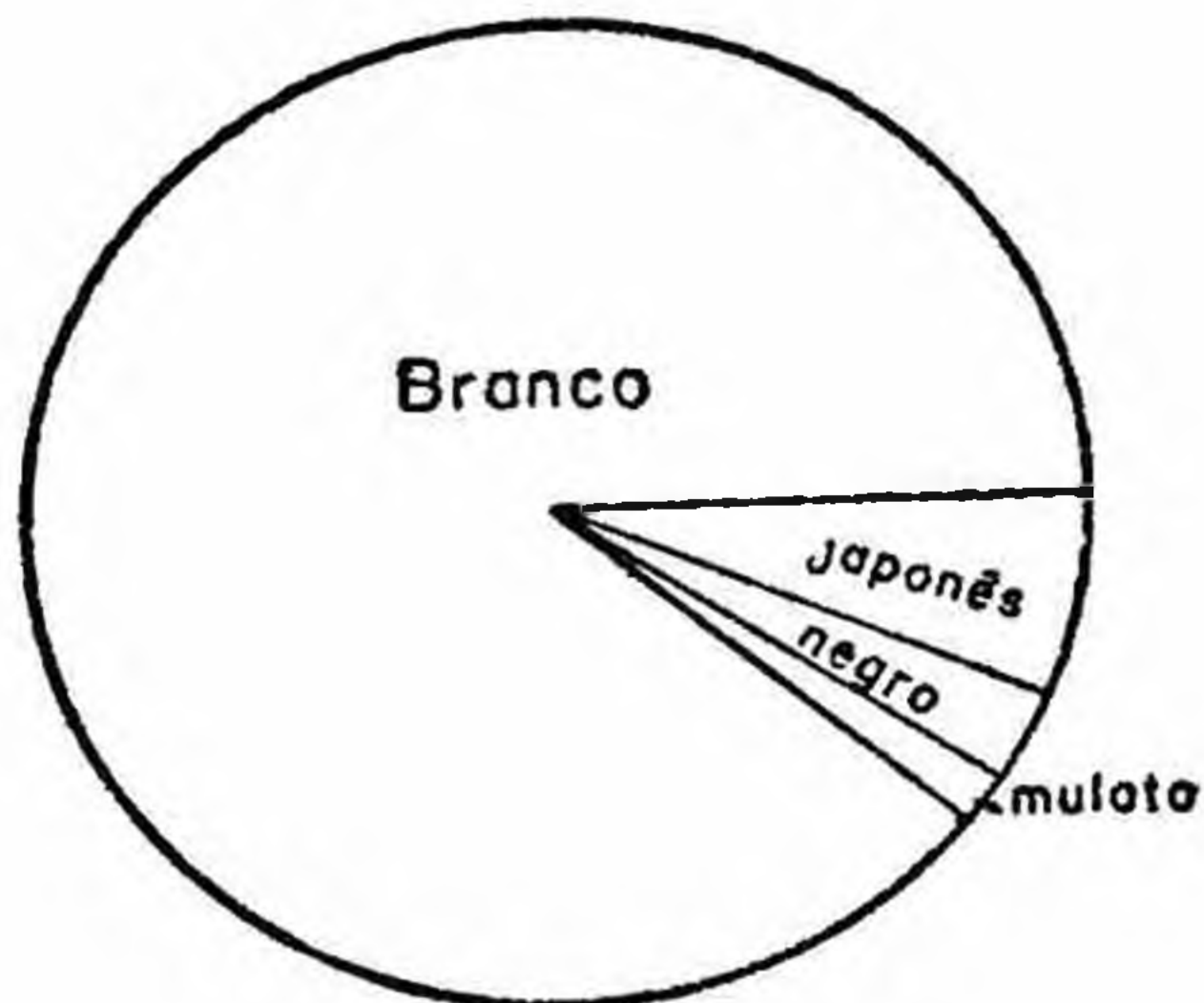


GRÁFICO XXII (Quadro 8)  
Distribuição das escolhas feitas pelos escolares com ambos os pais estrangeiros.

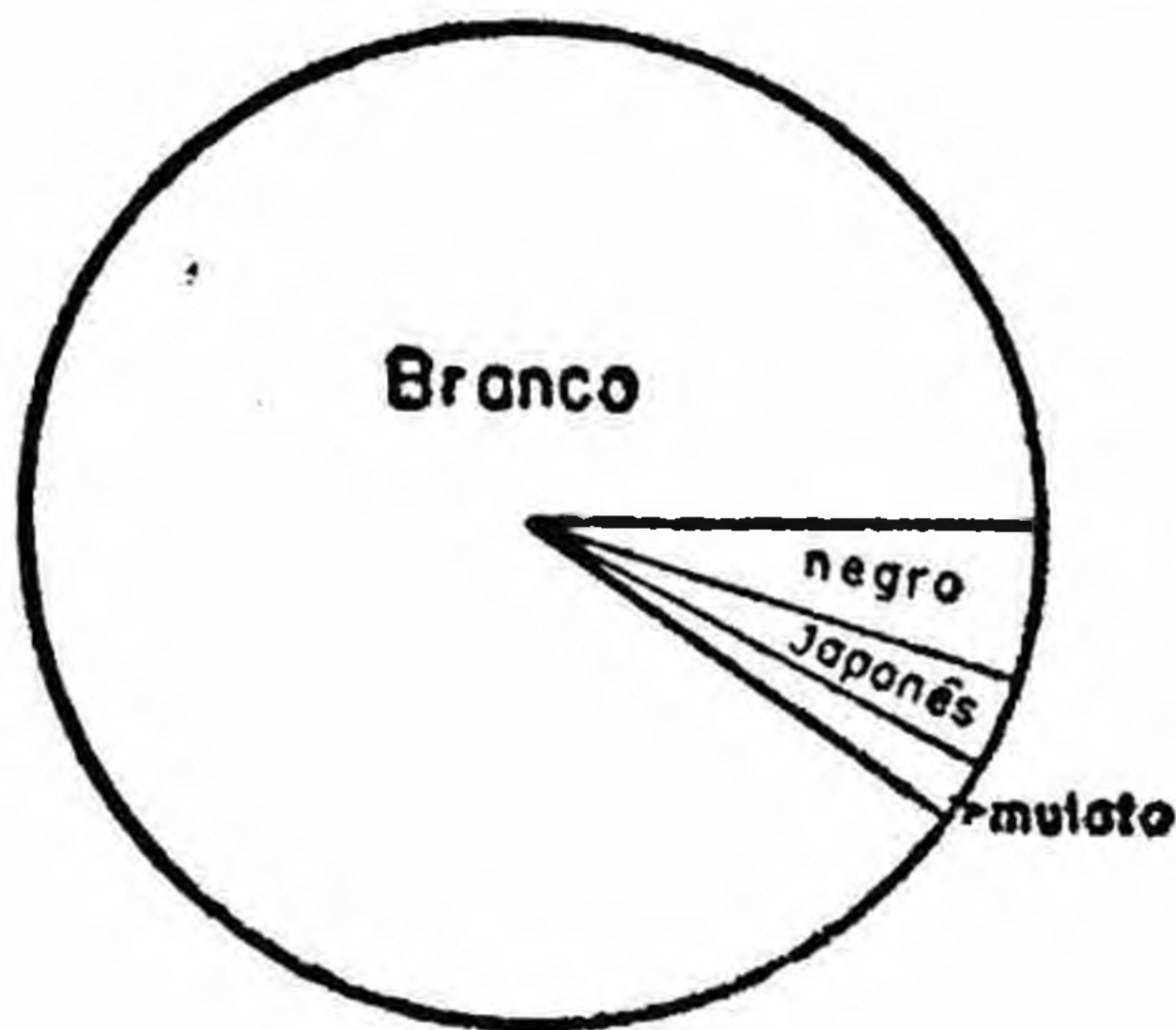


GRÁFICO XXIII (Quadro 8)  
Distribuição das escolhas dos escolares com um dos progenitores brasileiro e outro estrangeiro.



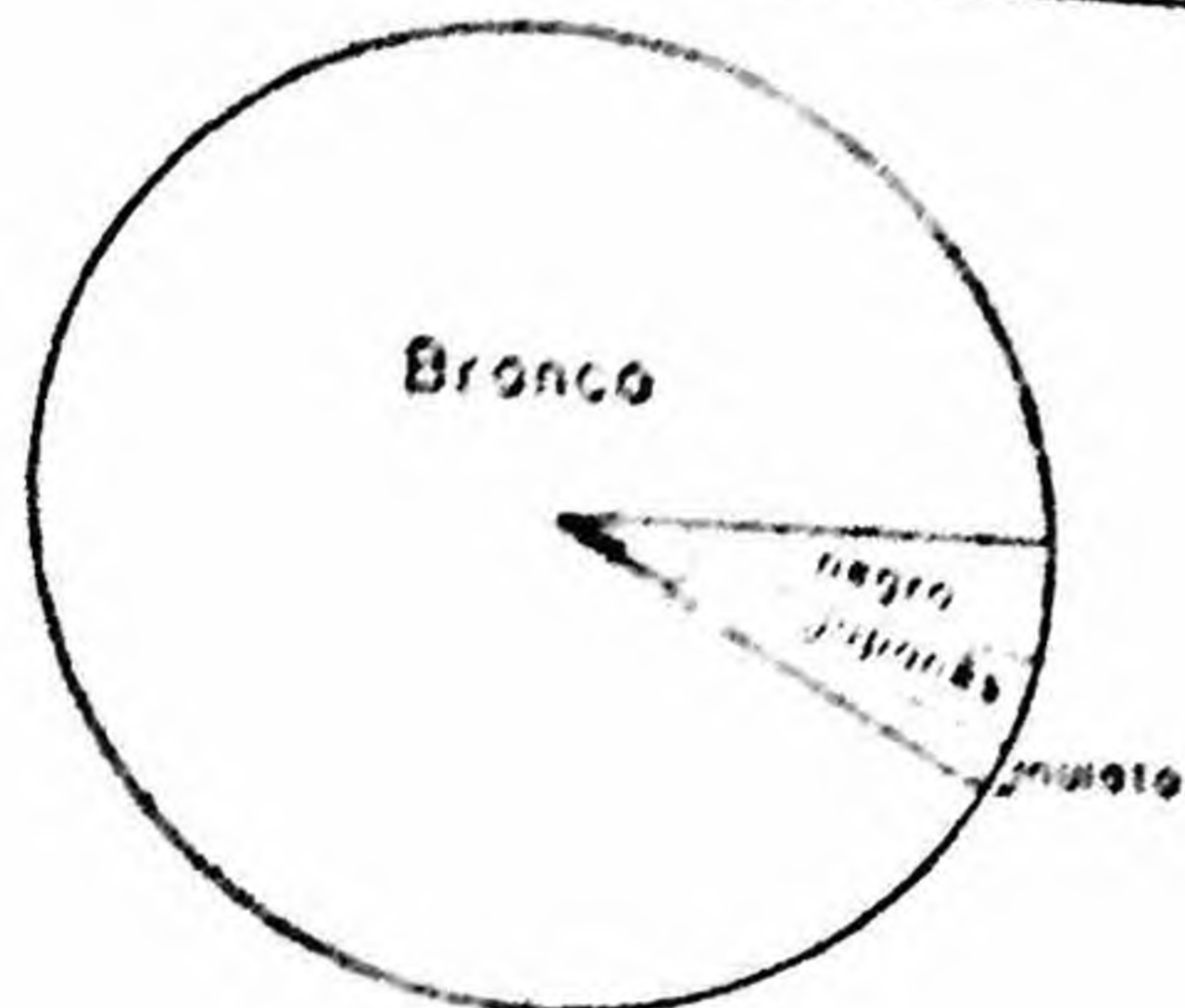


Gráfico XXIV (Quadro 9)  
Composição da amostra segundo a etnia que rejeitaram.

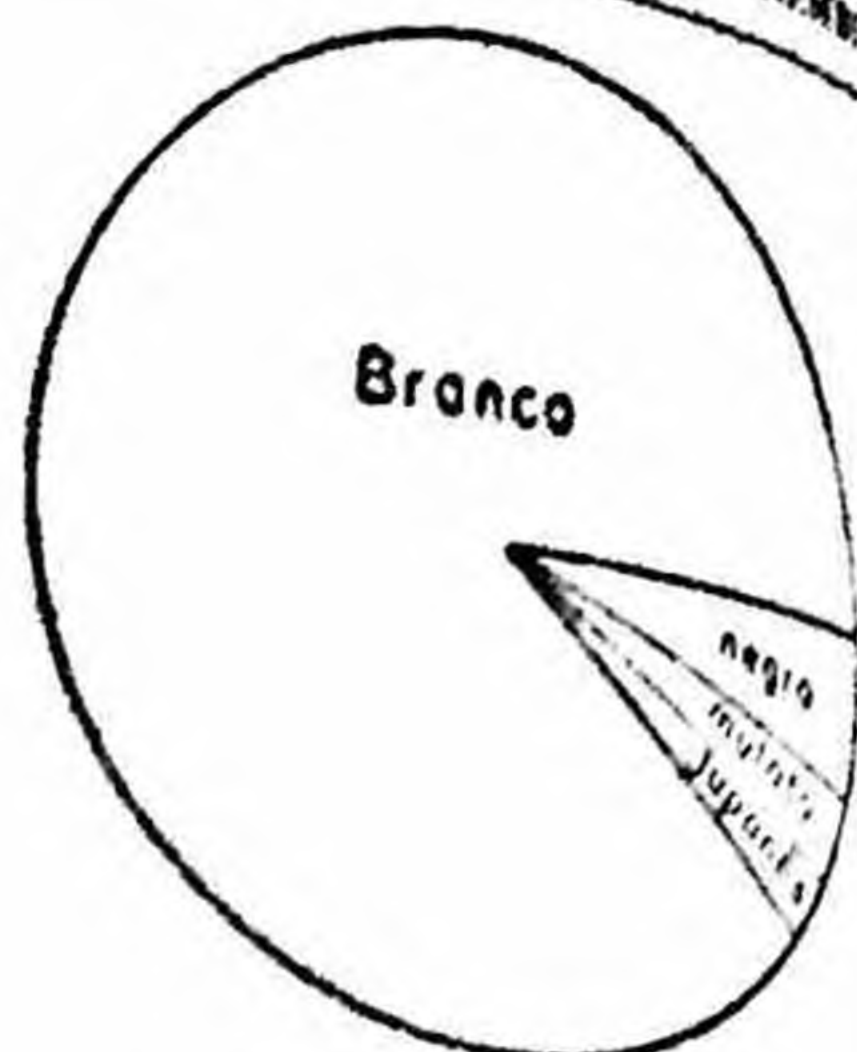


Gráfico XXV (Quadro 9)  
Distribuição das rejeições segundo a etnia dos rejeitados.

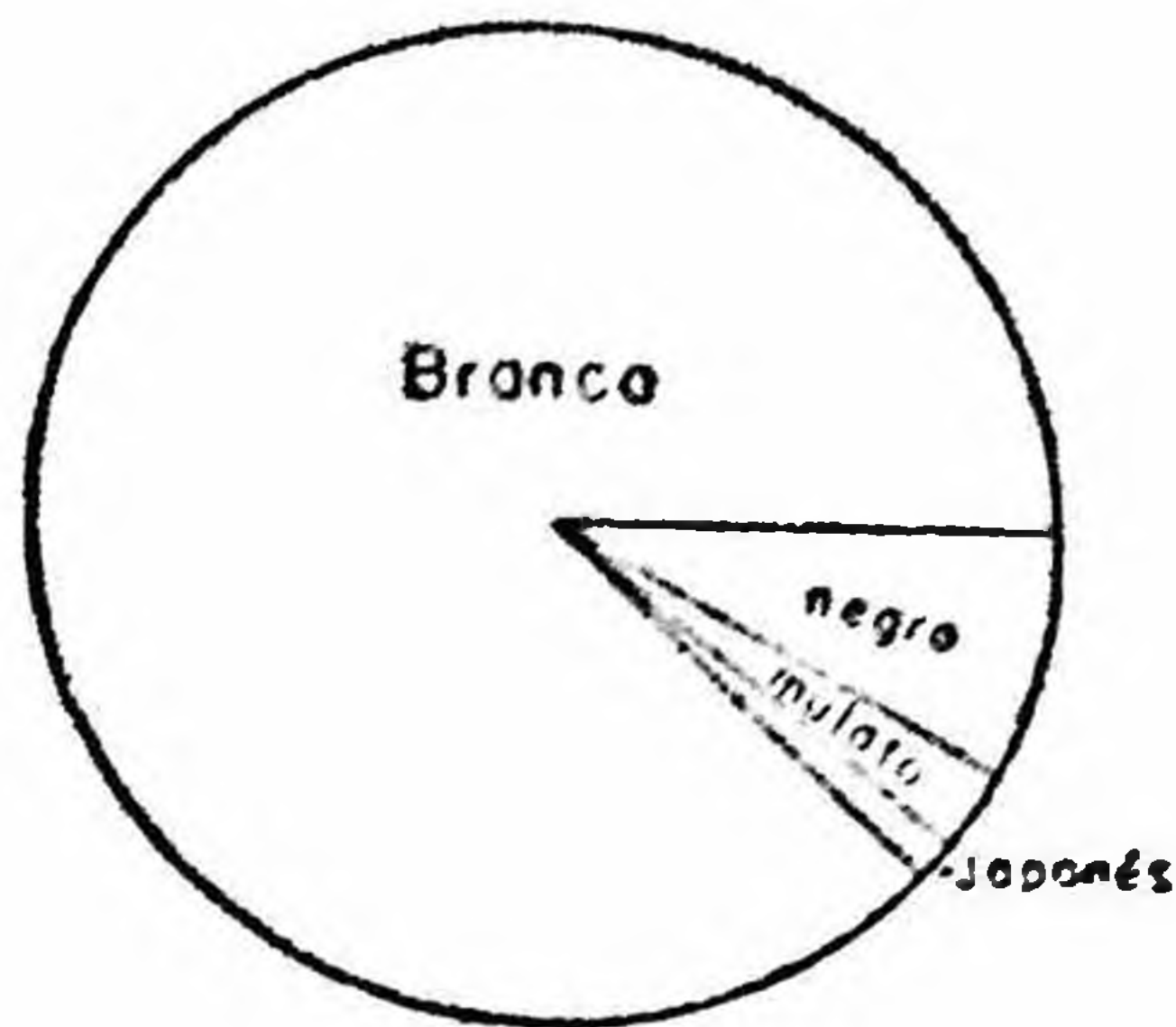


Gráfico XXVI (Quadro 10)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares brancos.

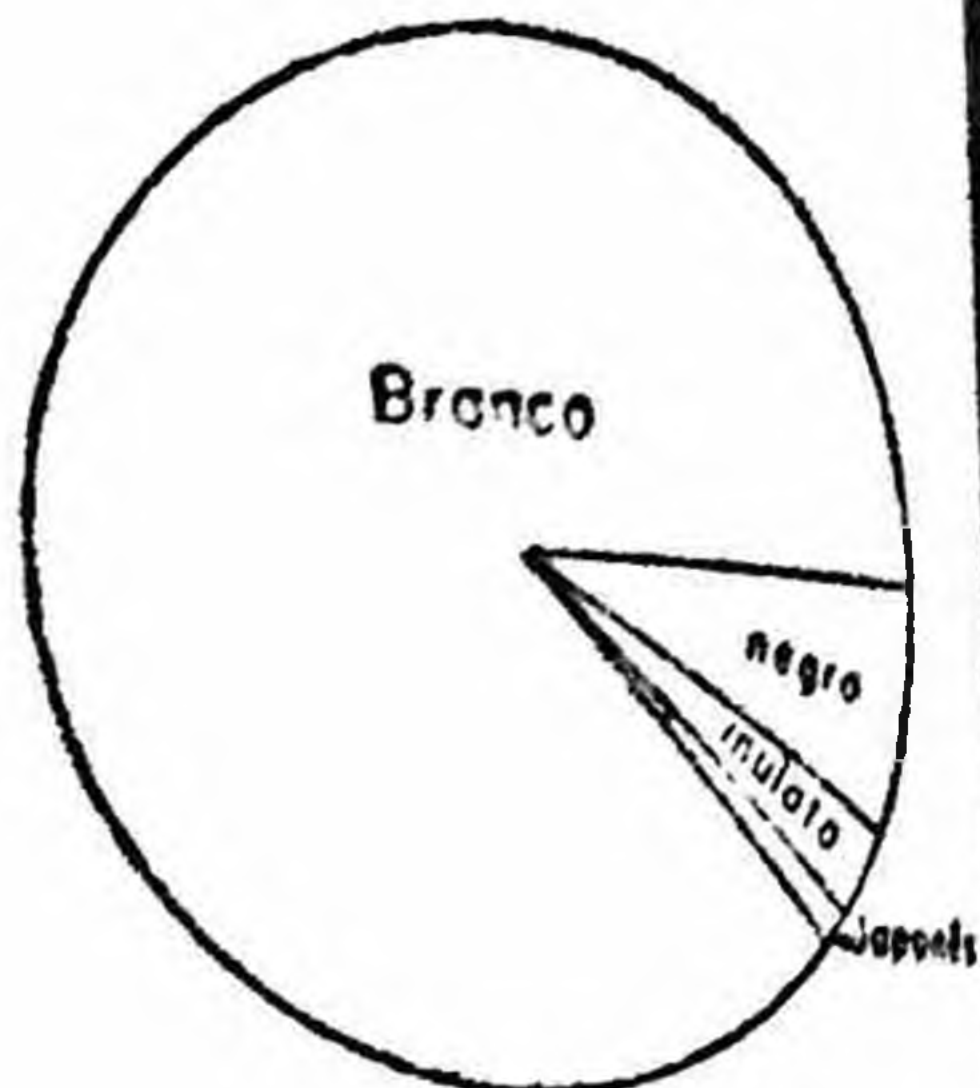


Gráfico XXVII (Quadro 10)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares mulatos.

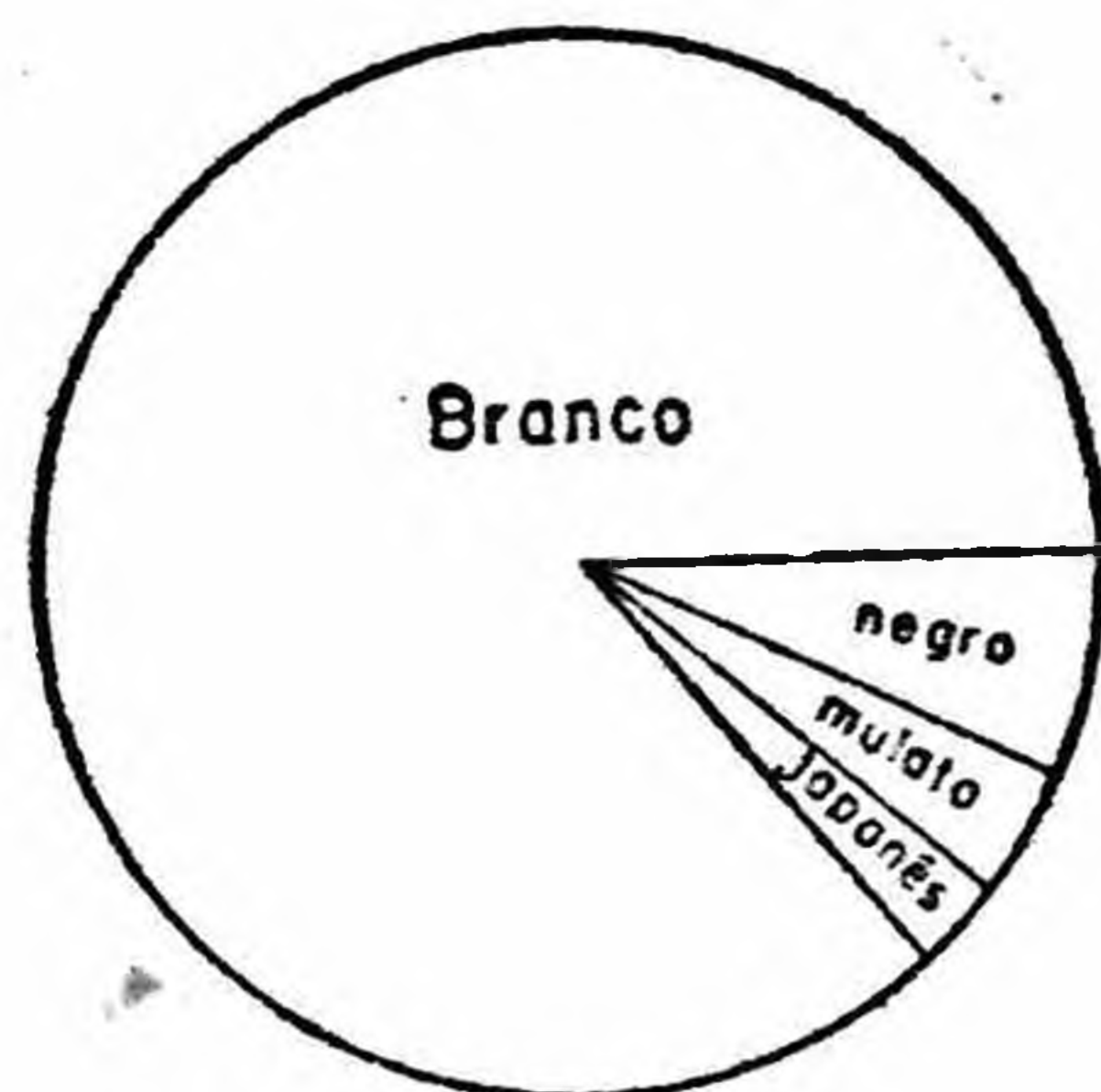


Gráfico XXVIII (Quadro 10)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares negros.

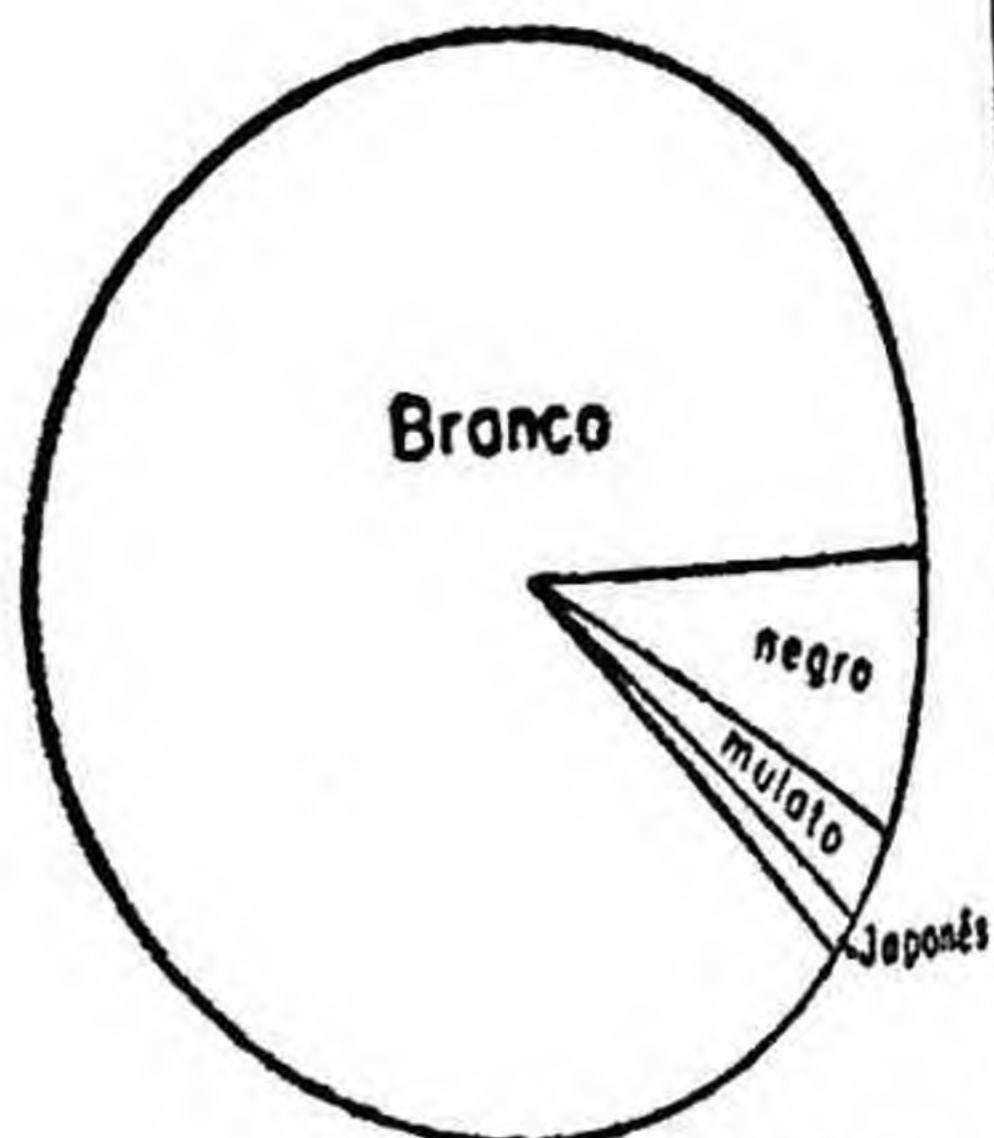


Gráfico XXIX (Quadro 10)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares japoneses.

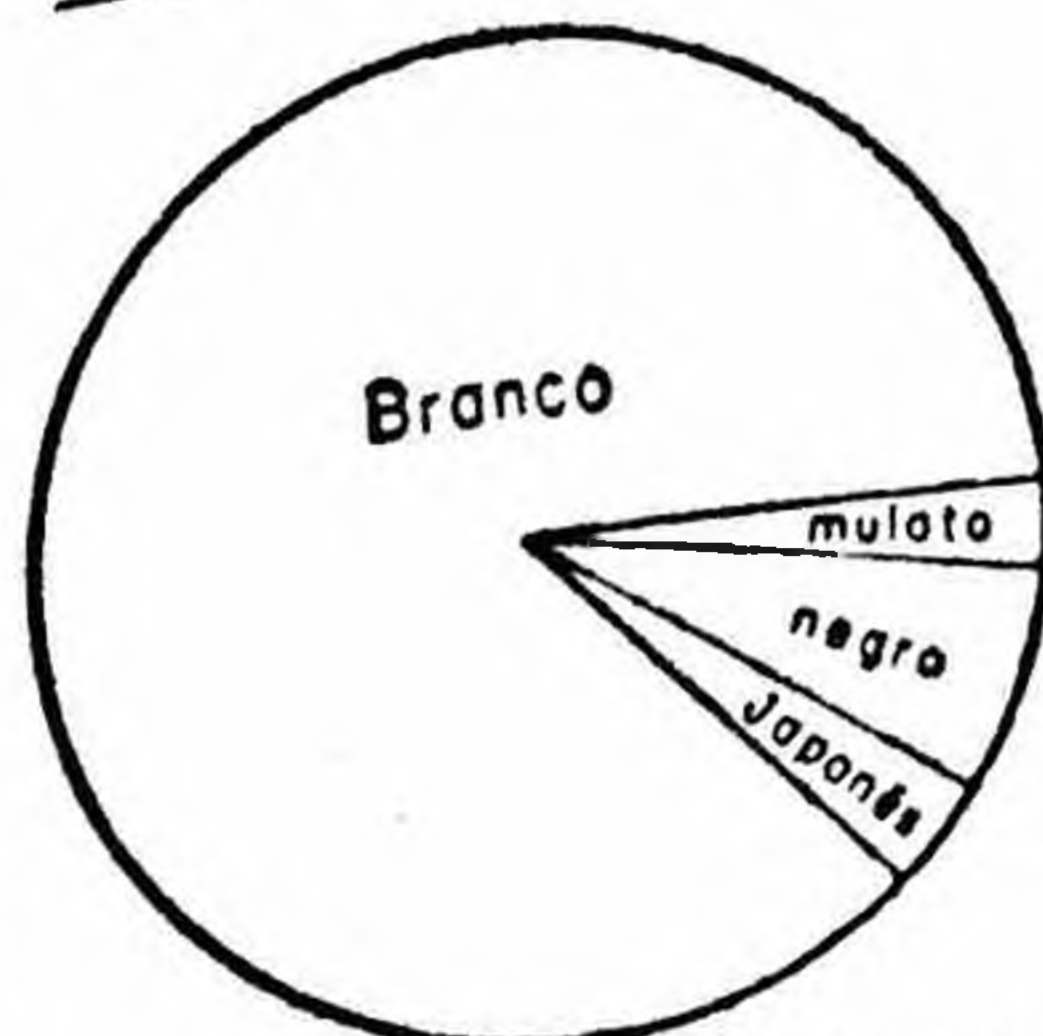


Gráfico XXX (Quadro 11)  
Composição da amostra: escolares do sexo masculino.

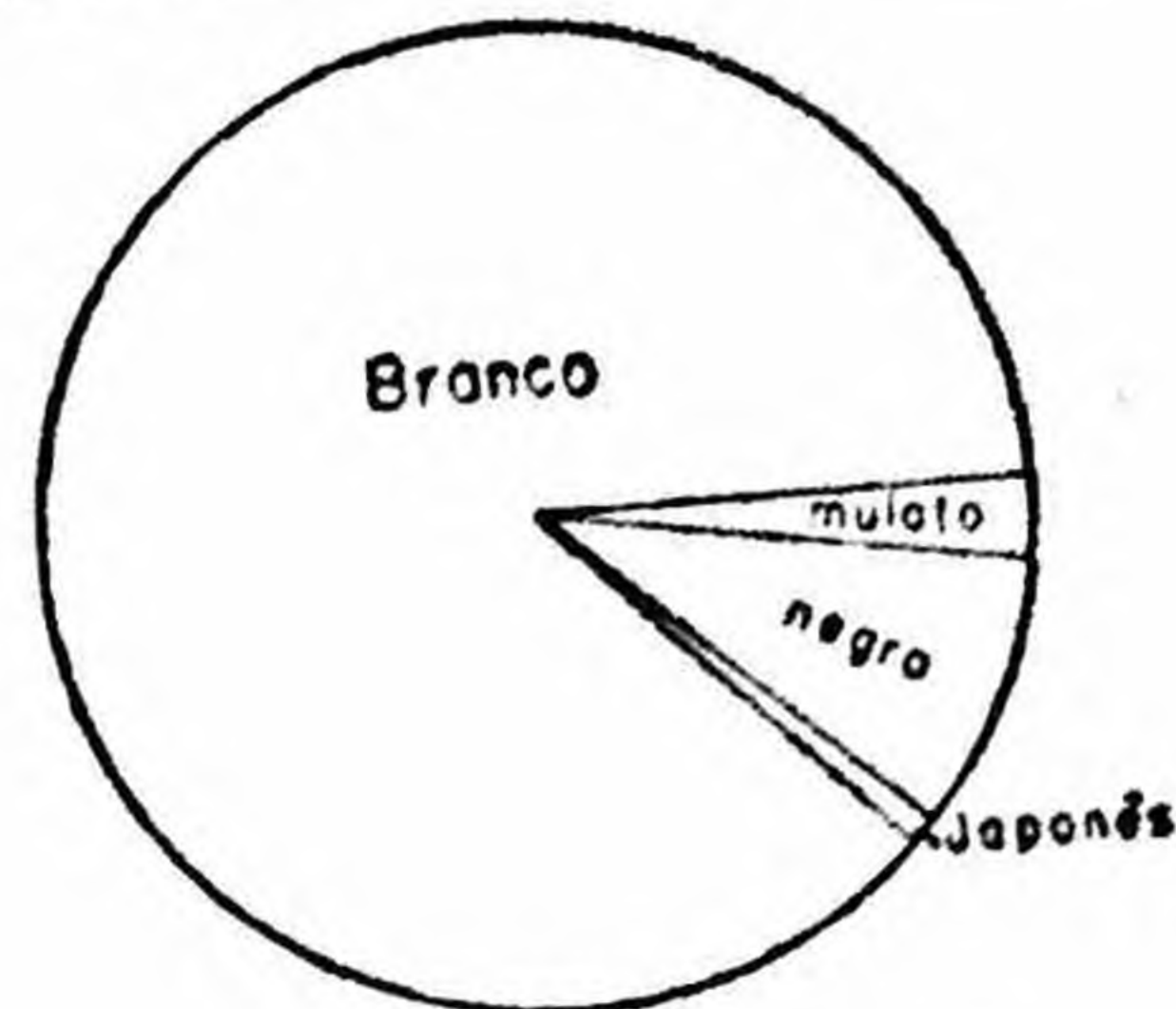


Gráfico XXXI (Quadro 11)  
Distribuição das rejeições feitas pelos meninos.

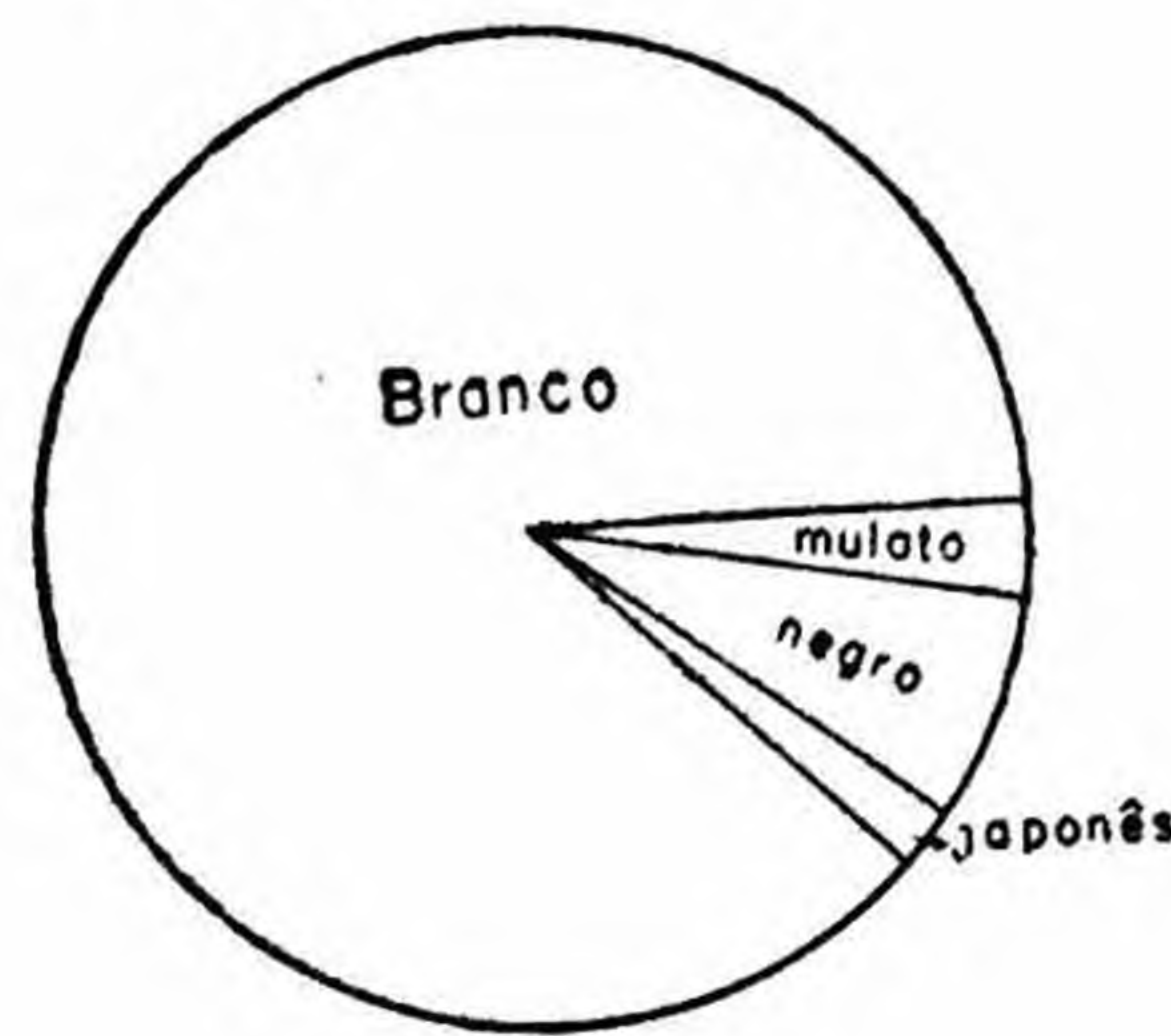


Gráfico XXXII (Quadro 12)  
Composição da amostra: escolares do sexo feminino.



Gráfico XXXIII (Quadro 12)  
Distribuição das rejeições feitas pelas meninas.

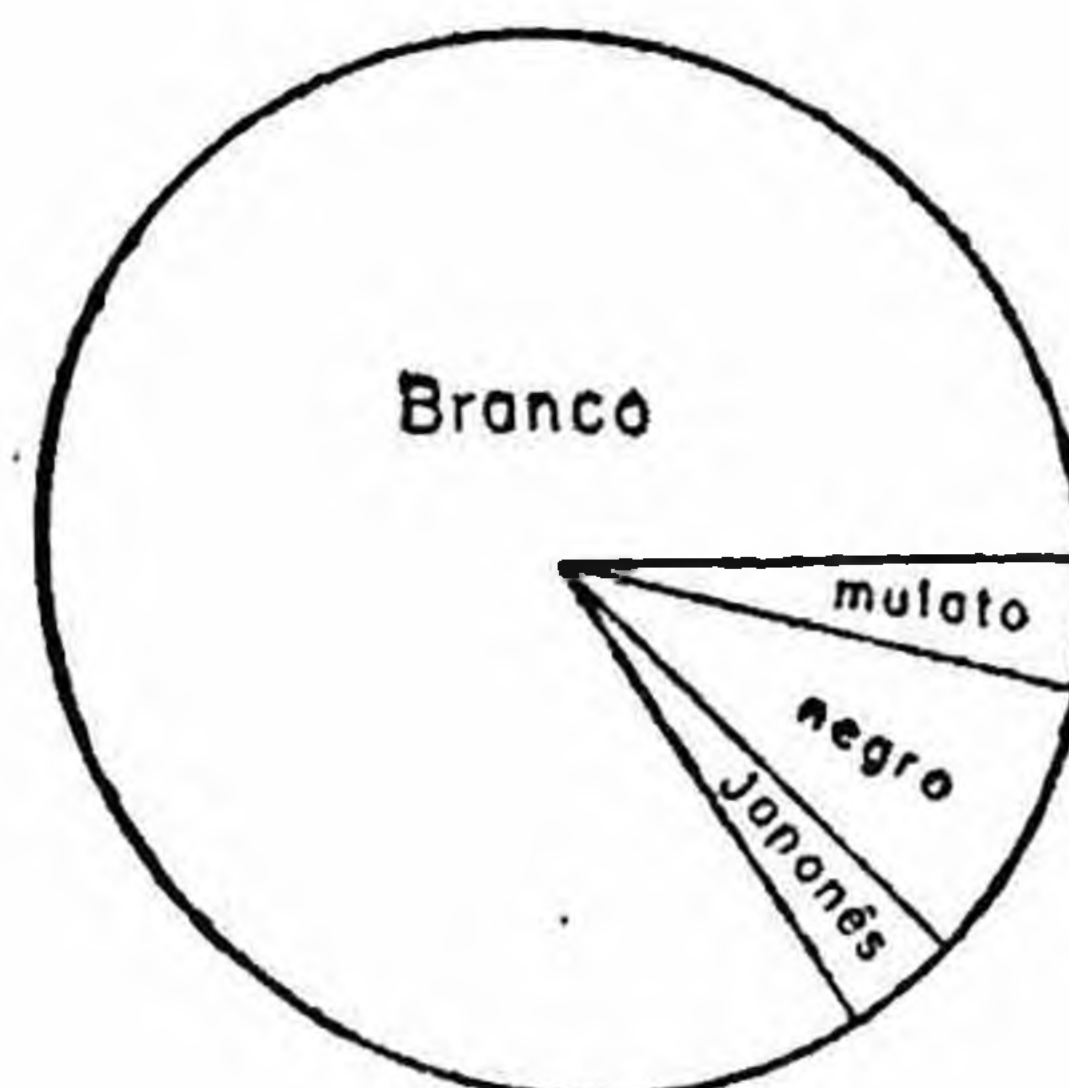


Gráfico XXXIV (Quadro 13)  
Distribuição das rejeições feitas pelos meninos brancos.

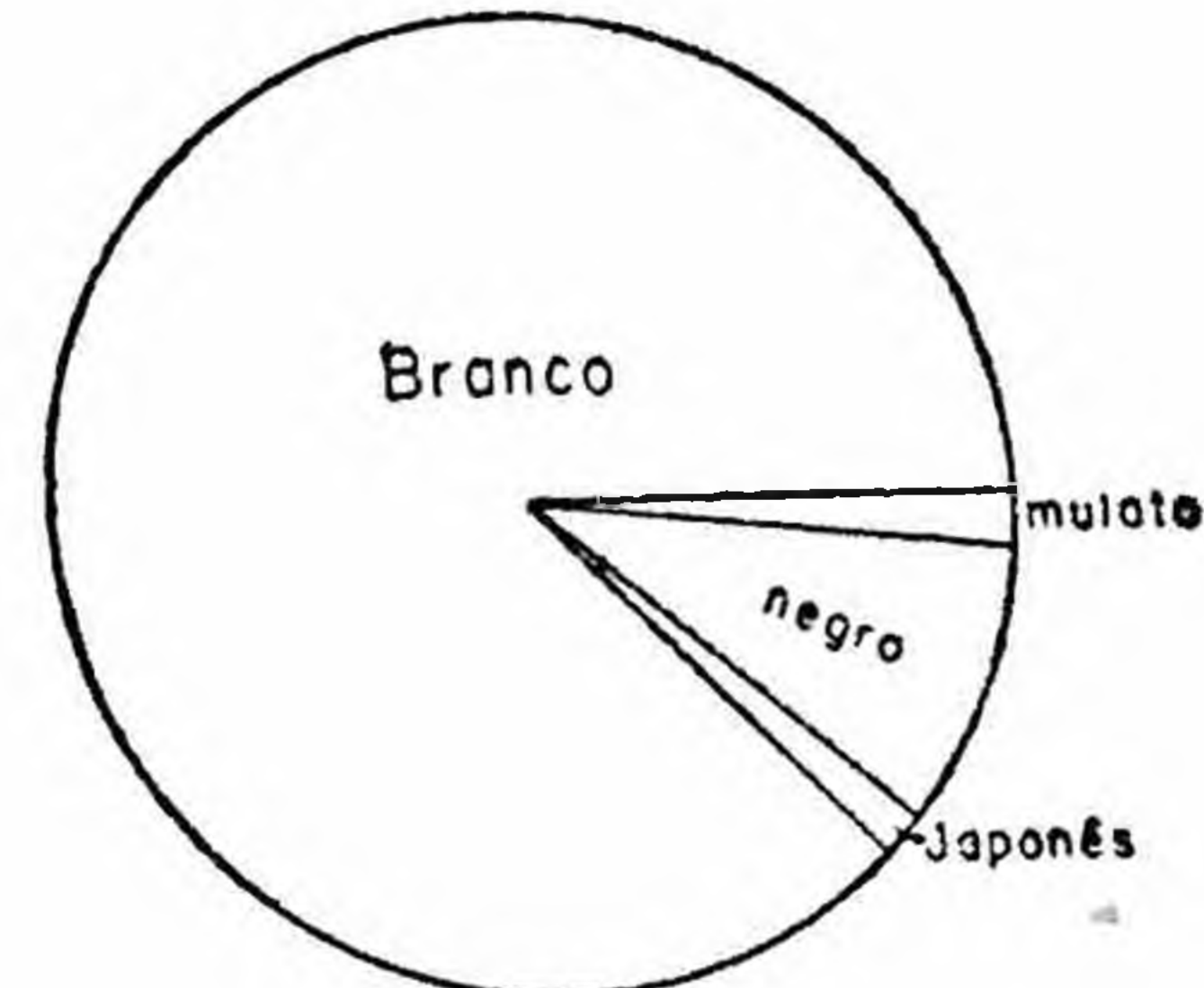


Gráfico XXXV (Quadro 14)  
Distribuição das rejeições feitas pelas meninas brancas.



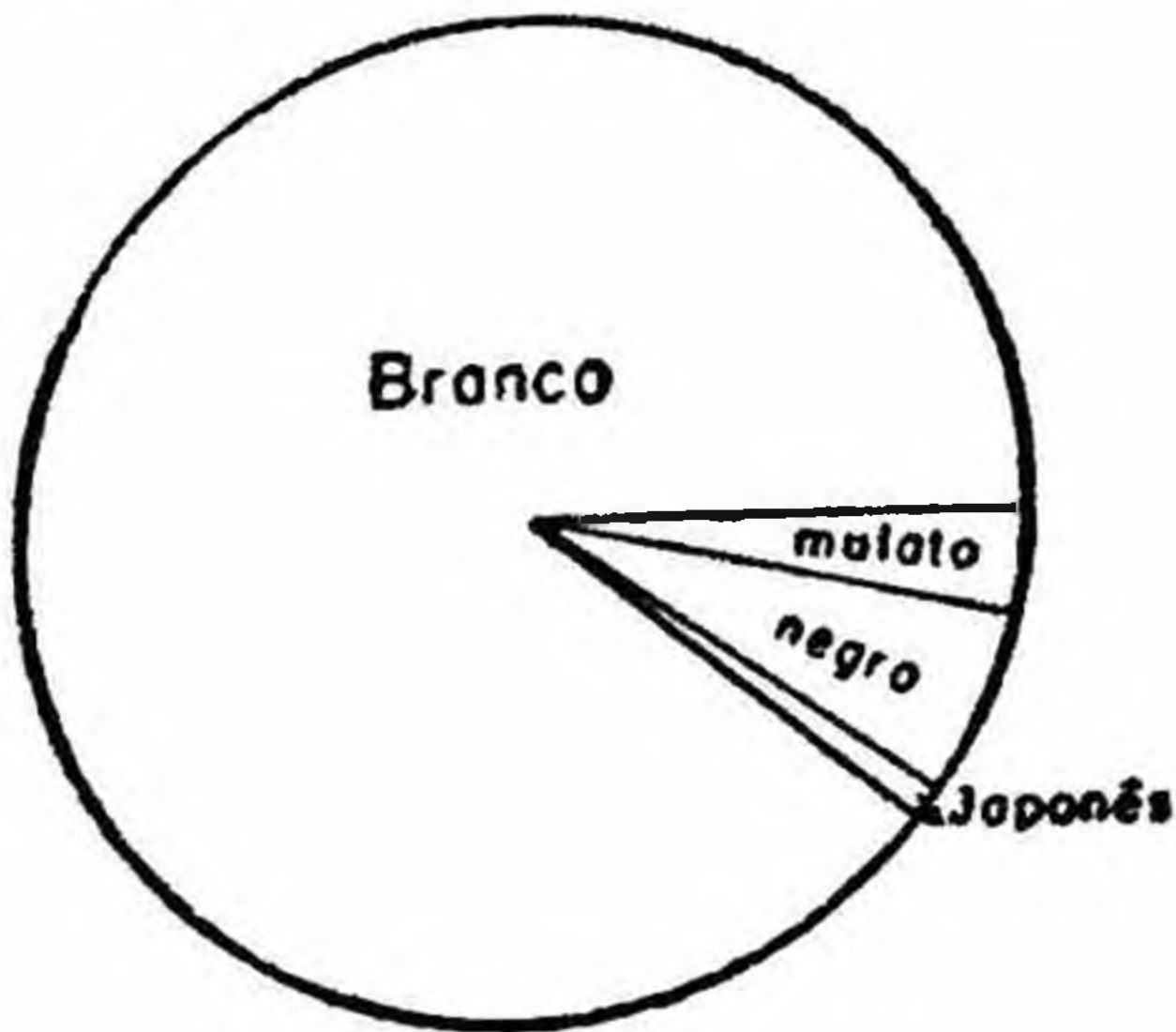


GRÁFICO XXXVI (Quadro 13)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelos meninos mulatos.

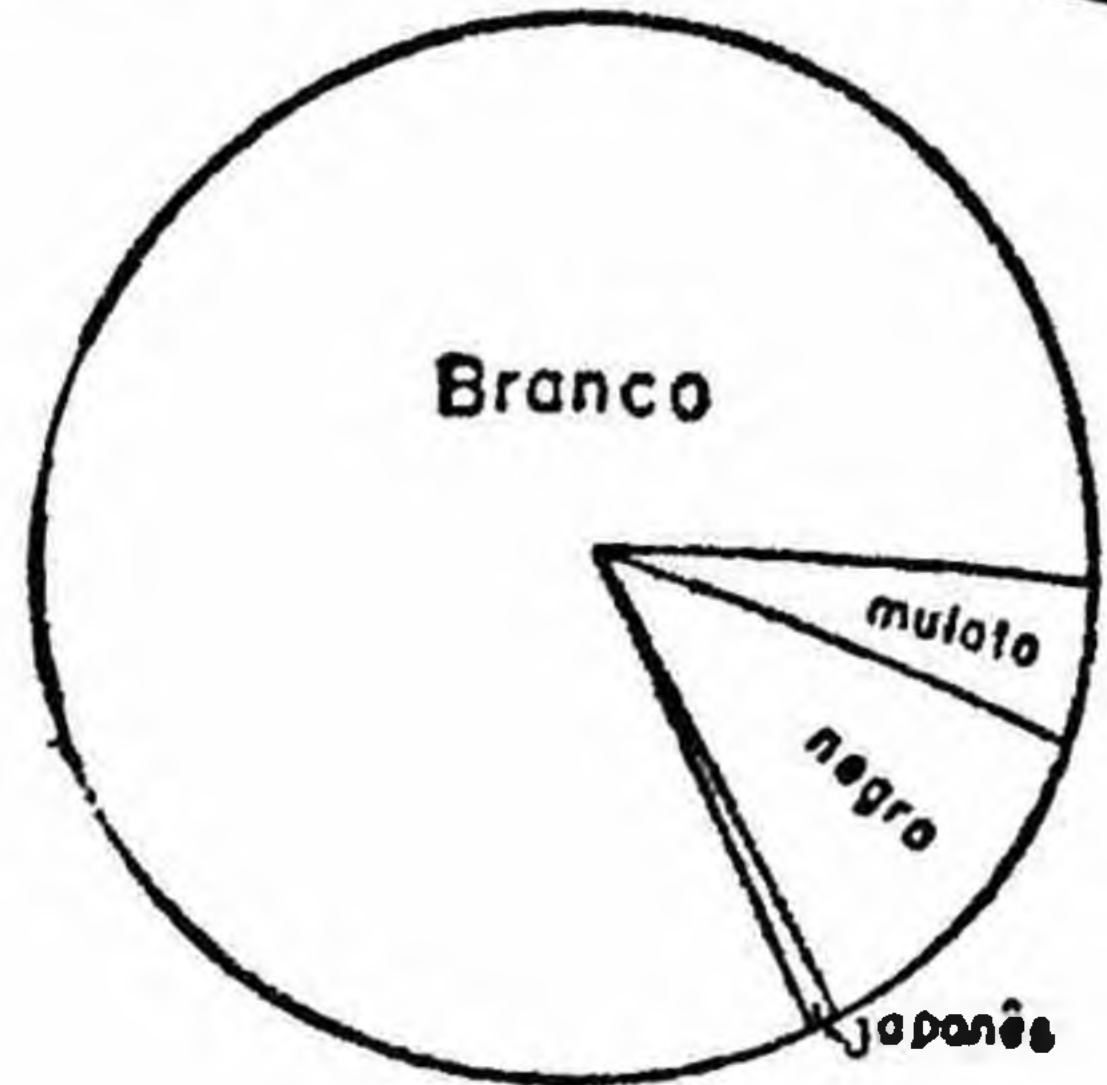


GRÁFICO XXXIX (Quadro 14)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelas meninas mulatas.

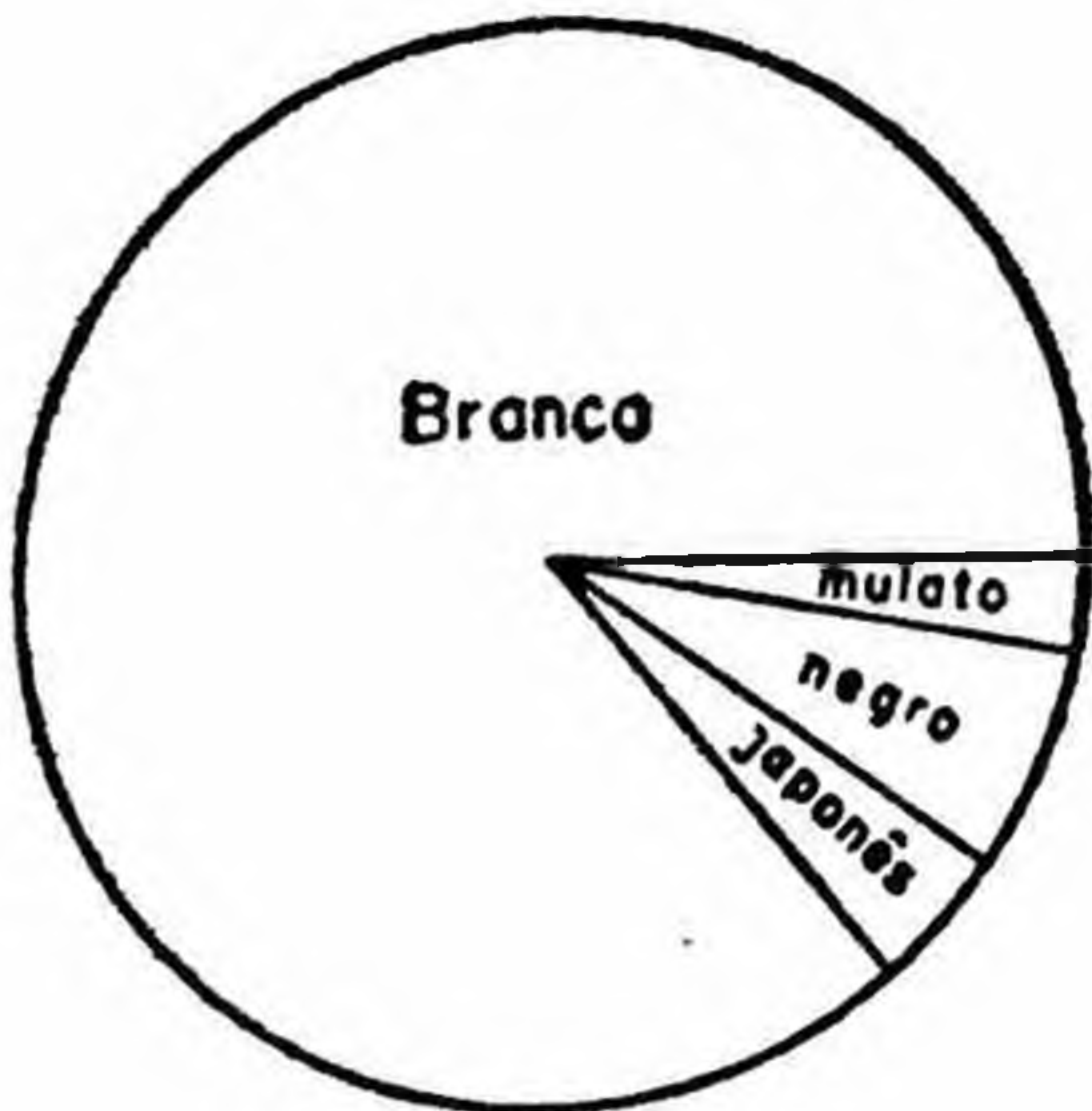


GRÁFICO XXXVII (Quadro 13)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelos meninos negros.

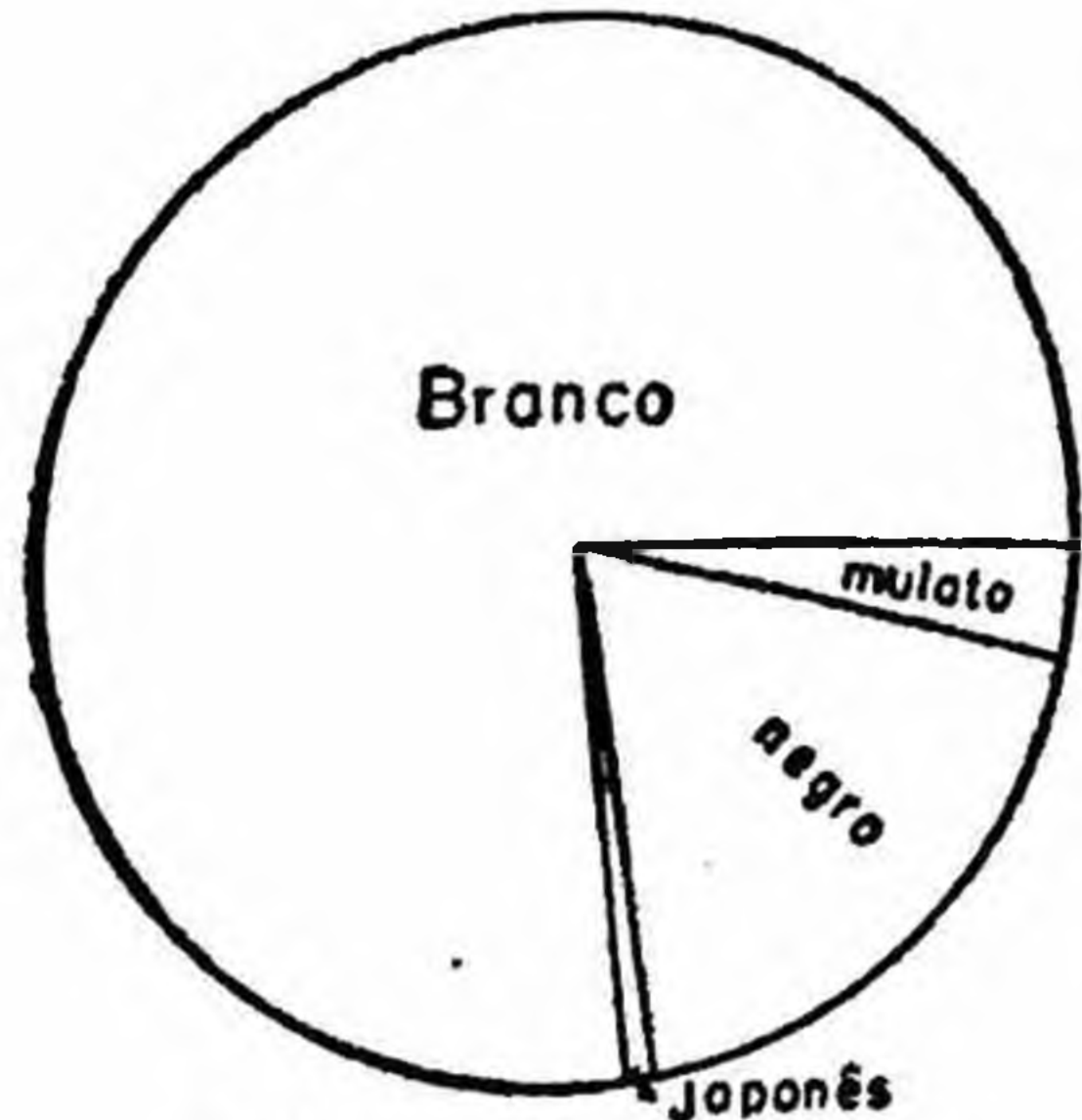


GRÁFICO XL (Quadro 14)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelas meninas mulatas.

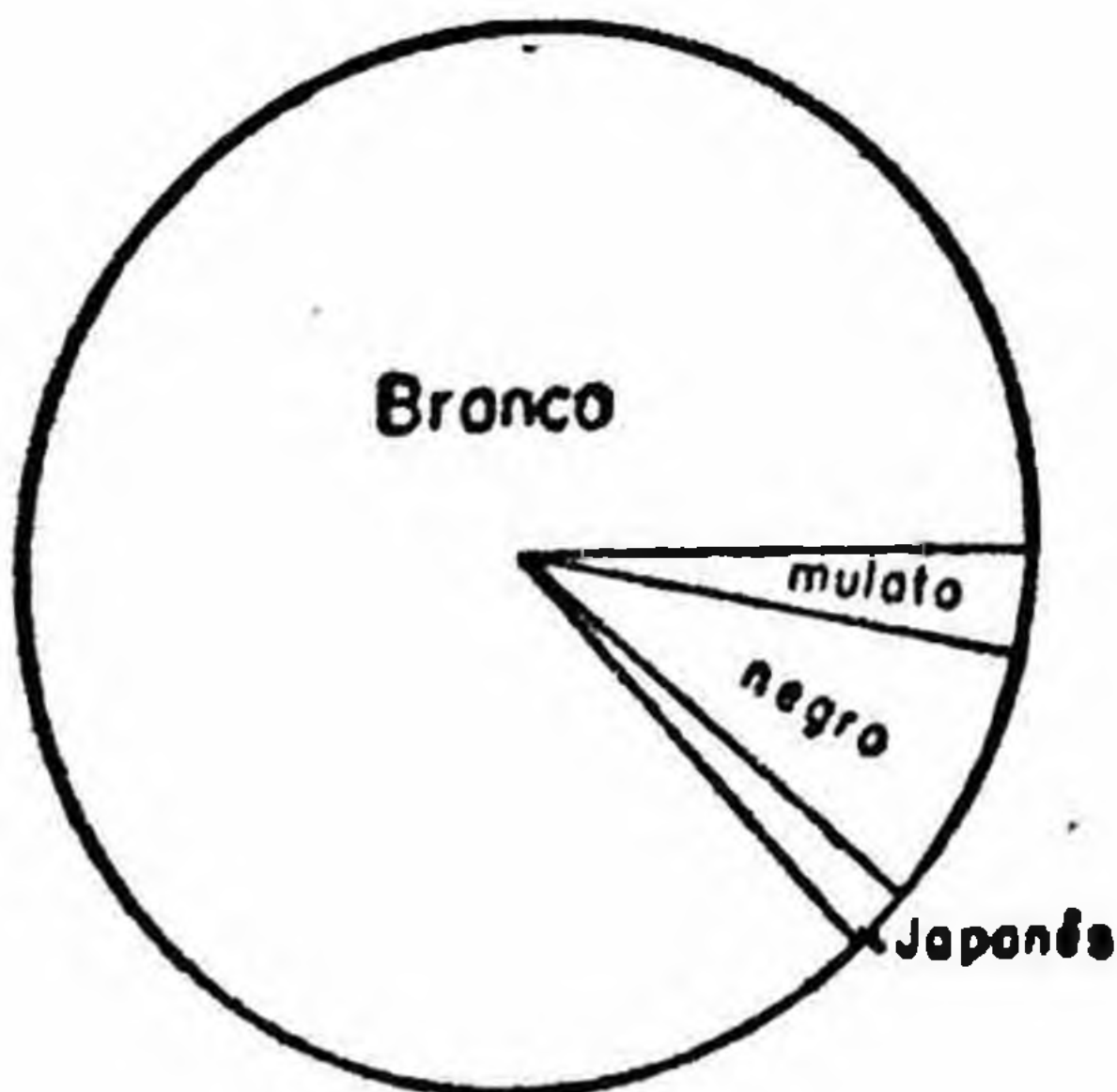


GRÁFICO XXXVIII (Quadro 13)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelos meninos japoneses.



GRÁFICO XLI (Quadro 14)  
Distribuição das rejeições feitas  
pelas meninas japonesas.





GRÁFICO XLII (Quadro 15)  
Composição da amostra segundo a nacionalidade dos escolares.

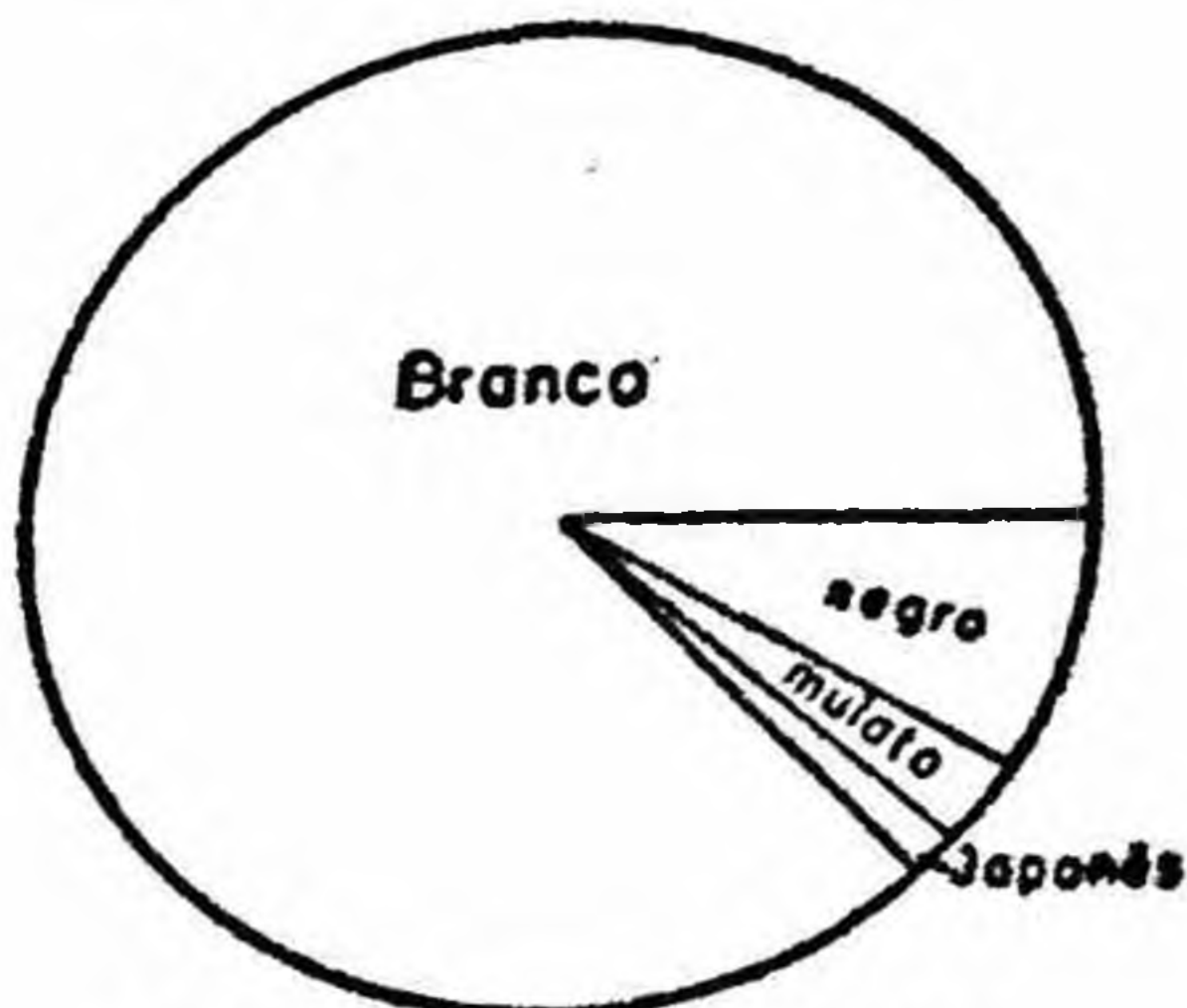


GRÁFICO XLIII (Quadro 15)  
Distribuição das rejeições segundo a nacionalidade dos escolares.

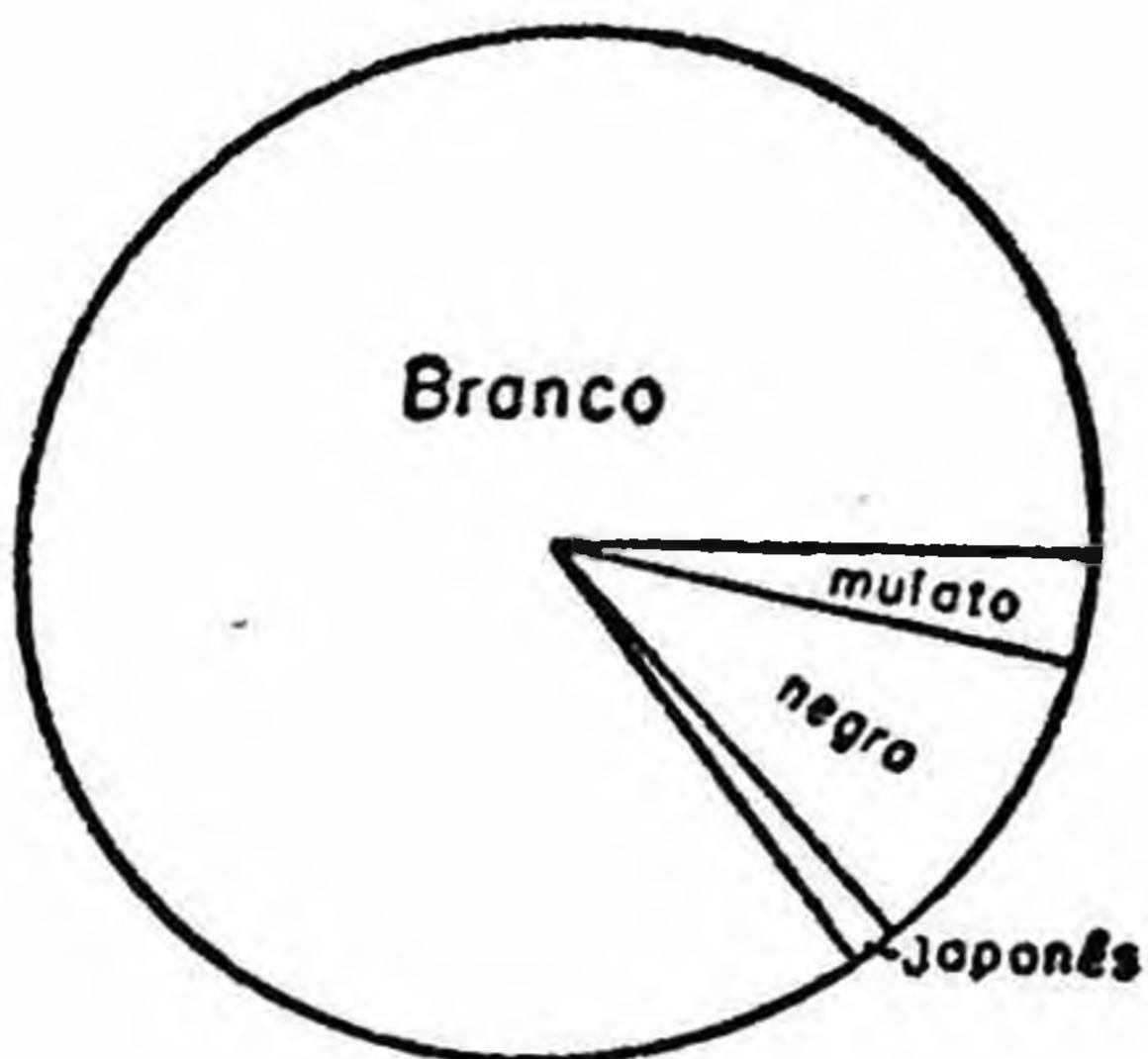


GRÁFICO XLIV (Quadro 16)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares com ambos os pais brasileiros.

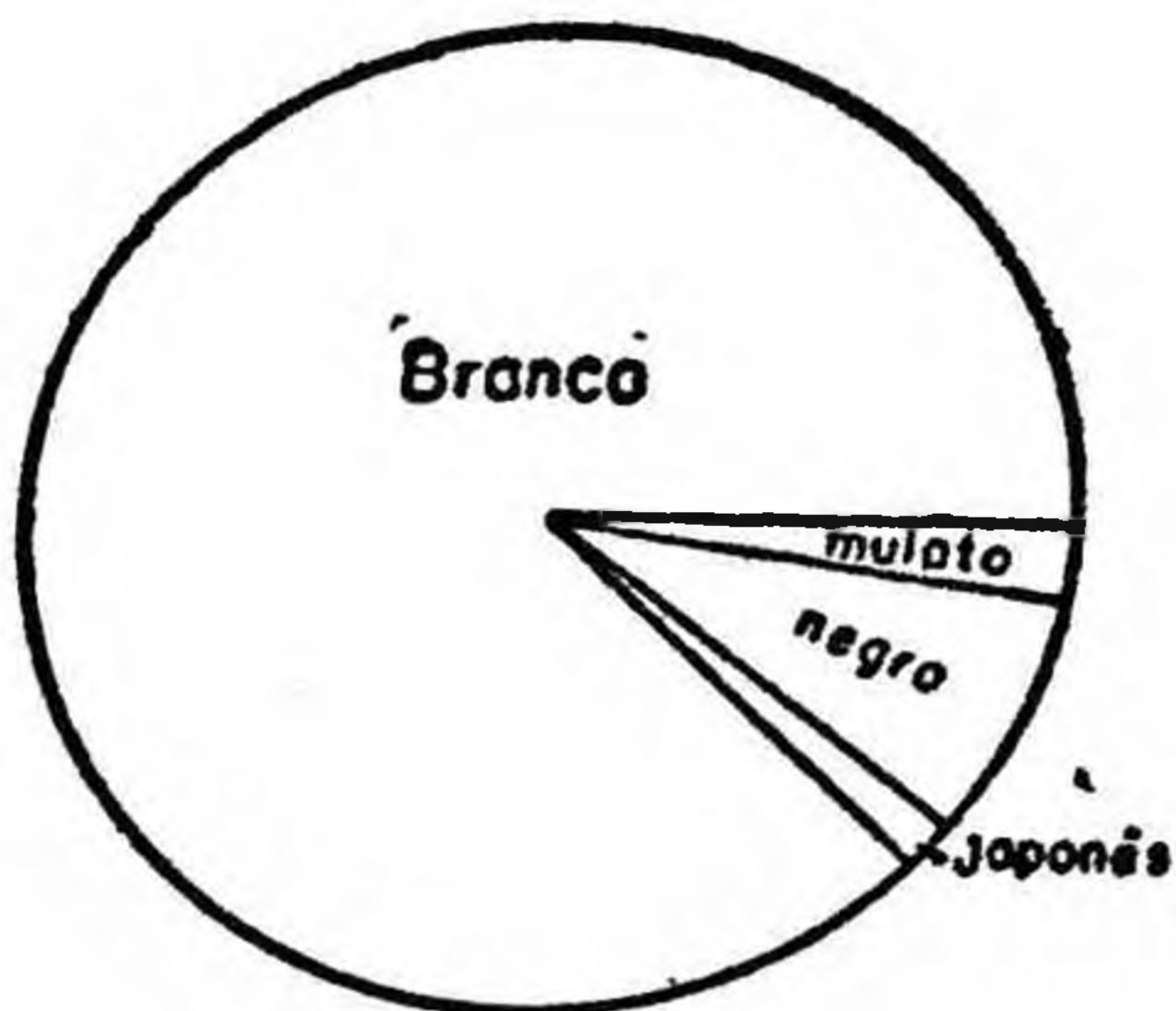


GRÁFICO XLV (Quadro 16)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares com ambos os pais estrangeiros.

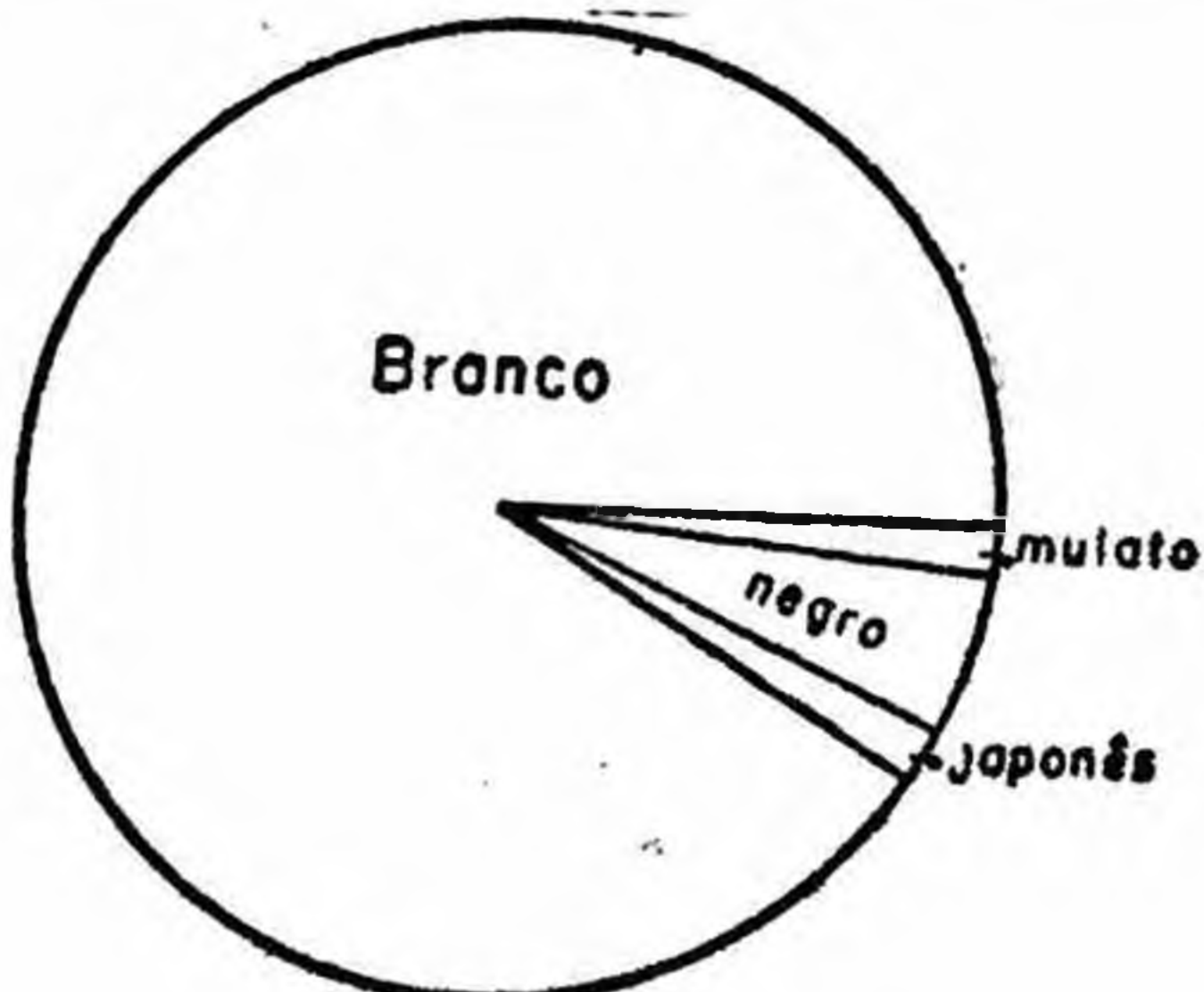


GRÁFICO XLVI (Quadro 16)  
Distribuição das rejeições feitas por escolares com um dos pais brasileiro e outro estrangeiro.



**BIBLIOGRAFIA CITADA:**

BICUDO, Virginia Leone — "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em S. Paulo", *Revista de Sociologia*, vol. IX, n.º 3, 1947, São Paulo, Brasil.

GINSBERG, Aniela Meyer — "Escolha do Companheiro de Carteira", *Psyke*, n.º 1, dezembro, 1947, Rio de Janeiro.

KARDINER, Abraam e OVESEY, Lionel — "The Mark of Oppression", W. W. Norton & Company — Inc. New York, 1951.

KLINEBERG, Otto — "L'Etude Scientifique des Stéréotypes Nationaux", *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. III, n.º 3, 1951.

LEAN, Heta: V. Mc — "Racial Prejudice", *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. XVIII, n.º 2, abril, 1947.

MARTUSCELLI, Carolina — "Uma pesquisa sobre Aceitação de Grupos Nacionais, "Raciais" e Regionais, em S. Paulo", *Psicologia*, n.º 3, Boletim CXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

PIERSON, Donald — "Negroes in Brazil", The University of Chicago Press, Chicago-Illinois, 1942.

RADKE, Marion, SUTHERLAND, Pean e ROSENBERG, Pearl — "Racial Attitudes of Children", *Sociometry*, vol. XIII, n.º 2, maio, 1950.



## **PESQUISAS SÔBRE AS ATITUDES DE UM GRUPO DE ESCOLARES DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS DE CÔR (\*)**

I) Problema: O Brasil é um dos países onde há mais mistura de raças e onde os representantes dos diferentes grupos étnicos vivem juntos: vêem-se crianças brancas, amarelas, mulatas e pretas ir à aula e brincar juntas. O problema que aqui queremos abordar é o seguinte: existe, nesse variado meio, um preconceito de raça; quais são suas formas e graus? Dêsse vasto assunto escolhemos alguns pontos que pretendemos esclarecer em nossa pesquisa, como, por exemplo, qual a atitude das crianças de idade escolar para com os seus colegas brancos e de côr? há diferença entre as crianças dos dois grupos, mostram atitudes hostis para com o grupo diferente e podem identificar-se ao seu próprio grupo? Pretendemos estudar as modificações dessas atitudes consoante a idade, o sexo, o meio social e a côr dos examinandos.

II) Métodos: Empregamos, com certas modificações, os métodos usados por H. G. Trager, M. Radke e H. Davies em seus recentes estudos sôbre as atitudes sociais das crianças. Consistem êles em um jôgo com duas bonecas idênticas mas de côr diferente, uma branca e outra preta e em interpretação de quadros representando cenas da vida de crianças brancas e pretas.

Aproveitando a idéia fundamental dêsses dois métodos empregados por Radke e seus colaboradores, modificamo-los segundo as exigências do meio brasileiro e o nosso problema. Ei-los em minúcia:

### **I — AS BONECAS.**

a) Material: as bonecas: Preparamos duas bonecas idênticas usando um cartão de 26 cms. de altura: uma branca, loira com olhos azuis, a outra pintada de preto. Foram feitos seis vestidos, havendo sempre dois iguais: dois vestidos brancos, bordados com

---

(\*) Este capítulo foi redigido por d. Aniela Meyer Ginsberg.



flores azuis que serviriam para passeio ou domingo, dois vestidos mais simples com listas azuis e brancas para casa ou para escola, e, finalmente, dois vestidos velhos rasgados e remendados, vestidos de gente pobre. Em dois cartões de 60 por 50 cms. pintaram-se quatro casas: duas idênticas com terraço, plantas na entrada e persianas verdes; duas com vidros quebrados, muros rachados e roupa lavada pendurada no quintal.

b) As instruções para o jôgo das bonecas são as seguintes: Colocam-se diante da criança os seis vestidos dizendo: "Vamos brincar com a boneca, mas devemos, antes de tudo, escolher roupa para elas: qual a roupa que você prefere, qual a que acha mais bonita?" Depois de a criança haver escolhido, pergunta-se-lhe: "Quando é que uma menina põe êste vestido? Em que ocasião?" Uma vez estabelecida a função do vestido preferido, para sair, para casa, para a escola, para domingo, etc., pergunta-se em que ocasiões seriam usados os outros vestidos.

Depois desta escolha colocam-se diante da criança as duas bonecas perguntando-se: "Aqui estão as bonecas: são iguais ou diferentes? Qual a diferença?" Se a criança diz que as bonecas são idênticas, pode-se insistir até que ela admita a diferença de cor. Faz-se, em seguida, a criança escolher um vestido para cada boneca e vestir cada uma com a roupa escolhida. Pergunta-se então: "E agora, que vão fazer as bonecas? Que vai fazer esta ou aquela?" Se a criança escolher a mesma atividade para as duas, pergunta-se: "Elas vão sair, brincar, trabalhar juntas ou cada uma por seu lado?" Continuando: "Fizeram um bonito passeio, acabaram de trabalhar ou brincar, etc., e agora querem mudar de roupa; escolha outro vestido para cada uma". Repetem-se então as perguntas precedentes sobre as novas atividades — comuns ou separadas — das bonecas. Colocam-se de lado os vestidos e apresentam-se à criança as quatro casas dizendo: "Vamos escolher a casa para as bonecas. Qual é a casa mais bonita, a que você prefere?"

Quando a criança tiver indicado a casa de sua preferência, diz-se: "Escolha agora uma casa para cada boneca. Coloque cada boneca no limiar da porta da casa em que ela irá morar". Em seguida pergunta-se: "Estas bonecas são amigas, vizinhas, ou não se conhecem? Das duas, qual é a mais bonita?" Caso a criança coloque somente a boneca preta na casa mais velha pergunta-se ainda: "Por que esta boneca mora na casa velha?"

Tôdas as respostas das crianças e suas diferentes perguntas serão anotadas textualmente no protocolo de cada entrevista.

Como podemos ver desta descrição, o jôgo de bonecas tem uma grande vantagem como método de estudo das atitudes infantis: é um jôgo que agrada às crianças; observamos que mesmo os meninos



mais velhos brincam com prazer. As reações das crianças com as bonecas são espontâneas. Nossos examinandos não são obrigados a responder a questões embaraçosas, o que nos permite confiar na sinceridade das atitudes reveladas. Resta-nos, porém, uma dificuldade: qual o grau de identificação das crianças com as bonecas? Partindo-se de suas atitudes com as bonecas brancas e pretas podem-se tirar conclusões válidas sobre as atitudes com as crianças brancas e pretas? Devido a essas dificuldades, completamos o nosso estudo por outro método: o das interpretações de quadros.

## 2 - AS INTERPRETAÇÕES DE QUADROS

Este segundo método é menos espontâneo do que o primeiro e depende mais da censura por parte das crianças que devem responder a questões por vezes embaraçosas do experimentador. Por outro lado, está mais ligado às atitudes das crianças para com os seus companheiros de cor. Assim, comparando os resultados obtidos por esses dois métodos que se completam, esperamos poder aprofundar nossos conhecimentos e chegar a conclusões válidas sobre o problema estudado.

1) Material: Preparamos 11 cartões de 22 por 16 cms. com os seguintes desenhos:

1) um grupo de crianças brincando com água. A única criança preta se mantém um pouco distante do grupo.

2) 4 meninos brancos jogam futebol e 1 negro os observa.

3) 6 crianças das quais 3 brancas e 3 pretas estão sentadas juntas numa mesa de aniversário.

4) 4 meninos pretos jogam futebol e 1 branco os observa.

5) 1 menino preto e 2 brancos jogam futebol sendo 1 dos brancos goleiro.

6) Uma senhora branca fala a duas meninas, uma branca que está segurando uma flor e a outra preta que está um pouco atrás.

7) 5 crianças brancas e uma preta estão sentadas numa rodagigante; um menino preto, de fora, os observa. Ao lado um menino branco vende bonbons a uma menina preta.

8) Mostra-se um quadro em que uma moça e um rapaz pretos param diante de uma casa com a inscrição "Baile"; um homem branco os impede de entrar.

9) Um menino preto joga uma pedra numa menina branca que foge, conduzindo um cachorro.

10) 2 meninos, um mulato e um preto estão quase se batendo.

11) 1 homem branco vende balões a duas meninas brancas; um menino preto vai-se com um balão.



II) Instruções: Na interpretação dos quadros como no teste de T. A. T. e semelhantes não se pode seguir um método rígido repetindo sempre as mesmas instruções. Estas, ao contrário, devem variar na proporção das reações das crianças. Deve-se sempre estimular-lhes a imaginação sem suggestioná-las. Por vêzes é preciso continuar a perguntar até que se obtenha uma resposta significativa. Em outros casos, as crianças contam espontaneamente toda uma história ligada ao quadro, identificando-se com as suas personagens. Devido a esta necessidade de flexibilidade citaremos aqui apenas as instruções indispensáveis repetidas sempre à vista dos quadros; não iremos mencionar todas as questões suplementares anotadas nos nossos resumos.

(1) Mostrando o primeiro quadro pergunta-se: Que fazem estas crianças? É este menino, brinca com os outros ou está sozinho? As crianças que disserem que ele joga só, pergunta-se "Por que?"

Quadro 2: Que fazem essas crianças? Por que esse menino (preto) não brinca com os outros? Caso a criança dê uma resposta evasiva como, por exemplo, "ele não gosta" insiste-se em saber se ele não gosta do jogo, de seus companheiros, ou se os outros não gostam dele e porquê.

Quadro 3: Que fazem estas crianças? São amigas ou parentes? Como é que você sabe que elas não são da mesma família? Faz-se esta última pergunta somente aos que dizem que as crianças não amigas.

Quadro 4: Que fazem estas crianças? Por que este menino branco não brinca com os outros? Se a criança mencionar como razão a diferença de cor, pergunta-se: é ele que não quer ou são os outros? Este menino — mostra-se — é branco, não é? Será que ele prefere ser branco ou preto? E este preto — mostrar — prefere ser preto ou branco?

Quadro 5: Como brincam as crianças aqui? Continua-se a perguntar até obter uma resposta significativa sobre o grupamento das crianças no jogo: brincam todas juntas ou os pretos contra os brancos, etc.

Quadro 6: Que fazem estas moças? Segundo a atividade mencionada tenta-se aprofundar para saber se a jovem preta faz parte do grupo. Por exemplo: "Elas vão passear" pergunta-se: "As três?" Se a preta for excluída pergunta-se porquê.

Quadro 7: Que temos aqui? Por que este menino preto não entrou na roda gigante? Entrará mais tarde? Se a criança responder: "Ele não gosta", continua-se a perguntar como para o quadro número 2.



Quadro 8: Estes jovens querem dançar; você vê a inscrição "Baile" mas este homem não os quer deixar entrar, por que será?

Quadro 9: Que acontece aqui? Por que este menino (preto) jogou uma pedra na menina?

Quadro 10: "Que fazem estes dois meninos?" Se a criança responder apenas "Brincam" pergunta-se: "como?" Se a criança disser: "Eles lutam" pergunta-se: "Para se distrair ou para brigar?" Caso a criança fale em luta pergunta-se qual a razão.

Quadro 11: "Que fazem estas crianças?" "Por que este menino (preto) se vai embora?"

Tais são, em linhas gerais, os métodos empregados no nosso inquérito.

III — A população estudada: 1) Escolha das crianças a examinar: Empregando o método supra descrito de entrevistas individuais com cada criança, não pudemos reunir as respostas de um grande número de pessoas examinadas no espaço de alguns meses. Por causa disso renunciámos a obter respostas de um grupo representativo de toda a população escolar de São Paulo. Em lugar disso escolhemos 3 grupos de escolares, alunos dos quatro primeiros anos que vivem em condições sociais bem diferentes.

A. O nosso primeiro grupo é constituído por alunos da escola primária A. São grupos de crianças pobres — operárias e artesãs — que moram num bairro com grande número de população de cor. Estas crianças têm, pois, o hábito de ter negros como colegas e vizinhos.

B. O segundo grupo é de alunos da escola primária B., em sua maioria filhos de operários de um nível econômico um pouco mais elevado em cujo bairro os negros são bastante raros.

C. Em 3.º lugar vem um grupo de crianças de uma escola particular de um dos melhores bairros residenciais. Os examinados são filhos de pais ricos, industriais ou proprietários agrícolas ou que exercem uma profissão liberal. Nesta escola há apenas mulatos muito claros.

Escolhemos em cada classe, ao acaso, pelo começo e pelo fim da lista de nomes os alunos a examinar.

2) Assim sendo pudemos reunir as respostas de 216 crianças tendo, porém, que eliminar respostas de 8 crianças que pertenciam a grupos étnicos muito pouco numerosos: japoneses e caboclos. O nosso grupo final foi constituído, pois, por 208 crianças que assim se dividem:



	M	F	Total	%
Branços	87	80	167	80,3
Mulatos	14	14	28	13,4
Pretos	6	7	13	6,3
	<u>107</u>	<u>101</u>	<u>208</u>	<u>100</u>

A divisão dos examinandos por sexo, côr e escolas é a seguinte:

Escola A.	M	F	Total	%
Branços	30	26	56	65,1
Mulatos	10	9	19	22,1
Pretos	4	7	11	12,8
	<u>44</u>	<u>42</u>	<u>86</u>	<u>100</u>

Escola B.	M	F	Total	%
Branços	29	24	53	85,5
Mulatos	3	4	7	11,3
Pretos	2	—	2	3,2
	<u>34</u>	<u>28</u>	<u>62</u>	<u>100</u>

Escola C.	M	F	Total	%
Branços	28	30	58	96,6
Mulatos	1	1	2	3,4
Pretos	—	—	—	—
	<u>29</u>	<u>31</u>	<u>60</u>	<u>100</u>

A idade dos examinandos é a seguinte:

Idade	Branços			Mulatos			Pretos			Total de todo o grupo
	M.	F.	Total	M.	F.	Total	M.	F.	Total	
7 anos	8	10	18	1	—	1	1	—	1	20
8 anos	9	4	13	2	2	4	—	1	1	18
9 anos	13	22	35	1	1	2	1	—	1	38
10 anos	17	9	26	—	2	2	—	2	2	30
11 anos	17	18	35	4	2	6	3	1	4	45
12 anos	15	12	27	1	3	4	—	2	2	33
13 anos	8	4	12	3	3	6	1	1	2	20
14 anos	—	1	1	2	1	3	—	—	—	4
	<u>87</u>	<u>80</u>	<u>167</u>	<u>14</u>	<u>14</u>	<u>28</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>13</u>	<u>208</u>

A idade média das crianças brancas era de 10, 1.

A idade média das crianças mulatas era de 10, 9.

A idade média das crianças pretas era de 10, 7.



Para efeito de comparação das respostas das crianças brancas de idade diferente reunimo-las em quatro grupos de idades:

	M.	F.	Total
Grupo a de 6: 7 — 8: 6	17	14	31
Grupo b de 8: 7 — 10: 6	30	31	61
Grupo c de 10: 7 — 12: 6	32	30	62
Grupo d de 12: 7 — 14: 6	8	5	13

As crianças de 6: 7 até 8: 6 entraram no grupo de 7 anos e o mesmo vale para os anos seguintes. Não comparamos as respostas das crianças mulatas e pretas divididas por idade por causa do reduzido número dessas crianças.

Eis aí os grupos com os quais fizemos a nossa experiência.

IV — Resultados: Em lugar de apresentar em nosso texto as tabelas estatísticas dos resultados obtidos, que veremos no anexo I, apresentaremos apenas fatos significativos com relação ao problema do preconceito racial. Verificamos, pelo cálculo de erro provável, quais são as diferenças estatisticamente significativas entre a porcentagem de respostas dos diferentes grupos de crianças. No texto a seguir, falaremos somente das diferenças válidas, isto é, superiores ao triplo do erro provável.

#### A. Os resultados do jogo de bonecas.

1. a) Do grupo total de crianças brancas a maioria — 77,2% — deu, na primeira escolha, o vestido fino para a boneca branca e somente 26,3% escolheram o mesmo vestido para a boneca preta. Nesta escolha não se nota diferença entre as crianças de sexos diferentes, nem entre as de idade diferente. As crianças brancas escolheram em 28% dos casos o vestido velho para a boneca preta e somente em 4,2% dos casos o mesmo vestido para a boneca branca. Não se nota diferença entre as reações das crianças dos dois sexos; quanto à idade as mais moças escolheram o vestido velho para a boneca preta um pouco mais freqüentemente. Grupo a: 44,1%; Grupo b: 32,6%; Grupo c: 16,1%; Grupo d: 23%.

Podemos notar uma diferença interessante na freqüência da escolha do vestido velho para a boneca preta nas crianças brancas de diferentes meios sociais. Os alunos da escola A escolhem o vestido velho em 28,5%; os da escola B apenas em 13,2% e os ricos da escola C em 43,1%. Em relação à boneca branca não se nota diferença entre os alunos das três escolas. Aqui se anuncia um fato que se



repetirá freqüentemente: os alunos da escola "B" do bairro operário de população branca são mais favoráveis aos negros, os da escola "A" habitantes de bairro misto têm situação intermediária e os burgueses da escola "C" a menos favorável.

b) Entre as crianças mulatas continua a preferência pela boneca branca: 78% escolheram para ela o melhor vestido; 46,4% deram o mesmo vestido à boneca preta. Nenhum dos mulatos deu o vestido velho à boneca branca e apenas 14,3% o deram à preta.

c) As crianças negras continuam a dar preferência à boneca branca, escolhendo para ela, em 84,6% o vestido bonito e não lhe dando nenhuma vez o vestido velho. A boneca preta recebeu em 38,5% dos casos o vestido fino e apenas em 15,4% o velho. O resto das crianças pretas escolheu para a boneca preta a roupa intermediária.

Podemos ver que entre as crianças de cor a boneca branca continua a ser privilegiada, mas que em comparação com as crianças brancas elas escolhem mais raramente o vestido velho para a boneca preta.

2) Passemos agora ao estudo das atividades atribuídas às bonecas nesta primeira escolha.

a. a. 40% das crianças brancas dão às duas bonecas uma atividade comum e 60% atividades distintas. Não se nota diferença entre as respostas das crianças dos dois sexos. A tendência de separar as atividades das bonecas parece diminuir com a idade. Grupo a: 61,7%, Grupo b: 60,3%, Grupo c: 59,6%, Grupo d: 53,8%, mas as diferenças são insignificantes. Os alunos das duas escolas públicas mostram quase a mesma freqüência neste ponto. A: separadas — 53,6%, B: 52,8% mas, nos alunos da escola particular C esta porcentagem de separação aumenta consideravelmente: 77,6%.

a. b. Entre os mulatos 57% indicam atividades comuns e 42,9% atividades distintas.

a. c. 69% das crianças pretas indicam atividades comuns e somente 31% separam as mesmas atividades.

Por esta comparação vemos que as crianças de cor mostram mais raramente tendência a separar as atividades das bonecas.

b. a. Quais são as atividades atribuídas às bonecas? As mais freqüentes são passear, ir à escola, brincar, ir a uma festa, ao cinema, trabalhar em casa.

Das atividades a que mais nos interessa é o trabalho doméstico que pode indicar posição social inferior. Entre as crianças brancas apenas 2,3% fazem que a boneca branca trabalhe em casa, mas 25,7% escolhem esta ocupação para a boneca preta. Não se nota diferen-



ça entre as respostas das crianças dos dois sexos, nem de grupos de idade nem mesmo entre os alunos das três escolas.

b. b. Das crianças mulatas 3,6% dão o trabalho doméstico à boneca branca e 21,4% à preta.

b. c. Entre as crianças negras ninguém dá o trabalho em casa à boneca branca e apenas 7,7% o dão à preta.

Por esta escolha de ocupações parece que uma parte das crianças atribui à boneca preta papel social inferior ao da branca.

3) A segunda escolha dos vestidos, embora menos significativa que a primeira, nos pode ser útil como verificação das tendências reveladas na primeira escolha. Segundo as instruções, as bonecas devem trocar de roupa e por isso é raro que as crianças dêem o melhor vestido pela segunda vez à boneca branca.

a. Assim é que das crianças brancas apenas 15% dão à boneca branca o melhor vestido e 47% o velho. A boneca preta perde ainda mais: 16% escolhem para ela o melhor vestido mas 60% lhe dão o velho. Mesmo nesta situação, pois, a boneca branca continua a ser privilegiada ainda que de maneira negativa. Não se nota diferença significativa entre as respostas dos dois sexos, de idades diferentes ou mesmo entre os alunos das três escolas.

b. Entre as crianças mulatas a boneca branca não é mais privilegiada. Dão-lhe elas o melhor vestido em 7,1% e o velho em 67,8% das respostas. A boneca preta recebe o melhor vestido em 10,7% e o velho em 60,7% das respostas.

c. As crianças pretas mostram-se um pouco mais favoráveis à boneca branca: 31% lhe dão o melhor vestido e 38% o velho; as mesmas crianças pretas dão à boneca preta o melhor vestido apenas em 7,7% e o velho em 53,8% das respostas.

A segunda atividade tem também menor valor significativo devido à menor espontaneidade.

a. a. Entre as crianças brancas a proporção entre as ocupações comuns e separadas das duas bonecas é quase idêntica à da primeira escolha: comuns: 42,5%; separadas: 57,5%. As crianças mais moças separam as bonecas mais freqüentemente que as mais velhas, mas as diferenças não são significativas. Dêste ponto de vista não se nota diferença entre as crianças dos dois sexos, nem das três escolas.

a. b. Os mulatos mostram a mesma tendência que os brancos: separam as bonecas em 60,7% e as unem em 39% das respostas.

a. c. As crianças pretas mostram, neste caso, tendência contrária: a maioria indica ocupações comuns das duas bonecas: 61,5% e a minoria ocupações separadas: 38,5%.



b. As ocupações das bonecas são as mesmas que na primeira escolha, mas, em proporção diferente. Assim, por exemplo, o passeio é mais raro e o trabalho em casa mais freqüente.

b. a. Entre as crianças brancas, em lugar da preferência nítida da primeira escolha no que concerne ao trabalho doméstico, vemos uma distribuição mais igual: em 28,1% dos casos a boneca branca trabalha em casa e em 24,6% a preta. Não há diferenças significativas entre as respostas a este ponto entre as crianças de idade ou sexo diferente ou entre alunos das três escolas.

b. b. As crianças mulatas dão às duas bonecas trabalho em casa com a mesma freqüência: branca 39%; preta: 42%.

b. c. O mesmo fato se faz notar entre as crianças pretas: a boneca branca trabalha em casa em 31% e a preta em 31% das respostas.

Resumindo este ponto podemos dizer que na sua segunda escolha de vestidos e ocupações, as crianças brancas mostraram as mesmas tendências que na primeira, isto é, preferência pela boneca branca.

5) Passemos agora a um ponto bem mais interessante: a escolha das casas nas quais as bonecas devem habitar. Isso nos interessa sobretudo porque exprimem muito mais do que as preferências das crianças por uma boneca as idéias da criança sobre o papel social dos brancos e dos pretos.

a. As crianças brancas escolheram casas semelhantes para as duas bonecas somente em 29,3% dos casos e diferentes em 70,7%. A boneca branca mora quase sempre na casa bonita — em 97% — e somente em 3% das respostas é que ela mora na casa velha.

A boneca preta mora em 31,7% dos casos na casa bonita e em 68,7% no casebre. Em matéria de casa as meninas se mostram mais exclusivas que os meninos. (Casas diferentes M.: 66,6%, F.: 75%; boneca branca, casa bonita: M.: 95,4%, F.: 98,7%; casa velha: M: 4,6%, F: 1,2%; Boneca preta, casa bonita: M: 36,6%, F: 26,2%; casa velha: M: 63,4%, F: 73,2%. Não se notam diferenças nas respostas das crianças de idade diferente. A diferença existe, porém, entre os alunos das três escolas. Os da escola A. colocam as bonecas em casas diferentes em 67,9% das respostas e dão à preta a casa velha em 67,9%. Os alunos da escola B., como sempre mais liberais, colocam as bonecas em casas diferentes em 60% e a preta na casa velha em 56,6% das respostas. Finalmente, os alunos ricos da escola C. indicam em 81,1% dos casos, casas diferentes e colocam a boneca preta na casa velha em 79,3% dos casos.

b. As crianças mulatas escolhem em 50% dos casos casas semelhantes e em 50% casas diferentes para as duas bonecas. Mesmo as



sim, porém, a boneca branca continua privilegiada morando na casa bonita em 85,7% dos casos e na velha em 14,3% enquanto a boneca preta mora na casa bonita em 53,5% dos casos e na velha em 46,4%.

c. As crianças pretas mostram a mesma tendência que as mulatas: escolhem casas semelhantes em 46,1% dos casos e diferentes em 53,8%. A boneca branca, segundo as crianças pretas, mora na casa bonita em 84,6% e na velha em 15,4%. Mas, a boneca preta mora também na casa bonita e mais freqüentemente em 69% e na velha em 31% das respostas das crianças pretas.

Como resumo destes dados podemos dizer que em matéria de habitação tôdas as crianças dão marcada preferência à boneca branca colocando, por outro lado, muito freqüentemente a boneca preta na casa velha. Nas crianças brancas esta tendência se acentua entre os que moram em bairro misto e entre os filhos de pais ricos. As crianças de côr continuam a colocar a boneca branca na casa bonita mas, mais freqüentemente que os brancos aí colocam também a preta.

#### B. Razões de escolha da casa velha.

Nem tôdas as crianças responderam porque a boneca preta mora na casa velha; apenas uma parte delas — 70 — que colocou a boneca preta no casebre. Não temos respostas das crianças pretas sôbre este assunto. A grande maioria dos brancos — 77,2% — dá a razão econômica e social: a boneca preta mora na casa velha porque é pobre ou não tem outra casa. 10,6% dizem que é porque ela é preta e 7,9% dão explicações pejorativas em relação à preta: ela é relaxada ou feia, 4% dão como razão a posição social inferior da preta: empregada, etc. As crianças mais moças dão menos freqüentemente a explicação econômica que as mais velhas. (Grupo a: 55,1%; b: 84,7%; c: 72,7% e d: 100%.

b. b. Das poucas crianças mulatas que responderam a esta pergunta 100% deram como razão a pobreza.

Vemos, pois, que as crianças escolheram a casa velha para a boneca preta muito mais freqüentemente devido às suas idéias sôbre a inferioridade econômica dos pretos do que a alguma animosidade contra eles.

#### C. Quais as relações entre as duas bonecas?

a. 53% das crianças brancas dizem que elas são amigas, 28,2% acham que são vizinhas. Estas duas categorias exprimem relações amigáveis entre as duas bonecas. Tais relações são indi-



cadras por 81,2% das crianças brancas que responderam a esta questão. /117/. 8,4% dizem que as bonecas se conhecem, 7,7% que elas não se conhecem e 2,5% que elas não são amigas.

Devido às normas de boa educação que no Brasil exigem das crianças grande polidez e lhes proibem exprimir sua hostilidade, devemos considerar estas três respostas como ligeiramente hostis com relação à boneca preta. As relações não amigáveis atingem a 18,6% das respostas.

Não existem diferenças significativas entre as respostas das crianças dos dois sexos.

Parece que com a idade diminui o número de crianças que falam de relações não amigáveis entre as bonecas. No grupo a: 20,6%; no b: 13,8%; no c: 8,6% e no d: 7,7%.

Talvez exista aqui a influência crescente das normas de meior, as crianças aprendem que não é "gentil" dizer que as bonecas não são amigas.

Temos somente as respostas dos alunos das escolas B e C a esta pergunta. Estes dois grupos mostram diferenças notáveis no tocante às relações entre as duas bonecas; os alunos da escola B indicam em 93,7% relações amigáveis e em 6,3% relações não amigáveis. Os da escola C apenas em 66,2% amigáveis e em 33,8% não amigáveis. Mesmo, porém, no meio burguês muito menos favorável aos negros que o meio operário da escola B o número de crianças que indica relações não amigáveis não é grande.

b. As crianças mulatas falam unicamente de relações amigáveis e dizem que 65% são amigas e 35% vizinhas.

c. As crianças pretas mencionam apenas as boas relações entre as bonecas: 62,5% as indicam como amigas e 37,5% como vizinhas.

#### D. Apreciação das bonecas.

a. Entre as crianças brancas 92,2% acham a boneca branca mais bonita; 6% avaliam ambas como iguais e 1,8% considera a preta mais bonita. Dêste ponto de vista não se notam diferenças válidas entre as respostas das crianças de idade e sexo diferente nem entre os alunos das três escolas.

b. As crianças mulatas são ainda mais categóricas: 96,4% acham a boneca branca mais bonita e apenas 3,6% acham as duas iguais. Ninguém preferiu a boneca preta.

c. Entre as crianças pretas o ideal da beleza branca continua: 84,6% dentre elas acham a boneca branca mais bonita e 15,4% as duas iguais. Aqui ainda uma vez notamos a preferência das crianças pela boneca branca.



E. Que conclusões podemos tirar desta primeira parte de nossas experiências?

a. As crianças brancas mostram em tôdas as circunstâncias do jogo preferência marcada pela boneca branca. A grande maioria das crianças escolhe para ela o melhor vestido e casa, a ocupação mais agradável e a considera a mais bonita. Nesta atitude das crianças não se notam diferenças significativas de idade, sexo ou meio social.

b. As crianças pretas e mulatas mostram a mesma preferência pela boneca branca que tem todos os privilégios.

c. A maioria das crianças brancas mostra atitude amigável para com a boneca preta, ainda que lhe dê o segundo lugar: a pior roupa, a casa velha, etc.

d. Apenas um quarto das crianças brancas aproximadamente atribui à boneca preta papel social nitidamente inferior: ela usa o vestido velho, cozinha quando a branca passeia, mora na casa velha porque é pobre.

Este papel inferior é atribuído mais raramente pelas crianças de um meio operário que moram em um bairro onde há poucos negros; as crianças do mesmo meio social que moram em um bairro misto mostram tendência a separar as duas bonecas e finalmente as ricas acentuam o papel socialmente inferior da boneca preta separando assim freqüentemente as bonecas.

e. As crianças de côr, embora mostrem atitudes semelhantes às brancas com a boneca branca, diferem dos seus companheiros brancos na atitude com a boneca preta. Atribuem-lhe mais raramente papel inferior e dão às duas bonecas vestidos, casa e ocupação semelhantes.

f. A grande maioria das crianças brancas e tôdas as de côr dizem que as duas bonecas têm relações amigáveis. Somente 18,6% das crianças brancas indicam relações não apenas não amigáveis mas não abertamente hostis. Esta porcentagem aumenta entre as crianças de meio burguês e entre os filhos de operários que moram em bairro misto em comparação com os filhos dos operários que moram em um bairro onde os negros são raros.

g. Não existem diferenças significativas entre as respostas das crianças dos dois sexos e muito poucas são as diferenças entre as reações das crianças de idade diferente. Apenas: as crianças mais moças separam mais freqüentemente as bonecas e falam mais de



relações não amigáveis. As mais velhas dão mais freqüentemente a razão econômica que força a boneca preta a morar na casa velha. Tais as conclusões que podemos tirar dos jogos de bonecas.

#### F. Os resultados das interpretações dos quadros.

Como já mencionamos na descrição dos métodos, a interpretação dos desenhos é menos espontânea que o jogo de bonecas. As crianças são influenciadas pelos quadros que freqüentemente implicam separação das crianças segundo a cor. Por outro lado, as perguntas do experimentador sobre as razões de exclusão de certas crianças podem suggestionar o examinando; e finalmente a série de 11 quadros representando relações entre as crianças brancas e de cor pode predispor as crianças. No fim da nossa experiência as crianças são mais levadas a dar explicações "racistas" que no começo; esta sugestão provocada pelo material não pode ser completamente eliminada, mesmo por instruções as mais prudentes.

1. Vejamos agora como reagem as crianças em face do primeiro quadro:

a. a. Entre as crianças brancas 65,2% dizem que o menino preto brinca sozinho e 34,7% que ele vai distrair-se com os outros. As meninas notam esta separação mais freqüentemente que os meninos: (M.: 60%; F.: 71,2%). Dêste ponto de vista não se notam diferenças entre os alunos das três escolas nem entre os diferentes grupos de idade.

a. b. As crianças mulatas dão ainda mais freqüentemente esta interpretação de separação. O menino brinca sozinho em 71,5% e com os outros em 28,5% dos casos.

a. c. Nas crianças pretas esta tendência é ainda mais acentuada: o menino preto brinca sozinho em 84,6% e com os outros apenas em 15,4% dos casos.

Nas crianças de cor dos dois sexos não se notam, dêste ponto de vista, diferenças de respostas.

b. a. As crianças brancas raramente dão a diferença de cor como razão de separação das crianças (16,7%), indicam mais freqüentemente razões ligadas ao jogo (o menino preto vai nadar, etc.). Não existem diferenças significativas entre as respostas das crianças dos dois sexos nem das diferentes idades dêste ponto de vista. Por outro lado, porém, a interpretação dos alunos das três escolas varia de maneira significativa.



Os da escola A. dão a razão de diferença de cor em 28% dos casos; os da B apenas em 7,5% e os da C em 15,5%. Neste caso, os habitantes do bairro misto são mais levados a dar importância ao fator cor.

b. b. As crianças mulatas e pretas dão a razão racista de separação das crianças com uma frequência quase igual: mulatas, 14,3%; negros, 15,4%.

Podemos ver que, para este primeiro quadro, ainda que as crianças separem o menino preto do resto do grupo o fazem raramente por razões "racistas".

2. No segundo quadro a situação é mais clara, o negro está, evidentemente, fora do grupo dos jogadores. À pergunta: "Por que ele não joga com os outros?" 24,5% das crianças brancas dizem que porque ele é preto e 18,5% afirmam que são os outros que não o desejam, por causa de sua cor. Assim sendo, 43,1% dos brancos dão a cor como razão de exclusão do jogo, 52,7 do grupo justificam a exclusão do menino preto por razões de jogo — ele é juiz, goleiro, não sabe jogar, etc. As meninas dão mais frequentemente a razão "racista" (59,9% F e M apenas 27,6% dos casos).

Não existe diferença entre as respostas das crianças de idade diferente. As crianças das três escolas dão, entretanto, respostas significativamente diferentes. Os da escola "A" mencionam a diferença de cor em 69,5% dos casos, os da "B" em 11,2% e finalmente os da "C" em 46,5%. Aqui novamente os habitantes do bairro misto se mostram os mais conscientes do problema da separação de raças, mais ainda que os alunos da escola C.

b. Entre as crianças mulatas as razões de diferença de cor são dadas ainda mais frequentemente que entre os brancos; em 43% dos casos eles dão a cor como razão de exclusão e em 32,1% dizem que os outros não querem jogar com o menino preto, por causa da sua cor; no total 75% dos mulatos dão uma explicação ligada ao problema racial.

c. As crianças pretas, ao contrário, fogem do problema dando outras razões de exclusão do jogo; apenas 7,7% mencionam a diferença de cor como motivo de separação.

3. a. Descrevendo o 3.º quadro quase todas as crianças de todas as cores sabiam que as crianças pretas eram amigas e não parentes dos brancos que tomavam parte na festa de aniversário (brancos, 89,2%; mulatos, 89,3%; negros, 92,3%). As crianças



mais moças de 6; 7 a 8; 6 anos tinham, mais freqüentemente que as mais velhas, dúvidas se não se tratava de parentes: 23,5% nelas, enquanto que as mais velhas apenas em 4,7%.

Não existe diferença entre as respostas das crianças dos dois sexos nem entre os alunos das três escolas. Tôdas as crianças brancas classificavam as pretas como parentes, amigos ou vizinhos dos brancos com uma única exceção notável: uma menina, da qual teremos ocasião de falar mais tarde, diz: "Não são amigos, apenas os filhos da empregada".

b. a. Se a grande maioria das crianças não tem dúvida sobre a consangüinidade de negros e brancos, isso não acontece com a causa do seu não parentesco. Apenas 63,5% das crianças brancas dão como razão a diferença de côr; 4,7% dizem que êles são diferentes sem dizer em quê, e o resto dá outras razões ou não sabe dizer porque não são parentes. Não existem diferenças significativas entre as crianças de diferente sexo ou idade nem entre os alunos das três escolas.

b. b. c. As crianças mulatas e pretas responderam de maneira semelhante às brancas: 57,1% dos mulatos e 61,5% dos negros deram como razão a diferença de côr. As interpretações dadas pelas crianças ao quadro número 3 nos indicam que, em geral, os nossos examinandos têm bem em mente diferenças raciais entre brancos e pretos.

4. No quadro número quatro a situação do segundo é invertida: é o menino branco que observa os pretos jogarem bola.

a. a. À pergunta porque o menino branco não joga, 11,3% dos meninos brancos dizem que êle não gosta dos outros por causa da côr dêles e 24,5% pretendem que são os negros que não querem admitir o garoto branco; finalmente 4,2% dizem que a côr das crianças é a causa de sua separação no jôgo sem mencionar de que lado vem a proibição. Um total de 40% dos meninos brancos explica a não participação do garoto no jôgo pela diferença de côr entre êle e seus companheiros. Das outras razões mencionadas, a mais freqüente é a ligada diretamente ao jôgo tal como se dá no quadro 2. As meninas falam um pouco mais freqüentemente que os meninos da diferença de côr, mas as diferenças não são significativas (M.: 35,6%; F.: 45%) nem mesmo as diferenças de idade. Os alunos da escola "A" deram, mais freqüentemente que os outros, razões "racistas" de separação: 53,6% mencionaram-nas. Os da escola "B" apenas em 28,3%. As crianças ricas da escola "C" conservam a posição média com 37,9%.



a. b. As crianças mulatas mencionaram a diferença de cor como causa de separação na mesma proporção que as crianças brancas: o branco não quer jogar com os pretos, 7,7%; os pretos não querem o branco, 32,1%; total do problema de cor mencionado em 29,3%.

a. c. As crianças pretas dão a mesma proporção de respostas: o branco não quer jogar com os pretos, 7,7%; os pretos não querem o branco, 23%; diferença de cor sem especificação, 7,7%; conjunto das explicações "racistas": 38,4%.

b. a. Segundo as crianças brancas o menino branco do quadro 4 prefere ficar da sua própria cor em 82,6% das respostas; gostaria de ser preto somente na opinião de 13,1%; segundo a opinião das mesmas crianças: o menino preto gostaria de ser branco em 31% e de continuar preto em 62,8%. As meninas dizem um pouco mais freqüentemente que os meninos: o menino branco prefere ficar branco (M.: 77%; F.: 88,7%). Com a idade diminui o número de crianças que dizem que o menino preto preferia ser branco e aumenta a proporção dos que pensam que o preto prefere ficar de sua própria cor.

(Preto — ser branco: grupo a: 58,6%; b: 31%; c: 20%; d: 23%.

Preto — continuar preto: grupo a: 29,4%; b: 65,5%; c: 74,4%; d: 69%).

As respostas dos alunos das três escolas não mostram, sob este ponto de vista, diferenças interessantes.

b. b. Entre os mulatos não se nota a mesma tendência que entre os brancos, mas o número dos que pensam que o menino branco gostaria de ser preto aumenta um pouco e proporcionalmente há menos crianças que pensam que o preto gostaria de ser branco. (Branco — prefere branco: 75%; branco — prefere negro, 21,4%; negro — prefere ser branco, 39%; negro — prefere continuar negro, 53%).

b. c. Entre as crianças pretas esta proporção se altera ainda mais. Apenas 61,5% dizem que o menino branco quer continuar branco e 31% que ele queria ser preto; mas o preto gostaria de ser branco em 46,1% e de continuar preto em 46,1% das respostas. Esta mudança gradual de opiniões entre crianças brancas, mulatas e pretas é muito interessante. A maioria das crianças acha que é preferível para o branco continuar branco, mas esta maioria diminui nas crianças de cor. Por outro lado a maioria das crianças brancas pensa que o negro prefere sua cor; entre as crianças de cor há dúvidas sobre isto, somente a metade o admite; as outras



acham que o negro gostaria de ser branco. Vê-se aqui a diferença entre o "problema negro" visto de fora e de dentro do grupo.

5. a. A grande maioria das crianças interpreta o quadro número 5 como um jogo de equipe mista composta de meninos brancos e pretos. Entre as crianças brancas 91% dão esta explicação e apenas 8,3% dizem que os brancos jogam contra os negros. Não há diferenças significativas neste ponto entre as crianças de idade ou sexo diferente, nem entre os alunos das três escolas.

b. A mesma proporção continua, neste ponto, entre as respostas das crianças mulatas: 96,4% dizem que os meninos jogam juntos e somente 3,6% acham que há duas equipes.

c. Tôdas as crianças pretas (100%) dizem que os meninos pretos e brancos jogam juntos.

Parece que quando o desenho do quadro não sugere separação, a maioria das crianças o interpreta espontaneamente como atividade comum das crianças brancas e pretas.

6. a. a. À pergunta: "Que fazem essas três meninas ou moças?" no quadro 6 — 56,8% das crianças enumeram atividades separadas das meninas brancas e da preta e em 40,7% atividades em comum. Esta proporção nos lembra particularmente a das atividades das bonecas descritas na primeira parte de nossas experiências, o que mostra uma boa coerência interna de nosso trabalho.

As meninas indicam mais freqüentemente que os meninos atividades separadas para as jovens brancas e pretas. (M.: 52,9%; F.: 61,2%). É interessante estudar a justificação que as crianças dão para essa separação: 20,8% dizem que as meninas não vão juntas por causa da cor e 17,3% por causa da posição social inferior da jovem preta — (é uma doméstica, costureira, etc.).

As diferenças de idade não são significativas neste ponto; apenas as crianças mais velhas mencionam mais freqüentemente a diferença social como razão de separação. (Grupo a: 8,8%; b: 18,9%; c: 20,6%; d: 15,4%). Existem diferenças significativas entre os alunos das nossas três escolas: os da escola "A" indicam atividades separadas em 42,8% dos casos, os da escola "B" em 50,9% — o que vem a dar no mesmo e finalmente os da escola "C" em 75,8%. A diferença de cor como razão de separação é mencionada em proporção quase igual para os alunos das três escolas, mas não acontece o mesmo com a diferença social como causa de separação. Os alunos da escola A mencionam-na em 5,4% das respostas, os da escola B em 15,1% e os da escola C em 31%. Vemos aqui, ainda uma vez, que as crianças ricas acentuam principalmente a diferença social entre brancos e negros.



a. b. As respostas das crianças mulatas a este ponto estão numa proporção quase igual a dos brancos; atividades separadas 53,5%, comuns, 46,6%. Os mulatos indicam mais freqüentemente como causa da separação a diferença racial que a social (Preto e branco: 25%; inferioridade social: 10,7%).

a. c. Entre as respostas das crianças pretas as ocupações comuns são mais freqüentes que as separadas — (comuns: 53,8%; separadas, 46,1%) e as razões raciais de separação (23%) mais comuns que as sociais (7,7%).

Parece que entre as crianças de côr a separação de pessoas causada por diferenças raciais é mais facilmente aceita do que a causada por diferença social.

b. a. Nas ocupações mencionadas pelas crianças brancas nota-se uma grande diferença entre as atividades atribuídas às jovens brancas e à preta: as brancas passeiam em 47,3% das respostas e a preta em 26,3%; as brancas conversam em 30,5% das respostas, a preta em 5,4%. As moças brancas trabalham em casa em 0,6% dos casos e a preta em 12,5%. Não se notam, dêste ponto de vista, diferenças significativas entre as crianças de sexo ou idade diferente nem entre os alunos das três escolas.

b. b. e b. c. As crianças mulatas e pretas atribuem, como as brancas, mais freqüentemente ocupações agradáveis às jovens brancas que à preta. (Mulatos: passeio: boneca branca: 57,2%; preta, 4,3%; conversa: jovem branca: 25%; jovem preta, 14,3%; trabalho em casa: jovem branca: 3,6%; jovem preta: 10,7%). (Negros — passeio: jovem branca: 61,5%; jovem preta: 46,1%; conversa: jovem branca: 38,5%; jovem preta: 15,4%; trabalho em casa: jovem branca: zero; jovem preta: 15,4%).

7. À pergunta: "Por que o menino preto não entra no carroussel?" — quadro n.º 7 — a maioria das crianças brancas responde que é porque ele não tem dinheiro (55,1%); a côr é mencionada entre outras causas, em 18,1% das respostas. Esta resposta parece ser o resultado de sugestão provocado pela situação de experiência, porque se bem observarmos poderemos ver que já há uma outra criança preta no carroussel ligeiramente escondida.

Não se observam diferenças entre as respostas das crianças dos dois sexos nem entre as de idade diferente. Os alunos da escola A mencionam com maior freqüência a razão de côr como razão de exclusão do garoto, 28,5%; os da escola "B", 13,2% e os da escola "C", 12,3%. Os alunos das três escolas mencionam a razão econômica quase com a mesma freqüência.



b. c. Entre as crianças de cor a frequência da razão "racista" de separação aumenta em comparação com a opinião dos brancos (mulatos: 31%; negros: 28%) mas a razão econômica continua a ser a mais frequentemente mencionada — (mulatos: 53,8%; negros: 51,8%).

8. A grande maioria das crianças explica que o grupo tenha sido excluído da dança — quadro número 8 — por razões "racistas".

Nesta situação de "vida em sociedade" a separação entre brancos e pretos parece mais natural à criança do que quando se trata de jogos infantis ou esportivos. Perguntamos às crianças que diziam que não tinha sido permitida a entrada do grupo por causa da cor: "E as pessoas de cor, não dançam?" A isso a maioria respondia: "Dançam, mas aqui é um baile de branco" o que, segundo as crianças, explica a situação.

a. Esta resposta "racista" foi dada por 64% das crianças brancas. Dêse ponto de vista não se nota diferença de sexo, idade ou meio social. As outras razões mais frequentes eram: eles não tinham dinheiro para entrar (16,7%) ou eles eram menores (7,7%).

b. c. As crianças de cor indicam a razão "racista" de exclusão do baile quase com a mesma frequência que as brancas. (Mulatos: 67,8%; Pretos: 61,5%).

9. À pergunta: "Por que este menino — quadro 9 — jogou uma pedra na moça?" as crianças dão respostas as mais variadas: uma das explicações mais frequentes é: uma briga por causa do cachorro (36,5%). A diferença de cor é raramente mencionada.

a. Em 16,1% das respostas os brancos dizem que o menino, sendo preto, não gosta dos brancos. Muito raramente (1,8%) que é uma vingança porque a moça branca o xingou de preto. Não se nota diferença significativa entre as respostas das crianças de idade, sexo ou meio social diferente.

b. c. As crianças mulatas mencionam a cor como causa da briga também muito raramente: 17,2% e os pretos muito mais frequentemente — 31% — que os brancos.

10. O quadro n.º 10 que representa uma luta entre os dois meninos — um negro e o outro mulato — nem sempre é interpretado como briga.

a. 15,5% das crianças brancas falam de um jogo ou de dança, 71,2% admitem uma disputa mas apenas 15,5% dão como razão da disputa a diferença de cor. Nesse caso as crianças di-



zem que o mulato se considera melhor que o negro. É interessante observar que a maioria das crianças brancas emprega a palavra "moreno" falando do mulato; entre adultos esta denominação é principalmente empregada pelos próprios mulatos talvez para esconder a origem negra de sua côr. As meninas falam de diferenças de côr como causa da briga mais freqüentemente que os meninos (M.: 10,3%; F.: 21,2%). Estes últimos dizem mais que os dois meninos se xingaram de nomes feios (M.: 12,6%; F.: 3,7%). As crianças mais velhas mencionam a diferença de côr mais freqüentemente que as mais novas (grupo a: 5,8%; b: 18,9%; c: 16%; d: 23%). Não se nota diferença significativa neste ponto entre os alunos das três escolas.

b. As crianças mulatas mencionam a côr como razão de briga mais freqüentemente que as brancas: 21,4%.

c. As crianças pretas falam disso mais raramente: 7,7%.

11. O quadro número 11, a cena das crianças que compram balões quase nunca é interpretada como separação racial das crianças.

a) 80,2% das crianças brancas dizem que o menino se vai embora porque já tem o seu balão e apenas 7,8% pretendem que o menino se afaste porque é preto e os outros são brancos; o resto dá outras razões. Não se notam diferenças significativas entre as respostas das crianças dos dois sexos nem de idade diferente. Por outro lado, os alunos das três escolas diferem consideravelmente dêste ponto de vista: os da escola "A" mencionam a côr como razão de separação em apenas 5,4%; os da escola "B" em 3,8% e os da escola "C" em 12,3% das respostas. Aqui, como em muitos casos precedentes, as crianças do meio burguês indicam mais freqüentemente a separação das crianças segundo a sua côr.

b. c. As crianças de côr dão a razão "racista" de separação mais freqüentemente que os brancos. Os mulatos em 10,7%; os negros em 15,4%. Parece que estas crianças sofreram, mais do que as outras, a sugestão da continuação dos quadros devido à nossa situação experimental.

Conclusões da segunda parte da nossa pesquisa:

Eis aqui as conclusões que podemos tirar da interpretação dos quadros por parte de nossos examinandos:

1. Diante de quadros que não indicam, de modo absoluto, uma separação das crianças segundo a sua côr, os examinandos, con-



siderados em bloco, mencionam muito raramente esta separação (quadro 5, 3,6%; quadro 11, 7%).

2. Os conflitos das crianças sobre os quadros são muito raramente interpretados em termos de animosidades raciais (quadro 9, 16%; quadro 10, 15%).

3. Em face de desenhos que sugerem uma separação das crianças de cor, mais ou menos 30% dos nossos examinandos mencionam essa separação, mas apenas 17% dos brancos a explicam por diferença racial e 17% por diferença de posição social entre brancos e pretos.

4. Nas situações dos quadros onde o experimentador nota a separação de brancos e pretos, cerca de 40% das crianças examinadas atribui esta separação à diferença racial. Esta porcentagem se conserva mais ou menos igual na situação dos jogos de rua ou esporte. Únicamente na situação do baile a porcentagem de explicações "racistas" ultrapassou a metade das crianças chegando a 64%. Parece que as crianças acham a separação de raça mais natural nesta situação, puramente "de sociedade" que nas outras como por exemplo os jogos esportivos. Não são sempre os brancos, mas muito freqüentemente os pretos que tomam a iniciativa da separação racial na interpretação dos nossos examinandos.

5. A grande maioria das crianças brancas (83%) acha que é preferível para o menino branco continuar branco; somente 31,3% do total de respostas dizem que o menino preto preferia tornar-se branco e 63% pensam que o negro prefere continuar preto. As crianças de cor têm a mesma opinião sobre a preferência do menino branco, mas apenas metade das crianças de cor admite que o menino preto prefere continuar de sua própria cor.

6. Sobre outros pontos as interpretações dadas pelas crianças de cor principalmente mulatos diferem muito pouco das respostas dos brancos. Os meninos pretos algumas vezes fogem dos problemas dando outras razões de separação ou exageram vendo só motivos racistas.

7. Nota-se pouca diferença significativa entre as respostas das crianças dos dois sexos; entretanto as meninas se mostram mais exclusivistas e mais levadas a interpretar os quadros em sentido "racista".

8. As diferenças de idade são insignificantes; apenas duas vezes mostram-se curiosas: as crianças mais moças — 7 a 8 anos — pensam mais freqüentemente que as mais velhas que os meninos pretos e brancos (do quadro 3) podem ser parentes; as mesmas crian-



ças dizem mais freqüentemente que o menino preto preferia ser branco.

9. As diferenças entre as respostas das crianças de meio social diferente são bem características:

a) As crianças que moram em bairro operário onde há poucos negros (os alunos da escola "B") se mostram em tôdas as interpretações os menos conscientes do problema racial.

b) Os filhos de operários que moram em bairro misto (alunos da escola "A") atribuem mais freqüentemente que todos os outros as exclusões ou conflitos das crianças ao fator racial.

c) As crianças burguesas (alunas da escola "C") tomam mais freqüentemente uma posição intermediária. Em suas interpretações tendem a separar as crianças brancas das pretas por causa da inferioridade social ou econômica destas últimas e, mais raramente, por causa de diferenças puramente raciais. É, apesar disso, neste grupo de crianças que iremos encontrar algumas exceções de extremo "racismo".

#### G. O estudo das entrevistas.

Antes de tirar as conclusões finais de nossa pesquisa queremos ainda comparar os resultados obtidos pelos dois métodos empregados, estudando a maneira pela qual tais resultados se unem nas entrevistas individuais. Teoricamente, uma pessoa pode dar apenas algumas ou muitas respostas "racistas"; pode mostrar discriminação racial em relação às bonecas e não na interpretação dos quadros, etc. Neste estudo das entrevistas individuais queremos verificar a coerência das respostas do mesmo individuo e a existência de diferentes tipos e graus de discriminação racial.

Para chegar a esta comparação é preciso achar uma medida de preconceito ou discriminação das atitudes para os brancos e para os pretos. Deve-se medir o pêso de cada resposta das crianças e das entrevistas como uma totalidade. Esse pêso pode ter um valor relativo, apenas em relação com as opiniões do grupo e não absoluto.

Nosso raciocínio é o seguinte: em cada situação do jôgo a criança tem duas alternativas: pode escolher uma reação de discriminação racial ou outra sem preconceito. Por exemplo, tanto pode dar à boneca preta o vestido velho como o melhor. Comparando a porcentagem das crianças que numa certa situação do jôgo responderam de maneira discriminativa ou não discriminativa podemos saber quais são as reações raras e quais as freqüentes nos meios examinados. Foi o que fizemos nos capítulos anterior-



res. O "pêso" do preconceito de determinada resposta será tanto mais forte quanto mais rara ela for nos meios examinados. Por exemplo: no quadro 1 apenas 14,8% das crianças dizem que o menino preto brinca sozinho por ser preto; 85,2% dão outras razões. Pode-se obter o pêso destas respostas da seguinte maneira:  $\frac{1}{2} \times 85\%$  e  $\frac{1}{2} \times 14,8\%$ . Para maior simplicidade nos cálculos seguintes omitimos a multiplicação das porcentagens por  $\frac{1}{2}$  considerando apenas as duas possibilidades de respostas. Finalmente, de maneira um tanto simplista, estabelecemos os seguintes "pesos" de respostas:

**AS RESPOSTAS QUE TIVERAM A SEGUINTE FREQUÊNCIA NO NOSSO GRUPO**

1	—	10%	das respostas
11	—	20%	" "
21	—	30%	" "
31	—	40%	" "
41	—	50%	" "
51	—	60%	" "
61	—	70%	" "
71	—	80%	" "
81	—	90%	" "
91	—	100%	" "

**RECEBERAM OS SEGUINTE PESOS OU GRAUS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

10	máximo de preconceito
9	" " "
8	" " "
7	" " "
6	" " "
5	" " "
4	" " "
3	" " "
2	" " "
1	mínimo de preconceito resposta banal no meio que exprime o preconceito grupai e não individual.

Baseados no cálculo das frequências estabelecemos a seguinte lista das reações de nossas experiências anteriores que mostram uma tendência a discriminar as crianças e as bonecas pela cor, de maneira desfavorável aos negros com os respectivos pesos.

**A. O jogo das bonecas:**

	Pêso
1. Escolha do vestido velho para a boneca preta .....	8
2. Separação das atividades das duas bonecas .....	5
3. Somente a boneca preta trabalha em casa .....	5
4. Segunda escolha do vestido velho para a boneca preta .....	5
5. Segunda escolha da separação de atividades .....	8
6. Segunda escolha só a boneca preta trabalha em casa .....	3
7. Escolha de casas diferentes para as duas bonecas .....	4
8. Casa velha escolhida pela boneca preta .....	10
9. Relações não amigáveis das bonecas .....	1
10. A boneca branca é mais bonita .....	



B. A interpretação dos quadros:

1.	O menino joga sozinho porque é preto .....	9
2.	O menino não joga futebol porque é preto .....	8
	O menino não joga futebol porque os outros não o querem por causa de sua cor .....	9
3.	Os meninos na mesa não são nem parentes nem amigos .....	10
4.	O menino branco não joga porque os negros não o querem ...	9
	O menino branco não joga porque não quer jogar com os pretos	9
	O menino branco quer continuar branco .....	2
	O menino preto que ser branco .....	7
5.	Os brancos jogam contra os pretos .....	10
6.	Atividades separadas das moças branca e preta .....	5
	A jovem preta trabalha em casa .....	9
7.	O menino não entra no carroussel porque ele é preto .....	9
8.	O grupo não vai dançar por causa de sua cor .....	5
9.	As crianças brigaram por causa da diferença de cor.....	9
	As crianças brigaram porque o menino branco xingou o outro de negro .....	10
	Os meninos lutam porque o mulato se considera melhor ....	9
10.	O menino vai-se embora por causa de sua cor .....	10
	Máximo possível de peso .....	170 (1)

2. Reexaminamos tôdas as entrevistas marcando, para cada criança, os pontos segundo esta lista.

Em teoria tais pontos deveriam variar de 0 a 170 com a média de 85.

a. a. O grupo total de crianças brancas deu, em média, 40,3 pontos  $\sigma = 22,6$ ; escala dos pontos 1-130 p. Isto quer dizer que o nosso grupo total demonstrou pouco preconceito, bem menos que a média teórica (85), mas, por outro lado as diferenças individuais são bastante marcantes, como se pode ver pela escala de pontos. Ninguém chegou ao máximo teórico de 170 pontos, mas tivemos três examinandos que deram 111-130 pontos e 5 que não alcançaram 10 pontos.

a. b. As meninas brancas deram uma média superior à dos meninos: F.: 43  $\sigma$  24; M.: 38,1  $\sigma$  21,2; esta diferença, ainda que interessante, não tem valor estatístico porque inferior ao triplo de erro provável (Ep.: 2,3; Dif.: 4,9).

a. c. Nas comparações precedentes notamos pouca diferença entre as atitudes das crianças de diferente idade. Para verificar o fato calculamos o coeficiente de correlação entre a idade das

(1) Chegamos a esta soma, considerando em relação a cada quadro, caso houvesse várias respostas possíveis, a que tinha maior peso.



crianças e o número de pontos dos "preconceitos" dados por cada grupo; o resultado nulo confirmava as nossas conclusões precedentes. ( $r: 0,105$ ;  $EP: 0,0472$ ).

a. d. Os alunos das três escolas mostram, em média, diferenças interessantes e estatisticamente significativas — superiores ao triplo de erro provável. Ei-las:

Escola	Média	$\sigma$	Escala de pontos
A	39,8	21,2	1-100
B	32,6	17	1-80
C	48,1	26	1-130

Como podemos ver em média os alunos da escola "C" mostram o máximo de preconceito e os da "B" o mínimo; será interessante notar que em tôdas as escolas encontramos crianças com poucas simas tendências à discriminação racial, mas que as exceções negativas, crianças que davam mais de 100 pontos, se encontram apenas entre as crianças burguesas da escola "C". A grande maioria das crianças brancas dá poucas respostas "discriminativas", as classes mais numerosas estão entre 11 e 50 pontos, isto é, bem no alto de nossa escala.

b) O grupo dos mulatos deu uma média de pontos um pouco inferior aos brancos —.  $M.: 36,1$   $\sigma = 19,4$ ; escala de pontos: 1 — 90.

c) No grupo de pretos a média é  $39,6$   $\sigma = 27$ . Escala de pontos: 1 — 90;  $C. V. = 70$ . É interessante notar a grande variabilidade de respostas dos pretos que admitem tendências opostas: ou fugir ao problema ou exagerá-lo.

O conjunto das respostas das crianças de cor pouco difere dos brancos do mesmo meio social; bastante, porém, das respostas dos alunos da escola "C".

Resumindo esta comparação de médias podemos dizer que ainda que em nossas experiências haja sempre certo número de crianças que dá respostas discriminativas; não são necessariamente as mesmas crianças que respondem da mesma maneira; assim sendo em média o nosso grupo mostra pouca tendência "racista".

Em geral o estudo das entrevistas individuais mostra-nos boa coerência interna entre os resultados das duas partes de nossa experiência.

3. Passemos agora ao estudo mais minucioso das entrevistas com os 8 casos excepcionais: cinco positivos de falta de preconceito e 3 negativos, de preconceito exagerado.



a) O mínimo de pontos — 2 — foi alcançado por uma menina morena de 10-11 anos, aluna do 4.º ano da escola "C", filha de um médico. A família, tradicionalmente brasileira, tem longínqua ascendência portuguesa. Apenas uma vez a garota mostrou preferência pelos brancos dizendo que o menino branco do quadro 4 prefere continuar branco. Mesmo as bonecas, para ela, eram de igual beleza.

b) A segunda era também uma menina, morena ainda mas mais clara, de 12,2 anos, aluna do 2.º ano da escola "B", filha de um agricultor. Vinha de família brasileira com longínqua ascendência portuguesa. Ela achou apenas a boneca branca mais bonita que a preta; pensava também que o menino branco do quadro 4 gostaria de continuar branco.

c) Nosso 3.º "caso sem preconceito" é um menino de 11,11 anos, aluno do 4.º ano da escola "A". Muito loiro, é filho de um cobrador; de família brasileira com um nome português; extremamente comum no Brasil. Esse menino dá uma vez, na segunda escolha, o vestido velho à boneca preta e acha a boneca branca mais bonita; eram suas únicas reações "racistas".

d) Vem em seguida uma menina morena com olhos claros de 11,11 anos, aluna do 4.º ano da escola "B", filha de um caldeireiro, de família brasileira de nome português. Ela acha a boneca branca mais bonita; pensa que o menino branco prefere continuar branco e diz que a moça preta do quadro 6 é cozinheira.

e) Nosso último caso extremamente favorável é um menino bastante moreno de 11,11 anos, aluno do 3.º ano da escola "B". Filho de um mecânico brasileiro de origem portuguesa. Esse menino acha a boneca branca mais bonita e pensa que no quadro 4 o menino branco prefere continuar branco e o preto tornar-se branco.

Vemos que tôdas as nossas exceções favoráveis são crianças de 11 a 12 anos de origem brasileira oriundas de meios sociais bem diferentes.

Passemos agora aos extremos negativos:

a) A primeira era uma menina loira de 9,11 anos, aluna do 3.º ano da escola "C". Seu pai é um engenheiro brasileiro; trabalha com este o avô da pequena, industrial alemão. O meio deve ser muito rico pois a criança nos diz espontaneamente que seu avô é proprietário de duas fábricas. Essa menina parece obsecada pela idéia de inferioridade dos negros aos quais trata com desprezo. Resumindo suas respostas: escolhe o melhor vestido para a boneca branca e o velho para a preta dizendo: "A preta vai trabalhar e a branca é a patroa". Na segunda escolha a branca continua a tra-



zer o melhor vestido e a preta o rasgado, considerado como uniforme de empregada; as duas bonecas continuam nos mesmos papéis de empregada e patroa. A boneca branca é mais bonita e mora na casa fina enquanto que a preta mora no casebre porque é pobre e elas não se conhecem.

A interpretação dos quadros continua no mesmo estilo:

1. O menino brinca sozinho porque é preto.
2. O preto não joga futebol porque, devido a sua cor, tem vergonha de jogar com os brancos.
3. As crianças na mesa não são nem parentes nem amigos; os negros são filhos da empregada — resposta única no grupo.
4. O branco prefere continuar branco e não quer jogar com os pretos. O menino preto prefere a sua própria cor.
5. Os meninos pretos e brancos jogam juntos porque é hábito dos clubes de futebol.
6. A moça preta não toma parte na conversa dos brancos; não é o seu lugar porque ela é preta.
7. O menino não entra no carroussel porque é preto.
8. O casal não pode dançar no baile por causa de sua cor.
9. O menino preto joga uma pedra porque não gosta dos brancos.
10. O menino vai-se embora porque os outros caçam dele, por causa de sua cor.

Como se pode ver esta menina mostra uma perseverança quase obsessiva de explicações "racistas".

b. b. e b. c. Os dois outros casos de preconceito exagerado são: uma menina de 9,7 anos, aluna do 3.º ano da mesma escola "C", filha de um engenheiro de família brasileira com um nome português; o outro, um menino de 9,7 anos, aluno da mesma escola e classe, filho de um industrial brasileiro com um nome português. Estes dois últimos no entretanto deram respostas semelhantes com um total de 110 e 112 pontos.

Como é fácil notar os três casos extremos vêm de um meio burguês; apenas em um caso é possível suspeitar de uma influência cultural estrangeira. Em suma, as 8 exceções quer positivas quer negativas, parecem depender unicamente da educação familiar e não permitem conclusões sobre a influência do meio nacional.

Conclusões gerais:

Que conclusões podemos tirar da comparação dos resultados obtidos no nosso trabalho?

1. Todos os examinandos sem diferença de idade, sexo, meio social ou cor mostram nos jogos marcada preferência pelos bran-



cos — a boneca ou as crianças brancas nos quadros. A boneca branca é o ideal de beleza para as crianças de todos os grupos.

2. As crianças brancas, em sua grande maioria, mostram atitude amigável com os negros, dando-lhes portanto um lugar secundário. Cerca de 25% das crianças brancas atribuí aos pretos papel social inferior sobretudo inferioridade econômica.

3. As crianças brancas revelam muito pouca hostilidade com os negros (18% de relações não amigáveis) e raramente interpretam os conflitos entre as crianças como devidos a diferenças raciais.

4. Um número bastante reduzido das crianças brancas interpreta espontaneamente os quadros no sentido de discriminação racial. Quando, porém, a separação é sugerida pelo desenho ou pelo experimentador cerca de 40% das crianças dá explicações raciais ou de inferioridade social dos negros. As crianças acham mais natural a separação de pretos e brancos em situações como um baile do que em jogos na rua.

5. Não se nota diferença significativa alguma entre as respostas de idade diferente; a correlação entre a idade das crianças e o grau de preconceito que elas mostram é nula.

6. As meninas tendem a dar respostas menos favoráveis que os meninos mas as diferenças não são significativas estatisticamente.

7. Nota-se uma diferença significativa entre as respostas das crianças brancas de diferentes meios sociais. Os filhos de pais ricos, alunos de uma escola particular, mostram em média mais tendência a separar as crianças pretas das brancas e acentuam mais frequentemente o papel social ou economicamente inferior dos negros. Dêste meio vêm tanto os 3 casos de preconceito extremo como os de absoluta falta de preconceito. As crianças de um meio operário que moram em bairro misto acentuam sobretudo a separação das crianças por causa de diferenças raciais e não tanto devido à inferioridade social. Os alunos da escola "B" que moram em bairro operário onde há poucos negros, mostram o mínimo de discriminação racial.

8. As diferenças individuais entre as atitudes das crianças são muito grandes e muito mais importantes que as dos grupos sociais. O estudo dos casos extremos não revelou, com uma possível exceção, a influência do meio nacional sobre as atitudes raciais das crianças.

9. Os mulatos seguem, em quase todos os pontos, as respostas dos brancos, mostrando, porém, menos condescendência com os negros.

10. As crianças pretas conservam o ideal branco considerando os brancos como mais bonitos e privilegiados. Mostram menos



tendência a separar brancos e pretos ou a dar aos negros papéis inferiores. As crianças pretas dizem, mais raramente que os brancos, que o menino preto gostaria de continuar da sua própria cor. As respostas dos negros mostram grande variabilidade, alguns fogem do problema das diferenças raciais, outros o exageram, mostrando, destes dois modos, sua falta de segurança. O grupo dos pretos examinados é, porém, muito pouco numeroso para que se tirem conclusões válidas a esse propósito.

Em geral as respostas das crianças de cor diferem muito pouco das dos brancos.

II. Achamos boa coerência interna nos resultados, sendo bastante semelhantes os que obtivemos pelos dois métodos usados.

### Resumo:

#### UM ESTUDO DAS ATITUDES SOCIAIS DAS CRIANÇAS COM RELAÇÃO AOS NEGROS

Estudamos as reações de um grupo de 208 alunos de curso primário empregando, como método de pesquisa, interpretação de quadros e um jogo com bonecas branca e preta.

Todos os examinandos de tôdas as cores e meios sociais mostram, em nossos resultados, marcada preferência pelos brancos. A maioria das crianças brancas mostra atitude amigável com os pretos dando-lhes portanto um lugar secundário e atribuindo-lhes, com bastante freqüência, papel social inferior. Não achamos diferença significativa alguma entre as crianças de idade e sexo diferente. As crianças de meio burguês e os filhos de operários que moram em bairro misto têm uma atitude menos favorável com os negros que os filhos de operários que moram em bairro quase inteiramente branco.

Os mulatos dão respostas muito semelhantes aos brancos. Tôdas as crianças de cor conservam o ideal branco mas, raramente dão aos negros papel inferior.



TABELA I

O VESTIDO PREFERIDO

M. brancos:			F. brancas:		
	N.º	%		N.º	%
1. Vestido branco ....	30	34,4	1. Vestido branco ....	67	83,75
2. Vestido listado ....	55	63,1	2. Vestido listado ....	13	16,25
3. Vestido velho .....	2	2,3	3. Vestido velho .....	—	—
Total .....	87	99,8	Total .....	80	100

M. mulatos:			F. mulatas:		
	N.º	%		N.º	%
1. Vestido branco ....	10	71,4	1. Vestido branco ....	12	85,7
2. Vestido listado ....	4	28,6	2. Vestido listado ....	2	14,2
3. Vestido velho .....	—	—	3. Vestido velho .....	—	—
Total .....	14	100	Total .....	14	99,9

M. pretos:			F. pretas:		
	N.º	%		N.º	%
1. Vestido branco ....	5	83,3	1. Vestido branco ....	7	100
2. Vestido listado ....	1	16,7	2. Vestido listado ....	—	—
3. Vestido velho .....	—	—	3. Vestido velho .....	—	—
Total .....	6	100	Total .....	7	100

Total M.:			Total F.:		
	N.º	%		N.º	%
1. Vestido branco ....	45	42,4	1. Vestido branco ....	86	84,3
2. Vestido listado ....	59	55,6	2. Vestido listado ....	16	15,7
3. Vestido velho ....	2	1,9	3. Vestido velho .....	—	—
Total .....	106	99,9	Total .....	102	100

TABELA II

PRIMEIRA ESCOLHA DE VESTIDOS

	BONECA BRANCA						BONECA PRETA					
	V. Preferido		V. Outro		V. Velho		V. Preferido		V. Outro		V. Velho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	61	70,1	21	24,1	5	5,8	23	26,6	39	44,7	25	28,7
F. brancas	68	85	10	12,5	2	2,5	21	26,25	37	46,25	22	27,5
Total br.	129	77,2	31	18,5	7	4,2	44	26,3	76	45,5	47	28,1
M. mulatos	13	92,8	1	7,2	—	—	4	28,5	7	50	3	21,5
F. mulatas	9	64,3	5	35,7	—	—	9	64,3	4	28,5	1	7,2
Total mul.	22	78,6	6	21,4	—	—	13	46,4	11	39,3	4	14,3
M. pretos	4	66,6	2	33,4	—	—	3	50	2	33,4	1	16,6
F. pretas	7	100	—	—	—	—	2	28,6	4	57,4	1	14
Total pr.	11	84,6	2	15,4	—	—	5	38,5	6	46,1	2	15,4



## CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	BONECA BRANCA						BONECA PRETA					
	V. Preferido		V. Outro		V. Velho		V. Preferido		V. Outro		V. Velho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>												
M. brancos	20	66,7	6	20	4	13,3	8	26,6	13	43,4	9	30
F. brancas	22	84,6	3	11,5	1	3,8	5	19,2	14	53,8	7	27
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>75</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>23,2</b>	<b>27</b>	<b>48,2</b>	<b>16</b>	<b>28,5</b>
<b>ESCOLA B</b>												
M. brancos	25		3		1		5		19		5	
F. brancas	19		4		1		10		12		2	
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>83</b>	<b>7</b>	<b>13,2</b>	<b>2</b>	<b>3,8</b>	<b>15</b>	<b>28,3</b>	<b>31</b>	<b>58,5</b>	<b>7</b>	<b>13,2</b>
<b>ESCOLA C</b>												
M. brancos	17		11		—		10		7		11	
F. brancas	26		4		—		5		11		14	
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>74,1</b>	<b>15</b>	<b>25,9</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>15</b>	<b>25,9</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>25</b>	<b>43,1</b>

TABELA III

## ESPECIFICAÇÃO DA PRIMEIRA ATIVIDADE DAS BONECAS

	Passeio Bonecas		Brincar		Cinema		Escola		Festa		Trab. em casa		Ficar em casa ou dormir	
	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
M. brancos	65	36	4	13	2	4	11	7	2	1	4	22	—	—
F. brancas	55	33	9	12	—	—	9	6	6	2	—	21	2	4
<b>Total br.</b>	<b>120</b>	<b>69</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>43</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
M. mulatos	14	9	1	1	—	—	1	1	—	—	—	3	—	—
F. mulatas	11	8	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	1	1
<b>Total mul.</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
M. pretos	6	5	1	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
F. pretas	6	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total pr.</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>96</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>50</b>	<b>3</b>	<b>5</b>



AS ATIVIDADES MAIS FREQUENTES, RESPOSTAS DAS CRIANÇAS BRANCAS, DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	Passar		Boneca		Brincar				Escola				Trabalho em casa			
	B		P		B		P		B		P		B		P	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>																
M.	22	73,3	14	46,6	—	—	1	3,3	4	13,3	1	3,3	2	6,6	10	33,3
F.	20	77	12	46	5	19,2	4	15,3	4	15,3	1	3,8	—	—	4	15,3
Total	42	75	26	46,4	5	8,9	5	8,9	8	14,6	2	3,6	2	3,6	14	25
<b>ESCOLA B</b>																
M.	18	62	16	55,2	2	6,9	5	17	3	10,3	3	10,3	1	3,3	5	17
F.	22	91	13	54	—	—	2	7,7	3	11,1	2	7,7	—	—	6	23
Total	40	75,4	29	54,7	2	3,7	7	13,2	6	11,3	5	9,4	1	1,9	11	20,7
<b>ESCOLA C</b>																
M.	25	89	6	21,5	2	7,2	9	32,1	4	14,3	3	10,7	1	3,6	7	25
F.	13	43,3	8	26,7	4	13,3	6	20	2	6,7	3	10	—	—	11	36,7
Total	38	65,5	14	24,1	6	10,3	15	25,9	6	10,3	6	10,3	1	1,7	18	31
<b>Total Brancos</b>																
M.	65	74,7	36	41,3	4	4,6	13	14,8	11	12,6	7	8	4	4,6	22	25,3
F.	55	68,7	33	41,25	9	11,2	12	15	9	11,2	6	7,5	—	—	21	26,25
TOTAL	120	71,2	69	41,3	13	7,8	25	15	20	12	13	7,8	4	4,3	43	25,7

TABELA IV

SEGUNDA ESCOLHA DE VESTIDOS

	BONECA BRANCA						BONECA PRETA					
	V. Preferido		V. Outro		V. Velho		V. Preferido		V. Outro		V. Velho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	16	18,4	32	36,6	39	44,3	13	14,8	18	20,7	56	64,3
F. brancas	9	11,2	30	37,5	41	51,2	14	17,5	22	27,5	44	55
Total br.	25	15	62	37	80	47,3	27	16,1	40	23,3	100	60
M. mulatos	1	7,1	3	21,4	10	71	2	14,3	3	31,4	9	64,3
F. mulatas	1	7,1	4	28,5	9	64,3	1	7,1	5	35,7	8	57,2
Total mul.	2	7,1	7	25	19	67,8	3	10,7	8	28,6	17	60,7
M. pretos	4	66,6	1	16,6	1	16,6	1	16,6	2	33,3	3	50
F. pretas	—	—	3	42,6	4	57,4	—	—	3	42,6	4	57,4
Total pr.	4	31	4	31	5	38	1	7,7	5	38,5	7	53,8



## CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	BONECA BRANCA						BONECA PRETA					
	V. Preferido		V. Outro		V. Velho		V. Preferido		V. Outro		V. Velho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>												
M.	5	16,7	12	40	13	43,3	5	16,7	3	10	22	73,3
F.	4	15,3	6	23	16	61,5	3	11,3	6	23	17	65,4
Total	9	16	18	32,1	29	51,8	8	14,3	9	16	39	69,6
<b>ESCOLA B</b>												
M.	3	10,4	9	31	17	58,6	5	17,3	4	14	20	70
F.	2	8,4	7	29,2	15	62,5	5	20,8	4	16,6	15	62,5
Total	5	9,4	16	30,2	32	60,4	10	18,8	8	15,1	35	66
<b>ESCOLA C</b>												
M.	8	28,6	11	39	9	32,1	3	10,7	10	35,7	15	53,5
F.	3	10	15	50	12	40	6	20	12	40	12	40
Total	11	18,9	26	44,8	21	36	9	15,5	22	37,9	27	46,2

TABELA V - A

## A SEGUNDA ATIVIDADE DAS BONECAS

	ATIVIDADES COMUNS		ATIVIDADES SEPARADAS	
	N.º	%	N.º	%
M. brancos .....	36	41,3	50	57,5
F. brancas .....	34	42,5	46	57,5
Total br. ....	70	42	96	57,5
M. mulatos .....	5	35,7	9	64,3
F. mulatas .....	6	42,9	8	57,2
Total mul. ....	11	39	17	60,7
M. pretos .....	4	66,6	2	33,3
F. pretas .....	4	57,4	3	42,9
Total pr. ....	8	61,5	5	38,5

## RESPOSTAS DE CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	ATIVIDADES COMUNS		ATIVIDADES SEPARADAS	
	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>				
M. ....	15	50	13	43,3 (2 não responderam)
F. ....	12	46	14	53,8
Total .....	27	48,2	27	48,2
<b>ESCOLA B</b>				
M. ....	13	44,9	17	58,6
F. ....	9	37,5	15	62,5
Total .....	22	41,1	32	60,4
<b>ESCOLA C</b>				
M. ....	8	28,6	20	71,6
F. ....	13	43,3	17	56,7
Total .....	21	36,2	37	63,8



TABELA V - B

ESPECIFICAÇÃO DA SEGUNDA ATIVIDADE DAS BONECAS EM NÚMEROS ABSOLUTOS

	Passeio Brincar		Brincar		Escola ou Estudar		Festa		Trabalhar em casa		Ficar em casa	
	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
M. brancos	11	20	35	29	9	10	2	—	24	24	4	2
F. brancas	10	20	30	29	11	10	—	—	23	18	5	3
<b>Total br.</b>	<b>21</b>	<b>40</b>	<b>65</b>	<b>58</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>47</b>	<b>42</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
M. mulatos	2	3	5	6	2	2	—	—	6	6	—	—
F. mulatas	2	1	3	2	2	2	—	—	5	6	—	1
<b>Total mul.</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>—</b>	<b>1</b>
M. pretos	1	1	—	—	1	1	—	—	2	2	1	1
F. pretas	—	—	3	3	1	1	—	—	2	2	—	—
<b>Total pr.</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

AS ATIVIDADES MAIS FREQUENTES - CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	Passear		Brincar		Escola		Trabalhar em casa	
	B	P	B	P	B	P	B	P
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>								
M.	5	16,7	7	23,3	10	33,3	8	26,7
F.	4	15,3	4	15,3	10	38,4	9	34,6
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>19,6</b>	<b>20</b>	<b>35,7</b>	<b>17</b>	<b>30,3</b>
<b>ESCOLA B</b>								
M.	3	10,4	6	20,7	11	38	11	38
F.	2	8,4	7	29,2	8	33,3	8	33,3
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>9,6</b>	<b>13</b>	<b>24,5</b>	<b>19</b>	<b>35,9</b>	<b>19</b>	<b>35,9</b>
<b>ESCOLA C</b>								
M.	3	10,7	7	25	14	50	9	32,1
F.	4	13,3	8	26,7	12	40	12	40
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>25,9</b>	<b>26</b>	<b>44,8</b>	<b>21</b>	<b>36,2</b>
<b>Total Br.</b>	<b>21</b>	<b>12,5</b>	<b>39</b>	<b>23,3</b>	<b>65</b>	<b>37,7</b>	<b>57</b>	<b>34,1</b>



TABELA VI  
A ESCOLHA DA CASA

	Casas iguais		Casas diferentes		BONECA BRANCA Casa Nova		BONECA BRANCA Casa Velha		BONECA PRETA Casa Nova		BONECA PRETA Casa Velha	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	29	33,5	58	66,6	83	95,4	4	4,6	32	36,6	55	63,4
F. brancas	20	25	60	75	79	98,7	1	1,2	21	26,2	59	73,2
Total br.	49	29,3	118	70,7	162	97	5	3	53	31,7	114	68,3
M. mulatos	5	35,7	9	64,3	13	92,8	1	7,1	7	50	7	50
F. mulatas	9	64,3	5	35,7	11	78,6	3	21,4	8	57,1	6	42,9
Total mul.	14	50	14	50	24	85,7	4	14,3	15	53,5	13	46,4
M. pretos	1	16,6	5	83,3	4	66,6	2	33,3	4	66,6	2	33,3
F. pretas	5	71,4	2	28,6	7	100	—	—	5	71,4	2	28,6
Total pr.	6	46,1	7	53,8	11	84,6	2	15,4	9	69	4	31

CRIANÇAS BRANCAS, RESPOSTAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	Casas iguais		Casas diferentes		BONECA BRANCA Casa Nova		BONECA BRANCA Casa Velha		BONECA PRETA Casa Nova		BONECA PRETA Casa Velha	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>												
M.	14	46,7	16	53,3	29	96,7	1	3,3	13	43,3	17	56,7
F.	4	15,3	22	84,6	26	100	—	—	5	19,2	21	80,7
Total	18	32,1	38	67,9	55	98,2	1	1,8	18	32,1	38	67,9
<b>ESCOLA B</b>												
M.	10	34,4	19	65,6	27	93,1	2	7	11	38	18	62
F.	11	45,8	13	54,1	23	95,8	1	4,2	12	50	12	50
Total	21	39,4	32	60,4	50	94,3	3	5,6	23	43,4	30	56,6
<b>ESCOLA C</b>												
M.	6	21,4	22	78,6	27	96,4	1	3,6	7	25	21	75
F.	5	16,7	25	83,3	30	100	—	—	5	16,7	25	83,3
Total	11	18,9	47	81,1	57	98,6	1	1,7	12	20,7	46	79,3

TABELA VII

POR QUE A BONECA PRETA MORA NA CASA VELHA?

	É pobre		É preta		É feia		É relaxada		É empregada		Não tem outra	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	30		2		2		—		3		2	
F. brancas	26		6		2		2		—		—	
Total br.	56	74,6	8	10,6	4	5,3	2	2,6	3	4	2	2,6
M. mulatos	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F. mulatas	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total mul.	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

As crianças pretas não responderam a esta pergunta.



TABELA VIII-A  
AS RELAÇÕES ENTRE AS BONECAS

	Amigas		Vizinhas		Conhecem-se		Não se conhecem		Não são amigas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	30	34	16	18,4	4	4,6	4	4,6	3	3,4
F. brancas	32	40	17	21,2	6	7,5	5	6,5	—	—
Total br.	62	37,1	33	19,1	10	6	9	5,4	3	1,8
M. mulatos	6	42,9	2	14,3	—	—	—	—	—	—
F. mulatas	7	50	5	37,5	—	—	—	—	—	—
Total mul.	13	46,4	7	25	—	—	—	—	—	—
M. pretos	3	50	1	16,6	—	—	—	—	—	—
F. pretas	2	28,2	2	28,2	—	—	—	—	—	—
Total pr.	5	38,5	3	23	—	—	—	—	—	—

RESPOSTAS DE CRIANÇAS BRANCAS, DIVIDIDAS POR ESCOLAS

ESCOLA A

Não foram computadas as respostas, já que muito poucos alunos responderam a esta pergunta.

	Amigas		Vizinhas		Conhecem-se		Não se conhecem		Não são amigas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA B</b>										
M.	21	73,4	2	7	—	—	—	—	3	10,4
F.	14	58,3	8	33,3	—	—	—	—	—	—
Total	35	66	10	18,8	—	—	—	—	3	5,6
<b>ESCOLA C</b>										
M.	6	21,4	12	43	4	14,3	4	14,3	—	—
F.	11	36,7	8	26,7	6	20	5	16,7	—	—
Total	17	29,3	20	34,5	10	17,2	9	15,5	—	—

TABELA VIII-B  
DAS DUAS BONECAS, QUAL É A MAIS BONITA?

	Branca		Preta		Iguais	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos .....	82	94,2	—	—	5	5,7
F. brancas .....	72	90	3	3,75	5	6,25
Total br. ....	154	92,2	3	1,8	10	6
M. mulatos .....	13	92,8	—	—	1	7,1
F. mulatas .....	14	100	—	—	—	—
Total mul. ....	27	96,4	—	—	1	3,6
M. pretos .....	5	83,3	—	—	1	16,6
F. pretas .....	6	85,7	—	—	1	14,2
Total pr. ....	11	84,6	—	—	2	18,4



## RESPOSTAS DE CRIANÇAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

## Crianças brancas

	Branca		Preta		Iguais	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>						
M. ....	30	100	—	—	—	—
F. ....	23	88,5	3	11,5	—	—
Total .....	53	94,6	3	5,4	—	—
<b>ESCOLA B</b>						
M. ....	27	93	—	—	2	7
F. ....	24	100	—	—	—	—
Total .....	51	96,2	—	—	2	3,7
<b>ESCOLA C</b>						
M. ....	25	89,3	—	—	3	10,7
F. ....	25	83,5	—	—	5	16,7
Total .....	50	87	—	—	8	13

TABELA IX

## Desenho 1

	O menino preto está brincando:			
	Só		Junto com outros	
	N	%	N	%
M. brancos .....	52	60	35	40
F. brancas .....	57	71,25	23	28,75
Total brancos .....	109	65,2	58	34,7
M. mulatos .....	10	71,5	4	28,5
F. mulatas .....	10	71,5	4	28,5
Total mulatos .....	20	71,5	8	28,5
M. pretos .....	5	83,3	1	16,6
F. pretas .....	6	85,7	1	14,2
Total pretos .....	11	84,6	2	15,4
Total M. ....	67	62,6	40	37,4
Total F. ....	73	72,27	28	27,73
Total geral .....	140	67,3	68	32,7
M. brancos escola A .....	16	53,3	14	46,7
F. brancas escola A .....	19	73	7	27
Total brancos escola A .....	35	62,6	21	37,4
M. brancos escola B .....	19	65,4	10	34,4
F. brancas escola B .....	17	70,8	7	29,2
Total brancos escola B .....	36	67,8	17	32,1
M. brancos escola C .....	17	60,7	10	35,7
F. brancas escola C .....	20	66,7	10	33,3
Total escola C .....	37	65,5	20	34,5



TABELA X

Desenho 1

RAZÕES DA SEPARAÇÃO

	R. do jogo		Não quer brincar		Não gosta dos outros		Briga		Eles não gostam dele		É preto		Outras razões	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos	17	19,5	6	6,3	4	4,1	1	1,1	5	5,7	13	14,8	—	—
F. brancas	20	25,0	6	7,5	6	7,5	—	—	6	7,5	15	18,8	5	6,25
Total br.	37	22,1	12	7,2	10	6,0	1	0,6	11	6,6	28	16,7	5	3,0
M. mulatos	5	35,7	3	21,4	—	—	—	—	1	7,1	3	21,4	—	—
F. mulatas	6	42,9	—	—	—	—	—	—	2	14,3	1	7,1	—	—
Total m.	11	39,0	3	10,7	—	—	—	—	3	10,7	4	14,3	—	—
M. negros	1	16,6	1	16,6	—	—	—	—	1	16,6	—	—	—	—
F. negras	2	28,6	—	—	—	—	—	—	—	—	2	28,6	—	—
Total n.	3	23,0	1	7,7	—	—	—	—	1	7,7	2	15,4	—	—
Total M.	23		10		4		1		7		16		—	
Total F.	28		6		6		—		8		18		5	
Total	51	38,7	16	12,1	10	7,7	1	0,7	15	11,2	34	25,7	5	3,9

TABELA XI

Desenho 2

POR QUE ESTE MENINO NÃO JOGA JUNTO?

	R. do jogo		Não gosta do jogo		Não gosta dos menin.		Outros não gostam dele		Não gostam dela porque é preta		Está doente		Tem roupa limpa		Outras raz.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos	31	35,6	24	27,6	8	9,2	8	9,2	24	27,6	2	2,3	4	4,6	2	2,3
F. brancas	9	11,2	24	30,0	9	11,2	12	15,0	48	59,9	2	2,5	4	5,0	4	5
Total br.	40	23,9	48	28,7	17	10,1	20	12,0	72	43,1	4	2,n	8	4,7	6	3,6
M. mulatos	4	28,5	6	42,9	—	—	1	7,1	14	100	—	—	—	—	—	—
F. mulatas	2	14,3	4	28,5	1	7,1	2	14,3	7	50	—	—	1	7,1	—	—
Total m.	6	21,4	10	35,7	1	3,6	3	10,7	21	75	—	—	1	3,6	—	—
M. pretos	1	16,6	1	16,6	1	16,6	2	33,3	—	—	—	—	—	—	—	—
F. pretas	1	14,2	3	42,9	1	14,2	—	—	1	14,2	—	—	—	—	—	—
Total pr.	2	15,4	4	31,0	2	15,4	2	15,4	1	7,7	—	—	—	—	—	—



## CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS:

Esc. A. M.	11	36,7	4	13,3	—	—	—	—	14	46,7
Esc. A. F.	4	15,3	7	27,0	—	—	—	—	25	96,0
Tot. Esc. A.	15	26,5	11	19,6	—	—	—	—	39	69,5
Esc. B. M.	9	31,0	13	44,9	—	—	—	—	—	—
Esc. B. F.	1	4,2	11	45,8	—	—	—	—	6	25
Tot. Esc. B.	10	18,8	24	45,2	—	—	—	—	6	11,2
Esc. C. M.	11	39,0	7	25,0	—	—	—	—	10	35,7
Esc. C. F.	4	13,3	6	20,0	—	—	—	—	17	56,7
Tot. Esc. C.	15	25,9	13	22,4	—	—	—	—	27	46,5

TABELA XII

Desenho 3

## AS CRIANÇAS SÃO AMIGAS OU PARENTES?

	Amigos		Parentes	
	N	%	N	%
M. brancos .....	77	88,5	9	10,3
F. brancas .....	72	90,0	6	7,5
Total br. ....	149	89,2	15	9,0
M. mulatos .....	12	85,7	2	14,3
F. mulatas .....	13	92,8	1	7,1
Total m. ....	25	89,3	3	10,4
M. pretos .....	6	100,0	—	—
F. pretas .....	6	85,7	1	14,2
Total pr. ....	12	92,3	1	7,7

TABELA XIII

Desenho 3

## COMO VOCÊ SABE, QUE NEM TODOS SÃO PARENTES?

	São pretos e brancos		São diferentes		Todos são pequenos		Vizinhos		Não são amigos, mas filhos da empregada		Adivinhei		Não sei	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos	55	63,7	4	4,6	1	1,1	3	3,4	1	1,25	1	1,2	8	9,2
F. brancas	51	64,75	4	5,0	3	3,7	1	1,25	—	—	—	—	11	13,75
Total br.	106	63,5	8	4,7	4	2,4	4	2,4	1	0,6	1	0,6	19	11,3
M. mulatos	9	64,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	14,3
F. mulatas	7	50,0	1	7,1	—	—	1	7,1	—	—	—	—	4	28,4
Total m.	16	57,1	1	3,6	—	—	1	3,6	—	—	—	—	6	21,4
M. pretos	3	50,0	1	16,6	2	33,3	—	—	—	—	—	—	—	—
F. pretas	5	71,4	1	14,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total pr.	8	61,5	2	15,4	2	15,4	—	—	—	—	—	—	—	—

## RESPOSTAS DAS CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	Amigos		Parentes		Pretos e brancos		Diferentes		Não sei	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Esc. A. M.	25	83,3	5	16,3	13	43,3	2	6,7	2	6,7
Esc. A. F.	26	100,0	—	—	18	69,2	2	7,7	5	19,2
Total Esc. A.	51	92,9	5	8,9	31	55,3	4	7,1	7	12,5
Esc. B. M.	24	82,7	3	10,4	20	70,0	1	3,4	3	10,4
Esc. B. F.	22	91,0	2	8,4	13	54,1	2	8,4	3	12,5
Total Esc. B.	46	90,5	5	9,4	33	62,2	3	5,6	6	11,2
Esc. C. M.	27	96,4	1	3,6	22	78,6	1	3,6	3	10,7
Esc. C. F.	23	76,7	4	13,3	20	66,7	—	—	3	10,0
Total Esc. C.	50	87,9	5	8,7	42	72,4	1	1,7	6	10,3

TABELA XIV

Desenho 4. A.

## POR QUE ESTE MENINO (BRANCO) NÃO BRINCA COM OS OUTROS?

	Razões do jôgo		Não gosta do jôgo		Não gosta dos meninos		Os meninos não gostam dêle		Raz. da diferença de cor		Machucado, aleijado		Outras razões	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos	18	20,7	13	14,8	9	10,3	10	11,5	31	35,6	4	4,6	11	12,6
F. brancas	8	10,0	16	20,0	12	15,0	7	8,2	36	45,0	3	3,7	6	7,5
Total br.	26	15,5	29	17,4	21	12,5	17	10,1	67	40,0	7	4,2	17	10,1
M. mulatos	2	14,3	5	35,7	1	7,1	1	7,1	7	50,0	—	—	—	—
F. mulatas	2	14,3	4	28,5	—	—	—	—	4	28,5	2	14,3	1	7,1
Total m.	4	14,3	9	32,1	1	3,6	1	3,6	11	39,0	2	7,2	1	3,6
M. pretos	1	16,6	1	16,6	—	—	1	16,6	2	33,2	—	—	—	—
F. pretas	2	28,6	2	28,6	—	—	—	—	3	42,5	—	—	—	—
Total pr.	3	23,0	3	23,0	—	—	1	7,1	5	38,5	—	—	—	—

## CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

Esc. A. M.	5	16,7	2	6,7	3	10,0	2	6,7	15	50,0	1	3,3	5	16,7
Esc. A. F.	3	11,5	4	15,3	2	7,7	2	7,7	15	57,6	—	—	2	7,7
Total Esc. A.	8	14,3	6	10,7	5	8,9	4	7,1	30	53,8	1	1,8	7	12,5
Esc. B. M.	7	24	6	20,7	4	14,0	4	14,0	6	20,7	2	3,4	2	3,4
Esc. B. F.	—	—	8	33,3	4	16,6	3	12,5	9	37,5	2	8,4	1	4,2
Tot. Esc. B.	7	13,2	14	26,4	8	15,1	7	13,2	15	28,3	4	5,9	3	3,8
Esc. C. M.	6	21,4	5	17,2	2	7,2	4	14,3	10	34,4	1	3,6	4	14,3
Esc. C. F.	5	16,7	4	13,3	6	20	2	6,7	12	40,0	1	3,3	3	10,0
Tot. Esc. C.	11	18,9	9	15,5	8	13,8	6	10,3	22	37,9	2	3,5	7	12,1



TABELA XV

Desenho 4. B.

	Menino branco quer ser:				Menino preto quer ser:			
	Branco		Preto		Branco		Preto	
	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos .....	67	77,5	14	16,1	24	27,6	57	65,5
F. brancas .....	71	88,75	8	10,1	30	37,5	48	60,0
Total brancos .....	138	82,6	22	13,1	54	31,3	105	62,8
M. mulatos .....	9	64,3	4	28,5	3	21,4	10	71,0
F. mulatas .....	12	85,7	2	14,3	8	57,2	5	35,7
Total mulatos .....	21	75,0	6	21,4	11	39,0	15	53,5
M. pretos .....	4	66,6	1	16,6	3	50,0	2	33,3
F. pretas .....	4	57,4	3	42,9	3	42,9	4	57,4
Total pretos .....	8	61,5	4	31,0	6	46,1	6	46,1

## CRIANÇAS BRANCAS DIVIDIDAS POR ESCOLAS

Esc. A. M. ....	24	80,0	4	13,3	4	13,3	25	83,3
Esc. A. F. ....	21	80,7	5	19,2	12	46,0	14	53,8
Total Esc. A. ....	45	80,3	9	16,0	16	28,5	39	69,8
Esc. B. M. ....	21	73,4	6	20,7	11	38,0	16	55,2
Esc. B. F. ....	19	79,1	2	8,4	12	50,0	10	41,6
Total Esc. B. ....	40	75,4	8	15,1	23	43,4	26	49,5
Esc. C. M. ....	22	78,6	4	14,3	9	32,1	16	57,1
Esc. C. F. ....	30	100,0	—	—	6	20,0	24	80,0
Total Esc. C. ....	52	89,6	4	6,9	15	27,6	40	69,6



TABELA XVI

Desenho 5

OS MENINOS JOGAM

	1		2		3		2 + 3	
	Juntos		Separados pr. dos br.		Os pretos contra os brancos			
	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos .....	78	89,6	5	5,7	4	4,6	9	10,3
F. brancas .....	74	92,5	5	6,25	—	—	5	6,25
Total br. ....	152	91	10	6	4	2,4	14	8,3
M. mulatos .....	14	100	—	—	—	—	—	—
F. mulatas .....	13	92,8	1	—	—	—	1	—
Total mul. ....	27	96,4	1	3,6	—	—	1	3,6
M. pretos .....	6	100	—	—	—	—	—	—
F. pretas .....	7	100	—	—	—	—	—	—
Total pr. ....	13	100	—	—	—	—	—	—
<b>ESCOLA A</b>								
M. ....	27	90	1	3,3	2	6,6	3	10
F. ....	24	92,3	2	7,7	—	—	2	7,7
Total .....	51	91	3	5,4	2	3,6	5	8,9
<b>ESCOLA B</b>								
M. ....	27	98,1	1	3,4	1	3,4	2	7
F. ....	24	100	—	—	—	—	—	—
Total .....	51	96,2	1	1,9	1	1,9	2	3,7
<b>ESCOLA C</b>								
M. ....	24	85,7	3	10,7	1	3,6	4	14,3
F. ....	26	86,7	3	10	—	—	3	10
Total .....	50	86,9	6	10,3	1	1,7	7	12



TABELA XVII

Desenho 6-A

	Atividades Comuns		Atividades Separadas		Côr		Separação ou hostilidade, por causa da		Posição Social	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M. brancos .....	39	44,8	46	52,9	14	16,1	12	13,8		
F. brancas .....	29	36,25	49	61,25	21	26,25	17	21,25		
Total br. ....	68	40,7	95	56,8	35	20,8	29	17,3		
M. mulatos .....	8	57,2	6	42,9	2	14,3	1	7,1		
F. mulatas .....	5	35,7	9	64,3	5	35,7	2	14,3		
Total mul. ....	13	46,4	15	53,5	7	25	3	10,7		
M. pretos .....	5	83,3	1	16,6	1	16,6				
F. pretas .....	2	28,6	5	71,4	2	28,6	1	14,2		
Total pr. ....	7	53,8	6	46,1	3	23	1	7,7		
<b>ESCOLA A</b>										
M. ....	19	63,3	10	33,3	4	13,3	2	6,7		
F. ....	12	46	14	53,8	8	30,8	1	3,8		
Total .....	31	55,3	24	42,8	12	21,43	3	5,4		
<b>ESCOLA B</b>										
M. ....	13	44,9	14	48,2	5	17,3	2	7		
F. ....	10	41,6	13	54,1	4	16,6	6	25		
Total .....	23	43,4	27	50,9	9	17	8	15,1		
<b>ESCOLA C</b>										
M. ....	7	25	22	78,6	5	17,2	8	28,6		
F. ....	7	23,3	22	73,3	9	30	10	33,3		
Total .....	14	24,1	44	75,8	14	24,1	18	31		



TABELA XVIII

Desenho 6-B

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

	Passeio e Cinema		Conversar Brincar		Igreja Casa-mento Co-munhão		Fazer e experim. vestido		Ficar e trabalhar em casa		Festa	
	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
M. brancos	44	23	27	7	11	9	7	4	1	12	3	2
F. brancas	36	21	24	2	12	9	2	1	—	9	3	2
<b>Total br.</b>	<b>80</b>	<b>44</b>	<b>51</b>	<b>9</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
<b>Total %</b>	<b>47,3</b>	<b>26,3</b>	<b>30,5</b>	<b>5,4</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,6</b>	<b>12,5</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
M. mulatos	7	5	3	2	3	3	1	—	1	2	—	—
F. mulatas	9	7	4	2	2	1	1	—	—	1	—	—
<b>Total mul.</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total %</b>	<b>57,2</b>	<b>43</b>	<b>25</b>	<b>14,3</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3,6</b>	<b>10,7</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
M. pretos	4	4	3	2	—	—	—	—	—	1	—	—
F. pretas	4	2	2	—	1	—	1	—	—	2	—	—
<b>Total pr.</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total %</b>	<b>61,5</b>	<b>46,1</b>	<b>38,5</b>	<b>15,4</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>15,4</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

ATIVIDADES MAIS DIFERENCIADAS, DIVIDIDAS POR ESCOLAS

	Passeio Cinema		Conversar Brincar		Ficar em casa, trabalhar			
	B		P		B		P	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>ESCOLA A</b>								
M. ....	19		12		4		2	
F. ....	15		13		7		2	
<b>Total</b> .....	<b>34</b>	<b>69,7</b>	<b>25</b>	<b>46,4</b>	<b>11</b>	<b>19,6</b>	<b>4</b>	<b>7,1</b>
<b>ESCOLA B</b>								
M. ....	13		7		11		4	
F. ....	12		6		4		—	
<b>Total</b> .....	<b>25</b>	<b>47,1</b>	<b>13</b>	<b>24,5</b>	<b>15</b>	<b>28,3</b>	<b>4</b>	<b>7,5</b>
<b>ESCOLA C</b>								
M. ....	12		2		12		1	
F. ....	8		4		13		—	
<b>Total</b> .....	<b>20</b>	<b>34,5</b>	<b>6</b>	<b>10,3</b>	<b>25</b>	<b>44,8</b>	<b>1</b>	<b>1,7</b>



TABELA XIX

Desenho 7

## POR QUE ESTE MENINO NÃO ENTROU NO PARQUE?

	Ele não tem dinheiro		É preto e os brancos não querem		Ele não quer brincar com brancos		Não gosta tem medo aleijado		Falta lugar-entra mais tarde		Brigaram não gostam dele		2 ou mais ajudantes	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	50	57,5	16	18,4	2	2,3	11	12,6	11	12,6	—	—	—	—
F. brancas	43	53,75	14	17,5	—	—	9	11,25	11	13,75	3	3,75	1	1,25
Total br.	93	55,1	30	18,1	2	1,2	20	11,9	22	13,1	3	1,8	3	1,8
M. mulatos	8	57,2	2	14,3	—	—	2	14,3	—	—	1	7,1	1	7,1
F. mulatas	8	57,2	2	14,3	—	—	1	7,1	2	14,3	—	—	—	—
Total mul.	16	57,2	4	14,3	—	—	3	10,7	2	7,2	1	3,6	1	3,6
M. pretos	3	50	2	33,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F. pretas	4	57,4	2	28,6	—	—	1	14,2	—	—	—	—	—	—
Total pr.	7	53,8	4	31	—	—	1	7,7	—	—	—	—	—	—
<b>ESCOLA A</b>														
M.	19	63,3	8	26,7	—	—	3	10	1	3,3	—	—	—	—
F.	10	38,4	8	30,8	—	—	5	19,2	2	7,7	1	3,8	—	—
Total	29	51,8	16	28,5	—	—	8	14,3	3	5,4	1	1,8	—	—
<b>ESCOLA B</b>														
M.	16	55,5	5	17,5	2	7	2	7	4	14	—	—	1	3,6
F.	16	66,6	2	8,4	—	—	2	8,4	3	12,5	1	4,2	—	—
Total	32	60,4	7	13,2	2	3,7	4	7,5	7	13,2	1	1,9	1	1,9
<b>ESCOLA C</b>														
M.	15	53,5	3	10,7	—	—	6	21,4	6	21,4	—	—	—	—
F.	17	56,7	4	13,3	—	—	2	6,7	6	20	1	3,3	2	6,7
Total	32	55,1	7	12,8	—	—	8	13,8	12	20,7	1	1,7	2	3,4



TABELA XX

Desenho 8

POR QUE O HOMEM NÃO DEIXOU O CASAL ENTRAR NO BAILE?

	São pretos e o baile é de branco		Não pagaram a entrada		Não conhecem os outros Não têm convite		São menores de idade É proibido São noivos Casados Não têm documentos		O homem é ruim		O homem não gosta deles Acha-os inferiores mal vestidos e farristas		A sala já está cheia Já começou o baile A sala não está pronta	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	54	62	15	14,8	6	6,3	7	9,2	2	2,3	2	2,3	7	8
F. brancas	53	66,2	15	18,75	4	5	5	6,25	1	1,25	5	6,25	1	1,25
Total br.	107	64	28	16,7	10	6	12	7,2	3	1,8	7	4,8	8	4,7
M. mulatos	10	71	2	14,3	—	—	1	7,1	—	—	—	—	1	7,1
F. mulatas	9	64,3	1	7,1	—	—	3	21,4	1	7,1	—	—	1	7,1
Total mul.	19	67,8	3	10,7	—	—	4	14,3	1	3,6	—	—	2	7,2
M. pretos	3	50	—	—	—	—	1	16,6	—	—	—	—	1	16,6
F. pretas	5	71,4	2	28,6	1	14,2	—	—	—	—	—	—	—	—
Total pr.	8	61,5	2	15,4	1	7,7	1	7,7	—	—	—	—	1	7,7
<b>ESCOLA A</b>														
M. ....	19	63,3	3	10	3	10	5	16,7	—	—	—	—	1	3,3
F. ....	18	69,2	3	11,5	1	3,8	3	11,5	—	—	—	—	1	3,8
Total .....	37	66,1	6	10,7	4	7,1	8	14,3	—	—	—	—	2	3,5
<b>ESCOLA B</b>														
M. ....	17	58,6	2	7	2	7	2	7	2	7	1	3,4	2	7
F. ....	15	62,5	7	29,2	1	4,2	2	8,4	—	—	—	—	—	—
Total .....	32	60,4	9	17	3	5,6	4	7,5	2	3,8	1	1,9	2	3,7
<b>ESCOLA C</b>														
M. ....	18	64,3	8	28,6	1	3,6	1	3,6	—	—	1	3,6	4	14,3
F. ....	20	66,7	5	16,7	2	6,7	—	—	1	3,3	5	16,7	—	—
Total .....	38	65,5	13	22,4	3	5,2	1	1,7	1	1,7	6	10,3	4	6,9



TABELA XXI

Desenho 9

## POR QUE ESTE MENINO (PRETO) JOGOU UMA PEDRA NO OUTRO?

	Por causa da cor ele não gosta do branco	Ele não gosta da menina	Ele é preto mau malvado	Outro xingou-o de preto fez de saforo	Outro não quis brincar estragou o brinquedo - bateu	Brigaram	Por causa do cachorro	Situação amigável	Outro é pobre
	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %
M. brancos	14 16,09	4 4,6	7 8	2 2,3	5 5,7	17 19,5	31 35,6	6 6,3	—
F. brancas	13 16,25	4 5	6 7,5	1 1,25	8 10	13 16,25	30 37,5	2 2,5	2 2,5
Total br.	27 16,1	8 4,7	13 7,8	3 1,8	13 7,8	30 18,1	61 36,5	8 4,7	2 1,2
M. mulatos	1 7,1	1 7,1	2 14,3	— —	2 14,3	1 7,1	6 42,9	2 4,3	—
F. mulatas	4 28,5	3 2,4	3 21,4	— —	— —	— —	2 14,3	— —	—
Total mul.	5 17,2	4 14,3	5 17,2	— —	2 7,2	1 3,6	8 28,6	2 7,2	—
M. pretos	2 33,3	1 16,6	— —	— —	1 16,6	— —	1 16,6	— —	—
F. pretas	2 28,6	— —	— —	— —	— —	3 42,9	2 28,6	— —	—
Total pr.	4 31	1 7,7	— —	— —	1 7,7	3 23	3 23	— —	—

## BR. — AS RESPOSTAS MAIS FREQUENTES DIVIDIDAS POR ESCOLAS

ESCOLA A											
M.	7 23,5	—	—	—	—	—	—	9 30	10 33,3	—	—
F.	5 19,2	—	—	—	—	—	—	5 19,2	11 42,3	—	—
Total	12 21,4	—	—	—	—	—	—	14 25	21 37,4	—	—
ESCOLA B											
M.	3 10,4	—	—	5 17,3	1 3,4	—	—	4 14	9 31	—	—
F.	3 12,5	—	—	1 4,2	—	—	—	3 12,5	12 50	—	1 4,2
Total	6 11,2	—	—	6 11,2	1 1,9	—	—	7 13,2	21 39,6	—	1 1,9
ESCOLA C											
M.	4 14,3	—	—	2 7,2	1 3,6	—	—	4 14,3	12 43	—	—
F.	5 16,7	—	—	5 16,7	1 3,3	—	—	5 16,7	7 23,3	—	1 3,3
Total	9 15,5	—	—	7 12,3	2 3,4	—	—	9 15,5	19 32,6	—	1 1,7



TABELA XXII

Desenho 10

que fazem estes meninos?		Por que brigaram?				Por causa:				
Brincam Dançam	Brigam	Da cor O moreno considera-se melhor	Um rasgou a calça. Outro puxou o cabelo	Xingaram-se palavras feias	Não se gostam Nervosos	Um provocou o outro	São maus	Um mais pobre do que o outro		
N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %	N.º %
M. brancos	13 14,8	62 71,2	9 10,3	12 13,8	11 12,6	15 17,2	6 6,3	— —	— —	7 8
F. brancas	13 16,25	58 72,5	17 21,25	17 21,25	3 3,75	12 15	6 7,5	3 3,75	1 1,25	4 5
Total br.	26 15,5	120 71,25	26 15,5	29 17,3	14 8,3	27 16,1	12 7,2	3 1,8	1 0,6	11 6,6
M. mulatos	2 14,3	8 57,2	2 14,3	3 21,4	— —	2 14,3	— —	— —	— —	3 21,6
F. mulatas	— —	13 92,8	4 28,5	3 21,4	— —	2 14,3	1 7,1	1 7,1	— —	2 14,3
Total mul.	2 7,2	21 75,0	6 21,4	6 21,4	— —	4 14,3	1 3,6	1 3,6	— —	5 17,3
M. pretos	1 16,6	3 50	1 16,6	— —	1 16,6	— —	— —	— —	— —	— —
F. pretas	— —	3 42,9	— —	2 28,6	— —	1 14,2	— —	— —	— —	— —
Total pr.	1 7,7	6 46,1	1 7,7	2 15,4	1 7,7	1 7,7	— —	— —	— —	— —

BR. — AS RESPOSTAS MAIS FREQUENTES DIVIDIDAS POR ESCOLAS

ESCOLA A											
M.	2 6,7	16 53,3	3 10	1 3,3	2 6,7	6 20	2 6,7	— —	— —	— —	1 3,3
F.	1 3,8	16 61,5	5 19,2	5 19,2	1 3,8	3 11,5	3 11,5	— —	— —	— —	— —
Total	3 5,4	32 57,1	8 14,3	6 10,7	3 5,4	9 16	5 8,9	— —	— —	— —	1 1,3
ESCOLA B											
M.	3 10,4	26 89,6	2 7	4 14	9 28	5 17,3	3 10,4	— —	— —	— —	2 7
F.	6 25	19 79,1	6 25	5 20,8	— —	4 16,6	2 8,4	1 4,2	1 4,2	— —	3 12,5
Total	9 17	45 84,9	8 15,1	9 17	9 17	9 17	5 9,4	1 1,9	1 1,9	— —	5 9,4
ESCOLA C											
M.	8 28,6	20 70,8	4 14,3	7 25	— —	4 14,3	1 3,6	— —	— —	— —	4 14,3
F.	6 20	23 76,3	6 20	7 23,3	2 6,7	5 16,7	1 3,3	2 6,7	— —	— —	1 3,3
Total	14 24,1	43 74,1	10 17,2	14 24,1	2 3,4	9 15,5	2 3,4	2 3,4	— —	— —	5 8,6



TABELA XXIII

Desenho 11

## POR QUE ESTE MENINO VAI EMBORA?

	Ele já comprou ou ganhou		A mãe espera-o Quer ir para casa brincar com a bola		Não tem dinheiro para comprar		É zanga-do Brigaram		Não gosta do vendedor do circo		Não gosta das meninas		É preto e as meninas brancas		A menina branca comprou para ele	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
M. brancos	70	80,4	5	5,7	2	2,3	—	—	1	1,2	2	2,3	7	8	—	—
F. brancas	64	80	6	7,5	—	—	1	1,25	1	1,25	2	2,5	5	6,25	1	1,2
Total br.	134	80,2	11	6,6	2	1,2	1	0,6	2	1,2	4	2,4	12	7,8	1	0,6
M. mulatos	9	64,3	—	—	1	7,1	—	—	—	—	—	—	3	21,4	—	—
F. mulatas	12	85,7	2	14,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total mul.	21	73,4	2	7,2	1	3,6	—	—	—	—	—	—	3	10,7	—	—
M. pretos	5	83,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	16,6	—	—
F. pretas	6	85,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	14,2	—	—
Total pr.	11	84,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	15,4	—	—

## BR. — AS RESPOSTAS MAIS FREQUENTES DIVIDIDAS POR ESCOLAS

## ESCOLA A

M.	24	80	1	3,3	2	6,7	—	—	—	—	1	3,3	2	6,7	—	—
F.	21	80,7	1	3,8	—	—	—	—	—	—	1	3,8	1	3,8	—	—
Total	45	80,3	2	3,6	2	3,6	—	—	—	—	2	3,6	3	5,4	—	—

## ESCOLA B

M.	23	79	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3,4	2	7	—	—
F.	21	85	1	4,2	—	—	—	—	1	4,2	1	4,2	—	—	—	—
Total	44	83	1	1,9	—	—	—	—	1	1,9	2	3,8	2	3,8	—	—

## ESCOLA C

M.	23	82,1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3,6	3	10,7	—	—
F.	22	73,3	2	6,7	—	—	1	3,3	—	—	—	—	4	18,3	1	3,3
Total	45	77,6	2	3,5	—	—	1	1,7	—	—	1	1,7	7	12,3	1	1,7



BIBLIOGRAFIA:

1. William D. Althus e Jerry H. Clark: "Some sectional differences among Negro and White Illiterate Soldiers" *The Journal of Psychology*, 1949, 30.
2. Percy Black e Ruth Davidson Atkins: "Conformity versus prejudice as exemplified in White-Negro relations in the South" *The Journal of Psychology*, 1950, 30.
3. J. F. Brown: "A modification of the Rozenzweig Picture Frustration Test to study hostile interracial attitudes". *The Journal of Psych.* 1947, 24.
4. Morris, L. Haimovitz e Natalie R. Heinovitz: "Reducing Ethnic Hostility through psychotherapy" *The Journal of Social Psychology*, 1950, 31.
5. Otto Klineberg: "Characteristics of the American Negro" New York Harper, 1944.
6. A. S. Luchins: "Personality and Prejudice" *Journal of Social Psychol.* 1950, 32.
7. George K. Morlan: "An experiment of the identification of body odor". *The Journal of Genetic Psychology*, 1950, 77.
8. Terry Prothero and John A. Jensen: "Interrelations of religious and ethnic attitudes in selected southern population" *The Journal of Social psychology*, 1950, 32.
9. Marian Radke, Helen G. Trager e Hadassah Davis: "Social perceptions and attitudes of children" *Genetic Psych. Monographs*, 1949, 40.
10. Marian Radke e Helen G. Trager: "Childrens perceptions of the social roles of negros and whites" *The Journal of Psychology*, 1950, 29.
11. Roger Bastide e Florestan Fernandes: "O preconceito racial em São Paulo" *Publicações do Inst. de Administração* n.º 118 abril de 1951.
12. Rosenzweig Saul, Edith E. Fleming e Luise Rosenzweig: "The childrens form of the Rosenzweig Picture Frustration Study" *The Journal of Psychology*" 1948, 26.
13. Rose Zeligs: "Children's Concept of Stereotypes of: Polish, Irish, Finn, Hungarian, Bulgarian, Dane, Czekoslovakian, Hindu and Phillipine" *The Journal of Genetic Psychology*" 1950, 77.



# RELAÇÕES RACIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA (\*)

## INTRODUÇÃO

Tendo de proceder a um estudo sôbre relações inter-raciais, numa comunidade do interior do Estado de São Paulo, abrangendo, principalmente, os componentes brancos, pretos e mestiços da população, o autor escolheu, para êste fim, o município de Itapetininga onde, desde dezembro de 1947, vinha fazendo um levantamento sistemático de dados para uma análise da estratificação social.

O recenseamento de 1940 registrou, para o município de Itapetininga, uma população de 34.437 indivíduos, dos quais 13.623 estavam domiciliados nas zonas urbana e suburbana e 20.814, na zona rural. A população rural constituía, portanto, 60,44 por cento do total.

Ainda de acôrdo com o recenseamento, a população, em 1940, compreendia 89,77 por cento de brancos, 5,21 de pretos, 3,99 de pardos, 1,11 de amarelos e 0,02 por cento cuja côr não foi declarada. O quadro I mostra a proporção de indivíduos brancos, pardos, pretos e amarelos no interior do Estado de São Paulo, na Capital e no município de Itapetininga.

### QUADRO I

População segundo a côr da pele, no interior, na Capital do Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940.

Côr	Interior		Capital		Itapetininga	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Branca .....	4.894.751	83,60	1.203.111	90,71	30.881	89,67
Parda .....	292.678	5,00	45.136	3,40	1.376	3,99
Preta .....	460.895	7,87	63.546	4,80	1.793	5,21
Amarela .....	200.774	3,45	14.074	1,06	381	1,11
Não declarado .	4.957	0,08	394	0,03	6	0,02
Total .....	5.854.055	100,00	1.326.261	100,00	34.437	100,00

Quanto à nacionalidade, a população do Município compreendia, em 1940, 97,29 por cento de brasileiros natos, 0,69 por cento

(\*) Este estudo foi realizado pelo professor Oracy Nogueira.



de brasileiros naturalizados, 2,00 de estrangeiros, e 0,02 por cento de nacionalidade não declarada. O quadro II mostra a distribuição da população segundo a nacionalidade, no interior, na Capital do Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, segundo o recenseamento de 1940.

**QUADRO II**

População de acordo com a nacionalidade, no interior, na Capital do Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940

Nacionalidade	Interior		Capital		Itapetininga	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Brasileiros natos	5.834.273	91,12	1.029.047	77,59	33.505	97,29
Bras. naturalizados	41.935	0,71	11.176	0,84	239	0,69
Estrangeiros	476.522	8,14	285.469	21,52	689	2,00
Não declarados	2.325	0,03	569	0,05	4	0,02
<b>Total</b>	<b>5.854.055</b>	<b>100,00</b>	<b>1.326.261</b>	<b>100,00</b>	<b>34.437</b>	<b>100,00</b>

Quanto às atividades principais, a distribuição da população do município de Itapetininga, de 10 anos de idade e mais, de acordo com o recenseamento de 1940, é a que vê no quadro III, que permite a comparação com a distribuição para o total do Estado de São Paulo.

**QUADRO III**

Atividades principais dos indivíduos de 10 anos e mais, no Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940.

Atividades	Estado de São Paulo		Município de Itapetininga	
	N.º	%	N.º	%
Agricultura, pecuária, silvicultura .....	1.529.055	29,48	8.336	33,68
Indústrias extrativas .....	22.758	0,44	45	0,18
Indústrias de transformação .....	428.478	8,26	794	3,21
Comércio de mercadorias .....	189.955	3,66	605	2,44
Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	18.315	0,35	48	0,19
Transportes e comunicações .....	129.524	2,50	783	3,16
Administração pública, justiça, ensino público .....	70.830	1,37	385	1,56
Defesa nacional, segurança pública ...	24.481	0,47	548	2,22
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada .....	32.345	0,62	104	0,42
Serviços, atividades sociais .....	177.799	3,43	709	2,86
Atividades domésticas, atividades escolares .....	2.138.784	41,23	10.487	42,38
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas .....	424.852	8,19	1.905	7,70
<b>Total .....</b>	<b>5.187.176</b>	<b>100,00</b>	<b>24.794</b>	<b>100,00</b>



Em 1946, o valor da produção agrícola, por habitante, no município de Itapetininga, cuja densidade se estimava em 19 habitantes por quilômetro quadrado, foi de Cr\$ 847,00, enquanto que no Estado de São Paulo foi de Cr\$ 873,00 (\*\*).

Em 1947, o valor anual da produção industrial, por operário, no Município, foi de Cr\$ 60.214, enquanto, no Estado todo, esse valor foi de Cr\$ 92.250. O salário médio mensal, por operário, nesse mesmo ano, no Município, foi de Cr\$ 595,00, enquanto que no Estado de São Paulo foi de Cr\$ 776,000 (\*\*\*)

De acôrdo com o recenseamento de 1940, a população de 0 a 15 anos constituía, no Município, 40,02 por cento do total e a de 65 anos e mais, 2,93 por cento, dando, portanto, um coeficiente de dependência de 42,95 por cento. Esse coeficiente era de 43,23 por cento para o Estado de São Paulo e 42,99 por cento para o Brasil. A população de 0 a 15 anos, no Estado de São Paulo, constituía 39,5 por cento, elevando-se, no Brasil, a 41,5.

Ainda de acôrdo com o recenseamento de 1940, a taxa de masculinidade por mil mulheres, no Município, era a seguinte: zona urbana, 986,89; suburbana, 943,26; rural, 1.069,11; e geral, 1.032,28. Para o Estado de São Paulo, a taxa era de 1.045,84 homens para mil mulheres.

O município de Itapetininga é dos mais antigos do Estado de São Paulo. Por volta de 1724, já existia o arraial, à margem do rio do mesmo nome. Em 1770, foi fundada a vila, a uma légua de distância, mais ou menos, sendo-lhe conferida a condição de cidade, em 1855. A cidade está, pois, situada na chamada zona "velha", porém, nela têm sido introduzidos os melhoramentos urbanos de que gozam as mais prósperas cidades tanto antigas como novas do Estado de São Paulo.

No município de Itapetininga está representada tôda a gama de condições e posições sociais que se podem encontrar no Brasil: famílias abastadas e tradicionais e elementos intermediários até a grande massa dos menos favorecidos; brancos, mulatos e pretos, imigrantes e seus descendentes; profissionais liberais, professores, funcionários burocráticos das repartições federais, estaduais e municipais, a massa dos pequenos trabalhadores urbanos e a proporção ainda maior dos trabalhadores rurais.

Nesta comunidade, relativamente pequena e antiga, tornava-se exequível a combinação de dados provenientes de documentos históricos com os de fontes atuais e da observação direta, de modo

---

(\*\*) Cf. Vicente Unzer de Almeida e Octavio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração Rural-Urbana*, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951.

(\*\*\*) *Ibd.*



a verificar-se o choque das mudanças sociais gerais, que se têm acelerado, nos últimos cinquenta anos, sobre os padrões de relações inter-raciais e sobre a situação real dos vários componentes étnicos da população.

A condição económica é o principal fator para que um indivíduo ou família se alce a uma determinada camada da sociedade. A própria sociedade local se divide a si mesma em três classes, cujos critérios de discriminação são, quase integralmente, a contra-parte, em termos de atitudes e de avaliações explícitas, das posições que os indivíduos ocupam no sistema de produção e de distribuição da riqueza. Assim, de um modo geral, são incluídos na "classe alta" indivíduos e famílias cuja subsistência e padrão de vida não dependem de trabalho manual próprio nem de trabalho ou atividade que implique na sua subordinação à iniciativa alheia. Quanto mais remoto está o indivíduo ou família de tal necessidade — remoto em matéria de recursos, o que se mede pelo patrimônio material de que dispõe, e remoto cronologicamente, o que se mede pelo número de gerações em que a família se tem apresentado na mesma camada — mais sólido o prestígio ou reputação de que goza, a este respeito. Daí a preocupação com a genealogia, por parte dos membros das "famílias tradicionais". Esta camada ou classe social corresponde, portanto, à parte da população que detém em suas mãos os meios de produção (e de lucro): as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais. Os profissionais liberais são, em geral, identificados como membros desta camada, o que em parte se explica pela estreita ligação entre a situação económica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos.

É significativo o fato de constituírem os comerciantes o grupo ocupacional mais numeroso no quadro social do clube considerado como da "classe alta", ao mesmo tempo em que os tipos de ocupação e sua distribuição variam sensivelmente entre os componentes dos quadros sociais dos três clubes recreativos locais.

A classe dominante, no município de Itapetininga, assim caracterizada, abrange, provavelmente, não mais de 5 por cento da população total.

A "classe média", tal como a população a reconhece, é constituída de professores (parte dos quais figura na classe anterior), pequenos funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos comerciantes e pequenos artífices possuidores de suas próprias oficinas. Abrange a parte da população que, não tendo a posição privilegiada da classe anterior, no entanto, tem a constante preocupação de alcançá-la e de imitá-la, quer no trajar-se, quer no modo de falar e em outras maneiras que a caracterizam, esquivando-se,



tanto quanto possível, a trabalhos que considera "impróprios" para a sua posição e que incluem, de um modo geral, os trabalhos manuais, especialmente as atividades consideradas "pesadas" e "sujas". Seus membros, em sua quase totalidade, vivem de ordenados ou de pequenos lucros que impõem moderação e disciplina nos gastos, embora sua situação seja relativamente confortável, comparada com a da classe menos favorecida. Os indivíduos e famílias desta camada, em geral, gozam de certa segurança econômica representada pela estabilidade do emprego e por direitos como licença remunerada, pensão, aposentadoria e outros, que lhes garantem o amparo em caso de doença, invalidez, velhice e morte dos elementos economicamente ativos, dos quais depende o sustento integral ou parcial da família. Além de se preocuparem em eximir-se de trabalho manual, também se preocupam em instruir-se e dar oportunidade de instrução à sua descendência e em assumir maneiras que lhes valham a aprovação e correspondam à expectativa dos demais membros de sua própria classe e da classe que lhes está acima.

A classe média, assim caracterizada, não abrange mais de 20 por cento da população do Município.

A terceira e última camada ou "classe social" é constituída de uma grande massa de indivíduos que não têm outra forma de garantir a própria subsistência senão o alugar o próprio trabalho aos membros das duas camadas descritas anteriormente ou a instituições por eles dominadas. Na zona rural, são agricultores sem terra, na cidade, empregados de fábricas e oficinas, trabalhadores de rua, empregados domésticos, engraxates, pedreiros, etc. É, em sua maioria, gente que não dispõe de segurança econômica, cuja renda está abaixo ou nos limites das necessidades de subsistência, não tendo, em geral, possibilidade de acumular os resultados da própria poupança. Sua manutenção depende, portanto, das condições de saúde física imediatas e se faz à custa da privação sistemática de elementos de conforto e bem-estar que os membros das duas camadas anteriores consideram indispensáveis como calçados, roupas adequadas a diferentes situações, assistência médica e dentária, alimentos que não se limitem aos do regime monótono e simples a que os membros desta camada se acomodaram por necessidade. Assim, externamente, sua presença se evidencia pelo modo de trajar — roupa rústica, de baixo custo, despretensiosa, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longo uso e de sujeição a pesado esforço, sem gravata ou com esta das mais modestas e longamente usada — ou de falar — linguagem que se desvia constantemente das regras gramaticais e eivada de corruptelas, demonstrando a falta de escolaridade — pelo trato pessoal — dentes quase sempre estragados ou sem tratamento, au-



sência prematura dos incisivos; os homens, em geral, não se barbeiam diariamente e se demoram a cortar os cabelos; homens e mulheres apresentam as mãos calejadas — pela atitude — não se envergonham de trabalho manual, “não têm medo de sujeira”, aceitam as doenças com fatalismo — e pela instrução — são analfabetos ou têm apenas instrução rudimentar.

A terceira classe, assim caracterizada, compreende, provavelmente, 75 por cento da população do Município.

O núcleo da classe dominante local é constituído por descendentes dos principais proprietários que se estabeleceram na localidade no século XVIII, participando da vila que, posteriormente, se desenvolveu na atual cidade.

O presente estudo está dividido em duas partes — uma destinada à análise da composição da sociedade local no tempo da escravidão e dos padrões de relações inter-raciais aí vigentes, e, outra, à da situação atual, com atenção especial ao problema do preconceito racial. Constitui o desenvolvimento parcial do seguinte esquema, completado em dezembro de 1950:

I. Esboço histórico das relações raciais na localidade (índios, colonos, escravos de origem africana, imigrantes europeus e asiáticos).

II. Importância numérica e distribuição atual — espacial e social — dos componentes da população, de acordo com as marcas raciais e a origem étnica.

1. Diferenças entre as zonas rural e urbana.
2. Distribuição ocupacional e por camadas socio-económicas.
3. Associações: recreativas, políticas, religiosas, etc.

III. Normas de comportamento, ideais humanos e estereótipos que interessam à compreensão das relações inter-raciais.

1. Ideologias referentes a relações inter-raciais e seus aderentes.
2. Elementos de “folclore” como veículos de atitudes inter-raciais.
3. Racionalizações cotidianas.

IV. Efeito dos elementos culturais e sociais examinados, no que toca à distribuição de oportunidades económicas, educacionais, políticas e sociais aos diversos componentes étnicos (ou “raciais”) da população bem como no que toca à formação da personalidade dos portadores de traços “raciais” tidos como indesejáveis ou como menos desejáveis.

V. Efeitos das mudanças sociais gerais — urbanização, industrialização, aumento de mobilidade espacial e ocupacional — que se tem intensificado, no País, inclusive na localidade em estudo, nas últimas décadas, sobre os padrões de relações inter-raciais.

1. Comparação entre dados colhidos nas zonas a) rural, b) urbana do município de Itapetininga e c) na Capital do Estado de São Paulo, que mostrem diferença entre as respectivas situações (vida na zona rural, numa cidade do interior e num centro metropolitano) quanto:

- A. à oportunidade de ascensão social e económica de indivíduos portadores de traços “raciais” considerados como indesejáveis ou como menos desejáveis;
- B. à oportunidade de relações íntimas entre indivíduos com traços “raciais” contrastantes;



C. à freqüência de circunstâncias que produzem experiências frustradoras a elementos portadores de determinados traços "raciais".

#### VI. Conclusões:

1. Constatação da existência ou inexistência de preconceito, antipatia, segregação, discriminação, ou conflito, entre os diversos componentes étnicos da população.

2. Constatação da tendência dos padrões de relações inter-raciais à mudança na direção de padrões mais liberais ou menos liberais que os vigentes.

3. Constatação de mudança ou não nas manieras por que os indivíduos portadores de traços "raciais" considerados indesejáveis reagem ao preconceito ou às atitudes ligadas a êsses traços.

4. Constatação da mudança ou não de atitude por parte de elementos do grupo branco em relação a qualidades estéticas, intelectuais e morais de elementos negros e negroides.

VII. Métodos e técnicas: observação direta e participante, entrevistas, questionários, análise de dados estatísticos, exame de documentos históricos e atuais, estudos de casos de indivíduos e instituições, e, eventualmente, testes e sociometria.

VIII. Serão também colhidos dados na Capital do Estado de São Paulo (que já tem sido objeto de estudo, a êste respeito, pelo autor) para comparação e interpretação conjunta (\*\*\*\*)

## PARTE I

### I. IMPORTÂNCIA E VALOR DO ESCRAVO

A situação de "bôca de sertão", isto é, de pôsto avançado da fronteira económica, que se estenderia por cêrca de cem anos, do primeiro quartel do século XVIII ao primeiro do seguinte, faz que a história local do período escravocrata inclua, como que numa recapitulação abreviada da história do País, desde a fase de luta, dizimação e preamento de índios, à de substituição do trabalho indígena pelo do escravo africano e, finalmente, à de abolição geral do sistema de trabalho servil.

Os primeiros povoadores brancos de Itapetininga aí se fixaram por volta de 1724, quando já se pode assinalar a existência de um povoado à margem do rio que daria nome à futura cidade. Desde 1700, repontam os primeiros escravos pretos, na região de Sorocaba, de que a itapetiningana é um prolongamento, vindo a igualar aos indígenas, em número, em 1740, para superá-los, ao entrar a segun-

---

(\*\*\*\*) Embora o trabalho de campo, como parte de um estudo mais amplo de estratificação social, já estivesse em andamento, desde dezembro de 1947, novas observações e nova coleta de material foram feitas, em 1951, especialmente para o presente trabalho, registrando-se que nenhuma alteração fundamental sofreu a situação, nos anos decorridos.



da metade do século (1). Assim, ao fundar-se a vila, em 1770, cerca de uma légua distante do rio e do antigo povoado, já os três tipos humanos aí se encontram: portugueses e descendentes, na condição de dominadores; índios, negros e mestiços, seja na condição de escravos, seja na de míseros homens "livres".

Surgida como elo na estrada do Sul, por onde se fazia o comércio de animais que, da região platina, eram trazidos a Sorocaba, de onde se espalhavam para diferentes pontos da América Portuguesa; e constituindo o último pouso em terra de campo, para quem demandava este ponto de irradiação, a pecuária e a lavoura de subsistência e, especialmente, o comércio de animais — cavalares, muares e bovinos — seriam, até o primeiro quartel do século XIX, as únicas atividades económicas dos moradores da nova vila e das terras circunvizinhas, beneficiando-se esta última com o refluxo de população das pouco produtivas e logo exauridas minas de ouro de Paranapanema e de outros pontos mais ou menos próximos.

Nos trabalhos subalternos da pecuária e da lavoura, a primeira de caráter extensivo, de gado solto, esta de mera subsistência, a mão de obra empregada era, predominantemente, a de descendentes de índios já domesticados, além das prêsas que se continuava a fazer *in loco* (2).

O último trimestre de cada ano e o primeiro do seguinte era o período de chegada das tropas que vinham do Sul, onde se punham em marcha "nos meses de setembro e outubro, época em que os pastos começam a reverdecer" (3). Assim, tanto o caráter extensivo da pecuária como a longa vacância que implicava o comércio de animais, juntamente com o tipo de subsistência da lavoura, eram fatores de um baixo nível de saturação demográfica, de uma reduzida proporção de mão de obra permanente, necessária em cada estabelecimento e, conseqüentemente, de um padrão de vida puramente vegetativo, inclusive para a maior parte da população livre.

(1) Cf. Aluisio de Almeida, "Nótulas para os fastos de Sorocaba", Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. XCIV, 1944. Tb. Roberto C. Simonsen, História Económica do Brasil, 2 vols., 2.ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944. Mauricio Goulart, Escravidão Africana no Brasil, São Paulo, Livraria Martins Editora, 2.ª ed., 1950.

(2) Cf. Aluisio de Almeida, "Guareí, uma fazenda dos Jesuítas", Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. LIII, dezembro de 1938, janeiro de 1939; "Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga", Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. LIX, julho de 1939; A Revolução Liberal de 1842, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

(3) Auguste de Saint-Hilaire, Viagem à Provincia de São Paulo, e Resumo das Viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai, Livraria Martins, São Paulo, 1940.



Em tal situação, reduzida é a proporção de escravos negros, pois que seu preço os torna quase completamente inacessíveis aos moradores duma região economicamente pobre, onde a procura de mão de obra é bastante modesta, quando comparada, por exemplo, com a das regiões açucareiras e cafeeiras das futuras províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, já em fins do século XVIII e, especialmente, no seguinte.

No entanto, a região de fronteira exerce uma atração especial sobre os mulatos livres ou fugidos, que aí buscam novas oportunidades e aí se sentem fora do âmbito imediato de investida dos senhores e das autoridades de São Paulo e de outras localidades mais antigas e, portanto, mais policiadas. A pouca densidade da população, na zona de campos naturais e a extraordinária mobilidade que se associa ao comércio de animais e à pecuária de caráter extensivo, tornarão a região altamente procurada por escravos em fuga, de São Paulo, Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Tietê e, mesmo do Sul, inclusive do Rio Grande, por todo o resto do período escravocrata (4).

A presença de índios e descendentes, já contemplados legalmente com o "status" de livres, possibilita a confusão e identificação,

(4) Em 26 de outubro de 1773, o Capitão-General de São Paulo enviou ao Capitão Paulino Ayres de Aguirre a seguinte lista de escravos fugidos da Fazenda de Araçariguama e que se supunha estarem em Sorocaba ou Itapetininga, talvez na Fazenda Guareí, de Estanislao de Campos:

"Lista q'acompanha a carta acima

Paulino mulato alvo com huma secatriz no rosto .....	1
Ambrozio de Estatura ordinr. a alvo .....	1
a Fazenda de Estanislao de Campo, em Guaray .....	1
Manoel de Jesus Irmão do d.º .....	1
Huma Rapariga Sobrinha dos d.ºs. ....	1
que se acha em casa de Salvador Per.º da V.º de Itapetininga: Antonia Rapariga q' conduzio pa. as p.tes de Itapetininga o d.º Manoel de Jesus José Xavier q' se acha em Sorocaba em poder de hum Tropeiro por nome João Roiz' ganhando huma dobla; receberá esta do d.º Tropeiro .....	1
Consta q' pa. as mesmas p.tes de Sorocaba ou Itapetininga fugirão os Seg.tes Paulino da Silva	2
Sua m.er Justa — ambos mulatos alvos .....	2

Filhos dos ditos

Maria — Anna — Veronica .....	3
Sogra .....	1
Veronica já velha .....	1
Filha desta .....	1
Martha .....	1
filha de Martha .....	1
Huma mulata por nome Germana .....	10

(Cf. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. LXIV, páginas 153-4).



com êles, dos mestiços mais claros de branco com africano, confusão para a qual tanto concorrem êstes, que nisto encontram um artifício para mais se distanciarem da massa dos escravos negros, como os próprios senhores brancos, para quem o cruzamento entre o ameríndio e o africano é um meio de efectuar a integração do potencial demográfico representado por aquêles no contingente, sempre evanescente, dos trabalhadores servis <sup>(5)</sup>.

Em 1776, havia, na Vila e seu têrmo, 174 fogos com 1.045 indivíduos, dos quais 186, ou 17,8 por cento, eram indicados como escravos negros, incluindo 118 do sexo masculino e 68 do feminino. Há, portanto, em média, 1 negro para cada fogo <sup>(6)</sup>.

Em 1782 e 1783 para, respectivamente, 1.617 e 1.827 habitantes do têrmo da Vila, há 10,0 e 11,5 por cento de escravos <sup>(7)</sup>.

Uma década mais tarde, isto é, em 1793, as três companhias da Vila (excluída a da Freguesia de Paranapanema) compreendem 2.739 habitantes, com 13,5 por cento de escravos. No ano seguinte, a proporção é de 12,5 por cento de escravos para o total de 2.911 indivíduos <sup>(8)</sup>.

No último ano do século XVIII, 1799, a população total do distrito e paróquia da vila de Itapetininga abrange 2.860 indivíduos, assim discriminados:

brancos .....	1.219	(42,6%)	42,6%
mulatos:			
livres .....	1.358	(47,5%)	
cativos .....	57	( 2,0%)	49,5%
pretos:			
livres .....	10	( 0,3%)	
cativos .....	216	( 7,6%)	7,9%
Total .....	2.860		100,0% <sup>(9)</sup>

Essa população está distribuída por 507 fogos, sendo 267 de pardos ou mulatos (52,7%), 238 de brancos (46,9%) e 2 de pretos (0,4%), sendo provável que, entre os pardos, figurem muitos descendentes de índios, como posteriormente o observaria Saint-Hilaire, em 1820 <sup>(10)</sup>.

Verifica-se, pois, que a proporção de livres por fogo é de 5,1 para o total (5,1 para os brancos, 5,1 para os pardos ou mulatos e

(5) Cf. Aluisio de Almeida, "Nótulas para os fastos de Sorocaba", já citado. Saint-Hilaire, que conheceu a população local, em 1820, sugere que até os primeiros anos do século XIX, muitos descendentes de índios eram contados entre os pardos ou mulatos (cf. obra citada).

(6) Departamento do Arquivo do Estado, Maço de População 63.

(7) Id.

(8) Id.

(9) Id.

(10) Auguste de Saint-Hilaire, obra citada.



5,0 para os pretos), sendo a de cativos 0,5, constituindo estes 10 por cento da população.

Em 1806, o total de habitantes do distrito de Itapetininga sobre a 4.665, constituindo os mulatos 57,2 por cento, os brancos, 33,6 e os pretos, 9,2. O distrito compreende as paróquias da Vila e da Freguesia de Paranapanema, pertencendo à primeira 3.542 habitantes e, à segunda, 1.123. Os pretos livres constituem 8,2 por cento dos pretos, os mulatos livres, 96,6 por cento dos mulatos. No total da população livre, enquanto os brancos correspondem a 37,5 por cento, os mulatos sobem a 61,7 e os pretos representam 0,8. Os escravos perfazem 11,0 por cento da população total (11).

Nêsse mesmo ano, ocorreram, nas paróquias da Vila e da Freguesia, 32 casamentos, figurando entre os nubentes 21 brancos e 43 mulatos. As mulheres brancas são 11, os homens brancos, 10; os mulatos livres, 22, enquanto que as mulatas livres, 21, o que revela ter havido um casamento entre mulato livre e mulher branca, representando 3 por cento do total de casamentos (12).

Em 1816, em três companhias de ordenanças da Vila — excluída a da Freguesia de Paranapanema — os pardos constituíam 49,4 por cento dos 4.619 indivíduos, os brancos, 43,4 e, os pretos, 7,2 por cento. Os pardos livres perfaziam 52,2 por cento da população livre, os brancos, 47,4 e, os pretos, 0,4 por cento. Os pardos livres constituíam 95,8 por cento do total de pardos, enquanto que os pretos livres representavam 4,9 por cento dos indivíduos da mesma côr (13).

Nêsse mesmo ano, houve 41 casamentos nas duas paróquias — da Vila e da Freguesia — envolvendo 43 mulatos, 38 brancos e 1 preto. Os 38 brancos compreendiam 19 do sexo masculino e 19 do feminino, enquanto que os 43 mulatos abrangiam 19 homens livres, 20 mulheres livres, 2 homens cativos e 2 mulheres cativas. O preto que se casou era homem livre, sua companheira sendo, provavelmente, a mulata livre excedente sôbre o número de mulatos livres que se casaram. Este casamento representou menos de 2,5 por cento sôbre o total de casamentos (14).

De acôrdo com Saint-Hilaire, em 1815, a população do distrito de Itapetininga compreendia 5.392 indivíduos, dos quais 52,9 por cento eram mulatos, 40,3 brancos, e, 6,8 pretos. Dos mulatos, 96,6 por cento eram livres, enquanto que, dos pretos, sômente 6,2. A população livre constituía 91,8 por cento do total, representando

(11) Departamento do Arquivo do Estado, Maço de População 64.

(12) Id.

(13) Id., Maço de População 65.

(14) Id.



os escravos, portanto, 8,2. Os mulatos livres constituíam 55,7 por cento do total de livres, os brancos, 43,8 e, os pretos, 0,5 (15).

Por todo o período que vai da fundação da Vila, em 1770, à segunda década do século XIX, a faina de dizimação e sujeição do índio aumenta, à medida em que cresce o afluxo de população branca, africana e mestiça e, principalmente, quando, aos labores da pecuária e da lavoura de subsistência se somam os de uma agricultura lucrativa, como a da cana de açúcar.

A 14 de abril de 1793, a câmara de Itapetininga, a exemplo das de Sorocaba e Itu, solicita providências ao capitão-general Bernardo José de Lorena contra os índios que assediam sua vila, bem como as de Castro e Itapeva, disseminados como se acham desde aquela até a vila de Lages, promovendo "freqüentes hostilidades" e causando "gravíssimos prejuízos", tendo poucos meses antes assassinado alguns homens, inclusive alguns escravos negros, junto às fazendas de Guareí, "sendo essas as melhores fazendas desta Capitania, das quais percebe a Real Coroa avultadas conveniências", estando as referidas vilas ameaçadas de ficar desertas, com prejuízo para o erário e o povo. Os fazendeiros locais se oferecem, pois, a contribuir para a vinda de cinquenta índios mansos "de Goyazes" para combaterem os da região (16).

Em 18 de agosto do mesmo ano, o capitão-mor de Itapetininga, Salvador de Oliveira Leme, alcunhado "o Sarutaiá", oficia ao capitão-general, propondo a substituição de um tenente-coronel encarregado de diligência contra os índios, pelo sargento-mor Felipe de Campos, "não só por ser ativo mas também por ter sua fazenda na fronteira em notável perigo dos referidos bugres e por eço com mais valentia e conveniencia propria devece portar com toda a força". Informa ter, para o referido fim, aprontado cinquenta homens armados, entre os quais se lembrou de incluir "alguns homens criminosos de varios crimes que andavão refugiados no termo desta Va., aos quaes em nome de V. Exa. dei licença pa. apparecerem e ce prontificarão..." (17).

Em 14 de julho de 1809, o capitão-general Antonio José da Franca e Horta exonerou do comando de uma bandeira destinada a combater os índios que "infestavam" os distritos das vilas de Itapetininga e Itapeva, a Salvador Rocha Camargo, intimando-o a entregar tôdas as armas, pólvoras e balas que tivesse em seu poder,

(15) Auguste de Saint-Hilaire, obra citada.

(16) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Secretaria de Educação, Departamento do Arquivo do Estado, Vol. 45, páginas 363-4.

(17) Documento do Departamento do Arquivo do Estado.



por não se dedicar àquela diligência e não obedecer aos superiores (18).

Em 26 do mesmo mês e ano, Salvador de Oliveira Aires, neto do "Sarutaiá", comunica ao capitão-general ter começado a "haver bom fruto" da diligência contra os índios, tendo sido capturados quatro, sendo "hua mulher com dous filhos e hua pequena: Esta mulher está muito satisfeita de forma q. lhe dizem pode hir com os seus, e ella não quer. Se Nosso Senhor permitir que ella viva espero ter interpetre para as outras diligencias, que forem seguindo, por que a mesma mulher conta estarem ahy mtos. bugres, fazendo ver aos que a apanharam os lugares pr. onde elles estavam para não perigarem, e mostrando as armas dos mesmos e as choupas novas para as frechas q. ella dizia se queimasem logo, e esta mulher fala algumas palavras portuguezas, o mesmo Se ouviu na acção a hum bugre atirado q. gritou — acudão — acudão". (19).

Em novembro de 1810, o capitão-general informa ao capitão-mor de Itapetininga haver autorizado o capitão Antonio José de Oliveira Lima a entrar no sertão como chefe de uma bandeira em busca dos índios que "infestão esse Territorio" (20). No entanto, por um ofício do capitão de ordenança Lourenço de Oliveira Prestes, verifica-se que, para atingir os bugres, era preciso caminhar pelo menos doze dias, a partir da Vila. Alega que, além de ficarem distantes, os índios "não fazem dano algum aos moradores desta Villa" a não ser aos das duas fazendas que distam seis dias de viagem e seis de entrada, "pelo que hade parecer a V. Exa. que não recebendo este povo a utilidade alguma destas espedisoens ficão somente com o prejuizo não só dos mantimentos que aprontão como também deixarem suas casas e hirem a esta deligencia destino de estas duas Fazendas e os donos dellas dizem que para o mes de Agôsto pretendem enportunar a V. Exa. outra vez para neste tempo fazer nova entrada..." Sugere que as entradas fiquem por conta dos próprios fazendeiros, por não redundarem em benefício público e sim em prejuizo do povo e da Fazenda Real, pois um dos proprietários havia usado a pólvora a êle enviada, para outros fins, não empregando um só tiro na diligência dos índios (21).

Em 11 de fevereiro de 1816, referindo-se às mesmas fazendas, o capitão-mor de Itapetininga, filho homônimo do fundador Do-

(18) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 1, Documento 27.

(19) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 1, Documento 124.

(20) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Secretaria da Educação, Departamento do Arquivo do Estado, Vol. LIX, página 122 3.

(21) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 2, Documento 27.



mingos José Vieira, comunica estar um dos proprietários disposto a fornecer carne para as tropas e pagar 25\$600 por prisioneiro chegado à Vila, não assegurando, porém, sôlido aos milicianos, condições que o comandante das milícias considerou inaceitáveis, porque "as Fazendas existem mto. longe desta Villa", é "muito grande o sertão" e o gentio anda "de corço" (22).

Ao ingressar no segundo quartel do século XIX, está a Vila numa fase de prosperidade, determinada, principalmente, pelo desenvolvimento da lavoura da cana de açúcar, que viria determinar tanto o incremento da população livre como um considerável aumento na proporção de escravos. Assim, já em 1825, existem, no distrito, que abrange as paróquias da sede e das freguesias de Tatuí e Paranapanema, 743 escravos, dos quais 92,3 por cento são africanos e apenas 7,7, "naturais do Brasil, denominados Criolos". O documento assinala ainda a existência de 3 índios do sexo masculino e 3 do feminino - (23).

No "Mapa dos Habitantes da Villa de Itapetininga", organizado por Domingos José Vieira e referente ao ano de 1832, figuram 6.562 indivíduos, dos quais 88,0 por cento são livres e, portanto, 12,0 escravos. Os brancos constituem 60,6 por cento do total, os mulatos, 29,0 e, os pretos, 10,4. Sobre a população livre, os brancos constituem 69,9 por cento, os mulatos livres, 31,1, não havendo nenhum preto livre. Os mulatos livres representam 94,7 por cento do total de mulatos. Os pretos figuram todos como escravos africanos, não sendo indicado nenhum como "crioulo" (24).

Contrastando os dados de 1832 com os de períodos anteriores, os seguintes aspectos chamam a atenção: 1) pela primeira vez, desde fins do século XVIII, os brancos sobrepujam numericamente os mulatos ou pardos, no total da população, o que não se pode explicar como efeito exclusivo de movimentos migratórios, mas, principalmente, pela incorporação, ao grupo branco, dos mestiços mais claros; e 2) nenhum preto aparece entre os livres ou entre os escravos crioulos, o que talvez se deva não apenas à reduzida pro-

(22) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 2, Documento 52. Na 28.ª sessão da Junta do Governo Provisório da Província de São Paulo, realizada no dia 29 de agosto de 1821, decidiu-se declarar ao Ouvidor de Itu e Comandante de Guarapuava que os bugres que não fossem apanhados de armas na mão e em guerra justa não seriam escravos. Na sessão seguinte, de 1 de setembro, decidiu-se ordenar ao Comandante de Guarapuava que não se dessem ali castigos de surra e outras penas infamantes aos índios e "antes sejam tratados com toda a justiça, e caridade Christam; não sendo considerados os Índios apanhados em guerra justa se não como prisioneiros de guerra, e sómente obrigados por oito annos aos serviços da Lavoura, e economia, como se fossem aggregados, sem comtudo se lhes pagar salarios, e somente comida, e vestuario, como hé de justiça". Cf. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. II, 3.ª ed., páginas 46 e 48.

(23) Documento do Departamento do Arquivo do Estado.

(24) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 68.



porção de negros puros na condição de livres, mas também a uma tendência a classificar como pardos os pretos livres e os escravos crioulos, isto é, mais assimilados à cultura luso-brasileira.

Tendo visitado a Vila e a região em 1820, descreveu Saint-Hilaire (25), com a minúcia que lhe era peculiar, a população, seus característicos e modos de vida, parecendo-lhe ser esta, em sua maioria, constituída de descendentes de índios, muitos dos quais, pelo esbranquiçamento da pele e pela côr clara ou aloirada dos cabelos, lhe deram a impressão de sofrerem duma espécie de albinismo.

Comparando os dados da população do distrito, de 1815, com os de 1835, de Daniel Pedro Müller, que dá para o mesmo 11.510 habitantes, dos quais 23,5 por cento são escravos, comenta o naturalista que a população branca não pode ter triplicado, em tão pouco tempo, a não ser pela imigração e pela incorporação dos mestiços mais claros, hipótese esta que lhe parece corroborada pela redução dos mulatos, no mesmo período, à metade. Acredita, pois, "tivessem sido anteriormente computados entre êles (mulatos) mestiços de brancos com indígenas, cujos traços traíam, evidentemente, a origem. Os filhos dêsses mestiços, menos aproximados, racialmente, dos indígenas do que os respectivos pais, foram considerados, por uma geração mais indulgente, indivíduos da nossa raça, contribuindo, assim, para o aumento do número de brancos". Em vista do aumento do número de escravos, assinala, ainda, a prosperidade em que havia entrado a região, motivada pelo surto da cana, e indica o tipo mais abastado dos novos imigrantes, que os teriam trazido (26).

Com efeito, comparando-se os dados de 1832 com os de Daniel Pedro Müller (27), verifica-se que, nos poucos anos decorridos, en-

(25) Auguste de Saint-Hilaire, obra citada.

(26) Cf. Auguste de Saint-Hilaire, obra citada.

(27) Cf. o Ensaio d'um Quadro Estatístico da Provincia de São Paulo — Ordenado pelas leis provinciaes de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837 — Original organizado pelo Marechal Daniel Pedro Müller — Reedição litteral da Secção de Obras d'"O Estado de São Paulo", 1923. Assim se distribui a população do distrito de Itapetininga, segundo essa publicação:

	Número	Porcentagem
Branços .....	7.422	64,48
Índios .....	—	—
Pardos:		
livres .....	1.097	9,53
cativos .....	511	4,44
Pretos crioulos:		
livres .....	287	2,49
cativos .....	1.168	10,15
Pretos africanos:		
livres .....	4	0,04
cativos .....	1.021	8,87
<b>Total .....</b>	<b>11.510</b>	<b>100,00</b>



quanto a população aumentou de 6.562 habitantes para 11.510, indo, pois, da base 100 para o índice 175, o número de escravos subiu de 784 para 2.700 ou seja de 100 para 344.

A maior proporção de escravos de origem africana, no Município, se observa, pois, no período compreendido entre a primeira tentativa de abolição legal do tráfico e sua extinção de fato (1831-1850), sob a influência do desenvolvimento da agricultura, especialmente da lavoura da cana <sup>(28)</sup>. Ao declinar esta, em meados do século, o comércio de animais se encontra em fase de intensa atividade, devendo atingir o apogeu entre 1855 a 1860, quando chegam a Sorocaba mais de 100.000 muares por ano, entrando em decadência em fins do penúltimo quartel do século, quando, no Município, de novo, a agricultura passa a uma fase de prosperidade, com o surto do algodão herbáceo <sup>(29)</sup>.

Antes do desenvolvimento agrícola — que, no Município, não substitui, mas se associa à pecuária e ao comércio de animais, que continuam a ser as principais atividades econômicas locais, raros são os senhores que possuem mais de uma dezena de escravos. Posteriormente, não apenas se nota o aumento na proporção de escravos sobre o total da população, como, também, a concentração de maior número de escravos sob o domínio de um mesmo senhor, tendo sido os maiores proprietários de escravos, em toda a história do Município, Joaquim José de Oliveira que, ao falecer, em 1833, deixou 154 <sup>(30)</sup>, Américo Aires do Amaral, assassinado em 1843, com 47 <sup>(31)</sup> e Paulino Aires de Aguirre, inventariado em 1872, com 62 <sup>(32)</sup>.

Comparando-se os inventários anteriores e posteriores ao surto agrícola, não apenas se nota a tendência à concentração de maior número de escravos sob o domínio dos grandes proprietários como, ainda, se observa que, enquanto na primeira fase o valor dos poucos escravos arrolados geralmente representa quase todo o valor do patrimônio deixado pelos respectivos senhores, na fase posterior, essa proporção tende a diminuir, tanto devido a uma relativa desvalori-

(28) Os primeiros escravos negros, provavelmente, vieram trazidos pelos mineradores, para as lavras de ouro do Paranapanema. Ainda em fins do século XVIII, alguns dos proprietários de escravos, cujos inventários foram compulsados para este estudo, são indivíduos possuidores de lavras, almocafres, balanças de pesar ouro, e vivem na freguesia da Paranapanema, distrito de Itapetininga. A descendência de alguns deles (os Brisola, por exemplo), porém, logo se concentra em torno da Vila, no território que ainda hoje continua sendo o município de Itapetininga.

(29) Sobre o número provável de muares que passaram por Sorocaba, de fins do século XVIII aos últimos anos do seguinte, cf. o trabalho de Alfredo Ellis Junior, "O ciclo do mar", em Alfredo Ellis Junior e Myriam Ellis, *A Economia Paulista no Século XVIII*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim* 115, *História da Civilização Brasileira*, N.º 11, 1950, pp. 55-6, nota 1.

(30) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 8.

(31) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 15.

(32) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 33.



zação do escravo paralela a uma valorização da terra e das benfeitorias, como ao fato de se traduzir a prosperidade econômica por uma tendência de maior diversificação nas aplicações de dinheiro, não obstante o fato de, até a abolição da escravatura, continuar o escravo a ser a forma preferencial do investimento:

No inventário de Antonio Rodrigues da Silva, de 1773, somente aparece, como bem de raiz, "hum sitio nos campos das minas de Paranapanema com casa de parede de mam com seus pertences terras lavradas campo de criar e caza coberta de capim", sendo avaliados, além das ferramentas e de um escravo, 28 rezes "entre grandes e miudas", 51 éguas, 13 cavalos velhos e potrinhos e 6 cabeças de porcos "muito magros". O sitio correspondia a cerca de 22 por cento do valor da fortuna do inventariado, os animais a 37 por cento e, o único escravo, um crioulo de nome Antonio, de 16 anos, a cerca de 13 por cento (23).

Outro inventariado de 1773, Manoel Dias de Aguiar, igualmente morador da mina de Paranapanema, deixou seis escravos, cujo valor correspondia a cerca de 76 por cento de sua fortuna, um sitio que não valia mais de 3 por cento e "hum lavra de terras minerais com serviços abertos", valendo 15 por cento (24).

Quanto a Lourenço da Costa Rodrigues, cujo inventário data do mesmo ano, deixou um escravo que correspondia a 58 por cento da fortuna, um sitio que valia 7 por cento, 21 animais, entre cavalos, bovinos e suínos, valendo 29 por cento e 6 por cento em ferramentas e armas de fogo (25).

No inventário de Vicencia Ricudo de Anhaia, também de 1773, aparece um escravo, "Manoel de nação Banguella", que corresponde a 81 por cento do patrimônio, sendo o restante constituído de 3 éguas, 5 cabras, 4 machados e 4 foices (26).

No inventário de José Rodrigues Guimarães, de 1782, aparecem dois escravos com o valor de 46 por cento da fortuna, "hum sitio no Registro Velho com casa de palha cercada de valo com terras de sismaria" mais "hum caza na vila da parede demam cuberta de telhas de dous lanços", valendo as duas propriedades 25 por cento. O restante era constituído de "hum moenda com caza de palha e terras", um "lambique" de cobre, tacho, canoa, 5 cavalos e 20 cabeças "de gado de criar" (27).

Lourenço José Brisolla, inventariado em 1782, deixou "hum sitio no Rio das Pedras com trezentas braças de terra de testada e meia legoa de sertão com caza de tres lanços cuberta de palha", uma "xaquara... com caza de dois lanços cuberta de palha" e outra "caza de tres lanços cuberta de palha", tudo isto correspondendo a 6 por cento da fortuna; uma lavra valendo 3 por cento; e 10 escravos, entre adultos e crianças, correspondendo a 73 por cento. De animais, aparece apenas um cavalo. Aparecem, também, 22 libras de ferro velho, uma tesoura de ferro, de alfaiate, e uma alavanca (28).

Domingos da Costa Jacome, cujo inventário foi feito em 1785, deixou um sitio e duas casas, valendo 10 por cento da fortuna, duas lavras valendo 4 por cento e 19 escravos correspondendo a 48 por cento. O restante da fortuna incluía 5 por cento em "fazenda seca", além de 58 animais equinos e bovinos, 74 oitavas de ouro em pó, 107 oitavas de prata usada, duas balanças de pesar ouro, foices, machados, enxadas, ferramentas de ferreiro e carpinteiro, etc. (29).

- (33) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (34) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (35) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (36) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (37) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (38) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.  
 (39) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.



No inventário de Ana Rodrigues, de 1793, a parte em dinheiro constituía 26 por cento, em prata, 5 por cento, uma casa no sítio da sogra, no valor de 9 por cento, 4 escravos correspondendo a 54 por cento, sendo o restante constituído de 8 animais equinos e bovinos, móveis e roupas (40).

No inventário de Francisco de Carvalho, também de 1793, aparece um escravo mulato, de cinquenta anos, correspondendo a 20 por cento da fortuna, havendo, em dinheiro, 27 por cento, bem como "huma caza neste porto de taipa de pilam cuberta de telha de tres lanchos com seo corredor com sinco portas de quatro fechaduras duas janelas mais dois lanchos de parede demam cuberta de telha com duas portas huma fechadura com quintal de valo com arvoredos de Espinho" equivalendo a 25 por cento. O restante incluía móveis, talheres, arceios, ferramentas (41).

Os 7 escravos que figuram no inventário de Gaspar Correia Moreira, de 1793, constituem 87 por cento da fortuna, da qual 2 por cento são representados por "hum citio com hum fachinal de campo com caza de parede demam cuberta de capim com quatro portas pequenas com fechaduras e huma janela", sendo o restante constituído de 3 cavalos, 1 égua, 12 capadetes, 3 peças de roupa e 28 oitavas de prata velha (42).

Os 4 escravos de José de Oliveira Falcão, inventariado em 1794, equivaliam a 87 por cento da fortuna, compreendendo o restante "parte de humas moradas de cazas", um tacho, dois machados, quatro enxadas, quatro enxós, um freio, uma sela, duas garrafinhas, um banco grande e outro pequeno, uma rêde, "huma vestia e calsam de pano", uma camisa "de Bertanha", uma "serola de algodão", um cobertor, um "xapeo", duas caixas, um "colção", uma arma de fogo, uma patrona e polvarinho, um par de botas, um "lotezinho de pano azul", um cavallo e parte de um sítio (43).

Os 3 escravos de Rosa Martins do Prado, inventariada em 1797, viuvo do bracarense Manoel José Braga, um dos fundadores da Vila, incluindo um mulato "bem feito", de 18 anos, um menino também mulato, de 9 anos, e uma mulata "tonta", de 20 anos, valiam 36 por cento do património inventariado, sendo outros 22 por cento constituídos de moeda corrente e 7 por cento por uma propriedade assim descrita: "Huma caza cita nesta villa no patio da Igreja, de dois lanchos de Comprido, e seo Corredor de parede de mam, cuberta de telhas com seo quintal pequeno fechado e hum grande dito aberto, com cete portas e quatro fechaduras e duas janelas para a frente". O restante era constituído de objetos de ouro, prata e estanho, roupas, rêde, chapéu, toalhas, uma caixa, 3 capados e 16 animais bovinos (44).

Antonio José Domingues Espinhosa, "falecido para as partes do Sul" e inventariado em 1798, deixou 7 escravos com o valor de 52 por cento da fortuna, um sítio e uma casa na vila, valendo ambos 16 por cento. O sítio vem assim descrito: "Hum Citio no Bairro denominado Capão Alto dito citio com caza de parede de mam cuberta de capim de um lance com duas tacaniças com quatro portas e trez fechaduras e trez janellas assim mais um Rancho defronte da dita caza que serve de despejo com duas portas e fechaduras assim mais huma caza da moenda tudo de parede de mam cuberta de capim mais hum capão de mato lavradio que tera pouco mais ou menos hum quarto de legoa de cumprimento e de largura menos e a roda do mesmo Citio seus arvoredos..." A casa ficava na Vila, no largo da Matriz, era de dois lanchos e uma tacaniça, paredes de taipa, cuberta de telhas, com um corredor, oito portas, cinco fechaduras, uma janela, quintal murado de taipa e "alguns arvoredos". Os demais bens consistiam de alambique, tachos, machados, foices, enxadas, balança, com-

- (40) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 2.  
 (41) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 2.  
 (42) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 2.  
 (43) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 2.  
 (44) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 2.



passo, verrumas, enxós, plainas, canastras, móveis, moendas de cana, prensa de espremer mandioca, "hum quartel de cana plantada que levaria meia quarta de feijão por cima", uma frisqueira com cinco frascos, um candieiro de vidro, "seis livros velhos excepto hum novo" e seis animais bovinos (45).

Ana Pais de Godoy, inventariada em 1799, deixou 2 escravos valendo 50 por cento da fortuna, um sitio com casa, moenda, rancho, terras lavradas e uma casa na Vila, tudo valendo 23 por cento, além de 15 animais equinos e bovinos equivalendo a 21 por cento, sendo o restante constituído de moeda corrente, tacho, caldeirão, ferramentas e arreios (46).

No mesmo ano de 1799, foi inventariado o português (bracarense) Domingos José Vieira, considerado como o principal fundador da Vila e patriarca local, deixando 9 escravos equivalendo a 38 por cento da fortuna, 31 animais equinos atingindo a 4 por cento, e bens de raiz no valor de 23 por cento, assim descritos: "hum chacra cita no rocio desta Villa com hum caza de dous lanços com duas tacaniças seis corredores com dezaceis portas honze fechaduras dez janelas assim mais huma moenda com caza tudo de parede de pilão cubertas de telha e hum potreiro hum canaveal e terras lavradas assim mais huma caza velha de parede de mam cuberta de telhas com seu corredor de tres lanços com duas portas quatro janellas huma fechadura..." O restante era constituído de móveis, ferramentas, pratos e jarros de estanho, alambique, tachos, um florete de prata, uma cana da Índia com seu castão de prata, quatro cadeiras de campanha e um carro (47).

No inventário de Ana Antunes, moradora da freguesia de Paranapanema, de 1800, aparece 1 escravo equivalendo a 56 por cento da fortuna, uma casa no valor de 10 por cento, o restante incluindo objetos de prata, tachos, canastras, um almofariz, uma sela, um bofete, dois frascos e duas garrafas (48).

No inventário de Manoel Rodrigues de Oliveira, também de 1800, aparecem 13 escravos equivalendo a 51 por cento da fortuna, um sitio e metade de uma casa na Vila, valendo 32 por cento, 44 animais entre bovinos e equinos, valendo 6 por cento, estando o restante empatado em ferramentas, recipientes, roupas, um carro, um bofete com uma gaveta, um "par de barrizes", ferro velho e uma armação de chapéu de sol (49).

No inventário de Inez Vieira Prestes, de 1800, aparecem 7 escravos valendo 42 por cento da fortuna, um canaveal grande e dois pequenos, campos e terras, tudo valendo 10 por cento, sendo o restante constituído de ferramentas, caldeiras, barris, canastras, louças, armas de fogo, móveis, roupas, chapéus, arreios, um par de óculos usados, um frasco "grande" de vidro e uma garrafa "grande" (50).

Gaspar Correia de Moraes, inventariado em 1801, deixou 11 escravos equivalendo a 84 por cento de sua fortuna, uma casa no pátio da Matriz, um sitio no Registro Velho e uma sorte de terras lavradas, tudo valendo 10 por cento, o restante compreendendo 11 animais bovinos e equinos, recipientes de cobre, ferramentas, móveis, um carro e uma arma de fogo, além de 21 oitavas de prata usada (51).

Em 1833, foi inventariado Joaquim José de Oliveira, que combinava as atividades de grande comerciante de loja e de fazendeiro, possuindo canaviais, engenhos e campos de criar. Deixou 154 escravos cujo valor correspondia a 33 por cento de sua fortuna, sendo a segunda parcela constituída pelos bens de raiz, cerca de 16 por cento, vindo em terceiro lugar 289 cabeças de gado cavalares, muar e bovino, correspondendo a 3 por cento do total. O restante era cons-

- (45) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 2.  
 (46) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 2.  
 (47) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 2.  
 (48) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 3.  
 (49) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 3.  
 (50) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 3.  
 (51) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1.



título de ouro e prata, cobre, ferramentas, pipas, barris, cochos, fôrmas, can-  
 gas, cangalhas e outros arreios. Aparecem, ainda, casacas e sobrecasacas, uma  
 farda nova da Guarda Nacional, paramentos sacerdotais para missa e 17 volumes  
 de livros. O cobre incluía mais de 40 tachos, além de 5 alambiques, 7 caldeiras  
 e demais instrumentos e vasilhame. Em prata e ouro, deixou mais de 35 itens,  
 num total de 200 e tantas peças, sendo o mais valioso uma caixa contendo  
 dois faqueiros novos compostos de duas dúzias de garfos grandes, duas de garfos  
 pequenos, duas de colheres grandes, duas de facas grandes de folhas de ferro,  
 duas de facas pequenas, tôda de prata e mais seus pertences. O item menos  
 valioso era constituído de um par de esporas inglesas, "pequeninas", com o  
 peso de 14 oitavas. Os bens de raiz incluía uma chácara na freguesia de  
 Paranapanema, uma lavra no distrito da mesma freguesia, um sítio no bairro  
 da Pescaria, "com potreiro de campo e terras lavradas com todas suas bemfei-  
 torias e canaviaes", assim como "hum fazenda na paragem denominada Bom  
 Retiro com campos de criar e terras lavradas, tres engenhos, dois de bois e  
 hum de agoa, hum roda de agoa para mandioca, hum roda de agoa para  
 liar, hum moinho, hum olaria, hum casa de sobrado ainda por acabar de  
 tres lanços com hu puxado para Capella, vinte lanços de casas miudas com  
 pouco merecimento, os Engenhos com suas competentes casas para tudo..."  
 Além do açúcar em estoque, menciona os canaviaes das propriedades de Para-  
 napanema e do Bom Retiro. Em sua loja se encontram ferramentas, fazendas,  
 produtos químicos. Além das propriedades mencionadas, havia, ainda, três casas  
 na Vila, sendo uma delas no pátio da Matriz ("onde se acha a loja"), além de  
 uma "morada de casa que se acha ipotecada de Miguel Antonio de Almeida" (52).

A mulher do segundo Domingos José Vieira foi inventariada em 1842 (ano  
 da "Revolução Liberal" que seu marido combateu, como chefe legalista local),  
 deixando 21 escravos perfazendo 37 por cento do valor da fortuna, sendo outros  
 37 por cento constituídos de bens de raiz, e o restante compreendendo caldeiras,  
 alambiques, tachos, ferramentas, móveis, 46 animais entre equinos e bovinos e  
 14 carneiros. Os bens de raiz compreendiam os seguintes: 1) "Hum Sítio com  
 cazas de morada cubertas de telhas com Engenho de moer cana mediato com  
 forno de queimar telhas e Olaria quintais cercados de vallo e cerca de madeiras  
 com Alvoredos de Espinho Cafes e outros Alvoredos e com hum cercado para  
 tras principia em campo e abrange huns cultivados de matos indo para sima  
 pelos vallos que feixão da parte do Serrado the ..... aonde entra o Caminho  
 Carreador de onde segue a procurar sua corrente de Agoa arroio que desce  
 the defronte o Engenho ou pouco abaixo....." 2) "Hum rincão de campo que  
 faz fundo no Ribeirão da Villa pellos lados dividindo por arroios e com vallos  
 na frente do Cítio dito....." 3) "Hum rincam de campo na Estrada denomi-  
 nada das vacas dividindo por hum lado pelo arroio que divide o dito rincam  
 e para os fundos rodeado pelo dito Ribeirão da Villa e da parte de cima por  
 outro arroio ate a capoeira onde encontra o vallo que feixa a mesma subindo  
 ate o frontão na dita Estrada mediante ao vallo do dito Sítio....." 4) "Dois  
 capoens de terra de cultura de matos e capoeiras e campo anexo denominado  
 da Lagoa onde se axa colocado hum casa cuberta de Telhas dois Monjollos e  
 hum pequeno gramado principiando suas divizas no portão (frontão?) da Es-  
 trada immediato ao quintal do cítio seguindo a dita Estrada ate a saída da ca-  
 poeira e seguindo pela Estrada Carreador que segue para os ditos Monjollos te  
 onde entra um dito capão seguindo adiante pella costa do mesmo capão para  
 a frente da Lagoa te o valle que divide o campo do capitão Manoel Albuquerque  
 que Rolim the os vallos que dividem o campo de Anna Esmeria Vieira e vol-  
 tando pelos fundos do mesmo Capitão divide com Antonio Maciel na parte que  
 divide o mesmo campo da dita Vieira te feixar nos feixos do dito Potreiro  
 das vacas....." 5) "Hum campo denominado Serrado com mattos anexos que  
 divide pela Estrada que vac para o Capão dos Monjollos seguindo a costa

(52) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 8.



delle te os vallos que dividem o Campo do Capitão Manoel de Albuquerque Rolim ate a Estrada e dahi seguindo pelo Carreador do Capitão Salvador Aires te a entrada do matto a procurar a Cabesseira de hum arroio pequeno e por elle abaixo te o olho de agoa que divide as terras do mesmo Capitão Salvador Aires seguindo hum rumo pelo Espigão a procurar a ..... aonde entra hum carreador antigo aonde finda o vallo do citio .....”. “Hum pasto denominado passatres composto de campos e matto de culturas em que mais he cultivado com huma morada de cazas cubertas de telhas com quintal e alvoredado de espinhos e hum pequeno gramado dividindo por hum pequeno arroio para baixo da Caza subindo por ella asima te o rumo das terras de Antonio Afonso athe a Estrada de Tatuy e voltando pella mesma te o campo de Capam Alto e beirando o dito Campo pella beira do dito matto de huma..... abaixo the o matto da varza de Francisco (?) Manoel da Silva e seguindo a beira do matto dividindo com o capitão Manoel de Albuquerque Rolim seguindo dito campo..... sem pre a beira do matto divide em hum vallo na volta (?) digo divide na volta (?) com terrenos que forão de Anna Esmeria Vieira te feixar abaixo da Caza e aguada.....” 7) “Hum pasto com cazinha pequena terreno de cultura para dez ou doze alqueires de milho nos mattos de Capão alto dividindo pela estrada de que parte este cultivado.....” 8) “Hum terreno de mattos de cultura na paragem denominada sabia-una comprado dos erdeiros do finado Francisco Pedroso cujo terreno seram para vinte alqueires de milho mais ou menos....” 9) “Hum sitio no lugar denominado Pinhal com cazas cubertas de telha e com gramados mediatos e terrenos de culturas principiando suas divizas do Ribeirão da Pedreira te incontrar com os terrenos de Floriano Garcia e deste Rumo te dar no arroio da aguada de Marcelino e subindo dito arroio asima te incontrar no caminho do mesmo Marcelino para sima e pello dito caminho adiante te hum rumo curioso (?) de Antonio Affonso Pereira e pello dito rumo te hum sepo de Cabreuva grande na beira do Carreador e deste seguindo rumo ao dito Ribeirão da Pedreira e tendo anexo para baixo hum terreno comprado ao filho de João Correa e que contem trezentas braças de testada mil de Certo..... ao rumo de Floriano Garcia.....” 10) “Huma morada de Cazas na Villa de tres lanços com corredor cita na rua que faz frente a rua denominada de Alambary.....” (53).

Em 1843, foi inventariado Americo Aires do Amaral, um dos elementos envolvidos na revolução do ano anterior, e que foi assassinado por questões de terra. Suas propriedades ficavam tôdas fora do atual município de Itapetininga e se espalhavam pelos territórios de seis dos atuais municípios do Estado de São Paulo e podem ser avaliadas, ao todo, em cêrca de 1.250 quilômetros quadrados. Essas propriedades correspondiam a 62 por cento de sua fortuna (não se levando em conta as dívidas passivas, que absorveram mais de 80 por cento), os 47 escravos constituindo cêrca de 15 por cento, os 1.192 animais bovinos, cavalares e muares, 14 por cento, o restante compreendendo objetos de prata, móveis, roupas, ferramentas, vasilhame de cobre, armas de fogo e outros objetos (54).

Em 1872, foi inventariado Paulino Aires de Aguirre, deixando 62 escravos correspondendo a 34 por cento do valor de sua fortuna, bens de raiz correspondendo a 23 por cento, dívidas ativas correspondendo a 19 por cento, 12 por cento em doações, 6 por cento em animais, 3 por cento em ouro e prata e 2 por cento em móveis, utensílios, arreios, carros e outros objetos. Os animais cavalares, muares e bovinos somavam 279 unidades. Os bens de raiz compreendiam: 1) “Huma Fazenda neste lugar denominado Pinhal Grande com cazas de morada com tres lanços coberta de telha com parte assoalhada e forrada com um puxado cozinha paiol coberto tão bem de telha uma morada com cazas coberta de telha com um bom uzo moinho monjollo e mais bemfei-

(53) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 12.

(54) Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 13.



torias com terras lavradas e campos de uzo da Fazenda"... 2) "Huma Fazenda de criar com cazas muito uzada neste lugar denominado Campo Largo com as divizas segundo consta das escripturas...." 3) "Hum terreno no lugar denominado Retiro com as divizas segundo consta da Escriptura...." 4) "Huma morada de cazas assobradada na Rua dos Prazeres com a mobilha do uzo dividindo no quintal por um lado com terrenos do Capitão Manoel Theodoro de Camargo e Souza athe o Ribeirão e por outro lado com terreno de Dona Antonia Soares athe o mesmo Ribeirão com um potreiro de outro lado de campos e mattos dividindo por ù corrego com os herdeiros da finada Anna Esmeria no fundo com Campos Nacionais da Chapadinha e de outro lado com o Potreiro de Izidoro da Silveira Barreto por ù vallo que foi de Pedro Leme e feito pelo Inventariado athe perto do Ribeirão de onde se trara um fundo (?) athe o mesmo Ribeirão deixando lugar suficiente para do terreno da caza se entrar com carro no mesmo potreiro...." (55).

O médico João Evangelista de Oliveira, inventariado em 1878, deixou 17 escravos valendo 68 por cento de sua fortuna, vindo em segundo lugar os bens de raiz, com 22 por cento, o restante sendo constituído de móveis, livros, ouro, prata e utensílios. Os imóveis compreendiam um sobrado na cidade e uma parte de terras lavradas no Jurumirim (56).

No inventário de José Joaquim de Santana, de 1886, os 315 animais, entre cavalares, muares e bovinos, constituem 43 por cento da fortuna, os 12 escravos 38 por cento, os bens de raiz 16 por cento, os móveis 2 por cento (57).

No inventário de Salvador José Rolim, do mesmo ano, os imóveis constituem 38 por cento do valor total, os 3 escravos 20 por cento, os animais 7 por cento. Os imóveis são uma casa e uma sorte de terras compreendendo paioes, monjolos, terras lavradas e campos de criar bem como um cafezal de 2.000 pés já formados (58).

No inventário de D. Fermiana Maria Aires, de 1886, os 6 escravos constituem 49 por cento do valor, o único imóvel 2 por cento (59).

Os 20 escravos de Manoel Teodoro de Camargo e Souza, inventariado em 1887, constituem 15 por cento da fortuna, os serviços de 5 ingênuos são avaliados em importância correspondente a 1 por cento, os bens de raiz equivalem a 63 por cento, havendo, ainda, 13 por cento em dinheiro. Os 52 animais, entre cavalares, muares e bovinos, constituem 2 por cento. Num dos sítios figuram 3.000 pés de café (60).

No inventário de João Claro de Medeiros e sua mulher, de 1887, os imóveis constituem 76 por cento do valor total, os 78 animais cavalares, muares e bovinos, 15 por cento, os 3 escravos, 8 por cento, os móveis, 1 por cento (61).

Não obstante continuar o escravo, até o fim da escravatura, a constituir a forma preferencial de aplicação de dinheiro, seu valor, em relação ao da terra, cai constantemente, tanto em vista do incremento da população como devido à conseqüente diminuição dos campos nacionais, réunos ou públicos, que tornavam o domínio, no sentido jurídico, de grandes extensões de terras, pelos particulares, menos necessário.

(55) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 33.

(56) Itapetininga, Cartório do 1.º Ofício, Gaveta 3.

(57) Itapetininga, Cartório do 1.º Ofício, Gaveta 4.

(58) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 48.

(59) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 48.

(60) Itapetininga, Cartório do 1.º Ofício, Gaveta 4.

(61) Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 49.



O quadro IV mostra que desde fins do século XVIII o valor do escravo já vinha manifestando tendência a diminuir, tanto em relação à terra como ao ouro e à prata; com as primeiras tentativas de abolição do tráfico, no século XIX, há uma revalorização do escravo, para de novo se manifestar a desvalorização, nos últimos anos do regime de trabalho servil. Assim, em relação ao ouro, o escravo masculino de 15 a 50 anos de idade, vale, em 1773, 69 oitavas, em 1785, 76 oitavas, em 1793-4, 56 oitavas, em 1798-1801, 59 oitavas; em 1833, sobe para 160 oitavas, em 1872, para 389; em 1886-7, já está em 343, isto é, diminuiu. Em relação à prata, o valor é de 978 oitavas em 1785, 836 oitavas em 1793-4, 818 em 1798-1801; em 1833, sobe para 1.914 oitavas, descendo em 1842-3 a 1.721 oitavas para, em 1872, valer 4.182 oitavas e, em 1886-7, 3.431 oitavas. Em relação à terra, o valor cai de 240 alqueires, em 1782, para 121, em 1798-1801, vindo a ser de 126, em 1842-3, estando, em 1886-7, reduzido a 34 alqueires (62).

Com tôda a desvalorização que vai sofrendo, ainda assim, o escravo continua a valer, até o último ano de escravidão, tanto quanto uma pequena fortuna, sendo, ainda, a forma preferencial de emprêgo de capital.

Os 768 escravos existentes no Município, em 1887, valiam 523:000\$000 ou seja 13 a 13 vêzes e meia o valor das rendas gerais, provinciais e municipais de Itapetininga (63).

(62) No cálculo destes valores, adotou-se o critério mais simples, não se levando em conta a distância entre a propriedade e a sede, as diferenças de qualidade do solo, etc., o que seria impossível nas condições da atual pesquisa. Os próprios dados sobre a extensão das propriedades são dos mais precários, sendo raros os inventários que os contêm. Somente num estudo mais específico, em que se faça um levantamento exaustivo do material disponível nos cartórios locais, se poderá descer a tais minúcias bem como obter uma amostra mais satisfatória (estatisticamente falando) da população escrava. O cuidado com que o quadro foi elaborado, a coerência que mostram entre si os dados das colunas referentes ao ouro e à prata e a coerência que apresentam esses mesmos dados bem como os referentes à terra com o que se sabe sobre o desenvolvimento do valor desta e dos dois metais preciosos, no mesmo período, e mais ainda a coerência dos dados referentes ao valor do escravo com informações mais esporádicas e difusas de diferentes fontes, são condições que fazem crer na validade do quadro IV em mostrar o desenvolvimento aproximado do valor comercial do escravo, na região, durante o derradeiro século de escravidão. Sobre o valor do escravo, vejam-se as seguintes fontes: Mauricio Goulart, *Escravidão Africana no Brasil (Das Origens à Extinção do Tráfico)*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1950; J. Lucio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Clássica Editora, 1947; Caio Prado Junior, *História Económica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1945; Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil*, 2 vols., 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944; Edison Carneiro, "Quanto valia um escravo?" em *Antologia do Negro Brasileiro*, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1950, páginas 193-5.

(63) Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, composta dos senhores Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (Presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José



QUADRO IV

Valor do Escravo Masculino de 15 a 50 anos de idade, em relação ao Ouro, à Prata e à Terra — Itapetininga, Último Século de Escravidão (\*).

Datas dos Inventários	Número de Escravos:		Valor médio do escravo masculino de 15 a 50 anos	Valor médio do Escravo em:		
	Mencionados nos Inventários	Computados para o cálculo da média		Oitavas de ouro	Oitavas de prata	Alqueires de terra
1773	10	8	82\$925	69	—	—
1782	12	3	86\$667	—	—	240
1785	19	5	78\$200	76	978	—
1793-1794	16	6	83\$600	56	836	—
1798-1801	50	21	81\$897	59	818	121
1833	154	87	434\$483	160	1914	—
1842-1843	30	11	339\$091	—	1721	126
1872	62	12	1:166\$667	389	4182	—
1886-1887	46	24	686\$250	343	3431	34

Para o proprietário, representa o escravo o mais eficiente e extraordinário instrumento de produção, a máquina mais perfeita que, uma vez orientada, se conduz por si própria (64). O escravo é, pois, tão importante, ao seu sucesso económico, há um abismo tão grande entre quem tem e quem não tem escravo que, ao senhor, é inconcebível abrir mão, espontaneamente, de tal privilégio. O escravo é a segurança económica sua e da família (65), sua pou-

Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolpho Augusto Pinto e Abilio Aurelio da Silva Marques, Typografia King, S. Paulo, 1888. A coletoria de Itapetininga, para as rendas gerais, abrangia os municípios de Itapetininga, Espírito Santo da Boa Vista (Angatuba) e Sarapuí. Arrecadavam-se, ainda, em Itapetininga, as rendas provinciais dos municípios de Itapetininga, São José dos Campos Novos, Espírito Santo da Boa Vista, Capão Bonito do Paranapanema e Sarapuí.

(\*) O quadro foi organizado com dados obtidos nos seguintes inventários, consultados nos cartórios de Itapetininga: Antonio Rodrigues da Silva, Manoel Dias de Aguiar, Lourenço da Costa Rodrigues, Vicência Bicudo de Anhaia e Salvador de Siqueira, de 1773; Lourenço José Brisola e José Rodrigues Guimarães, de 1782; Domingos da Costa Jacome, de 1785; Ana Rodrigues, Francisco de Carvalho e Gaspar Correia Moreira, de 1793; José de Oliveira Falcão, de 1794; Antonio José Domingues Espinhosa, de 1798; Ana Pais de Godoy e Domingos José Vieira, de 1799; Ana Antunes, Manoel Rodrigues de Oliveira e Inez Vieira Prestes, de 1800; Gaspar Correia de Moraes, de 1801; Joaquim José de Oliveira, de 1833; Francisca Nunes de Siqueira, de 1842; Domingos José Vieira, de 1843; Paulino Aires de Aguirre, de 1872; José Joaquim de Santana, Salvador José Rolim e Fermiana Maria Aires, de 1886; Manoel Teodoro de Camargo e Souza (e Isabel Maria do Carmo), Caetana Maria, João Claro de Medeiros (e Maria B. da Candelaria), Maria Gertrudes e Manoel Lopes de Macedo, de 1887.

(64) "Os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho; porque sem elles no Brazil não he possível fazer, conservar, e augmentar fazenda, nem ter engenho corrente". (André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil, Bahia*, Livraria Progresso Editora, 1950, página 51).

(65) Em 1773, ao ser inventariado Manoel Dias de Aguiar, sendo determinado pelo Juiz de Órfãos que se vendessem os escravos, para o pagamento de dívida, a viuva



pança, seu lucro, seu capital invertido, a isenção de trabalho mensal, a projeção social e política.

Assim, é o escravo objeto de compra e venda, de empréstimo (66), de hipoteca, de doação (67), de aluguel e contrato para em-

Dona Benta Dias de Almeida, alegando ser "viuva pobre miserável", requereu ao Juiz de Itapetininga não permitisse tal venda "mais nociva que util aos mesmos orphãos", sendo atendida (Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 1).

Em 1825, segundo o "Mapa Geral dos Habitantes" de Itapetininga, Bartolomeu de Medeiros, viuvo de uma das filhas do patriarca Domingos José Vieira, estando já com 82 anos de idade, vivia "do jornal de seus escravos" (Departamento do Arquivo do Estado, Maço de População 66).

Pelo inventário de Dona Antonia de Almeida, espôsa de Joaquim Antonio Martins, de 1852, verifica-se que a venda duma escrava doente permitiu ao viuvo cobrir as despesas com a Irmandade do Santíssimo, com o médico, com os seis logistas que venderam fazendas e outros artigos para o funeral, com os músicos, o sacristão, com três padres, com o farmacêutico e com a feitura do caixão, sobrando, ainda, mais de quarenta por cento do dinheiro obtido na transação (Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, 1852).

Na Prefeitura Municipal de Itapetininga, entre os documentos do século XIX, encontram-se recibos passados por escravos ou em seu nome, de quantias por eles recebidas por trabalhos prestados, por exemplo, na condução de pedras, extinção de formigueiros, matança de cães e outros. No "Balanço e Receita da Conta de Despesas desde 1.º de Janro. de 1859 athe 31 de Março de 1859", figura uma lista de trabalhadores que executaram serviços na Estrada do Sul, entre os quais estão "Manoel Escravo de D. Joanna; Luiz Escravo de D. Romana; Theodoro Escravo de Claudino de Albuquerque; Jesuino escravo do capitão Cavalheiro, Adão, escravo do mesmo; Suterio, escravo de Salvador José Rolim; Adão e José, escravos do mesmo; e Tobias escravo do Sr. Florencio".

(66) Ao ser inventariado Paulino Aires de Aguirre, em 1872, declarou a viuva inventariante haver dois escravos que deveriam ficar para sobrepartilha, sendo um de nome Felisberto, há anos enviado para o Sul, pelo irmão do inventariado, Salvador de Oliveira Aires, e o outro, isto é, uma escrava chamada Querubina, igualmente ausente para o Sul, em poder de Francisco de Sales Vieira (Itapetininga, Cartório do 2.º Ofício, Gaveta 33).

(67) No Cartório do 2.º Ofício, em Itapetininga, encontra-se o seguinte documento, datado de 15 de janeiro de 1865:

"Ilmo. Snr. Dr. Juiz Municipal

Dizem o Tenente Marçal Carlos de Moura por cabeça de sua mulher, e o Alteres Isidoro da Silveira Barreto como cessionario de Lourenço Nunes de Oliveira, que sendo legitimos senhores dos escravos Damato e Manoel por doação graciosa feita pela finada Isabel Vieira Ayres; e acontecendo que os mesmos escravos tem até hoje estado em poder de João Affonso Pereira, sogro do 1.º suppe. e do cedente do 2.º, tão somente pelo parentesco que o liga a este e não por outro qualquer título; e havendo-se dado o facto de ter o mesmo suppdo. sujeitado os ditos escravos a uma hypotheca para garantia de divida propria, contra a clausula expressa da referida doação e sem assentimento dos donatarios e constando que os pretende applicar ao pagamento de outra divida entregando-os ao credor, que é esperado brevemente n'esta Cidade; havendo o dito suppdo. já anteriormente vendido em proveito proprio a escrava Vicencia, tambem pertencente aos suppes. pelo referido titulo de doação; e como não possam os suppes. se conformar com este procedimento irregular e attentatorio dos seus direitos incontestaveis e provados com os documentos juntos:

"Nestes termos

PP. a V. S. que, concedendo-lhes a venda da lei, mande depositar os referidos escravos em mão de pessoa idonea, procedidas as formalidades legais, em juizo competente; sendo citado o referido João Affonso Pereira para apresentar os ditos escravos



preitada <sup>(68)</sup> e de litígio. Aceitando-se o valor de 4\$500 por dia, dado por Salvador de Oliveira Aires <sup>(69)</sup>, em 1874, ao trabalho de um escravo com três juntas de bois, verifica-se que em 25 dias o total seria de 112\$500 ou, em 12 meses, 1:350\$000. Em outras palavras, êsse escravo, trabalhando, durante um ano, com um carro e três juntas de bois, produzia quase duas vezes e meia o valor médio de um escravo, segundo cálculo baseado no inventário de Paulino Aires de Aguirre, de 1872, ou pouco mais de uma vez o valor (1,2) de um escravo masculino de 15 a 50 anos de idade. Com 3,7 vezes o lucro dado pelo referido escravo, trabalhando durante um ano, nas condições referidas, cobria-se o valor da Fazenda do Pinhal, a principal propriedade deixada por Paulino Aires de Aguirre. O trabalho dêsse escravo com um carro e três juntas de bois equivalia, enfim, a 1,8 vezes o trabalho de um camarada livre, com seu próprio animal, conforme anúncio do O Sul de São Paulo de 24 de abril de 1881. De acôrdo com dados obtidos na coleção do Município, referente aos anos de 1873 e 1874, o mencionado escravo, com o carro e as três juntas de bois, produzia, em um ano, quase tanto quanto o ordenado anual do promotor público da comarca de Itapetininga

e sujeital-os ao depósito referido, reservando-se os suppes. para n'essa ocasião ventlarem o seo direito acerca da escrava ilegalmente vendida por ser de rigorosa justiça, os suppes.

"EE. RR. Moê.

O Advogado e Procurador, (a) José Carlos Machado de Oliveira".

(68) No Cartório do 2.º Offício, em Itapetininga, também se encontra o seguinte documento, datado de 1874:

"Dis o Alferes Salvador de Oliveira Ayres, residente no suburbio desta Cidade, que em 19 de Abril do corrente anno assignou com Dyonisio Antonio de Oliveira um contracto, no qual se obrigou a conduzir para este, no praso de quatro annos, mil touros de madeira pela quantia de 4:000\$rs., adiantando-lhe o suppdo. a quantia de 500\$rs., e assignando-lhe um — Fica — de igual quantia, visto que, nos termos do contracto, era elle obrigado a diantar a quantia de 1:000\$rs., o que não pode realizar. Mandando o supple. conduzir cinco touros, veio logo a conhecer que o contracto lhe era nimiamente lesivo, visto como o seu escravo carreiro, que com um carro e tres juntas de bois lhe dava em outros serviços, o jornal de 4\$ a 5\$ diarios, não pode, no serviço do suppdo., dar maior salario que o de 1\$ a 2\$ por dia, sujeito as despesas com o sustento do escravo e bois.

"Não podendo, nem devendo o suppl. suportar tão enorme prejuizo propoz ao suppdo. a rescisão do contrato, compromettendo-se a entregar-lhe o dinheiro recebido com o premio de um por cento ao mes e mais o — Fica — que tem em seu poder. O suppdo. não annuo. Por estes motivos quer o suppl. depositar a mencionada quantia de 500\$ e premio, e tambem o — Fica — em mão de pessoa idonca e fazer citar o suppdo. para levantar o deposito; e certificar-se de que o suppl. não esta disposto a cumprir contracto tão lesivo. E por ser de direito o suppl. requiere.

"P. a V. S. se sirva deferir na forma requerida, nomeando depositario.

"E. R. M., (a) Salvador d'Oliveira Ayres". (O depósito foi aceito pela parte contrária).

(69) Cf. a nota anterior.



1:400\$000) (70). O quadro V mostra o equivalente do trabalho mensal, isto é, de vinte e cinco dias, dêsse escravo, com o carro e as três juntas de bois, em bens de fôlego, em gêneros alimentícios vendidos no varejo, em artigos encontrados numa das casas de fazendas e armarinhos, em mensalidades duma escola particular, em entradas de circo e em hospedagem no Hotel Brasileiro, de Sorocaba (71).

É inegável, pois, que, ainda nos últimos anos do regime escravocrata constituíam os escravos um dos principais, se não o principal elemento, do patrimônio dos senhores. Para estes, o desaparecimento da instituição escravagista significaria o declínio, se não a completa ruína econômica. O solapamento da instituição se daria, pois, não com o seu beneplácito, não com a sua cooperação mas, ao contrário, à sua revelia, com a sua oposição, marcada de sucessivas capitulações, ditadas pela crescente brecha entre os que têm e os que não têm escravos e pela rápida diminuição de seu próprio grupo, não apenas em números absolutos, mas principalmente em números relativos, diminuição que decorria do decréscimo no número de escravos, subsequente à abolição do tráfico e às medidas posteriores conseguidas pelos abolicionistas bem como da tendência à concentração dos escravos remanescentes em mãos dos economicamente mais poderosos (72).

#### QUADRO V

Valor do trabalho dum escravo masculino, segundo declarações de seu senhor, Salvador de Oliveira Aires, em 25 dias, com um carro e três juntas de bois, em bens de fôlego, gêneros alimentícios, etc., Itapetininga, 1874 (\*).

Valor equivalente em	Unidades
Cavalos .....	3 a 4
Vacas .....	5 a 6
Bois de carro .....	5
Bestas arreadas .....	2
Carros de bois .....	2 a 3

(70) O valor dos animais e do carro de bois foi tirado do inventário de Paulino Aires de Aguirre, de 1872; o dos demais itens, de anúncios do Município, de 1873 e 1874.

(71) Nos últimos anos do terceiro quartel do século XIX, oferecia-se como gratificação, pela captura dum escravo fugido, quantia equivalente ao preço de 10 a 20 alqueires de terra, o que explica a dedicação que indivíduos ambiciosos e valentes punham neste mister.

(72) Por ocasião do levantamento de dados feito pelo Marechal Daniel Pedro Müller, no termo de Itapetininga, para uma população de 11.510 habitantes, havia 23,5 por cento de escravos. Em 1886, no município de Itapetininga (que sofreu uma série de desmembramentos), para 11.362 habitantes, há 6,7 por cento de escravos, dos quais 91,3 por cento têm domicílio rural e, os restantes, 8,7 por cento, domicílios urbanos. Cf. as fontes indicadas nas notas 25 e 61.

(\*) As frações de dúzias, libras, arrobas, côvados e peças são decimais. Para o valor dos animais e do carro de bois, os dados foram tirados do inventário de Paulino Aires de Aguirre, de 1872; os demais valores foram obtidos em anúncios do Município de 1873 e 1874.



	Valor equivalente em	Unidades
Açúcar:		
mascavo .....		312,50 kg.
redondo cru .....		255,68 kg.
refinado escuro .....		200,89 kg.
refinado redondo .....		191,41 kg.
refinado alvo .....		140,63 kg.
Toucinho .....		281,25 kg.
Café .....		160,71 kg.
Feijão .....		281,25 litros
Arroz com casca .....		937,50 litros
Arroz limpo .....		468,75 litros
Farinha de milho .....		1125,00 litros
Farinha de mandioca .....		703,13 litros
Milho .....		1500,00 litros
Polvilho superior .....		450,00 litros
Queijos .....		87,89 unidades
Ovos .....		468,75 dúzias
Carne verde (de vaca) .....		1125,00 libras
Algodão .....		66,18 arrobas
Seda japonesa .....		46,88 côvados
Gaze setim listrada, de côres .....		112,50 côvados
Brilhantina branca ou de côr .....		137,20 côvados
Mariposa branca ou de côr .....		187,50 côvados
Mosselina branca superior .....		25,00 peças
Cretonne bordada para saias .....		66,18 côvados
Saias brancas bordadas de luxo .....		28 unidades
Elasticotine superior .....		15,45 côvados
Pano piloto superior .....		30,91 côvados
Escossia branca, fina .....		10,23 peças
Cobertores grandes .....		6,00 unidades
Nobresa de primeira qualidade .....		37,50 côvados
Chita em morim .....		937,50 côvados
Riscado de 36 polegadas .....		625,00 côvados
Fazenda de algodão .....		68,60 côvados
Baixeiros de pura lã .....		45,00 unidades
Clarinetas de ébano .....		1,87 unidades
Mensalidades numa escola particular .....		56,00 unidades
Cadeiras no circo .....		56,00 unidades
Gerais no circo .....		112,00 unidades
Diárias (cama e mesa) no Hotel Brasileiro, de Sorocaba, para uma pessoa .....		37,00 unidades

## 2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, ESCRAVIDÃO E CÔR DA PELE

Tendo-se em vista a posição social de seus componentes, pode-se representar a distribuição da população local, nos anos que se seguiram à fundação da Vila, no século XVIII, imaginando-se um pião com a parte protuberante voltada para baixo, e, a cônica, para cima. Assim colocado, o "status" mais baixo corresponderia à cabeça do pião e, o mais alto, ao ápice da parte cônica. A con-



figuração cônica, para o alto, indica a proporção cada vez menor de indivíduos, à medida em que se vai da posição modal, isto é, mais comum, para as posições mais privilegiadas. Por sua vez, a localização da parte protuberante abaixo do ponto médio do eixo do pião mostra que a maior parte da população está mais próxima do extremo inferior que do superior, no que diz respeito à posição social. O afinamento da protuberância, na parte inferior, de modo a formar a cabeça do pião, revela ser, também, relativamente pequena a proporção dos que ocupam as posições mais detestáveis na ordem social. O ápice do cone é ocupado pelos proprietários brancos, sesmeiros, geralmente reinóis, tendo ao seu lado alguns elementos já enraizados na Colônia pela tradição. É uma camada que, numericamente, não passa de 5 por cento da população. No outro extremo, isto é, na cabeça do pião, estão os escravos, geralmente pretos, cuja proporção fica em torno de 10 a 20 por cento. Do restante, pouco mais da metade, isto é, cerca de 40 por cento do total, se constitui de brancos e 50 por cento de pardos que vão desde os quase brancos até os mestiços de mais carregados traços negroides, que se confundem, praticamente, com os pretos livres, de reduzidíssima proporção: em torno de 2 ou 3 por cento.

Já por essa época, mostram as estatísticas, tanto constituem exceção os mulatos cativos como os pretos livres (1).

No que toca, portanto, à cor da pele, já em fins do século XVIII, as várias camadas sociais assim se apresentam: abaixo dos proprietários brancos, estão os demais homens livres brancos, vindo imediatamente depois os pardos claros, descendentes quer de índios quer de mulatos mais escuros com brancos, em seguida, os pardos mais escuros, até atingir os pretos livres, geralmente crioulos; e, por fim, a massa dos cativos que também se diferenciam, para efeito do tratamento que recebem, em mulatos, pretos crioulos e pretos africanos ou "de nação".

Os homens da camada superior se ocupam, ao mesmo tempo, da administração de seus bens e do exercício de cargos públicos que exigem o beneplácito quer da autoridade central da Capitania quer do governo metropolitano. Saem de seu grupo o juiz ordinário e os oficiais da Câmara, o capitão-mor e os oficiais das Ordenanças. Cabe-lhes aplicar as leis e determinações que vêm de cima bem como discutir e decidir sobre os problemas locais, sem ferir as normas de caráter geral e prontificando-se a consultar e ouvir as autoridades superiores sempre que se torne necessária alguma

(1) Assim, em 1799, enquanto os mulatos cativos são 4,0 por cento dos mulatos, os pretos livres constituem 4,4 por cento do total dos pretos, de acordo com o mapa de população desse ano, existente no Departamento do Arquivo do Estado.



jurisprudência ou haja desacôrdo entre êles ou, ainda, sempre que qualquer medida ou solução exorbite de seus recursos e poderes.

No exercício de funções públicas, necessitam êstes homens do concurso de escrivães e outros auxiliares, no que ocupam parte da população masculina livre de sua própria côr, em geral de seu próprio círculo de parentesco. Outra parte dos homens brancos se ocupa do comércio de mercadorias que, ainda que não tão bem visto como o de animais e os afazeres já mencionados, não deixa de exercer uma forte atração sôbre elementos ambiciosos, especialmente sôbre indivíduos recém-chegados da Metrôpole. O restante dos homens brancos ombreia com os mulatos livres, na competição pela vida, com a vantagem que lhes dá o terem a mesma côr dos componentes do círculo dominante (2).

Já no século XVIII, competem os pardos com os brancos pelo exercício dos ofícios. Tal como êstes, porém, em sua maioria, limitam-se às atividades próprias de uma lavoura de subsistência, seja na qualidade de posseiros seja na de agregados dos senhores mais abastados. Distribuem-se, enfim, por quase tôdas as ocupações ou condições econômicas de nível médio para baixo, ou seja, pelos ofícios (ferreiros, carpinteiros, curtidores, etc.), pela lavoura de subsistência, na mineração, entre os que ganham de viagens, entre os soldados razos de milícias e entre os mendigos, havendo, ainda, entre as mulheres, as que vivem de costuras. Não conseguem, porém, galgar postos, quer nas companhias de Ordenanças, quer nas de milicianos, nem infiltrar-se entre os negociantes de animais, de molhados e de fazendas sêcas ou exercer atividades como as de sacerdócio, do tabelionato e outras de igual nível (3).

São decididamente limitadas as oportunidades oferecidas pelos ofícios, já que os proprietários, que poderiam constituir o principal mercado para o trabalho especializado, ou usam os préstimos de seus próprios escravos e agregados, quando suficientemente abas-

(2) Em 24 de novembro de 1808, José Gabriel Moreira, oficial de Ordenanças da Vila de Itapeva, ao sul de Itapetininga, onde eram idênticas as condições de vida, comunicou-se com o governador da Capitania, dizendo-lhe, entre outras coisas, que "o Ajudante deste Corpo Franco. Fera. de Albuquerque he homem branco, porem doente, innutil, e de nehuma serventia pa. o Servo. de S. A. R." (Departamento do Arquivo do Estado, tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 1, Documento 114).

É como se dissesse: "Ele tem uma das qualidades essenciais, isto é, a côr branca, porém, não tem as outras, para ocupar o referido posto".

No mesmo documento, há as seguintes informações sôbre as atividades dos componentes das duas companhias de Ordenanças de Itapeva, situação que, provavelmente, equivalia à de Itapetininga: "Os serviços Públicos em q. se empregão estes homens das duas Compas. são os seguintes. No trabalho da factura da Igreja, nos Piquetes, nos Camos., os mais idoncos nos cargos do Sennado, e quaze todos na vigilancia dos bugres..."

(3) O quadro abaixo mostra a distribuição de 507 chefes de fogos da Paróquia e Distrito de Itapetininga, em 1799, segundo a ocupação, o sexo e a côr:



tados, ou manejam êles próprios as ferramentas, quando obrigados a viver em condições mais precárias (4).

OCUPAÇÃO	BRANCOS		PARDOS		PRETOS	
	M.	F.	M.	F.	M.	F.
Lavoura (a) .....	180	23	198	41	2	—
Ferreiros .....	1	—	2	—	—	—
Carpinteiros .....	2	—	2	—	—	—
Curtidores .....	1	—	1	—	—	—
Mineradores .....	6	—	6	—	—	—
Alfaiates .....	1	—	—	—	—	—
Costureiras .....	—	1	—	—	—	—
Ganham de viagens .....	1	—	8	1	—	—
Condutores de cargas .....	3	—	—	—	—	—
Negociantes de gado .....	6	—	—	—	—	—
molhados .....	3	—	—	—	—	—
fazendas sêcas .....	1	—	—	—	—	—
venda .....	—	—	1	—	—	—
Vivem de agências .....	1	—	—	—	—	—
Tabeliães .....	1	—	—	—	—	—
Padres .....	1	—	—	—	—	—
Vivem de esmolas .....	2	—	1	4	—	—
Milicianos (b) .....	3	—	5	—	—	—
Vivem no contrato .....	1	—	—	—	—	—
Não declarados .....	—	—	1	1	—	—
<b>Total .....</b>	<b>214</b>	<b>24</b>	<b>220</b>	<b>47</b>	<b>2</b>	<b>—</b>

(a) Lavoura de subsistência, para o sustento da casa, "para comer". Dos que se dedicam às demais atividades, somente não fazem lavoura ou não "plantam para comer" ou para o seu sustento 16 entre os brancos e 17 entre os pardos, a saber: a) entre os brancos, o padre, o tabelião, um dos negociantes de animais, um dos negociantes de molhados, o alfaiate, um indivíduo que faz viagens para ganhar, um condutor de cargas para as lavras, um indivíduo que "vive no contrato", um que vive de agências, dois carpinteiros, dois que vivem da mineração, dois que vivem de esmolas e a costureira; e b) entre os mulatos, o vendeiro, um carpinteiro, dois ferreiros, dois indivíduos que viajam para ganhar, três que vivem da mineração, a costureira, quatro mulheres e um homem que vivem de esmolas, um homem e uma mulher cujas ocupações não foram declaradas.

(b) Nesta parcela foram incluídos apenas os indivíduos mencionados como milicianos sem indicação de outra condição. Acrescentando-se os milicianos que fazem lavoura ou têm outras atividades, o número de soldados razos sobe para 36 entre os brancos e 28 entre os mulatos ou pardos. Não há nenhum pardo ou mulato graduado, enquanto que entre os brancos, além do capitão-mor e do sargento-mor, e de um sargento-mor reformado, figuram, ainda, os seguintes postos de Ordenanças ou de Milícias: dois capitães, um tenente, um ajudante, três alferes, dois sargentos e três cabos. Estes graduados têm as seguintes atividades: capitão-mor, negociante de animais; sargento-mor em exercício, negociante de animais, reformado, negociante de fazendas sêcas, tendo, além disso, sua fazenda de criar; dos capitães de Ordenanças e Milícias, ambos fazem lavoura, um deles tendo, também, sua fazenda de criar; o tenente apenas planta para sustentação da casa; o ajudante é negociante de animais e fazendeiro; dos três alferes, um é negociante de gado, outro vive de lavouras e, o terceiro, que é reformado, vive de esmolas; dos dois sargentos, um é alfaiate e o outro vive de lavouras; os três cabos vivem de lavouras.

(4) Nos inventários dos séculos XVIII e XIX, ao lado das ferramentas agrícolas, aparecem as enxós, as serras, as verrumas, as tesouras de alfaiate, quando não vêm mencionadas, por completo, coletivamente, as "tendas" de ferreiro, de carpinteiro, de



O exercício por parte dos escravos degrada os ofícios como, em geral, o trabalho manual, tornando-os menos desejáveis por parte do homem livre, especialmente por parte do elemento branco que, na ânsia de ascensão social, procura desvencilhar-se de tudo quanto possa confundí-lo com o escravo ou com o recém-egresso da escravidão. Assim, o preconceito com que as classes dominante e média dos brancos vêem o trabalho manual faz com que, ao mulato liberto, que ainda no cativeiro, tivera mais oportunidade de aprendizagem que os elementos mais escuros, constituam os ofícios nichos mais acessíveis, no sistema ocupacional <sup>(5)</sup>, ressalvada a limitação já apontada, decorrente das próprias condições do mercado de trabalho. Nos elementos brancos recém-chegados da Metrópole,

marceneiro, de tanoeiro, etc. Ao lado dos escravos de valor modal, notam-se, superavaliados, os ferreiros, os carpinteiros, os marceneiros, os alfaiates, os seleiros e outros. À medida em que se avança pelo século XIX, porém, com o desenvolvimento urbano e com a maior diversificação econômica, a presença das referidas ferramentas, nos inventários, se torna mais rara. Assim, dos inventários transcritos para fins do presente estudo, de 1770 até 1801, além das ferramentas agrícolas (enxadas, machados e foices), aparecem: no de Manoel Dias de Aguiar (1773), serrotes, enxós, alavancas e almocafres, além de ferramenta "de carapina", sem especificação, possuindo o inventariado três escravos masculinos; no de Lourenço da Costa Rodrigues (1773), tendo um escravo masculino, enxós; no de Lourenço José Brisola (1782), com dois escravos masculinos em idade de trabalho, uma tesoura de alfaiate e uma alavanca; no de Domingos da Costa Jacome (1785), com cinco escravos masculinos em idade de trabalho, uma tenda de ferreiro, serra, enxós, alavancas; no de Francisco de Carvalho (1793), com um escravo masculino, serra, enxó, verruma, zagaia, tesoura de alfaiate, agulha de coser bruaca; no de José de Oliveira Falcão (1794), com três escravos masculinos, enxós; no de Antonio José Domingues Espinhosa (1798), com um escravo masculino em idade de trabalho, martelos, compassos, verrumas, plainas, enxó e serra; no de Domingos José Vieira (1799), com sete escravos masculinos, serras, enxó, martelo, formões, compasso, trado, plaina; no de Ignez Vieira Prestes (1800), com quatro escravos masculinos, martelo, formões, verruma, tesoura, "taipares de pilar taipas". Dos inventários posteriores, aparecem, no de Joaquim José de Oliveira (1833), com 87 escravos masculinos entre 15 e 50 anos de idade: ferramentas de carpinteiro, de tanoeiro, de pedreiro, tendas de caldeireiro e de ferreiro, ferramentas de tropa, a saber, "torquês, agulha, martelo, etc.", escadas e outra tenda de ferreiro, empenhada, de Bento das Chagas, além de outras peças avulsas. O valor médio dos 87 escravos masculinos dentre 15 e 50 anos de idade, deixados por Joaquim José de Oliveira sendo de 434\$483, estão entre os mais valiosos: Macário, mestre caldeireiro, com 33 anos, 800\$; Camilo, banqueiro mestre, 27 anos, 700\$; Miguel, pedreiro, 31 anos, 650\$; José, sapateiro, 27 anos, 600\$; Joaquim Banguela, pedreiro, 29 anos, 600\$; Francisco, alfaiate, 23 anos, 600\$; Antonio, tanoeiro, 28 anos; 600\$; Feliciano, ferreiro, 23 anos, 550\$; Antonio, principalmente de carpintaria, 25 anos, 550\$; Delfino, idem, 25 anos, 500\$; Cândido, tropeiro, 33 anos, 500\$; Caetano, ferreiro "com pouco exercício", 25 anos, 450\$; José Feliz, serrador, 29 anos, 450\$. Dos artífices, somente o carpinteiro Pedro, com 53 anos, vale menos da média, isto é, 400\$.

(5) Em 30 de abril de 1837, o subprefeito da vila de Itapetininga, Mariano de Almeida Leme, suspendia do posto de primeiro comandante da 3.<sup>a</sup> Companhia de Guardas Policiais da Vila a Antonio Leonel Ferreira, entre outros motivos, por "ter passado a hum extremo desgraçado em sua fortuna a pontos de ..... pessoalmente carnear rezes em dias festivos no asougue desta Villa publicamente". (Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 4, Documento 4).



menos acentuada é a repulsa pelo trabalho manual, porém, à medida em que se radicam no novo meio, cresce-lhes a veleidade aristocrática e, com esta, a abominação pelo trabalho físico.

Não obstante sua desmoralização pelo preconceito de classe, é ainda a atividade de artífice a que maior margem dá, ao homem livre pobre, de encontrar um nicho, no sistema econômico, logo abaixo dos reservados à classe mais abastada e à minoria alfabetizada que lhe está intimamente associada (6), e de elevar seu padrão de vida em relação ao da grande massa da população. Quando bem sucedido no exercício de um ofício, sente-se o homem pobre valorizado tanto em relação à maioria da população livre como em relação à maior parte dos escravos, que não têm ensejo de escapar às atividades mais rústicas da agricultura, da pecuária e da vida doméstica (7).

Não apenas não consegue o homem pobre livre fazer valer o seu trabalho, onde há o do escravo (8), principalmente se não dispõe de formação ocupacional especializada, como ainda procura esquivar-se às tarefas que a escravidão degradou e para as quais a sociedade não oferece outra motivação senão a compulsão pela necessidade ou pela disciplina. Repelindo as condições que lhe oferece o sistema econômico, põe-se, tanto quanto possível, à margem deste, retraindo-se como trabalhador e amesquinhando-se como consumidor. Não pode, porém, isolar-se completamente, pois, se a

(6) Em 1835, quando contava o distrito de Itapetininga com 11.510 habitantes, menciona Daniel Pedro Müller: "Existem no districto 4 Sacerdotes (Clero Secular), 1 Collector das Rendas Publicas, 6 Commerciantes, e 169 pessoas que sabendo ler, e escrever têm decente subsistencia". (Obra citada página 70).

(7) Em 1799, na lista de ocupações dos habitantes da Vila, num total de 944, os empregos civis e da magistratura são 8, o clero secular está representado por 1 indivíduo, os negociantes são 7, os mendigos 6, não sendo mencionados artífices ou "artistas". Em 1806, numa lista idêntica, para 1143 indivíduos, havia 12 ocupando empregos civis, 6 do clero secular, 13 negociantes, 18 "artistas", 8 jornaleiros e 38 vadios e mendigos. Em 1816, há 10 indivíduos em empregos civis e da magistratura, 4 no clero secular, 4 negociantes, 10 "artistas", 55 jornaleiros e 15 vadios e mendigos. Em 1825, há 1 mestre carpinteiro, 15 oficiais de carpintaria e 2 aprendizes, 6 ferreiros, 1 mestre de ourivesaria e 3 oficiais, 4 mestres sapateiros, 10 oficiais e 4 aprendizes, 1 mestre de alfaiataria, 3 oficiais e 2 aprendizes. Em 1832, os empregados públicos são 4, os elementos do clero secular 3, havendo, ainda, 1 professor de primeiras letras, 8 comerciantes, 56 trabalhadores jornaleiros, 31 mendigos e 921 "indivíduos que vivem de seu trabalho". (Dados obtidos nos mapas de população do Departamento do Arquivo do Estado). Em 1835, segundo Daniel Pedro Müller, havia, no distrito da Vila, além dos elementos citados na nota 6, 1 músico, 15 carpinteiros, 3 ferreiros, 3 sequeiros, 1 ourives, 3 entalhadores, 3 oleiros, 9 tecelões, 3 alfaiates e 7 sapateiros (obra citada, página 243).

(8) Não deixa de ser significativo, por mostrar como estavam próximos um do outro o escravo e o homem livre sem terra e sem capital, o fato de, no último quartel do século XVIII, um agregado de Salvador de Oliveira Leme (o "Sarutalá") ter por mulher uma escrava do senhor, da qual lhe advieram quatro filhos (Departamento do Arquivo do Estado, Maço de População 56).



camada dominante lhe permite a sobrevivência, é que lhe interessa manter com êle um *modus vivendi*: é no seu grupo que ela recruta os elementos necessários à execução de tarefas que não convém dar ao escravo e que ao homem que a integra ou que dela está demasiadamente próximo não interessam. São os camaradas destinados a se deslocarem a grandes distâncias na busca e na condução de tropas<sup>(9)</sup>; são os agregados que se alojam nas terras dos senhores, como elementos de confiança, prontos a lhes defenderem os interesses e a lhes prestarem serviços ocasionais; são os elementos recrutáveis para as atividades militares; são, ainda, aquêles cujo concurso se torna decisivo, nas competições intra-classe a que os senhores estão sujeitos.

Em geral, vivem os libertos numa situação de grande miséria<sup>(10)</sup>, comprimidos entre a camada dominante dos brancos e a dos escravos, diferindo dêstes antes pelo "status" jurídico que pela condição material.

A estrutura social que, no século XVIII, já se fixara, manter-se-ia, em linhas gerais, até o final da escravatura. A coincidência entre as camadas sociais e as nuances de cor da pele é tal que quase não há margem para equívoco.

O branqueamento através das gerações, pela repetida introdução de caracteres do grupo dominante entre os mestiços, se não corresponde a uma promoção de classe é, pelo menos, uma condição que a possibilita. A cor branca constitui condição essencial, embora não suficiente, para que o indivíduo seja aceito em pé de igualdade pelo grupo dominante.

Para a maior parte da população, que é constituída de mulatos livres, ascensão de classe e branqueamento são dois aspectos de um

(9) Embora fossem os escravos empregados nos trabalhos mais rústicos exigidos pelas viagens quer das tropas soltas quer das tropas arreadas (cf. Saint-Hilaire, obra citada no capítulo anterior e F. L. Abreu Medeiros, *Curiosidades Brasileiras*, 1864), sua proporção, no total do pessoal necessário às atividades do tropeiro, era reduzida. Assim, em 1825, na vila de Itapetininga, para 126 bestas arreadas que se empregavam no transporte de carga para Curitiba e Sorocaba, ocupavam-se 16 indivíduos, dos quais 1 escravo e 15 livres. Ao mesmo tempo, os 87 carros existentes se "occupão com Escravos e nada de conduçoens e só pa. o Mister das Lavouras". (Documento do Arquivo do Estado).

(10) Os dados de óbitos de 1799 revelam os seguintes coeficientes por mil: 10,7 para os brancos, 37,0 para os pretos cativos, 17,4 para os mulatos cativos e 39,8 para os mulatos livres. Os pretos livres eram apenas 10, nenhuma morte se tendo registrado entre êles (Documento do Arquivo do Estado).

Da marginalidade econômica a que estavam sujeitos os indivíduos livres pobres dá idéia o fato de que, em 1806, o número de vadios e mendigos, na Vila de Itapetininga, era, aproximadamente, 5 vezes o de jornalceiros ou 2 vezes o de artífices (Departamento do Arquivo do Estado, Mapa de População 64).

Visitando a Vila em 1820, descreve Saint-Hilaire as condições miseráveis em que vive a maior parte da população (cf. obra citada).



mesmo processo. Para o grupo dominante, por sua vez, a côr branca é uma justificação para o próprio "status" assim como constitui uma atenuante para a queda social dos numerosos descendentes de grandes proprietários que, de geração em geração, se empobrecem e passam a uma situação intermediária entre a dos elementos mais privilegiados da comunidade e a da grande massa da população.

Assim, desde o século XVIII, os componentes da população local tendem a se distribuir hierarquicamente indo dos brancos economicamente privilegiados aos brancos livres menos favorecidos, em seguida, aos mulatos ou pardos livres, aos pretos livres, aos mulatos cativos e aos pretos cativos, estando no extremo menos desejável os pretos cativos "africanos" ou "de nação". Os mulatos cativos constituem exceção, do mesmo modo que os pretos livres.

Até o primeiro quartel do século XIX, constituem os mulatos o contingente numéricamente predominante, quer na população total, quer na população livre, sendo sobrepujados pelos brancos somente no quartel seguinte, com a incorporação a estes dos mestiços mais claros. Ainda nos primeiros anos do segundo quartel do século XIX, são os mulatos sobrepujados numéricamente pelos pretos, em parte devido ao mesmo processo de desfalcamento de seu grupo pela incorporação dos mais claros ao grupo branco e, em parte, devido à introdução de novos contingentes de negros, estimulada, principalmente, pelo desenvolvimento da agricultura na região.

Assim, logo nas primeiras décadas após a emancipação política do País, observa-se, na comunidade em estudo, uma incorporação maciça dos mestiços mais claros ao grupo branco. Com o desaparecimento ou o abrandamento dos traços negróides rompem-se, pois, os laços que porventura ainda prendem aos escravos os seus descendentes mestiços. A este processo corresponde uma generalização da preferência estética pelo tipo "moreno", isto é, pelos indivíduos de traços caucasoides associados à côr queimada da pele e escura dos cabelos.

Não obstante a tendência, por parte dos brancos, a favorecerem com sua tolerância, condescendência e proteção, quer aos indivíduos mais branqueados, quer aos mais assimilados à cultura luso-brasileira, continua o núcleo da camada dominante a ser constituído exclusivamente de indivíduos brancos sem mestiçagem conhecida <sup>(11)</sup>, os quais se mantêm irredutíveis em seu exclusivismo e inacessíveis ao cruzamento e à equiparação social com o mestiço. Preocupados com a preservação do próprio "status" e do patrimônio familiar, casam-se, quase exclusivamente, dentro do mesmo círculo.

---

(11) Salvo o remoto e lisonjeiro entroncamento da família em algum glorioso vulto histórico. Assim, os descendentes de Salvador de Oliveira Leme, "o Sarutaia", se entroncam em João Ramalho e sua mulher índia.



culo social, constituído de elementos tradicionalmente pertencentes à mesma camada e, sempre que possível, dentro dos próprios limites do sistema de parentesco que tende, cada vez mais, a coincidir com aquêle. São comuns os casamentos entre primos e primas, tios e sobrinhas. Laços matrimoniais ligam e tornam a ligar, desde o século XVIII, em gerações sucessivas, os membros do grupo branco dominante que, assim, se desenvolve e se contém dentro de um mesmo círculo de parentesco (12).

Na segunda metade do século XIX e, portanto, nas últimas décadas do regime escravocrata, passa a estrutura social local por duas alterações de importância, pela influência que haveriam de ter, no âmbito local e regional, no evoluer dos movimentos abolicionista e republicano.

A primeira alteração de importância resulta do crescimento numérico dos descendentes dos patriarcas locais do século XVIII, em sua maioria empobrecidos, de geração em geração, pelo fracionamento dos bens territoriais, porém, que se esforçam por não perder posição em relação aos parentes mais ricos, aos quais continuam ligados pela tradição de família, pela consciência e pelo orgulho de uma ancestralidade comum. Não obstante o poder de coesão destes laços de família, a diferenciação econômica tende a substituir a solidariedade pela competição e pelo conflito. Com o tempo, e à medida em que o desenvolvimento demográfico e a prosperidade econômica possibilitaram o incremento urbano, ao lado dos grandes e médios proprietários de terras, se formou um núcleo de profissionais urbanos que, pelo seu mais elevado nível de instrução e pela sua maior "sofisticação", ou tinham de ser integrados por aquêles em sua máquina política, numa transação satisfatória para ambas as partes, ou se insurgiam contra a sua liderança e se tornavam, êle próprios, elementos de oposição e agitação, capazes de arrastar atrás de si uma avalanche de descontentes.

A segunda alteração de importância resultou do afluxo de população de outros pontos da Província provocado pelo surto do algodão herbáceo, em fins do terceiro quartel do século XIX. Estes adventícios, alguns dos quais prosperaram rapidamente, põem em risco o monopólio de prestígio, riqueza e poder do grupo dominante

(12) Em 1842, após a revolução, um delegado de polícia chamou os habitantes da vila de Itapetininga, referindo-se aos componentes do grupo dominante de que provieram os líderes locais tanto do movimento como de sua repressão, de "sarutainos", por serem descendentes de Salvador de Oliveira Leme, "o Sarutaiá", através do casamento de um seu neto com uma filha do patriarca local, o português Domingos José Vieira, fundador da Vila, em 1770. Cf. o Documento 9, Pasta 2, Maço 68, Tempo do Império, no Departamento do Arquivo do Estado. Também Aluisio de Almeida, *A Revolução Liberal de 1842*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1944, pág. 120.



de mais longa tradição local e com êste entram, forçosamente, em competição; e, à medida em que encontram resistência à sua integração na estrutura existente, tornam-se, também, agentes de renovação.

### 3 — MANIFESTAÇÕES DE REBELDIA DO ESCRAVO

A história da escravidão é antes a das manifestações de inconformismo, de insatisfação e rebeldia do escravo, que a de seu ajustamento às condições vigentes.

A indisciplina, a fuga, o suicídio, o desinterêsse pelo trabalho, a simulação e a infidelidade, por parte dos cativos, são fontes constantes de insegurança, preocupação e frustração para os senhores.

Conforme já foi indicado, a condição de "bôca de sertão", a princípio e, por todo o restante do período escravocrata, a fraca densidade de população característica das zonas de campos naturais, bem como a extraordinária mobilidade que se associa ao comércio de animais e à pecuária de caráter extensivo, tornariam a região de Itapetininga altamente procurada por escravos em fuga, de São Paulo, Itu, Sorocaba, Pôrto Feliz, Tietê e, mesmo do Sul, inclusive do Rio Grande.

Já em 1773 e 1774, escravos evadidos da Fazenda de Araçariguama refugiam-se na região de Itapetininga ou a cruzam em demanda do Sul (1).

No dia 12 de fevereiro de 1809, Vicente da Costa Taques e Arruda comunica ao capitão-general de São Paulo, Franca e Horta, que os escravos de diversos municípios, inclusive os de Itapetininga, se haviam insubordinado, fugindo aos seus senhores e, em quilom-

(1) Cf. no capítulo I, nota 4, a lista de 15 escravos mulatos, enviada em 1773 pelo capitão-general de São Paulo ao capitão Paulino Aires de Aguirre, para que providenciasse sua captura em Sorocaba ou em Itapetininga. Em 27 de maio de 1774, D. Luiz Antonio de Souza determinava ao alferes Domingos José Vieira, da vila de Itapetininga, que fizesse tôda a diligência para prender a um mulato já velho, chamado Agostinho, bem como a um filho dêste, chamado Tel, ambos fugidos da Fazenda de Araçariguama, pertencente a S. Majestade, e ordenava ao mesmo que atendesse a qualquer pedido de prisão de escravos que lhe dirigisse o arrendatário da referida fazenda ou, no caso de terem os escravos passado para diante, transmitisse a mesma ordem a algum oficial do local de seu paradeiro. Na mesma data, o mesmo capitão-general oficiava ao capitão-mor da vila de Curitiba, solicitando a prisão de um peão que fugira da Fazenda de Araçariguama, com uma mulata alva, e descera para o Sul, furtando cavalos pelo caminho, para o seu transporte. Cf. os Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Offícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionarios da Capitania, 1772-1775, Vol. LXIV, 1959, páginas 200-1.



bos ou quadrilhas, munidos de flechas e outras armas, atacavam os viandantes e as fazendas.

No dia 20 de novembro do mesmo ano, é o juiz ordinário da Vila que comunica ao capitão-general ter enviado, a requerimento do sargento-mor de Pôrto Feliz e em observância a despacho de Sua Excelência, uma escolta de soldados milicianos e das Ordenanças contra um quilombo de negros, sendo presos sete dêstes, os demais conseguindo safar-se pelo mato. Os prisioneiros encontravam-se na cadeia da Vila, à disposição dos donos (2).

No dia 28 de dezembro, Salvador de Oliveira Aires, neto do "Sarutaiá" e genro de Domingos José Vieira, comunica ao capitão-general não ter sido possível prender outros escravos, além dos sete já mencionados, apesar das diligências que determinara, por solicitação do capitão-mor de Itu. Nem mesmo a escolta vinda de Itu, assalariada por Antonio de Arruda, lograra sucesso. Por sua vez, o Regimento de Milicianos estava disposto a dar todo o auxílio para a captura dos fugitivos, dos quais se sabia que haviam estado nas fazendas de Guareí e da Serra (3).

No dia 9 de janeiro de 1810, respondendo a um pedido de informação do mesmo capitão-mor da vila de Itapetininga, Salvador de Oliveira Aires, sôbre como proceder com os "escravos e demais revoltosos", determina o capitão-general Antonio José da Franca e Horta que sejam entregues aos donos aquêles que os tiverem e êstes o requererem, pagas as despesas feitas com as apreensões e depois de "castigados públicamente para exemplo", devendo, porém, serem entregues à justiça os cativos que houverem cometido crimes (4).

A referência a cativos e "mais revoltosos" revela que, já por essa época, havia gente livre que fazia causa comum com os escravos; e a preocupação com os castigos "públicos", para "exemplo", mostra a existência de condições de inquietação que tornavam fácil a propagação de manifestações de rebeldia. Com efeito, ao contrário de repousar na proverbial "docilidade" ou "passividade" do africano, mantinha-se a instituição escravagista à custa de constante repressão às tentativas do elemento servil de esquivar-se às condições de vida que lhe eram impostas.

(2) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 1, Documento 129.

(3) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 2, Documento 3.

(4) Cf. os Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo. Correspondência Oficial do General Antonio José da Franca e Horta (1808-1810), edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, vol. LVIII, página 275.



Em julho de 1835, ano em cujo início teve lugar a famosa revolta de escravos muçulmanos, na Bahia, a Câmara da Vila de Itapetininga aprova três artigos de posturas, com o fim de regular o comportamento da população de cor que, por certo, não vinha correspondendo às expectativas do grupo dominante. O primeiro artigo determinava que, todo o negro que fôsse à missa havia de ficar sob o côro, sob pena de um a três dias de prisão e multa de 500 a 1.500 réis para o liberto ou de 50 açoites "em público", para o cativo, salvo se preferisse o senhor pagar multa de 1\$ a 3\$. O artigo segundo determinava que, tôda vez que se encontrassem mais de cinco pretos andando ou parados na Vila ou no Município, sem estarem a serviço dos senhores, ficavam êstes obrigados a castigá-los com 25 a 50 açoites "públicos", salvo se preferissem pagar multa de 2\$ a 6\$. Finalmente, o terceiro artigo determinava que todo o preto que se encontrasse, sem bilhete do senhor, depois do "Toque de Recolhida", fôsse prêso ("salvo se justificar urgente necessidade"), sendo o dono obrigado a castigá-lo "em público" com 25 a 50 açoites, salvo se preferisse pagar multa de 1\$ a 3\$. Os artigos primeiro e terceiro mencionavam, ainda, a alternativa de 1 a 3 dias de prisão (5).

Nêsse mesmo ano de 1835, em 27 de outubro, o promotor da Vila, Manoel da Costa Brizola, empenhava-se pela condenação e punição da escrava Feliciano, mulata, que, na noite de 30 de janeiro de 1829, enquanto seu senhor, José Nunes de Medeiros, repousava em um rancho, em suas terras, no Bairro da Chapada, "atraiçoadamente, aproveitando-se enquanto êle dormia, deu-lhe cruéis golpes com um machado, de que resultou ficar êle com grande deformidade, cego de um ôlho e molesto por tôda a vida..." Informava, ainda, o promotor, que a escrava fôra deixada a José Nunes de Medeiros, em testamento, por sua mulher, Gertrudes Beatriz da Purificação, "para só dêle ser cativa"; porém, depois da agressão, mesmo antes de ser julgado o testamento, aquêle a mandou vender, por intermédio do ajudante Manoel José Vieira, em Pôrto Feliz. Tendo a escrava sido julgada "com criminalidade", pelo juri de 5 de julho de 1834, foi requerida uma precatória ao Juiz de Paz de Pôrto Feliz, para a sua captura; porém, antes de chegar ou de ser executada a precatória, foi dado outro paradeiro à escrava, "e penso que o mesmo Medeiros vendeu-a a outra pessoa, que ignoro quem seja, entretanto, sem se punir o crime". Concluía, pois, o promotor, por indagar do presidente da Província, o que deveria requerer "nestes casos" (6).

(5) Transcrito pelo correspondente de O Estado de São Paulo e publicado na "correspondência" de Itapetininga, em 8 de maio de 1930.

(6) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 2, Documento 5.



No dia 19 de novembro do mesmo ano, o vice-presidente da Província respondia ao promotor da Vila, encarecendo não apenas a conveniência de pronunciar a escrava, mas também a de resguardar seu direito à liberdade, por morte do senhor, de acôrdo com a vontade da senhora que a legara e, tendo o promotor por seu dever "promover a captura da dita escrava, está na obrigação de lançar mão de todos os meios legais que para esse fim estiverem ao seu alcance, procurando saber o lugar para onde foi segunda vez vendida e além disso deverá examinar se o dito José Nunes de Medeiros vendeo aquella escrava com a mesma condição com que lhe foi deixada por sua mulher, e verificando o contrario, está elle no caso de ser responsabilizado pelo facto de reduzir por semelhante modo a escravidão huma pessoa livre, ou que devia ser livre por sua morte" (7).

Segundo certidão do escrivão Joaquim Antonio Monteiro, contida no processo, dona Gertrudes Beatriz da Purificação, sentindo-se mal, depois de grave enfermidade, enquanto seu marido, a seu pedido, procurava quem lhe fizesse o testamento, percebendo que não resistiria até o regresso dêste, em sua ausência e perante os circunstantes, proferiu um testamento de palavras, pelo qual "seus bens ficavão pertencendo a seu marido, visto que lhe ajudou, e em tudo sempre lhe acompanhou suas vontades, muito lhe estimou, e por isso queria e hera sua ultima vontade fôsse o dito seu marido Senhor do que acha lhe pertencia e por consequencia seu legitimo herdeiro" e que "por morte de seu marido ficasse liberta sua Escrava felicianana, e que a mais ninguem servisse por morte do mesmo..." Feita a justificação, pelo viuvo, fôra o testamento de palavras reduzido, por sentença, a "pública forma", na "conformidade do Disposto em a ordenação do Livro quarto, Título oitenta, Paragrapho ultimo visto terem os requezeros determinados pela mesma Ordenação, segundo depuzeram as seis Testemunhas perante as quais foi ordenado o referido Testamento", sendo, em consequencia, declarado, o viuvo, universal herdeiro da testadora (8).

No dia 25 de abril de 1836, interrogado pelo Juiz de Paz, a requerimento do Promotor, declarou o senhor José Nunes de Medeiros que tinha vendido a escrava de nome Felicianana a Francisco Antonio, na Vila de Sorocaba, ignorando, porém, sua residênciã; e sôbre as condições da venda, "respondeo que consta na Carta de venda que passou ao Comprador, e que o mesmo comprador se obrigou a livrar a dicta Escrava do crime que avia cometido em seu

(7) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 3, Documento 7.

(8) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 3, Documento 8.



Senhor dicto José Nunes de Medeiros, porque então já estava pronunciada em huma devassa que se procedeo no Juizo ordinario, e por cujo crime já se achava ausente fóra do distrito desta Villa oito mezes mais ou menos, e disse mais que para vender a dicta escrava Feliciano visto ter usado para com elle senhor tam grande ingratição fez propostas a letrados das quais tem duas rezolvidas a seu favor afirmando que podia vender livremente e que pello crime cometido tinha perdido o direito de gozar da liberdade pedida no Artigo quarto da petição do referido Testamento, e por isso que a vendeu em boa fé... (9).

Ainda em fevereiro de 1836, o prefeito da Vila comunicava ao presidente da Província reinar tranqüilidade em seu município, porém, "só appareceu hum corpo de hum Escrº. morto nos campos de cima da cerra o qual ha suspeita que forão os Gentios que o matarão andando o dito Escrº. de fuga" (10).

No dia 28 de dezembro de 1839, dois negros, Joaquim e Pedro, que se diziam pertencer a José Marcelino, da Vila de Itu, foram presos por ordem do Tenente-Coronel do Batalhão dos Guardas Nacionais da Vila de Itapetininga, Francisco Rolim d'Albuquerque, sendo conservados sete dias "na Enxovia com grilhoens nos péis", por ordem do Juiz de Paz, Capitão Higino José Rolim de Moura e nove dias na "sala livre, soltos" por ordem do mesmo juiz, sendo "postos em liberdade", isto é, entregues ao senhor, no dia 13 de janeiro de 1840, por ordem do Juiz de Paz Francisco Medeiros Lara (11), conforme certidão do carcereiro Joaquim Ferreira de Macedo, passada a 11 de abril de 1840, a requerimento do primeiro dos referidos juizes de paz.

Com efeito, denunciado pelo tratamento dado aos referidos escravos, viu-se aquêle Juiz de Paz obrigado a justificar-se perante o Juiz Municipal, declarando terem os mesmos apparecido na Vila, em outubro de 1839, onde afirmavam haver deixado a casa de seus senhores com o fim de comunicar ao Tenente-Coronel Francisco de Albuquerque Rolim o plano dêstes de o assassinarem, para o que haviam sido engajados dois homens, posteriormente presos por suspeita. Em tais circunstâncias, ordenara o Juiz de Paz a prisão dos dois cativos, mandando pô-los "em ferros durante a noite somente", em vista da "fraqueza da Cadea desta Villa e receyo a os mmos. se

(9) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 3, Documento 9.

(10) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 3, Documento 4.

(11) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 3, Documento 6.



evadirem, the q. se concluiu o interrogatorio reqro., ficando os mmos., depois do d.º interrogatorio concervados unicamte. na salla partecular da Cadeya..." Assim se fez, até que se apresentasse o senhor ou alguém competentemente autorizado por êle, para levar os escravos ao seu destino, pagas as despesas ocasionadas pela prisão, sem que os escravos sofressem "qualquer outro vexame em sua liberdade", o que podia ser confirmado tanto pelo carcereiro como pelos habitantes da Vila (12).

Em 12 de abril de 1840, o Juiz Municipal, Mariano José de Oliveira, confirmava as declarações do Juiz de Paz, sôbre as circunstâncias em que foram presos os dois escravos, acrescentando que, "fugindo os ditos escravos de seu Senhor, e vindo ao Sitio do Te. Corel. da Guarda N. Franc.º de Albuquerque Rolim, e não achando lá, por este estar aqui, mandarão os escravos com hua pessoa da Caza do Te. Corel. a esta, e logo q. se o avistou os ditos escravos com o Te. Corel. declararão que vinhão avizar ao dito Te. Corel. que seu Senhor tinha tractado com João sigano e mais hum sogeito pa. o mattar que tendo estes já vindo de antes o não acharão em seu sitio, e deixando pa. o dia 2 de Janeiro..." Os escravos já haviam sido entregues ao senhor, enquanto João Cigano e seu companheiro, que se encontravam armados, haviam sido processados e estavam presos, na cadeia da Vila (13).

No maço referente ao ano de 1845, do arquivo da Prefeitura local, existe um documento relativo ao leilão de um preto Antonio, "que se achava prezo nesta Cadeia, para a indenização da despeza que esta Cama. tem feito com o dito preto, e assim cessar a dita despeza" (14).

Desde o aparecimento do primeiro jornal local, o Município, cuja circulação teve início a 15 de junho de 1873, até a extinção completa da escravidão, em maio de 1888, as páginas dos diferentes órgãos que se sucederam na imprensa local sempre foram utilizadas pelos senhores e seus intermediários, como meio de localizar o paradeiro de escravos fugidos ou de estimular a sua apreensão, com "generosas" (15) gratificações a quem os capturasse. Não apenas escravos fugidos de proprietários locais, mas também de outras lo-

(12) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 7, Documento 5.

(13) Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 67, Pasta 7, Documento 4.

(14) Entre as despesas da Câmara da Vila de Itapetininga, no segundo semestre de 1846, figuram as referentes ao consêrto de "correntes e algemas".

(15) Já no número de estréia do jornal, que surgia a serviço das causas abolicionista e republicana, a 15 de junho de 1873, encimado por um pequeno desenho representando um preto com uma vara sôbre o ombro direito, da qual lhe pende uma



calidades — de Tatuí, Sorocaba, Tietê <sup>(16)</sup> e mesmo de fora da Província de São Paulo — são procurados através da imprensa local, sendo raro o número de jornal que não traga ao menos um anúncio:

trouxa à retaguarda, e tendo à mão esquerda um cacete ou bordão, aparece o seguinte anúncio:

“500\$000

Do sitio de Serafim Ferreira de Moura, distante uma legua desta cidade, fugiram dous escravos pertencentes ao dito senhor, ambos de nome João, empregados no serviço de roça.

Um appellido — Pequeno — é baixo, bem preto, tem pouca barba, talvez com algumas brancas, olhos grandes, boa dentadura, pés pequenos; e outro appellido — Creoulo — é preto, de estatura regular, bem barbado, com algumas brancas, tem o rosto quasi redondo, olhos pequenos e tem faltas de dentes na frente, tendo além disso uma perna mais grossa que a outra e um signal proveniente de ter sido furado a ferro; tem os pés algum tanto grandes e espalmados.

Quem os apprehender e entregar ao abaixo assignado nesta cidade será gratificado generosamente, recebendo pelo primeiro 300 mil réis e pelo outro 200 mil réis.

O abaixo assignado roga as pessoas que tiverem noticia certa do couto dos fregidos informarem-no a respeito para effectuar-se a captura.

Serafim Ferreira de Moura”.

(16) No dia 29 de julho de 1873, o Município publicou:

“De Antonio Pires de Arruda, morador em Sorocaba, fugiu a 10 do corrente o escravo de nome Cezario, levando comsigo uma foice, 30\$000, camisa de baeta azul com collarinho e peito vermelho, além de roupa fina. Anda vestido de roupa de algodão bem limpo. Foi escravo do sr. José Manoel de França. Consta que dirigiu-se para esta cidade. É ladino e pratico das estradas até Garapuava.

Os signaes são os seguintes: creoulo, côr bem preta, idade 20 a 25 annos, sem barba, bonita figura, altura regular e cheio de corpo. — Sorocaba, 11 de julho de 1873”.

No dia 15 de setembro, o mesmo jornal publicava:

“Fugio da casa do abaixo assignado uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes:

Preta, rosto e olhos grandes, altura regular.

Levou com sigo um filho de 6 mezes de idade, e ainda não baptisado; quem prender e entregar nesta cidade será bem gratificado. — Tatuhy, 30 de agosto de 1873 — Joaquim de Campos Penteado”.

No dia 11 de dezembro, o jornal publicou:

“Do abaixo assignado fugio um escravo de nome Benedicto com os signaes seguintes: mulato claro, bastante alto, bem feito de corpo, pouca barba sendo somente no queixo, boa dentadura, nariz muito chato, bahiano, bem ladino, bonito moleque, tem um signal de queimadura ou ventoza nas costelas do lado direito, inclinado a domador, idade 24 annos pouco mais ou menos; levou paletot de mirinó preto, chapeo de panno preto, e um ponche ordinário; supoem-se ter seguido para o sul. Quem o prender ou der noticia certa será bem gratificado. Campo Largo de Sorocaba, 6 de dezembro de 1873”.

Anacleto Dias Baptista Pires”.

No dia 19 de dezembro de 1880, um escravo de Tietê é procurado através de anúncio em O Sul de São Paulo:

“Em a madrugada do dia 14 do corrente, fugio do abaixo assignado seu escravo Felinto, mulato claro, pallido, idade 18 annos, mais ou menos, rosto comprido, olhos gateados, nariz afilado, cabelos ruivos penteados, sem barba, com dentes da frente perfeitos, estatura abaixo do regular, magro de corpo, pés e mãos bem feitos, falla bem. Levou roupa de algodão, palla avermelhado listado de campo cor de terra, chapéo de panno preto novo de copa meio alta, faquinha aparelhada de metal. Foi montado em uma



cio prometendo gratificação a quem capturar um escravo e entregá-lo a seu dono (17). Desfilam pelos anúncios escravos dos mais variados tipos, com cicatrizes as mais diversas ou os mais diversos sinais identificadores (18) — pretos e mulatos, bem barbados e sem barba, cabelos e barba escuros, encanecidos ou ruivos, altos, baixos e de estatura regular, de nariz muito chato ou de nariz afilado, de boa dentadura ou desdentados, “mal encarados” ou de “boa figura”, delgados ou cheios de corpo, olhos grandes ou pequenos, escuros ou “gateados”, bem rasgados de pernas, zambros, com sinais de terem sido furados a ferro, homens e mulheres, inclusive

besta tordilha, velha com uma ferida de coalheira no peito, anca pellada de relho. Quem prende-lo e entregar ao abaixo assignado, será gratificado com 200:000. Tietê, 18 de novembro de 1880. Joaquim de Souza Camargo”.

(17) Não obstante serem seus diretores filiados aos movimentos abolicionista e republicano, servem estes jornais aos interesses dos proprietários de escravos, não apenas publicando seus anúncios, como também, informando-os, através do noticiário, das apreensões feitas quer pelas autoridades policiais, quer por particulares. Assim, no dia 31 de outubro de 1880, o Sul de São Paulo publica além do edital do subdelegado do distrito, convocando um proprietário residente em Itú, para receber dois escravos seus que se encontram presos na cadeia local, uma nota da redação sobre a referida apreensão em que chama a atenção dos leitores para o “edital inserto na secção competente”.

No dia 2 de outubro de 1881, o mesmo jornal noticia:

“ESCRAVO FUGIDO

“Acha-se recolhido à cadeia desta cidade Nicolão, de 18 annos mais ou menos, escravo de Duarte Garcia, residente no distrito de Passo-Fundo, na provincia de Rio Grande do Sul.

Este escravo foi capturado em fins de agosto deste anno, no bairro da Encruzilhada deste Termo, por Vicente Antonio da Costa”.

(18) No dia 10 de setembro de 1873, publicou o Municipio:

“Escrava Fugida

“Fugio no dia 4 do corrente da casa de Maria Joana do Amaral, uma escrava de nome Carolina, de idade de 25 annos mais ou menos, com os signaes seguintes:

Preta, desdentada, cara redonda, pés bastante feios.

Sahio com toda roupa que tinha.

Quem prender e entregar nesta cidade a sua senhora será gratificado com 50\$000.

Itapetininga, 8 de setembro de 1873”.

No dia 6 de novembro de 1873, aparece no mesmo jornal o seguinte anúncio:

“200\$000 — Fugio da fazenda de S. Rafael um escravo de nome Cosme com os signaes seguintes: bem feito e delgado de corpo, côr fula, com falta de dentes na frente, pescoço e cara enrugados, é bom domador, e conserva o cabello um pouco alto. Quem o apprehender e levar a dita fazenda de S. Rafael, será gratificado com a quantia supra, pelo seu senhor major Licinio Carneiro de Camargo”.

No dia 5 de fevereiro de 1874, aparece:

“200\$000 — O abaixo assignado gratifica a quem capturar e entregar na cadeia desta cidade ou ao sr. Mathias Klein, o seu escravo Luiz.

Signaes

Mulato claro, 22 annos, alto, bem rasgado de pernas, zambro, andar molleirão, bunda grande, cabellos ruivos, pouca barba e ruiva; tem uma cicatriz abaixo do pé



mães que levam seus filhinhos ao colo, porém, quase sempre indivíduos jovens, dos 18 anos para cima <sup>(19)</sup>.

No dia 11 de dezembro de 1873, dona Ana Florinda de Oliveira fez publicar no Município um anúncio prometendo gratificação a quem apreendesse e lhe entregasse o escravo Manoel, "de estatura baixa, cheio de corpo, sem barba, olhos grandes, quasi fula, boa dentadura, e muito fallante", que fugira de seu sítio, no Capão das Antas, "vestido com camisa de chita roxa, calça azul nova, deixando o chapéo".

No dia 16 de dezembro, o mesmo jornal publicava que o escravo Manuel pertencente a d. Ana Florinda de Oliveira, "que andava fugido, foi encontrado pendurado a uma arvore", já estando o corpo em decomposição, tendo a polícia tomado conhecimento do fato, dando início a inquérito <sup>(20)</sup>.

direito, a qual desce até a ponta dos dedos; mal encarado, olhos amarellados, falla como papudo ou engasgado; anda calçado de sapatões, coberto com um cavours pardo, forrado de chadrez azul; e montava uma besta grande alvaçan.

Misael Clementino Machado".

No dia 18 de fevereiro de 1874 o Município publicou:

"Escravo fugido

"Fugio da fazenda da Boa Vista, o escravo de nome Benedicto, crioulo, alto, barbado, desdentado, é bem parecido.

Levou calça de brim de angola roxa, camisa de chita roxa e calças e camisas de algodão de Ytú; chapéo preto pequeno, ponche de panno grosso.

Quem apprehendel-o e entregar ao abaixo assignado, será gratificado.

Fernando Antonio de Mello".

(19) Os mesmos jornais também agasalham anúncios de venda ou de aluguel de escravos. Assim, no dia 12 de setembro de 1874, publica o Município:

"Vendem-se 12 ou mais escravos de ambos os sexos, casados e solteiros, sendo os mais velhos de 36 annos de idade, do serviço de lavoura, e mais ou menos prendados e de boa indole.

Quem pretender dirija-se ao sr. Benedicto Rolim de Oliveira que tem autorização de seu dono para dar os esclarecimentos necessários. — Itapet. 4 de setembro de 1874".

No dia 13 de março de 1881, publicou o Sul de São Paulo:

"Vende-se

uma escrava de 24 annos de idade, sadia, lava e cosinha e é muito sacudida para o serviço da roça acompanhada de 2 filhos ingenuos a mais velha tem 8 annos de idade. Quem pretender dirija-se a Mariano Rufino de Barros a rua do vigario n. 1".

No dia 20 do mesmo mês e ano, o referido jornal publicou:

"Compra-se uma escrava sadia e que seja prestimosa, paga-se muito bem. Tratar com Joaquim Dias de Oliveira".

No dia 18 de setembro de 1887, aparece em O Itapetininga um anúncio de alguém que procura uma escrava para alugar, "que saiba cosinhar, lavar e engomar.

(20) Em 1873, um individuo de nome Jacinto Garcia assassinou, a maltratos, uma escrava sua, de 12 annos de idade. Vendo-a morta, pendurou-a a uma árvore, para simular suicídio por enforcamento e, em seguida, chamou alguns vizinhos, para que testemunhassem a cena. Tratando-se de suicídio, conforme alegava, enterrou-a ali mesmo, pois não podia ter sepultura sagrada. Somente alguns dias mais tarde correu a noticia de se tratar de assassinio, fugindo o criminoso ao saber que a policia ia fazer a exu-



Se, de um lado, as gratificações oferecidas pela captura de escravos fugidos eram de tal monta que não faltavam indivíduos ambiciosos e valentões, dispostos a se porem ao seu encalço, de outro, os riscos do empreendimento aumentavam, à medida em que a indisciplina se tornava mais generalizada, entre os cativos da nova geração que, se não eram trabalhados diretamente pelos abolicionistas, nem por isto ignoravam a discussão que se propagava entre os próprios brancos, com referência aos fundamentos da instituição escravocrata <sup>(21)</sup>. As tentativas de prisão desencadeavam resistência e, ainda depois de presos, encontravam os escravos quem os defendesse judicialmente, com sucesso.

Em julho de 1873, cinco escravos foram julgados, pelo crime de resistência e ferimentos. Absolveu-os o juiz de direito, do crime de resistência, porém, os enviou a julgamento perante o tribunal do juri, em vista dos ferimentos produzidos na pessoa de Sérgio Leite Penteado. No dia 28 dêsse mês, estando presentes 45 jurados, foi aberta a sessão e submetidos os réus a julgamento, tendo como advogados o dr. Venâncio de Oliveira Aires, o capitão José Francisco de Freitas e Gabriel Rodrigues de Oliveira. O promotor sustentou o libelo, pedindo a condenação dos acusados pelo crime de ferimentos. Dada a palavra à defesa, dela fez uso o dr. Venâncio de Oliveira Aires que, defendendo o seu curatelado João, também fez a defesa dos demais acusados, "dando em resultado os outros advogados desistirem da palavra". Não houve réplica. O conselho, composto de 12 cidadãos, absolveu os réus por unanimidade, conformando-se o juiz de direito com a sentença relativa aos réus João e Francisco Bello e apelando quanto aos outros <sup>(22)</sup>.

No dia 16 de dezembro de 1873, noticiou o Município ter sido prêso, no Bairro da Pescaria, um escravo pertencente ao sr. Anacleto Dias Batista, residente em Campo Largo. Ficou gravemente ferido o indivíduo encarregado de prendê-lo, por parte do senhor.

No dia 4 de janeiro de 1874, o mesmo jornal noticiou que um escravo, perseguido em Guareí, quando na companhia de três homens livres, resistiu à escolta, "dando alguns tiros", ficando levemente-

---

mação. O Município, que noticiou o fato em seus números de 4 e 9 de outubro, comentou que a "inconveniência de não se enterrar no sagrado os suicidas dá lugar a que se possam ocultar crimes, como o (de) que se trata sob aquelle pretexto".

(21) No dia 9 de outubro de 1887, O Itapetininga comentou uma notícia da Imprensa Ytuana segundo a qual um fazendeiro do município de Itatiba, indo à roça examinar o serviço de seus escravos, em lugar de os encontrar no eito, "os achou todos reunidos ao redor de um outro, a ouviu-o ler na Provincia de S. Paulo o resumo de um discurso do conselheiro Dantas". O jornal encerrou seu comentário com um significativo "Bonito!"

(22) Sobre este caso aparecem notícias nos números do Município de 2, 26 e 31 de julho de 1873.



te ferido um dos guardas. Sòmente depois de ferido, o escravo se deixou prender, comparecendo ao local do conflito o subdelegado da freguesia de Guareí e o delegado da cidade, fazendo-se auto de corpo de delito e inquérito policial.

No dia 7 de abril do mesmo ano, o jornal noticiava que, "constando que no lugar denominado Agua Fria reuniram-se alguns escravos fugidos, que vivem dos roubos que fazem, o delegado de policia determinou aos inspetores de quarteirão que reunissem a força policial, para elle, com as formalidades exigidas pela lei, proceder a captura dos mesmos escravos".

No dia 23 de outubro, o jornal falava mais pormenorizadamente do mesmo "quilombo", constituido de seis indivíduos, inclusive uma mulher e uma criança, de procedências diversas. Um dêles, andando quase nu, correrá atrás de um rapaz, "com o fim provavel de arrancar-lhe a roupa". Dois dêles teriam tentado arrombar um rancho. Além disso, o grupo proporciona coito a outros escravos em fuga. O jornal conclui, pois, que "sinão a prisão, ao menos a dispersão dêses escravos é uma medida que deve ser tomada imediatamente, antes que elles tenham tempo de se armar e augmentar-se em numero para causar maiores males" (23).

O jornal que assim se pronunciava era dedicado às causas da abolição e da república e, seu diretor e principal redator, um mulato. Daí o aparecer, no mesmo número em que a notícia acima resumida, um longo artigo por ella inspirado, conforme confessa

---

(23) Eis a notícia, na íntegra:

"Quilombo — Escravos fugidos, de diversas procedencias, reunidos em numero de seis, formaram um quilombo no lugar denominado — Agua Fria.

Entre elles ha uma mulher e uma creança.

Essa reunião de escravos causa muito mal, porque alem do medo que incute aos transeuntes, será um refúgio, um amparo e um meio de resistência para os escravos que fugirem, e para lá se forem acoitar.

Não são vãos os nossos receios.

Pessoa fidedigna e bem informada nos contou:

"Está verificado demorarem-se na Agua Fria escravos fugidos.

Alguns delles foram vistos e reconhecidos.

Dois dentre elles tentaram roubar ao sr. Pedro Martins arrombando o rancho em que este senhor habitava, quando estava tirando madeira, para as obras da Matriz.

Felizmente não conseguiram arrombar, porque si arrombassem o sr. Pedro matava a um delles: esperava o arrombamento com arma engatilhada.

Um delles que anda quasi nú e desarmado correu atraz de um filho do sr. Urias Simpliciano Nogueira, com o fim provavel de arrancar-lhe a roupa.

Nas circumvizinhanças da Agua Fria sente-se a estada desses escravos pelos furtos que tem havido.

É preciso de energicas providencias para cessar este estado de cousas, e o povo ficar livre do justo temor.

Sinão a prisão, ao menos a dispersão desses escravos é uma medida que deve ser tomada immediatamente, antes que elles tenham tempo de se armar e augmentar-se em numero para causar maiores males".



o autor que, "nada de novo" podendo acrescentar "ao que se tem dito sobre a escravidão", considera seu escrito como "apenas uma debil voz que vai se reunir ao coro dos que clamam pela necessidade da emancipação dos escravos". É, enfim, um "grito de protesto contra essa anomalia social, fruto da perversidade de alguns homens" ou um "grito de nossa alma angustiada que não pudemos reprimir". Fala nos horrores da escravidão, em suas conseqüências morais e nos maltratos a que estão sujeitos os escravos, criticando acerbamente a pena de açoites, alegando que "quasi não ha sessão de jury que não entre em julgamento um escravo e a penna imposta é quasi sempre commutada em açoites" e que "o legislador parece desconhecer a qualidade de homem nos escravos, para conhecer nelles a qualidade de coisa animada que se corrige por meio de castigo physico". Propõe a desapropriação dos escravos, com indenizações aos senhores, passando os ex-cativos, por sua vez, a "indenizar a taxa que o Estado gastar com sua liberdade". Encarece a necessidade de se instruir e educar os escravos, dando-se-lhes consciência de seus direitos e deveres, de homens, para com a sociedade (24).

No dia 4 de dezembro de 1874, o Município se refere a uma diligência do delegado, com uma escolta, à Freguesia do Espírito Santo da Boa Vista, que levou cinco dias, tendo a autoridade regressado à sede no dia 27 de novembro, depois de efetuar a prisão de vários criminosos bem como a de um pardo chamado Messias José, "por supposição de ser captivo, ou criminoso, porque vivia occulto (25).

No dia 23 do mesmo mês, sob o título "escravos fugidos", o jornal conta que o delegado, acompanhado de uma escolta, fôra ao encontro de um grupo de quatro escravos fugidos que, armados de foice, demandavam a estrada do Sul e, "ainda não sabemos, si com razão ou sem ella, a escolta para effectuar a prisão deu alguns tiros, sahindo feridos, do tiroteio que consta ter havido, os quatro escravos fugidos e a escolta sem nem um ferimento ou contusão".

(24) V. o referido artigo, na íntegra, em apêndice ao presente capítulo.

(25) O próprio liberto vivia sob a impressão de insegurança que lhe causava a possibilidade de tornar a ser "reduzido", por algum indivíduo menos escrupuloso, e levado para um meio desconhecido, onde lhe seria difícil provar sua condição de homem livre. Em maio de 1878, o advogado Belisário Francisco Caldas, como curador do libertando Manoel, matriculado na Coletoria da Cidade com o nome de Vicente, sob o número 1202, alega que sendo seu curatelado homem livre, filho de Maria Pedrosa da Fonseca, com quem residia na cidade de Lages, na Província de Santa Catarina, aconteceu que tendo sido reduzido por um indivíduo de nome Herculano, bahiano, desertor, teve de acompanhá-lo à Província do Paraná e, desta, à cidade de Sorocaba, na Província de São Paulo, em dias do mês de agosto de 1869. Depois de haver o mesmo Herculano cometido um crime de roubo em casa de Dona Maria José de Liz, como consta dos documentos, bem como o furto da escrava Ignacia, de propriedade da



No número seguinte, do dia 31 de dezembro, sob o título "Caçada de gente", o jornal descreve pormenorizadamente a perseguição que resultou em ferimentos leves em dois e graves em outros dois dos quatro escravos, dos quais um veio a falecer, terminando por lamentar "a morte do homem, que foi assassinado, a nosso ver, injustamente, por ter, como unico crime, nascido escravo, e sonhado com uma liberdade impossível" (26).

mesma senhora, hoje casada com João Francisco de Lemos, ambos moradores de Lages, foi que se deu a redução do curatelado Manoel. Chegando à cidade de Sorocaba, passou Herculano a se chamar Manoel Cavalheiro dos Santos e, dando a Manoel o nome de Vicente, vendeu-o na freguesia de Sarapuí, a José de Almeida Bueno, por intermédio do procurador Salvador Carlos de Oliveira, já falecido. Mais tarde, José de Almeida Bueno o vendeu a Florentino Dias de Almeida que, sabendo ser o curatelado de condição livre, declarou a compra sem efeito, devolvendo-o por escritura pública ao referido José de Almeida Bueno, sendo-lhe restituídos os dois contos de réis do pagamento. Finalmente, apareceu José Alves Pereira que, de tudo sabendo, adquiriu o curatelado, "a todo o risco e sem responsabilidade", como se vê dos documentos anexos, pela importância de um conto de réis, estando o desgraçado reduzido a uma "dura escravidão", quando desde seu nascimento até 1869 gozou de plena liberdade, sem oposição de pessoa alguma. Promete o advogado em tempo oportuno protestar "pelos meios criminaes" contra o dito Herculano, José de Almeida Bueno e José Alves Pereira que maliciosamente reduziram seu curatelado à escravidão, num "procedimento violento contra um (dos seus) mais sagrados direitos naturaes"... Para desde já ver correr ação de liberdade em favor do curatelado, pede a citação de José Alves Pereira e indica como testemunhas os sr. Heduvirges Dias de Oliveira, João Gomes de Melo, Gabriel Rolim de Albuquerque, Pedro Machado de Albuquerque, João Candido Sales, Antonio José Ignacio, José Francisco de Lima, Euzebio Machado de Moraes e Florentino Dias de Almeida. — Documento em Itapetininga, no Cartório do 1.º Ofício.

(26) Na verdade, os escravos foram atacados por um oficial de justiça que comandava uma escolta destinada a prender o grupo aquilombado no Bairro de Água Fria. Eis, na íntegra, a notícia do Municipio de 31 de dezembro de 1874:

"Noticiario — Caçada de Gente — Com a epigraphe "Escravos fugidos" em o n. anterior noticiamos a caçada de quatro pretos, que atravessaram esta cidade, em direção a Faxina.

Ao encaço desses pretos seguio uma escolta, commandada por um official de justiça que, levando um mandado para prender os escravos aquilombados no lugar denominado Agua Fria, entendeu que servia para outros quaesquer escravos fugidos; e fazendo a leitura delle ordenou a escolta que fizesse fogo aos quatro pretos que diz terem resistido, avançando armados, dois de foices, e dois de facas. Deu o official de justiça o primeiro tiro e a escolta seguio o exemplo.

Feridos e contundidos os pretos foram trazidos, como uma bonita caçada, para a cadeia, onde se procedeu os autos do corpo de delicto, e de perguntas. Os peritos encontraram muitos ferimentos em todos elles e algumas contusões; e declararam estar feridos gravemente dois, e levemente outros dois.

Respondendo as perguntas que a elles dirigio a autoridade policial, disseram que são escravos do sr. dr. Rafael Branco, fazendeiro em Campinas, mas que a esse senhor, apesar de ser bom, não lhes convinha pertencer, porque seu administrador os maltratava excessivamente. Dizem, que foi essa a razão porque resistiram a escolta, visto preferirem morrer a voltar a tal captiveiro.

Um dos mais gravemente feridos morreu; e no auto de exame no cadaver, os peritos declararam ter sido a morte proveniente de ruptura dos intestinos, resultado dos grãos de chumbo que penetraram nessa região.

Lamentamos a morte do homem, que foi assassinado, a nosso ver, injustamente, por ter, como unico crime, nascido escravo, e sonhado com uma liberdade impossível".



Enfim, desmentindo a tradicional noção de "passividade" ou "docilidade" do negro, ante o sistema escravocrata, jamais se vê diminuir, nêle, o ímpeto de liberdade; ao contrário, seu inconformismo se torna cada vez mais generalizado e manifesto, à medida em que se dá sua integração na nova sociedade e se processa, em seu espírito, a interiorização dos modos de pensar, sentir e agir da cultura luso-brasileira, desenvolvendo-se a motivação própria de um ambiente social fortemente marcado por uma ideologia de mobilidade, cuja eloquência tende a aumentar, constantemente, com o passar do tempo, já que se multiplicam, na vida dos indivíduos, os casos concretos de mudança de destino ou de carreira, de fortuna ou de posição. A onda de indisciplina, de rebeldia manifesta, de insopitável inquietação, avoluma-se, pois, entre os escravos, paralelamente à expansão do movimento abolicionista no seio da população livre, ainda que, em geral, não atuem, os adeptos desta causa, diretamente sôbre êles (27).

(27) Artigo transcrito do MUNICÍPIO, Itapetininga, 23 de outubro de 1874:

"Redigindo a noticia sobre escravos fugidos suggerio-me algumas considerações sobre a escravidão no Brasil e nos veio em mente dizer algumas palavras, o que fazemos.

Nada de novo podemos acrescentar ao que se tem dito sobre a escravidão.

É assumpto que tem occupado a attenção de eminentes publicistas e de notaveis estadistas.

O nosso escripto é apenas uma debil voz que vai se reunir ao coro dos que clamam pela necessidade de emancipação dos escravos.

É o nosso protesto contra essa anomalia social, fructo da perversidade de alguns homens.

É o grito de nossa alma angustiada que não pudemos reprimir.

É o ódio a escravidão que extraborda por não se poder conter, — vendo-nos obrigado a denunciar a policia o sonhar de liberdade do escravo que fugio a seu senhor.

O nosso escripto é o echo das maldições do escravo contra os legisladores que não cuidaram de sua sorte.

É tambem a prece que elles fazem para que os actuaes legisladores tratem de melhorar o seu viver.

Melhorar a sorte do escravo, é preparal-o pela instrução para receber a liberdade em um futuro proximo.

Ensine-se o escravo a ler e escrever, faça-se elle conhecer como homem os seus direitos e os seus deveres para com a sociedade, e dê-se-lhe a liberdade, indemnizando os seus senhores.

Quanta gloria não teria o legislador que isto promovesse!

Muitos meios têm sido apontados, e dentre elles este nos parece bom:

Contrabalançar o interesse do senhor, taxando uma quantia razoavel para a desapropriação, e o interesse do escravo para elle entrar no gozo pleno dos seus direitos.

O escravo pode indemnizar a taxa que o Estado gastar com sua liberdade.

O futuro seria agradecido, e o presente se congratularia com aquelles que decretassem uma lei, cujo espirito fosse: "No Brasil não ha senhor, nem escravos. Os homens são livres e eguaes perante a lei".

Seriamos felizes, mesmo que, para chegar-se a este resultado, fosse necessario o Estado despender milhões.

Para desafrontar o pundonor e a honra nacional, despende-se milhões de contos, em uma guerra.



#### 4. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E SUA VITÓRIA

Conforme ficou dito em capítulo anterior, na segunda metade do século XIX e, portanto, nas últimas décadas do regime escravocrata, passa a estrutura social local por duas alterações de importância, pela influência que haveriam de ter, no âmbito local e regional, no evoluer dos movimentos abolicionista e republicano.

A primeira dessas alterações resulta do crescimento numérico dos descendentes dos patriarcas locais do século XVIII, em sua maioria empobrecidos, de geração em geração, pelo fracionamento dos bens territoriais, porém, que se esforçam por não perder posi-

---

Declare-se, pois, guerra a escravidão e gaste-se para sua extinção o que seria gasto em uma guerra.

Seria uma guerra digna dos tempos modernos, e dos sentimentos generosos dos brasileiros.

E a escravidão deixava de ser o cancro, roedor da reputação do brio dos brasileiros, para ser uma página negra do seu passado.

Quanto progresso, quanto bem nascia da lei que extinguisse completamente a escravidão.

Sumia-se o espantallo da emigração, e os colonos de todas as procedencias que viessem aqui habitar trariam o espirito do modernismo, como signal de morte a rotina.

O amor proprio, mal entendido dos brasileiros que preferem morrer a ser criados de servir, desapareceria, e o amor ao trabalho começava a desenvolver-se.

Não haveria mais razão do branco se julgar superior ao preto.

A escravidão é uma nodoa que enfela a historia de nossa patria, tisanando o caracter generoso dos brasileiros.

E nós somos obrigados a reconhecê-la, porque ella existe entre nós e com todos os seus senhores; mas a reconhecê-la unicamente de facto, por que de direito ella não existe.

O brasileiro escravo está sujeito ao castigo da maneira que mais apraz a seu senhor.

A pena que o Cod. impõe ao homem livre se transforma para o escravo na infamante e aviltante penna de açoites.

O escravo fugindo ao castigo do senhor, não se escapa do castigo na praça pública, imposto pelas leis do nosso paiz.

É selvagem e anti-social a penna de açoites, e infelizmente entre nós ella é legal.

Quasi não ha sessão de jury que não entre em julgamento um escravo e a penna imposta é quasi sempre commutada em açoites.

O legislador parece desconhecer a qualidade de homem nos escravos, para conhecer nelles a qualidade de coisa animada que se corrige por meio de castigo physico.

Para se sentir horror é bastante a lembrança que ha homens que sendo propriedade de outrem vivem sujeitos ao ignominioso bacalhau.

Como para diminuir a intensidade da dor de ser escravo, — não se lhe dá educação.

Como homem ignora o escravo os seus direitos, e ha de ignoral-os perpetuamente porque não sabe ler.

Vive como irracional domesticado e educado no genero de serviço que mais nos convem.

O escravo é uma machina e o senhor um machinista, com o azorrage o machinista imprime movimento na machina.

O animal cansa e a machina enferruja ou se estraga; o animal tem o descanso preciso, a machina se limpa da ferrugem ou se troca por outra quando está inteiramente



ção em relação aos parentes mais ricos, aos quais continuam ligados pela tradição de família, pela consciência e pelo orgulho de uma ancestralidade comum. Não obstante o poder de coesão destes laços de família, a diferenciação económica tende a substituir a solidariedade pela competição e pelo conflito. Com o tempo, à medida em que o desenvolvimento demográfico e a prosperidade económica possibilitaram o incremento urbano, ao lado dos grandes e médios proprietários de terras se formou um núcleo de profissionais urbanos que, pelo seu mais elevado nível de instrução e pela sua maior "sofisticação", ou tinham de ser integrados por aquêles em sua máquina política, numa transação satisfatória para ambas as partes, ou se insurgiam contra a sua liderança e se tornavam, êles próprios, elementos de oposição e agitação, capazes de arrastar, atrás de si, uma avalanche de descontentes.

A segunda alteração de importância resultou do afluxo de população de outros pontos da Província, provocado pelo surto do algodão herbáceo, em fins do terceiro quartel do século XIX. Êstes adventícios, alguns dos quais prosperam rapidamente, põem em risco o monopólio de prestígio, riqueza e poder do grupo dominante de mais longa tradição local e com êste entram, forçosamente, em competição; e, à medida em que encontram resistência à sua

---

estragada; e o escravo só descansa, só allivia a dor de seus callos e só inteiramente se estraga quando a Providencia o chama para si, quando está morto.

É esta a sina do escravo com rarissimas excepções.

O escravo, porem, as vezes intende que deve descansar, ou que deve fugir ao castigo, e então deserta da casa dos seus senhores.

Com a fuga do escravo, o senhor se encoleriza, o bacalhau fica de molho; e os moradores da vizinhança preparam-se para resistir ou afugentar ao escravo que vem roubar para ter com que se alimentar.

Si não acha o escravo fugido o que facilmente fure, mata para roubar.

Deste estado de cousas resulta ficar de um lado o escravo fugido que sendo apreendido e entregue ao senhor, será horivelmente maltratado, sinão morrer no castigo; de outro o senhor que com a fuga do escravo, está sendo prejudicado pela falta do trabalhador e que será inexoravel no castigo daquelle que deu mau exemplo, fugindo do trabalho, e que com sua ausencia prejudicou-lhe.

Qual a posição que se hade assumir entre o escravo fugido e o senhor?

Si tomar o partido do senhor concorrerá para o castigo do escravo, si não for para a sua morte.

Si tomar o partido do escravo fugido concorrerá para que não haja segurança de sua pessoa e de seus bens.

Deffícil posição: tomando o partido do senhor é cruel, é deshumano; porque tem certeza que o escravo que apprehender, será horivelmente maltratado; tomando o partido do escravo fugido ficará desassocegado vendo em perigo a sua pessoa e fortuna; porque o escravo para saciar a fome será capaz até de matar.

A unica sahida, que encontramos, é a extinção da escravidão.

As incoherencias e erros da lei de 28 de setembro devem ser resalvados por uma outra lei que declare — "No Brasil não ha escravos, nem ingenuos; todos os brasileiros são livres".



integração na estrutura existente, tornam-se, também, agentes de renovação.

Com efeito, os líderes tanto locais como regionais dos movimentos abolicionista e republicano saem, em sua maioria, do mesmo círculo de parentesco a que pertencem os elementos mais poderosos e conservadores da comunidade, prevalecendo, entre êles, de um modo quase absoluto, as ocupações urbanas — advogados, comerciantes, professôres, proprietários urbanos — adtuários de justiça, jornalistas, etc. — conforme se vê pelo quadro VI, que inclui informações sôbre a situação profissional de 50 abolicionistas que atuaram no Município, obtidas na imprensa local do século passado e em entrevistas com informantes selecionados entre os mais velhos moradores da cidade (1).

#### QUADRO VI

##### OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E CONDIÇÕES ECONÓMICAS SIMULTANEAS OU SUCESSIVAS DE 50 ABOLICIONISTAS DE ITAPETINGA, NO PERIODO PRÉ-ABOLIÇÃO.

Comerciantes .....	12
Professôres .....	10
Advogados formados .....	8
Advogados provisionados .....	7
Proprietários urbanos .....	6
Escrivães .....	5
Jornalistas .....	5
Agentes de correio .....	2
Fazendeiros	
grandes proprietários .....	2
pequenos proprietários .....	2
Funcionários municipais .....	2
Funcionários públicos (provinciais e gerais) .....	2
Médicos .....	2
Padres .....	2
Chacareiros .....	1
Corretores de imóveis .....	1
Doceiras .....	1
Farmacêuticos .....	1
Hoteleiros .....	1
Músicos .....	1
Prendas domésticas .....	1
Sitiantes .....	1
Ignorados .....	2

(1) O autor agradece, especialmente, a contribuição, a este respeito, dos venerandos senhores Antonio Galvão e Avelino Cesar. Os nomes dos 50 abolicionistas foram tirados de referências dos jornais da época a discursos e outras manifestações a favor da abolição e incluem desde aquêles que batalharam anos sucessivos em prol da causa até os aderentes dos primeiros meses de 1888, às vésperas da vitória total. São os seguintes os nomes assim colhidos: Alberto Antonio de Oliveira, Antonio Augusto da Fonseca, Antonio da Costa Pinto Coimbra, Antonio Galvão, Antonio G. P.



Por sua vez, alguns dos elementos adventícios em franca ascensão, inclusive alguns provenientes de municípios vizinhos que se desmembraram do de Itapetininga na segunda metade do século XIX, também se envolveram nos dois movimentos, saindo dêste grupo os principais líderes locais das primeiras décadas do regime republicano.

Esquemáticamente, pode-se dizer que, em geral, se enfileiram entre os que se opõem à abolição e à república, os elementos mais abastados e mais velhos das famílias tradicionais, enquanto que entre os abolicionistas e republicanos se destacam seus sobrinhos, primos e irmãos, mais pobres e mais moços, havendo, mesmo, casos de elementos jovens que, para se dedicarem às duas causas, desgostam aos próprios pais, irmãos e tios, quando não se incompatibilizam de todo com êles. Exemplo típico é o de Venâncio de Oliveira Aires, descendente de Salvador de Oliveira Leme e Domingos José Vieira, filho de um grande proprietário e sobrinho do homem mais rico do Município, ao seu tempo, tendo, pois, entre os próprios parentes mais próximos, fazendeiros que não simpatizavam com o ideal dos abolicionistas e republicanos.

Terminando o curso jurídico em São Paulo, em 1868, depois de freqüentar os bancos acadêmicos desta cidade e do Recife, dois anos mais tarde faz-se eleger deputado à assembléia provincial, como aliado do Partido Conservador, "para ultimar a obra por elle iniciada de emancipação dos seus conterraneos do jugo oppressor do liberalismo local" (2), cujo chefe era seu tio paterno, Paulino Ayres de Aguirre. Descobrindo que suas idéias não se conciliavam com as dos companheiros de bancada, declarou-se republicano e regressou à terra natal, para aí trabalhar pela abolição da escravidão e pelo advento do novo regime político.

nheiro Machado, Antonio Moreira da Silva, Antonio Pires, Antonio Paulino da Silveira Garcia, Alfredo Olegário dos Santos Terra, Artur Gomes, Ana Benvinda Martins, Belmiro do Amaral Castro, Benedito Brisola, Edmundo Trench, Eugênio Leonel Ferreira, Fernando Prestes de Albuquerque, Francisco de Assunção Albuquerque, Francisco Antonio Aires, Francisco José Mendes da Silva, Francisco de Paula e Oliveira Coutinho, Francisco Pereira Gomes, Gabriel Frankel, Gabriel Rodrigues de Oliveira, Galdino Fernandes do Nascimento, Gaspar de Barros Falcão, Honória Martins de Melo, Joaquim Fogaça de Almeida, Joaquim Leonel Ferreira, José Rolim de Oliveira Aires, José Leme Brisola, José Rolim Brisola, João Monteiro de Carvalho Junior, José Carlos Dias, José Roberto de Mello Franco, José Xavier de Toledo, João Soares do Amaral, João Evangelista de Oliveira, Laura Silveira, Manoel Cardoso, Manoel Afonso Pereira Chaves, Manoel Augusto Galvão, Mariano José de Oliveira Fróes, Mathias Klein, Plínio Uchoa Ferreira, Pedro Fonseca, Pedro Augusto de Azevedo Marques, Salvador Leme Brisola, Teófilo Martins de Mello, Venâncio de Oliveira Aires, Xisto Leme Brisola. Os principais propagandistas do movimento, no Município, foram o advogado Venâncio de Oliveira Aires, o padre Francisco de Assunção Albuquerque e o professor de primeiras letras e jornalista Pedro Augusto de Azevedo Marques.

(2) J. L. Almeida Nogueira, A Academia de São Paulo, Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas, São Paulo, Tipografia "A Editora". 1908, Quarta Série, páginas 249-51.



A formação profissional recebida, as idéias liberais que então fermentavam nos meios acadêmicos, a convivência com colegas de côr, tudo isto lhe mudara o destino. Nascido em 1841, era, portanto, menos de um lustro mais moço que Quintino Bocaiuva, que também cursou a Academia de São Paulo. Foi colega de turma de José Rubino de Oliveira, pardo, que mais tarde seria professor da Academia, e de Antonio Bento de Souza e Castro, branco que, posteriormente, se sobressairia como um dos mais ativos abolicionistas do país. Freqüentava os meios acadêmicos, ao tempo em que as poesias revolucionárias de Castro Alves sacudiam de emoção o espírito da juventude.

Tendo ido ao Recife, para lá fazer o segundo ano do curso jurídico, levou três escravos, que deveriam servi-lo e trabalharem para custear suas despesas. Dias depois da chegada, libertou-os publicamente, numa festa de estudantes (3).

No dia 17 de abril de 1873, dia de inauguração da Estrada de Ferro Ituana e véspera da Convenção de Itu, justamente à hora da solenidade, teria Venâncio Aires chegado, a cavalo, todo empoeirado, de lenço ao pescoço e pala às costas e, reconhecido por alguém dentre a multidão, aceitou a solicitação e proferiu, em discurso, um "tremendo libelo" contra a monarquia (4). No dia seguinte, juntamente com Salvador Leme Brisola, representava êle sua terra, na histórica reunião.

Em junho dêsse mesmo ano, ajudava Antonio Moreira da Silva a fundar o Municipio, a serviço da abolição e da república. Já por essa época, contava com um grupo de aguerridos companheiros, dentre os quais se destacava o referido jornalista, o vigário Francisco de Assunção Albuquerque, o médico João Evangelista de Oliveira, seu primo adotivo e casado com outra prima e Edmundo Trench, farmacêutico, natural do Norte do País, ex-estudante da Faculdade de Medicina da Bahia.

Como advogado, salienta-se Venâncio Aires entre os curadores de escravos, movimentando ações contra dois senhores, inclusive contra seus parentes próximos, tendo, só duma feita, processado os

(3) Jair Barth, Venâncio Aires, Cavaleiro do Ideal, discurso proferido no dia 12 de novembro de 1941, centésimo aniversário do nascimento do patrono do Clube "Venâncio Aires" e publicado em separata por esta sociedade.

(4) Jair Barth, c. c. É pouco provável que Venâncio tenha falado, no momento da inauguração, sabendo-se que, na praça da estação, após o presidente da Companhia Sorocabana e Ituana, o representante da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e o orador oficial, discursou o republicano Cândido Barata Ribeiro, cuja oração fez com que o presidente da Província desse por terminada a cerimônia. Durante o banquete que se seguiu, falou outro republicano, Martim Francisco, cujo discurso foi rebatido pelo orador oficial, Moraes Navarro. Cf. José Maria dos Santos, Os Republicanos Paulistas e a Abolição, São Paulo, Livraria Martins, 1942, p. 154-157.



proprietários de 14 cativos. Como parlamentar, como orador, como jornalista, como advogado e como cidadão, aproveita tôdas as oportunidades que se lhe deparam para agitar as idéias da abolição e da república.

Em outubro de 1873, promove o casamento de uma sua escrava, dá uma festa em sua honra, serve aos noivos por suas próprias mãos e declara liberta a nubente, numa "scena tocante e digna de nota", havendo discursos pelo vigário, Francisco de Assunção Albuquerque, pelo advogado José Rolim de Oliveira Aires e pelo jornalista Antonio Moreira da Silva (5).

Tal militância causava desgosto à maior parte de seus parentes próximos, o que contribuiu para sua partida, em 1874, para a Província do Rio Grande do Sul, onde se tornaria um dos mais populares propagandistas da abolição e da mudança do regime político (6).

Na madrugada de 25 para 26 de abril de 1875, atendendo a um apêlo do padre Francisco de Assunção Albuquerque, o povo

5) Assim descreveu a cena o Município de 19 de outubro de 1873:

"Acção louvavel — Antehontem á tarde, o dr. Venancio Ayres deo liberdade á sua escrava Joaquina, na occasião em que esta ia ligar-se em matrimonio com Francisco Alves de Oliveira.

Muitos cidadãos amigos e apreciadores das virtudes cívicas do dr. Venancio Ayres, testemunharam este acto digno de louvor e acompanharam os noivos até a casa do mesmo dr., onde foi servido um copo d'ágoa.

Admirou-se a dedicação do dr. Venancio Ayres, servindo aos noivos e mulheres, (que tomavam parte nesta festa), por suas próprias mãos, deixando entrever a grandiosa satisfação que experimentava, conferindo liberdade a uma escrava e ao mesmo tempo dando-lhe uma posição na ordem social.

Foi uma scena tocante e digna de nota.

Pronunciaram discursos a propósito, o revm. vigario Albuquerque, dr. Rollm e o proprietario deste jornal.

Parecia que após longo tempo de trevas, se despertava na manhan da liberdade, saudando o nivelamento do genero humano.

Foi realmente uma scena notavel e digna de ser imitada.

Mil parabens, pois, ao dr. Venâncio Ayres, que com tão nobre procedimento, prognostica o futuro não remoto da emancipação total da escravidão neste paiz".

(6) Um ancião que, em sua mocidade, trabalhou num empreendimento de que Venâncio Aires fôra um dos mentores, fala da desestima em que êste era tido, pelos elementos mais conservadores da comunidade, inclusive por parentes próximos seus. Por sua vez, um senhor de meia-idade conta ter ouvido, de seu pai e avô, referências a questões de terra entre parentes de Venâncio e elementos menos favorecidos da população, em que o mesmo, como advogado, se teria pôsto ao lado dêstes últimos, graciosamente. Segundo o mesmo entrevistado, seu avô, que devia aos préstimos profissionais de Venâncio o ter conservado uma chácara que fazia parte destas terras sob demanda, "venerava-o como a um ídolo", sentimento que, em geral, era compartilhado pela população desfavorecida do Município. Por sua vez, um sobrinho neto de Venâncio lembra-se de ter ouvido referências a desentendimentos entre êste e o irmão fazendeiro, avô do entrevistado. Com a ida de Venâncio para o Sul e, posteriormente, com sua glorificação, o ressentimento do irmão desvaneceu, sendo seus filhos e netos criados em ambiente de consagração àquele.



faz virem, ao pátio da matriz em reconstrução, "mais de cento e cinquenta" carros com o madeiramento necessário ao prosseguimento das obras, puxando-os "mais de mil bois", acontecimento que dá ensejo a uma festa que preenche os dois dias mencionados, com banda de música, fogos de artifício, bimbalar de sinos, cerimônias religiosas, flôres e ramos nas casas e nas ruas.

Depois de descarregada tôda a madeira, foi servido um jantar aos escravos. Por ocasião dos brindes, um escravo levantou-se e, empunhando um copo, assim saudou: "Uma saúde, meus senhores, à saúde de um amigo ausente! à saúde do nosso amigo dr. Venâncio Ayres!" (7).

Dos 50 abolicionistas locais arrolados, 15 eram advogados, dos quais 8 formados e 7 provisionados; 48 eram brancos e 2 mulatos, dos quais um teve posição de liderança tanto no movimento abolicionista como no republicano; 48 eram do sexo masculino e 2 do feminino.

A luta forense foi a primeira forma sistemática de combate à instituição escravagista, no âmbito local.

Não se devem confundir as ações de liberdade, isto é, os processos de reivindicação de liberdade, que correm, geralmente, contra a vontade do senhor e que se multiplicam rapidamente, após a primeira legislação que visa extinguir o tráfico, transformados pelos advogados abolicionistas em instrumento de agitação do ideal por que lutam, com as manumissões e doações tradicionais de liberdade, cuja ocorrência sempre acompanhou a instituição escravagista, por tôda a América Latina. As manumissões e doações de liberdade, quer para solenizar acontecimentos lisonjeiros, para o senhor e o seu círculo, quer para recompensar os escravos cujas atitudes mais correspondiam às expectativas de seus amos, não só não se inspiravam num plano de libertação coletiva e total, como, ao contrário, constituíam um artifício destinado a tornar o "statu quo" mais aceitável à própria massa dos cativos, o que não implica em negar tenham estas libertações individuais — que não deixavam de ser individuais, mesmo quando atingiam dois ou mais indivíduos, por vontade do senhor — contribuído para um considerável aumento da proporção de elementos livres, no conjunto da população (8). Não implica, mesmo, em negar que a frequência

(7) O Município de 28-4-1875 consagra uma longa descrição ao acontecimento.

(8) As libertações espontâneas, por gratidão ou por generosidade especial do senhor, sempre ocorreram, em Itapetininga, como, ao que se sabe, em outros pontos do País. Em capítulo anterior, foi mencionado o caso de uma escrava deixada a um viuvo por sua mulher, com a condição de que seria livre por morte do senhor. No



das manumissões e doações de liberdade constitua, ao lado dos dispositivos legais que protegem a personalidade do escravo, um indício da tendência do sistema escravocrata à liberdade (9).

Nas ações de liberdade, os abolicionistas, como curadores de escravos, aproveitam o ensêjo para agitar a opinião pública, pressionando diretamente os senhores com argumentos não apenas jurídicos como, também, de ordem moral, que lhes permitem transformar o movimento abolicionista numa "luta pela coerência dos mores", com o que este se beneficia duplamente, capitalizando, a seu favor, o poder de motivação dos mais incontroversos e mais tradicionais princípios éticos e, ao mesmo tempo, desmascarando os

---

testamento de Américo Aires do Amaral, assassinado em 1843, e que deixou 47 escravos, aparecem as seguintes disposições.

"Deixo no testamento, libertos os meus escravos João e sua mulher Ursula; Ambrosio, crioulo; Irineu, pardo, Martinho, pardo, outro Martinho pardo e ferreiro; Bento crioulo e sua mulher Ignez e todos os filhos deste casal que ao tempo de meu falecimento existirem, a José Cambinde e Antonio Manjolo viuvo.

Todos os mais meus escravos continuarão por minha morte a servir meu herdeiro por espaço de oito anos contados do dia do meu falecimento e findos elles ficarão totalmente livres, com a produção que tiverem; se já antes o meu herdeiro não os tiver libertado dos serviços que assim lhes deixo e que não excederá um só dia do dicto anno".

---

"Deixo a Irineo e a Ambrosio duas bestas mansas; ao Bento marido de Ignez uma besta e a Ignez duas vaccas; digo que as bestas são duas a cada um, a Irineo e Ambrosio".

---

"Recomendo ao meu testamenteiro para com estes escravos livres, tanto que dará nos fundos de minhas fazendas terras para os mesmos escravos libertos; tam somente isto peço a meu testamenteiro ficando esta mercê ao alvedrio de meu testamenteiro que não será obrigado a cumprir".

Durante o inventário, o escravo Martinho da Costa, contemplado com a liberdade no testamento, exibiu em mesa a quantia de cento e vinte mil réis, em que foram avaliados os serviços de sua mulher Maria, pelos oito anos em que tinha de ficar quartada, apresentando-a como depósito pela sua libertação o que foi aceito pelo juiz. (Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 13.

No testamento de Paulino Aires de Aguirre, que faleceu em 1871, deixando 62 escravos, aparecem as seguintes disposições:

".....Declaro..... Meus escravos Caetano e Ventura são libertos desde já, tanto de minha parte como de minha mulher, porque a muito tempo libertamos e vivem em nossa sombra; e por isso livres de avaliações; e essa liberdade concedemos pelos bons serviços que nos prestarão. Meu escravo Fiel ficará captivo somente athe a era de mil oito cento e noventa e cinco annos athe aquella dacta servirá minha mulher, e em falta a meu filho Bazilio, depois de cujo tempo gosará de toda a liberdade, e com a obrigação de respeitar meus filhos sem o que perderá a liberdade. Meu escravo Vicente ficará captivo athe a era de mil oito centos e cinco annos (sic) athe aquella dacta servirá minha mulher, e em falta a meu filho Paulino, e depois de cujo tempo gosará de toda a liberdade, e com obrigação de respeitar meus filhos sem o que perderá a liberdade". (Itapetininga, Cartório do 2.º Offício, Gaveta 33).

(9) Este ponto de vista é esposado, por exemplo, por Frank Tannenbaum, *Slave, and Citizen: The Negro in the Americas*, New York, Alfred A. Knopf, 1947.



senhores que, para conservarem seus privilégios de escravocratas, põem de lado todo o escrúpulo e, abertamente, burlam as leis que visam o abrandamento da combatida instituição.

Já em 1836, num processo em que a escrava Maria oferece como depósito a importância por que fôra avaliada em inventário, por falecimento de seu senhor, João Machado d'Albuquerque, o curador, João Baptista Xavier, declara a escravidão contrária a "todas as leys tanto Divinas como Humanas", considerando a liberdade como um "Direito Sagrado" e que somente "suffocando a libertação da razão e a voz da Natureza tem infelizmente (os homens) admitido o principio da Escravidão". Além de tudo, no caso de sua curatelada, acresce tratar-se de pessoa já velha, com mais de sessenta anos e inhabilitada para "prestar serviços valiosos" e que, oferecendo indenização, não prejudicará, portanto, os interesses dos herdeiros (10).

Mesmo quando o movimento abolicionista já atingia o seu clímax, as ações de liberdade continuavam a encontrar resistência por parte dos senhores, inclusive nos casos de escravos visivelmente enfraquecidos pela idade, pelo excesso de trabalho e pela enfermidade, embora tais condições tendessem, é claro, a diminuir o interesse dos amos em os manterem sob o seu domínio.

Em 1879, a preta Justina, escrava "que foi" de Antonio Nunes do Amaral, pede sua liberdade e apresenta 400.000 réis que "julga assás suficientes para a sua alforria, em vista de seu precário estado de saúde". O senhor não se conforma com o pedido e diz que a escrava "foi subtrahida" de sua fazenda e depois se apresentou com os mencionados 400.000 réis. Apresenta escritura, provando que a comprara por um conto de réis. O juiz defere o pedido de levantamento do depósito bem como o de que a escrava seja locada, durante o litígio, ordenando que se intime o depositário a fazê-lo à razão de 10.000 réis mensais, conforme fôra estipulado pelo senhor. A 30 de maio, há uma audiência, e o capitão José Leme Brisolla, advogado provisionado e curador da escrava, denuncia as seguintes irregularidades do processo: "A primeira irregularidade é que devendo a causa ser intentada pelo curador da libertanda o está sendo pelo senhor d'esta, rezultando dahi o inconveniente de converter-se em acção de escravidão aquillo que a lei chama acção de liberdade"; a segunda irregularidade é o senhor da escrava "estar exercendo funcções que lhe não competem, pois que sem ser advogado de auditorio está iniciando acção e assignando petições" quando, alega o curador, "ha neste foro cinco advogados" com exceção d'ele. O juiz suspende a louvação para resolver quanto às considerações do curador. O senhor da escrava contesta as alegações do

(10) Itapetininga, Cartório do 1.º Offício.



advogado e o juiz declara que "não procedem as nullidades arguidas". No entanto, consegue a escrava que sua avaliação seja feita nos 400.000 réis que propôs, sendo-lhe entregue a importância correspondente aos salários do período de locação (11).

Se, de um lado, as inaptidões do escravo que pleiteia alforria são sistematicamente mencionadas, em seu nome, pelo curador (12), na esperança de diminuir a oposição a êsse intento, de outro, também as aptidões são especificadas pelo senhor ou por seu advogado, para justificar a relutância em abrir mão do domínio sobre determinado cativo, pelo menos ao preço por êste oferecido. Assim, o próprio pai do abolicionista e republicano Venâncio Aires, dois anos antes da morte dêste, tendo um seu escravo oferecido pecúlio a fim de alforriar-se, declarou ser a importância apresentada "por demais insuficiente para esse fim por que o mmo. escravo goza boa saúde, é official de pedreiro, tem muita aptidão e presta-se para todo e qualquer serviço, tem apenas trinta annos de idade e ganha R\$. 48.000 por mes, pelo que torna-se incontestavel que vale quatro vezes mais do que a quantia que exhibio..." A quantia exi-

(11) No processo, encontra-se o seguinte atestado médico:

"Attesto que examinando a escrava Justina, de trinta annos e tantos de idade, mais ou menos, solteira, de cor preta, de constituição fraca e predisposta a tuberculose, encontrei, em diversas partes do corpo, cicatrizes das que foram de origem syphilitica, inflamação chronica do braço e paralysisa quazi completa do braço esquerdo, com perda da sensibilidade tactil dos dedos, atrophia dos musculos do ante-braço e falta de extensão dos dedos da mão correspondente, impossibilitando-a de serviço pesado — O que affirmo em fé do meu grau — Dr. José Antonio de Mello, Medico pela Faculdade de Medicina da Ba., Itapetininga, 4 de Maio de 1879".

(12) Em 1881, o advogado Manoel Affonso Pereira Chaves dirige uma petição ao juiz municipal, solicitando a liberdade em favor de Luiza, escrava de Possidonio Rolim Brisolla, a qual oferece para êste fim o seu pecúlio e pede lhe seja indicado um curador, que em seu nome requeira o que for conveniente, de acordo com as leis e regulamentos que "tornarão facil a liberdade da infeliz classe de captivos". Sendo êle próprio designado curador, alega que a libertanda, além de ter quase cinquenta annos de idade, é visivelmente doentia, "tanto que, sendo casada, não tem tido filhos", e solicita sejam nomeados "habilitados" para lhe procederem a um exame médico, a fim de poder ser dado o seu justo valor, o qual "não pode ser o da tabella".

Ainda em 1881, o curador Alberto de Andrade, em nome do escravo Matheus, de Antonio Garcia, apresenta o pecúlio de cem mil réis, que julga ser bastante para a sua libertação, visto ser maior de setenta annos, além de doentio e defeituoso de uma das mãos e uma das pernas.

O excepcional devotamento ao senhor, especialmente quando atacado êste de doença contagiosa, também pode ser invocado pelo escravo que pede alforria. Assim, no mesmo anno de 1881, Pedro Augusto de Azevedo Marques requer, em nome de Antonio, escravo do falecido Joaquim Amaro Nogueira, um "mandado de manutenção de liberdade", alegando ter pertencido êle a um morfético, de quem foi enfermeiro durante muito tempo, lavando-lhe "as pústulas repugnantes, curando-as", até pouco antes de sua morte, quando a senhora o mandou ganhar jornal, enquanto ella o substituiu naquelles cuidados. Falecendo seu senhor, o supplicante "tem vivido em completo abandono", tal é a certeza dos herdeiros quanto ao seu direito à liberdade. (Itapetininga, Cartório do 1.º Officio).



bida pelo escravo foi a de 450\$000, e o senhor, provando ter sido o mesmo avaliado, por ocasião do inventário de sua mulher, poucos meses antes, em 2:000\$000, alega não poder o cativo requerer arbitrariamente de seu valor, por não oferecer dinheiro ou título de pecúlio cuja soma equivalha ao seu preço razoável e não caber arbitrariamente quando já exista avaliação em autos judiciais, e declara, mais, que não se opõe à sua liberdade, uma vez que o indenize de seu valor razoável.

Como procurador do senhor, atua seu parente Antonio Rolim de Oliveira Aires, enquanto figura, como curador do escravo, Leovigildo de Mendonça Uchoa, que alega ser o libertando "muito doentio", o que prova com um atestado do dr. Francisco de Sales Gomes, datado de Tatuí, 31 de julho do ano de 1883. Declara o facultativo sofrer o escravo de fratura na perna esquerda, na união do terço inferior com o terço superior da tibia, abrindo-se, em certos períodos, fístulas na região correspondente, por se ter complicado a fragmentação óssea. Sofre, ainda, de "palpitações cardíacas, o que lhe traz perturbações na circulação geral".

São nomeados, pelo juiz, dois avaliadores, dos quais um é fazendeiro, proprietário de algumas dezenas de escravos, conhecido por suas atitudes conservadoras e, o outro, um comerciante dedicado às causas da abolição e da república, concluindo ambos por fixarem o valor do escravo em 1:100\$000, portanto, mais da metade do preço exigido pelo senhor e quase duas vezes e meia a quantia oferecida pelo libertando. A esta altura, aparece o senhor com um requerimento, pedindo que se interrompa o processo, pois ele e o escravo haviam chegado a um acôrdo, pelo preço de 800\$000, isto é, por menos do dôbro do que oferecera o cativo e menos da metade do que exigira, a princípio, a outra parte (13).

Além de intervirem nas acções de liberdade por compra, como curadores de escravos, também se esforçam os advogados por obterem alforria para os indivíduos mantidos em escravidão em flagrante desrespeito a leis (14) como a da abolição do tráfico e outras (15)

(13) Itapetininga, Cartório do 1.º Ofício, Gaveta 23.

As propostas e contrapropostas de preços, por parte do escravo e do senhor são típicas de tais dissídios, a partir da legislação do terceiro quartel do século XIX.

(14) Os advogados e os elementos encarregados dos trabalhos de classificação e avaliação de escravos dispunham do Guia Prático para os Trabalhos da Junta Classificadora, de Rodrigues Coelho, publicado pela Livraria Garnier, bem como da Lei do Elemento Servil, anotada por J. A. de Azevedo Castro. Segundo palavras do Município de 26 de agosto de 1873, ambas essas obras eram "necessárias a todos e principalmente aos lidadores do foro". Outro trabalho, também freqüentemente consultado, como se vê pelas citações dos advogados, é o de Perdigão Malheiros.

(15) Em 1877, José Leme Brisola, como curador, pede a liberdade para a menor Virginia "que no inventario feito por fallecimento de D. Maria Balbina de Sousa, viuva de Manoel Quaresma de Sousa, foi..... avaliada como escrava e pertencente à be-



ou contrariando promessas ou disposições testamentárias dos senhores (16).

Com o aparecimento da imprensa local, em 1873, abre-se nova frente de luta contra a instituição escravagista, servindo o jornal de

rança inventarianda sendo que a mesma supplicante, por ser filha de uma estado livre, tem direito a sua liberdade".

Em 1881, Manoel Affonso Pereira Chaves assina uma petição por Maria Rosa da Conceição, "de nação Mina, importada depois da lei de 7 de Novembro de 1831, até há pouco conservada ilegalmente em estado de escravidão" e cujos filhos estão "ainda como captivos" e "porque não possa convir que seus ditos filhos conservem-se em estado de captivos, quando, tendo nascido de ventre livre como se pode provar, livres devem ser declarados..."

Em 1883, o curador Arthur Monteiro de Carvalho requer a liberdade para João africano, de cinquenta e um anos de idade, que tendo sido importado para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, desde essa época se achava reduzido à escravidão, em poder de Dona Leocádia Maria de Jesus.

Ainda no mesmo ano, assina esse advogado uma petição, reivindicando a liberdade para a africana Júlia, seus filhos Marcolino, Luiza e Serafim e neto Eugênio, pois que a primeira desde tenra idade e os quatro últimos desde o nascimento se acham sob o cativo, em poder de José Carneiro da Silva Lobo e, no momento, no de sua viuva, Dona Maria Benedita de Oliveira Carneiro.

Em 1884, Manoel Affonso Pereira Chaves pede liberdade para os curatelados Elias e Maria, escravos de Bento Corrêa, alegando serem os mesmos filhos da africana Maria, importada para o Brasil posteriormente à promulgação da lei de 7 de novembro de 1831.

No mesmo ano, o curador Pedro Leme Brisola, depois substituído, no processo, por Manoel Cardoso, requer a liberdade para o crioulo Sebastião, de condição livre, por ser filho da africana Felicidade, importada para o Brasil posteriormente à citada lei.

Ainda nesse ano, Alberto Gonçalves Pereira de Andrade se dirige ao juiz, em nome de João de Deus, em ação de liberdade, prometendo provar ser o curatelado natural da África, de nação mina, tendo sido desembarcado, na cidade da Bahia, aos quinze para dezesseis anos de idade, no ano de 1847, de um palhabote contrabandista, pertencente a Joaquim Machado, português, que exercia na ocasião o cargo de cônsul espanhol na mesma cidade, onde foi vendido ao capitão Clementino Alves, residente na Freguezia da Chapada dos Lençóis, dêste passando, também por venda, a Joaquim Moreira Paes, negociante de tropas e residente na cidade de Sorocaba, o qual o trouxe por terra para a mesma cidade. Chegando a Sorocaba, foi vendido a Antonio de Souza Moraes, que o ensinou a falar a língua portuguesa, vendendo-o, em seguida, a Silverio da Rosa, que o deixou em herança a Antonio Mendes da Rosa, morador no termo de Itapetininga e que finalmente o vendeu ao atual senhor, capitão Tobias Rodrigues d'Arruda. O curatelado tem, pois, direito à liberdade, por ter sido importado após a proibição do tráfico.

No mesmo ano, Francisco Rolim assina uma petição, reivindicando a liberdade para a escrava Francisca, de Dona Francisca Aires do Amaral, alegando ter sido a mãe da cativa trazida para o Brasil depois de promulgada a lei que abolia o tráfico.

Em 1885, em nome de João e Antonio, "pertencentes" a Dona Bernardina Carolina de Oliveira, José da Fonte requer ao juiz municipal um "mandado de manutenção de liberdade com intimação de sua pretensa Senhora". — Documentos em Itapetininga, Cartório do 1.º Offício.

(16) Assim, em 1876, Francisco Martins da Silva faz uma petição, por Salvador Ferreira de Almeida, que fora escravo do capitão Antonio Ferreira de Moura, reivindicando a liberdade para sua mulher Maria e seu irmão Calisto, deixados com cartas de alforria concedidas livre e espontaneamente por Dona Maria Ferreira d'Almeida e que, no entanto, na partilha dos bens da falecida, foram entregues a seus herdeiros.

Mesmo nas ações de liberdade por compra, chegam os senhores a usar ardis, com o fim de retardar o andamento do processo. É o caso, por exemplo, da escrava Cata-



meio para se apontarem as mais flagrantes injustiças que se cometem contra os escravos <sup>(17)</sup> e, ao mesmo tempo, de incentivo aos atos de "generosidade" dos senhores e às atitudes de todos quantos se declarem contrários ao regime de trabalho servil.

Se, com o aparecimento dos primeiros abolicionistas, todo o ato de manumissão ou tóda a declaração de liberdade, que chegue ao seu conhecimento, assume um sentido diferente do tradicional, por apontar na direção do plano de libertação geral que sustentam, com o lançamento do primeiro jornal a serviço da causa, amplia-se extraordinariamente êste poder de infundir um novo significado a práticas tradicionais que, assim, se põem a serviço do futuro.

Acolhe a imprensa com aplausos, desde os gestos mais espetaculares dos próprios abolicionistas, como o da libertação, por um grupo dêles, em 3 de setembro de 1873, de um escravo menor de idade, a quem o senhor fizera recitar poesias e discursos, num circo, durante um dos intervalos de uma exibição de acrobatas amadores, entregando-o, em seguida, aos cuidados da loja maçônica local <sup>(18)</sup>,

---

rina, de Francisco de Paula Dias, de quem é curador, em 1874, Venâncio de Oliveira Aires. No dia em que êste ia entregar a petição, solicitando o arbitramento para a liberdade da escrava, um filho do senhor pediu-lhe o documento, a fim de o mostrar ao pai, para verificar se era possível chegarem a um acôrdo amigável. Não lhe sendo mais devolvido o requerimento, tem o advogado de solicitar sejam novamente nomeados curador e depositário para a escrava. — Documentos em Itapetininga, Cartório do 1.º Ofício.

(17) Assim, em 1881, O Sul de S. Paulo, sob o título "Não se comenta", diz estar informado de que Firmino, apesar de ser livre, se acha sob o jugo do cativo, em poder de Maria dos Santos, viuva de Clemente Branco de Abreu, residente no Município. Termina o jornal: "Convem que os poderes competentes olhem para este pobre homem, conseguindo-lhe o que lhe pertence — a liberdade".

(18) A notícia vem assim redigida, no Município de 10 de setembro de 1873: "Emancipação — Em a noite de 3 de setembro no circo onde trabalhavam os amadores da gymnastica, foi pelos srs. Gabriel Rodrigues, vigário Albuquerque, Antonio Pires, Gabriel Frankel, Coimbra e outros, libertado um escravo menor de idade do sr. Elias Ayres do Amaral.

Teve a ideia, segundo fomos informados, o sr. Gabriel Rodrigues que sendo abraçada pelos cidadãos referidos foi imediatamente transformada em realidade.

Deu motivo o seguinte facto:

A creança tem 5 annos de idade, mais ou menos, e guardou de memoria discursos e versos que lhe ensinaram.

No circo, em um dos intervalos, mandado por seu senhor — recitou.

Não sabia seu senhor, não comprehendia o escravo, o que foi ensinado para fazer rir, o que foi aprendido sem consciencia era o poder que arrancava da escravidão.

E foi. As palavras que cahiram dos labios do escravo produziram o entusiasmo e neste estado o homem é sempre grande, nobre e generoso.

E em menos de um minuto a indemnisação ao senhor estava feita e mais um homem entregue á sociedade.

Não demorou muito para que a Loj.: Firmesa, que a essa hora trabalhava, fosse surpreendida com o que segue-se:

Ao ser concedida a liberdade á creança os libertadores tiveram a lembrança de offerter aquelle filho da generosidade, aos amigos da caridade.



até os gestos puramente simbólicos dos senhores que declaravam livres um ou mais de seus escravos, com a condição de continuarem a servi-los enquanto êles, senhores, ainda vivessem (19).

Sai em 15 de junho de 1873, o número 1 do Município, o primeiro jornal local, tendo como um dos seus mentores Venâncio de Oliveira Aires e, como diretor e principal redator, Antonio Moreira

Tiveram a idéia, — n'aquella noite de inspiração nobre, e realisaram.

O liberto acompanhado de grande numero de espectadores, seguido pela musica Sete de Setembro, chegou a Loj.: Firmesa.

O que all se passou — não se descreve, sente-se.

O sr. Gabriel Rodrigues mais ou menos disse:

A esta sociedade, que trabalha pela felicidade do genero humano, viemos trazer um presente, é esta criança que arrancamos da escravidão e que precisa para ser feliz de educação, educai-a.

Acceitai-a, é digna de nós e de vós.

O veneravel da Loj.: em nome de offic.: accitou a oferta, pronunciando uma allocução analoga ao acto.

Os srs. Edmundo Trench e outros e o proprietario deste jornal ainda fallaram, exprimindo todos o contentamento e alegria de officina.

Foi uma verdadeira festa; e festa de liberdade".

(19) No dia 6 de julho de 1873, portanto, menos de um mês após o aparecimento de seu primeiro número, publicou o Município:

"Tatuhy — Dessa localidade comunicam-nos que no dia 28 do mes p. p. o sr. capitão Jonas Fabricio Pinto de Mello, por occasião de iniciar-se na resp.: loj.: mac.: Caridade dera liberdade a seu escravo, creoulo de nome Joaquim, mil louvores ao sr. capitão Jonas por esse acto de philantropia".

No dia 30 de novembro do mesmo ano, o Município registrou:

"Manumissão — A sra. d. Esperança Maria Vieira de Jesus deu carta de liberdade no dia 26 a seus escravos Theotonia, Pedro, Maria, Zeferina e Veronica com a condição de a servirem durante sua vida.

Actos destes registramos com prazer".

No dia 12 de junho de 1874, o Município publicou:

"Paranapanema — As almas grandes não se fazem esperar nas nobres ações.

Exemplo:

Entre os mais bens que possuímos livres e desembargados, possuímos uma crioulinha mulata, nascida hoje de nossa escrava Prudencia, solteira, cuja crioulinha em virtude da lei de emancipação e regulamento da mesma, é livre, e como tal vai ser baptisada com o nome de Maria; mas estando ella sujeita ao nosso serviço até vinte e um annos, em virtude da mesma lei, nós, por esta desprezamos este serviço, ficando ella desde já livre deste onus podendo gosar de sua liberdade desde que esteja no uso da razão não tendo nós direito algum sobre dita crioulinha. E por ser isto de nossa livre e espontanea vontade, passamos a presente carta de liberdade que val por nós assignada.

Capão Bonito, 6 de fevereiro de 1872.

Frederico Martins Araujo

Amalia de Oliveira Lima.

Actos destes contam-se e não se comentam.

Itapet. Junho de 1874".

Em 18 de junho de 1881, O Sul de S. Paulo apresentou a seguinte noticia:

"Liberdade. — Os srs. tenente Manoel José (?) dos Santos Oliveira, João David Muel, Manoel Rodrigues Galvão, José Benedicto Galvão e Salvador Benedicto Galvão,



da Silva, outro abolicionista e republicano dos que mais se destacam, pela militância, na região.

Já em julho do mesmo ano, o jornal publica o edital do presidente da Câmara Municipal convocando uma reunião da junta de classificação dos escravos a serem libertados pelo fundo de emancipação. No dia 30 de setembro, deveria expirar o prazo para a matrícula dos escravos, ficando automaticamente livres os que não fô-

---

herdeiros da finada d. Anna Rodrigues Galvão, hontem passarão carta de liberdade á escrava Gertrudes, desistindo á favor da mesma do que lhes tocar em inventario.

Como abolicionistas applaudimos este rasgo de generosidade e apertamos a mão desses distinctos moços denodados campeões da liberdade” .

No dia 18 de setembro do mesmo ano, este mesmo jornal publicou:

“Liberdade — Temos a registrar nas colunas de nosso humilde jornal mais um acto de verdadeira philantropia, praticado pelo sr. Ignacio Leite Prado, residente na freguesia do Espirito Santo da Boa Vista.

Concedeu este philantropo cidadão liberdade á uma sua escrava, sob a condição de prestar-lhe serviços durante sua vida e a de sua esposa.

Actos desta natureza não se commentam, apenas registram-se para exemplo. Parabens”.

Em 1887, as libertações ocorrem num fluxo ininterrupto. No dia 4 de setembro, publica O Itapetininga:

Liberdade — A Exma. D. Anna Joaquina dos Prazeres concedeu liberdade plena a sua escrava Miquelina. S. Exc. é digna dos maiores encomios por este acto de apurada philantropia. Sublime exemplo, que, praza aos Céus, seja imitado por tantos adeptos de tão adeantada idéa, mas que, infelizmente, não se animam a dar o golpe decisivo!”

No dia 2 de outubro, o jornal publica:

Liberdade — Os herdeiros da finada d. Maria da Anunciação concederam liberdade incondicional ao escravo de nome Vicente, visto reconhecerem que a mãe deste escravo foi importada depois da lei de 7 de novembro de 1831.

Oxalá que outras pessoas que conservam escravos em identicas circumstancias, imitem tão bonito exemplo”.

No dia 23 do mesmo mês, vem outra notícia:

“Liberdade — D. Escholastica Dina da Silva concedeu liberdade incondicional á sua escrava de nome Josepha, recompensando por esse modo os bons serviços que lhe prestou.

Actos de generosidade, como este, sempre registramos com immensa satisfação”.

No dia 20 de novembro, apareceu:

“Liberdade — O sr. José Joaquim de Oliveira Prestes concedeu liberdade incondicional á seu escravo Nicolao de 19 annos de idade.

Muito bem!”

No dia 11 de dezembro, publicava O Itapetininga:

“Mais liberdades — O capm. Tobias Rodrigues de Arruda concedeu liberdade a todos os seus escravos em numero de 12, com a condição de prestação de serviço por 3 annos; o sr. José Mariano Mendes de Moraes, a 3 por 1, 2 e 3 annos, e o sr. Delfino de Medeiros á 6 sem condição alguma.

Muito bem!”

No mesmo número vinha outra notícia:

“Liberdades: — O sr. Capitão Possidonio Rolim Brisolla concedeu mediante a quantia de 150\$000, liberdade a sua escrava de nome Luzia, e ao escravo Theodoro, mediante



sem dados à matrícula. Nêste sentido, publica o Municipio, em agôsto, um edital do coletor José Leonel Ferreira; porém, o prazo para a matrícula acaba sendo dilatado para 31 de janeiro de 1874.

Expirado o prazo, começam logo a chegar ao jornal denúncias de sonegações à matrícula, com o prosseguimento ilegal do cativo (20).

a prestação de serviços por um anno e d. Miquelina Maria da Conceição a um escravo até o dia 6 de Agosto de 1888 e mais trez até 25 de Dezembro de 1890".

No dia 18, o jornal tornava a publicar:

"Liberdades — Com prazer registramos as seguintes liberdades, concedidas durante a semana que hoje finda: sr. Joaquim Polcarpo Ferreira a um escravo sem condição alguma; sr. Joaquim de Carvalho Bastos a 4, sendo um sem condição alguma e a 3 até 31 de dezembro de 1890; D. Maria Marques Vieira a 5, Tenente Mathias Klein a 2, dr. José Antonio Moreira Dias Junior a 1, sr. Antonio Manoel de Oliveira a 1 e sr. Antonio Mendes da Rosa a 1, todos com a condição de prestação de serviços até 31 de Dezembro de 1890".

No dia 25 de dezembro, publica O Itapetininga:

"Liberdades — Durante a semana que findou hontem deram-se as seguintes: Pelo dr. José Rolim de Oliveira Ayres, a 5 escravos sendo 1 com indemnisação de 100\$000, e 4 com a condição de prestação de serviços por 2 annos.

Pelo sr. Procopio de Almeida Leme, a 1 com a condição de prestação de serviços até 31 de Dezembro de 1890.

Pelo sr. Bernardino José da Silva, a 1 com a indemnisação de 120\$000".

No dia 8 de abril de 1888, portanto, no mês anterior ao da abolição geral, O Itapetininga publicou a seguinte relação de novas liberdades concedidas:

"Foram concedidas mais as seguintes: D. Maria Benedicta de Oliveira Carneiro, a 1; Theophilo Benedicto de Oliveira a 2; Constantino Vicente Machado a 1; Antonio Roberto dos Santos a 1; Francisco Carneiro de Oliveira Lobo a 5; Te. Cel. José Pedro Strasburg a 1; D. Maria Manoela e irmão a 1; todos incondicionalmente. Te. José Rolim Brisolla a 1, até 31 de Dezembro de 89; Alfredo Domingos Soares da Rosa, a 2, até 31 de Dezembro do corrente anno; Constantino Vicente Machado a 1 com prestação de serviços por um anno".

(20) Já a 17 de maio de 1874, O Municipio publica a seguinte denúncia:

"Sr. Redator do Municipio. Não tendo sido dado á matrícula um preto, cujo nome ignoro, pertencente aos herdeiros do finado Salvador Lopes de Moraes, e estando por este facto legalmente liberto, imploramos o auxilio da autoridade competente em favor deste desgraçado que, não obstante estar liberto, geme sob os ferros da escravidão.

O Vigilante".

Em 10 de outubro do mesmo anno, o jornal publicava acharem-se em depósito, enquanto corria o respectivo processo de ação de liberdade, Benedicta e seus filhos, Benedito, Joaquina e Eliseu, ex-escravos de João Vaz dos Santos, que não os dera à matrícula.

A relutância à matrícula tanto ocorria em se tratando de escravos como de ingênuos. No dia 30 de setembro de 1873, o Municipio noticiou ter sido multado em 100\$000, por não dar à matrícula uma menor liberta, no prazo da lei, Seraphim Ferreira dos Santos, constando ter êste recorrido ao presidente da Província. No dia 11 de novembro, o mesmo jornal noticiou ter sido multado, também em 100\$000, o vigário Jesuino Ferreira Prestes, porque, como inventariante de Dona Gertrudes Maria de Almeida, não dera à matrícula, em tempo hábil, aos menores livres, filhos de uma escrava da finada, constando, também nêste caso, haver o padre recorrido da multa imposta pelo coletor das rendas gerais ao presidente da Província.



No dia 19 de dezembro de 1880, O Sul de S. Paulo noticiou que a 27 do mesmo mês se reuniriam as Juntas de Classificação de Escravos dos municípios de Itapetininga, Paranapanema, Faxina, Botucatu, Lençóis, Rio Verde e Sarapuí. No dia 30 de janeiro de 1881, noticiou que haviam sido classificados 11 escravos do Município, no caso de gozarem dos favores da lei de 28 de setembro de 1871.

No dia 15 de outubro de 1881, o juiz de órfãos em exercício, Tenente Tobias Rodrigues de Arruda, lançou um edital, publicado em O Sul de S. Paulo do dia seguinte, para uma audiência a se realizar no dia 22, quando seriam entregues cartas de liberdade a vários escravos, emancipados pelo "fundo de emancipação" (21), a ela devendo comparecer os senhores Domiciano Joaquim Arantes de Noronha, Inácio José da Rosa, José Alves Pereira, Manoel Teodoro de Camargo e Souza, d. Leocádia Maria de Jesus, Urias Emídio Nogueira de Barros, Antonio Leonel Ferreira, João Lopes de Moraes e Manoel Lopes de Macedo, com os respectivos libertandos.

No dia 23, o mesmo jornal noticiou terem sido entregues, na véspera, durante a audiência anunciada, seis cartas de liberdade, aos escravos Estanislau, do capitão Antonio Leonel Ferreira, Pedro, de João Lopes de Moraes, Antonio, de Manoel Lopes de Macedo, Claudina, do capitão Inácio José da Rosa, Brandina, do capitão Manoel Teodoro de Camargo e Souza, e Rita, de d. Leocádia Maria de Jesus, deixando de serem entregues as de Geralda, de Domiciano Joaquim Arantes de Noronha, Delfina, de José Alves Pereira, e Faustino, pertencente à herança de Urias Emídio Nogueira de Barros, por não terem os senhores enviado à audiência os libertandos.

Acrescentou o jornal que, depois de entregues as cartas, produziu o promotor da Comarca "um lindissimo improviso", sendo aplaudido pelos circunstantes, tendo sido o ato "abrilhantado" pela "popular banda de musica — Aurora", que tocou "escolhidas peças musicas".

As mínimas vitórias e as mínimas investidas dos abolicionistas são, assim, recebidas entre aplausos e manifestações festivas, o que revela o ambiente, geralmente favorável, em que o movimento se desenvolve. No entanto, os próprios abolicionistas e republicanos

(21) No dia 9 de outubro de 1881, O Sul de S. Paulo publicou, a respeito do "Fundo de Emancipação":

"Foi pelo ministerio da agricultura em data de 28 do passado mez, ordenada a terceira distribuição da quota destinada para libertação de escravos por este fundo. Coube á nossa provincia a quantia de 277:858\$588 rs.

Merece todo o elogio o procedimento do sr. ministro da agricultura em querer promover com afincos o cumprimento da lei á respeito de distribuição da quota destinada para um fim santo como é o de restituir a liberdade a esses infelizes que gemem sob o jugo do captivo".



vão de extremo a extremo, quanto ao ardor e à coerência com que se empenham pela extinção do regime escravocrata. Num extremo, estão elementos como Venâncio de Oliveira Aires e o padre Francisco de Assunção Albuquerque, que sempre exigem uma atuação pronta e radical; e no outro — para onde propende a maioria — os simpatizantes menos ativos, que aplaudirão as medidas legislativas que conduzirem à abolição, porém, que não se mostram ávidos pela sua rápida e imediata efetuação. Sua inclinação em prol das duas causas — a da abolição do trabalho servil e a da proclamação da república — é contrabalançada pelo receio de consequências imediatas e desastrosas para a “economia nacional”, que, certamente, advirão, se não forem adotadas medidas de proteção aos “direitos adquiridos” da “classe produtora”, isto é, dos fazendeiros ou senhores de escravos.

Já em 1873, o Município considera digno de recomendação “pela prudência com que encara a questão mais importante que ainda pende de decisão, o que prova que o partido republicano já não vê impossibilidade de solvel-a”, o manifesto apresentado numa reunião de republicanos da Província de São Paulo, sobre o problema da abolição e no qual se declarava que, se esta tivesse de ocorrer em pleno regime republicano, cada província “realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre” e “em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a prosperidade de facto com o princípio de liberdade, a reforma se fará tendo por base a indemnização e o resgate” (22). Tal manifesto, como se sabe, provocou a oposição irritada e eloqüente do negro abolicionista e republicano Luiz Gama, ao mesmo tempo em que outro elemento de côr, Francisco Glicério, adotava um jôgo dúbio, tentando conciliar os ânimos em antagonismo (23).

(22) A reunião teriam comparecido 26 representantes, segundo notícia do Município de 15 de julho de 1873. Fôra convocada como congresso, porém, em vista do pequeno número de participantes, decidiu-se proceder a nova convocação, para mais tarde, ficando constituída uma comissão permanente organizadora, integrada por João Tibiriçá, Américo de Campos, João Tobias, Campos Sales, Antonio Augusto da Fonseca, Martinho Prado Junior e Américo Brasiliense.

(23) A reunião teve lugar no dia 2 de julho, tendo comparecido, segundo José Maria dos Santos, 27 congressistas, dos quais 9 eram fazendeiros, 12 advogados, 2 jornalistas, 1 comerciante, 1 engenheiro, 1 capitalista e 1 de profissão não indicada. Cf. José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, São Paulo, Livraria Martins, 1942. À página 148, nota 1, vem a lista dos participantes da reunião, mais os representantes de Sorocaba e Paraituna, que não compareceram, e as respectivas profissões. À página anterior, a discriminação dos presentes, segundo as profissões, excede de 1 ao total mencionado, de 27.

Até as vésperas da abolição, interessados em atrair para as fileiras partidárias os elementos economicamente mais poderosos da Província, que são os fazendeiros, pro-



Em 23 de outubro de 1874, condenando a maneira violenta por que uma escolta tratara um grupo de escravos fugidos, fala o redator do Município sobre os "muitos meios" que têm sido apontados, para a abolição do regime de trabalho servil e sugere como "bom" o plano que visa "contrabalançar o interesse do senhor, taxando uma quantia razoavel para a desapropriação, e o interesse do escravo para elle entrar no gozo pleno dos seus direitos", podendo, ainda, o escravo "indemnizar a taxa que o Estado gastar com sua liberdade".

Em 12 de dezembro de 1880, O Sul de S. Paulo transcreve um artigo da Gazeta de Noticias, opondo, à "idéia de emancipação brusca" um plano de emancipação progressiva, com indenização aos senhores, e segundo o qual os escravos seriam libertados de acôrdo com o critério da produtividade, passando por uma fase de trabalho remunerado a serviço dos mesmos senhores, o que seria de vantagem para o país, para os proprietários rurais e para os próprios escravos, pois que, não deslocando os trabalhadores rurais, não enfraqueceria as fontes de receita do primeiro e, compensando-os com a indenização, não desfalcaria o dinheiro dos segundos e porque os últimos passariam "a ter amor ao trabalho que é a sua nobilitação". Haverá, ainda, a vantagem "de fazer com que logo se estabeleça o confronto entre o trabalho remunerado e o trabalho imposto", sendo que "ninguem tem mais directo interesse na emancipação que o actual proprietario agricola; hoje o trabalhador é um inimigo; com o trabalho remunerado será um auxiliar intelligente, dedicado, convencido e interessado". Assim, "é pelo menos tão urgente libertar a lavoura do escravo que a atraza, como libertar o escravo do trabalho imposto que o degrada".

Justifica o jornal o ligar sempre ao problema da emancipação o do trabalho, "porque só a solução harmonica e simultanea dos dois problemas pode consultar tanto os interesses dos escravos, como os dos proprietarios, e principalmente os grandes interesses do país".

Contra a libertação brusca, alega que "libertar de chofre um milhão e meio de homens não educados é abrir-lhes as portas para a desforra de todas as violencias soffridas; é expor á vingança os que os tem maltratado e de envolta com estes os inocentes; é expor

---

curam os chamados republicanos "agrários" do Partido Republicano Paulista freiar o ímpeto abolicionista de seus companheiros mais radicais. Assim, em 10 de julho de 1884, "alarmado com as atividades abolicionistas de Bernardino de Campos no Amparo", Francisco Glicério lhe envia uma carta, concitando-o a manter reserva quanto à questão servil, dando como exemplo que elle e seus companheiros de Campinas, que tinham por profissão a advocacia, "nenhum individualmente, aceita, nem causas de liberdade, nem mesmo intervenção amigável, nem papel de louvados, coisa alguma em fim que nos possa responsabilizar por factos, actos e idéias abolicionistas ou anti-abolicionistas, que a maledicencia dos nossos adversarios explora contra nós". Cf. José Maria do Santos, o. c., página 152, nota 1.



os próprios libertos ás consequências perniciosas de sua ignorancia e da repugnancia que lhes inspira o trabalho que até aqui lhes tem sido imposto".

Concorda com os escravocratas no alegarem que "é por pena dos escravos que não querem libertal-os", porque, "realmente, seria fazer-lhes mal passal-os bruscamente do duro regimen a que estão sujeitos á plena liberdade, sem se lhes ter preparado o criterio para gozal-o". Caminhando, assim, provàvelmente, para o mal, prejudicando-se a si próprios e à sociedade, os libertos obrigariam a esta "a armar-se com a lei para reprimil-os". O país sofreria com a deslocação dos trabalhadores, pois que uma de suas fontes de riqueza, a lavoura, ficaria estancada ou, pelo menos, teria sua produção diminuida.

De outro lado, continua o jornal, se se marcasse por lei um prazo fixo para a emancipação, aos inconvenientes já apontados se somariam "a insubordinação, a desordem, a má vontade dos escravos e senhores durante o ultimo periodo da escravidão". Ao contrário, com o projeto em discussão, protegem-se todos os interesses, pois que "o actual proprietario que, de boa fé, confiando na existencia legal da escravidão, empregou seus capitaes em aquisição de trabalhadores, é reembolsado d'esse capital e dos juros correspondentes", enquanto "ao escravo apresenta-se o trabalho como um meio digno e elevado de nobilitação", visto como "o que trabalhar mais, verá o seu esforço reconhecido e premiado e mais depressa gozará a liberdade; quando esta vier ja elle saberá o que vale o trabalho e nunca mais abandonará a enxada que o tirou da escravidão para o fazer homem".

No mesmo tom prossegue o jornal, a mostrar como o escravo que "trabalhar pouco, o que se rebellar contra a lei que o ampara contra os outros e contra si, terá na propria lei o primeiro castigo, e outro castigo maior na continuação de seu estado de escravo, vindo melhorada a sorte dos que seguiram o bom caminho".

O país, por sua vez, "gozará a vantagem de passar suavemente de um a outro regimen, sem abalo, sem prejuizo de ninguem, utilizando todas as suas forças vivas".

A única dificuldade que o jornal vê, no plano apresentado, "está nos ingenuos que nascerem durante este periodo de liquidação", sendo, pois, "forçoso tambem cuidar um pouco da educação não só dos ingenuos, mas dos proprios libertandos", pelo que sugere que, aceito o mesmo, as sociedades emancipadoras, "em vez de se occuparem directa e exclusivamente com a emancipação, occupem-se com a educação de ingenuos e escravos".

No dia 24 de abril de 1881, O Sul de São Paulo faz nova transcrição, desta vez sem mencionar a fonte, em que se apresenta o tra-



balho de parceria como o sistema "mais conveniente para a educação dessa grande classe nacional que se pode empregar proficua-mente na lavoura", pelo que "sabemos do caracter de nossos patri-cios e da natureza humana".

Principalmente nas condições da sociedade brasileira, conside-ra o sistema de parceria "sumamente preferivel ao do salario", ale-gando que o brasileiro, "indolente como é", teria, no salário mensal, um incentivo para deixar o trabalho "talvez justamente na estação do anno em que mais indispensaveis são os seus serviços, e arrui-nando a colheita com sua ausencia inesperada".

Defende, pois, o sistema da parceria, "não só por amor do tra-balhador como do senhor das terras", sendo este sistema "a nossa unica esperança para os futuros agricultores nacionais; é a transi-ção entre o trabalho escravo e o trabalho livre do paiz; é a unica eschola possivel de trabalho para o liberto e o ingenuo" (24).

No dia 12 de junho do mesmo ano, O Sul de S. Paulo publi-cou um artigo sôbre a questão dos ingênuos, pois que "se apresen-tou no paiz um dos mais graves problemas", desde a promulgação da "lei do ventre livre", em 28 de setembro de 1871, portanto, dez anos antes. Lamenta que o govêrno nada tenha feito pela educa-ção dos ingênuos e pela criação de uma legislação especial para re-ger as relações desta "classe especial" originada com a lei de 1871, prevendo que os filhos de escravos irão engrossar "essa massa já grande" que enche as instituições penais, além de não poderem, por falta de uma formação adequada, desempenhar a contento os deveres de eleitores. Conclui aplaudindo a iniciativa de um juiz de órfãos de Casa Branca, que "tomou o encargo de crear colonias ruraes orphanologicas para a educação dos ingenuos", embora con-fesse que a experiênciã "ficou sem resultado, ao que nos parece"...

No dia 18 de setembro de 1887, O Itapetininga publicava, na primeira página, à guisa de artigo de fundo, a carta de um jovem advogado provisionado, itapetiningano que, estando em Rio Novo (25) de lá escrevia sob o pseudônimo de "Um itapetiningano rio-novense". O missivista era filho de um dos maiores fazendeiros locais, sendo um de seus irmãos conhecido pelas atitudes conserva-doras e anti-abolicionistas que adotava, acompanhando nisto ao

(24) Conclui o artigo:

"As condições de trabalho de parceria, está visto, mudam conforme a localidade, a fertilidade dos terrenos e outras muitas circunstancias.

Mas nos parece que ha duas condições essenciaes para que o systema vingue entre nós, — uma é que o lavrador, que supponos ser homem intelligente, guie, aconselhe e seja — amigo — de seus colonos, e a segunda é que elle lhe adiante os mantimentos necessarios, — o capital de que precisão — athe que se divida o fructo de seu trabalho.

O colono arrisca o seu trabalho por uma pessima colheita; não se pode esperar que arrisque sua propria subsistencia".

(25) Nossa Senhora do Rio Novo era o nome da atual cidade de Avaré.



pai, enquanto êle, desde a adolescência se identificava com a causa da abolição, tendo, por algum tempo, militado entre os republicanos. Na carta, cumprimenta êle o jornal, pela posição adotada, em relação à abolição, isto é, "em prol dos miseros captivos, que unicamente pelo direito da força e não pela força do direito, vêem-se privados da sua condição de homens" (26).

Em 2 de outubro de 1887, é o jovem Artur Gomes, filho do comerciante Francisco Pereira Gomes (também de há muito identificado com a causa da abolição), quem publica, no O Itapetininga, sob o título "28 de Setembro" (27), um longo artigo, em que lamenta a indiferença que notou pelo transcorrer da data comemorativa da promulgação da lei do "ventre livre", glorifica Rio Branco, por ter conseguido essa medida legislativa que já tirara da es-

(26) Conclui a carta:

"Paladino acerrimo da liberdade, cujo verbo, na phrase possante de José Bonifacio, "estampou Deus em toda a parte, na face da natureza, na pedra isolada no valle, na arvore gigantesca da montanha, no pinheiro agreste da serra, na terra, no céu e nas aguas, antes de gravá-la na consciencia do homem", ha de forçosamente (O Itapetininga) pugnar em prol dos miseros captivos, que unicamente pelo direito da força e não pela força do direito, vêem-se privados de sua condição de homens.

Aspirante ao desenvolvimento intellectual e moral da patria de Dom Vieira e de Venancio Ayres, da virtude e do talento, ha de apregoar em alta voz tudo aquillo que for de interesse geral".

(27) V. o referido artigo, em apêndice ao presente capítulo.

No dia 30 de janeiro de 1881, O Sul de S. Paulo publicou a seguinte notícia, sobre a aprovação, pela Câmara Municipal, de uma indicação de Francisco Pereira Gomes, pai de Artur Gomes, em homenagem ao Visconde do Rio Branco, recém-falecido:

"Indicação — A Camara Municipal, cujo mandato ha pouco terminou, ainda nos seus ultimos dias, mostrou seu civismo e elevação de pensamento, votando unanimemente uma indicação altamente patriótica e significativa.

Um de seus membros, o distincto Major Francisco Pereira Gomes, afervorado por louvavel patriotismo que muito o honra, propoz a camara a indicação infra, tributo devido á memoria do preclarissimo cidadão Visconde do Rio Branco, o homem-legião na frase inspirada do nosso comprovinciano conselheiro Olegario.

Folgamos em registrar o procedimento desta ordem que attestará aos posterios que o grande homem tambem em Itapetininga foi admirado e apreciado condignamente.

Eis a indicação:

"Já não existe José Maria da Silva Paranhos — Visconde do Rio Branco! Seu prematuro passamento, ocorrido na Corte em o dia 1.º de Novembro ultimo, causou em todo o paiz e fóra d'elle geral consternação sendo considerado como uma calamidade para a Nação, que muito esperava ainda do eminente Estadista, cujos serviços avultão, destacando-se d'entre elles a Lei de 28 de Setembro de 1871.

"Assim, pois, sendo esta a primeira vez que se reúne a Camara depois de tão lamentavel acontecimento, proponho que se faça na acta de hoje a declaração de que a morte do preclarissimo cidadão causou neste Municipio o mais profundo pezar e que se envie a exma. familia de referido finado os devidos pesames.

"Se Ozorio e Caxias merecerão as homenagens de nossos respeito e admiração por terem sido heroes na guerra, o Visconde do Rio Branco não os merece menos por ter sido o heroe da liberdade!

"Paço da Camara Municipal de Itapetininga, 30 de Dezembro de 1880".

No mesmo ano de 1881, falecia o jornalista Ferreira de Menezes e, no dia 19 de junho, O Sul de S. Paulo assim se manifestava, sobre o seu desaparecimento:

"Dr. Ferreira de Menezes — Já não existe entre os vivos, a barbara morte descar-



cravidão a "um exercito de brasileiros, superior a 400.000 almas" e, em nome da religião de Cristo, concita a todos, "brancos e pretos, ricos e pobres, nobres e plebeus, padres e fieis, homens, mulheres e crianças, gentes de todas as castas", a darem o "grito ingente de liberdade" (28).

Já a esta altura, a instituição escravocrata se encontra de tal modo combalida, primeiramente, pela extinção do tráfico, em

gou-lhe o seu golpe fatal, roubando á patria o seu dilecto filho e ás tenras creancinhas o seu extremoso pae.

Estava escripto no livro do destino que essa obra gigante encetada pelo Visconde do Rio Branco, de saudosa memoria, não seria concluida pelo dr. Menezes.

A aurora da liberdade, que tantas vezes elle sonhara vel-a despontar no azulado céu de nossa querida patria, para o valente abolicionista tornou-se noite escura!

Quando a sua vida tornava-se tão necessaria para a realização de seu sonho doirado — a liberdade de sua patria — vem a morte despedaçar-lhe os seus dias deixando na orphandade essa multidão de infelizes que gemem sob o jugo do terrivel captiveiro.

Não mais veremos na tribuna do povo — a imprensa — o denodado Cicero brasileiro advogando a sagrada causa desses infelizes.

Não deixou fortuna á seus filhos porque tinha um coração magnanimo e não sabia empunhar o turibulo da bajulação com que se arranjam as graças e as falsas grandezas; mas deixou-lhes um nome honrado, que foi a sua maior gloria sobre a terra.

Advogado, na tribuna judiciaria, a sua causa era a causa dos infelizes: jornalista, a sua penna não se prestava para manejos torpes e mesquinhos; cidadão, a sua politica era o bem estar e a felicidade de sua patria — um governo livre!

Da arena do jornalismo, onde esteve sempre de pé firme, desapareceu um soldado valente que não fazia derramar sangue mas que obrigava a esses verdugos, que adquirem fortuna á custa do chicote, á beberem o fel que transudava de seus artigos contra a escravidão

Com toda a imprensa brasileira, pranteemos a morte de nosso desditoso colega.

Descança em paz e que a terra te seja leve, são os votos do humilde "Sul de São Paulo".

Á redação da "Gazeta da Tarde", que tantas vezes elle illustrou com seus luminosos escriptos, nossos sentidos pesames".

(28) No mesmo tom, a exigir coerência entre os sentimentos religiosos e as atitudes em relação à escravidão, aparece, em O Itapetininga, no dia 1.º de janeiro de 1888, sob o titulo "Deus tarda mas não falta", o seguinte comentário:

"1887 annos se completam hoje, depois que Jesus Christo veio ao mundo com o fim de nos arrancar do captiveiro do demonio! E, por ventura, estaremos livres desse captiveiro? Os homens maus não estarão sujeitos a elle? Não será por sua influencia que são maus, viciados? que commettem os mais horrorosos crimes? que vivem mergulhados no erro, não querendo reconhecer a verdade? Ora, refleti um bocadinho mas, com calma, e vereis que os homens ainda estão prezos e, nos parece, mais do que nunca a esse captiveiro hediondo, do qual jamais se libertarão, si um novo Christo, tão altruista como o primeiro, não vier a Terra, com aquella sublime abnegação do filho de Deus, para arrebatá-los desse jugo tão malefico!

Mas, senhores, ha uma raça, uma pobre raça, da qual parece que Jesus Christo se esquecera. É a mais bruta de todas, mas é a mais humilde e por isso mesmo digna de compaixão: é a raça preta, oriunda da Africa.

Jesus Christo se esquecera, mas Deus, que não dorme, lembrou-se della e começou a protegê-la. Pois não vedes o movimento que se opera na provincia?

Não acreditaes que um traço de luz desceu das Alturas e penetrou nos tenebrosos, humidos e sordidos quadrados das fazendas?

Quem enviou esse traço de luz a essas fortalezas do mais refinado despotismo?

Foi Aquelle, que tarda, mas não falta; foi... foi... Deus.

Pois, Deus seja louvado!"



1850, em seguida, pela lei do "ventre livre", de 1871 e, mais recentemente, pela lei emancipadora dos sexagenários, de 1884, que aos fazendeiros não resta outra alternativa se não a de se prepararem para a mudança contra a qual sempre lutaram, porém, que agora, é inevitável, quer tenha cada qual de a enfrentar por sua vez com a morte e o envelhecimento dos respectivos escravos, quer todos simultaneamente, no caso de uma abolição total e imediata, como a desejam os abolicionistas mais radicais. De qualquer modo, nunca a motivação do escravo para o trabalho poderia ter caído mais baixo do que sob as condições vigentes. A liberdade sob indenização, o incentivo à imigração estrangeira e o planejamento de um novo "modus vivendi" com os ex-escravos e seus descendentes, são, pois, as três medidas a que se restringem as aspirações da maioria dos remanescentes proprietários de escravos, ao mesmo tempo em que para elas também se inclina a maior parte dos abolicionistas locais. À medida em que os acontecimentos se vão precipitando, porém, um número crescente, dentre os próprios fazendeiros, começa a abrir mão de seus direitos dominicais, havendo, inclusive, os que o fazem incondicionalmente (29).

Ao entrar o ano de 1888, já no dia 1.º de janeiro, noticia O Itapetininga a constituição, no Município, de uma comissão emancipadora, integrada pelos cidadãos dr. Plínio Uchoa, coronel Joaquim Leonel Ferreira, tenente Matias Klein, tenente Mariano José de Oliveira Fróis, Edmundo Trench e Joaquim Fogaça.

No dia 8 do mesmo mês e ano, publica o jornal um artigo de fundo sobre as vantagens do trabalho livre e sobre a necessidade da adoção de novos processos para a cultura da terra.

(29) No dia 16 de outubro de 1887, na secção "Carta do Rio Novo", o correspondente já mencionado publica, em O Itapetininga, um artigo intitulado "A abolição philanthropica", em que critica a hesitação dos legisladores ante a questão servil, declara que a libertação, longe de matar, virá consolidar a lavoura, nos efeitos que a escravidão teve, no passado, sobre as diferentes civilizações que a adotaram, responsabilizando-a pela decadência do Império Romano bem como pelo empobrecimento de Portugal e Espanha.

Elogia as províncias que já não têm escravos e concita o povo paulista a desfazer-se da instituição. Conta que, no Rio Novo, foi convocada uma reunião de fazendeiros, para o dia 17 de setembro, com o fim de se marcar uma data para o término da escravidão no Município. Tendo, porém, chovido torrencialmente, somente 15 fazendeiros compareceram, ficando marcada nova reunião para 17 de outubro. Quatro fazendeiros resolveram, no entanto, antecipar-se, e decidiram libertar seus escravos, sendo eles os senhores José Corrêa de Almeida Pires (5 escravos), Anacleto Dias Batista Pires (21 escravos), capitão Antonio Gabriel de Oliveira Machado (2 escravos) e Inácio Carneiro (8 escravos).

No dia 27 de novembro, o mesmo correspondente faz publicar uma nota elogiosa aos "energicos fazendeiros do Rio Novo" que, em reunião de 1.º do mês, estando em maioria e contando "com a adhesão certa dos ausentes", fixaram a data de 24 de dezembro de 1890 para seus escravos entrarem em liberdade.



No dia 8 de abril, o jornal resume uma notícia da Gazeta de Campinas, segundo a qual o projeto do governo sobre o elemento servil estaria sendo elaborado pelo Dr. Antonio Prado, devendo compreender a libertação total e imediata, "fazendo o governo questão de gabinete desse ponto essencial de seu programa", ficando os libertos obrigados a servir aos mesmos senhores, por três meses, sob salários a serem taxados por lei e a permanecerem por dois anos no mesmo município, sujeitos a trabalhos em obras públicas, sob pena de prisão de seis meses na primeira transgressão e trinta nas reincidências.

No dia 13 de maio, quando, no Rio de Janeiro, a Princesa Isabel assinava a lei de abolição geral e incondicional, comentava O Itapetininga o respectivo projeto elogiando a iniciativa do ministro da agricultura, que o enviara ao parlamento, seguindo-se toda uma coluna de aplausos, com um expressivo "A final". Outro local, o jornal transcrevia, da Revista Ilustrada, uma descrição da leitura da "Fala do Trono", pela Princesa, em prol da abolição, vindo, ainda, em ponto de destaque, um apêlo ao povo para que, no dia seguinte, iluminasse as frentes das casas e comparecesse à "procissão cívica" que deveria percorrer as ruas da cidade, "em homenagem á extinção da escravidão no Brasil", contando a redação "que ninguém terá o direito de protestar contra este grande acontecimento, deixando de fazer este nosso pedido".

No dia 20 de maio, publicou O Itapetininga um número especial, em regozijo pela lei que abolia, incondicionalmente, a escravidão no Brasil. Na primeira página, sob o título "Honra á lei n. 3.353, de 13 de Maio de 1888" e o subtítulo "Homenagem á Patria Livre", apareceu um artigo de aplausos ao povo brasileiro, aos abolicionistas, à Câmara, ao Senado, ao Ministério de 10 de março, à Princesa Regente e ao Imperador <sup>(30)</sup>.

Conta o jornal que, apenas constou que o correio de 14 trouxera a notícia da aceitação, pelo Senado, do projeto de abolição total e incondicional, "de todos os lados partiram foguetes apesar da chuva que cahia torrencialmente".

À noite, "como por encanto", a cidade iluminou-se e o povo, precedido de uma banda de música, dirigiu-se ao Largo Municipal, "onde se achavam mais de 200 dos novos cidadãos, que uma barbara lei tinha escravizado até essa data". Estes libertos, "ebrios de alegria, apenas conhecendo por tradição alguns dos que tinham trabalhado em favor de sua causa como o sr. Antonio Bento, Dan-

(30) O número especial de O Itapetininga continha, ainda, artigos, em regozijo pela abolição, de Xavier de Toledo, José Carlos Dias, Pedro Marques, Xisto Leme Brisola, José Roberto de Melo Franco, A. Augusto da Fonseca, F. P. Gomes, Monteiro (provavelmente João Monteiro de Carvalho), G. (provavelmente Arthur Gomes), Manuel Cardoso, Benedito Brisola e José Leme Brisola, além de um tópico sem signatário.



tas, José do Patrocínio, Moreira da Silva, Manuel Augusto Galvão e outros, inclusive alguns desta cidade, entusiasticamente levantaram saudações a esses denodados campeões da liberdade".

Falou, de uma das janelas do paço municipal, o advogado Manuel Cardoso, "pronunciando um eloquente discurso", e em seguida, fizeram uso da palavra os meninos Orlando da Fonseca e Cícero Leonel Ferreira, filhos de Antonio Augusto da Fonseca e de Eugenio Leonel, o primeiro diretor do externato "Providência", de que os dois menores eram alunos e, o último, deputado provincial.

Aos libertos, foram distribuídas "bandeiras de todas as nacionalidades, flamulas e galhardetes, nas quaes se achavam escriptos os nomes de Nabuco, Patrocínio, José Bonifacio, Luiz Gama, João Alfredo, Antonio Prado, Antonio Bento, Dantas e inscrições patrioticas", formando-se "uma procissão" que se dirigiu às casas do vigário, do juiz de direito e "de todos os abolicionistas desta cidade" bem como ao Clube "Venâncio Aires" e à tipografia de O Itapetininga.

Durante o trajeto, falaram o juiz de direito, dr. José Xavier de Toledo, o vigário, padre João Soares do Amaral, Xisto Brisola, José Carlos Dias, José Leme Brisola, Manuel Cardoso, em nome do Clube "Venâncio Aires" e Pedro Augusto de Azevedo Marques, pelo O Itapetininga bem como os meninos Elias Augusto Ferreira Filho e Miguel Jardim.

Acrescenta o jornal que "os pobres pretos, entendendo que a festa do dia não estava concluída, formaram no Largo Municipal, rodas de samba e ao som de pandeiro e dos rufos dançaram alegremente até o dia seguinte".

No dia 15, mandou a Câmara Municipal "ataviar de gallas o edificio em que funciona, interna e externamente", para uma sessão solene, em que falaram o juiz de direito, o vigário, o presidente da Câmara, bem como o tenente João Monteiro de Carvalho, Xisto Brisola e Manuel Cardoso.

A Câmara deliberou, ainda, mandar cantar um "Te Deum" e aprovou uma proposta assinada pelos cidadãos Manuel Cardoso, Pedro Marques, Xisto Brisola, Pedro Fonseca, Matias Klein e João Evangelista, para se erguer um monumento comemorativo.

Encerrada a sessão, o povo acompanhou as autoridades municipais, o juiz de direito e o vigário às respectivas residências e dirigiu-se ao Clube "Venâncio Aires", onde, diz o jornal, "foi servido um profuso copo d'água e proferidos vários discursos", acrescentando que, "ainda não satisfeitos os pobres pretos formaram novo samba, no largo da matriz e ahi dançaram até o dia seguinte".

No dia 17, tendo-se confirmado a notícia da sanção da lei, a Câmara fez espalhar boletins, convidando o povo para assistir ao



"Te Deum" e iluminar as frentes das casas. Às 17 horas, foi cantado o "Te Deum", proferindo o vigário "uma eloquente oração que prendeu a atenção do auditorio".

À noite, iluminada a cidade, "o povo, tendo à frente o sr. juiz de direito e o vigário, que empunhavam dois estandartes nacionais, percorreu todas as ruas da cidade, erguendo vivas á liberdade, á imprensa livre, a todos os abolicionistas e á colonia italiana", sendo pronunciados, durante a passeata, discursos pelo tenente João Monteiro de Carvalho, em nome da imprensa, pelo juiz de direito, dr. Xavier de Toledo, pelo advogado Manuel Cardoso, em nome do Clube "Venâncio Aires", pelo vigario, padre João Soares do Amaral e pelo professor José Carlos Dias, e saudado ainda a colonia italiana".

Enfim, "para coroar a festa, ainda, o samba foi organizado e os pobres escravos dançaram tanto e com tão grande animação, que o sol do dia seguinte quase os surpreendeu nesses regalos da vida" (31).

A mudança de "status" jurídico e político dos últimos escravos que não chegam a um milhar e constituem entre 6 e 7 por cento da população do Município, e aos quais o número especial de O Itapetininga chama, tão expressivamente, de "novos cidadãos" é, pois, recebida sob manifestações de aplausos e regozijo. Daqui por diante, porém, ficarão estes "novos cidadãos" entregues à própria sorte, obrigados a competir ombro a ombro com o restante da população, inclusive com os imigrantes e seus descendentes, cuja presença se faz sentir de um modo cada vez mais vigoroso, seja pelo aumento constante de seu número, seja pelas oportunidades de ascensão que se lhes oferecem, sem que lhes tolha os movimentos o pêso das conseqüências de quatro séculos de escravidão (32).

(31) Assim encerra a notícia o número especial do O Itapetininga:

"Concluindo esta pallida descripção manda a justiça que fique consignado que durante tão prolongadas festas, nas quaes tomou parte toda a população da cidade, não houve uma divergencia sequer, isto devido ao bom genio do povo e ao digno delegado de policia, cidadão Boaventura de Castro Freire, que o não desamparou em suas manifestações de jubilo".

(32) No dia 27 de maio de 1888, traz O Itapetininga, sob o título de "As últimas Illusões", um comentário a respeito de nota com título idêntico publicada pela Província de São Paulo, procurando desfazer as esperanças de elementos que pretendiam gozar dos serviços de ingênuos e libertos, com base em contratos passados antes da lei de 13 maio. No mesmo número, aparece um artigo de aplausos à referida lei, em que o número de libertandos, "do Amazonas ao Prata", é calculado em 600.000.

No dia 29, um jornal noticia que o barão de Macahubas resolveu oferecer livros ás escolas que fossem fundadas para a educação de ingênuos e libertos.

Daqui por diante, a tendência será para se negar a existência de qualquer problema de relações raciais, na sociedade local, servindo as comemorações do "Dia da Abolição" de enséjo para a reafirmação solene e anual da impressão de que, com a lei de 13 de maio de 1888, ficavam satisfeitas todas as possíveis reivindicações da população de cor, como tal.



No grupo dominante dos brancos locais, vem a abolição geral determinar uma reorganização que a república consolidará e cujos resultados se farão sentir durante as três primeiras décadas do século XX: completa-se a urbanização e se incrementa o êxodo para a Capital e outros pontos do Estado, dos elementos mais influentes das antigas famílias locais, ao mesmo tempo em que sobem para o primeiro plano as famílias de fazendeiros imigrados para o município, a partir do terceiro quartel do século XIX, procedentes de diferentes pontos da Província, inclusive de municípios vizinhos que se desmembraram do de Itapetininga — famílias igualmente luso-brasileiras e tradicionais, a que as circunstâncias favoreceram, pelo prosseguimento, através do regime republicano, do predomínio econômico e político dos proprietários rurais e dos intermediários na distribuição da produção agrícola e pecuária.

#### APÊNDICE A ESTA PARTE

(Artigo transcrito de O Itapetininga, de 2 de outubro de 1887)

“28 de Setembro! — O povo brasileiro é o povo mais destituído de patriotismo, mais indiferente a tudo, mais... sem vida. Triste realidade!

Não temos datas nacionais de verdadeira importância; apesar disso, as poucas que temos e que muita gente julga gloriosas, essas mesmas não merecem nos seus dias, não aqui ou ali, umas lanterninhas apagadas e uns magros discursinhos. Ahi passou o 7 de setembro e quem deu fé? Entretanto, o povo italiano, onde quer que tenha meia dúzia de representantes, ahi estão elles a festejar as suas datas gloriosas. O 20 de setembro ainda agora nos provou o que deixamos dito.

A data de 28 de setembro em nossa humilde opinião é até agora a mais brilhante, a mais benemerita, a mais digna que temos.

Foi a 28 de setembro de 1871, que o imortal Rio Branco, vencendo heroicamente, com muito mais coragem que um valente general, conseguiu libertar da torpe escravidão um exercito de brasileiros, superior a 400.000 almas! Essa lei representa a aurora do majestoso dia da liberdade, cuja luz nos ha de offuscar a todos, irradiando pelo mundo inteiro.

Não nasce mais escravo no Brasil... Como esta phrase enche de jubilo o nosso coração! Abençoado seja o nome de Rio Branco, redemptor sublime de milhares de miserias crianças, que gemeriam debaixo do captivo, acompanhado de todas as crueldades e miserias, que lhe são inherentes, si não fosse a generosa lei!

Abençoado seja o nome de Rio Branco!

Faz hoje 16 annos, (dezesseis annos!!!) que passou essa lei! Era para não haver mais um escravo, porque naquelle tempo, dizia-se “nestes dez annos, não ha mais escravo no Brazil”. E o que é que vedes, Brasileiros? Não vedes uma legião de homens, negros como as trevas, arcados no eito, sob o chicote do feitor, as lagrimas, o suor, e o sangue regando a terra, cujo grão é só exclusivamente para o regalo dos brancos, que, tendo quem lhes faça tudo, não fazem nada e vivem entregues ao maior dos vicios — a ociosidade?!

Brazileiros! É tempo de acabar de vez essa vergonha, que nos obriga a cobrir o rosto deante do estrangeiro! É tempo de cicatrizarmos a chaga fetida, que por tentação de Satanaz e desgraça nossa, abriu-se em nosso seio! É tempo de lavar nas crystallinas aguas da liberdade a nossa bandeira, salpicada de sangue, de miseria, da torpeza, da imundicie da escravidão. Brazileiros! sejamos grandes, sejamos nobres, dignos,



patriotas, sejamos livres, Brasileiros! Que não se ouça mais o estalar do chicote e o grito angustioso do escravo!

Unamo-nos todos, — brancos e pretos, ricos e pobres, nobres e plebeus, padres e fieis, homens, mulheres e crianças, gentes de todas as castas, e demos junctos, de mãos entrelaçadas, o grito ingente de liberdade! qual lento ribombar de trovão, que, de continente em continente, de mar em mar, circunde o planeta e se perca depois no espaço infinito como aviso da grandeza material e moral da vasta terra de Santa Cruz.

Honremos a memória do redemptor dos ingenuos, sejamos fieis ao Redemptor da Humanidade, cumprindo as suas palavras — “Amae-vos uns aos outros, como a vós mesmos”.

Amemos, pois, a Jesus Christo, libertando os captivos! Amemos a religião da igualdade, liberdade e da fraternidade; do trabalho, da moralidade, do dever, enfim, a mais santa das religiões!

Rio Branco! Pedi a Deus pelos captivos!

Abençoado seja o vosso nome! — Arthur Gomes”.

## 5 — SUMÁRIO DA PARTE I

A maior proporção de escravos, no município de Itapetininga, se observa no período compreendido entre a primeira tentativa de abolição legal do tráfico e sua extinção de fato (1831-1850), sob a influência do desenvolvimento da agricultura, especialmente da lavoura da cana. Ao declinar esta, em meados do século XIX, o comércio de animais se encontra em fase de intensa atividade, devendo atingir o apogeu entre 1855 e 1860, quando chegam a Sorocaba mais de 100.000 muares por ano, entrando em decadência em fins do penúltimo quartel do século, quando, em Itapetininga, de novo, a agricultura passa a uma fase de prosperidade, com o surto do algodão herbáceo.

Antes do desenvolvimento agrícola — que, no Município, não substitui, mas se associa à pecuária e ao comércio de animais, que continuam a ser as principais atividades econômicas locais — raros são os senhores que possuem mais de uma dezena de escravos. Posteriormente, não apenas se nota o aumento na proporção de escravos sobre o total da população, como, também, a concentração de maior número de escravos sob o domínio de cada senhor.

Comparando-se os inventários anteriores e posteriores ao surto agrícola, além de se notar a tendência à concentração de maior número de escravos sob o domínio dos grandes proprietários, também se observa que, enquanto na primeira fase o valor dos poucos escravos arrolados geralmente representa quase todo o valor do patrimônio deixado pelos respectivos senhores, na fase seguinte, essa proporção tende a diminuir, tanto devido a uma relativa desvalorização do escravo, paralela a uma valorização da terra e das benfeitorias, como ao fato de se traduzir a prosperidade econômica por uma tendência de maior diversificação nos investimentos, não obs-



tante, até quase a abolição total da escravidão, continuar o escravo a ser uma das formas preferenciais de aplicação de capital.

Em outras palavras, com toda a desvalorização que vai sofrendo, mesmo assim, o escravo continua a valer, até o último ano de escravidão, tanto quanto uma pequena fortuna. Traduzido em área de terra, seu preço equivale ao de quase trinta alqueires e meio, em 1886-7.

Assim, ainda nos últimos anos do regime escravocrata, constituem os escravos um dos principais, se não o principal elemento, do patrimônio dos senhores. Para estes, o desaparecimento da instituição escravocrata significaria o declínio, se não a completa ruina econômica. O solapamento da instituição se daria, pois, não com o seu beneplácito, não com a sua cooperação, mas ao contrário, à sua revelia, com a sua oposição marcada de sucessivas capitulações, ditadas pela crescente brecha entre os que têm e os que não têm escravos e pela rápida diminuição do seu grupo, não apenas em números absolutos, mas igualmente em números relativos, diminuição paralela à dos próprios escravos, subsequente à extinção do tráfico e às medidas posteriores conseguidas pelos abolicionistas.

No que toca à cor da pele, já em fins do século XVIII, as várias camadas sociais assim se apresentam: abaixo dos proprietários brancos, estão os demais homens livres brancos, vindo imediatamente em seguida os pardos claros, descendentes quer de índios, quer de mulatos mais escuros com brancos, depois os pardos mais escuros, até atingir os pretos livres, geralmente crioulos, e, por fim, a massa dos cativos, que também se diferenciam, para efeito do tratamento que recebem, em mulatos, pretos crioulos e pretos africanos ou "de nação".

Já no século XVIII, competem os pardos com os brancos, pelo exercício dos ofícios. Tal como estes, porém, em sua maioria, limitam-se às atividades próprias de uma lavoura de subsistência, seja na qualidade de posseiros, seja na de agregados dos senhores mais abastados. Distribuem-se, enfim, por quase todas as ocupações ou condições econômicas, de nível médio para baixo.

O exercício por parte dos escravos degrada os ofícios, como, em geral, o trabalho manual, tornando-os menos desejáveis por parte do homem livre, especialmente por parte do elemento branco que, na ânsia de ascensão social, procura desvencilhar-se de tudo quanto possa confundí-lo com o escravo ou com o recém-egresso da escravidão.

Em geral, vivem os mulatos livres numa situação de grande miséria, comprimidos entre a camada dominante dos brancos e a dos escravos, diferindo destes antes pelo "status" jurídico que pela con-



dição material. Já desde o século XVIII, os mulatos cativos constituem exceção, do mesmo modo que os pretos livres.

A estrutura social que, no século XVIII, já se fixara, manteve-se, em linhas gerais, até o final da escravatura. A coincidência entre as camadas sociais e as nuances de cor da pele é tal que quase não ha margem para equívoco.

O branqueamento através das gerações, pela repetida introdução de caracteres do grupo dominante, entre os mestiços, se não corresponde a uma promoção de classe é, pelo menos, uma condição que a possibilita. A cor branca constitui condição essencial, embora não suficiente, para que o indivíduo seja aceito em pé de igualdade pelo grupo dominante.

Para a maior parte da população, que é constituída de mulatos livres, ascensão de classe e branqueamento são dois aspectos de um mesmo processo. Para o grupo dominante, por sua vez, a cor branca é uma justificação para o próprio "status", assim como constitui uma atenuante para a queda social dos numerosos descendentes de grandes proprietários que, de geração em geração, se empobrecem e passam a uma situação intermediária entre a dos elementos mais privilegiados da comunidade e a da grande massa da população.

Até o primeiro quartel do século XIX, constituem os mulatos o contingente numéricamente predominante, quer na população total quer na população livre, sendo sobrepujados pelos brancos somente no quartel seguinte, com a incorporação, a estes, dos mestiços mais claros.

Não obstante a tendência, por parte dos brancos, a favorecerem com sua tolerância, condescendência e proteção, quer aos indivíduos mais branqueados, quer aos mais assimilados à cultura luso-brasileira, continua o núcleo da camada dominante a ser constituído de indivíduos brancos sem mestiçagem conhecida, os quais se mantêm irredutíveis em seu exclusivismo e inacessíveis ao cruzamento e à equiparação social com o mestiço. Preocupados com a preservação do próprio "status" e do patrimônio familiar, casam-se, quase exclusivamente, dentro do mesmo círculo social, constituído de elementos tradicionalmente pertencentes à mesma camada e, sempre que possível, dentro dos próprios limites do sistema de parentesco, que tende cada vez mais a se confundir com aquele.

Nas últimas décadas do regime escravocrata, passa a estrutura social local por duas alterações de importância, pela influência que haveriam de ter, no âmbito local e regional, no evoluer dos movimentos abolicionista e republicano.

A primeira alteração resulta do crescimento numérico dos descendentes dos patriarcas locais do século XVIII, em sua maioria



empobrecidos, de geração em geração, pelo fracionamento dos bens territoriais, porém, que se esforçam por não perder posição em relação aos parentes mais ricos, aos quais continuam ligados pela tradição de família, pela consciência e pelo orgulho de uma ancestralidade comum. Não obstante o poder de coesão destes laços de família, a diferenciação econômica tende a substituir a solidariedade pela competição e pelo conflito. Com o tempo, e à medida em que o desenvolvimento demográfico e a prosperidade econômica possibilitaram o incremento urbano, ao lado dos grandes e médios proprietários de terras, se formou um núcleo de profissionais urbanos que, pelo seu mais elevado nível de instrução e pela sua maior "sofisticação", ou tinham de ser integrados por aqueles em sua máquina política, numa transação satisfatória para ambas as partes, ou se insurgiam contra a sua liderança e se tornavam, êles próprios, elementos de oposição e agitação, capazes de arrastar atrás de si uma avalanche de descontentes.

A segunda alteração resultou do afluxo de população de outros pontos da Província, provocado pelo surto do algodão herbáceo, em fins do terceiro quartel do século XIX. Estes adventícios, alguns dos quais prosperam rapidamente, põem em risco o monopólio de prestígio, riqueza e poder do grupo dominante de mais longa tradição local e com êste entram, forçosamente, em competição, e, à medida em que encontram resistência à sua integração na estrutura existente, tornam-se, também, agentes de renovação.

A história da escravidão é, antes, a das manifestações de inconformismo, insatisfação e rebeldia do escravo, que a de seu ajustamento às condições vigentes. A indisciplina, a fuga, o suicídio, o desinterêsse pelo trabalho, a simulação e a infidelidade, por parte dos cativos, são fontes constantes de insegurança, preocupação e frustração para os senhores.

Desde o aparecimento do primeiro jornal local, o Município, cuja circulação teve início a 15 de junho de 1873, até a extinção completa da escravidão, as páginas dos diferentes órgãos que se sucederam, na imprensa local, sempre foram utilizadas pelos senhores e seus intermediários, como meio de localizar o paradeiro de escravos fugidos, ou de estimular a sua apreensão, com "generosas" gratificações a quem os capturasse. Não apenas escravos fugidos de proprietários locais, mas, também, de outras localidades — inclusive de fora da Província de São Paulo — são procurados, através da imprensa local, sendo raro o número de jornal que não traga ao menos um anúncio prometendo gratificação a quem capturar um escravo e entregá-lo a seu dono. Desfilam pelos anúncios escravos dos mais variados tipos, com cicatrizes as mais diversas ou os mais diversos sinais identificadores — pretos e mulatos, bem barbados e sem barba,



cabelos e barbas escuros, encanecidos ou ruivos, altos, baixos e de estatura regular, de nariz muito chato ou de nariz afilado, de boa dentadura ou desdentados, "mal encarados" ou de "boa figura", delgados ou cheios de corpo, olhos grandes ou pequenos, escuros ou "gateados", bem rasgados de pernas, zambros, com sinais de terem sido furados a ferro, homens e mulheres, inclusive mães que levam seus filhinhos ao colo, porém, quase sempre, indivíduos jovens, dos 18 anos para cima.

Se, de um lado, as gratificações oferecidas pela captura de escravos em fuga eram de tal monta que não faltavam indivíduos ambiciosos e valentões, dispostos a se pôrem ao seu encalço, de outro, os riscos do empreendimento aumentavam, à medida em que a disciplina se tornava mais generalizada, entre os cativos da nova geração que, se não eram trabalhados diretamente pelos abolicionistas, nem por isto ignoravam a discussão que se propagava entre os próprios brancos, com referência aos fundamentos da instituição escravocrata. As tentativas de prisão desencadeavam resistência e, ainda depois de presos, encontravam os escravos quem os defendesse judicialmente, com sucesso.

Enfim, desmentindo a tradicional noção da "passividade" ou "docilidade" do negro, ante o sistema escravocrata, jamais se vê diminuir, nele, o ímpeto de liberdade; ao contrário, seu inconformismo se torna cada vez mais generalizado e manifesto, à medida em que se dá sua integração na nova sociedade e se processa, em seu espírito, a interiorização dos modos de pensar, sentir e agir da cultura luso-brasileira, desenvolvendo-se a motivação própria de um ambiente social fortemente marcado por uma ideologia de mobilidade, cuja eloquência tende a aumentar, constantemente, com o passar do tempo, já que se multiplicam, na vida dos indivíduos, os casos concretos de mudança de destino ou de carreira, de fortuna ou de posição. A onda de indisciplina, de rebeldia manifesta, de insopitável inquietação, avoluma-se, pois, entre os escravos, paralelamente à expansão do movimento abolicionista no seio da população livre, ainda que, em geral, não atuem, os adeptos desta causa, diretamente sobre eles.

Os líderes tanto locais como regionais dos movimentos abolicionista e republicano saem, em sua maioria, do mesmo círculo de parentesco a que pertencem os elementos mais poderosos e conservadores da comunidade, prevalecendo, entre eles, de um modo quase absoluto, as ocupações urbanas — advogados, comerciantes, professores, proprietários urbanos, serventuários da justiça, jornalistas, funcionários públicos, etc.

A luta forense foi a primeira forma sistemática de combate à instituição escravocrata, no âmbito local.



Não devem ser confundidas as ações de liberdade, isto é, os processos de reivindicação de liberdade, que correm, geralmente, contra a vontade do senhor e que se multiplicam rapidamente, após a primeira legislação que visa extinguir o tráfico, transformados, pelos advogados abolicionistas, em instrumento de agitação do ideal por que lutam, com as manumissões ou doações tradicionais de liberdade cuja ocorrência sempre acompanhou a instituição escravagista, por toda a América Latina. As manumissões ou doações de liberdade, quer para solenizar acontecimentos lisonjeiros para o senhor e o seu círculo, quer para recompensar os escravos cujas atitudes mais correspondiam às expectativas de seus amos, não só não se inspiravam num plano de libertação coletiva e total, como, ao contrário, constituíam um artifício destinado a tornar o "statu quo" mais aceitável à própria massa dos cativos, o que não implica em negar tenham estas libertações individuais — que não deixavam de ser individuais, mesmo quando atingiam dois ou mais indivíduos, por vontade do senhor — contribuído para um considerável aumento da proporção de elementos livres, no conjunto da população. Não implica mesmo em negar que a frequência das manumissões e doações de liberdade constitua, ao lado dos dispositivos legais que protegem a personalidade do escravo, em contraste com a situação deste em outras partes do mundo, um indício da tendência do sistema escravocrata à liberdade.

Nas ações de liberdade, os abolicionistas, como curadores de escravos, aproveitam o ensejo para agitar a opinião pública, pressionando diretamente os senhores com argumentos não apenas jurídicos, mas, também, de ordem moral, que lhes permitem transformar o movimento abolicionista numa "luta pela coerência dos mores", com o que este se beneficia duplamente, capitalizando, a seu favor, o poder de motivação dos mais incontroversos e mais tradicionais princípios éticos e, ao mesmo tempo, desmascarando os senhores que, para conservarem seus privilégios de escravocratas, põem de lado todo o escrúpulo, e, abertamente, burlam as leis que visam o abrandamento da combatida instituição.

Mesmo quando o movimento abolicionista já atinja o seu clímax, as ações de liberdade continuavam a encontrar resistência por parte dos senhores, inclusive nos casos de escravos visivelmente enfraquecidos pela idade, pelo excesso de trabalho e pela enfermidade, embora tais condições, é claro, tendessem a diminuir o interesse dos amos em os manterem sob o seu domínio.

Se, de um lado, as inaptidões do escravo que pleiteia alforria são sistematicamente mencionadas, em seu nome, pelo curador, na esperança de diminuir a oposição a esse intento, de outro, também as aptidões são especificadas pelo senhor ou por seu advogado, para



justificar a relutância em abrir mão do domínio sobre determinado cativo, pelo menos ao preço por este oferecido.

Com o aparecimento da imprensa local, em 1873, abre-se nova frente de luta contra a instituição escravagista, servindo o jornal de meio para se apontarem as mais flagrantes injustiças que se cometem contra os escravos e, ao mesmo tempo, de incentivo aos atos de "generosidade" dos senhores e às atitudes de todos quantos se declarem contrários ao regime de trabalho servil.

Se, com o aparecimento dos primeiros abolicionistas, todo o ato de manumissão ou toda a declaração de liberdade, que chegue ao seu conhecimento, assume um sentido diferente do tradicional, por apontar na direção do plano de libertação geral que sustentam, com o lançamento do primeiro jornal a serviço da causa, amplia-se extraordinariamente este poder de infundir um novo significado a práticas tradicionais que, assim, se põem a serviço do futuro.

As mínimas vitórias e as mínimas investidas dos abolicionistas são recebidas entre aplausos e manifestações festivas, o que revela o ambiente, geralmente favorável, em que o movimento se desenvolve. No entanto, os próprios abolicionistas vão de extremo a extremo, quanto ao ardor e à coerência com que se empenham pela extinção do regime escravocrata. Num extremo, estão elementos como Venâncio de Oliveira Aires e o padre Francisco de Assunção Albuquerque, que sempre exigem uma atuação pronta e imediata; e, no outro, para onde propende a maioria, os simpatizantes menos ativos, que aplaudirão as medidas legislativas que conduzirem à abolição, porém, que não se mostram ávidos pela sua rápida e imediata efetuação. Sua inclinação em prol das duas causas — a da abolição do trabalho servil e a da proclamação da república — é contrabalançada pelo receio de consequências imediatas e desastrosas para a "economia nacional" que, certamente, advirão, se não forem adotadas medidas de proteção aos "direitos adquiridos" da "classe produtora", isto é, dos fazendeiros ou senhores de escravos.

Já antes de 1888, a instituição escravocrata se encontra de tal modo combatida, primeiramente, pela extinção do tráfico, em 1850, em seguida, pela lei do "ventre livre", em 1871, e, mais recentemente, pela lei emancipadora dos sexagenários, de 1884, que aos fazendeiros não resta outra alternativa senão a de se prepararem para a mudança contra a qual sempre lutaram, porém que, agora, é inevitável, quer tenha cada qual de a enfrentar por sua vez, individualmente, com a morte e o envelhecimento dos respectivos escravos, quer todos simultaneamente, no caso de uma abolição total e imediata, como a desejam os abolicionistas mais radicais. De qualquer modo, nunca a motivação de escravo para o trabalho poderia ter caído mais baixo do que sob as condições vigentes. A liberdade sob inde-



nização, o incentivo à imigração e o planejamento de um novo "modus vivendi" com os ex-escravos e seus descendentes, são as três medidas a que se restringem as aspirações da maioria dos remanescentes senhores de escravos, ao mesmo tempo em que para elas também se inclina a maior parte dos abolicionistas locais. À medida em que os acontecimentos se vão precipitando, porém, um número crescente, dentre os próprios fazendeiros, começa a abrir mão de seus direitos dominicais, muitos deles incondicionalmente.

A luta entre abolicionistas e escravagistas é amenizada pelos laços de parentesco e pela proximidade social que ha entre os dois grupos. O movimento abolicionista é, tipicamente, um movimento de reforma, que atua entre as classes dominante e média, sem procurar mobilizar ou coordenar, em prol da causa, os esforços de seus próprios beneficiários diretos, que são os escravos. Suas principais frentes de luta são a imprensa, a tribuna forense e as conferências em recinto fechado.

Se, de um lado, o abolicionismo decorre, no âmbito local, sem luta física entre seus adeptos e os escravocratas, ou entre os primeiros e a polícia, de outro, as violências contra os escravos fugidos ou indisciplinados não cessam, até o momento da abolição.

A mudança de "status" jurídico e político dos últimos escravos, que constituem entre 6 e 7 por cento da população do Município, não chegando a um milhar, e aos quais o número especial de O Itapetininga, de 20 de maio de 1888 chama, tão expressivamente, de "novos cidadãos", é recebida sob manifestações generalizadas de aplauso e regozijo. Daqui por diante, porém, ficarão êstes "novos cidadãos" entregues à própria sorte, obrigados a competir ombro a ombro, com o restante da população, inclusive com os imigrantes e seus descendentes, cuja presença se faz sentir, de um modo cada vez mais vigoroso, seja pelo aumento constante de seu número, seja pelas oportunidades de ascensão que se lhes oferecem, sem que lhes tolha os movimentos o pêso das consequências de quatro séculos de escravidão.



## PARTE II

1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO A CÔR.

O censo de 1940 revelou, para o município de Itapetininga, uma população de 34.437 indivíduos.

O quadro VII mostra a distribuição dessa população, por idade e sexo. A proporção de indivíduos diminui, progressivamente, à medida em que se vai das idades mais jovens para as mais velhas, com predominância numérica dos elementos masculinos, o que dá à distribuição a configuração de um triângulo de ampla base e afinado vértice, com ligeira assimetria determinada pelo maior afastamento, do lado masculino, em relação à vertical que vai do vértice à base. Esta configuração triangular (ou piramidal), em que a proporção de indivíduos, em qualquer idade, é menor que na idade imediatamente inferior, e com predomínio do lado masculino, é característica das populações mais rurais que urbanas, mais agrárias que industriais, em que uma elevada taxa de natalidade compensa, consideravelmente, a de mortalidade, donde resulta um alto índice de crescimento vegetativo. Consequentemente, é elevada a proporção de indivíduos imaturos, isto é, que ainda não atingiram o período de produtividade, ao mesmo tempo em que rareiam os dependentes por excesso de idade. No conjunto, o sexo masculino representa 50,7 por cento, sendo de 103 o índice de homens por 100 mulheres, quando atinge a 105 o do Estado de São Paulo. A proporção de homens por 100 mulheres serve de medida

## QUADRO VII

Distribuição da População por Sexo e Idade (\*)  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Masculinos		Femininos		Homens por 100 mulheres
	n.º	%	n.º	%	
0 — 9	4.937	14,3	4.749	13,8	104
10 — 19	4.046	11,8	4.161	12,1	97
20 — 29	3.010	8,7	2.885	8,4	104
30 — 39	2.076	6,0	2.093	6,1	99
40 — 49	1.655	4,8	1.401	4,1	118
50 — 59	971	2,8	917	2,7	106
60 — 69	540	1,6	497	1,4	111
70 — 79	180	0,5	188	0,5	96
80 e mais	70	0,2	51	0,1	137
<b>TOTAL</b>	<b>17.485</b>	<b>50,7</b>	<b>16.942</b>	<b>49,2</b>	<b>103</b>

(\*) Excluídos 6 indivíduos cuja cor não foi especificada e 4 de idade ignorada.



da assimetria da distribuição. Examinando-se os índices, para as diferentes classes etárias, observa-se que estes variam de um mínimo de 96 por 100 mulheres, na classe dos 70-79 anos para um máximo de 137 por 100 mulheres, na classe seguinte, dos indivíduos de 80 anos e mais, havendo, ainda, uma inversão na dos de 10-19, com 97 homens por 100 mulheres e na dos de 30-39, com 99 por 100. Tanto o mínimo da classe dos 70-79, como o máximo da seguinte, provavelmente se devem a erros de aumento ou diminuição de idade, sendo de 105 por 100 mulheres o índice para as duas classes mais velhas tomadas em conjunto. O índice da classe dos 30-39 anos, provavelmente terá sido influenciado pelos "erros de diminuição de idade", mais frequentes entre os elementos do sexo feminino, sendo de 107 o índice para as classes de 30-39 e 40-49, em conjunto. Quanto à irregularidade que se observa na classe dos 10-19 anos, parece indicar uma tendência ao êxodo de elementos masculinos nesta fase, em cuja última metade a maior parte dos indivíduos inicia sua vida de trabalho, numa sociedade em que ao homem se atribuem, ao mesmo tempo, maior independência de movimentos e maior responsabilidade, sob o ponto de vista econômico.

O índice de 103 indivíduos masculinos por 100 mulheres, para o conjunto da população, indica uma tendência à equiparação da proporção de elementos de ambos os sexos, exprimindo o estado de transição da população local, de predominante e caracteristicamente rural para predominante e caracteristicamente urbana. Com efeito, enquanto para o conjunto da população, o índice é de 103 homens por 100 mulheres, menos que o do Estado de S. Paulo (105), para a zona urbana do Município, ele desce para 99 homens por 100 mulheres, para a suburbana é de 94 e, na rural, sobe a 107 (1).

(1) O decreto n.º 4.959, de 6 de abril de 1931, dividiu o Estado de São Paulo em 10 distritos agrícolas, tornando-se Itapetininga sede do 4.º distrito, com uma área de 24.058,7 Km<sup>2</sup>. Em 1890, essa área compreendia 19 municípios que, em virtude de sucessivos desmembramentos, tornaram-se 25, em 1934, por ocasião do censo estadual desse ano. De 1890 a 1934, a população da referida área passou de 165.951 a 189.846 habitantes, em 1900, a 320.002, em 1920, e a 361.421, em 1934, dando, respectivamente, os índices 100, 114, 192 e 217. Para os mesmos anos censitários, a densidade, no referido distrito (o 4.º distrito agrícola) foi, respectivamente, de 6, 7, 13 e 15 habitantes por quilômetro quadrado. Para os 10 distritos, isto é, para o Estado, em conjunto, a população subiu de 1.384.753 habitantes em 1890, para 6.433.327, em 1934, com os índices 100, para 1890, 164, para 1900, 331, para 1920 e 464, para 1934. Para os referidos anos censitários, a densidade demográfica do Estado foi respectivamente de 5, 9, 18 e 26 habitantes por quilômetro quadrado. O aumento de fato foi de 3,88 por cento, quando o natural teria sido de 11,98. Em compensação, o 10.º distrito, com uma área de 33.783,8 Km<sup>2</sup>, viu sua população crescer de 6.586 habitantes, em 1890, para 547.030, em 1934, indo, pois, do índice 100 para 8.305. O aumento de fato foi de 10,70 por cento, quando o natural seria de 0,50. Somente o 2.º distrito, com a metade da área, teve um índice de crescimento menor que o do 4.º e, com exceção do 6.º, cujo índice é quase equivalente, todos os demais tiveram um índice correspondente a mais do dobro do índice do 4.º



O quadro VIII e o gráfico 1 (\*) mostram a distribuição da população do Município, quanto à cor, por idade e sexo. Observa-se que as porcentagens diminuem, das idades mais jovens para as mais velhas e se concentram no grupo branco, ficando rarefeitas nas demais categorias (pretos, pardos e amarelos).

Sobre o total da população, revelou o censo de 1940 constituírem os brancos 89,7 por cento, os pretos 5,2, os pardos 4,0, os amarelos, 1,1.

Calculando-se a proporção de indivíduos, quanto à cor, em cada classe de idade, obtêm-se as porcentagens que se vêem no quadro IX. Observa-se que, da penúltima classe em idade, 70-79 anos, à primeira, abaixo de 10 anos, a proporção de brancos se mantém em torno de 89 por cento, sendo a maior oscilação para menos, a dos 40-49 anos, 88,8 por cento e, para mais, a dos 10-19 anos, 90,2 por cento. Entre os indivíduos de 80 anos e mais, os brancos baixam para 85,1 por cento, o que parece ser devido à frequência de "erros de envelhecimento" entre os pretos. Assim, a proporção destes desce, de 11,6 por cento, entre os indivíduos de 80 anos e mais, para 4,6, entre os de menos de 10 anos, mais ou menos gradualmente, com apenas duas irregularidades, entre os de 50-59 anos e os de 20-29. Oposta à que se observa entre os pretos é a tendência, na proporção dos pardos que, de 3,3 por cento, entre os de 80 anos e mais, chegam a 4,1, entre os de menos de 10 anos, com ligeiras irregularidades. Entre os amarelos, são maiores as irregularidades, estando a proporção máxima entre os indivíduos de menos de 10 anos, 1,4, por cento, seguindo-se a porcentagem de 1,2 para as classes de 30-39 e

distrito. O índice do 10.º distrito, que foi o maior, correspondeu a 38 vezes o do 4.º, estando em segundo lugar o 9.º, cujo índice correspondeu a 9 e, em terceiro, o 5.º, cujo índice correspondeu a 5 vezes o do 4.º. Enfim, o 4.º distrito que, em 1890, ocupava o 4.º lugar entre os 10, quanto ao volume de população, passou a ocupar, em 1934, o 8.º lugar. Quanto à densidade, a mudança de ordem do 4.º distrito foi a mesma, isto é, do 4.º para o 8.º lugar. Cf. Gustavo de Godoy Filho, "A mobilidade da população paulista, através de seu crescimento", Revista do Arquivo Municipal, Vol. XVI, agosto de 1935, p. 77-80.

O censo estadual de 1934 deu, para o Município, 29.041 habitantes, dos quais 11.530, isto é, 39,57 por cento, estavam domiciliados na sede. De 1934 a 1950, o Setor Agrícola de Itapetininga, um dos 16 em que está subdividido o Estado, compreendendo 20 municípios, com um total de 20.636 Km<sup>2</sup>, viu sua população subir de 214.859 habitantes (zona urbana, 20,92%) para 272.238 (zona urbana, 26,90%). A densidade da população rural passou de 8,2 para 9,6, sendo a mais baixa de todos os setores, tanto em 1934 como em 1950. A densidade da população rural do Estado, de 16,9, em 1934, passou a 18,6, em 1950. Cf. "População rural e produção agrícola do Estado de São Paulo em A Agricultura em São Paulo. Boletim da Subdivisão de Economia Rural da Divisão de Economia Rural, Departamento da Produção Vegetal, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Ano I, n.º 3, junho de 1951.

Entre os censos de 1940 e 1950, a população do Município passou de 34.437 indivíduos para 38.920, indo a população urbana de 39,70 por cento para 46,51.

(\*) Os gráficos encontram-se no final do artigo.



QUADRO VIII

Distribuição da População Quanto à Cór, por Idade e Sexo (\*)

Itapetininga, Censo de 1940

Idade (em anos)	N.º	Total		Branços		Pretos		Pardos		Amarelos		
		%	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0 — 9	9.686	28,2	14,3	13,9	12,9	12,4	0,6	0,7	0,6	0,6	0,2	0,2
10 — 19	8.207	23,9	19,8	12,1	10,6	11,0	0,6	0,6	0,5	0,4	0,1	0,1
20 — 29	5.895	17,2	8,8	8,4	7,9	7,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,1	0,1
30 — 39	4.169	12,1	6,0	6,1	5,4	5,4	0,3	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
40 — 49	3.056	8,6	4,6	4,0	4,0	3,6	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0
50 — 59	1.888	5,4	2,7	2,7	2,5	2,4	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0
60 — 69	1.037	3,1	1,6	1,5	1,4	1,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
70 — 79	368	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	—	0,0
80 e mais	121	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	—	—

(\*) Cálculo sobre o total 34.437, excluídos 6 indivíduos cuja cór não foi declarada e 4 de idade desconhecida. A indicação 0,0 significa a presença em proporção inferior a 0,1 por cento; o traço (—) indica a ausência de casos na respectiva classe.



40-49, depois a de 0,9 por cento para as classes de 10-19 e 20-29, estando a mínima, 0,3 por cento, nas de 60-69 e 70-79, não havendo elementos desta cor entre os indivíduos de 80 anos e mais.

Os quadros X, XI, XII e XIII e os gráficos 2, 3, 4 e 5 mostram, separadamente, a distribuição dos contingentes branco, preto, pardo e amarelo, da população local, segundo o sexo e a idade. Nota-se, para cada categoria de cor, a configuração triangular já apontada, com base ampla e vértice afinado. A base ampla dos triângulos é reflexo da predominância de indivíduos em idades imaturas e juvenis, enquanto que o afinamento progressivo, até o vértice, indica o efeito redutor da mortalidade precoce.

Pelo quadro X e pelo gráfico 2, observa-se que a ligeira assimetria da distribuição favorece os elementos masculinos, entre os bran-

### QUADRO IX

Proporção de Indivíduos quanto à Cor, em cada grupo de Idade (\*)  
Itapetininga, Censo de 1940

	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos
De menos de 10 anos .....	89,9	4,6	4,1	1,4
De 10 a menos de 20 anos .....	90,2	4,8	4,1	0,9
De 20 a menos de 30 anos .....	89,8	5,1	4,2	0,9
De 30 a menos de 40 anos .....	89,1	6,0	3,7	1,2
De 40 a menos de 50 anos .....	88,8	6,0	4,0	1,2
De 50 a menos de 60 anos .....	89,6	5,7	3,5	1,2
De 60 a menos de 70 anos .....	89,4	6,6	3,7	0,3
De 70 a menos de 80 anos .....	89,2	6,7	3,8	0,3
De 80 anos e mais .....	85,1	11,6	3,3	—

(\*) Cálculo sobre 34.437 indivíduos, excluídos os 10 sem especificação de cor ou de idade.

### QUADRO X

Distribuição da População Branca por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Mascullinos		Femininos		Homens por 100 mulheres
	n.º	%	n.º	%	
0 — 9	4447	14,4	4260	13,8	104
10 — 19	3633	11,8	3770	12,2	96
20 — 29	2713	8,8	2579	8,4	105
30 — 39	1861	6,0	1852	6,0	100
40 — 49	1461	4,7	1252	4,1	117
50 — 59	868	2,8	824	2,7	105
60 — 69	482	1,5	445	1,4	108
70 — 79	161	0,5	167	0,5	96
80 e mais	58	0,2	45	0,1	123
Total	15684 (a)	50,7	15194 (b)	49,2	103

(a) Excluídos 2 casos de idade desconhecida.

(b) Excluído 1 caso de idade desconhecida.



cos, com uma porcentagem de 50,7 por 49,2. Para o conjunto, o índice é de 103 homens por 100 mulheres, idêntico ao do total da população. O índice mínimo aparece nas classes de 10-19 anos e 70-79, 96, e, o máximo, na dos 80 e mais, 123, o dos 10-19 devendo estar ligado ao êxodo de elementos masculinos e, aos demais, cabendo a explicação dada acima para as irregularidades correspondentes observadas na distribuição do conjunto da população.

Por sua vez, o quadro XI e o gráfico 3 mostram a distribuição da população preta, por sexo e idade, indicando, no conjunto, uma tendência oposta à da população branca, com 49,3 por cento de

QUADRO XI

Distribuição da População Preta por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Masculinos		Femininos		Homens por 100 mulheres
	n.º	%	n.º	%	
0 — 9	216	12,1	230	12,8	94
10 — 19	203	11,3	193	10,8	105
20 — 29	143	8,0	157	8,8	91
30 — 39	113	6,3	139	7,8	81
40 — 49	103	5,7	81	4,5	127
50 — 59	49	2,7	58	3,2	84
60 — 69	36	2,0	32	1,8	113
70 — 79	13	0,7	12	0,7	108
80 e mais	9	0,5	5	0,3	180
<b>Total</b>	<b>885</b>	<b>49,3</b>	<b>907 (a)</b>	<b>50,7</b>	<b>98</b>

(a) Excluído 1 indivíduo de idade desconhecida.

QUADRO XII

Distribuição da População Parda por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Masculinos		Femininos		Homens por 100 mulheres
	n.º	%	n.º	%	
0 — 9	207	15,0	190	13,8	109
10 — 19	169	12,3	164	11,9	103
20 — 29	127	9,2	118	8,6	108
30 — 39	74	5,4	81	5,9	91
40 — 49	69	5,0	54	3,9	128
50 — 59	39	2,8	28	2,0	139
60 — 69	19	1,4	19	1,4	100
70 — 79	6	0,4	8	0,6	75
80 e mais	3	0,2	1	0,1	300
<b>Total</b>	<b>713</b>	<b>51,7</b>	<b>663</b>	<b>48,2</b>	<b>108</b>



homens, sendo o índice de homens por 100 mulheres, de 98. Observa-se que, na população de menos de 40 anos, com exceção da classe dos 10-19, os homens figuram em menor proporção do que as mulheres, o que provavelmente está ligado ao êxodo para outros pontos do Estado de São Paulo e do território nacional. Nas classes de 40 anos para cima, com exceção da dos 50-59 anos, predomina o elemento masculino.

O quadro XII e o gráfico 4 mostram a distribuição dos pardos, por sexo e idade. No conjunto, predominam os homens, com uma porcentagem de 51,7. O índice é de 108 homens por 100 mulheres, inferior apenas ao dos amarelos (japoneses e descendentes). Observam-se duas inversões, nas classes de 30-39, 91 por 100 e dos 70-79,

### QUADRO XIII

Distribuição da População Amarela por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Masculinos		Femininos		Homens por 100 mulheres
	n.º	%	n.º	%	
0 — 9	67	17,6	69	18,1	97
10 — 19	41	10,8	34	8,9	121
20 — 29	27	7,1	31	8,2	87
30 — 39	28	7,3	21	5,5	133
40 — 49	22	5,8	14	3,7	157
50 — 59	15	3,9	7	1,8	214
60 — 69	3	0,8	1	0,3	300
70 — 79	—	—	1	0,3	—
80 e mais	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>53,1</b>	<b>178</b>	<b>46,8</b>	<b>114</b>

### QUADRO XIV

Distribuição da População de cor (Pretos e Pardos), por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Número		Porcentagem	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 — 9	423	420	13,4	13,3
10 — 19	372	357	11,7	11,3
20 — 29	270	275	8,5	8,7
30 — 39	187	220	5,9	6,9
40 — 49	172	135	5,4	4,3
50 — 59	88	86	2,8	2,7
60 — 69	55	51	1,7	1,6
70 — 79	19	20	0,6	0,6
80 e mais	12	6	0,4	0,2
<b>Total</b>	<b>1.598</b>	<b>1.570 (*)</b>	<b>50,4</b>	<b>49,6</b>

(\*) Excluído 1 caso de idade desconhecida.



75 por 100, bem como uma equiparação, na classe dos 60-69 anos, da proporção de elementos masculinos e femininos. Estará provavelmente ligada ao êxodo a diminuição na proporção de elementos masculinos, na classe dos 30-39 anos, não tendo, provavelmente, o mesmo sentido, a que ocorre nas idades mais avançadas.

Mais nítida que entre as três categorias precedentes, é a diferença numérica quanto aos sexos, entre os amarelos, constituindo os homens 53,1 por cento. O índice é de 114 homens por 100 mulheres, o que reflete o caráter quase exclusivamente rural deste elemento étnico, cujo aparecimento, no Município, data dos últimos 15 anos, não somando, seus componentes, em 1940, mais que 1,1 por cento da população. A proporção é ligeiramente inversa para as classes etárias de menos de 10 anos, 97 por 100, e de 20-29, 87 por 100 (V. o quadro XIII e o gráfico 5).

Tomando-se, em conjunto, a população preta e parda, obtém-se a distribuição, por sexo e idade, que se vê no quadro XIV e no gráfico 6. Predominam os homens, com 50,4 por cento, proporção quase idêntica à que se encontra entre os brancos. Apenas nas classes de 20-29 e 30-39 se nota uma ligeira inversão das proporções. Para o total, o índice é de 102 homens por 100 mulheres. Para os pretos, pardos e brancos, em conjunto, o índice é de 103 por 100.

Agrupando-se toda a população, com exclusão, apenas, dos amarelos — grupo recém-chegado e numericamente diminuto — obtém-se a distribuição por sexo e idade que se vê no quadro XV e no gráfico 7, semelhante tanto à da população branca quanto à da população de côr. O elemento masculino predomina, com 50,8 por

QUADRO XV

Distribuição da População (Exclusive os Amarelos), por Sexo e Idade  
Itapetininga, Censo de 1940

Idade (Em anos)	Número		Porcentagem	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 — 9	4870	4680	14,3	13,7
10 — 19	4005	4127	11,8	12,1
20 — 29	2983	2854	8,8	8,4
30 — 39	2048	2072	6,0	6,1
40 — 49	1633	1387	4,8	4,1
50 — 59	956	910	2,8	2,7
60 — 69	537	496	1,6	1,5
70 — 79	180	187	0,5	0,5
80 e mais	70	51	0,2	0,1
	17282 (*)	16764 (**)	50,8	51,2

(\*) Excluídos 2 casos de idade desconhecida.

(\*\*) Excluídos 2 casos de idade desconhecida.



cento, com ligeira inversão nas classes de 10-19 e 30-39 anos. O índice de homens por mulheres é de 103 por 100.

Tomando-se os dados de 1940, para as diferentes categorias de cor e calculando-se a porcentagem dos indivíduos de menos de 20 anos, de 20-59 e de 60 anos para cima, obtém-se o quadro XVI, por onde se vê que a proporção de população jovem é maior entre os japoneses e seus descendentes (55,4 por cento), estando em segundo lugar os pardos (53,0 por cento), em terceiro, os brancos (52,2 por cento) e, em último, os pretos (47,0 por cento). Isto significa que, entre os amarelos, ha um índice de 128 indivíduos de menos de 20 anos para 100 de 20-59; para os pardos, 124; para os brancos, 120; e, para os pretos, 100. Quanto à proporção de indivíduos de 60 anos e mais, vêm, em ordem decrescente, os pretos com 6,0 por cento, os brancos, com 4,2, os pardos, com 4,1 e os amarelos, com 1,4. Tomando-se a população de menos de 20 e de 60 anos e mais, em conjunto, verifica-se que a menor proporção se encontra entre os pretos (53,0 por cento), sendo pequena a diferença de porcentagem entre os demais: 57,1 para os pardos, 56,8 para os amarelos e 56,4 para os brancos. Assim, somando-se os indivíduos de menos de 20 com os de 60 anos e mais, obtém-se os seguintes índices: para os pardos, 133 indivíduos jovens ou senis para 100 de 20-59; para os amarelos, 131; para os brancos, 130; e, para os pretos, 110. A menor proporção de indivíduos em idades jovens, entre os pretos, parece ser devida ao efeito combinado dos seguintes fatores: maior índice de mortalidade precoce, êxodo, principalmente de elementos masculinos, na segunda década da vida e proporção considerável de mulheres que trabalham como empregadas domésticas, em condições desfavoráveis à constituição de família. Quanto à mais elevada proporção de elementos senis entre os pretos, terá resultado, pelo menos em parte, dos "erros de envelhecimento", mais frequentes em relação a esta que às demais categorias de cor. A mais alta proporção de jovens e mais baixa de elementos senis, entre os japoneses e seus descendentes, refletem, ao mesmo tempo, o mais alto grau de ruralidade e a recência da introdução deste grupo, no Município, o qual vai transbordando, das mais novas para as

### QUADRO XVI

Distribuição da População quanto à Cor, segundo as fases da Vida  
Itapetininga, Censo de 1940

	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos	Total
Menos de 20 anos .....	52,2	47,0	53,0	55,4	52,0
De 20 a menos de 60 anos .....	43,5	47,0	42,8	43,3	43,6
De 60 anos e mais .....	4,2	6,0	4,1	1,4	4,4



mais velhas zonas de colonização, especialmente para os pontos onde o desenvolvimento das cidades oferece perspectivas de expansão do mercado de consumo dos produtos perecíveis, em cujo cultivo se especializam.

Calculando-se a proporção do indivíduo, nas três fases da vida, segundo as categorias de cor da pele, sobre o total da população, obtêm-se os resultados que aparecem no quadro XVII. Observa-se que a proporção de brancos é de 89-90 por cento ou seja, de 90,0 entre os indivíduos de menos de 20 anos de idade, de 89,4 entre os de 20-59 e, de 89,0 entre os de 60 anos e mais. Enquanto isso, a proporção de pretos decresce e a de pardos aumenta, em ambos os casos ligeiramente, à medida em que se vai da fase mais avançada para a menos avançada, em idade. Assim, os pretos constituem 7,0 por cento da população de 60 anos e mais, 5,6 da de 20-59 e 4,7 da de menos de 20 anos; os pardos, 3,7 da população de 60 e mais, 3,9 da de 20-59 e 4,1 da de menos de 20 anos. A proporção de amarelos vai de 0,3 por cento entre os de 60 anos e mais para 1,1 entre os de menos de 10 anos.

Calculando-se a proporção de indivíduos, quanto ao sexo e à fase da vida, em cada categoria de cor, obtêm-se os dados do quadro XVIII. Observa-se ser o grupo branco aquele em que é maior a simetria na distribuição dos indivíduos pelos dois sexos, nas três fases: 26,2 por cento de homens para 26,0 de mulheres, abaixo de 20 anos; 22,3 para 21,2 de 20-59 anos; 2,2 para 2,0 de 60 anos e mais. O cálculo direto dá, para os brancos, o índice de 101 homens por 100 mulheres, entre os indivíduos de menos de 20 anos, 106 entre os de 20-59 e 107 entre os de 60 e mais. Para os pretos, as porcentagens são de 23,4 para 23,6 abaixo de 20 anos, 22,7 para 24,3 dos 20-59 e 3,2 para 2,8 dos 60 em diante. A proporção de homens para mulheres, calculada diretamente, é de 99 por 100, abaixo dos 20 anos, de 94, dos 20-59 e de 118 para os de 60 anos em diante. Para os pardos, as porcentagens são de 27,3 para 25,7 abaixo dos 20 anos, 22,4 para 20,4, dos 20,59 e 2,1 para 2,0 dos 60 em diante. Os índices são: 106 homens por 100 mulheres, abaixo

QUADRO XVII

Proporção de Indivíduos quanto à Cor, em cada fase da Vida (\*)

Itapetininga, Censo de 1940

	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos
De menos de 20 anos .....	90,0	4,7	4,1	1,1
De 20 a menos de 60 anos .....	89,4	5,6	3,9	1,1
De 60 anos e mais .....	89,0	7,0	3,7	0,3

(\*)Cálculo sobre 34.427 habitantes, excluídos os 10 sem especificação de cor ou de idade.



QUADRO XVIII

Indivíduos quanto ao sexo e à fase da Vida em cada categoria de cor (\*)

Itapetininga, Censo de 1940

	Branços		Pretos		Pardos		Amarelos		
	Homens		Homens		Homens		Homens		
	Homens por 100	Mulheres por 100	Homens por 100	Mulheres por 100	Homens por 100	Mulheres por 100	Homens por 100	Mulheres por 100	
De menos de 20 anos	26,2	101	23,4	23,6	27,3	25,7	28,4	27,0	105
De 20 a menos de 60 anos	22,3	106	22,7	24,3	22,4	20,4	24,1	19,2	126
De 60 anos e mais ...	2,2	107	3,2	2,8	2,1	2,1	0,8	0,6	150

(\*) Cálculos sobre os totais: brancos, 30.878 (excluídos 3 casos de idade desconhecida); pretos, 1.792 (excluído 1 caso de idade desconhecida); pardos, 1.376 e amarelos, 381.



dos 20 anos, 110, dos 20-59 e 100, de 60 em diante. Para os amarelos, as porcentagens são de 28,4 para 27,0, abaixo dos 20, 24,1 para 19,2, dos 20-59 e 0,8 para 0,6, dos 60 em diante. Os índices, calculados diretamente, são: 105 homens por 100 mulheres, abaixo dos 20 anos, 126, dos 20-59 e 150 dos 60 em diante.

As seguintes inferências podem ser extraídas dos dados demográficos de 1940, até aqui apresentados: 1) a proporção de indivíduos, quanto à cor, nas diferentes classes etárias, revela uma grande estabilidade na proporção de brancos, uma ligeira diminuição na de pretos e um aumento igualmente ligeiro na de pardos; 2) o grau e o tipo de assimetria das diferentes pirâmides de população indicam: a) um estado de transição de comunidade caracteristicamente rural para caracteristicamente urbana; b) indícios mais visíveis de êxodo entre os pretos e mais atenuados entre os pardos, estando os brancos em posição intermediária; c) maior ruralidade dos amarelos (japoneses e descendentes), com elevada proporção de elementos jovens e masculinos.

Neste ponto, torna-se necessário considerar que os dados censitários de 1940, resultando de declarações dos próprios recenseados ou de seus familiares, implicam numa exageração da proporção de brancos e numa subestima da de elementos de cor, especialmente de pardos, no Município. "Os "pardos" do censo são, provavelmente, os mestiços mais escuros, de identificação menos sofismavel, assim como os "pretos" somente incluem os elementos sem nenhuma aparente mestiçagem com o branco ou com o índio. Qualquer mestiçagem aparente levaria o indivíduo a se classificar como "pardo" assim como a predominância de traços de branco inclinaria o mestiço a se classificar como branco. Com efeito, observações repetidas e demoradas, em logradouros públicos, centros de recreação, igrejas, enfim, em diferentes situações de aglomeração, na cidade, bem como visitas a diferentes pontos da zona rural, situados em diferentes direções, a partir da sede e a distâncias variadas desta, levaram a estimar o grupo mestiço local, não incorporado ao contingente branco, em cerca de 20 por cento da população total, o que com os pretos, mantida a porcentagem revelada pelo censo, dá uma proporção de 25 por cento de "gente de cor".

Analisando-se os grupos branco, preto e pardo, locais, pode-se descrever como segue a sua composição: 1) o grupo branco compreende, em proporções indeterminadas: a) indivíduos sem nenhuma ascendência negra ou índia; b) indivíduos com remota ascendência negra ou índia, desconhecida ou inaparente nos traços somáticos; c) indivíduos de ascendência negra ou índia (especialmente negra) próxima ou conhecida, porém, inaparente nos traços somáticos; d) indivíduos de ascendência negra ou índia, conhecida ou não, porém, cujos traços "não brancos" são considerados "leves" e, portanto, negligenciados (pele amorenada com cabelos lisos, lábios finos e nariz



afilado; nariz platirríneo, lábios finos, cabelos lisos e pele clara; cabelos "duros" com pele clara, nariz afilado e lábios finos; lábios grossos com cabelos "bons", pele clara e nariz afilado; e assim por diante). 2) O grupo preto compreende: a) indivíduos de exclusiva ascendência africana; b) indivíduos cujos traços não patenteiam qualquer tendência ao branqueamento, sendo, pois, inaparente a ascendência branca ou índia que acaso tenham tido. Os "mulatos" (termo mais geralmente usado para designar os mestiços ainda não incorporados, devido aos traços "carregados", ao contingente branco) compreendem: a) indivíduos escuros em que é patente o mestiçamento com o branco ou a ascendência índia; b) indivíduos de cor da pele intermediária, em graus diversos, entre a do branco e a do negro, associada a outros sinais de ascendência africana.

A variedade de combinações de traços, que podem ir do preto "retinto", de cabelos encarapinhados, lábios grossos e nariz platirríneo ao branco de cabelos finos e loiros, lábios finos e nariz afilado, uma vez posto de lado o critério de origem e considerado, apenas, o fenótipo, faz com que os limites entre as diversas categorias — brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos — sejam indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa, podendo, além disso, a identificação de um indivíduo, quanto à cor, ser influenciada pela associação com outros característicos de "status" como o grau de instrução, a ocupação e hábitos pessoais, com tendência a se atenuar a cor de indivíduos socialmente bem sucedidos. De outro lado, a maleabilidade de critérios, juntamente com a resistência à identificação da própria cor como escura, faz com que o limiar entre o branco e o não-branco varie com a cor do próprio observador: principalmente o mestiço claro tende a tomar a si próprio como medida, na tendência a identificar-se com o branco e a se incorporar ao seu grupo.

O pudor da cor e a relutância a se identificarem como de cor, por parte dos mestiços mais claros — pois que a maleabilidade dos critérios de identificação é limitada pelo "senso do ridículo" a que estão sujeitos os que sofismam abertamente a própria cor — bem como a preocupação dos brancos em não susceptibilizar os mestiços de sua deferência (por amizade ou qualquer outro motivo) tem favorecido o aparecimento de expressões eufêmicas, ambíguas, como o termo "moreno", que tanto pode ser empregado para designar um mestiço de branco com negro, em diferentes graus de mestiçamento, como para indicar qualquer pessoa branca que não seja loira <sup>(2)</sup>. Os recenseamentos brasileiros, empregando, ora o termo "mulato", ora o

(2) É, também, neste sentido vago e eufêmico, mais que no de descendente do índio, que se costuma empregar o termo "caboclo", no Município.



termo "pardos", ora um terceiro, "mestiços", aceitando ou suprimindo a categoria "caboclos" refletem esta situação (3).

O quadro XIX mostra a distribuição porcentual da população de Itapetininga, segundo a cor da pele, de acordo com o censo provincial de 1886 e os censos nacionais de 1890 e 1940.

QUADRO XIX

Distribuição da População segundo a Cor da Pele

Município de Itapetininga, Censos de 1886, 1890 e 1940

Cor	Proporção por 100 habitantes		
	1886	1890	1940
Branco	62,1	64,8	89,7
Pardos (mulatos, "mestiços")	24,0	13,0	4,0
"Caboclos"	3,6	14,7	—
Pretos	10,3	7,5	5,2
Amarelos			1,1
Cor não indicada			0,0 (*)
Total	100,00	100,00	100,00

Nota: (\*) = 0,02

(3) Quando um auxiliar de pesquisa registrava dados sobre casamentos, num dos cartórios locais do Registro Civil, uma menina, que dizia ter 14 anos, entrou no recinto, acompanhada de uma moça parda, de cerca de 18 anos. Declarando o próprio nome, solicitou a menina, ao escrivão, uma certidão de nascimento. Gracejou o funcionário com ela, por lhe achar estranho o nome. Como custasse a localizar o registro, dizia, em tom de brincadeira, que ela não havia sido registrada. Ao encontrar a anotação, exclamou, com incontida surpresa: — "O seu pai registrou você como preta, como é isso?!" A menina não tinha traços negroides. Era, simplesmente, "morena" e, por acanhamento, não respondia. O escrivão perguntou se a mãe era preta, ao que ela fez um sinal afirmativo. Após verificar os dados que constavam do registro, o escrivão voltou a exclamar: — "Ah! o seu pai é preto, não é?! Mas como é que ele declarou que você é preta?" Nesse ínterim, chegou um senhor de cerca de 35 anos, branco, e o escrivão lhe perguntou, mostrando a menina: — "Esta menina é preta?" Ante a resposta negativa, voltou-se para a menina e acrescentou: — "Pois é, menina, diga ao seu pai que você não é preta, não!" Dirigindo-se ao mesmo senhor, comentou: — "Como é que uma menina como essa, filha dum preto com uma branca, saiu assim? É esquisito, não é?! E o mais interessante é que ela está registrada como preta! Isso pode até trazer dificuldade para ela. Eu creio que, se ela for tirar caderneta de identidade, não conseguirá, porque a certidão de nascimento diz que ela é preta e ela é branca. As nossas leis reconhecem quatro cores: branco, preto, pardo e amarelo. Mas ela não é preta e nem parda. Parda é esta moça (apontava para a companheira da menina)."

Noutro cartório, cujo funcionário, além dos brancos, pretos e pardos, distinguia os "morenos", nos registros de casamentos, o auxiliar de pesquisa, interpelando-o sobre o emprego do referido termo, obteve a seguinte resposta: — "Eu uso a cor "morena" para esses que não são muito alvos. Porque eu sou branco, o senhor é branco, mas tem gente que é pouco mais escura que nós e não se pode classificar como branca, porque não está certo. Então, eu uso "moreno". São esses meios pardacentos. Assim,



Em 1886, a população se elevava a 11.362 indivíduos, dos quais eram brancos 62,1 por cento, pardos, 24,0, pretos, 10,3 e "caboclos", 3,6 (4).

O primeiro censo posterior à abolição do trabalho escravo, realizado em 1890, deu para o Município, 11.278 indivíduos, dos quais são mencionados como brancos 64,8 por cento, como "caboclos" 14,7, "mestiços" 13,0 e pretos 7,5.

Já o censo de 1940 deu, para o Município, 34.437 habitantes, incluindo como brancos 89,7 por cento, pretos 5,2, pardos 4,0, amarelos, 1,1 e de cor não mencionada, 0,02.

De 1886 a 1890, enquanto a proporção de brancos permanece praticamente inalterada (62,1 e 64,8%), a de mulatos se reduz a pouco mais da metade (24,0 e 13,0%, a de "caboclos" quadruplica (3,4 e 14,7%), ao mesmo tempo em que a de pretos cai sensivelmente, vindo a representar cerca de três quartos do que fôra (10,3 e 7,5%). É provável que muitos dos mulatos de 1886 tenham sido contados como "caboclos", em 1890, uma vez que não ocorreu nenhum movimento migratório que possa explicar esta diferença de distribuição em período tão curto. Com efeito, somando-se os mulatos (pardos ou "mestiços") com os "caboclos", dos censos de 1886 e 1890, verifica-se que a proporção dos que não são nem brancos nem pretos, permanece a mesma (27,6 e 27,7%).

De 1890 a 1940, a proporção de brancos passa por um sensível aumento (64,8 e 89,7%), enquanto que a de pardos se reduz a pouco mais de um terço do que fôra (13,0 e 4,0%), ao mesmo tempo em que a de pretos se altera relativamente pouco, para menos (7,5 e 5,2%) (5).

---

ficam entre pardo e branco. Porque tem gente que não é branca e se classifica como branca e, às vezes, até é pretal! Uma vez se deu um caso interessante, aqui. Apareceu um homem bem preto e, nos papéis dele, constava que ele era branco. O juiz não aceitou. Disse que ele precisava arranjar outro documento que dissesse que ele era preto."

(4) O último desmembramento (salvo o caso recente de reincorporação e subsequente separação de Sarapuí) sofrido pelo município de Itapetininga, teve lugar em 1889, com a constituição do de São Miguel Arcanjo (1-4-1889). Nada indica, porém, que este desmembramento possa prejudicar a comparação dos dados de 1886 com os dos censos posteriores, no que concerne à composição étnica da população. São as seguintes as datas dos desmembramentos anteriores: Tatuí 13-2-1844; Botucatu, anexado, em 14-3-1868; Sarapuí, 13-3-1872, reincorporado em 21-5-1934 e de novo desmembrado em 7-10-1937, Angatuba (Espírito Santo da Boa Vista), 11-3-1878; e Guareí, 16-3-1880. Cf. "O Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municípios," Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, Dezembro de 1938 (2.<sup>a</sup> edição).

(5) No Brasil, em conjunto, a proporção de pardos (mulatos, "mestiços", "caboclos"), entre os censos de 1872, 1890 e 1940, foi, respectivamente, de 42,19 por cento, 41,40 e 21,20; a de pretos, de 19,68, 14,68 e 14,64; e a de brancos, de 38,14, 43,97 e 63,47. Os amarelos com 0,59 por cento, em 1940 e os de cor não indicada, com 0,10 por cento.



A alteração inversa na proporção de brancos (64,8 e 89,7%), de um lado, e de pardos e pretos (35,2 e 9,2%), de outro, entre os censos de 1890 e 1940, cujas diferenças são de 24,9 por cento, para mais, para os primeiros e de 26,0 por cento para menos, para os últimos, deve ser atribuída à atuação conjunta dos seguintes fatores: a) incorporação dos mestiços mais claros ao grupo branco; b) diferença na velocidade de crescimento natural das populações branca e de côr resultante da maior mortalidade de pardos e pretos<sup>(6)</sup>; c) contribuição dos imigrantes e seus descendentes para o incremento indireto do contingente de brancos<sup>(7)</sup>; e d) proporção provavelmente maior de êxodo dos pretos do Município.

Por sua vez, a redução relativamente pequena na proporção de pretos (7,5 e 5,2%), comparada com a dos pardos (27,7 e 4,0%) e com a alteração inversa, na de brancos (64,3 e 89,7%), indica estar o grupo mais escuro contribuindo menos, pela mestiçagem, para o contingente dos pardos, do que êstes para o dos brancos, o que provavelmente estará ligado às duas circunstâncias seguintes: a) a uma redução na proporção de ligações ilícitas, ocasionais ou permanentes, entre homens brancos e mulheres pretas; e b) ao aumento da tendência ao intracasamento e a uniões permanentes entre os ele-

(6) Embora não se disponha de dados para o Município, é de se presumir que, nele, a situação seja, a este respeito, idêntica à de outras unidades do interior do Estado de São Paulo, dada a situação econômica mais precária da população de côr, em conjunto, em comparação com a da população branca. Em estudo realizado com relação a 60 municípios do Estado, constatou-se que a taxa de mortalidade média anual, no período de 1939-42, foi de 15,9 por 1.000 habitantes para os brancos e 25,5 para os pardos e pretos reunidos. A taxa de mortalidade infantil foi calculada em 139 óbitos, no primeiro ano de vida, para cada 1.000 nascidos vivos, para os primeiros, e em 194 para os últimos. No Distrito Federal e em São Paulo, a mortalidade infantil era, respectivamente, de 123 e 118 para os brancos e 228 e 257 para os pardos e pretos. Cf. a publicação n.º 13 da série das "Aplicações do censo demográfico, Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, Rio de Janeiro, 1944; e "Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais", Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1948.

(7) A contribuição dos imigrantes se fez mais pelo seu deslocamento e de seus descendentes, de outros pontos do Estado de São Paulo, especialmente para a área urbana do Município, do que pela fixação direta dos imigrados no território deste.

O censo provincial de 1886 revelou a existência de 104 estrangeiros (excluídos os 18 africanos), no Município, compreendendo 37 italianos, 51 portugueses, 12 alemães, 2 espanhóis e 2 franceses, perfazendo 0,9 por cento dos 11.372 habitantes. Na Província, os estrangeiros (excluídos os africanos) constituíam 4,3 por cento da população.

O recenseamento de 1920 deu, para o município de Itapetininga 25.073 habitantes, dos quais 912 ou sejam 3,51 por cento eram estrangeiros (inclusive 63 naturalizados). No distrito da sede, os estrangeiros constituíam 4,4 por cento, enquanto que, nos outros três, não passavam de 1,5 por cento. No Estado de São Paulo, os estrangeiros constituíam 18,1 por cento dos habitantes.

O recenseamento de 1940 revelou, para os 34.437 habitantes do Município, 2,7 por cento de indivíduos nascidos no estrangeiro (inclusive 0,7 por cento naturalizados).



mentos mais escuros da população, produzido por uma redefinição de atitudes em relação ao seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, pela resistência dos brancos e dos pardos ao cruzamento.

Ainda hoje, alguns dos elementos de côr mais conceituados na cidade, são portadores de sobrenomes característicos de famílias tradicionais da classe dominante e estão conscientes de terem com estes laços de parentesco, por serem descendentes de escravas com os respectivos senhores ou com pessoas das famílias destes. Nas primeiras décadas do corrente século, as uniões premaritais — duradouras ou ocasionais — de homens brancos de projeção, com mulheres de côr, continuavam a ser relativamente frequentes, tendo sido essa a origem de não poucos dos elementos de côr de mais favorável situação social, nesse período.

Em 1951, uma senhora branca, descendente de antigos fazendeiros, referindo-se a um seu primo-irmão, pardo, que exerce um dos mais cobiçados cargos públicos, numa cidade vizinha, informou ser o mesmo filho de um seu tio paterno com uma mulher preta. Acrescentou que seu pai tinha predileção por êsse irmão e muito estimava o sobrinho. O irmão tinha sido infeliz no casamento e, por isso, passou a viver com essa mulher de côr. Teve um casal de filhos e, quando enviuvou, regularizou a união com a companheira.

Observando uma fotografia tirada no começo do século, de um conjunto de moças da classe dominante, que participaram de uma festa pública, entre as quais figurava uma moça parda, vários anciãos informaram ser a mesma filha natural de conhecido fazendeiro e elemento de projeção política. “O pai dava a essa moça todo o conforto que podia e custeava seus estudos.”

Filho natural de um homem branco com uma mulher de côr, era um jovem advogado provisionado, que morreu trágicamente em princípios deste século (8).

---

No Estado de São Paulo, os estrangeiros e brasileiros naturalizados perfaziam 11,3 por cento da população.

(8) Eis como uma senhora branca, septuagenária, casada com um fazendeiro, se referiu a casos de filhos naturais de seu conhecimento:

“O... era filho natural (isto é, descendente) pelos dois lados: o pai, ....., era filho natural de meu sogro, e portanto, irmão natural do meu marido; a mãe era filha natural do .....que era o pai do compadre.....; ela era, portanto, irmã natural do compadre....., que é primo irmão de meu marido. O pai do.....foi criado na casa do meu sogro, ajudando na casa, lidando com o gado. Depois, homem feito, trabalhava por dia para um, para outro, às vezes plantava um pouco; mas era um lavrador que pouco fazia, pois bebia muito. Ele gostava de fazer versos. A mãe fazia serviço caseiro. Era muito serviçal, muito boa. Tinha uma mulher para dar a luz, ela ia ajudar.... Foi criada na casa do pai, junto dos seus irmãos brancos. Eu me lembro dela, vestidinha de homem, meninota ainda, a cavalo pelo campo, ajudando o pai. Ai acabou de se criar e foi para sua casa só quando se casou. Os pais de..... eram



Um homem de côr, já sexagenário, de ocupação manual, anal-fabeto, se diz irmão natural de um dos cidadãos brancos de maior influência econômica e política, na região. O pai de ambos foi fazendeiro e elemento de projeção política, ainda nos primeiros anos do presente século (9).

Alguns homens, e principalmente, senhoras idosas, de famílias tradicionais, ainda conservam, entre os demais retratos de família,

casados; ele era, pois, filho de pais casados. Ele era mulato bem claro, mas de cabelo doro. Era muito inteligente. Estudava muito, até defendia reus. Mas ele não era formado. Aproveitou muito as lições que o dr..... (antigo juiz de direito, branco, de família tradicional), casado com minha irmã, dava para ele. Ele estava sempre em casa pois ele era sobrinho do.....meu marido, e do compadre.....também. O.... era muito amigo de um outro mulato que também defendia réus: o....., coitado, que morreu matado por um moço de família rica daqui.

(9) Ao tempo da escravidão, os filhos bastardos de homens brancos com mulheres de côr (escravas) contavam não apenas com a benevolência das esposas e demais mulheres das famílias daqueles, como também com a possibilidade de salvaguardar os direitos que a lei lhes reconhecia. Na gaveta 6 do Cartório do 2.º Ofício, em Itapetininga, existe a seguinte petição, feita em nome de Agostinho de Almeida Falcão, mulato, filho bastardo de um parente do senhor com uma escrava, e dirigida ao juiz de órfãos, em 1946:

Illmo. Snr. Juiz de Orfãos

Diz Agostinho de Almnda. Falcão da Villa de Tatuy e nesta por seo Prcor que a bem de seu dirto. se lhe faz preciso justificar perante V.Sa. os itens nesta exarados, e pa. cujo fim offeresse as testemunhas a margê e requer que sejam citados por carta do respectivo escm. todas as que forem de dentro do termo, e as de fora passando-se deprecada ao Juizo de Orfãos da Villa de Porto Feliz onde pertecem, assim ms. citando-se a Mel. de Almnda. Falcão, Benedito de Almnda. Já. de Almnda. Falcão, Ma. Pinheiro, Joaqm. Pinheiro jr. cabeça de sua mer., Lucio siabra pr. cabeça de sua mulher pa. verem o suppe. com as testtas. Justificarem o seguinte:

1.º

Que o Justificante é filho bastardo do finado André de Almnda. Falcão com Ma. esca. do finado Ja. de Almnda. Falcão.

2.º

Que entre os pais do Justificante não havia impedimento algum.

3.º

Que durante a mize. (amizade?) dos Pais do Justificante não houve interrompimto. the o Nascimto. do Justificante.

4.º

Que o finado Pai do Justificante o reconhecia este por seo filho. Nestes termos - P. a V. Sa. se sirva justificar os prezes. artigos, e afinal julgado por Sentença, pa. o fim de ser o Suppe. reconhecido e abilitado erdo. do do. finado André, e entregando-se ao Supp. pa. seo dirto. de que

E. Mce

O Prcor. Reginaldo Pera. Maxo.

(Ao lado do fecho do requerimento, estavam anotados os nomes das testemunhas: Domingos Laudelino, Joaquim Machado, Coronel Domingos José Vieira, - de Itapetininga - Antonio de Proença - de Tatuí - José Custódio e Joaquim Bento - de Bacaetava e Pirapora).



os de parentes naturais, de côr <sup>(10)</sup>, bem como os de parentes por adoção <sup>(11)</sup>.

Já em 1934, porém, com uma taxa de 1,6 de ilegítimos sobre 100 nascimentos, constituía o município de Itapetininga, na expressão

(10) Diante de uma fotografia, uma senhora branca, septuagenária, descendente de família tradicional, informou:

“Esse retrato desse mulato claro, fardado, bem vestido, garboso, é dum filho natural do meu sogro. Ele chamava..... Eu me dava muito com meu sogro e ele contou toda a história pra mim. A minha sogra também ficou sabendo mas ela era muito boa e nem ligou porque também não tinha nada; o meu sogro fez isso quando era rapazinho solteiro. Foi assim: o pai do meu sogro veio para Ipanema, esse lugar ali perto, que tinha ferro. Ele veio com um cargo elevado, do governo: tomava conta dos pretos do governo, aí. Nesse tempo, o meu sogro era mocinho, ele tinha uns dezito, vinte anos de idade. E ele contou que tinha lá uma mulatinha clara — ele não falou que ela era bonita, decerto não quis, não é? — mas disse que era clara, como quem diz que era bonita. Pelo geito dele eu vi que ela devia ser muito bonita mesmo. E ele começou de amores com ela. Mas antes do.....nascido ela foi para o Rio de Janeiro e foi onde ele veio ao mundo. O meu sogro, criança, nem ligou, nem tratou de saber mais nada, nem dela, nem da criança. Mas ela era ativa. Contou pro filho quem era o seu pai, bem direitinho. E ele é cara de um irmão do ....., meu marido. (Passou o retrato para um seu compadre e primo do marido, octogenário, que se encontrava presente e que observou: “Ah! Ele é cara da nossa gente! É nossa feição mesmo!”) Pois é, meu sogro veio depois para uma cidade perto daqui, onde se casou. E o .....do Rio de Janeiro, começou a escrever para o meu sogro, pedindo dinheiro para vir visitar a família. E nesse tempo, ele já era homem feito. O meu sogro mandou e ele veio conhecer o pai legítimo (sic) e os parentes. Até convidou a madrastra (minha sogra) para ser madrinha de um filho dele e o meu cunhado para ser padrinho. Ele foi capitão do exército, no Rio de Janeiro.”

A mesma senhora, diante de outro retrato, observou:

“Este moço (um rapaz de tipo amulatado, cabelos ondulados) é um filho natural do meu irmão que foi.....(indica importante cargo público que o irmão exerceu).

(11) Em 1951, ao ser entrevistado, um preto de 65 anos de idade, casado com mulher branca, discorrendo sobre sua própria vida, declarou:

“Fui criado por....., o cônsul dos tropeiros de Itapetininga. O velho que me criou, me ajudou muito, me deu interesse nos animais. Depois, com maus companheiros, foi que perdi a cabeça...”

Uma senhora branca, cujo tio foi um dos mais abastados proprietários locais, em fins do século passado e princípios do atual, informou:

“Tio..... formou um pretinho,..... Formou na Escola Complementar daqui. Ele exerceu o magistério, num bairro de Itapetininga, mas ficou tuberculoso. E quando minha tia morreu, ele se mudou para São Paulo. Lá, ele sarou. Lá, ele escreve em jornais. Ele é bem preto sua mãe era africana, retinto ele é. Foi minha tia quem o criou. Ele é poeta. Fala, também, muitas línguas. Agora, diz que está aprendendo japonês. E vai para o Japão! Sua mãe era chamada Mamã..... Assim a chamavam porque amamentou minha tia. Conservou-se sempre em casa. Quando veio a abolição, muitos escravos, como Mamã....., não quiseram sair de seus senhores.”

Outra senhora, já avó, esposa de um fazendeiro, mostrando ao pesquisador uma coleção de fotografias da família, informou:

“Este moço, desta fotografia, é o ..... Ele é mulato claro. É filho de família pobre e foi criado desde os seus nove anos, aqui em casa. Nós queremos muito ele. Ele é tropeiro. Aí no retrato ele está com roupa de tocar tropa, montado na mula dele. Ele está meio separado da mulher, o casamento não deu muito certo. Ele casou já com seus trinta e poucos anos e ela só tinha uns vinte. Ela é branca. Está meio largada dele.”



de um estudioso, uma "ilha de legitimidade", rodeada por 11 municípios em que a proporção se elevava a 14,9, sendo a do Estado de 5,9 <sup>(12)</sup>, quando, em 1884-6, a da Província fôra de 15,8 <sup>(13)</sup>.

Tomando-se os 279 casamentos realizados em 1948, nos vários distritos de paz do Município, obtém-se a distribuição dos nubentes, pela cor da pele, que aparece no quadro XX.

QUADRO XX

Côr dos Noivos e Noivas em 279 Casamentos, Município de Itapetininga, 1948

Noivos	N o i v a s					Total	
	Branças	Pardas	Pretas	Amarelas	Côr não declarada	N.º	%
Branços	219	3	1	—	—	223	80,3
Pardos	2	16	1	—	3	22	7,5
Pretos	2	1	9	—	—	12	4,1
Amarelos	—	—	—	5	—	5	1,8
Côr não declarada	2	—	—	—	15	17	6,3
Total	225	20	11	5	18	279	100,0

(12) Cf. A Almeida Júnior, "A ilegitimidade no Estado de São Paulo", Revista do Arquivo Municipal, Ano, VI, Vol. LXII, Novembro-Dezembro de 1939, p. 153-162. O A. sugere que a taxa menor do Município de Itapetininga resulta, principalmente, da "saturação" de escolas por que o mesmo vem passando, desde fins do século XIX, quando se criou a escola normal local. Embora não dipondo de dados que permitam a comparação entre os contingentes branco e não branco da população, lembra que a taxa é maior no Distrito Federal do que na capital do Estado de São Paulo, sendo na primeira maior a proporção de pretos e pardos. No próprio Estado de São Paulo, a taxa se apresenta maior em pontos (como o município de Guaratinguetá, que está mais ou menos em pé de igualdade com o de Itapetininga, quanto à distribuição de escolas) onde a economia mais agrícola que pastoril levou a uma maior concentração de escravos, sendo, pois, mais fortes os vestígios deixados pela instituição escravagista, nos costumes.

Em 1940, a proporção de mulheres solteiras, com filhos, decresce significativamente, indo-se dos Estados do norte para os do sul, estando entre os Estados de maior proporção aqueles que se destacam pelo contingente de pretos e mulatos. Em primeiro lugar está o Maranhão, com 32,19% de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos sobre o total de solteiras de 12 anos e mais, em quinto lugar, a Bahia, com 20,39, em último, São Paulo, com 2,51. Tomando-se sòmente as mulheres solteiras de 20 anos para cima, a proporção sobe para 56,39 por cento, no Maranhão, e 7,50, em São Paulo. Naturalmente, as condições econômicas — o padrão de vida mais alto, o estágio mais avançado de urbanização e industrialização — e educacionais — menor proporção de analfabetos — mais favoráveis, dos Estados do Sul são importantes fatores a serem levados em conta, da diminuição na proporção de mães solteiras. Para a alta proporção verificada em certos Estados concorrem as uniões permanentes sem formalidade e os casamentos religiosos desacompanhados do ato civil. Cf. Estudo sobre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal, Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estatística Demográfica N.º 9, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

(13) Cf. o Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, 1888, já citado.



Verifica-se que os cônjuges brancos, de ambos os sexos, constituem 80,3 por cento do total, os pardos, 7,5, os pretos, 4,1, os amarelos, 1,8 e os de cor não declarada, 6,3. Deixando-se de lado os de cor não declarada, as porcentagens se tornam: brancos, 85,7, pardos, 8,0, pretos, 4,4 e, amarelos, 1,9 (14).

Omitindo-se os amarelos e os de cor não declarada e calculando-se o coeficiente de contingência, pela fórmula de Parson (15), para os noivos e noivas brancos, pardos e pretos, obtém-se 0,75, isto é, 91% do máximo que se poderia esperar para três modalidades dos atributos, o que mostra serem decididamente excepcionais os casamentos em que os cônjuges são heterogêneos quanto à cor. Com efeito, os casamentos homogêneos constituem 96,1 por cento do total de casamentos, restando apenas 3,9 para os casamentos mistos (16).

É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma diminuição no ritmo de miscigenação, não sendo de se esperar uma mais ampla diluição dos traços raciais africanos nas próximas gerações.

(14) Estas porcentagens são paralelas às das categorias mencionadas, no total da população, segundo o censo de 1940, com inversão da proporção de pardos e pretos.

(15) Cf. G. Udry Yule and M. G. Kendall, *An Introduction to the Theory of Statistics*, Londres, Charles Griffin & Company, 1937; também Pedro Egydio de Carvalho e Walter S. Pereira Leser, *Metodologia Estatística*, 2 vols., Departamento Municipal de Cultura, São Paulo, 1936.

(16) Calculando-se as tétrades (cf. Carvalho e Leser, obra citada na nota anterior, para os noivos e noivas, brancos, pardos e pretos, obtém-se os seguintes resultados, com os sinais positivos ao longo de uma das diagonais e negativos nas extremidades da outra, o que confirma a tendência à não associação entre cônjuges de cor contratante:

1.ª e 2.ª filas horizontais:

$$\begin{array}{r} 1,0 \\ 0,2 > + \\ 0,5 > - \end{array}$$

2.ª e 3.ª filas horizontais:

$$\begin{array}{r} 0,5 \\ 0,9 > - \\ 0,1 > + \end{array}$$

Não obstante a pequenez dos números referentes a casamentos mistos, que não permitem senão uma formulação de hipóteses quanto às tendências na distribuição dos cônjuges, será interessante observar as seguintes relações, que talvez possam servir de ponto de partida para uma pesquisa mais específica:

(a) Brancos com Brancas	86,2%	Pardos com Pardas	6,3
Brancos com Pardas	1,2	Pardos com Brancas	0,8
Brancos com Pretas	0,4	Pardos com Pretas	0,4
		Pretos com Pretas	3,5
		Pretos com Brancas	0,8
		Pretos com Pardas	0,4

Resumo:

Brancos com Pardas > Pardos com Brancas  
 Brancos com Pretas < Pretos com Brancas  
 Pardos com Pretas = Pretos com Pardas

(b) Brancos com Pardas sobre o total de Brancos que se casaram	1,3
Brancos com Pretas sobre o total de Brancos que se casaram	0,5
Brancos com Brancas sobre o total de Brancos que se casaram	98,2
	<u>100,0</u>



Branças com Pardos sobre o total de Brancas que se casaram	0,9
Branças com Pretos sobre o total de Brancas que se casaram	0,9
Branças com Brancos sobre o total de Brancas que se casaram	98,2
	<hr/>
Pardos com Brancas sobre o total de Pardos que se casaram	10,5
Pardos com Pretas sobre o total de Pardos que se casaram	5,3
Pardos com Pardas sobre o total de Pardos que se casaram	84,2
	<hr/>
Pardas com Brancos sobre o total de Pardas que se casaram	15,0
Pardas com Pretos sobre o total de Pardas que se casaram	5,0
Pardas com Pardos sobre o total de Pardas que se casaram	80,0
	<hr/>
Pretos com Brancas sobre o total de Pretos que se casaram	16,7
Pretos com Pardas sobre o total de Pretos que se casaram	8,3
Pretos com Pretas sobre o total de Pretos que se casaram	75,0
	<hr/>
Pretas com Brancos sobre o total de Pretas que se casaram	9,1
Pretas com Pardos sobre o total de Pretas que se casaram	9,1
Pretas com Pretos sobre o total de Pretas que se casaram	81,8
	<hr/>
	100,0

Resumo quanto à proporção de casamentos dentro da própria categoria de cor:

Branços = Brancas:

(98,2) > Pardos (84,2) > Pretas (81,8) > Pardas (80,0) > Pretos (75,0)

Categoria de sexo e cor mais exclusivista: Brancos (dos dois sexos)

Categoria de sexo e cor menos exclusivista: Pretos, casando-se mais com Brancas do que com pardas.

Pardos com Brancas, o dobro de Pardos com Pretas

Pardas com Brancos, o triplo de Pardas com Pretos

Pretos com Brancas, o dobro de Pretos com Pardas.

GRÁFICO 1  
PIRÂMIDE DA POPULAÇÃO DE ITAPETININGA  
 CENSO DE 1940

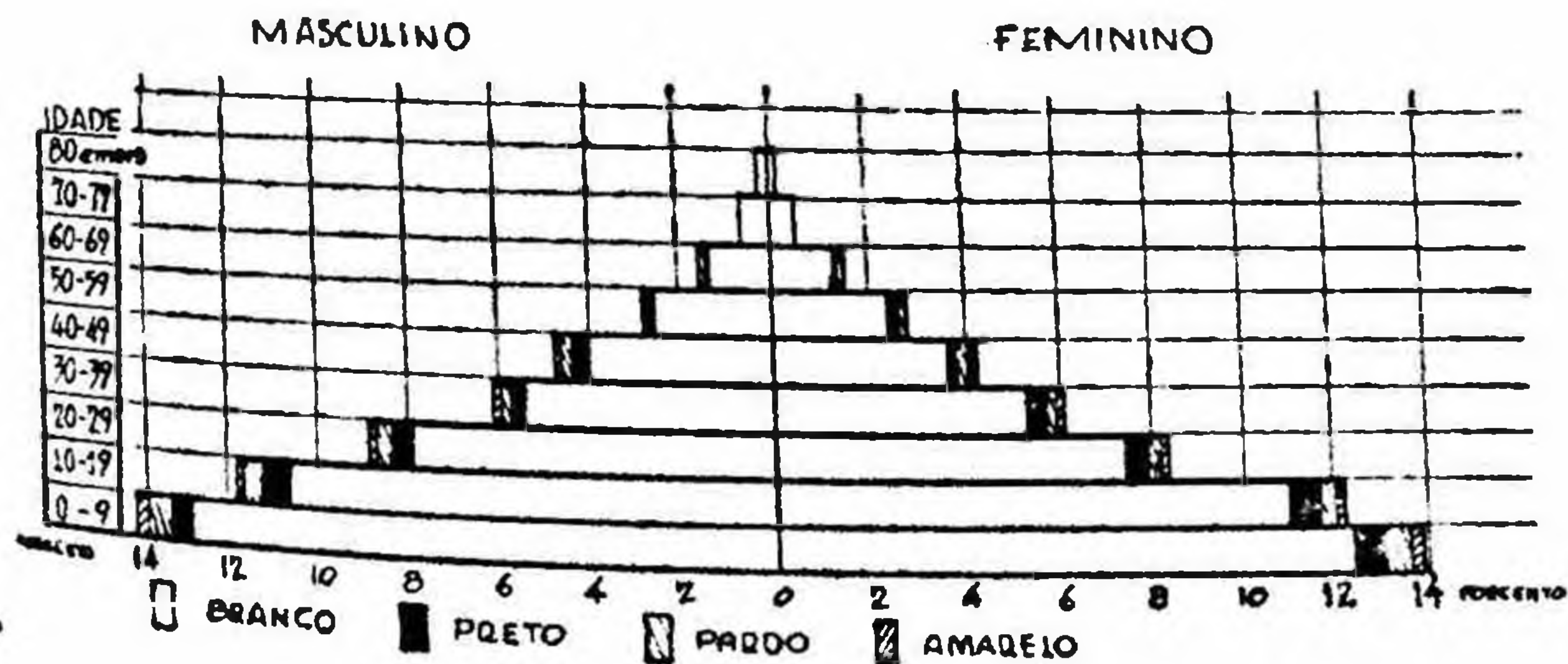




GRAFICO 2

# POPULAÇÃO BRANCA DE ITAPETININGA CENSO DE 1940

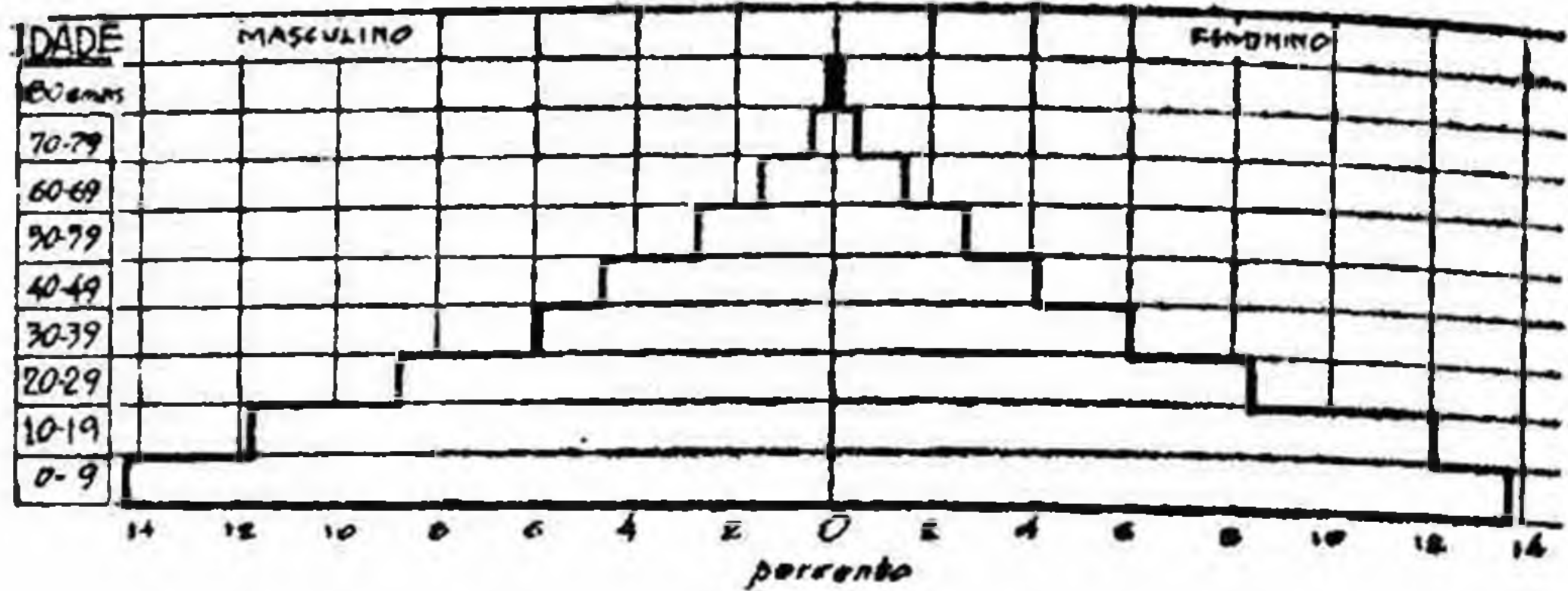


GRAFICO 3

# POPULAÇÃO PRETA DE ITAPETININGA CENSO DE 1940

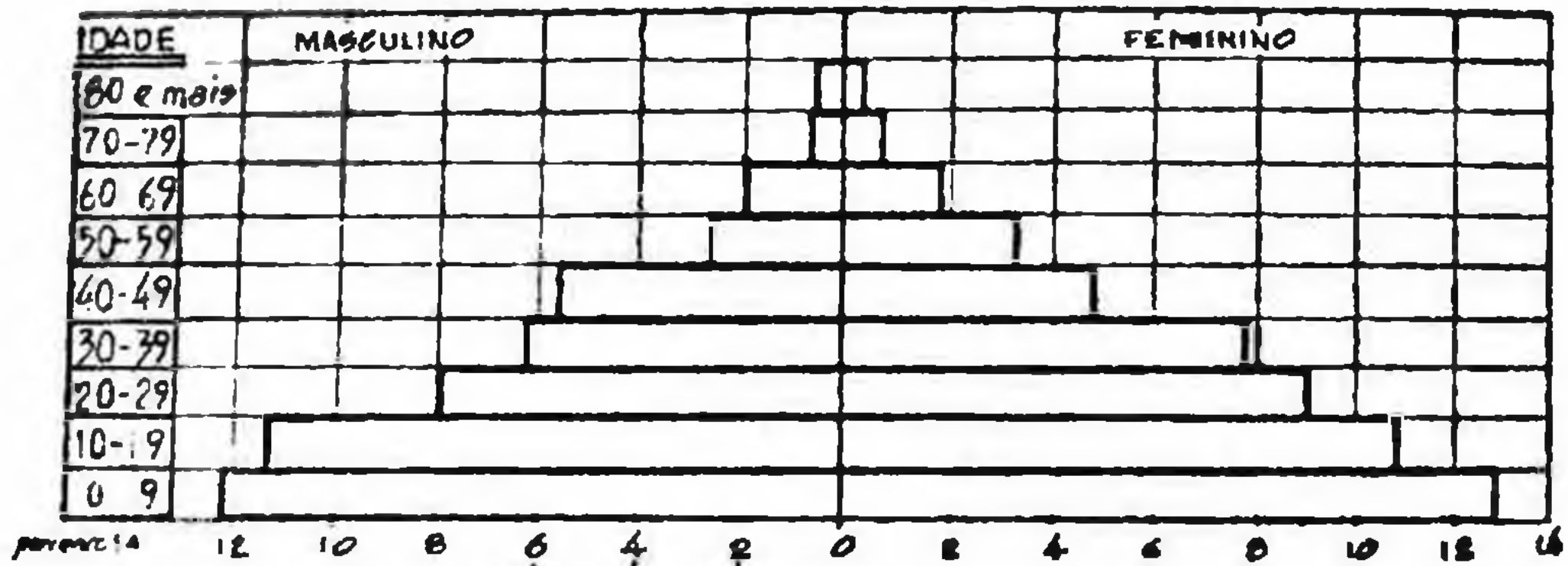


GRAFICO 4

# POPULAÇÃO PARDA DE ITAPETININGA CENSO DE 1940

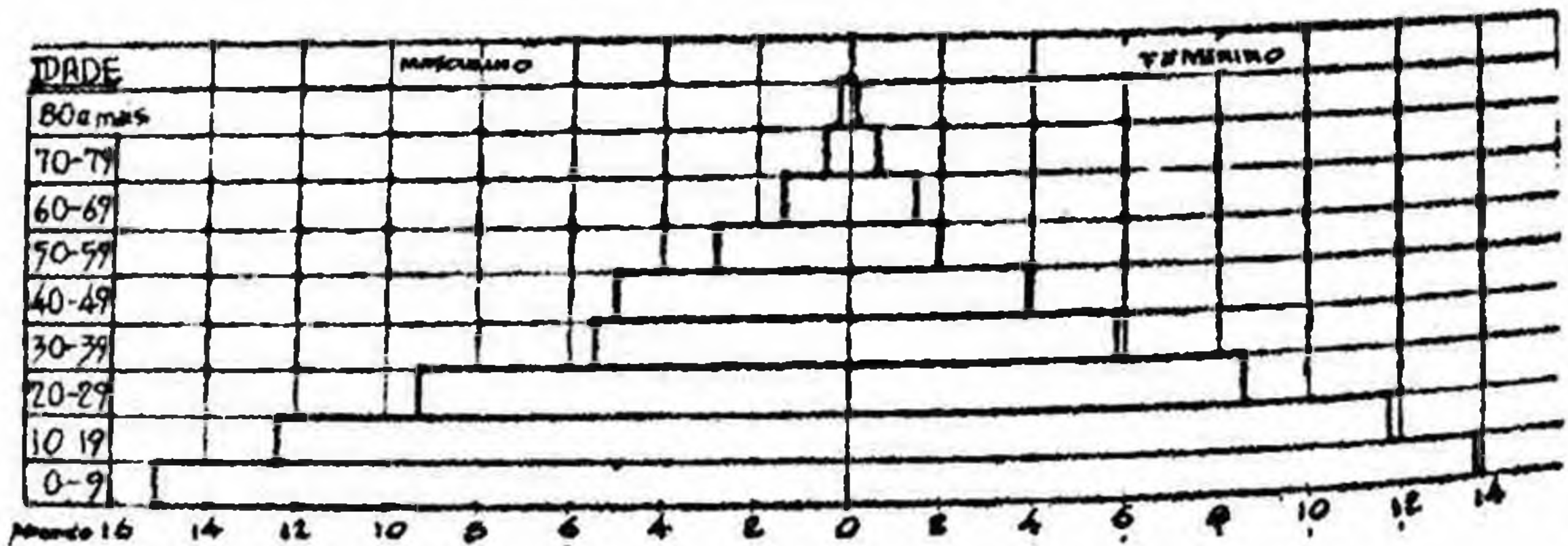




GRÁFICO 5

# POPULAÇÃO AMADELA DE ITAPETININGA CENSO DE 1940

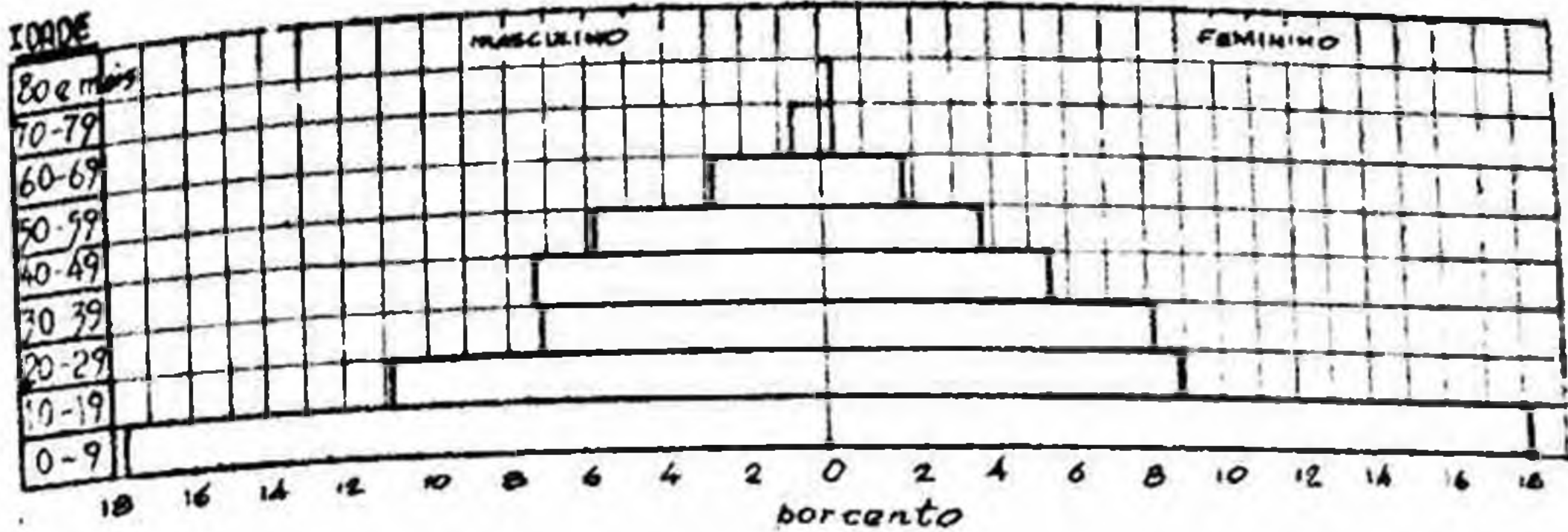


GRÁFICO 6

# POPULAÇÃO DE CÔR DE ITAPETININGA PRETA E PARDA CENSO DE 1940

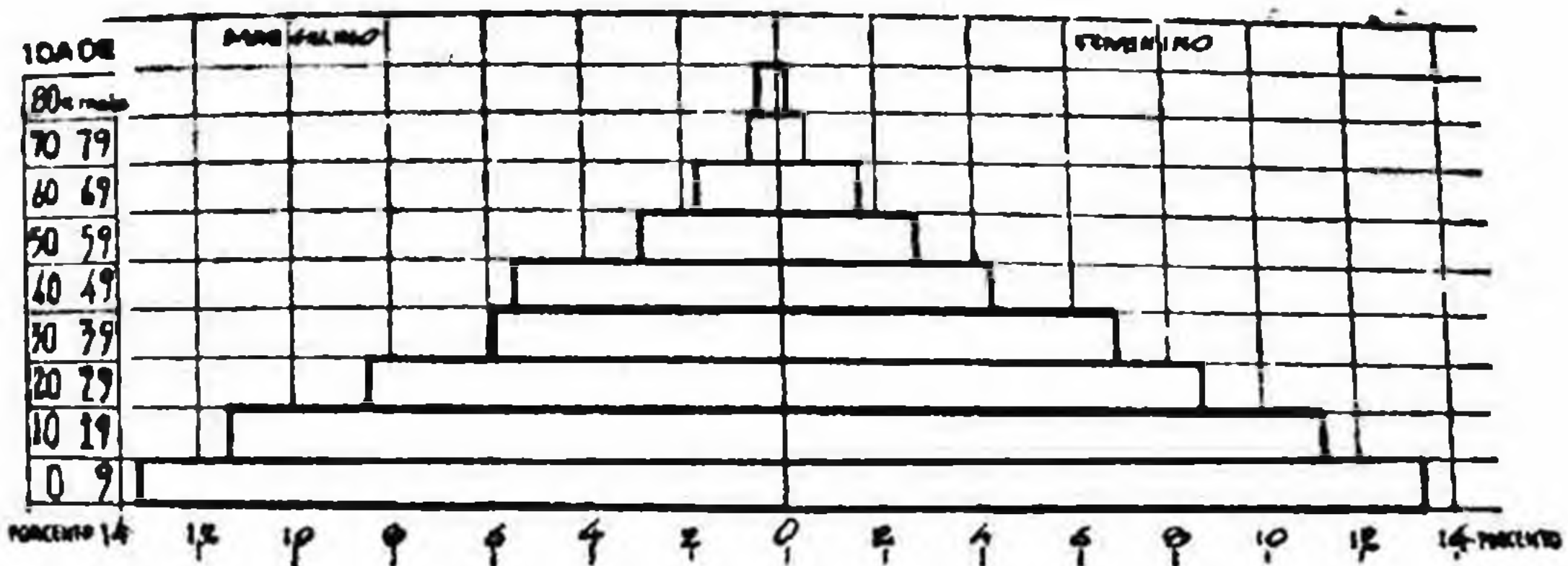
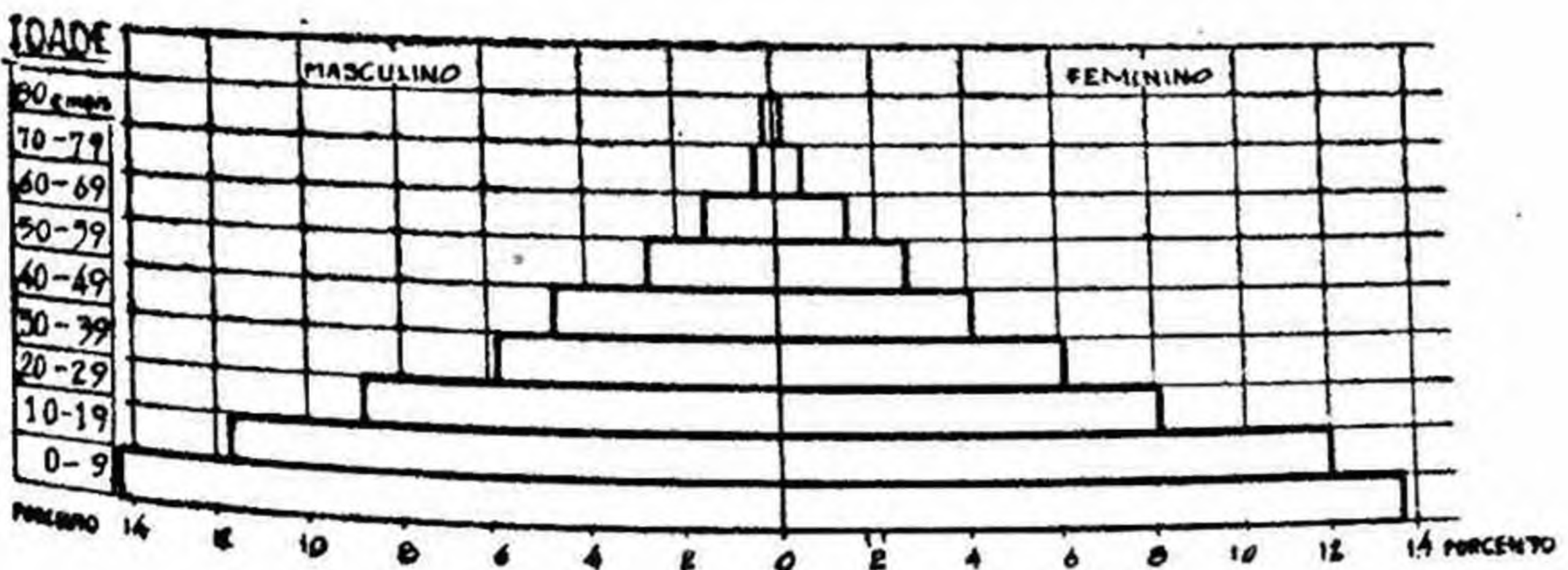


GRÁFICO 7

# POPULAÇÃO DE ITAPETININGA COM EXCEÇÃO DOS AMARELOS CENSO DE 1940





## 2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E COR DA PELE

A comunidade local está dividida em três classes ou camadas sociais, que seus próprios componentes reconhecem.

Na classe "alta" ou dominante estão incluídos os indivíduos ou famílias cuja subsistência e padrão de vida não dependem de trabalho manual próprio nem de trabalho ou atividade que implique em sua subordinação à iniciativa alheia. Pelo menos 70 por cento dos indivíduos desta classe pertencem a famílias tradicionais do Município ou da região <sup>(1)</sup>. É a camada que dispõe dos meios de produção (e de lucro): as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais. Os profissionais liberais são, em geral, identificados como membros desta camada, o que, em parte, se explica pela estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos e, em parte, pelo nível de remuneração que caracteriza as respectivas atividades.

A classe ou camada "média" ou "remediada" é constituída de parte da população que, sem dispor dos meios de produção ou deles dispondo em proporção insuficiente para competir com os componentes da classe anterior, deles se aproxima, tanto pelo caráter das atividades como pelo modo de viver, tanto pelos recursos ao seu alcance como pelas atitudes, interesses e convicções. Esta classe é constituída, enfim, de professores (primários e secundários, parte dos quais figura na classe anterior), funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos comerciantes, sitiantes e artífices possuidores de suas próprias oficinas. Seus membros, em sua quase totalidade, vivem de ordenados ou de pequenos lucros, que impõem moderação e disciplina nos gastos, embora sua situação seja relativamente confortável, comparada com a da classe imediatamente abaixo. Há uma preocupação ostensiva com a instrução secundária ou superior dos filhos, com a "apresentação" pessoal e com a etiqueta, nas relações sociais. Em geral, as famílias desta camada estão habilitadas a enfrentar, com relativo sucesso, os problemas decorrentes de doença, velhice, invalidez e morte dos elementos economicamente ativos, não tanto devido aos recursos patrimoniais de

---

(1) Nas primeiras décadas do regime republicano, a liderança política, no município de Itapetininga, passou para as mãos de elementos vindos na segunda metade do século passado, de outros pontos da Província, inclusive de municípios vizinhos que dele se desmembraram, e de seus descendentes. Aos poucos, a rivalidade entre tais elementos e os de mais antiga tradição local, se foi desvanecendo, mesmo porque uns e outros descendiam de antigas famílias paulistas, geralmente aparentadas entre si, além de se terem desenvolvido entre os dois grupos, tendendo a fundi-los num mesmo círculo social, novos vínculos, decorrentes quer do intercasamento quer do entrelaçamento de interesses os mais diversos.



que dispõem, porém, em vista do amparo que recebem das instituições de previdência, do nível de remuneração das respectivas atividades e da própria organização da família, para cuja receita a mulher concorre quase tão frequentemente quanto o homem.

A terceira e última camada ou "classe social" é constituída de uma grande massa de indivíduos e famílias que não tem outra forma de garantir a própria subsistência senão o alugar o próprio trabalho ou vender o produto deste aos membros das duas camadas descritas anteriormente ou a instituições por eles dominadas. Na zona rural, são agricultores sem terra, na cidade, empregados de fábricas e oficinas, trabalhadores de rua, engraxates, pedreiros, empregados domésticos, etc. É, em sua maioria, gente que não dispõe de segurança econômica, cuja remuneração está abaixo ou nos limites das necessidades de subsistência, não tendo possibilidade de acumular os resultados da própria poupança. Sua manutenção depende, portanto, das condições de saúde física imediatas e se faz à custa da privação sistemática de elementos de conforto e bem-estar que os membros das duas camadas anteriores consideram indispensáveis — calçados, roupas adequadas a diferentes situações, assistência médica e dentária, alimentação farta e variada. Assim, externamente, sua presença se evidencia pelo modo de trajar roupa rústica, de baixo custo, despretensiosa, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longo uso e sujeição a pesado esforço, sem gravata ou com esta longamente usada e das mais modestas — ou de falar linguagem eivada de corruptelas e que se desvia constantemente das regras gramaticais — pelo trato pessoal — dentes quase sempre estragados ou sem tratamento, ausência prematura dos incisivos; os homens, em geral, não se barbeiam diariamente e demoram a cortar os cabelos; homens e mulheres apresentam as mãos calejadas — pela atitude — não se envergonham de trabalho manual, "não têm medo de sujeira", aceitam as doenças com fatalismo — e pela instrução — são analfabetos ou têm apenas instrução rudimentar.

Tendo em vista a distribuição dos habitantes segundo as "atividades principais" (2), a da propriedade fundiária (v. o quadro XXI), a proporção de comerciantes (3), intelectuais (4), industriais (v. os

(2) V. o quadro III, na "Introdução" no presente estudo.

(3) Em 1948, segundo dados da Agência Municipal de Estatística, havia 315 estabelecimentos comerciais, no Município, em sua maioria, pequenas casas de comércio a varejo.

(4) Em 1951, residiam, no Município, 18 farmacêuticos, 12 dentistas, 10 médicos, 9 advogados, 8 engenheiros, 5 agrônomos e 1 médico-veterinário, totalizando 63 profissionais. Os professores eram cerca de 150, perfazendo de 10 a 15 por cento deste total os que lecionavam em cursos de nível secundário.



## QUADRO XXI

Propriedades Rurais do Município de Itapetininga, segundo o Lançamento de Impostos, 1950

Classes em Hectares	Números de proprietários (a)	Porcentagem sobre o número de proprietários	Área total em Hectares	Porcentagem sobre a área
(*) 0 — 49,99	956	67,28	23.900	14,59
50 — 99,99	211	14,85	15.825	9,66
100 — 149,99	86	6,05	10.750	6,56
150 — 199,99	40	2,87	7.000	4,27
200 — 249,99	29	2,04	6.525	3,98
250 — 299,99	16	1,13	4.400	2,69
300 — 349,99	13	0,92	4.225	2,58
350 — 399,99	14	0,99	5.250	3,21
400 — 449,99	6	0,42	2.550	1,56
450 — 499,99	6	0,42	2.850	1,74
500 — 549,99	1	0,07	525	0,32
550 — 599,99	4	0,28	2.300	1,41
600 — 649,99	3	0,21	1.875	1,15
650 — 699,99	2	0,14	1.350	0,82
700 — 749,99	5	0,35	3.625	2,21
750 — 799,99	—	—	—	—
800 — 849,99	3	0,21	2.475	1,51
850 — 899,99	—	—	—	—
900 — 949,99	1	0,07	925	0,56
950 — 999,99	2	0,14	1.950	1,19
1000 — 1999,99	16	1,13	24.000	14,65
2000 — 2999,99	3	0,21	7.500	4,58
3000 — 3999,99	1	0,07	3.500	2,14
4000 — 4999,99	—	—	—	—
5000 — 5999,99	—	—	—	—
6000 — 6999,99	1	0,07	6.500	3,97
7000 — 7999,99	—	—	—	—
8000 — 8999,99	—	—	—	—
9000 — 9999,99	—	—	—	—
10000 — 10999,99	1	0,07	10.500	6,41
11000 — 11999,99	—	—	—	—
12000 — 12999,99	—	—	—	—
13000 — 13999,99	1	0,07	13.500	8,24
<b>Total</b>	<b>1.421</b>	<b>100,00</b>	<b>163.800</b>	<b>100,00</b>

## Notas:

- (a) Quando a um mesmo proprietário cabiam duas ou mais partes de terras, eram estas somadas e contadas como uma só propriedade.
- (\*) Proprietários de menos de 10 hectares = 282 ou 19,85% do total de proprietários ou 29,52% dos proprietários de menos de 50 hectares ou 21,08% dos proprietários de menos de 300 hectares. A área das propriedades de menos de 10 hectares corresponde a 0,86% da área total.



quadros XXII e XXIII) e indivíduos de outras ocupações, no Município e, ao mesmo tempo, conhecendo-se minuciosamente a população deste, tanto na parte urbana como na suburbana e rural, pode-se estimar em 5 por cento do total os elementos integrantes da classe "alta", ou dominante <sup>(5)</sup>, tal como foi caracterizada; em 20 por cento, os da classe "média" <sup>(6)</sup>; e em 75 por cento os da camada menos favorecida.

Dispondo-se de um minucioso conhecimento da população local, tanto da área urbana como do restante do Município <sup>(7)</sup>, pode-se indicar, além disso, a cota de elementos de cor (pardos e pretos), em cada uma das três classes sociais, tal como estão caracterizadas no presente estudo <sup>(8)</sup>.

O contingente de pardos se torna cada vez mais rarefeito, à medida em que se vai da classe menos favorecida para a média e a "alta", enquanto que os pretos se concentram quase exclusivamente na primeira das classes mencionadas, com uma tênue representação na camada média.

Não ha nenhum elemento de cor, entre os proprietários rurais e comerciantes da classe "alta". Ao todo, os elementos de cor (em sua maioria mulatos claros), nesta camada, não vão além de 1 por cento e estão concentrados nas ocupações intelectuais.

(5) Chegou-se a este resultado, somando-se a metade dos comerciantes, todos os proprietários rurais de áreas de 500 hectares para cima, os 10 maiores industriais, 100 profissionais liberais, professores e funcionários mais graduados e 20 proprietários urbanos e capitalistas, multiplicando-se o total pelo número médio de 5 pessoas por família e calculando-se a porcentagem sobre a população, segundo o censo de 1940. Pelo critério adotado, a proporção de indivíduos, na classe "alta", terá sido exagerada antes para mais que para menos, tendo-se superestimado, especialmente as cotas de comerciantes, profissionais liberais, professores e funcionários públicos.

(6) Este resultado foi obtido, somando-se um terço dos comerciantes, os proprietários rurais de 50 a menos de 500 hectares, dois terços dos industriais (pequenas indústrias e oficinas), cerca de 400 comerciários, bancários e empregados da administração privada e de 500 intelectuais, professores e funcionários públicos (inclusive autarquias), multiplicando-se o total pela média de 5 pessoas por família e calculando-se a porcentagem sobre a população de 1940.

(7) Desde dezembro de 1947, vinha o A. procedendo a um levantamento de dados para uma monografia sociológica sobre a comunidade local, visitando e frequentando associações e instituições, colhendo informações em arquivos, convivendo com pessoas das mais variadas condições sociais, entrevistando-as e, sobretudo, observando a população, em diferentes setores residenciais e de atividades. Deste modo, foi possível proceder a uma contagem dos indivíduos de cor em posições características das classes "alta" e média.

(8) Dada a diminuta proporção de japoneses e seus descendentes e sua recente penetração na comunidade, não se deu maior atenção a este grupo, no presente estudo. Antigo funcionário do Consulado do Japão, brasileiro, natural e residente no Município, informa haver, neste, em 1951, cerca de 85 famílias de japoneses e descendentes, compreendendo, entre os chefes, 20 comerciantes e 65 agricultores.



QUADRO XXII

Distribuição dos Estabelecimentos Industriais segundo o pessoal empregado — Município de Itapetininga, 1948  
Dados da Agência Municipal de Estatística.

RAMOS DA INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos	Pessoal Empregado				Total	
		Operários		Outros			
		N.º	Média por Indústria	N.º	Média por Indústria	N.º	Média por Indústria
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal .....	22	45	2,1	5	0,2	50	2,3
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal .....	3	17	5,7	2	0,7	19	6,3
De minerais não metálicos .....	14	25	1,8	1	0,1	26	1,8
Mecânica, material de transporte e elétrico .....	22	57	2,6	1	0,1	58	2,6
Da madeira .....	5	20	4,0	—	—	20	4,0
Do mobiliário .....	3	6	2,0	—	—	6	2,0
De couros e peles .....	4	7	1,8	—	—	7	1,8
Textil .....	3	539	179,7	17	5,7	556	185,5
Do vestuário e toucador .....	28	37	1,3	2	0,1	39	1,4
Dos produtos alimentícios e estimulantes .....	28	52	1,9	13	0,5	65	2,3
Gráfica e conexas .....	4	6	1,5	1	0,3	7	1,8
Da construção .....	4	18	4,5	1	0,3	19	4,8
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem mineral e outras .....	15	18	1,2	12	0,8	30	2,0
<b>T O T A L</b> .....	<b>155</b>	<b>847</b>	<b>5,5</b>	<b>55</b>	<b>0,4</b>	<b>902</b>	<b>5,8</b>

QUADRO XXIII

Distribuição dos Estabelecimentos Industriais segundo o Capital Aplicado, o valor da Produção e dos Salários  
Município de Itapetininga, 1948 — Quadro elaborado com dados da Agência Municipal de Estatística

RAMOS DA INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos	Capital aplicado (Em Cruzeiros)	Valor da Produção (Em Cruzeiros)	Salários (Em Cruzeiros)
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal .....	22	2.026.655,00	11.095.608,00	394.731,00
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal .....	3	179.985,00	968.425,00	117.793,00
De minerais não metálicos .....	14	565.550,00	940.152,00	175.760,00
Mecânica, material de transporte e elétrico .....	22	2.930.480,00	1.148.241,00	450.144,00
Da madeira .....	5	261.666,00	563.673,00	69.389,00
Do mobiliário .....	3	195.700,00	179.985,00	31.897,00
De couros e peles .....	4	83.298,00	270.878,00	24.528,00
Textil .....	3	6.901.400,00	8.419.523,00	1.765.219,00
Do vestuário e toucador .....	28	773.720,00	1.914.331,00	206.876,00
De produtos alimentícios e estimulantes .....	28	2.326.090,00	5.463.140,00	318.035,00
Gráfica e conexas .....	4	207.800,00	318.962,00	36.560,00
Da construção .....	4	24.000,00	842.500,00	154.208,00
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem mineral e outras .....	15	2.915.529,00	2.171.083,00	214.183,00
<b>T O T A L</b> .....	<b>155</b>	<b>19.391.873,00</b>	<b>34.296.501,00</b>	<b>3.959.323,00</b>



Mesmo na classe média, os elementos de côr não vão além de 2 por cento, estando distribuídos pelas profissões intelectuais, na administração pública e privada, no comércio, indústria e agricultura. Nesta cota de 2 por cento de elementos de côr, os pardos predominam quase absolutamente. Tomados isoladamente, os pretos não perfazem mais que 2 por mil dos elementos desta camada.

Dado o fato de constituírem os elementos de côr apenas um décimo da população total (segundo o censo de 1940), segue-se que os brancos predominam, numéricamente, não apenas nas camadas superior e média, mas, também, na menos favorecida, da qual representam cerca de 75 por cento dos integrantes, enquanto os pardos perfazem 10 por cento e, os pretos, 15 por cento (9).

Tomando-se as porcentagens dos indivíduos de cada côr, integrados nas três diferentes classes sociais, sobre o conjunto de habitantes da mesma côr, pode-se afirmar que, dos brancos, cerca de 70 por cento se encontram na classe menos favorecida, 25, na média e 5 por cento na classe "alta" ou dominante; dos pardos, mais de 90 por cento estão na classe menos favorecida, menos de 10 por cento se concentram na classe média, e apenas cerca de 1 por cento na "alta" ou dominante; e finalmente, dos pretos, a quase totalidade se concentra na camada menos favorecida, com menos de 1 por cento na camada média e completa ausência na "alta".

A estrutura social local, no que se refere à estratificação social e à distribuição da população, quanto à côr, pelos diferentes estratos, pode ser representada por uma sucessão de três degraus, correspondendo o inferior a 75 por cento da área total, o médio a 20 por cento e, o superior, a 5 por cento. Do degrau inferior, 75 por cento corresponderiam aos indivíduos brancos, 15 aos pardos e 10 aos pretos. Do degrau médio, 98 por cento corresponderiam aos brancos e os restantes 2 por cento aos elementos de côr, com predominância quase absoluta dos pardos, entre êstes. Finalmente, do

---

(9) Tomando-se por exemplo, os 266 operários do maior estabelecimento de indústria de transformação da cidade — fiação e tecelagem — no ano de 1951, verifica-se que 81,6 por cento são brancos, 8,3 pardos, 7,5 pretos, 0,4 amarelos e 2,2 de côr não declarada. Enquanto os brancos figuram, entre os operários da fábrica, em proporção ligeiramente menor à da sua presença no total da população, segundo o censo de 1940 (89,7 por cento), a proporção de pardos equivale ao dobro do contingente acusado pelo censo (4,0), sendo, também, ligeiramente maior a de pretos (5,2, segundo o censo) e menor a de amarelos (1,1, segundo o censo).

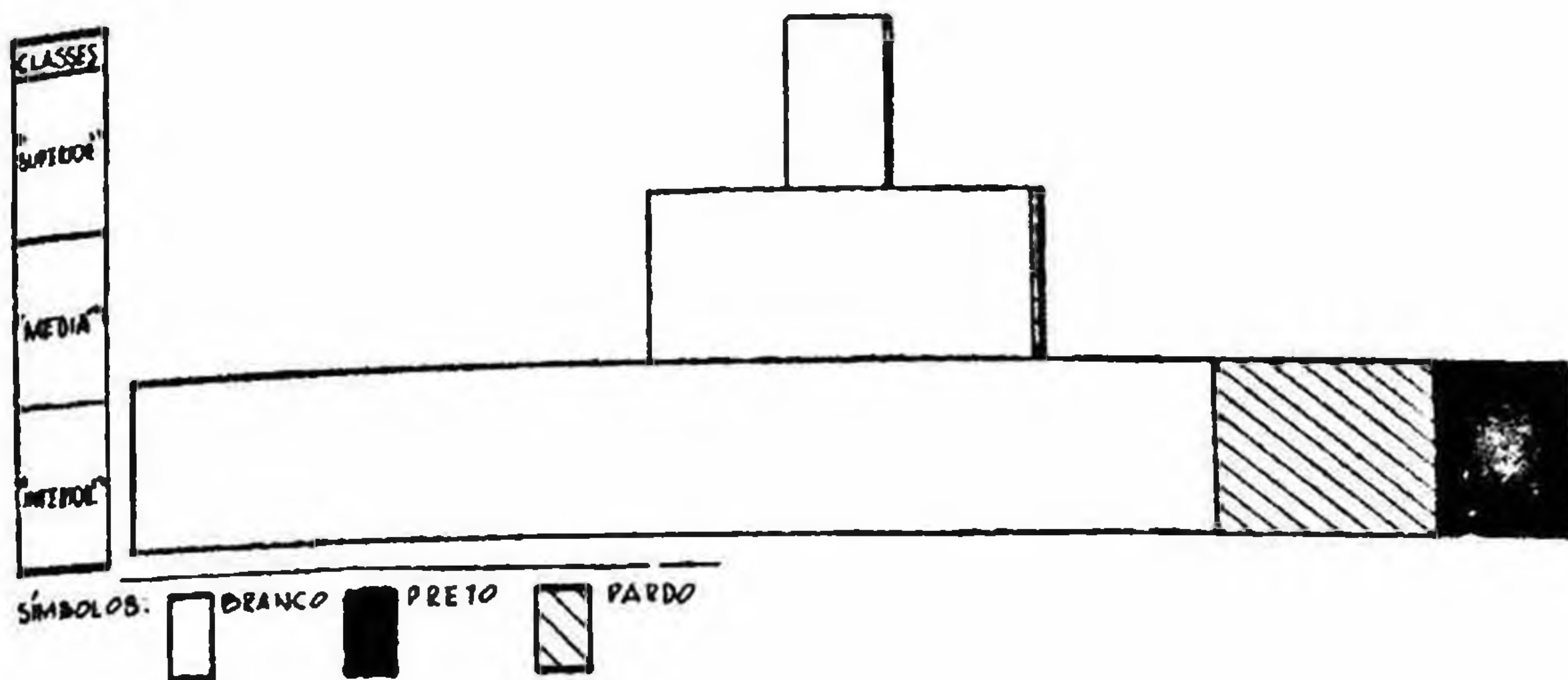
Numa amostra estratificada de 250 moradias, distribuídas por toda a área urbana, em 1949, foram encontradas 41 empregadas domésticas, das quais as brancas constituíam 46,3 por cento, as pretas, 29,3 e, as pardas, 24,4. As empregadas brancas predominam, numéricamente, tanto sobre as pretas como sobre as pardas, embora, em conjunto, as "de côr" (pretas e pardas) constituam a maioria (53,7 por cento).



degrau superior, 99 por cento corresponderiam aos brancos e 1 por cento aos pardos, com ausência completa dos pretos (v. o gráfico 8).

GRÁFICO 8

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO AS CLASSES SOCIAIS E A CÔR DA PELE  
ITAPETININGA - ATUALIDADE



Dos dados apresentados, ressalta a existência de uma correlação positiva entre a "aparência" racial dos indivíduos e seu "status" social: a exclusão de elementos de cor é cada vez mais rigorosa, à medida em que se vai da classe menos favorecida para a mais favorecida; comparando-se os pardos com os pretos, verifica-se que aqueles são menos preteridos ou contam com maior probabilidade de ascensão social que estes.

A predominância quantitativa dos brancos, em todas as classes sociais, inclusive na menos favorecida, e a presença, ainda que em proporção progressivamente reduzida, de "gente de cor", nas camadas média e superior, são dois aspectos que chamam a atenção, por indicarem a importância relativa da cor como critério de "status" social: a cor branca facilita a ascensão social, porém, não a garante, por si mesma; de outro lado, a cor escura implica antes numa preterição social que numa exclusão incondicional de seu portador. A ascensão de um indivíduo de cor, ainda que mais difícil, em igualdade de outras condições, que a de qualquer indivíduo branco, uma vez conseguida, não é apenas reconhecida por seus próprios companheiros de cor, mas também pelos indivíduos mais claros. Em outras palavras, nas relações inter-classe, a assimetria é a seu favor, mesmo que o componente da classe (ou das classes) menos favorecida que a sua, com o qual esteja em contacto, seja branco ou sensivelmente mais claro que ele.

O fato de não sofrer o indivíduo de cor uma exclusão incondicional das camadas sociais mais favorecidas, na sociedade brasileira,



bem como o de se encontrarem indivíduos brancos, em todos os níveis, tem levado à suposição de que os elementos de côr, no Brasil, em seu esforço de ascensão social, estão sujeitos às mesmas barreiras de classe (e não, raciais) que atingem os demais componentes das classes menos favorecidas. Em face desta hipótese, ganha um significado especial o fato de que as exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduos de côr, embora venham ocorrendo, na comunidade em estudo, sem interrupção, pelo menos desde o final do século XIX, contudo, não parecem tender a aumentar, em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança, no "status" coletivo da "gente de côr", dado que a estrutura social permaneça, em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais.

A ascensão tanto de indivíduos de côr como de brancos é dificultada pela própria configuração piramidal da estrutura social, em que o número de posições diminui progressivamente, à medida em que se vai das camadas menos favorecidas para a mais favorecida. Além disso, o esforço de ascensão, dos indivíduos que nascem nas camadas menos favorecidas, é contra-atuado pela transmissão por via de parentesco (oportunidades educacionais, direito sucessório, prestígio político, etc.) das posições mais favoráveis, de uma geração a outra. Em cada nova geração, parte dos descendentes dos elementos da classe dominante permanece nesta classe, enquanto outra parte decai, socialmente, devido ao fracionamento progressivo dos bens patrimoniais, o que assume um significado especial, numa sociedade em que prevalece a riqueza agrícola e em que as famílias das camadas privilegiadas costumam ser tão prolíficas quanto as da camada menos favorecida. Assim, tanto o predomínio de elementos das "famílias tradicionais", na classe dominante, como a maior concentração da "gente de côr", na camada menos favorecida da sociedade, exprimem, fundamentalmente, o mesmo fato ou seja a rigidez da estrutura social, que tende a se reproduzir com o mínimo de mudança, de uma a outra geração, perpetuando a mesma configuração, no que toca à distribuição da população quanto às condições de vida e à "aparência" racial. Pode-se dizer que, na estrutura atual, os brancos descendentes das famílias tradicionais e os pretos e pardos, descendentes dos antigos escravos, ocupam, em geral, posições homólogas às que ocupavam os grupos correspondentes, no século passado, antes da abolição e da proclamação da República. No entanto, a estrutura de hoje difere, qualitativamente, da do século XIX, tanto pela inexistência de diferença, sob o ponto de vista político e jurídico, entre indivíduos brancos e de côr, como devido à atuação, sobre a sociedade em seu conjunto, dos mesmos fatores de mudança que têm afetado a vida humana quase por toda a parte: a introdução de novos instrumentos de produção e de novos



recursos de comunicação e transporte, de recreação e instrução, com a consequente intensificação do processo de urbanização e o desenvolvimento de um estilo de vida em que os contactos secundários tendem, cada vez mais, a prevalecer sobre os primários, em face da maior densidade dos agrupamentos humanos e da amplitude sem precedente da mobilidade espacial, em suas mais diversas modalidades.

A hipótese de que os indivíduos de côr estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos, poderá ser verificada através de um estudo comparativo da "carreira" da "gente de côr" e dos estrangeiros e seus descendentes, na sociedade local, de fins do século passado aos dias atuais, bem como por uma consideração da distribuição dos componentes dos quadros sociais das associações de "gente de côr" e de suas congêneres tidas como privativas de diferentes grupos ou setores da população.

### 3. A CARREIRA DOS ESTRANGEIROS E SEUS DESCENDENTES E DA "GENTE DE CÔR", NA SOCIEDADE LOCAL

Localizado em zona que nunca ofereceu condições satisfatórias para o cultivo do café e tendo na pecuária e no comércio de animais o principal fundamento e o elemento mais estavel de sua economia, jamais constituiu o município de Itapetininga um ponto de especial atração para a imigração estrangeira. De fins do século passado à atualidade, a proporção de estrangeiros tem variado, sem nunca, porém, atingir a mesma porcentagem em que se apresentam na Província ou no Estado: em 1886, os indivíduos nascidos no estrangeiro (exclusive os africanos) constituíam 0,9 por cento da população do Município e 4,3 da população da Província; em 1920, as porcentagens eram de 3,5 para o Município e 18,1 para o Estado; e, em 1940, respectivamente, de 2,7 e 11,3 (1).

(1) Cf. o Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, composta dos senhores Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolpho Augusto Pinto e Abílio Aurélio da Silva Marques, São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920, vol IV, 1.<sup>a</sup> parte, "População do Brasil por Estados, municípios e distritos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade", Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1926; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento Geral do Brasil (1.º-9-1940), "Censo Demográfico, População e Habitação", Série Reg., Parte XVII, "São Paulo", Tomo I, Serviço Gráfico do I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1950.



Deve-se levar em conta, todavia, que, no Município, se encontra uma considerável proporção de descendentes de estrangeiros, especialmente de italianos que, aos poucos, se foram deslocando de outros pontos do Estado para a área urbana local. Assim, a proporção de descendentes de estrangeiros — excluindo-se dentre estes os portugueses e africanos — pode ser estimada entre 10 a 15 por cento da população total. Os estrangeiros e seus descendentes se concentram quase exclusivamente na área urbana, com exceção dos amarelos (japoneses e descendentes), cuja penetração, no Município, teve início nas últimas décadas e se faz, predominantemente, na zona rural. Tomando-se apenas a população urbana, os estrangeiros e seus descendentes representam, pois, de 20 a 25 por cento.

Um dos antigos bairros do município de Itapetininga, o de Guareí, que, em 1880, se desmembrou para constituir o município vizinho do mesmo nome, foi um dos primeiros pontos de localização de imigrantes, na Província de São Paulo, para aí se encaminhando parte da imigração alemã de 1827 (2). Deste núcleo, bem como de Ipanema e Campo Largo de Sorocaba e de diferentes pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, ainda no século XIX, alguns elementos de origem germânica se deslocaram para a cidade de Itapetininga.

Estes elementos que se desgarram dos respectivos núcleos são, em geral, indivíduos do sexo masculino e, como trabalhadores especializados — metalúrgicos, ourives, etc. — e homens ambiciosos, já afetados pela mentalidade capitalista européia, aproveitam todo o ensejo de prosperidade econômica que se lhes apresenta, o mesmo se dando com outros elementos de origem não ibérica nem latina, chegados ao Município pela mesma época. Uns e outros logo se integram no círculo dos comerciantes e proprietários urbanos e se casam com mulheres das “melhores” ou “mais tradicionais” famílias da classe dominante.

Assim, em fins do século XIX, alguns descendentes de alemães e de imigrantes de outros países europeus já haviam conseguido posição proeminente, na sociedade local. Daí por diante, descendentes deles com mulheres de famílias “tradicionais” viriam a participar ativamente de associações e movimentos das classes dominante e média, saindo de suas fileiras prefeitos e outros ocupantes de cargos de projeção.

Duas circunstâncias contribuíram para a pronta aceitação e rápida ascensão, na sociedade local, desses cinco ou seis estrangeiros, não ibéricos nem latinos, que para aqui acorreram, na segunda metade do século XIX: 1) o preparo profissional, inclusive a menta-

---

(2) Cf. Aluísio de Almeida, “Guareí e a 1.ª Imigração Oficial Alemã, 1827”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Vol. LVI, abril de 1939.



lidade capitalista, que os levava a tirar proveito das oportunidades de êxito econômico que se lhes ofereciam; e 2) sua "brancura", a que os membros das famílias "tradicionais" e dominantes não eram indiferentes e que facilitou a integração, pelo casamento, ao respectivo círculo, com o que se consolidavam os demais laços sociais e se rompiam as últimas reservas que por acaso ainda se lhes opunham, bem como aos seus descendentes.

Entre o terceiro e o último quartel do século XIX, começa o Município a ser procurado por imigrantes italianos e de outras nacionalidades que, em geral, já estagiaram em outros pontos da Província, antes de para cá se dirigirem, atraídos mais pelo meio urbano do que pelas oportunidades que lhes apresenta a zona rural.

O ambiente local é favorável à imigração. As autoridades e a imprensa "invejam" a sorte de outros municípios da Província, para onde é maior a afluência de estrangeiros. São êstes apontados como exemplos de operosidade e agentes do progresso. O movimento abolicionista implica em cogitação sobre como substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, a êle se associando, pois, espontânea e quase automaticamente, a idéia de um programa intensivo e sistemático de estímulo à imigração.

Em 23 de outubro de 1874, comentando uma notícia sobre violências contra escravos fugidos, o redator do Município prega a abolição, ligando a esta a idéia da imigração:

"Quanto progresso, quanto bem nascia da lei que extinguisse completamente a escravidão.

"Sumia-se o espantinho da emigração, e os colonos de todas as procedencias que viessem aqui habitar trariam o espirito do modernismo, como signal de morte a rotina". (3).

Uma das primeiras referências a imigrantes italianos, na imprensa local, reveste a forma de comentário, em várias colunas, feito pelo Município de 21 de dezembro de 1873, ao assassinio de um mascate italiano, Donati Curci, na estrada de Alambari, por um assaltante, Salvador Gregório. Ressalta o jornal a decepção que teria tido o mascate, assim surpreendido enquanto caminhava des- preocupadamente, pois que para êle havia "menos perigo nos lugares ermos deste paiz do que nas grandes cidades de sua patria". Surpreendê-lo-ia o modo traiçoeiro por que fôra ferido, justamente num país onde "os nacionaes fazem garbo" de tratar o estrangeiro "como cousa sagrada", pois que "o estrangeiro é sempre nesta terra um hospede bem vindo". Verbera o gesto do criminoso — um homem que "sahio dentre nós para deshonnar-nos" — e lamenta a

(3) V. o artigo transcrito do Município, de 23 de outubro de 1874, nota 27 do capítulo 3, Parte I do presente estudo.



sorte do italiano — a quem Deus não quis que “levasse para sua patria o juizo favoravel que havia feito deste paiz”.

Em 23 de janeiro de 1874, o mesmo jornal noticiava a vinda de operários contratados na Alemanha para a fábrica de ferro de Ipanema, incluindo 14 mestres, 12 mulheres e 10 crianças.

No dia 18 de setembro de 1887, O Itapetininga comenta que “continuamente chega a esta provincia grande numero de immigrantes e não nos consta que venham alguns para os lados do sul e sudoeste”. E conclui com uma insinuação: — “Os fazendeiros destas bandas não cogitam nisso?”

No dia 2 de outubro do mesmo ano, O Itapetininga publicou um artigo de um dos seus redatores, Arthur Gomes, em que este lamentava o fato de haver passado sem comemoração a data de 20 de setembro, e assinalava, por contraste, que “o povo italiano, onde quer que tenha meia duzia de representantes, ahí estão elles a festejar as suas datas gloriosas” e acrescentava, a título de confirmação, que “o 20 de setembro ainda agora nos provou o que deixamos dito”. Já por esta época, portanto, a população local se achava familiarizada com os italianos, cujo número estava em aumento, na zona urbana (4).

No dia 9 do mesmo mês, o jornal citado comentava que os municípios de Porto Feliz e Jundiaí, “que teem deputados nas altas regiões do poder, conseguiram a verba de 30:000\$000 para a compra de terras e estabelecimento de nucleos coloniaes” e lamentava que “nós cá do sul, que temos as melhores terras que nada custarão ao governo, porque são devolutas, continuamos na expectativa, esperando sempre... sempre o cumprimento das palavras dos candidatos em tempo de eleições”.

Em 1888, três meses antes da abolição da escravatura, a Câmara Municipal de Itapetininga solicitava a instalação de uma colônia de 200 famílias, nas circunvizinhanças da cidade, em terras propícias ao cultivo de cereais, encaminhando o pedido à Assembléia Provincial, por intermédio do deputado Albuquerque Lins, representante do distrito. Ao dar a notícia, O Itapetininga classifica a projetada instalação da colônia de “grande melhoramento local” e acrescenta que “esta lembrança muito honra a nossa patriotica camara”, recomendando-a “a benemerencia publica” (5).

Em maio do mesmo ano, o préstito que percorre as ruas da cidade, em regozijo pela promulgação da “Lei Aurea”, saúda a

(4) V. o artigo transcrito de O Itapetininga, de 2 de outubro de 1887, apêndice ao capítulo 4, Parte I do presente estudo.

(5) Classifica o jornal o referido plano de “idea digna de todos os elogios” inspirada pelo “sentimento patriótico e providente” que domina a Câmara Municipal.



"colônia italiana", conforme noticia o número especial de O Itapetininga, do dia 20 do referido mês.

No dia 3 de julho do mesmo ano, o jornal publica um artigo de fundo, em que se declara "francamente" favorável à imigração e justifica sua preferência pelo imigrante italiano, "porque entre o Brasileiro e o Italiano, ha o vinculo da confraternidade — afinidade de origem dos dous povos e depois porque, em regra, o Italiano adapta-se facilmente ao nosso clima, aos nossos costumes, é docil, laborioso e emprehendedor — homem para o trabalho, em fim". Diz mais que, "a estas razões deve juntar-se a circunstância muito especial, de ser o Italiano amigo do paiz que adopta por Patria, agindo e actuando do mesmo modo, com o mesmo patriotismo como se estivesse na primeira patria".

Assim, o imigrante, de um modo geral e, em especial, o italiano, vinha para a sociedade local precedido por um clima de simpatia e de expectativas favoráveis, que haveria de envolvê-lo, pelo menos nos primeiros tempos de convivência.

Um dos primeiros anunciantes italianos que aparecem nas páginas dos jornais locais, é Gervásio, fabricante das chamadas "cadeiras italianas", tipo rústico de mobília que logo encontraria aceitação entre as camadas menos favorecidas da população do Estado de São Paulo. Mantém o fabricante um depósito em Itapetininga, em casa de seu patrício Paulo Pieroni (6) que, em abril de 1889, liquidaria seu estabelecimento comercial (7).

No dia 3 de junho de 1889, pelas páginas de O Itapetininga, Domingos Conte comunicava a abertura da "Padaria Italiana".

No início do século XX, os italianos mantêm, na cidade, uma sociedade intitulada "L'Unione Fa La Forza", que todos os anos comemora, festivamente, a data de 20 de setembro (8).

No primeiro lustro do corrente século, nota-se, ainda (9), completa ausência de nomes italianos, entre os profissionais liberais, professores de escolas primárias e da Escola Complementar (formadora de professores primários), autoridades judiciárias, administrativas e policiais da cidade, onde o seu número já se tornara de tal modo consideravel que justificava a presença de um cônsul, para o que se designara o comerciante Quadri Assuero. Em outras atividades — comércio, indústria, ofícios, sacerdócio, ensino da música — aparecem portadores de nomes italianos, em diferentes proporções (10): um entre os sete açougueiros; seis entre os onze alfaiates;

(6) Cf. O Itapetininga de 23 de outubro de 1887.

(7) Cf. O Itapetininga de 15 de abril de 1888.

(8) Cf. O Democrata, de 24 de setembro de 1903.

(9) Cf. o Almanach Illustrado do Sul de São Paulo, organizado por Camillo J. A. Lellis, para o ano de 1904.

(10) Ibid.



o vigário; dois entre os cinco barbeiros; quatro entre os dezoito carpinteiros e marceneiros; os dois fabricantes de cerveja; dois dos três proprietários de confeitarias; quatro dos sete ferreiros; os dois fabricantes de macarrão; dois entre os seis negociantes de secos e molhados por atacado; dezessete entre os sessenta e dois negociantes de secos e molhados a varejo; quatro entre os seis proprietários de padarias; um dos dois professores particulares de música; um dos três regentes de bandas musicais; o relojoeiro; dois dos quatro proprietários de restaurantes; e o tintureiro.

Os elementos mencionados constituem a vanguarda da colônia italiana local, no que toca à ascensão social. É através do trabalho manual especializado, isto é, dos ofícios, bem como do comércio de mercadorias e da indústria de alimentação e bebidas que vão eles galgando e consolidando sua posição, na estrutura social. No entanto, mesmo destes elementos de vanguarda, a grande maioria mal atinge a classe média e apenas uma pequena minoria começa a se sobrepor a esta, economicamente, pelo sucesso na acumulação de capital e pelo lucro decorrente de sua aplicação, no comércio ou na indústria.

Até a segunda década do século XX, com efeito, a quase totalidade dos italianos e seus descendentes se concentra na classe menos favorecida. A este respeito, dois fatos significativos podem ser apontados, no âmbito local: o de manterem elementos deste grupo, em princípios do século, na cidade, um "Clube Internacional Socialista", e o de participarem, em 1916, ao lado de brasileiros brancos de outra origem e de brasileiros de côr, da fundação do "Clube Operário Itapetiningano", quando, desde 1888, já existia uma associação congênere, identificada como "da elite" e, desde 1911, outra, que se considerava como "da gente de côr" (11).

No entanto, antes de 1930, alguns elementos italianos, sírios (ou libaneses) e estrangeiros de outras origens, já se encontram entre

---

(11) Da primeira reunião destinada à fundação do "Clube Operário Itapetiningano", associação recreativa (dança e outras diversões de salão), realizada no dia 20 de novembro de 1916, participaram vinte e duas pessoas (todas do sexo masculino), das quais oito eram de origem italiana, oito, pessoas brancas de origem lusa e, seis, pessoas de côr — dois pretos e quatro pardos. Dessa reunião, que se realizou na residência de um dos interessados, resultou a eleição de uma diretoria, constituída de cinco elementos, compreendendo dois de origem italiana (inclusive o presidente), um mulato escuro, um mulato claro e um branco luso-brasileiro.

O "Clube Operário Itapetiningano", iniciou, logo em seguida, suas atividades, com 124 sócios, dos quais 60,5 por cento eram portadores de nomes luso-brasileiros, 35,5 de nomes italianos e os restantes 4,0 por cento, de nomes estrangeiros de outras origens.

(Dados obtidos no arquivo e nas publicações do "Clube Recreativo Itapetiningano" — atual designação do antigo "Clube Operário Itapetiningano").



os mais abastados habitantes do Município <sup>(12)</sup> e os primeiros de seus descendentes começam a figurar entre os profissionais liberais, no magistério e nas ocupações burocráticas.

A estas conquistas não corresponde, de pronto, uma mudança de "status" perante o total da comunidade — ainda não conseguem os descendentes de estrangeiros participar da liderança política, o intercasamento esbarra, ainda, com acentuada resistência, entre os brasileiros das classes média e dominante <sup>(13)</sup> e, no clube recreativo

(12) Já em princípios do século, dois brasileiros naturalizados — um de origem italiana e outro de origem síria — se sobressaem entre os "benfeitores" da "Santa Casa de Misericórdia" local, tanto pela participação na diretoria como pelo apoio material que lhe dão. No entanto, em princípios de 1888, quando da fundação desta instituição, entre os 16 componentes da mesa, citados em notícia de O Itapetininga, de 6 de maio, apenas um tinha nome germânico, todos os demais sendo portadores de nomes luso-brasileiros, de famílias tradicionais da região ou da Província. Desses 16 componentes da primeira diretoria da "Santa Casa", seis eram comerciantes, um exercia simultaneamente as atividades de comerciante, advogado provisionado e chefe político, outro era comerciante e fazendeiro, um fazendeiro, um professor de primeiras letras, outro professor e "capitalista", outro professor e jornalista, um advogado provisionado, dois funcionários públicos e um serventuário da justiça.

Tomando-se os nomes dos integrantes da diretoria da "Santa Casa", de 1888 a 1945, obtêm-se 77,1 por cento de nomes luso-brasileiros e 22,9 por cento de nomes "estrangeiros" (especialmente italianos). Fazendo-se o mesmo cálculo para a diretoria do clube da "classe dominante", período de 1888 a 1948, obtêm-se 82,9 por cento de nomes luso-brasileiros e 17,1 de nomes "estrangeiros".

(13) Um profissional liberal, de projeção no Estado, natural de Itapetininga, cujo pai foi um industrial italiano e, a mãe, uma senhora de família tradicional da cidade, contou, entre gracejos, que, por ser seu pai daquela nacionalidade, ao fazer o pedido de casamento, teve de esperar oito meses pela resposta do futuro sogro.

Um septuagenário, sapateiro, natural da Itália, de onde veio com 20 anos de idade, conta como, tendo-se enamorado duma moça brasileira, sua atual esposa, a família desta se opôs ao casamento, por ele "ser italiano", porém, o casamento se realizou em outra cidade, em casa de parentes afastados da moça.

Nos dias que correm, a relutância ao casamento com descendentes de italianos apenas persiste entre os elementos mais conservadores da classe dominante, porém, mesmo entre os elementos deste círculo, é evidente a tendência ao desaparecimento de qualquer resistência, neste sentido.

Maior que a relutância ao casamento com descendentes de italianos, sempre tem sido, na comunidade em estudo, a que se manifesta em relação aos descendentes de sírios e libaneses. Entre as justificativas invocadas estão a diferença de costumes e o exclusivismo (solidariedade étnica e endogamia) dos elementos desta origem. Com efeito, a oposição ao intercasamento parece ser recíproca. Todavia, nota-se uma tendência de aumento na proporção de casamentos entre brasileiros de outras origens, inclusive entre elementos das mais tradicionais famílias luso-brasileiras, e descendentes de sírios ou libaneses, o que mostra que a oposição não é muito radical ou, pelo menos, não é levada muito em conta por elementos da nova geração, tanto de um como do outro grupo. Um caso bastante típico teve lugar, durante o período da pesquisa: um rapaz brasileiro, de classe média, de família luso-brasileira, comunicou ao pai sua intenção de se casar com uma moça de família síria. O pai relutou em assentir e, até o último instante, mostrou sua oposição, inclusive, deixando de comparecer à cerimônia nupcial. A família da moça, ao contrário, demonstrou grande satisfação com o enlace, promovendo uma reunião a que compareceram, além dos convidados brasileiros, de duas a três centenas



“da elite”, os primeiros descendentes de italianos e de sírios (ou libaneses) mal conseguem ingressar como sócios razos (14).

É depois da revolução de 1930 (15) que os descendentes de estrangeiros, principalmente os de italianos, que constituem a mais alta proporção, no Município, obtêm mais fácil acesso ao quadro

de “patricios” ou descendentes. Depois de visitar o casal, após o nascimento do primeiro filho, o pai do rapaz não ocultou seu encantamento com a nora, descrevendo-a como “excelente dona de casa, pessoa de fina educação e elevado sentimento, carinhosa e dedicada ao marido e ao lar, bem como aos parentes”. Retratava-se, assim, de modo espontâneo, de sua atitude inicial, sem sombra de ressentimento pela rebeldia do filho, mostrando a maleabilidade do preconceito que o havia movido.

(14) As eleições do “Clube Venâncio Aires” estão entre os acontecimentos periódicos que mais agitam a população local, nelas se envolvendo correntes representativas das diferentes facções políticas que atuam no Município. Embora interessem diretamente apenas aos sócios, é tal a propaganda que se faz pela imprensa, pelo rádio e através de contactos pessoais, que é praticamente impossível alguém, na cidade, permanecer alheio ao que se passa. A coordenação do eleitorado reproduz, mutatis mutandis, o que se dá por ocasião das eleições para os cargos públicos municipais, estaduais e federais. No dia da eleição, as facções em competição põem automóveis à disposição de seus adeptos, para conduzi-los da residência ao local do pleito. Da capital e de outras cidades do Estado de São Paulo e mesmo de fora deste, sócios que, por diferentes circunstâncias se encontram ausentes, vêm ter à cidade, uns de trem, outros, de automóvel, outros, ainda de avião. Do mesmo modo, os “próceres” políticos que vivem alternadamente na cidade e na capital do Estado ou no Rio de Janeiro, comparecem, neste dia, tanto para dar o seu voto como para prestigiar as chapas que as respectivas facções apoiam.

As eleições do “Clube Venâncio Aires”, segundo expressões de um manifesto publicado no *Aparecida do Sul*, em 4 de abril de 1948, “refletem a temperatura do nosso ambiente político” ou, conforme se ouve frequentemente, na cidade, “quem domina o Clube Venâncio Aires e a Santa Casa, domina o Município” ou, ainda, “a eleição do Clube Venâncio Aires reflete a força dos partidos políticos locais”.

Finalmente, para se aquilatar do prestígio do “Clube Venâncio Aires”, basta dizer que, de 21 prefeitos municipais, cujas gestões ocorreram entre 1902 e 1948 (o último, então em exercício), 20 pertenceram ao quadro social do Clube, sendo que 11 figuraram nas listas de membros da diretoria de diferentes períodos. Tanto o prefeito não pertencente ao quadro do Clube como dois dos que faziam parte deste, porém, nunca participaram da diretoria, foram prefeitos interinos, de gestão efêmera. Dos 11 prefeitos que participaram da diretoria do Clube, um fez parte desta 10 vezes, outros dois, 8 vezes cada um e, um terceiro, 5 vezes. Desses 11 diretores, 8 foram membros da diretoria do Clube, antes de virem a ser prefeitos, um tanto antes como depois e apenas dois vieram a ser membros da diretoria depois de terem sido prefeitos.

(15) Até 1930, o poder político se concentrava quase exclusivamente nas mãos de elementos luso-brasileiros, sem miscigenação aparente quer com o negro, quer com o índio, e sem cruzamento com o imigrante e seus descendentes. O período se caracteriza, em larga medida, pelo esforço deste pequeno núcleo em preservar o seu exclusivismo, diante da ameaça de infiltração de elementos que ascendiam econômica e socialmente, isto é, dos descendentes de imigrantes e, em proporção menos apreciável, de escravos. Talvez seja significativo o fato de que o período decorrido de fins do século XIX (abolição da escravatura, proclamação da república) até 1930 tenha sido justamente o lapso de tempo necessário para que a primeira geração de descendentes de escravos, que não testemunharam a escravidão, e a primeira geração numericamente considerável de descendentes de imigrantes, já nascidos no próprio País, chegassem à maturidade.

Em relação ao município de Itapetininga, convém lembrar que fora cognominado de “príncipe de Itapetininga”, por ser natural daqui e filho do chefe político local e candidato a presidente da República cuja posse a revolução de 1930 impediu.



social do Clube "Venâncio Aires" — a associação recreativa "da elite" local; — no entanto, somente a partir de 1945, com a "redemocratização" e reconstitucionalização do País, as últimas resistências vêm abaixo, e os referidos elementos conseguem pleno acesso não apenas ao quadro social como à própria diretoria da referida associação (16).

É, igualmente, a partir de 1945, que elementos descendentes de italianos e outros elementos de origem estrangeira, não apenas participam da liderança política, como membros de diretórios dos diferentes partidos, mas, ainda, conseguem fazer-se eleger aos postos da vereança local (17) ou ocupar posições de relevância na vida política regional e estadual.

A dispersão dos descendentes de italianos, sírios e outros elementos de origem estrangeira, pelas diferentes agremiações partidárias, a se degladiarem uns com os outros, como adversários políticos, esquecidos de sua origem étnica comum, é um dos sinais mais nítidos de sua assimilação e da conseqüente desintegração dos laços que os uniam entre si e os habilitavam a competirem, como grupos, quer por vantagens materiais imediatas, quer pela conquista de uma situação coletiva mais satisfatória, no conjunto da comunidade. Em outras palavras, os descendentes de estrangeiros, na comunidade local, constituem conjuntos de indivíduos ou famílias, dispersos por toda a estrutura social, a participarem, fundamentalmente, da mesma cultura — a mesma língua, os mesmos costumes — dos demais elementos da população, sem que a diversidade de origem étnica se lhes apresente como critério de competição ou conflito — ou, em

(16) Tomando-se os nomes dos componentes da diretoria do "Clube Venâncio Aires", de 1888 a 1948, verifica-se que, até o decênio que se iniciou em 1948, a proporção de nomes luso-brasileiros se manteve entre os limites de 92 e 86 por cento; os demais diretores, com exceção de 4 por cento de descendentes de italianos, no decênio 1908-17 e 2 e 4 por cento de descendentes de sírios ou libaneses, respectivamente, nesse e no decênio seguinte, eram descendentes de imigrantes não latinos, vindos no decorrer do século XIX, com mulheres de famílias tradicionais do Município. No decênio 1928-37, os diretores de ascendência luso-brasileira se apresentavam na proporção de 83 por cento, passando para 8 por cento os descendentes de italianos e estando em menor proporção as outras origens. Na verdade, os dados, vistos através das gestões sucessivas, revelam que a mudança teve início em 1931, ano em que, pela primeira vez, desde o decênio 1908-17, aparecem nomes italianos entre os membros da diretoria, os quais vêm a fazer um terço do total de componentes. No decênio seguinte, 1938-47, a proporção de diretores de ascendência luso-brasileira desce para 69 por cento, enquanto que a de descendentes de italianos passa para 19 por cento. Em 1948, a proporção de diretores de ascendência luso-brasileira desce para 57 por cento, enquanto sobe para 29 por cento a de descendentes de italianos. Para o total de gestões e cargos da diretoria, de 1888 a 1948, a proporção de diretores de ascendência luso-brasileira, revelada pelos nomes de família, é de 83 por cento, enquanto que a de descendentes de italianos, que vêm em segundo lugar, é de 6 por cento.

(17) Depois das eleições municipais de 1947, alguns jovens políticos, descendentes de italianos, não apenas figuram entre os líderes de bancadas da Câmara Municipal, mas também entre os componentes da mesa.



contraposição, como critério de solidariedade social, a semelhança de origem (18). No conjunto da sociedade, como os pretos, os pardos e os demais elementos brancos, competem êles antes como indivíduos ou famílias do que como grupos sociais distintos, dotados de laços próprios de solidariedade e culturalmente diferenciados uns dos outros; e cada qual compete por um "status" mais desejável na estrutura total da sociedade e, não, apenas, entre os elementos da mesma origem.

O rompimento das últimas barreiras que se opunham ao ingresso maciço de descendentes de imigrantes, no quadro social da mais exclusivista associação voluntária do Município (19) indica que, à sua assimilação, veio corresponder o desaparecimento da atitude discriminatória anteriormente mantida, em relação a êles,

---

(18) Isto é verdade, especialmente, em relação aos descendentes de italianos. Os descendentes de sírios e libaneses revelam maior tendência a permanecerem nucleados, seja devido à sua mais acentuada diferença cultural, em relação aos nacionais, seja a uma mais pronunciada tendência endogâmica, seja, ainda, devido a uma maior homogeneidade ocupacional e econômica e, conseqüentemente, de padrão de vida. Todavia, sua diluição entre os nacionais se vai tornando cada vez patente, notando-se, inclusive, conforme já foi referido, uma tendência de aumento no número de intercasamentos.

Em geral, a identificação com a nacionalidade de origem não ultrapassa a segunda geração de descendentes de estrangeiros, nascidos no Brasil.

Os japoneses e seus descendentes ainda constituem um grupo à parte, tanto devido às diferenças culturais como à sua maior "visibilidade", sob o ponto de vista físico, agravados estes dois fatores pela circunstância de ser tão recente sua penetração no País e, especialmente, na comunidade em estudo.

Referindo-se aos descendentes dos alemães vindos, em 1827, para o bairro — hoje município — de Guareí, diz Aluísio de Almeida: — "Estes habitantes são em grande parte descendentes diretos ou entrelaçados pelos casamentos, dos alemães colonos. É um caso típico de adaptação ao meio, pois às vezes se encontravam belos tipos, louros, altos, olhos azuis, sem mistura de sangue português ou indígena, e, no entanto, brasileiros que não sabem dizer o "iá" em alemão e mal ouvem falar da terra de seus avós. Eles vieram em 1827, da Renania, num tempo em que a miséria perdurava — herança das guerras napoleônicas. Católicos na maioria; existe o livro de orações, com o passaporte, de Felipe Jacob. Todos sabiam ler. Faziam parte da 1.ª imigração oficial em São Paulo. Não puderam sujeitar-se ao regime de colônia. Espalharam-se na província, especialmente em Santo Amaro, Itapetérica, Campo Largo de Sorocaba e Ipanema, e Guareí. Foi melhor política. Não formaram "quistos" e humildemente ajudaram a construir São Paulo". (Cf. "Guareí e a 1.ª Imigração Oficial Alemã, 1827", na Revista do Arquivo Municipal, Ano V, Vol. LVI, abril de 1939).

Em outro artigo, referindo-se especificamente ao atual município de Itapetininga, o mesmo historiador salienta a persistência de "tradições que vem resistindo a tudo o contrário com uma galhardia digna de nota" e chama a atenção para o fato de que o núcleo local das antigas famílias se tem conseguido "preservar" do "cosmopolitismo ambiente". (Cf. "Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga", na Revista do Arquivo Municipal, Ano V, Vol. LIX, julho de 1939).

(19) De 595 sócios do Clube, de 1948, cujas fichas foram estudadas, 63 por cento eram portadores de nomes luso-brasileiros, 18 por cento de nomes italianos, 6 por cento de nomes árabes (sírios e libaneses), 2 por cento de nomes alemães, e, os restantes, de nomes estrangeiros de outras origens ou de nomes compostos, ao mesmo tempo, de origem portuguesa e "estrangeira".



por parte dos mais tradicionais e conservadores elementos luso-brasileiros.

Em outros termos, a plena participação dos descendentes de imigrantes, tanto na liderança política como no quadro social e no corpo diretor da mais exclusivista associação local, mostra como a estrutura social foi permeável à sua penetração, oferecendo-lhes pelo menos as mesmas oportunidades de ascensão social que se apresentavam aos descendentes dos antigos colonizadores portugueses (20).

Considerando-se, especialmente, o caso dos italianos (e descendentes) — o grupo de imigrantes cuja presença mais se fez sentir, na sociedade local, tanto pelo número como pela influência cultural e social, — verifica-se que, em cerca de cinco décadas — de fins do século passado aos dias atuais — de uma concentração total na camada menos favorecida, conseguiram eles elevar-se às camadas média e dominante, em proporção pelo menos igual à dos brancos descendentes dos antigos colonizadores portugueses — proporção em relação ao respectivo contingente no total da população.

Tomando-se a população de cor e analisando-se sua situação social, no decorrer das mesmas décadas, comprova-se que seu "status", em geral, estacionou, em comparação com o dos imigrantes e seus descendentes.

Nos primeiros anos que se seguiram à abolição da escravatura, elementos de cor, tanto ingênuos como libertos, dominavam a esfera ocupacional dos ofícios(21), justamente numa fase em que êstes

(20) Encontram-se sintomas da penetração e integração dos descendentes de estrangeiros, na sociedade local, não apenas em seu maior acesso ao quadro social e à diretoria do clube social "da elite" ou em sua participação, em diferentes posições, na atividade político-partidária, mas, também, em outros setores de atividades. Assim, tomando-se a relação dos alunos contemplados com o "Prêmio Peixoto Gomide", a que faz jus, desde 1913, o estudante de um ou outro sexo, graduado com média mais elevada pela Escola Normal oficial da cidade, verifica-se que, dos 19 alunos premiados, de 1913 a 1931, 74 por cento eram portadores de nomes luso-brasileiros, 11 por cento, de nomes italianos, os restantes sendo portadores de nomes compostos, de origem, ao mesmo tempo, portuguesa e "estrangeira". Tomando-se os 19 alunos premiados nos anos de 1932 a 1950, nota-se que a proporção de portadores de nomes luso-brasileiros desce para 52 por cento, a de nomes árabes sendo de 11 por cento, a de italianos, de 5 por cento, e os restantes, sendo portadores de nomes compostos, de origem portuguesa e "estrangeira", ao mesmo tempo. Nota-se, pois, que a proporção de nomes luso-brasileiros diminuiu, tanto em favor de nomes "estrangeiros", como em favor de nomes compostos que indicam o intercasamento entre elementos portadores de nomes portugueses e elementos portadores de nomes de outras origens. A proporção de nomes italianos diminuiu provavelmente, por se tratar de um grupo em franca miscigenação com brasileiros de origem portuguesa.

(21) O "Clube Recreativo 13 de Maio", de Itapetininga, foi fundado, em 1911. Dos 20 sócios fundadores cuja lista nominal foi obtida na secretaria da associação, 14 foram identificados como pretos, 5 como mulatos e 1 como branco ou "acabocladado", recorrendo-se à entrevista com os sobreviventes e às informações destes sobre os demais.



podariam levar os que os exerciam à prosperidade econômica, devido, entre outras circunstâncias, ao incremento da urbanização e à conseqüente elevação do padrão de vida de uma considerável parte da população. Com efeito, alguns elementos de côr prosperaram e ingressam no mundo do pequeno comércio e da pequena indústria. Quando se dá a penetração maciça de italianos ou descendentes, naquela mesma esfera ocupacional, ao contrário de se estabelecer uma ostensiva competição entre os dois grupos (22), o que se nota é uma tendência a se unirem ambos, pelos laços da solidariedade de classe, com uma aproximação, especialmente, entre elementos do referido grupo de imigrantes e os mestiços mais claros — sem exclusão, porém, dos mais prósperos indivíduos escuros. Já nessa época ocorrem casamentos e uniões maritais entre elementos dos dois grupos.

Já se viu como, em 1916, elementos de ambos os grupos cooperaram, na fundação do “Clube Operário Itapetiningano”.

Ao mesmo tempo, não deixam de aparecer, por todo o período que vai de fins do século XIX aos dias correntes, as exceções de

Desses 20 fundadores, quatro eram carpinteiros, três pedreiros, três proprietários de sítios e casas, dois carroceiros, duas cozinheiras, um contínuo de estabelecimento escolar, um servente de repartição pública, um trabalhador avulso, uma senhora de “prezadas domésticas”, uma engomadeira e um cuja ocupação não foi especificada.

(22) A imprensa local de princípios do século atual, tal como a de fins do anterior, sempre se refere com simpatia à colônia italiana, aprovando e incentivando suas iniciativas. No dia 22 de setembro de 1905, aparece, no O Democrata, uma lista de doativos a serem enviados às vítimas do terremoto da Calábria, subscrita por italianos e brasileiros, residentes na cidade. Devido à referida catástrofe, a colônia italiana local deixou de comemorar o 20 de setembro, segundo informa o jornal.

No dia 19 de novembro do mesmo ano, O Democrata publica uma notícia, aplaudindo a iniciativa do sr. Hugo Bassini, de escrever um livro intitulado *Gli Italiani nello Stato di S. Paulo*, para o que vinha à cidade, à procura de informações.

No dia 6 de janeiro de 1906, O Democrata saúda, com simpatia, o aparecimento, na capital do Estado, do jornal *Il Secolo*, sob a direção de Antonio Piccarolo.

Ocasionalmente, os jornais publicam cartas em italiano, de seus leitores, como o faz O Democrata, de 27 de maio de 1906, com a de um leitor, em apelo a uma das iniciativas de uma das instituições filantrópicas locais.

Durante a presente pesquisa, apenas um informante se referiu a uma situação de conflito, envolvendo italianos, de um lado, e outros elementos da população, de outro. O incidente se teria dado em fins do século XIX, por ocasião da construção da estrada de ferro, e foi narrado como segue: — “Quando estavam construindo a estrada de ferro, mandavam para aqui italianos que não prestavam e que eram presos em São Paulo, para trabalhar aí na estrada. Um dia, eles mexeram com uma cabocla e os caboclos brigaram com eles. Salu um sururú danado! Os caboclos reclamaram e a polícia foi lá e prendeu um italiano. Quando foi de noite, os italianos “fizeram greve” e vieram aqui (ao largo onde, na época, ficava a cadeia), para soltar o italiano, que estava preso aí na cadeia, mas a polícia escorou eles aí”.

O fato de apenas um brasileiro e nenhum descendente de italianos se haver lembrado do episódio acima, é, por si só, bastante significativo, pois mostra que, de ambas as partes, se desvaneceu o ressentimento que por acaso tenha havido.



peças de cor nas profissões liberais, magistério e atividades burocráticas<sup>(23)</sup>; porém, ao contrário do que sucede com os descendentes de italianos e de imigrantes, em geral, a proporção destes "precedentes" não parece se expandir, não obstante ter sido a população de cor atingida, até certo ponto, pela prosperidade econômica que afetou, quase exclusivamente, os habitantes da zona urbana<sup>(24)</sup> e

(23) Das carreiras intelectuais, aquela em que os elementos de cor têm aparecido, com mais frequência, tem sido a do magistério público. Pelo quadros de formatura dos professorandos da Escola Complementar (mais tarde Escola Normal), verifica-se a seguinte proporção de pretos e pardos: na turma de 1900, em 47 diplomandos, ha um de cor preta e um de cor parda; em 1901, em 55, ha 2 pardos; em 1902, em 51, ha 3 pardos; em 1909, em 30, ha 3 pretos e 3 pardos; em 1914, em 29, ha 1 preto e 4 pardos; em 1916, em 51, ha 3 pardos; em 1919, em 42, ha 3 pardos.

Conforme se verifica pelo Almanach do Sul de São Paulo, de 1904, entre 4 professores da Escola Modelo Preliminar, anexa à Escola Complementar, um era mulato escuro e, das 7 professoras, uma era preta.

Não apenas nos cargos docentes, mas também entre as autoridades escolares, já têm figurado elementos de cor.

De 23 elementos ligados à história da cidade, homenageados nas páginas iniciais de um volume publicado no segundo quartel do corrente século, todos são brancos; dos 8 juizes de paz e escrivães, da época da publicação, um é pardo; dos 7 funcionários da policia, incluindo delegado, o médico legista, escrivães, escreventes e carcereiro, todos são brancos; dos 12 funcionários do fôro, incluindo o juiz, o promotor, escrivães e ajudantes, dois (dos menos graduados) são de cor parda; brancos são os 9 elementos do funcionalismo público homenageados em outra página; brancos são os 7 fundadores de uma associação profissional em que predominam elementos das classes média e dominante, porém, dois elementos de cor figuram entre os 18 componentes da diretoria e do conselho fiscal; de 16 crianças homenageadas noutra página, todas são brancas; de outros 11 homenageados, incluindo profissionais liberais e outros intelectuais, um é de cor.

De 63 elementos homenageados noutra publicação do mesmo período, 5 são de cor, incluindo um preto, um mulato escuro e três mulatos claros — sendo pessoas que se dedicam ao magistério, à música e aos trabalhos de "stúdio" da estação de rádio.

(24) No que toca ao padrão de vida, a impressão geral, no Município, com referência à população urbana, é a de ter havido, nos últimos cinquenta anos, uma acentuada mudança, caracterizada, por exemplo, pela sensível diminuição da proporção de indivíduos descalços e pobremente trajados — o que se torna mais significativo, quando se considera o extraordinário aumento que teve a população urbana, em relação ao total de habitantes. Com referência à população rural, a impressão geral é a de que o padrão de vida, caracterizado por um poder aquisitivo insuficiente para satisfazer as necessidades básicas como a de alimentação, vestuário, calçado, habitação, cuidado com os dentes e com a saúde geral, continua praticamente inalterado. Acrescente-se a isto a extinção quase completa do analfabetismo, na área urbana, enquanto que, na zona rural, a alteração, também a este respeito, não seguiu o mesmo ritmo.

Entre os elementos de cor residentes na cidade — muitos dos quais são originários da zona rural — a impressão generalizada é, igualmente, a de que suas condições de vida têm melhorado acentuadamente, nas últimas décadas. Assim, um homem preto, pedreiro, de cerca de 65 anos de idade, referindo-se aos elementos de cor, observou: — "Antes de 1930, um pedreiro, como eu, só usava sapato nos domingos, porque não compensava, não tinha muito luxo. Em geral, usava-se brim, nos domingos. Naquele tempo, um operário não podia ter um terno de casemira. O operário hoje veste melhor".

Uma senhora de cor, de 66 anos de idade, declarou: — "Com tudo caro como está, eu acho que ainda está melhor. Isto para quem está na cidade, porque o ganho é



pelo advento de instituições educacionais mais numerosas e diversificadas (25).

Não obstante todas as exceções ocorridas, parece certo que a permeabilidade da estrutura social, aos elementos de cor da população, diminui progressivamente, da base para o alto, tornando-se quase nula, da parte superior da camada média para cima.

Dados sobre a proporção de elementos de cor, nas instituições escolares, mostram que os mesmos se beneficiaram com a expansão do ensino elementar na primeira metade do presente século (26);

melhor. Eu criei minhas crianças debaixo de sacrifício. O Raimundo (marido da entrevistada) ganhava dez mil réis por dia como carreiro. Eu lavava 60 dúzias de roupa por semana, ganhava quinhentos réis por dúzia e ainda torrava café de três fregueses! E hoje, vê quanto está a dúzia de roupa lavada, cinco mil réis (cinco cruzeiros), para o freguês dar o sabão! Eu acho que tudo caro como está, ainda está melhor do que antigamente”.

(25) Além das escolas primárias estaduais, municipais e particulares, conta o Município com um ginásio, colégio e escola normal, do Estado; ginásio, escola normal e do comércio particulares; e escola prática de agricultura, mantida pela Secretaria da Agricultura do Estado. Até 1929, Itapetininga era uma das oito cidades do interior do Estado de São Paulo, dotadas de escola normal oficial. Em 1949, é uma das 101 cidades do interior a possuírem estabelecimentos estaduais do 1.º ciclo secundário, uma das 40 a terem estabelecimentos estaduais do 2.º ciclo e uma das 53 a possuírem escolas normais estaduais. Em 1950, acrescentou-se, ao seu conjunto escolar, uma das 58 escolas normais livres (particulares ou municipais) do interior do Estado. Cf. João L. Rodrigues, Livro Jubilar da Escola Normal da Capital, São Paulo, 1930; O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, Publicações do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, N.º 83, agosto de 1949.

(26) De acordo com um quadro existente na Escola Normal local, dos alunos da 1.ª à 4.ª série do curso primário anexo à Escola Complementar, verifica-se que, em 1908, 92,8 por cento — num total de 313 alunos — eram brancos, havendo 3,6 por cento de pardos e 3,6 por cento de pretos. Levando-se em conta que os alunos desse estabelecimento representavam, na época, somente dois terços dos alunos das escolas primárias urbanas do Município e tomando-se, para este, no referido ano, a mesma população total revelada pelo censo de 1900, com as quotas de brancos, pardos (mestiços mais caboclos) e pretos do censo de 1890, pode-se estimar a proporção de alunos brancos, pardos e pretos para 1.000 habitantes urbanos de cada cor. Ter-se-iam, assim, cerca de 225 estudantes brancos, de curso primário, para 1.000 habitantes urbanos da mesma cor, 20 estudantes pardos para 1.000 habitantes pardos e 75 estudantes pretos para 1.000 habitantes pretos. Tomando-se os pardos e pretos em conjunto, obter-se-iam 32 alunos de cor para 1.000 habitantes de cor.

Não obstante a precariedade do processo empregado para se chegar a tais estimativas, é de se crer não se afastem estas da realidade ao ponto de perder qualquer sentido a comparação com dados referentes à atualidade.

Em 1949, num inquérito procedido nas escolas urbanas de Itapetininga, num total de 1.993 alunos do curso primário, foram encontradas as seguintes porcentagens: brancos, 90,6 por cento, pardos, 4,4, pretos, 4,8 e, amarelos, 0,3 por cento.

Levando-se em conta o total de habitantes e a distribuição destes quanto à cor, segundo o censo de 1940, podem-se calcular os seguintes índices de alunos por 1.000 habitantes de cada cor, para a zona urbana: brancos, 156,5, pardos, 172,5, pretos, 142,6 e,



porém à medida em que se vai do nível elementar para os mais elevados, nota-se que os elementos de cor são cada vez mais raros, e, em especial, os pretos (27).

Tomando-se as associações recreativas, nota-se que, na classe dominante, fundada em 1888, a situação dos elementos de cor

amarelos, 35,2 por 1.000. Unindo-se pretos e pardos, o índice é de 155,6 por mil, praticamente idêntico ao dos brancos.

A diminuição no índice dos brancos, de princípios do século aos dias atuais tanto pode ter decorrido da precariedade dos dados disponíveis para a fase mais remota desse período como dos seguintes fatores: a) modificação na composição etária da população branca, com diminuição na proporção de dependentes menores de idade e aumento na de dependentes idosos; b) no começo do século, devido à falta de escolas, na maior parte dos municípios do Estado, muitos pais, especialmente das cidades vizinhas, mandavam seus filhos a Itapetininga, para aí estudarem, tanto na Escola Complementar como no curso primário anexo; e isto somente sendo possível a pais relativamente abastados, tais alunos eram, por força das circunstâncias, quase exclusivamente do grupo branco.

Por sua vez, os índices mais alto para os pardos e mais baixo para os pretos, em relação ao dos brancos, para o ano de 1949, coincidem com a maior proporção de menores para os pardos e a menor para os pretos, do censo de 1940.

Os dados parecem indicar, pois, com razoável precisão a extensão, num sentido equitativo, dos benefícios da instrução primária, aos elementos de cor da população.

No que se refere ao curso complementar (de formação de professores primários), dados da mesma fonte, para o ano de 1908, revelam as seguintes porcentagens, para um total de 582 alunos, da 1.ª à 4.ª série: brancos 92,8 por cento, pardos, 3,8 pretos, 3,4.

Trabalhados por processo idêntico ao descrito linhas atrás, estes dados revelam os seguintes índices de alunos, para o curso secundário, para cada 1.000 habitantes da respectiva cor no Município todo, para o ano de 1908: brancos, 61, pardos, 6, pretos, 20. Tomando-se apenas a população urbana, os índices seriam: brancos, 117, pardos, 12, pretos, 31.

(27) Assim, inquérito feito, em 1949, nas escolas locais, revelou os seguintes dados: 1.º ciclo secundário: total, 870 alunos, brancos, 849, pardos, 20, pretos, 1, amarelos, nenhum; 2.º ciclo secundário: total, 98, brancos, 97, pardos, 1, pretos, nenhum, amarelos, nenhum; pre-normal e normal (formação de professores primários): total, 317, brancos, 315, pardos, 1, pretos 1, amarelos, nenhum; comercial básico: total, 103, brancos, 102, pardos, 1, pretos, nenhum, amarelos, nenhum; técnico comercial: total, 82, brancos, 81, pardos, 1, pretos, nenhum, amarelos, nenhum. As porcentagens são, pois, as seguintes:

	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos
1.º ciclo secundário .....	97,6	2,3	0,1	—
2.º ciclo secundário .....	99,0	1,0	—	—
Pre-normal e normal .....	99,4	0,3	0,3	—
Comercial básico .....	99,0	1,0	—	—
Técnico comercial .....	98,8	1,2	—	—

Calculando-se na base dos dados censitários de 1940, obtêm-se os seguintes índices de alunos por habitantes da mesma cor:

	Branco	Pardos	Pretos
1.º ciclo secundário .....	27,5	4,5	0,6
2.º ciclo secundário .....	3,1	0,7	—
Pre-normal e normal .....	10,2	0,7	0,6
Comercial básico .....	3,3	0,7	—
Técnico comercial .....	2,6	0,7	—



não sofreu alteração, desde seu aparecimento até os dias correntes. Assim, embora, desde sua fundação, se possam citar exemplos de indivíduos de cor que participaram do quadro social — geralmente mulatos, sendo mais rigorosa a exclusão em relação aos pretos — não se pode dizer que a proporção de exceções tenha aumentado, de fins do século passado aos dias atuais, sendo, no máximo, de meio por cento (0,5%) a proporção de elementos de cor, no quadro social, em 1948 (28).

Fazendo-se os cálculos sobre a população urbana, obtêm-se os resultados seguintes:

	Branco	Pardos	Pretos
1.º ciclo secundário .....	73,4	39,2	1,5
2.º ciclo secundário .....	8,4	2,0	—
Pre-normal e normal .....	27,2	2,0	1,5
Comercial básico .....	8,8	2,0	—
Técnico comercial .....	7,0	2,0	—

Comparando-se os presentes dados com os referentes ao curso da Escola Complementar, de 1908 (cf. nota anterior), observa-se uma diminuição nos índices de alunos por mil habitantes, para as três categorias de cor da pele, o que, de um modo geral, se explica pelo aumento de escolas no Estado de São Paulo, o que diminuiu a afluência de estudantes de fora. Com efeito, de acordo com dados obtidos na secretaria da Escola Normal "Peixoto Gomide", verifica-se que, de 32 alunos que se formaram, em 1908, pela antiga Escola Complementar, apenas 13 eram naturais do Município. As localidades de nascimento dos demais eram: São Paulo (2 alunos), São Roque (1), Tietê (1), Sorocaba (4), Angatuba (1), Santo Antonio da Boa Vista (1), Tatuí (1), Capão Bonito do Paranapanema (1), Pereiras (1), Botucatu (2), Avaré (2) e Mogi-Guaçu (1), e Resende, no Estado do Rio de Janeiro (1). Já em 1950, de 86 alunos formados pela Escola Normal, 46 são naturais do próprio Município. Embora muitos alunos naturais de outros pontos do Estado ou do País tenham suas famílias na cidade, é certo que, no começo do século, uma considerável proporção dos mesmos vinha para Itapetininga, aí se hospedando em pensões ou em casas de parentes e conhecidos, durante sua permanência na cidade apenas o tempo suficiente para o término dos estudos. O aumento de 40 por cento em 1908 para 53, em 1950, de diplomandos naturais do Município, se torna mais significativo, quando se tem em mente a maior mobilidade atual da população, que torna menos provável a coincidência entre a localidade de residência e a de nascimento dos indivíduos (ou famílias).

A explicação lembrada no parágrafo anterior não resolve a questão da diminuição extraordinariamente maior no índice de estudantes de cor preta e relativamente pequena no de estudantes pardos, o que tanto se poderá atribuir a uma diferença de critérios de identificação dos indivíduos segundo a cor como a uma "perda de terreno" por parte dos elementos mais escuros.

Deixando-se de lado os dados referentes a 1908 e considerando-se apenas os de 1949, o que se torna óbvio é: a) a situação relativamente equitativa, no que toca ao acesso de brancos, pardos e pretos ao curso primário (cf. nota anterior); b) a diminuição desproporcional dos pardos e, muito mais, ainda, dos pretos, do curso primário para o 1.º ciclo secundário e sua quase completa ausência (completa, para os pretos), no 2.º ciclo, sendo idêntica a situação nos demais cursos. Desses outros, apenas no pre-normal e normal, os pretos tornam a aparecer.

(28) Para 595 fichas estudadas, de 1948, a porcentagem de sócios de cor (pardos) foi de 0,3.



No "Clube Operário Itapetiningano" (29), à medida em que este passou a conceituar-se como associação recreativa da classe média (30), a proporção de elementos de cor tem revelado tendência antes a se restringir que a se expandir(31).

O quadro XXIV mostra a composição ocupacional dos quadros sociais dos clubes das classes alta e média e da gente de cor, segundo dados de 1948.

(29) Em 1934, continuava o "Clube Operário Itapetiningano" com apenas 126 sócios, não se tendo, portanto, expandido o seu quadro social, desde a fundação. De 1934 a 1948, porém, amplia-se rapidamente o quadro de sócios, conforme se vê pelos seguintes números índices, baseados em informações obtidas na secretaria da associação, em suas próprias publicações ou em publicações referentes à vida local:

1916 .....	100	1938 .....	317
1934 .....	100	1944 .....	492
	1948 .....		635

V. tópicos referentes ao "Clube Recreativo Itapetiningano" ou ao antigo "Clube Operário Itapetiningano", nas seguintes publicações: João Netto Caldeira, *Album de Itapetininga*, 1934; Achilles Archêro Junior, *Os Grupos Sociais e a Educação*, 1938; *Tribuna Popular Ilustrada*, Itapetininga, 1944; tb. *O Informativo*, órgão oficial do "Clube Recreativo Itapetiningano", janeiro de 1949 e janeiro de 1950.

(30) Ao mesmo tempo em que se expandia seu quadro social, passava a associação por uma prosperidade correspondente, no que toca ao seu patrimônio, tendo melhorado consideravelmente sua situação financeira, ampliando-se várias vezes sua sede social, com a construção de novas dependências. Por sua vez, o "status" do Clube se elevou, passando este a se identificar como associação da "classe média", com o que coincidiu a supressão do termo "operário", da sua designação, em obediência à legislação do "Estado Novo".

(31) Embora não seja possível obter dados comparativos sobre a proporção de elementos de cor no conjunto do quadro social, da fundação do Clube aos dias atuais, é significativo o fato de que, dos 22 elementos que compareceram à primeira reunião destinada à criação da nova associação, em 1916, 6 eram de cor, dos quais 2 vieram a integrar a diretoria de 5 componentes, então eleita; enquanto isso, em 1948, não haverá mais que dois a três por cento de sócios de cor dos quais nenhum figura na diretoria.

De 367 sócios, de 1948, cujas fichas foram estudadas, 64,3 por cento eram portadores de nomes luso-brasileiros, contra 60,5 dos 124 sócios de 1946; 21,0 por cento, de nomes italianos, contra 35,5 de 1916; 12,3 de nomes estrangeiros de outras procedências, contra 4,0 de 1916, além de 2,4 por cento de portadores de nomes compostos de origem lusa por um lado e estrangeira por outro.

A queda na quota de nomes italianos, provavelmente, se deve aos seguintes fatores: a) ascensão de parte de seus portadores para a classe privilegiada; b) aumento da afluência de estrangeiros de outras origens c) miscigenação entre elementos luso-brasileiros e descendentes de italianos, com a substituição, em certo número de casos, dos nomes dessa origem por nomes portugueses.

Dos cinco nomes dos "ardorosos propugnadores" pela fundação do Clube, mencionados no boletim *O Informativo*, de janeiro de 1949, três são de origem italiana e, os outros dois, nomes luso-brasileiros, cujos portadores eram homens pardos.

Em 1948, os seis integrantes da diretoria do Clube são homens brancos, três tendo nomes luso-brasileiros, dois nomes italianos e, um, nome árabe.

No que toca à ocupação a diretoria do Clube está assim constituída: presidente, ferroviário; vice-presidente, industrial; primeiro secretário, ferroviário; segundo secretário, comerciário; tesoureiro, sapateiro; orador, advogado.



## QUADRO XXIV

## Ocupações dos Sócios de Três Clubes Recreativos de Itapetininga, 1948

OCUPAÇÕES	CLUBE REPRESENTATIVO		
	da classe "alta" N = 595	da classe "média" N = 367	da "gente de cor" N = 154
Comerciantes .....	25,9	11,8 (a)	1,5 (f)
Capitalistas e proprietários urbanos .....	5,2	—	—
Industriais .....	3,5	1,9	1,6 (g)
Fazendeiros .....	2,4	0,5	0,8 (h)
Sitiantes .....	5,4	2,2	—
Chacareiros .....	—	—	0,8
Advogados .....	1,5	0,3 (b)	—
Engenheiros .....	1,3	—	—
Médicos .....	1,2	—	—
Agrônomos .....	1,5	0,3 (c)	—
Dentistas .....	1,9	0,5	—
Farmacêuticos .....	3,0	0,3	0,8
Professores .....	8,4	0,5	—
Contadores .....	1,7	1,1	—
Estudantes .....	3,5	5,5 (d)	—
Jornalistas .....	—	0,5	—
Radialistas .....	—	0,3	—
Funcionários públicos .....	16,0	3,5	0,8 (i)
Escrivães de estrada de ferro .....	3,7	—	1,5
Ferrovários .....	—	16,6 (e)	—
Bancários .....	4,4	—	—
Guarda-livros .....	0,5	—	—
Oficiais militares .....	2,2	0,3	—
Militares (inferiores) .....	—	7,6	2,2
Comerciários .....	1,5	15,8	1,5
Viajantes e representantes comerciais .....	0,8	0,3	—
Donas de casa .....	1,5	—	0,8
Alfaiates .....	—	4,4	2,2
Motoristas .....	—	4,1	2,2
Carpinteiros e marceneiros .....	—	2,2	2,2
Sapateiros .....	—	2,2	2,2
Eletricistas .....	—	1,9	—
Mecânicos .....	—	1,4	1,5
Encanadores .....	—	1,1	—
Pedreiros .....	—	0,8	3,0
Selciros .....	—	0,5	0,8
Pintores (operários) .....	—	0,3	0,8
Jardineiros .....	—	0,3	—
Ferreiros .....	—	0,3	—
Ladrilheiros .....	—	0,3	—
Radintécnicos .....	—	0,3	—
Ajustadores de fábrica de tecidos .....	—	0,3	—
Foguistas de locomotiva .....	—	—	4,5
Maquinistas de locomotiva .....	—	—	3,0



OCUPAÇÕES	CLUBE REPRESENTATIVO		
	da classe "alta" N = 595	da classe "média" N = 367	da "gente de cor" N = 154
Soldadores de estrada de ferro .....	—	—	2,2
Truqueiros de estrada de ferro .....	—	—	0,8
Lenheiros de estrada de ferro .....	—	—	0,8
Limpadores de estrada de ferro .....	—	—	0,8
Manobreadores de estrada de ferro .....	—	—	0,8
Portadores de estrada de ferro .....	—	—	1,5
Zeladores de estrada de ferro .....	—	—	1,5
Operários rodoviários .....	—	—	1,5
Operários ferroviários .....	—	—	4,5
Operários de indústrias .....	—	—	1,5
Operárias de indústrias .....	—	—	0,8
Operários (sem especificação) .....	—	4,1	19,4
Artífices (sem especificação) .....	—	1,9	2,2
Trabalhadores, serviço avulso .....	—	—	1,5
Carroceiros .....	—	—	1,5
Tintureiros .....	—	—	1,5
Vendedores de jornais .....	—	—	0,8
Lavadores de automóveis .....	—	—	0,8
Enceradores de casa .....	—	—	0,8
Garçons (restaurante de trem) .....	—	—	0,8
Cozinheiros (restaurante de trem) .....	—	—	0,8
Empregadas domésticas .....	—	—	12,7
Lavadeiras .....	—	—	0,8
Barbeiros .....	—	0,8	—
Pipoqueiros .....	—	0,3	—
Guardas-civis .....	—	0,3	—
Chefes de trem .....	—	—	1,5
Ajudantes de chefe de trem .....	—	—	3,0
Feitores do serviço rodoviário .....	—	—	0,8
Pescadores .....	—	0,3	—
Açougueiros .....	—	0,3	—
Padeiros .....	—	0,3	—
Boladeiros .....	—	0,3	—
Enfermeiros .....	—	0,3	—
Construtores (licenciados) .....	—	0,3	—
Sem declaração .....	3,5	—	0,8

NOTAS:

- (a) Dos quais alguns também são sócios do clube da "classe alta".
- (b) Sócios que também pertencem ao quadro do clube da "classe alta".
- (c) Sócios que também pertencem ao quadro do clube da "classe alta".
- (d) Dos quais pelo menos 50% também pertencem ao quadro do clube da "classe alta".
- (e) Incluindo pessoal de escritório, chefes de estação e de trem e trabalhadores especializados.
- (f) Incluindo dois indivíduos, dos quais um é branco e se diz apenas sócio "contribuinte", isto é, patrocinador.
- (g) Situação idêntica à descrita na nota anterior.
- (h) Caso de um indivíduo branco, frequentador assíduo e participante, sem restrição, das atividades da associação.
- (i) Caso de um indivíduo branco, que apenas "contribui" com a mensalidade, como patrocinador.



Nota-se, de um modo geral, a ausência de elementos de ocupações manuais, do quadro social do clube da classe dominante — onde a maior parcela é constituída pelos comerciantes — e sua concentração no quadro da associação da “gente de côr”, ao mesmo tempo em que é considerável sua presença no da associação da classe média.

No que toca à composição ocupacional, há, pois, um considerável “overlapping” entre os quadros sociais dos clubes da classe média e da gente de côr — muito mais ponderável que o existente entre os quadros dos clubes das classes média e dominante.

O quadro XXV mostra a distribuição ocupacional dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da secção masculina da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em 1948. Estas duas associações religiosas são consideradas como representativas, respectivamente, dos elementos masculinos mais eminentes e dos elementos de côr da população.

### QUADRO XXV

Ocupações dos Componentes da Irmandade Católica Masculina de mais Alto “Status” e dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Itapetininga, 1948

OCUPAÇÕES	IRMANDADE	
	do Santíssimo Sacramento N = 104	de Nossa Senhora do Rosário N = 44
Comerciantes .....	35,6	—
Fazendeiros .....	21,2	—
Capitalistas e proprietários urbanos .....	6,7	2,3
Sítiantes .....	—	4,6
Advogados .....	1,0	—
Farmacêuticos .....	2,9	2,3
Professores e autoridades escolares .....	8,7	—
Contadores .....	1,0	—
Funcionários públicos (burocracia) .....	7,7	—
Tabeliães .....	1,0	—
Bancários .....	1,0	—
Comerciários .....	2,9	—
Empreiteiros de construções .....	1,0	—
Oficiais militares .....	1,9	—
Barbeiros .....	1,0	—
Porteiros de clube .....	1,0	—
Porteiros e serventes de escolas .....	2,9	—
Jardineiros .....	1,0	—
Mecânicos .....	1,0	2,3
Seleiros .....	1,0	—



OCUPAÇÕES	IRMANDADE	
	do Santíssimo Sacramento N = 104	de Nossa Senhora do Rosário N = 44
Maquinistas de locomotiva .....	—	—
Foguistas de locomotiva .....	—	2,3
Pintores (operários).....	—	2,3
Motoristas .....	—	4,6
Consertadores de carros da ferrovia .....	—	2,3
Lenheiros da estrada de ferro .....	—	2,3
Conserveiros da estrada de ferro .....	—	2,3
Serventes da estrada de ferro .....	—	2,3
Operários da estrada de ferro .....	—	2,3
Pedreiros .....	—	2,3
Guardas-noturnos .....	—	18,2
Entregadores de leite .....	—	4,6
Curtidores de couro .....	—	4,6
Trabalhadores avulsos .....	—	2,3
Varredores de rua .....	—	2,3
Torradores de café .....	—	2,3
Vendedores de bilhetes de loteria .....	—	2,3
Vendedores de frangos .....	—	2,3
Cortadores de capim .....	—	2,3
Folheiros .....	—	2,3
Trabalhadores rurais .....	—	2,3
Trabalhadores manuais (não especificados) .....	—	2,3
		18,2

Nota-se, de um lado, a predominância de comerciantes (35,6%) e fazendeiros (21,2%) e a ausência quase completa de elementos de ocupações manuais, no quadro de irmãos do Santíssimo; e de outro a concentração de ocupações manuais entre os irmãos de Nossa Senhora do Rosário.

Considerando-se o "overlapping" existente entre os quadros das associações recreativas de classe média e da gente de côr, no que toca à composição ocupacional, e examinando-se os casos concretos de elementos de côr admitidos aos quadros das associações recreativas das classes dominante e média e da associação religiosa da primeira (32), conclui-se que em igualdade de condições de

(32) Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1948, os elementos de côr — pardos e pretos — constituem de 2 a 3 por cento.

De 997 pessoas sepultadas no jazigo da Irmandade, segundo dados colhidos nos seus arquivos, incluindo desde falecimentos ocorridos em 1872 até os do primeiro semestre de 1951, 20,4 por cento figuram sem identificação de côr, 78,8 por cento estão identificadas como brancas, 0,7 como pretas e 0,1 como "morenas". Deixando-se de lado as de côr não declarada, obtêm-se 99,0 por cento de pessoas brancas e 1,0 por cento de pessoas de côr. É significativo que dos 7 pretos que figuram entre os 997 mortos, 6 são de sepultamento recente — 1938, 1940, 1941, 1942, 1946 e 1947 — e 1 de data desconhecida. Isto parece indicar um reajustamento de atitudes, nas organizações religiosas — como resultado da "luta pela coerência dos mores" — mais rápido que em outros setores de atividades.



classe, o indivíduo de côr poderá sofrer preterição, sendo, portanto, mais efetivas as barreiras que se lhe opõem do que, normalmente, tem de enfrentar o candidato branco.

Os casos excepcionais de indivíduos de côr, admitidos aos quadros sociais de associações das classes alta e média, indicam que sua admissibilidade está condicionada a uma superioridade intelectual, ocupacional, de fortuna ou de qualquer outra natureza, em relação à maior parte dos consócios brancos.

De outro lado, os casos excepcionais de indivíduos brancos que fazem parte do quadro social do clube e da associação religiosa (33) de gente de côr, em geral, apenas como contribuintes, mostram a persistência de uma tendência paternalista que, associando a idéia de proteção ou amparo com a atitude de abstenção em relação à convivência ou à participação nas respectivas atividades, não deixa de revelar uma forma sutil de preconceito, com o qual não são incompatíveis a simpatia e o interesse recíprocos.

Examinando-se, de um lado, os casos de ascensão social de elementos de côr e, de outro, os de descendentes de estrangeiros e, especialmente, de italianos, na sociedade local, nos últimos cinquenta anos, nota-se que, enquanto a ascensão dos descendentes de imigrantes tanto se pode dar com o cruzamento como sem o cruzamento com descendentes dos antigos colonizadores portugueses, ainda que se possa considerar tal cruzamento, ao mesmo tempo, como indício de disposição à assimilação e como circunstância que a facilita, a ascensão de elementos de côr ou pressupõe ou se faz acompanhar do cruzamento com elementos brancos, seja qual for a origem destes.

Em outras palavras, conhecem-se casos de ascensão social de famílias brancas homogêneas quanto à origem étnica alienígena, porém, não se conhecem casos de ascensão social de famílias de côr, pois que os indivíduos de côr, em condições de subir socialmente, em geral, se unem com pessoas brancas, seja como um meio de favorecer a própria ascensão, seja como um modo de consolidar o "status" já atingido ou seja, ainda, porque a identificação com as classes média e dominante implica na interiorização dos ideais sexuais e estéticos destas.

---

(33) Desde pouco antes de 1940, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário vem funcionando irregularmente. Em 1948, estão inscritos 44 irmãos, 39 irmãs e 41 contribuintes. Estes últimos são pessoas dos dois sexos, tanto maiores como menores, brancas e de côr. Pertencem a diferentes ocupações e classes sociais e amparam financeiramente a associação, sem participar de suas atividades. Entre os Irmãos e Irmãs, ocasionalmente, também figuram pessoas brancas.

No "Clube Recreativo 13 de Maio", de 134 sócios de 1948, cujas fichas foram estudadas, 6 ou 4,5 por cento eram brancos, sua posição, em relação à associação sendo, em geral, análoga à dos sócios contribuintes em relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.



Em consequência, cada conquista do negro ou do mulato que logra vencer econômica, profissional ou intelectualmente, tende a ser absorvida, em uma ou duas gerações, pelo grupo branco, através do branqueamento progressivo e da progressiva incorporação dos descendentes a este grupo (34); e, por sua vez, em cada geração, os elementos mais escuros da população — sobre os quais mais pesa o preconceito — se vêem na posição de quem tem de começar de novo, apenas com o próprio esforço, a mesma caminhada, como se o caminho nunca houvesse sido batido pelos da sua cor.

Em conclusão, comparando-se as carreiras dos imigrantes e seus descendentes, de um lado, e da população de cor, de outro, na sociedade local, nas décadas decorridas desde a abolição da escravatura aos dias que passam, observa-se que a estrutura social, no que toca à estratificação em classes, apresentou o máximo de permeabilidade aos primeiros, dando-lhes, pelo menos, as mesmas oportunidades de ascensão social ensejadas aos descendentes dos antigos colonizadores portugueses e possibilitando-lhes, portanto, a sucessão a uma parte considerável destes, nas classes dominante e média (35); e, ao mesmo tempo, apresentou, aos pardos e pretos, uma quase completa impermeabilidade, com sua consequente retenção na camada social menos favorecida.

Os novos nichos ocupacionais que se criaram, entre o topo e a base da estrutura social, como consequência da expansão urbana, foram preenchidos, de preferência, por descendentes dos antigos colonizadores portugueses e dos imigrantes europeus chegados desde fins do século XIX.

Assim, de uma situação de quase completa igualdade em "status", entre os imigrantes e seus descendentes de um lado, e os elementos de cor de outro, pela passagem do século, se chegou, em cerca de cinquenta anos, à atual assimetria de posições.

(34) Vários casos de homens de cor, de projeção no cenário local, em fins do século passado ou primeiras décadas do atual, poderiam ser apontados, todos eles tendo deixado prole numerosa que se espalhou pelo Estado, logrando sucesso nas profissões liberais e no magistério e se incorporando definitivamente ao grupo branco.

(35) Dos 1.421 proprietários rurais do Município, de 1950, 87,0 por cento tinham nomes luso-brasileiros, 4,7, nomes italianos, 1,7, nomes japoneses, 1,7, germânicos, 1,2, árabes (sírios e libaneses), os demais sendo ou nomes estrangeiros ou nomes compostos indicativos de origem estrangeira por um lado e luso-brasileira por outro.

Vê-se, pois, que a penetração do imigrante, na zona rural do Município, ficou muito aquém de sua participação na vida urbana.

A proporção de nomes luso-brasileiros, entre os proprietários rurais, é muito superior à encontrada quer entre os sócios do clube recreativo da classe dominante (62,7 por cento) quer entre os do clube da classe média (64,3), somente sendo superada pela proporção existente entre os sócios do clube "da gente de cor" (95,5 por cento).



#### 4. — ESTRUTURA SOCIAL E IDEOLOGIA DE RELAÇÕES INTER-RACIAIS

A inércia duma estrutura social depende da constância do substrato demográfico, da base geográfica e do sistema de produção, bem como da aceitação, pelos indivíduos e grupos que a integram, do sistema ideológico por ela engendrado e, conseqüentemente, das representações coletivas e dos estereótipos que êsse sistema implica (1). “Quando os seres humanos consideram uma situação como real, ela se torna real em seu comportamento.

Em todos os países de colonização européia, onde contingentes demográficos de outras origens — quer profundamente alterados pela miscigenação, quer conservando sua aparência original — vivem lado a lado com a população branca, seja em relações simbióticas com esta, seja integrados num mesmo sistema cultural e social, o preconceito racial é parte constitutiva do sistema ideológico desenvolvido pelo grupo branco e tem por função a preservação de sua supremacia social ante os demais elementos da população.

---

(1) Por “sistema ideológico”, entende-se o conjunto de preconceitos resultantes da “estreiteza de consciência” produzida pela participação, na vida social, de uma dada posição, ou o “sistema de idéias peculiar a determinado grupo e condicionado, em última análise, pelos interesses desse grupo”.

As “representações coletivas” podem ser consideradas como “concepções e símbolos que resultam da interação social e adquirem um significado comum para os membros do grupo, suscitando-lhes reações emocionais semelhantes.”

Segundo Hubert, “é cientificamente indubitável que o estado de grupo se traduz por representações “sui generis” que o indivíduo não formularia no estado de isolamento.”

O termo “representações coletivas” foi cunhado por Durkheim que reconheceu, ao mesmo tempo, que “a matéria-prima de toda consciência social está em relação íntima com o número dos elementos sociais, a maneira de seu agrupamento e sua distribuição” e que “uma vez que um fundo inicial de representações se tem constituído, elas se tornam... realidades parcialmente autônomas que vivem uma vida própria”. Assim, “elas têm o poder de se atrair, repelir, de formar, entre si, sínteses de toda a espécie as quais são determinadas por suas afinidades naturais e não pelo estado do meio ambiente em cujo seio evoluem.”

Por sua vez, o termo “estereótipo”, criado por Walter Lippmann, com o mesmo amplo sentido de “representação coletiva”, vem assumindo, nos trabalhos de pesquisa, o significado mais específico de “imagem ou idéia, geralmente expressa em forma verbal”, que os membros de um grupo aceitam em relação aos componentes de outro ou em relação a si próprios.

Pondo de lado as incoerências da literatura quanto ao sentido dos três termos — ideologia, representação coletiva e estereótipo — freqüentemente empregados uns pelos outros, pode-se optar pela sua aceitação com os significados aqui expressos. A ordem em que vêm mencionados seria, pois, a de inclusividade decrescente. Assim, o conceito de estereótipo é mais limitado ou específico que o de representação coletiva que, por sua vez, o é mais que o de ideologia.

Em outras palavras, o estereótipo é a representação coletiva de um grupo por si mesmo ou por outro; a representação coletiva pode referir-se a outros aspectos da rea-



No Brasil, seja devido à experiência anterior do branco peninsular com povos escuros; seja devido à desproporção entre o volume da população metropolitana e a extensão do mundo colonial a explorar; seja devido à escassez de mulheres brancas, principalmente no comêço da colonização; seja devido à necessidade que tinha o europeu de se valer do equipamento adaptativo de povos já afeiçoados às condições de vida dos trópicos; seja, ainda, devido à pressão do número crescente de pardos e pretos livres, sôbre a minoria branca, pela "coerência dos mores"; seja por qualquer outra circunstância histórica, por si ou em conjunção com as mencionadas, o fato é que se desenvolveu uma ideologia de relações raciais que, ao mesmo tempo em que protege, essencialmente, os interesses do grupo branco, envolve um "compromisso" com os interesses da população não branca.

Assim, a ideologia brasileira de relações raciais é ostensivamente miscigenacionista e igualitária, ao mesmo tempo em que encobre, sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e subreptício de preconceito.

Ainda hoje, como se pode observar na comunidade em estudo, em sessões cívicas, aulas, discursos, proclamações políticas e outras situações solenes ou formais, os nomes de brasileiros ilustres, brancos e de côr, são invocados, enfaticamente, como demonstração de como uns e outros concorreram para o "engrandecimento da Pátria comum", fazendo jus à gratidão dos pósteros; e, por sua vez, a consagração de uns e outros, pelo povo, em geral, sem que o sentimento cívico seja afetado pela côr de cada indivíduo, se toma por evidência de que, no Brasil, o indivíduo se faz valer pelas suas próprias qualidades individuais, independentemente de sua filiação racial ou de considerações de berço. Ao mesmo tempo, se dá ênfase

---

lidade além dos grupos sociais; e a ideologia ou sistema ideológico, além dos estereótipos e representações coletivas, implica em argumentos e racionalizações que os tornem conscientemente defensáveis por aquêles que os aceitam.

O preconceito racial faz parte integrante do sistema ideológico que, numa sociedade multirracial, defende o "statu quo" ou os privilégios do grupo dominante, estando, portanto, associado a representações coletivas, estereótipos, argumentos e racionalizações que convergem para a mesma função. "Tôda a preferência por famílias de determinada descendência, posse ou outras qualidades deve ser considerada como estratificação" pois que "condiciona, naturalmente, também a desvalorização de famílias ou pessoas de origem, atividade ou função diversas, na sociedade total."

Cf. Herbert Baldus e Emílio Willems, "Dicionário de Etnologia e Sociologia", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939, artigos "Classe", "Estereótipos", "Estratificação Social", "Ideologia" e "Representação Coletiva"; tb. Emílio Willems, "Dicionário de Sociologia", Editora Globo, Rio de Janeiro, 1950; Walter Lippmann, *Public Opinion*, Peblican Books, New York, 1946; Karl Mannheim, "Ideologia e Utopia", tradução de Emílio Willems, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1950.



ao fato de que, neste País, não apenas a admiração, mas também a amizade, a deferência e o amor, entrelaçam os indivíduos e as famílias, independentemente de sua origem ou de sua aparência racial.

No entanto, apesar da sinceridade com que, em geral, se fazem tais proclamações, qualquer indivíduo de cor poderá citar exemplos sucessivos, não somente remotos, mas atuais, não apenas singulares ou excepcionais, mas que constituem a regra ou norma, os quais mostram como a situação de fato não coincide com a situação idealizada, enfim, como a sociedade nacional restringe a mobilidade social de negros e mulatos e lhes reserva humilhações e dissabores de que os brancos, em igualdade de condições, estão isentos.

Aqui, como nos demais países em que existiu, a escravidão implicou num apoucamento do escravo, sob os mais diversos aspectos; e levou à formação de um sistema ideológico, de representações coletivas e estereótipos que justificassem a exploração do escravo pelo senhor e correspondessem às condições e efeitos resultantes do referido apoucamento.

Desaparecida a escravidão, não se poderia esperar nem que os descendentes dos antigos escravos se refizessem subitamente do efeito multissecular da precária condição em que seu grupo foi mantido por tantas gerações, nem que se livrasse imediatamente a sociedade, em seu conjunto, do precipitado ideológico, das representações coletivas e dos estereótipos que atrás de si deixou aquela instituição e através dos quais suas conseqüências vão sendo renovadas e perpetuadas, graças àquele seu caráter de "realidades parcialmente autônomas que vivem uma vida própria" e que têm aquêle "poder de se atrair, repelir, de formar, entre si, sínteses de toda a espécie as quais são determinadas por suas afinidades naturais e não pelo estado do meio ambiente em cujo seio evoluem", de que falava Durkheim (2).

O preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, contribui para a manutenção do "statu quo", nas relações entre os elementos brancos e de cor da população, pela sua dupla atuação: 1) sobre o conceito e a atitude dos primeiros em relação aos últimos; e 2) sobre a autoconcepção e o nível de aspiração destes últimos.

Já nos primeiros anos de vida, tanto as crianças brancas como as de cor aprendem a valorizar a cor clara e os demais traços "caucasoides" e a menosprezar a cor escura e os demais traços "negroides".

---

(2) Émile Durkheim, "Représentations individuelles et collectives", *Revue de Métaphysique et de la Morale*, Paris, 1898, apud Herbert Baldus e Emílio Willems, *Dicionário de Sociologia*, artigo sobre "Representação Coletiva".



Brincadeiras tradicionais <sup>(3)</sup>, provérbios e ditos populares <sup>(4)</sup>, elogios <sup>(5)</sup> e sátiras <sup>(6)</sup> levam as crianças a interiorizarem conceitos

(3) É comum pessoas adultas brincarem com uma criança do sexo masculino, dizendo-lhe que quando crescer, haverá de casar-se com uma mulher preta. Insiste-se, geralmente, na brincadeira, até a criança irritar-se.

De 35 alunos (19 moças e 16 rapazes) do 2.º ano da Escola Normal "Dr. Peixoto Gomide", dos quais 34 eram de cor branca e um de cor parda, do ano de 1949, aos quais foi apresentada uma pergunta sobre se aceitariam para esposo (ou esposa) um indivíduo branco, preto ou pardo, todos consideraram aceitável o branco, apenas 4 consideraram o mulato aceitável e somente 1 considerou aceitável também o preto. Note-se que não se pediu a ordem de preferência, mas simplesmente a indicação da aceitabilidade ou não, para cônjuge, de indivíduo de cada uma das categorias mencionadas.

(4) Como o clássico "negro, quando não suja na entrada, suja na saída".

(5) Qualquer pai que tenha um filho loiro, ou de pele e olhos claros, sabe dos insonjeiros comentários que estes característicos provocam.

(6) A comparação do negro com o urubú, o chopim, etc.; comentários como o de que "se gostasse de preto, andava com um urubú debaixo do braço", etc.

O Almanach Ilustrado do Sul de S. Paulo, organizado para o ano de 1904, por Camillo J. A. Lellis, traz os seguintes versos, entre a matéria destinada a divertir os leitores:

"Um senhor levava um preto à venda, e dizia:

Quem compra este negro,  
Quem não bebe vinho,  
Nem prova toucinho,  
Nem toma aguardente?

Dizia o preto:

Jesus! Como mente!"

Em 1951, depois de assistir a uma partida de futebol entre dois quadros locais, a que compareceram cerca de três mil espectadores, o auxiliar de pesquisa fez o seguinte registro, sobre o comportamento da "torcida" — "Estando colocado do lado das arquibancadas, foi-me possível ouvir as manifestações da torcida de um dos quadros não apenas contra o juiz, mas também contra os jogadores do quadro adversário. Dentre estes, um dos mais destacados era um rapaz de cor preta, que jogava na ponta esquerda. No segundo tempo, êle atuou do lado das arquibancadas e foi justamente nesse período que o jogo se tornou mais pesado, mercê de uma forte reação do outro quadro. A torcida do mesmo insuflava seus jogadores para que atingissem aquêle adversário a fim de que não pudesse continuar jogando. No entanto, o jogador conseguia evitar com agilidade, todos os golpes que lhe eram dirigidos e ainda se ria dos adversários e de sua torcida; o que aumentava a ira desta. Durante êsse tempo, anotei as seguintes expressões que lhe eram assacadas, depreciativamente, por alguns membros da torcida, que se achavam perto de mim, inclusive um mulato, que era dos mais exaltados: "reclame de carvão", "reclame de açúcar mascavo", "pau de fumo", "urubú", "corvo", "negrinho da Estação da Luz". Dirigiam-lhe, igualmente, comentários como os seguintes: "Negro a-toa, o maior êrro da Princesa Isabel foi ter libertado vocês, negro sujo!", "Negro não devia existir!"

Um torcedor gritava, referindo-se a um jogador mulato: — "Malha êsse mulato!" Virando-se para um rapaz de cor preta, que estava sentado ao seu lado, disse: — "Mulato é meio suspeito, não é? Ou tem que ser branco ou preto!"

Parte da torcida também visava a um jogador que deveria ser descendente de sírios: — "Turco a-toa! Malha êsse turco! Lugar de turco é na loja! Quebra êsse turco porque assim êle não val mais vender laranja podre na feira!"



e atitudes desfavoráveis em relação aos portadores de caracteres negroides, mesmo quando não seja esta a intenção do autor da manifestação, mas, simplesmente, como acontece na maior parte das vezes, esteja ele repetindo, de modo mecânico ou quase mecânico, o comportamento tradicional e habitual — verbal ou motor — sugerido pela situação.

O seguinte registro, feito em 1951, após uma sessão de cururú, além de mostrar como pretos e brancos, pertencentes a classe menos favorecida, se relacionam entre si e participam de atividades recreativas, com o mínimo de discriminação baseada na aparência racial, também revela como a cor da pele evoca epítetos e observações chistosas:

“Cerca das 22 horas e 30 minutos teve início o cururú. Achavam-se presentes de 150 a 200 pessoas, dois terços das quais eram brancas. Viam-se apenas cinco mulheres. Dos curuceiros, dois eram pretos retintos e três eram brancos, um destes sendo descendente de italianos. Entre os violeiros, um era preto e dois eram brancos. O preto que organizara a sessão e que ia dirigí-la tinha nas mãos uns pedaços de papel, numerados e enrolados, para o sorteio dos cantadores. Feito o sorteio, o diretor anunciou que os números um e três seriam parceiros, bem como os números dois e quatro. O quinto cantador, isto é, o número cinco, ficaria por último, para o revezamento. Por coincidência, as duas duplas ficaram constituídas, cada uma, de um branco e um preto.

Ao desafiar a dupla adversária, B., o descendente de italianos, disse, entre outras coisas, que se “aquele preto” não cantasse direito, ia ver, sob sua mão. Quando J. C., o cantador branco, da outra dupla, teve nova oportunidade de cantar, argumentou contra B., dizendo que se este fôsse competente, não precisava puxar o assunto da cor, pois “nóis aqui não faz separação.” Continuou dizendo que o que vale é ser caboclo “bão” e ter boa educação. “Eu gosto dêste pretão — Porque ele é muito bão — É um bom amigo, um companheirão — indo com ele não sinto solidão!”

Quando o referido “pretão” cantou, argumentou que J. C., sim, era um campeão (no cururú) e, voltando-se para B., disse que quem quisesse brigar com J. C., primeiro tinha que “dar neste pretão!”

Voltando a cantar, B. chamou J. C. de “Barrigudão”. Ao chegar de novo sua vez, este argumentou que sendo gordo a sua custa, não tinha que dar “satisfação”. Disse, ainda, que B. falava do pretão, companheiro de quem cantava, mas se esquecia de que ao seu lado, sim, estava um preto tão feio que nem sabia tocar viola! Ao chegar a vez deste preto, ele argumentou que J. C. dizia que ele não sabia tocar viola, mas, em Guareí, ele havia tocado para J. C. cantar e este tinha achado “muito bão”.

A assistência aplaudia as tiradas mais felizes de cada canturino. — “Eta caboclo danado!” — Este, sim, é dos meus!” — “Esse minino — um canturino branco, de cerca de 20 anos, o mais moço de todos — é formidável: vai sê um cantador daqueles!”

Quando J. C. defendeu o seu “pretão” e disse que o que vale é ser caboclo “bão” e ter boa educação, os aplausos chegaram ao auge, tanto por parte dos pretos como dos brancos presentes.

Mesmo nas chacotas entre amigos de cor, reponta, com frequência, a depreciação da pele escura ou da origem escrava, seja sob uma forma velada e inconsciente, seja sob uma forma consciente e ostensiva.

Assim, estava o pesquisador, acompanhado de seu auxiliar e de dois jovens pretos, numa barraca de quermesse, aguardando a sessão de cururú. Um preto de mais de 50 anos, meio grisalho e parcialmente calvo, alto, trajando um sobretudo escuro, entrou e veio cumprimentar os dois jovens de sua cor. Um destes o apresentou. Era um dos elementos de maior prestígio entre “a gente de cor” da cidade. Perguntou aos presentes se não iam assistir à “cantoria”. Ante a resposta afirmativa, observou que a sessão se iniciaria dentro de poucos minutos; e apontou para um barracão vizinho, mais ao fundo. Não queria comer nem beber, por mais que os presentes insistissem. Afinal, aceitou um pedaço de frango. Brincando, um dos jovens pretos lhe disse: — “Agora, leve uma ca-



Ao menino branco se sugere, especialmente ao atingir a idade escolar, a conveniência de evitar companheiros escuros (7) e, conseqüentemente, de selecionar companheiros de sua própria cor.

Por conseguinte, desde a infância, nas contendas entre crianças brancas e de cor, recorrem as primeiras à referência ao aspecto ou à ascendência racial destas, como meio de as levar à humilhação.

Desde cedo, aprendem tanto as crianças brancas, como as de cor a considerarem os traços negroides como elementos que contraindicam as mais desejáveis ocupações e posições sociais e seus portadores e lhes marcam como apropriadas as que se têm como mais humildes e indesejáveis.

A presença ou inclusão de indivíduos de cor são freqüentemente citadas como indícios ou de degradação dum ambiente social ou dum limiar de "status" considerado como extremamente baixo pelo autor da referência (8).

deira para este seu senhor (referia-se a si próprio) assistir ao cururú sentado!" O outro replicou: — "Mas a escravidão já acabou há tanto tempo e você ainda está querendo que eu tenha senhor! Vá você que é mais escuro!" O jovem tornou a falar: — "Você sim, que é mais preto! Depois, mudou de assunto, dizendo ser o apresentado um dos elementos que mais procuravam contribuir "para o reerguimento da gente de cor." O companheiro retribuiu a amabilidade: — "Qual! Ele sim é quem vive instruindo os outros com essas peças que ele representa e que esclarecem e contam a história do negro!

Um jovem mulato escuro, filho primogênito de pai preto e mãe branca, descendente de italianos, cujos irmãos são brancos, costuma brincar, dizendo, de si mesmo, que saiu assim escuro, "porque a primeira fornada queimou..."

Numa roda em que o pesquisador foi solicitado a dar sua opinião sobre a importância das diferenças raciais, uma senhora da classe média, branca, declarou, depois de o ouvir: — "Na minha opinião, essa gente escura (pretos e mulatos) é mesmo gente sem caráter e com tendência a traição! Numa das escolas em que trabalhei, fui tão maltratada por duas colegas mulatas! Nunca uma pessoa branca me tratou desse modo!" Trazendo-se à tona, com o fim de contestá-la, os casos de pessoas de cor, já falecidas ou ainda vivas, "geralmente estimadas", na cidade, pelo seu caráter e generosidade, a interlocutora manteve a opinião inicial, taxando de "excepções" os exemplos citados, entre os quais estavam amigos seus ou de sua família.

(7) Casal de família tradicional, tendo uma única filha, conta que, antes de ir para a escola, o companheiro de brinquedo predileto, desta, era um menino preto. Depois dessa idade, porém "não ficaria bem conservar essa amizade..."

(8) É comum alguém referir-se ao mulato, chamando-o pejorativamente de "bode". Esta expressão foi ouvida, por exemplo, de um homem branco, sexagenário, pertencente à camada dominante, quando, numa conversa, mostrava sua condenação ao que interpretava como indício da "atual dissolução dos costumes." Referindo-se a um caso de adultério, ocorrido no Rio de Janeiro e noticiado pelos jornais, o interlocutor acrescentou, como se fôsse uma agravante, tanto para a adúltera como para o seu amante: — "Imagine que ela traiu o marido por um desses bodes que andam por aí!"

Um senhor idoso, mulato claro, ao referir-se a outro mulato, que exerceu o cargo de promotor público, na cidade, no começo do século, acrescentou, dando uma entonação especial à palavra "mulatões", e falando com naturalidade, como que esquecido da própria cor: "O Fulano era um desses mulatões pernósticos e sem caráter..."

Em 1948, um rapaz que se hospedava em casa duma família de classe média, tendo vindo à cidade, para assistir a uma festa de formatura, querendo dar uma idéia de como,



As associações identificadas como da gente de côr são, em geral, tidas como as mais "humildes" dentre suas congêneres <sup>(9)</sup>, ao mesmo tempo em que se tem como imprópria, indesejável ou inadmissível a presença de elementos de côr naquelas que se consideram como as mais "distintas", mais "nobres", mais "seletas" ou de mais elevado "status".

De um modo geral, as referências aos característicos negroides de uma pessoa, "de corpo presente", se reservam ou para as situações

---

em sua opinião, o "ambiente" dos carros de primeira classe da Estrada de Ferro Sorocabana deixara de ser "selecionado", observou, enfaticamente: "Imagine que, quando vim, contei oito negros no meu carro!" (A lotação era de cerca de 60 passageiros sentados).

Uma professora, branca, querendo dar uma idéia de como as oportunidades educacionais, na cidade, a seu ver, se estendem a tôda população, assim se expressou: "Aqui só não estuda quem não quer. Qualquer prêta ou cozinheira pode mandar o filho à escola."

Um moço branco, bancário, de família tradicional, referindo-se a um antigo líder político local, observou: "Na rua, êle cumprimentava qualquer conhecido, fôsse branco ou fôsse prêto".

No dia 16 de janeiro de 1949, uma colaboradora do Diário de Itapetininga, ao fazer o necrológio de um professor, que muito se fizera estimar, na cidade, declarou: "Prêto ou branco, rico ou pobre, encontrava sempre no professor... um coração generoso e aberto, pronto a ajudá-lo material ou moralmente, em qualquer ocasião em que fôsse solicitado."

Em discurso em homenagem a um dos políticos locais de maior projeção, nas primeiras décadas deste século, entre os traços de caráter e as atitudes do homenageado, o orador indicou: "A acessibilidade era um dos traços de seu caráter e de suas atitudes, que a nossa memória guarda com especial carinho. Quantas e quantas vêzes, deixou, por momentos, a companhia de influentes políticos, para ir abraçar, do outro lado da rua, um rústico caboclo ou um velho prêto, que não tinha pejo em conservar como amigos. E êstes lhe retribuïam com uma sinceridade tal que ia quase à sujeição."

Numa de suas visitas à cidade, em 1950, um dos auxiliares da pesquisa registrou o seguinte caso: "Ontem à tarde, no bar do sr. C. (Comerciante sírio que tem muitos fregueses e amigos entre a população de côr), referia-se êste a várias experiências ligadas à sua profissão. Contou, então, que, há algum tempo, um vizinho seu, que é "bicheiro" (agenciador do "jôgo do bicho"), juntamente com a espôsa, passou a lhe freqüentar a residência e, pouco tempo depois, pediu que lhe vendesse fiado. Apesar de não ser de seu hábito vender fiado, o sr. C. acedeu. Os dois primeiros meses correram normalmente, tendo o freguês efetuado o pagamento com pontualidade. Depois êle deixou de pagar, durante algum tempo, e, como o sr. C. o cobrasse, o freguês "mandou buscar a conta." Atingia esta a Cr\$ 697,50. O freguês reclamou, alegando que "havia sido marcado demais." Depois de muita discussão, pagou Cr\$ 600,00. Diz, então, o sr. C.: "Eu peguei o dinheiro, saí e nem disse "até logo!", Depois êle andou rodeando, passava por aí, cumprimentava, mas eu não respondia, nem respondo. E eu não costumo fazer isso! Não deixo de cumprimentar nem... nem um negro feridento que passe aí pela rua!"

(9) Em 1940, ao fazer o necrológio de Romão Leite, diz o Aparecida do Sul tratar-se de "mais uma figura humilde, mas de grande destaque de nossa terra, que tomba na vala da eternidade..." Depois de referir-se ao seu trabalho em prol da Igreja e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, acrescenta que "com a retirada de Nhô Romão (como era conhecido) do cargo de zelador, desapareceu também esta tradicional Irmandade que, apesar de sua humildade e não possuindo os paramentos de sêda com bordados de ouro, representava o símbolo da religião e da paz, dando imagem de alegria e triunfo com aquêle branco como a neve, à frente das procissões". Atualmente nas procissões não aparece "aquela irmandade que representava a humildade personificada; coisa que Jesus nos fala com tanto amor, etc." (V. o Aparecida do Sul, 1 de julho de 1940).



em que é obviamente necessária e inevitável a indicação ou para as situações em que se permitem as "relações jocosas" <sup>(10)</sup> ou finalmente, para as situações de conflito.

Nas situações de acomodação, de deferência e respeito recíprocos, aprende a criança branca, à medida em que se vai socializando, a abster-se tanto quanto possível de referir-se à condição negroide do interlocutor. A etiqueta de relações entre brancos e não brancos, que se lhe incute, dá ênfase ao dever de se proteger a susceptibilidade destes últimos, quer pelo silêncio, quer pelo uso de eufemismos <sup>(11)</sup>.

Dois provérbios sintetizam a orientação que, em matéria de relações inter-raciais, se tem por ideal, na cultura local como, em geral, na cultura brasileira: 1) "Em casa de enforcado, não se fala em corda"; e 2) "Basta bater na cangalha, para o burro entender".

O primeiro dos adágios sugere o dever de se proteger a susceptibilidade do indivíduo negroide, quando se o tem como interlocutor, ouvinte ou espectador ou, simplesmente, quando se presume que ele possa vir a tomar conhecimento da referência que se lhe fez <sup>(12)</sup>. O segundo se aplica às situações em que se torna necessário "dar a entender" ao indivíduo sua inaceitabilidade ou a indesejabilidade de sua presença numa reunião, associação ou local <sup>(13)</sup>.

(10) V. a nota de 6 do presente tópico. Sobre o conceito de "Relações Jocosas", cf. A. R. Radcliffe-Brown, "On Joking relationships", África, vol. XIII, N.º 3, julho de 1940, pp. 195-210, Londres Oxford University Press; Oracy Nogueira, Vozes de Campos do Jordão, Edição da Revista "Sociologia", São Paulo, 1950, Parte II, Capítulo 5, "Relações entre médicos e doentes".

(11) Os termos "moreno" e "caboclo" (ou "acaboclado"), por exemplo, podem ser usados com referência a indivíduos portadores de traços negroides. Mesmo indivíduos pretos podem, em certos casos, ser chamados de "morenos", o que eles próprios, muitas vezes, fazem, entre si.

(12) Certa vez, procurou o pesquisador, na comunidade em estudo, um senhor branco, idoso, elemento de família tradicional da região, para que o ajudasse a identificar as pessoas que apareciam numa coleção de fotografias tiradas, na cidade, desde o começo do século. Quando apontou um homem de cor, que figurava num grupo de nove pessoas de destaque, e perguntou pelo nome e outras informações a seu respeito, o interlocutor que, antes, falava alto e com desenvoltura, baixou a voz e disse, em tom confidencial, para que ninguém mais ouvisse: "Esse é Fulano, homem muito inteligente, pai de Sicrano" (este último, elemento já incorporado ao grupo branco).

A mesma hesitação manifestou o referido informante, quanto à identificação de um rapaz de cor. Depois de certa insistência, disse que era "gente do Fulano" e, finalmente, deu as indicações precisas. Tratava-se de um adolescente que, mais tarde, se tornara um elemento de projeção.

(13) Assim, um cidadão de cor, casado, que se distingue pela profissão e pelas atividades intelectuais e políticas, pode freqüentar uma associação recreativa da classe dominante ou média, onde, uma vez admitido, participará, sem qualquer outra dificuldade, das atividades (jogos de salão, círculos de conversa, etc.) consideradas próprias para



A noção de desejabilidade dos traços "caucasoides" e, conseqüentemente, a de indesejabilidade dos traços "negroides", está intimamente ligada à ideologia do "branqueamento", que assinala como recomendável a miscigenação, por propiciar, ao mesmo tempo, a absorção ou diluição dos caracteres somáticos africanos e a ascensão social da ascendência, através das gerações.

Assim, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, ao mesmo tempo em que condena as manifestações ostensivas de preconceito e concita à miscigenação e ao igualitarismo racial, encobre uma forma sutil e subreptícia de preconceito, cujas manifestações e cuja intensidade se condicionam ao grau de visibilidade dos traços negroides e, portanto, à aparência racial ou fenótipo dos indivíduos. No mínimo, os traços negroides inspiram a mesma atitude e o mesmo sentimento de aversão e pesar — que costumam produzir os "defeitos" ou deformações físicas (14).

Conseqüentemente, o preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos, de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém, impermeáveis um ao outro, apesar de participarem, fundamentalmente, da mesma cultura. Aqui, o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um "continuum" que vai de extremamente "negroide", de um lado, ao completamente "caucasóide", de outro.

Em outras palavras, os indivíduos são classificados e se classificam a si próprios como brancos, pardos ou mulatos claros, pardos ou mulatos escuros e pretos — variando, até certo ponto, os "tipos" reconhecidos e as respectivas designações, de uma para outra região do País — levando-se em consideração, em cada caso, a ausência ou concentração de traços negroides (densidade da pigmentação, textura e cor dos cabelos, formato do nariz e dos lábios, etc.) ou seja a aparência resultante da combinação ou fusão de traços europeus e africanos. Os indivíduos com traços de índios são encaixados, ao longo do "continuum", numa posição variável que pode ir de branco ao pardo.

---

pessoas de sua idade e estado civil. Tratando-se, porém, de um baile, seus filhos, ainda jovens, poderão ter certa dificuldade, se desejarem dançar. Num caso destes, disse uma senhora, "algumas moças evitarão dançar com os rapazes, sem lhes dar táboa: quando eles se forem aproximando, elas sairão com outros, antes que eles cheguem a pedir a contradança." Acrescentou que uma jovem, em tal situação, poderá, mesmo, apelar para um rapaz branco, que lhe esteja próximo, para que "saia com ela". Apesar destas dificuldades, os rapazes mulatos ainda terão "mais oportunidade de dançar do que suas irmãs", por caber ao homem e, não à mulher, a iniciativa, concluiu a informante.

(14) Referindo-se ao filho branco de um casal em que um dos cônjuges era branco e o outro, mulato, uma senhora comentou: "Eles tiveram sorte! Seria uma "judiação, se a criança nascesse escura!"



Na vida social, em geral, os caracteres negroides implicam em preterição de seu portador, quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos brancos ou de aparência menos negroide. Conseqüentemente, o "status" ou de aparência menos negroide depende, em grande parte, da compensação ou neutralização de seus traços — ou de seu agravamento — pela associação com outras condições, inatas ou adquiridas, socialmente tidas como de valor positivo ou negativo — grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc. (15).

Pode-se dizer que o preço da ascensão social ou da consideração social é tão mais alto quanto mais escuro o indivíduo ou quanto mais carregados os seus caracteres negroides. Acresce, ainda, que a intransigência do branco é tão mais acentuada, quanto mais elevada sua posição social, sendo mais completa a confraternização entre indivíduos brancos e de cor nas camadas menos favorecidas, onde é menor, inclusive, a resistência ao intercasamento ou à união permanente entre pessoas de traços raciais contrastantes, especialmente na zona rural.

Quanto mais o indivíduo de cor sobe, socialmente, na situação assim descrita, mais se vê rodeado de indivíduos brancos ou mais claros que ele próprio. Sua ascensão e, posteriormente, a consolidação da posição adquirida, dependerá, pois, em grande parte, da capacidade de contra-atacar o preconceito existente em relação aos indivíduos de sua cor e da habilidade e cuidado em se "acomodar" entre os brancos. Em outras palavras, o preconceito, tal como aqui se apresenta, manterá, constantemente, sobre ele, a espada de Damocles da humilhação: qualquer conflito, qualquer contenda, qualquer atitude ou manifestação de comportamento que atraia para

(15) A própria identificação do indivíduo, quanto à cor, depende, até certo ponto, de sua associação habitual ou tradicional com grupos predominantemente de brancos ou de pretos. Um indivíduo pardo, que vive na mesma cidade, onde seu pai, da mesma cor ou mais escuro, já pertencia à classe dominante ou média, poderá passar "despercebido", quando se pergunta a pessoas da mesma camada, de há muito familiarizadas com ele, quais os elementos de cor que pertencem a esta. De outro lado, são logo lembrados como de cor elementos de posição idêntica de ascensão recente ou recentemente chegados à cidade.

Qualquer referência aos movimentos e associações da gente de cor, em Itapetininga, implica em se mencionar o nome de um "prêto" que é um dos elementos de cor mais conceituados da cidade. Foi um dos fundadores do "Clube Recreativo 13 de Maio", pertence à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, "é um dos principais elementos da "Banda Musical Nossa Senhora do Rosário", com a qual tem cooperado durante quase meio século. Além disso, goza de fama como profissional eficiente, tanto entre os elementos de cor como entre os brancos. Poucos, como ele, são considerados como "dêses pedreiros que precisam de dois ou três serventes, para os poderem acompanhar", conforme referência ouvida várias vezes. No entanto, nem ele nem sua cunhada, que vive em sua companhia, são tão escuros que possam objetivamente ser classificados como "pretos", tal como são geralmente conhecidos, na comunidade local. Pela cor da pele, deveriam ser antes classificados como "pardos" ou "mulatos".



si a hostilidade ou o ridículo, poderá servir de pretexto para se lembrar o estigma racial.

Considerando-se, pois, a ideologia brasileira de relações raciais como integrada, de um lado, pelo preconceito, e, de outro, pelos ideais de igualitarismo racial e de miscigenação, pode-se apontar sua atuação negativa e positiva, com referência aos elementos de cor da população.

Sob o ponto de vista negativo, o preconceito atua, sobre o homem de cor, tanto objetivamente, através dos obstáculos que se lhe opõem à mobilidade social, como subjetivamente, através do desencorajamento que tende a resultar da ameaça de humilhação que pende sobre ele e que se torna tão mais iminente quanto mais se mostra ambicioso e arrojado. Ainda que em certos casos, a reação possa ser inversa<sup>(16)</sup>, na maioria dos indivíduos é de se esperar, como conseqüência, uma tendência de auto-inibição e de moderação do próprio nível de aspiração, ainda mais quando, nas camadas menos favorecidas, sua acomodação será mais espontânea, uma vez que, com maior probabilidade, se disfarçará o preconceito de cor, pela sua associação com o de classe<sup>(17)</sup>.

À medida em que se intensificar a consciência de classe, nas camadas menos afortunadas, com a conseqüente substituição da ideologia da ascensão social individual por uma ideologia de reivindicações de massa, é provável, portanto, que atue o preconceito de cor como um propulsor da integração dos elementos de cor na luta de classes.

(16) Há, mesmo, uma noção corrente de que o indivíduo de cor, "para subir", precisa contra-atacar, pela sua persistência e outros característicos pessoais, os efeitos da discriminação. Assim, não é raro ouvir-se o seguinte comentário, a propósito de qualquer cidadão pardo e, especialmente, preto, que tenha galgado uma posição de destaque: "Negro quando dá para ser inteligente, não há quem possa com ele!" "Negro de valor supera a própria cor." "Se ele, sendo negro, atingiu essa posição, é porque deve ser competente!" "Se ele, como negro, atingiu essa posição, calcule se fôsse branco!" "Calcule, ele sendo negro, para atingir essa posição, como deve ter lutado!"

(17) Um jovem preto, itapetiningano, quando sargento do Exército, recebeu, certa feita, do coronel, tal como os demais sargentos, convites impressos para um baile, num clube, na cidade onde a unidade se achava aquartelada. À porta da associação, foi ele barrado, enquanto os demais conseguiram entrar. Conta ele ao pesquisador: "Então eu peguei e fui para uma gaffeira. Fui muito bem recebido lá, me diverti bastante e então eu vi que ali é que eu estava bem, estava no meu meio!"

Doutra feita, posteriormente, essa mesma pessoa teve oportunidade de ir a um "clube de luxo", em companhia de um amigo branco, que era um de seus dirigentes. À porta do clube, porém, recuou, dispensando o convite, "por falta de coragem."

A experiência humilhante o intimidou de tal modo que, encontrando dificuldade para matricular uma filha numa escola particular e lhe sugerindo alguém que procurasse um amigo influente, através do qual, sem dúvida, conseguiria seu intento, respondeu: "Eu podia tentar, por intermédio de uns cartuchos, mas não quero. Não quero porque não desejo que minha filha vá sofrer ainda, lá dentro, porque eles podem deixar ela entrar, mas não vão tratá-la bem."



A resistência oferecida à participação do homem de cor varia com os interesses em jogo ou com a natureza da associação ou atividade (18). Ao elemento do sexo masculino é mais fácil a ascensão, em geral, que ao do sexo feminino. Em certas fases da vida, será mais acentuada a tendência à exacerbação da consciência de cor, nos pretos e pardos em vias de ascensão social, do que em outras (19).

A predominância de contactos primários, numa comunidade, facilita a acomodação do indivíduo de cor, no nível que tenha atingido, contribuindo, conseqüentemente, para a consolidação de sua

(18) Assim, a maior restrição se dá com relação ao casamento, vindo em segundo lugar a preterição em associações recreativas que implicam em aproximação entre elementos dos dois sexos (através dos bailes, por exemplo), depois, as associações religiosas. Mesmo no "footing", isto é, no passeio feito, à noite, em praça pública, pelos rapazes e moças, além das filas correspondentes às classes alta, média e menos favorecida, há uma que é conhecida como "a dos pretos". As exceções de elementos de cor, nas filas, não identificadas como de "gente de cor", decrescem até se tornarem quase inexistentes, à medida em que se vai da camada menos favorecida para a média e desta para a privilegiada.

(19) Um comerciante preto, tendo pertencido a uma associação recreativa em que os elementos de cor eram exceções, por cerca de dez anos, perdendo o interesse pelas atividades da mesma, dela se retirou. Passados alguns anos, tendo uma sua filha mulata (a esposa era branca), adolescente, estudante do curso secundário, acompanhado uma colega, algumas vezes, a sessões dançantes da mesma associação, foi advertido por um dos diretores para que "não a mandasse mais lá." Prontificou-se ele a ingressar no quadro social, porém, por mais que insistisse, não lhe forneciam a fórmula para a inscrição.

Um jovem preto, educado numa cidade do interior por uma família de milionários, lado a lado com os filhos dos pais adotivos, conta que sua "primeira decepção" ligada à cor, ocorreu por ocasião da festa de formatura do curso secundário. Cada um dos estudantes que concluíam o curso deveria escolher uma madrinha, com quem dançaria a valsa especial. Escolheu ele sua "irmã predileta", filha de seus pais de adoção. À hora da valsa, porém, sua madrinha não compareceu, alegando uma indisposição que, logo se tornou patente, não passa de um subterfúgio para não ter de dançar com ele.

Com efeito, o momento de ingressar na escola primária e, posteriormente, a fase que vai da adolescência ao casamento, parecem ser os períodos da vida em que os indivíduos de cor, com maior probabilidade, passarão por experiências humilhantes ou decepcionantes, ligadas à sua aparência racial. É depois de encerrada a idade pré-escolar que muitos casais brancos consideram inapropriada a companhia de meninos pretos, para os seus filhos que, até então, vinha sendo tolerado. Mais ou menos aos sete anos de idade, tentarão eles, com rigor especial, isolar suas filhas, com referência aos meninos de cor. Na escola, a criança de cor frequentemente receberá um apelido ou ouvirá "brincadeiras", das outras crianças, referentes à sua aparência racial. A orientação democrática da escola, especialmente da escola pública, no Brasil, contribui, como é óbvio, para atenuar este problema para a criança preta ou parda. Por ocasião da adolescência, a eclosão dos interesses vocacional e hetero-sexual poderá suscitar novas situações de preterição e frustração. Como a maior parte das crianças de classe desfavorecida, tanto de cor como brancas, vê antecipado seu "status" de adulto, pela necessidade de trabalho precoce, o problema da frustração vocacional decorrente da discriminação racial se torna secundário para elas; porém, o mesmo problema assume uma importância específica, para os jovens de cor, em vias de ascensão social.



posição, pela dissociação entre seu conceito pessoal e o estereótipo corrente sobre a "gente de côr" e, conseqüentemente, pela situação inequívoca que se estabelece; e, de outro lado, o volume crescente de contactos secundários, resultante da urbanização e da maior mobilidade espacial proporcionada pelos modernos meios de transporte, ao mesmo tempo em que leva a uma maior probabilidade de exacerbação da consciência de côr, tende a libertar os pretos e pardos do tradicional paternalismo do branco, tornando-os, portanto, afetivamente menos peiados, para cuidar de seus interesses e reivindicações (20).

Em contraposição, sob o ponto de vista positivo, a ideologia brasileira de relações raciais, ao mesmo tempo em que oferece ao homem de côr argumentos em que basear suas reivindicações e seus protestos, nas situações em que se sente preterido, também torna a opinião pública propensa a se exaltar e a condenar as manifestações ostensivas de preconceito, especialmente quando estas revestem a forma não apenas de disfarçada preterição, porém, de exclusão ou sonegação patente ou incondicional de direitos e, portanto, de desafio aos princípios tradicionais de justiça e equidade.

No Brasil, não dividindo o preconceito a população em dois grupos mutuamente exclusivos, com uma profunda intolerância re-

---

(20) É significativo o seguinte depoimento de um preto de 65 anos de idade: "Conforme o lugar, uma pessoa, por ser preta, encontrava mais dificuldade que um branco. Mas em Itapetininga não, porque uma pessoa relacionada, trabalhadora e honesta, encontrava sempre facilidade. Hoje, está muito misturado! Nós saímos aí na rua, por exemplo, eu que nasci e me criei aqui, saio na rua e poucos conhecidos encontro. Os antigos já morreram todos. Só os novos, mas esses não são como os antigos, a gente não tem a confiança que tinha um com o outro! Porque, antigamente, eu chegava numa casa, o dono logo falava — "Entra! Antonio!" — Mas, hoje, não, a gente já não tem aquela amizade, como se dizia, de berço, não? Antigamente, quando havia uma reunião, como num aniversário, era uma grande amizade, era uma irmandade, o que hoje não há".

Outro preto, de mais de 50 anos, depôs: "Antigamente, havia muita amizade entre brancos e pretos. Os pretos velhos eram relacionados com os graudos brancos. Quando os pretos faziam festa, os brancos mais importantes iam assistir."

Tanto a atitude como as preocupações dos elementos novos tendem a ser bem diferentes dos da velha geração, como o pode exemplificar o seguinte depoimento, de um jovem preto, dos que mais conscientes se têm mostrado dos problemas que afetam a "gente de côr": — "Mesmo que queiram trabalhar, muitos (jovens de côr) não têm onde. Não há indústria (em Itapetininga). Uma empregada doméstica, por exemplo, trabalha umas doze horas por dia e ganha uma miséria. Mas se o preto pode comprar um sapato, vestir-se bem, enfim, se pode ter conforto, ele tem. Quem anda descalço, mal vestido, come mal, é porque não tem dinheiro. Além disso, os pretos novos são diferentes dos velhos. Os velhos não tinham oportunidade para nada. Por isso, bebiam. Eram miseráveis. Os pretos de hoje procuram obter conforto e instrução. Os antigos faziam o que os coronéis mandavam. Era porque o Coronel Fulano mandava ou dizia. Hoje, eu faço o que eu acho que está certo. Eu fui à escola, eu sei ler. Eu penso pela minha cabeça! Não é preciso nenhum coronel dizer o que eu devo fazer, como eu devo pensar."



cíproca, dificilmente se encontrará — se fôr possível encontrar-se — uma pessoa de côr que não disponha de amigos brancos ou vice-versa. Ademais, em caso de conflito entre uma pessoa branca e outra de côr, não cria o preconceito uma expectativa de solidariedade em bloco, a cada um dos contendores, dos indivíduos da respectiva aparência racial. Tanto os indivíduos brancos como os demais, em semelhante situação, estão aptos a manter a serenidade, dependendo seu julgamento e sua posição tanto do mérito que lhes pareça ter a causa de cada qual como de outras considerações alheias à identidade entre sua aparência racial e a de qualquer dos contendores (21).

Conseqüentemente, numa situação adversa, mesmo quando não se trate de situação de conflito — poderá o negro brasileiro ter a surpresa de se sentir alvo de manifestações de solidariedade partidas de onde êle menos esperaria, como no célebre episódio de que foram protagonistas a Princesa Isabel e Rebouças (22).

(21) Referindo-se, por exemplo, ao assassinio de um jovem de côr, ocorrido na cidade, por um seu colega branco, homens e mulheres brancos, das classes dominante e média, que conheceram intimamente tanto o assassinado como o assassino, foram unânimes em manifestar sua simpatia pelo primeiro e censura ao segundo.

Qualquer flagrante injustiça que se cometa contra um indivíduo de côr tende a provocar manifestações de solidariedade tanto de indivíduos brancos como de indivíduos da mesma aparência racial.

(22) Contou uma senhora que, num dos primeiros anos posteriores à última guerra, procedendo-se à eleição da "Rainha da Primavera", no "Clube Venâncio Aires", tal como se faz anualmente, foi proclamada vitoriosa uma jovem estudante "muito dada, muito simpática, dessas que tanto falam com um branco como com um preto, tanto com um rico como com um pobre." Logo após a eleição, dando o Clube uma recepção aos expedicionários que lutaram na Itália, as moças "da sociedade" saíram, então, a dançar com os homenageados, "alguns dos quais eram de posição social bem humilde." De repente, a "Rainha" olhou e avistou, a um canto, isolado, um expedicionário de côr, que lá permanecia, sem dançar. Dirigiu-se imediatamente para o seu lado, e ambos saíram a bailar, "sob os aplausos dos presentes." Conclui a entrevistada: — "Ela queria que todos os rapazes (homenageados) saíssem dali alegres e satisfeitos, sem diferença alguma!"

Um militar reformado, que veio para Itapetininga como integrante de um batalhão aqui sediado e, logo, se tornou um dos elementos de côr mais ativos da comunidade, recorda o seguinte incidente, ocorrido em 1927, por ocasião da "Festa do Divino": — "Em 1927, na Festa do Divino, havia um tablado lá no Largo da Matriz, para o pessoal dançar em benefício da festa, ao preço de 600 réis. Os rapazes compravam o bilhete e dançavam duas contradanças no tablado. Abrilhantava nessa ocasião a festa a "Banda de Música Lira", regida pelo Maestro Edmundo Cassiacaro. Na última noite, ali pelas 10 horas, mais ou menos, um rapaz de côr, de nome..., convidou sua noiva para beneficiar (sic) também com cartão de duas contradanças. Ele era cozinheiro de um hotel. Quando êle chegou ao tablado, os brancos que se achavam ali para dançar desceram, "espirrando", chamando-o indiretamente de fedido ou catungudo, quando estava êle decentemente trajado! Mas êle não se incomodou e continuou a dançar. Essa ação dos brancos foi censurada por muitos homens de côr que ali se achavam: eu, Fulano, Beltrano, Sicrano, e outros. Mas a mulher do ..., que era preta, disse: — "Não podem! Os pretos não podem dançar ali!" O dr.... (advogado, branco, de família tradicional



Em conclusão, dadas as características da "situação racial" brasileira e o tipo de ideologia de relações raciais que aqui se desenvolveu, o homem de cor, no Brasil, provavelmente conseguirá maior rendimento da técnica de esclarecimento tanto dos brancos como de elementos de seu próprio grupo, pela divulgação de informações objetivas sobre as diferenças raciais e culturais, do que o que tem obtido o negro em outras sociedades, onde o preconceito criou um profundo antagonismo entre brancos e não-brancos e, conseqüentemente, tornou relativamente inoperantes os processos racionais de modificação de atitudes e concepções, no que tange à esfera de relações raciais.

### 5. — AS ASSOCIAÇÕES DE "GENTE DE COR"

A fundação do "Clube Recreativo 13 de Maio", em 1911, constituiu o primeiro empreendimento coletivo da gente de cor, no âmbito local, de iniciativa própria, sem o patrocínio ou a interferência da gente branca.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, única associação de gente de cor, então existente, fora fundada no século passado, em época que não se pode precisar. Provavelmente, já existia, em 1855, pois Manoel Afonso Pereira Chaves se refere, em sua "Notícia da fundação de Itapetininga", publicada no Município de 21 de junho de 1873, ao largo denominado do Rosário, como anterior à elevação de sua terra à categoria de cidade.

Em 1873, segundo a mesma fonte, a atual igreja do Rosário estava em construção, "já bem adiantada a esforços do seu devoto zador Antonio Florencio de Azevedo". Era este um preto livre, carpinteiro e taapeiro, bem como músico e, além disso, soldado veterano do tempo das guerras do Sul.

No dia 6 de julho de 1873, mestre Florencio fez publicar, no Município, um apelo aos devotos que se haviam comprometido a

---

do Município), que estava ali presente, disse, em voz alta: — "Não, senhora, não estamos em Norte América, que é a terra do preconceito contra os homens de cor, onde há separação dos negros!" Eu, então, gritei para todos "êles" que "êles" não passavam de um grupo de caipiras, e de ignorantes, e o comandante do batalhão, que também se achava presente, mandou que eu me recolhesse para o quartel, mas eu acabei não indo. Pensamos em juntar um grupo de negros para ir dançar no tablado, mas já era a última noite da festa."

Por ocasião de festas de formatura, tanto na comunidade em estudo como em outras comunidades paulistas, quando um ou outro dos diplomandos é elemento de cor (preto ou mulato) ou amarelo (descendente de japoneses) pode-se observar que, com frequência, ao chegar sua vez de receber o diploma, a salva de palmas que costuma acompanhar a entrega deste se torna mais estrondosa e mais prolongada.



auxiliar a construção, para que cumprissem o prometido, a fim de que a mesma não se interrompesse (1).

No dia 24 de agosto do mesmo ano, a imagem de Nossa Senhora do Rosário era trasladada da matriz para a nova igreja, dando-se o benzimento desta, todas estas cerimônias ensejando homenagens da população e elogios da imprensa a mestre Florêncio (2).

A festa do Rosário bem como o culto a Nossa Senhora, sob esta invocação, e a São Benedito, têm um interesse especial para o presente estudo, devido à sua influência na assimilação e integração da "gente de cor" na sociedade brasileira. Esta influência se dava não apenas através do efeito psicológico das imagens escuras, que infundiam ao negro o sentimento de auto-respeito, valorizando-o moralmente, mas também, pela oportunidade que a festa e o culto ensejavam à imitação das instituições e padrões de comportamento do branco dominante, quer pelo escravo, quer pelo homem livre de cor. As próprias congadas e moçambiques, tal como as cavalhadas cristãos e pagãos em contenda. O negro era levado, assim, a dramatizar as próprias relações que o prendiam ao branco, imaginando-se no papel deste.

No caso particular de Itapetininga, os festeiros do Rosário tomam por paradigma, na organização do programa das festividades,

(1) Eis o referido apelo, tal como foi publicado:

**"EGREJA DO ROSARIO**

O abaixo assignado, director das obras da egreja, pede as pessoas que subscreveram para a conclusão da mesma, hajam de concorrer com seus compromissos, afim de que as ditas não parem.

Será de lamentar que agora que já vae tudo muito adiantado, comece o povo a esquivar-se, e ficar o abaixo assignado na impossibilidade de continuar no desempenho de tão importante e religioso fim.

O abaixo assignado pois confiado muito nos subscritores, espera que será attendido neste pedido.

Itapetininga, 1 de Julho de 1873

Antonio Florencio de Azevedo."

(2) No dia 21 de agosto, o Município publicava: — "Trasladação — No dia 24 terá lugar a transladação de N. S. do Rosario da matriz para sua nova egreja, começando então o septenario do Divino Espirito Santo, cuja festa ficou marcada para 31 do corrente.

No mesmo dia enaugurar-se-á com a cerimonia religiosa do benzimento a nova egreja, construida a expensas dos fieis e da respectiva irmandade, tendo a sua frente o incansavel zelador Antonio Florencio de Azevedo, que por este e outros serviços importantes tornou seu nome lmooredouro na terra a que muito tempo adoptou por sua.

A memoria dos posthumos ha de repetil-o com respeito e gratidão.

D'entre os cidadãos uteis e despretenciosos gostamos de destacar o nome popular de mestre Florencio.

Saudamos, pois, a mestre Florencio em nome deste Municipio.

E de uma cousa estamos certos: quem conhece as dificuldades que precisa vencer aquelle que tem a seu cargo levar a seu termo uma obra como esta, acompanhará conosco a saudação feita."



a "Festa do Divino", a mais importante do grupo dominante, cuja promoção é incumbência da Irmandade do Santíssimo Sacramento, de onde saem os festeiros. A imitação abrange desde o esforço para mobilizar a cooperação dos diferentes componentes da comunidade — músicos, fogueteiros, o pároco, os fieis, os elementos abastados (para as maiores doações), as irmandades e o povo, em geral — até o modo de convocar a população, usando, inclusive, os avisos pela imprensa, compreendendo, ainda, o próprio programa, a incluir uma variedade de atividades religiosas e profanas, bem como o modo de escolher os responsáveis pelo desenvolvimento de cada parte do plano.

O culto a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito era, ainda, manifestação de identificação religiosa com o senhor branco, pela adoção de seu sistema religioso, ao mesmo tempo em que envolvia um compromisso ou acomodação deste último aos ideais e aspirações da gente de cor.

Os negros que se empenhavam na construção de sua igreja, na organização do culto e realização das festas sentiam crescer o seu prestígio tanto perante o contingente branco da comunidade como perante seus próprios irmãos de raça, já libertos ou ainda sob o jugo do cativo. Consolidavam, pois, sua posição de intermediários entre as duas camadas extremas da sociedade: a dos senhores e a dos escravos, a dos brancos e a da "gente de cor" (3).

---

(3) No dia 26 de agosto de 1873, o Município publicava:

"Contraste. No dia 24 deste, as 5 horas da tarde acompanhada de uma procissão solemne, entrou em sua casa santa Nossa Senhora do Rosario.

O acto foi esplendido.

Muitos foguetes, baterias e musica retumbaram os ares.

Houve grande concurrencia a esta festa religiosa.

O povo ja como nunca, affluio em chusma aquella commemoração.

A egreja toda illuminada, parecia um ceu bordado de estrellas.

Representava um aspecto pomposo.

É mais uma coroa de louro que cinge a fronte sobranceira do incansavel Antonio Florencio de Azevedo. É mais um dia memoravel em sua epoca dourada, e mais uma lembrança viva de seus dias, que nem o tempo poderá apagar.

Foi este bom velho que transportado ao requinte de jubilo, entregava a Nossa Senhora do Rosário, a casa santa, que com tanta dificuldade construiu.

Eu, pois, o saúdo, e faço votos, para que o povo saiba ser grato a tanta dedicação e prestígio." (Artigo sem assinatura).

No mesmo número vinha outra referência ao mesmo acontecimento: "Trasladação — Teve logar a transladação de N. S. do Rosario para a sua nova egreja.

Esteve solemne a festa. O rvm. vigario Padre Albuquerque fez um brilhante sermão analogo ao acto."

Um ano depois, o nonagenário Antonio Florencio de Azevedo desaparecia misteriosamente. O Município de 23 de Outubro de 1874 publicou: — "Mestre Florencio" é entre nós um nome popular.

A elle se deve a edificação da egreja do Rosario desta cidade.

Foi mestre de musica e dansa.



Embora fosse de gente de cor, era a Irmandade do Rosário tutelada por elementos brancos dos de maior projeção econômica, social e política, conforme se vê pela notícia publicada pelo O Itapetininga de 1.º de janeiro de 1888, sobre a eleição (ou melhor,

Muitos dos seus discipulos occupam posição elevada na sociedade. Mestre Florencio aqui, e em Sorocaba e Porto Feliz onde morou, foi estimado pelas suas qualidades.

Foi soldado em sua mocidade.

Hoje velho de mais de 90 annos, já caduco desapareceu na quinta-feira da semana passada.

Julga-se ter morrido mas ignora-se onde.

Tem sido procurado pela sua familia e pelas pessoas que por elle se interessam.

A sua morte provavel é sentida por todos."

No mesmo número apparece um apelo de parentes e amigos no sentido de que lhes seja comunicada qualquer notícia sobre mestre Florencio. O apelo vem assinado por Sinhorinha Maria de Azevedo.

A noticia repercutiu em Tietê, conforme se vê pela seguinte transcrição que o Município faz de uma nota publicada por jornal daquela cidade no dia 4 de novembro (o número do Município é de 19): — "Por noticias vindas de Itapetininga, sabemos que no dia 12 de outubro o mestre de música, Antonio Florencio de Azevedo, indo a casa de sua mulher, de quem vivia separado, para leva-la ao theatro não mais foi visto até hoje.

Infructiferas têm sido todas as pesquisas para encontral-o vivo, ou morto. Nada até hoje respira.

Um véu tenebroso occulta-o aos olhos de todos os seus amigos e afeiçoados, que jamais esperam tornal-o a ver.

Não era Antonio Florencio um homem vulgar.

Reliquia preciosa dos invictos veteranos da nossa independencia politica e dessas legiões paulistas, que tantas vezes ensoberbeceram o pavilhão nacional nas guerras cis-platinas, onde sempre mostraram-se como herdeiros legitimos das glorias immortaes dos heroicos filhos do Ypiranga, Antonio Florencio nunca soube poupar-se ou mostrar-se indifferente a qualquer necessidade publica ou particular, uma vez reclamada sua coadjuvação.

Cançado dos labores e fadigas da vida militar, onde gastou o periodo mais importante de sua mocidade, portando-se sempre como verdadeiro filho da patria, recolheu-se ao remanso do lar domestico, e consagrou o resto dos seus dias aos diversos mysteres de seu variado conhecimento artistico.

Mysterioso e terrivel é o destino da misera humanidade. Aquelle que no campo da honra tantas vezes viu luzir em sua frente o louro da victoria, veio acabar os seus dias, cheio de amarguras, e escondido nas faxas negras da desventura!"

No dia 11 de Dezembro, o Município noticiava as buscas dadas pela policia com o fim de encontrar mestre Florencio "vivo ou morto": "Desapparecimento — A policia anda em actividade a ver se descobre o mestre Florencio — vivo ou morto. Julga-o assassinado e tem dado busca em diversos quintaes, levando em vista encontrar o cadaver.

No quintal do sr. Gabriel Rodrigues foi dada uma busca minuciosa e ao mesmo tempo nos quintaes vizinhos.

Também foi dada busca nos quintais do sr. Tenente Coronel José C. da Silva Lobo e Tenente Coronel Manoel Prestes de Albuquerque.

As buscas foram infructiferas, e a policia não cessa de tomar informações.

No dia 23 do mesmo mês, saia um esclarecimento: "Rectificação — Pedem-nos que se declare, rectificando a noticia que damos no n.º 83..."



releição) da diretoria (4). Entre os diretores estão alguns dos principais fazendeiros e comerciantes da época. Somente o secretário e três mesários não figuram na lista de 100 irmãos do Santíssimo, publicada no mesmo jornal, em 25 de março, escalados para a guarda do Santíssimo durante a Semana Santa.

Desde 1899, era zelador da Igreja do Rosário e provedor da Irmandade o preto Romão de Arruda Leite, carpinteiro e proprietá-

---

“A policia deu busca nos quintaes das casas dos srs. tenentes coronéis José Carneiro da Silva Lobo e Manoel Prestes de Albuquerque, porque ausentes elles em suas fazendas, a familia de mestre Florencio habitava uma e tinha as chaves da outra.

Torna-se necessaria esta declaração para evitar equívocos, que possam prejudicar a reputação dos respectivos proprietários”.

Em 1950, Aluisio de Almeida que, além de ser historiador, descende de Itapetininganos, nasceu no vizinho município de Guareí e conheceu Itapetininga durante a infância, passando aí temporadas, em casa do avô, escreveu sobre mestre Florencio: — “A história do mestre Florencio, Itapetininga — Mestre Florencio era um tipo muito popular em Itapetininga, para onde tinha vindo depois de 1828, quando foram demobilizadas (falando em linguagem moderna) as tropas do Brasil que fizeram a guerra do Uruguai. Fora valente corneteiro.

Seu pequeno soldo e ofício de carapina, eis os seus meios de vida.

Num livro da Irmandade do Santíssimo de Itapetininga (Arquivos da Curia Diocesana de Sorocaba), descobrimos o nome inteiro de mestre Florencio e o seu ofício de artesão faz-tudo. Em 1858 estava construindo o jazigo daquela Irmandade (serviço de carapina, da capela), havia consertado as imagens do Senhor Morto e do Senhor dos Passos para a Semana Santa, e chamava-se António Chaves Florêncio de Azevedo.

Consta por tradição entre os antigos daquela cidade, e é muito exato, que mestre Florêncio desapareceu de repente da cidade e nunca mais se teve notícia d'ele.

Tal fato seria aí por 1870 [O próprio historiador percebeu o engano da data, corrigindo-a, posteriormente em correspondência com o Autor] ou pouco antes. E é também certo que muitos anos depois, quando um pedreiro desmanchava um fogão numa velha casa, deparou com uma ossada humana, que a voz do povo disse logo ser a de mestre Florêncio.

Agora, o que pertence ao domínio da lenda, e acreditará quem quiser: mestre Florêncio entrou na Maçonaria. E saiu. Mas revelou-lhe os segredos. E a Maçonaria o eliminou.

O povo acreditava muito no bode preto dos maçons e na vingança deles contra os irmãos perjuros.

Na verdade, em tempos de revolução e agitações sociais, deve ter havido mortes entre os irmãos traidores, p. ex. dos Carbonários, na Itália.

Daí a origem da lenda neste pacífico país do Cruzeiro.”

(V. Aluisio de Almeida, “Curiosidades Paulistas Brasileiras”, separata da revista “Investigações”, Ano II, São Paulo, junho de 1950, n.º 18.)

(4) Em 1.º de janeiro de 1888, O Itapetininga publicou:

“Irmandade do Rosario — No dia 25 de dezembro proximo passado procedeu-se a eleição da meza daquela irmandade, que ficou assim composta:

Provedor Te. Cel. Benedicto Rolim de Oliveira, reeleito.

Secretario — Te. Antonio Rolim de Oliveira Ayres, reeleito.

Procurador — Salvador do Espirito Santo, reeleito.

Mesarios — Manoel Joaquim de Almeida, reeleito. Clemente Mathias de Oliveira, reeleito. Antonio Blesius, reeleito. José Lopes de Oliveira, reeleito. Manoel Lauriano da Purificação, reeleito. Antonio Francisco Marques, reeleito. Capitão João Baptista Rolim de Oliveira Ayres, Pedro Alexandrino do Nascimento Rosa.”



rio de uma fábrica de caixões funerários, a quem também coube ativa participação na fundação do "Clube Recreativo 13 de Maio", em 1911.

As três organizações da gente de cor, em Itapetininga — a Irmandade, o Clube e a Banda de Nossa Senhora do Rosário — sempre que coexistiram, estiveram associadas.

Dentre as atribuições da diretoria do "Clube Recreativo 13 de Maio" figura, conforme dizem os Estatutos: — "ceder o edifício da Sociedade aos festeiros de Nossa Senhora do Rosário, para que nelle se realize a parte profana das festas". Além disso, os Estatutos prevêem a entrega do patrimônio à Irmandade, em caso de dissolução do Clube. Em geral, os grupos de Irmãos do Rosário e de sócios do "Clube 13 de Maio" tendem a coincidir, tanto pela identidade dos componentes como da liderança.

Desde a fundação do Clube, o estandarte e os uniformes da Irmandade eram guardados em sua sede. Daí saía a Irmandade, incorporada, para a parte religiosa da festa. Aí ensaiava a Banda do Rosário, de onde também saía, para as suas funções. A parte profana da festa ou se realizava ou era ensaiada ou preparada na sede do Clube.

Desde 1874, a festa vinha sendo realizada em dezembro, por ocasião do Natal.

Pouco antes de 1940, segundo versão corrente entre os negros da cidade, o vigário quis impedir que o material da Irmandade fosse conservado no Clube, "por ser um lugar profano". Exerceu, ainda, pressão sobre o provedor da Irmandade, devido à adesão ao espiritismo de pessoa de sua família. Surgiu, então, um conflito entre a direção da Irmandade e da Paróquia. Como exigisse, ainda, o vigário, que a festa do Rosário se transferisse para outubro, "que é o seu mês próprio", explicando que o costume local de fazê-la no Natal resultara de uma mudança accidental permitida por um vigário, em certo ano (1874), por não poder o festeiro realizá-la na data certa, a Irmandade passou a se abster da festa, tornando-se, ainda, irregular seu comparecimento às procissões.

Falecendo em 21 de maio de 1940, deixou Romão de Arruda Leite <sup>(5)</sup> a Irmandade no mesmo impasse, que perdura até o período

(5) Em 1.º de julho de 1940, o Aparecida do Sul noticiava a morte de "Nhô" Romão: — "Faleceu no dia 21 de mês de Maio p. passado, o estimado cidadão Romão Leite. Deixa viuva D. Ursula Rosa Leite.

É mais uma figura humilde, mas de grande destaque de nossa terra, que tomba na vala da eternidade, deixando em sua existência marcados relevantes serviços prestados a Igreja de N. S. do Rosario e a Irmandade do mesmo nome. Se não fôsse o seu zelo por essa Igreja, durante 42 anos, talvez, hoje estivesse ela em ruínas ou então, desaparecido. A Irmandade sempre foi em todas as festividades de uma pontualidade e disciplina inegualáveis.



do presente estudo, não comparecendo os irmãos às reuniões convocadas e não se interessando pela realização da festa do Rosário, outrora das mais tradicionais da cidade.

A vida é cheia de zig-zagues. Depois de tanto zelo e trabalho dispendidos por ele, ainda assim, em seus últimos dias de vida, por desgosto ou por outro qualquer motivo, deixou de ser zelador da Igreja e dirigente da Irmandade. Com a retirada de Nhô Romão (como era conhecido) do cargo de zelador, desapareceu também esta tradicional Irmandade que, apesar de sua humildade e não possuindo os paramentos de seda com bordados de ouro, representava o símbolo da religião e da paz, dando uma imagem de alegria e triunfo com aquele guião branco como a neve, à frente das procissões.

Hoje ela não tem aquela Irmandade que representava a humildade personificada; coisa que Jesus nos fala com tanto amor. Mas a verdade é esta: tem sido muito notada pela nossa população, a sua falta de procissões.

Nhô Romão tombou, talvez, cheio de tristeza, mas venceu porque seu nome ficou gravado na História de Itapetininga, juntamente com os bons itapetininganos, sob a sombra da eternidade.

Nossos pésames à família enlutada."

Em princípios de 1948, um preto velho, irmão do Rosário e sócio do Clube 13 de Maio, ao ser entrevistado, comentou: — "A Irmandade do Rosário tinha sede no Clube e quando havia festa, saía do Clube para a Igreja. A festa da Irmandade era feita no dia de Natal e o Padre acabou com a festa porque desejava que fôsse feita no dia de Nossa Senhora do Rosario. O compadre Romão, que era quem fazia concerto na Igreja do Rosario e dirigia o Clube e a Irmandade, desde esse tempo ficou doente, aborrecido, e dizem até que ele morreu de desgosto."

Um preto nascido em 1877, entrevistado sobre a Irmandade do Rosário, declarou: — "A Irmandade do Rosario foi fundada depois da Abolição. Eu nasci em Alambari e vim para Itapetininga com 8 anos de idade e quando entrei para a Irmandade eu tinha de 13 para 14 anos. Naquele tempo, o zelador era o Compadre Romão, ele é quem fazia tudo que era preciso, lá. Antes, onde é hoje a Igreja do Rosario tinha uma igrejainha também. Até eu me lembro de quando eles socavam taipa ali. Até o mestre era um tal José Lopes. Naquele tempo, entre irmãos homens e mulheres, tinha de 30 para 40. Tinha alguns brancos também, como o João Nunes e uns par deles daí do Morro Alto, tinha o Inocência que era um mulato."

Durante a visita, sua esposa, que apareceu somente para servir o café, mas participava de quando em quando da conversa, da cozinha, onde preparava o almoço, conforme se podia ver da sala, supria uma ou outra informação esquecida pelo marido. Assim, à pergunta sobre quem havia ficado encarregado da Irmandade, depois que Nhô Romão a deixou, foi ela quem deu a resposta: — "Depois que Nhô Romão abandonou a Irmandade, o Padre é que ficou tomando conta."

Entrevistada na presença de um jovem preto que acompanhava o entrevistador, uma senhora de côr, viúva de um dos fundadores do "Clube 13 de Maio" e veterano da Irmandade, declarou: — "Dizem que quem fez a Igreja do Rosario foram os negros escravos que socavam aquilo tudo ali. Dizem até que foi o mestre Florência, que era socador de taipa. A igreja foi feita no tempo da escravidão mas eu acho que a Irmandade é de quando os negros ficaram livres."

Enquanto o entrevistador tomava notas, a anciã, mudando o tom da voz, disse ao jovem de cor: — "Naquele tempo, sim, era só negro que tinha na Irmandade, mas hoje, não; tem branco no meio."

Indagada sobre quando ingressou na Irmandade, respondeu: — "Quando eu entrei, era o Compadre Romão que era zelador. Naquele tempo, a gente pagava 2 mil réis por ano. Eu entrei em 1900, um ano depois que eu casei. Nhô Romão tomava conta da Irmandade e da Igreja. Tinha bastante gente, uma pretalada bastante, tinha bem



Em 1948, o presidente da Irmandade, por nomeação do vigário, é um preto de 45 anos de idade, curtidor de profissão. Segundo documento em seu poder, pertenceram à associação, de 1914 a 1927, 78 irmãos, sendo 32 homens e 46 mulheres.

umas 50 pessoas, entre irmãos e irmãs. Nesse tempo, na Irmandade, não tinha branco. Todo domingo do mês, havia terço do capelão. Havia missa só no dia 13..."

A respeito da festa de Nossa Senhora do Rosario, disse: — "A festa era no dia de Nossa Senhora do Rosario, no dia 25 de Dezembro. Havia antes leilão em benefício, na véspera havia leilão grande, missa do galo e no dia tinha missa, procissão e congada. Havia novena também, nas vésperas. Terminada a procissão, o padre fazia o sorteio dos festeiros. Era o festeiro, a festeira, alferes da bandeira e capitão do mastro. O levantamento do mastro, era um senhor que aprontava o mastro, na véspera convidava as pessoas e levava o mastro. O alferes da bandeira levava a bandeira, tudo com banda e foguete. Todo ano fazia bandeira nova com imagem de Nossa Senhora do Rosario, mas o mastro às vezes se aproveitava."

Sobre a procissão, acrescentou: — "Na procissão, saía a Irmandade em duas filas com o andor no meio, os homens na frente, as mulheres atrás. O festeiro e a festeira iam num quadro, no centro, formado por uma fita, levando a coroa de Nossa Senhora do Rosário, com os anjos também. As mulheres iam de branco, uma murça (capuz) e fita azuis, o capuz caído. Os homens iam de opa branca."

Indagada sobre quais as outras irmandades que iam à procissão de Nossa Senhora do Rosario, informou: — "Iam também as "Filhas de Maria", a "Irmandade de São José", a "Irmandade do Santissimo". Eles iam na nossa procissão e nós iam nas deles. Os andores que saíam na procissão do Rosário eram: São Benedito, Senhor Menino e Nossa Senhora do Rosario, assim, um atrás do outro. A banda do Rosario acompanhava, atrás."

Depois, acrescentou, espontaneamente: — "As festas eram no "13", mas como a Irmandade não tinha sede, guardava as coisas na Igreja. O Clube, quando foi fundado, eram os pretos que fundaram, era para quando acabasse o Clube, ficar tudo para Nossa Senhora do Rosario."

Indagada sobre onde se faziam as festas da Irmandade, antes da fundação do Clube, informou: — "Antes de fazer o Clube, a gente alugava uma casa grande para fazer a festa. Ah! esqueci de contar: antes a gente fazia a entrega de carros de lenha que gente do sítio trazia para a festa e assim precisava de uma casa grande para dar jantar pros carreiros e, no dia, saíam os festeiros, com a Irmandade, o congo e iam à missa. Depois da missa, voltavam para a casa, outra vez, para comer. Depois de terminada a procissão, terminava a festa também."

Sobre o motivo por que se achava em crise a Irmandade, informou que o deslocamento da festa e uma advertência do vigário ao presidente da mesma, por adesão ao espiritismo, dera origem à situação que vinha perdurando nos últimos anos.

Indagada sobre se continua a haver festa do Rosário, disse: — "Hoje, festa do Rosário, não há mais. Hoje, a gente paga um cruzeiro por mês e tem missa todo o domingo. Às 6 e meia da manhã, é missa da Irmandade. Mas a festa não tem tido. A gente vai à procissão porque somos convidados para ir na frente. Agora é a Irmandade de São Bom Jesus que faz festa na Igreja nossa. Nós queremos fazer a festa outra vez. Esse dinheiro que a gente dá é para pagar velas, pagar o padre que reza a missa e fazer algum concerto na Igreja que o zelador vê que é preciso."

Sobre a atual composição da Irmandade, informou: — "Ha mais ou menos umas 35 pessoas, tem alguns brancos, uns quatro ou cinco. Não sei por que eles fazem parte da Irmandade, mas quem sabe é alguma promessa ou às vezes, não podem frequentar uma irmandade de mais luxo, deve ser por isso."

Sobre as festas que a população de cor promovia, antes da fundação do Clube 13 de Maio, mencionou: — "Antigamente, a Irmandade também fazia a missa de 13



Em 1948, os irmãos são 44, as irmãs 39 e, os contribuintes, 41 (6).

Alega o presidente não promover reuniões da Irmandade porque os Irmãos não atendem às convocações. "Para não estar sempre fazendo feio, só faço convocação quando o padre manda. E ninguém aparece. Só quando ha procissão, aparecem alguns irmãos."

de Maio, aí na Igreja, e tinha baile também. Antes da fundação do Clube, fazia missa. Desde que houve a abolição, os pretos mandavam rezar missa. Eles que foram cativos comemoravam (a abolição) e, depois que morreram os que eram cativos, os filhos também mandavam rezar a missa. Também faziam baile. Alugava um salão qualquer aí e fazia. A congada não saía no dia 13 (de Maio). Era só na festa do Rosário)."

A entrevistada, cujas informações foram transcritas, é lavadeira e passadeira de roupa, misteres que ainda exerce, apesar da idade.

Um senhor de cor preta, pouco mais de 40 anos de idade, ferroviário, que fez parte da diretoria da Irmandade do Rosario, entre 1943 e 1945, sendo, ainda, como músico, elemento dos mais ativos da "Banda do Rosário", deu as seguintes informações sobre a Irmandade, durante esse período: — "A Irmandade tinha umas 50 pessoas, com os particulares (contribuintes, muitos dos quais são brancos, em geral da classe média e dominante, representados, muitas vezes, por filhos menores). Irmãos mesmo tinha uns 15 ou 20, que me acompanhavam na Igreja, os outros eram só contribuintes. Não tinha só preto, não: era misturado. Tinha uns 5 brancos. Eles eram da Irmandade porque gostavam, eram devotos de Nossa Senhora do Rosário."

Sobre as relações entre a Irmandade e o Clube 13, disse: — "O Clube é da Irmandade, porque os estatutos dizem que quando fechar o Clube, fica tudo para a Irmandade. É a casa de Nossa Senhora do Rosário e o recreio dos homens pretos."

Chamada a participar da conversa, a sogra do entrevistado, senhora de cor, de cerca de 70 anos, disse: — "Quem fez a Igreja do Rosário foram os pretos velhos daqui de Itapetininga."

Indagada sobre o papel de mestre Florêncio na construção, informou a senhora: — "Mestre Florêncio era mestre de obras e mestre da banda. Ele desapareceu na véspera de uma festa. Ele era para tocar na alvorada da festa do Divino e esperaram por ele, ele não aparecia. Foram na casa dele, estava tudo fechado, não tinha ninguém."

(6) Ligada à história da Irmandade do Rosário está a da "Banda de Música Nossa Senhora do Rosário". Vem esta mencionada no "Almanach Ilustrado do Sul de São Paulo", organizado por Camillo J. A. Lellis, para o ano de 1904, como a "Corporação Musical Nossa Senhora do Rosário", tendo sala de ensaios à rua Venâncio Aires. Mas, sem dúvida, sua existência data do século passado, pelo menos do tempo de Mestre Florêncio, no terceiro quartel dos oitocentos. Agrupamento sem patrimônio, vivendo da habilidade musical e do espírito de cooperação de seus componentes, sua existência tem compreendido períodos mais ou menos longos de atividade intercalados com períodos relativamente breves de crise, ocasionados pelo desinteresse ou por conflito entre os mesmos. A partir de fins do século passado, houve um período de mais de 40 anos de ininterrupta atividade, ao fim do qual surgiram dois anos de pausa, pela retirada de velhos componentes, sobrevindo a reorganização, quando um novo líder se interessou pelo seu reerguimento.

O album de Itapetininga, de João Netto Caldeira, referente ao ano de 1934, menciona: — "Banda do Rosário — Esta filarmônica era dirigida, em 1897, quando foi fundada, por uma directoria composta dos srs. Joaquim Antonio de Mello, presidente; Theotônio Fernandes, regente; João Leite de Oliveira, secretário e tesoureira d. Ignez de Mello. Contava 12 figuras.

Hoje tem 20 músicos, sendo director o sr. João Leite de Oliveira e regente o sr. Horácio Leite. Os ensaios são realizados em compartimentos da Escola Normal."

Visitando um preto, pedreiro, nascido em 1877, o entrevistado notou, numa das paredes da sala em que foi recebido, uma fotografia da "Banda do Rosário", da qual



Ao que parece, a crise na organização da Irmandade do Rosário foi apenas precipitada pelos mal-entendidos ocorridos entre o presidente e o padre. Tal situação parece estar ligada ao desenvolvimento de uma nova autoconcepção e de uma nova concepção do próprio papel por parte da população de cor, especialmente pelos elementos da nova geração. Relutam estes em fazer parte de uma organização sem autonomia e cuja existência implica na identificação entre sua aparência racial e as menos desejáveis condições sociais. Relutam, enfim, em pertencer a uma organização que, por ser identificada como privativa dos "pretos" ou da "gente de cor", veio, segundo uma generalizada concepção, a simbolizar a "humildade". Não poucos pretos devotos preferem filiar-se a outras irmandades, onde sua aceitação nada tenha a ver com a cor. A crise da Irmandade do Rosário, fazendo com que o pa-

o entrevistado fez parte, tocando bombardino. Na fotografia, viam-se vinte e sete homens e dois meninos — mascotes. Dos homens, nove eram de cor, inclusive um filho do entrevistado, tocador de pratos, e os restantes, isto é, dezoito eram brancos. Assim contou o entrevistado a história da banda: — "Quem fundou a banda fui eu, o João meu irmão, o Teotônio Fernandes da Costa, que era o mestre, o Marcelino Antonio de Moraes e o Antonio Joaquim de Oliveira, que era meu primo. Antonio é quem convidou: "Vamos formar uma banda?" Ele era contra-mestre duma banda aí da Escola (de funcionários da Escola Normal), depois acabou essa banda e ele formou a nossa banda. Durante 45 anos, fomos nós que tomamos conta da banda. Eu deixei faz uns 10 anos. A idade em que eu comecei a aprender? Nós cinco formamos e fomos convidando os companheiros, eu tinha 21 anos, foi um ano antes de me casar. Depois que nós saímos, ela parou algum tempo e daí é que o mestre atual pegou. Sempre que havia festa do Rosário e no Clube, eramos nós que tocávamos. Antes de fundar o Clube, nós alugávamos qualquer casa, como a casa da Maria Ferreira, aí no Largo do Rosário. Antes de fundar o Clube, nós nos reuníamos todos os sábados, fazíamos baile e a banda é que tocava. Nós alugávamos aquela casa daquela mulher ali no Largo do Rosário, nós avisávamos cedo e de noite nós fazíamos o baile. Também fazíamos numa casa que é um armazem lá na rua Bernardino de Campos. Também ali na casa do Orlando Grazolo, na rua Saldanha Marinho, era até a Maria Alemôa que alugava a casa por cinco mil réis. A gente pagava cinco mil réis e ela ainda dava a iluminação. Depois, a gente comprava três mil réis de pão e ainda dava pão com café para aquela gente toda."

Outro preto, sexagenário, informou sobre a história da "Banda": — "Eu era muito pequeno quando foi fundada. O fundador foi João Leite. Teotônio, um pretão que aprendeu música depois de velho, foi o primeiro maestro. Foi ele que ensinou todo o mundo, inclusive alguns sujeitos que não sabiam ler. Era um requintista formidável. Morreu em extrema miséria, em São Paulo. Aprendeu aos 40 anos. Não bebia nem fumava. Tinha um beijo e uns dedos que você não imagina! Uma execução formidável! Depois começou a beber e morreu na rua."

Outro preto que, como rapaz, tocando pratos na "Banda do Rosário", compareceu à inauguração do Clube Recreativo "13 de Maio", em 1911, assim depôs: — "Não me lembro de festas de 13 de Maio antes da inauguração do Clube. Na festa da inauguração do Clube, em 1911, eu estive presente, porque eu era pratinheiro da banda e nós viemos aí para tocar. Todas as festas de Nossa Senhora do Rosário saiam daqui do Clube; os sitiantes que traziam carros de lenha vinham almoçar aqui no dia 13. A festa de 25 de Dezembro era uma das maiores festas nossas. Era a noite inteira, era pandeiro e tudo, que faziam lá na festa. Hoje não tem mais nada!"



dre resolvesse aproveitar, em outras organizações, os pretos mais devotos, para que não ficassem privados de atividade conjugada, na comunidade católica, veio acentuar a tendência de diluição dos elementos de cor pelos diferentes grupos de devotos, tornando, ainda, menos viável a existência de uma entidade especial ou exclusiva para esta parte da população (7).

Enquanto tudo isto acontece com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, as atividades do "Clube Recreativo 13 de Maio" não sofrem interrupção. Ao contrário, no ano de 1948, a sede é remodelada, tornando-se mais amplo o salão de danças e construindo-se novas acomodações para os fundos — inclusive um galpão para as noites secas e quentes.

Em geral, as notícias referentes às atividades do "Clube 13 de Maio" são menos frequentes e mais lacônicas que as relativas aos outros dois clubes congêneres. A festa que a associação realiza em sua data onomástica é a de maior repercussão, sendo aquela para a qual se procura despertar a atenção não apenas dos sócios, mas de toda a comunidade, considerando-se indicativo de seu sucesso que nela se façam representar as principais instituições e autoridades locais. É, enfim, a festa que serve de termômetro do estado de organização e do moral da associação, pelos esforços e recursos que sua realização consegue mobilizar (8). O Clube paten-

---

(7) Naturalmente, nada disto impedirá que, com o tempo, a população de cor redefina, favoravelmente, sua atitude, em relação à sua tradicional associação religiosa.

(8) No dia 9 de maio de 1948, o *Aparecida do Sul* publicou a seguinte notícia: — "Clube Recreativo 13 de Maio — Na próxima quinta-feira, a Diretoria do Clube Recreativo 13 de Maio realizará grandes festividades em comemoração à data da Abolição da Escravatura no Brasil.

Assim é que, nesse dia, será celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, as 8 horas, u'a missa em homenagem à importante efeméride. À noite, nos salões de festas da simpática sociedade, será desenrolado o seguinte programa:

Às 19 horas, sessão solene.

Às 20 horas, no palco, será levada a peça "O Escravo", pelo conjunto teatral de amadores.

Às 21,30 horas, coroação da Rainha de 1948.

Às 22,30 horas, grandioso baile de gala.

Agradecemos à esforçada Diretoria do 13, o caprichoso e gentil convite-programa a nós enviado, com os nossos votos do mais completo êxito nas festividades comemorativas da sua data magna."

No dia 15 de maio, o mesmo jornal comentou a festa anunciada na notícia anterior: — "Uma noite de civismo e cultura — No dia 13 p. p. os salões do Clube Recreativo 13 de Maio tornaram-se pequenos ante a numerosa assistência que ali se acotovelara para apreciar as festividades comemorativas de tão grande efeméride de nossa história.

Além dos numerosos sócios, achavam-se presentes o Governador da cidade farmco. Waldomiro de Carvalho, uma comissão de vereadores representando a Câmara Municipal, representantes da imprensa e do rádio, e do ensino local.



teia, além disso, sua presença, na sociedade local, fazendo-se representar nas festas cívicas (9), bem como proporcionando, aos seus associados, os mesmos divertimentos de salão que oferecem os clubes congêneres.

Segundo consta dos Estatutos, a 13 de maio de 1911, foi fundada, em Itapetininga, "uma associação denominada "Clube 13 de

O programa, já publicado, foi desenvolvido satisfatoriamente, fazendo uso da palavra, pelo Clube, a srta. Maria Emilia dos Santos, sr. João Domingues, Antonio de Sousa, presidente do Clube, José Benedito de Campos e dr. Francisco Santiago.

O nosso representante leu um poema de sua autoria oferecido ao Clube em homenagem aos grandes abolicionistas, intitulado "Um dia do Gigante".

Fez-se ouvir ainda o jovem Jorge Badin, proferindo depois apreciado improviso, em nome da Câmara Municipal, o prof. José Valio. Todos os oradores foram muito aplaudidos.

A peça "O Escravo" foi muito bem representada, arrancando palmas da assistência, os distintos amadores, Maria Emilia dos Santos, José Benedito de Campos, Luis de Campos e Ari de Campos.

Após uma sortida mesa de doces finos, regada com cerveja e guaraná, oferecida às autoridades e representantes da imprensa e do rádio, teve lugar a coroação da Rainha de 1948, sta. Leovil Pereira, seguindo-se depois animado baile que se prolongou até tarde. A tradicional Banda do Rosário e o Jaz Record executaram números apreciados do seu vasto repertório.

Foi uma noite de civismo e de cultura, em que duas raças irmanadas pelos mesmos sentimentos de amor, de liberdade e de paz, prestaram a sua homenagem sincera aos que conseguiram, com sua inteligência e prestígio, rebentar os grilhões do cativo, fazendo raiar a aurora da liberdade em nosso grande Brasil.

Ao Clube Recreativo 13 de Maio, as felicitações deste jornal."

(9) No dia 24 de outubro de 1948, um sócio e ex-membro da diretoria do Clube "13 de Maio", estando em conflito com a diretoria em exercício, fez publicar no Aparecida do Sul a seguinte interpelação: — "Que é feito do "13 de Maio"? — Acostumados com a vida intensa desta tradicional e apreciada sociedade recreativa, integrada e dirigida pelos homens de cor de nossa cidade, estranhamos o silêncio que a mesma oferece desde ha meses.

Ao lapso da sua vida recreativa, as suas diretorias primavam em cultivar o sentimento cívico de seus associados e admiradores, por isso que, em todas as efemérides nacionais, compartilhavam com entusiasmo e patriotismo, oferecendo a sociedade festas magníficas. Isto sem falar de suas datas propriamente ditas: Lei Áurea, Lei do Ventre Livre, Nascimento da Redentora e outras. Lá se viam, nas sessões solenes, as autoridades de nosso município oficial, e elementos destacados da sociedade itapetiningana.

Ultimamente não disto se vê, a não ser nos primeiros meses de vida da atual diretoria, que, às vezes noticiavam alguma coisa. Foi ampliado o salão de festas e dotado de um palco para representações. Mas para quê isso, se emudeceu o Clube e está desaparecendo a sua vida social?

A debandada de sócios é enorme. De duzentos e tantos deixados pela diretoria passada, contam-se hoje apenas uma centena deles. Vai mal, não resta dúvida, a velha e tradicional Sociedade!

Aproxima-se o fim do ano e com ele os embates eleitorais para escolha da diretoria que dirigirá os seus destinos. Aqui fica, portanto, o alarme para que os verdadeiros amigos da velha sociedade se aprestem, escolhendo os mais capazes para o reerguimento sob o título "Que é feito do "13 de Maio"?"

"COLORED"

No dia 31 de outubro, pelas páginas do mesmo jornal, um membro da diretoria respondeu: — "O Sr. Colored e o "13 de Maio" — Não, absolutamente não desapareceu



Maio”, sociedade essa composta de pessoas de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade ou cor, e que tem por fim principal comemorar, todos os anos, o glorioso dia que deu nome à Associação, e proporcionar aos seus associados as seguintes diversões: 1.º) Partidas dançantes, toda vez que seja possível; 2.º) Leitura de jornais, revistas e livros, logo que a sociedade possa organizar sua biblioteca; 3.º) Jogos por lei considerados lícitos.”

Dos vinte sócios fundadores, catorze foram identificados como pretos, cinco como mulatos e um como branco ou “acaboclado”. Quanto às ocupações, o grupo abrangia carpinteiros (quatro), carroceiros (dois), pedreiros (três), proprietários de sítios e casas (três), um servente da Câmara Municipal, um porteiro de grupo escolar, duas cozinheiras, uma dona de casa, um trabalhador avulso, uma engomadeira e um sócio cuja ocupação os entrevistados não souberam informar.

---

ou está em vias de acontecer tal absurdo, como insinuou o Sr. Colored em seu suelto sob o título “Que é feito do “13 de Maio”?”

Ha 37 anos passados, ali na Rua Silva Jardim, foi edificado o prédio onde tem sua sede o nosso tradicional Clube 13 de Maio. A atual Diretoria introduziu modificações substanciais no prédio, ampliando as instalações para maior conforto de seus associados, isso sem fazer alarde, e também sem afetar as finanças da agremiação que, ao término da antiga Diretoria, estavam registrados 114 sócios e veja bem sr. Colored, nem todos estavam quites para com a Sociedade, pois muitos sócios desta antiga sociedade, não correspondiam aos esforços de seus diretores, para o crescente e real prestígio do Clube entre seus congêneres da cidade e quiçá de outras plagas. Sempre foi o maior desejo de todos os diretores e associados cultuarem as datas máximas dos Homens de cor, integrados no veterano 13 de Maio, porém oficialmente, e infelizmente, tais datas não constam mais no calendário oficial de comemorações desses grandes dias porém, mesmo assim as comemorações foram levadas a efeito e centenas de pessoas tiveram oportunidade de assisti-las, incluindo-se representantes das autoridades e grande número de associados.

Toda renda que é auferida pela agremiação, está registrada em seus livros e em dia estão seus pagamentos.

Naturalmente e sem necessidade de alarme, os associados serão chamados a escolherem nova Diretoria e temos certeza que saberão acertar nesse ponto para maior engrandecimento de nossa agremiação. Quanto à debandada de sócios, vale bem esclarecer aqui alguns pontos e o fazemos com dados positivos e sem sofisma. Como poderia ter mais de duzentos sócios se registrados só existiam 114? Fazia o Sr. Colored parte da antiga Diretoria? Estava ou está o Sr. Colored em dia para com os cofres da Sociedade, tendo em vista, sobretudo, si não foi eliminado por falta de pagamento? Acreditamos que o Sr. Colored faz parte daquele GRUPINHO que não desejando elevar bem alto o nome da nossa querida sociedade, faz política de obstrução, tendo em vista o derrotismo e alarme falso.

A Sociedade está muito acima de inconfessáveis interesses mesquinhos, ela prosseguirá marchando para frente, cumprindo assim os ponderáveis desejos dos seus fundadores, e assim “os Sócios quites”, veja bem Sr. Colored, decidirão em tempo oportuno do valor e da visão esclarecida dos atuais membros de sua Diretoria.

Salve 13 de Maio!

Itapetininga, 26-10-48”.

X. B.



Pelo menos dois dos vinte sócios fundadores eram pretos africanos.

A criação do Clube, em 1911, foi um empreendimento comum em que a cooperação consistiu não apenas em contribuições financeiras <sup>(10)</sup>, mas também no trabalho manual exigido pela construção da sede. Houve quem se incumbisse de preparar o terreno, de cortar a madeira, de levantar as paredes, de fabricar as esquadrias, de pregar isto ou aquilo, de rebocar, de colocar telhas, de emboçar os telhados, de assentar os assoalhos, de ajustar as tábuas do forro, de raspar, aplainar, lixar; enfim, para cada operação uma ou mais pessoas se apresentavam, capazes e dispostas a realizá-la. Não faltou, mesmo, quem se desincumbisse do trabalho de fabricação do mobiliário mais necessário.

A disposição com que se empenharam os elementos de cor na iniciativa de criar o "seu clube" mostra o poder da motivação que neles atuava, no sentido de adotarem as formas de divertimento de

(10) Pela lista das contribuições monetárias feitas pelos vinte sócios fundadores, existentes nos arquivos da associação, verifica-se que do total de 5.721\$000 subscritos, 60,53 por cento foram doados pelo ex-escravo que se tornou seu primeiro presidente, o preto Sebastião Corrêa que, além de trabalhar na construção da sede, ainda doou a madeira que tirou de seu sítio, utilizando no seu transporte, bem como no da areia necessária, seu próprio carro de boi. O segundo contribuinte, na ordem decrescente, foi o vice-presidente que, mais tarde, viria a ser presidente, representando sua doação 8,39 por cento do total. Era carpinteiro e zelador da Igreja do Rosário e, posteriormente, tornou-se concessionário do serviço funerário local.

Um preto sexagenário que, em sua mocidade, assistiu à inauguração do Clube, informou sobre o fundador, Sebastião Corrêa: — "Foi escravo e comprou a liberdade da mãe. Tinha um carro de boi muito bem equipado. Trabalhou com o carro na construção do prédio do "Clube 13 de Maio" puxando areia e outros materiais. Tinha também um sítio, de onde trouxe a madeira para a construção. Morreu há quatro ou cinco anos, talvez com mais de 100 anos de idade. Tinha amor pelo "13" e fazia barulho por aí o dia inteiro."

Sobre a fundação do Clube, outro informante, também preto, de 64 anos de idade, declarou: — "Antigamente, não se tinha casa para fazer festa e, então, a filha do Sebastião, (o primeiro presidente) quando o pai disse que ia fazer uma casa para ela, disse que não, que fizesse uma casa para os pretos se divertirem. E aí foi arranjando mais sócio pra fundar a casa e fazer a festa.

Então, fizeram a casa pra nós divertirmos e fazermos a festa de Nossa Senhora do Rosário. Então fizeram a casa que é o "Clube 13 de Maio".

Outro preto, septuagenário, fundador do Clube, informou sobre o primeiro presidente: — "O primeiro que teve a idéia de fundar o "Clube" foi o Sebastião Corrêa, que tinha sido escravo de Antonio Ferreira. Tio Bastião era escravo, e a mãe também. Ela tecia para o senhor e Sebastião conseguiu um lote de terra e, de noite, lá pras 7 horas, na hora em que o sol descia, ele ia trabalhar na roça pra ele mesmo e assim foi juntando dinheiro pra dar liberdade pra mãe. Assim, juntou uns dois contos. E quando ele foi trabalhar pela sua liberdade, veio a lei acabando com a escravidão. Depois da escravidão, ele foi carreiro, tinha um carro de boi dele mesmo, e com o carro ele levava todo o material para a construção da sede do "Clube". Ele morreu há uns 10 anos, com 105 anos. Ele reuniu todos em sua casa, para fundar o "Clube", tendo cada um entrado com 25 mil réis para comprar o quintal e ir construindo já."



salão que por tanto tempo lhes permaneceram inacessíveis, como atividades privativas da classe dominante.

Apareceu, pois, o "Clube 13 de Maio", em 1911, à guisa de um "quartel general" das atividades recreativas dos negros da cidade. Apresentava-se não apenas como o local em que se realizariam bailes com uma frequência e regularidade que a necessidade de alugar salões ad hoc não permitia, mas também como ponto de reunião e ensaio dos congos, da Banda do Rosário e do cordão carnavalesco dos pretos, local em que se guardaria o estandarte e outros objetos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de onde esta sairia, incorporada, para as procissões.

Em 1948, no que se refere à ocupação de seus componentes, assim estava constituída a diretoria do Clube: presidente, chefe de trem; vice-presidente, motorista; primeiro secretário, sargento reformado do Exército; segundo secretário, operário pintor; primeiro tesoureiro, soldador da estrada de ferro; oradora, costureira.

De 134 sócios de 1948, seis eram brancos ou sejam 4,5 por cento, tratando-se, em sua maior parte, de pessoas que contribuía com a mensalidade, sem participar das atividades da associação.

Por ocasião de um dos bailes do carnaval de 1948, no momento em que se aguardava a chegada do cordão, na sede do Clube, para se dar início à dança, foram contadas, nas suas dependências, 70 pessoas, das quais 23 eram brancas — 13 homens e 10 mulheres <sup>(11)</sup>.

---

Um preto sexagenário, comerciante, casado com mulher branca, informou: — "O preto Sebastião Corrêa foi quem mais concorreu com material para a fundação do "13". Ele e a mulher eram africanos. Tinha dois carros com 10 bols cada um. Era rico. Morreu com 102 anos. A Tia Chica, mãe dele, morreu com 106 anos. O Sebastião andava sempre descalço. Só punha sapato e fraque para ir ao "13".

Uma senhora de cor, de 65 anos de idade, viúva de um dos fundadores, declarou: — "O Clube foi fundado, tinha uns pretos que todo ano alugavam um salão para a festa do dia 13 de Maio. Tinha um casal que tinha uma filha que gostava muito de baile e reuniram bastante gente e fizeram uma conferência para resolver comprar um terreno. A filha de Sebastião Corrêa deu o dinheiro que ela tinha para comprar o terreno. Ele foi no mato buscar madeira, ele tinha carro, levava a madeira para serrar. A juntaram bastante gente e cada um dava um pouco. Um era pedreiro, outro era carpinteiro e cada um fazia uma coisa."

(11) Um dos brancos presentes era um rapaz de 30 anos que, em conversa com um dos pesquisadores, declarou ter nascido no Bairro da Chapada Grande, na zona rural de Itapetininga, onde seu pai é fazendeiro. É sócio do Clube, que frequenta com assiduidade. É dos que comparecem não como espectadores, mas para se divertirem, confundindo-se com os sócios de cor, tanto nas danças como em outras atividades. Enquanto o pesquisador conversava com ele e com o porteiro — um preto de mais de sessenta anos — um senhor branco, de cerca de 45 anos, trajando um terno de casemira escura, confeccionado com esmero e bem cuidado, aproximou-se gracejando: — "Dizem que menor de 16 anos não pode entrar! Como é que eu faço?" O porteiro respondeu: — "Se o senhor vier acompanhado do seu pai, o senhor entra!" Conversando com o recém-chegado, soube o pesquisador ser ele filho de italianos, tendo vendido naqueles dias um bar numa cidade vizinha, a fim de mudar-se para Itapetininga, onde duas filhas estudavam na Escola Normal.



Na mesma ocasião, foram contadas, no cordão carnavalesco do Clube, 52 pessoas, de ambos os sexos. Na frente, vinha um preto, de cerca de 30 anos, movimentando um bastão prateado, que terminava em forma de lança. Era o "baliza" e envergava calça de cetim branco, blusão azul-forte, igualmente de cetim, e boné branco. As demais figuras apresentavam-se com fantasias individuais, diversificadas quanto ao motivo, modelo, cores e tecidos. O cordão era constituído predominantemente de pretos e mulatos escuros, havendo, entretanto, duas moças brancas, um rapaz branco e alguns mulatos claros de ambos os sexos. A fanfarra era formada por seis músicos, dos quais apenas um era de cor, sendo dirigida por um dos componentes brancos, tendo-se comentado, durante o baile, ser êle filho de italianos e ter conduzido, nas primeiras décadas do século, uma banda musical que, exibindo-se na capital e outras localidades do Estado, "se tornou conhecida como uma das melhores do interior."

Acompanhando o cordão, entraram, no recinto da sede, dezenas de pessoas, elevando-se o número dos presentes, ao ter início o baile, a cerca de 200, incluindo-se 42 de cor branca — 18 mulheres e 24 homens (12).

Iniciou-se o baile com a invasão do salão pelos foliões que, ao ritmo da música, se puseram a dançar e pular, gritando e cantando exaltadamente. Os mesmos componentes da fanfarra se haviam postado no lugar reservado à orquestra, conservando alguns os mesmos instrumentos com que entraram, enquanto outros substituíram os seus pelos que ali se encontravam. Succediam-se as marchas e sambas e enquanto os pares se punham a dançar, o cordão inicial e outros que se improvisavam circulavam entre eles, entrando e saindo do salão, desordenadamente. Entre os que dançavam, viam-se cinco pares de pessoas brancas e três pares mistos de pessoas brancas e de cor.

As comemorações do dia 13 de Maio, realizadas na associação, em 1948, compreenderam sessão solene, com discursos, representação teatral, coroação da "Rainha do Clube 13 de Maio" e baile.

Durante a sessão solene, a representação teatral e a coroação da rainha, predominavam os brancos entre os presentes — constituindo cerca de 40 por cento — não sendo superados nem pelos pretos

(12) Ao chegar, foi o cordão saudado, na frente do prédio, por um grupo de pessoas brancas, entre as quais se notavam moradores da vizinhança, com prolongada salva de palmas. Um comissário de menores, que se achava presente, junto à porta da entrada, declarou: — Este é um dos Clubes que mais obedecem à lei, nesta cidade! Aqui nem é preciso vir o comissário de menores. A lei proíbe a entrada de menores de 14 anos e eles aqui não deixam entrar até 18 anos! E há mais ordem aqui do que em qualquer outro lugar! As pessoas de cor que ouviram essa observação mostraram-se visivelmente lisonjeadas.



nem pelos mulatos separadamente <sup>(13)</sup>. Iniciado o baile, o número de brancos diminuiu rapidamente, transformando-se em minoria tão escassa que poderia facilmente passar despercebida, o que indica de modo nítido sua posição de "espectadores" que é, em geral, a posição assumida pelos brancos, especialmente das classes média e dominante, nas festas promovidas pelo Clube. Raros são os que assumem a posição de verdadeiros participantes, confundindo-se com os sócios de cor, nas danças e demais atividades <sup>(14)</sup>.

O denominador comum dos discursos que se fizeram ouvir durante a sessão solene <sup>(15)</sup> foi o enaltecimento aos abolicionistas e a verberação da instituição escravocrata, não havendo qualquer tomada de posição em relação aos problemas atuais com que se debate o homem de cor ou qualquer manifestação de protesto quer por parte dos oradores brancos, quer por parte dos de cor.

A peça teatral que se representou era "uma história do tempo da escravidão" — o drama de um escravo velho, que o senhor maltrata e a "sinhá-moça" protege e que um filho, já liberto, que andava à procura do pai a quem desconhecia, mas que sabia ainda cativo, compra e emancipa, tudo terminando com o reconhecimento recíproco de ambos e o arrependimento dramático do senhor. Não obstante seu anacronismo e a precariedade da representação, a peça comove aos espectadores tanto brancos como de cor, levando alguns a soluços e lágrimas <sup>(16)</sup>.

O esmero no trajar-se, a preocupação em se apresentarem de acordo com a moda, evidente na maior parte dos pretos e mulatos presentes, especialmente nas mulheres; a exigência de roupa escura para os homens e de vestidos compridos para as damas, que desejassem dançar, tudo era indicação de auto-apreço e auto-respei-

(13) No momento de se iniciar a sessão, foram contadas, no recinto, 278 pessoas, distribuídas conforme se vê no seguinte quadro:

Cor	Adultos		Crianças		Total
	masc.	fem.	masc.	fem.	
brancos	43	46	10	11	110
pretos	31	37	15	14	97
mulatos	14	30	10	17	71
Total	88	113	35	42	278

(14) Por ocasião do carnaval de 1948, um dos brancos que acompanharam o pesquisador ao Clube elogiou a ordem reinante neste, ao que o outro respondeu — "E que gente boa é esta! Nós fizemos bem de dançar para eles não pensarem que nós temos orgulho!"

No dia seguinte, um dos acompanhantes da véspera comentou: — "Na cidade, todo o mundo já sabe que fomos ao Clube "13 de Maio!"

(15) V. a descrição da referida festa, em apêndice ao presente tópico.

(16) Alguns meses mais tarde, o mesmo conjunto de amadores representou a mesma peça, com igual sucesso, no salão do "Clube Recreativo Itapetiningano".



to e de um agudo desejo de auto-afirmação, uma reação, sem dúvida, ao estereótipo corrente, do negro humilde e miserável, cujo nível de aspiração se traduz por um mínimo de exigências. A presença dos espectadores brancos dava a esta preocupação maior razão de ser, pois, antes de tudo, era seu conceito a respeito da "gente de cor" que estava em jogo.

As atividades do "Clube 13 de Maio" apresentam, em relação aos clubes congêneres, das classes dominante e média, o mesmo paralelismo que, no século passado, havia entre as festas de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo, esta última patrocinada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em ambos os casos, vê-se o homem de cor a adotar os mesmos ideais e padrões de comportamento do branco, com a diferença principal de se estar, atualmente, num meio caracteristicamente urbano que contrasta, por sua complexidade, com o ambiente relativamente simples da comunidade local do século XIX em que, praticamente, todos os elementos da população tinham ensejo de entrar, repentinamente, em contacto direto, uns com os outros. Se, de um lado, eram profundas e rígidas as distâncias sociais, de outro, o conhecimento pessoal facilitava a dissociação entre o conceito individual e o estereótipo grupal, tornando inequívoca a situação de cada qual. Ademais, não se pode comparar a repercussão social das festas do "Clube 13 de Maio", que passam quase completamente despercebidas pela população branca <sup>(17)</sup>, da qual apenas uma proporção simbólica comparece, com a das festas de Nossa Senhora do Rosário, no século passado, de que toda a comunidade ou era participante ou espectadora.

Não obstante a atitude antes paternalista que igualitária ou de companheirismo da maior parte dos elementos brancos que contribuem financeiramente para a associação ou que comparecem às suas festas, a acolhida que os mesmos encontram e o ambiente de simpatia recíproca que então predomina, entre os elementos brancos e de cor, sem que uns e outros se coloquem na posição incômoda e constrangedora de representantes ou embaixadores de dois grupos

---

(17) Não somente as notícias da imprensa, referentes ao Clube "13 de Maio", são mais raras e mais lacônicas: a própria tomada de consciência das atividades do Clube, pelo grosso da população — das diferentes camadas sociais — mostra que, nas circunstâncias atuais, tem este menos possibilidade que seus congêneres de fazer notar a sua presença. Assim, enquanto a festa do dia 13 de Maio é aguardada com ansiedade pelos sócios do Clube, que para ela, não raro, se preparam com um mês ou mais de antecedência, mesmo no dia de sua realização, elementos brancos de diferentes camadas sociais, em geral, ignoram o programa em andamento, sendo incapazes, se indagados, de indicar o horário e dar outras informações a seu respeito, conforme verificou o pesquisador em suas visitas, à cidade, no mês de maio, nos anos de 1948 a 1952, inclusive.



em conflito, como soi acontecer entre os negros e brancos que frequentam as associações ou instituições "inter-raciais", nos Estados Unidos, indicam uma situação antes de acomodação que de tensão racial. Em outras palavras, as reuniões do "Clube 13 de Maio" espelham, de um modo integral, o "overlapping" e a interpenetração social das partes branca e de cor da população local, entre as quais não existe nenhuma linha rígida de cor ou de casta, como a que se nota nos Estados Unidos.

### APÊNDICE AO PRESENTE CAPÍTULO

Descrição da Festa do "Clube 13 de Maio", de Itapetininga, 13-5-1948

Por uma observadora. (Ver "Anhembi", fevereiro de 1955).

"A festa destinada a celebrar a data da libertação dos escravos no Brasil teria início às 19 horas, no salão do "Clube 13 de Maio". Pouco antes da hora marcada para lá nos dirigimos. Nas proximidades do Clube viam-se diversas pessoas e um movimento que denunciava os próximos festejos. Ao entrarmos no salão, tivemos que ficar na última fileira de cadeiras, desde que já não havia outros lugares mais convenientes.

O salão estava ornamentado com festões de flores artificiais coloridas que se trançavam pelo teto, dum canto a outro, cruzando-se sempre no ponto central onde se encontrava o globo de onde jorrava intensa luminosidade. Dele pendiam até certa altura, feixes de flores de papel onde predominavam o branco, o vermelho e o amarelo. Junto das janelas viam-se os mesmos enfeites, colocados em "bouquets." Grande era o número de lâmpadas de colorido azul e vermelho junto de outras brancas, espalhadas pelo teto, dispondo-se simetricamente em relação ao foco central.

Às janelas viam-se cortinas claras, leves, bem cuidadas.

Bem em frente à porta de entrada, no outro extremo da sala, estava colocado o trono destinado à rainha. Para atingi-lo, seria necessário galgar quatro degraus. Era uma elegante cadeira antiga, ampla com alto espaldar e braços torneados. No encosto era estofada em seda azul. E todo azul-rei era o docel que se sobrepuñha ao acento real (revestido de papel crepon) bem como o tapete que cobria os degraus e toda a elevação onde se achava colocado o trono. No docel viam-se dispostos, lateralmente, como que apoiando a parte superior projetada para a frente, dois SS cobertos de purpurina dourada, salpicados de brocal, e que os tornava reluzentes, como um sinal de luz jogado no conjunto todo azul-forte.

O soalho encerado brilhava, refletindo as luzes.



Havia umas cem cadeiras dispostas em frente ao palco. Bem ao pé deste, via-se uma pequena mesa, rodeada de algumas cadeiras, destinadas aos convidados de honra.

Em um dos cantos, ao lado do trono, e não muito afastadas do palco, viam-se várias cadeiras, destinadas aos músicos.

O palco estava vedado ao nosso olhar por uma cortina de fazienda espessa, de algodão, vermelho-escura. Era aberta ao meio, entreabrindo-se às vezes, deixando entrever os preparativos para a próxima representação.

Até mais de oito horas, quando teve início a sessão solene, e durante o decorrer de toda a festividade, não cessaram de chegar novos assistentes. O salão ficou repleto. Grande era o número de pessoas em pé, dispostas ao lado das cadeiras, encostadas ao longo das janelas, agrupadas junto das duas portas de entrada, colocadas ao lado do palco ou rodeando o trono. Viam-se, ao lado de pessoas de cor, de todas as combinações de traços, desde o branco de característicos negróides, até o negro retinto, outras evidentemente brancas, em não pequeno número. Misturavam-se desde as crianças de colo até pessoas encanecidas, bastante idosas.

O presidente honorário do Clube, um preto septuagenário, de cabelos embranquecidos, bem como o presidente efetivo, um preto jovem ainda, e outras personalidades de destaque dentro da agremiação movimentavam-se constantemente, tomando providências para as atividades. Somente depois de iniciado o baile foi que o porteiro pôde, às vezes, deixar o portão de entrada. Era um preto sexagenário que ficava a exigir de todos os que desejavam entrar o convite e outras credenciais, quando necessário.

Mais ou menos às 8 e 15 teve início a primeira parte do programa — a sessão solene. O secretário do Clube convidou o prefeito da cidade para assumir a presidência. Outras personalidades de destaque eram vistas como convidados de honra, ao lado do prefeito. Além das autoridades, notavam-se os representantes da imprensa e do rádio.

Depois de declarar aberta a sessão, o prefeito deu a palavra ao primeiro dos oradores inscritos, uma moça preta, oradora do Clube. Falaram ao todo, sete oradores, contando-se a moça já referida, um mulato escuro, profissional liberal, um vereador que falou em nome da Câmara Municipal, um jornalista, dois pretos, membros da diretoria do Clube e dois jovens brancos, estudantes, sendo um deles descendente de sírios. Foi declamada uma poesia alusiva à data por uma menina de cerca de 10 anos de idade, mulata clara, de cabelos soltos, anelados e brilhantes, que interpretou os versos com expressão e vivacidade.



De um modo geral, foram, nos discursos, lembrados os vultos que se destacaram no movimento abolicionista, havendo referências especiais à Princesa Isabel, a Luís Gama, José do Patrocínio, Castro Alves “o poeta dos escravos”, Joaquim Nabuco, Antonio Bento e Rebouças. O teor dos diversos discursos pode ser verificado pelos resumos seguintes: 1) A oradora oficial do Clube mencionou que “os negros no tempo da escravidão eram tratados como animais inferiores”; 2) O orador branco que se seguiu declarou que “os negros, no tempo da escravidão, eram tratados como animais inferiores, hoje, pela doutrina de Cristo, somos todos irmãos”; 3) O presidente do Clube, preto, referiu-se ao negro como trabalhador, afetivo, sentimental e docil”. Disse que os pretos estão livres, graças à Princesa Isabel e a essa outra senhora que é a rainha do Mês de Maio — Nossa Senhora — que, “para os que amam o jardim, ela é uma flor, para os que amam a música, é uma melodia — Nossa Senhora, mãe de Deus e nossa mãe! Agradecemos a Deus pela felicidade de estarmos todos livres, aqui unidos por um sentimento comum!”; 4) O secretário do Clube, preto, repetiu que “os negros no tempo da escravidão, eram tratados como animais inferiores”; 5) O orador seguinte, mulato escuro, profissional liberal, que não pertence ao quadro social do Clube, começou dizendo que em sua qualidade de homem de cor não podia deixar de mostrar a sua solidariedade àqueles que se dispunham a comemorar a data da abolição. “Na história de nenhum país se encontra o exemplo de uma revolução que assim se tornasse vitoriosa sem derramamento de sangue! Como homem de cor não quero deixar de falar nesta data.” Referiu-se a José do Patrocínio, “Esse preto que era ariano por dentro, como já se tem dito. Não concordo com a expressão, pois não pode haver espírito ariano em corpo que também não seja ariano... Os arianos eram um povo nobre e altivo, proveniente da Índia. Assim, nobre e altivo, também era José do Patrocínio.” Após falar sobre a morte de José do Patrocínio “na maior pobreza”, concluiu: “Assim morreu um grande homem, um dos maiores vultos da nossa Pátria!”; 6) O representante da Câmara Municipal declarou que em solenidade tão importante a Câmara não poderia deixar de se fazer representar. Lembrou o papel do povo, “através de seus representantes”, no movimento abolicionista; 7) Finalmente, o jovem estudante, filho de sírios, declarou que, “os negros, no tempo da escravidão, eram tratados como animais”.

Além das pessoas colocadas junto à mesa de honra, como representantes das autoridades, viam-se, na assistência, um inspetor escolar, branco, um comerciante, branco, vice-presidente da Câmara, um fazendeiro do município, branco, acompanhado da família; e a senhora de um comerciante da cidade, branca.

Seguiu-se a representação de “O Escravo”, drama em um ato.



Tomaram parte quatro personagens: o velho preto escravo, representado por um rapaz dessa cor; o seu senhor, representado por um mulato claro; a filha do senhor do escravo, representada por uma mulata escura; e o comprador de escravo, representado por um preto.

A peça resume-se no seguinte: a principal personagem é o velho preto escravo que muito sofre nas mãos do senhor, impiedoso e cruel. A filha deste protege o velho servidor, ensina-o a ler, torna-se a sua "boa fada". Há tantos anos escravo, está ele desanimado de chegar a ter melhores dias. A moça é o seu único consolo, tendo sempre para com êle palavras de conforto e esperança. Chega um dia um comprador de escravos que busca justamente os negros velhos. Também foi escravo, liberto por um generoso senhor, educado, formado em medicina. Anda em busca de seu pai para libertá-lo. O final da peça é o reconhecimento entre o filho, comprador, e o pai, escravo, e o arrependimento do senhor, que se põe de joelhos aos pé do velho escravo.

Muitas eram as pretas que demonstravam comoção. Muitas crianças pareciam empolgadas. Um pretinho retinto, de mais ou menos 12 anos de idade, estava com os olhos parados, fixos no palco. Comuns eram as expressões, por parte de negras e mulatas mais idosas, como estas: "Coitado! Mas que vida triste! Que homem ruim!" Algumas faziam comentários espirituosos cujo fundo era, porém, de pesar: "Também, será que não tinha geito de matá esse homem? Eu, se fosse êle, eu fingia que tava parálitica. Aí queria ver!" Respondeu outra, uma mocinha preta: "Chicote cantava no seu lombo." E riram ambas.

Uma mocinha branca, de cerca de 16 anos, chorava. As lágrimas corriam pelo seu rosto, quando maiores eram as lamentações do velho escravo.

Quando pai e filho se abraçam, após se identificarem, uma menina mulata de cerca de 12 anos, diz: "Que beleza!"

A peça foi vivamente aplaudida por toda a assistência.

Terminada a representação, começaram os preparativos para a terceira parte: a coroação da rainha.

As cadeiras foram arrastadas para junto das paredes do salão de modo a ficar livre o espaço central. Membros do quadro social do Clube postaram-se em alas à frente do trono, impedindo que houvesse aglomeração de assistentes no espaço que deveria ser percorrido pela rainha e seu cortejo. Vários transgressores postaram-se quase junto ao trono, numa posição mais elevada, para poderem apreciar melhor a entrada do séquito. Demorava o seu aparecimento. Uma preta comentou: "Tá custando chegá porque a rainha tá se vestindo." Uma moça branca comentou: "A rainha é



muito bonitinha. É magra, tem um corpo delicado.” Uma preta já meio idosa disse: “Não aguento mais de vontade de ver essa rainha chegar logo! Diz que o vestido dela tá uma beleza!” Respondeu outra: “Quero vê também. Quero vê de todas, porque todas vem muito bem vestidas.” Outro comentário se fez ouvir: “O rei vai sê o cunhado da rainha.” Quando chegou o cortejo, todos se movimentaram. Por membros do Clube foram afastados todos os que estavam fora do alinhamento planejado. Mandaram também descer todos os que estavam em cima, ao lado do trono. As músicas se sucediam ininterruptamente. (A banda de música ficou em um compartimento, nos fundos do prédio. Depois da entrada da rainha os músicos vieram colocar-se em um dos cantos da sala.) A rainha, de braços com o rei, entrou com passos miudos e lentos. Vinha de cabeça erguida, parecendo um tanto encabulada. Olhando firmemente para a frente, para o trono. O rei estava sorridente, confiante, olhando para os lados. Após êsse par seguia-se uma dama de honra com uma bandeja, onde estava colocada a coroa da rainha. Trazia outra um pergaminho enrolado. Entre ambas, estava uma terceira. Todas as três vestiam vestidos de baile, sendo dois cor-de-rosa e um azul. A rainha subiu ao trono, sentou-se, e o rei ficou ao seu lado, em pé. As três damas postaram-se ao pé do trono. Após essas três damas, seguia-se o cortejo composto de doze pares: doze moças e doze rapazes, as princesas atrás da rainha, os príncipes atrás do rei. Entre um par e outro havia um espaço de dois metros, mais ou menos. Quando o par atingia o seu lugar, na ala que se formava em frente ao trono da rainha, o rapaz fazia uma mesura em frente à sua dama, de joelhos dobrados e cabeça curvada, antes de se postar em seu lugar definitivo. A dama correspondia ao cumprimento com um leve baixar de cabeça, e quase sempre sorria ao fazê-lo.

Depois que o último par se pôs em seu lugar, quase junto da porta principal de entrada, a música cessou, a um sinal feito pelo rei. Foi lida, então, a consagração da rainha do “Clube 13 de Maio”, de 1948. Das mãos da dama de honra passou o pergaminho para as do presidente efetivo do Clube, que o leu. Em seguida, outra das damas passou a coroa ao presidente que a colocou na cabeça da rainha. Irromperam palmas em todo o salão. Coroada a rainha, o rei beijou sua mão, fazendo o mesmo, em seguida, os príncipes e as princesas. A um novo sinal feito pelo rei inicia-se uma valsa de Strauss. Dos oito músicos, um era preto e sete brancos.

A valsa era dedicada ao par real. O rei e a rainha descem do trono, vão para o meio do salão, enquanto à sua volta se fecha uma roda: os príncipes todos de mãos dadas, as princesas igualmente. Da roda participam também as três damas de honra, unidas às princesas. São, pois, doze rapazes e quinze moças. No meio, dança-



ram o rei e a rainha. Quando a música foi bisada, saíram a dançar também os doze pares de príncipes. Terminada essa valsa, iniciou-se outra, passando a dançar todos os que o desejavam. Estava iniciado o baile, parte final da festa.

A rainha vestia um rico vestido de noite, branco, de cetim e renda. Trazia "mitaines". Os sapatos eram também brancos. A coroa, feita de papelão, era recoberta de purpurina dourada e recamada de brocal. Bastante alta, era feita de maneira a imitar uma verdadeira insígnia de nobreza. Uma mulata comentou: "Diz que a coroa deste ano vai ser a mais bonita de todas. Ela foi caprichada!"

A rainha é mulata clara, não alta, miúda, dentes pequenos e brancos, olhos grandes, castanhos, os cabelos bem crespos, penteados a formar um coque de cachos acima da nuca. Elegante, aparentava uns 18 anos de idade.

O rei era o mesmo rapaz que, na peça, fez o papel do filho do escravo. É um preto não muito escuro, aparentando cerca de 30 anos, dentes alvos, robusto e alto. Vestia um terno azul-marinho, camisa branca e gravata escura. As três damas de honra eram meninas, quase mocinhas, sendo duas mulatas escuras e uma clara. Duas tinham vestidos cor-de-rosa, uma, azul. Duas traziam "mitaines", também rosa. Nos cabelos, colocaram ramos de flores da mesma cor do vestido. Estavam todas de trajes compridos, de noite, de sapatos claros.

As doze princesas estavam também de vestidos cor-de-rosa e azul, até os pés... Tafetá, tule, cetim, renda, filó, grandes laços, "bouquets" de flores, combinavam-se em quase todos êles: rosas ao ombro ou no penteado, flores miudas no cabelo, ramos salpicados pelos vestidos. Muitas delas traziam "mitaines", uma tinha uma luva curta, de malha de seda rosa. Havia vestidos com "puffs", grandes rosas, anquinhas, faixas terminadas em laçarotes. Todos discretos, não havia nenhum decote ou manga exagerada. Todos traziam mangas curtas. Havia colares de pérolas, fantasias do tom do vestido, pulseiras douradas, brincos dourados, rosa ou azuis. Os sapatos eram pretos, brancos, fechados, abertos, e havia dois recobertos de seda rosa. Os penteados eram modernos e os cabelos alisados. Havia duas damas que tinham o cabelo quase liso como os das pessoas brancas.

Os príncipes trajavam-se todos de escuro e camisa branca, havendo dois de "smoking". Os sapatos eram escuros e estavam lustrosos. Notava-se por parte de todos os que constituíam o cortejo, compenetração do papel. Estavam todos sérios, esforçando-se por desempenharem a sua parte o melhor possível.

Entre os príncipes notavam-se dois brancos, seis mulatos, e dois pretos. Havia-os bem jovens, homens feitos e senhores já de idade.



Um deles, preto, era par da própria filha, jovem mulata que chamava a atenção pela sua distinção.

Entre as princesas havia sete mulatas e cinco pretas. Sòmente duas não eram mocinhas.

Quanto às demais pessoas que tomavam parte nas danças, estavam todas de vestidos compridos. Havia alguns muito elegantes. Um deles se destacava pelo gosto e distinção — de veludo cristal preto, bem comprido, decotado na frente, enfeitado nos ombros com “bouquets” de rosas vermelhas-vivo. A saia tinha tufos atrás. A preta que o trazia tinha consciência da sua elegância: de cabeça erguida, andar gracioso e leve, a fisionomia risonha, era uma das dançarinas mais exímias. Não era tão jovem como a maioria. Apresentava uns 35 anos de idade.

No baile sòmente tomaram parte moças de vestidos até os pés. Quanto aos jovens, as exigências pareciam menores. Viam-se rapazes de ternos claros, inclusive alguns de branco. O presidente do Clube trazia “smoking”. O presidente honorário estava de terno azul-marinho, camisa branca, gravata comprida e sapatos pretos, lustrosos. As demais pessoas de cor que se encontravam na festa estavam, percebia-se, com os seus melhores trajes. Havia uma senhora bem preta que trazia um vestido negro enfeitado de missangas, muito fino, e um casaco de peles que ia quase ao seu tornozelo. Outra mais idosa que a primeira, mas ainda jovem, também se apresentava de preto, com um colar de contas de cristal branco, cabelos penteados em cachos, luvas negras de “sued”, curtas. No braço, um casaco de veludo. Outra mulata escura, com uma menina de menos de um ano de idade ao colo, tinha um vestido de seda estampada, claro. A filha estava com um vestido de tafetá branco, com babados, rendas e bordados, sapatinho branco de verniz e meias também brancas. Aproximou-se delas uma preta bem idosa e agradando a menina, falou à mãe: “Vi ela (a menina) hoje na missa. Tava tão bonitinha de luvinha branca! Parecia um doce!” A mãe sorriu, desvanecida.

Havia meninotes pretos de botinas de elástico, escuras. Algumas meninas pretas, já crescidas, se apresentavam de sapatos remendados e uma delas, completamente descalça. A maior parte das pretas traziam cabelos alisados. Os penteados eram do mais variado gosto, com diversos enfeites: laços de fita, fita passada entre os cabelos, flores, presilhas, fivelas.

Quanto às pessoas que não eram de cor, viam-se as que pertenciam a famílias de destaque da cidade, bem trajadas. Outras, de condição mais simples, mas vestidas para uma festa. E mesmo as mais pobres, com roupas bem cuidadas, limpas, mesmo quando desbotadas pelo uso. Uma senhora espanhola, com um grande chale a lhe pender dos ombros, os olhos bem verdes, cabelos já grisalhos,



recriminava um menino ao seu lado por estar a importuná-la, perturbando-a, impedindo-a de ouvir o que diziam os atores, durante a representação.

Uma senhora branca, que disse ser de Itapetininga, mesmo, mas já ter morado por seis anos no Rio de Janeiro, tendo regressado há de Maio do Clube. "Eles capricham muito nela. Sempre elas são muito bonitas! E eles não deixam de fazer nenhum ano! Veja só o chic deles! E é sempre assim! Se você vier no ano que vem toridades também vêm sempre. Coitados (os pretos), também eles precisam festejar, não é? Não era brincadeira a vida de escravo! E hoje eles fazem o que querem! Não tem nada que se compare com a liberdade, não é?"

Saimos, logo depois de iniciado o baile. Até então, somente dançavam as moças de vestido comprido. Era uma das exigências. Somente dançariam as moças devidamente trajadas para o baile, o que seria respeitado até o final.

Os rapazes que a princípio saíram a dançar, sem traje de rigor ou escuro, foram convidados a se retirarem do salão.

As crianças foram convidadas a deixar o salão depois que a rainha dançou a primeira valsa. Era determinação do juiz de menores que não permanecessem no salão, depois das 10 horas da noite. Um senhor branco insistiu para que sua filha, de cerca de 12 anos, permanecesse no recinto, sendo contrariado nessa pretensão."

## 6. — SUMÁRIO E CONCLUSÕES DA PARTE II

O censo de 1940 revelou, para o Município, uma população de 34.437 indivíduos, dos quais 89,7 por cento são brancos, 5,2, pretos, 4,0, pardos e 1,1, amarelos.

De 1890 a 1940, a proporção de brancos passa por um sensível aumento (64,8 e 89,7 por cento), enquanto que a de pardos se reduzia a pouco mais de um terço do que fôra (13,0 e 4,0 por cento), ao mesmo tempo em que a de pretos se altera relativamente pouco para menos (7,5 e 5,2 por cento).

A alteração inversa na proporção de brancos (64,8 e 89,7 por cento), de um lado, e de pardos e pretos (35,2 e 9,2 por cento), de outro, entre os censos de 1890 e 1940, cujas diferenças são de 24,9 por cento para mais, para os primeiros e de 26,0 por cento para menos, para os últimos, deve ser atribuída à atuação conjunta dos seguintes fatores: a) incorporação dos mestiços mais claros ao grupo branco; b) diferença na velocidade de crescimento natural das populações branca e de cor, resultante da maior mortalidade de pardos



e pretos; c) contribuição dos imigrantes e seus descendentes para o incremento indireto do contingente de brancos; e d) proporção provavelmente maior de êxodo dos pretos do Município.

Por sua vez, a redução relativamente pequena na proporção de pretos (7,5 e 5,2 por cento), comparada com a dos pardos (27,7 e 4,0) e com a alteração inversa na de brancos (64,8 e 89,7), indica estar o grupo mais escuro contribuindo menos, pela mestiçagem, para o contingente dos pardos, do que estes para o dos brancos, o que provavelmente estará ligado às duas circunstâncias seguintes: a) a uma redução na proporção de ligações ilícitas, ocasionais ou permanentes, entre homens brancos e mulheres pretas; e b) ao aumento da tendência ao intracasamento e a uniões permanentes, entre os elementos mais escuros da população, produzido por uma redefinição de atitudes em relação ao seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, pela resistência dos brancos e dos pardos ao cruzamento.

Tomando-se os casamentos realizados no Município, em 1948, e calculando-se o coeficiente de contingência de Pearson, para os noivos e noivas brancos, pretos e pardos, obtem-se 0,75, isto é, 91 por cento do máximo que se poderia esperar para três modalidades dos atributos, o que mostra serem decididamente excepcionais os casamentos entre indivíduos heterogêneos quanto à cor. Com efeito, os casamentos homogêneos constituem 96,1 por cento do total de casamentos, restando apenas 3,9 para os casamentos mistos.

É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma diminuição no ritmo de miscigenação, não sendo de se esperar uma mais ampla diluição dos traços raciais africanos, nas próximas gerações.

Tomando-se a estratificação social local, verifica-se que o contingente de pardos se torna cada vez mais rarefeito, à medida em que se vai da classe menos favorecida para a média e a alta, enquanto que os pretos se concentram quase exclusivamente na primeira das classes mencionadas, com uma tênue representação na camada média.

Dado o fato de constituírem os elementos de cor apenas um décimo da população total, segue-se que os brancos predominam, numericamente, não apenas nas camadas superior e média, mas, também, na menos favorecida, da qual representam cerca de 75 por cento dos integrantes, enquanto os pardos perfazem 10 por cento e, os pretos, 15 por cento.

Tomando-se as porcentagens dos indivíduos de cada cor, integrados nas diferentes classes sociais, sobre o conjunto de habitantes da mesma cor, pode-se afirmar que, dos brancos, cerca de 70 por cento se concentram na classe menos favorecida, 25, na média e 5 na alta ou dominante; dos pardos, mais de 90 por cento estão na classe menos favorecida, menos de 10 por cento, na média, e apenas 1 por cento na alta ou dominante; e, finalmente, dos pretos, a quase



totalidade se concentra na camada menos favorecida, com menos de 1 por cento na camada média e completa ausência na camada privilegiada.

Examinando-se, de um lado, os casos de ascensão social de elementos de côr e, de outro, os de descendentes de estrangeiros (imigrantes) e, especialmente, de italianos, na sociedade local, nos últimos cinquenta anos, nota-se que, enquanto a ascensão de descendentes de imigrantes tanto se pode dar com o cruzamento como sem o cruzamento com descendentes dos antigos colonizadores portugueses, ainda que se possa considerar tal cruzamento, ao mesmo tempo indício de disposição à assimilação e como circunstância que a facilita, a ascensão de elementos de côr ou pressupõe ou se faz acompanhar do cruzamento com elementos brancos, seja qual for a origem destes.

Em outras palavras, conhecem-se casos de ascensão social de famílias brancas homogêneas quanto à origem étnica alienígena, porém, não se conhecem casos de ascensão social de famílias de côr, pois que os indivíduos de côr, em condições de subir socialmente, em geral, se unem com pessoas brancas, seja como um meio de favorecer a própria ascensão, seja como um modo de consolidar o "status" já atingido ou seja, ainda, porque a identificação com as classes média e dominante implica na interiorização dos ideais sexuais e estéticos destas.

Em conseqüência, cada conquista do negro ou do mulato que logra vencer econômica, profissional ou intelectualmente, tende a ser absorvida, em uma ou duas gerações, pelo grupo branco, através do branqueamento progressivo e da progressiva incorporação dos descendentes a este grupo; e, por sua vez, em cada geração, os elementos mais escuros da população — sobre os quais mais pesa o preconceito — se vêem na posição de quem tem de começar de novo, apenas com o próprio esforço, a mesma caminhada, como se o caminho sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e subreptício de preconceito.

O preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, contribui para a manutenção do "statu quo", nas relações entre os elementos brancos e de côr da população, pela sua dupla atuação: 1) sobre o conceito e a atitude dos primeiros em relação aos últimos; 2) sobre a autoconcepção e o nível de aspiração destes últimos.

Já nos primeiros anos de vida, tanto as crianças brancas como as de côr aprendem a valorizar a côr clara e os demais traços "caucasoídes" e a menosprezar a côr escura e os demais traços negróides.

Dois provérbios sintetizam a orientação que, em matéria de relações inter-raciais, se tem por ideal, na cultura local como, em



geral, na cultura brasileira: 1) "Em casa de enforcado, não se fala em corda"; e 2) "Basta bater na cangalha, para o burro entender".

O preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos, de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém, impermeáveis um ao outro, apesar de participarem, fundamentalmente, da mesma cultura. Aqui, o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um "continuum" que vai do extremamente "negroide", de um lado, ao completamente "caucasóide", de outro.

Na vida social, os caracteres negroides, em geral, implicam em preterição de seu portador, quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos brancos ou de aparência menos negroide.

Assim, os casos de indivíduos de côr social e profissionalmente bem sucedidos ou admitidos em círculos considerados como exclusivistas, não podem ser invocados com o fim de contestar a existência do preconceito. O preconceito de côr ou de marca racial, em contradistinação ao preconceito racial de origem, implica na idéia de preterição e, portanto, por definição, na possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros característicos pessoais ou sociais.

A variação do preconceito de marca em função do número e evidência das marcas raciais faz com que o ajustamento dos indivíduos ao preconceito seja antes individual que grupal, tornando precária a solidariedade entre os componentes do grupo <sup>(1)</sup>. Aliás, tendo em vista o caso especial do Brasil e, em particular, o que se passa na comunidade em estudo, as expressões "grupo branco", "grupo pardo (ou mulato)" e "grupo preto" não correspondem a grupos ou organizações sociais específicos de elementos brancos, pardos ou pretos, sendo apenas designativas do conjunto ou soma dos indivíduos desta ou daquela côr. Além disso, a variação do preconceito de acordo com as marcas raciais e a alteração de seus efeitos pela presença de outros característicos pessoais e sociais fazem com que as experiências resultantes divirjam de indivíduo para indivíduo, levando a depoimentos contraditórios, em relação à "situação racial", especialmente quando há um contraste marcante entre os indivíduos como, por exemplo, quando se trata de um preto retinto e de um mulato claro.

(1) Assim, um dos jovens pretos que mais se preocupam com a situação da "gente de côr" na comunidade local declarou: — "O senhor não calcula como nós lutamos para unir a nossa gente! Mas se um preto vê outro progredir ou procurando progredir não pense que ele ajuda! Se eu puser uma loja e um turco puser outra, os meus patrícios vão comprar na loja do turco em vez de vir me ajudar."



No que toca, em particular, à comunidade em estudo, parece fora de dúvida a ocorrência de um contraste cada vez mais perceptível entre a atitude da velha e a da nova geração de elementos de côr. Assim, enquanto os elementos da velha geração se caracterizam, em grande parte, pela timidez e subserviência, diante dos brancos, os da nova geração revelam maior independência e desembaraço bem como maior consciência da igualdade de direitos entre brancos, pretos e pardos. Enquanto os pretos velhos, em geral, evitam falar no "problema da côr", procurando, ao mesmo tempo, dissuadir os da nova geração de o fazerem (2), os jovens revelam

(2) A atitude dos elementos mais velhos resulta, em grande parte, do contraste entre sua situação e a de sua ascendência escrava, estando, ainda, muito vivas em sua memória, as reminiscências da escravidão.

Assim, um preto idoso, carroceiro, indagado sobre se a situação da "gente de côr" no Município, melhorara ou piorara, respondeu: — "Melhorou muito! No meu tempo, o preto sofria muito e ninguém tinha consideração com ele. Hoje, já não é mais assim; pois eu ainda conheci muita gente aqui em Itapetininga, que foi senhor e que comprava os pretos e obrigava a trabalhar. E ainda tinha um homem escolhido, bem forte, que era o capataz e quando um escravo não andava como ele queria, mandava dois sujeitos o segurarem e davam nele até cair no chão!"

Evocando episódios de sua vida de trabalho, o entrevistado prosseguiu: — "Teve uns tempos que eu trabalhei para o X — um dos homens mais abastados do Município — quando ele morava em Angatuba. Eu ganhava dois mil réis por dia para trazer uma carroça puxada por seis burros, de Angatuba para cá, com ovos, galinhas, porcos e, na volta, para aproveitar o carroto, levava mantimentos, açúcar, farinha, barril de pinga e outras coisas. Quando a gente chegava lá, de volta, eles davam uma garrafa de vinho para a gente. Mas era uma vida dura essa que eu levava! Às vezes o carro encalhava no caminho e a gente tinha que desencalhar, às vezes até sozinho. Viajava debaixo de chuva e às vezes de noite, com aquela chuva e aquele frio, a gente acendia uma fogueira, esquentava o corpo um pouco, cobria-se com um pala meio fino e dormia um pouco. Dali a pouco, acordava com um frio danado, chegava para perto do fogo, até se esquentar e assim varava a noite. Uma vez, lá perto de Angatuba, eu ia com um carro com um burro só e ia atravessando uma ponte e quasi caí para dentro do rio com o carro, o burro e tudo! Foi uma sorte danada, porque a roda do carro ficou na beiradinha da ponte! Se fosse mais um pouquinho, ia tudo embora! Quando eu vi que estava quasi caindo, pulei do carro, tive que fazer uma fôrça danada, mas puxei o carro para o centro da ponte e ainda salvei. Numa outra ocasião eu vinha vindo com um carro, trazendo a mudança do X; e, numa subida forte, estava dando em cima de um burro que não andava muito direito e ele pegou e me deu um coice na canela que trincou. Ai, chamei os outros companheiros e me ajudaram e fiquei deitado na beira da estrada até que passou o trole que vinha trazendo o pessoal. Ai eu vim de trole mas cada sacudida que dava, era uma dor louca na minha perna que inchou tanto que, para poder tirar o sapatão foi preciso rasgar. Chegamos aqui em Itapetininga no dia seguinte de manhã e só às quatro horas da tarde é que melhorei. Depois de muito tempo, lá em Minas, eu trabalhava com um carro que ia cheio de pedras, o carro virou, veio por cima de mim e trincou a perna outra vez no mesmo lugar e tive que ficar outra vez uns quarenta dias de cama, sem poder me mexer e fiquei todo esse tempo com ela engessada. Mas agora está boa, eu nem manco mais. Depois que viemos para Itapetininga com o X, eu ainda trabalhei muito tempo para ele. Eu trabalhava com trole e levava viajantes de Burí para Itapeva, de Itapeva para Itararé, esperava os viajantes fazer a praça lá e no dia seguinte voltava outra vez para eles pegarem o trem aqui em Aracaçú. Eu trabalhava de "ameia" com o X. Uma



certa inquietação que os torna loquazes e desejosos de esclarecimento em relação à questão (3).

Em sua forma mais elementar, a nova autoconcepção e a nova atitude, que se vão tornando cada vez mais generalizadas entre os elementos de cor da nova geração, se expressam pela adoção de modos de conduta que os mais velhos e mais conservadores — especialmente dentre os brancos — consideram como insolentes ou irreverentes (4) bem como pelo crescente interesse, já referido, de trocar comentários sobre experiências deprimentes a que tenham sido sujeitos ou sobre o sucesso logrado por indivíduos portadores de característicos negroides. Em sua forma mais avançada e mais consciente, exprimem-se através de um zelo especial pelo progresso pessoal e da descendência — preocupação com problemas de educação, de orientação vocacional, etc. — o que se vai tornando cada

---

viagem até Itararé, de ida e volta, cobrava 600, 800 ou 900 mil réis, conforme a carga. Botava as malas atrás e ia embora, puxado por bestas. Depois, eu briguei com o X, dei o tróle de volta para ele e não trabalhei mais com ele.”

(3) O que não significa que os jovens reconheçam que a situação tenha melhorado sob diferentes aspectos. Mesmo um jovem de cor, dos que mais se preocupam pela solução “dos problemas que afetam a gente de cor”, proclama que “a situação está melhorando dia a dia e elogia “a cor branca de Itapetininga” pela amizade que há entre os habitantes do Município.

De outro lado, os jovens se preocupam, cada vez mais, em comparar as diferentes cidades do Estado, com referência ao tratamento e às restrições a que estão sujeitos os negros, em comentar a orientação de associações onde se diz “que negro não pisa”, etc. Comentam, ainda, a orientação de instituições educativas e outras que dificultam o ingresso de elementos de cor e discutem, de um modo geral, sobre as condições de vida, a situação social, econômica e educacional dos elementos pardos e pretos no Brasil. Nas conversas que assim se estabelecem, vêm à tona, forçosamente, os episódios humilhantes ou as situações de injustiça por que passaram os próprios interlocutores ou pessoas de seu conhecimento, bem como os casos de que simplesmente tiveram notícia.

Como sói acontecer nas situações em que ha preconceito, nem sempre é fácil distinguir se, em determinado caso, ocorreu discriminação ou apenas houve suspeita de manifestação discriminatória por parte do queixoso.

Assim, numa conversa, um preto se refere à recusa ou relutância dos responsáveis por um estabelecimento de ensino, em aceitar a matrícula de sua filha. Outro, ao fato de que, sendo sua filha a única aluna de cor de sua turma, “ao aparecer um bilhete ofensivo na classe, com uma assinatura falsa, logo o atribuíram a ela, apesar da diferença de letra”, chegando-se, mesmo, a querer “eliminá-la da escola”. Outro preto conta que foi barrado, certa vez, ao tentar ingressar no Teatro Municipal de uma das principais cidades do Estado, tendo o porteiro alegado que seu “colarinho estava meio amassado”. Acrescenta, porém, vitorioso, que, doutra feita, conseguiu entrar nessa mesma casa de espetáculo!

Referindo-se a um homem de cor que, “sòmente frequenta círculos de gente branca”, um dos presentes poderá dizer: — Ele não se considera preto e as filhas dele não cumprimentam preto! Ele não se considera preto e aceita qualquer humilhação que eu, que me considero, não aceito!”

(4) Um homem branco, de mais de 50 anos, observa: — “Os pretos daqui estão em decadência. Eu ainda conheci alguns pretos velhos muito respeitosos. Eram ignorantes, porém ordeiros e trabalhadores.”



vez mais generalizado; e, mais raramente, através de um interesse persistente pelas associações e movimentos "da gente de côr" — pela sua organização, prosperidade e liderança.

Esta mudança na autoconcepção da "gente de côr" e em sua posição diante da vida decorre, em última análise, dos mesmos fatores que têm afetado a vida social, em seu conjunto, neste último meio século — o processo técnico, a urbanização, a industrialização, a mais ampla difusão da instrução formal, o desenvolvimento da imprensa, do rádio e do cinema e a introdução de mais rápidos e eficientes meios de transporte tanto por terra como pelo ar.

O incessante aumento das áreas urbanas e de seu contingente demográfico e a contínua intensificação da mobilidade espacial, quer no que se refere aos deslocamentos rotineiros quer aos migratórios, dos indivíduos, tiveram uma atuação convergente, no que concerne ao ajustamento social dos pretos e pardos.

Assim, é no contato com pessoas desconhecidas que o preto ou o pardo, com maior probabilidade, se sente tratado em função do estereótipo corrente em relação aos indivíduos de côr (5). O rápido processo de urbanização por que a comunidade em estudo tem passado e o desenvolvimento ocorrido, nos últimos cinquenta anos, nos meios de transporte e comunicação, vão fazendo prevalecer, cada vez mais, os contatos secundários sobre os contatos primários, os contatos categóricos sobre os de identificação pessoal recíproca, o que torna mais freqüentes as situações equívocas para os indivíduos de côr e, conseqüentemente, tende a diminuir as pausas na tomada de consciência da própria aparência racial. Com efeito, não deixa de ser significativo o fato de que as experiências mais críticas, sofridas por indivíduos de côr, da comunidade em estudo, em geral, se deram fora desta e, portanto, fora de seu círculo de relações pessoais ou de conhecimento pessoal (6).

(5) Segundo Park, as "relações raciais", no que têm de particular, são, antes de tudo, "relações entre estranhos". Cf. R. E. Park, "The Nature of Race Relations", in *Race and Culture*, The Free Press, Glenox, Illinois, 1950, especialmente à página 114.

Um incidente parece sintomático de como a mudança no tipo de contato predominante na comunidade vai afetando as relações tradicionais de acomodação entre elementos brancos e de côr. Assim, pouco depois de 1930, cessou a tradição segundo a qual, por ocasião do Carnaval, um cordão do Clube Recreativo 13 de Maio visitava as associações congêneres, saudando-as e dançando uma contradança nos seus salões. A interrupção da tradição foi provocada pela atitude de um dos diretores de uma das associações que barrou a entrada do cordão, dizendo não ser ali "lugar para negro". No ano seguinte a diretoria da mesma associação anunciava que não permitiria o ingresso de cordões carnavalescos de fora.

Um dos organizadores do ramo local da Frente Negra Brasileira, de efêmera duração, explicou o referido incidente como decorrente da intensificação da consciência de côr provocada pelo aparecimento dessa instituição.

(6) É típico o caso de um jovem preto que, sendo convocado para o serviço militar, percorre, como soldado, diferentes cidades do Estado de São Paulo, vai ter ao



Ainda aqui se nota uma profunda diferença de atitude entre os elementos de côr da velha e da nova geração: enquanto os primeiros contemplam, com saudosismo, o desmoronamento do antigo mundo de contatos primários, em que a distância social, entre brancos e pretos, não era incompatível com a intimidade e o interesse pessoal recíprocos, resguardadas as diferenças de "status" e a irreversibilidade de expectativas e prerrogativas, os últimos, não obstante as situações críticas que, freqüentemente, têm de enfrentar, se comprazem com a maior independência de ação e de movimento que as modernas condições de vida lhes proporcionam.

Assim, a análise das relações entre brancos, pretos e mulatos, na sociedade local, conduz às seguintes conclusões:

1.<sup>a</sup>) — Nota-se, na sociedade em estudo, a existência de um preconceito que se pode chamar de preconceito "de côr" ou de "marca racial", pois contrasta com o preconceito racial que se pode chamar "de origem", por não implicar numa exclusão ou segregação incondicional dos membros do grupo discriminado, e sim numa preterição dos mesmos quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos do grupo discriminador.

2.<sup>a</sup>) — Onde o preconceito é de côr ou, mais genericamente, de traços raciais, os membros do grupo discriminado tendem a lutar antes individualmente que conjugadamente pela ascensão social e solução dos problemas que os afetam. Seus objetivos são antes paralelos do que comuns.

3.<sup>a</sup>) — Onde o preconceito é de origem, os dois grupos raciais — o discriminador e o discriminado — se opõem e se hostilizam reciprocamente como unidades sociais distintas. De um lado, há opres-

---

Estado de Mato Grosso e, finalmente, no posto de sargento, incorporado à Fôrça Expedicionária Brasileira luta na Itália onde recebe um ferimento. De regresso ao País, estando em outra cidade do interior, juntamente com outros sargentos, recebeu do Coronel um convite impresso para um baile, num dos clubes locais. Como sargento mais velho era ele hierarquicamente superior aos demais. No entanto, conta ele que, depois de deixar os outros entrarem, o porteiro lhe "botou a mão na frente", dizendo: — "Não, o senhor não pode entrar." Acrescenta o depoente: — "Todos os meus companheiros ficaram assustados, eles eram subordinados meus e todos podiam entrar. Aí eu respondi, por que é que eu não posso entrar? O porteiro disse: — "O senhor não pode entrar por que é preto e preto aqui não entra." — Aí eu disse: — "Mas como é que eu não posso entrar, olhe aqui, eu tenho o convite — peguei o convite e mostrei a ele — fui convidado pelo Coronel, o convite está aqui e por que é que eu não posso entrar?" Aí ficou aquele barulho todo e logo chegou o Coronel; quando eu ia saindo para a rua, pegou no meu braço e disse: — "Não senhor, o senhor vai entrar porque eu o convidei e quero que o senhor entre comigo." Aí eu disse para ele que agora eu não entrava mesmo porque eu não queria. Ele insistiu muito mas não houve jeito. Então eu peguei e fui para uma gafieira. Fui muito bem recebido lá, me diverti bastante e aí eu vi que estava bem, que estava no meu meio..."



são, de outro, ressentimento e desconfiança. O preconceito de origem tende a se tornar obsessivo tanto para o que o exerce como para a vítima. Gera o ódio e o antagonismo recíprocos.

4.<sup>a</sup>) — Embora especificamente diferente do preconceito de classe, o preconceito de cor ou de marca racial tende a coincidir com ele, em vista da concentração dos portadores de determinadas marcas raciais em certas camadas da sociedade.

5.<sup>a</sup>) — O preconceito de cor ou de marca racial atua sobre suas vítimas, não apenas de fora, mas também de dentro, através da autoconcepção e da autoavaliação.

6.<sup>a</sup>) — A variedade de combinações de traços que pode ir do preto "retinto", de cabelos encarapinhados, ao branco de cabelos finos e loiros, uma vez posto de lado o critério de origem, faz com que os limites entre as diversas categorias — brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos — sejam indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa.

7.<sup>a</sup>) — A identificação da cor de um indivíduo é influenciada pela sua associação a outros característicos de "status" como o grau de instrução, a ocupação e hábitos pessoais, com tendência a se ignorar a cor escura de indivíduos socialmente bem sucedidos.

8.<sup>a</sup>) — A maleabilidade de critérios associada à resistência que o preconceito cria à identificação da própria cor como escura faz com que o limiar entre o branco e o não-branco varie com a cor do próprio espectador.

9.<sup>a</sup>) — Não somente outros fatores de "status" influem na identificação da cor de um indivíduo mas também sua associação tradicional ou habitual com grupos predominantemente de brancos ou de pretos.

10.<sup>a</sup>) — O preconceito de cor ou de marca racial, em contradição ao preconceito racial de origem, implica a idéia de preterição e, portanto, por definição, a possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros característicos pessoais ou sociais.

11.<sup>a</sup>) — A variação do preconceito de marca em função do número e evidência das marcas raciais faz com que o ajustamento da vítima ao preconceito seja antes individual que grupal, tornando precária a solidariedade dos membros do grupo discriminado.

12.<sup>a</sup>) — Na comunidade em estudo, como, em geral, no Brasil, as expressões "grupo branco", "grupo pardo ou mulato", "grupo preto" não correspondem a grupos ou organizações sociais específicos de elementos brancos, pretos ou pardos, sendo, apenas, expressões designativas do conjunto ou soma dos indivíduos desta ou daquela cor.



13.<sup>a</sup>) — A variação do preconceito de acordo com as marcas raciais e a alteração dos seus efeitos pela presença de outros característicos pessoais ou sociais fazem com que as experiências resultantes divirjam de indivíduo para indivíduo, levando a depoimentos contraditórios em relação à “situação racial”, contradições que tendem a ser mais manifestas à medida em que aumenta o contraste entre os depoentes como, por exemplo, quando se trata de um “preto retinto” e de um “mulato claro”.

14.<sup>a</sup>) — As conseqüências do preconceito de cor ou de marca racial variam com a natureza dos contatos sociais. É nos contatos com pessoas desconhecidas que o mestiço ou preto, com mais probabilidade, se sente tratado em função do estereótipo corrente com referência aos indivíduos de cor.

15.<sup>a</sup>) — Enquanto os elementos da velha geração, de 50 anos para cima se caracterizam, em grande parte, pela sua timidez e subserviência em face dos brancos, os elementos da nova geração revelam maior independência bem como maior consciência da igualdade de direitos entre brancos, pretos e pardos.

16.<sup>a</sup>) — A ideologia de relações raciais corrente na comunidade é a que predomina no Brasil, isto é, uma ideologia assimilacionista e miscigenacionista. Assim, o desagrado que alguns elementos locais mostram em relação ao japonês tal como em relação a outros imigrantes deriva, em geral, da suspeita de que os imigrantes desta ou daquela nacionalidade evitam a assimilação e o intercassamento, procurando manter-se culturalmente separados do resto da população.

17.<sup>a</sup>) — A ideologia de relações raciais que prevalece no Brasil e, conseqüentemente, na comunidade em estudo, implica no dogma da cultura: o estrangeiro é aceito na medida em que oferece perspectivas de deixar de ser estrangeiro. Contrasta com a que prevalece nos países de colonização inglesa, que é segregacionista e racista. De cada uma destas ideologias derivam atitudes diversas em face das minorias. Assim, o brasileiro tende a mostrar maior ressentimento em relação às minorias segregacionistas, enquanto que nos Estados Unidos, ha maior tendência a deixar tais minorias à vontade. O uso do idioma de origem pelos estrangeiros quer oralmente quer pela imprensa, em público ou pelo rádio, parece mais tolerável ao norte-americano do que ao brasileiro. A ideologia corrente no Brasil tende a condicionar atitudes que levem o estrangeiro a se acomodar e, eventualmente, a se assimilar à cultura do país. Enquanto, no Brasil, a identificação do descendente de imigrante, pelos nacionais, com o grupo étnico de que proveio, raramente ultrapassa a segunda geração nascida no país, nos Estados Unidos essa identificação tende a persistir.



18.<sup>a</sup>) — O preconceito de côr, criando a preocupação do branqueamento, como um mecanismo de ascensão social através de gerações ou de preservação de posições já conquistadas, facilitou a integração dos imigrantes europeus na sociedade local.

19.<sup>a</sup>) — Dentre as diferenças entre o preconceito de côr ou de marca racial e o preconceito racial de origem, deve ser assinalado que o primeiro, ao contrário do segundo, não implicando em hostilidade, antipatia e separação mais ou menos incondicionais entre os componentes do grupo discriminador e os do grupo discriminado, não chega a perturbar o raciocínio e a obscurecer o julgamento, por parte dos membros do grupo dominante, do comportamento e das qualidades dos componentes do grupo dominado, pelo menos não, na medida em que o faz o preconceito de origem.

20.<sup>a</sup>) — As manifestações do preconceito de côr, na comunidade em estudo, são mais evidentes à medida em que se vai das camadas em que o padrão de vida é mais precário para aquelas em que êste é mais elevado.

21.<sup>a</sup>) — A transformação da sociedade, com a intensificação dos contatos secundários, nos últimos cinquenta anos, tornou mais inseguro o "status" dos elementos de côr em ascensão, fazendo com que a consciência de côr que, nas condições de um grupo em que os contatos eram quase exclusivamente primários, era ocasional ou intermitente, se torne cada vez mais constante ou contínua. Assim, na medida em que crescem os centros urbanos e se multiplicam os grandes conglomerados industriais e metropolitanos, mais constante e intensa tende a ser a consciência de côr por parte dos elementos escuros da população.

22.<sup>a</sup>) — A introdução dos contatos secundários, nas comunidades do interior e a sua preponderância nos centros mais urbanizados trazem como uma de suas conseqüências o rompimento das ligações afetivas e o afrouxamento das expectativas de comportamento que ligavam os componentes das pequenas comunidades de contato primário e que, freqüentemente, contribuíam para desarmar afetivamente o negro, levando-o a acomodar-se à situação em que se achava e a renunciar às aspirações que implicavam numa luta contra o preconceito e, conseqüentemente, em conflito com os elementos das classes dominantes (1).

(1) Ao dar por concluído o presente trabalho, quer o autor dêste capítulo agradecer, publicamente, aos diretores e funcionários de associações recreativas e religiosas, de instituições de assistência social e de serviços públicos, bem como aos numerosos particulares das mais variadas condições sociais, de Itapetininga, pela cooperação que ofereceram, sob as mais variadas formas, concedendo entrevistas, dando acesso a pre-



ciosos dados e informações e facilitando contatos e situações propícios à observação, sem o que não se teria êle realizado.

Esses agradecimentos dirigem-se, em especial, aos professores Antônio de Godoy Moreira Júnior, e sra., Sílvio de Moraes, Juvenal de Paiva Pereira, Antônio Antunes Alves e Graco Silveira dos Santos, aos srs. José de Melo Leonel, diretor de secretaria da Câmara Municipal e Carlos Ribas Martins, agente municipal de estatística, ao sr. Waldomiro de Carvalho e ao dr. Ciro de Albuquerque, respectivamente prefeitos anterior e atual do Município, Mozart Aguiar, Floriano Peixoto de Paula Ferreira e Norberto Acácio França, dos tabelionatos locais, ao venerando jornalista, sr. Antônio Galvão, pela sua inestimável contribuição à reconstituição de importantes aspectos da vida local do século passado, possibilitada por uma prodigiosa memória, posta a serviço de uma vida excepcionalmente ativa; a seu filho, sr. Antônio Galvão Júnior, diretor do Diário de Itapetininga, pela liberalidade com que franqueou sua preciosa coleção de jornais locais, cujas páginas ensejam um recuo no tempo até o ano de 1873; ao sr. Sebastião da Silva Leite Fernandes, secretário da Prefeitura Municipal, à sra. Hermínia de Melo Franco Rezende, igualmente por preciosas informações, bem como aos srs. Othon O. de Albuquerque, Miguel Pedro dos Santos Terra, Sebastião Vilaça, Avelino César, Fábio Fabiano Alves, Pacífico Antônio Pereira ("Patrício"), presidente honorário do Clube "13 de Maio", José de Campos e Antônio de Souza, da Diretoria desta associação, Eduardo Pedro de Moura, presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Claudionor Alves de Almeida, Antônio Coimbra, Joaquim Leite, Durvalino Toledo, Antônio Leonel, ao sargento reformado Benedito dos Santos, ("Mó"), à sra. Maria Canuta, à sra. Ana Maria de Oliveira, viúva do sr. João Leite, ao sr. Osório Soares, ao sr. Jandir Lôbo e ao sr. Roberto de Melo Franco. É preciso agradecer, ainda, ao sr. José Albertino Rosário Rodrigues, meu antigo aluno e auxiliar na Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, pela eficiente cooperação dada tanto no trabalho de campo como na pesquisa de documentos para o presente estudo, inclusive o levantamento de dados no Departamento do Arquivo do Estado; a Lisete Toledo Ribeiro Nogueira, espôsa do autor que participou das diferentes fases da pesquisa, viajando a Itapetininga, observando, entrevistando e colhendo dados no arquivo da Prefeitura local; à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na pessoa de seu diretor, dr. Ciro Berlinck, por haver facilitado a realização do estudo.

O primeiro relatório entregue foi completamente refundido, no que toca à forma para a presente publicação, as principais modificações tendo consistido na ordenação mais lógica do texto e na transposição para as notas de rodapé da maior parte das citações e especificações de dados. — O. N.





*Este livro foi composto e impresso nas  
oficinas gráficas de SARAIVA S. A.,  
à rua Sampson, 265, S. Paulo (Brasil),  
em junho de mil novecentos e cin-  
quenta e cinco, 401.º Ano da Fun-  
dação da Cidade de São Paulo.*

